

**EDUARDO
BUENO**



**COLEÇÃO
BRASILIS**



Sumário

A viagem do descobrimento - Volume 1

Créditos

Introdução – Um Morro ao Final da Páscoa

I – De Lisboa a Vera Cruz

II – Portugal conquista o mundo

III – A semana de Vera Cruz

Epílogo – A Redescoberta do Brasil

Notas

Bibliografia Comentada

Náufragos, traficantes e degredados - Volume 2

Créditos

Introdução – As Décadas Esquecidas

I – Os Espanhóis Descobrem o Brasil

II – Vespúcio e o Batismo da América

III – A Terra do Brasil

IV – La Terre du Brésil

V – O Rio das Grandes Riquezas

VI – Fabulosa Jornada à Serra da Prata

VII – A Expedição de Martim Afonso

Notas

Bibliografia Comentada

Capitães do Brasil - Volume 3

Créditos

Introdução – Os Novos Donos do Brasil

I – A Costa do Ouro e da Prata

II – A Partilha do Brasil

III – A Costa Leste-Oeste

IV – A Costa do Pau-Brasil

Notas

Bibliografia Comentada

A coroa, a cruz e a espada - Volume 4

Créditos

Introdução

I – Os Homens do Rei

II – A Construção de Salvador

III – A Fundação de São Paulo

IV – Ouro, Caos e Canibalismo

Epílogo

Notas

Bibliografia comentada

Créditos das imagens

Sobre o autor

Sobre a Estação Brasil

EDUARDO BUENO



A VIAGEM DO DESCOBRIMENTO

UM OLHAR SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CABRAL

ESTACÃO
BRASIL

**A VIAGEM
DO DESCOBRIMENTO**

EDUARDO BUENO



A **VIAGEM** DO
DESCOBRIMENTO

UM OLHAR SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CABRAL

ESTACAO
BRASIL

Copyright © 1998, 2016 por Divulgadora Bueno & Bueno, S.S
Vinhetas das páginas 1 e 16 © Roque Gameiro, reproduzidas do livro *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Litografia Nacional, Porto, 1926).
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

A primeira edição desta obra teve consultoria técnica de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna da UFF (Universidade Federal Fluminense).

colaboração: Raquel Alberti

revisão: Ana Grillo e Luis Américo Costa

projeto gráfico: Ana Adams

diagramação: Belém A. Scherer

mapas: Adams Design

capa: Tereza Bettinardi

ilustrações de capa: Bruno Algarve e Tereza Bettinardi

foto do autor: © Al Hamdan/ Studio H

e-book: Marcelo Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B941v

Bueno, Eduardo, 1958-

A viagem do descobrimento [recurso eletrônico] um outro olhar sobre a expedição de Cabral / Eduardo Bueno. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

recurso digital (Brasília; 1)

Continua com: Náufragos, traficantes e degredados

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-5608-003-5 (recurso eletrônico)

1. Descobertas geográficas portuguesas. 2. Brasil - História - Descobrimento, 1500. 3. Portugal - História - Período de descobertas, 1385-1580. 4. Livros eletrônicos. I. Título. II. Série.

16-31015

CDD: 981.01

CDU: 94(81)

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo
22270-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@sextante.com.br
www.sextante.com.br

APRESENTAÇÃO

A viagem do descobrimento é bem mais do que uma leitura muito agradável (o que já não é pouco). Eduardo Bueno fez um livro capaz de permitir ao leitor entender melhor a frase famosa de Adam Smith:

“A descoberta da América e de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos da história da humanidade. Suas consequências já têm sido muito grandes; entretanto, no curto período de dois a três séculos, decorridos desde que feitas essas descobertas, é impossível que já tenhamos podido enxergar todo o alcance dessas consequências. Não há sabedoria humana capaz de prever que benefícios ou que infortúnios podem ainda advir futuramente à humanidade através desses grandes acontecimentos” (Adam Smith, *A riqueza das nações*, São Paulo, Nova Cultural, 1983, v.II, p. 100).

A frase está em *A riqueza das nações*, livro publicado em 1776 – antes ainda de o capitalismo se impor como sistema nacional de produção. Escrevendo em 1998, em plena era da globalização, Eduardo Bueno desvenda para o leitor uma versão muito atualizada das dimensões mundiais da expedição de Pedro Álvares Cabral, a primeira a ligar Europa, América, África e Ásia num único percurso – e a humanidade num conjunto de contatos imediatos entre seres humanos que até então haviam vivido isolados entre si.

O livro não se limita à ruptura do isolamento geográfico. Eduardo Bueno narra em grande detalhe como, em plena Idade Média europeia, Portugal dirigiu um projeto tecnológico regular (foram sete décadas de investimento contínuo) e revolucionário. Para atravessar os oceanos foi

preciso recolher informação no mundo inteiro, gente (também do mundo inteiro) capaz de processar a informação na direção do objetivo constante, técnicos capazes de aplicar o conhecimento em artefatos, financiadores em larga escala.

O resultado disso foi uma mudança completa na estrutura do próprio conhecimento. Quando tudo começou, a astrologia não estava separada da astronomia; a química, da alquimia; a medicina, do ocultismo; a geografia, do mito. Bueno mostra como cada viagem foi dando sua contribuição para que, ainda antes de Copérnico, os navegantes portugueses fizessem tratados sobre a arte de navegar numa terra esférica.

Com a soma das dimensões geográficas, tecnológicas e de aventura postas na leitura, o episódio brasileiro da viagem de Pedro Álvares Cabral ganha uma nova qualidade. A terra tropical, as praias brancas, o clima suave, os rios caudalosos, os animais coloridos e barulhentos formam o cenário de encantamento, e de surpresa, até mesmo para quem vivia de surpresa em surpresa. Havia conhecimento hipotético da terra, mas a experiência sensorial dos viajantes excedeu suas próprias fantasias.

Claro, tal experiência foi completada por um encontro inusitado. Pessoas postas em grandes navios e cobertas de panos em pleno calor tropical trocaram olhares e experiências com nativos nus. Ali mesmo nasceu uma hipótese europeia: a terra onde estavam deveria ser o próprio Paraíso, e os seres nus, os inocentes primitivos, pessoas que ainda não conheciam o Pecado Original.

Ao leitor atento não escapará nem mesmo o destino de Afonso Ribeiro, português que foi deixado para viver entre os nativos enquanto a viagem da frota cabralina prosseguia. Ficaria ali muito tempo, não fosse uma extraordinária coincidência.

Em meados de 1501, no porto de Bezeguiche (hoje Dakar), a frota que voltava da Índia encontrou outra que vinha para o Brasil. O piloto desta, Amerigo Vesúpcio, trazia ainda notícias da descoberta do atual Canadá por navegadores portugueses – e juntou uma notícia com outra, mais a própria experiência no Caribe, para presumir que havia todo um novo continente,

desconhecido de europeus, asiáticos e africanos.

Sabendo onde estava Afonso Ribeiro, a frota foi resgatá-lo – e o piloto ouviu suas histórias. Juntou-as com outras que conhecia e escreveu, em setembro de 1502, uma carta para Francesco de Medici a que deu o título de *Mundus Novus*. O documento acabou publicado, foi o segundo grande best-seller da história da humanidade (só perdia para a Bíblia) e causou tanto impacto entre os leitores que o nome do autor acabou sendo dado ao continente.

Como parte desse mundo agora integrado, o Brasil acabou entrando como possibilidade nova, utopia, paraíso e inferno. Era uma das consequências não previstas e cujos desdobramentos não se podiam calcular de que falou Adam Smith. Assim foi tratado por muito tempo pelos historiadores, até mesmo depois que a terra havia se transformado no país independente em que hoje vivemos.

Por muito tempo, apesar das dificuldades vencidas e dos esforços de muitos, houve um empenho para separar a chamada semana de Pedro Álvares Cabral – como chegaram a ser eventualmente denominados os dez breves e felizes dias que os portugueses passaram em Porto Seguro – do contexto bem mais amplo de sua viagem pioneira. De olhar para o particular, ignorando o geral. Tal tradição gerou a parte conhecida por quase todos os cidadãos brasileiros da aventura de 1500.

Ao escrever com o foco mundial indicado por Adam Smith e com grande riqueza narrativa, Eduardo Bueno permite que o leitor se delicie com a dialética entre o particular e o geral, o local e o mundial – afinal, a característica nova para os encontros humanos que a viagem do descobrimento efetivamente permitiu. Uma leitura imperdível.

Jorge Caldeira

Escritor, autor de *Mauá, empresário do Império* e de *Júlio Mesquita e seu tempo*

Nota do autor

As palavras grafadas em *itálico* ao longo do texto remetem o leitor às informações contidas nos boxes laterais.

UM MORRO AO FINAL DA PÁSCOA

Como tapetes flutuantes, elas surgiram de repente, “em muita quantidade”,¹ balançando nas águas translúcidas de um mar que refletia as cores do entardecer. Os marujos as reconheceram de imediato, antes que sumissem no horizonte: chamavam-se *botelhos* as grandes algas que dançavam agrupadas nas ondulações formadas pelo avanço da frota imponente. Pouco mais tarde, mas ainda antes que a escuridão baixasse sobre a amplitude do oceano, outra espécie de planta marinha iria lambar o casco das naves, alimentando a expectativa e desafiando os conhecimentos daqueles homens temerários o bastante para navegar por águas desconhecidas. Desta vez eram *rabos-de-asno*: um emaranhado de ervas felpudas que “nascem pelos penedos do mar”.² Para marinheiros experimentados, sua presença era sinal claro da proximidade de terra.

Se ainda restassem dúvidas, elas acabariam no alvorecer do dia seguinte, quando os grasnados de aves marinhas romperam o silêncio dos mares e dos céus. As aves da anunciação, que voavam barulhentas por entre mastros e velas, chamavam-se *fura-buxos*. Após quase um século de



*Botelhos são algas da família das fucáceas. Seu nome científico é *fucus vesiculosus* porque, em suas extremidades, essas algas possuem “vesículos” cuja forma se assemelha a uma garrafa. A palavra botelho veio do espanhol boteja, que significa justamente “garrafa”. Já as algas chamadas de “rabos-de-asno” nunca foram apropriadamente identificadas pelos estudiosos da Carta de Pero Vaz de Caminha, na qual foram citadas, junto com os botelhos, como as ervas marinhas que deram aos homens de Cabral a certeza de que se encontravam próximos da terra. Fura-buxos, as aves da anunciação do Brasil, são*

navegação atlântica, o surgimento dessa gaivota era tido como indício de que, muito em breve, algum marinheiro de olhar aguçado haveria de gritar a frase mais aguardada pelos homens que se fazem ao mar: “Terra à vista!”

gaviotas do gênero Puffinus anglorum, de plumagem negra no dorso e cabeça tingida de branco, muito comuns nos Açores e no litoral do Nordeste do Brasil.

O diário da histórica viagem de Vasco da Gama à Índia foi escrito por um marinheiro de nome Alvaro Velho. Ao passar pelas ilhas do Cabo Verde, Gama (abaixo) decidiu “abrir” seu rumo para o sudoeste, possivelmente seguindo indicações dadas por Bartolomeu Dias, seu precursor. De todo modo, foi a Gama que passou a ser atribuída a manobra genial que viria a ser conhecida como “a volta do mar”. Vasco da Gama e Cabral mantiveram contato constante antes da partida de Cabral. As instruções que o futuro Almirante das Índias deu ao futuro descobridor do Brasil são uma das “provas” mais citadas pelos defensores da teoria da intencionalidade da descoberta do Brasil.



Além do mais, não seriam aquelas aves as mesmas que, havia menos de três anos, ao navegar por águas destas latitudes, o grande Vasco da Gama também avistara? De fato, em 22 de agosto de 1497, quando a armada de Gama se encontrava a cerca de 3 mil quilômetros da costa da África, em pleno oceano Atlântico, um dos tripulantes empunhou a pena para anotar em seu *Diário*: “Achamos muitas aves feitas como garções – e quando veio a noite tiravam contra o su-sueste muito rijas, como aves que iam para a terra.”

Se nas oito décadas anteriores, em suas descobertas oceânicas, os portugueses nunca haviam deixado de observar (e quase sempre seguir) o voo das aves, Vasco da Gama deve ter tido a certeza de que, caso desviasse ainda mais para oeste a rota que o estava conduzindo ao cabo da Boa Esperança (o ponto extremo sul da África) e daí para a Índia, fatalmente iria deparar com alguma terra – se uma ilha ou um continente, ainda era impossível saber.

Mas o fato é que, por quase um século, em sua busca pelo caminho marítimo para as Índias, os lusos haviam navegado sempre em direção ao Oriente. E não seria naquele momento – depois que a fórmula para contornar a África fora enfim

descoberta e a rota que conduzia à Índia se tornava cada vez menos nebulosa – que Gama iria alterar seu rumo e partir em direção às terras que, cinco anos antes, o genovês Cristóvão Colombo descobrira em nome da Espanha. A nova exploração deveria ficar para depois.

Mas agora oito meses já se haviam passado desde o glorioso retorno de Vasco da Gama a Lisboa – após ele ter de fato, e enfim, desvendado a rota marítima que levava da Europa às fabulosas riquezas da Índia. E era justamente sob suas instruções que navegavam as 13 embarcações da frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Num baú, trancado em seu camarote, Cabral mantinha o manuscrito que o próprio Gama lhe confiara em Lisboa. Para escapar das enervantes calmarias do golfo da Guiné – com suas correntes contrárias e seu calor insalubre –, Cabral fora aconselhado pelo mestre a navegar para oeste, fazendo o que viria a se chamar de “a volta do mar”, antes de guinar para sudeste e contornar o cabo amedrontador que, anos antes, o rei D. João II rebatizara de “da Boa Esperança”, mas que os marinheiros, mais pragmáticos e menos protegidos, ainda conheciam por “cabo das Tormentas”.

Embora sua missão fosse instalar um entreposto português no coração do reino das especiarias, em Calicute, na Índia, nada impedia Cabral de, naquele instante, prosseguir mais algumas léguas para oeste. Ele poderia investigar então a existência daquelas terras cuja presença Gama intuía, inspirado não apenas por boatos seculares, mas pela própria desenvoltura com que as aves voavam no rumo do sudoeste. Como se tais indicações não fossem o bastante, as ervas flutuantes e a vivacidade dos fura-buxos logo foram consideradas pelos homens de Cabral como mais do que um simples presságio.

As Naus

Quarenta e dois dias já se haviam passado desde que a armada chefiada por Pedro Álvares Cabral se lançara ao mar com destino à Índia. Com 10 *naus* e três caravelas, era a maior e mais poderosa frota que Portugal jamais enviara para

Embora as caravelas tenham sido os navios mais utilizados durante o período inicial das descobertas lusas, as naus se tornariam os navios mais usados durante o período áureo das expedições

singrar o Atlântico. Embora apenas duas semanas após a partida uma das naus houvesse desaparecido – “comeu-a o mar”, na frase poética e terrível de então –, a jornada fora rápida e tranquila. Nada ocorrera – nem temporais, correntes ou ventos bravios – que pudesse justificar um desvio involuntário de rota. E como atribuir um avanço tão resoluto para oeste a um erro de cálculo se a esquadra estava sob o comando dos pilotos mais habilidosos de seu tempo?

Cinco dias antes do surgimento das ervas e das aves, a frota tinha vencido uma data muito temida pelos mareantes – mas o céu não escurecera nem trovões ribombaram naquela Sexta-Feira Santa, 17 de abril de 1500. Durante toda a Quaresma, os sacerdotes de bordo – sob o comando de frei Henrique de Coimbra – haviam tido tempo de sobra para apregoar sua liturgia de mistérios e consolações. Aqueles homens de batinas negras recitaram ladainhas e restringiram as absolvições. Um temor reverencial semeou-se na alma dos viajantes. “Se queres aprender a orar, faça-te ao mar”, dizia um ditado da época. A bordo, durante vários dias, houve jejum e penitência.

No domingo de Páscoa, porém, a ressurreição de Cristo pôde ser comemorada com uma missa solene, celebrada no convés da nau-capitânia, entre os mais ricos paramentos e os mais belos castiçais. O órgão de frei Maffeu, um dos oito frades da frota, modulou a música sacra, cuja melodia barroca ecoou nos corações e mentes dos soldados e da marinhagem, dos degredados e dos comandantes. As rações foram melhoradas – a marmelada

marítimas. As naus (do latim nave) eram uma evolução das caravelas e chegaram a ter 600 toneladas no auge da “Carreira da Índia”, sendo então substituídas por imensos galeões (alguns dos quais tinham 1.200t e 40 bocas de fogo). A capacidade dos navios do século XVI era medida pelo número de tonéis que eles levavam a bordo. O tonel era um barril de 1,2m de comprimento por 80cm de diâmetro. Embora tais tonéis não sejam mais utilizados, a palavra “tonelagem” ainda é aplicada para definir a capacidade de carga das embarcações.





A imagem de Nossa Senhora da Boa Esperança que Cabral levava consigo ao longo de toda a viagem de Portugal à Índia foi colocada em uma capela construída por ele especialmente para abrigá-la. Até o século XVII a capela, deixada sob a guarda dos frades franciscanos, seria mantida por descendentes de Cabral. Atualmente, a estátua (acima) ainda pode ser vista na igreja da Sagrada Família, em Belmonte, cidade natal de Cabral.

deixou os caixotes e foi distribuída entre os cerca de 1.350 homens embarcados nos agora 12 navios; os canecões de vinho rodaram com alguma liberalidade. A essas alturas, sem que ainda se pudesse saber, a armada estava a uns 250 quilômetros da costa, na altura daquela que, poucos anos mais tarde, viria a ser chamada de Bahia de Todos os Santos.

Os mantos de ervas flutuantes surgiram à frente da frota na terça-feira, 21 de abril, apenas dois dias após a celebração da Páscoa. Ventava leste franco – o que significava que a esquadra de Cabral poderia navegar com facilidade para oeste, sem pôr em risco o objetivo de atingir a Índia o mais rápido possível.

Na manhã seguinte, 22 de abril, com o vento ainda soprando de leste, o voo rasante dos furabuxos levou os homens a repicarem os sinos e se apinharem nos tombadilhos. Ao contrário de Colombo, que “não conhecera o sono”³ ao longo dos 36 dias em que navegara pelo Atlântico disposto a concretizar o sonho impossível de atingir as Índias pelo rumo do poente, não há indícios de que Cabral não tenha dormido noites impávidas durante os 43 dias em que esteve em alto-mar.

Ainda assim, e talvez por isso mesmo, enquanto o alvoreço tomava conta dos embarcadouros, Pedr’Álvares, de 32 anos, mais um militar do que propriamente navegador, ajoelhou-se em frente à *imagem* de Nossa Senhora da Boa Esperança, que ele próprio escolhera como padroeira da viagem e mandara entronizar num altar erguido no convés da capitânia.⁴ Era uma oração legítima: os santos do céu (e os deuses do mar) pareciam de fato estar do seu lado.

Então, a cerca de 70 quilômetros da costa, nas *horas de véspera*, mais com alívio e prazer do que com surpresa ou espanto, o capitão e seus pilotos, os marinheiros e os soldados, os sacerdotes e os degredados, acotovelados todos à mureta das naus, puderam vislumbrar o cume de “um grande monte mui alto e redondo”⁵ erguendo-se no horizonte longínquo. Ao entardecer, depois de avançar cautelosamente por mais 40 quilômetros, a frota deparou com outras serras, mais baixas, esparramando-se ao sul do grande monte. Silhuetadas contra o crepúsculo, cercadas por “terras chãs”,⁶ elas surgiram vestidas por um arvoredado denso que avançava quase até o limite das águas claras, das quais as separava apenas uma estreita faixa de areia.

“Horas de véspera” era uma das sete partes em que se dividiam as horas canônicas. Equivaliam ao período entre 15 horas e o pôr do sol.

A seis léguas (ou cerca de 40 quilômetros) da costa, a armada lançou âncoras. Elas mergulharam 34 metros no mar esverdeado antes de tocar o fundo arenoso.

Estava descoberto o Brasil.



Que significado teve essa descoberta?

Na verdade, não apenas naquele exato instante, mas pelas três décadas seguintes, ela representaria pouco mais do que um intervalo idílico em meio a uma longa e tediosa navegação oceânica. Mas, para além do impacto que a mera existência de um oásis em meio ao oceano há de ter provocado nos homens que a vislumbraram depois de mais de um mês em alto-mar, o “achamento” daquela terra não iria, a princípio, se revestir de maior importância – e muito menos alterar o rumo e o espírito da missão da qual a frota de Cabral fora incumbida.

Em primeiro lugar, se já não era conhecida, a existência dessa “nova”

terra era, quando menos, previsível. Muitos anos antes de Vasco da Gama ter avistado aves voando “muito rijas” em meio ao oceano, os portugueses estavam convictos de que outras ilhas deveriam existir a oeste dos Açores e da Madeira – onde os ventos, por vezes, faziam aportar troncos com entalhes misteriosos. A questão é que parecia não valer a pena explorá-las. A Índia – com suas especiarias e suas sedas – com certeza ficava na direção oposta.

Portanto, ao visualizarem aquele morro – que, de início, julgaram ser parte de uma ilha –, Pedr’Álvares e seus comandantes não foram tomados de grande perplexidade. Talvez nem mesmo a soldadesca inculta: desde o alvorecer do século IX, a imaginação e a cartografia europeias povoavam de ilhas as amplitudes desconhecidas do Atlântico – e a mais famosa delas se chamava *ilha do Brasil*. Aquele mar de árvores verdejantes, que agora balançava à frente das naus, deveria se erguer do solo de uma dessas ilhas tão faladas.

Assim, quase meio século se passaria antes que os 10 dias durante os quais a armada de Cabral esteve ancorada nas enseadas paradisíacas da ilha de Vera Cruz viessem a ser considerados muito mais do que um simples “parêntese” em meio à obsessiva busca dos lusitanos pela Índia. De fato, foi somente três décadas após o avistamento do monte Pascoal – quando o fracasso comercial da “empresa das Índias” começou a se configurar – que o Brasil não só deixou de ser visto como uma consequência fortuita da grande saga dos descobrimentos como se tornou, progressiva e incontestavelmente, o cerne e o coroamento da aventura ultramarina dos portugueses.

A Ilha do Brasil

A ilha do Brasil, ou ilha de São Brandão, ou ainda Brasil de São Brandão, era uma das inúmeras ilhas que povoavam a imaginação e a cartografia europeia da Idade Média, desde o alvorecer do século IX. Também chamada de “Hy Brazil”, essa ilha mitológica, “ressonante de sinos sobre o velho mar”, se “afastava” no horizonte sempre que os marujos se aproximavam dela. Era, portanto, uma ilha “movediça”, o que explica o fato de sua localização variar tanto de mapa para mapa. Segundo a lenda, Hy Brazil teria sido descoberta e colonizada por São Brandão, um monge irlandês que partiu da Irlanda para o alto-mar no ano de 565. Como São Brandão nascera em 460, ele teria 105 anos quando iniciou sua viagem. O nome “Brazil” provém do celta bress, que deu origem ao verbo inglês to bless (abençoar). Hy Brazil, portanto, significa “Terra Abençoada”. Desde 1351 até pelo menos 1721 o nome Hy Brazil podia ser visto em mapas

Porém, naquele momento – agora que a noite caíra, trazendo consigo os perfumes misteriosos da terra, e as naus balouçavam na escuridão em frente à costa, com os homens aguardando, insones, que o amanhecer lhes revelasse outra vez os fascínios do trópico –, ninguém a bordo tinha condições de supor que os portugueses haviam acabado de aportar diante do terceiro continente ao qual seu resolutivo processo expansionista os tinha conduzido.

Mas como imaginar, então, que o processo que estava para se iniciar na manhã seguinte seria o princípio da integração do Brasil ao mundo atlântico, ao circuito mercantil e à civilização europeia? Tal profecia era de todo inimaginável – embora fosse ela que, 44 dias e 7 mil quilômetros antes, num domingo ensolarado, em pleno coração de Lisboa, tivesse começado a se concretizar.

O PORTO DE PARTIDA

De fato, o dia 8 de março de 1500 caiu num domingo. A data fora cuidadosamente escolhida para que Lisboa, já então o principal centro da expansão ultramarina da Europa, pudesse se rejubilar em festejos e celebrações. Fazia apenas oito meses que os dois navios da esquadra de Vasco da Gama tinham retornado àquele mesmo porto da praia do Restelo, junto ao rio Tejo, trazendo a notícia de que era possível atingir a Índia após circunavegar a África. Os 240 dias que se seguiram ao retorno de Gama foram os mais promissores que Portugal vivera desde a gloriosa conquista de Ceuta, em Marrocos, 85 anos antes. A certeza de que a Índia podia ser alcançada por mar era a recompensa por quase um século de esforços ininterruptos; a coroação de uma

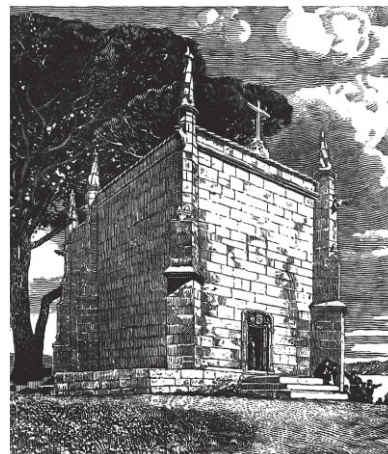
e globos europeus, sempre indicando uma ilha localizada no oceano Atlântico. Até 1624, expedições ainda eram enviadas à sua procura.

A Capela do Infante

Erguida numa suave colina no bairro de Belém, em Lisboa, a ermida de São Jerônimo foi mandada construir pelo infante D. Henrique e entregue por ele aos frades do convento de Tomar – ligados à Ordem de Cristo – para que eles abençoassem a partida das expedições marítimas. No auge do período manuelino, a ermida foi reformada pelo principal arquiteto do rei D. Manoel I, o francês Diogo Boitac, que também projetou o suntuoso mosteiro dos Jerônimos, sua obra-prima.

aventura que exigira grandes conquistas náuticas, custara muito dinheiro e reclamara centenas de vidas.

Com a certeza de que o prêmio por tanto empenho estava ao alcance da mão, o rei D. Manoel I queria que todos – inclusive os espões da Espanha e de Veneza, os representantes dos comerciantes genoveses e os agentes ingleses, além do povo em geral – vislumbrassem a gloriosa partida de sua nova missão, comercial e guerreira, ao reino das especiarias. Por isso, desde a tarde anterior a pequena capela da *ermida de São Jerônimo* – que, havia quase 100 anos, o infante D. Henrique, padroeiro de todas essas conquistas, mandara construir às margens do Tejo – tinha sido suntuosamente decorada por artífices e tapeceiros. À direita do altar, um dossel (espécie de toldo) fora erguido para abrigar o próprio D. Manoel e sua corte. Toda a população de Lisboa fora convocada a presenciar a partida da esquadra.



Por volta das 9 horas de uma manhã radiosa, o cortejo real – rutilante de ouro e veludo – chegou à capela, onde já se encontravam os capitães da frota e banqueiros opulentos que financiavam boa parte daquela caríssima expedição. Ao altar subiu D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, matemático e cosmógrafo. Junto com os astrólogos Abraão Zacuto e José Vizinho, ele fora um dos consultores que, em 1487, vetara a aprovação ao delírio de Cristóvão Colombo – que pretendia atingir as Índias navegando para oeste.

Após o sermão, pronunciado à luz de tochas, D. Diogo benzeu uma bandeira da Ordem de Cristo – ordem militar originária dos Cavaleiros Templários da Idade Média – e, retirando-a do centro do altar, a entregou a el-Rei. D. Manoel passou-a então a Pedro Álvares Cabral, o nobre cavaleiro que ele escalara para chefiar aquela missão e que havia convidado para sentar junto a si, sob a cortina franjada do dossel. A seguir, depois de o rei ter oferecido ao comandante também a touca vermelha usada por clérigos e cardeais – que fora benta pelo próprio Papa e era chamada de “barrete” –,

todo o grupo, carregando cruzes e relíquias, saiu em lenta procissão rumo ao porto.

Lá fora, a praia do Restelo fervilhava. Essa agitação febril foi descrita em minúcias pelo grande cronista real João de Barros, segundo todas as probabilidades uma testemunha ocular da cena. “A maior parte do povo de Lisboa, por ser dia de festa e mais tão celebrada por el-Rei, cobria aquelas praias e campos de Belém”, anotou Barros no primeiro volume de sua obra clássica, *Décadas da Ásia*. “E muitos, em batéis que rodeavam as naus, levando uns, trazendo outros, assim serviam todos com suas librés [uniformes da criadagem real] e bandeiras de cores diversas, que não parecia mar, mas um campo de flores, com a frol [o conjunto] daquela mancebia juvenil que embarcava. E o que mais levantava o espírito destas cousas, eram as trombetas, atabaques, cestros, tambores, flautas, pandeiros e até gaitas cuja ventura foi andar em os campos no apascentar [pastorear] dos gados, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, porque para viagem de tanto tempo tudo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar. Com as quais diferenças que a vista e ouvidos sentiam, o coração de todos estava entre prazer e lágrimas, por ser essa a mais formosa e poderosa armada que até aquele tempo para tão longe deste reino partira.”

Era, de fato, uma armada imponente: vistas das alturas da Alfama, um dos bairros altos de Lisboa, sob a luminosidade daquele fim de inverno, as dez naus e as três caravelas balouçavam na contraluz das águas do rio Tejo, em frente ao Restelo, que o mesmo Barros chamara de “praia das lágrimas para os que vão, e terra do prazer para os que vêm”.

É lícito supor que muitos dos jovens que em breve embarcariam na frota de Cabral tenham estado naquele mesmo porto ainda crianças, em dezembro de 1488, quando a ele retornara Bartolomeu Dias com a notícia de que a África podia ser contornada. E quantos deles, mais crescidos, não haviam decidido fazer-se ao mar apenas nove meses antes, no momento em que Nicolau Coelho, antecipando-se ao próprio Gama, chegara a Lisboa, em 10 de julho de 1499, alardeando que a Índia fora enfim atingida? Dando à cena a coerência que, desde o início, caracterizou os descobrimentos lusos, tanto

Coelho como Dias já estavam se preparando para subir novamente a bordo.

A esquadra que Cabral iria comandar era, mais exemplarmente do que qualquer outra armada até então, um pedaço flutuante de Portugal. Conduziria em seu bojo gente de todos os estratos sociais, numa divisão rigidamente hierárquica, desde nobres até degredados. No topo dessa pirâmide, logo abaixo do comandante, estavam os capitães das 12 demais embarcações. Alguns poucos – entre os quais Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias e seu irmão Diogo – haviam sido escolhidos por sua destreza no mar. Os demais – como ocorrera desde as frotas armadas no século anterior pelo infante D. Henrique – ocupavam o cargo em função da complexa teia de suas ligações familiares e da “qualidade de seu sangue”. Esses, em geral, eram membros da Ordem de Cristo.

A esquadra fora armada às pressas. Do final do verão de 1499 aos últimos dias do inverno de 1500, os estaleiros da ribeira das Naus, localizados às margens do Tejo, rio acima, haviam trabalhado noite e dia para construir ou aparelhar as vastas naus e as pequenas caravelas da frota. Havia motivos específicos para tanta impaciência: primeiro, os pilotos árabes que Vasco da Gama capturara em Melinde (no atual território do Quênia) lhe revelaram que só era possível realizar a travessia da África para a Índia, navegando pelo Índico, durante as *monções de verão*. E faltavam apenas quatro meses para que os ventos, que agora sopravam de leste para oeste, mudassem de direção naquele oceano longínquo além da África. Portanto, a frota de Cabral deveria partir de Portugal antes do final de março – ou adiar a viagem para o ano seguinte.

Em segundo lugar, D. Manoel ficara preocupado com a guerra que rebentara entre

As Monções

A palavra “monção” vem do árabe mauasin e quer dizer “estação do ano em que se dá determinado fato”.

Por causa de seu regime regular, foram batizados de “monções” os ventos que sopram no sul da Ásia, especialmente na Índia. No verão (de junho a agosto), a monção sopra do mar em direção ao continente e se chama “monção marítima”. Era ela que conduzia os navios da África para a Índia. No inverno (de dezembro a fevereiro), a monção inverte sua direção, soprando do continente para o mar. Essa era a “monção continental”, usada para fazer a viagem de volta da Índia à África. Embora conhecidas desde a Antiguidade pelos marinheiros árabes, as monções só foram

Vasco da Gama e o Samorim (“senhor do mar”) de Calicute. Ao apresentar-se diante daquele orgulhoso soberano hindu, em maio de 1498, Gama dissera ser o representante de um rei “muito rico e poderoso”, mas chegara à Índia navegando em navios pequenos e mal aparelhados. O Samorim desprezou os presentes simplórios que Gama lhe ofereceu e virtualmente o ignorou. Ofendido, o capitão português retornou ao navio e fez soar seus canhões. Informado desses incidentes pelo próprio Vasco, D. Manoel decidiu enviar o mais rapidamente possível uma frota “muito poderosa em armas e em gente luzidia”⁷ – não só pronta para a guerra como repleta de presentes caros e capitães de linhagem nobre.

estudadas pelo geógrafo grego Hippalus no século II da era cristã. O conhecimento das monções, transmitido pelos árabes aos portugueses, foi fundamental para a conquista lusitana da Índia.

O REI BEM-AVENTURADO

Apesar do incidente em Calicute, D. Manoel, no fulgor de seus 30 anos, vivia dias de glória. Assim que Vasco da Gama retornou da Índia, no segundo semestre de 1499, o monarca adicionou a seu título de “rei de Portugal e dos Algarves” a designação de “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”. O povo logo o chamaria de “o *Venturoso*”, já que em seu reinado Portugal haveria de concretizar sonhos tão longamente acalentados. Apesar das oposições da corte, que considerava as navegações dispendiosas demais, fora D. Manoel quem tomara a decisão de reiniciar as viagens oceânicas, que haviam sido suspensas entre 1488 e 1497.

Que D. Manoel ardia em ambição e impaciência, num delírio de grandeza, é algo que fica claro na carta que ele enviou aos Reis



O Venturoso

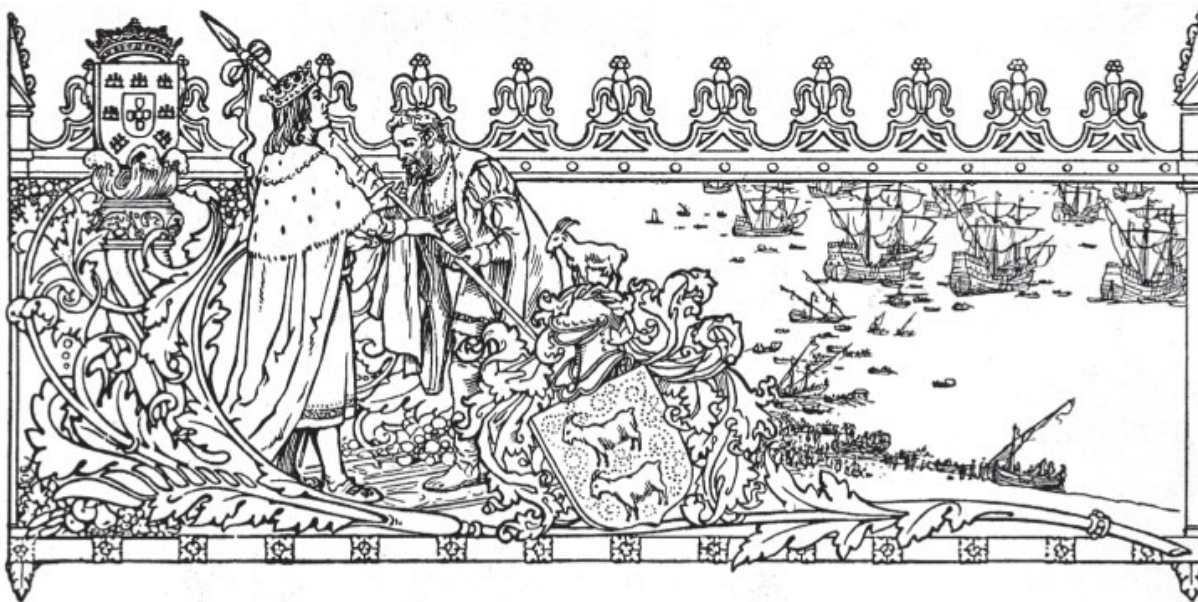
D. Manoel I, que se tornaria um dos mais bem-sucedidos reis de Portugal, assumiu o trono por vias tortuosas. Nascido em 1469, era filho de D. Fernando (irmão do rei Afonso V) e de D. Beatriz (neta de D. João I, o fundador da dinastia de Avis). A irmã de D. Manoel era casada com D. João II. Este não pretendia entregar o trono para o cunhado, mas, antes de sua morte, a própria rainha forçara a ascensão de D. Manoel. E

Católicos – seus parentes e rivais –, relatando os feitos da frota de Gama: “(...) acharam e descobriram a Índia e outros reinos”, contava D. Manoel. “Acharam grandes cidades de grandes edifícios, ricos e de grande povoação, nas quais se faz todo o trato de especiaria e pedraria (...) e trouxeram canela, cravo, gengibre e outros modos de especiaria (...) e muita pedraria fina de todas as sortes, rubis e outros; e ainda acharam terras em que há minas d’ouro [no caso, Sofala, em Moçambique].”

assim, embora recebesse uma Coroa endividada, D. Manoel I herdou também um vasto império ultramarino – que tratou de expandir por todo o globo, do Brasil à China.

É provável que fossem tais riquezas que enchiam a mente de D. Manoel no instante em que, após a missa, ele percorria a pequena distância que separava a capela de Belém da praia do Restelo. Durante essa caminhada, o rei permitiu que Pedro Álvares Cabral se mantivesse ao seu lado. D. Manoel e o homem que ele escolhera para comandar aquela nova viagem haviam tido várias entrevistas privadas. Cabral fora informado de que o primeiro objetivo de sua missão era impressionar o Samorim com a pujança da frota lusitana. Nas instruções que o rei lhe passara estava escrito claramente: “Ireis ancorar em Calicute com vossas naus juntas e metidas em grande ordem, assim de bem armadas, como de vossas bandeiras e estandartes, e o mais louças [elegantes] que puderdes.”

Mas D. Manoel não ignorava que seria preciso mais do que um aparato vistoso para convencer os rajás hindus da riqueza de Portugal. Por isso, mandara abarrotar os cofres das naus – e eles estavam agora reluzentes em ouro amoeado. Inúmeras e variadas moedas – “os justos e os espadins de D. João II, os cruzados e os portugueses do próprio D. Manoel (que haviam sido cunhados para celebrar o descobrimento da Índia); as dobras castelhanas, os florins de Aragão, as coroas flamengas, os ducados de Veneza e até as dobras mouriscas”⁸ – cintilavam em baús de prata. Rei algum jamais investira tanto numa viagem.



Com a certeza de que Cabral iria obter na Índia – pela sedução do ouro ou pela eficácia das armas – o monopólio do comércio de especiarias, D. Manoel, como se antevendo o papel que Lisboa viria a desempenhar no jogo de trocas planetárias, já dera início ao plano grandioso de “alargar, polir e enobrecer”⁹ a capital lusitana. De fato, os observadores mais atentos que acorressem ao porto naquele dia de festa já vislumbrariam os alicerces do mosteiro dos Jerônimos de Belém – prédio que, após sua conclusão, em 1517, seria a maior joia da arquitetura manoelina. O templo, resplandecente em alvura, seria erigido para comemorar o sucesso de Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para as Índias.

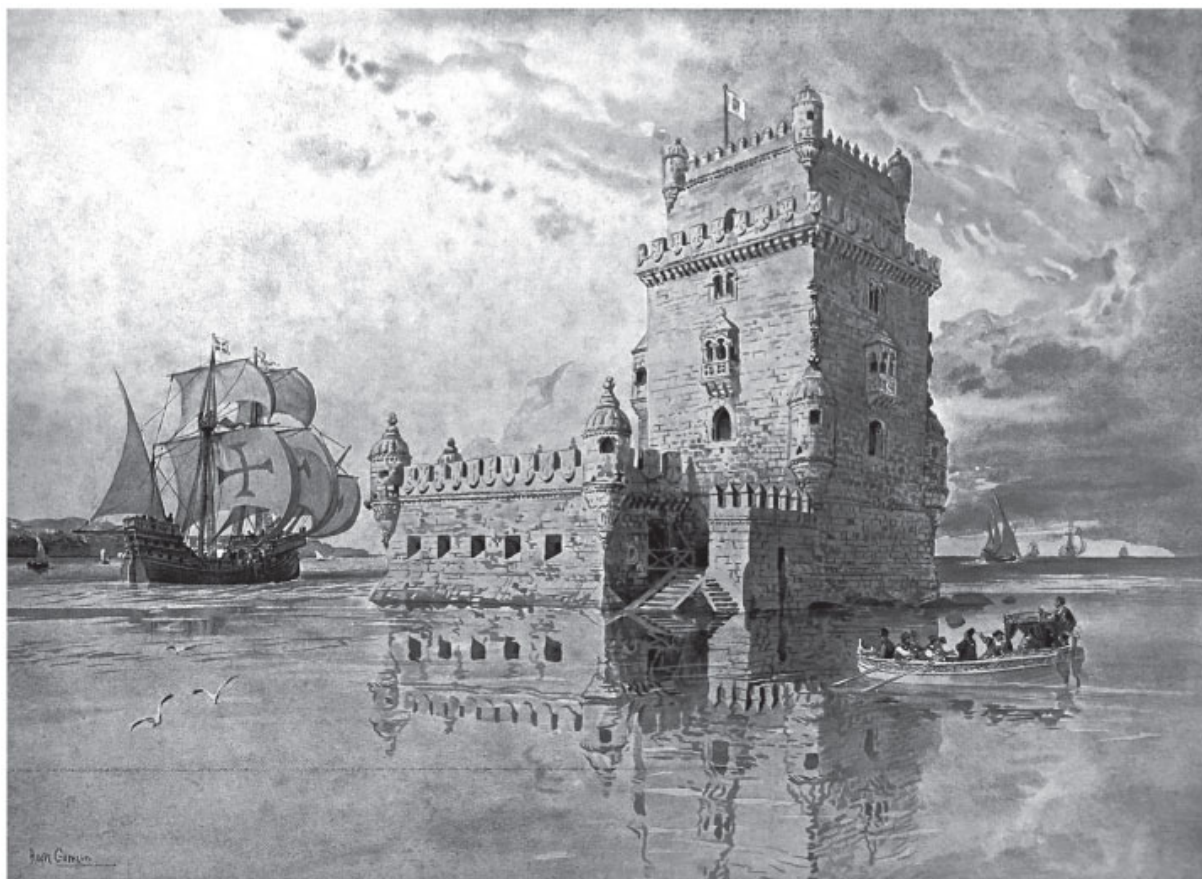
A menos de um quilômetro do local reservado ao mosteiro surgiam também as bases da *torre de Belém*, plantadas em pleno Tejo. A torre, erguida para defender a cidade, era uma homenagem ao infante D. Henrique, o padrinho de toda aquela aventura humana. Depois de cruzar pelos areais junto ao Tejo, que ele transformara em canteiro de obras, D. Manoel, esperançoso e altivo, estendeu a mão uma última vez para que Cabral e seus capitães a beijassem. No local chamado de “praia

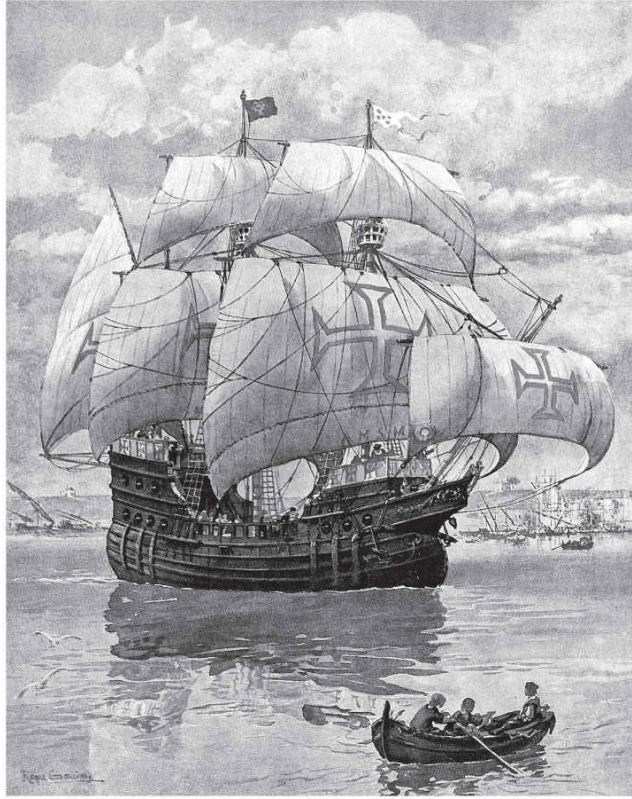
A Torre de Comando

A torre de Belém foi encomendada por D. Manoel para ser uma fortaleza, erguida em pleno Tejo. Sua construção prolongou-se de 1515 a 1521. A torre tornou-se o ponto de partida das grandes expedições do período áureo da expansão lusa e virou um dos maiores símbolos das grandes conquistas de Portugal. Enfeitada de cordas esculpidas

da Saudade”, o monarca se despediu do homem que incumbira de tão importante missão.

em pedra, possui sacadas rebuscadas e torres de vigia em estilo mourisco.





I

DE LISBOA A VERA CRUZ

A armada de Cabral, ancorada em frente ao Restelo, com seus cordames rangendo a “saudosa balada da partida”,¹ estava constituída por duas divisões. A primeira, composta por cinco naus, duas caravelas, uma nau mercante e uma naveta de mantimentos, além da nau capitânia e da sota-capitânia, partiria para Calicute, na Índia, com a missão de estabelecer relações comerciais com o Samorim e fundar uma feitoria. A segunda divisão, constituída por apenas uma nau e uma caravela redonda, destinava-se à cidade de Sofala, em território hoje pertencente a Moçambique, na África.

Na nau capitânia, com capacidade para 250 tonéis, seguiam, além de Pedro Álvares Cabral e sua guarda pessoal (formada, provavelmente, por um pelotão de sete besteiros²), cerca de 80 marinheiros e 70 soldados, aos quais se somavam 33 outros passageiros, entre eles sete serviçais, dois degredados, oito frades franciscanos e oito intérpretes (com destaque para Gaspar da Gama, “o judeu da Índia”, que vivera em Calicute por cerca de 30 anos e lá fora capturado por Vasco da Gama em 1498, e Gonçalo Madeira, “o mouro cristão de Tânger”, aprisionado pelos portugueses em Marrocos por volta de 1478). Também a bordo da capitânia estavam os oito futuros funcionários da feitoria de Calicute, liderados pelo fidalgo Aires Correia, feitor-mor do entreposto cuja fundação era o principal objetivo da viagem. Entre esses funcionários contava-se um certo Pero Vaz de Caminha, que deveria ser o futuro escrivão (ou contador) da feitoria. Ao todo, havia cerca de 190 homens a bordo do navio.

Alguns historiadores acreditam que Cabral teria viajado na nau *São Gabriel* – a mesma com a qual Vasco da Gama chegara à Índia dois anos antes. A questão ainda não foi (e talvez jamais venha a ser) esclarecida. Mas parece pouco provável que, se a nau capitânia fosse de fato a lendária *São Gabriel*, nenhum dos cronistas da expedição tenha se referido especificamente a esse fato.

A nau sota-capitânia, chamada *El-Rei*, tinha capacidade para 200 tonéis, conduzia 160 homens e era comandada por Sancho de Tovar, vice-comandante da armada. Tovar era um nobre castelhano que se refugiara em Portugal depois de matar o juiz que havia confiscado todos os bens de sua família e mandara degolar seu pai, Martim Fernandes de Tovar. Na luta sucessória entre Afonso V, de Portugal, e Fernando e Isabel, respectivamente de Aragão e Castela, Martim Fernandes decidira ficar do lado do monarca luso. Foi condenado à morte depois que Afonso V e os chamados *Reis Católicos* firmaram um acordo, em 1479. Após ter vingado o pai, Sancho de Tovar foi acolhido na corte lusitana, por volta de 1481.

A indicação de um refugiado castelhano para um cargo tão importante levou certos historiadores a supor que, ao nomear Sancho de Tovar como vice-comandante da armada, D. Manoel lutava para manter acesa a chama tênue que lhe permitia sonhar com uma Península Ibérica unida sob o cetro de um filho seu. De fato, em 1497 D. Manoel se casou com D. Isabel de Aragão, filha de Fernando e Isabel. Desse casamento nasceu, no ano seguinte, o infante D. Miguel, neto e herdeiro dos Reis Católicos de Aragão e Castela. Mas em 19



Os Reis Católicos

Quando Fernando de Aragão (acima) e Isabel de Castela (abaixo) se casaram em 1469, a união de seus reinos deu origem à Espanha unificada – e fez renascer as ameaças de absorção de Portugal pela coroa rival. Mas depois de uma luta sucessória travada entre Afonso V, de Portugal, e os Reis Católicos, D. Manoel I se casou com a filha de Fernando e Isabel e reaproximou os dois reinos ibéricos.



de julho de 1500, enquanto a esquadra de Cabral chegava a Moçambique, após deixar o Brasil, D. Miguel morreria, aos 2 anos, em Granada, enterrando o sonho do pai.

Permanecem desconhecidos os nomes das outras cinco naus d’el-Rei que faziam parte da primeira divisão da esquadra de Cabral, embora em 1854 o historiador Francisco Varnhagen tenha afirmado, baseado em um documento incompleto achado na torre de Belém, que elas se chamavam *Espírito Santo*, *Santa Cruz*, *Flor de la Mar*, *Vitória* e *Espera*. Todas elas tinham cerca de 180 tonéis de capacidade e uma tripulação que pode ser calculada em 150 homens cada. Seus respectivos capitães eram:

Simão de Miranda de Azevedo – Como o próprio Cabral, Miranda era membro de uma das mais nobres e antigas famílias de Portugal. Antes de ser incumbido da missão de comandar uma das naus, vivia em “futilidades irrisórias na corte”, segundo um cronista da época. Miranda sobreviveu à viagem de Cabral e retornou à Índia em 1512. Morreu em 1515, na feitoria de Sofala (Moçambique), para onde fora enviado como capitão.

Aires Gomes da Silva – Membro da família Silva, uma das mais notáveis casas de Portugal e de Castela, descendentes d’el-Rei D. Fruela II, de Leão. Aires Gomes era filho de Pero da Silva, por sua vez filho bastardo de João da Silva, alferes-mor do rei D. João I (1367-1433).

Simão de Pina – Também de origem nobre, era neto de Vasco Anes de Pina, um dos companheiros do rei D. João I na célebre batalha de Aljubarrota (1385), em que Portugal obteve sua independência de Castela. Simão de Pina era parente próximo do cronista Rui de Pina, que fora

Um Genuíno Herói Lusitano

O busto abaixo, um dos quatro misteriosos “medalhões” esculpidos nas pilastras do mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, é considerado a representação mais fiel do rosto de Nicolau Coelho. Refletindo sobre a imagem, o historiador luso Jaime Cortesão escreveu: “Possuía uma rude face de fauno ou de tritão, respirando audácia e alegria bárbara. Devia ser de rigíssima têmpera o capitão navegador: Dir-se-ia possuído pelo encanto do Mar. Embarcou infatigavelmente a cada armada. Afundou-se com a nau Faial quando regressava da Índia, em 1504. A terra não era digna de comer o corpo daquele Homem.”

o hábil negociador do Tratado de Tordesilhas.

Vasco de Ataíde – Quase nada se sabe sobre esse “cavalheiro de boa linhagem”, que deveria ser parente de Pero de Ataíde, capitão de uma das caravelas da frota.

Por fim, o capitão da última das cinco naus da primeira divisão da esquadra cabralina era o lendário *Nicolau Coelho*, um dos maiores navegadores portugueses de todos os tempos. Ao contrário de seus companheiros de comando, Coelho foi alçado ao cargo não por sua “boa” linhagem, mas por sua excelência no mar. Em 1497, como capitão da nau *Bérrio*, foi um dos descobridores da Índia, em companhia de Vasco da Gama. A ele coube dar a boa-nova ao rei D. Manoel. Graças à façanha, Nicolau Coelho foi feito cavaleiro em 24 de fevereiro de 1500 (apenas três semanas antes dessa nova viagem, portanto), ganhando 50 mil ducados de “tença” (ou pensão) vitalícia e o direito de possuir um brasão.

A primeira divisão da esquadra cabralina era completada por uma caravela de nome *São Pedro* (70 tonéis de tonelagem e 50 homens a bordo), sob o comando de *Pero de Ataíde*, e pela naveta de mantimentos (com capacidade para 100 tonéis e 80 homens), capitaneada por *Gaspar de Lemos*. Pero de Ataíde, de apelido “Inferno”, teria um desempenho heroico quando do ataque de mercadores árabes e hindus à feitoria de Calicute, em dezembro de 1500. Retornou à Índia em 1502, na esquadra de Vasco da Gama. Morreu em Moçambique, em 1503, aonde chegara como náufrago. Pouco se sabe sobre Gaspar de Lemos, exceto que coube a ele anunciar ao rei D. Manoel que o Brasil havia sido descoberto – já que, após os 10 dias em Porto Seguro, os mantimentos armazenados em seu navio foram distribuídos pelas outras naus e Lemos partiu de volta a Portugal, levando as cerca de 30 cartas que relatavam ao monarca o “achamento” do Brasil.

Todos esses capitães – assim como os principais pilotos e mestres – eram homens bem pagos. Num livro clássico (embora controverso) chamado *Lendas da Índia*, escrito em 1561, o cronista Gaspar Correia listou os



salários dos integrantes da armada de Cabral. A maior remuneração cabia, é claro, ao comandante-chefe: sabe-se que Pedro Álvares recebeu 10 mil cruzados pela viagem. Cada cruzado valia o equivalente a 3,5 gramas de ouro. Além dessa pequena fortuna, Cabral embolsaria ainda o lucro referente a 500 quintais de *pimenta* – ou inacreditáveis 3 toneladas – que ele tinha o direito de comprar, às próprias custas, e transportar gratuitamente no navio. A Coroa se comprometia a adquirir essa pimenta pelo valor corrente em Lisboa – cerca de sete vezes o preço pago na Índia. O capitão-mor podia trazer ainda 10 caixas forras (ou livres de impostos) de qualquer outra especiaria.

Os capitães das demais naus recebiam mil cruzados sobre cada 100 tonéis de arqueação de seus navios (a maioria, portanto, embolsou cerca de 1.800 cruzados), acrescidos de seis caixas forras e da possibilidade de adquirir 50 quintais (ou 300kg) de pimenta para revenda em Lisboa. Mestres e pilotos ganharam 500 cruzados, quatro caixas forras e 30 quintais de pimenta cada. Os marinheiros recebiam 10 cruzados por mês, uma caixa forra e 10 quintais de *pimenta*, cabendo aos grumetes a metade disso. Ainda segundo Gaspar Correia, os bombardeiros tinham a mesma remuneração que os marinheiros. Os demais soldados – chamados de “gente de armas”, em contraposição a “gente do mar” – ganhavam 5 cruzados por mês e podiam transportar 3 quintais de pimenta.

Todos os integrantes da armada ainda teriam direito aos bens saqueados aos povos que entrassem em luta com os portugueses. A divisão dessas “presas de guerra” era feita da seguinte forma: primeiro, o capitão-mor tirava sua parte

A Pimenta

De todas as especiarias existentes no Oriente e cobiçadas pelos europeus, nenhuma era mais importante e mais valiosa do que a pimenta. Hoje considerada mero condimento, a pimenta, nos séculos XVI e XVII, era artigo de fundamental importância na economia europeia. Como não havia condições de se alimentar o gado durante o rigoroso inverno da Europa setentrional, a quase totalidade dos rebanhos era abatida por volta do mês de novembro. O sal era usado para preservar a carne por vários meses, mas a pimenta e, em menor escala, o cravo eram considerados imprescindíveis para tornar o sabor das conservas menos repulsivo. Na Europa, o preço da pimenta era altíssimo e na Índia os hindus só aceitavam trocá-la por ouro. Os portugueses chegaram a trazer

(chamada “joia”), cujo valor não poderia exceder 500 cruzados. Depois, era separado o quinto do rei. A seguir, o butim era dividido em três partes iguais – duas para o próprio rei, “pela armação, mantimentos e artilharia do navio”, e a parte restante dividida na proporção de 15 partes para o capitão-mor, 10 partes para cada capitão, quatro partes para os pilotos, três partes para os mestres, duas partes para as “gentes do mar” e duas para as “gentes de armas”.

cerca de 30 mil quintais por ano (quase 2 mil toneladas) de pimenta da Índia para Lisboa.

Assim sendo, qualquer tripulante que retornasse daquela viagem com certeza ascenderia economicamente na escala social. Além do mais, a “gente casada” recebera um ano de salário adiantado, “para proteção de suas famílias”. Aos solteiros foram adiantados seis meses de ordenados. Antes de embarcar, o capitão-mor recebeu um “sinal” de 5 mil cruzados. Os demais capitães ganharam mil cruzados.

A INICIATIVA PRIVADA

Tais honorários e adiantamentos – mais as despesas com a construção, manutenção e abastecimento da frota, além dos fabulosos presentes enviados ao Samorim – mostram quão onerosa era a empresa náutica, militar e mercantil chefiada por Cabral. A Coroa não podia financiá-la sozinha. Por isso, D. Manoel, como antes fizera seu antecessor D. João II, estava associado ao capital privado.

De fato, as duas navas que completavam a primeira divisão da frota de Cabral tinham sido armadas por mercadores particulares. A caravela *Anunciada*, com 100 tonéis de tonelagem e 80 homens a bordo, pertencia a D. Álvaro de Bragança, filho de D. Fernando, duque de Bragança. D. Álvaro – com o aval de D. Manoel – se associara aos banqueiros florentinos Bartolomeu Marchioni e Girolamo (ou Jerônimo) Sernige e ao genovês Antonio Salvago.

Marchioni, Sernige e Salvago viviam em Lisboa havia pelo menos uma década e, havia alguns anos, estavam associados à Coroa lusa na armação de expedições ultramarinas. Girolamo Sernige já havia inclusive financiado

parcialmente a expedição de Vasco da Gama à Índia, em 1497. Na verdade, desde que Constantinopla fora tomada pelos turcos otomanos, em maio de 1453 – e Veneza obtivera deles o monopólio do comércio das especiarias para a Europa –, suas rivais Gênova e Florença, alijadas desse rendoso jogo mercantil, tinham decidido investir nas expedições de Portugal. Afinal, a busca lusitana pelo caminho marítimo para as Índias era a única opção para furar o bloqueio imposto pelos muçulmanos às rotas de comércio terrestre, que há séculos uniam a Europa à Ásia.

Embora fossem banqueiros privados, Marchioni, Sernige e Salvago tinham o apoio dos mais altos mandatários de Florença e Gênova. Bartolomeu Marchioni, o mais opulento dos três, não apenas mantinha estreitas relações com o rei D. Manoel como se correspondia frequentemente com Lourenço Pierfrancesco de Medici, cuja família era a mais rica e a mais influente de Florença.

O comando da caravela *Anunciada* estava nas mãos de *Nuno Leitão da Cunha*, criado da casa de Bragança. Por fim, completando a esquadra cabralina, o conde D. Diogo da Silva e Meneses armara, em parceria com outros mercadores italianos (talvez Luca Giraldi e Piero Strozzi), uma pequena nau mercante, de 130 tonéis e com 40 homens a bordo, que pusera sob o comando de um certo Luis Pires.

Esses 11 navios formavam a primeira divisão da armada comandada por Pedr'Álvares Cabral.

A SEGUNDA DIVISÃO

Uma pequena *caravela redonda*, com 100 tonéis de porte e tripulação de 80 homens, mais uma nau de 180 tonéis e 150 homens constituíam a Segunda Divisão da frota de Cabral. Sua missão era estabelecer uma feitoria na cidade de Sofala – o último ponto da costa oriental da África ao qual chegavam os navios árabes e onde havia uma rica mina de ouro. O comando da caravela redonda

A Caravela Redonda

As caravelas que faziam parte da frota de Cabral eram uma evolução das primitivas caravelas dos descobrimentos. Chamavam-se caravelas redondas não só devido ao formato arredondado de seus cascos, mas porque misturavam velas latinas (triangulares) com velas redondas (panos quadrangulares que ficavam

estava nas mãos de *Bartolomeu Dias*. Seu irmão, *Diogo Dias*, era o capitão da nau d’el-Rei.

Na turbulenta história dos descobrimentos lusos, raros personagens se defrontaram com um destino mais dramático e com injustiças tão brutais como Bartolomeu Dias. Primeiro navegador a dobrar o cabo das Tormentas, em janeiro de 1488, Dias fora impedido por seus próprios marinheiros de seguir viagem até a Índia. Ainda assim, ele não só supervisionaria a construção dos navios com os quais Vasco da Gama realizou, 10 anos mais tarde, o sonho de Portugal de chegar à Índia, como pode ter sido o descobridor da chamada “*volta do mar*”.

Em agosto de 1497, Dias chegara a partir com a expedição de Gama para a Índia, mas, por ordem do rei, sua missão era permanecer na fortaleza da Mina, na Guiné. Nos primeiros meses de 1500, escalado para participar da armada de Cabral, Bartolomeu Dias de novo não receberia permissão para navegar até a Índia. Sua nova missão era criar uma feitoria em Sofala, na costa oriental da África, no atual território de Moçambique. O destino que o aguardava, porém, seria mais cruel: em maio de 1500, Dias naufragou no cabo da Boa Esperança – que ele fora o primeiro a cruzar e que, muito apropriadamente, batizara de cabo das Tormentas. A única recompensa que o grande navegador recebeu foi póstuma: ele foi eternizado como um dos mais comoventes personagens dos *Lusíadas*, de Camões, o mais importante poema da língua

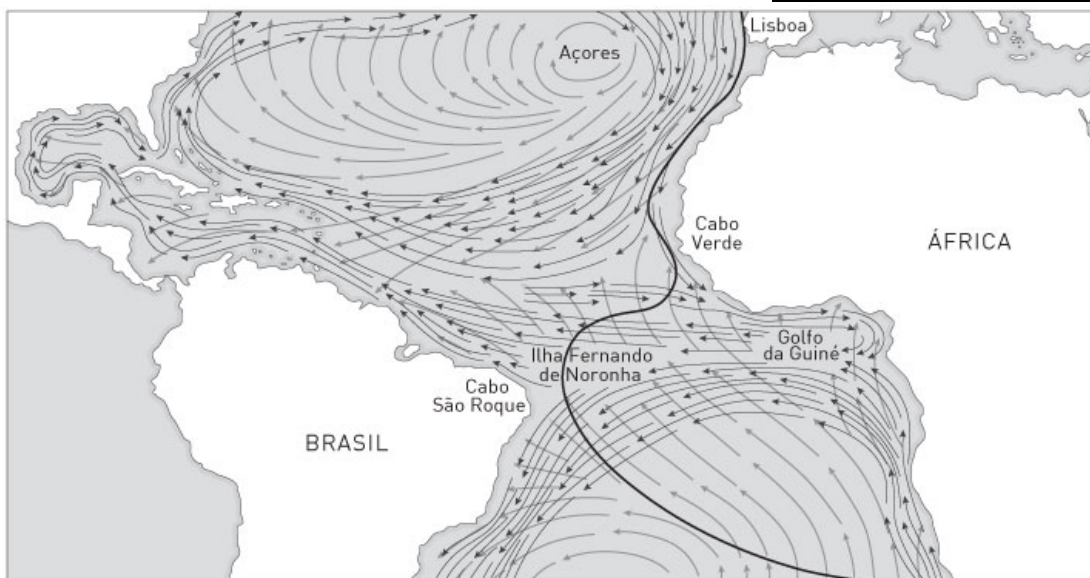
“redondos” ao serem inflados pelos ventos). Armadas por D. João II no final do século XV, as caravelas passaram a ter cerca de 30 bocas de fogo. Esses navios possuíam cascos de cerca de 30 metros de comprimento por seis de largura.



Depois de quase um século de navegação atlântica, os nautas lusos concluíram que, para contornar a África, deveriam afastar-se do litoral e, auxiliados pelas correntes e pelos ventos, realizar uma grande curva para fugir das correntes contrárias do golfo da Guiné. Essa “volta do mar” (assinalada pela linha negra no meio do oceano) constituiu o segredo e o gênio de Portugal: a impressionante intuição que lhes permitiu subjugar o Atlântico, chamado de Mar Tenebroso. Ao alongar mais para oeste a “volta do mar”, Vasco da Gama aproximou-se das costas do Brasil, em 1497. Três anos depois, seguindo a mesma rota, por indicação do próprio Gama, Cabral aportou na Bahia. No mapa a seguir, as

portuguesa.

setas claras indicam a direção dos ventos, e as setas mais escuras, a das correntes.



Diogo Dias protagonizou uma história similar à do irmão mais velho, embora menos amarga. Quando o cabo tormentoso foi vencido, Diogo estava junto com o irmão. Dez anos mais tarde, chegou à Índia, como escrivão na nau de Gama. Embora na frota de Cabral sua missão fosse ficar em Sofala, ele receberia permissão para seguir até a Índia. Bartolomeu e Diogo Dias eram escudeiros da Casa do Rei. O rei D. João II, em sua política de menosprezar a nobreza e afastá-la do comando das expedições marítimas, nomeou Bartolomeu Dias chefe da viagem de 1488. Mas, quando Vasco da Gama partiu para a Índia em 1497, seguindo a rota que o próprio Bartolomeu descobrira, o novo rei era D. Manoel I, e esse monarca estava disposto a reatar relações com os nobres. Bartolomeu e Diogo Dias foram preteridos.

A PARTIDA

No momento em que as barcaças zarparam do porto do Restelo em direção aos navios, deixando atrás de si o rumor dos prantos e das bênçãos, a multidão urrou excitada. As velas das naus foram então içadas lentamente, ao ritmo dos apitos dos contramestres. Eram necessários todos os braços

disponíveis para essa vigorosa manobra, sacralizada pelas imensas cruzes vermelhas da Ordem de Cristo, pintadas nas velas que então se desfraldaram aos céus daquele início de primavera. Ao final daquela tarde de domingo, porém, o tempo virou. Soprando do sul, “ventos sacudidos e finos”³ impediram que a multidão pudesse assistir à frota descendo majestosamente o Tejo.

Só na manhã do dia seguinte, bafejada pelas brisas do quadrante Norte, a armada se pôs em marcha. Era uma segunda-feira, 9 de março de 1500 – dia normal de trabalho para os lisboetas. A folga domingueira dera lugar aos afazeres cotidianos. Enquanto os marujos se debruçavam nas amuradas dos navios, acenando com seus gorros vermelhos, o alarido das vendedoras, com suas grandes panelas de cuscuz, já ecoava pelo porto. Suas vozes se misturavam às dos vendedores de tripas cozidas.

Aquela era uma Lisboa ardente e sedenta, de poucos chafarizes, à beira dos quais o povo e os escravos brigavam pela vez de abastecer suas moringas. Esgueirando-se pelo porto, os vadios aguardavam o melhor momento e o menor descuido para se apoderar da bolsa dos passantes. A partir do alvará de 6 de maio de 1536, esses “velhacos” seriam “desterrados para o Brasil”. Embora ainda não fosse a Lisboa manuelina, faustosa e oriental dos anos seguintes, a cidade já começara a “esburacar sua velha mas resistente capa medieval”, transformando-se no burgo marítimo cosmopolita que “falava desvairadas línguas”.⁴

Umas 60 mil pessoas se apinhavam então em cerca de 18 mil casas, de três andares e poucas janelas. Pelas suas 270 ruas e 89 becos, sinuosos e estreitos, pavimentados com lajes desiguais, a peste espreitava. De fato, um novo surto da doença irromperia em 1505 (como ocorrera sete vezes no século anterior e voltaria a ocorrer em 1520 e em 1523).

Quando a frota zarpou, ao meio-dia daquela segunda-feira, a tripulação voltou seus olhos para admirar as torres do castelo de São Jorge, construído pelos visigodos no século V, reformado pelos árabes no século IX e, desde o reinado de Afonso Henriques, iniciado na aurora do século XII, transformado em sede das Casas Reais lusitanas. À sua sombra esparramava-se a Alfama

(a “Cidade Branca” erguida durante o período da dominação muçulmana). Mais abaixo ficavam o Beco das Cruzes, a Rua da Judiaria e o bairro do Rossio, onde viviam os pescadores e a marujada. Tudo isso era agora deixado para trás.

Após vencerem os perigosos bancos dos Cachopos, na barra do Tejo, as naus foram erguidas pela grande ondulação do oceano. Era em geral nesse ponto que os soldados e os marinheiros de primeira viagem começavam a vomitar, “sujando-se uns aos outros”.⁵ Mas enjoos eram o de menos: para a maioria dos embarcados, aquela seria uma viagem sem volta. Na verdade, não havia quem desconhecesse os riscos de semelhante jornada. Tanto é que a maioria dos homens a bordo tinha deixado assinado seu testamento. Um historiador moderno, o brasileiro Paulo Miceli, já fez a comparação: “Muitos daqueles viajantes enfrentaram os mares como alguém que, hoje, entrasse num avião sem a garantia do aeroporto no final da viagem.” De fato, dois entre cada três homens a bordo jamais voltariam a contemplar aqueles céus, aqueles montes, aquela cidade.

Ainda assim, e talvez por isso mesmo, entre os 1.500 embarcados a vida organizava-se rotineira e regrada, na promiscuidade hierarquizada das cobertas e entrecobertas do navio, que o passar dos dias tornava cada vez mais “sujas e infectas, porque a maior parte da gente não toma o trabalho de ir acima para satisfazer as suas necessidades, o que em parte é a causa de morrer ali tanta gente”.⁶

ÁRVORE GENEALÓGICA DE CABRAL

No topo daquela sociedade flutuante – é importante ressaltar que os 1.500 homens a bordo representavam 2,5% do total da população de Lisboa – estava o capitão-mor. Ele tinha autoridade absoluta sobre todos, tripulantes e passageiros, fossem eles gentis-homens ou fidalgos (literalmente “filhos de algo”), como ele próprio.



Retrato Oficial do Descobridor

Nenhuma das imagens

A indicação de *Pedro Álvares Cabral* para o cargo de chefe supremo de tão importante expedição continua, de certa forma, sendo um mistério para os historiadores. Apesar de, em determinados documentos reais, D. Manoel ter se referido aos “merecimentos e serviços” que Cabral teria prestado à Coroa, suas supostas proezas, no mar ou em terra, permanecem desconhecidas.

Embora ele possivelmente tenha “fincado uma lança em África” – como faziam todos os jovens cavalheiros e nobres fidalgos de sua geração –, o mais provável é que Cabral tenha sido alçado ao cargo não só em função dos vínculos que sua família mantinha com a Coroa, mas especialmente porque era casado com uma das mulheres mais nobres e mais ricas de Portugal.

Pedr'Álvares nascera em Belmonte, norte de Portugal, entre 1467 e 1468. Seu trisavô era Álvaro Gil Cabral, que não apenas teve importante participação na batalha de Aljubarrota, em 1385, como foi o heroico defensor do *castelo de Belmonte* – do qual se tornou alcaide-mor (ou governador), cargo vitalício e hereditário. A família obteve também o direito de ter um brasão, no qual Álvaro Gil decidiu colocar a imagem de três cabras – animal “valente e leal” tão comum naquela “rude terra centeeira, nas abas da serra da Estrela”.⁷ Pelos 200 anos seguintes, *Belmonte* seria um feudo da família Cabral.

O Castelo do Belo Monte

O Castelo de Belmonte (aglutinação de “Belo Monte”) foi erguido pelo rei D. Diniz. Sua construção se iniciou em 1226, mas a obra só foi concluída mais de um século depois. Atualmente, resta apenas a torre principal, na qual existe uma janela em estilo

conhecidas de Pedro Álvares Cabral pode ser considerada autêntica. O quadro acima, no entanto, acabou se tornando a “face oficial” de Cabral. Ele apareceu pela primeira vez no livro Retratos e Elogios de Varões e Donas, publicado em Lisboa em 1817. Seus editores não mencionaram a procedência nem a data do original do qual este retrato foi copiado, embora a fonte primária provavelmente fosse bem mais antiga.

O filho de Álvaro Gil e bisavô de Pedro Álvares era Luís Álvares Cabral, que lutou com o pai em Aljubarrota, foi escudeiro-fidalgos do rei D. João I e vedor (ou fiscal de finanças) da casa do infante D. Henrique, ao lado do qual participou da tomada de Ceuta, em 1415. Também combatendo em Marrocos esteve Fernão Álvares, filho de Luís Álvares e avô do Cabral que

manoelino, que foi acrescentada ao prédio já em pleno século XVI. De tal janela, vislumbra-se ainda hoje magnífica vista da região montanhosa que, durante três séculos, foi quase um feudo do orgulhoso clã dos Cabrais.

descobriu o Brasil. Apesar de ter adoecido de peste na galé de D. Henrique, Fernão Álvares recuperou-se a tempo e se tornou o primeiro europeu a “matar um mouro a cavalo nas terras de Ceuta”.⁸



Fernão Álvares teve dois filhos: Diogo e Fernão. Fernão Cabral, tido por “galanteador e troveiro, metedor d’alvoroços entre as moças”,⁹ era um homem alto, de mais de 1,90m, apelidado de “Gigante da Beira”. Fernão casou-se com D. Isabel Gouveia, mulher riquíssima. Com ela, teve sete filhos, o segundo dos quais chamou-se Pedro Álvares.

Por não ser filho primogênito, Pedr’Álvares, embora criado na corte de D. João II, não tinha direito à herança de seu pai. Mas acabou não precisando dela: ao casar-se com D. Isabel de Castro – que era neta dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela e sobrinha de Afonso de Albuquerque, o maior dos conquistadores lusos do século XVI –, Cabral tornou-se mais rico que o pai, o avô e o bisavô jamais haviam sido.

Em 15 de fevereiro de 1500, o rei D. Manoel o nomeou capitão-mor da armada que em breve entraria nas amplitudes do Atlântico. Não são poucos os analistas que acham que tal honraria se deveu ao “casamento bom”. É muito provável que Cabral, que era membro da Ordem de Cristo, jamais houvesse navegado.



O Verdadeiro Cabral?

A TRIPULAÇÃO

Pedro Álvares *Cabral* era, na verdade, o chefe militar da missão. O comando técnico da frota fora entregue a homens como Pero Escolar, um dos mais afamados pilotos de sua época, que pilotara o navio com o qual Nicolau Coelho tinha “descoberto” o caminho marítimo para as Índias, junto com Vasco da Gama, em 1497-98. Pero de Alenquer, que acompanhara Bartomoleu Dias ao cabo em 1488, e Afonso Lopes, do qual pouco se sabe, eram os outros pilotos cujo nome a história preservou.

As Gentes de Armas

Embora supostamente sua missão fosse comercial e de paz, não há dúvidas de que em tropas, munições e artilharia a frota de Cabral levava a bordo o máximo e o melhor que àquele tempo era possível. Os soldados, no entanto, eram mal treinados. A maior parte deles não usava armaduras – com razão consideradas impróprias para os trópicos –, mas cobria os corpos com malhas metálicas e capacetes.

Contando com a experiência dos irmãos Dias e de Nicolau Coelho, esses homens eram responsáveis pelo

rumo e pelas singraduras da *armada*. O imediato, o contramestre e o guarda – soberanos respectivamente da proa, da popa e do convés entre os mastros – respondiam pela manutenção da ordem a bordo, e não abandonaram um só instante o seu território durante toda a viagem. Por meio de poderes e costumes precisos,

Apesar de pouco conhecida, a imagem acima provavelmente é a mais fidedigna representação das feições de Cabral. Trata-se do busto esculpido na fachada do mosteiro dos Jerônimos, por volta de 1520 (ano provável da morte de Cabral). Existem quatro bustos ou “medalhões” talhados nos pilares do mosteiro. Três deles retratam os “heróis do Oriente”: os irmãos Vasco e Paulo da Gama, mais Nicolau Coelho. O medalhão restante representaria o “herói do Ocidente”, Pedro Álvares Cabral. De fato, a efígie do medalhão acima é a única voltada para oeste. A tese de que o medalhão representa Cabral foi lançada por Varnhagen em 1842.



codificados ao longo de quase um século de navegação oceânica, esses três principais senhores do destino da embarcação comandavam, com o som de seus apitos, o trabalho de 60 marinheiros – a maioria dos quais eram profissionais instruídos e respeitados.

Todos eram auxiliados por grumetes, garotos que exerciam as tarefas mais pesadas e em quem todos mandavam, frequentemente com brutalidade. A bordo, havia também uma multidão de artesãos, carpinteiros, calafates e tanoeiros, indispensáveis ao sucesso da viagem. De mulheres, nem sinal. Mais do que por sua suposta fraqueza, ou pela tentação que poderiam representar, elas eram “indesejáveis por superstição”. Só quando a rota singrada por Cabral e Gama se tornou uma viagem frequente – a chamada Carreira da Índia –, a presença de mulheres a bordo seria tolerada. Ainda assim, a maioria delas eram órfãs e ex-prostitutas, enviadas para casar com os colonos portugueses que viviam na Índia ou no Brasil.

De qualquer forma, Cabral comandava uma espécie de *quartel flutuante*, no qual não havia lugar para mulheres. De fato, qualquer observador mais atento que tivesse assistido à partida da armada – ou que pudesse vê-la agora, já em alto-mar – haveria de perceber, alinhados no convés, na proa e na popa, os cilindros esguios das “bocas de fogo”, das bombardas e dos falcões, antigas peças de artilharia com as quais Cabral atacaria Calicute. As pedras e bolas de ferro que lhes serviriam de munição estavam armazenadas no interior das naus. O artilheiro-mestre e o sargento eram responsáveis por esses canhões e pelos cerca de 700 soldados a bordo.

Essa era uma tarefa das mais difíceis. De acordo com o navegante francês Pyrard de Laval, que viajou numa das naus da Carreira da Índia, os bombardeiros eram, quase todos, “artífices, sapateiros ou alfaiates, de modo que não sabem o que é dar um tiro de peça quando é mister”. Com

O Bojo da Danação

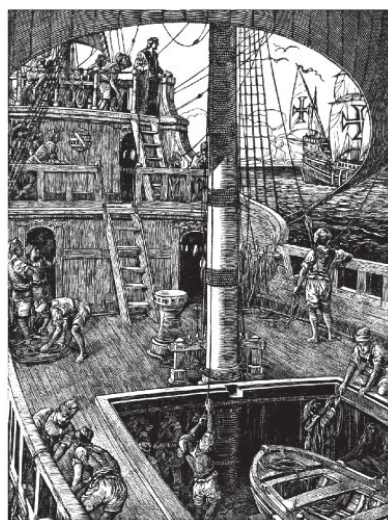
O interior das naus e caravelas do século XVI era um lugar escuro, sujo e perigoso. Embora fossem autênticos quartéis flutuantes, os navios do descobrimento não se livravam da imundície

os soldados era ainda pior: “Filhos de camponeses e outra gente de baixa condição, e apanhados à força desde a idade de 12 anos”, nunca tinham visto uma guerra “e não sabiam como se portar num combate”.¹⁰ Ainda assim, ao contrário dos marinheiros, os soldados podiam dormir sob o convés.

Também alojados sob as cobertas do navio iam os religiosos – com exceção do frei D. Henrique Soares de Coimbra, ao qual fora reservado um camarote ao lado do de Cabral. Homem de vasto saber teológico e político, D. Henrique largara a toga de desembargador da Casa de Suplicação de Lisboa para entrar como noviço no convento de Alenquer. Após a viagem ao Brasil, ele se tornaria bispo de Ceuta, confessor do rei D. Manoel e embaixador em missões junto aos papas Júlio II e Leão X. Mais tarde, teria sido inquisidor – e presidido a primeira queima de um judeu em Portugal, na praça de Olivença.¹¹

Mas, naquele momento, o franciscano D. Henrique achava que estava indo ao Oriente para encontrar cristãos. De fato, induzidos na ilusão de Gama – que não soubera diferenciar as estátuas de deuses hindus das imagens de santos cristãos –, Cabral e seus homens partiam para a Índia ainda supondo que iriam encontrar muitos cristãos em Calicute. A D. Henrique e a seus subalternos caberia estabelecer uma aliança espiritual com aqueles estranhos fiéis do Oriente. Os outros franciscanos a bordo eram os freis-pregadores Francisco da Cruz, Simão de Guimarães e Luís do Salvador, além do frei italiano Maffeo, que era organista; do frei Pedro Neto, cronista com ordens sacras; e do frei João Vitória, irmão leigo. Um vigário e oito capelães completavam a “milícia espiritual” enviada à Índia.

característica das ruas e das cidades medievais da Europa. Nos porões, havia ratos e baratas em profusão, e muitos dos tripulantes faziam suas necessidades ali mesmo, mareados demais para subirem ao convés. As doenças – especialmente o escorbuto – eram frequentes e altamente mortíferas.



A COMIDA A BORDO

Outro personagem de grande importância a bordo era o escrivão e notário Afonso Furtado, responsável pelos interesses do rei e, contabilista e despenseiro, até a mínima gota de água, pelos víveres guardados como um tesouro pelos soldados. “Todos os mantimentos do navio são distribuídos à sua vista e ele faz assento de tudo, ainda que seja um quartilho de água. Tem as chaves das escotilhas do navio; e mesmo quando o capitão quer ir abaixo ao porão, é mister que o escrivão o acompanhe sempre, e de outra sorte não poderia lá ir, não obstante a representar no navio a el-Rei”, escreveu Pyrard de Laval, referindo-se, anos mais tarde, às funções do notário.

Havia um despenseiro responsável pela distribuição dos alimentos aos soldados, que eram servidos antes; outro para os marinheiros e um terceiro para os oficiais. Todos a bordo recebiam rações rigorosamente iguais: 15kg de carne salgada por mês, mais cebola, vinagre e azeite, embora os capitães pudessem transportar galinhas e ovelhas a bordo e servir-se delas para melhorar sua alimentação. Nos dias de jejum – como a Sexta-Feira Santa –, a tripulação recebia arroz, peixe ou queijo para substituir a carne. O vinagre não era usado apenas nas refeições: também servia para desinfetar a imundície do porão, no qual parecia se esconder a mais horrível fatalidade da vida do mar: o *escorbuto*.

A base da alimentação a bordo era um biscoito duro e salgado “via de regra todo podre das baratas e com bolor mui fedorento”.¹² Cada tripulante tinha direito a 400 gramas diários. Tais biscoitos, cuja fabricação se confunde com a própria história da navegação, eram assados em fornos reais, como o do vale de Zebro, em Lisboa, onde, entre 1505 e 1507, se produziram mais de mil toneladas (o equivalente a 2,5 milhões de rações diárias).

Os mantimentos sólidos eram distribuídos uma vez por mês – todos crus. Tinham que ser

O Escorbuto

De todas as calamidades físicas que se abatiam sobre os marujos dos séculos XVI e XVII, nenhuma era mais devastadora e repulsiva do que o escorbuto. Doença provocada pela carência de vitamina C, o escorbuto provoca hemorragias e causa o rompimento das paredes de vasos sanguíneos. Os primeiros marinheiros ocidentais afetados por essa terrível enfermidade foram os homens da esquadra de Vasco da Gama, em 1497. A

cozidos diariamente, e os pequenos fogos acesos no convés representavam um perigo permanente – ainda mais que o cravo-da-índia e as demais especiarias eram tidos como “um verdadeiro pasto para as chamas”. O vinho e a água eram entregues diariamente. Cada homem a bordo tinha direito a uma canada (1,4 litro) diária de vinho – armazenado em cerca de 200 pipas em cada navio. A água, para beber e cozinhar, também era fornecida à razão de uma canada por dia. Armazenada em tonéis de madeira pouco apropriados, cheirava sempre muito mal por causa do ciclo natural das reações químicas. Infecções e diarreias eram muito comuns.

As sugestões dadas pelos médicos de bordo mais matavam do que curavam. Com Cabral, viajava o cirurgião chamado de Mestre João. Ele se tornaria célebre ao redigir uma das únicas cartas relativas a essa viagem que sobreviveu ao incêndio provocado pelo terremoto que abalou Lisboa em 1755. Além de Mestre João, outro personagem intrigante a bordo era Gaspar da Gama, ou Gaspar da Índia, que Vasco da Gama julgara ser um espião árabe e capturara em Goa, na Índia. Gaspar, na verdade, era um judeu polonês, de caráter errante, que vivera na Índia 30 anos antes. Aprisionado por Gama, terminou por conquistá-lo. Converteu-se ao cristianismo, adotou o nome de batismo do poderoso padrinho e foi levado para Lisboa. Passou a circular pela corte com desenvoltura, tornou-se íntimo de D. Manoel e embarcou como intérprete na viagem de Cabral.

doença em geral se manifestava após 70 dias em alto-mar. De início, era chamada de “mal de Luanda”, pois atacava os marujos quando seus navios se encontravam ao largo da costa de Angola. O nome “escorbuto” provém da palavra holandesa scherbuik, que quer dizer “ventre aberto” e deu origem ao francês scorbur. Há inúmeras e horrendas descrições dos estragos feitos pelo escorbuto entre os passageiros da chamada Carreira da Índia. O efeito mais conhecido da doença é o inchaço das gengivas, que apodreciam, ficavam muitíssimo malcheirosas e tinham que ser cortadas a navalha. As vítimas do escorbuto em geral morriam após dois meses de grandes sofrimentos. No século XVIII, o capitão inglês James Cook concluiu que o consumo de limões e laranjas (ricos em vitamina C) evitava a doença.

DE PORTUGAL À ILHA DE VERA CRUZ

Deixando Lisboa para trás, as naves de Cabral seguiram o rumo sul-

sudoeste embaladas por ventos favoráveis, fazendo saltar os peixes-voadores, tão comuns nas cercanias da ilha da Madeira. Atravessando a zona que os espanhóis chamavam de golfo de las Yeguas, a frota apontou as proas em direção às desejadas Canárias – ilhas que pertenciam à Espanha e por cuja soberania Portugal tanto lutara no século anterior. A conquista desse arquipélago fora o objetivo inicial (e nunca alcançado) do ciclo de navegações iniciado pelo infante D. Henrique.

No sábado, 14 de março, entre 8 e 9 horas da manhã, a frota já estava em frente à Gran Canária, a maior das sete ilhas do arquipélago. Bom tempo e bons ventos permitiram que uma distância de 700 milhas náuticas (cerca de 1.300 quilômetros) fosse percorrida em cinco dias, a uma velocidade média de 5,8 nós (ou cerca de 10 quilômetros por hora), ritmo excelente para a época. No dia seguinte, uma calmaria deteve a esquadra, que se manteve quase imóvel.

Cerca de 100 quilômetros após as Canárias, começam a soprar os ventos alísios de nordeste (que oito anos antes haviam conduzido Colombo à América). A frota de Cabral então abriu seu rumo para oeste, seguindo em direção ao arquipélago de Cabo Verde – localizado a cerca de 600 quilômetros da costa da África, em frente ao Senegal, e que havia mais de meio século os portugueses tinham descoberto e colonizado. No dia 22 de março, o experiente piloto Pero Escolar reconheceu a ilha de São Nicolau, avistada por volta das 10 horas da manhã. As 800 milhas que separam as Canárias de Cabo Verde foram vencidas em oito dias, a uma velocidade média de 4 nós.

E então, por volta das 8 horas da manhã do dia seguinte, segunda-feira, 23 de março de 1500, a primeira de uma série de tragédias se abateu sobre a frota de Cabral: uma das naus, a comandada por Vasco de Ataíde, simplesmente sumiu – “sem que houvesse tempo forte ou contrário para poder ser”, conforme o relato de Pero Vaz de Caminha. Como notou o historiador português Jaime Cortesão, Caminha – que em breve dedicaria páginas inteiras à descrição dos nativos do Brasil – se refere ao naufrágio sem uma palavra de lástima. Disse apenas: “Fez o capitão diligências para o

achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais.” Cento e cinquenta homens tinham sido “comidos pelo mar”.

No minucioso estudo que publicou, em 1975, sobre a viagem de Cabral, o contra-almirante Max Justo Guedes sugere que, após se desgarrar da frota, devido “ao nevoeiro e às nuvens de poeira saariana” que muitas vezes dificultam a navegação entre as ilhas do Cabo Verde, a nau de Vasco de Ataíde pode ter batido em algum baixio (talvez o de João Leitão, a sudoeste da ilha de Boa Vista), naufragando sem que seus sinais de socorro fossem vistos.

De todo modo, após dois dias de buscas infrutíferas a esquadra seguiu seu rumo “por esse mar de longo”, como diria Caminha em sua carta. Então, entre 29 e 30 de março, a frota entrou na região das calmarias equatoriais – chamadas *doldrums* (palavra inglesa que significa “desânimo”). Ali, as naus ficavam “estáticas, sem sopro ou movimento/ como um inútil barco pintado/ Sobre pintado oceano”, como canta o poema *The rime of the ancient mariner*, escrito por Samuel Coleridge em 1798.

Por cerca de 10 dias, a frota de Cabral arrastou-se à velocidade de 1 nó (ou 1,9 quilômetro por hora). Anos mais tarde, esse mesmo trecho seria o primeiro calvário pelo qual passariam as naus que seguiam a Carreira da Índia. Nos *doldrums*, onde às vezes os navios chegavam a ficar retidos por 40 dias, acabava-se a água. A morte rondava os tripulantes; as velas pendiam, frouxas, no ar escaldante.

A vida a bordo tornava-se então mais monótona do que o habitual. Quase todas as atividades de lazer eram proibidas. Ainda assim, sempre que possível, os marujos dedicavam-se ao carteadado. Quando os padres os pegavam em flagrante, “tomavam os naipes e os atiravam ao mar”. Os romances de cavalaria, tidos como “uma armadilha do demônio que causava grandes danos à alma”,¹³ também eram vetados. Havia teatro a bordo, mas sempre de teor religioso. Enfadonho e repetitivo, cada novo dia era anunciado pelo canto dos galos e pelo balido das ovelhas, que os capitães tinham direito de levar para bordo.

No dia 9 de abril, ao completar um mês em alto-mar, a esquadra de

Cabral cruzou o equador – e o que durante séculos fora motivo de terror agora era pretexto para festa. Após o equador, os ventos sopravam de sueste. Mas como eles também eram fracos, a armada de Cabral seguiu as instruções de Vasco da Gama e abriu seu rumo para sudoeste, empreendendo a “volta do mar”. Empurrada pelas forças marítimas hoje chamadas de “Corrente Brasileira”, a esquadra logo retomou a velocidade de 5 nós.

O domingo de Páscoa foi celebrado quando os navios se encontravam a uns 250 quilômetros da costa, na altura de Salvador. Dois dias depois, próxima dos recifes depois chamados Abrolhos (aglutinação de “Abra os olhos”), a frota deparou com sargaços flutuantes: eram as algas botelhos e rabos-de-asno. No entardecer do dia seguinte, 22 de abril de 1500, a armada de Cabral ancorou em frente ao monte Pascoal, 44 dias após ter partido de Lisboa.

No momento em que o sol radiante inaugurou a primeira manhã do Brasil, a 23 de abril de 1500, surgiu a visão do monte Pascoal, das serras que o cercavam, das aves, das flores e frutos e dos homens nus que se encontravam na areia, no limiar entre a terra que deixaria de ser deles e o mar que lhes trazia a mais impactante novidade de suas vidas – essa visão e esse momento não remetem o observador de volta apenas ao dia em que Cabral partiu de Lisboa, mas parecem impulsioná-lo à própria aurora de Portugal.

Sim, porque o impulso que estava conduzindo Cabral da Europa até a Ásia – e o levara a descobrir o Brasil no meio do caminho – era um pequeno movimento na grande sinfonia que configura o processo de expansão dos portugueses ao redor do globo. Para compreender mais plenamente essa viagem, é preciso empreender outra. E esta sequer se limita ao início dos descobrimentos marítimos, mas retrocede ao momento em que, cercado de ameaças e sem saídas para o mar Mediterrâneo, isolado na “orla ocidental da Cristandade”,¹⁴ o povo de uma das menores nações da Europa viu-se impelido a explorar as águas de um oceano desconhecido.

Ao concretizar plenamente sua vertigem expansionista, os portugueses

tornariam seu país o polo a partir do qual a Europa seria capaz de provar, para o bem e para o mal, que – como num provérbio budista – tudo está unido e interligado. A exploração do globo pelos navegadores portugueses e a consequente expansão da civilização europeia – em meio às quais o “achamento” do Brasil se tornaria uma das pérolas mais vistosas – se constituíram em uma das mais admiráveis aventuras das tantas que marcaram o segundo milênio. Acompanhar essa viagem desde seus primórdios ajuda a compreender o que estamos fazendo aqui e agora, em meio ao processo de globalização iniciado há mais de 500 anos.



II

PORTUGAL CONQUISTA O MUNDO

Na manhã da quinta-feira, 23 de abril de 1500, um novo ciclo estava se iniciando na história já quase secular da expansão lusitana pelos quatro cantos do planeta. Naquele dia – pelo menos oficialmente – os portugueses estavam se preparando para desembarcar pela primeira vez no terceiro continente ao qual seus eficientes navios os tinham conduzido. Àquela altura, os lusos já haviam estabelecido várias feitorias na costa ocidental da África – onde trocavam trigo, tecidos e cavalos por escravos e ouro. Quase uma década ainda seria necessária para que eles pudessem conquistar a Índia e dominar o comércio marítimo no oceano Índico. Depois disso, precisariam de outros três anos para chegar à China (e estabelecer-se em Macau, em 1513) e mais 30 para atingir o Japão (desembarcando em Nagasáqui, em 1543). Mas, agora, estavam prestes a fincar o pé na América – embora ela ainda não tivesse nome e sequer fosse reconhecida como um novo continente.

Esse processo expansionista estava, de certa forma, ligado à luta entre a Europa cristã e o mundo árabe. Muito antes da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em maio de 1453, os portugueses já tinham declarado uma espécie de “guerra santa” contra os seguidores da religião criada pelo profeta Maomé no século VI.

Na verdade, os fiéis de Maomé tinham atacado antes. No ano de 711, vindos do norte da África, árabes e berberes cruzaram o estreito de Gibraltar e conquistaram toda a península Ibérica. Os combates duraram

apenas sete anos, mas os invasores só seriam inteiramente expulsos da Espanha e de Portugal após sete séculos de luta.

A Reconquista se iniciou no século IX. Foi durante a cruenta luta contra os árabes que Afonso VI, rei de Leão e Castela, criou um condado na região de *Portucale*, entre os rios Douro e Tejo, no território que tomara aos mouros e que, séculos antes, fora uma colônia romana chamada *Portus Calle*. Em 1097, Afonso VI confiou o comando do condado de *Portucale* ao aventureiro Henrique de Borgonha, seu genro. Com a morte de Henrique em 1112, seu filho, Afonso Henriques, decidiu desafiar não só os invasores árabes mas também o reino de Leão e Castela. Ao vencer a batalha de Ourique, em 1139, Afonso Henriques se declarou rei, e o papa e Castela o reconheceram em 1143. Portugal se tornou então uma nação unida e independente.

Por 240 anos, descendentes de Afonso Henriques reinaram em Portugal, em luta constante contra Castela. Em 1383, quando o rei D. Fernando (cuja filha era casada com o rei castelhano) morreu sem deixar herdeiros, o reino correu sério risco de ser anexado pela Coroa rival, especialmente porque a nobreza lusa era favorável à anexação.

Mas então o povo – em especial a emergente burguesia mercantil do Porto e de Lisboa – se revoltou e decidiu aclamar como rei D. João, mestre da Ordem Militar de Avis e filho bastardo do finado rei D. Pedro I (pai de D.



Na saga de Portugal, mito e história se mesclam de forma quase indissolúvel. A ancestral tradição céltico-druídica, o paganismo germânico, o misticismo islâmico, as lendas da cavalaria de Carlos Magno, as antigas profecias bíblicas, as fábulas milenaristas, os Templários e sua busca do Santo Graal, o espírito das Cruzadas: todos esses ingredientes se mesclaram para fundir a nacionalidade lusitana e modelar seu projeto utópico de conquistar o mundo pela navegação dos mares. A origem etimológica de “Porto Cale” é nebulosa, mas a palavra talvez signifique “Porto da Gália” (ou “porto da França”). Para o genial escritor irlandês James Joyce, o país que exportou o modelo europeu para o resto do planeta deveria se chamar Portocall – o Porto do Chamamento, cujo sinal seria prontamente atendido pelas

Fernando). Em 1385, com o apoio da arraia-miúda e de arqueiros ingleses, D. João bateu o exército de Castela na *batalha de Aljubarrota*. Por dois séculos seus descendentes seriam os reis de Portugal. Era a dinastia de Avis.

demais nações da velha Europa.

Em fevereiro de 1387, para selar sua aliança com a Inglaterra, D. João casou-se com Filipa de Lancaster, filha de John de Gaunt e neta do rei inglês Edward III, que tinha pretensões ao trono de Castela. Mulher ativa e enérgica, D. Filipa teria encontrado a corte transformada “num poço de imoralidade”. Deixou-a “tão casta como um quarto de criança”. E deu cinco filhos a D. João. Por seus altos feitos, esses infantes ficariam conhecidos como “a ínclita geração”.¹ O terceiro dos filhos de D. João e Filipa nasceu em março de 1394, e foi chamado Henrique.

Em 1411, D. João I quis promover um torneio, que duraria um ano, para dar aos filhos homens, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, a chance de se tornarem cavaleiros. Mas uma série de fatores, reais e sobrenaturais, se conjugaram e, em vez de organizar tal torneio, o rei decidiu planejar uma espécie de cruzada, cujo objetivo seria a conquista da cidade de Ceuta, em Marrocos.

Aljubarrota

A batalha de Aljubarrota, travada em 14 de agosto de 1385, não foi apenas um marco decisivo na história de Portugal – que ali conquistou sua independência. Tornou-se também um marco na história dos conflitos militares, já que foi uma das primeiras vezes que a infantaria (arma popular) bateu a cavalaria (arma da nobreza). Em Portugal, a batalha foi apelidada de “A Padeira”, pois o povo português – a arraia-miúda (abaixo), como disse o cronista real Fernão Lopes – teria se servido de pás para derrubar os cavaleiros castelhanos. D. João I foi ajudado por arqueiros ingleses, mas a ascensão da dinastia “burguesa” de Avis antecedeu em 100 anos a ascensão da dinastia

Em primeiro lugar, despontaram os interesses dos mercadores e da burguesia marítima lusitana, aos quais o rei estava associado: Ceuta, além de monopolizar todo o comércio do norte da África, se tornara também um “ninho de piratas”, bloqueando a estratégica passagem do estreito de Gibraltar. Depois, havia o espírito da Reconquista e o ódio aos árabes, que ainda incendiavam a nobreza, da qual D. João fazia parte. Por fim, desenrolava-se uma complexa trama político-religiosa: como a

Cristandade estava dividida entre três papas – Gregório XII, em Roma; Bento XIII, em Avignon; e João XXII, em Pisa –, um concílio fora marcado para se realizar em Constança em outubro de 1415, no qual seria escolhido o chefe supremo da Igreja. Portugal obedecia ao papa de Roma, e Castela, ao de Avignon. D. João concluiu que um ataque aos “infiéis” árabes aumentaria seu prestígio junto à Igreja, fosse qual fosse o papa aclamado. Dessa forma, uma vitória contra os mouros virtualmente acabaria com a permanente ameaça castelhana contra a soberania de Portugal.

“burguesa” dos Tudor, na Inglaterra.



A Frota do Infante

O fato de D. Henrique ter recorrido a galés, birremes e trirremes é indício claro de que em 1415 Portugal ainda não tinha desenvolvido seus próprios navios. Galés eram barcos herdados da Antiguidade, com cerca de 40m de comprimento e 5,3m de largura, movidos por cerca de 30 remos de 15m. Cada remo era impulsionado por três homens – geralmente escravos. As galés turcas (abaixo) eram movidas por escravos cristãos: um destino terrível, considerado pior do que uma condenação à morte. Birreme era um barco grego, impelido por remos armados em duas ordens e com vela redonda. Já as trirremes tinham cerca de 90 remos armados em três pavimentos.

O elo entre os interesses da nação, da nobreza cristã e da burguesia mercantilista foi o vedor [espécie de ministro] da Fazenda, João Afonso de Alenquer. Foi dele a ideia de invadir Ceuta. Os mercadores vibraram com a possibilidade de se apoderar de um dos mais importantes centros comerciais do Mediterrâneo e de acabar com a pirataria. Os infantes se entusiasmaram com a oportunidade de mostrar seu valor numa guerra real. E a devota D. Filipa exultou com a aura de “guerra santa” que cercava a missão.

Com apenas 19 anos, D. Henrique foi encarregado de construir uma frota no norte do país. A cruzada contra Ceuta foi desencadeada num clima de milagres e augúrios. Houve um eclipse, um monge do Porto teve uma visão e a rainha Filipa – vitimada pela peste, contraída após um prolongado e imprudente jejum religioso – chamou os filhos e exortou-os a obter a vitória contra os infiéis.



A TOMADA DE CEUTA

Em 23 de julho de 1415, cinco dias após o último suspiro da rainha Filipa de Lancaster, a expedição partiu para a conquista de Ceuta. Era uma frota impressionante, com mais de 200 embarcações: “Trinta e três galés, vinte e sete *trirremes*, trinta e duas *birremes* e cento e vinte outros navios”, nos quais se amontoavam 50 mil soldados e 30 mil marinheiros – mais de 20% da população total de Portugal àquela época. Quase todos os homens a bordo estavam “cruzados”, ou seja, haviam colado cruzeiros aos uniformes, deixando claro que partiam para uma guerra santa. De fato, no início de julho de 1415 o papa Gregório XII publicou uma bula concedendo “absolvição plenária” a todos que viessem a morrer naquela tentativa de “lavar as mãos no sangue dos infiéis”. Mas apenas oito portugueses iriam tombar ao longo de um combate desigual.

A frota chegou à frente de *Ceuta* no dia 10 de agosto, mas ventos contrários a impeliram de volta a Portugal. Para os lusos, foi uma sorte. Esses ventos selaram o destino de Ceuta: Sala-bin-Sala, soberano de Fez e senhor de Ceuta, julgou que os inimigos tinham desistido do ataque, desguarneceu a cidade e retornou a Fez. Mas, no entardecer do dia 14, os lusos voltaram a coalhar o mar em frente à cidade desprotegida.

Embora o desleixo de Sala-bin-Sala fosse inexplicável, o fato é que, como vários outros entrepostos sob o domínio árabe, Ceuta era um polo comercial no qual a tolerância era moeda corrente. Entre pegar em armas e amealhar moedas, os mouros sempre preferiram a segunda opção. De todo modo, assim que as dificuldades meteorológicas foram contornadas, os

A Cidade das Sete Colinas

Antiquíssimo entreposto comercial do Mediterrâneo, Ceuta era chamada de Abila pelo fenícios e de Calpe pelos romanos, antes de se tornar a Septa – ou “cidade das sete colinas” – dos árabes. Sua conquista pelos portugueses foi tão importante que ainda hoje, no alvorecer do Terceiro Milênio, a cidade continua sob o controle de cristãos. De fato, embora fique em território de Marrocos, Ceuta é uma possessão da Espanha. Desde a guerra do Golfo, travada em 1992, protestos e greves gerais promovidos pela população árabe têm exigido, com crescente ferocidade, o fim da

cavaleiros de Cristo – cujos corpos estavam resguardados não apenas por cruzes, mas por couraças – foram capazes de massacrar os muçulmanos, mal armados e em número muito inferior.

Ao entrar na “fortaleza infiel” como uma horda de bárbaros, os lusos ficaram espantados com o que viram. Fundada no século V na ponta africana do estreito de Gibraltar – as Colunas de Hércules da Antiguidade clássica –, Ceuta se aproveitara da localização privilegiada para se tornar, como D. João I a descrevera, “a porta de entrada e a chave de todo o comércio africano”. E não só africano: a ela chegavam mercadorias vindas da Pérsia, da Índia e até de Veneza, como revela o lamento dos árabes, registrado pelo cronista Gomes Eanes Zurara:

“Oh, cidade de Ceuta, flor de todas as outras da terra de África: onde acharão teus moradores terra em que façam outra semelhante? Onde acharão daqui em diante os mouros estranhos que vinham de Etiópia e da Alexandria e da terra da Síria e da Barbaria e da terra de Assíria, que é o reino dos Turcos, e os do Oriente, que vivem além do rio de Eufrates, e das Índias e doutras muitas terras que são além do eixo que está ante nossos olhos? Todos vinham a ti carregados de tantas e tão ricas mercadorias (...) Quais de nós acharão agora, quando se levantarem de suas camas, as bestas carregadas dos panos de seda que nos vinham da cidade de Damasco ou as casas cheias de pedras preciosas dos da comunidade de Veneza ou os grandes sacos de especiaria, que chegavam desde os desertos da Líbia?”

Sob o longo domínio muçulmano, Ceuta fervilhava com 24 mil lojas, nas quais se vendiam ouro, prata, cobre, latão, sedas e especiarias. As casas, com seus pátios internos, nos quais murmuravam as fontes, tinham paredes adornadas e o chão recoberto por tapetes orientais. “Perto de essas, as melhores casas de Portugal parecem pocilgas”, anotou Zurara. A maior parte dessas residências foi saqueada de tal forma que nada restou

soberania espanhola sobre a cidade e seu porto.



do esplendor original.

Embora as especiarias já tivessem muito valor, os portugueses, invadindo casas, lojas e bazares à cata de metais, as desprezaram solenemente. “Os potes de conservas e jarras de mel, manteiga e azeite corriam em enxurrada pelas ruas”, relata Zurara. Nessa lama formada por vinhos finos, melado, vinagre, não boiavam apenas pimenta, canela e arroz, mas os cadáveres de homens, crianças e mulheres, muitas das quais haviam tido “dedos e orelhas arrancados pelos lusos para arrebatá-los brincos e anéis”.

O maior dos saques foi perpetrado pelo conde D. Afonso de Barcelos, membro da Casa Real e meio-irmão de D. Henrique. D. Afonso levou para Portugal mais de 600 colunas de alabastro e mármore arrancadas do palácio do soberano marroquino, além de toda a cobertura abobadada, revestida de ouro, que cobria uma das praças da cidade. No final do dia, a bandeira lusa tremulava na torre mais alta de Ceuta.

Na manhã seguinte, na mesquita da cidade “purificada e elevada a catedral”, celebrou-se a primeira missa na África em séculos. A tomada de Ceuta foi um momento-chave da história: aquela seria a última cruzada e a primeira vitória europeia sobre os árabes na África desde os dias de glória do Império Romano. Seria também o início da expansão ultramarina portuguesa – que se estenderia por três continentes ao longo dos três séculos seguintes.

O COMÉRCIO MUDO

Mas os portugueses se tornaram donos de uma cidade paralisada. As caravanas que costumavam chegar a Ceuta carregadas com o ouro da Guiné desviaram suas rotas para Tânger e Túnis. A praça recém-conquistada não apenas não dava lucro algum como sua manutenção era extremamente onerosa. Em julho de 1418, quando os mouros desferiram um ataque para tentar retomar Ceuta, D. Henrique (que partira da cidade em setembro de 1415, feito cavaleiro e nomeado responsável por sua

defesa e despesas) retornou para enfrentar o inimigo. Quando ele chegou, Ceuta já se safara por seus próprios meios.

Ainda assim, o infante decidiu passar oito meses na “sua” cidade. E foi então que obteve, de prisioneiros árabes, informações sobre como Ceuta havia se tornado uma cidade rica. Sob tortura, alguns mercadores revelaram a D. Henrique de que forma o ouro africano chegava a Ceuta. Grandes caravanas muçulmanas seguiam de Marrocos para o sul, através das imensas montanhas da cordilheira Atlas – onde a neve eterna convive com o fulgor do deserto. Ao fim de 20 dias de marcha, nas proximidades da cidade de Timbuctu, em Mali (*veja mapa na página 62*), os marroquinos expunham montes separados de sal, coral de Ceuta e mercadorias baratas. Depois, afastavam-se. Os homens das tribos locais, que viviam nas minas abertas, de onde extraíam seu ouro, aproximavam-se e colocavam, ao lado de cada pilha, a quantidade de ouro que julgavam valer tais mercadorias. Então, era sua vez de se retirarem, deixando aos mercadores árabes a função de aceitar a oferta ou reduzir a quantidade de peças expostas. O processo se repetia até que toda a mercadoria fosse retirada. Era o “comércio mudo” – uma forma de etiqueta comercial entre povos que não conheciam a língua uns dos outros, costume tão antigo que fora descrito por Heródoto.

D. Henrique sabia que os lusos não seriam capazes de cruzar o mar de areia do deserto do Saara, que só podia ser vencido com o auxílio do

As Caravanas Passam

Embora as caravanas em geral partissem de Ceuta para Mali, algumas delas fizeram o percurso inverso. Foi o caso do séquito que em 1324 acompanhou o imperador Mama Mussa, rei de Mali, em sua peregrinação a Meca. Mussa Mali partiu de seu reino com mais de 100 camelos carregados de ouro, generosamente distribuído entre os pobres que ele encontrou ao longo do caminho. Cerca de 500 escravos atendiam o imperador – e cada um deles portava 2kg de ouro. A opulência e a benevolência de Mama Mussa de Mali espantaram até os sofisticados cidadãos do Cairo. A lenda de Mussa Mali, registrada num mapa feito em 1375, funcionaria como um dos mais poderosos estímulos para que o infante D. Henrique se lançasse na conquista da Guiné, concretizada em 1430.

camelo, “o navio do deserto”, capaz de marchar 20 quilômetros por dia. Certas *caravanas* tinham até 12 mil camelos. Mas havia indícios de que o “comércio mudo” se dava nas proximidades da foz de um grande rio, cujo delta verdejante, ladeado de palmeiras, desaguava no Atlântico, ao sul do arquipélago das Canárias. De posse de tais informações, D. Henrique começou a pensar na hipótese de flanquear a costa africana, navegando das Canárias até a “terra da Guiné”. Queria bloquear os mouros pela retaguarda e dominar a foz do “rio do ouro” – que, como se saberia depois, era o Senegal, tido como um dos braços do Nilo. Para fazer isso, teria que mergulhar no desconhecido.



O PRÍNCIPE DAS MARÉS

Ao retornar a Portugal, na primavera de 1419, D. Henrique, segundo seu biógrafo oficial, Gomes Zurara, teria decidido abandonar as “futilidades da corte” e se instalar na ponta de Sagres. Começaria a se forjar então, em torno dele, uma das lendas mais duradouras da história das explorações. O próprio local que o infante supostamente escolheu para viver já era pleno de simbolismo e magia. O antigo “promontório sacro” de gregos e romanos – chamado de Sagres pelos lusos – fora batizado pelo geógrafo grego Ptolomeu. Era a *finnis terra* da Europa: um lugar ermo, de beleza trágica, onde a terra se despede num cabo nu e pedregoso para mergulhar no oceano temível e repleto de mistérios. Não por acaso, Sagres tinha sido ocupado por um templo dos druidas, os sacerdotes celtas.

Ainda assim, não foi na ponta de Sagres, mas na vila de Lagos, cerca de 30 quilômetros a leste dali, que D. Henrique de fato se instalou, quando seu pai, o rei D. João I, o fez governador daquela região, conhecida como Algarve, ou *El-Ghard*, a Terra do Poente, outrora o Ocidente árabe. Em

maio de 1420, D. João também fez do infante o administrador da Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Originária da antiga *Ordem dos Templários*, a Ordem de Cristo era a mais opulenta e a mais enigmática das ordens militares da Europa medieval. Seu objetivo era “combater os sarracenos e todos os demais infiéis e inimigos da cruz, não só na África mas em todas as outras partes do mundo”. Pelos dois séculos seguintes, todas as expedições ultramarinas dos portugueses partiriam sob a bandeira da Ordem de Cristo – e a maior parte delas seria financiada pelos recursos aparentemente inesgotáveis dessa espécie de sociedade secreta.

Não são poucas as contradições que cercam a figura do infante. Monge-guerreiro, obcecado, teimoso, celibatário e asceta, D. Henrique de fato era uma figura imponente, permanentemente envolto em um manto negro. Quando ele morreu, supostamente virgem, em 13 de novembro de 1460, descobriu-se que cobria todo o ventre com uma áspera faixa de crina entrelaçada, em nome do amor divino.

O Senhor das Estrelas
De acordo com certos depoimentos (bastante controversos), o infante D. Henrique era alto, forte e louro, devido à herança genética de sua mãe, a inglesa D. Filipa. Sendo ou não um tipo anglo-saxônico, D. Henrique seria visto por

Segundo seu biógrafo Zurara, “a inclinação das rodas celestes” destinara D. Henrique a desvendar “coisas que a outros homens estavam encobertas, em altas e



Os Templários

A Ordem dos Cavaleiros do Templo foi fundada em Jerusalém em 1116 por cruzados franceses, que juraram viver em perpétua pobreza e defender os peregrinos cristãos que iam à Terra Santa. A Ordem se tornou uma poderosa sociedade secreta, com ritos de iniciação, estrutura rígida, um exército de monges-guerreiros e, principalmente, muito dinheiro e terras tomados aos árabes. Em 1307, o rei da França, Felipe, o Belo – que devia dinheiro à Ordem – aliou-se ao papa Clemente V numa trama para destruir os templários. Em 1314, depois de terríveis torturas e um processo infame, mais de 500 Cavaleiros de Cristo foram queimados vivos em Paris. A Ordem foi extinta e seus bens confiscados. O rei D. Dinis, de Portugal, acolheu os poucos templários sobreviventes (e, dizem, seu tesouro secreto) obtendo permissão para fundar; em 1317, a Ordem dos Cavaleiros de Cristo – que manteve a estrutura e o

historiadores britânicos e lusos como o mais puro exemplo de virtude e ética cavalarianas. Biografias inglesas publicadas no século XIX o apresentariam como um cavaleiro arturiano (abaixo), cercado de cosmógrafos similares ao mago Merlin e de cavaleiros ousados e indômitos. Na vida real, D. Henrique de fato interessava-se por ocultismo, chegando a escrever um livro chamado Segredo dos Segredos da Astrologia. Zurara, seu biógrafo, atribuiu as “altas conquistas” do príncipe ao fato de ele “ter o ascendente em Áries, que é a casa de Marte, Aquário na casa de Saturno e o sol na casa de Júpiter”.



fortes conquistas”. As dúvidas que cercam a vida e as reais

símbolo dos templários, a cruz copta, usada nas velas dos navios lusos.

realizações do infante começam justamente no texto elogioso de Zurara, que era um protegido de D. Henrique, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, escrevendo por encomenda dele e sob seus auspícios. Quase todas as análises da obra do infante se baseiam no texto de Zurara.

Assim sendo, o papel de D. Pedro, irmão mais velho do infante – que já caíra em desgraça na época em que Zurara escreveu os clássicos *Crônica da Tomada de Ceuta* e *Crônica dos Feitos da Guiné* –, foi sempre subestimado. Mas sabe-se que foi depois que o culto e letrado D. Pedro realizou uma longa viagem pela Europa e o Oriente – trazendo mapas e livros, entre os quais o de Marco Polo (que ele mesmo traduziu para o latim) – que D. Henrique começou a lançar suas expedições pelo Mar Tenebroso.

De acordo com Zurara, foram “cinco as razões pelas quais o Senhor Infante foi movido a mandar buscar as terras da Guiné”. A segunda delas era “aumentar a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se

quisessem salvar”. Ao longo de 40 anos de navegações, porém, D. Henrique jamais enviou qualquer missionário à África. As outras “quatro razões” do infante eram, segundo Zurara, “saber a verdade” sobre as terras que existiam além das ilhas Canárias, e então descobrir se haveria ali algum reino cristão, estabelecer uma aliança com esse suposto reino e averiguar a real influência árabe na África. A interpretação moderna das

“cinco razões” levaria certos historiadores lusos a atribuir ao infante o plano de contornar a África para chegar à Índia. Mas esse jamais parece ter sido seu real objetivo.

A ESCOLA DE SAGRES

De qualquer forma, das razões apontadas por Zurara como as que levaram o infante a armar suas expedições, a primeira e a primordial delas parece de fato ter sido autêntica. D. Henrique decidira “descobrir a verdade sobre a terra que estava além das Canárias, porque até então não havia ninguém na Cristandade que disso soubesse, nem das cartas de marear nem de mapas-múndi”. Nesse sentido, D. Henrique, de fato, se tornaria o patrono de uma aventura metódica e científica de caráter “moderno”.

Para realizá-la, começou a atrair para o Algarve sábios, cartógrafos, astrônomos e astrólogos – especialmente judeus que, desde meados do século XIV, fugiam das perseguições que se desencadeavam na Espanha. Com esses refugiados, D. Henrique fundou, então, a Escola de Sagres – que existiu apenas no sentido filosófico da palavra. Ao contrário do que a maior parte dos livros segue afirmando, jamais houve um espaço físico, um centro de estudos, e muito menos um observatório, na ponta de Sagres – onde, segundo o geógrafo grego Strabo, os celtas e os iberos achavam que os deuses faziam suas reuniões noturnas.

D. Henrique de fato esforçou-se para



O Navegante

Embora cognominado “o Navegante”, D. Henrique não era um homem do mar – pelo qual raramente viajou. Na verdade, só cruzou duas vezes o Mediterrâneo, em ambas para atacar os “infêis” em Marrocos. Mas jamais singrou o Mar Tenebroso, o Atlântico – o oceano que ele incorporou à geopolítica europeia. O fato de o infante quase nunca ter posto os pés numa embarcação é um dos argumentos mais usados por seus detratores. No entanto, ele parece confirmar que a saga deflagrada pelo infante era, de fato, uma aventura da mente – e, nesse sentido, uma ação de cunho investigativo. D. Henrique também foi um dos primeiros estadistas europeus a vislumbrar os oceanos não como barreiras intransponíveis, mas como

iluminar a “ponta sagrada” com o facho da ciência, varrendo de lá as sombras do mito – *uma ampla rota comercial ao redor do planeta.*

como os continuadores de sua obra fariam entre as sociedades nativas da América. Mas, ao contrário do que afirma a lenda, o infante o fez a partir da vila de Lagos, localizada em uma ampla baía – e não de um cabo vertiginoso de onde seria impossível zarpar.

O Herói Sem Rosto

Nenhuma imagem autêntica do infante D. Henrique sobreviveu à sua época. Seu retrato mais conhecido, reproduzido na página 59, foi feito em 1478 e faz parte dos monumentais Painéis de São Vicente, mandados pintar pelo rei Afonso V. Mas trata-se de uma visão estilizada. A representação mais próxima da verdade parece ser a escultura (abaixo) talhada na fachada sul do mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, feita em 1500, 40 anos após a sua morte. Nela, o infante, vestido com o hábito da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, surge como o que de fato parece ter sido: um cruzado medieval, de olhar pétreo e basta barba, pronto a combater os infiéis onde quer que eles estivessem.

O infante D. Henrique só começou a ser chamado de “O Navegador” em livros publicados no século XIX.

O principal assessor de D. Henrique foi Jehuda Cresques, judeu catalão, filho e continuador da obra de Abraão Cresques, o brilhante cartógrafo nascido na ilha de Maiorca, autor do célebre *Atlas Catalão*, feito em 1375-77. Em 1420, Jehuda – ou Jaffuda, ou Jaime – chegou a Sagres trazendo o trabalho do pai. No *Atlas* de Abraão, logo abaixo das Canárias, havia uma referência ao “rio do ouro” e ao reino opulento do imperador *Mussa Mali*. A conquista dessa região tornou-se uma obsessão para D. Henrique.

Depois de se debruçar sobre os mapas trazidos pelo irmão D. Pedro e por Jehuda Cresques, o infante concluiu que a melhor forma de chegar ao “rio do ouro” era a partir das ilhas Canárias – que ele decidiu conquistar. Essa é mais uma das ironias que cercam o papel histórico de Henrique: embora o cavaleiro de Cristo tivesse jurado atacar árabes e berberes onde quer que estivessem, ele iniciou sua aventura expansionista atacando uma possessão castelhana.

De fato, as Canárias, então chamadas de Ilhas Afortunadas, eram tidas como parte da antiga província da Tingitânia (parte dos



domínios de Tingis, hoje Tânger), que tinham pertencido ao Império Visigótico e, por isso, eram herança direta dos reis de Castela. Em 1425, com o apoio do papa Eugênio IV, o infante enviou uma expedição com 2.500 homens e 120 cavalos para dominar as Canárias. O ataque fracassou. Com a polêmica legal que se seguiu, o papa foi forçado a retirar seu apoio ao

audacioso plano de D. Henrique.

Ainda assim, os lusos continuariam tentando tomar as Canárias por mais de 10 anos. Em meio ao processo, descobriram as ilhas de Porto Santo, Madeira e dos Açores – que eram desabitadas. Essas ilhas, significativamente colonizadas por antepassados de Pedro Álvares Cabral e Cristóvão Colombo, se tornariam uma espécie de laboratório onde os portugueses experimentaram técnicas de ocupação e conquista de territórios selvagens. A ilha da Madeira – chamada assim por causa de suas florestas – foi queimada durante sete anos ininterruptos. Na terra arrasada, surgiram os primeiros canaviais do Atlântico. Os coelhos introduzidos em Porto Santo por Bartolomeu Perestrelo (futuro sogro de Colombo) devastaram a ilha. Quando a Coroa desistiu de investir na ocupação desses arquipélagos, transformou-os em *capitanias hereditárias*, como depois faria no Brasil. Mais tarde, essas ilhas, junto com as Canárias e as do Cabo Verde, viraram escala fundamental para as expedições que iam não só para a África mas para a

Capitanias Hereditárias

Chamavam-se de “capitanias hereditárias” os grandes lotes de terra, localizados em possessões ultramarinas, que a Coroa portuguesa doava a membros da alta e da pequena nobreza – denominados “donatários” –, concedendo-lhes grandes poderes, mas os incumbindo também da responsabilidade de investir na ocupação e colonização das terras recebidas. De fato, os poderes dos donatários eram quase absolutos, mas as despesas com todo o processo de colonização eram inteiramente deles. A origem das capitanias hereditárias está no sistema chamado de “senhorio português”, um método feudal de ocupação de terras utilizado no século XIII para desenvolver os amplos territórios conquistados aos árabes no Alentejo, ao sul de Lisboa. As capitanias foram uma evolução do sistema de

América. O infante se tornaria assim o patrono da colonização europeia no além-mar.

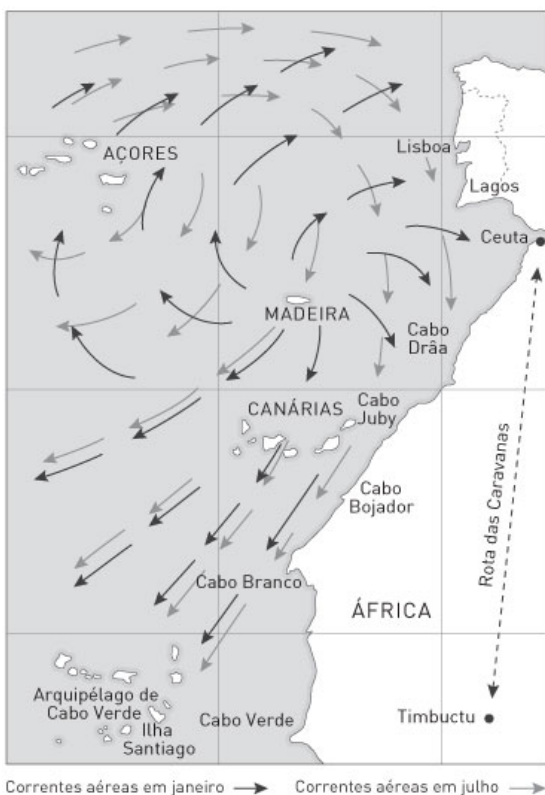
Embora um de seus supostos objetivos fosse o de “conquistar almas”, D. Henrique se revelaria um herdeiro genuíno do fanatismo dos templários, pois, além de virar o padrinho das explorações ultramarinas, tornou-se também o padroeiro da saga escravocrata dos europeus. De fato, apesar de os recursos da Ordem de Cristo serem imensos, as viagens patrocinadas por D. Henrique eram caras e deficitárias. Só depois que seus navios começaram a trazer os primeiros escravos a Portugal, em 1444, o infante obteve lucro com a aventura exploratória que ele iniciara em 1419.

O regime dos ventos, assinalado no mapa abaixo, mostra como era difícil a navegação das ilhas Canárias de volta para Portugal. Do cabo Bojador para o sul, os ventos alísios sopram de nordeste, empurrando os navios no rumo do desconhecido. Os navegantes do século XV achavam que seria impossível retornar para a Europa depois de passar do cabo do Medo, tanto no inverno como no verão. O mapa assinala também a localização dos cabos Juby e Drâa e a rota das caravanas que cruzavam o Saara.

senhorio e muitos historiadores já viram nelas um cunho mais “capitalista” do que feudal. A fórmula, também chamada de “donataria”, foi aplicada com sucesso pelo infante D. Henrique para colonizar as ilhas desabitadas da Madeira e dos Açores, na segunda metade do século XV.

O CABO DO MEDO

Impedido de tomar as Canárias, D. Henrique se viu forçado a enviar seus navios diretamente para a terrível e desértica costa africana ao sul dessas ilhas. Mas, para fazê-lo – fosse para alimentar sua ganância, fosse para saciar a sede de sua curiosidade cosmográfica –, o infante teve primeiro que forçar seus navegadores a vencer um obstáculo de tal forma aterrador que fora batizado de cabo Não. Esse último promontório cartografado na costa africana era, muito mais do que a ponta de Sagres, o verdadeiro limite do mundo conhecido – a autêntica *finnis terra* do



Ocidente. Um provérbio, balbuciado nas tavernas portuárias de Lagos, assegurava, em tom de ameaça:

*Aquele que ultrapassar o cabo Não
Ou voltará ou não*

Se na poesia o navegante imprudente o bastante para mergulhar no desconhecido dispunha de duas alternativas, na vida real as chances de retorno eram consideradas virtualmente nulas. Depois do *cabo do Medo*, as correntes de fato se invertiam, os ventos alísios sopravam de nordeste o ano inteiro e, entre os velhos marinheiros do Algarve e do

Mediterrâneo Ocidental, havia a certeza de que aquela era uma barreira intransponível.

Para além dos limites da geografia do imaginário, o real cabo Não é de difícil identificação. Alguns estudiosos querem associá-lo com o atual cabo Juby, a 28° de latitude norte, na costa de Marrocos; outros preferem identificá-lo com o cabo Drâa, 200 quilômetros mais ao norte (*veja o mapa à esquerda*). De todo modo, não seriam nem o Juby nem o Drâa que iriam se tornar o temível promontório que, por 12 longos anos, barrou decididamente o avanço dos navegadores de D. Henrique rumo aos limites setentrionais da costa africana, exigindo que pelo menos 15 expedições fossem enviadas até lá antes que a primeira fosse capaz de suplantá-lo.

O autêntico papel de *non plus ultra* seria desempenhado pelo terrificante cabo Bojador, localizado em território hoje pertencente ao Saara Ocidental (a antiga possessão até 1976 chamada de Saara Espanhol, ao sul de Marrocos): “Não ouseis ultrapassá-lo!” O Bojador, ou “cabo que boja” (expressão originária da palavra espanhola *bojo*, que significa “saliência proeminente” ou “barriga”), mal pode ser visto em mapas que

representam todo o continente africano. Localizado a 26°6' de latitude norte, ele surge hoje na forma de uma minúscula bossa no contorno costeiro da África do Norte. E, no entanto, ali se erguia não apenas um poderoso obstáculo natural, mas, acima de tudo, uma paralisante barreira mental.

O Bojador de fato é um cabo baixo, sem nada da imponência ameaçadora de promontórios majestosos como o cabo da Boa Esperança e o cabo Horn, que os lusos contornariam no século seguinte. Ainda assim, representava um desafio formidável aos navegantes quatrocentistas. Cercado de vagalhões funestos, revolvendo-se entre as cascatas de areias rubras que se esboroavam ao desprenderem-se de penhascos rochosos, o Bojador, ainda hoje, frequentemente se encontra envolto nas brumas provocadas pelas tempestades de areia sopradas pelo Saara. Ao seu redor, o mar “ferve” sobre recifes de arestas aguçadas. Quem haveria de duvidar que ali estava o autêntico portal do “Mar Tenebroso”, como era chamado o Atlântico?

As lendas tinham um fundamento de verdade. Como Zurara anotou em sua *Crônica dos Feitos da Guiné*, publicada em 1454, o Bojador se tornava ainda mais perigoso porque, ao redor dele, “o mar é tão baixo que a uma légua da terra não há de fundo mais do que uma braça”. Ou seja: a cerca de 5 quilômetros da costa, a profundidade em torno do cabo era de apenas 2 metros. Escrevendo um século mais tarde, quando os portugueses já haviam dissipado os mitos que envolviam o cabo do Medo, Duarte Pacheco – um dos maiores navegantes lusos de todos os tempos e tido por alguns como o verdadeiro descobridor do Brasil – alertaria em seu guia de navegação, o *Esmeraldo de situ orbis*: “Este Cabo Bojador é muito perigoso por causa de uma mui grande restinga de pedra que dele sai ao mar mais de 4 ou 5 léguas, na qual já se perderam alguns navios, por mau aviso.”

Além do mais, na mente dos navegantes, o Bojador estabelecia também o início da “tórrida zona” que – de acordo com Ptolomeu e os geógrafos antigos – era inabitável, pois que se encontrava “tanto dentro no

fervor do sol, que de brancos que os homens são, se lá for algum de nós, ficará (se escapar) tão negro como são os guinéus, vizinhos a esta quentura”. Por que então o infante exigia que seus mareantes partissem em direção aos limites do mundo? Estimulados a empreender a viagem, eles se perguntavam, segundo Zurara: “Como passaremos os termos que puseram nossos pais, e que proveito pode trazer ao infante a perdição de nossas almas juntamente com os corpos, que conhecidamente seremos homicidas de nós mesmos?”

Ainda assim, entre 1424 e 1433, D. Henrique enviou 15 expedições com a pesada missão de sobrepujar o cabo maldito. Todas fracassaram. Em 14 de agosto de 1433, o rei D. João I morreu – no dia exato de seu 77º aniversário, no dia do 48º aniversário de sua vitória em Aljubarrota e um dia antes do 18º aniversário da tomada de Ceuta. Seu filho mais velho, D. Duarte, assumiu o trono – e manteve o apoio integral da Coroa às missões exploratórias do irmão, D. Henrique. Poucas semanas após a morte do pai, D. Henrique confiou a um de seus mais fiéis escudeiros, Gil Eanes, a missão de vencer o Bojador. No início de 1434, Eanes retornou derrotado. O infante o repreendeu com rudeza, exigindo que tentasse novamente. Nascia o lema “Navegar é preciso, viver não é preciso”.

Em maio de 1434, Eanes aparelhou uma *barcha* de 30 toneladas, com um só mastro e uma única vela redonda, movida também a remos e parcialmente coberta. Com ela, ao chegar nas proximidades do cabo, decidiu manobrar para o Ocidente, preferindo arriscar-se nos perigos desconhecidos do alto-mar a fazê-lo nos perigos conhecidos do Bojador. Após um dia inteiro de navegação longe da costa, dobrou para sudeste e descobriu que deixara o cabo atrás de si. Ao invés de encontrar ondas ferventes, deparou com uma baía plácida, repleta de cardumes nadando num “mar tão chão e

A Barcha

As primeiras viagens do ciclo dos descobrimentos foram feitas a bordo de “barchas” – ou barcas. A barcha (palavra originária do inglês bark e do escandinavo barkje) era uma embarcação de tonelage modesta, com capacidade para 25 tonéis (a antiga medida de tonelage dos navios). As barchas, em geral usadas na navegação fluvial, tinham uma só coberta da qual se erguiam um ou dois mastros de velame

navegável como na costa portuguesa”. Eanes desembarcou no deserto arenoso e, por achar que “devia trazer algum sinal de terra, pois que em ela saía, apanhei estas ervas que aqui apresento a vossa mercê, as quais nós em este reino chamamos de rosa de Santa Maria”.

Foi como se uma maldição tivesse sido conjurada. A “sombra do medo” fora afastada e a saga exploratória de D. Henrique poderia prosseguir.

quadrangular.

Fundamentalmente um navio a vela, podia, em casos excepcionais, ser movida a remos. A ilustração abaixo representa a barcha com a qual Gil Eanes dobrou o temido cabo Bojador, em 1434.



O INÍCIO DO PÉRIPLO AFRICANO

Em 1435, Gil Eanes, feito cavaleiro da Ordem de Cristo como prêmio por sua bravura, voltou ao Bojador com um navio de maior tonelagem, acompanhado de Afonso Gonçalves Baldaia. Usando a mesma tática para vencer outra vez o cabo, eles avançaram cerca de 200 quilômetros mais para o sul, chegando à angra dos Ruivos. A 24°51’ de latitude, a baía, batizada em função dos peixes vermelhos lá avistados, ainda mantém o mesmo nome e, como o Bojador, fica na costa praticamente desabitada do Saara Ocidental. Eanes e Baldaia desembarcaram na praia e não viram habitação alguma, mas encontraram pegadas de homens e de camelos. Dessa vez, o navio no qual ambos viajaram era um barinel. Com cerca de 50 toneladas (o dobro do que viriam a ter as caravelas), era o maior barco até então utilizado nas viagens lusitanas.

Em 1436, Baldaia prosseguiu no reconhecimento da costa, chegando ao que julgou ser a embocadura do rio do Ouro. Duplo engano: ali ele não encontraria nem rio nem ouro. Tratava-se tão somente de um longo braço de terra que penetrava mar adentro, hoje chamado de Punta Durnford, localizada quase em cima da linha do Trópico de Câncer (ainda em território do Saara Ocidental). Não era a tão procurada foz “de rio

cabedal” – que, depois de debruçar-se sobre o *Atlas* de Abraão Cresques e os mapas obtidos dos prisioneiros em Ceuta, D. Henrique pretendia “atingir pelo flanco” e, por essa via fluvial, chegar ao interior do continente, onde ficavam as “fontes produtoras do ouro do Sudão”. Ainda faltavam 800 quilômetros e oito anos de exploração para que o Senegal – “braço ocidental do Nilo” e rio do “comércio mudo” – fosse descoberto.

Na costa arenosa, varrida pelos ventos, Baldaia fez desembarcar dois jovens soldados, Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida. A cavalo, os “mancebos”, armados de lanças e espadas, mas sem armaduras, seguiram “ao longo daquele rio por espaço de sete léguas [cerca de 40 quilômetros], onde acharam 19 homens, em grupo, sem outras armas para ofensa nem defesa, somente azagaias [lanças curtas]”. Embora aquele fosse o primeiro desembarque de europeus em terras da África desconhecida, desde as colônias cartaginesas dos romanos, Almeida e Homem atacaram primeiro para fazer perguntas depois. Mas o grupo de nômades escondeu-se em morretes pedregosos e os jovens guerreiros não foram capazes de capturar nenhum.

De todo modo, aquele revelou-se um momento de alta importância, pois o fato de os portugueses terem deparado com tribos itinerantes comprovava a tese de que já estavam no “território dos pagãos”, para além do Islã, e que a muralha da civilização árabe fora flanqueada. Além do mais, de acordo com pelo menos um historiador, “o ataque de dois rapazes sobre um grupo de homens feitos e 10 vezes superior em número era a profecia das próximas conquistas da Europa cristã nos novos mundos que ela andava a procurar no Sul”.²

A expedição de Afonso Baldaia iria adquirir ainda um outro significado simbólico, pois, navegando mais 200 quilômetros para o sul, até o lugar que chamou de Pedra da Galé (talvez o atual cabo Bardas, a 22° de latitude), o capitão decidiu caçar focas, enchendo o navio “de coirama e azeite daqueles lobos-marinheiros”. As peles e o óleo foram o primeiro carregamento comercial e os primeiros produtos “exóticos” que os navegadores de D. Henrique trouxeram por si próprios para Portugal. Era o

início de uma nova era para a navegação comercial. Estimulados pelos lucros que vislumbraram nesses produtos, os navegadores de D. Henrique começariam a modificar o mundo estreito e fechado em torno de si mesmo dos geógrafos antigos e da Igreja medieval, transformando-o no globo moderno.

DESASTRE EM TÂNGER E NA CORTE

No exato instante em que as explorações henriquinas chegavam a esse momento auspicioso, uma grave crise política se abateu sobre Portugal – com o infante envolvido no seu epicentro. Tão funestos foram esses acontecimentos, que por quatro anos as viagens marítimas seriam interrompidas. No início do segundo semestre de 1437, como se nostálgico das glórias que desfrutara em Ceuta duas décadas antes, D. Henrique – estimulado por seu irmão caçula, D. Fernando – planejou um audacioso ataque a Tânger, em Marrocos. Como, além de arriscada, a empresa era dispendiosa, o reino encheu-se de “murmuração e descontentamento do povo”.

O rei D. Duarte, filho de D. João I e irmão mais velho de D. Henrique, acabou concordando com a expedição – apesar da resistência do outro irmão, D. Pedro, que também era mais velho que D. Henrique e, por isso mesmo, o segundo na linha sucessória. Em 22 de agosto de 1437, D. Henrique e D. Fernando partiram de Lisboa com os únicos 6 mil soldados que conseguiram arregimentar: a resistência da população ao projeto fora tanta, que muita gente fugira de Lisboa para escapar à convocação.

Em 10 de setembro, o exército comandado por D. Henrique tomou Tetuã. No dia 13, porém, foi inapelavelmente rechaçado em Tânger. A 10 de outubro, cercados e famintos na periferia da cidade, os lusos receberam uma proposta de “paz honrosa”: seu exército deveria retornar desarmado para Portugal, e Ceuta e seus cativos serem devolvidos aos mouros. Em troca, seria firmada uma paz de 100 anos. Sem outra opção, D. Henrique aceitou a oferta – e, como garantia do cumprimento do trato, deixou D.

Fernando, de 35 anos, prisioneiro em Tânger. Houve desespero e consternação na volta a Lisboa. Ainda assim, a Coroa e a Santa Sé decidiram não devolver Ceuta. Por seis anos D. Fernando permaneceria em sombrias masmorras árabes. Só a morte, a 9 de julho de 1443, pôs fim ao seu suplício.

O martírio do irmão parece ter sido demasiado para o rei D. Duarte: em 9 de setembro de 1438, ele morreu, vitimado num grande surto de peste. D. Duarte assumira o trono cinco anos antes. Através de uma lei promulgada em abril de 1434, ele lançara as bases do absolutismo monárquico em Portugal. Sua morte abriria uma grave crise política, pois acordos antigos estabeleciam que, enquanto seu filho, o infante D. Afonso, de apenas 6 anos, não atingisse a maioridade, a regência deveria ficar nas mãos da antiga rainha-mãe, D. Leonor – profundamente ligada a Castela. Revoltada com a possibilidade de o trono ficar nas mãos de uma mulher estrangeira, a corte forçou D. Pedro a assumir a regência – e a permanecer no cargo até janeiro de 1446, quando seu sobrinho, coroado D. Afonso V, subiu ao trono, aos 14 anos. Três anos mais tarde, intrigas da nobreza jogariam Afonso V contra D. Pedro, que foi demitido do cargo de conselheiro do rei. Em maio de 1449, D. Pedro enfrentou o exército real e foi morto na batalha de Alfarrobeira. Seu papel no ciclo das descobertas jamais viria a fazer parte das crônicas oficiais.

Durante as perturbações da Regência, os mareantes do Algarve e os astrônomos de Sagres

As Caravelas

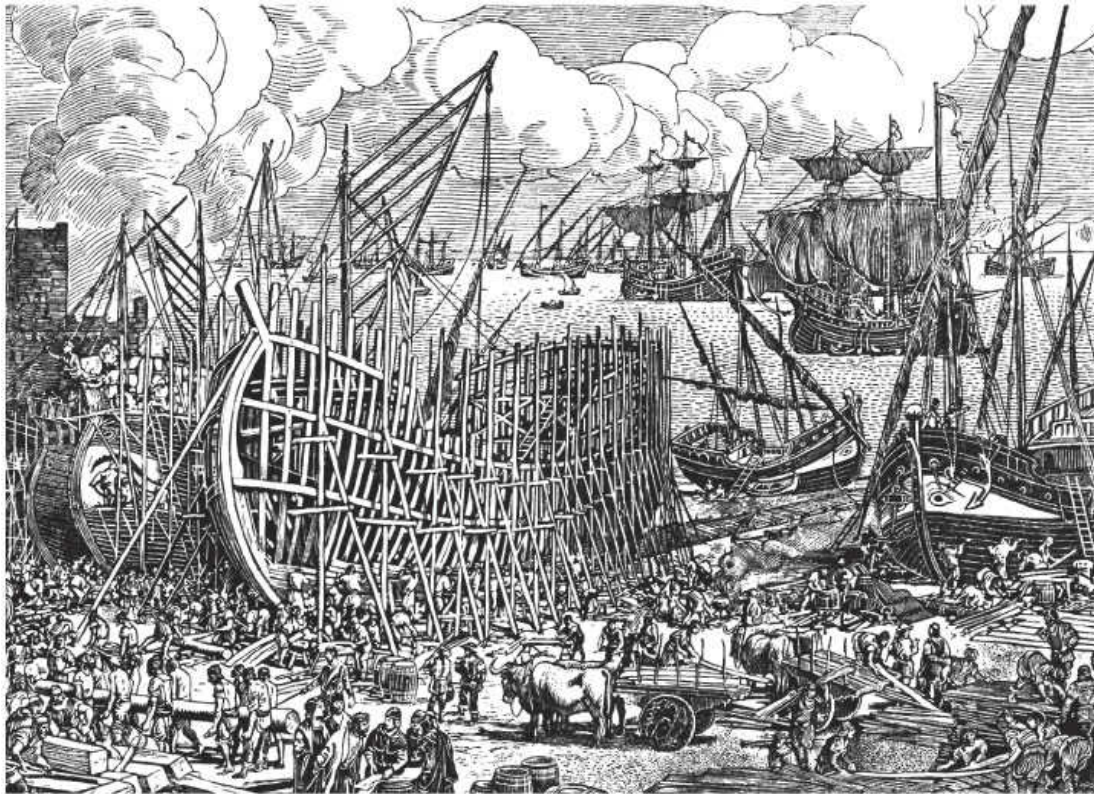
Embora as caravelas já fossem conhecidas dos árabes, na sua versão original eram pequenos barcos usados na navegação fluvial ou costeira, na orla do Mediterrâneo. Os navegantes gregos das galés romanas as batizaram de “caravos” (ou “lagostas”). Caravela é um diminutivo de caravo. De fato, o barco desenvolvido pelos lusos – e que lhes propiciaria fazer suas descobertas – tinha só 20t (contra 50t do caravo), 20m de comprimento e um casco esguio, que lhe permitia alcançar grande velocidade e ser facilmente manobrado. As caravelas se revelaram capazes de entrar nos portos pequenos da costa africana – além de poderem navegar próximas à costa. “São os melhores barcos do mundo”, disse o italiano Cadamosto. A caravela provou que o maior nem sempre é o melhor. Abaixo, um dos primeiros esboços conhecidos de uma caravela lusa.

tiveram a pausa de que precisavam para resolver os novos problemas técnicos estabelecidos pela navegação atlântica. Para enfrentar os perigos do alto-mar, os lusos já tinham substituído a barcha pelo barinel – um navio de proa alterosa, com capacidade para 50 tonéis, castelo de popa e dois mastros. Mas o barinel – como indica o próprio nome, originário da palavra inglesa *balener* – era um navio destinado à pesca da baleia no mar do Norte. Tal como a barcha, possuía velas redondas (embora assim chamadas por causa da forma que adquiriam quando infladas pelo vento, essas velas eram, na verdade, grandes panos quadrangulares).



Mas, após o Bojador, os ventos que “alisavam” o mar – os alísios, portanto – sopravam de nordeste, empurrando os navios para o sul. Assim, barchas e barinéis eram submetidos a terríveis dificuldades na viagem de volta a Portugal, no norte. Para navegar contra o vento, os lusos desenvolveram então um novo tipo de navio: *a caravela* de velas latinas (*ver boxe na página anterior*). Velas latinas são panos triangulares, de borda rígida, capazes de gerar uma força propulsora na direção oposta à do vento – o que permitia a execução da manobra que, em linguagem náutica, se chama “bolinar”.

Embora fosse uma adaptação do caravo, antigo barco de pesca árabe, a “invenção” da caravela constitui uma das maiores obras do engenho lusitano. Ela não só abriu uma nova era na história da navegação como sua construção foi a base a partir da qual a indústria naval portuguesa adquiriu um impulso espantoso. De fato, nos estaleiros de Lagos e de Lisboa floresceu uma das primeiras indústrias com tecnologia de ponta europeia. Em breve, uma bem paga elite profissional de carpinteiros e calafates, trabalhando afanosamente e produzindo navios cada vez melhores, iria revolucionar a economia.



Em 1508, mais de 300 mestres labutavam na ribeira das Naus, em Lisboa. Um século depois, esse estaleiro (*imagem anterior*) produzia 800 navios de 500t por ano: cada um consumia 2.200 paus de sobro e 1.800 de pinho. Embora protegidas por lei e só cortadas na lua certa, madeiras nobres – como o sobro usado no cavername, o pinho dos tabuados e o carvalho das quilhas – foram dizimadas. Ainda assim, a construção naval foi o motor de indústrias subsidiárias, como a manufatura de cânhamo para os cabos e a de linho para as velas.

Não foi apenas nos domínios da engenharia naval que os lusos se viram forçados a introduzir inovações revolucionárias. Quando os navegadores de D. Henrique se dispuseram a ir mais longe do que aonde os europeus jamais tinham chegado – trocando a segurança do Mediterrâneo (o “mar no meio da Terra”) pelas amplitudes do mar-oceano (do grego *Okeanós*, ou “mar circundante”) –, eles se defrontaram com problemas específicos da arte de navegar.

As costas mediterrâneas, banhadas pelo “mar fechado”, jamais

O Astrolábio

Instrumento astronômico inventado pelo grego Hiparco (séc. II a.C.), o astrolábio foi aperfeiçoado pelos astrônomos da Escola de Sagres. Ele se constituía de uma roda de madeira com escala em graus, um pino central (a alidade) com orifícios nas duas extremidades (as pínulas). O piloto fazia a alidade girar até os raios do sol atravessarem os orifícios das pínulas. O número então indicado na roda revelava a altura do sol acima do horizonte, permitindo ao piloto estabelecer a latitude em que seu navio se encontrava naquele momento. Os astrolábios não funcionavam bem com os navios em movimento, provocando erros de até 5° na medição da latitude.



ficavam a mais de 800 quilômetros uma da outra, no sentido norte-sul, ocupando apenas 7° de latitude. Mas a costa africana se estende de 38° de latitude norte a 38° de latitude sul, distância que equivale a 1/5 da volta do globo. De início, para calcular o ponto em que seus navios se encontravam, os navegadores se baseavam na altura em que a estrela Polar se encontrava do horizonte. À medida que avançaram para o sul, os lusos viram esse signo universal de localização “afogar-se” no horizonte norte. A cosmopolita comunidade que D. Henrique atraía para Sagres – da qual fariam parte o astrônomo Abraão Zacuto e o matemático José Vizinho, ambos judeus fugidos das perseguições de Castela – desenvolveu ou aperfeiçoou tabelas matemáticas com a declinação dos astros e admiráveis instrumentos de navegação, entre os quais o quadrante, o *astrolábio*, a *balestrilha* e o *noturlábio* (um tipo de astrolábio usado à noite, com a luz das estrelas), além de aprimorar os rudimentares portulanos, antigos mapas náuticos feitos pelos árabes em peles de carneiro ou em pergaminhos.

O REINADO DAS CARAVELAS

Sob o signo de tão grandes inovações, o impulso exploratório lusitano foi retomado e a aventura do périplo africano se reiniciou. Em abril de 1441, a bordo de uma caravela, Nuno Tristão, “cavaleiro mancebo criado de pequeno na

câmara do Infante”,³ chegou a um promontório resplandecente de alvura, que batizou de cabo Branco (hoje Noaudhibou, no nordeste da Mauritânia). Na viagem de volta, encontrou-se com o navio de Antão Gonçalves, “guarda-roupa do Infante e homem assaz de nova idade”,⁴ ancorado nos baixios do falso rio do Ouro.

Ali, depois de carregar o navio de peles e óleo de focas, Gonçalves, “por achar vergonhoso retornar à presença do Infante com tão pouco serviço prestado”,⁵ decidiu capturar dois nativos. Esses azenegues – berberes islamizados – foram os primeiros cativos trazidos da África para Portugal. Um deles era um nobre de nome Adahú, através do qual – via intérpretes mouros – D. Henrique enfim tomaria “conhecimento de mui grande parte das cousas daquela terra”.⁶ As notícias dadas por Adahú foram de tal forma auspiciosas que o infante de imediato enviou um embaixador a Roma para obter uma bula papal que lhe concedesse não apenas o monopólio no comércio com a África, como a autorização para “fazer a guerra contra os infiéis, tirar-lhes as terras e escravizá-los”. O papa Eugênio IV assinou tal bula em 19 de dezembro de 1442, e Nicolau V renovou-a em junho de 1452. Estava nascendo um império escravagista.

Em 1443, Nuno Tristão chegou à ilha de Arguim, coalhada de flamingos, a 20°8’ de latitude norte, na atual Mauritânia, pouco abaixo do cabo Branco. Ali, cinco anos mais tarde, D. Henrique fundaria a primeira feitoria lusa na África – modelo de muitas outras estabelecidas nos séculos seguintes, não



A Balestrilha

A balestrilha também era utilizada para avaliar a latitude, mas à noite, medindo a altura das estrelas. Constituía-se de duas réguas, uma horizontal (o virote), com escala em graus, e outra vertical (a soalha). A extremidade inferior da soalha era alinhada com o horizonte, enquanto a superior buscava se alinhar com a estrela observada. A posição que a soalha adquiria no virote depois desse alinhamento marcava a altura da estrela em graus.

só na África, mas no Brasil, na Índia e no Japão. Ali, os portugueses trocavam trigo, tecidos e cavalos por ouro em pó, marfim e, sobretudo, por escravos. As rotas comerciais começaram, enfim, a se desviar de Marrocos.

Na viagem seguinte, em 1444, ao vislumbrar um rio ladeado por “altas palmeiras” – como, 30 anos antes, os cativos de Ceuta haviam dito ao infante –, o mesmo Nuno Tristão percebeu que finalmente atingira o “rio do Ouro”. Mas o “ouro” que os portugueses logo passaram a explorar ali não era amarelo. A região que se inicia a partir do delta verdejante do Senegal foi batizada pelos navegadores do infante como “Terra dos Verdadeiros Negros”. Poucos meses antes, Antão Gonçalves estivera nas cercanias dessa mesma zona, onde capturou 200 negros, que levou para vender em Portugal.

Embora as jornadas exploratórias prosseguissem, o comércio de escravos e, depois, o de pimenta-malagueta (de qualidade inferior, mas mais barata do que a da Índia), de ouro e de marfim não só batizariam várias regiões da costa da África (os topônimos Costa do Ouro, Costa do Marfim, Costa da Pimenta e Costa dos Escravos se manteriam por séculos) como iriam movimentar 25 caravelas por ano. Malagueta, marfim e ouro eram rentáveis, mas o verdadeiro lucro das expedições de D. Henrique vinha do tráfico de escravos. Lisboa e Lagos tornaram-se os portos escravagistas mais ativos da Europa, reativando um comércio em extinção desde a Idade Média. De fato, um dos trechos mais citados da *Crônica dos Feitos da Guiné* se tornaria aquele no qual Zurara descreve a cena desenrolada durante uma partilha de escravos, ocorrida a 8 de agosto de 1448, no porto de Lagos, no Algarve, em Portugal:

“Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquela campanha? Que uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente,

O Ouro e o Sangue da Guiné

Desde que fora informado da fabulosa riqueza do reino de Mali, o infante D. Henrique se propusera a conquistar essa terra opulenta. Quando seus

esguardando a altura dos céus, firmando os olhos em eles, bradando altamente, como se pedissem socorro ao Padre da Natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se estendidos em meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quais, posto que as palavras não pudessem ser entendidas, bem correspondiam ao grande grau de sua tristeza. Mas para seu dó ser mais acrescentado, sobrevieram aqueles que tinham sido encarregados da partilha e começaram de os apartar uns dos outros, a fim de porem seus quinhões em igualeza; onde convinha de necessidade apartarem os filhos dos padres e as mulheres dos maridos e os irmãos uns dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, somente cada um caía onde a sorte o levava.”

Montado em “seu poderoso cavalo”, D. Henrique assiste à cena e recebe seu quinto: 46 cativos. Após afirmar que o infante “tinha em mente a salvação daquelas almas, que antes eram perdidas”, Zurara assegura que, em Portugal, os escravos eram “mui docemente tratados, que eu nunca vi a nenhum deles a ferro, pois que nunca mais pensavam em fugir, antes se esqueciam de sua terra, atraídos pela bondade da nova”.

O Cronista do Maravilhoso

As narrativas de Alvise de Cadamosto constituem um dos melhores relatos de viajantes

navegadores chegaram às costas da Guiné, esse objetivo foi alcançado. De fato, no interior da misteriosa África Equatorial existiam muitas minas de ouro. O nome Guiné provavelmente provém de Gana, como os nativos chamavam a vasta área antes ocupada pelo império de Mali. O ouro extraído dali foi tanto que uma das primeiras moedas cunhadas na Inglaterra chamou-se “guinea”. O metal chegara a Londres via Portugal. Mas a verdadeira fonte de lucros dos lusos, que batizaram a Guiné de “Terra dos Verdadeiros Negros”, foi outra. Ali eles iniciaram o tráfico de escravos, dizimando tribos inteiras (abaixo).



Em 1445, Dinis Dias, “nobre escudeiro que fora criado do rei D. João”, viajando às próprias

de todos os tempos. Interessado em conhecer os povos africanos, ele passou quatro semanas como hóspede do rei Budomel, num local 80 quilômetros ao sul da foz do Senegal, 40 quilômetros no interior. “Esses negros, homens e mulheres, juntaram-se para me ver como se eu fosse algo de maravilhoso”, escreveu. “Esfregaram-me com saliva para ver se a minha brancura era tinta ou carne. Ao verem que era carne, ficaram estupefatos.” Mais tarde, Cadamosto – que já ficara profundamente impressionado com os hipopótamos, que chamou de “peixe-cavalo” – narrou orgulhosamente o momento em que comeu carne de elefante, às margens do rio Gâmbia, em 1456: “Mande cortar um pedaço e, depois de grelhá-lo, o comi a bordo, para poder dizer que tinha comido a carne de um animal que nunca tinha sido até então comida por qualquer dos meus conterrâneos.” Apesar de achar a carne “dura e insípida”, Cadamosto mandou salgá-la e a levou para Lagos, de modo que seu patrão, D. Henrique, também pudesse provar dela.

expensas, atingiu o cabo Verde (14°7', de latitude norte), assim denominado porque, em contraste com a costa explorada até então, “arenosa e desacompanhada de árvores, como coisa em que faleciam as águas”, esse promontório era recoberto de florestas tropicais. Antes de aproximar-se da costa, Dinis Dias e seus homens haviam aspirado aromas tão inebriantes que julgaram estar “em algum gracioso pomar”.

No ano seguinte, Nuno Tristão cruza o cabo Verde e penetra, com barcos a remo, 100 quilômetros pelo rio Geba (hoje, na Guiné-Bissau), onde é morto por uma flecha envenenada. Em 1447, o jovem Álvaro Fernandes, sobrinho do descobridor da ilha da Madeira, João Gonçalves Zarco, avança até a atual Conakry, na Guiné (9°8' de latitude norte). Na volta, após ser ferido também por seta envenenada, enche dois barris com a água do rio Senegal e os leva para o infante. “Não sei se Alexandre, que foi um dos monarcas do mundo, bebeu em seus dias água que de tão longe lhe fosse trazida”, anotou Zurara. A partir de então, a resistência dos nativos e as perturbações políticas do final da Regência impõem nova pausa de oito anos às viagens.



Em 1455, dois anos após a *queda de Constantinopla*, as navegações henriquinas ganham novo impulso com a contratação de três navegadores italianos. Antonio Usodimare e Antonio de Noli eram genoveses – herdeiros indiretos de Manuel Pessanha (ou Pessagno), também nascido em Gênova, o autêntico pai-fundador da marinha lusitana, que ele criou a partir de 1317, depois de ser contratado pelo rei D. Dinis. O outro navegador era o veneziano Alvise de Cadamosto, precursor de grandes navegadores italianos como Colombo, Caboto e Vespúcio, que também serviriam a príncipes estrangeiros.

Embora nunca tenha avançado além do cabo Verde, *Cadamosto* iria inaugurar uma nova era nas viagens exploratórias ao redigir relatos minuciosos e empolgantes nos quais descreve os costumes tribais, a vegetação tropical e animais desconhecidos, como o hipopótamo e o elefante. Cadamosto dá origem à linhagem de cronistas que deságua no estilo preciso de Pero Vaz de Caminha.

Em 13 de novembro de 1460, aos 64 anos, D. Henrique morreu em Sagres. Apenas um terço da costa africana fora desvendado, mas o infante não só bebera água do Senegal, comera ovos de avestruz e carne de elefante, como lançara as bases da exploração sistemática: para ele, cada

A Queda de Constantinopla

No dia 29 de maio de 1453, sete anos antes da morte do infante, os turcos – sob a liderança de um califa significativamente chamado de Maomé II – tomaram Constantinopla (hoje Istambul). Essa conquista acabou definitivamente com o Império Romano do Oriente e se tornou um marco na história da humanidade. Mas, ao contrário do que dizem os livros didáticos, os árabes não suspenderam o comércio com o Ocidente: apenas o concentraram nas mãos de seus aliados na poderosa cidade de Veneza. Aliadas do

passo sobre o desconhecido era um convite para ir além. D. Henrique também comandou a colonização dos Açores e da Madeira, introduziu Portugal na produção açucareira e no tráfico de escravos e enfraqueceu o domínio árabe na África. Ao fazê-lo, pavimentou a trilha que levaria os europeus a dominarem o mundo.

Com a morte de D. Henrique, nova interrupção se abateu sobre o périplo africano. D. Afonso V, sobrinho do infante e rei desde 1446, interessava-se muito mais pela África árabe, o Magreb, do que pela negra. Suas conquistas em Marrocos (vingando o “mártir” D. Fernando em Arzila e Tânger, e resgatando seu corpo) o fizeram passar à história como “Afonso, o Africano”. Mas, embora em janeiro de 1455 ele tivesse obtido, por bula papal, o monopólio de toda a navegação e comércio com a costa africana abaixo do Bojador, a verdade é que Afonso V decepcionou-se com a África. Havia escravos (cerca de 2 mil por ano chegavam a Lisboa), havia malagueta (os “grãos do paraíso”) e havia ouro na Guiné. Mas nada parecia ser em quantidade suficiente para agradar o monarca. Além do mais, a costa daquele imenso continente parecia nunca chegar ao fim.

Assim sendo, em 1469 o “Africano” decidiu conceder a Fernão Gomes, rico mercador de Lisboa, o direito de navegar e comerciar no litoral africano, “com a incumbência de descobrir 100 léguas (cerca de 500 quilômetros) por ano durante seis anos e entregar ao rei uma taxa anual de 200 mil reais”. Os detratores modernos de D. Henrique gostam de lembrar que os navegadores contratados por Gomes precisaram de apenas seis anos para percorrer uma extensão de costa maior do que a que os homens do infante percorreram em 30. Mas é preciso lembrar que eles o fizeram

jogo mercantil, Gênova e Florença – as outras duas cidades-estados da Itália – passaram então a financiar as expedições portuguesas, cuja rota marítima iria se revelar o único caminho possível rumo às riquezas do Oriente.



baseados nas técnicas e táticas que D. Henrique havia desenvolvido.

Embora ao dobrar o cabo das Palmas, hoje na Libéria, os navegantes de Gomes tivessem alimentado a esperança de haver enfim contornado a África – e suportado a dura decepção que se seguiu –, eles foram os primeiros a cruzar o equador, sem que nem eles nem seus navios explodissem nas chamas da ira divina. A tese de Ptolomeu, segundo a qual a vida não era possível na “metade inferior do mundo”, pôde, então, ser derrubada na prática.

O SONHO E A VISÃO DE D. JOÃO II

Em agosto de 1474, três anos após os navegantes de Fernão Gomes terem chegado à ponta de Santa Catarina (hoje Porto Gentil, no Gabão, 2° ao sul do equador), cruzando a linha imaginária que dividia o globo ao meio, Afonso V colocou seu filho, o príncipe D. João, de 19 anos, na direção política e econômica da expansão lusa. Em 1481, ao ser aclamado como *D. João II*, o soberano já decidira não só retomar o impulso original de D. Henrique, seu tio-avô, como revesti-lo de ambição ainda maior. Pouco a pouco se revelaria o “grande projeto” de D. João II: contornar a ponta meridional da África e chegar à Índia.

No mesmo ano em que assumiu o trono, D. João II mandou construir, sob a direção de Diogo de Azambuja, a fortaleza de São Jorge da Mina, a oeste da localidade atual de Cape Coast, próximo a Accra, em Gana. Azambuja chegou a esse ponto estratégico, para onde convergiria toda a rede de comércio entre a África árabe e a África negra, em dezembro de 1481 e obteve a concordância (e a conversão) do rei local, Caramansa. Embora fosse saudado por cronistas da época como “a primeira pedra da Igreja Oriental” que D. João II pretendia fundar, o



O Príncipe Perfeito

D. João II, apelidado de “o Príncipe Perfeito”, foi um dos maiores reis portugueses de todos os tempos. Embora os méritos de D. Henrique sejam

chamado *castelo de Elmina* (ver boxe na página 78) se tornaria o primeiro grande entreposto de escravos da era moderna e o polo a partir do qual os reinos de Benin e Daomé seriam dizimados. Os primeiros escravos trazidos para o Brasil, em 1533, vieram da Mina.

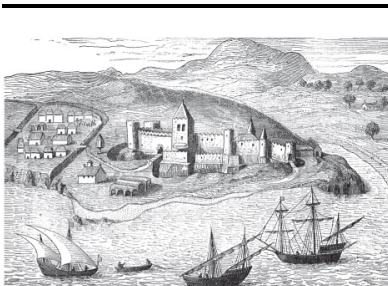
Fundada a poderosa base naval que lhe permitiria defender e vigiar seu monopólio africano – que começava a ser invejado e ameaçado por outras potências europeias –, D. João II acrescentou a seus títulos o de “Senhor da Guiné” e colocou canhões e bombardas nas caravelas, até então desarmadas. A seguir, iniciou a colonização das ilhas de São Tomé, Príncipe e Fernando Pó – primeiras colônias da Europa na África equatorial, localizadas no golfo da Guiné, a cerca de 100 quilômetros da costa do atual Gabão. Como essa era uma zona insalubre para os europeus, D. João II serviu-se de degredados e judeus para a colonizar. Manteve toda essa aventura no mais absoluto sigilo – punindo duramente qualquer suposto delator. Ao mesmo tempo, decidiu prosseguir no descobrimento sistemático da costa africana que se prolongava para o sul.

Um Empório de Escravos
*A Fortaleza da Mina (a seguir)
marca a primeira tentativa
efetiva de ocupação lusitana
na África. Embora
supostamente fosse também o
polo a partir do qual D. João
II pretendia divulgar o
cristianismo entre as tribos
negras da África Equatorial, o
castelo, também chamado*

*enormes, o projeto
expansionista da dinastia de
Avis seria de fato moldado por
D. João II, seu sobrinho-neto.
Com uma visão
simultaneamente utópica e
arrogante, grandiosa e
arriscada, o “Príncipe
Perfeito” decidiu contornar a
África e chegar à Índia.
Morreu em 1495, dois anos
antes de Vasco da Gama
realizar seu sonho. Apesar de
ter lançado as bases do
império ultramarino lusitano,
D. João II deixou a Coroa
imersa em dívidas com a
Igreja e com a nobreza. D.
João II foi também o estadista
astucioso que obteve a
soberania sobre o que ele
julgava ser a “melhor” metade
do mundo ao firmar o Tratado
de Tordesilhas, em 1494, com
os reis de Aragão e Castela,
Fernando e Isabel.*

O homem escolhido para essa missão foi *Diogo Cão*, navegador formado na “escola do Golfo” (a exigente arte de navegar na costa da Guiné). Cão partiu em agosto de 1482 e chegou à foz de um grande rio, que chamou de rio Poderoso. Era a embocadura do Congo, hoje Zaire. Ali, Cão deu início a uma nova fase do périplo africano: ergueu um “padrão”, na ainda hoje chamada ponta do Padrão (6° de latitude

Elmina, tornou-se o maior entreposto de escravos de seu tempo. As condições sanitárias da África revelaram-se uma barreira intransponível para os lusos e o projeto de “exportar” a civilização europeia para as regiões equatoriais só pôde ser concretizado meio século mais tarde – e no litoral do Brasil. Mas foi a partir da base de Elmina que os lusos aprenderam a difícil arte de navegar no problemático golfo da Guiné.



sul). Padrões eram colunas de pedra, com cerca de 2,5 metros de altura, encimadas por uma cruz e com inscrições em português, latim e árabe, que os lusos passaram a usar como prova de suas descobertas e símbolo de sua fé.

Na sequência de sua primeira viagem, Cão chegou ao cabo do Lobo (hoje Santa Maria, em Angola, a 13°6' de latitude sul) e, sem que se possa entender por quê, concluiu que ali a África acabava. Ao retornar ao reino, em abril de 1484, deu a notícia a D. João II. No outono de 1485, Diogo Cão voltaria a partir com a missão de atingir o oceano Índico. Ao ultrapassar o cabo do Lobo, percebeu seu erro. Quando Cão (*boxe a seguir*) voltou humilhado da viagem, grande decepção se abateu sobre o reino. D. João II jamais o perdoaria.

COLOMBO E A GEOGRAFIA LOUCA

Por essa mesma época, uma completa revolução geográfica estava ocorrendo na Europa. Embora em grande voga por causa do advento da imprensa e por uma reedição feita em 1477, a obra de *Ptolomeu* – mais famosa do que nunca – estava sob ataque cada vez mais cerrado. Dois italianos, Fra Mauro e André Bianco, haviam feito, a pedido de D. João II, mapas-múndi nos quais a África – ao contrário da representação de Ptolomeu – aparecia como uma península que tinha fim e podia ser contornada. Tais mapas apontavam também a existência de várias ilhas “verdadeiras” no Atlântico – inclusive a “ilha do Brasil”.

Em 1474, porém, um médico e astrônomo de Florença, Paolo Toscanelli, enviou uma carta para Portugal afirmando que existia uma rota rumo à Índia bem menor do que a que os lusos estavam seguindo: era a

rota do oeste, através da qual “a extensão dos mares não é tão grande” e “pode-se chegar facilmente [à Índia]”. Toscanelli acreditava que a Ásia ficava 3.600 quilômetros a oeste das Canárias.

Tal teoria foi logo descartada pelos astrônomos de D. João II – sujeitos brilhantes como Zacuto e Vizinho. Mas em 1477 chegara a Portugal um certo *Cristóvão Colombo*, marinheiro genovês. Ele se instalou no reino, casando-se com a filha do donatário da ilha de Porto Santo, próxima da ilha da Madeira. Junto com Diogo Azambuja, viajou para a fortaleza da Mina, já transformada numa casa de horrores, onde se envolveu com o tráfico de escravos. Na Mina, conheceu Martim Behaim, geógrafo que acompanhara a expedição de Diogo Cão e que em 1492 concluiria um grandioso projeto: a fabricação do primeiro globo terrestre, reformulando as ideias de *Ptolomeu*.

Nas fervilhantes feitorias da Guiné, Colombo ouviu falar dos segredos da navegação lusitana: as ilhas que existiriam a oeste dos Açores, os misteriosos troncos entalhados que chegavam às praias e a “volta do mar”. Começou a ler sofregamente: além do *Imago Mundi*, de Pierre d’Ally, e da reedição de Ptolomeu, ele mergulhou na carta de Toscanelli, que veio lhe parar nas mãos e da qual ele tirou a ideia de chegar à Índia pela rota do Ocidente.⁷

Em 1484, Colombo conseguiu uma audiência com D. João II, na qual tentou



Cão Abandonado

Diogo Cão, um navegador extraordinário, era de origem plebeia – como vários dos exploradores a serviço de D. João II, que rompera com a nobreza e se associara à burguesia mercantil. Mas, quando Cão voltou de sua primeira viagem anunciando que vislumbrara o fim da África, o rei o fez cavaleiro, dando-lhe “todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas de que os nobres e filhos de algo podem gozar”. Cão obteve o direito de ter o próprio brasão (acima) – e colocou nele dois “padrões”, como os que usara para tomar posse dos territórios que descobrira. Ao confessar seu engano para D. João II, Diogo Cão caiu em desgraça, foi banido da corte e morreu na obscuridade, em circunstâncias misteriosas. O marco que ele fincara na ponta do Padrão foi encontrado em 1893 e levado para a Alemanha – causando



O Pai da Matéria

Em 1455, Johann Gutenberg inventou a impressão tipográfica. Junto com a queda de Constantinopla e com o próprio ciclo de descobrimentos portugueses, a invenção da imprensa é tida como o início da Era Moderna. Ironicamente, uma das consequências do advento da imprensa foi a divulgação maciça da obra do geógrafo grego (acima) Cláudio Ptolomeu (c. 90-164). Uma cópia de Geografia, o livro clássico de Ptolomeu, fora levada de Constantinopla para Florença em 1400 e impressa em 1475. Com o advento da imprensa, não apenas o livro mas os mapas obsoletos de Ptolomeu se tornaram lucrativos e invadiram o mercado europeu. Ptolomeu achava que a África e a Índia se uniam ao sul e que não havia passagem marítima conduzindo ao oceano Índico.

convencê-lo a financiar sua grande consternação diplomática e revolta em Portugal. expedição para as

Índias pela rota sugerida por Toscanelli. Pediu três navios e a fortuna de 2 milhões de maravedis, antiga moeda usada tanto em Portugal quanto na Espanha. O rei submeteu o projeto a sua junta de astrônomos. Coube ao bispo Diogo Ortiz dizer a Colombo que seu plano era uma quimera irrealizável.

A ESPERANÇA NUM CABO TORMENTOSO

Enquanto Colombo negociava com D. João II, o rei já preparava o envio de uma nova expedição em busca do fim da África. Escalou o escudeiro Bartomoleu Dias para chefiá-la. Como funcionário da fortaleza da Mina, Dias se tornara um grande especialista na difícil navegação do golfo da Guiné, com suas calmarias e correntes contrárias. Ele partiu de Lisboa em agosto de 1487, com duas caravelas de 50 toneladas e uma nau carregada de mantimentos – usada pela primeira vez na história das explorações.

Em outubro de 1487, a frota – que contava com a experiência do piloto Pero de Alenquer – chegou ao último ponto visitado por Diogo Cão. Nessa altura, o litoral da África volta a ser desértico: começa ali a terrível costa da Namíbia, depois chamada de Costa do Esqueleto, por causa das centenas de naufrágios

As viagens portuguesas o que ocorreriam na época em que a viagem de
desmentiriam. Lisboa à Índia se tornou comum.

Nos últimos dias de 1487, as caravelas de Bartolomeu Dias foram atingidas por uma terrível tempestade, que durou duas semanas e empurrou os navios para longe da costa e para o sul. “E como os barcos eram pequenos e os mares frios, deram-se todos por mortos”, escreveu o cronista João de Barros. Quando a fúria da tormenta amainou, Dias navegou para leste, mas não avistou terra. Dirigiu-se então para o norte e, depois de seguir por 800 quilômetros, vislumbrou altas montanhas. Havia contornado a África, sem vê-la.

Em 3 de fevereiro de 1488, Bartolomeu Dias desembarcou na atual Mossel Bay, a 370 quilômetros da Cidade do Cabo. Como a costa seguia para nordeste, Dias navegou mais 500 quilômetros tentando entrar no oceano Índico. Mas, na altura do atual Great Fish River, sua tripulação amotinou-se e, “cansada e aterrada pelos mares tumultuosos”, forçou-o a voltar. Na viagem de volta, a frota passou pela última ponta da África, que Dias batizou de cabo das Tormentas e do qual foi obrigado a afastar-se aos prantos “como se para sempre se despedisse de um filho condenado ao exílio”.⁸ Em dezembro de 1488, 16 meses e 17 dias depois de ter partido, Bartolomeu Dias retornou a Portugal. Tinha dobrado a África, mas fracassara em chegar à Índia.

Quando Dias entrou no porto de Lisboa, Cristóvão Colombo estava lá. No início de 1484, Colombo fora praticamente escorraçado do reino. Mas, em julho de 1488, D. João II lhe enviara um salvo-conduto, no qual o chamava de “amigo pessoal”, convidando-o para visitá-lo. Temeroso de que a expedição de Bartolomeu Dias tivesse fracassado, o rei talvez pensasse em apostar no delírio de Colombo. Mas, quando Dias retornou, D. João II viu se reacender a “boa esperança” de chegar à Índia, mudou o nome do cabo que aterrorizara seus navegadores e dispensou um amargurado Cristóvão Colombo.

A AMÉRICA E TORDESILHAS

A vitória de Portugal foi a decepção de Colombo. Mas, ao mesmo tempo, ela o faria se mudar para a Espanha. E lá *Colombo* caiu nas graças da rainha Isabel, obtendo o financiamento para seu projeto de atingir as Índias pela rota do oeste. Menos de cinco anos depois de deixar Portugal, Cristóvão Colombo teria seu breve instante de glória e poderia se vingar – quase humilhar – o rei D. João II. Em 4 de março de 1493, Colombo foi forçado a aportar em Lisboa para consertar suas duas caravelas, *Pinta* e *Niña*. Estava voltando de sua primeira viagem para o Ocidente e, segundo afirmou para o rei, ao ser recebido na corte, acabara de chegar às Índias, que ficavam (como dizia Toscanelli) a apenas 33 dias de navegação a oeste das Canárias.

D. João II indignou-se. Não por achar que Colombo de fato chegara à Índia (já que seus geógrafos haviam lhe provado que tal façanha era impossível), mas por julgar que aquelas terras, de cuja existência os lusos já suspeitavam, também lhe pertenciam por direito. Tal indignação quase fez rebentar uma guerra entre Portugal e Castela depois que o papa Alexandre VI, que era espanhol, assinou, em maio de 1493, a bula *Inter Coetera*, concedendo a Castela a posse de todas as terras “descobertas ou por descobrir” que ficassem 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Portugal recusou-



O Descobridor Casual

Embora seja o responsável pela maior descoberta geográfica de todos os tempos, Cristóvão Colombo – de acordo com uma piada maldosa ainda hoje contada nas ilhas do Caribe – foi um navegador que “ao zarpar não sabia para onde estava indo, ao desembarcar não soube aonde chegara e, ao retornar para casa, não pôde dizer com certeza onde havia estado”. De fato, Colombo – que morreu pobre e esquecido – afirmou até o fim de sua vida que havia descoberto a rota marítima que conduzia da Europa para a Índia pelo caminho do oeste. Achava que as Bahamas, onde estivera, eram parte da lendária Cipango, o Japão de Marco Polo. Apenas depois da descoberta do Brasil, em 1500, ficou evidente que Colombo estivera num novo

se a reconhecer a validade dessa bula.

continente.

O impasse seria resolvido cerca de um ano depois, quando os representantes de D. João II e dos reis Fernando e Isabel reuniram-se na pequena cidade de Tordesilhas, no norte da Espanha, e em 7 de junho de 1494 firmaram um novo tratado dividindo o mundo entre si, com a bênção papal. Mais bem informados que seus rivais, os lusos garantiram, então, a posse de todas as terras 370 léguas a oeste de Cabo Verde, assim assegurando seu domínio não só sobre o litoral do Brasil, mas obtendo também a soberania sobre o amplo espaço oceânico necessário para a realização da “volta do mar”, que Bartolomeu Dias julgava, com razão, ser fundamental para cruzar o cabo da Boa Esperança.

VASCO DA GAMA CHEGA À ÍNDIA

Em 1495, um ano após a vitória em Tordesilhas, D. João II morreu, deixando o reino endividado, sem ter realizado seus dois maiores sonhos: visitar a África (aonde não pôde ir pela falta de dinheiro) e descobrir a rota marítima para o Oriente. Seu cunhado, D. Manoel I, assumiu o trono por vias tortuosas. Apesar da indignação de seus conselheiros, resolveu dar continuidade à expansão ultramarina e ao projeto de chegar à Índia. De início, determinou que Bartolomeu Dias preparasse os navios necessários para tal viagem. Ao reforçar o madeirame das caravelas e misturar velas latinas com redondas, Dias teria praticamente inventado a nau – navio com o qual os lusos fariam suas novas e mais importantes descobertas.

Mas, quando a *São Gabriel* e a *São Rafael* ficaram prontas, D. Manoel decidiu que o comando da frota seria entregue ao fidalgo *Vasco da Gama* – literalmente um “filho de algo”: de Estêvão da Gama, governador de Sines, cidade do Alentejo. A decisão se deveu não só ao fato de que D. Manoel estava disposto a se reaproximar da nobreza como de sua



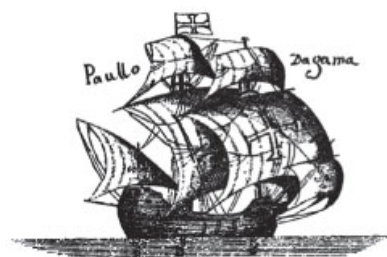
conclusão de que seria preciso mais do que um marinheiro experiente para lidar com os sofisticados rajás indianos. Gama tornou-se assim o primeiro comandante luso a desempenhar funções diplomáticas e militares. O comando técnico da expedição foi dado ao piloto Pero de Alenquer e a Nicolau Coelho, capitão da caravela *Bérrio*.

Com quatro navios e 170 homens, Gama partiu de Lisboa em 8 de julho de 1497. Em agosto, chegou ao cabo Verde, de onde zarpou para sudoeste, em direção ao mar aberto – conforme as indicações de Bartolomeu Dias, que se separou da frota e seguiu para Elmina. Ao fim da tarde de 22 de agosto, quando se encontrava próxima à costa do Brasil, a frota de Gama avistou aves que pareciam estar “indo para a terra”. Gama não pôde segui-las, pois logo inverteu seu rumo para leste, em direção à última ponta da África. Em 18 de novembro, depois de uma árdua batalha contra o mar, a frota de Vasco da Gama tornou-se a segunda expedição a dobrar o cabo agora chamado da Boa Esperança.

No dia 14 de março de 1498, Gama chegou a Sofala, na atual costa de Moçambique. A Sofala do Ouro (ou *Sofâlat ed-dhahab*) era o último porto ao qual chegavam os navegadores árabes e hindus. Dali para o sul, o oceano era tabu para eles. Os lusos há muito tinham ouvido falar de Sofala, que fora visitada, por via terrestre, por enviados do rei D. João II. Gama sabia que, ao chegar ali, tudo que tinha a fazer era seguir as milenares rotas da navegação comercial que uniam a costa oriental da África à Índia.

A Frota de Gama

A frota de Vasco da Gama era constituída por quatro embarcações: duas naus, uma caravela e uma naveta de mantimentos. A nau São Gabriel (acima) era comandada por Vasco da Gama. A nau São Rafael (abaixo) estava sob a chefia de seu irmão, Paulo da Gama. Nicolau Coelho era o capitão da caravela Bérrio. A naveta de mantimentos foi esvaziada de seu conteúdo e queimada ao longo da viagem. Bartolomeu Dias partiu de Lisboa junto com a frota de Gama numa caravela, mas sua missão o destinava ao castelo da Mina, na Guiné, e não à Índia.

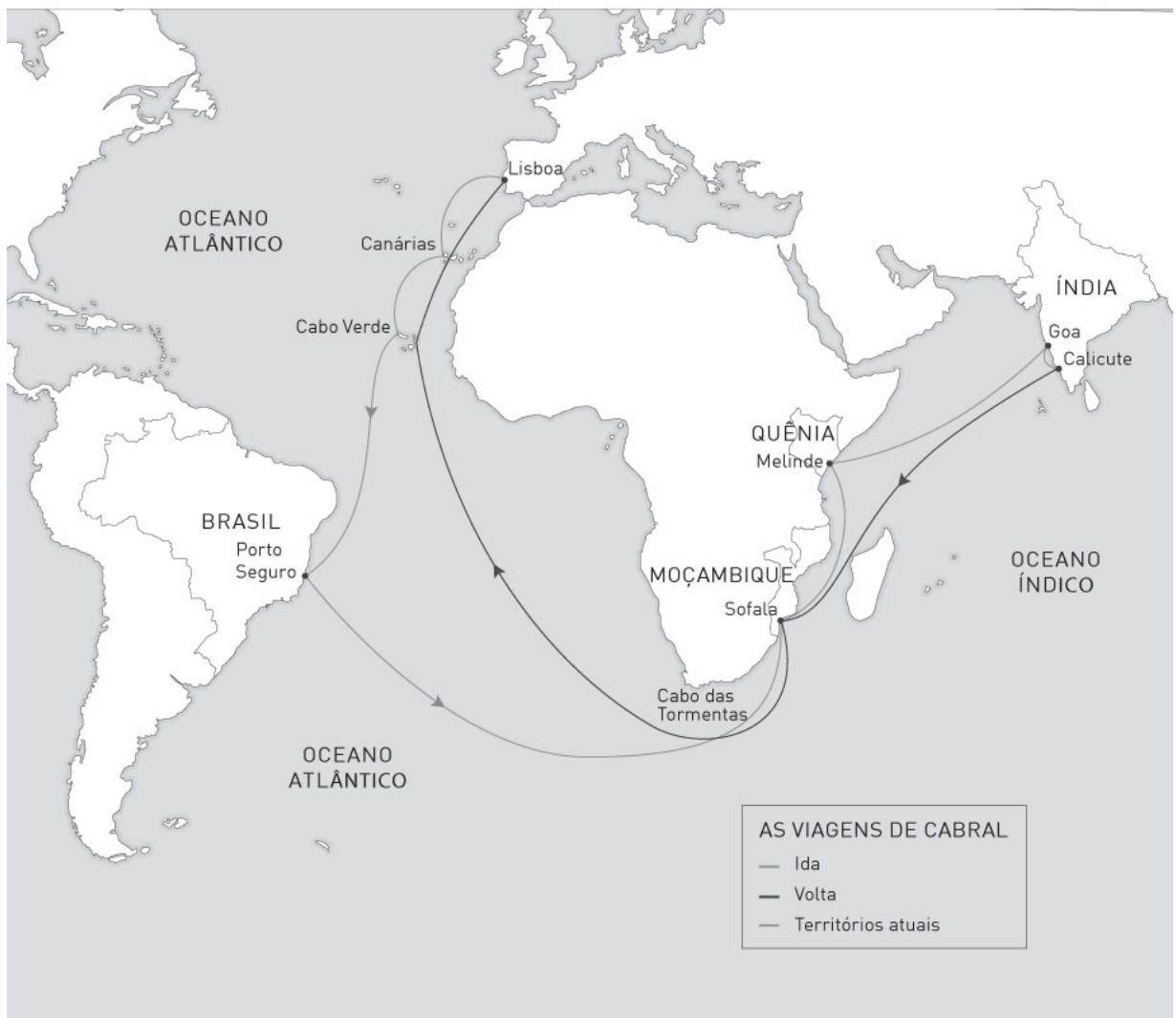
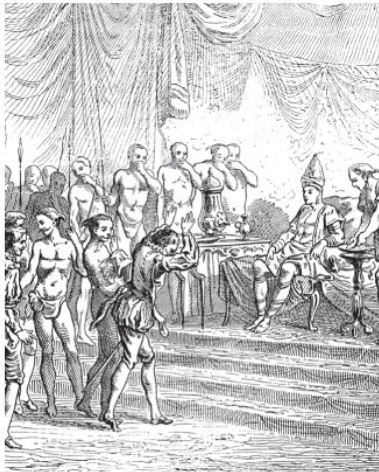


Um Encontro Histórico

O dia da chegada de Vasco da Gama à Índia, 22 de maio de 1498, marca, de acordo com certos historiadores, o “início da era da dominação europeia na História”. Ainda assim, foi um começo marcado por uma certa humilhação: quando Gama se encontrou com o Samorim (abaixo), o rei de Calicute estava coberto de “grandes brincos de ouro, com rubis de muito preço, diamantes e duas pérolas, uma do feitio de uma pera e maior que uma grande avelã; tinha nos braços argolas de ouro adornadas de joias de grande valor; as pernas também estavam adornadas, e um dedo do pé tinha um anel de rubi de grande fogo e estima. Os dedos das mãos estavam cheios de rubis e esmeraldas e diamantes, de modo que não havia preço que pagasse as riquezas que o adornavam”. Como presente, Gama ofereceu açúcar, azeite e bacias de cobre.

Ainda assim, a tarefa foi difícil: a frota portuguesa foi recebida com desconfiança nos portos árabes de Sofala e Mombaça, no atual Quênia. Mas em Melinde (também no Quênia), o sultão local forneceu um piloto árabe a Gama. Esse homem talvez fosse o lendário Ahmed Ibn Majid, um dos maiores navegadores de todos os tempos. Fosse quem fosse, ele ensinou a Gama os segredos que logo provocariam a derrocada do império marítimo que os árabes tinham construído no oceano Índico.

Em maio de 1498, Vasco da Gama chegou a Calicute. Ele ficou três meses em Calicute, em constantes desacertos com os mercadores árabes. O Samorim de Calicute – que Gama julgou ser cristão (mas que, obviamente, era hindu) – sentiu-se ofendido com os presentes baratos que ele lhe ofereceu e recusou-se a negociar. Em agosto, Gama partiu de Calicute, deixando atrás de si uma aura de desconfiança. Mas, um ano depois, ao chegar a Lisboa, com apenas dois navios e 55 homens, pôde comunicar para o rei D. Manoel a mais espetacular das “descobertas” lusitanas: a Índia podia ser alcançada por mar. Meses depois, Gama ensinaria a Pedro Álvares Cabral como fazê-lo.



III

A SEMANA DE VERA CRUZ

Por volta das 6 horas da manhã de quinta-feira, 23 de abril de 1500, quando o sol nasceu na ampla baía em frente ao monte batizado de Pascoal, a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral estava ancorada a 36 quilômetros da costa. Assim que o dia raiou, a frota se pôs cuidadosamente em marcha, avançando cerca de 30 quilômetros em três horas, no rumo daquelas praias banhadas de luz. Por volta das 10 da manhã, com a profundidade do mar já em 9 braças (cerca de 19 metros), os navios lançaram âncoras, fundeando outra vez. Estavam agora a 3 quilômetros da praia, em frente à foz de um pequeno rio, cujas águas se jogavam contra o mar depois de serpentear em meio ao emaranhado de uma floresta densa.

Então, na areia, às margens daquele regato, entre a mata e o mar, os portugueses viram “homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito”. A um sinal do comandante-mor, os capitães dos outros navios embarcaram em batéis e esquifes (barcos pequenos, tipo escaler) e se dirigiram à nau capitânia para uma breve reunião. Logo após esta, Cabral decidiu enviar à terra o experiente Nicolau Coelho, que estivera na Índia com Vasco da Gama. Junto com ele, seguiram Gaspar da Gama, “o judeu da Índia” – que, além do árabe, falava os dialetos hindus da costa do Malabar –, mais um grumete da Guiné e um escravo de Angola. Os portugueses conseguiam reunir, assim, a bordo de um escaler, homens dos três continentes conhecidos até então, e capazes de falar seis ou sete línguas diferentes.

Mas, quando o batel de Nicolau Coelho chegou à foz do pequeno rio, não foi possível travar diálogo algum com os nativos – agora já “cerca de 18 ou 20”. Os rugidos de um mar que começava a se encapelar impediram que houvesse “fala ou entendimento”. De todo modo, os tripulantes do batel concluíram que nunca haviam visto homens como aqueles, “pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas”. Não era a primeira oportunidade em que os portugueses se deparavam com selvagens desnudos, mas era a primeira vez que tais homens não eram negros.

No instante em que o escaler tocou o fundo arenoso, os nativos se aproximaram do bote, “todos rijamente, trazendo nas mãos arcos e setas. Nicolau Coelho fez sinal para que pousassem os arcos. E eles os pousaram”. E então, mesmo que não pudessem ouvir o que gritavam uns para os outros, portugueses e indígenas fizeram sua primeira troca. Sem descer do barco, Coelho jogou à praia um gorro vermelho, típico dos marujos lusos, um sombreiro preto e a carapuça de linho que usava na própria cabeça.

Os nativos retribuíram dando-lhe um cocar “de penas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaios”, além de um colar de contas brancas, talvez búzios, talvez pérolas miúdas. De certa forma, iniciava-se ali uma aliança entre aquela tribo e os portugueses. Ela iria se prolongar por cerca de 70 anos.

Os indígenas com os quais Nicolau Coelho travou o primeiro contato eram, se saberia mais tarde, do grupo Tupiniquim. Pertenciam à grande família Tupi-Guarani, que, naquele início do século XVI, ocupava praticamente todo o litoral do Brasil. Os Tupiniquim eram cerca de 85 mil e viviam em dois locais da costa brasileira: no sul da Bahia, da altura de Ilhéus até a foz do rio Doce (já no atual estado do Espírito Santo), e numa estreita faixa entre Santos e Bertioga, no litoral norte de São Paulo.

Nota

Os eventos descritos neste capítulo baseiam-se na descrição feita pela Carta de Pero Vaz de Caminha. As citações entre aspas, exceto onde indicado, foram tiradas da Carta.

Como os demais Tupi-Guarani, tinham chegado às praias do Brasil movidos não apenas por um impulso nômade, mas por seu envolvimento em uma ampla migração de fundo religioso. Partindo de algum ponto da bacia do rio Paraná, no território hoje ocupado pelo Paraguai (ainda que alguns estudiosos acreditem que o movimento talvez tenha começado na Amazônia), os Tupi-Guarani iniciaram uma longa marcha em busca da “Terra Sem Males”. Liderados por “profetas” – chamados de caraíbas –, eles haviam chegado à costa brasileira por volta do ano 1000 da Era Cristã. Mas, em vez do paraíso, depararam, cinco séculos depois, com aqueles estranhos homens, barbudos e pálidos, vindos do leste – junto com o sol, que agora se encontrava no alto do céu.

Abandonando a perspectiva da proa, pode-se reler o instante daquele primeiro encontro pela perspectiva da praia, pela ótica daquele grupo de nativos nus que vislumbraram, surpresos, a aproximação de velas enfunadas nas quais se realçava o assombroso símbolo da cruz da Ordem de Cristo.

No México, crônicas astecas escritas em época pouco posterior à chegada de Cabral ao Brasil comprovavam que, ao aportar no golfo de Vera Cruz, em 1519, os navios de Hernán Cortez foram vistos como “montanhas flutuantes que andavam sobre as águas” – e os homens que as pilotavam, tomados por deuses. O que acharam e sentiram os Tupiniquim do sul da Bahia ao depararem com o mar coalhado de naves portentosas, em cujo bojo viajavam homens vestidos e peludos, armados de ferro e de fogo?

O fato de esses alienígenas brancos terem sido denominados de “caraíbas” parece ser o indicativo fiel de que os índios do Brasil compartilharam da mesma convicção que tivera a tribo de Montezuma: a de que estavam diante de seres sobrenaturais. E essa amarga ironia se constituiu, de acordo com o escritor americano Henry Miller, na maior e mais grandiosa chance de “redenção” – de si próprios e do mundo – que os europeus jamais desfrutaram, e que trataram de desperdiçar irremediavelmente.

É exemplar o próprio caso dos Tupiniquim. Por volta de 1530, quando a colonização do Brasil se iniciou na prática, eles se uniram aos portugueses na guerra contra os Tupinambá-Tamoio, aliados dos franceses. Foi uma aliança inútil: após vencerem os inimigos iniciais, os lusos logo se esqueceram do auxílio que os Tupiniquim lhes haviam prestado. Por volta de 1570, a tribo já estava virtualmente extinta.

Mas, naquele primeiro dia, tudo correu bem entre os nativos e os estrangeiros. Trazendo consigo os presentes que recebera, Nicolau Coelho retornou para a nau capitânia, “por ser já tarde e não poder haver fala por causa do mar”. Voltou, então, a se reunir com o comandante-mor e com os demais capitães.

Naquela noite, choveu e ventou de sueste – tão forte que algumas das naus chegaram a se desgarrar, embora não fossem longe. A sexta-feira, 24 de abril, amanheceu suave e límpida, mas, após o susto da noite anterior, os pilotos aconselharam o comandante a zarpar em busca de “um bom pouso”, onde a armada pudesse reabastecer-se de lenha e de água. Assim, por volta das 8 da manhã, a frota ergueu âncoras, içou as velas e partiu para o norte. Naquele momento, cerca de 60 nativos já se achavam na praia, esperando uma nova visita, que não veio.

Com os batéis e esquifes amarrados à popa, a armada se pôs em marcha cautelosamente, afastando-se dos afiados recifes do Itacolomi, que ficam em frente à ponta hoje chamada Corumbaú. As caravelas seguiam próximas à costa; as naus, bem mais ao largo. A uma velocidade média de 3 nós (uns 6 km/h), a frota avançou ao longo da costa, contemplando “grandes barreiras, umas vermelhas, outras brancas”. Eram as fabulosas falésias de Trancoso e de Porto Seguro: paredões imponentes, de argilas alvas e arenitos ferruginosos, que se despencam de 40 metros de altura, em permanente erosão. Avistadas do mar desde longe, essas encostas sedimentares rebrilham, ao nascer do sol, numa miragem de tons róseos. São os “costões do Brasil”, o pano de fundo multicolor das praias inaugurais da nação.

O segundo dia da frota cabralina no Brasil desenrolou-se todo ao longo

dessa cortina rochosa, rompida apenas pela foz de rios de águas claras e curvas mansas – como o rio da Barra, localizado entre Trancoso e Arraial da Ajuda, e o rio Buranhém, às margens do qual se ergue hoje a cidade de Porto Seguro. O rio da Barra parece ter sido o antigo “rio Brasil”, que já surge no mapa de Cantino feito em 1502, sendo o mais antigo a representar o Brasil.

A busca por um bom ancoradouro prolongou-se por todo o dia 24. Somente ao final da tarde, depois de percorridas 10 léguas de costa (ou cerca de 65 quilômetros), a frota encontrou “um arrecife com um porto dentro, muito bom e muito seguro”. As caravelas ancoraram então na foz do rio Mutari, próximo ao recife da Coroa Vermelha, uns 12 quilômetros ao norte da atual localidade de Porto Seguro. As naus fundearam a 2 quilômetros da praia, onde a profundidade era de seguras 11 braças (uns 23 metros).

O PRIMEIRO ENCONTRO

Com o crepúsculo tingindo a cena de dourado, Afonso Lopes, piloto da nau capitânia e “homem vivo e destro”, embarcou num esquife e foi mandado “sondar o porto por dentro”. No interior daquela baía, deparou “com dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos”, que pescavam em uma *almadia*. De imediato, o piloto os capturou. À cena assistiram, da praia, dezenas de outros nativos que por ali “andavam com seus arcos e flechas, porém deles não fizeram uso”. Lopes, então, conduziu os dois nativos para bordo da nau capitânia, “onde, já de noite, foram recebidos com muito prazer e festa” – e com pompa surpreendente.

Sob a luz bruxuleante de tochas e archotes, os dois jovens guerreiros – um deles carregando seu “arco com seis ou sete flechas” – foram levados à presença de Cabral. O comandante-mor “estava assentado em uma cadeira de espaldar alto”, colocada, na falta de um estrado,

Português Mourisco
Caminha chama as canoas indígenas de almadia, palavra originária do árabe al-ma’adiã e que era usada para designar embarcações compridas e estreitas.

sobre uma bela *alcatifa*. Seguindo o cerimonial que regia os encontros dos lusos com soberanos do Congo e mercadores árabes da costa oriental da África, Cabral estava “bem vestido e com um colar de ouro mui grande ao pescoço”. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia e Pero Vaz de Caminha reuniram-se em torno do capitão “assentados no chão, sobre essa alcatifa”.

A visão daqueles nobres portugueses – herdeiros dos heróis da batalha de Aljubarrota – pouco impressionou os dois jovens nativos. Eles “não fizeram nenhum sinal de cortesia, nem de falar com o capitão, ou com quem quer que fosse”. Por outro lado, o impacto que causaram nos portugueses parece ter sido bem maior. Aquele, na verdade, foi – mais do que o confuso episódio da manhã anterior – o primeiro encontro entre indígenas brasileiros e navegantes lusos. E foi preservado para a posteridade nos mínimos detalhes. De fato, a precisão meticulosa com a qual Pero Vaz de Caminha tratou de narrá-lo não configura apenas uma lição de rigor jornalístico, mas de exatidão antropológica. “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas, e nisso são tão inocentes quanto em mostrar o rosto.”

Os adereços que levavam nos beiços, o espantoso penteado de um deles, seus enfeites e plumas – tudo Caminha descreve com frescor e minúcia. Os lusos lhes mostram um papagaio: eles o reconhecem. Uma ovelha: eles a ignoram. Uma galinha: eles se espantam. Da despensa do capitão-mor lhes trazem “pão e pescado cozido, confeitos, mel e passas de figo”. Tudo lhes repugna: em quase nada tocam. Do pouco que provaram, tudo cuspiram. O vinho lhes foi oferecido numa taça: mal molharam os lábios nele, logo o afastaram. Em uma *albarrada* lhes trouxeram água:

Alcatifa também é palavra de origem árabe (al-qatifã).

Trata-se de um grande tapete.

A origem do termo

“albarrada” (al-barrân), que quer dizer “jarra”, também é árabe. O mesmo acontece com “recife” (ar-raçaf), termo igualmente utilizado por Caminha. Isso demonstra a grande influência que a dominação árabe exerceu sobre a língua e os costumes lusos, ainda bastante intensa no século XVI.

“Lavaram as bocas com ela e a lançaram fora.” Era água trazida de Portugal, já há 45 dias armazenada num tonel.

Ao verem um castiçal de prata e o colar de ouro do capitão, os jovens guerreiros apontam para eles e, a seguir, para a praia, “como querendo dizer que ali havia ouro e prata”, segundo Caminha. Mas, a seguir, ele mesmo completa: “Isso nós assim pensamos, por assim o desejarmos.” De todo modo, logo em seguida os garotos indígenas demonstram entusiasmo muito maior – uma alegria infantil – diante de um simples rosário de contas brancas.

E então, por ser já tarde, os dois nativos se deitaram para dormir, em pleno convés – “sem nenhuma preocupação de cobrirem suas vergonhas”. Caminha observa, assim, que eles não só “tinham suas cabeleiras bem raspadas e feitas” como não eram “fanados”: ou seja, não eram circuncidados. Tal sinal foi, de certa forma, um alívio: ao contrário do que ocorria com certas tribos da costa da África, aqueles homens não tinham sofrido influência árabe.

O sábado, 25 de abril, também amanheceu radioso. Tendo a ancoragem sido reconhecida por Afonso Lopes na noite anterior, Cabral ordenou que todas as naus entrassem na baía, logo considerada um porto “tão grande, tão formoso e tão seguro” que poderia “abrigar mais de duzentos navios e naus”. De fato, tal baía – que, desde 1817, se chama Cabrália – possui cerca de 12 quilômetros de comprimento e 5 de largura. Assim que a frota ancorou, o capitão-mor ordenou que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias “baixassem à terra e levassem aqueles dois homens, com seus arcos e flechas, mas isso depois que fizera presentear a cada um deles uma camisa nova, uma touca vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, mais cascavéis [guizos] e campainhas”.

Toda a cena, do encontro à luz de tochas da noite anterior aos presentes de despedida, remete a vários outros encontros iniciais que os portugueses tiveram com outros povos, em outras latitudes, mas se assemelha especialmente ao episódio no qual Vasco da Gama, ao chegar à baía de Santa Helena, na costa ocidental da África, próxima ao cabo da Boa

Esperança, capturou ali um nativo, levou-o para a nau capitânia, jantou com ele, deixou-o dormir a bordo e, no dia seguinte, “o vestiu muito bem e o mandou pôr em terra”.

De acordo com o historiador Jaime Cortesão, houve, porém, uma diferença fundamental entre os dois episódios: ao contrário do que Gama fizera – e, antes dele, todos os navegantes lusos que percorriam a costa da África –, Cabral e seus homens não mostraram especiaria alguma para os índios do Brasil. Para Cortesão, esse indício é forte o bastante para comprovar que os lusos, naquele instante, já sabiam que estavam numa terra sem qualquer relação com a África ou com a Ásia. Outro analista preferiu ver, no final do episódio, ecos da fábula do “homem feliz, que nem camisa possuía” – e cuja felicidade foi substituída pela avidez no dia em que ganhou uma. De fato, ao longo das três décadas seguintes, os nativos do Brasil se tornariam progressivamente dependentes dos presentes dados pelos europeus.

De qualquer modo, as ressonâncias daquele simples desembarque de fato são múltiplas. No batel estavam dois futuros personagens dos *Lusíadas*: Coelho, o navegador da Índia, e Bartolomeu Dias, o trágico herói do cabo das Tormentas. A eles juntou-se Pero Vaz de Caminha, o narrador irretocável.

Na ilustre companhia de Coelho, Dias e Caminha, também seguiu para terra “para lá ficar um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a quem chamam Afonso Ribeiro”. Ribeiro, assassino confesso, era um dos 20 degredados que embarcaram na frota de Cabral. Junto com outro, cujo nome se desconhece, ele de fato seria deixado no Brasil, “para andar lá com eles [os nativos] e saber de seu viver e maneiras” – mas não a partir daquele momento, já que nem nesse dia nem nos seguintes os índios permitiriam que ele ficasse em terra.

Logo que o batel chegou à praia, os nativos que tinham dormido a bordo saíram correndo para esconder seus presentes. Mas 20 outros estavam ali – e eles logo começaram a ajudar os portugueses a encher de água seus tonéis. Ao contrário do que Gama prudentemente sugerira,

Cabral não havia renovado seus estoques de água nas ilhas do Cabo Verde, como faziam todas as expedições. Alguns historiadores veem nessa “temeridade” de Cabral um sinal claro de que ele tinha “deliberado propósito de fazer escalas em terras ocidentais”. De outro modo, antes de chegar à Índia, já estaria sem uma gota a bordo.

À medida que os tonéis eram enchidos, Coelho e Dias distribuíam guizos e miçangas aos selvagens. Esses presentes baratos, sobras da viagem anterior à Ásia, chegavam agora a um terceiro continente – no qual, como na África e ao contrário da Índia, fariam grande sucesso.

Caminha pôde observar com mais detalhes as pinturas corporais e os adereços dos nativos. Quem mais lhe chamou a atenção foi um velho “que andava por galanteria cheio de penas pegadas pelo corpo, de tal maneira que parecia um São Sebastião cheio de flechas”. Foi também naquele instante que Pero Vaz viu as primeiras mulheres do Brasil. Ficou impressionado com elas, “tão moças e tão gentis, com cabelos muito pretos e compridos, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”. A seguir, com o batel carregado de tonéis repletos de água fresca, Caminha e seus companheiros retornaram às naus – trazendo o rechaçado Afonso Ribeiro.

Na tarde daquele sábado, como num feriado, “o capitão-mor saiu em seu batel, com todos nós e com os outros capitães em seus batéis, a folgar pela baía, defronte à praia, que se apresentava deserta”. Os botes ancoraram no banco de corais, de tons rubros, batizado de Coroa Vermelha. Ali, “onde ninguém pode ir a não ser de barco ou a nado”, sentaram-se todos e descansaram por mais de uma hora. Os marinheiros pescaram com uma rede. Ao cair da tarde, retornaram para suas respectivas naus.

O BOM SELVAGEM E A PRIMEIRA MISSA

O dia seguinte, 26 de abril, era domingo de Pascoela (o primeiro após a

Páscoa). Cabral mandou então que um altar “mui bem arranjado” fosse erguido da parte emersa do ilhéu da Coroa Vermelha, sob um esperável (espécie de tenda, ou dossel, de forma cônica). Ali, frei D. Henrique cantou a missa, junto com os demais frades e capelães. Cabral levava consigo “a bandeira de Cristo, sob cuja obediência viemos, com a qual saíra de Belém, e que manteve sempre alta, durante o Evangelho”.

Enquanto os portugueses escutavam a missa, “com muito prazer e devoção”, a praia encheu-se de nativos. Eles sentaram-se lá, surpresos com as complexidades do ritual, que observavam de longe. Quando D. Henrique acabou a pregação, os indígenas se ergueram e começaram a soprar conchas e buzinas, “saltando e dançando por um bom tempo”.

Após o almoço, Cabral voltou a se reunir com os capitães em sua nau e decidiu-se então que a naveta de mantimentos, cujo capitão era Gaspar de Lemos, seria esvaziada e enviada de volta a Portugal com a notícia do “achamento da nova terra”. Estabeleceu-se também que nenhum indígena seria capturado: os lusos já tinham concluído que as informações obtidas de reféns não eram confiáveis. “Melhor fariam dois degredados que aqui se deixasse.”

Após o almoço a bordo, e como era dia de folga, Cabral sugeriu que fossem todos à praia, ao encontro dos índios que ainda estavam lá. Com os batéis embandeirados, os lusos ancoraram na foz do Mutari, à sombra de palmiteiros e bananeiras (das quais se serviram), de frondosos jacarandás, perobas, cedros e imensas árvores de pau-brasil. Diogo Dias, homônimo do irmão de Bartolomeu, “homem gracioso e de prazer”, levava consigo um gaiteiro. Como percebera que os nativos dançavam sem se tocar, “meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam, e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita”. A seguir, o mesmo Diogo deu várias piruetas e saltos mortais, o que encantou os selvagens.

O dia passou-se de forma tão prazerosa que, ao retornar à noite para a nau, dando início ao diário que enviaria em forma de carta para D. Manoel, Caminha fixou as primeiras imagens do “bom selvagem” – cujos ecos se prolongariam pelos dois séculos seguintes, quando os filósofos

Montaigne e Rousseau defenderiam veementemente a superioridade do “homem natural” sobre o civilizado.

De fato, ao observar que os nativos eram “muito bem cuidados e muito limpos, tão gordos e tão formosos que mais não podem ser”, Caminha comparou-os a “aves e animais monteses, aos quais o ar faz melhor pena e melhores penugens que aos domesticados”. Achou, por isso, que os nativos “não tinham casas nem moradas”, vivendo ao ar livre. Esse equívoco Caminha logo corrigiria, pois, naquela mesma tarde, Afonso Ribeiro seguiu os Tupiniquim até sua aldeia, que ficava a uns 10 quilômetros da praia, e viu suas choupanas cobertas de palha. Mas, outra vez mais, não lhe permitiram pernoitar lá.

Das observações tomadas por Caminha ao longo do dia – especialmente sobre o instante em que um índio se dirigiu a Cabral sem perceber que ele era o chefe, “pois disso não entendem nem tomam conhecimento” –, e também de sua conclusão de que aqueles homens pareciam não ter “nenhuma idolatria, crença ou adoração” surgiria o provérbio, defendido mais tarde por outros cronistas, segundo o qual os “gentios do Brasil” não pronunciavam as letras *f*, *l* e *r* “porque não possuíam fé, lei ou rei”.

A TERRA DOS PAPAGAIOS

Na segunda-feira, dia 27 de abril, os portugueses voltaram à praia para se abastecerem de mais água. E o escambo prosseguiu: as toucas vermelhas da marujada – um hábito dos marinheiros genoveses que o lendário almirante Pessanha introduzira em Portugal desde 1317 – continuavam entusiasmando os indígenas. Eles as trocavam por graciosos papagaios e por araras soberbas. Junto com a pedra semipreciosa que Cabral ganhara de um velho índio, “um pano de penas de muitas cores assaz belo” e vários arcos, flechas e cocares, pelo menos duas dessas araras e alguns papagaios seriam enviados ao rei D. Manoel, junto com muitas outras amostras de animais, plantas e minerais.

A chegada dessas araras multicores, “do tamanho de um braço e mais”, foram reportadas em duas cartas escritas por banqueiros e diplomatas italianos residentes em Lisboa. Escrevendo para seus sócios em Florença, em junho de 1501, o banqueiro Bartolomeu Marchioni se refere à chegada a Portugal da caravela *Anunciada*, que ele próprio armara – e que trazia a bordo “aves maravilhosas, que nos são desconhecidas”. Mais importante ainda é a carta que Domenico Piasani, embaixador veneziano junto à corte espanhola, escreveu para o doge de Veneza, em 27 de julho de 1501, na qual ele diz: “Acima do cabo da Boa Esperança, para as bandas do sudoeste, descobriram uma nova terra. Chamam-na Terra dos Papagaios, por serem os papagaios do tamanho dum braço e mais, dos quais viram dois. Julgam que esta terra é terra firme.”

De fato, em 1502, no mapa-múndi feito sob as instruções do espião italiano radicado em Lisboa *Alberto Cantino* – o primeiro a representar o Brasil –, o litoral da nova terra aparece bordado por um friso de araras enormes e rutilantes. O mesmo se repetiria no mapa feito por Lopo de Homem, em 1519. A impressão que tais aves causaram, entre os marinheiros e na corte, foi tal que a Terra de Vera Cruz, antes de virar Terra do Brasil, foi, por cerca de três anos, conhecida como Terra dos Papagaios.

O Espião e seu Mapa
Alberto Cantino tem sido chamado invariavelmente de “agente secreto” ou de “espião” pelos principais estudiosos dos descobrimentos portugueses. E, embora circulasse com desenvoltura pela corte do rei D. Manoel I – chegando até a assistir a algumas audiências –, era exatamente isso que ele era: um espião. Cantino trabalhava para o nobre italiano Hercules D’Este, duque de Ferrara. Em 1502, foi incumbido pelo patrão de obter um mapa-múndi ao qual já estivessem incorporados os novos e recentes descobrimentos portugueses. A peso de ouro, Cantino contratou um cartógrafo cuja identidade se desconhece, mas que certamente fazia parte do círculo mais próximo do rei. Embora tenha cobrado a fortuna de 12 ducados (conforme a carta do próprio Cantino para o duque, datada de setembro de 1502), esse cartógrafo deu a Cantino o mais esplêndido mapa-múndi de sua época, e o primeiro a registrar o litoral brasileiro, do Amazonas a Cabo Frio (RJ). O mapa, extraviado em 1859, foi reencontrado em 1889 pelo diretor da Biblioteca de Módena, Giuseppe Boni. O chamado “mapa de Cantino” estava

MESTRE JOÃO E O CRUZEIRO DO SUL

No fim da tarde de segunda-feira, Afonso Ribeiro e dois outros degredados, acompanhados por Diogo Dias, o favorito dos índios, foram outra vez até a aldeia. Mesmo não tendo estado

lá, a descrição que Caminha fez da taba e de

suas choças, baseada no relato dos que a visitaram, é perfeita: “Na povoação havia nove ou dez casas, tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, cobertas de palha; todas duma só peça, sem nenhum repartimento.” Dentro da choça, havia muitas redes e, sob elas, pequenas fogueiras. “Em cada das ditas casas se acolhiam 30 ou 40 pessoas.” Embora fossem mais uma vez impedidos de pernoitar na aldeia, os portugueses foram convidados para cearem lá. Junto com seus anfitriões, comeram raízes e frutas que, ao que tudo indica, eram inhame, milho, aipim e abacaxi.

Ao retornarem para as naus, Diogo Dias e os degredados hão de ter deparado com a presença, na praia já quase escura, dos pilotos Pero de Alenquer e Pero Escolar e, mais do que a deles, com a do bacharel em artes e medicina, físico, astrônomo e astrólogo conhecido como Mestre João. Figura misteriosa, de contornos indecisos, Mestre João foi identificado, três séculos mais tarde, como sendo João Faras, cirurgião do rei D. Manoel, um erudito espanhol natural da Galícia e responsável pela tradução em castelhano de um clássico da geografia antiga, o *De Situ Orbis*, de Pompônio Mela.

Durante os primeiros seis dias em que a armada esteve ancorada em Cabrália, Mestre João permanecera incomodamente trancado a bordo “de um navio muito pequeno e muito carregado, no qual não há lugar para coisa alguma”. Estava doente, “por causa de uma perna, que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma ferida, maior que a palma da mão”.¹ O fato de Mestre João, mesmo sendo médico, ter contraído uma chaga – fruto provável do desleixo com a higiene pessoal – é um sinal

*colado na vitrine de um
pequeno açougue de Módena,
servindo de cortina. Boni
conseguiu comprá-lo e levou-o
para a biblioteca da
Universidade de Módena,
onde permanece até hoje.*

elucidativo das condições sanitárias a bordo das naus do século XVI.

Na manhã daquela segunda-feira, enquanto os marujos colhiam lenha e água, Mestre João descera a terra pela primeira vez. Fora medir, com seu grande astrolábio de madeira, a altura do sol ao meio-dia, de modo que a armada pudesse saber a latitude em que se encontrava. A medida encontrada foi de “aproximadamente 17°”. De fato, a baía Cabrália se localiza a 16°21’22” de latitude sul.

Na carta que enviaria ao rei D. Manoel, Mestre João esclarece que, durante toda a viagem, tentara medir o grau de latitude, mas “o balanço do navio” sempre provocava um erro de 4 ou 5 graus. Por isso, a frota tinha, até então, recorrido às chamadas *Tábuas da Índia* – espécie de balestrilha usada pelos pilotos árabes que Vasco da Gama capturara no Índico e que trouxera, junto com os próprios, para que os portugueses pudessem comparar a eficácia dos dois instrumentos. Com as medições feitas em terra, o astrolábio provou ser melhor.

À noite, com a lua nova, Mestre João tornou a desembarcar. Já houve quem o comparasse com Pero Vaz de Caminha: enquanto este descreveu a terra e seus habitantes, Mestre João se tornaria o “narrador do céu austral e de suas estrelas”. De fato, naquela noite, ao observar as estrelas do hemisfério sul, Mestre João chamaria sua principal constelação de “Cruzeiro do Sul”. Tornou-se, assim, o primeiro a batizar com esse nome o conjunto de estrelas que o navegante italiano Alvise de Cadamosto fora o primeiro a ver, em 1455, ao longo das costas da África e que iria adquirir para os navegadores a mesma importância que a Estrela do Norte tinha nos céus setentrionais.

A carta de Mestre João se tornaria ainda mais famosa e polêmica porque, em determinado trecho dela, o médico-astrônomo diz: “Mande Vossa Alteza trazer o mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e poderá ver Vossa Alteza o sítio onde se localiza essa terra.” Esse trecho tem sido utilizado como “prova” de que o Brasil já era conhecido antes da descoberta “oficial” de Cabral. Mas o mais provável é que Mestre João tenha associado a terra de onde escrevia ao desenho de algumas das ilhas

imaginárias que abundavam nos mapas de então.

DA IDADE DA PEDRA À IDADE DO FERRO

Na terça-feira, 28 de abril, logo após o desjejum, os portugueses foram à terra cortar mais lenha e lavar roupa nas águas límpidas do Mutari. Embora tenham passado 10 dias junto a esse belo regato – e já estivessem em viagem há quase dois meses –, não há notícia de que qualquer dos homens de Cabral tenha tomado banho nele. Embora “o asseio do corpo” já fosse recomendado por médicos do século XV, um deles, ao referir-se especificamente aos lusos, comentara: “Quem se lembra de seguir conselhos contrários a seus hábitos?”

Enquanto os marujos cortavam e recolhiam lenha, dois carpinteiros foram encarregados de fazer uma grande cruz. Ao verem os machados com os quais eles derrubaram uma árvore alta – talvez um cedro –, os indígenas ficaram estupefatos. Afinal, como Caminha não deixaria de notar, eles não tinham “coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira com pedras feitas como cunhas, enfiadas num pau entre duas talas, mui bem atadas”.

De um minuto para outro, um bando de nativos que, com seus machados de sílex, ainda vivia na Idade da Pedra, foi bruscamente apresentado à Idade do Ferro. Na verdade, muito mais que miçangas ou guizos, seriam as ferramentas de ferro dos europeus que levariam os nativos do Brasil a prestar inúmeros serviços aos estrangeiros. A primeira dessas tarefas seria justamente o corte do *pau-brasil*. Com machado de pedra, a árvore que iria inserir o Brasil no circuito mercantil da Europa levava cerca de três horas para ser derrubada. Com machado de ferro, um tronco de igual dimensão podia ser cortado em apenas 15 minutos.

O Pau-Brasil

O cerne moído do pau-brasil (Caesalpinia echinata) era usado para tingir linhos, sedas e algodões, concedendo-lhes um “suntuoso tom carmesim ou purpúreo”: a cor dos reis e dos nobres. Uma espécie semelhante, a Caesalpinia sappan, nativa de Sumatra, já era conhecida desde os primórdios da Idade Média na Europa, para onde era trazida pelos venezianos, via Turquia ou Egito. A variedade encontrada no Brasil, embora de qualidade inferior, era muito mais barata e substituiu

A quarta-feira, 29 de abril, foi toda gasta na tarefa de esvaziar a naveta de mantimentos de sua carga, que foi distribuída entre as outras naus. Desde a viagem que Bartolomeu Dias fizera ao cabo das Tormentas, em 1488, os portugueses costumavam se desfazer do navio de mantimentos em plena viagem. Vasco da Gama incendiara a sua naveta de mantimentos em 1498.

O último dia de abril, quinta-feira, 30, foi de grande celebração entre nativos e navegantes. Indo à praia apanhar mais lenha e mais água, os lusos depararam com uma pequena multidão de cerca de 400 ou 450 nativos, não apenas dispostos a ajudá-los, mas, pela primeira vez, inteiramente desarmados e andando “já mais mansos e seguros entre nós do que nós entre eles”. Ao som de um tamborim tocado por um marujo, os nativos “dançaram e bailaram, de maneira que são muito mais nossos amigos do que nós deles”. Na hora em que os lusos se recolheram às naus, muitos dos nativos quiseram seguir com eles, mas apenas quatro foram autorizados a dormir a bordo. “De esquivos tinham-se tornado metediços”, observou o historiador Capistrano de Abreu em seus comentários sobre a *Carta de Caminha*, publicados em 1907.

por completo a equivalente oriental. O tempo gasto para cortar o pau-brasil (cuja espessura média do tronco era de 1 metro) foi calculado por Bernardino José de Sousa no livro O Pau-Brasil na História Nacional.



A SEGUNDA MISSA E A PRIMEIRA CRUZ

A sexta-feira, primeiro dia de maio e penúltimo da esquadra de Cabral no Brasil, foi reservada para o erguimento da cruz feita na manhã anterior. Toda a tripulação foi autorizada a deixar as naus e, “cantando em maneira de procissão”, com os estandartes da Ordem de Cristo bem erguidos à sua frente, mais de mil homens seguiram em fila pelas margens do Mutari, em direção ao local “onde nos parecera ser melhor fincar a cruz, para ser melhor vista”. Cerca de 150 indígenas logo se juntaram à romaria – e seria

a cruz tão grande (talvez uns 7 metros) e pesada que vários deles ajudaram os marinheiros a carregá-la. A cruz foi fincada no meio da baía, com as armas reais de D. Manoel pregadas a ela. Quando os portugueses se ajoelharam à sua sombra, os agora cerca de 80 nativos que estavam ali fizeram o mesmo.

Então D. Henrique e seus frades rezaram a segunda missa no Brasil. Os índios a acompanharam, levantando-se, se ajoelhando e alçando as mãos sempre que os portugueses o faziam. Após a cerimônia, frei Henrique subiu em uma cadeira, pregou o Evangelho e falou da missão “tão santa e virtuosa” que aqueles homens estavam desempenhando. Em menos de 20 dias, quase metade deles estaria morta, engolida por um naufrágio no cabo da Boa Esperança. Dali a oito meses, mortos também estariam quase todos aqueles frades – que, agora que a missa acabara, distribuíam aos índios os crucifixos de estanho que Nicolau Coelho levava para a Índia em sua primeira viagem.

Embora a cruz alçada na praia fosse um símbolo da devoção daqueles navegantes à fé cristã e à Ordem de Cristo, ela foi fincada com dois outros propósitos. O primeiro era assegurar a posse da terra em nome de D. Manoel. O segundo – e mais importante – era assinalar para os futuros navegantes lusos o local onde não só havia uma boa aguada como o ponto exato em que dois degredados seriam deixados.

O fato de Cabral não ter trazido consigo nenhum padrão de pedra – com os quais, desde os tempos de Diogo Cão, os lusos assinalavam a posse de novas terras, já foi apontado como uma prova de que o descobrimento do Brasil foi fortuito e que a expedição não pretendia “descobrir novas terras, mas subjugar as já conhecidas”. Isso talvez seja um fato. Mas, por outro lado, é preciso lembrar que a posse sobre aquele território já estava legalmente assegurada desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas – independentemente da colocação de qualquer padrão.

O que parece certo é que foi graças ao fato de aquela cruz ter sido fincada na praia que o novo país acabou sendo batizado por Cabral como “ilha de Vera Cruz”. Ao retornar a Portugal, um ano mais tarde e já com a

certeza de que tinham visitado um novo continente, Cabral e seus capitães a chamariam de “Terra de Vera Cruz”. O rei D. Manoel, porém – certo de que a designação “vera cruz” (ou cruz verdadeira) só podia ser aplicada à chamada “cruz de Marmelar”, uma relíquia sacra que possuía, encaixada nela, uma lasca da “verdadeira” cruz na qual Cristo fora sacrificado –, decidiu mudar o nome do país para “Terra de Santa Cruz”. Mas tal designação também não “pegou”: os marujos recém-retornados preferiam chamá-la de “Terra dos Papagaios”. Esse nome tampouco iria durar muito, já que em breve o país seria conhecido como Brasil – não apenas por causa da árvore que possuía em abundância, mas também em função da antiga e lendária “ilha do Brasil”.

A NAU DAS SAUDADES

No sábado pela manhã, a armada preparou-se para partir: a frota de Cabral, no rumo de Calicute; a naveta dos mantimentos, em direção a Portugal. Nesse pequeno navio de 100 tonéis, tripulado por 80 homens, seguiam todas as amostras que haviam sido recolhidas na nova terra. Entre arcos, flechas, cocares, bodoques e pedras de pouco valor, foram embarcadas também as primeiras toras de pau-brasil a chegar à Europa, além das duas araras que tanto espanto causaram na corte. Surpresa ainda maior provocaria o Tupiniquim que também seguiu no navio de Gaspar de Lemos.

O jesuíta Simão de Vasconcelos, um dos únicos autores a se referir ao fato, escreveu em 1658: “Foi ele [o nativo] recebido com alegria do rei e do reino. Não se fartavam os grandes e os pequenos de ver e ouvir o gesto, a fala e os meneios daquele novo indivíduo da geração humana. Uns o tomavam por um semicapro; outros por um fauno ou por algum daqueles monstros antigos, entre os poetas celebrados.” Como os portugueses tinham decidido não fazer reféns, é provável que esse nativo tenha embarcado por vontade própria. Tal suposição fica ainda mais evidente quando se sabe que dois jovens Tupiniquim seguiram para a Índia como

pajens de Aires Correia e Simão de Miranda. Como seus patrões, eles não passariam do cabo da Boa Esperança.

Sob a responsabilidade de Gaspar de Lemos seguiram também as cartas que Cabral, todos os capitães, vários escrivães (entre os quais o escrivão oficial da armada, Gonçalo Gil Barbosa), os principais religiosos e os fidalgos mais nobres escreveram para o rei D. Manoel. Todas elas – com exceção das cartas de Mestre João e a chamada *Relação do Piloto Anônimo*, além, é claro, da carta escrita por Pero Vaz de Caminha – desapareceram no grande incêndio que se alastrou por Lisboa em 1580, ou então submergiram no ostracismo ao qual Cabral foi relegado após seu retorno da Índia. Se algum papel escapou dessas duas calamidades, o terrível terremoto de 1755 se encarregou de destruí-lo.

Além das cartas “oficiais”, o navio também levaria para Portugal dezenas, talvez centenas, de mensagens particulares, enviadas pelos soldados e pelos marujos a seus familiares. Pode-se conjecturar que os que sabiam escrever na armada – e não deviam ser muitos – devem ter ganho um bom dinheiro registrando mensagens saudosas e singelas. Já houve quem tenha chamado o navio de Gaspar de Lemos de “a nau das saudades”, pois a maioria dos remetentes dessas cartas jamais retornaria para casa – entre eles o próprio Pero Vaz de Caminha.

OS DEGREDADOS E OS DESERTORES

Pouco depois de Gaspar de Lemos zarpar para o norte, em direção ao reino, a esquadra de Cabral partiu para sudeste, rumo à pimenta, à canela e ao gengibre. No instante em que os navios içaram as velas, Afonso Ribeiro e o outro degredado, deixados em terra, se puseram a chorar em tão altos brados “que até os selvagens se comoveram profundamente, também chorando junto a eles”, de acordo com a narrativa do cronista João de Barros.

Se Pero Vaz de Caminha não se refere ao destino dos degredados –

assunto especialmente constrangedor para ele, como se verá –, relata, por outro lado, que, na noite de sexta-feira, dois grumetes desertaram da nau capitânia, fugindo num esquife. Em um perfeito contraponto com a sina dos degredados, eles decidiram ficar por livre e espontânea vontade nas matas da baía Cabrália.

Na verdade, embora Caminha se referisse a apenas dois, talvez fossem cinco os desertores – pelo menos de acordo com a carta que Alberto Cantino enviou, em 17 de outubro de 1501, ao duque de Ferrara, Hercules D’Este. Segundo Cantino, que interrogara, nas tabernas portuárias de Lisboa, marujos recém-chegados da expedição de Cabral, “em um lugar que se chama Santa Cruz, por ser terra deleitável, de bons ares e abundante em dulcíssimos frutos, cinco marinheiros da frota d’el-rei fugiram de bordo e nela se deixaram ficar”.

Da carta do espião italiano se depreende que os encantos do Brasil foram o motivo que levava os grumetes a desertar. Mas a explicação pode estar também nas agruras de seu próprio cotidiano a bordo. De acordo com o depoimento do navegante Pyrard de Laval, “se ao segundo toque do apito eles [os grumetes] não acodem prontamente, o guardião lhes descarrega grandes golpes de bastão, porque esses grumetes são a gente mais rasteira do navio, e só servem para içar os cabos. Fazem todo o serviço pesado e ajudam como criados dos marinheiros, que lhes batem e os repreendem muito”. Nunca se soube do destino dos desertores.

Vinte meses após seu comovente choro na praia, Afonso Ribeiro e seu companheiro foram resgatados pela expedição que D. Manoel mandara para reconhecer a nova terra – e na qual ia, como piloto, o florentino Américo Vespúcio. Levados de volta para o reino, os dois condenados tiveram que comparecer perante o tabelião Valentim Fernandes para dar um depoimento minucioso sobre sua permanência de quase dois anos na Bahia. Não seriam eles os únicos degredados da frota de Cabral a prestar bons serviços para a Coroa: João Machado e Luís de Moura foram deixados em Melinde, com a missão de irem por terra descobrir o lendário reino de Preste João, o suposto rei cristão da Etiópia. O carpinteiro

Antônio Fernandes seria deixado em Quiloa, no atual Quênia, onde em 1501 pôde dar muitas informações à frota chefiada por João da Nova.

Mas, de acordo com o historiador Jaime Cortesão, nenhum degredado iria desempenhar um papel histórico tão importante quanto Afonso Ribeiro. Segundo Cortesão, foi a partir do relato de Ribeiro que Américo Vespúcio redigiu a carta *Mundus Novus* – na qual rebatia frontalmente a tese de Colombo de que as terras recém-descobertas eram parte das Índias. De todo modo, como se verá, Vespúcio não baseou sua teoria apenas no relatório que obteve, em primeiríssima mão, desse degredado, mas serviu-se também da conversa que mantivera algumas semanas antes com o próprio Pedro Álvares Cabral.

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Embora a carta de Américo Vespúcio viesse a se tornar um grande sucesso na Europa renascentista – vendendo tanto quanto folhetim e adquirindo força suficiente para fazer com que o nome de seu autor fosse usado para batizar o novo continente –, ela não é tão precisa e tão bem redigida quanto a carta que Pero Vaz de Caminha escreveu em Porto Seguro e enviou para o rei D. Manoel. O texto de Caminha é a fonte mais confiável e detalhada para a reconstituição dos primeiros dias no Brasil.

No instante em que Caminha pegou da pena e sentou-se a bordo da nau capitânia para relatar o que vira, havia mais de meio século que os portugueses exercitavam e afinavam a arte de registrar os fatos mais relevantes ocorridos em suas viagens marítimas. Seguiam a trilha aberta pelo italiano Cadamosto. Ainda assim, quase nenhum desses relatos fora redigido por profissionais.

Caminha não era o escrivão oficial da viagem de Cabral – cargo ocupado por Gonçalo Gil Barbosa. Ele fora escalado para ser o contador da feitoria de Calicute. Mas tinha um motivo forte para dirigir-se ao rei, e ele fica claro nas últimas linhas de sua carta: Caminha queria que D. Manoel perdoasse seu genro, Jorge Osouro, que fora condenado ao degredo na

insalubre ilha de São Tomé, na África, em frente à costa da Guiné Equatorial. Osouro fora condenado por ter assaltado uma igreja e ferido um padre em 1496.

Caminha era membro da “burocracia letrada e média, mais próxima da burguesia do que da autêntica nobreza”.² Ele nascera no Porto, na quinta década do século XV, filho de Vasco Caminha, que havia ocupado vários cargos fiscais, entre os quais o de mestre da balança da Casa da Moeda do Porto e “recebedor-mor dos dinheiros de Tânger”. Cavaleiro das casas de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manoel, Pero Vaz deveria ter por volta de 50 anos quando embarcou na frota de Cabral.

Embora estivesse ligado às ciências contábeis, Caminha era um bom escritor, requintado e perspicaz, em pleno domínio de sua arte. Sua carta capturou com minúcia e fluência o alvorecer de uma nação. Não se sabe o efeito que a narrativa exerceu sobre D. Manoel. Sabe-se apenas que, ao ser informado que Pero Vaz fora morto no ataque dos árabes à feitoria de Calicute, o rei atendeu ao último desejo do primeiro cronista do Brasil: Jorge Osouro foi perdoado de seu crime em 1501.

Tendo ou não comovido D. Manoel, o fato é que a carta de Pero Vaz de Caminha logo submergiu na obscuridade. Ao contar a história do descobrimento do Brasil nas décadas subsequentes, os cronistas reais se utilizariam da chamada *Relação do Piloto Anônimo*, cuja primeira edição foi publicada já em 1507, em italiano, numa coletânea de cartas de viagem organizada por Fracanzano da Montalboddo, professor de literatura na cidade de Vicenza. Junto com as cartas de Caminha e de Mestre João, a *Relação* é uma das três únicas fontes documentais que restaram da viagem de Cabral. Ao contrário das duas primeiras, porém, é somente graças a ela que se pode reconstituir, passo a passo, o que houve com a frota cabralina após os 10 dias que foram batizados de Semana de Vera Cruz.

CABRAL ENFRENTA O CABO MALDITO

Ao zarpar de Porto Seguro, a frota de Cabral navegou pelos menos mil

quilômetros para o sul, ao longo da costa brasileira, sem que se findasse “a variedade de suas formas e a riqueza de seus perfis”.³ Tal visão deu a Cabral e a seus homens a certeza de que a terra que eles tinham acabado de descobrir era firme. Quando a esquadra enfim se afastou do litoral – fechando seu breve parêntese brasileiro em meio à missão que a conduzia à Índia –, parece ter deixado ali a sorte que até então a acompanhara.

Por volta do dia 5 de maio, a armada iniciou a segunda parte da “volta do mar” e, afastando-se do Brasil provavelmente na altura do cabo Frio, dirigiu-se para sudeste. No dia 12 de maio, um cometa “com uma longa cauda cor de fogo”⁴ surgiu no céu e permaneceu visível pelas 10 noites seguintes. No sábado, dia 23, quando a frota se achava nas proximidades do cabo da Boa Esperança, desencadeou-se uma terrível tormenta. O desespero tomou conta dos tripulantes. “Se queres aprender a orar, faça-te ao mar”, diz um provérbio da época.

“O mar ficou tão grosso que parecia impossível escaparem as naus de serem comidas”, escreveu Fernão Lopes de Castaneda em sua *História do Descobrimento da Índia*. “As ondas se levantavam tão altas que parecia que as punham [as naus] nas nuvens e depois no abismo, com os vales que abriam. De dia era a água cor de chumbo e de noite cor de fogo, e o ruído que fazia o madeirame era medonho e tudo era tão espantoso que o não pode crer quem não o viu.”

Na tormenta naufragaram as naus de Aires Gomes, Simão de Pina e Luís Pires – levando mais de 300 homens, cujos “corpos serviram de alimento para os peixes”.⁵ Ali afundou também a caravela de Bartolomeu Dias, com 80 tripulantes. O cabo vingava-se de seu descobridor, de acordo com a estrofe que

O Poeta dos Descobrimentos

A odisseia dos navegadores portugueses pelos mares da Terra encontrou seu Homero na figura de um marujo caolho e temperamental de nome Luís Vaz de Camões – um dos maiores poetas da língua portuguesa em todos os tempos. Em 1569, depois de viajar pela Índia e pela China, Camões retornou a Lisboa trazendo consigo a versão original de Os Lusíadas. Foi este seu grande poema épico que concedeu aos descobrimentos lusos a imortalidade só referendada pelas obras-primas. Embora Camões tivesse ido para a Índia numa nau comandada por Fernão Álvares Cabral – sobrinho de Pedro Álvares –,

Camões escreveu em *Os Lusíadas*:

*Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu, suma vingança
E não se acabará só nisso o dano
Da vossa pertinaz confiança
Antes em vossas naus vereis a cada ano;
Se é verdade o que meu juízo alcança
Naufrágio, perdições de toda a sorte,
Que o menor mal de todos seja a morte.*

*em nenhum momento de seu
poema ele citou o descobridor
do Brasil.*



EM CALICUTE, O REINO DAS ESPECIARIAS

No dia 16 de julho, os cinco navios restantes da esquadra de Cabral – com as velas rotas e os homens apavorados – se reencontraram na ilha de Quiloa, na costa do atual Quênia. A nau de Diogo Dias sobreviveu à tempestade, mas desgarrou-se e foi parar em Mogadíscio, na Somália, tornando-se o primeiro navio europeu a singrar o mar Vermelho.

Em fins de julho, Cabral foi recebido com desconfiança por Ebraeno, xeque de Sofala. Partiu então para Melinde, onde aportou em 2 de agosto e obteve do xeque Omar (irmão de Ebraeno) um piloto hindu que o conduziu até a Índia. No dia 13 de setembro, seis meses e quatro dias após deixar Lisboa, a reduzida esquadra cabralina enfim chegou a *Calicute*, seu destino.

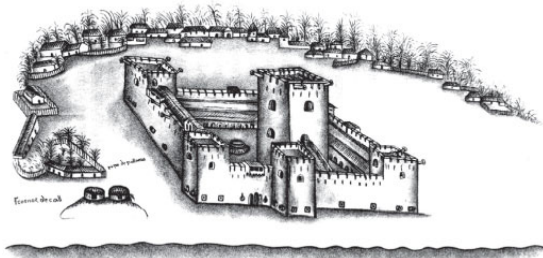
O Paraíso das Especiarias

*Eis a descrição de Calicute feita na
Relação do Piloto Anônimo: “A cidade de
Calicute é grande, e não tem muros que a
cerquem; no seu interior tem muitos
lugares vazios, e as casas, afastadas umas
das outras, são cobertas de pedra e cal,
chapeadas de relevos, e em cima cobertas
de folhas de palmeiras. As portas são muito*

Por três meses, Cabral e seus
homens permaneceram nesse opulento
centro comercial do Índico, com o
qual os mercadores árabes
comerciavam havia séculos. A riqueza
da cidade maravilhou os portugueses.
Mas as armas dos navios lusitanos

grandes e os portais muito bem trabalhados. Em torno das casas há um muro dentro do qual estão muitas árvores e lagos de água em que seus moradores se banham, e também os poços de onde bebem. Pela cidade há outros grandes lagos, onde o povo miúdo vem se lavar: e é isso preciso, porque a cada dia lavam duas ou três vezes o corpo todo.”

Atualmente Calicute tem cerca de meio milhão de habitantes e fica a 700 quilômetros ao sul de Bombaim (a atual Mumbai), na chamada costa do Malabar.



espantaram ainda mais os hindus e seus parceiros árabes. Quando Cabral decidiu demonstrar-lhes como funcionavam seus canhões, “eles se maravilharam grandemente, dizendo que contra nós ninguém tinha poder senão Deus”, conta a *Relação do Piloto Anônimo*.

Em fins de setembro, exigindo que membros da elite religiosa de Calicute ficassem a bordo como reféns, Cabral desembarcou para encontrar-se com Glafer, o Samorim – ou *Samudri-Raj*, o “Senhor do Mar” – de Calicute. Cabral entregou-lhe a carta enviada por D. Manoel (escrita em árabe pelo

fidalgo luso Duarte Galvão). Presenteou-o também com muitas moedas de ouro e prata, sedas e brocados – tudo em valor muito superior aos constrangedores potes de açúcar e azeite e às bacias de cobre que, dois anos antes, Vasco da Gama lhe havia ofertado. O Samorim, feliz com os ricos presentes que recebeu, deu a Cabral permissão para instalar uma feitoria no porto da cidade. O documento foi gravado em folhas de prata com um selo de ouro.

Mas, no dia 16 de dezembro de 1500 – quando Cabral permanecia ancorado em Calicute com muitas dificuldades para carregar suas naus de especiarias, devido à franca oposição e à concorrência mercantil dos árabes –, a feitoria foi atacada por cerca de 300 árabes e hindus. Mais de 50 portugueses foram mortos, entre os quais o feitor Aires Correia, o escrivão Pero Vaz de Caminha e seis frades franciscanos. Durante dois dias, Cabral ordenou que Calicute fosse ininterruptamente bombardeada, “matando infinita gente e causando muito dano à cidade”.⁶

A frota de Cabral zarpou no dia 20 de dezembro rumo ao reino de

Cochim, 200 quilômetros ao sul, na mesma costa do Malabar, onde o rajá, rival de Calicute, permitiu ao comandante carregar as naus de pimenta, gengibre e canela. Em 16 de janeiro de 1501, com uma feitoria instalada em Cochim e os navios recheados de especiarias, Cabral partiu de volta para Lisboa. No início da viagem de retorno, depois de a frota ter cruzado o oceano Índico, a nau abarrotada de Sancho Tovar encalhou num banco de areia em frente à cidade de Melinde (hoje no Quênia). Cabral determinou que ela fosse incendiada. A esquadra então ficou reduzida a cinco navios: a nau capitânia, as naus de Nicolau Coelho, de Simão de Miranda e de Pero de Ataíde, mais a caravela *Anunciada*, de Nuno da Cunha.

A armada dobrou o famigerado cabo da Boa Esperança em 22 de maio de 1501, dessa vez sem problemas. Com bom tempo e correntes favoráveis, os navios de Cabral conseguiram chegar a Bezeguiche (hoje Dakar), no dia 2 de junho. Ali, encontraram o navio de Diogo Dias, que se desgarrara da frota havia mais de um ano, durante a tempestade no cabo da Boa Esperança (em maio de 1500). Restavam apenas sete homens a bordo, quase todos doentes e esqueléticos. Ao rever a frota de Cabral, um deles morreu de emoção.

Ao chegar ao porto de Bezeguiche, localizado junto à foz do Senegal – o antigo “rio do Ouro” que D. Henrique buscara por quase meio século –, Pedro Álvares Cabral não encontrou apenas a caravela de Diogo Dias. Por uma extraordinária coincidência, ancorados ali estavam também os três navios da nova expedição que o rei D. Manoel enviara para explorar mais detalhadamente o território que o próprio Cabral havia descoberto um ano antes. Como piloto dessa nova esquadra, que havia partido de Lisboa em maio de 1501, estava um florentino rico e culto de nome Américo Vespúcio.

A Nau Incendiada

Embora a decisão de Pedro Álvares Cabral de incendiar o navio encalhado por Sancho Tovar pareça ter sido acertada (os lusos não permitiam que outros povos, nem mesmo os europeus, estudassem seus navios), a perda dessa nau pode ter sido o motivo pelo qual, nos anos seguintes, Cabral passasse a ser considerado, por cronistas como João de Barros, um homem “desafortunado nas coisas do mar” – um conceito que por certo influiu no processo que o acabaria

Três anos antes, seguindo a rota descoberta por Cristóvão Colombo, Vespúcio estivera no Caribe e na América Central. Em Bezequiche, ele pôde comunicar aos homens de Cabral que, durante o tempo em que eles se encontravam ausentes do reino, uma outra expedição portuguesa, sob o comando de Gaspar Corte Real, zarpara de Lisboa em maio de 1500 e retornara em outubro com a notícia de que havia descoberto, a 50° de latitude norte, uma terra com árvores enormes – batizada de Terra Verde. Era uma parte do atual território canadense hoje chamada de Terra Nova.

Foi então que, ao reunirem pela primeira vez tantas informações, Cabral e seus pilotos concluíram que deveria haver uma continuidade entre as vastidões setentrionais divisadas por Corte Real, as Antilhas espanholas já visitadas por Vespúcio e aquela costa caprichosamente recortada que eles próprios haviam avistado após zarpar de Porto Seguro rumo à Índia. A partir de tais informações, Cabral e seus homens começaram a compartilhar a certeza de que haviam estado em um novo continente.⁷ Por enquanto, esse “novo mundo” não tinha nome.

Assim, em 1501 – ano que inaugurava o início da segunda metade do Segundo Milênio da era Cristã –, o “achamento” do Brasil iria começar a revelar aos europeus a existência de uma nova e belíssima porção do planeta.

Ao mesmo tempo que mandou a frota de Vespúcio explorar a terra descoberta por Cabral, D. Manoel – ainda sem saber do destino de

conduzindo ao ostracismo. Quanto a Sancho Tovar, a impossibilidade de uma união entre as coroas de Portugal e Espanha – estabelecida pela morte prematura do filho que D. Manoel tivera com a filha dos Reis Católicos – fez com que ele se tornasse uma figura insignificante para as pretensões de D. Manoel. Assim, após seu retorno a Lisboa, o nome de Sancho Tovar simplesmente desaparece das crônicas.



Pedr'Álvares – enviara outra esquadra para a Índia, sob o comando de João da Nova. Ao chegar a Melinde – sem ter cruzado com nenhum dos navios de Cabral –, João da Nova encontrou, dentro de um sapato enterrado na areia, uma carta deixada por Pero de Ataíde, na qual ele relatava o que ocorrera em Calicute. Foi um achado de grande importância, pois João da Nova pôde dirigir-se a Cochim e evitar as terras do Samorim. Dias depois, em Quiloa, João da Nova encontrou o degredado Antônio Fernandes, ali deixado por Cabral. Fernandes também lhe daria muitas informações.⁸

A armada de João da Nova era a terceira que D. Manoel enviava à Índia. Em breve, a rota que ligava Lisboa à costa do Malabar, no sul da Índia, se tornaria uma das mais longas e mais trágicas das rotas comerciais. Seria conhecida como a “Carreira da Índia”. Nela morreriam centenas de homens a cada ano. E, embora as riquezas obtidas no Oriente fossem fabulosas, a jornada era tão cara que a empresa seria sempre deficitária.

A CHEGADA A LISBOA

Em 23 de junho de 1501, o primeiro navio da frota de Cabral chegou a Lisboa. Era a caravela *Anunciada*, que fora armada por Bartolomeu Marchioni. Quatro dias depois, Marchioni já escrevia para seus sócios em Florença relatando o que se passara na viagem. No mesmo dia, dois outros italianos redigiam suas missivas em Lisboa: eram Giovanni de Affaitati, representante comercial de sua família, dona de um banco em Cremona, e Mateo Cretico, secretário do embaixador de Veneza na Espanha, Domenico Pisani. As cartas tratavam basicamente do que se passara na Índia, embora se referissem de passagem ao Brasil.

Cabral só chegou a Lisboa um mês mais tarde, a 21 de julho de 1501. O rei o recebeu em Santarém, em seu suntuoso palácio de verão. Há de ter sido um encontro amistoso: além de ter cumprido (mesmo que por vias transversas) sua missão diplomática, Cabral trouxera navios repletos de especiarias. Elas renderam tanto dinheiro para Portugal que há indícios de

que as cotações do mercado foram bruscamente alteradas em Veneza.

Em 28 de agosto de 1501, desculpando-se por fazê-lo tão tarde, D. Manoel escreveu para os reis da Espanha, Fernando e Isabel, seus sogros e rivais. O ponto central da carta, evidentemente, era a Índia. Mas D. Manoel mencionou a terra descoberta por Cabral, chamada de “Santa Cruz”, na qual “as gentes [viviam] nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas”. O rei atribuiu a descoberta a “um milagre do Nosso Senhor”, pois “a nova terra é mui conveniente e necessária à navegação da Índia”.

**Lettera di Amerigo vespucci
delle isole nuouamente
trouate in quattro
suoi viaggi.**



VESPÚCIO BATIZA A AMÉRICA

Mais ou menos na mesma época, dois meses após separar-se de Cabral na foz do Senegal, a frota de *Américo Vespúcio* chegou ao Brasil, percorrendo praticamente toda a extensão do litoral, do Rio Grande do Norte a Cananeia, no litoral sul de São Paulo. No retorno a Portugal, em setembro de 1502, o florentino enviaria para Francesco de Medici a carta intitulada *Mundus Novus*. Nela, narrou sua viagem e defendeu a tese de que as terras que visitara eram parte de um novo continente – e não limites ocidentais do Japão e da Índia, como Cristóvão Colombo, cada vez mais perturbado, seguia afirmando. Graças ao sucesso dessa carta, o novo continente veio a se chamar América.

Mas nem mesmo a imensa revolução geográfica que esse novo conceito provocou na visão planetária dos europeus teria força suficiente para integrar aquele “novo mundo” à vasta rede comercial da qual o próprio Cabral, ao final de sua viagem, ajudara a lançar as bases e os fundamentos. A ausência de metais preciosos e de especiarias no território em que, à primeira vista, existiam apenas nativos nus vivendo em choupanas de palha faria com que aquela terra fosse solenemente desprezada por Portugal.

Ao escrever um relatório para o rei D. Manoel, ao final de sua jornada exploratória, o próprio Américo Vespúcio iria selar por meio século os destinos do Brasil. “Nessa costa, não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil (...) e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela.”

O desinteresse por aquela que – pelo motivo



Um mar de dúvidas e acusações se revolve em torno de Américo Vespúcio, um dos exploradores mais polêmicos da história. Vespúcio esteve no Brasil em duas viagens, entre maio de 1501 e junho de 1504. Sobre a primeira delas, escreveu a carta Mundus Novus, que teve mais de 40 edições em seis línguas. Sua segunda carta levaria Thomas Morus a escrever o clássico Utopia. Como Vespúcio deixara 24 homens numa

apontado por Vespúcio – viria a ser chamada de “Terra do Brasil” foi tal que a Coroa preferiu, pelo menos oficialmente, abrir mão de sua colonização. O novo território seria pouco mais do que uma mera escala dos navios rumo às riquezas da Índia.



O Triste Fim de Pedr'Álvares
Não se sabe quando nem de que morreu o descobridor do Brasil – mas seu falecimento deve ter sido pelo final de 1520 ou início de 1521. Sobre Cabral, Jaime Cortesão escreveu: “Herdara de seu pai a estatura desmedida, como se constatou ao destapar-lhe a sepultura. Devia trazer barba, como os grandes capitães daquele tempo, cerrada e longa. Minavam-no as febres quartãs; e ‘havia anos em que tremia’, informa o cronista Castanheda. (...) Tinha a face pálida e sombria do

Dois anos mais tarde, com a pimenta ainda ardendo nas imaginações, D. Manoel decidiria arrendar a terra descoberta por Cabral a um consórcio de cristãos-novos (judeus convertidos ao

cristianismo). Assim, pelos 10 anos seguintes, o Brasil se tornou uma imensa fazenda extrativista de pau-brasil – quase propriedade particular de Fernão de Noronha, líder do consórcio, e de seus sócios. Só depois de se encontrar desesperadamente atolada nas dívidas resultantes da própria ambição de ampliar suas fronteiras é que a Coroa voltaria os olhos para o Brasil.

CABRAL EM DESGRAÇA NA CORTE

Ao longo desses anos, o próprio Pedro Álvares caíra em desgraça na corte, jamais voltando a navegar ou a manter qualquer vínculo não só com o Brasil, mas com o próprio império

feitoria, em Cabo Frio, Morus transpôs a ação para uma ilha (talvez Fernando de Noronha) e imaginou que os exilados dariam início a uma sociedade perfeita. Na vida real, os homens de Vespúcio foram mortos pelos índios.

Em 1507, quando revia as obras de Ptolomeu e produzia um novo mapa-múndi, um obscuro geógrafo alemão chamado Martin Waldseemüller decidiu batizar “a quarta parte do mundo com o nome de seu descobridor, Américo”. Apesar do equívoco, o nome pegou.

Na página 112, frontispício da edição original de uma das cartas de Vespúcio.

impaludado.” Cabral, de fato, contraiu malária em Calicute e pode ter sido vitimado por ela 20 anos depois. Foi a exumação de seu corpo, em 1839, que provou que Cabral fora um homem tão alto quanto seu pai, Fernão, o “Gigante da Beira”.

primeiro a chegar à Índia por via marítima.

Logo em seguida à chegada de Cabral, D. Manoel começou a armar a chamada “Esquadra da Vingança”, que seria enviada para desferir novo e violento ataque contra Calicute. O descobridor do Brasil foi escalado para fazer parte dela. Não se sabe exatamente o que houve, mas o fato é que, ao recusar-se a aceitar o cargo de subcomandante, Cabral se indispôs com o rei.

Os motivos podem ter sido dois. O primeiro é que da esquadra faria parte uma frota comandada por um certo Vicente Sodré – e, como ela teria autonomia de movimentos no Índico, Cabral se indignou com o que julgou ser uma diminuição de seus poderes. O segundo motivo, mais provável, é que, baseado nos poderes conferidos por uma carta régia assinada em 2 de outubro de 1501, Vasco da Gama – nomeado Almirante das Índias – teria exigido que o comando da armada fosse exclusivamente seu.

O fato é que, quando a “Esquadra da Vingança” deixou Lisboa na primavera de 1502, seu único chefe era Vasco da Gama. Ao mesmo tempo, Cabral partia para o autoexílio em Santarém. Embora documentos provem que o rei continuou lhe pagando a pensão anual, Cabral jamais foi perdoado. Seu nome desaparece por completo das crônicas oficiais e nada se sabe sobre as duas últimas décadas de sua vida, exceto que ele estava doente das febres que adquirira na Índia.

Pedro Álvares Cabral morreu na obscuridade, por volta de 1520, sem nunca ter retornado à corte – e virtualmente sem saber que revelara ao mundo um território que era quase um continente. Em 1521 morria também o rei D. Manoel I, o monarca que jamais se interessou pela terra

ultramarino que ajudara a criar. Pouco mais de um mês após retornar a Lisboa, Cabral recebera do rei uma “tença” (ou pensão) anual de 30 mil reais, quase 14 vezes menos do que os 400 mil reais dados em 1498 a Vasco da Gama. A diferença se explica porque, no caso de Gama, a pensão também foi um prêmio por ter sido ele o

descoberta por Cabral.

A REDESCOBERTA DO BRASIL

Na segunda metade do século XVI, quando o rei D. Manoel, o capitão-mor Pedro Álvares Cabral e o escrivão Pero Vaz de Caminha já estavam mortos havia mais de duas décadas, começaria a surgir em Lisboa a tese de que o Brasil fora descoberto por acaso. Tal teoria foi obra dos cronistas e historiadores oficiais da corte. Fernão Lopes de Castanheda, em *História do Descobrimento e Conquista da Índia* (publicado em 1541), João de Barros, autor de *Décadas da Ásia* (de 1552), Damião de Goês, que escreveu a *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manoel* (em 1558), e Gaspar Correia, em *Lendas da Índia* (de 1561), afirmaram, todos, que a descoberta de Cabral fora fortuita e involuntária. A tese, tão de acordo com o desprezo que a Coroa reservava ao Brasil, logo se tornou verdade histórica. Tanto que os dois primeiros historiadores do Brasil, frei Vicente do Salvador e Sebastião da Rocha Pita, escrevendo respectivamente em 1627 e 1730, abraçaram e divulgaram a tese do “descobrimento casual”.

Embora narrassem fatos ocorridos havia apenas meio século e tivessem acesso aos arquivos oficiais, os cronistas reais descreveram o descobrimento do Brasil com base na chamada *Relação do Piloto Anônimo*. A questão intrigante é que em nenhum momento o “piloto anônimo” faz menção à “tempestade” que, segundo os cronistas reais, teria feito Cabral “desviar-se” de sua rota. Embora a carta de Caminha não tenha servido de fonte para os textos redigidos pelos cronistas oficiais do reino, esse documento também não se refere a tormenta alguma. Pelo contrário: mesmo quando narra o desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde, ocorrido duas semanas depois da partida de Lisboa, Caminha

afirma categoricamente que esse navio sumiu “sem que houvesse tempo forte ou contrário para poder ser”.

Na verdade, a leitura atenta da carta de Caminha e da *Relação do Piloto Anônimo* parece revelar que tudo na viagem de Cabral decorreu na mais absoluta normalidade e que a abertura de seu rumo para oeste foi proposital. De fato, é difícil supor que a frota pudesse ter se desviado “por acaso” de sua rota quando se sabe – a partir das medições astronômicas feitas por Mestre João – que os pilotos de Cabral julgavam estar ainda mais a oeste do que de fato estavam. Embora os navegantes portugueses do século XVI ainda não soubessem calcular a longitude, Cabral e seus homens achavam, ainda de acordo com os cálculos de Mestre João, que estavam próximos ao local onde hoje se localiza Brasília: portanto, quase mil quilômetros mais a oeste.



João de Barros

REESCREVENDO A HISTÓRIA

Mais de 300 anos seriam necessários até que alguns dos episódios que cercavam o descobrimento do Brasil pudessem começar a ser, eles próprios, redescobertos. O primeiro passo foi o ressurgimento da carta escrita por Pero Vaz de Caminha – que por quase três séculos estivera perdida em arquivos empoeirados. De fato, foi só em fevereiro de 1773 que o guarda-mor dos arquivos da torre do Tombo, José Seabra da Silva, redescobriu a carta e mandou copiá-la. O documento foi publicado pela primeira vez em 1817, pelo padre Aires do Casal, no livro *Corografia Brasília*. Ainda assim, a versão lançada por Aires do Casal era deficiente e incompleta: o zeloso padre achou de bom-tom eliminar da narrativa os “trechos menos conformes com o decoro”. A “redescoberta” do Brasil teria que aguardar mais algumas décadas.

Não por coincidência, ela se iniciou no auge do Segundo Reinado. Foi nesse período cheio de glórias que o país, enriquecido pelo café, voltou os olhos para a própria história. Por determinação de D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838) foi incumbido de desvendar os mistérios que cercavam o descobrimento do Brasil. Em 1854, na revista do Instituto, um artigo brilhante de Joaquim Norberto de Sousa e Silva lançou a tese da intencionalidade da descoberta de Cabral. Embora bem documentada, a teoria pode ser entendida como fruto direto do orgulho que a nação, no auge do regime escravocrata, começava a sentir de si mesma.

Graças ao estímulo de D. Pedro II logo surgiriam outros estudos, detalhados e elucidativos, feitos por historiadores do porte de Francisco de Adolfo Varnhagen (1816-1878) e, na sequência, Capistrano de Abreu (1853-1927). Em 1843, nos arquivos da torre do Tombo, Varnhagen descobriu a *Carta de Mestre João* – que serviria de base para a tese defendida por Joaquim de Sousa e Silva. Dois anos antes, em 1839, Varnhagen descobrira também o túmulo de Pedro Álvares Cabral em Santarém. O descaso com a tumba quase gerou um conflito diplomático entre Brasil e Portugal.

Ainda assim, a teoria da intencionalidade (defendida por Varnhagen e por Capistrano de Abreu) e a tese da descoberta casual (que em 1956 encontraria no historiador paulista Tomás Marcondes de Souza seu mais brilhante e ativo defensor) não puderam, e talvez jamais possam, ser definitivamente comprovadas. Por mais profundas e detalhadas que sejam as análises feitas sobre os três únicos documentos originais relativos à viagem (as cartas de Pero Vaz de Caminha, de Mestre João e do “piloto anônimo”), elas não são suficientes para provar se o descobrimento de Cabral obedeceu a um plano preestabelecido ou se foi meramente casual.

OS FALSOS E OS AUTÊNTICOS PRECURSORES DE CABRAL

Tão complexa quanto a ainda insolúvel questão da “intencionalidade

versus casualidade” é a polêmica que cerca os supostos precursores de Cabral. Que a existência do Brasil já era no mínimo suposta ou prevista pelos navegadores lusos do final do século XV é um assunto sobre o qual praticamente não pairam dúvidas. O ponto controverso é: teria algum deles visitado, antes de abril de 1500, a terra da qual Cabral tomou posse no dia 22?

Essa polêmica se aqueceu em 1920, quando o historiador luso Luciano Pereira da Silva passou a defender a tese de que o navegador Duarte Pacheco Coelho estivera no Brasil em 1498.¹ Pereira da Silva baseou-se numa passagem obscura do guia de navegação *Esmeraldo de Situ Orbis*, que o próprio Duarte Pacheco, um dos maiores pilotos de seu tempo, escreveu em 1505. Nela se lê: “A experiência, que é a mãe de todas as coisas, nos desengana e de toda a dúvida nos tira; e portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado, o ano do Nosso Senhor de 1498, Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar oceano, donde é achada e navegada uma terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela.”

Na verdade, a ambiguidade do texto não permite afirmar que a viagem tenha de fato se realizado – muito menos que a terra “achada” fosse o Brasil e nem sequer que Duarte Pacheco fosse um dos integrantes da expedição à qual se refere. Tornando o assunto ainda mais nebuloso, alguns historiadores acham que Duarte Pacheco estava também a bordo da frota de Cabral em 1500. Mas como o Duarte Pacheco citado em um dos documentos da viagem de Cabral é chamado de “mancebo” (ou “jovem”), o mais provável é que se tratasse de um homônimo do grande navegador – cuja presença, se verdadeira, não iria passar despercebida de Caminha e dos outros cronistas da expedição.

Embora o tema continue sendo motivo para controvérsias, o mais provável é que Duarte Pacheco não tenha feito parte da armada de Cabral em 1500. Quanto à suposta viagem de 1498, mencionada no *Esmeraldo de Situ Orbis*, se ela de fato se realizou, é mais provável que tenha sido feita em direção à América do Norte, e não ao Brasil.

Por outro lado, o certo é que a expedição de Cabral foi, de fato, precedida pela de dois navegadores espanhóis. Embora nos anos 1950 essa discussão tenha se revestido de um rancoroso “nacionalismo retroativo”² – contrapondo historiadores lusos e espanhóis –, o fato é que tanto Vicente Yañez Pinzón quanto Diego de Lepe navegaram por costas brasileiras entre janeiro e março de 1500. Pinzón, capitão da *Niña* e companheiro de Colombo na descoberta da América em 1492, chegou à ponta de Mucuripe (no Ceará) em fevereiro de 1500 e costeou o litoral até a foz do Amazonas (do qual foi o descobridor). Lá, encontrou-se com a expedição de Diego de Lepe, que avançaria até o Oiapoque, aonde chegou em março.³

Ainda assim, apesar de o tema ser ainda hoje tão polêmico, o próprio Capistrano de Abreu (que admitia a precedência de Pinzón e Lepe sobre Cabral) sepultou a questão já em 1900 ao afirmar que as consequências práticas dessas viagens espanholas foram irrelevantes e que o “descobrimento sociológico” do Brasil evidentemente coube aos portugueses. A tese de Capistrano também pode ser usada para encerrar a discussão sobre os supostos precursores lusos de Cabral: se alguma expedição portuguesa de fato chegou ao Brasil antes da de Cabral, seu significado histórico foi praticamente nulo. A terra só seria integrada ao império ultramarino lusitano após o desembarque de Cabral – e, ainda assim, muito lentamente, como se sabe.

De todo modo, passados mais de 500 anos, o descobrimento do Brasil continua sendo um capítulo aberto na história da expansão ultramarina portuguesa – e isso só aumenta o seu fascínio.

NOTAS

INTRODUÇÃO

- 1 – “em muita quantidade”: citação da *Carta* de Pero Vaz de Caminha.
- 2 – “nascem pelos penedos do mar”: citação feita pelo navegador D. João de Castro em *Roteiro de Goa a Suez* (ed. da Agência Geral das Colônias, 1940).
- 3 – A afirmação de que Colombo não dormiu durante os 36 dias em que esteve em alto-mar aparece em seus *Diários*, escritos pelo frei Bartolomé de las Casas. A L&PM (Porro Alegre, 1985) lançou uma edição recente dessa obra.
- 4 – Sabe-se que Pedro Álvares Cabral conduzia a imagem de N. S. da Boa Esperança a bordo da nau com a qual descobriu o Brasil graças a uma carta escrita por Francisco Cabral, “quinto sobrinho do descobridor e herdeiro da Casa de Belmonte”, citada na pág. 24 da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.
- 5 – “monte mui alto e redondo”: citação da *Carta* de Caminha.
- 6 – “terras chãs”: idem. A edição da *Carta* é a de Jaime Cortesão (ob. cit.).
- 7 – “(...) em armas e em gente luzidia”: João de Barros em *Décadas da Ásia*, volume 1, livro 5, pág. 181.
- 8 – “(...) e até as dobras mouriscas”: J. Cortesão em “A Expedição de Cabral”, artigo publicado na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.
- 9 – “alargar, polir e enobrecer”: J. Cortesão (ob. cit.).

PARTE I

- 1 – “saudosas balada da partida”: H. L. Mendonça em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.
- 2 – “Besteiros”: soldados armados de bestas. A besta era uma arma medieval que disparava setas, formada por um cabo, um arco e uma corda.
- 3 – “ventos sacudidos e finos”: João de Barros, *Décadas da Ásia*, pág. 182.
- 4 – “esburacar sua (...) capa medieval” e “desvairadas línguas”: ambas citações de J. Cortesão em “A Expedição de Cabral” (ob. cit.).
- 5 – “sujando-se uns aos outros”: Jean Mocquet em *Voyages*.
- 6 – “morrer ali tanta gente”: Pyrard de Laval em *Viagem de Pyrard de Laval*.
- 7 – “serra da Estrela”: Antônio Villasboas em *Nobiliarchia portuguesa*.
- 8 – “nas terras de Ceuta”: Gomes E. Zurara em *Crônica de D. João I*.
- 9 – “metedor d'alvoroços”: Garcia Resende em *Cancioneiro Geral*, Lisboa, 1472.

10 – “num combate”: Pyrard de Laval (ob. cit.).

11 – A afirmação de que frei D. Henrique de Coimbra foi inquisidor e “presidiu a primeira queima de um judeu em Portugal” é de Capistrano de Abreu, em *O Descobrimento do Brasil* (pág. 94). Foi repetida por H. L. Mendonça em seu artigo “Do Restelo a Vera Cruz”, publicado em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Capistrano não cita sua fonte. Mendonça atribui a informação à *Crônica da Província de Arrábida* (tomo I, pág. 601), de autoria de frei Antônio da Piedade.

12 – “mui fedorento”: *História Trágico-Marítima*, vários autores (Lisboa, 1981).

13 – “ao mar” e “à alma”: citações de *O Ponto Onde Estamos*, de Paulo Miceli.

14 – “orla ocidental da Cristandade”: expressão consagrada por Charles R. Boxer em seu clássico *O Império Colonial Português* (Edições 70, Lisboa, 1969).

PARTE II

1 – “quarto de criança”: citação de Daniel Boorstin em *Os Descobridores*. A expressão “íclita geração” foi consagrada por Zurara. “Íclito” significa ilustre.

2 – “a procurar no Sul”: citação de Raymond Beazley em *Infante D. Henrique*.

3-6 – Citações de *Crônica dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes Zurara.

7 – Os livros que mais influenciaram as concepções geográficas de Cristóvão Colombo foram, além de *Imago Mundi*, de Ptolomeu, *Historia rerum ubique gestarum*, do papa Pio II, e a *História Natural*, de Plínio, o Velho.

8 – “condenado ao exílio”: citação de João de Barros em *Décadas da Ásia*.

PARTE III

1 – A *Carta de Mestre João* foi encontrada por Francisco Adolfo Varnhagen nos arquivos da torre do Tombo em 1843 e publicada por ele na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

2 – “autêntica nobreza”: citação de Jaime Cortesão em *A Carta de Caminha*.

3 – citação de Capistrano de Abreu em *O Descobrimento do Brasil*.

4-6 – Citações da *Relação do Piloto Anônimo*.

7 – O encontro entre Pedro Álvares Cabral e Américo Vespúcio em Bezeguiche é um dos pontos centrais do livro clássico de Capistrano de Abreu *O Descobrimento do Brasil*. A tese de que foi naquele dia que os portugueses concluíram que as terras descobertas na margem oeste do Atlântico deveriam ser parte de um novo continente foi primeiro defendida pelo geógrafo alemão Alexander von Humboldt, em 1799, e aprofundada por Capistrano em 1900.

8 – A informação de que João da Nova encontrou a carta deixada por Pero de Ataíde “dentro de um sapato enterrado na areia”, na praia de Melinde, é de João de Barros (*Décadas da Ásia*, livro V, capítulo X, pág. 216). Gaspar Correia repete a mesma história em *Lendas da Índia*. Embora nenhum dos dois autores mencione o fato, o local onde o sapato estava enterrado provavelmente fora assinalado de alguma forma, talvez com uma cruz.

EPÍLOGO

1 – O artigo do prof. Luciano Pereira da Silva “Duarte Pacheco Coelho, Precursor de Cabral” foi publicado no volume 2 da *Hist. da Col. Portuguesa do Brasil*.

2 – A expressão “nacionalismo retroativo” é de Harold Johnson e aparece no livro *O Império Luso-Brasileiro* (ob. cit.).

3 – A comprovação definitiva de que Pinzón e Diego de Lepe estiveram no Brasil antes de Cabral foi feita por Max Justo Guedes, com base em dezenas de fontes primárias, no artigo “As Primeiras Expedições de Reconhecimento da Costa Brasileira”, publicado em *História Naval Brasileira* (ob. cit.).

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Ao contrário do que se costuma supor, o descobrimento do Brasil foi bem documentado e aparece descrito em várias fontes primárias. Essas fontes podem ser divididas em três grandes grupos. O primeiro deles reúne as cartas escritas por membros da expedição de Cabral. No segundo, incluem-se as cartas redigidas pelos banqueiros ou mercadores que financiaram a armação da esquadra. O terceiro grupo de documentos originais é constituído pelas crônicas escritas na segunda metade do século XVI pelos historiadores oficiais do reino de Portugal.

Embora vários integrantes da esquadra de Cabral tenham relatado a descoberta do Brasil para o rei D. Manoel I, apenas três cartas sobreviveram ao tempo. Delas, a melhor é a escrita por Pero Vaz de Caminha. Existem várias edições modernas da *Carta*. Para a elaboração deste livro foram utilizadas as edições preparadas por Jaime Cortesão (Ed. Livros de Portugal, Rio, 1943) e por Carolina Michaelis (Ed. Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1934). Existem duas edições atuais: uma feita por Silvio Castro (L&PM, Porto Alegre, 1985) e outra com texto atualizado por Rubem Braga e ilustrações de Caribé (Record, Rio, 1981). Os dois melhores estudos sobre a carta de Caminha são os de Capistrano de Abreu, *Vaz de Caminha e Sua Carta* (Ed. Civilização Brasileira/MEC, Rio, 1976), originalmente publicado em 1907, e o já citado *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, de Jaime Cortesão.

A *Carta de Mestre João*, redescoberta por F. A. Varnhagen na torre do Tombo, em Lisboa, em 1843, tem apenas duas páginas e já foi publicada em vários livros. A versão consultada aqui foi a atualizada por Cortesão e publicada no livro citado acima. A chamada *Relação do Piloto Anônimo*, lançada originalmente em italiano em 1550, só foi publicada em português em 1812. A versão utilizada neste livro é a que aparece em *Gloriosa e Trágica Viagem de Cabral*, de Renato Castelo Branco (Ed. do Autor, São Paulo, 1975).

As cartas escritas pelos banqueiros Bartolomeu Marchioni e Giovanni d’Affaitati e a missiva do diplomata Giovanni Cretico foram descobertas e publicadas pela primeira vez pelo brasilianista americano William Brooks Greenlee em 1938, no seu monumental *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India* (Hakluyt Society, Londres, 1938). A primeira versão em português dessas cartas foi lançada por T. O. Marcondes de Sousa em *O Descobrimento do Brasil* (Ed. Michalany, São Paulo, 1956). Os livros escritos pelos cronistas oficiais do reino estão citados na página 117, junto com as respectivas datas de suas publicações originais. Todos esses títulos foram reeditados entre 1941 e 1955 pela Divisão de Publicações da Agência Geral das Colônias, com sede em Lisboa.

Os melhores estudos gerais sobre a viagem de Cabral e o descobrimento do Brasil são os seguintes: *O Descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (Ed. Civ. Brasileira/MEC, 1976), o já citado *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, de William B. Greenlee, *A Expedição de Pedro Alvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, de Jaime Cortesão (Livros Horizonte, Lisboa, 1922), o já citado *O Descobrimento do Brasil*, de T. O. Marcondes de Sousa e o admirável artigo “O Descobrimento do Brasil”, de Max Justo Guedes, que consta do 12º

volume da *História Naval Brasileira* (Ed. do Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio, 1975), editada pelo próprio Justo Guedes. A esses títulos, deve-se juntar a monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, editada em três volumes por Carlos Malheiro Dias (Litografia Nacional, Porto, 1926), que se constitui na fonte mais documentada para o estudo do tema. Os capítulos mais consultados do livro editado por Malheiro Dias foram: “A Expedição de Cabral”, por Jaime Cortesão, “Do Restelo a Vera Cruz”, de Henrique Lopes de Mendonça, e “A Semana de Vera Cruz”, por Malheiro Dias. O melhor resumo geral dos fatos e das fontes relativos ao descobrimento foi feito por Harold Johnson e Maria Beatriz da Silva no livro *O Império Luso Brasileiro*, volume 5 da *Nova História da Expansão Portuguesa* (Ed. Estampa, Lisboa, 1992), dirigida por Joel Sertão e A. H. Oliveira Marques. Outra fonte consultada foi o já citado *Gloriosa e Trágica Viagem de Cabral*, de R. Castelo Branco.

Sobre os descobrimentos portugueses, em geral as fontes mais utilizadas neste trabalho foram: *Lisboa Ultramarina* (Jorge Zahar Editor, Rio, 1992, org. por Michel Chandeigne), o clássico *Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres (Portucalense Ed., Porto, 1943), *Os Descobrimentos Portugueses*, obra em sete volumes de Jaime Cortesão (Porto, 1975) e o fascinante *Os Descobridores*, de Daniel Boorstin (Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1989), especialmente útil na pesquisa sobre o chamado “comércio mudo” e na questão do cabo Bojador. Três boas fontes gerais sobre o tema são *A History of Exploration*, de Percy Sykes (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1934), *Os Grandes Exploradores de Todos os Tempos* (Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1980) e *African Exploration*, de Tim Severin (Hamlyn, Londres, 1994). Sobre o infante D. Henrique, as fontes primordiais continuam sendo os dois livros clássicos de Gomes Eanes Zurara: *Crônica da Tomada de Ceuta* e *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (as edições consultadas foram, ambas, publicadas pela Agência Geral das Colônias, Lisboa, em 1941 e 1942, respectivamente). Duas biografias do infante foram consultadas: a apologética *O Infante D. Henrique*, de Raymond Beazley (Ed. Civilização, Porto, 1868) e *Before Columbus*, de Felipe Armesto (Macmillan, Londres, 1987), radicalmente crítica. Sobre o cotidiano e a alimentação a bordo das naus do século XVI, os livros consultados foram: *O Ponto em que Estamos*, de Paulo Miceli (Scritta, SP, 1994) e *Naus, Caravelas e Galeões* (Quetzal Editores, Lisboa, 1993), além dos clássicos *Voyages*, de Jean Mocquet (Decouvert, Paris, 1986) e *Viagem de Pyrard de Laval* (Ed. Civilização, Porto, 1944). A carta *Mundus Novus*, de Vespúcio, foi publicada pela L&PM.

EDUARDO BUENO



**NAUFRAGOS,
TRAFICANTES
E DEGREDDADOS**

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES AO BRASIL

ESTACÃO
BRASIL

**NÁUFRAGOS,
TRAFICANTES E DEGREDADOS**

EDUARDO BUENO



**NAUFRAGOS,
TRAFICANTES
E DEGREDADOS**

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES AO BRASIL

ESTACAO
BRASIL

Copyright © 1998, 2016 por Divulgadora Bueno & Bueno, S.S
Vinhetas das páginas 1 e 71 © Roque Gameiro, reproduzidas do livro *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Litografia Nacional, Porto, 1926).
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

A primeira edição desta obra teve consultoria técnica de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna da UFF (Universidade Federal Fluminense).

revisão: Ana Grillo e Luis Américo Costa

projeto gráfico: Ana Adams

diagramação: Raquel Alberti

mapas: Adams Design

capa: Tereza Bettinardi

ilustrações de capa: Bruno Algarve e Tereza Bettinardi

foto do autor: © Al Hamdan/ Studio H

e-book: Marcelo Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B941n

Bueno, Eduardo, 1958-
Náufragos, traficantes e degredados [recurso eletrônico] /
Eduardo Bueno. – 1. ed.- Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
recurso digital (Brasilis; 2)

Sequência de: A viagem do descobrimento
Continua com: Capitães do Brasil
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-5608-005-9 (recurso eletrônico)

1. Brasil – História – Período pré-colonizador, 1501-1532. 2.
Livros eletrônicos. I. Título. II. Série.

16-31715

CDD: 981.03
CDU: 94(81)

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo

22270-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@sextante.com.br
www.sextante.com.br

AS DÉCADAS ESQUECIDAS

Que homens eram aqueles? Como haviam chegado àquelas praias remotas e de que maneira tinham sido capazes de sobreviver ali por tantos anos? Qual o processo que os transformou de meros náufragos – ou degredados – em figuras-chave na ocupação e colonização do Brasil? Passados cinco séculos de uma espantosa aventura, desenrolada ao longo de vastas porções do litoral brasileiro, as respostas ainda não são conclusivas. As dúvidas apenas aumentam o fascínio em torno do período mais nebuloso na história da exploração e conquista do país.

O que se pode afirmar com certeza é que a partir de 1525, quando os europeus começaram a desembarcar com mais frequência no Brasil, encontraram uma galeria de personagens enigmáticos. Eram homens brancos que viviam entre os nativos: alguns tinham sobrevivido ao naufrágio de seus navios, outros haviam desertado deles. Muitos haviam cometido algum crime em Portugal e foram condenados ao degredo no Brasil, outros tiveram a audácia de discordar de seus capitães e acabaram desterrados. Vários estavam casados com as filhas dos principais chefes indígenas, exerciam papel preponderante na tribo, conheciam suas trilhas, seus usos e costumes, e intermediavam as negociações entre várias nações indígenas e eventuais representantes de potências europeias. Sua presença em pontos estratégicos do litoral seria decisiva para os rumos do futuro país.

Tal galeria não se limita a nomes mais conhecidos, como o mitológico Caramuru, responsável indireto pela fundação de Salvador, ou João Ramalho, virtual fundador da cidade de São Paulo. Tão importante quanto

eles foi, por exemplo, o misterioso Bacharel de Cananeia, primeiro grande traficante de escravos do Brasil e do qual nem mesmo o verdadeiro nome se conhece. Mas há vários outros, cuja trajetória é ainda mais obscura e marcante. O que dizer do intrépido Aleixo Garcia, que em 1524 marchou de Santa Catarina, com um exército particular de dois mil índios Guarani, para atacar as cidades limítrofes do Império Inca, a mais de dois mil quilômetros dali? E de seus companheiros Henrique Montes e Melchior Ramires – desertores e polígamos –, que, ainda assim, acabariam sendo recebidos na corte pelos reis de Portugal e Espanha, transformando-se nos homens mais importantes dos primórdios da exploração do rio da Prata e do litoral sul do Brasil?

A lista de personagens assombrosos dos 30 primeiros anos da colônia não se encerra com eles. Resta ainda João Lopes de Carvalho, piloto português que foi desterrado no Rio em 1511 e, após ser recolhido pelos espanhóis, retornou ao Brasil em 1519 como piloto de Fernão de Magalhães, apenas para, dois anos mais tarde, morrer em Bornéu, na Ásia, onde se achava em companhia de seu filho, um garoto indígena de 9 anos nascido no Rio de Janeiro. E o que pensar do grumete Francisco del Puerto, que viveu 14 anos entre os nativos do Prata e depois traiu os europeus que o recolheram, abrindo o portão de um forte à noite para permitir que espanhóis e portugueses fossem massacrados pelos indígenas?

E esses são apenas alguns dos protagonistas dos 30 primeiros anos do Brasil – as três décadas perdidas. Sua história pessoal, e a própria história de sua época, pode ser reconstruída a partir de cartas, diários de bordo, relatos de viagem e referências esparsas encontradas em arquivos estrangeiros. A ausência de documentos oficiais tem dificultado a pesquisa sobre essa época e, na maior parte dos livros sobre a história do Brasil, o período que vai de 1500 a 1531 se reduz, em geral, a dois parágrafos.

As viagens dos espanhóis Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe – que se anteciparam a Cabral em alguns meses – também têm sido virtualmente ignoradas pela historiografia oficial. Mas foram elas as primeiras missões

exploratórias a aportar nas praias do que viria a ser o Brasil. Pouco mais tarde, a partir de 1504, chegaram os franceses. Embora tenham disputado arduamente com os portugueses, durante mais de 20 anos, o domínio da costa brasileira, a história oficial também tem dedicado pouca atenção a esses episódios – ao contrário, por exemplo, do que acontece com a bem documentada aventura da França Antártica, quando os franceses invadiram o Rio de Janeiro, em 1555, sob o comando de Villegaignon.

Na verdade, é como se, depois de um hiato de 30 anos, a história do Brasil só se iniciasse de fato com a chegada da “missão colonizadora” de Martim Afonso de Sousa, em 1531. Mas também aí persistem os mitos historiográficos. Afinal, ao contrário do que a maior parte dos textos afirma, Martim Afonso não veio fundar cidades ou iniciar a colonização do Brasil. Sua principal missão era, como se verá, explorar o rio da Prata – tido como a porta de entrada para as extraordinárias riquezas do Império Inca.

Este livro pretende contar a história das primeiras expedições ao Brasil e reconstituir a trajetória pessoal de náufragos e degredados, cujo relato encheu de ambição e de esperança a cabeça dos reis de Portugal e Espanha e determinou a ocupação do litoral sul do Brasil. Pretende recuperar também, na medida do possível, a vida cotidiana nas comunidades fundadas por alguns desses mesmos náufragos e degredados na ilha de Santa Catarina e em Cananeia; a história das primeiras expedições dos franceses à América e o dia a dia dos traficantes de pau-brasil, então chamados “entrelopos”. O papel desempenhado por esses homens tem sido frequentemente ignorado e permanece à margem da história oficial. Embora vivessem para além dos limites, para além da lei e para além da ética, eles podem ser considerados os primeiros brasileiros – no sentido literal da palavra, como se verá.

Sem a perseverança, o esforço e a ambição desse elenco de personagens extraordinários, o destino do Brasil ao longo de suas três primeiras décadas teria sido inteiramente diferente. Afinal, foi durante esses anos turvos que o futuro país não só começou a estabelecer sua atual

configuração territorial – expandindo-se para além dos exíguos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas – como forjou uma parte considerável de seu imaginário histórico. Mais do que isso: durante as três décadas esquecidas, o Brasil adquiriu seu nome, ajudou a batizar a América e, de certa forma, serviu até de modelo para *A Utopia*, de Thomas Morus.

Mesmo assim, a história empolgante desses anos perdidos não tem sido vista como um processo orgânico e coerente, nem narrada com os detalhes e a dramaticidade que a trajetória individual dos homens que a forjaram parece exigir e impor.

Quase 500 anos depois, náufragos, traficantes e degredados ainda não recuperaram seu lugar na história. É hora de fazê-lo.

Nota do autor

As palavras grafadas em *itálico* ao longo do texto remetem o leitor às informações contidas nos boxes laterais.

I

OS ESPANHÓIS DESCOBREM O BRASIL

A praia estava deserta. Não havia ninguém ao longo da enseada nem nas densas matas que a cercavam. A areia, porém, se encontrava repleta de pegadas, num sinal claro de que a terra era habitada. Tal evidência não impediu que os marujos recém-desembarcados gravassem seus nomes e os de seus navios nas árvores e nas rochas costeiras e, a seguir, imprimissem o dia, o mês e o ano de seu desembarque, tomando posse daquele território em nome da Coroa de Castela.

Era 26 de janeiro de 1500 e os homens comandados pelo capitão Vicente Yáñez Pinzón tinham acabado de descobrir o Brasil.

Embora polêmica, a afirmação se baseia em fontes primárias e em pesquisas confiáveis. A viagem de Pinzón foi bem documentada, e cronistas do século XVI se referem a ela em detalhes. Passados cinco séculos, porém, o local no qual os navios de Pinzón aportaram ainda divide os historiadores. Para alguns pesquisadores portugueses, os espanhóis teriam desembarcado ao norte do cabo Orange, atual fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Mas, para seus rivais castelhanos – que se basearam no depoimento do próprio Pinzón –, o desembarque se deu no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.

Foi apenas em 1975 que o então capitão de mar e guerra e, mais tarde, contra-almirante Max Justo Guedes, à época diretor do Serviço de

Documentação Geral da Marinha Brasileira, estabeleceu, de maneira irrefutável, que Pinzón e seus homens chegaram à ponta de Mucuripe, hoje incorporada à área urbana da cidade de Fortaleza, capital do Ceará – e a meio caminho entre o cabo Orange e o de Santo Agostinho (*veja mapa mais adiante*).

Max Justo Guedes se baseou nos documentos originais que descrevem a jornada de Pinzón,¹ na *polêmica judicial* que se seguiu à viagem e, acima de tudo, em um mapa feito em 1501 pelo cosmógrafo Juan de la Cosa.

Graças ao depoimento dos cronistas da expedição, sabe-se que a terra surgira à frente de Pinzón e de seus homens poucas horas antes do desembarque. Era uma longa ponta, alta e verdejante, que entrava mar adentro, como um dedo, cercada de dunas de areia muito alva e resplandecente. Os marinheiros a avistaram com satisfação e alívio, já que, poucos dias antes, em alto-mar, a expedição passara por momentos terríveis: as quatro caravelas haviam enfrentado uma tempestade que se prolongara por uma semana. Quando muitos dos homens a bordo já consideravam aquela viagem sem volta, o sol brilhou outra vez. As águas do mar se tornaram turvas, coalhadas de plantas marinhas e de areia em suspensão, sinal de que eles estavam se aproximando da terra.

Pouco antes das 10 horas da manhã do dia 26 de janeiro de 1500, montado na gávea, no alto do mastro de uma das caravelas, um marinheiro avistou os contornos azul-esverdeados do que parecia ser um grande cabo. Uma sonda foi lançada e indicou 16 braças (ou 28 metros) de profundidade. As embarcações avançaram com cuidado, ancorando a cerca de 10 quilômetros da vasta enseada de águas cálidas e

Na Barra dos Tribunais

As chamadas Probanzas del Fiscal foram o pleito judicial que Diego Colombo, filho de Cristóvão Colombo, moveu contra a Coroa de Castela para assegurar os direitos do pai. Todos os navegadores que participaram da descoberta da América foram ouvidos e prestaram depoimentos juramentados. As audiências se iniciaram na ilha de São Domingos, no Caribe, em dezembro de 1512 e se encerraram em agosto de 1515, em Sevilha, na Espanha. Tanto Pinzón quanto os principais capitães de sua frota foram ouvidos durante o julgamento. Em seu depoimento, Pinzón afirmou que havia aportado no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco – mas provavelmente se equivocou, ou mentiu.

verdosas. Alguns botes foram enviados a terra e a cerimônia de posse foi realizada imediatamente.

O chefe da missão, *Vicente Pinzón*, era um navegador experiente. Oito anos antes de desembarcar no Brasil, ele tinha acompanhado Cristóvão Colombo na gloriosa viagem que, a 12 de outubro de 1492, os conduziu a certas ilhas misteriosas, repletas de árvores e de “gente nua (...) de corpos bonitos e cara muito boa (...) mansos e pacíficos”.² Embora tal arquipélago na verdade ficasse no mar do Caribe, tanto Colombo como Pinzón concluíram de imediato que haviam chegado ao litoral oriental da Ásia.

Apesar de em janeiro de 1500 essa tese parecer cada vez menos provável, Colombo e o próprio Pinzón continuavam acreditando que as terras que tinham descoberto em 12 de outubro de 1492 eram parte de Cipango (o Japão de Marco Polo) e que eles haviam encontrado o caminho marítimo que conduzia da Europa para a Ásia pela rota do poente. Mas o fato é que quase uma década se passara desde então e as opulentas cidades do Oriente, com suas sedas e suas especiarias, ainda não haviam sido encontradas nem por Colombo nem por nenhum de seus seguidores. Por isso, nos primeiros anos do século XVI vastas extensões do oceano Atlântico continuavam sendo percorridas pelos espanhóis em busca de uma terra que não estava lá.

Dessa vez, Pinzón havia financiado a expedição do próprio bolso. Com o dinheiro que recebera como prêmio pela descoberta de 1492, ele armou quatro caravelas e contratou cerca de



Nascido em 1460, Vicente Yáñez Pinzón (acima) era nativo de Palos, um dos principais portos do sul da Espanha. Lá mesmo, por volta de 1489, ele conhecera Cristóvão Colombo. Junto com seus irmãos, Martin Alonso e Francisco, Vicente não apenas aceitou participar da viagem de alto risco que Colombo havia convencido os reis Fernando e Isabel, de Aragão e Castela, a financiar como bancou, junto com os irmãos,

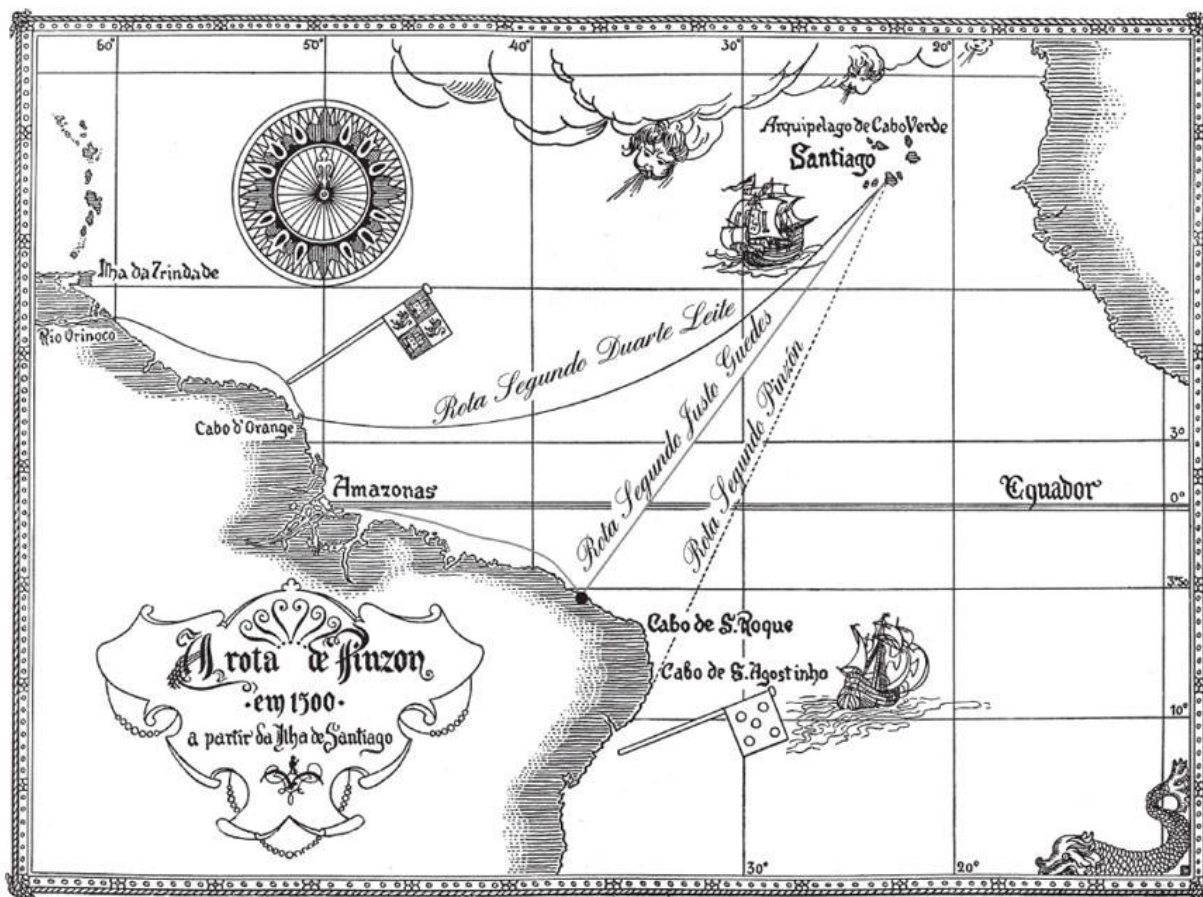
150 homens, entre os quais seus sobrinhos Arias Pérez e Diogo Fernández, mais os pilotos Juan de Umbria, Juan de Xerez e Juan Quintero – veteranos das três primeiras viagens de Colombo. No dia 18 de novembro de 1499, a frota zarpou em direção às ilhas Canárias, localizadas diante da costa ocidental da África.

Antes do Natal de 1499, as quatro caravelas já aportavam em Santiago, uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, na qual permaneceriam ancoradas por cerca de três semanas. Então, no dia 13 de janeiro de 1500, Pinzón partiu rumo ao sudoeste, em direção às novas terras que o próprio Colombo e Alonso de Hojeda tinham descoberto havia pouco mais de um ano e que ficavam ao sul das ilhas do Caribe, achadas em 1492. Como seus dois antecessores, Pinzón também esperava chegar às porções continentais da Ásia.

Nos oito dias seguintes à partida de Santiago, tudo correu bem e os ventos alísios empurraram os navios de Pinzón no rumo desejado. Mas a 21 de janeiro, assim que a frota cruzou o equador e a estrela Polar – um símbolo universal de localização para os navegantes – “afogou-se” no horizonte norte, “nasceu uma terrível tempestade de ondas e turbilhões de vento”.³ Por uma semana, vagalhões enormes e os ventos uivantes que os acompanhavam quase fizeram soçobrar as caravelas. Elas só conseguiram “seguir seu caminho com grande perigo”.⁴

um oitavo dos custos da expedição. Escalado para ser o capitão da caravela Niña, Vicente também se tornou o maior responsável pelo recrutamento da tripulação: foi ele quem convenceu os relutantes marujos de Palos a seguir uma rota que até então jamais havia sido percorrida. Ao contrário de Francisco e Martin (que morreu poucos dias após o retorno à Espanha, em 1493, já rompido com Colombo), Vicente permaneceria fiel ao almirante genovês até a morte dele, em maio de 1506.

O mapa a seguir representa a rota de Pinzón segundo três interpretações. A primeira indica sua chegada ao cabo Orange. Essa tese foi defendida pelo historiador luso Duarte Leite, em 1926. A segunda, estabelecida por Justo Guedes, marca sua chegada ao Ceará e é a mais provável. A terceira o conduz até o cabo de Santo Agostinho (PE) e baseia-se nas afirmativas feitas pelo próprio Pinzón em 1515.



Ironicamente, o mau tempo acabaria permitindo a Pinzón realizar uma das mais rápidas travessias entre Cabo Verde e o Brasil. Suas caravelas gastaram apenas 13 dias para cobrir uma distância de 1.400 milhas náuticas (ou cerca de 2.390 quilômetros) – trajeto que custaria cerca de um mês de viagem a quase todas as expedições subsequentes, entre as quais a comandada pelo português Pedro Álvares Cabral. E então, na manhã de 26 de janeiro de 1500, vencidos todos os perigos do mar, Pinzón e seus homens desembarcaram em um cabo.

Eles o chamaram de “Santa Maria de la Consolación”. Era a ponta do Mucuripe, no Ceará.

Ali, Pinzón permaneceu apenas um dia ou dois. Durante a noite, após o desembarque, seus homens tinham visto grandes fogueiras ardendo a distância, na costa que se estendia em direção ao noroeste. Na manhã de 27 (ou 28) de janeiro, a frota zarpou naquela direção. Depois de navegar pouco mais de 100 quilômetros, os navios chegaram à foz de um rio tão

belo que Pinzón o batizou com o nome de rio Formoso. Provavelmente era o atual rio Curu, 120 quilômetros ao norte de Fortaleza.

Na praia, às margens do rio, havia cerca de 40 nativos. Os espanhóis desembarcaram em quatro escaleres e tentaram estabelecer contato com eles. Mas guizos, colares de contas e espelhos não foram capazes de atraí-los e os indígenas mantiveram distância. De repente, um deles lançou à areia um objeto dourado: era “uma vara”, diz um dos cronistas da expedição, ou uma “barra de dois palmos”, de acordo com outro.⁵ Quando um dos marujos adiantou-se e se agachou para apanhá-la, os nativos se jogaram sobre ele. Armado de espada e escudo, o marinheiro lutou para se defender, mas foi morto por um golpe de tacape desferido pelas costas. Um conflito violento eclodiu então entre cerca de 20 espanhóis e os 40 nativos.

Em outubro de 1500, menos de um mês após ter retornado à Espanha, Pinzón manteve um encontro com o sacerdote, militar e historiador italiano Piero Martir de Anghiera⁶ – que veio a se tornar o principal cronista daquela viagem. Durante uma tarde inteira, Pinzón contou a ele o que teria se passado às margens do rio Curu. Eis a narrativa do capitão, conforme redigida por Anghiera:

“Dentro do rio, aqueles homens belicosos cercam o bote, avançam temerariamente e agarram da margem o corpo dos escaleres. São trucidados a lança e a espada como ovelhas, porque estavam nus. Nem assim se retiram. Arrebatam do poder dos nossos um barco, depois de trespassado e morto com uma seta o seu mestre; os outros puderam safar-se. Para concluir em breves palavras [pois tão ansiosamente me fazes ver que te retiras]: mataram oito dos nossos com setas e dardos e mal houve



Na gravura acima, uma versão romanceada do confronto entre os homens de Pinzón e os Potiguar, às margens do rio Curu, no Ceará, publicada por autor anônimo em 1886.

um que não recebesse alguma ferida. Se suas setas tivessem sido ervadas [envenenadas], nenhum dos nossos teria conservado a existência.”

Esse primeiro encontro entre espanhóis e indígenas no Brasil é surpreendente e em tudo desigual àquele que, três meses mais tarde, aguardaria os portugueses, na Bahia. A explicação é simples: enquanto Cabral e seus homens encontraram-se com os Tupiniquim e estabeleceram com eles uma relação pacífica, os marujos de Pinzón desembarcaram no território dos Potiguar e podem tê-los provocado.

Os Potiguar – “comedores de camarão”, em tupi – eram cerca de 90 mil. Seu território se estendia desde o rio Acaraú (100 quilômetros ao norte do Curu) até a altura da atual cidade de João Pessoa (uns 600 quilômetros mais ao sul). Embora os Potiguar fossem agressivos, alguns historiadores⁷ acham que Pinzón não contou toda a verdade sobre o episódio. O fato de ele, pouco mais tarde, ter capturado 36 nativos para vendê-los como escravos na Espanha parece indicar que, naquele primeiro encontro, os espanhóis teriam tentado prender alguns indígenas – e foram rechaçados por eles.

O fato é que, após o embate às margens do rio Curu, Pinzón e seus homens decidiram partir, seguindo a linha da costa, rumo ao noroeste. No dia seguinte ao combate, vislumbraram outro acidente geográfico do litoral brasileiro. Era uma ponta arenosa, tão formosa e bem-feita que se assemelhava a “um vermelho bico de cisne mergulhando no oceano”.⁸ Decidiram chamá-la de “Rostro Hermoso” (ou “Face Linda”). Tratava-se da ponta de Jericoacoara – cuja beleza hoje atrai turistas de todo o mundo. Ali, Pinzón mandou fincar uma cruz com os brasões da Coroa de Castela e seguiu em frente, acompanhando os caprichosos contornos do litoral. Alguns dias mais tarde, outro capitão espanhol, Diego de Lepe, encontrou essa cruz. Poucas semanas depois, Lepe cruzaria com a frota de Vicente Pinzón, sem vê-la.

Nos primeiros dias de fevereiro de 1500, a 40 léguas (cerca de 240

quilômetros) a nordeste da ponta de Jericoacoara, os homens de Pinzón viveriam a mais surpreendente experiência de sua viagem. Ela se iniciou quando eles escutaram um estrondo contínuo e inquietante. A seguir, seus navios foram agitados por correntes fortíssimas. Então os marujos perceberam que as águas pelas quais navegavam já não eram salgadas: os baldes jogados do convés voltavam cheios de água doce.

Pela primeira vez na história, os europeus deparavam com o fenômeno que os indígenas chamavam de *pororoca* (“estrondo”, em Tupi-Guarani). Era o majestoso encontro das águas do rio Amazonas com as águas do oceano Atlântico.

Vencendo a maré e balançando sobre ondas de quase dois metros, Pinzón seguiu em frente e logo chegou à imensa foz de um rio, “uma boca que saía no mar 15 léguas (cerca de 90 quilômetros), com grandíssimo ímpeto”.⁹ Os espanhóis concluíram que um curso d’água tão monumental só poderia “nascer em vastos montes”¹⁰ e que necessariamente precisaria percorrer uma enorme distância antes de se tornar poderoso a ponto de “adoçar” o mar. Tiveram então a certeza de que a terra que ele banhava deveria ser parte de um continente: a Ásia, julgaram eles.

Aquele “mar doce” estava coalhado de ilhas – algumas enormes; todas “felizes pela fertilidade do solo”; a maioria “habitada de gente mansa e sociável, mas pouco úteis para os nossos porque não possuem produtos desejáveis, a saber: ouro e pedrarias”.¹¹ A frota de Pinzón estava na baía de Marajó. Os nativos chamavam a região de Mariatambal. Pinzón manteve o nome, mas batizou aquele imenso curso d’água de *Santa Maria de la Mar Dulce*. Tinha acabado de descobrir o maior rio do planeta – o mesmo que, 40 anos mais tarde, seria chamado de Amazonas pelo primeiro explorador que o navegou da nascente à foz, o também espanhol Francisco de Orellana.

Pinzón decidiu explorar o interior da região, que julgava ser “a Índia além do Ganges, nas proximidades da grande cidade de Catai (a China)”.¹² Seus navios subiram o curso do rio imenso, avançando contra a corrente e percorrendo cerca de 50 léguas (aproximadamente 300 quilômetros) com

muita dificuldade. As margens eram densamente habitadas e repletas de aldeias. Havia árvores tão grandes “que um cordão de 16 homens unidos pelas mãos não era capaz de abraçá-las”.¹³ Os animais eram todos desconhecidos e pareciam monstruosos. Um deles, um enorme sariguê (espécie de gambá), foi levado para a Espanha, aonde chegou morto, mas seu corpo, “bem conservado, causou a admiração de quantos o viram”.¹⁴

A exploração se prolongou por duas semanas. À noite, quando os navios ancoravam, da floresta ecoavam ruídos assustadores. Durante o dia, milhares de pássaros enchiam o ar com o trinado maravilhoso de seu canto. “Para não retornar sem ganho”, conta Anghiera, “[Pinzón] levou daí 36 escravos, pois outra coisa não achou”, embora, a cada novo encontro, os nativos lhe assegurassem que “dentro da terra havia grande quantidade de ouro” – ou pelo menos foi isso que os espanhóis entenderam dos sinais que os indígenas lhes faziam.

AS JORNADAS DE LEPE E DE HOJEDA

Enquanto os navios de Vicente Pinzón se encontravam navegando pelas águas escuras do Amazonas, uma outra expedição espanhola cruzou ao largo da baía de Marajó. Era uma frota de três caravelas, chefiada por Diego de Lepe – que, por coincidência ainda maior, era parente de Pinzón.

Lepe também partira de Palos, no início de dezembro de 1499. Como seu primo, ele zarpou em direção às Canárias e, a seguir, ancorou na ilha do Fogo, uma das dez que constituem o arquipélago de Cabo Verde, localizado defronte à costa do Senegal, na África. Dali, partiu rumo ao sudoeste, decidido a seguir a rota que Cristóvão Colombo descobrira em sua terceira viagem à América, em maio de 1498, e que já fora singrada pela expedição de Alonso de Hojeda e pela própria frota de Pinzón. Como os que tinham partido antes dele, Lepe também pretendia chegar aos fabulosos reinos de Cipango e Catai.

Ao cabo de 20 dias de navegação oceânica, Diego de Lepe avistou terra. Como restam pouquíssimas fontes para a reconstituição de *sua*

viagem, não se sabe ao certo em que ponto da costa brasileira seus navios aportaram, no início de fevereiro de 1500. Alguns historiadores acham que foi no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Outros afirmam que foi no cabo de São Roque, o ponto da costa brasileira geograficamente mais próximo da África, localizado a uns 100 quilômetros ao norte da atual cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.¹⁵ Dali, Lepe teria seguido em direção ao sul, mas, ao perceber que a costa se inclinava em direção ao sudoeste, fez a volta e partiu para o norte, seguindo a mesma rota que Pinzón percorrera um mês antes.

Quando a frota chegou à baía de Marajó, Lepe deparou com aldeias fumegantes e nativos enfurecidos. Provavelmente era o resultado da recente passagem de seu primo Pinzón por ali. Mas disso Diego de Lepe não pôde obter notícia, já que, a cada desembarque, os indígenas atacavam seus homens com redobrada ferocidade. Certa ocasião, segundo a narrativa do frei Bartolomeu de las Casas, 11 tripulantes da frota foram surpreendidos quando enchiam barris com água de um córrego e mortos numa praia baixa e lamacenta.

Depois de capturar 20 escravos, provavelmente em algum lugar da costa hoje pertencente ao Maranhão, Lepe seguiu rumo às ilhas do Caribe, onde os espanhóis já haviam estabelecido alguns vilarejos. Durante esse percurso, feito em abril de 1500, Diego de Lepe se tornou o descobridor de toda a faixa litorânea que vai do cabo Norte, no atual Amapá, à foz do Oiapoque, o rio que hoje delimita a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

O trecho seguinte do litoral – aquele que se estende do Oiapoque ao rio Corantijn (na atual fronteira entre o Suriname e a Guiana) – havia sido descoberto menos de um ano antes pelo espanhol Alonso de Hojeda, que navegara por ali em companhia do piloto e cartógrafo Juan de la Cosa e de

A Viagem de Lepe

Apenas três fontes originais se referem à viagem de Diego de Lepe à América. São elas: uma carta que os Reis Católicos, Fernando e Isabel, enviaram ao bispo de Córdoba, Juan Rodrigues de Fonseca, em 15 de novembro de 1500; a narrativa da viagem feita pelo historiador frei Bartolomé de las Casas; e as menções feitas à expedição durante o processo judicial chamado de Probanzas del Fiscal, já citado.

um cosmógrafo florentino chamado... Américo Vespúcio. A presença de Vespúcio e de Juan de la Cosa nessa viagem a vincula à história do Brasil. Vale a pena, portanto, recordá-la. Para isso, contudo, é aconselhável recuar um pouco no tempo e averiguar o papel até então desempenhado por Hojeda na trama dos descobrimentos.

Alonso de Hojeda (ou Ojeda), jovem e temerário fidalgo, era o típico conquistador espanhol. “Alto e atraente”, dizem que ele despertava “a atenção tanto de mulheres quanto de homens”. Mas, além de corajoso e destemido, era também homem “ganancioso, rude e extremamente cruel”.¹⁶ Depois de participar, desde muito jovem, da luta pela reconquista cristã da Península Ibérica, ele se tornara um dos favoritos da rainha Isabel, mulher do rei D. Fernando. Diz a lenda que a soberana teria ficado impressionada com as piruetas que o jovem fidalgo fora capaz de realizar, pendurado em uma viga suspensa na Giralda, uma torre de mais de 50 metros no centro de Sevilha.

Fato ou ficção, a verdade é que Alonso de Hojeda se tornou também um protegido de D. Juan Rodrigues de Fonseca, bispo de Córdoba e responsável por todos “os negócios da Índia”. Foi provavelmente para agradar aos dois principais admiradores de Hojeda – a rainha e o bispo – que Colombo o escolheu como capitão de uma das caravelas que fariam parte de sua segunda viagem à América. O almirante teria o resto da vida para lamentar a decisão.

De fato, em setembro de 1493, Colombo e Hojeda partiram da Espanha a bordo de uma armada imponente, com 17 navios e 1.200 tripulantes. Embora eles tenham descoberto as ilhas de Porto Rico, Jamaica e Hispaniola (hoje dividida entre Haiti e República Dominicana), a viagem foi um fiasco. Após cometer uma série de atrocidades contra os nativos, Hojeda fugiu para Cuba sem comunicar ao almirante. De lá, retornou para a Espanha. Ao chegar à Europa, conseguiu se livrar de todas as punições,

não só por suas relações na corte, mas também porque Colombo – que já se revelara péssimo administrador – estava caindo em desgraça com os Reis Católicos. Desse modo, suas acusações contra desertores como Hojeda foram solenemente ignoradas.

Ainda assim, em 1498, cinco anos após os desastrosos episódios que marcaram essa segunda expedição ao Caribe, Colombo conseguiu obter financiamento para uma terceira tentativa de encontrar, a oeste da Europa, as ricas cidades do Oriente – as mesmas que Marco Polo havia visitado e descrito dois séculos antes.

Ocorre que, apenas três dias antes de Colombo zarpar de Sevilha, Vasco da Gama tinha chegado à Índia – embora disso, naquele momento, nem Cristóvão nem ninguém na Europa tivesse notícia. Com efeito, em 27 de maio de 1498 os portugueses haviam sido capazes de concretizar um sonho acalentado por quase um século: após contornar a África e cruzar o oceano Índico, Gama tinha descoberto a rota que conduzia da Europa ao reino das especiarias pelo único caminho marítimo possível.

Na verdade, fora apenas porque ficara sabendo que seu genro, o rei D. Manoel, de Portugal, havia enviado aquelas três caravelas comandadas por Vasco da Gama com a missão de atingir a Índia por mar – e porque soubera também que o rei da Inglaterra, Henrique VII, tinha acabado de contratar o genovês Giovanni Caboto para que ele tentasse descobrir um caminho marítimo para a China através do mar do Norte – que D. Fernando havia decidido dar uma nova (e supostamente última) chance para Colombo.

Abaixo, retrato do Rei Católico D. Fernando, de Aragão, marido da rainha D. Isabel, de Castela, e, junto com a esposa, principal financiador das viagens de Colombo.

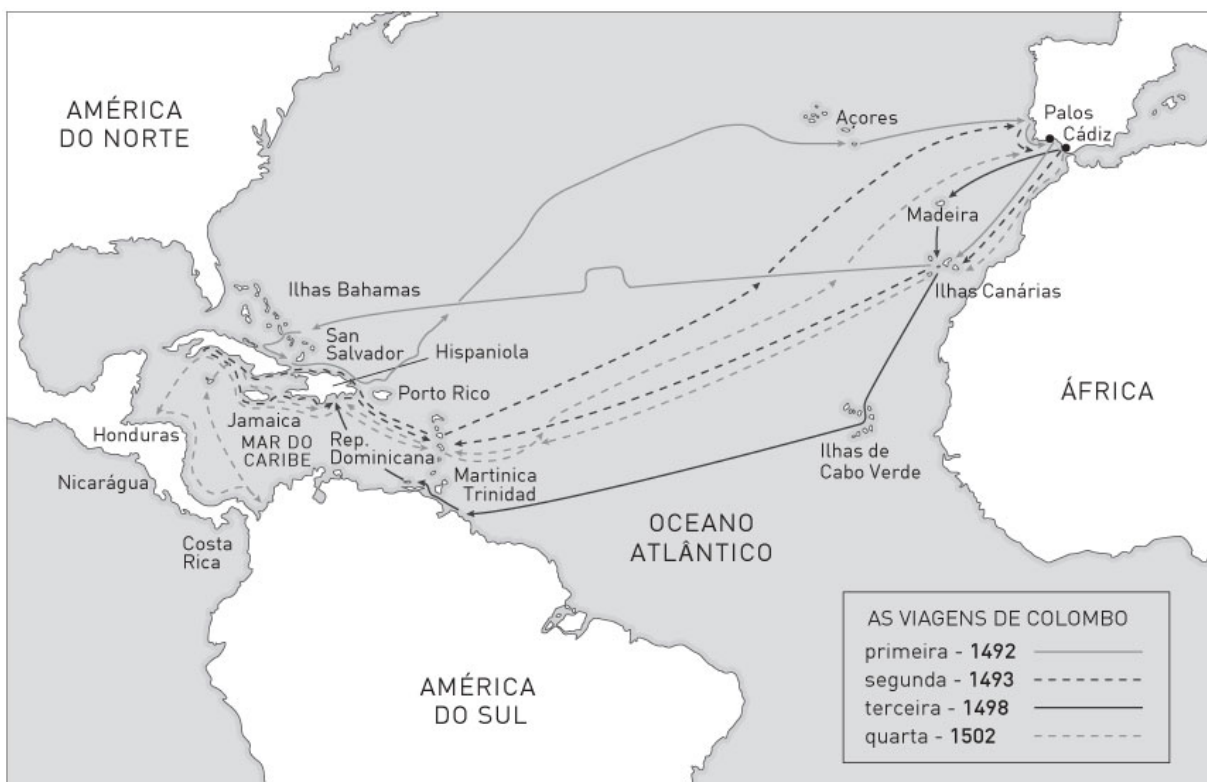


Ao partir de Sevilha, em 30 de maio de 1498, Colombo decidiu mudar de tática, alterando radicalmente a rota que havia percorrido em suas viagens anteriores. Seguiu direto até as Canárias, mas aí, ao invés de guinar para oeste, no rumo dos ventos alísios – rota que o conduziria novamente ao Caribe –, o almirante preferiu descer ao longo do litoral africano e seguiu até o arquipélago de Cabo Verde. Só então guinou para o poente, cruzando o Atlântico em latitudes mais próximas da linha do equador (*veja a rota das quatro viagens de Colombo a seguir*).

De acordo com o historiador americano Samuel Eliot Morison (1887-1976), ao escolher essa rota, o descobridor da América estaria, na verdade, disposto a comprovar uma informação que o rei D. João II, de Portugal (morto em 1495), teria lhe dado em 1493: a de que ao sul das ilhas do Caribe, que o próprio Colombo havia descoberto um ano antes, existia um continente.

Fosse assim ou não, o fato é que, ao meio-dia de 31 de julho de 1498, Cristóvão Colombo se tornou (sem o saber) o descobridor oficial da América do Sul. Embora cinco anos antes ele tivesse obrigado seus homens a jurar, sob terríveis ameaças, que a ilha de Cuba era terra firme, a verdade é que só naquele momento o almirante estava enfim aportando em extensões continentais.

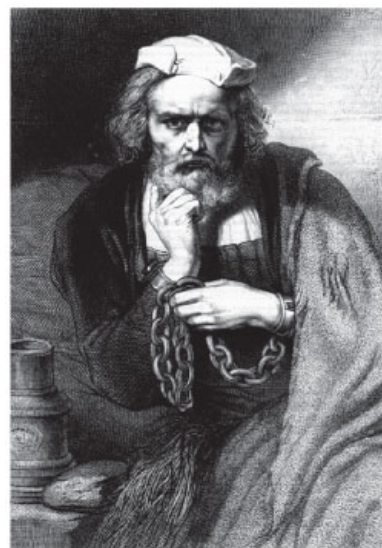
O mapa a seguir mostra a rota seguida por Colombo em suas quatro viagens à América. Na terceira delas, ao chegar às Canárias, o almirante decidiu “descer” até as ilhas de Cabo Verde e só então guinar para oeste. Essa rota guarda certas semelhanças com o caminho marítimo seguido por Vasco da Gama, cerca de um ano antes. Isso parece ser o indicativo de que Colombo de fato estava seguindo os conselhos que lhe teriam sido dados pelo rei D. João II, de Portugal.



Mais uma vez, porém, a primeira terra avistada era apenas uma ilha. Colombo batizou-a de Trinidad – nome que se mantém até hoje. Logo a seguir, a pequena frota (constituída por uma nau e duas caravelas, tão diferente da portentosa esquadra com 17 embarcações que ele orgulhosamente comandara em sua segunda viagem, entre setembro de 1493 e junho de 1496) chegou ao golfo de Pária, na costa da atual Venezuela.

Colombo cruzou então pelo delta do rio Orenoco e navegou ao longo do litoral da Venezuela, passando por uma grande ilha que chamou de Margarita. Em seguida, o almirante guinou para o norte, voltando a singrar, pela terceira vez em sua vida, as águas translúcidas do Caribe.

Apesar de os indígenas de Pária assegurarem que a região era rica em pérolas, Colombo não explorou a terra firme. Ao rei D. Fernando ele



justificou essa atitude com duas explicações: primeiro, seus navios seriam “grandes demais para aproximar-se da costa”.¹⁷ De fato, as duas caravelas utilizadas naquela viagem tinham, respectivamente, 100 e 70 toneladas de arqueação. Seu calado era, portanto, bem maior do que o das caravelas “boas para descobrir” usadas pelos portugueses em explorações costeiras (que, em geral, tinham entre 25 e 40 toneladas). Além disso, o almirante estava “com os olhos quase perdidos por não dormir, devido às longas vigílias que havia tido”.¹⁸

*Cristóvão Colombo
retornando acorrentado para
a Espanha, depois de ser
destituído de seus cargos na
América.*



*A Rainha Católica Isabel, de
Castela, que era contrária à
escravização dos nativos do
Novo Mundo.*

Em 18 de outubro de 1498, a nau capitânia da frota de Colombo partiu da ilha de São Domingos, no Caribe, em direção à Espanha, para comunicar as novas descobertas. O próprio Colombo permaneceria por mais dois anos no Caribe (de onde só retornaria em outubro de 1500, acorrentado e destituído de seus cargos). Em dezembro de 1498, quando a capitânia chegou a Sevilha, as notícias sobre as pérolas do golfo de Pária se espalharam pelo reino. Vários aventureiros se dispuseram a verificar a veracidade daquelas informações. Quem primeiro obteve licença real para explorar a região – concedida pelo bispo Fonseca e sancionada pela rainha Isabel – foi justamente... o belo e inescrupuloso Alonso de Hojeda, o desafeto de Colombo.

Assim, em 18 de maio de 1499, financiado por banqueiros e mercadores de Sevilha, e acompanhado pelo cosmógrafo Juan de la Cosa e pelo florentino Américo Vespúcio (que talvez também tenha ajudado a financiar a expedição), Hojeda partiu de Cádiz com três caravelas. A

tripulação era formada “pelos homens mais brutais”¹⁹ que Hojeda pudera recrutar – de tal forma que o historiador Samuel E. Morison chamou a frota de “uma esquadra semipirata”. De fato, na viagem de ida, Hojeda vendeu armas e pólvora para os árabes no porto de Safi, no Marrocos; tomou uma caravela portuguesa que navegava ao longo da costa africana, incorporando-a à sua frota; e saqueou a casa da filha da amante de Colombo, *Doña Beatriz de Pereza y Bobadilla, nas Canárias*.

Em fins de junho de 1499, após cruzar o Atlântico, a expedição avistou terra. Provavelmente era o litoral das Guianas. Seguindo rumo ao noroeste, Hojeda cruzou pelo soberbo delta do Orenoco e, como Colombo antes dele, se espantou com o volume d’água que esse rio jogava contra o mar – fenômeno muito similar à pororoca provocada pelo Amazonas e que Pinzón vislumbraria seis meses mais tarde. Ali, de fato, Hojeda obteve algumas pérolas, mas logo se incompatibilizou com os indígenas, depois que eles se recusaram a fornecer alimentos para a sua tripulação; 20 nativos – provavelmente os chefes – foram passados a fio de espada em frente à tribo estarrecida.

Em seguida, a frota de Hojeda penetrou no golfo de Pária, que Colombo descobrira um ano antes, passou pela ilha Margarita e, a seguir, descobriu as atuais Bonaire e Curaçao, entrando no golfo de Maracaibo. Dentro dessa ampla baía, os espanhóis viram uma aldeia erguida sobre palafitas. Hojeda chamou-a de Venezuela, ou “pequena Veneza”. Sem saber, estava batizando um futuro país.

A Viúva Negra

Foi no dia 2 de setembro de 1492, quando chegou à ilha de Gomera, uma das Canárias, durante a viagem que o levaria a descobrir a América, que Cristóvão Colombo conheceu Doña Beatriz de Pereza y Bobadilla, viúva do antigo governador de Gomera. Segundo o relato de alguns de seus marinheiros, Colombo teria se interessado por ela. Em 2 de outubro do ano seguinte, ao retornar do Caribe, Colombo tornou a aportar em Gomera, para rever Doña Beatriz. Em maio de 1498, Colombo voltaria a Gomera para se encontrar com a amante. Mas o caso terminou abruptamente quando o almirante soube que, pouco antes, Beatriz mandara enforcar um homem que espalhara o boato de que ela e Colombo tinham um caso. O corpo desse homem ficara exposto na frente do castelo de Doña Beatriz até apodrecer. Mais tarde, ela se casou com D. Alonso de Lugo, capitão da Gran Canária, tido

Em fins de maio de 1500, depois de inúmeros ataques a aldeias localizadas em várias ilhas do Caribe (e quando a esquadra de Cabral já havia deixado Porto Seguro, zarpando em direção à Índia) a frota de Hojeda iniciou seu retorno à Espanha. Levava 232 escravos a bordo – embora a rainha Isabel, convencida da inalienável “liberdade natural” dos nativos, tivesse proibido terminantemente a escravização dos habitantes das terras recém-descobertas.

Pelos curiosos meandros da História, essa viagem de Alonso de Hojeda acabaria estabelecendo uma estreita e peculiar relação com a história do Brasil. Começando pelo fim: em 1854, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), um dos mais profícuos historiadores brasileiros, defendeu a tese (e a ela se manteve fiel até a morte) de que Hojeda fora o primeiro europeu a chegar às terras que hoje pertencem ao Brasil. Tese essa que, na época, teve, como é fácil supor, grande impacto e repercussão nos círculos acadêmicos e no meio intelectual.

De acordo com Varnhagen, um mês após partir das Canárias, Hojeda teria aportado não nas Guianas, mas quase dois mil quilômetros mais ao sul, no delta do rio Assu, no atual Rio Grande do Norte, quase na fronteira com o Ceará, e só então seguido até a Venezuela. Ocorre que Varnhagen foi induzido ao erro pela carta que Américo Vespúcio redigiu em Sevilha, em 18 de julho de 1500, e enviou para Lorenzo di Pierfrancesco de Médici, narrando sua atribulada jornada em companhia de Hojeda (cujo nome não citou uma única vez, dando a entender que ele próprio chefiara a missão). Mas Vespúcio ou mentiu, ou se equivocou nas

como um homem tão cruel quanto ela mesma. A filha de Doña Beatriz se chamava Inés de Pereza e vivia na ilha de Lanzarote, uma das Canárias. Ao saquear a casa dela, Hojeda teria obtido uma fortuna em joias. Esses casos foram narrados por Samuel E. Morison.



Juan de la Cosa, companheiro de Colombo na descoberta da América e cartógrafo que fez o primeiro mapa no qual foi representado um trecho do

medições astronômicas, errando em cerca de dez graus a latitude das terras então visitadas. Sabe-se hoje que a expedição de Hojeda e Vespúcio com certeza não esteve ao sul das Guianas. *litoral do Brasil, então ainda identificado como uma ilha.*

De todo modo, a própria presença de Américo Vespúcio na frota de Hojeda é o segundo ponto em comum entre essa viagem e a história do Brasil. Afinal, menos de um ano após seu retorno à Espanha, Vespúcio passaria a servir o rei de Portugal, partindo para uma nova expedição – quando, então, de fato viria ao Brasil. Por fim, foi também depois de acompanhar Hojeda em 1498 que o piloto e cartógrafo Juan de la Cosa produziu o primeiro mapa a representar a América – e também o primeiro no qual aparece um trecho do litoral brasileiro.

Companheiro de Colombo em suas duas primeiras viagens, em 1492 e 1493, *Juan de la Cosa* foi recrutado, ou se alistou, na expedição de Hojeda. Nascido em Biscaia, na Espanha, em 1460, era um navegador com larga experiência. Na viagem que culminara com o descobrimento da América, em 1492, havia sido o capitão (e, segundo alguns historiadores, era o proprietário) da nau *Santa Maria*, na qual viajou o próprio Colombo e que naufragou no Caribe. Nos documentos relativos à expedição subsequente, realizada já no ano seguinte, 1493, La Cosa surge nos documentos identificado apenas como “mestre na arte de fazer cartas de marear”. E foi justamente com essa qualificação que seu nome acabou se vinculando à história do Brasil.

Com efeito, ao retornar a Sevilha, em maio de 1500, ele começou a fazer o mapa que entraria para a história da cartografia mundial. Em junho, quando a carta já estava sendo desenhada, La Cosa ficou sabendo que uma expedição portuguesa, comandada por Pedro Álvares Cabral, havia descoberto “uma ilha” no Atlântico, mais ou menos a 15° de latitude sul. Tal informação havia chegado à Europa através da caravela de Gaspar de Lemos, que Cabral mandara retornar a Portugal com a notícia do

descobrimento. De imediato, La Cosa tratou de incluir essa suposta “ilha” em sua obra.

No último dia de setembro de 1500, depois de ter deixado o Amazonas e seguido para o Caribe, Vicente Pinzón também retornara à Espanha. Há indícios de que, ao chegar a Sevilha, Pinzón se encontrou com Juan de la Cosa na primeira semana de outubro, quando o mapa já estava quase pronto. Ao final do mês, La Cosa partiria novamente para o mar. Antes de zarpar, porém, teve tempo de acrescentar à sua obra o trecho que representa a costa brasileira, desde o Ceará até o Amapá – trecho esse que lhe fora descrito por Pinzón.

O *mapa de Juan de la Cosa* se tornaria a principal prova de que Pinzón foi o primeiro navegador europeu a desembarcar oficialmente em terras hoje brasileiras, embora, até os estudos pioneiros de Max Justo Guedes (1927-2011), concluídos em 1975, fosse bastante difícil precisar exatamente onde. O próprio mapa tem uma trajetória atribulada: desapareceu no final do século XVI e só foi reencontrado em 1828, quando um diplomata holandês, o barão de Walckenaer, o adquiriu de um antiquário parisiense. Em 1832, Alexander von Humboldt estudou o mapa na própria biblioteca de Walckenaer e divulgou sua existência ao mundo científico. Em 1853, o Museu Naval de Madri conseguiu adquirir a obra de La Cosa e a incorporou ao seu acervo, do qual faz parte até hoje.

A seguir, a reprodução do trabalho feito por Max Justo Guedes, do Serviço Geral de Documentação da Marinha Brasileira, no qual ele justapõe os contornos do mapa de Juan de la Cosa aos contornos de um mapa atualizado do litoral brasileiro. Foi baseado nessa justaposição que Justo Guedes pôde concluir que Vicente Pinzón aportou na ponta de Mucuripe, no Ceará, tornando-se, assim, o primeiro navegador europeu a desembarcar oficialmente no Brasil.



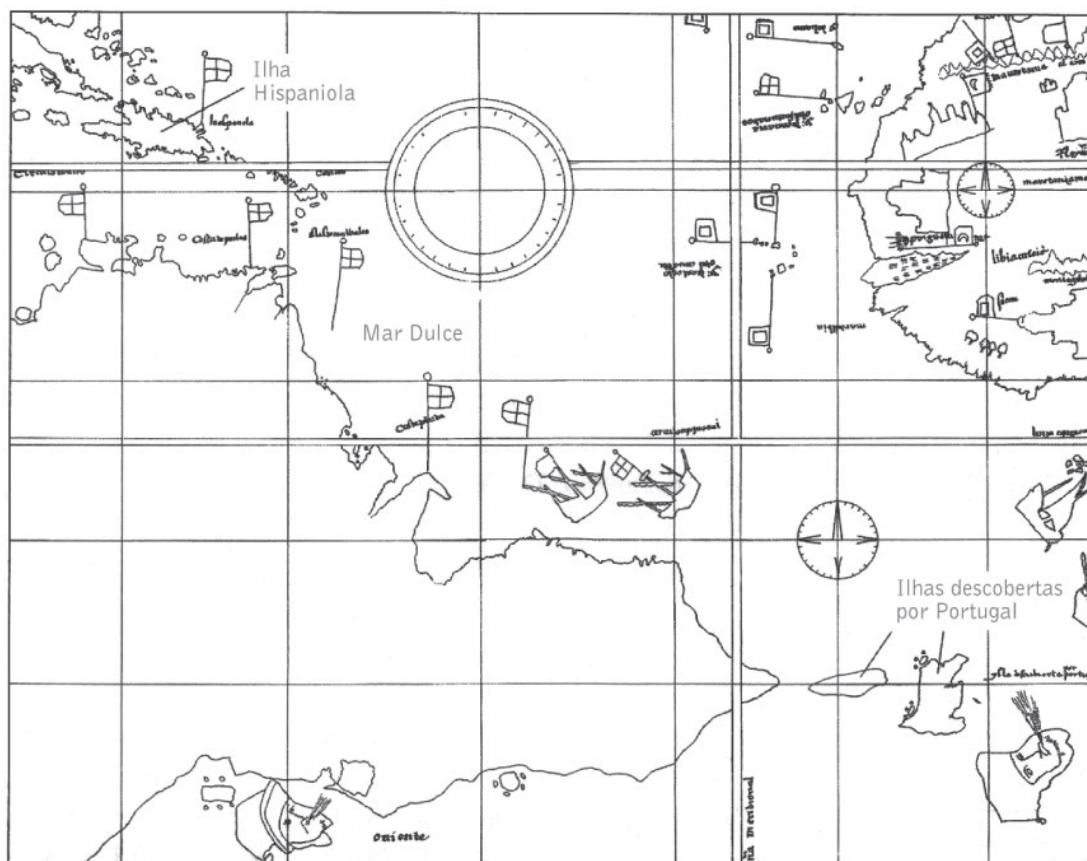
Foi lá, no ano seguinte, que Varnhagen o examinou e concluiu que Alonso de Hojeda estivera no Brasil em junho de 1499, seis meses antes de Pinzón e nove antes de Cabral. Mas seus estudos – que, mais do que no mapa de La Cosa, se fundamentaram no relato feito por Américo Vespúcio – estavam equivocados. Atualmente está provado que Hojeda não esteve em território brasileiro.

ENTRAM EM CENA OS PORTUGUESES

De qualquer forma, tudo isso não foi mais do que um mero prelúdio. Afinal, embora de fato tenham precedido Cabral em cerca de três meses, as expedições de Pinzón e de Diego de Lepe não tiveram, como bem se sabe, consequências práticas para a história do Brasil. Em primeiro lugar, Pinzón e Lepe estavam seguindo a nova rota aberta por Cristóvão Colombo em busca de Cipango e de Catai – e o

A seguir, reprodução parcial do mapa de Juan de la Cosa, o primeiro a representar a América. As bandeiras com uma cruz representam os territórios pertencentes à Espanha e as bandeiras com um quadrado ao centro mostram as possessões portuguesas. As duas pequenas ilhas no meio do Atlântico representam o território avistado por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500.

próprio Colombo (de acordo com Samuel E. Morison, seu mais respeitável biógrafo) só seguiu esse novo caminho graças às informações que lhe dera o rei D. João II, de Portugal.



Além disso, a costa visitada por Pinzón e por Lepe – um litoral baixo e lamacento, percorrido por tribos ferozes e banhado por correntes marítimas contrárias e perigosas – era de tal forma agreste que permaneceria inexplorada até o começo do século XVII, só sendo conquistada, e a muito custo, pelos portugueses Pero de Sousa e Martim Soares Moreno a partir de 1604. E por via terrestre.

E, de todo modo – soubesse ou não o rei D. João II da existência de uma “nova parte do mundo” sobre a qual teria comentado com Colombo –, o certo é que, no segundo semestre de 1497, quando navegava em direção à Índia, Vasco da Gama já pressentira, ele próprio, a existência dessas mesmas terras. Com efeito, no dia 22 de agosto daquele ano, depois de zarpar das ilhas de Cabo Verde, rumo à Índia, Gama e seus homens

avistaram, em pleno mar, aves marinhas voando “muito rijas, como aves que iam para terra”.²⁰ Gama não pôde, nem quis, desviar sua rota para segui-las, mas a aparição foi registrada no seu diário de bordo. Naquele momento, os navegadores portugueses estavam interessados na verdadeira Índia – que eles sabiam que ficava a leste, para além do oceano Atlântico, depois do cabo da Boa Esperança –, e não nas terras que Colombo descobrira a oeste.

Mas, em junho de 1499, logo que Vasco da Gama retornou a Lisboa com a notícia longamente aguardada de que a Índia podia ser alcançada por mar, o rei de Portugal, D. Manoel, sucessor de D. João II, tratou de organizar o envio de uma nova expedição para o fabuloso reino das especiarias. Em sua jornada de ida, essa expedição poderia explorar também a margem ocidental do Atlântico, cuja posse Portugal assegurara desde o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494.

Assim, em 9 de março de 1500, oito meses após o retorno de Gama a Portugal – e enquanto Vicente Pinzón e Diego de Lepe já navegavam pelos limites setentrionais da América do Sul –, uma frota imponente, formada por dez naus e três caravelas, zarpou de Lisboa, com 1.500 homens a bordo. Sob o comando de Pedro Álvares Cabral, essa armada fora incumbida da missão de instalar uma feitoria em Calicute, na costa ocidental da Índia. Lá, deveria obter – pela diplomacia ou pelas armas – o monopólio do comércio de pimenta e canela, que, até então, se mantinha nas mãos de mercadores árabes. Esse era o objetivo primordial da missão comandada por Cabral.

Porém, antes de partir, Cabral manteve vários encontros com Vasco da Gama. O descobridor da Índia redigiu instruções náuticas detalhadas para o futuro descobridor do Brasil. Esse documento – que Cabral levou consigo a bordo – sobreviveu aos séculos e o rascunho dele está preservado na torre do Tombo, em Lisboa.²¹ Seguindo tais indicações, a frota de Cabral zarpou de Lisboa em direção à Índia pela rota que Gama e, antes dele, Bartolomeu Dias, tinham estabelecido.

Depois de 44 dias de viagem, no entardecer de 22 de abril de 1500 –

quando a frota, por motivo nunca plenamente compreendido, se encontrava muito mais a oeste do que o necessário para contornar o cabo da Boa Esperança (a última ponta da África) –, Cabral e seus homens vislumbraram um morro alto e redondo, que batizaram de monte Pascoal. Esse morro fica no sul da Bahia. Foi a descoberta oficial do Brasil pelos portugueses. Os fatos e desdobramentos da jornada de Cabral estão narrados em detalhes no livro *A viagem do descobrimento*, primeiro volume da Coleção Brasilis.

Durante os dez dias seguintes, a frota de Cabral permaneceu ancorada em uma esplêndida enseada tropical, hoje chamada baía Cabrália, uns 20 quilômetros ao norte da atual Porto Seguro, reconhecendo o novo território. Durante esse tempo, manteve pacífica convivência com os nativos. Os indígenas com os quais os homens de Cabral fizeram contato eram os Tupiniquim – tribo tupi com a qual mantiveram um relacionamento bem mais amistoso do que aquele de Pinzón e Lepe com os Potiguar.

No dia 2 de maio, deixando em terra dois degredados (e dois grumetes que desertaram), Cabral partiu para a Índia. Na mesma manhã, a naveta de mantimentos (esvaziada de seu conteúdo) seguiu para Lisboa, sob o comando de Gaspar de Lemos, levando a bordo cerca de 20 cartas (entre as quais a célebre missiva de Pero Vaz de Caminha) nas quais Cabral, seus capitães e os escrivães da armada narravam a descoberta para o rei D. Manoel.

Enquanto a frota de Cabral navegava para o sul (seguindo o litoral possivelmente até a altura de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, antes de guinar para sudeste, em direção ao cabo da Boa Esperança, e daí para a Índia), a



Vasco da Gama, o descobridor do caminho marítimo para as Índias.

naveta de Gaspar de Lemos avançava em direção ao noroeste, acompanhando a costa brasileira provavelmente até o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte – já que este acidente geográfico também aparece no mapa de La Cosa.

Em junho de 1500, a naveta de Lemos aportou em Lisboa. A bordo, além das cartas, de vários papagaios e alguns macacos, de amostras minerais de pouco valor e de toras de pau-brasil, o navio levava um índio (que Lemos provavelmente capturara após ter se separado de Cabral, já que o comandante fora terminantemente contrário ao aprisionamento de nativos). O primeiro indígena brasileiro a desembarcar em Portugal causou espanto na corte. Ele foi “recebido com alegria do Rei e do Reino. Não se cansavam os grandes e pequenos de ver e ouvir o gesto, a falla, os meneos daquelle novo indivíduo da geração humana”, de acordo com o que escreveu o padre Simão de Vasconcelos, em 1658, sem citar suas fontes.²²

D. Manoel e seus assessores atribuíram a descoberta de Cabral a “um milagre” e logo imaginaram que a nova terra seria “mui conveniente e necessária à navegação da Índia”, já que ali Cabral “corrigiu suas naus e tomou água” – embora, “pelo grande caminho que tinha para andar”, não pudesse explorar o território virgem.²³

De fato, tudo parecia indicar que o Brasil seria a escala ideal em meio à longa viagem oceânica até a Índia. Tanto que a frota seguinte que D. Manoel enviou para o Oriente partiu de Portugal com instruções específicas para fazer pouso no Brasil. Essa expedição – a terceira que chegaria a Calicute, após as de Gama e Cabral – zarpou de Lisboa em 10 de março de 1501, um ano e um dia após a partida de Cabral. A viagem foi financiada pelo banqueiro florentino Bartolomeu Marchioni, que vivia em Lisboa e já havia arcado com boa parte das despesas da frota de Cabral. Outro banqueiro florentino, Girolamo Sernige, financiara a viagem de Vasco da Gama em 1497.

Composta por três naus e uma caravela, a terceira frota da Índia era comandada pelo fidalgo João da Nova. Àquela altura, embora já tivesse

sido informado da descoberta do Brasil, o rei D. Manoel ainda não tinha notícia alguma do que sucedera com Cabral – nem mesmo se ele tinha conseguido chegar ao Oriente. Mas, naquele momento, Cabral não apenas chegara à Índia como já havia até iniciado a viagem de retorno. Em abril de 1501 – enquanto os navios de Cabral se preparavam para dobrar o cabo da Boa Esperança, deixando para trás o oceano Índico e voltando a singrar o Atlântico –, João da Nova avistava o cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Depois de Pinzón, Lepe e Cabral, João da Nova se tornava, assim, o quarto navegador europeu a percorrer o Nordeste brasileiro em um período de menos de 15 meses.

Nada se sabe sobre sua permanência no Brasil, que deve ter sido muito breve: apenas o tempo suficiente para reabastecer os navios com água fresca e víveres e limpar os cascos. Nos anos seguintes, porém, os portugueses concluiriam que o Brasil não era tão “conveniente e necessário para a navegação da Índia” quanto o rei e seus assessores de início haviam suposto.

E então, por cerca de 30 anos, aquele vasto território seria virtualmente abandonado pela Coroa portuguesa, sendo arrendado para a iniciativa privada e se tornando uma espécie de imensa fazenda extrativista de pau-brasil.

Iriam se iniciar as três décadas menos documentadas e mais desconhecidas da história do Brasil.



Reprodução seiscentista da nau a bordo da qual João da Nova seguiu para a Índia em março de 1501, fazendo escala no Brasil em abril.

II

VESPÚCIO E O BATISMO DA AMÉRICA

O destino do Brasil começou a ser traçado dois meses após a partida de João da Nova para a Índia, quando D. Manoel armou uma nova expedição com o objetivo único de explorar o território que Cabral avistara um ano antes e averiguar que riquezas ele porventura possuiria. No dia 10 de maio de 1501, uma frota de três caravelas, comandada por Gonçalo Coelho, zarpou de Lisboa em direção ao Brasil. A bordo de um dos navios seguia o florentino Américo Vespúcio – a quem se deve o único relato existente dessa viagem. Vespúcio, que até poucas semanas antes servia aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, de Aragão e Castela, fora recentemente contratado pela Coroa portuguesa, provavelmente por recomendação de seu conterrâneo, o banqueiro Bartolomeu Marchioni.

Amigo de reis, ministros, embaixadores e banqueiros, tendo convivido com os maiores artistas de seu tempo (e da própria história da humanidade) Américo Vespúcio era rico e culto, mas acabaria se revelando também homem presunçoso, muitas vezes arrogante e capaz de sonegar informações relativas às suas viagens, além de ser conivente com falsificações e versões apócrifas de suas cartas, com o objetivo explícito de “obter alguma fama após a morte”.¹ E tal objetivo Vespúcio seria capaz de atingir em proporções muito maiores e impactantes do que ele jamais poderia supor.

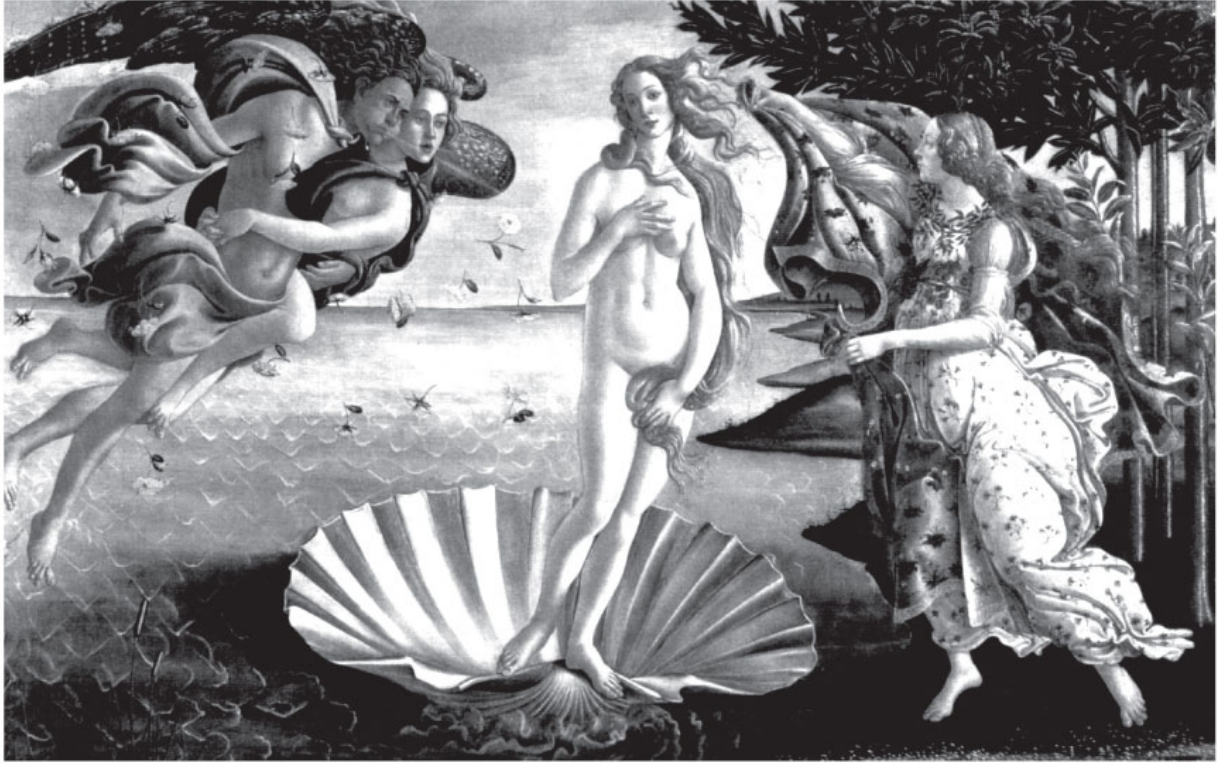
Nascido em Ognissanti, um bairro de Florença, em 9 de março de

1454, Vespúcio era o terceiro filho de Anastácio Vespúcio (Vespucci, em italiano) e Lisa di Mini. Sua família era de classe alta e dela faziam parte um embaixador, um bispo e um banqueiro – todos amigos dos poderosos Médici, a família que levara Florença ao apogeu político e financeiro.

Na infância, Vespúcio estudou no Convento de São Marco, em Florença, sob supervisão direta de seu tio, o frade dominicano Giorgio Antonio Vespúcio. Típico homem do Renascimento, sábio helenista e latinista, frade Giorgio também foi o professor particular de Piero Soderini – nobre que iria se tornar o gonfaloneiro (um dos principais mandatários) da República de Florença e que, desde os bancos da escola, era amigo íntimo de Vespúcio.

Aos 17 anos, em 1471, Américo começou a trabalhar como contador na casa comercial e bancária de Lorenzo di Pierfrancesco de Médici. Embora entre 1478 e 1480 Américo tivesse sido secretário de seu tio, Guidantonio Vespúcio, que era embaixador de Florença em Paris, junto à corte de Luís XII (que Américo conheceu pessoalmente), seu trabalho no banco dos Médici era basicamente burocrático. Em 1491, após 20 anos de serviços tediosos, Vespúcio foi enviado para Sevilha, na Espanha, para ser um dos executivos da empresa dirigida por Juanoto Berardi, sócio dos Médici.

Embora nascido em berço de ouro, Américo Vespúcio seria, de início, conhecido apenas como parente de Simonetta Vespúcio, a belíssima adolescente que serviu de modelo para o quadro O Nascimento de Vênus (a seguir), pintado por Botticelli em 1484. Há indícios de que o próprio Lorenzo de Médici fosse apaixonado por Simonetta.



Foi após sua chegada à Espanha, em 1491, que Vespúcio começou a se tornar um dos personagens mais controversos da história dos descobrimentos. Ele tinha quase 40 anos de idade. Seu novo patrão, o banqueiro e armador Juanoto Berardi, era um dos principais financiadores das viagens marítimas patrocinadas pelos Reis Católicos. Berardi possivelmente foi o responsável pela armação da esquadra com a qual Colombo descobriu a América em 1492. No ano seguinte, se tornou agente e procurador dos negócios de Colombo junto à corte espanhola.

Foi nessa condição que, em abril de 1495, Berardi se comprometeu a entregar aos reis Fernando e Isabel 12 navios – entre os quais a nau e as duas caravelas com as quais Cristóvão Colombo faria sua terceira viagem ao Novo Mundo, prevista para o início de 1497. Mas Berardi morreu em dezembro de 1495, e a pesada responsabilidade de entregar uma dúzia de embarcações recaiu sobre Vespúcio. Só no início de 1498 Américo conseguiu aprontar os navios – tornando-se, dessa forma, amigo de Colombo.

Em maio de 1498, Cristóvão Colombo partiu da Espanha e, dois meses

depois, chegou pela primeira vez à América do Sul. Um ano depois, o próprio Vespúcio decidiu se fazer ao mar. Numa carta posterior, ele iria revelar que estava cansado de notas cambiais e de trâmites burocráticos. Aos 45 anos, achava que novos ares e um pouco de aventura lhe fariam bem. Por isso, embarcou na frota comandada pelo truculento Alonso de Hojeda e zarpou de Cádiz em 18 de maio de 1499. Daquele dia em diante, novos ares e aventura não mais lhe fariam falta.

Aparentemente, Vespúcio horrorizou-se com a brutalidade de Hojeda e decidiu se separar da expedição. Desembarcou na ilha Hispaniola (hoje Haiti/Santo Domingo), no Caribe, após ter visitado o golfo de Pária e o litoral da Venezuela. A bordo de outro navio, retornou à Espanha, aonde chegou nos primeiros dias de junho de 1500, antecipando-se em um mês ao retorno de Hojeda.

No dia 18 de julho de 1500, em Sevilha, Vespúcio redigiu uma carta de 15 páginas endereçada a seu patrão, Lorenzo de Médici. Nela, narrou minuciosamente sua viagem, omitindo o nome de Hojeda e se auto-intitulando o comandante da expedição. Era a primeira das várias cartas e dos muitos exageros que, em breve, fariam a fama de Vespúcio.²

Em fins de 1500, uma cópia dessa correspondência parece ter chegado ao rei D.



Simonetta Vespúcio foi eleita “Rainha da Beleza” de Florença em 1471. Ela morreu de tuberculose em 1476, aos 23 anos. O pintor Piero de Cosimo a retratou, de memória, anos depois, e pôs uma serpente em seu pescoço para simbolizar a doença que a vitimara (acima). Na mesma época, outro pintor, Domenico Ghirlandaio, retratou Vespúcio (abaixo) como figurante do quadro Madonna della Misericordia. Este é o único retrato autêntico de Vespúcio.



Manoel, de Portugal, talvez por intermédio do banqueiro Bartolomeu Marchioni. Em janeiro de 1501, D. Manoel enviou a Sevilha o florentino Giuliano del Giocondo, funcionário graduado de Marchioni, com a missão de contratar Vespúcio.

É provável que o orgulhoso D. Manoel estivesse tão interessado em requisitar os serviços de Vespúcio pelo fato de que, naquele momento, havia grande carência de navegadores experientes em Portugal. Quase todos se encontravam envolvidos em outras missões: Cabral ainda estava em alto-mar, retornando da Índia, para onde João da Nova acabara de zarpar. Dali a poucos dias, Gaspar Corte Real partiria outra vez em direção à América do Norte, deixando Lisboa em 20 de maio de 1501 para seguir a mesma rota que, um ano antes, já o levava ao litoral do Canadá. Vasco da Gama – condecorado como Almirante das Índias – se preparava para retornar ao Oriente, chefiando a chamada “Esquadra da Vingança”, que iria zarpar de Lisboa em 15 de fevereiro de 1502. E o grande Bartolomeu Dias, que em 1488 fora o primeiro navegador a dobrar o cabo da Boa Esperança, estava morto – embora disso D. Manoel ainda não tivesse conhecimento.

Américo Vespúcio chegou a Lisboa em fevereiro de 1501. Manteve um breve contato com o rei D. Manoel e, na segunda semana de maio, partiu para o Brasil. Essa viagem não só eternizaria seu nome como iria provocar uma grande revolução nos conceitos geográficos da Europa.

INTERLÚDIO EM BEZEGUICHE

Com Vespúcio a bordo – provavelmente como cosmógrafo ou, talvez, como piloto – a esquadra comandada por Gonçalo Coelho zarpou rumo às Canárias. Dali, seguiu em direção à baía de Bezeguiche (hoje Dacar), em frente ao arquipélago de Cabo Verde, na África, aonde chegou no dia 2 de junho. Lá, a frota deparou com o navio de Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias, que, um ano antes, se desgarrara da armada de Cabral, fora parar na Etiópia e agora estava retornando para Portugal com apenas seis homens a bordo. No dia seguinte, por uma extraordinária

coincidência, também chegavam àquele mesmo porto africano, vindos de Calicute, dois navios da esquadra de Cabral. Durante 13 dias, as tripulações desses seis navios portugueses permaneceram em Bezeguiche, no Senegal. Os homens de Cabral e de Diogo Dias descansavam das fadigas do mar, enquanto os de Gonçalo Coelho abasteciam os navios de água e lenha para a viagem ao Brasil. Ao longo de duas semanas, os capitães puderam trocar muitas informações.

As notícias que compartilharam lhes deram a certeza de que as terras descobertas na margem oeste do Atlântico deviam fazer parte de um continente. Afinal, em abril de 1500, ao mesmo tempo que Cabral descobria o território que hoje constitui o Brasil, Gaspar Corte Real percorrera as vastidões geladas do Canadá. Pouco antes disso, em companhia de Hojeda, Américo Vespúcio estivera nas Guianas, na Venezuela e no Caribe. Não restavam dúvidas de que aquela vasta extensão de terra – que se prolongava desde 45° de latitude norte até pelo menos 15° de latitude sul – deveria estar interligada. Começou a nascer o conceito de um Novo Mundo: as terras que Colombo fora o primeiro a vislumbrar em 1492 não eram a Ásia, mas um novo e desconhecido continente (*veja boxe lateral adiante*).

Para Vespúcio, porém, mais importante do que essa nova visão da geografia planetária – da qual ele se aproveitaria amplamente – foi o fato de que, durante aqueles dias memoráveis em Bezeguiche, ele pôde obter também informações detalhadas sobre a Índia e seu rico comércio de especiarias. Embora agora trabalhasse para o rei D. Manoel, Vespúcio se mantinha extremamente leal ao seu patrão original, Lorenzo de Médici. E nada interessava mais aos Médici e a Florença do que o comércio de pimenta e canela – cujo monopólio estava nas mãos de Veneza, eterna rival e única república europeia que podia negociar diretamente com os turcos de Constantinopla (obtendo, assim, lucros extraordinários com a distribuição das especiarias para o resto da Europa). Fora justamente esse o motivo que levara os banqueiros florentinos e genoveses a financiar as expedições ultramarinas dos portugueses, cujo objetivo era atingir a Índia

por mar e furar o bloqueio estabelecido pela aliança entre turcos e venezianos.

Vespúcio obteve informações preciosas não da boca dos capitães portugueses, mas através de um dos mais intrigantes personagens da história dos descobrimentos: Gaspar da Gama, também conhecido como Gaspar da Índia. Judeu polonês de caráter errante, Gaspar vivera por anos em Alexandria, no Egito, tendo chegado à Índia por volta de 1470. Em setembro de 1498, ao visitar um dos navios de Vasco da Gama – quando eles estavam ancorados na ilha de Angediva, próxima a Calicute –, foi considerado um espião a serviço dos mercadores árabes e acabou capturado pelos portugueses. Levado para Lisboa, converteu-se ao cristianismo, adotou o sobrenome de seu poderoso padrinho de batismo e passou a circular com desenvoltura pela corte de D. Manoel. Em março de 1500, embarcou como intérprete na frota de Cabral – com o qual estava, agora, retornando da Índia.

Depois de longas conversações com Gaspar da Gama, Vespúcio escreveu uma carta de cerca de dez páginas para Lorenzo de Médici. Datou-a em 14 de junho de 1501 e, por um dos navios da frota de Cabral, a enviou para Portugal, de onde ela foi remetida para Florença. No dia seguinte, 15 de junho, enquanto Cabral zarpava para Lisboa, a frota de Gonçalo Coelho partia para o Brasil.³

A Quarta Parte do Mundo

Foi o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) o primeiro a perceber as extraordinárias repercussões do encontro entre Vespúcio e a frota de Cabral em Bezequiche. Em 1900, em seu admirável livro O descobrimento do Brasil pelos portugueses, Capistrano dedicou um capítulo inteiro a esse encontro e às suas consequências. De acordo com o historiador cearense, foi graças às informações obtidas em Bezequiche que Vespúcio pôde concluir que as novas terras descobertas por Colombo não eram a Ásia, mas sim parte de um continente. Foi por isso que, ao retornar à Europa, Américo Vespúcio lançou a tese de que estivera em um “novo mundo”.

A PRIMEIRA EXPLORAÇÃO OFICIAL DO BRASIL

Por mais de dois meses, os navios de Gonçalo Coelho enfrentaram primeiro as enervantes calmarias equatoriais do Atlântico e, depois, “o

pior tempo que jamais um viajante experimentou, com muitos aguaceiros, turbilhões e tempestades”.⁴ A tormenta durou mais de dez dias. Então, a 17 de agosto de 1501, quando comida, lenha e água começavam a escassear, a expedição avistou terra. A frota levava 67 dias para fazer o mesmo trajeto que, um ano e meio antes, Pinzón percorrera em apenas 13.

Apesar de Vespúcio afirmar que as três caravelas ancoraram num lugar localizado a 5° de latitude sul – o que remete à foz do rio Mossoró, na praia de Areias Alvas, quase na divisa entre Rio Grande do Norte e Ceará –, o local mais provável do desembarque parece ter sido a praia dos Marcos, no Rio Grande do Norte, cerca de 150 quilômetros ao sul de Areias Alvas.⁵

Ao desembarcar nessa praia de ondas fortes e areia fofa, os portugueses não viram ninguém. Mas, na manhã do dia seguinte, enquanto os marinheiros enchiam os tonéis de água fresca, colhiam palmitos e cortavam lenha, um grupo de indígenas surgiu no alto de um pequeno morro, próximo à praia. Embora os marujos lhes oferecessem guizos e espelhos, os nativos se recusaram a manter qualquer contato – exatamente como haviam feito os Potiguar encontrados por Pinzón. No dia 19 de agosto, dois marinheiros obtiveram permissão para descer a terra, penetrar na mata e negociar com os nativos. Gonçalo Coelho se comprometeu a aguardá-los durante cinco dias.

Seis dias se passaram e nenhum dos homens retornou aos navios. Então, na manhã de 24 de agosto – quando a frota já se encontrava ancorada havia uma semana – a praia se encheu de mulheres. Gonçalo Coelho enviou a terra dois batéis com alguns homens a bordo. Um grumete desembarcou e foi logo cercado pelas nativas, que “o apalpavam e o examinavam com grande curiosidade”. Quando ele estava no meio delas, uma mulher desceu do monte com um tacape nas mãos, aproximou-se do jovem marinheiro e, pelas costas, lhe desferiu um golpe na nuca.

“Então”, diz Vespúcio, “as outras mulheres imediatamente o arrastaram pelos pés para o monte, ao mesmo tempo que os homens, que

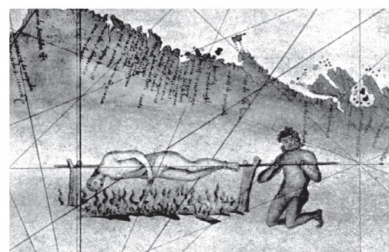
Embora várias incorreções geográficas e alguns exageros tenham sido encontrados nas

estavam escondidos, se precipitavam para a praia armados de arcos, crivando-nos de setas, pondo em tal confusão a nossa gente, que estava com os batéis encalhados na areia, que ninguém acertava lançar mão das armas, devido às flechas que choviam sobre os barcos. Disparamos quatro tiros de bombarda, que não acertaram, mas cujo estrondo os fez fugir para o monte, onde já estavam as mulheres despedaçando o cristão e, enquanto o assavam numa grande fogueira, mostravam-nos seus membros decepados, devorando-os, enquanto os homens faziam sinais, dando a entender que tinham morto e devorado os outros dois cristãos.”

Esse trecho – incluído na famosa *Lettera* que Vespúcio escreveria em Lisboa em 4 de setembro de 1504, enviando-a para seu amigo de infância Piero Soderini, um dos principais mandatários de Florença – se constituiria na primeira descrição da *antropofagia* dos nativos da América na qual a vítima era um europeu. Como é fácil supor, a narrativa causou profundo impacto na Europa e transformou a carta num grande sucesso editorial.

Apesar da indignação de seus subordinados – entre eles Vespúcio –, Gonçalo Coelho não permitiu retaliações aos indígenas e determinou que a frota zarpasse imediatamente, dando continuidade à exploração da costa em direção ao sul. Com o calendário litúrgico nas mãos, a expedição foi batizando todos os acidentes geográficos do litoral brasileiro pelos quais cruzou. O primeiro deles foi o cabo de Santo Agostinho, próximo ao Recife, avistado em 28 de agosto, dia consagrado a esse santo. Em 4 de outubro de 1501, a expedição chegou à foz de um grande rio, que, pelo

cartas de Vespúcio, o episódio do “banquete antropofágico”, do qual foi vítima um dos marinheiros de seu navio, foi, ao que tudo indica, verídico. Afinal, o caso serviu para ilustrar o mapa conhecido como Kunstman II, feito em 1503 (ou início de 1504). Como a carta na qual Vespúcio descreve o episódio só foi escrita em agosto de 1504, o mapa não pode ter se baseado nas informações de Vespúcio. Para fazer a gravura reproduzida abaixo, o cartógrafo anônimo que desenhou o mapa deve ter sido informado da morte e deglutição do marujo por outro membro da expedição – o que é uma garantia a mais da veracidade do caso.



mesmo motivo, batizou de São Francisco. Ali, na atual fronteira entre os estados de Sergipe e Alagoas, os navios teriam permanecido ancorados por quase um mês, sem que até hoje se possa saber o motivo de uma parada tão longa.

Deixando o São Francisco para trás em fins de outubro, em companhia de três indígenas que decidiram juntar-se à expedição, a frota de Gonçalo Coelho chegou, em 1º de novembro de 1501, à baía que batizou de Todos os Santos. Lá, os marinheiros estabeleceram relações amistosas com os nativos. O próprio Vespúcio diria mais tarde, em uma de suas cartas, que, durante essa estadia, havia “comido e dormido durante 27 dias” com “os naturais da terra”. Antes de partir, os portugueses compraram dez cativos que os nativos estavam se preparando para matar e comer em ritual antropofágico. Na volta à Europa, os venderam como escravos.

A próxima parada da frota foi na baía Cabrália, próxima a Porto Seguro, onde, um ano e oito meses antes, o Brasil fora avistado pela primeira vez pelos portugueses. Na praia, assinalada com uma cruz, Gonçalo Coelho recolheu os dois degredados que haviam sido deixados por Cabral. Durante quase dois anos, os Tupiniquim os haviam tratado como hóspedes. De um desses homens, *Afonso Ribeiro*, Vespúcio iria obter uma descrição detalhada da vida cotidiana e dos hábitos dos nativos do Brasil. Tal depoimento, somado à sua experiência pessoal, lhe serviria de base para a redação de duas cartas.

O Juramento do Degredado

Ao retornar a Portugal, a bordo de um dos navios da expedição de Gonçalo Coelho, Afonso Ribeiro e o outro degredado (cujo nome se desconhece) prestaram um depoimento juramentado perante o tabelião Valentim Fernandes. O documento, conhecido como Ato Notarial de Valentim Fernandes, datado de 20 de maio de 1503, guarda várias semelhanças com a carta Mundus Novus, que Vespúcio redigiria mais tarde, o que permite supor que o florentino também se baseou no depoimento de Ribeiro para fazer sua vívida descrição dos costumes dos indígenas do Brasil, embora ele próprio assegure ter vivido 27 dias entre eles. De todo modo, Vespúcio raramente citava suas fontes.

Valentim Fernandes, alemão da Morávia, era autor, editor, impressor, tradutor e tabelião público que vivia em Lisboa e fora escudeiro da rainha D. Leonor, mulher do rei D. João II e irmã do rei D. Manoel. O documento original redigido por Fernandes se perdeu e só ficou conhecido a partir da

Em Porto Seguro, naquele início de dezembro, a frota de Gonçalo Coelho também recolheu toras de pau-brasil – a árvore que, em breve, iria definir o nome e o futuro daquele território. Seguindo sua jornada para o sul, as três caravelas chegaram a um local esplendoroso no primeiro dia de 1502. Era uma ampla “boca de mar”, cercada de vastas montanhas recobertas de mata luxuriante. Julgando se tratar da foz de um rio, os exploradores batizaram o lugar com o nome de Rio de Janeiro. Um ano mais tarde, em sua segunda viagem ao Brasil, Vespúcio voltaria ao local – que os nativos chamavam de Guanabara – e ficou tão extasiado com sua beleza quanto da primeira vez.

*cópia feita em 1504 pelo
clérigo alemão Libero
Wigenhoist, que vivia em
Colônia.*

Santos Nomes

Quem primeiro propôs a tese de que a expedição de Gonçalo Coelho batizou os acidentes geográficos com o nome do santo do dia foi Francisco de Varnhagen, em 1854. Alguns historiadores discordam dessa teoria, que só seria factível se os navios de Coelho tivessem permanecido ancorados por um mês na foz do rio São Francisco – sem motivo aparente para pausa tão longa. De todo modo, nenhum desses historiadores propôs uma explicação mais engenhosa para justificar a nomenclatura da costa. Quanto à origem do nome “Cananeia”, a tese mais provável é a de que algum integrante da expedição de Gonçalo Coelho tivesse acompanhado Vasco da Gama à Índia em 1498 e, julgando que a ilha, avistada em 27 de

Cinco dias depois de avistar o Rio de Janeiro, a frota ancorou em outra bela enseada. Como 6 de janeiro é dia de Reis, batizou-a de Angra dos Reis, nome que até hoje se mantém. Os dias estavam quentes, o mar tranquilo e chuvas eventuais refrescavam os homens e realçavam os perfumes exalados pela mata. “Algumas vezes me extasiei com os odores das árvores e das flores e com os sabores dessas frutas e raízes, tanto que pensava comigo estar perto do Paraíso Terrestre”, escreveu Vespúcio. “E o que direi da quantidade de pássaros, das cores das suas plumagens e cantos, quantos são e de quanta beleza? Não quero me estender nisto, pois duvido que me deem crédito.”⁶

Em fins de janeiro, as caravelas entraram em uma baía ao fundo da qual existia uma ilha, baixa e recoberta por mata muito fechada. Por motivo ainda desconhecido, tal ilha foi chamada

janeiro de 1502, no litoral sul de São Paulo, era de tal forma semelhante à região de Cananor (próxima a Calicute, na Índia), sugeriu que ela fosse batizada com nome que fizesse referência a essa similaridade. Outra tese é de que Cananeia só teria sido batizada por Martim Afonso de Sousa em 1531, em homenagem à índia Caniné, uma nativa que se tornara concubina do grande capitão.

de Cananeia, rompendo com o esquema de batizar os acidentes geográficos com o *nome dos dias santos*. Durante essa passagem por Cananeia no verão de 1502, Gonçalo Coelho teria abandonado ali o mais enigmático degredado da história do Brasil: o homem que, 25 anos mais tarde, ao ser encontrado pela expedição do espanhol Diego Garcia, passaria a ser conhecido como o Bacharel de Cananeia (e cuja vida atribulada será narrada mais adiante, no capítulo V).

Cananeia, localizada no litoral sul de São Paulo, iria se tornar um dos locais mais importantes do Brasil na primeira metade do século XVI, e não apenas por causa da presença do Bacharel. Afinal, era exatamente ali que passava a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas – embora isso os portugueses ainda não soubessem.

Mas, com certeza, os integrantes da expedição de Gonçalo Coelho já tinham notado que, a partir de Cabo Frio (uns 200 quilômetros ao norte da cidade do Rio de Janeiro), a costa brasileira começava a se inclinar nitidamente para sudoeste. Esse recuo em direção ao poente deve ter sido observado com preocupação, pois deixava claro que – de acordo com as estipulações de Tordesilhas – aquele vasto território não estaria dentro das possessões da Coroa lusa, mas na zona pertencente à Espanha.

Ao zarpar de Cananeia, em 15 de fevereiro de 1502, com água, mantimentos e lenha suficientes para seis meses de navegação, Gonçalo Coelho e seus comandados pareciam estar conscientes desse fato. Tanto é que, embora seguisse navegando para o sul, a frota foi se afastando do litoral, guinando para leste – em direção à África. Mas a rota seguida a partir de então continua sendo um mistério. Segundo Vespúcio, ao distanciar-se da costa, as caravelas navegaram para sudeste por 49 dias, percorrendo mais de cinco mil quilômetros em alto-mar, sem avistar terra.

Então, a 3 de abril de 1502, despencou uma terrível tempestade austral.

Os marinheiros tiveram que arriar rapidamente todas as velas. Com os mastros nus, as caravelas balançaram sobre vagalhões funestos durante 72 intermináveis horas. Os ventos eram gélidos e as noites, muito longas. Segundo Vespúcio, em 6 de abril a escuridão perdurou por 15 horas. A essa altura, a frota estava em meio ao oceano Atlântico, a 53° de latitude sul – equivalente à localização da atual cidade de Punta Arenas, na Patagônia chilena, nos confins do continente americano.

Na manhã de 7 de abril, em meio a um nevoeiro denso, a expedição julgou ter visto terra. “Era uma costa brava”, escreveu Vespúcio, “e nela não avistamos porto nem gente. Mas era tanto o frio que ninguém da frota o podia remediar nem suportá-lo, de modo que, vendo-nos em tanto perigo e tormenta que não enxergavam os navios uns aos outros, pelo grande mar que fazia e pela grande cerração, decidimos partir sem demora a caminho de Portugal.”



No mapa acima, as rotas das duas viagens de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio ao Brasil.

Não se sabe que terra é essa que Vespúcio disse ter avistado. Alguns historiadores supõem que fossem as ilhas Geórgias do Sul, que ficam a 54° de latitude sul, uns mil quilômetros a leste das Malvinas. O mais provável, porém, é que Vespúcio e seus homens tenham avistado apenas um iceberg. De fato, naquelas latitudes flutuam imensos blocos de gelo, em cima dos quais pousam albatrozes e gaivotas, ressaltando a impressão de que se trata de ilhas.

De todo modo, a esquadra logo guinou para nordeste. Depois de navegar por pouco mais de um mês, os navios chegaram a Serra Leoa, na costa ocidental da África, no dia 10 de maio de 1502 – um ano exato após a partida de Lisboa. Depois de 15 dias nesse porto africano – onde uma das caravelas, infestada pelo caruncho (inseto similar ao cupim), foi queimada –, os dois navios restantes partiram para os Açores. No dia 22 de julho de 1502, a primeira expedição enviada ao Brasil enfim entrava no porto de Lisboa. Depois de 14 meses de viagem, as notícias que ela trazia eram decepcionantes: na terra descoberta por Cabral, nem ouro nem especiarias haviam sido encontrados. A Coroa logo encontraria uma outra maneira de explorar aquele vasto território ocidental.



Acima, a reprodução da folha de rosto da primeira edição francesa da carta *Mundus Novus*, publicada em latim, em Paris, em 1506, pelo editor Jean Lambert.

A FARSA DE *MUNDUS NOVUS*

No início de agosto de 1502, uns dez dias após ter desembarcado em Lisboa, Américo Vespúcio tornou a escrever para Lorenzo de Médici narrando os acontecimentos relativos à viagem que fizera sob o comando de Gonçalo Coelho (cujo nome, como de hábito, não citou uma única vez). A carta, de apenas cinco páginas, estava repleta de insinuações sobre a

natureza paradisíaca das terras recém-visitadas e fazia uma descrição vivaz, mas comedida, dos espantosos costumes de seus habitantes nativos. Fluente e elegante, a narrativa há de ter entretido o refinado padrão de Vespúcio. Depois de circular entre os Médici, a carta foi arquivada no *Códice Stroziano*, na biblioteca de Florença, e lá permaneceu esquecida por quase três séculos.⁷

Em agosto de 1504, porém, um dos primeiros grandes sucessos da história da literatura começou a ser vendido nas feiras e praças de Augsburgo, na Alemanha – e, logo a seguir, nos mercados e nas portas das igrejas de Paris e de Amsterdã, de Roma, de Sevilha e até de Praga. Era um panfleto de 15 páginas, escrito em latim, incrementado por algumas ilustrações e com um título bastante sugestivo: *Mundus Novus*. Seu autor chamava-se Américo Vespúcio. A narrativa vinha em forma de carta e seu destinatário era Lorenzo di Pierfrancesco de Médici.

O texto de *Mundus Novus* se concentrava nos aspectos mais sensacionalistas da viagem de Vespúcio. A vida sexual dos indígenas era narrada com profusão de detalhes libidinosos; os rituais tétricos do banquete antropofágico vinham descritos com perturbadora minúcia. Em cada parágrafo havia a evidente preocupação de ressaltar a exuberância daquela parte do mundo, a estranheza de seus animais, o tamanho descomunal de suas árvores, a lascívia e a crueldade de seus habitantes humanos.

A ilustração a seguir é a primeira gravura produzida na Europa para representar os indígenas do Brasil. Trata-se de uma xilogravura feita pelo gravador alemão Johann Froschauer para ilustrar a primeira edição da carta Mundus Novus, publicada em Augsburgo em 1504. A imagem pertence ao arquivo da Biblioteca Pública de Nova York. Ao mostrar pedaços de corpos humanos pendurados em uma árvore e um nativo devorando o braço de uma vítima, essa imagem causou profundo impacto na Europa. Ao fundo, veem-se dois navios dos viajantes portugueses.



O grande interesse que a recente descoberta das novas terras despertava na Europa somado ao tom escandaloso da narrativa transformaram *Mundus Novus* num sucesso editorial instantâneo. Só no ano de seu lançamento, a carta atribuída a Vespúcio teve 12 edições consecutivas, totalizando cerca de quatro mil exemplares vendidos – números impressionantes para o século XVI. Antes do fim de 1505, o livro já havia sido traduzido para o alemão, o francês, o italiano, o holandês, o espanhol e o tcheco. Cada edição era enriquecida por novas ilustrações encomendadas pelos editores. As primeiras imagens da América publicadas na Europa foram as *gravuras* feitas para estimular a vendagem do panfleto assinado por Vespúcio.

E, no entanto, *Mundus Novus* era uma falsificação feita a partir da carta escrita em Lisboa, em agosto de 1502. A mera comparação entre a narrativa original e o livreto posto à venda em toda a Europa deixa claro que *Mundus Novus* era uma versão exagerada da carta sóbria e acurada que

Vespúcio enviara para Lorenzo de Médici. Escrita em latim vulgar, repleta de contradições geográficas e de erros náuticos primários, *Mundus Novus* fora publicada com o objetivo de atingir um público interessado em obter informações sobre um mundo misterioso e até então desconhecido. Um novo mundo.

Até que ponto Vespúcio esteve diretamente envolvido com a fraude é uma questão que jamais foi e provavelmente nunca será elucidada. Mas, como ele estava vivo durante o auge do sucesso do livreto, pode-se supor que tenha sido no mínimo omissor, se não de todo conivente, com os exageros publicados em seu nome – os quais jamais desmentiu. Como foi justamente a partir do sucesso de *Mundus Novus* que o nome de Vespúcio começou a se tornar conhecido em toda a Europa letrada, é pouco provável que os exageros lhe tenham desagradado.

Ainda assim, apesar de *Mundus Novus* ter ajudado a propagar a ideia de que as terras descobertas por Colombo não eram parte da Ásia, mas um novo continente, não foi essa a carta que acabou fazendo com que o “Novo Mundo” fosse batizado com o nome de Américo Vespúcio. Dois anos e uma nova viagem ao Brasil ainda seriam necessários antes que Vespúcio atingisse plenamente seu objetivo de “obter alguma fama após a morte”.⁸

O NOVO MUNDO GANHA UM NOVO NOME

De fato, no dia 10 de junho de 1503, 11 meses depois de ter retornado a Portugal, Américo Vespúcio voltou a partir para o Brasil – e outra vez em companhia de Gonçalo Coelho, o comandante com o qual ele havia rompido. A frota era formada por seis caravelas e levava como pilotos João Lopes Carvalho e João de Lisboa, homens que, mais tarde, iriam desempenhar, como se verá, papel importante na história do Brasil. Zarpando de Lisboa, os seis navios seguiram direto para Santiago, uma das ilhas de Cabo Verde, escala normal de quase todas as expedições.

Dali, por determinação de Gonçalo Coelho, a frota navegou para sudeste, em direção a Serra Leoa, para escapar das calmarias equatoriais

do Atlântico (nas quais, um ano antes, a expedição anterior ficara retida por quase dois meses). Embora duramente criticada por Vespúcio, a tática deu certo, pois no dia 10 de agosto de 1503, menos de um mês depois de zarpar de Serra Leoa rumo ao Brasil, os navios depararam com uma ilha, “coisa de grande altura no meio do mar, verdadeira maravilha da natureza”.⁹ Tal ilha foi então batizada de São Lourenço. No ano seguinte, porém, passaria a ser chamada de Fernando de Noronha – em homenagem ao chefe do consórcio que havia arrendado o Brasil, obtendo o monopólio do comércio de pau-brasil, e que havia financiado a expedição.

Ao se aproximar da ilha, o *navio de Gonçalo Coelho* teria se chocado contra um banco de recifes e encalhado, de acordo com Vespúcio. A tripulação se salvou, mas a caravela não. Então, após transferir cerca de 20 sobreviventes para o navio onde estava Vespúcio (do qual ele próprio seria o capitão) Coelho ordenou que Américo fosse procurar um “bom porto” na ilha – onde, mais tarde, a frota deveria se reencontrar, assim que Coelho tivesse recuperado o que ainda fosse possível salvar do navio.

Por uma semana Vespúcio garante ter permanecido ancorado sozinho em Fernando de Noronha – que ele descreveu como sendo “farta de água fresca e doce, com infinitas árvores, cheia de aves marinhas e terrestres, inumeráveis e tão familiares que se deixavam sem medo apanhar à mão, com duas léguas (aproximadamente 12 quilômetros) de comprimento e uma (6 quilômetros) de largura, em que efetivamente nenhum homem estivera ou habitara”.¹⁰ Só no oitavo dia uma das caravelas da frota chegou ao porto que Vespúcio

O Naufrágio

Em 1987 as sociedades privadas Una Cultural, presidida pelo historiador e arqueólogo Márcio Werneck da Cunha, e Águas Claras Produções Submarinas, presidida pelo mergulhador Randal Fonseca, se associaram para iniciar as pesquisas subaquáticas em busca dos vestígios da caravela de Gonçalo Coelho, que naufragou nas proximidades da ilha de Fernando de Noronha no dia 10 de agosto de 1503. Em 1992, o então presidente Fernando Collor se interessou pelo projeto e os pesquisadores obtiveram licença do Ibama e do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural para vasculharem as profundezas marinhas em busca dos vestígios do mais antigo naufrágio de navio europeu ocorrido em território brasileiro. De acordo com as investigações de Werneck e

encontrara – e ainda assim apenas para informar que Gonçalo Coelho e os outros três navios já haviam zarpado em direção ao litoral do Brasil.

Vespúcio diz ter partido então no mesmo rumo, indignado por ter sido deixado para trás e sentindo-se ludibriado pelo capitão-mor. Quatro dias mais tarde, chegou ao cabo de Santo Agostinho, na atual costa de Pernambuco. Dali, seguiu costeando o litoral até entrar, 17 dias mais tarde, na baía de Todos os Santos, que ele e Gonçalo Coelho haviam descoberto um ano antes e onde, supostamente, toda a frota deveria se reencontrar. “Mas esperamos ali bem dois meses e quatro dias e nada aconteceu”, relatou Vespúcio.

Então, julgando que os demais navios haviam se perdido “pela soberba e loucura de nosso capitão”, o florentino decidiu assumir o comando da expedição e dar continuidade à missão da qual ela fora incumbida, “porque a ordem que recebêramos do rei era seguir o rumo da navegação precedente, qualquer que fosse o perigo que houvesse”. Assim, em fins de novembro de 1503, as duas caravelas zarparam para o sul, navegando cerca de 260 léguas, ou aproximadamente 1.600 quilômetros.

Em maio de 1504 chegaram a Cabo Frio, no atual estado do Rio de Janeiro.

Ali a expedição permaneceu durante cinco meses, “erguendo uma fortaleza e carregando os navios com pau-brasil”.¹¹ Apesar de Vespúcio ter usado o termo “fortaleza”, tratava-se apenas de uma *feitoria*: simples paliçada erguida em torno de um casebre e de algumas roças. Foi o primeiro estabelecimento lusitano no Brasil – um posto avançado da civilização europeia em meio à floresta tropical. Segundo o relato de

Fonseca, o naufrágio teria ocorrido nas cercanias dos recifes atualmente chamados de Espigões, próximos à ilha dos Sinos (abaixo). Uma camada de dez metros de calcário deve recobrir o que restou do navio.



A Feitoria

A imagem abaixo, feita pelo ilustrador Belmonte em 1954, representa as primeiras feitorias erguidas pelos portugueses no Brasil. Eram estabelecimentos bastante simples, cercados por uma paliçada de madeira. Em 1986 os historiadores Márcio Werneck da Cunha e

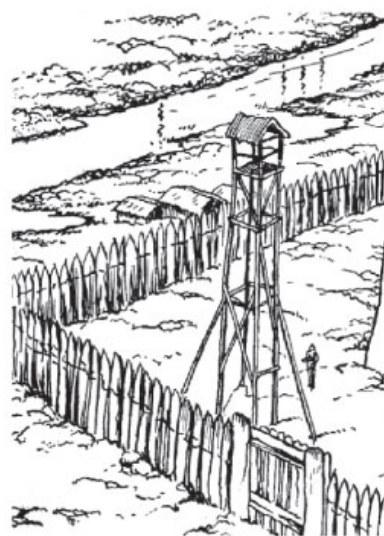
Vespúcio, 24 homens foram deixados ali, presumivelmente os integrantes da caravela de Gonçalo Coelho que Vespúcio recolhera em Fernando de Noronha. Com eles ficaram 12 bombardas e mantimentos para seis meses.

É possível que, no período em que Vespúcio estava em Cabo Frio, seu desafeto, Gonçalo Coelho, estivesse poucos quilômetros mais ao sul, fundeado na baía de Guanabara. Lá, o comandante da frota também teria decidido construir uma feitoria, já que, a partir de 1504, a expressão “carioca” – que em tupi significa “casa de branco” – passaria a ser associada à baía de Guanabara. Esse estabelecimento teria destino mais auspicioso do que a feitoria de Vespúcio: ele sobreviveu até 1517, quando o navegante Cristóvão Jaques decidiu transferi-lo para a ilha de Itamaracá, em Pernambuco.

Mas não existem provas definitivas de que a chamada “Carioca” tenha sido de fato erguida por Gonçalo Coelho. Alguns historiadores, em especial Fernando Lourenço Fernandes, acreditam que a feitoria de Coelho na verdade ficava na ilha do Gato, hoje ilha do Governador, no fundo da baía de Guanabara e então habitada pelos Temiminó, inimigos dos Tamoio, que ocupavam o restante da baía e logo se tornariam inimigos dos portugueses e aliados dos franceses.

Enquanto o rancho fortificado de Cabo Frio estava sendo construído, Vespúcio organizou uma expedição para explorar a região. Com uma tropa de 30 homens, ele percorreu 40 léguas (uns 250 quilômetros), provavelmente pelo vale do rio São João, até deparar com a barreira da serra dos Órgãos. A marcha durou cerca de um mês. Foi a primeira

Penha da Silva Leite encontraram a base de uma muralha de pedra em Cabo Frio que julgaram ser vestígios da feitoria de Vespúcio, que teria, assim, pelo menos os alicerces feitos de rocha. Ainda não está comprovado que se trata das ruínas do mais antigo estabelecimento europeu fundado no Brasil, mas, de qualquer modo, Werneck e Silva Leite conseguiram que o local fosse registrado junto à Divisão de Proteção Legal do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).



incursão dos europeus pelo interior do Brasil – mas, além de “broncas tribos nômades”¹² vivendo em meio a uma natureza exuberante, Vespúcio não encontrou nada de valor. Então, julgando ter “pacificado toda a gente daquela terra”,¹³ retornou ao porto onde seus navios estavam ancorados. Deixando para trás o primeiro povoado habitado por europeus no Brasil, ele partiu de volta para Portugal em abril de 1504.

A LETTERA

Em 18 de junho – um ano e oito dias depois de ter deixado Lisboa –, Américo Vespúcio estava de volta à Europa. Como de hábito, tratou de escrever para os nobres florentinos relatando suas experiências no além-mar. Dessa vez, o destinatário da carta era Piero Soderini, um dos mandatários de Florença e amigo de infância de Vespúcio. A correspondência, datada de 4 de setembro de 1504, ficaria conhecida como *Lettera a Soderini*, ou simplesmente *Lettera*. Dois anos mais tarde, ao ser publicada em forma de folhetim, ela desfrutaria de um sucesso ainda maior do que o de *Mundus Novus*. Seu êxito foi tão extraordinário que as terras descobertas por Colombo, e por outros exploradores que o seguiram, passaram a ser chamadas de América.

Ironicamente, a carta que eternizou o nome de Vespúcio seria também responsável por uma avalanche de críticas ao seu comportamento – pelo menos nos círculos eruditos. Afinal, alguns anos após a morte de Vespúcio, a análise detalhada da *Lettera* faria com que ele passasse a ser acusado de charlatão. O manuscrito original da carta para Soderini nunca foi encontrado. O texto mais próximo da versão

Publicada na forma de um livreto, a Lettera – cuja folha de rosto está reproduzida na gravura abaixo – foi posta à venda em Florença no dia 9 de julho de 1506. Era um folhetim de 32 páginas, escrito em italiano, com 25 centímetros de largura por 40 centímetros de altura. O livreto foi impresso por Gian Stefano di Pavia a pedido do livreiro Piero Paccini. Mas, na Itália, as vendas foram um fracasso: apenas cerca de 400 exemplares foram comercializados e a carta nunca passou da primeira edição.



original é o folhetim chamado *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi* (“Carta de Américo Vespúcio sobre as ilhas recentemente achadas em suas quatro viagens”). Desde o título, o livreto fora escrito para provar que Vespúcio havia feito não três, mas quatro viagens ao Novo Mundo.

O mais desconcertante é que a “nova” viagem descrita pela *Lettera* teria sido feita *antes* das três expedições nas quais a presença de Vespúcio está comprovada por uma série de documentos (ou seja: a viagem com Alonso de Hojeda em 1499 e as duas expedições com Gonçalo Coelho, em 1501 e 1503). De acordo com a *Lettera*, Vespúcio teria partido de Cádiz em maio de 1497 e, após navegar por 18 meses, descobrira os litorais de Honduras, México, parte da planície de Yucatan e o sul da Flórida. Ao retornar para a Espanha, em outubro de 1498, teria se tornado, assim, o primeiro europeu a percorrer vastas extensões da América Central e da América do Norte.

Mas hoje está provado que tal viagem nunca se realizou, já que nenhum outro documento e nenhum outro cronista se refere a ela. Américo Vespúcio – ou alguém interessado em glorificar seu nome e enriquecer com a venda dos panfletos que narravam tantas peripécias – simplesmente a inventou, misturando informações tiradas dos diários de Colombo, do livro de Marco Polo e de outras cartas do próprio Vespúcio. Ao contrário de *Mundus Novus*, porém, as mentiras publicadas na *Lettera* eram tão flagrantes que a farsa parecia destinada ao fracasso. Tanto é que o folhetim publicado em Florença em julho de 1506 vendeu pouco e não passou da primeira edição. No resto da Europa, porém, aconteceria exatamente o contrário.¹⁴

Tudo começou na França. Em fins de 1505, surgira no vilarejo de Saint-Dié, na região dos Vosges, entre Nancy e Estrasburgo, uma pequena academia de eruditos chamada Ginásio Vosgense. Influenciado pelo espírito do Renascimento e contando com o generoso patrocínio do

mecenas Renato II, duque de Lorena, um grupo de intelectuais, liderado por um certo Vautrin Lud, decidiu se dedicar ao estudo das questões cosmográficas e das descobertas ultramarinas que tanto empolgavam os humanistas da Europa. Desse grupo fazia parte o matemático, cosmógrafo e desenhista Martin Waldesemüller.

Aproveitando-se das novas técnicas de impressão – inventadas por Johann Gutenberg em 1455 – e do sucesso que as obras geográficas, especialmente os mapas e o livro escrito pelo grego Ptolomeu no início da era cristã (*veja boxe ao lado*) estavam obtendo na Europa, o Ginásio Vosgense passou a publicar relatos de viagem. Uma de suas primeiras obras foi justamente uma versão em latim da *Lettera a Soderini*, lançada com o título de *Quatuor Americi Vespucci Navigationes* (“As quatro navegações de Américo Vespúcio”). Traduzido do italiano por Jean Basin, com introdução de Mathias Ringmann e mais de dez ilustrações, o livro, lançado em 25 de abril de 1507, foi um sucesso instantâneo. Só no ano de seu lançamento, foi reeditado sete vezes. Em 1508, foram 12 as reedições. Quase dez mil exemplares seriam vendidos na Europa.

Mas não foi só. Para acompanhar essa versão latina da *Lettera*, o Ginásio Vosgense resolveu publicar também, no mesmo volume, uma *Introdução à Cosmografia de Ptolomeu*. Embora as novas descobertas feitas por portugueses e espanhóis estivessem derrubando quase todas as teorias desse geógrafo grego que vivera no século I, a obra de Cláudio Ptolomeu,

O geógrafo grego Cláudio Ptolomeu (c.90-164), autor do livro Geografia, é considerado o fundador dessa ciência. Durante 14 séculos suas concepções da realidade geográfica do mundo foram consideradas inatacáveis – e eram defendidas inclusive pela Igreja. No início do século XVI, as descobertas ultramarinas dos portugueses e dos espanhóis começaram a derrubar as teses arcaicas de Ptolomeu. Ironicamente, sua obra estava no auge da popularidade, pois, desde o advento da imprensa (inventada em 1455 por Johann Gutenberg), o livro e os mapas de Ptolomeu tinham se transformado numa das maiores fontes de renda dos editores e tipógrafos europeus. Uma das primeiras revisões críticas da obra do pai da Geografia foi justamente a feita por Martin Waldesemüller.

ironicamente, estava em alta. Desde o advento da imprensa, o florescente mercado editorial europeu fora inundado pela publicação de dezenas de edições de livros de geografia clássica. Os 27 mapas que *Cláudio Ptolomeu* fizera séculos antes – embora ultrapassados – se tornaram um anacronismo rentável.



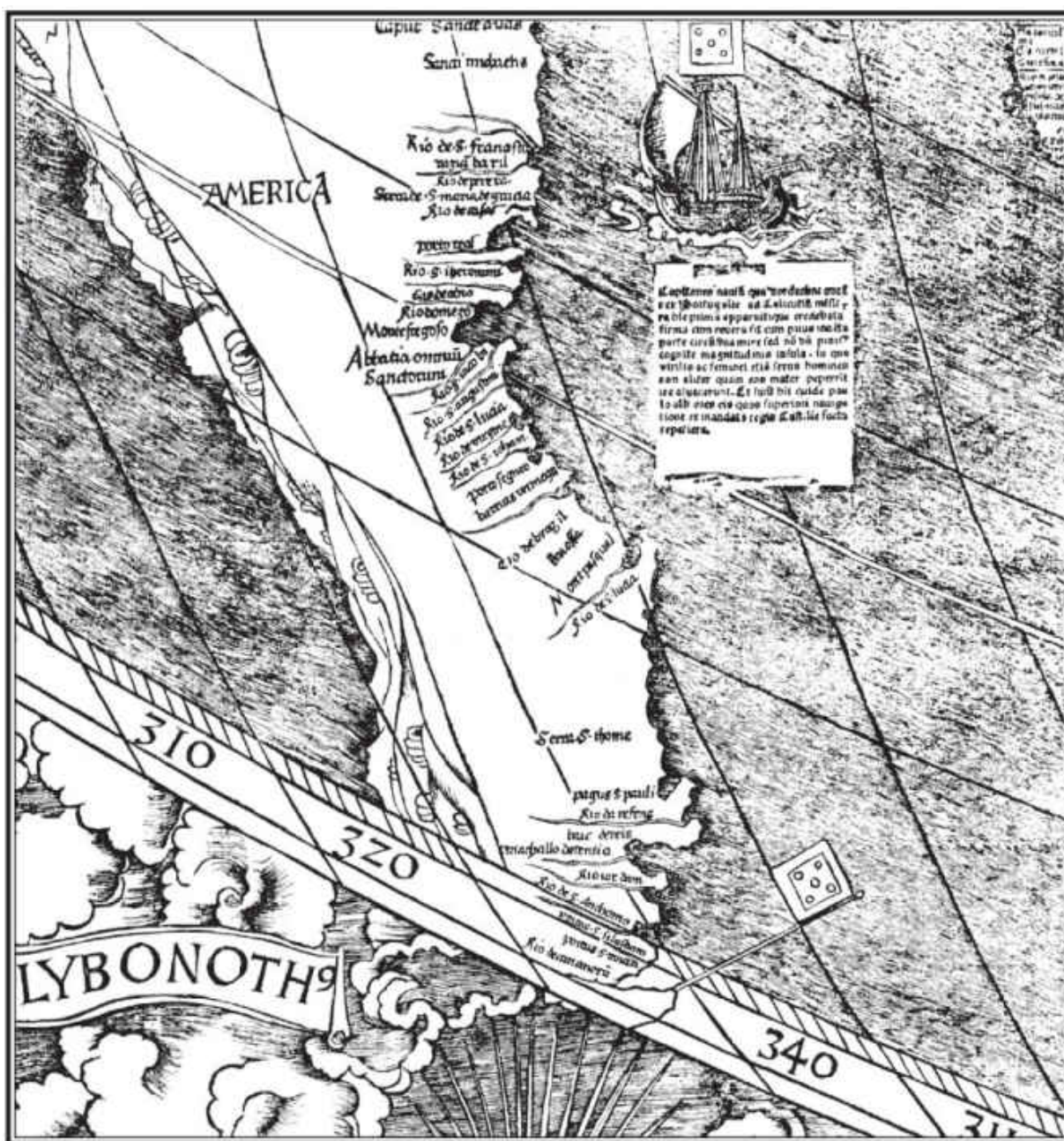
Por iniciativa do jovem cosmógrafo Martin Waldessemüller, o Ginásio Vosgense decidiu “revisar e ampliar” a obra de Ptolomeu, tendo como base as “descobertas” feitas por Vespúcio. E assim, em um texto que se tornaria profético, Waldessemüller escreveu: “Agora que uma outra parte do mundo, a quarta, foi descoberta por Americum Vesputium, de nada sei que nos possa impedir de denominá-la, de direito, Amerigem, ou América, isto é, a terra de Americus, em honra de seu descobridor, um homem sagaz, já que tanto a Ásia como a Europa receberam nomes de mulheres.”

Em um dos mapas que fez para acompanhar o livreto de 52 páginas, Waldessemüller usou pela primeira vez a palavra “América”, colocando-a sobre o território que representa o Brasil, na mesma latitude em que se localiza Porto Seguro (*veja esse mapa logo adiante*). O novo continente estava batizado.

Cristóvão Colombo morrera quase que exatamente um ano antes, em 20 de maio de 1506, amargurado e na miséria. Os eruditos de Saint-Dié não ignoravam suas descobertas. Mas, até pelo menos 1514, muitos geógrafos – Waldessemüller entre eles – acreditavam que as ilhas achadas por Colombo em outubro de 1492 de fato eram os limites ocidentais da Ásia, enquanto que a América do Sul (supostamente descoberta por Vespúcio na viagem de 1497 e de fato explorada por ele próprio entre 1501 e 1504) seria um continente autônomo, totalmente separado delas ou, quando muito, interligado ao arquipélago por um istmo. Foi só depois da descoberta do oceano Pacífico, feita por Vasco Nuñez de Balboa em setembro de 1513, que os cartógrafos do século XVI passaram a ter uma

ideia um pouco mais próxima da realidade. E somente após o descobrimento do estreito de Magalhães, em 1519, o quadro geográfico iria adquirir molduras mais definidas.

Em fins de 1513, cedendo às pressões da Coroa castelhana, Martin Waldessemüller retirou sua proposta de batismo. Chegou a sugerir que o Novo Mundo fosse chamado de Colômbia. Mas era tarde demais: as múltiplas ressonâncias da palavra América caíram no gosto popular. Em 1516, até o genial Leonardo da Vinci passaria a utilizar esse nome, colocando-o em um mapa que preparou a pedido da poderosa família Médici.



Mapa de Waldesemüller, feito em 1506, no qual o nome “América” aparece pela primeira vez.

Vinte anos mais tarde, quando ficou claro que Vespúcio – ou alguém agindo em seu nome, com ou sem conhecimento dele – havia forjado a viagem de 1497, o nome “América” começava a se popularizar na Europa, tendo sido adotado até por cartógrafos portugueses e, embora com muita relutância, aceito até pelos espanhóis. Dessa forma, a “quarta parte do

mundo” acabou sendo batizada com o nome de um homem que não fora o seu descobridor. De acordo com um texto escrito em 1900 pelo historiador brasileiro Capistrano de Abreu, “a falsidade e a galanteria” foram “pavoneadas pela imprensa e, por força delas, temos hoje o nome de americanos”.

A UTOPIA

Por volta de 1510, um exemplar da tradução da *Lettera* feita pelo Ginásio Vosgense foi parar nas mãos do reverendo inglês Thomas Morus. Entusiasmado com a leitura das *Quatro viagens*, Morus então escreveu seu clássico *A Utopia*, lançado na Basileia, na Suíça, em latim, em 1516, com a obra sendo editada por ninguém menos que Erasmo de Roterdã. O livro se tornou de imediato um dos clássicos do pensamento humanista e foi dos primeiros a fazer a idealização da América, servindo-se dela como contraponto para uma visão crítica da velha Europa. O Novo Mundo ofereceria, dessa forma, a chance de um recomeço, no qual supostamente não seriam repetidos os erros do passado.

O herói da *Utopia* é um velho marujo português, Rafael Hitlodeu (ou Hythlodæus – “contador de histórias”, em grego), que, “jovem ainda, abandonou sua fortuna e, devorado pela paixão de correr o mundo, juntou-se a Américo Vespúcio nas três últimas de suas quatro viagens, cujo relato hoje se lê em quase todo lugar”. Embora fiel companheiro de Vespúcio, ao final da expedição Hitlodeu pediu permissão ao capitão e decidiu que “não retornaria à Europa com ele”, pois resolvera ficar junto com “os 24 homens que foram deixados em uma fortaleza, nos confins do Novo Mundo”.¹⁵

Por algum tempo, Hitlodeu viveu na feitoria

Thomas Morus nasceu em Londres em 1478. Fez seus estudos em Oxford e lá, em 1497, conheceu Erasmo de Roterdã. Em 1514, depois da ascensão de Henrique VIII, passou a fazer parte do Conselho Real. Em 1532, quando o rei abjurou o catolicismo, Morus, então ligado à Igreja Romana, pediu demissão do cargo de Grande Chanceler, que ocupava desde 1532. No ano seguinte, ofendeu mortalmente a rainha Ana Bolena, recusando-se a assistir à sua coroação e a jurar-lhe fidelidade. Foi condenado à morte por crime

criada por Vespúcio próximo ao Rio de Janeiro. Mas então ele e cinco companheiros decidiram percorrer o mundo. Primeiro, viajaram para o Oriente, dobrando o cabo da Boa Esperança, tendo alcançado até a Taprobana (as opiniões diferem se se tratava do Ceilão ou de Sumatra, próximo de Málaca). Mas, desiludidos com o que viram lá, empreenderam a viagem de volta, outra vez em direção ao Novo Mundo. Após uma série de desventuras, acabaram chegando à ilha de Utopia – um mundo igualitário, onde os nativos viviam em perfeita harmonia política, social e ecológica.

As indicações dadas por Morus sobre a localização de Utopia permitem supor que ele se baseou na ilha de Fernando de Noronha, descoberta por Vespúcio na mesma viagem na qual ele fundou a feitoria. Na vida real, porém, o destino dos 24 homens deixados por Américo Vespúcio em Cabo Frio nada teve de utópico: eles foram trucidados pelos índios, “por causa dos conflitos havidos entre eles”.¹⁶

de alta traição, preso na torre de Londres e decapitado em 1535.



III

A TERRA DO BRASIL

A pesar dos exageros e incorreções, a *Lettera* de Américo Vespúcio para Piero Soderini com certeza continha várias passagens verídicas. Uma delas é o trecho no qual, referindo-se ao final de sua primeira viagem ao Brasil, realizada entre maio de 1501 e julho de 1502, Vespúcio afirma: “Nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil (...) e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de metal algum, acordamos nos despedirmos dela.”

Deve ter sido exatamente esse o teor do relatório que Vespúcio entregou para o rei D. Manoel, em julho de 1502, logo após desembarcar em Lisboa, ao final de sua primeira viagem sob bandeira portuguesa. O diagnóstico de Vespúcio selou o destino do Brasil pelas duas décadas seguintes. Afinal, no mesmo instante em que era informado pelo florentino da inexistência de metais e de especiarias no território descoberto por Cabral, D. Manoel já vinha concentrando todos os seus esforços na busca pelas extraordinárias riquezas do Oriente.

Estímulo para isso não lhe faltava: ainda em julho de 1501, um ano antes de ler o relatório de Vespúcio sobre as diminutas potencialidades comerciais do Brasil, o monarca havia recebido o próprio Pedro Álvares em audiência na corte. Retornando da Índia, o descobridor do Brasil trazia três caravelas repletas de pimenta, gengibre, noz-moscada, almíscar, açafrão, sândalo, âmbar, seda e porcelanas, além de alguns diamantes,

pérolas e rubis. Nove das 13 embarcações com as quais Cabral partira de Lisboa em março de 1500 haviam naufragado, e mil homens estavam mortos – a maioria nos naufrágios, outros em combate contra mercadores árabes, na Índia. Ainda assim, o valor das mercadorias obtidas por Cabral foi duas vezes maior do que os gastos com a expedição.

Era normal, portanto, que D. Manoel voltasse sua atenção e todos os seus esforços para a conquista da Índia. Como a Coroa não possuía recursos financeiros nem humanos para atuar em duas frentes (ou três, já que as feitorias estabelecidas ao longo da costa ocidental da África continuavam ativas), o rei decidiu arrendar para a iniciativa privada a exploração das terras encontradas na margem ocidental do oceano Atlântico. Assim, no segundo semestre de 1502 D. Manoel assinou um “contrato de arrendamento” do Brasil com um consórcio de ricos mercadores lusitanos. Esse contrato determinava as condições sob as quais deveria ser explorado comercialmente o vasto território do qual Vespúcio tinha acabado de retornar.

Foi uma solução engenhosa, mas não original. Em novembro de 1469, o rei Afonso V, um dos antecessores de D. Manoel, havia tomado decisão semelhante. Mais interessado na África do Norte do que na distante África negra, aquele monarca firmara um contrato com um certo Fernão Gomes, abastado comerciante de Lisboa, passando-lhe a responsabilidade de organizar todas as viagens ao longo do litoral africano. Em troca do monopólio do comércio de pimenta-malagueta (e da possibilidade de traficar também ouro, marfim e escravos vindos da Guiné), Fernão Gomes era obrigado a descobrir 100 léguas (ou cerca de 600 quilômetros) de costa por ano durante cinco anos, e a entregar ao rei uma renda anual de 200 mil reais. O prazo foi depois aumentado para seis anos.

A decisão de D. Manoel de fazer um contrato semelhante com um consórcio de comerciantes liderado por Fernando de Noronha viria a ter enorme repercussão no primeiro quarto de século da história do Brasil.

Ainda assim, nem um único documento relativo a essa resolução foi encontrado nos arquivos portugueses. Os termos da negociação só se tornaram conhecidos graças a uma carta escrita por um agente italiano.

Em 3 de outubro de 1502, Pietro Rondinelli, comerciante florentino residente em Sevilha, enviou para o governo de Florença uma correspondência na qual dizia: “Américo Vespúcio estará aqui dentro em poucos dias, o qual suportou bastantes fadigas e teve pouco proveito, pois merecia mais do que o ordinário; e o rei de Portugal arrendou a terra que ele descobriu [*sic*] a certos cristãos-novos, que são obrigados a mandar todos os anos seis navios e descobrir 300 léguas [cerca de 1.800 quilômetros] anualmente, e a fazer uma fortaleza no território descoberto e mantê-la nos ditos três anos. No primeiro ano, nada pagam à Coroa. No segundo, pagam 1/6 [do valor total da mercadoria] e no terceiro, 1/4 e fazem conta de trazer pau-brasil e escravos e talvez achem coisa de proveito.”¹

Como muitos dos negociantes de Florença, a família Rondinelli era ligada à fiação, tecelagem e tingimento de tecidos. E a informação de que a exploração do pau-brasil fora concedida a um conhecido grupo de *cristãos-novos* portugueses era uma notícia importante para a indústria têxtil – que, naqueles dias, já se tornara o motor do desenvolvimento geral da economia europeia.

No final do século XV, graças ao Renascimento, as populações urbanas da Europa tinham enfim redescoberto os requintes da moda. O despojamento medieval ficara distante. Em todas as camadas sociais, os trajes passaram a distinguir cada vez mais o sexo e a personalidade dos usuários. Os homens abandonaram as vestes de sarja em favor das

Os Cristãos-Novos

Eram chamados de cristãos-novos os judeus convertidos ao cristianismo por força de decretos reais, assinados em Portugal a partir de 1497. Posteriormente, várias leis e alvarás regulavam – ou suprimiam, de acordo com o momento histórico – a proteção a esse grupo de recém-convertidos. O termo “cristão-novo” não era usual no vocabulário cotidiano: a palavra mais designava uma fórmula jurídica do que outra coisa qualquer. Na prática, eram chamados de “conversos”, “batizados em pé”, “marranos”, “anussins” ou “gente nação”.

meias colantes, da túnica e do colarinho pregueado. Entre ambos os sexos difundiu-se a paixão pelos tecidos bonitos, e os panos pesados deram lugar às sedas e ao veludo. E, o mais importante: a púrpura deixou de ser uma cor exclusiva de reis e autoridades eclesiásticas para entrar definitivamente na moda.

Desde o século XI, a Europa estava familiarizada com o pau-brasil, embora de uma espécie diferente daquela encontrada no Brasil. Nativa de Sumatra, a árvore – chamada, em malaio, de “sapang” (do sânscrito “*patanga*” ou “vermelho”) – era exportada para a Índia desde tempos imemoriais. Dali, os mercadores árabes a levavam para o Egito, pela via do mar Vermelho. Usado desde a aurora da era cristã para tingir as sedas e os linhos trajados pelos nobres do Oriente, o pó de sapang concedia a esses tecidos “um suntuoso tom carmesim ou purpúreo”. Após a penetração dos cruzados na Palestina, a Europa ficou conhecendo várias substâncias tintoriais do Oriente – e nenhuma lhe agradou mais do que o “brasil”.

As primeiras referências à chegada desse produto à Europa datam de 1085, quando o desembarque de uma “*kerka de bersil*” (ou “uma carga de bersil”) foi registrado nas alfândegas de Saint-Omer, na França. Pouco mais tarde, o termo francês evoluiu para “brezil”. Junto com a França, a Itália logo se tornaria uma grande consumidora de pau-brasil e registros desse comércio puderam ser encontrados nos arquivos das alfândegas de Ferrara (em 1193), Módena (1221) e Gênova (1243). Na Itália, a árvore passou a se chamar “bracire”, ou “brazili” e, mais tarde, “verzino” – que foi o termo empregado por Vespúcio na *Lettera a Soderini*. Com o nome de brasil, o “pau-de-tinta” já chegara à Espanha e a Portugal por volta de 1220.²

Cristóvão Colombo foi o primeiro a vislumbrar árvores de pau-brasil em meio às florestas do Caribe, e registrou sua existência na carta que enviou aos Reis Católicos em 1495. Em 1498, em sua terceira viagem à América, Colombo chegou a recolher 20 quintais (pouco mais de uma

tonelada) da madeira nas matas do golfo de Pária, na Venezuela, e os levou para Sevilha. Em janeiro de 1500, Pinzón carregou seus navios com 350 quintais (ou 21 toneladas) de pau-brasil, recolhidos nas praias do Nordeste do Brasil, ou talvez na região de Pária. Poucos meses mais tarde, junto com as cartas que anunciavam a descoberta da ilha de Vera Cruz, Gaspar de Lemos levava para Portugal as primeiras toras da árvore que, em breve, acabaria misturando seu nome ao vasto território onde Cabral havia aportado em meio à sua jornada para a Índia.

Os especialistas europeus em corantes naturais logo perceberam que o pau-brasil nativo da América do Sul (cujo nome científico viria a ser *Caesalpinia echinata*) não era tão eficiente quanto o similar oriental (a *Caesalpinia sappan*). De todo modo, com as rotas comerciais com o Oriente bloqueadas desde 1453 (devido à tomada de Constantinopla pelos turcos), a variedade oriental do pau-brasil se tornara produto caríssimo. A descoberta de uma espécie equivalente no Ocidente foi saudada com entusiasmo.

As toras de pau-brasil, levadas para Lisboa, eram reembarcadas para Amsterdã para serem reduzidas a pó. O pó – usado para tingir os tecidos – era revendido na França e na Itália. A exaustiva tarefa de cortar e raspar a duríssima madeira até transformá-la em pó grosso era dada a prisioneiros, e essa indústria tornou-se virtualmente um monopólio do governo holandês. Dois prisioneiros, trabalhando ao longo de um dia inteiro, produziam 27 quilos de pó por jornada.

Apesar de sua utilidade e da demanda, o pau-brasil trazido da América do Sul valia bem menos do que, por exemplo, a pimenta importada da Índia. Um quintal (60 quilos) de pau-brasil era vendido em Lisboa, no início do século XVI, por cerca de 2,5 *ducados*. Um quintal de pimenta podia ser comercializado em Portugal, nessa mesma época, por mais de 30 ducados. Além disso, embora a Índia ficasse muito mais longe da Europa que o Brasil e a navegação até lá fosse muito mais perigosa, era bem mais fácil obter e transportar pimenta do que carregar e transportar para Lisboa o duríssimo pau-brasil – mesmo que, para isso, os europeus sempre

tenham contado com a ajuda dos nativos.

De todo modo, Fernando de Noronha logo percebeu as possibilidades que o negócio lhe abria, especialmente porque o rei se comprometera a proibir a importação do pau-brasil do Oriente, garantindo a Noronha e a seus sócios o monopólio do “trato do pau-de-tinta”. As vantagens mútuas da transação ficam claras numa carta escrita em 1506 por um comerciante italiano que vivia em Lisboa, um tal Lunardo de Cha Masser. Eis a carta:

“De há três anos para cá, foi descoberta uma terra nova da qual se traz todos os anos 20 mil quintais [ou 1.200 toneladas] de brasil, o qual é tirado de uma árvore grossa que é muito pesada; mas que não tinge com a perfeição em que o faz o nosso do Levante [do Oriente]. Não obstante, despacha-se muito do referido brasil para Flandres, e para Castela e Itália e muitos outros lugares; o qual vale 2,5 ducados o quintal. O referido brasil foi concedido a Fernão de Loronha, cristão-novo, durante dez anos por este Sereníssimo rei, por quatro mil ducados ao ano; o qual Fernão de Loronha manda em viagem todos os anos à dita Terra Nova os seus navios e homens, a expensas suas, com a condição que este Sereníssimo rei proíba que daqui em diante se extraia da Índia. O qual brasil em Lisboa lhe fica com todas as despesas por meio ducado o quintal; na qual terra há bosques inteiros deste brasil.”³

Da relação de Cha Loronha ou Noronha?

O Peso do Dinheiro

O ducado era uma moeda de ouro utilizada por vários países da Europa, cunhada pela primeira vez em Veneza por volta de 1280. Do século XIII ao século XVII, foi a principal moeda de referência e de câmbio na Europa – uma espécie de dólar nos dias de hoje. Um ducado valia 3,5 gramas de ouro. Em Portugal, além do ducado, havia várias moedas em circulação. A principal delas era o cruzado (abaixo), criado em 1489 pelo rei Afonso V. Embora o cruzado fosse a moeda circulante, a moeda de conta e de referência dos lusos continuou sendo o real, criado pelo rei D. João I em 1398. Um cruzado valia 400 reais. Além dos cruzados – e dos escudos criados pelo rei D. Duarte em 1435 e dos justos e espadins de D. João II –, também circulavam em Portugal moedas cunhadas na Espanha, como a onça (que valia 14 reais) e, especialmente, o maravedi, antiga moeda árabe (que valia 27 reais; um ducado era igual a 375 maravedis).

Masser conclui-se que o grupo liderado por Fernando de Noronha gastava dez mil ducados por ano para trazer 20 mil quintais de pau-brasil para Lisboa. Uma vez em Portugal, o produto lhes rendia 25 mil ducados, dos quais quatro mil deviam ser pagos ao rei. O lucro líquido anual era, portanto, de 11 mil ducados.

Nos documentos do século XVI, Fernando de Noronha é chamado de Fernão de Loronha – e provavelmente esse era o seu verdadeiro nome. Jamais ficou provado que ele tivesse ascendência judaica. O que parece certo é que, embora tenha chegado a Portugal vinda da região das Astúrias, na Espanha, a família de Loronha era originária da Inglaterra – muito possivelmente da região de Lotheringen, na fronteira com a Escócia, de onde procederia o nome “Loronha”, que, com o passar dos anos, por erro na leitura e redação de documentos, tornou-se Noronha.



O DONO DO BRASIL

Tanto Pietro Rondinelli quanto Lunardo de Cha Masser se referem a *Fernando de Noronha* e a seus sócios como sendo cristãos-novos – ou seja, como bem se sabe, judeus recém-convertidos ao cristianismo. Pesquisas genealógicas realizadas sobre o homem que arrendou o Brasil, no entanto, nunca chegaram a ser conclusivas.

A primeira referência a Fernão de Loronha nos arquivos portugueses surge em uma “carta de quitação de débitos”, assinada por D. Manoel em 26 de março de 1498, na qual o monarca se refere a ele como “tratador das nossas moradias” (o comerciante responsável pelo abastecimento das despensas reais) durante os anos de 1494-96. No mesmo ano da carta que declarou Loronha livre de dívidas com a Coroa, ele foi feito cidadão de Lisboa, com direito a “todas as graças, privilégios, honras, liberdades e franquezas que têm e gozam todos os cidadãos da referida cidade”.⁴

Antes de 1500, Loronha estivera diretamente envolvido com o comércio de pimenta-malagueta, sendo, junto com o banqueiro florentino Bartolomeu Marchioni (com o qual mais tarde se associaria), um dos principais negociantes desse produto em Portugal. Depois da descoberta do caminho marítimo para as Índias, em 1498, Fernão de Loronha se tornou também armador, enviando, por conta própria, algumas naus à Índia. Um dos navios que fez parte da frota de João da Nova, que partiu para a Índia em 1501 e fez escala no Brasil, foi armado por ele.

Em 16 de janeiro de 1504, Fernando de Noronha se tornou donatário de uma bela ilha localizada no meio do oceano Atlântico. Tal ilha provavelmente fora descoberta em 1502 e batizada de ilha da Quaresma. Redescoberta no ano seguinte por Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio, foi chamada de ilha de São Lourenço (por ter sido avistada a 10 de agosto, dia consagrado a esse santo). Ao ser doada pelo rei a Fernando de Noronha, a ilha se tornaria a primeira capitania hereditária do Brasil – e logo passaria a ser conhecida pelo nome do donatário. Até meados do século XVII, esse território insular seguiu sob a posse dos descendentes de Fernando de Noronha.

Pouco depois de ter recebido a ilha, Noronha, de acordo com alguns historiadores, pensou em transferir a sede de sua rede internacional de negócios de Lisboa para Londres. Tanto é que, em 26 de agosto de 1506, o rei D. Manoel assinou um alvará no qual lhe recusou licença para usar o brasão que lhe fora recentemente concedido pelo monarca inglês Henrique VII. Para essa suposta decisão de Noronha pode ter contribuído o recrudescimento dos sentimentos antis-semitas em Portugal, já que, em abril de 1506, muitos cristãos-novos foram trucidados em Lisboa “pela plebe excitada pelos frades dominicanos”.⁵



Acima, o brasão de armas concedido a Fernando de Noronha pelo rei D. João III, em junho de 1524, em substituição ao brasão que lhe fora dado pelo monarca inglês Henrique VII, e que Noronha tinha sido impedido de usar enquanto vivesse em Portugal.

De todo modo, em 1524 Fernando de Noronha ainda morava em Lisboa, na rua Nova dos Mercadores, a mais refinada da cidade. E, em 28 de junho daquele ano, o rei D. João III, sucessor de D. Manoel, o fez fidalgo de armas e lhe mandou dar um brasão especial, mais requintado do que o brasão inglês que Noronha fora impedido de usar quase duas décadas antes. Por essa época, é provável que Fernando de Noronha também já estivesse associado à família alemã Függer, uma das mais ricas da Europa e de cujos interesses ele seria representante em Portugal.

Embora certos historiadores afirmem que Fernando de Noronha teria vindo ao Brasil como comandante da primeira expedição enviada sob as estipulações do contrato firmado em 1502, essa possibilidade é de todo improvável. Homem tão influente e rico não iria se expor aos perigos do mar e às agruras de uma viagem oceânica. De qualquer forma, mesmo após o encerramento do contrato original (que durou de agosto ou setembro de 1502 a setembro de 1505 e, ao que tudo indica, de imediato foi renovado por mais três anos), Noronha seguiu ligado ao “trato do pau-de-tinta”. Seus navios continuaram a ser enviados ao Brasil pelo menos até 1511. Em 1513, sabe-se que o monopólio do pau-brasil estava nas mãos de um tal Jorge Lopes Bixorda, “armador e capitão de navios”.⁶

O PAU-DE-TINTA

No Brasil, o pau-brasil crescia quase que exclusivamente entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, na planície costeira, em meio à exuberância da Mata Atlântica. Havia três pontos específicos da costa onde as árvores se concentravam em maior quantidade: entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio; ao sul da Bahia, nos arredores de Porto Seguro; e em Pernambuco, nas proximidades da ilha de Itamaracá (de onde provinha a madeira de melhor qualidade, o chamado “brasil fino”). Justamente por isso, aí seriam fundadas as primeiras feitorias.

A árvore de pau-brasil era frondosa, com folhas de um verde-acinzentado quase metálico e belas flores amarelas. Havia exemplares

extraordinários, tão grossos que três homens não podiam abraçá-los. O tronco vermelho ferruginoso chegava a ter, algumas vezes, 30 metros, embora a altura média fosse de 20 metros. Os índios a chamavam de ibirapitanga – ou “pau vermelho”. Eles o conheciam há séculos e usavam sua madeira dura para fazer arcos e sua tinta para tingir de vermelho penas brancas. Era uma árvore sagrada.

A experiência ensinou aos portugueses (e aos franceses, que os seguiriam de imediato) que, para fins de tinturaria, o pau-brasil deveria ser derrubado, durante o inverno, nos dias de lua nova, enquanto que, no verão, o corte mais propício era durante a lua crescente. Essa, no entanto, parece ter sido a única regra seguida para o abate da árvore. A exploração do “pau-de-tinta” foi feita num ritmo tão feroz que, ao longo de todo o século XVI, portugueses e franceses levaram, em média, oito mil toneladas da madeira por ano para a Europa.

Só no primeiro século de exploração, cerca de dois milhões de árvores foram derrubadas – uma espantosa média de 20 mil por ano, ou quase 50 por dia. Cada navio levava cerca de cinco mil toras por viagem. Em 1550, segundo o pastor francês Jean de Lery, em um único depósito, pertencente aos contrabandistas franceses no Rio de Janeiro, havia 100 mil toras de pau-brasil estocadas. Não é de se estranhar, portanto, que, já em 1558, as melhores árvores só pudessem ser encontradas a mais de 20

Embora tenha se tornado a principal e quase única fonte de renda que Portugal encontrou no Brasil, o pau-brasil não foi estudado nem classificado pelos portugueses. O primeiro estudo científico sobre a árvore foi realizado em 1648 pelos botânicos Willem Piso e George Marcgrav na monumental Historia Naturalis Brasiliae, feita sob os auspícios do conde Maurício de Nassau, obra na qual foi publicada a primeira ilustração botânica do pau-brasil (abaixo). A planta foi classificada em 1789 pelo grande botânico Lamarck, que a chamou de Caesalpinia echinata. O gênero “Caesalpinia” fora criado em homenagem ao botânico e médico do papa Clemente VIII André Cesalpino, e a denominação “echinata” provém do étimo grego “ouriço” e se refere aos espinhos abundantes do pau-brasil.

quilômetros da costa.⁷

Em 1605, a Coroa, alarmada com os relatórios que informavam que, se o corte indiscriminado prosseguisse, “as madeiras virão a acabar e se perder de todo”,⁸ passou a controlar a extração e até espalhou alguns guardas-florestais nas zonas onde a extração era mais comum. Mas a árvore estava virtualmente extinta.

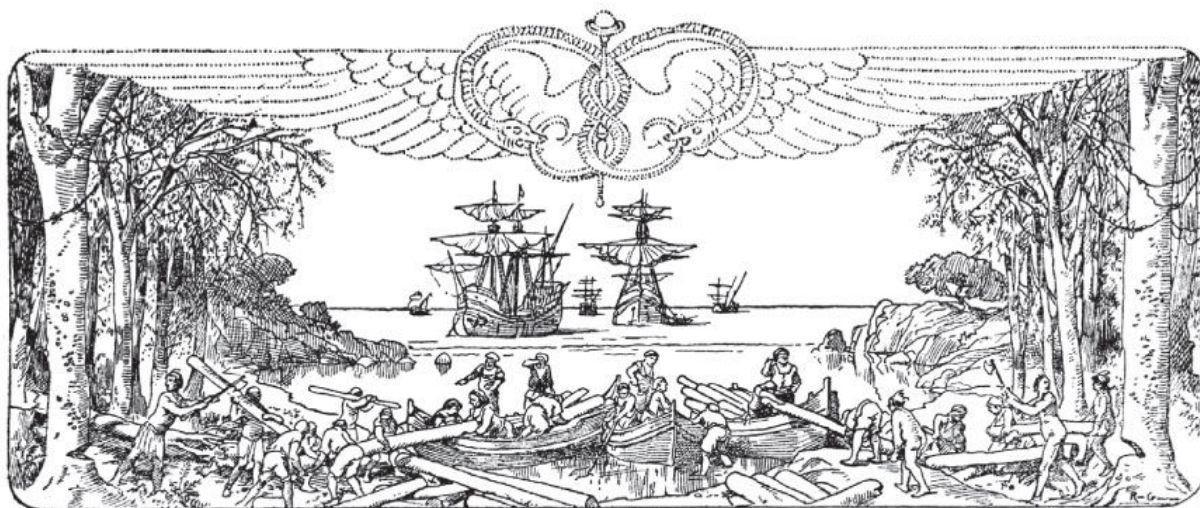
Embora o comércio de *pau-brasil* fosse estimulado por

O impacto que as ferramentas de metal causaram na vida dos indígenas pode ser medido pelas consequências que elas tiveram no próprio comércio do pau-brasil: enquanto com seus antigos machados de pedra os nativos levavam cerca de três horas para derrubar um pé de pau-brasil, com machado de ferro o mesmo serviço podia ser feito em pouco mais de 15 minutos, de acordo com estudos feitos por Herman von Ihering em 1894. A gravura abaixo é do livro Viagem à Terra do Brasil, de Jean de Lery, publicado em 1578.



portugueses e franceses, quem derrubava, descascava, atorava e transportava os troncos do pau-de-tinta eram os indígenas que viviam ao longo da costa brasileira, especialmente os Tabajara, os Tupiniquim e os Tupinambá (além dos Potiguar, mas, nesse caso, praticamente só quando se tratava de negociar com os franceses). O desempenho e o esforço dos índios foi bem resumido por Jean de Lery, que viveu no Rio de Janeiro entre novembro de 1556 e março de 1557, durante a desastrosa experiência da França Antártica. Em seu livro *Viagem à Terra do Brasil*, publicado em 1578, o calvinista Lery escreveu:

“Quanto ao meio de carregar essa mercadoria [o pau-brasil], direi que tanto por causa da dureza, e consequente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem [...] animais para transportá-la, é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens, não poderiam sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio. Os selvagens, em troca de algumas roupas, chapéus, facas, machados [...] cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil, transportando nos ombros nus às vezes de duas a três léguas [de 13 a 20 quilômetros] por sítios escabrosos, até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem.”



Bastaram uns poucos anos para que os indígenas percebessem o que os europeus queriam no Brasil, fossem eles portugueses ou franceses. Para os índios, a princípio, era indiferente que lusos e franceses fossem inimigos mútuos e disputassem entre si o comércio do pau-brasil e até a própria posse do Brasil. As alianças entre estrangeiros e indígenas só começariam a se formar depois, quando os nativos tiveram a oportunidade de distinguir claramente entre os “perós” – como eles chamavam os portugueses de pele e cabelos morenos – e os “mair”, apelido dado aos louros franceses vindos, boa parte deles, da Normandia ou da Bretanha.⁹

De início, os nativos ficaram encantados com as bugigangas que os europeus lhes ofereceram como “resgate”: espelhos, avelórios (vidrilhos), contas, pentes, cascavéis (guizos) e pedaços de pano. Assim que a

novidade passou, lusos e franceses tiveram que substituir essas quinquilharias baratas por *ferramentas de metal* (tesouras, anzóis, facas e machados). Então, de um momento para outro, as tribos tupis do litoral brasileiro saíram da Idade da Pedra para ingressar na Idade do Ferro. Foi uma revolução instantânea.

Além dos machados, os anzóis tornaram a pesca mais fácil e as facas se revelaram um grande aliado contra os perigos e desconfortos da floresta. Ansiosos por obter os cobiçados objetos de metal, os nativos muitas vezes se antecipavam à chegada dos portugueses (ou à dos franceses), abatendo várias centenas de árvores.

Divididas em toras de 1,5 metro de comprimento e cerca de 30 quilos cada, elas ficavam estocadas em pontos estratégicos. A cada ano, os indígenas eram obrigados a ir mais longe, mata adentro, em busca de bons exemplares de pau-brasil, que, antes de 1501, cresciam praticamente no limite da praia. Além da imprevidência e da ganância dos próprios nativos, as queimadas que eles faziam para desbastar a mata ajudaram a reduzir consideravelmente o número de exemplares de pau-brasil. Atualmente, a árvore cujo nome foi usado para batizar o Brasil sobrevive praticamente apenas em reservas florestais e jardins botânicos e só lentamente começa a ser reintroduzida em seu ambiente natural.

AS FEITORIAS

Por volta de janeiro ou fevereiro de cada ano, as toras de pau-brasil, derrubadas pelos índios ao longo de vários meses, eram levadas para as feitorias construídas no litoral pelos portugueses. Tais feitorias em nada lembravam os entrepostos comerciais que os lusos tinham começado a fundar em 1448 na ilha de Arguim, no litoral da Mauritânia, na África, e que depois se estenderiam por toda a costa ocidental da África, pela costa do Malabar, na Índia, e, mais tarde, chegariam até os distantes Japão e China. No Brasil, elas eram como aquela que Américo Vespúcio fundou

em Cabo Frio: um mero galpão de madeira cercado por uma paliçada de toras pontiagudas, tendo por mobília somente arcas e caixotes, e onde, ao longo do ano inteiro, ficavam apenas três ou quatro homens.

Em 1519, havia quatro feitorias no Brasil: as de Cabo Frio e do Rio de Janeiro, uma em Pernambuco e outra na Bahia. Dois desses quatro postos avançados do império português no Brasil ficavam em ilhas: na ilha Comprida, em Cabo Frio, e na de Itamaracá, em Pernambuco. Já a feitoria do Rio de Janeiro – cuja história é nebulosa – teria sido fundada por Gonçalo Coelho em 1504 e alguns historiadores acham que ela se erguia entre as atuais praias do Flamengo e da Glória, junto à foz do riacho chamado Carioca. Mas ela provavelmente também ficava numa ilha: a ilha do Gato (hoje do Governador), no fundo da baía de Guanabara.

A vida cotidiana dos homens deixados um ano inteiro (e às vezes até por mais tempo) nessas feitorias era monótona. O regimento ao qual eles deveriam se submeter deixava claro que seus contatos com os nativos e com o território selvagem que os cercava deveriam se restringir ao estritamente necessário. Um dos únicos divertimentos do escrivão e de seus poucos auxiliares durante seu solitário engajamento nos trópicos era ensinar os papagaios a falar.

De fato, junto com o pau-brasil – e com alguns macacos e saguis e a pele de certos felinos –, essas aves eram o principal produto de exportação do Brasil. O impacto que esses animais falantes e de plumagem exuberante provocaram – a princípio na corte, em Lisboa, e depois em boa parte da Europa Ocidental – foi tal que, de 1502 a 1505, o Brasil foi chamado de Terra dos Papagaios.

Por volta de fins de abril e princípios de maio de cada ano, as naus – que zarpavam de Lisboa em fins de fevereiro ou início de março, para melhor aproveitar as correntes e os ventos – chegavam para recolher o pau-brasil estocado nas três ou quatro feitorias espalhadas pelo imenso litoral do Brasil. Os homens engajados no tráfico de pau-brasil eram chamados de brasileiros – “do mesmo modo que se dizem baleeiros os que vão à pesca das baleias, e que se denominavam negreiros os que se

ocupavam do tráfico de africanos, e que algum dia se disseram pimenteiros os que andavam traficando pimenta”, conforme escreveu Francisco de Varnhagen em 1854. O nome dado a esses traficantes de pau-brasil acabaria se estendendo a todos os nascidos no futuro país. Ainda de acordo com Varnhagen, se as regras gramaticais tivessem sido corretamente aplicadas, os nativos do Brasil deveriam se chamar brasilienses.

A NAU *BRETOA*

O dia a dia dos primeiros “brasileiros” pode ser minuciosamente reconstituído graças a um documento de 14 páginas chamado *Livro da Viagem e Regimento da Nau Bretoa*. Embora seja um texto árido e estritamente burocrático, sua leitura atenta permite obter detalhes saborosos sobre como se dava o então chamado “trato do pau-brasil” pelos portugueses no início da segunda década da presença europeia no Brasil.

A *Bretoa* – assim chamada por ter sido construída nos estaleiros da Bretanha, no norte da França – pertencia a um consórcio de mercadores formado por Fernando de Noronha, pelo banqueiro florentino Bartolomeu Marchioni, pelo sobrinho dele, Benedito Moreli, e por um certo Francisco Martins, todos com certeza sujeitos endinheirados, embora nenhum deles pudesse ser comparado a Marchioni, que era o homem mais rico de Portugal.

A tripulação da *Bretoa* era constituída por 36 homens. O capitão, um Cristóvão Pires, também devia ser homem de posses, pois o regimento indica que ele morava na rua Nova dos Mercadores, no coração de Lisboa e sem dúvida a mais nobre da capital. Os demais oficiais da nau eram o escrivão Duarte Fernandes, o mestre de navegação Fernão Vaz e o piloto João Lopes de Carvalho, que já estivera no Brasil em 1503-4, como piloto de uma das caravelas da expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio. Carvalho acabaria se tornando a figura-chave da viagem da *Bretoa*. Treze marinheiros, 14 grumetes e quatro pajens completavam a

tripulação.

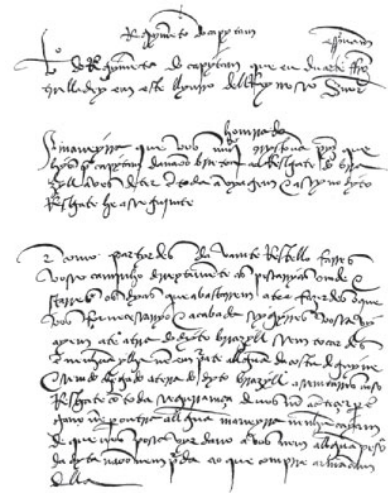
A nau partiu de Lisboa em 22 de fevereiro de 1511, um sábado. Em geral, os navios zarpavam de Portugal nos fins de semana para que os familiares pudessem acompanhar a partida e se despedir – muitas vezes para sempre – dos parentes que embarcavam.

Só no dia 12 de março, em alto-mar, o capitão leu as ordens que recebera em Lisboa e as comunicou aos subalternos. De acordo com elas, a *Bretoa* deveria dirigir-se “o mais direta e rapidamente possível” à costa brasileira, onde sua missão era “obter a maior carga de pau-brasil de boa qualidade, com a menor despesa possível”.

No dia 6 de abril de 1511, a tripulação da *Bretoa* vislumbrou a foz do rio São Francisco, na divisa dos atuais estados de Sergipe e Alagoas. Onze dias mais tarde, a 17 de abril, o navio fundeava na baía de Todos os Santos, onde permaneceria por 27 dias. Aquela era uma escala habitual e o próprio Vespúcio, como já se viu, também havia passado “dois meses e quatro dias” ali em 1503. E um ou dois anos antes da chegada da *Bretoa*, nas cercanias daquela belíssima baía naufragara o homem que os nativos iriam batizar de Caramuru e que lá viveria por cerca de 50 anos.

Foi durante aquela estada da *Bretoa* na Bahia que ocorreu um incidente, considerado “gravíssimo” pelos oficiais: no dia 5 de maio, o escrivão Duarte Fernandes deu pela falta de alguns machados e machadinhas. Eles haviam sido roubados por um ou mais tripulantes e usados no comércio ilegal de aves, penas e macacos com os Tupinambá.

Para investigar o roubo, o capitão incumbiu o próprio escrivão e um certo João de Braga, que não fazia parte da relação original de tripulantes



Descoberto em 1844, nos arquivos da torre do Tombo, em Lisboa, por Francisco Adolfo de Varnhagen e publicado pela primeira vez por ele em 1854, na primeira edição de sua monumental História Geral do Brasil, o Livro da Viagem e Regimento da Nau Bretoa tem 14 páginas manuscritas, redigidas e assinadas pelo escrivão do navio, Duarte Fernandes.

da *Bretoa*. Braga era o encarregado da feitoria então existente na baía de Todos os Santos, fundada não se sabe quando nem por quem. Sem que o caso tivesse sido esclarecido, a *Bretoa* zarpou da Bahia em 12 de maio de 1511 levando João de Braga, possivelmente porque ele estava encarregado de descobrir quem roubara as ferramentas e também porque seria transferido para a feitoria de Cabo Frio.

No dia 26 de maio, a *Bretoa* ancorou na ilha Comprida, onde possivelmente se erguia a mais antiga feitoria do Brasil, fundada por Vespúcio em 1504. Os tripulantes começaram a carregar o navio em 12 de junho. Ao longo de 15 dias de trabalho, eles transportaram uma média de 330 toras diárias – o equivalente a oito toneladas.

Como, dos 36 tripulantes, seis eram oficiais, quatro eram seus pajens (ou criados pessoais) e 13 eram marujos (que, de acordo com uma longa tradição, se recusavam a fazer qualquer outro serviço que não pertencesse às funções ligadas à condução e manutenção do navio), o carregamento do pau-brasil foi realizado pelos 14 grumetes. Em jornadas de dez horas de trabalho, cada um carregou cerca de 24 toras por dia – média de uma tora de 30 quilos a cada 25 minutos. O total atingido pela carga da *Bretoa* foi de 5.008 toras, cujo peso ultrapassava as 100 toneladas.

A leitura do regimento da nau *Bretoa* – que pretendia regular cada passo de seus tripulantes – revela que o navio era uma espécie de quartel flutuante cuja única missão além-mar era a obtenção do maior lucro no menor tempo possível. Em tese, não havia nada de aventureiro na vida dos primeiros “brasileiros”. Praticamente tudo lhes era vetado. Não podiam ultrapassar os limites da feitoria. Não podiam visitar terra firme. Não podiam falar e muito menos negociar com os indígenas. Não podiam pernoitar fora da nau. E não podiam sequer praguejar: aqueles que “arrenegassem” de Deus, da Virgem ou dos santos seriam multados em três mil reais e passariam um tempo na cadeia na volta a Portugal. Os rigores da lei parecem indicar quão movimentado era o dia a dia dos recolhedores de pau-brasil e revela as “infrações” que mais cometiam: praguejavam, dormiam com as nativas, comerciavam com os índios,

fugiam da feitoria, ou do navio, e iam para terra.

De todo modo, os oficiais também estavam submetidos a ordens estritas. Tudo que entrasse ou saísse do navio tinha que ser minuciosamente anotado pelo escrivão – até as agulhas. Tudo era numerado: as peças de “resgate” (facas, anzóis e machados), que saíam do navio diretamente para as mãos do feitor, e as toras que nele entravam. Eis um trecho do regimento: “Todos os paus do dito brasil que se carregarem na dita nau entrarão nela e se arrumarão perante vós e perante vosso escrivão, que os assentará com boa-fé em seu livro, de tal forma que não possa haver nisso nenhum erro e a arrumação deles [os paus], a mandareis fazer de tal modo que possa trazer a dita nau a maior soma que puder, sem vir coisa alguma dela de vazio.”

Qualquer demora inexplicada ou escala desnecessária custaria ao capitão o seu ordenado e alguns dias na prisão. Além de supervisionar o embarque da carga, os oficiais tinham uma outra responsabilidade: deveriam evitar a qualquer custo a deserção e a fuga dos marinheiros ou grumetes. É o que fica claro no seguinte trecho do regimento: “Vos lembrareis de terdes grande vigia na gente que vos acompanha, de maneira que não se possa na dita terra se lançar nem ficar nenhum deles, como algumas vezes já fizeram, o que é coisa muito odiosa ao comércio e ao serviço do dito Rei.” Dessa determinação – e do fato de dois grumetes terem desertado da armada de Cabral – é lícito supor que um significativo número de marinheiros fugia das naus e procurava abrigo junto aos indígenas.

A única brecha num regulamento de resto extremamente restritivo era a possibilidade, aberta a todos os tripulantes, de trazer para Portugal animais silvestres do Brasil – especialmente papagaios, macacos e felinos de pequeno porte, como jaguatiricas, todos muitíssimo apreciados como animais de estimação e, portanto, bastante valiosos tanto em Portugal quanto na França. A negociação para obter tais animais, no entanto, deveria ser feita exclusivamente por intermédio do feitor e nunca diretamente com os índios.

Os “brasileiros” da nau *Bretoa* se serviram amplamente da única chance de obter algum lucro pessoal com sua árdua jornada: mais de 60 animais foram levados para Lisboa, entre eles 15 papagaios, 12 felinos e seis macacos, além de saguis e tuins. Só um certo Jurami, criado de Bartolomeu Marchioni, adquiriu oito papagaios, sete felinos e cinco macacos. Nesse caso, porém, deve tê-los comprado não para si, mas para o patrão. Ao todo, esses animais foram avaliados em oito mil reais, valor sobre o qual o escrivão recolheu “um quinto”, referente aos impostos régios.

O regulamento da *Bretoa* também proibia expressamente que se desse “carona” aos indígenas, especificando que, por mais que eles insistissem, nenhum deveria ser levado para Portugal. O motivo para tal proibição, explicado pelo próprio regulamento, é bastante curioso. Como muitos dos nativos que decidiam embarcar por livre e espontânea vontade para Portugal acabavam morrendo a bordo dos navios ou na Europa, e como os poucos que lá chegavam raramente retornavam, seus parentes julgavam que os portugueses “os haviam comido, conforme era costume entre eles próprios”.

É interessante contrapor esse detalhe a outro documento da época, a *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, na qual se afirma que, muitas vezes, era difícil conter o ímpeto dos nativos, “dispostos a embarcar de qualquer maneira, pois achavam que iam para a Terra da Promissão”.

Embora o regimento também especificasse que “nenhum mal ou dano” deveria ser “cometido contra os naturais da terra”, a nau *Bretoa* levou 36 escravos para Lisboa – número igual ao da tripulação original do navio. Eram 26 mulheres e dez homens. Só o capitão Cristóvão Pires adquiriu “dois moços e três moças, além de uma moça, que levou por encomenda de Francisco Gomes”.¹⁰ O despenseiro Jurami, criado do banqueiro Marchioni, comprou “um homem e quatro moças” – não para si, mas para o patrão. O fato de os tripulantes da *Bretoa* terem “resgatado” quase o triplo de “moças” em relação ao total de homens levou pelo menos dois historiadores a concluir que tais escravas eram utilizadas “basicamente

como objetos sexuais”.¹¹

Em princípios de agosto, a nau *Bretoa* zarpou de Cabo Frio, e no dia 11 de outubro de 1511 ancorou em Lisboa. A viagem durara exatos oito meses e, apenas com o pau-brasil, o lucro de Fernando de Noronha, Bartolomeu Marchioni e seus dois sócios chegou a quatro mil ducados.

Antes da partida para Portugal, porém, o feitor João de Braga e o escrivão Duarte Fernandes concluíram que os culpados pelo roubo das machadinhas e cunhas, ocorrido três meses antes na baía de Todos os Santos, eram o piloto João Lopes de Carvalho e um certo Pedro Annes, marinheiro. Embora jurassem inocência, ambos ficaram desterrados no Brasil.

É provável que João de Braga também tenha permanecido em Cabo Frio, em substituição ao feitor anterior, que retornou com a *Bretoa* para a Europa depois de uma permanência de quatro ou cinco anos no Brasil. Alguns anos depois, João Lopes de Carvalho e Pedro Annes seriam encontrados, por outra expedição, no Rio de Janeiro.

Com efeito, poucos meses depois do desterro, Carvalho e Annes fugiram do Cabo Frio e se instalaram no Rio, não se sabe se na feitoria lá existente ou se em alguma das muitas aldeias espalhadas pelo entorno da baía de Guanabara – muito provavelmente em uma aldeia, pois, como se verá, a partir dali, eles viriam a desempenhar um papel importante na história das viagens marítimas e da exploração do litoral brasileiro, e nesse momento sua ligação pregressa com os nativos ficaria evidente.

O NOME DO BRASIL

Por causa do crescente número de navios que, como a nau *Bretoa*, vinham, todos os anos, recolher sua carga de “pau-de-tinta”, o território que, em 1500, Pedro Álvares Cabral batizara de Ilha de Vera Cruz (e, logo a seguir, Terra de Vera Cruz e, pouco depois, Terra de Santa Cruz) iria se tornar, a partir de 1510, conhecido quase que exclusivamente por “Terra do

Brasil”, depois de ter sido também “Terra dos Papagaios”.

Ainda assim, embora essa quarta designação tenha se consagrado, não há como comprovar que o Brasil tenha adquirido seu nome por causa do pau-brasil – ou, pelo menos, exclusivamente por isso. Afinal, apesar de os livros didáticos e o senso comum estabelecerem uma relação direta entre o nome do país e o nome da árvore, a origem da palavra “brasil” é misteriosa e repleta de ressonâncias. Há mais de 20 interpretações sobre a origem do étimo, e as discussões ainda parecem estar longe do fim.

O certo é que a palavra “brasil” é muito mais antiga do que o costume de utilizar o “pau-de-tinta” para colorir tecidos. Mais certo ainda é que a lenda e a cartografia antigas assinalavam, em meio às névoas do mar Tenebroso (como era conhecido o oceano Atlântico), a existência de uma ilha mitológica chamada Hy Brazil. Uma ilha móvel, “ressonante de sinos sobre o velho mar”, e que se afastava dos navegantes assim que eles se aproximavam dela.

Apesar do emaranhado na selva de palavras, o mais provável é que “brasil” provenha do francês “bersil”, mais tarde “brésil”, cujo significado mais provável é, de fato, “brasa”. Por outro lado, também é certo que “brasil” advém do celta “bress”, origem do inglês “to bless” (abençoar) – e que esse termo foi usado para batizar a ilha da Bem-Aventura, a lendária Hy Brazil, que teria sido descoberta no ano de 565 pelo monge irlandês São Brandão.

O que pode ter acontecido, no alvorecer do século XVI, é que dois “brasis”, de origem e significado distintos, se fundiram para nomear um novo e auspicioso território – a Terra do Pau-Brasil, que também poderia ter sido a Ilha da Bem-Aventura.¹²

IV

LA TERRE DU BRÉSIL

Soa como uma coincidência quase constrangedora o fato de se chamar *Bretoa* a nau portuguesa graças à qual os detalhes relativos ao comércio de pau-brasil se tornaram conhecidos. Afinal, o navio recebera esse nome por ter sido construído em um estaleiro da Bretanha, no noroeste da França. E a indústria naval da Bretanha não apenas nascera com o prestimoso auxílio de mestres e carpinteiros portugueses como seria justamente a partir dali, e da vizinha Normandia, em especial dos portos de Rouen e Dieppe, que iriam zarpar os traficantes e contrabandistas de pau-brasil que, durante mais de três décadas, assolaram o litoral brasileiro. A ação desses homens – então chamados “entrelopos” (do inglês *interloper*) – não só causou grandes prejuízos financeiros a Portugal como levaria a França a contestar juridicamente e ameaçar na prática a soberania portuguesa sobre o Brasil.

Apesar de menos documentada que a dos “brasileiros” vindos de Portugal, a vida dos entrelopos franceses também pode ser reconstituída com alguma precisão. Embora restem apenas relatos esparsos – e nenhum deles de próprio punho –, não há dúvidas de que o cotidiano desses contrabandistas era bem mais aventureiro do que o dos feitores lusos. Talvez a própria aura de ilegalidade que cercava a operação – e o fato de ela estar, a princípio, ligada exclusivamente à iniciativa privada – concedesse aos franceses um grau de liberdade bem maior.

O fato é que, impossibilitados de fundar feitorias – que se tornariam

alvo fácil para as expedições guarda-costas dos portugueses –, os franceses se limitavam a largar, em pontos estratégicos da costa, onde havia pau-brasil de melhor qualidade, alguns “contratantes” e intérpretes. Muitos deles, em sua maioria normandos, obtinham permissão para viver nas aldeias indígenas e acabavam estabelecendo com os nativos uma ligação de mútua cumplicidade. Alguns, segundo o depoimento dos cronistas Jean de Lery e André Thevet, se identificavam tanto com as peculiaridades da vida selvagem que acabavam por “adotar todos os costumes dos índios, chegando até à abominação de comer carne humana”.¹ Havia intérpretes que se dispunham mesmo a usar enfeites e adereços indígenas, furando os lábios, raspando os pelos do corpo e se transformando em autênticos “índios louros”.

Não só pela via desses “índios brancos”, mas também porque, ao contrário do que ocorria com os portugueses, eles não estavam interessados em capturar escravos, os franceses foram capazes de estabelecer laços estreitos com várias nações indígenas do litoral brasileiro, nominadamente a Potiguar, a Tabajara e a Tamoio. A lealdade de alguns grupos nativos a esses seus “parentes” europeus seria de grande valia aos franceses quando, anos mais tarde, na baía de Guanabara, eles travaram com os portugueses (e seus aliados indígenas Tupiniquim e Temiminó) a luta decisiva pela posse do Brasil.

OS NAVEGANTES DO MAR DO NORTE

A Normandia e a Bretanha possuíam uma longa tradição náutica, incrementada a partir de 1438, quando alguns mestres e carpinteiros portugueses foram contratados por armadores normandos para ajudar na construção de barcas e barinéis (os navios que antecederam as caravelas e naus dos séculos XV e XVI). Tais embarcações eram utilizadas na pesca de arenque no mar do Norte.

No início do século XVI, as cidades de Dieppe e Rouen se consolidaram como os maiores polos da indústria têxtil da França. Suas

tecelagens estavam entre as maiores e mais eficientes da Europa, e os *bonnetries* (chapéus e gorros) de Rouen eram famosos em todo o continente. Apesar da inimizade ancestral, os ingleses preferiam a moda francesa à sua própria e até os nobres de Florença e de Gênova vestiam capotes de lã e chapéus de feltro feitos na Normandia. Estava se iniciando o período em que, por mais guerras em que se envolvesse, a França continuaria ditando os modos e a moda até mesmo para seus inimigos.

Foi assim que, na virada do século XV para o XVI, uma explosiva equação se articulou nos portos de Rouen e Dieppe. Ela misturava uma longa tradição de pirataria com a intensa demanda por corantes naturais provocada pela indústria têxtil local. A esses dois fatores juntava-se o fato de que tanto a Inglaterra quanto a França se recusavam a aceitar a validade jurídica do Tratado de Tordesilhas – a partilha planetária feita em 1494 entre Portugal e Espanha, com bênção papal.

Portanto, quando se soube, na França, que um vasto território havia sido encontrado por Portugal na margem oeste do oceano Atlântico e que essa região era uma fonte quase inesgotável de pau-brasil, a informação funcionou como fermento para que os três ingredientes relacionados acima resultassem numa única ação lógica: os franceses decidiram enviar seus navios para o Brasil. Embora nenhuma das viagens fosse “oficial”, é evidente que a Coroa francesa estimulava o assédio “ilegal” de seus súditos às regiões tropicais do que viria a ser a América do Sul.

A Normandia, mais especificamente a região do Pays de Caux, foi agraciada com excelentes e profundos portos marítimos, em especial os de Dieppe (que quer dizer “profundo” em francês), Honfleur, Fécamp e Le Havre, além do movimentado porto fluvial de Rouen, às margens do rio Sena. Na vizinha Bretanha, a natureza foi mais avara e todos os portos da região eram perigosíssimos devido à pouca profundidade e ao seu fundo rochoso. Por causa dessas dificuldades, os bretões se tornaram marinheiros hábeis e sua fama se espalhou pela Europa.



A VIAGEM DE GONNEVILLE

Na verdade, a conexão marítima entre a França e o Brasil se iniciara quase que imediatamente após a descoberta feita por Cabral. Graças à viagem de Pedr'Álvares, tanto os tecelões quanto os armadores da Bretanha e da Normandia ficaram sabendo, já desde 1504, da existência de uma região que, além de rica em pau-brasil, era imensa, desprotegida e muito mais próxima dos portos franceses do que a Índia ou Sumatra. O responsável pela divulgação dessa notícia teria sido um certo Binot Paulmier de Gonneville.

Binot Paulmier, nascido em Gonneville, vilarejo a 4 quilômetros da paróquia de Honfleur, era um burguês de natureza inquieta e aventureira. Por coincidência, ele e mais dois companheiros, Jean L'Anglois e Pierre le Carpintier, estavam em Lisboa em julho de 1501, quando Cabral retornou de Calicute para Portugal com três naus carregadas de joias e especiarias. A cidade havia preparado uma grande festa para saudar o retorno de Cabral – celebração que Binot provavelmente presenciou.² Possivelmente,

foi o impacto da cena que levou Gonneville a elaborar o ousado plano de também chegar à Índia.

Embora um alvará do rei D. Manoel proibisse, sob a dureza da lei, que mareantes lusos servissem a outras nações, Paulmier e seus companheiros contrataram, nas tavernas portuárias de Lisboa, dois ex-integrantes da frota de Vasco da Gama – Bastião de Moura e Diogo Coutinho – e os convenceram a partir numa viagem para o Oriente.

De volta a Honfleur, Binot obteve financiamento de seis ricos mercadores locais. Como Dieppe e Rouen, Honfleur era um porto de intensa movimentação, localizado na foz do rio Sena e fronteiro ao canal da Mancha. Foi ali que Gonneville armou um navio de 120 toneladas, *L'Espoir* (“A Esperança”), e conseguiu arregimentar 60 marujos.

Com víveres suficientes para dois anos e várias mercadorias para permuta, *L'Espoir* zarpou de Honfleur no dia 24 de junho de 1503 (apenas duas semanas depois de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio terem partido de Lisboa em sua segunda viagem ao Brasil, e já tarde demais para aproveitar os melhores ventos e correntes). Orientado pelos “traidores” Bastião de Moura e Diogo Coutinho, o navio de Gonneville seguiu a rota tradicional descoberta pelos portugueses. Ancorou nas ilhas Canárias no dia 12 de julho e no dia 30 do mesmo mês chegou a Cabo Verde (de onde a frota de Coelho e Vespúcio zarpara no dia 10).

Depois de nove dias nesse porto africano, *L'Espoir* partiu em sua solitária viagem pelo Atlântico, ainda chamado de “mar-oceano”. Esse era um fato muito raro: as frotas em geral eram compostas por pelo menos três embarcações, e desde 1434 os portugueses não se aventuravam em jornadas atlânticas feitas em um só navio. Retido nas calmarias equatoriais, *L'Espoir* só cruzou a linha do equador no dia 12 de setembro. Desencadeou-se então uma tempestade que se prolongou por mais de dez dias. Quando o tempo enfim amainou, Bastião de Moura e Diogo Coutinho não foram capazes de dizer onde o navio se encontrava.

Por 40 dias, *L'Espoir* navegou sem rumo, como se estivesse à deriva. O escorbuto – o apavorante “mal do mar”, causado pela carência de

vitamina C, encontrada em frutas e legumes (ausentes na dieta de bordo) – abateu-se sobre a tripulação e, de imediato, vitimou seis tripulantes. A 9 de novembro, quando a situação já era desesperadora, os marinheiros avistaram um emaranhado de algas e plantas marinhas – sinal claro de que a terra estava próxima. De fato, no dia seguinte, eles depararam com uma ilha solitária em meio ao Atlântico. Dois anos mais tarde, essa mesma ilha seria redescoberta por um capitão português, Tristão da Cunha, e receberia seu nome. Sua localização é 37°15’ de latitude sul – na altura da atual cidade de Mar del Plata, na Argentina (*veja mapa logo adiante*). Ali, Paulmier parece ter desistido do sonho de ir à Índia, guinando bruscamente para noroeste. A explicação mais plausível para esse desvio de rota é o fato de que, impossibilitado de seguir para o Oriente, Gonville teria decidido alcançar as terras que Cabral descobrira em 1500.

Mas quase dois meses ainda seriam necessários até Gonville vislumbrar montanhas verdejantes e aportar às margens de “um rio semelhante ao Orne”,³ rio esse que deságua no canal da Mancha depois de cruzar a cidade de Caen, na Normandia. Era o dia 5 de janeiro de 1504, e o capitão normando Binot Paulmier se tornava o primeiro europeu a tocar em solo brasileiro ao sul da ilha de Cananeia (que Vespúcio e Coelho haviam descoberto dois anos antes, em janeiro de 1502). Convencionou-se que o “rio semelhante ao Orne” é a atual baía de Babitonga, o vasto estuário do rio Palmital localizado junto à ilha de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, na atual fronteira com o Paraná, embora na verdade não existam provas concretas de que o desembarque tenha de fato se dado ali.



Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, realizada entre junho de 1503 e maio de 1505.

De todo modo, bem recebidos pelos índios, os franceses permaneceram seis meses ancorados lá. Os nativos se revelaram pacíficos. O líder local se chamava Arosca e ordenou que seus guerreiros suprissem os mareantes de carne de veado, frutas e pinhões. Arosca era um Carijó, tribo Guarani que, anos mais tarde, os jesuítas portugueses definiriam como “o melhor gentio de costa” e que os moradores de São Vicente escravizaram em larga escala.

Em 3 de julho de 1504, com o *L’Espoir* carregado de peles e penas, Binot de Paulmier resolveu retornar para a Europa. Os normandos haviam permanecido seis meses em companhia dos nativos sem que entre eles irrompesse nenhum conflito. Impressionado com a artilharia dos franceses – e convicto de que aqueles homens estranhos eram “anjos do céu” –, Arosca decidiu enviar para a França seu filho e herdeiro, o “príncipe” Essomeriq, um garoto de apenas 13 anos. Em companhia de seu tutor, que

se chamava Namoa, Essomeriq partiu para Honfleur com a missão de “aprender a fazer canhões”, com os quais o ardiloso Arosca sonhava esmagar seus vizinhos e inimigos tradicionais, os Tupiniquim do litoral de São Paulo, futuros aliados dos portugueses e membros do mesmo grupo étnico que também vivia no litoral sul da Bahia.

A viagem de volta foi uma jornada de danação. Enfrentando as tormentas do inverno meridional, *L’Espoir* avançou ao longo da costa brasileira. As febres tropicais e o escorbuto dizimaram a tripulação. Até Essomeriq e Namoa foram acometidos pela doença. Namoa morreu. Julgando que o jovem príncipe também não fosse sobreviver, Binot Paulmier decidiu cristianizá-lo – e o batizou com o próprio nome. Mas o jovem e saudável Essomeriq se curou.

No dia 10 de outubro de 1504, Gonneville resolveu desembarcar para reabastecer o navio e descansar das fadigas do mar. Mas escolheu o lugar errado: ancorou numa praia habitada por selvagens ferozes e antropófagos. O *L’Espoir* provavelmente estava próximo à foz do rio Paraíba do Sul, na atual divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo – território dos temíveis Goitacá (ou Waitaka), “tapuias” do grupo Jê, tidos como a mais agressiva dentre todas as nações do litoral brasileiro. Intrépidos pescadores de tubarão e canibais inveterados, os Goitacá puseram em fuga os alquebrados marujos de Gonneville.

Dez dias mais tarde, *L’Espoir* chegou à baía de Todos os Santos, onde seus tripulantes foram bem recebidos pelos Tupiniquim. Lá, os franceses puderam descansar e abastecer o navio com uma preciosa carga de pau-brasil. Então, na véspera do Natal de 1504, Gonneville zarpou pela terceira vez rumo à França. No dia 10 de fevereiro de 1505, cruzou o equador, dessa vez em direção ao norte. Em 9 de março, aportou nos Açores.

Dois meses mais tarde, em 7 de maio, Gonneville estava a apenas 150 quilômetros de casa. Mas, quando o *L’Espoir* cruzava ao largo de Jersey, uma das ilhas do canal da Mancha, o navio foi atacado primeiro por um pirata inglês, do qual se livrou apenas para deparar com um pirata bretão. Sem alternativa, Paulmier preferiu jogar o *L’Espoir* contra os recifes; seus

marinheiros nadaram para terra, lutando para encontrar refúgio antes que fossem mortos pelos piratas.

Em 20 de maio de 1505, 28 homens famintos e esfarrapados entravam a pé em Honfleur. Eram os únicos sobreviventes da expedição de Binot Paulmier, entre os quais se incluíam ele próprio e seu afilhado, o jovem “príncipe” Carijó Essomeriq. Toda a carga do *L’Espoir* afundara ou fora saqueada e a Binot Paulmier restou apenas o frágil expediente de denunciar a violência dos piratas às autoridades locais.⁴

Vendo-se, assim, impossibilitado de cumprir a promessa de levar Essomeriq de volta ao pai, Binot de Paulmier decidiu casá-lo com sua própria filha, Marie Moulin, e o fez herdeiro de todas as suas propriedades. Por mais de meio século, Essomeriq viveu em Honfleur, onde se tornou um cidadão conhecido e respeitado, com muitos filhos, netos e bisnetos. O príncipe indígena morreu em 1583, aos 94 anos. Em 1658, um de seus descendentes, Jean Paulmier, tornou-se abade e escreveu um livro, dedicado ao papa Alexandre VII, solicitando que se enviassem missionários ao sul do Brasil. Mas, então, os Carijó já estavam quase extintos, escravizados por bandeirantes e mamelucos de São Paulo.⁵

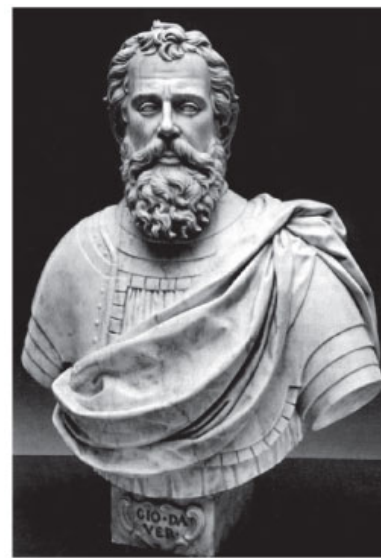
Embora a viagem de Binot Paulmier de Gonneville tenha se configurado um fracasso comercial, ela parece ter alertado definitivamente os normandos para a existência do Brasil – um território amplo demais para que os portugueses pudessem controlar e no qual a madeira corante que tanto interessava à indústria têxtil da Normandia podia ser recolhida com facilidade. Não se sabe quantos navios normandos e bretões seguiram a rota aberta por Gonneville, mas com certeza foram dezenas. Raro é o relato feito por expedições portuguesas subsequentes no qual não se mencione a presença de pelo menos uma nau francesa avistada em algum ponto do litoral brasileiro.

AS VIAGENS DOS IRMÃOS VERRAZZANO

Por volta de 1524, os marinheiros normandos já haviam reconhecido (e ajudado a cartografar) praticamente toda a costa brasileira do Maranhão ao Rio de Janeiro, embora suas expedições continuassem sendo esparsas. A ligação marítima entre Honfleur-Dieppe-Rouen e o Brasil parece ter se tornado mais intensa e rotineira a partir das viagens dos irmãos *Giovanni e Girolamo Verrazzano*. Italianos originários da Toscana, os Verrazzano se estabeleceram em Dieppe e viajavam sob bandeira francesa. Em sua primeira jornada, realizada em 1522, eles se tornaram os primeiros navegadores europeus a chegar à ilha de Manhattan, onde hoje se ergue Nova York.

Em julho de 1526, os irmãos partiram de Dieppe com duas naus e dois galeões – dessa vez dispostos a chegar às Molucas, na Malásia. Foi uma viagem atribulada, repleta de naufrágios e tragédias. No caminho de volta, sem ter conseguido atingir seu objetivo (embora tenham vencido o cabo da Boa Esperança e chegado até Sumatra), os Verrazzano tocaram pela primeira vez o litoral do Brasil, provavelmente em Pernambuco. Ali, encheram de pau-brasil o porão da única nau que lhes restava. A valiosa carga pagou as despesas daquela triste jornada.

Em maio de 1528, os irmãos tornaram a partir de Dieppe. Em julho, quando sua frota estava em uma ilha do Caribe, Giovanni foi morto e devorado por antropófagos diante do



Giovanni Verrazzano nasceu em 1485, num castelo a cerca de 50 quilômetros de Florença, na Toscana, Itália. Era de origem nobre e foi criado dentro do espírito do humanismo renascentista, como seu contemporâneo e contemporâneo Américo Vesúcio. Junto com seu irmão Girolamo, Giovanni se mudou para Dieppe por volta de 1506. Lá, passou a navegar nos navios pertencentes ao banqueiro e comerciante Jean Ango. Sua morte provavelmente ocorreu na ilha de Guadalupe, possessão francesa no mar do Caribe. Segundo o relato de seu irmão Girolamo, testemunha ocular da cena, os índios Caribe devoraram “partes ainda trêmulas” do corpo do navegador. O busto acima pertence ao acervo da National Gallery of Art, de Washington, D.C., EUA.

irmão e da horrorizada tripulação. Ainda assim, Girolamo prosseguiu em direção a Pernambuco, onde obteve novo carregamento de pau-brasil. No ano seguinte, o mesmo Girolamo viria ainda outra vez ao Brasil, abarrotando três naus com o “pau-de-tinta” – que os normandos chamavam de “bois rouge” (“madeira vermelha” em francês) ou de “arabutan” (palavra de origem tupi).

Foram as viagens de Girolamo Verrazzano que estabeleceram a rota ideal e os métodos de coleta de pau-brasil para as expedições seguintes dos franceses, cada vez mais frequentes a partir de então. Também é provável que tenha sido esse navegante toscano quem inaugurou o costume de deixar “intérpretes” normandos para viver entre os indígenas do Brasil e recolher as cargas de “bois rouge”.

Ao retornar ao local onde haviam deixado seus intermediários, os franceses disparavam dois tiros de canhão anunciando sua chegada. Então o “intérprete” (que, como os feitores lusos, também se especializava em ensinar os papagaios a falar) vinha para a praia e os índios iniciavam o carregamento de pau-brasil. Como os portugueses, os franceses também pagavam os nativos com quinquilharias, espelhos e machados.

A presença desses traficantes no litoral brasileiro tornou-se tão comum que muitos acidentes foram batizados com nomes como Porto Velho dos Franceses e Porto Novo dos Franceses (ambos no Rio Grande do Norte), rio dos Franceses (na Paraíba), baía dos Franceses (em Pernambuco), boqueirão dos Franceses (em Porto Seguro) ou praia do Francês (próxima

A ilustração abaixo representa um marinheiro normando perambulando pelo porto de Honfleur, logo após chegar do Brasil, em companhia de seu papagaio. A cena era bastante comum na Normandia durante a terceira década do século XVI, quando muitos animais e indígenas brasileiros podiam ser encontrados nos portos do norte da França e até em Paris.



à atual Maceió, em Alagoas). Outro ponto no qual os navios normandos ancoravam com muita frequência era a praia de Búzios, no Rio Grande do Norte, cerca de 25 quilômetros ao sul de Natal.

O pau-brasil recolhido pelos entrelopos era vendido em Rouen por 1,2 ducado o quintal, a metade do preço praticado pelo grupo liderado por Fernando de Noronha (que era de 2,5 ducados o quintal). É natural, portanto, que as viagens dos traficantes franceses tenham causado grandes prejuízos financeiros a Portugal, diminuindo consideravelmente sua exportação de pau-brasil para a França.

O IMPÉRIO DE JEAN ANGO

Entre os homens que financiaram as expedições dos irmãos Verrazzano – e inúmeras outras que vieram depois – estava um personagem que iria criar vínculos cada vez mais estreitos com o Brasil. Era o mercador e banqueiro Jean Ango, futuro visconde de Dieppe. Protegido do cardeal d'Amboise – figura de grande importância na corte de Luís XII –, Ango (pronuncia-se Angô) financiara as primeiras expedições francesas à América do Norte. Patrocinou também as viagens de Jacques Cartier, fundador de Québec e da Nova França, no Canadá – território que, por duas décadas, foi quase propriedade privada do chamado “sindicato Ango”.

Os negócios de Jean Ango se estendiam das ilhas Britânicas à Turquia. A família tinha entrepostos na Itália, em Chipre, na Grécia e nos Países Baixos. Sua frota possuía mais de 50 navios, navegando sob bandeira própria. Nessa bandeira, Ango mandara colocar a lua crescente, símbolo dos países árabes, com os quais mantinha lucrativas ligações comerciais.

A foto abaixo, extraída do livro O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa, de Afonso Arinos de Mello Franco, mostra o castelo de Jean Ango em Varengeville, no norte da França. O castelo ainda existe e está aberto a visitação pública.



A partir de 1510, os navios de Anjo se dedicaram também à pirataria (ou “corso”) contra os navios portugueses, obtendo, entre 1515 e 1540, lucros superiores a um milhão de cruzados.⁶

Jean Anjo se tornou também o principal incentivador da ocupação francesa do Brasil. A maioria dos navios que vinham recolher pau-brasil em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e na Paraíba pertencia a ele. Entre 1525 e 1530, Anjo ganhou tanto dinheiro com o tráfico de “bois rouge” que mandou construir em Dieppe uma belíssima mansão, toda feita em jacarandá e pau-brasil. Essa casa, palco de festas memoráveis frequentadas por príncipes e reis, por bispos e ministros (entre os quais o rei da França, Francisco I, e os príncipes da família Médici), vivia repleta de indígenas e de animais vindos do Brasil. Eles circulavam livremente pelo pátio interno, entre chafarizes e jardins.

Mas Jean Anjo não morava nessa mansão. Ele vivia em um esplêndido castelo em Varengeville, pequeno povoado entre Rouen e Dieppe (*foto anterior*). Uma ala do Château de Varengeville fora decorada com motivos ornamentais inspirados pelo rendoso tráfico do pau-brasil. O palácio de Anjo, bombardeado pelos ingleses em 1694, foi restaurado no século XIX e ainda pode ser visitado.

O TESTAMENTO DE ADÃO

O crescente assédio francês ao Brasil – de início, fruto da iniciativa privada – começou a se tornar, pelo menos a partir de 1524, política oficial, estimulada pelo rei da França, Francisco I d’Angoulême, que assumira o trono em 1515. Como seu antecessor, Luís XII, Francisco I não aceitava as estipulações do Tratado de Tordesilhas, o acordo que em 1494 não só dividira o mundo entre Portugal e Castela como também tornara o Atlântico um oceano fechado (*mare clausum*) a outros países. A França decidiu desafiar os “direitos adquiridos” das Coroas ibéricas sobre o Novo Mundo e lutar pela “liberdade dos mares” (*mare liberum*).

Houve poucos conflitos “oficiais” entre *O tráfico entre a Normandia e*

Portugal e França durante o reinado de Luís XII (1498-1515), já que as relações entre as duas Coroas se mantiveram estáveis. Embora os portugueses assegurassem que um número “passante de 300 navios” seus – cujo valor era superior a um milhão de cruzados – tivessem sido capturados pelos corsários franceses ao longo de duas décadas, o rei D. Manoel sabia que seus súditos eram atacados por indivíduos fora da lei. Sua preocupação tornou-se muito maior quando ele percebeu que Francisco I parecia decidido a incentivar essas ações.

Ao assumir o trono, *Francisco I* tentara uma aliança com Portugal, oferecendo a D. Manoel a mão de sua filha, a princesa Carlota. Mas a infanta morreu prematuramente e, a princípio, a aparente neutralidade de Portugal pareceu ser o bastante para o monarca francês. Mas, disposto a atacar as possessões de Carlos V em todos os quadrantes do globo, Francisco I logo decidiu afrontar também as determinações do Tratado de Tordesilhas. Ao justificar sua atitude, em uma carta a um diplomata espanhol, o rei francês faria o mais ousado e mordaz dos comentários sobre o tratado. “O sol brilha para mim como para todos”, disse ele. “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me excluiu da partilha do mundo.”⁷

o Brasil se tornou tão rendoso que, por volta de 1550, chegou a ser construída em Rouen uma esplêndida estalagem chamada L'Isle du Brésil (A Ilha do Brasil). O prédio foi derrubado em 1867, mas dois dos belíssimos entalhes que o decoravam foram preservados e estão no Museu Marítimo de Rouen (a seguir). Com cerca de 2 metros de comprimento por 50 centímetros de largura e 6 centímetros de espessura, esses painéis – que originalmente eram coloridos – mostram os índios brasileiros cortando o pau-brasil e levando suas toras nos ombros até as naus francesas.



Em 1524, após o sucesso da segunda viagem dos irmãos Verrazzano ao Brasil, precisando de cada vez mais dinheiro e em íntima associação com

Jean Ango (cujos navios e tripulantes lhe eram de grande valia na guerra contra Carlos V), Francisco I concluiu que, entre a dúbia neutralidade de Portugal e as riquezas que poderia obter no Brasil, a segunda opção lhe era bem mais vantajosa. E assim, virtualmente, oficializou o assédio à “terre du brésil”, rompendo todos os acordos de paz e tratados diplomáticos que firmara com Portugal. A crescente audácia dos franceses logo obrigaria a Coroa lusitana a agir.

O GUARDA-COSTAS CRISTÓVÃO JAQUES

Em fevereiro de 1526, o embaixador português na França, João da Silveira, escreveu uma carta alarmante para o rei D. João III (filho e sucessor de D. Manoel que subira ao trono após a morte do pai em 1521). Silveira alertou o monarca para o fato de que dez navios de corsários franceses estavam se preparando para zarpar de Honfleur. Vários deles se dirigiriam ao Brasil. D. João III resolveu agir com rapidez e rigor. Em fins de 1526 (ou início de 1527), ele enviou a terceira expedição guarda-costas ao Brasil. Mais uma vez, ela seria chefiada pelo fidalgo Cristóvão Jaques – que já estivera no Brasil em 1516 e em 1521, como se verá nos capítulos V e VI.

Por muitos anos, julgou-se que Jaques fosse de origem francesa (por causa da grafia do nome) – o que tornaria sua vigorosa ação contra os entrelopos normandos ainda mais peculiar. Mas pesquisas genealógicas realizadas em 1924 por Esteves Pereira provaram que ele era de origem espanhola: os Jaques eram originários do reino de Aragão e seu nome provinha das vizinhas montanhas de Jaca.

Concessionário do comércio de pau-brasil de 1516 a 1522, Cristóvão Jaques foi nomeado “governador das partes do Brasil” em fins de 1526. No início do ano seguinte, partiu de Portugal para combater os franceses com quatro caravelas e uma nau. Uma de suas caravelas seguiu para a Guiné e os demais navios chegaram a Pernambuco em maio de 1527. Ao aportar na feitoria que ele próprio havia fundado em 1516 na ilha de Itamacará,

Jaques soube que quatro navios franceses estavam carregando pau-brasil na baía de Todos os Santos. Quem lhe deu a informação foi um ilustre e infeliz naufrago espanhol, D. Rodrigo de Acuña. Jaques dirigiu-se de imediato para a Bahia, disposto a atacar os invasores. Ao chegar lá, descobriu que um dos navios inimigos era justamente a caravela que ele tinha enviado para a Guiné. O barco fora capturado pelos franceses, que haviam “deitado ao mar” toda a tripulação.

O combate entre Jaques e os traficantes franceses foi travado em fins de junho de 1527 e se prolongou por um dia inteiro. Foi uma luta violentíssima. Houve dezenas de vítimas, mais de cem, provavelmente. Um ano depois, alguns sobreviventes franceses conseguiram retornar à França, onde fizeram um dramático relato do episódio para o rei Francisco I. Em seu depoimento, eles disseram:

“Depois de afundados os nossos navios, alguns de nossos súditos se saíram à terra e se meteram nas mãos dos selvagens. Antes, outros dos nossos súditos se meteram nas mãos e mercê dos ditos portugueses, esperando ser deles melhor tratados, porém eles, os ditos portugueses, enforcaram alguns dos nossos súditos e outros meteram e enterraram até os ombros e o rosto e depois os martirizaram cruelmente a setadas e tiros de espingarda.”⁸

Informado das brutalidades cometidas por Jaques, o rei Francisco I se

Francisco I, que passou à História como o primeiro dos reis absolutistas, subiu ao trono em 1515. No ano seguinte, com a morte de Fernando de Aragão, o trono da Espanha foi ocupado por um de seus netos, o arquiduque da Áustria, Carlos I. Em 1519, Carlos I, aclamado imperador, passou a se chamar Carlos V e se tornou senhor de amplos territórios, que incluíam a Espanha e suas colônias na América, Flandres, a Áustria, a Alemanha e parte da Itália. Com as fronteiras ameaçadas pelo crescente poderio da Casa da Áustria, Francisco I decidiu agir. Em 1521, atacou Milão e deflagrou a guerra contra Carlos V.



indignou. Em setembro de 1528, enviou uma carta veemente ao rei de Portugal, D. João III. Um embaixador francês, Glyas Hellie, partiu de Paris para entregar a carta e apresentar protestos formais. Durante nove semanas, D. João III negociou com os franceses, mas não fez concessões. Em fins de outubro de 1528, porém, D. João III decidiu destituir Cristóvão Jaques do cargo de governador do Brasil e determinar seu imediato regresso a Portugal. Os requintes de crueldade com os quais Jaques tratara os franceses na Bahia acabariam fazendo com que ele caísse em desgraça na corte.

Em outubro de 1529, quando 25 dos franceses capturados por Jaques continuavam presos em Lisboa – condenados à morte –, Francisco I enviou a Portugal um novo embaixador, Pierre de Lagarde. O objetivo dessa missão diplomática era não só obter a libertação dos cativos como também pedir um empréstimo de 400 mil cruzados a D. João III. Francisco I queria o dinheiro para uma causa dramática: em fins de 1525, derrotado na Itália, ele fora forçado a deixar seus filhos como reféns das tropas de Carlos V. O imperador exigia 400 mil cruzados de resgate.

Quando o embaixador Lagarde chegou a Portugal, encontrou um reino em dificuldades financeiras: em abril de 1529, D. João III comprara da Espanha as ilhas Molucas (na Indonésia) por 350 mil ducados. Ainda assim, o rei vislumbrou no episódio uma chance de solucionar os conflitos com a França. Primeiro, libertou os prisioneiros. Depois, ofereceu 100 mil cruzados a Francisco I, afirmando que, na verdade, estava dando os 400 mil pedidos: os restantes 300 mil, disse D. João III, deveriam ser descontados dos prejuízos causados pela ação dos franceses no Brasil.

Francisco I aceitou a proposta. Assim, em janeiro de 1530 um acordo foi firmado entre as duas Coroas. Através dele, o próprio almirante Philippe Chabot, comandante-chefe da marinha francesa, ficou encarregado de reprimir a ação dos piratas normandos, ganhando, para isso, uma quantia extra, paga por D. João III.

Mas a questão ainda não estava encerrada. Um mês após a assinatura do tratado, os portugueses capturaram um galeão e uma barca pertencentes

a Jean Ango. Embora as duas embarcações estivessem em águas territoriais portuguesas, e cheias de mercadorias saqueadas de navios lusos, Ango se indignou e exigiu indenização. Chegou a afirmar que iria declarar ele próprio guerra a Portugal e anunciou que seus navios bloqueariam o porto de Lisboa.

Embora tais afirmações pudessem soar como bravata, o fato é que Jean Ango obteve de Francisco I uma “carta de corso”, ou seja, uma autorização legal para atacar navios portugueses e saqueá-los até obter butim equivalente a 200 mil cruzados. Dessa forma, Francisco I simplesmente ignorou o acordo que firmara com Portugal. O caso só foi resolvido em 15 de agosto de 1531, quando D. João III comprou a “carta de corso” do próprio Ango, enviando emissários à França e pagando 60 mil francos (equivalentes a 100 mil cruzados) pela “carta”. Só então os homens e os navios de Ango pararam de atacar os lusos e suspenderam o assédio ao Brasil.

Abandonado pelos amigos mais influentes e assediado pelos credores, Jean Ango morreu quase na miséria, em 1551. Foi enterrado na igreja de Saint-Jacques, em Dieppe, sob lápide decorada com figuras dos índios brasileiros.

A PEREGRINA

Apesar de João III ter comprado a “carta de corso” (também chamada “carta de marca”) de Jean Ango e assinado um acordo com Francisco I, nem assim a ação de outros contrabandistas franceses cessou. Tanto é que, em setembro de 1531, os portugueses capturaram, em frente à cidade de Málaga, na Espanha, próximo ao estreito de Gibraltar, no Mediterrâneo, a nau *La Pèlerine*. *A Peregrina* retornava do Brasil com o porão cheio de pau-brasil e outras mercadorias. A nau foi avistada por acaso por um navio português que partira de Lisboa para levar o bispo D. Martinho a Roma, onde ele iria tratar do estabelecimento do Tribunal da Inquisição em Portugal.

A Peregrina havia zarpado de Marselha para o Brasil em dezembro de 1530, com 120 homens, 18 canhões, munição e material de construção a bordo. Um dos armadores da nau era o barão de Saint Blancard, comandante da esquadra francesa do Mediterrâneo. A missão, “militar, comercial, agrícola e feitorial”,⁹ partiu com a aprovação de Francisco I, apesar de ele ter assinado o tratado com D. João.

Em março de 1531, *A Peregrina* chegou à feitoria que Cristóvão Jaques havia fundado em 1516 na ilha de Itamaracá, no litoral de Pernambuco. O feitor Diogo Dias, cinco portugueses e dezenas de índios aliados resistiram dois dias ao ataque dos franceses. Devido à desproporção de forças, foram forçados a se render e celebraram a paz com os inimigos. Mediante o pagamento de 400 ducados, chegaram a ajudá-los a construir uma fortaleza, feita para substituir a feitoria destruída pela artilharia francesa. Durante três meses, os entrelopos permaneceram instalados em seu novo fortim.

Em junho de 1531, deixando 70 homens no forte, os franceses partiram de Itamaracá. Dois meses mais tarde, foram capturados em Málaga. Nos porões de *A Peregrina* os lusos apreenderam cinco mil quintais (ou cerca de 15 mil toras, equivalentes a 300 toneladas) de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 300 quintais (1,8 tonelada) de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão

Por não concordarem com os direitos que Portugal obtivera através do Tratado de Tordesilhas, os franceses instauraram um processo judicial contra a corte de Lisboa após a apreensão da nau A Peregrina. Graças aos registros desse tribunal é que os detalhes do episódio se tornaram conhecidos. O fato de A Peregrina transportar em seus porões a espantosa quantidade de três mil peles de onça levou o historiador americano Dean Warren a dedicar ao tema duas páginas de seu livro A Ferro e Fogo (sobre a devastação da Mata Atlântica), especulando sobre o impacto causado por tal mortandade não só no meio ambiente, mas nos próprios costumes indígenas. Abaixo, retrato do rei da França Francisco I, que rompeu todos os acordos diplomáticos que fez com Portugal.



e amostras minerais. Ao todo, para fins de indenização, o valor da carga foi calculado pelos franceses em 62 mil ducados.

O preço das mercadorias foi visivelmente aumentado, já que, por cada quintal de pau-brasil, os contrabandistas exigiram oito ducados (o triplo do valor de mercado e cinco vezes mais do que o preço praticado por eles mesmos). O valor de cada papagaio foi calculado em seis ducados e cada pele de onça valeria três ducados. Esses números fornecem dados elucidativos para a compreensão das dimensões que o tráfico ilegal entre o Brasil e a França atingira na terceira década do século XVI – e do profundo impacto que ele teria sobre certas espécies de árvores e animais.

A compra da “carta de corso” de Jean Ango, a captura de *A Peregrina* e a subsequente destruição do fortim de Itamaracá por Pero Lopes de Sousa, em novembro de 1532, marcaram o fim do primeiro período de assédio dos franceses ao Brasil. Três décadas e meia ainda seriam necessárias antes que a França voltasse outra vez seus olhos para o Brasil – e, então, invadissem oficialmente o país em 1555, quando o navegador Nicolas Villegaignon fundou, no Rio de Janeiro, com o apoio do rei francês Henrique II, o enclave que seria chamado de França Antártica e que os portugueses precisariam de dez anos para destruir, enfim, acabando com a ameaça que os franceses representavam para os seus interesses no Brasil.

V

O RIO DAS GRANDES RIQUEZAS

Ao contrário da França, a Espanha evidentemente concordava com as estipulações do Tratado de Tordesilhas. Afinal, a partilha do mundo, feita em 1494 com bênção papal, fora assinada de comum acordo entre Portugal e Espanha – e evitara, naquele momento, a guerra iminente entre as duas Coroas. Porém, como nenhum cosmógrafo era capaz de demarcar com precisão o local pelo qual passava a linha divisória estabelecida pelo tratado (e como a própria realidade geográfica da América permaneceria envolta em contornos nebulosos pelo menos até a descoberta do estreito de Magalhães, em 1519), os dois reinos ainda travariam muitos conflitos diplomáticos até que a situação se apaziguasse.

Os choques entre as Coroas ibéricas eram aumentados pelo fato de que reinava na Espanha grande confusão com relação à natureza da região que se estendia desde o cabo de Santo Agostinho (em Pernambuco) até Pária (na Venezuela) – zona que fora, toda ela, descoberta e explorada a partir de 1498 pelas expedições espanholas comandadas por Cristóvão Colombo, Alonso de Hojeda, Vicente Pinzón e Diego de Lepe.

Castela estava convencida de que toda essa área, que ficava ao sul do mar do Caribe, lhe pertencia por direito. Os espanhóis acreditavam também que o território que Cabral havia descoberto ao sul do cabo de Santo Agostinho era apenas uma ilha. Sobre os limites de Tordesilhas nas porções meridionais do que viria a ser o Brasil, o desconhecimento era ainda maior – na verdade, talvez fosse total, e, nesse caso, por parte das

duas Coroas.

Mas Castela logo obteria novas informações sobre o território do Brasil. Afinal, no dia 5 de fevereiro de 1505 retornava para Sevilha o homem que mais conhecia a região que Cabral havia avistado em abril de 1500 e que ele próprio já havia explorado duas vezes: o florentino Américo Vespúcio.

Poucos dias antes, Vespúcio fora demitido pelo rei D. Manoel – ou talvez tenha se demitido... A carta escrita pelo mercador Piero Rondinelli (a mesma graças à qual o contrato entre D. Manoel e Fernando de Noronha ficou conhecido) afirmava, já em 1502, que Américo se julgava “mal pago” e estava insatisfeito com o tratamento que lhe era dispensado pelo rei de Portugal. Alguns historiadores, contudo, acham que foi o retorno de Gonçalo Coelho (que teria chegado a Portugal em janeiro de 1505, seis meses após o retorno de Vespúcio) que na verdade precipitou a demissão do florentino. Cabe lembrar que os dois haviam brigado durante sua segunda viagem conjunta ao Brasil e seus desencontros – primeiro na ilha de Fernando de Noronha e depois na Bahia – podem ter sido provocados por Vespúcio, embora em suas cartas o florentino afirme o contrário. Na verdade, até hoje não se sabe quem abandonou quem.

De todo modo, Américo Vespúcio não só deixou Portugal como, em 24 de abril de 1505, naturalizou-se castelhano. Logo a seguir, informou ao rei D. Fernando que o Brasil não era uma ilha, mas parte de um vasto continente, que se estendia desde o golfo de Pária, na Venezuela, até pelo menos Cananeia, no litoral sul do atual estado de São Paulo.

Ainda mais importante é que Vespúcio estava convencido da existência de um estreito, que se localizaria no meio ou ao fim dessa massa continental. Essa suposta passagem marítima para a Ásia conduziria a Málaca e às ilhas Molucas, território que ficava a leste da Índia e era tido como o lugar no qual “nasciam todas especiarias”. E o melhor é que Vespúcio averiguara que, a partir de Cabo Frio, a costa brasileira inclinava-se resolutamente para oeste. O suposto estreito, portanto, haveria de se localizar em território pertencente à Espanha. Com tal

opinião concordavam os maiores navegadores espanhóis de seu tempo, Vicente Yañez Pinzón e Juan de la Cosa.

Em 7 de novembro de 1507, o rei D. Fernando convocou Vespúcio e Juan de la Cosa para irem a Burgos, no norte da Espanha. Lá já estavam *D. Juan Rodrigues de Fonseca*, bispo de Córdoba e responsável por todos “os negócios das Índias”, e os pilotos Vicente Pinzón e João Dias de Solis. Solis era um navegador português que um ano antes fugira de Portugal (onde havia sido condenado pelo assassinato da mulher) e que, tal como Vespúcio, também se naturalizara castelhano.

Embora fossem o mais estrito segredo de Estado, as três principais decisões tomadas pela chamada Junta de Burgos logo ficaram conhecidas em Portugal, graças a uma eficiente rede de espionagem. A primeira delas foi a nomeação de Américo Vespúcio para o cargo de piloto-maior da Espanha. Ele assumiu o posto em 22 de março de 1508, com um salário anual de 50 mil maravedis (*veja sobre os valores monetários em "O Poder e o Valor das Moedas"*). A partir de então, nenhum navegador poderia exercer sua profissão sem antes ser examinado por Vespúcio e receber dele uma carta de habilitação.

A segunda decisão foi a de enviar uma expedição conjunta, comandada por Pinzón e Solis, para averiguar em que lugar do litoral sul do Brasil passava a linha de Tordesilhas. Por fim, ficou decidido também que Juan de la Cosa deveria partir para o Caribe em busca de uma passagem para o suposto “mar do Sul” – o oceano que, em tese, banharia a costa oeste da América e conduziria às desejadas ilhas Molucas. Ambas as viagens se concretizaram, embora, como se verá, sem resultados práticos.

Com efeito, Vicente Pinzón e Juan Díaz de Solís partiram rumo ao Brasil já no dia 23 de maio de 1508. Em fins de junho, tocaram o cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. É provável que tenha sido essa visita de Pinzón ao cabo que ainda hoje leve vários historiadores a julgar que ele também teria estado ali em janeiro de 1500, o que não ocorreu. De

Pernambuco, supõe-se que a expedição conjunta tenha perlustrado a costa do Brasil até a altura de Cabo Frio. Sem terem encontrado uma passagem marítima para o oeste e já rompidos um com o outro em função de disputas surgidas durante a viagem, Pinzón e Solís retornaram à Espanha. Em 14 de novembro de 1509, com os navios repletos de pau-brasil, eles aportaram em Sevilha.



Acima, retrato do bispo Juan de Fonseca, chefe do Conselho das Índias e principal responsável pela coordenação das viagens enviadas pelos espanhóis ao Novo Mundo.

Considerado responsável pela briga que eclodira durante a viagem, Solís foi imediatamente enviado para a prisão. Já Pinzón, embora satisfeito com a punição do rival, decidiu que, após tantas agruras vividas no mar, era hora de se aposentar. Cinco anos depois, em 1514, o primeiro navegador europeu a ter chegado ao Brasil morria quase esquecido em sua cidade natal, Palos, sem jamais ter voltado a navegar e antes de usufruir as honrarias e o brasão de armas que o imperador Carlos V concedeu não só a ele, mas a toda a família Pinzón por seu papel na descoberta e exploração da América.

Tão logo soube que a expedição Pinzón-Solís havia percorrido a costa do Brasil, D. Manoel enviou protestos formais ao rei D. Fernando, deixando mais tenso o clima entre as duas Coroas. Mas em breve as coisas iriam piorar ainda mais.

No dia 9 de junho de 1509, cerca de um ano depois de Solís e Pinzón terem zarpado em sua viagem conjunta, Juan de la Cosa partiu para o Caribe – e novamente em companhia de Alonzo de Hojeda, com o qual ele já havia viajado em 1499. Sempre bem relacionado na corte, Hojeda, apesar de todos os desmandos que cometera, fora designado pelo bispo Fonseca como governador da região do Darien (o istmo que faz a ponte entre a América Central e a América do Sul, nos atuais Panamá e Colômbia).

No dia 22 de fevereiro de 1510, os nativos atacaram Cartagena, na Colômbia, o povoado que Hojeda e La Cosa tinham fundado. Dos 70 espanhóis que estavam no vilarejo naquele momento, 69 foram mortos – entre eles o veterano Juan de la Cosa, então com 60 anos. Quando o único sobrevivente do massacre foi resgatado, ele relatou que La Cosa morrera de forma horrível. De fato, quando o corpo do homem que havia sido companheiro de Colombo na descoberta da América, que viajara com Vespúcio e fizera o primeiro mapa a representar o Brasil foi encontrado, estava inteiramente desfigurado e inchado, recoberto de flechas envenenadas e de espantosas chagas vermelhas.

Em 22 de fevereiro de 1512, exatos dois anos após a morte de La Cosa, morria em Sevilha, serenamente e em sua própria cama, Américo Vespúcio – o homem cujo nome tinha sido usado para batizar o Novo Mundo.

Com Vespúcio e La Cosa mortos e Pinzón aposentado, o rei D. Fernando nomeou, a 22 de março de 1512, Juan Díaz de Solís piloto-maior da Espanha. Solís fora solto em dezembro de 1511 e ainda recebera uma indenização de 37 mil maravedis, já que sua prisão foi considerada injusta. Seu salário passou a ser de 50 mil maravedis (dos quais deveria ser descontada uma pensão de dez mil maravedis que seria anualmente paga à viúva de Vespúcio, Maria Cerezo).

O “mar do Sul” seria finalmente avistado no dia 25 de setembro de 1513. Depois de uma jornada épica, Vasco Núñez de Balboa cruzou as montanhas e selvas do Panamá e enfim vislumbrou o oceano que banhava a costa oeste da América. De posse dessa informação – que a deixava com ampla vantagem sobre Portugal na corrida em busca desse território desconhecido –, a Coroa castelhana decretou que qualquer navio português encontrado navegando pelo Caribe fosse capturado e seus tripulantes imediatamente presos.

Menos de um ano depois, o capitão luso Estevão Fróis e sua tripulação se tornariam as primeiras vítimas dessa decisão. Mas a descoberta que a expedição de Fróis fizera pouco antes era, de certa forma, tão importante

quanto o achado de Balboa – e teria profundo efeito na história das viagens de exploração enviadas ao sul do Brasil pelas duas décadas seguintes.

O RIO DO MACHADO DE PRATA

Estevão Fróis havia partido de Portugal nos primeiros meses de 1514 com duas caravelas. O capitão do outro navio era João de Lisboa, um dos maiores navegadores portugueses de seu tempo, veterano da viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1497, e piloto da expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio em 1503. A viagem de Fróis e Lisboa é a única missão exploratória enviada pelos portugueses ao Brasil entre 1503 e 1514 da qual se tem notícia. Mas, como ela só ficou conhecida por uma casualidade, é bem possível que tenha havido outras.

Não se sabe qual era o objetivo da jornada comandada por João de Lisboa e Estevão Fróis. O mais provável é que eles também tivessem sido incumbidos de descobrir onde terminava o continente americano e averiguar a existência do suposto estreito que conduziria ao misterioso oceano recém-descoberto pelos espanhóis.

A expedição fora financiada por *D. Nuno Manoel* e por Cristóvão de Haro. Cristóvão de Haro era um rico negociante belga, natural da Antuérpia, que vivia em Lisboa desde 1500 e já enviara frotas à Guiné e à Índia. Com duas caravelas e cerca de 70 tripulantes, os capitães Lisboa e Fróis partiram em fevereiro de 1514. Rumaram direto para o sul do Brasil e logo chegaram a Cananeia, descoberta havia uma década por Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio (e que, passados mais de dez anos, ainda se mantinha como o ponto extremo sul das viagens dos portugueses ao Brasil). A seguir, cruzaram pela ilha de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, onde Binot Paulmier de Gonneville estivera dez anos antes.

Dali para o sul, todo o território era desconhecido.

A costa com a qual Fróis e Lisboa então depararam era inóspita, desprovida de portos

Irmãos Colaços

D. Nuno era filho de um bispo, D. João Manoel, com uma certa Justa Rodrigues, mulher solteira. Quando o futuro rei

naturais, com águas frias e escuras. Eles estavam no litoral do atual Rio Grande do Sul, justo onde se inicia o maior trecho de costa retilínea do planeta. De fato, de Laguna (em Santa Catarina) a Punta del Este (no Uruguai) não existe uma só baía ou ancoradouro natural. Essa costa, com 660 quilômetros de extensão, é toda baixa e batida pelos ventos. Um trecho terrível para qualquer navegador e cuja inclemência atrasaria em dois séculos o início de sua colonização.

Em julho de 1514, Fróis e Lisboa chegaram ao que parecia ser a boca do tão procurado estreito. A primeira coisa que eles avistaram foi um cabo, então batizado de Santa Maria (nome que ainda se mantém). A expedição estava a 35° de latitude sul, diante do atual balneário de Punta del Este, no hoje Uruguai. E tinha simplesmente acabado de descobrir a foz do rio da Prata – que logo se tornaria um dos locais mais importantes da América e cuja conquista iria virar uma obsessão tanto para Portugal quanto para a Espanha.

Fróis e Lisboa entraram no estuário, navegando 50 léguas (cerca de 300 quilômetros) por águas barrentas e fluviais em direção ao misterioso interior do continente. Ao chegar às proximidades do local onde hoje fica Buenos Aires, a expedição foi detida pelo mau tempo. As tempestades do inverno meridional e o gélido e uivante vento sudoeste (que os gaúchos hoje chamam de minuano) impediram as caravelas de seguir adiante. Mas o que Lisboa e Estevão Fróis descobriram já era espantoso o suficiente.

A primeira coisa que os exploradores notaram ao desembarcar foi que os índios falavam uma língua muito diferente daquela utilizada por quase todas as tribos da costa do Brasil. Além disso, ao contrário dos desnudos nativos brasileiros, esses indígenas se cobriam com peles “de leão, lince e leopardo, de cheiro extraordinariamente agradável”.¹ Tais peles (que, na

D. Manoel nasceu, em maio de 1469, não foi amamentado por sua mãe, a rainha, mas exatamente por Justa Rodrigues – que acabara de dar à luz D. Nuno. D. Manoel e D. Nuno foram, portanto, irmãos colaços. Eles cresceram juntos na corte e se tornaram grandes amigos. Ao assumir o trono em 1498, D. Manoel legitimou D. Nuno (que, por ser filho de um bispo, era ilegítimo, um bastardo portanto) e o tornou guarda-mor do reino, com direito a um alto salário anual.

verdade, eram de guanaco), os nativos as jogavam sobre o corpo nu, com o pelo para dentro, amarrando-as “com cintas de um palmo de largura” (eram os chiripás, que ainda fazem parte da indumentária dos gaúchos platinos). Eram homens altos, de longos cabelos negros e “corredios”. A João de Lisboa pareceram ser “gente de índole honrada, sem vício, de muito boa e livre condição, sem leis nem rei”.

Aquele era o primeiro encontro entre os europeus e os Charrua, aguerridos e indômitos nativos do Pampa, que caçavam emas com boleadeiras e viviam em tendas de couro. O que realmente interessava, porém, eram as notícias que esses índios deram para os portugueses. No interior daquela região, garantiam os Charrua, existiam “grandes montanhas onde a neve nunca desaparece”. Nos arredores delas vivia “um povo serrano, que possui muitíssimo ouro batido, usado à moda de armadura, na frente e ao peito”.² A região toda era muito rica em prata, ouro, cobre e estanho. Para provar o que diziam, os Charrua mostraram aos portugueses (e depois lhes venderam) um machado de prata “igual aos machados de pedra que eles carregavam”.

Foi a primeira vez que os europeus ouviram falar do Peru e de seus habitantes, os ricos e poderosos incas. Em breve, encontrar esse povo e conquistar seu território se tornaria uma obsessão que por 20 anos traria várias expedições ao sul da América e reclamaria muitas vidas antes de se revelar... uma espantosa realidade.

Estevão Fróis e João de Lisboa batizaram aquele grande rio com o nome de Santa Maria. Mas como, ao retornarem para Portugal, seus marinheiros trataram de espalhar as extraordinárias notícias dadas pelos Charrua, o majestoso curso d'água daquelas misteriosas latitudes meridionais passou a ser chamado com o nome que mantém até hoje: rio da Prata – a estrada fluvial que conduziria a um reino fabulosamente rico. O machado de prata, levado para Portugal, foi dado ao rei D. Manoel como prova da existência de metais preciosos naquela região inexplorada.

Além das riquezas cuja existência foi revelada pelos Charrua, Fróis e João de Lisboa concluíram também que aquele rio deveria conduzir à

costa oeste da América e que seria o caminho natural para as riquezas das Molucas.

NOTÍCIAS DA TERRA DO BRASIL

Na viagem de volta, os dois navios se separaram. Fróis ficou mais algum tempo na região do Prata, carregando sua caravela com aquelas “tão preciosas peles de animais silvestres, de magnífico forro, grossas como as da zibelina e alvas como as de marta”,³ enquanto João de Lisboa seguia para a feitoria do Rio de Janeiro. Ali, Lisboa encheu o navio de pau-brasil e partiu para Portugal no início de agosto. No dia 12 de outubro de 1514, sem suprimentos, sua caravela ancorou na ilha da Madeira, já próximo à Europa.

Nessa ilha, que os portugueses tinham descoberto e colonizado quase um século antes, João de Lisboa encontrou-se com um agente comercial que vivia lá. Esse homem era o representante local dos negócios da família Függer, a mais rica da Europa. Lisboa fez um relato sucinto da expedição, que foi transcrito pelo comerciante e, a seguir, enviado para a sede do império mercantil dos Függer, na Antuérpia.

Com o nome de *Newen Zeytung aus Presilg Landt* – ou *Nova Gazeta da Terra do Brasil* –, o folheto logo seria reproduzido e enviado aos principais executivos e acionistas da empresa. Segundo o depoimento do agente dos Függer, além de ter descoberto “a porta de entrada para uma região muito rica”, o navio de João de Lisboa chegara à ilha da Madeira com o convés “cheio de escravos, rapazes e moças”. Esses nativos, de acordo com o relatório, “pouco custaram aos portugueses, pois na maior parte lhes foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a Terra da Promissão”.

Enquanto João de Lisboa falava mais do que devia na ilha da Madeira, relatando sua expedição a um mero agente comercial, Estevão Fróis vivia um destino dramático. Depois de deixar o rio da Prata em fins de julho de 1514, Fróis chegou ao litoral do Rio Grande do Norte com o navio

avariado. Quando quis desembarcar para consertá-lo, foi atacado pelos indígenas. O mais surpreendente é que os nativos eram liderados por um certo Pedro Galego, náufrago ou degredado que tinha “os beijos furados e que andava, havia muito tempo, em companhia dos índios Potiguar”. Pedro Galego ficaria conhecido como “o espanhol que se fizera botocudo”.⁴ Anos antes, ele já tinha sido visto pelo português Diogo Pais.

Impedido de consertar o leme, Estevão Fróis acabou sendo empurrado pelas fortes correntes da chamada costa leste-oeste (o trecho que vai do Rio Grande do Norte ao atual Amapá e que os portugueses praticamente ainda não conheciam, justamente pelas dificuldades de se navegar por ali em embarcações movidas a vela). E, assim, seu navio foi parar na ilha de Porto Rico, no Caribe, em pleno território espanhol.

Ali, em função das novas determinações do rei de Castela, Fróis e seus tripulantes foram presos e conduzidos a ferros para a ilha de Santo Domingo. Apesar de “submetido a suplícios e tormentos”,⁵ Fróis não revelou nada sobre a descoberta do rio da Prata. De todo modo, os espanhóis estavam dispostos a enforcá-lo, nem que fosse para se vingar da recente execução de Diego de Lepe, o primo de Pinzón que 14 anos antes estivera no Brasil e fora recentemente capturado pelos portugueses na Guiné e enforcado por determinação do rei D. Manoel.

Por dois anos, Fróis e 11 marinheiros permaneceram encarcerados no



Em 1895 uma cópia manuscrita da Newen Zeytung aus Presilg Landt (cuja capa está reproduzida na ilustração acima) foi encontrada nos Arquivos dos Príncipes e Condes de Függer, em Augsburg, na Alemanha. Seu descobridor, o historiador Konrad Haebler, publicou-a imediatamente. Redigido em alemão gótico do século XVI, o folheto original tinha 15 centímetros por 20 centímetros e apenas quatro páginas. Mas sua importância historiográfica foi enorme. Estudado, pouco depois, por Francisco de Varnhagen e por Alexander von Humbolt, o documento provou que o rio da Prata havia sido descoberto pelos portugueses, e não pela expedição espanhola comandada em 1516 por Juan Díaz de Solís, como se julgara até então.

Caribe, sob constante ameaça de execução. Em setembro de 1516, eles foram enviados para Sevilha e, seis meses mais tarde, acabariam sendo trocados por nove reféns espanhóis que Cristóvão Jaques havia prendido na ilha de Santa Catarina, no litoral sul do Brasil. Esses nove prisioneiros espanhóis capturados por Jaques eram integrantes de uma expedição enviada ao Prata sob o comando de Juan Díaz de Solís.

A EXPEDIÇÃO DE SOLÍS AO PRATA

Embora Estevão Fróis não tenha revelado nada a seus captores, as notícias sobre a descoberta do rio da Prata e da possível passagem marítimo-fluvial para as Molucas logo chegaram à Espanha, possivelmente através da *Nova Gazeta da Terra do Brasil*.

É provável que o panfleto redigido na ilha da Madeira tenha sido enviado para Castela por Cristóvão de Haro, que era natural da Antuérpia, mantinha estreitas ligações comerciais com a família Függer e fora um dos financiadores da viagem de Fróis e João de Lisboa. Ele estava indignado com o rei D. Manoel, pois sete caravelas suas teriam sido roubadas por um feitor português na Guiné e Haro e seus sócios exigiam indenização. Em 1516, logo depois de D. Manoel ter decidido que não lhe pagaria nada, Haro resolveu transferir seus escritórios de Lisboa para Sevilha, abandonando de vez Portugal.

Quando ficou claro que o grande rio que Fróis e João de Lisboa haviam descoberto em julho de 1514 ficava em uma região ao sul de Cananeia – e, portanto, nos domínios legais de Castela –, o rei D. Fernando determinou que Juan Díaz de Solís partisse para explorar aquela região, bem como descobrir se as Molucas ficavam no hemisfério espanhol.

Embora ocupasse o cargo de piloto-maior da Espanha, Solís era um homem de *reputação sombria*. Acusado de ter matado a própria mulher, ele fugira espetacularmente de Lisboa, em abril de 1506 (leia nota lateral a seguir). Juan Díaz de Solís reapareceu em Lepe, próximo a Sevilha, no início de 1507. Ele era um navegador experiente, que estivera várias vezes

na Guiné, fora para a Índia (provavelmente na frota de Gama) e talvez tivesse mesmo vindo ao Brasil como piloto de Gonçalo Coelho e Vespúcio em 1503.

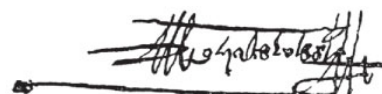
Quando se soube em Portugal que Solís tinha sido contratado por Castela, D. Manoel se indignou e escreveu para o rei D. Fernando exigindo que o piloto – “banido e homiziado de meus reinos por delitos que o obrigam à pena de morte”⁶ – fosse imediatamente extraditado. Mas Juan Díaz de Solís já se naturalizara castelhano e ocupava o cargo de piloto-maior, o mais alto entre os navegadores espanhóis. D. Fernando, portanto, ignorou o pedido da Coroa portuguesa.

D. Manoel ainda mandou que seu embaixador na Espanha, João Mendes de Vasconcelos, tentasse subornar Solís e o persuadissem a voltar a Portugal. Mas não houve acordo. Esse episódio revela o valor estratégico que o saber dos pilotos tinha para os reis ibéricos e mostra a relação entre conhecimento geográfico e os ciclos econômicos, a ponto de uma deserção quase levar as Coroas a um conflito.

No dia 8 de outubro de 1515, Juan Díaz de Solís partiu do porto de Lepe com duas caravelas, 70 tripulantes e mantimentos para dois anos e meio de viagem. Sua missão era penetrar no estuário que Fróis e João de Lisboa tinham descoberto um ano antes, explorar suas riquezas e averiguar se, porventura, ele conduziria até Málaca (na Malásia) e às Molucas. Uma vez em Málaca (que os portugueses tinham descoberto em

No dia 5 de abril de 1506, quando a frota comandada por Tristão da Cunha se preparava para zarpar para a Índia, a partida teve que ser adiada porque Juan Díaz de Solís, que era o piloto de uma das naus, simplesmente não apareceu no porto. Quando o indignado Tristão da Cunha mandou procurar o retardatário em casa, os marinheiros enviados até lá descobriram que Solís havia matado sua mulher na noite anterior e estava desaparecido.

Em Portugal, por causa da fama de beerrão e violento, Solís era conhecido pelo apelido de Bofes de Bagaço. “Essa alcunha lhe fora dada porque, usando frequentemente como bebida a aguardente que se extrai do bagaço das uvas, seu hálito dava a impressão de que os pulmões (ou bofes) eram cheios de bagaço”, escreveu o historiador Rodolfo Garcia. Abaixo, a assinatura de Solís, de quem não existem imagens conhecidas.



1508 e conquistado em 1511), Solís deveria fazer as medições astronômicas e verificar se “o berço de todas as especiarias” porventura também não se localizava dentro do território que pertencia à Espanha.

A frota de Solís seguiu a rota tradicional: ancorou nas Canárias e dali seguiu para o cabo de Santo Agostinho, passando por Cabo Frio, pelo Rio de Janeiro e por Cananeia antes de aportar na ilha de Santa Catarina, de onde zarpou em direção ao Prata. Em janeiro de 1516, as caravelas de Solís chegaram à foz do imenso rio que ele rebatizou de “mar Dulce” (como Pinzón chamara o Amazonas, 15 anos antes). Ainda hoje, historiadores espanhóis seguem afirmando que essa foi a verdadeira descoberta do rio da Prata – refutando não apenas a viagem anterior de Estevão Fróis e João de Lisboa como negando também que Solís fosse português naturalizado castelhano.

De todo modo, a expedição tratou de explorar a região. “Foram sempre costeando a terra”, contou o cronista Herrera, “descobrimos montanhas e outros grandes penhascos, vendo gente nas ribeiras; e nestas margens do rio da Prata descobriam muitas casas de índios, e gente que com muita atenção estava vendo passar o navio, e com sinais ofereciam o que tinham pondo-o no chão. Juan Díaz de Solís quis ver que gente era aquela e tomar algum homem para trazer a Castela. Saiu em terra com tantos homens quantos podiam caber em um escaler. Os índios, que tinham emboscado muitos flecheiros, quando viram os castelhanos longe do navio, os cercaram e os mataram.”⁷

Não foi só: “Tomando às costas os mortos”, prossegue Antônio de Herrera, “os índios se afastaram da margem, até onde os navios os podiam ver, e cortando as cabeças, braços e pés, assaram os corpos inteiros e os comeram. Este foi o fim trágico que teve João Dias de Solis.”



Foz do rio da Prata, com a localização da ilha Martin Garcia, onde Juan Solís foi morto.

Ainda hoje uma controvérsia paira sobre o assunto: os Charrua, senhores da região onde se deu a morte de Solís, não praticavam a antropofagia, ao contrário dos Tupi da costa do Brasil. De todo modo, os indígenas pouparam um dos homens que desembarcara em companhia do desafortunado capitão. Era o grumete mais tarde conhecido como Francisco del Puerto, um menino de 14 ou 15 anos. Solís e seus homens provavelmente foram massacrados na ilha hoje chamada de Martin Garcia, onde o rio Uruguai deságua no Prata. Mas dificilmente terão sido comidos pelos guerreiros que os abateram.

Como quer que tenha sido, depois de presenciar o massacre de seu capitão, os homens de Juan Díaz de Solís acharam mais prudente retornar à Espanha. Partiram imediatamente do Prata rumo ao litoral do Brasil. Mas então uma tempestade separou as duas caravelas.

O navio comandado por Francisco Torres, cunhado de Solís (que voltara a casar na Espanha), chegou à feitoria que os portugueses haviam

fundado uma década antes no Rio de Janeiro. Mesmo sabendo que estava em território luso, Torres carregou seu navio de pau-brasil. Recolheu também o piloto João Lopes de Carvalho e o marinheiro Pedro Annes – que, quatro anos antes, haviam sido deixados em Cabo Frio como desterrados, em punição pelo roubo das ferramentas da nau *Bretoa*.

Nessa época, o nome “Rio de Janeiro” – dado por Vespúcio em 1502 – ainda não se tornara usual e o local era conhecido como baía dos Inocentes, pois Carvalho e Annes afirmavam que não eram culpados do furto. Os dois desterrados seguiram com Torres de volta à Europa. Chegaram a Sevilha no dia 4 de setembro de 1516.

Enquanto Francisco Torres estava no Rio de Janeiro, a outra caravela da expedição de Solís passava dificuldades no litoral sul do Brasil. Com o leme avariado, o navio tentou entrar na baía sul da ilha de Santa Catarina e afundou em frente à praia ainda hoje e por isso mesmo chamada de Naufragados. Não se sabe ao certo quantos homens se salvaram: talvez 18, talvez apenas 11. O certo é que alguns dos sobreviventes viveriam por mais de 15 anos ali, entre os Carijó. Alguns deles iriam, como se verá, desempenhar um papel preponderante na exploração do rio da Prata e na própria colonização do extremo sul do Brasil.

A PRIMEIRA EXPEDIÇÃO DE CRISTÓVÃO JAQUES

Quando se soube em Portugal que o rei D. Fernando, de Castela, tinha autorizado a partida da expedição de Juan Díaz de Solís ao Prata, houve profunda consternação em Lisboa. O rei D. Manoel de imediato determinou o envio de uma expedição guarda-costas ao Brasil. Para chefiá-la, escolheu o fidalgo Cristóvão Jaques, tido como homem de ações ríspidas e eventualmente cruéis.

A expedição de Solís teria ainda uma outra, curiosa e importante consequência para a história do Brasil: como julgou que Solís teria sido incumbido de iniciar a colonização das terras da América do Sul que ficavam sob jurisdição da Espanha, o rei D. Manoel, de Portugal, decidiu,

pela primeira vez desde a descoberta de Cabral, enviar colonos para o Brasil.

De fato, por meio de um alvará assinado em julho de 1516, o monarca determinou que se dessem “machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fossem povoar o Brasil”.⁸ Mas o projeto não deu certo. Isso porque, segundo o fidalgo João de Melo Câmara, muitos dos colonos embarcados com Cristóvão Jaques eram “homens que estimam tão pouco o serviço de Vossa Alteza e suas honras, que [depois de desembarcar] se contentam com terem quatro índias por mancebas e comerem mantimentos da terra”.⁹

Embora restem pouquíssimos documentos para a reconstituição da primeira viagem de Cristóvão Jaques ao Brasil, é provável que ele tenha partido de Lisboa em 21 de agosto de 1516. A frota era composta por três naus e levava cerca de 300 tripulantes; entre eles, como se viu, os primeiros colonos que vieram para o Brasil. Mas a missão de Jaques não era apenas defensiva e colonizadora. Pouco antes de partir, ele fora nomeado “comissário do pau-brasil” – ou seja, era o responsável por toda a organização do comércio da madeira corante, empreendimento que a Coroa deixara de privatizar e assumira para si a partir de 1515.

Por isso, Cristóvão Jaques navegou diretamente para a feitoria de Cabo Frio, que Américo Vespúcio havia fundado em 1504. Ao chegar lá, encontrou o estabelecimento abandonado: o feitor João de Braga, que havia sido deixado ali em 1511 pela nau *Bretoa*, havia seguido os desterrados João Lopes de Carvalho e Pedro Annes e se mudara para a baía dos Inocentes, no Rio de Janeiro.

Jaques então zarpou em busca da feitoria carioca, fundada por Gonçalo Coelho. Ao chegar ao Rio, em outubro de 1516, foi informado por João de Braga que a caravela do espanhol Francisco Torres tinha acabado de partir rumo a Sevilha – com o porão abarrotado de pau-brasil roubado aos portugueses e ainda levando consigo os dois desterrados, João Lopes de

Carvalho e Pedro Annes. Braga disse também que a segunda caravela que fazia parte da expedição de Solís estava “atrasada” e ainda não passara pelo Rio. Disposto a interceptar os intrusos castelhanos, Jaques partiu para o sul.

Ao aportar na ilha de Santa Catarina, ele soube que o navio que procurava havia naufragado ali um mês antes. Jaques então desembarcou e logo conseguiu capturar sete dos 11 náufragos. Esses homens tinham se refugiado entre os pacíficos Carijó, habitantes da ilha e das suas vizinhanças. Com os espanhóis presos, Jaques retornou para a feitoria do Rio. Ali, carregou uma de suas naus com pau-brasil e a enviou para Lisboa, com os sete prisioneiros a bordo, enquanto ele próprio permanecia no Brasil.

Em 22 de abril de 1517, após uma sinuosa negociação diplomática, os sete náufragos de Solís acabaram sendo trocados por Estevão Fróis e seus 11 marinheiros, que, como já se viu, estavam presos havia três anos. Embora o acordo tenha libertado Fróis de uma situação aflitiva e potencialmente letal, Cristóvão Jaques parece ter se indignado com o desfecho da negociação. Quando soube que os homens que ele capturara tinham sido libertados, ficou com a sensação de que os havia livrado “do desterro entre selvagens e lhes fornecido passagem grátis para a civilização”.¹⁰ Jaques jamais voltaria a recolher os náufragos que encontrou no Brasil e no Prata.

Enquanto as Coroas de Portugal e Castela articulavam a troca de prisioneiros, Cristóvão Jaques continuava no Brasil. Sua primeira decisão foi transferir a feitoria do Rio de Janeiro para Pernambuco. Até então, a principal vantagem da feitoria carioca residia no fato de sua localização ser desconhecida dos franceses e dos espanhóis. O abuso cometido por Francisco Torres mostrou que o segredo fora desvendado. Não havia mais sentido em manter um posto de recolhimento de pau-brasil em local que exigia dois meses a mais de viagem desde a Europa. Além da distância

entre Pernambuco e Portugal ser bem mais curta, o pau-brasil obtido no Nordeste brasileiro era de melhor qualidade do que o do Rio de Janeiro, pois estava “claro que tal pau é produzido pela quentura do sol”.¹¹

Por isso, em 1517 Cristóvão Jaques fundou uma feitoria na ilha de Itamaracá. Documentos provam que, durante os quase três anos em que ficou no Brasil, Jaques enviou cargas anuais de pau-brasil para Portugal. No dia 9 de maio de 1519, ele próprio retornou a Lisboa.

O ESTREITO DE MAGALHÃES

Quatro meses depois do retorno de Cristóvão Jaques a Lisboa, zarpava de Sevilha aquela que estava destinada a se tornar a mais longa expedição marítima realizada até então na história da humanidade. Sua missão era descobrir o estreito que permitiria ligação entre o Atlântico e o misterioso oceano que banhava a costa oeste da América, cuja existência já era conhecida desde 1513. Embora partisse sob bandeira castelhana, a expedição fora planejada por três dissidentes portugueses. Um de seus principais pilotos também era um lusitano que alimentava profundos ressentimentos contra Portugal. Por fim, o financiador da viagem igualmente estava rompido com o rei D. Manoel e pretendia vingar-se dele auxiliando a Coroa de Castela.

Os três idealizadores da expedição eram o navegador *Fernão de Magalhães*, o cosmógrafo Rui Faleiro e o fidalgo Duarte Barbosa. O piloto chamava-se João Lopes de Carvalho e o homem que arcou com a maior parte das despesas atendia pelo nome de Cristóvão de Haro. Juntos, esses homens seriam responsáveis por uma das maiores descobertas da história das explorações. E causariam grandes prejuízos e transtornos a Portugal.

A partir de 1514, após inúmeros serviços prestados a Portugal, Magalhães passara a lutar por um aumento de soldo; seria uma espécie de indenização por ferimento recebido em campo

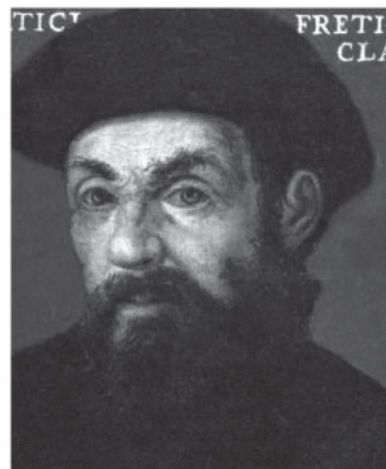
Fernão de Magalhães cresceu na corte do rei D. João II, como pajem da rainha, D. Leonor. O sucessor de D. João II, o rei D. Manoel, era irmão de D. Leonor e conhecia Magalhães desde criança. Em

de batalha, no Marrocos. Ao mesmo tempo, ele estava convencido de que a cidade de Málaca, na Malásia – de cuja conquista ele participara, em 1511 –, poderia ser mais facilmente alcançada caso os portugueses seguissem a ideia original de Colombo – ou seja, se navegassem para oeste. Nesse ponto, era apoiado por um amigo pessoal, o cosmógrafo Rui Faleiro. Enquanto aguardava uma audiência com o rei, Magalhães concluiu – junto com Faleiro – que Málaca (e as adjacentes ilhas Molucas) provavelmente se localizava no hemisfério espanhol.

No outono de 1517, depois de longa e infrutífera espera, Magalhães foi informado de que D. Manoel não só não iria enviá-lo em uma viagem para alcançar Málaca pela rota do oeste como também não lhe concederia aumento no soldo. Humilhado e ofendido, Magalhães decidiu abandonar Portugal. No dia 20 de outubro de 1517, ele e Rui Faleiro chegaram a Sevilha para apresentar seu projeto aos rivais castelhanos. Na Espanha, foram recebidos por Duarte Barbosa, um fidalgo, geógrafo e linguista português que Magalhães conhecera na Índia anos antes e que também desertara para Castela. Barbosa apresentou Magalhães ao bispo Juan da Fonseca, principal executivo dos projetos ultramarinos da Coroa espanhola.

Depois de inúmeras reuniões, avanços, recuos e adiamentos, o mercador Cristóvão de Haro decidiu financiar o projeto. Haro chegara a Sevilha um ano antes de Magalhães, depois de também haver rompido com D. Manoel. Na Espanha, ele estreitara seus vínculos com Jakob

1500, aos 20 anos de idade, Magalhães fez sua primeira viagem para a Índia, na frota de João da Nova (com direito a uma escala no Brasil). Em 1505, retornou para o Oriente em companhia de D. Francisco de Almeida. Tomou parte na descoberta de Málaca, na Malásia, sob o comando de Diogo de Serqueira, em 1508, e ajudou a conquistar aquele entreposto comercial em 1511, junto com Afonso de Albuquerque. Em 1513, participou do ataque a Azamor, no Marrocos. Lá, foi ferido em uma perna. Ficou manco para o resto da vida. Abaixo, retrato de Magalhães feito em 1519.



Függer II, conhecido como Jakob, o Rico – que, de fato, era o homem mais rico da Europa e vivia em Augsburg, na Alemanha. Como representante dos Függer junto à corte espanhola, Haro multiplicara a própria fortuna.

Haro concordou em bancar três quartos das despesas totais com a armação da frota – calculadas em 8.751.125 maravedis – depois que Magalhães lhe assegurou ter visto, na corte de Lisboa, “um mapa que revelava a exata localização do estreito que conduzia às Molucas”. Esse mapa fora feito pelo geógrafo alemão *Johannes Schöner* em 1515, baseado nas descobertas da expedição de Estevão Fróis e João de Lisboa ao Prata.

Com quatro naus, uma caravela e 265 homens a bordo, Magalhães e Duarte Barbosa partiram do porto de Sanlúcar em 20 de setembro de 1519. Na noite anterior, Rui Faleiro fora destituído do cargo de cosmógrafo, pois havia suspeitas de que enlouquecera. João Lopes de Carvalho, o desterrado da nau *Bretoa* que vivia na Espanha havia três anos (para onde, convém lembrar, fora levado por Francisco Torres, capitão de uma das caravelas da expedição de Solís), acabou se tornando piloto da nau capitânia *Trinidad*, na qual viajava Magalhães. Seis dias após a partida, a frota ancorou em Tenerife, nas Canárias, onde Magalhães foi informado de que três de seus capitães pretendiam assassiná-lo “porque ele era português”.¹² Magalhães redobrou a vigilância.

A 29 de novembro, a frota avistou o cabo de Santo Agostinho. Mas, como o piloto João de Carvalho soubera que Cristóvão Jaques havia fundado uma feitoria nas proximidades daquele ponto estratégico, ele sugeriu ao capitão-mor que os navios seguissem direto para a baía dos Inocentes – atual Guanabara, onde ele havia vivido por cinco anos. Magalhães concordou. E assim, ao

Baseado nas informações da Newen Zeytung aus Presilg Landt e na recente descoberta do mar do Sul por Vasco de Balboa, um geógrafo alemão, Johannes Schöner (1477-1547), fez, em 1515, um globo terrestre no qual desenhou o limite sul da América e o misterioso oceano que banhava sua costa oeste. Inspirado nesse globo, Fernão de Magalhães empreenderia sua gloriosa e trágica viagem.



entardecer de 13 de dezembro, lá estava Carvalho de volta ao seu antigo lar, no timão da *Trinidad*.

No instante em que entraram na Guanabara, os navios foram cercados por centenas de nativos. Muitos vinham em suas canoas, outros tantos a nado. Várias mulheres subiram a bordo. “Todas elas estavam nuas, eram muito jovens e se ofereciam aos marujos em troca de facas alemãs da pior qualidade”, escreveu o nobre aventureiro italiano *Francisco Antonio Pigafetta*, que se tornou um dos poucos sobreviventes e o principal cronista da viagem. Na véspera do Natal de 1519, Pigafetta disse ter visto uma das nativas, “das mais bonitas”, subir a bordo “em busca de um companheiro. Mas ao ver um prego do tamanho de um dedo, e julgando que ninguém a observava, enfiou-o rapidamente entre os dois lábios da vagina e jogou-se de volta ao mar”.¹³

No dia seguinte à chegada da frota, João Lopes de Carvalho pediu permissão para desembarcar. Aquela parada no Rio de Janeiro tinha um significado muito especial para ele. No final da tarde, Carvalhinho, como era mais conhecido, voltou ao navio para apresentar a Magalhães a nativa que tomara por esposa durante seus anos de exílio no trópico. Junto com ela estava um garoto de 7 anos. Era o filho que João Lopes deixara para trás em 1516 e agora estava de volta ao colo do pai.

Um dia depois do Natal de 1519, quando a armada de Magalhães deixou o Rio, a nau *Trinidad* tinha um novo tripulante: era o garoto Higito, mais conhecido como “Niñito de Juan, el Piloto”. Um ano e meio mais tarde, logo após a morte de Magalhães, Niñito e o pai seriam protagonistas de um dos destinos mais inusitados e um dos episódios mais dramáticos



Francisco Antonio Pigafetta (acima) nasceu e morreu em Vicenza (1491-1534). Era de família nobre, originária da Toscana. Chegou à Espanha em 1519, como acompanhante do monsenhor Francisco Chiericato, embaixador da corte de Roma junto a Carlos V. Ao ser informado de que a expedição de Magalhães iria partir para as Molucas, pediu permissão ao embaixador e ao imperador Carlos V para

da história das viagens exploratórias.

No dia 11 de janeiro de 1520, 15 dias após deixar a Guanabara, Magalhães chegou ao rio da Prata – que fica a 35 graus de latitude sul, exatamente como mostrava o globo de Johannes Schöner e como haviam relatado tanto João de Lisboa como Juan Díaz de Solís. Após explorar aquele vasto estuário por mais de um mês, Magalhães, embora tenha obtido dos nativos

“uma taça de prata”, voltou para o Atlântico e seguiu para o sul, pois concluiu que o estreito que ele procurava não era ali.

No dia 27 de novembro de 1520 – após terrível viagem de quase um ano através de um sinuoso labirinto de ilhas e montanhas geladas e depois de vencer a fome e o frio e debelar dois motins –, Magalhães pôde enfim vislumbrar as águas translúcidas de um oceano imenso. Ele o chamou de Pacífico. Tendo cruzado pela passagem que ficaria conhecida como estreito de Magalhães – e realizado uma das maiores façanhas náuticas da História –, Magalhães batizou assim o oceano que ocupa quase metade do planeta, o mesmo que Vasco Núñez de Balboa havia avistado em setembro de 1513 e chamado de Mar del Sur.

A jornada através das vastidões do Pacífico foi tão medonha quanto a navegação através do estreito. Por quase três meses, colhidos por uma calmaria exasperante, os navios de Magalhães avançaram lentamente, sem avistar terra. Os homens tiveram que comer a sola dos próprios sapatos e um rato era uma iguaria que valia dois ducados. Então, a 13 de março de 1521, a expedição de Magalhães enfim chegou às atuais Filipinas, muito próximas às Molucas.

No dia 27 de abril, após um ano e meio no mar, a milhares de quilômetros de casa e a apenas 200 quilômetros da fonte das especiarias, que eram as Molucas, Magalhães morreu tragicamente. Na ilha de Cebu, uma das Filipinas, ele se envolveu num conflito corriqueiro entre dois rajás. Para agradar seu anfitrião, o rajá Zula, Magalhães atacou o rajá

tomar parte na viagem.

*Pigaffeta embarcou na nau
Trinidad e foi um dos 18
únicos sobreviventes da
terrível jornada – a primeira
que conseguiu dar a volta ao
mundo. Por volta de 1524,
enviou seu diário para a
rainha da França, Luísa de
Sabóia, mãe de Francisco I,
que o publicou em francês em
1531.*

Lapu-Lapu. Na minúscula ilha de Mactan, ele acabaria sendo morto pelo próprio Lapu-Lapu, sucumbindo quando estava prestes a alcançar a “terra prometida” de todas as especiarias.

Depois de inúmeras ameaças de motim, assassinatos, torturas e mortes dentre os próprios sobreviventes da frota, João Lopes de Carvalho acabou se tornando capitão da nau *Trinidad*, enquanto um seu rival e inimigo de morte, Sebastião Elcano, assumia o comando da *Victoria* – estes eram os dois únicos navios restantes.

Embora a presença de mulheres a bordo fosse proibida, Carvalhinho conseguiu manter um harém particular com três nativas “extraordinariamente belas” que haviam sido capturadas, junto com outros 16 prisioneiros, num sultanato na ilha de Bornéu, durante as escaramuças cada vez mais frequentes daquela viagem. Ocorre que vários marinheiros também foram presos pelos nativos, e dentre eles o filho brasileiro de Carvalho, Niñito. Os eventos são confusos e nunca foram, nem serão, esclarecidos, mas o fato é que nunca mais se ouviu falar de Niñito, que teria permanecido prisioneiro de um rajá local, chamado Siripada, ao passo que Carvalhinho morreria a bordo da nau *Trinidad* em 14 de fevereiro de 1521, de “causas desconhecidas”, embora se suspeite que tenha sido envenenado por algum de seus inúmeros desafetos.

Com apenas 18 homens a bordo, a nau *Victoria*, um dos navios da frota de Magalhães, chegou a Sevilha em 8 de setembro de 1522, exatos dois anos após a partida. Seu capitão, o espanhol Sebastião Elcano, se tornou o primeiro homem a dar a volta ao mundo, e o português Fernão de Magalhães, embora morto, iria virar um herói castelhano.

Apesar da perda de quatro navios e da morte de 247 homens, a expedição deu lucro para seu financiador, Cristóvão de Haro. A *Victoria* trazia 520 quintais de cravo, além de grande quantidade de canela e noz-moscada. Só essas 25 toneladas de cravo foram vendidas por 7.888.634 maravedis. Para a Coroa castelhana, porém – além da notícia de que nos confins da América do Sul havia um estreito que conduzia ao Oriente –, o melhor foi saber que Málaga e as Molucas de fato ficavam dentro da zona

espanhola da demarcação.

A SEGUNDA VIAGEM DE CRISTÓVÃO JAQUES

Em novembro de 1521, enquanto os navios da frota de Magalhães estavam chegando à ilha de Tidore, a mais rica das Molucas, Cristóvão Jaques partia de Lisboa para sua segunda viagem ao Brasil. Dessa vez, sua missão era explorar o grande estuário que Estevão Fróis e João de Lisboa haviam descoberto sete anos antes e no qual Juan Díaz de Solís morrera de forma tão trágica, em janeiro de 1516. Com apenas duas caravelas e 60 homens, Jaques zarpou de Portugal direto para a ilha de Santa Catarina. Ao chegar ali, recolheu um dos náufragos de Solís que ele não tinha conseguido capturar em setembro de 1516. Esse homem era português e se chamava Melchior Ramires. Durante os últimos cinco anos, junto com outros seis náufragos (provavelmente também do navio de Solís), Ramires tinha vivido entre os índios Carijó, no lugar que ficaria conhecido como porto dos Patos.

Melchior Ramires não apenas estivera com Solís no rio da Prata como, durante sua longa estada em Santa Catarina, tinha recebido dos Carijó a confirmação de que aquele rio de fato conduzia ao reino de um povo riquíssimo, que vivia em grandes montanhas nevadas. Tal informação era de fato impressionante: afinal, duas tribos inteiramente distintas (os Charrua e os Carijó), vivendo a mais de 1.500 quilômetros uma da outra (os Charrua na foz do rio da Prata e os Carijó em Santa Catarina), eram capazes de repetir uma história absolutamente igual. Foi a similaridade entre os dois relatos que deu a Melchior Ramires, e aos demais náufragos de Solís, a convicção de que o tal povo riquíssimo que vivia nas nevadas montanhas do oeste devia de fato existir.

Para escapar dos castigos normalmente impostos pelo duro Cristóvão Jaques aos inimigos (ou desertores) de Portugal – ou, talvez, para confirmar ele próprio a veracidade das informações que recebera dos

índios –, Melchior Ramires concordou em acompanhar a expedição como guia. E assim, no verão de 1522, depois de terem zarpado de Santa Catarina, as duas caravelas lusas entraram no Prata, navegando mais de 200 quilômetros rio acima.

Em meados de janeiro, a frota de Jaques chegou à ilha de São Gabriel, na margem esquerda do Prata, em frente à atual cidade de Colônia do Sacramento e próxima ao local onde Juan Díaz de Solís fora morto. Ali, vivendo entre os índios, Jaques encontrou o grumete Francisco del Puerto, único sobrevivente do massacre que vitimara Solís. Francisco, então com 19 anos, confirmou as notícias que os Charrua já haviam dado para João de Lisboa e Estevão Fróis em 1514 e que os Carijó tinham reforçado para Melchior Ramires.

De acordo com as informações que Francisco del Puerto recolhera dos nativos ao longo de seis anos de convivência, existia a oeste dali uma serra da Prata: uma enorme montanha formada quase que exclusivamente desse metal precioso. Esse território era controlado por um poderoso Rei Branco, que vivia cercado de luxos inimagináveis e protegido por um exército bem armado e bem treinado.

Segundo os nativos, o melhor caminho até a serra da Prata e os riquíssimos domínios do Rei Branco era através do rio Paraná. O Paraná também desemboca no Prata, mas, ao contrário do vizinho rio Uruguai, o faz através dos meandros lamacentos de um complexo delta “que tem 22 bocas”.¹⁴ Com a certeza de que seria arriscado demais subir delta tão sinuoso com suas caravelas, Jaques deixou-as ancoradas na ilha de São Gabriel e entrou no Paraná com dois batéis, acompanhado por cerca de 20 homens.

Cristóvão Jaques descobriu então um território de extraordinárias riquezas naturais. O rio Paraná era repleto de peixes, e suas margens, planas e recobertas de campos e matas, eram percorridas por “uma infinidade” de avestruzes, veados, jaguares, lobos, raposas e “umas ovelhas selvagens, parecidas com camelos”.¹⁵ Essas “ovelhas” eram, na verdade, guanacos. Jaques subiu o Paraná por 23 léguas (cerca de 140

quilômetros), até as proximidades da atual cidade de Rosário, na Argentina. Ali, os índios lhe deram “pedaços de prata e de cobre e algumas pedras com veios de ouro”.¹⁶ Mas asseguraram que a serra da Prata e o território do suposto Rei Branco ficavam 300 léguas (1.800 quilômetros) rio acima, no topo das montanhas recobertas por neves eternas.

Sabendo que não poderia percorrer tal distância em simples batéis – meros barcos a remo, como eram –, Cristóvão Jaques retornou a suas caravelas e partiu de volta para Portugal em abril de 1522 disposto a organizar uma nova expedição. Ainda irritado com a troca dos naufragos de Solís pelos portugueses que tinham sido presos em Porto Rico – e decidido a cumprir a promessa de não levar outros naufragos de volta para a Europa –, ele simplesmente abandonou Francisco del Puerto entre os nativos da ilha de São Gabriel, assim como tratou de deixar Melchior Ramires no porto dos Patos, em Santa Catarina. A seguir, partiu para a feitoria que fundara seis anos antes na ilha de Itamaracá e ali, após carregar as caravelas com pau-brasil, deixou desterrado o piloto Jorge Gomes, com o qual tivera uma áspera discussão sobre questões náuticas.

Se soubesse o papel que a história reservava para aqueles três homens, é bem provável que Cristóvão Jaques não os tivesse deixado no Brasil.

Como quer que seja, ao chegar a Lisboa, no segundo semestre de 1522, Jaques ficou sabendo que seu protetor, o rei D. Manoel, havia morrido no dia 21 de dezembro do ano anterior. Viu-se, assim, privado de um canal direto com o soberano. D. João III, filho e sucessor de D. Manoel, não só demorou meses para receber Jaques na corte como também não aprovou o



O rei D. Manoel, o Venturoso, protetor de Cristóvão Jaques, morreu em dezembro de 1521.

envio de uma nova expedição para subir o rio Paraná e descobrir a serra da Prata.

Depois de três anos de espera, Jaques, indignado, resolveu ceder ao assédio do embaixador castelhano em Lisboa, Juan de Zuñiga. Em troca de 50 mil maravedis, ele disse que revelaria a Castela tudo sobre “um maravilhoso rio de água doce, largo de 14 léguas na embocadura, e muito rico em prata, ouro e cobre”.¹⁷

Ao embaixador logo pareceu que tal rio (que era o Paraná, e não propriamente o Prata) ficava em terras de Castela. A suspeita se confirmou quando Jaques foi “dissimuladamente e com muito medo” à pousada na qual Zuñiga marcara o encontro. Embora não tenha havido acordo entre o embaixador e o navegador, foi graças à carta que Juan de Zuñiga enviou ao imperador Carlos V, em 24 de julho de 1524, relatando esse encontro que a jornada de Jaques ao Prata e ao Paraná pôde ser conhecida.

A carta de Zuñiga foi descoberta em 1897 no arquivo de Simancas, na Espanha, desvendando assim mais uma espantosa trama na história da exploração e conquista da América que, de outra forma, sequer teria sido revelada. A sequência de fatos quase inacreditáveis que iriam se passar na região do Prata e no litoral sul do Brasil, no entanto, estava apenas iniciando.



Quando o rei D. Fernando morreu, em 1516, foi sucedido por seu neto, Carlos I, da Casa da Áustria e herdeiro dos Habsburgos. Ao chegar à Espanha em 1517, Carlos não falava castelhano e rodeou-se de conselheiros estrangeiros. Em 28 de junho de 1519, ele se tornou Carlos V, sendo eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Embora governasse a Espanha, passava mais tempo na Alemanha. Em 1556, ele abdicou em favor de seu filho Felipe II. No ano seguinte, recolheu-se a um mosteiro, onde morreu em 1558.

VI

FABULOSA JORNADA À SERRA DA PRATA

Em 1524, enquanto Cristóvão Jaques mantinha um encontro clandestino, “em uma pousada”, com o embaixador de uma potência rival, o naufrago Melchior Ramires seguia vivendo no porto dos Patos, em Santa Catarina. Se o ríspido capitão pretendeu castigá-lo mantendo-o no desterro, a punição não parece ter surtido o efeito desejado. Evidências permitem supor que a vida de Ramires e de seus companheiros de exílio estava próxima do idílico. Não apenas isso: em breve, aqueles homens iriam desempenhar um papel-chave na história da exploração europeia da América e o próprio Ramires seria recebido por D. João III, o mesmo rei que se recusara a conceder audiência a Cristóvão Jaques.

Além de Melchior Ramires, são conhecidos os nomes de outros três naufragos de Solís. Eram eles Aleixo Garcia, Henrique Montes e um “mulato” chamado Francisco Pacheco. Não se sabe ao certo quantos tripulantes de Solís sobreviveram ao naufrágio de fevereiro de 1516 – além dos quatro citados e dos sete que Jaques capturara em agosto daquele ano. Sabe-se, isso sim, que ao retornar a Santa Catarina, em 1521, Jaques encontrou nove europeus vivendo no porto dos Patos. Mas talvez nem todos fossem naufragos. Afinal, ao passar pela ilha de Santa Catarina na viagem de ida para o Prata, no verão de 1516, Solís batizara a atual praia de Naufragados de “baía dos Perdidos”. O nome foi escolhido porque ali Solís deparara com alguns “homens brancos, desterrados por causa de suas

malfeitorias”.¹

De qualquer forma, o acaso do naufrágio – ou o rigor do desterro – que levara aqueles homens a, subitamente, se encontrarem isolados da civilização numa remota ilha do litoral sul do Brasil iria adquirir extraordinária importância para a história da conquista da América do Sul. Fosse porque aquela era uma costa pouco percorrida e raramente visitada por outros navios europeus, fosse pelas condições favoráveis que eles logo passariam a desfrutar graças às boas relações que estabeleceram com os nativos, o fato é que os náufragos de Solís passariam dez longos anos em seu exílio nos trópicos. Durante esse período, eles concluíram que as notícias relativas ao Rei Branco e à fabulosa serra da Prata só poderiam ser verdadeiras, uma vez que todas as tribos da região repetiam as mesmas informações com os mesmos detalhes.

A princípio, os sobreviventes da expedição de Solís trataram de investigar por si próprios a veracidade da lenda. Depois, se empenharam em transmiti-la para todos os navegantes que, a partir de 1526, começaram a aportar em Santa Catarina. Os episódios daí decorrentes – hoje virtualmente ignorados pela historiografia oficial – iriam se tornar alguns dos acontecimentos mais importantes das três primeiras décadas da história do Brasil.

Inflamados pelas informações dadas pelos náufragos de Solís, portugueses e espanhóis iriam se empenhar na conquista do rio da Prata – considerado a “porta de entrada” para as riquezas de que falavam os indígenas. Por isso, as atenções das Coroas de Portugal e Espanha se voltariam para o litoral sul-brasileiro – e isso duas décadas antes que a colonização do Nordeste e o ciclo do açúcar se iniciassem com sucesso, incorporando, enfim, o Brasil ao jogo planetário das trocas mercantis.

Em 1517, um ano após o naufrágio, os homens de Solís – que a princípio tinham se instalado na ponta sul da ilha de Santa Catarina – deixaram a baía dos Perdidos e se transferiram para o continente, estabelecendo-se no lugar que ficaria conhecido como porto dos Patos. O porto dos (índios) patos ficava na *baixada do rio Maciambu*, entre as

atuais enseada do Brito e praia da Pinheira, quase em frente à ponta sul da ilha (veja o mapa a seguir).

Em novembro de 1521, ali viviam nove europeus, cada um deles em companhia de três ou quatro nativas. Todos tinham seus próprios escravos e mantinham boas relações com os chefes locais. O mar lhes fornecia tainhas, garoupas e mariscos em profusão. Suas mulheres plantavam mandioca e colhiam pitangas, butiás e goiabas. Os guerreiros Carijó os supriam de carne de anta e de veado e de perdizes e marrecos. A abundância dessas aves era tal que faria com que os Carijó ficassem conhecidos como “índios patos”. Embora impedidos de retornar à Europa, os naufragos de Solís serviam-se dos cedros e perobas das matas de Santa Catarina para construir seus próprios barcos (os bergantins). Com os índios aos remos, navegavam ao longo da costa sul do Brasil, de Laguna até São Vicente, em São Paulo. Várias vezes fizeram o percurso até Cananeia, onde vivia um grupo de degredados espanhóis.² Altivos capitães europeus logo iriam depender das informações dadas por esses homens.

O PEABIRU

No verão de 1524 Aleixo Garcia partiu do porto dos Patos para realizar uma das mais extraordinárias jornadas da história do Brasil. Não se sabe quem ele era, nem onde ou quando nasceu. Sabe-se apenas que era português e que devia

Em 1663, o padre jesuíta Simão de Vasconcelos descreveu a baixada do Maciambu, onde ficava o porto dos Patos. Seu relato: “É uma formosa enseada, coberta de arvoredos, retalhada de correntes de águas, povoada de feras somente, e tem tanta quantidade de veados que parece o campo de caça de um rei; e se não forem os tigres que os comem, serão infinitos. Parece um viveiro de peixe e marisco para todo o tempo e de toda a sorte. Daqui foi levado o casco de ostra no qual um capitão de São Vicente mandou lavar os pés de um bispo em lugar de bacia.”



ser um sujeito tremendamente arrojado. Depois de viver durante oito anos entre os índios patos, Garcia estava familiarizado com as histórias referentes à serra da Prata e ao poderoso Rei Branco. A coerência entre os relatos feitos por nativos de várias e diferentes tribos o convencera de que – embora mirabolante – a história deveria ser verdadeira. Ele decidiu investigá-la pessoalmente.

Aleixo Garcia arregimentou um exército formado por dois mil índios flecheiros (Carijó, em sua maioria) e partiu para sua assombrosa jornada em direção ao Peru e às fabulosas riquezas do Império Inca. Junto com o grupo, seguiu o mulato Francisco Pacheco. Do porto dos Patos, a tropa de Garcia se dirigiu, provavelmente por mar, a bordo de bergantins e longas canoas indígenas, até a foz do rio Itapocu, considerado “a porta de entrada do sertão”. O Itapocu, que mantém o mesmo nome, fica próximo à atual praia de Piçarras, cerca de 20 quilômetros ao norte do Balneário Camboriú. Seguindo pela margem esquerda do Itapocu, o grupo penetrou no continente e deu início à caça ao tesouro.

Guiado pelos nativos, Aleixo Garcia venceu a serra do Mar e chegou a uma trilha indígena bem demarcada, que percorria as nascentes do rio Iguaçu, numa região de campos planos, repletos de araucárias, e de cuja existência ele já fora informado. Por essa trilha, ele pretendia seguir até o Paraguai. Tal caminho era chamado pelos Tupi-Guarani de Peabiru.³

Não se tratava de uma mera vereda na mata: era quase uma estrada “larga de oito palmos (1,60 metro), com mais de 200 léguas (ou 1.200 quilômetros) de comprimento”, sinalizada “por certa erva muito miúda que, dos dois lados, crescia até quase meia vara (60 centímetros), e ainda quando se queimassem os campos, sempre nascia aquela erva e do mesmo modo”.⁴

O Peabiru podia ser alcançado tanto a partir da foz do Itapocu quanto de Cananeia, de São Vicente e de São Paulo. Em algum lugar do planalto sul-brasileiro, nas proximidades da atual cidade de Ponta Grossa (PR), essas trilhas e ramais se juntavam ao Peabiru e, cruzando pelas nascentes dos rios Tibaji, Ivaí e Piquiri, seguiam pela margem direita do rio Iguaçu

até sua foz, no rio Paraná. Cruzando o Paraná, o Peabiru conduzia até o rio Paraguai e acabava na confluência desse rio com o rio Pilcomayo, no local onde seria fundada, mais tarde, a capital do Paraguai, Assunção. A grande área pantanosa do Chaco impedia que o Peabiru se unisse à rede viária construída pelos incas, com estradas pavimentadas, pontes pênséis, pedágio e postos de inspeção.

Alimentando-se basicamente de mel silvestre, palmitos, milho e farinha de pinhão, a grande tropa de Aleixo Garcia levou cerca de quatro meses para vencer a distância de cerca de mil quilômetros entre Santa Catarina e o sítio da futura cidade de Assunção. A partir dali, é provável que tenha seguido por via fluvial, subindo o rio Pilcomayo até suas nascentes, nos contrafortes dos Andes.

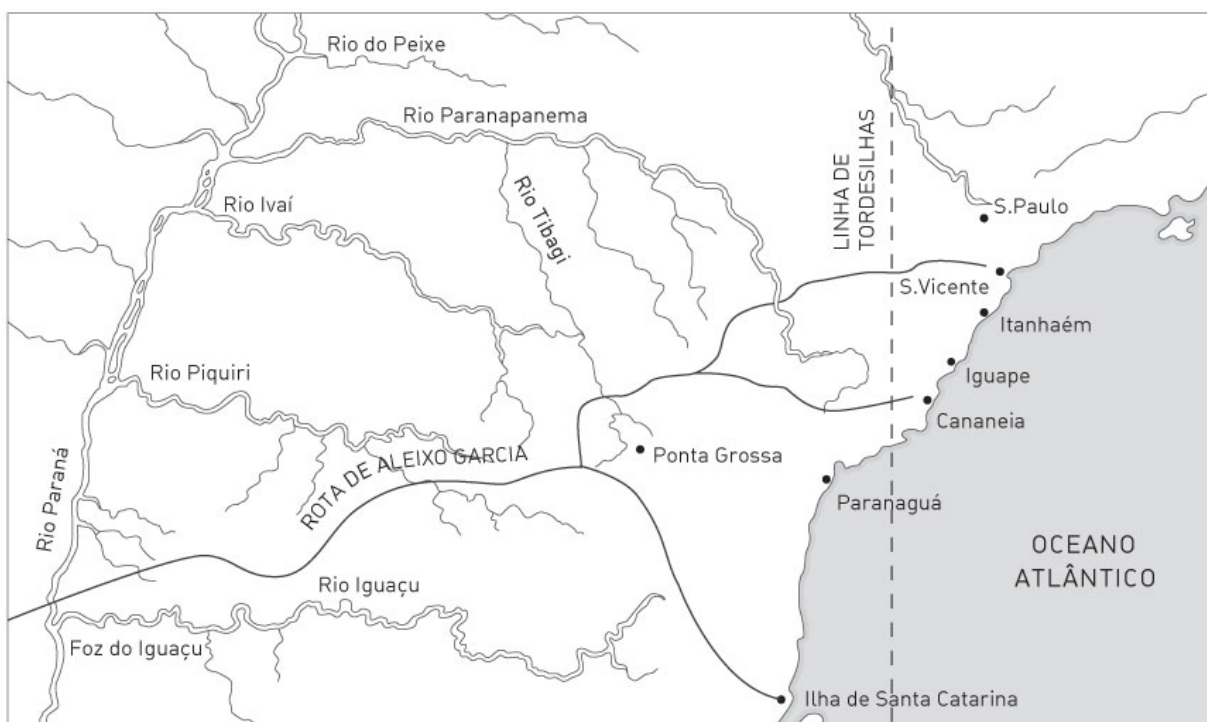
Chegando até a atual província de Chuquisaca, no sudeste da Bolívia, próximo da atual Santa Cruz de la Sierra, Aleixo Garcia e seus dois mil Guarani atacaram os postos fronteiriços do Império Inca, localizados nas cercanias da atual cidade de Sucre. Garcia deve ter estado a menos de 150 quilômetros de Potosí, a fabulosa montanha de mais de 600 metros de altura, quase que inteiramente de prata pura, e local que dera origem à legenda da serra da Prata. O Rei Branco também existia: era o Inca Huayna Capac,⁵ que vivia em Cuzco, a capital imperial, localizada 600 quilômetros ao norte de Sucre.



A Estrada Selvagem

Depois da jornada de Aleixo Garcia, o Peabiru se tornou um caminho bastante conhecido e muito percorrido. Por ele seguiria, em 1531, a malfadada expedição de Pero Lobo, um dos capitães de Martim Afonso de Sousa. Por ali passaram Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em 1541 e Ulrich Schmidel em 1553. Jesuítas como Pedro Lozano e Ruiz de Montoya também o percorreram em suas missões de catequese aos Guarani. Um século mais tarde, seria também pela via do Peabiru que Raposo Tavares e outros bandeirantes paulistas seguiriam para realizar seus devastadores ataques às missões do Guairá, no atual estado do Paraná. O mapa anterior mostra a rota seguida por Aleixo Garcia. O restante do percurso pode ser visto no segundo mapa a seguir. A imagem acima mostra o alemão Ulrich Schmidel percorrendo o Peabiru em 1553, montado em sua lhama e acompanhado de seus guias.

O exército de flecheiros comandado por Aleixo Garcia atacou com ardor os vilarejos localizados nos arredores de Sucre e Potosí. Após encher cestos com taças de prata, peitorais de ouro e objetos de estanho, o grupo de guerrilheiros bateu em retirada, iniciando sua jornada de regresso a Santa Catarina. Mas, ao chegar às margens do rio Paraguai, a tropa foi atacada pelos temíveis Payaguá – índios extremamente ferozes que, dois séculos mais tarde, ficariam conhecidos como os “piratas do rio Paraguai”, aterrorizando os viajantes das monções (como eram chamados os comboios fluviais dos bandeirantes que, a partir de 1720, partiam de São Paulo para Cuiabá). Entre as centenas de mortos estava o próprio Aleixo Garcia.



Em fins de 1525, uns poucos sobreviventes da aventura de Aleixo Garcia conseguiram chegar ao porto dos Patos, mais mortos do que vivos. Entre eles estava o mulato Francisco Pacheco, um dos náufragos de Solís. Como prova da extraordinária (embora malsucedida) façanha, Pacheco mostrou a Melchior Ramires e a Henrique Montes algumas peças de prata e ouro saqueadas aos incas em Chuquisaca e fez um relato detalhado da expedição.

A partir de então, a febre de riquezas tomou conta daqueles dois companheiros de Aleixo Garcia que não haviam se arriscado a segui-lo na louca jornada até os Andes. Henrique Montes e Melchior Ramires logo iriam contagiar todos os viajantes europeus com os quais cruzaram a partir de então. Por intermédio deles, as notícias sobre a serra da Prata e o Rei Branco também iriam chegar aos ouvidos dos reis de Portugal e Espanha – e se tornariam a força motriz que impulsionou a exploração do rio da Prata e a ocupação do litoral sul do Brasil.

CABOTO, ACUÑA E GARCIA NO PORTO DOS PATOS

Em fins de outubro de 1526, um ano depois da morte de Aleixo Garcia, chegava à ilha de Santa Catarina o navegador veneziano Sebastião Caboto. Assim que ele ancorou, a primeira pessoa a subir a bordo de sua nau foi justamente Henrique Montes. E o relato que ele tratou de fazer impressionou todos os que o escutaram.

De fato, ao se encontrar com Caboto e com os capitães da frota, Henrique Montes assegurou que, caso lhe dessem ouvidos, “nunca os homens de uma armada seriam tão afortunados”, pois “havia tanto ouro e tanta prata no rio de Solís que todos ficariam ricos, e tão rico seria o pajem como o marinheiro”.⁶ De acordo com o depoimento de uma das testemunhas daquele encontro, “a alegria que tinha o dito Henrique Montes era tanta que, quando aquilo dizia, mostrando as contas de ouro, chorava”.⁷ Como não é difícil supor, o entusiasmo de Henrique Montes contagiou toda a tripulação de Caboto.

Por ironia, *Sebastião Caboto* só havia chegado ao porto dos Patos porque fora conduzido até lá por um dissidente português – o piloto Jorge Gomes, o homem que Cristóvão Jaques deixara desterrado na feitoria de Itamaracá em 1522. Os fabulosos relatos sobre as riquezas do rio da Prata feitos primeiro por Jorge Gomes e, depois, por Henrique Montes fariam com que Caboto simplesmente desistisse de sua missão original, que era seguir da Espanha para as ilhas Molucas via estreito de Magalhães.

No início de 1518, dois anos após a trágica morte do piloto-maior Juan Díaz de Solís no rio da Prata, Caboto fora escolhido para substituí-lo. Seduzido por um salário de 125 mil maravedis – mais do que o dobro do de Solís –, Caboto deixou Veneza e se transferiu para Sevilha. Desses formidáveis rendimentos anuais deveriam ser descontados os dez mil maravedis referentes à pensão da viúva de Américo Vespúcio. Homem de caráter dúbio, Caboto jamais pagou o que devia.

Em fins de 1525, o novo piloto-maior de Castela foi incumbido de partir em direção às Molucas seguindo a rota aberta pela expedição de Fernão de Magalhães. Na mesma viagem, Caboto deveria tentar atingir também Catai (a China) e Cipango (o Japão), além de procurar pelos reinos mitológicos de Tarsis e Ofir – territórios bíblicos nos quais se encontrariam as riquezas do rei Salomão e cuja existência ainda era considerada uma realidade.

Com três naus e 150 tripulantes, Sebastião Caboto zarpou da Espanha no dia 3 de abril de 1526. Seguiu a rota tradicional: ancorou nas Canárias, fez escala em Cabo Verde e no dia 3 de junho de 1526 chegou ao cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Quando os navios se aproximavam da costa brasileira à procura de um rio para se abastecer de água doce, uma canoa indígena se acercou de uma das naus. A bordo dessa piroga, junto com os nativos, “vinha um cristão”.⁸ Ele subiu a bordo e se apresentou a Caboto: era Jorge Gomes, o piloto português que



O veneziano Sebastião Caboto era filho do grande navegador Giovanni Caboto, o homem que, sob bandeira inglesa, tinha percorrido vastas extensões da América do Norte em 1497 e em 1498. Sebastião acompanhara o pai em sua segunda viagem. Depois da morte de Giovanni – cuja terceira expedição se perdeu nos icebergs da costa norte do Canadá – e das subsequentes discussões entre Sebastião e o rei Henrique VII, relativas ao pagamento de uma pensão vitalícia, Caboto retornou para Veneza. Lá, não conseguiu convencer o Conselho dos Dez de que a sereníssima república de Veneza também deveria tomar parte na corrida ultramarina. Então, em 1518, Caboto decidiu se mudar para a Espanha.

acompanhara Cristóvão Jaques ao Prata e subira o rio Paraná em 1521, sendo depois abandonado por ele na feitoria de Itamaracá. Gomes encheu a mente de Caboto com histórias sobre as inesgotáveis riquezas do Prata.

Retido pelo mau tempo e pelas correntes contrárias da costa leste-oeste (que quase o empurraram para o Caribe, como acontecera com Estevão Fróis 11 anos antes), Caboto só conseguiu partir de Pernambuco em setembro de 1526, depois de uma permanência de três meses no Nordeste brasileiro. Provavelmente ele já desistira de chegar às Molucas e estava decidido a explorar o Prata. De todo modo, se tal decisão ainda não fora tomada, ela certamente o seria no dia 28 de outubro de 1526, quando, por indicação de Jorge Gomes, Caboto chegou ao porto dos Patos. Foi ali que o taciturno capitão veneziano se encontrou com o entusiástico Henrique Montes.

Poucos dias depois da conversa entre Montes e Caboto, um outro naufrago de Solís chegava ao porto dos Patos, vindo do sul, a bordo de um bergantim e acompanhado por meia dúzia de indígenas. Era Melchior Ramires, que, cinco anos antes, também acompanhara Cristóvão Jaques ao Prata e ao Paraná. Com detalhes ainda mais tentadores, Ramires confirmou as notícias dadas por Henrique Montes relativas à expedição de Aleixo Garcia e às extraordinárias riquezas do rio que seria a via natural de penetração até o local onde o próprio Garcia recolhera as taças de prata e os peitorais de ouro.

Àquela altura, Ramires não estava mais vivendo no porto dos Patos. Ele havia se transferido para o sul de Santa Catarina e estava morando no local chamado de porto de Don Rodrigo. O porto de Don Rodrigo ficava uns 60 quilômetros ao sul do porto dos Patos, provavelmente na atual praia de Imbituba (embora alguns pesquisadores achem que ficava em Laguna, o que também é possível). O local recebera esse nome porque, três meses antes do desembarque de Caboto, o capitão espanhol D. Rodrigo de Acuña chegara ali “meio desarvorado e faminto”,⁹ com seu navio com as velas rasgadas e os mastros rachados.

OS TORMENTOS DE D. RODRIGO

D. Rodrigo era capitão de um dos navios da frota comandada por Jofre de Loyasa, que partira de Sevilha no dia 25 de julho de 1525, nove meses antes de Caboto, e com a mesma missão: chegar às Molucas via estreito de Magalhães. Mas, ao se aproximar da entrada do terrível estreito, em pleno inverno austral, a frota de Loyasa foi varrida de volta para o litoral brasileiro. O navio de D. Rodrigo se desgarrou dos demais e foi dar no porto dos Patos.

Ao desembarcar, em agosto de 1526, D. Rodrigo horrorizou-se com a promiscuidade dos náufragos de Solís. Encontrou-os “amancebados com muitas negras”¹⁰ (como então eram chamadas as nativas) e com uma vasta prole de crianças mestiças. O máximo que o casto D. Rodrigo pôde fazer foi mandar o capelão de seu navio batizar a meninada.

O efeito das conversas de Henrique Montes, Melchior Ramires e Francisco Pacheco sobre os tripulantes do navio de D. Rodrigo parece ter sido mais profundo do que o do batismo sobre as crianças. De acordo com o relato de D. Rodrigo, após ouvir as notícias sobre as riquezas do Prata e ver de que maneira viviam os náufragos de Solís, “a metade dos meus homens pensava em abandonar a nau, para ficarem todos ali, transformados em selvagens”.¹¹

De fato, foram 32 os homens da nau de D. Rodrigo Acuña que desertaram. Com apenas metade da tripulação, ele se apressou em se retirar do porto dos Patos e, dirigindo-se um pouco mais para o sul, instalou-se por uns meses em Imbituba (ou Laguna), onde consertou o navio o melhor que pôde e, assim que possível, zarpou em direção ao norte do Brasil. Mas seus problemas estavam apenas começando.

Ao chegar à Bahia, nove dos 30 homens restantes foram devorados por índios antropófagos e, logo a seguir, seu navio foi atacado por um galeão francês que negociava pau-brasil com aqueles nativos. Durante esse ataque, sua própria tripulação o abandonou, fugindo com a nau, enquanto o pobre D. Rodrigo – que negociava uma trégua com os franceses – foi

deixado para trás, com apenas oito marinheiros, em um batel (ou escaler). Depois de 20 dias remando pelo litoral nordeste do Brasil, o infeliz capitão conseguiu chegar, “perdido, descalço e desnudo como um selvagem”,¹² à feitoria de Itamaracá, na qual acabara de desembarcar Cristóvão Jaques.

Embora tenha sido D. Rodrigo quem alertou Jaques para a presença dos entrelopos franceses na Bahia, o pagamento que ele recebeu em troca foi o confinamento por 18 meses na feitoria de Pernambuco.

Meses mais tarde, quando Caboto chegou ao porto dos Patos, Melchior Ramires estava vivendo no porto de D. Rodrigo em companhia de 15 dos 32 desertores de D. Rodrigo de Acuña. Os demais haviam se mudado para Cananeia, onde moravam alguns degredados. Assim que soube da chegada da frota de Caboto, Ramires pegou seu bergantim e seus índios e se dirigiu para o porto dos Patos. Foi depois de conversar longamente com Henrique Montes e Melchior Ramires que Caboto – do alto de sua condição de piloto-maior da Espanha – decidiu trocar definitivamente o objetivo inicial de sua missão: em vez das Molucas, ele iria explorar o Prata e o Paraná.

Henrique Montes foi contratado para ser o “provedor da armada”, ou seja, o responsável pelo abastecimento dos navios. Além dele, um certo Durango, desertor da nau de D. Rodrigo, adquiriu dos índios “398 galinhas”. Eram os patos que, a partir de então, emprestariam seu nome aos Carijó.

Informado de que não poderia subir o rio Paraná em suas naus, Caboto

Henrique Montes deixou “uma contabilidade” de seus serviços como “provedor” da armada de Caboto: em troca de alguns anzóis, espelhos, contas e ferramentas de metal, ele obteve dos Carijó a carne de “293 veados e 194 antas, mel em favos, muitos feixes de milho, 40 cestos de inhame, um lote de ostras e botas [jarros] de cauí [a bebida fermentada dos índios, usada em beberagens cerimoniais]”, além de centenas de palmitos “para salada na mesa de sua mercê”.

Abaixo, gravura seiscentista representando os Carijó.



encarregou Melchior Ramires da construção de um bergantim. Bergantins eram pequenos barcos a vela e a remo, esguios e velozes, com cerca de 10 metros de comprimento, dois mastros de galé e oito a dez bancos para os remadores. Em cedro e peroba, o navio foi construído pelos índios, sob supervisão de Ramires.

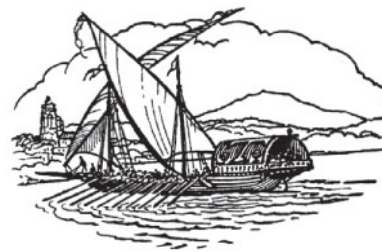
Com o bergantim desmontado e acondicionado no porão de uma das naus, e com Melchior Ramires e Henrique Montes incorporados à tripulação, Sebastião Caboto partiu em direção ao “rio maravilhoso” em 15 de fevereiro de 1527. Pouco antes, em homenagem à sua mulher, Catalina Medrano, ele batizou a ilha em frente da qual estivera durante quase quatro meses com o nome de “Santa Catalina”. No porto dos Patos, Caboto deixou desterrado o capitão Francisco de Rojas. Rojas fora terminantemente contrário à mudança de planos e achava que Caboto, mesmo sendo piloto-maior, não tinha o direito de desistir da missão para a qual o próprio rei da Espanha o designara.

SEBASTIÃO CABOTO NO RIO DA PRATA

Em fins de março de 1527, Caboto entrou no vasto estuário do Prata. Navegou cerca de 300 quilômetros rio acima. Penetrou no rio Uruguai e ancorou nas proximidades da atual cidade de Carmelo, que ele batizou de São Lázaro (*veja mapa a seguir*). Era ali que então vivia Francisco del Puerto, o grumete que sobrevivera ao massacre de Solís e depois acompanhara Cristóvão Jaques Paraná acima. O jovem Francisco – que havia mais de dez anos estava vivendo entre os Charrua – confirmou a Sebastião Caboto o que Jorge Gomes e Melchior Ramires já haviam dito: o melhor caminho para chegar à serra da Prata era subindo o rio Paraná.

Deixando dois de seus navios e uma guarnição em São Lázaro, Caboto ordenou que o bergantim fosse montado e, no dia 8 de maio, com esse navio e uma caravela, acompanhado por Francisco del Puerto, Melchior Ramires, Henriques Montes, Jorge Gomes e outros 80 homens, ele ingressou por uma das bocas do rio Paraná. Subindo o rio por mais de 300

quilômetros, Caboto fundou um pequeno forte, Sancti Spiritus, na confluência do Paraná com um de seus afluentes, o Carcarañá, um pouco acima do local no qual Cristóvão Jaques suspendera sua exploração cinco anos antes. Sancti Spiritus, com suas paredes de taipa e telhado de palha, ficava entre as atuais cidades de Rosário e Santa Fé. Ali, Caboto e seus homens permaneceram durante sete meses.



Na gravura acima, um bergantim.



Mapa da bacia do rio da Prata, mostrando os fortes construídos por Caboto e a rota do Peabiru.

No dia 23 de dezembro de 1527, a bordo do bergantim, também batizado de *Santa Catalina*, 25 homens – entre os quais Caboto, Ramires, Montes, Jorge Gomes e Francisco del Puerto – partiram para explorar o Paraná. Foi uma jornada terrível por um labirinto de ilhas, com correntes

contrárias, sob o calor de um verão escaldante, com pouca comida, índios hostis, mosquitos aos milhões e febres palustres. Caboto subiu o Paraná até sua confluência com o rio Paraguai. No encontro entre os dois rios, optou por seguir Paraguai acima.

Mas, infelizmente para ele, avançou menos de 200 quilômetros por esse rio, devido às fortes correntes, e resolveu dar meia-volta antes de ter chegado à foz do Pilcomayo, o rio que o teria conduzido à “sierra de la Plata”. Assim, descendo o Paraguai, ele entrou novamente no Paraná e o seguiu por cerca de 200 quilômetros, até as proximidades da atual cidade de Posadas, na Argentina. Ali, fundou um novo fortim, chamado de Santa Ana (*veja mapa anterior*). Quatro meses haviam se passado desde que o bergantim partira de Sancti Spiritus – e nada fora encontrado.

Ao visitar o fortim de Santa Ana, um chefe indígena amistoso chamado Yaguarón informou a Caboto que o verdadeiro caminho para a serra da Prata era pelo rio Paraguai. Caboto então deixou alguns homens em Santa Ana e desceu o Paraná, disposto a subir novamente o Paraguai. Entre os homens deixados no fortim estava Francisco del Puerto. Mais tarde, certa noite, esse grumete – que vivera quase a metade de sua vida entre os índios – teria aberto o portão da paliçada, permitindo que os nativos matassem os espanhóis. Francisco del Puerto ficou vivendo entre os indígenas e nunca mais se ouviu falar dele. Entre os mortos no fortim de Santa Ana estava o desafortunado Jorge Gomes – um destino inglório para o piloto que fora desterrado em Itamaracá.

Em 7 de maio de 1528, três dias depois de ter partido de Santa Ana, quando descia o Paraná e já se encontrava a cerca de 70 quilômetros da confluência com o Paraguai, Sebastião Caboto deparou com uma cena simplesmente inacreditável: viu dois bergantins com bandeira de Castela subindo o rio. Caboto não tinha a menor ideia de quem poderia estar a bordo deles. Como ele logo descobriria, o chefe dos bergantins era o capitão Diego Garcia de Moguer.

Apesar do nome (Moguer é uma cidade da Espanha), Diego Garcia era um experiente piloto português que provavelmente havia acompanhado a expedição de Solís ao Prata em 1515. Mais tarde, como tantos portugueses antes e depois dele, desertou para a Espanha. Em setembro de 1526, Garcia fora nomeado capitão-general de uma armada financiada por Cristóvão de Haro. O objetivo da diminuta frota, constituída por apenas uma nau e um galeão e com uma tripulação de 100 homens, também era atingir as Molucas.

O motivo pelo qual três expedições (a de Jofre Loyasa, da qual fazia parte D. Rodrigo de Acuña, a de Caboto e a do próprio Diego Garcia) haviam partido da Espanha quase simultaneamente e com o mesmo objetivo pode ser explicado pelo fato de que a Coroa de Castela estava decidida a estabelecer sua soberania sobre as ilhas Molucas e a cidade de Málaga o mais clara e rapidamente possível.

As Molucas eram as ilhas que produziam as especiarias. Enviadas dali para a cidade de Málaga, elas abasteciam a Índia e faziam a riqueza dos mercadores árabes. Os portugueses tinham chegado ao sudeste da Ásia em 1508 e conquistado Málaga em 1511. Mas em 1522 a expedição de Magalhães voltara das Molucas com provas de que a região ficava dentro da demarcação espanhola.

As medições feitas pelos pilotos de Castela não foram aceitas em Portugal. Por isso, em maio de 1524 três cosmógrafos espanhóis e três portugueses, mais três pilotos e três “letrados” de cada país, se reuniram em Badajoz, na Espanha, para tentar definir por onde afinal correria a linha de Tordesilhas ao redor do globo. Muito mais do que o ponto do litoral brasileiro pelo qual passaria esse limite, o que realmente interessava, naquele momento, era a localização da linha no Oriente. Como a conferência resultou em impasse, Castela decidiu ocupar militarmente e o mais rápido possível as Molucas, “o berço das especiarias”.

O MISTERIOSO BACHAREL DE CANANEIA

Diego Garcia partira de Palos em 15 de agosto de 1527 (quando Caboto já estava há dois meses no fortim de Sancti Spiritus). Ao contrário de Loyasa e de Caboto, ele fora autorizado pelo bispo Juan de Fonseca a explorar também o Prata – possivelmente porque já estivera lá. Depois de se abastecer nas Canárias, os navios de Garcia seguiram para São Vicente, no litoral sul de São Paulo. Após breve escala nesse ponto estratégico (que logo ficaria conhecido como porto dos Escravos), Diego Garcia partiu para Cananeia, onde chegou no dia 15 de janeiro de 1528.

Nessa ilha, no mesmo dia ou no seguinte, Diego Garcia encontrou um dos personagens mais sombrios e enigmáticos da história do Brasil – o homem a quem ele chamou de Bacharel de Cananeia.

Não se sabe quem esse homem era, nem como ou quando havia chegado ao Brasil. Sabe-se, isso sim, que se tornara uma espécie de Rei Branco vivendo entre os índios; que tinha pelo menos seis mulheres, mais de 200 escravos e mais de mil guerreiros dispostos a lutar por ele; que era temido e respeitado por todas as tribos costeiras desde São Paulo até Laguna; e que não havia quem ousasse desafiar o seu poder. O Bacharel de Cananeia era o virtual senhor do litoral sul do Brasil. Quase tudo mais que se pode dizer sobre ele são meras conjecturas.

O Bacharel não era um naufrago, como Henrique Montes ou Melchior Ramires. Não fora desterrado,¹³ como Jorge Gomes. Não estava perdido, como D. Rodrigo de Acuña. O Bacharel de Cananeia era um degredado. Mas não um degredado como Afonso Ribeiro – o homem que fora deixado por Cabral em Porto Seguro em 1500 e recolhido por Vespúcio em 1502. Ao contrário de Ribeiro, o Bacharel não quis se aproveitar das determinações do rei D. Manoel, de acordo com as quais qualquer

Um falastrão

Apesar de o nome do mais misterioso degredado da história do Brasil não ser conhecido com certeza, sabe-se que o Bacharel de Cananeia não era um “bacharel” no sentido usual do termo, ou seja, “um indivíduo formado em alguma faculdade”. Embora no século XVI a palavra já fosse usada basicamente para indicar aqueles que cursavam a

degredado que retornasse a Portugal com informações sobre o Brasil não apenas seria absolvido de seu crime como receberia uma gratificação de 500 ducados.

No Brasil, o Bacharel de Cananeia encontrara uma ocupação muito mais lucrativa do que meros 500 ducados. Ele se tornou o

primeiro e um dos maiores traficantes de escravos do sul do Brasil – capaz de negociar cerca de mil cativos por vez. Foi o Bacharel quem inaugurou, em grande escala, a prática que se tornaria a principal atividade dos futuros colonos de São Vicente e a primeira fonte de renda da cidade de São Paulo: a escravização dos índios Carijó. As vantagens e o poder que obtinha com o tráfico eram tão evidentes que ele jamais parece ter aventado a possibilidade de retornar a Portugal. Ainda assim, apesar de seu papel preponderante nos 30 primeiros anos da história do Brasil, sua real identidade permanece envolta em mistério.

Embora fosse analfabeto, ao retornar à Espanha, o capitão Diego Garcia ditou uma *Memória de la Navegación*, na qual fez um relato detalhado de sua viagem (redigido basicamente para atacar Caboto). Referindo-se ao dia 15 de janeiro de 1528, Garcia diria apenas ter encontrado “um bacharel português que vive ali faz bem 30 anos e tem muitos genros”. Num trecho posterior de seu relato, Garcia citou o nome do Bacharel. Mas “os estragos feitos pelos anos e a incúria dos homens que deveriam cuidar do documento”¹⁴ acabaram fazendo com que o papel se rasgasse justamente no ponto em que o nome do primeiro *grande senhor de escravos* do Brasil estava registrado.

Apesar de o historiador Rui Diaz Gusmán ter afirmado, em sua obra clássica *La Argentina*, escrita em 1612, que o Bacharel se chamava Duarte Peres (ou Pires), documentos datados de 1540 e 1542 e descobertos em 1954 por Ernest Young permitem supor que seu verdadeiro nome era Cosme Fernandes Pessoa. O Bacharel seria, assim, o misterioso “mestre Cosme” encontrado, mais tarde, por outros viajantes em São Vicente e em

universidade, em sentido figurado ela também significava “indivíduo que habla mucho y fuera de propósito y de tiempo”, de acordo com o Dicionario de la Lengua Castellana editado pela Academia Española em 1516.

Cananeia. Segundo Francisco de Varnhagen, o Bacharel fora deixado em Cananeia pela expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio em 1502 (o que corresponderia aos aproximados 30 anos aos quais se referiu Diego Garcia).

Apesar de português, o Bacharel iria estreitar progressivamente seus laços com desertores e exploradores espanhóis, aos quais forneceria não apenas escravos, mas bergantins, víveres e mulheres. Ele parecia estar consciente de que Cananeia ficava dentro das possessões castelhanas no litoral brasileiro – como de fato estava.

Um dos muitos “genros” do Bacharel de Cananeia era Gonçalo da Costa (ou Acosta), também português e que estava vivendo desterrado no sul do Brasil havia cerca de 20 anos. Naquele 15 de janeiro de 1528, Gonçalo da Costa começaria a desempenhar um papel fundamental na exploração do Prata e do Paraguai. Ele e o Bacharel prometeram fornecer 800 escravos a Diego Garcia em um período de um mês. Em troca desses cativos, Garcia se comprometeu a levar Acosta de volta para a Europa. Mas esse não foi o único negócio de que trataram o viajante espanhol e os degredados “brasileiros” em Cananeia.

O CONFLITO ENTRE CABOTO E GARCIA

Informado de que não poderia subir o rio Paraná a bordo de sua nau nem de seu galeão, Diego Garcia comprou o bergantim que pertencia a Gonçalo da Costa (o barco com o qual ele e seu sogro, o Bacharel, costumavam recolher escravos ao longo da costa e que já os conduzira algumas vezes ao porto dos Patos). Com a embarcação desmontada e Acosta a bordo, Garcia partiu para o Prata, aonde chegou em fevereiro de 1528. No fim do mês, na ilha de São Gabriel, em frente à atual Colônia do Sacramento, ele ancorou, montou o bergantim e subiu o rio Paraná. Cerca de 600 quilômetros adiante, deu de frente com o bergantim de Sebastião Caboto, que descia o mesmo rio. Era o dia 7 de maio de 1528.

Foi um encontro constrangedor para os dois capitães. Mais do que isso,

foi o início de uma relação conflituosa que iria perdurar por três anos e que os levaria a se enfrentar nos tribunais da Espanha. De início, Garcia tentou forçar Caboto a desistir de suas explorações no Prata – já que ele não fora autorizado a realizá-las. Mas, apoiando-se em sua posição hierárquica superior e no fato de já estar na região havia mais de um ano – e, acima de tudo, respaldado pela superioridade numérica de seus homens e armas –, Caboto acabou conseguindo se impor a Garcia.

Primeiro, impediu-o de continuar subindo o rio Paraná. Em seguida, obrigou-o a retornar com ele ao forte de Sancti Spiritus. Por fim, mandou roubar as velas de seu bergantim. Ao fazê-lo, Caboto involuntariamente salvou Diego Garcia de ser morto pelos índios sublevados, que, com a cooperação de Francisco del Puerto, haviam massacrado a guarnição que Caboto deixara no fortim de Santa Ana, às margens do rio Paraná, em território hoje argentino.

Depois de alguns meses como prisioneiro virtual de Caboto no forte de Sancti Spiritus, Diego Garcia relutantemente concordou em unir-se a ele e ajudá-lo a explorar o Alto Paraná e o Paraguai. Assim, os dois capitães ordenaram a construção de sete bergantins e, em dezembro de 1528, zarparam rio acima. Alguns meses antes, uma das naus de Caboto e o galeão de Garcia tinham sido enviados de volta à Espanha em busca de reforços e víveres. Por quase um ano, Caboto e Garcia navegaram muitas léguas rio acima – na contracorrente, portanto –, explorando, sem sucesso, o Paraguai, o Paraná e seus tributários (sem entrarem no Pilcomayo). Os índios, as febres e a fome os atacaram incessantemente. Em setembro de 1529, esgotado e faminto, Diogo Garcia desistiu da empresa. Um mês mais tarde, Caboto fez o mesmo.

Em novembro de 1529, Diego Garcia retornou ao porto dos Patos. Lá, ele recolheu o capitão Francisco de Rojas, que Caboto deixara desterrado ali em fevereiro de 1527. Então, seguiu para Cananeia, onde permaneceu por vários meses como hóspede do Bacharel e do

O Destino de Caboto

Sebastião Caboto desembarcou em Sevilha em 22 de julho de 1530 (dez dias antes de Diego Garcia). Trazia apenas 28 sobreviventes – e cerca de 60 escravos. O

genro dele, Gonçalo da Costa, desfrutando seus escravos e suas mulheres. Em junho de 1530, zarpou para a Espanha, levando consigo não só Francisco de Rojas (para usá-lo como testemunha no processo que iria abrir contra Caboto), mas também o mulato Francisco Pacheco (náufrago de Solís e companheiro de Aleixo Garcia na extraordinária jornada pelo Peabiru) e o próprio Gonçalo da Costa. Este último levou consigo duas de suas mulheres, quatro filhos e sete filhas. Pacheco e Costa pagaram por suas passagens fornecendo a Diego Garcia oito e 15 escravos, respectivamente. Em 2 de agosto de 1530, Garcia aportou em Sevilha, com um total de 70 escravos a bordo – único resultado de seus três anos de viagem. No dia 16 do mesmo mês, apresentou queixa formal contra Caboto.

processo instaurado contra ele por Diego Garcia foi rápido e, em março de 1532, Caboto foi condenado a pagar 100 mil maravedis de multas e indenizações ao rei e ao próprio Garcia. Foi também condenado a um exílio de quatro anos em Orã, na Argélia. Poucos dias depois de a sentença ter sido promulgada, porém, o imperador Carlos V – que passava a maior parte do tempo na Alemanha – chegou a Sevilha e indultou Caboto. O veneziano foi reconduzido ao cargo de piloto-maior da Espanha e recebeu o soldo que fora suspenso. Pelos 12 anos seguintes, viveu em Sevilha, mudando-se em 1548 para a Inglaterra, onde morreu logo a seguir.

Em maio de 1530, Sebastião Caboto também chegou a Cananeia, lá encontrando Diego Garcia bem instalado nos domínios do Bacharel. Quando soube que seu rival levaria Francisco de Rojas para a Espanha, tentou forçar o capitão que punira com o desterro a embarcar em seu próprio navio. Rojas, temendo ser assassinado, se recusou. No dia 28 de maio, Caboto zarpou para a Espanha. A bordo, seguiam Melchior Ramires e Henrique Montes, que haviam se mantido fiéis a Caboto ao longo daqueles três anos de explorações infrutíferas. Henrique Montes embarcou para a Europa levando consigo três de suas mulheres indígenas.

A chegada na Espanha dos polígamos Gonçalo da Costa e Henrique Montes iria causar furor nas duas Coroas ibéricas – mas suas mulheres não tiveram nada a ver com isso. O que realmente interessava eram as

fabulosas informações que eles detinham sobre a “sierra de la Plata”. Essas notícias eram tão vivazes e intensas que, pouco antes, já tinham sido capazes de arrefecer o interesse da Espanha pelas ilhas Molucas. Como logo se verá, elas também haviam despertado cobiça vertiginosa em Portugal.

Nos primeiros dias de outubro de 1528, a nau que Caboto enviara do Prata para a Espanha em busca de reforços havia aportado em Lisboa. Seu capitão era o inglês Roger Barlow (homem de confiança do negociante Robert Thorne, um dos financiadores de Caboto). Durante os dias em que permaneceu em Portugal, Barlow se encontrou com o embaixador da Espanha, Lope Hurtado. No dia 19 de outubro de 1528, Hurtado escreveu uma carta bombástica para o imperador Carlos V, na qual dizia que, se fossem verdadeiros “os maravilhosos descobrimentos” feitos pelos homens de Caboto, “indubitavelmente Vossa Majestade Imperial não necessitará mais da canela ou da pimenta, porque terá mais ouro e prata do que necessita”.¹⁵

A carta foi levada a sério na Espanha. Tanto que, em 22 de abril de 1529, os emissários de Carlos V assinaram com representantes do rei D. João III de Portugal o Tratado de Saragoça, mediante o qual, em troca de 350 mil ducados, a Espanha abria mão do direito de explorar as Molucas, cedendo o “berço de todas as especiarias” a seus rivais lusos. Uma cláusula do tratado estabelecia que a Espanha deveria devolver o dinheiro caso, no futuro, ficasse provado que as ilhas não estavam dentro da sua jurisdição.

O Tratado de Saragoça solucionou o conflito entre as duas Coroas no Oriente. Mas, em breve, a luta diplomática iria se transferir para a região do rio da Prata.

VII

A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO

A chegada do degredado Gonçalo da Costa e dos náufragos Melchior Ramires e Henrique Montes à Espanha causou profundo impacto e dissabor em Portugal. Afinal, embora fossem homens de baixa condição social, eles eram portadores de notícias tão extraordinárias que chegaram mesmo a ser recebidos em audiência na corte – e por ninguém menos que o próprio imperador Carlos V.

Apesar de envolvido na guerra contra Francisco I da França, Carlos V encontrou tempo para escutar pessoalmente os fabulosos relatos sobre a serra da Prata e o Rei Branco. E tratou de iniciar o planejamento para uma grande expedição cujo objetivo era a fundação de uma cidade castelhana na boca do estuário do Prata. Comandada – e financiada – pelo fidalgo Pedro de Mendoza, essa expedição de fato zarpou de Sevilha em fins de 1534, e nela Gonçalo da Costa e Melchior Ramires ocupavam cargos da mais alta importância.

Mas a guerra contra os franceses atrasou os esforços dos espanhóis: quatro anos antes, em 1530, o rei D. João III já havia enviado uma nova frota portuguesa para explorar o Prata. Ela era comandada por Martim Afonso de Sousa e levava, como “provedor da armada”, Henrique Montes e, como “língua da terra” (intérprete), Pedro Annes (marinheiro da nau *Bretoa* que, 20 anos antes, acusado de roubo, fora desterrado no Rio com João Lopes de Carvalho).

Antes mesmo que as notícias sobre o julgamento de Caboto chegassem

a Portugal, o rei D. João III já sabia tudo sobre a viagem dele ao Prata. Afinal, o piloto da caravela de Roger Barlow – que havia ancorado em Lisboa antes de chegar a Sevilha para pedir reforços para Caboto – era o português Rodrigo Álvares. Fora ele quem divulgara as notícias “sobre as costas do ouro e da prata entre os homens do mar do porto de Lisboa, que não tardaram a fazê-las chegar aos ouvidos do rei”.¹

Por isso, quando D. João III soube da chegada a Sevilha do degredado Gonçalo da Costa e do naufrago Henrique de Montes – ambos portugueses –, tentou atraí-los a Lisboa. O primeiro a ser chamado foi Gonçalo de Costa. Por volta de outubro de 1530, o rei enviou seus agentes a Sevilha com a missão de levarem o ex-degredado para Portugal. Quando Gonçalo da Costa chegou a Lisboa, foi de imediato conduzido à corte. Depois de 20 anos de exílio, lá estava o caçador de escravos, genro do misterioso Bacharel de Cananeia, em frente ao seu soberano. E quem precisava dele era o monarca...

Apesar das promessas do rei – que “lhe perguntou coisas sobre o rio de Solís, que os portugueses chamam da Prata”² –, Gonçalo fugiu de Lisboa, “porque, como não lhe deixaram retornar a Sevilha para pegar mulher e filhos, teve medo que o detivessem e deixou o reino sem que ninguém soubesse e sem se despedir de Sua Alteza”.³ O assédio ao ex-degredado e seus desdobramentos ficaram conhecidos porque, em 17 de fevereiro de 1531, a imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V, escreveu ao seu embaixador em Lisboa, Lope de Mendoza, ordenando-lhe que descobrisse tudo sobre a expedição que D. João III “pretendia enviar ao Prata”.

De fato, durante sua breve estada em Portugal, Gonçalo da Costa soubera que D. João estava preparando o envio da frota de Martim Afonso de Sousa. Conforme a imperatriz diria a seu embaixador, Gonçalo da Costa também “suspeitou que a dita expedição vai partir com dois ou três fins: expulsar os franceses da costa do Brasil, explorar o rio Marañón, que diziam ficar em sua demarcação, e fazer algumas fortalezas nos portos – como o porto de São Vicente –, pois levam muita artilharia grossa e porque, deste porto, que também fica na sua demarcação, pensam em

entrar por terra ao rio da Prata”.⁴

Quando a carta de D. Isabel chegou a Lope Hurtado de Mendoza, a armada de Martim Afonso já estava no Rio de Janeiro. Tinha partido de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530, com um galeão, duas naus, duas caravelas e 400 homens a bordo. Seus objetivos estratégicos eram exatamente aqueles que Gonçalo da Costa informara à imperatriz: punir os franceses, explorar o rio Marañón (como se chamava então o Amazonas, avistado por Pinzón 30 anos antes) e fundar uma fortaleza em São Vicente. O propósito primordial da missão, porém – e muito mais importante do que os demais –, era a exploração do rio da Prata.

Por isso, um dos tripulantes mais importantes da armada era o português Henrique Montes. Ao contrário de Gonçalo da Costa, Montes aceitara as “mercês” de D. João III e fugira para Portugal com uma de suas mulheres (as outras duas ficaram na Espanha). Em 16 de novembro Montes foi feito “cavaleiro da Casa Real” e nomeado “provedor da armada de Martim Afonso, quer no mar, quer na terra”.⁵ Um destino surpreendente e de todo glorioso para um ex-náufrago.

Quatro dias depois da nomeação de Henrique Montes, foi a vez de Martim Afonso de Sousa receber cartas reais que lhe conferiam “grandes poderes”. Feito capitão-mor da armada, Martim Afonso poderia doar terras em sesmarias e criar e nomear tabeliães e oficiais de justiça. Tinha também poder de vida e morte sobre aqueles que o acompanhavam, com exceção dos fidalgos, que deveriam, em caso de problemas, ser julgados no reino. Martim Afonso fora incumbido de levar a lei e a ordem para o vasto território que permanecia ocupado apenas por náufragos espanhóis, traficantes franceses e degredados portugueses, que “viviam de acordo com a lei natural”,⁶ cercados de muitas mulheres e escravos nativos.

As circunstâncias excepcionais que cercaram a expedição de Martim Afonso levaram alguns historiadores a afirmar que ele partia com a missão de colonizar o Brasil. Antes dessa viagem, D. João III já vetara dois projetos colonizadores, apresentados por Cristóvão Jaques e João Melo da Câmara, irmão do donatário da ilha de São Miguel, nos Açores. Em 1529,

Jaques propusera ao rei levar, à própria custa, mil colonos para o Brasil. O projeto foi recusado, pois o rei considerava Jaques um homem autoritário e independente demais. Melo, por seu turno, se comprometera a enviar, sem ônus para a Coroa, “dois mil homens de muita sustância que podem levar consigo cavalos e gados e todas as coisas necessárias para o frutificação da terra”.⁷ Mas D. João III também ignorou essa proposta. Na verdade, não há indícios de que o rei estivesse interessado em povoar o Brasil antes de 1532. Como seus antecessores, ele também preferia ocupar a Índia.

Ao escolher Martim Afonso, seu amigo de infância (leia texto lateral a seguir), o verdadeiro objetivo de D. João III não era o de dar início ao povoamento do Brasil. O que o monarca de fato pretendia – além de combater o abuso dos traficantes franceses e explorar o Amazonas – era se apoderar da foz do grande rio que, segundo todas as evidências, conduziria à fabulosa serra da Prata e aos misteriosos e opulentos domínios do Rei Branco.⁸

Com isso sonhavam também os 400 homens que embarcaram com Martim Afonso. É o que se pode deduzir da carta que o embaixador Lope de Mendoza enviou em resposta à imperatriz D. Isabel, na qual ele afirma que os tripulantes que partiram na frota o fizeram, quase todos, voluntariamente, “por vontade própria e sem salário”.⁹ Frei Gaspar da Madre de Deus confirma a notícia ao afirmar que “famílias inteiras” acompanharam a expedição: “Vão para o rio da Prata! E bastava escutar essa voz para que não faltasse quem quisesse alistar-se”, escreveu o frade em *Memória para a História*

O Amigo do Rei

Martim Afonso de Sousa nasceu na Vila Viçosa, em 1500, pouco depois de Cabral ter descoberto o Brasil. Era cavaleiro de alta linhagem. Por parte de pai, descendia de Martim Afonso Chichorro, filho bastardo do rei Afonso III, e seu avô materno fora mestre-sala do rei Afonso V. Martim Afonso passou a infância na corte, onde conviveu com o futuro rei D. João III. Quando este assumiu o trono em 1521, convocou Martim Afonso para fazer parte do Conselho Real. Além de treinado na arte da guerra, Martim Afonso era também um homem de letras, discípulo do grande matemático português Pedro Nunes, que foi seu professor na juventude.

*da Capitania de São Vicente.*¹⁰

Martim Afonso partiu de Lisboa em 3 de dezembro de 1530. Avistou o cabo de Santo Agostinho em fins de janeiro de 1531. Num sinal evidente de que os franceses continuavam ignorando o acordo firmado entre D. João III e Francisco I, a expedição deparou, já em seu primeiro dia no Brasil, com um navio normando carregando pau-brasil. Martim Afonso tratou de combatê-lo de imediato. Os entrelopos foram capturados e informaram que havia outros navios franceses ao sul do cabo de Santo Agostinho, possivelmente na ilha de Santo Aleixo, a uns 30 quilômetros dali.



Para lá rumou Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso e redator do diário de bordo no qual foram registrados todos os acontecimentos da viagem (*leia nota lateral a seguir*). Pero Lopes enfrentou os franceses, que resistiram até lhes acabar a pólvora. Depois da rendição dos inimigos, Pero Lopes capturou suas duas naus, toda a sua artilharia e um grande carregamento de pau-brasil. O irmão de Martim Afonso então retornou para as proximidades da ilha de Itamaracá, uns 40 quilômetros ao norte do Recife. Deixou seus feridos instalados “numa casa de feitoria que ali havia”:¹¹ era o estabelecimento que Cristóvão Jaques fundara 15 anos antes. Foi ali que Pero Lopes e Martim Afonso se reencontraram, dias mais tarde. Todos esses acontecimentos se deram no início de fevereiro de 1531.

Logo a seguir, a frota se dividiu em três para melhor cumprir sua missão. Sob o comando do capitão Diogo Leite, as caravelas *Rosa* e *Princesa* foram enviadas para o norte, com a missão de explorar o rio Marañón, que Pinzón descobrira e percorrera exatos 31 anos antes. Uma das naus capturadas aos franceses partiu para Portugal, carregada com 70 toneladas de pau-brasil e 30 prisioneiros normandos. O restante da

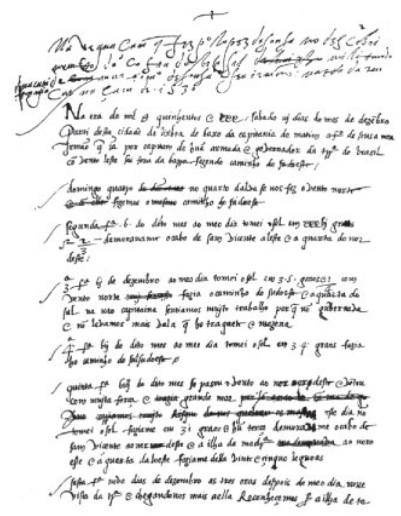
expedição – duas naus e um galeão, sob a chefia de Martim Afonso e Pero Lopes – zarpou em direção ao rio da Prata, seu objetivo primordial.

Em fins de março, enquanto os irmãos Sousa ainda estavam na Bahia, Diogo Leite chegou até a baía de Gurupi, atual divisa do Maranhão com o Pará. Devido ao mau tempo, ele não conseguiu explorar o rio Amazonas. Foi obrigado a retornar a Lisboa sem ter cumprido sua importante missão e sem tomar posse do Amazonas.

O CARAMURU

No dia 13 de março de 1531, os navios de Martim Afonso chegaram à baía de Todos os Santos, local já bem conhecido pelos portugueses desde que a expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio lá chegara, 30 anos antes. Ali, a expedição encontrou um naufrago que vivia há mais de duas décadas no Brasil. Os índios o chamavam de Caramuru e ele iria se tornar uma figura-chave na história colonial do Brasil. O Caramuru estava casado com a índia Paraguaçu – com a qual tinha vários filhos. Paraguaçu era filha do principal chefe guerreiro da região e, graças ao casamento, Caramuru havia adquirido posição proeminente entre os Tupinambá da Bahia.

O lugar de destaque e o respeito dos Tupinambá por Caramuru se mantiveram por muito tempo. Tanto é que, 18 anos mais tarde, foi graças à sua presença – e às boas relações



O Diário de Bordo

A fonte primordial para a reconstituição da expedição de Martim Afonso de Sousa foi redigida por seu irmão e se chama Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa. O documento original se perdeu, mas em 1839 o historiador Francisco de Varnhagem, então com 23 anos, descobriu, na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, em Lisboa, uma cópia do Diário. Embora incompleto e malcuidado, o documento – um códice com 41 páginas, repleto de anotações e emendas feitas por várias mãos – era autêntico e se revelou um tesouro historiográfico.

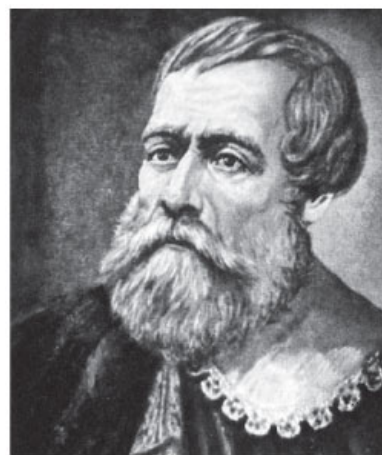
Por influência do poema de Santa Rita Durão, durante muitos anos se acreditou que Paraguaçu fora batizada de Catarina em homenagem à

que ele mantinha com os nativos – que Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, decidiu se instalar justamente na Bahia e fundar ali, em maio de 1549, a primeira capital do Brasil, Salvador.

Não se sabe exatamente quando o navio do Caramuru naufragou na Bahia. De acordo com seu próprio relato, o naufrágio se dera em 1509 ou 1510. Aparentemente, apenas ele sobreviveu ao desastre que vitimou toda a tripulação. Os fatos que se seguiram ao naufrágio seriam envoltos em lenda depois que frei José de Santa Rita Durão escreveu o poema épico *Caramuru*, em 1781. Muitas das informações referentes à vida e à narrativa do misterioso náufrago foram extraídas dessa obra de ficção e, a partir de então – e até hoje –, tratadas como fatos históricos.

O Caramuru se chamava Diogo Álvares Correia e nascera em Viana do Castelo, norte de Portugal. A própria origem do apelido foi romantizada por Santa Rita Durão. Segundo o frade, “Caramuru” queria dizer “Dragão Saído do Mar” ou “Homem do Trovão”. O real significado da palavra, porém, parece ser “moreia”, espécie de enguia – peixe-elétrico que dá “choque”. Ao ser visto pelos nativos, entre as rochas, após o naufrágio, Diogo Correia teria disparado seu mosquete para o ar, apavorando os indígenas. “Como a moreia é um peixe comprido e fino como a espingarda e faz estremecer e fere, assim os nativos batizaram seu portador”, escreveu o historiador Francisco de Varnhagen em 1854. Outros pesquisadores, porém, acham

rainha da França, esposa do rei Henrique II – que, segundo a lenda, teria sido inclusive a madrinha do casamento. Uma década antes de Santa Rita Durão, porém, o historiador e frade franciscano Antônio de Santa Maria Jaboatão tentara provar que o nome cristão dado a Paraguaçu era, na verdade, uma homenagem à rainha Catarina de Portugal, mulher de D. João III. No entanto, documentos encontrados no Canadá, no século XX, e citados pelo historiador J. F. de Almeida Prado comprovam que a verdadeira madrinha de Paraguaçu foi Catarina des Granhes, mulher de Jacques Cartier, fundador de Québec e da Nova França, no Canadá. Abaixo, retrato de Caramuru, feito em 1838.



que a palavra provém de “caray-muru”, que significa “homem branco molhado”.

Antes da chegada de Martim Afonso, Caramuru já socorrera espanhóis e franceses e até tinha sido levado para a França, onde se casou oficialmente com Paraguaçu, batizada de Catarina, em homenagem à madrinha, Catarina des Granhes, mulher do navegador Jacques Cartier (*leia nota lateral anterior*). Cinco anos após o encontro com Martim Afonso, Caramuru testemunharia o desembarque do primeiro donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho.

Apesar de seu poder e de sua amizade com os nativos, Caramuru não conseguiu impedir a revolta dos Tupinambá contra os colonos escravagistas que vieram com Francisco Pereira Coutinho – talvez até a tenha incentivado. O fato é que um conflito violento eclodiu por volta de 1545 –, e nele foi morto o próprio donatário. Quatro anos mais tarde, Caramuru prestaria auxílio ao governador Tomé de Sousa, de 1549 até 1553. Ele morreu com quase 70 anos, em 5 de outubro de 1557.

Em meados de março de 1531, depois de considerar as nativas da Bahia “tão formosas quanto as mais belas moças da Rua Nova, de Lisboa”,¹² Martim Afonso partiu para o Rio de Janeiro. Na bela Guanabara, decidiu descansar a tropa e consertar os navios. Na atual praia do Flamengo, fundou uma pequena vila, cercada por uma paliçada, com “uma casa forte”, uma ferraria e um estaleiro. Ali, enquanto Henrique Montes era encarregado de obter mantimentos para a viagem ao rio da Prata – suficientes para 300 homens durante um ano –, o capitão ordenou a construção de dois bergantins de 15 bancos cada um.

Durante os quatro meses em que a expedição esteve no Rio, Martim Afonso repetiu o que Américo Vespúcio fizera três décadas antes: enviou quatro homens em missão de reconhecimento ao sertão. Passados 31 anos da descoberta do Brasil, aquela era a segunda incursão oficial ao interior do território. Por três décadas os portugueses tinham “negligenciado o interior daquelas terras, contentando-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos”,¹³ para citar a frase que frei Vicente do

Salvador escreveu em 1627.

Por dois meses, os homens de Martim Afonso percorreram 115 léguas (ou 700 quilômetros) – 65 das quais por montanhas imponentes e 50 por um grande platô descampado. Na volta, trouxeram um “grande rei”, senhor de toda aquela região, que veio com “grandes pedaços de cristal e a notícia de que no rio Paraguai havia muito ouro e prata”.¹⁴ Segundo o historiador Capistrano de Abreu, os homens de Martim Afonso subiram a serra da Mantiqueira e chegaram a São Paulo. E, de acordo com o historiador luso Jaime Cortesão, esse “grande senhor” era Tibiriçá, cacique de Piratininga, a aldeia que daria origem à cidade de São Paulo, e sogro do soturno degredado João Ramalho, que Martim Afonso iria encontrar alguns meses mais tarde.

A TRÁGICA JORNADA DE PERO LOBO

No dia 1º de agosto de 1531, após quatro meses no Rio de Janeiro, a frota de Martim Afonso partiu para o sul. No dia 12, ancorou em frente à ilha de Cananeia, que Pedro Annes e Henrique de Montes com certeza já conheciam. Annes, “língua da terra”, foi enviado a terra, num batel, para fazer contato com os nativos. Cinco dias mais tarde, retornou trazendo consigo o misterioso Bacharel de Cananeia, um dos muitos genros dele, chamado Francisco de Chaves, e mais “cinco ou seis castelhanos”. Esses homens eram os desertores da nau de D. Rodrigo de Acuña que, fazia sete anos, viviam nos domínios do Bacharel.

Pero Lopes de Sousa, autor do *Diário* da expedição, não citou o nome do Bacharel, que, assim, permanece sem confirmação. Disse apenas que ele vivia “degredado ali havia 30 anos”. Martim Afonso estabeleceu boas relações com o autêntico senhor daquelas terras. Tanto que lhe doou uma sesmaria, embora o Bacharel nunca tenha podido legalizá-la e permanecesse vivendo à margem da lei.

Dos homens que subiram a bordo naquele dia, quem mais falou foi Francisco de Chaves. Ele garantiu que, se lhe dessem homens suficientes,

“voltaria para aquele porto, no espaço de dez meses, com 400 escravos carregados de ouro e prata”. A proposta entusiasmou Martim Afonso.

No dia 1º de setembro de 1531, Francisco de Chaves entrava pela selva, acompanhado pelo capitão Pero Lobo e por mais 40 besteiros e 40 espingardeiros. A tropa pretendia atacar as aldeias limítrofes do Império Inca, localizadas dois mil quilômetros a oeste dali. Era uma reprise da aventura de Aleixo Garcia, realizada sete anos antes. Embora Francisco de Chaves e Pero Lobo não pudessem suspeitar, seu destino seria igual ao de seu antecessor.

Liderado por Chaves, o exército de Pero Lobo partiu de Cananeia por um dos ramais que conduziam ao Peabiru. Então cruzou o rio Iguaçu pouco acima de sua estrondosa foz e entrou no território dos temíveis Payaguá. Os indígenas impediram o avanço da tropa e depois a atraíram para campo raso, onde Pero Lobo foi morto. “Com esse revés”, conta o historiador Sérgio Buarque de Holanda, “sentiram-se tão desarvorados os expedicionários sobreviventes que deliberaram retroceder. Tornando ao rio Paraná, receberam-nos os índios da região com fingidas mostras de amizade, propondo-se dar-lhes passagem em suas canoas. Para esse efeito, trouxeram-nas furadas, mal tapadas de barro as fendas e aberturas. De sorte que, já no meio do rio, retiraram o barro, com o que se alagaram as canoas e, assim, dos portugueses, os mais se afogaram ao peso das armas que levavam, e alguns que apanharam vivos mataram-nos a flechadas e nenhum sobrou. Fora-lhes possível o estratagema por serem aqueles índios grandes nadadores e não haver o que lhes estorvasse os movimentos, pois que andavam nus. Com a malícia e traição de que se valeram nesse caso, terminou tristemente a jornada daqueles portugueses, da qual pode-se dizer foi, cronologicamente, a primeira entrada paulista da qual existe documentação.”¹⁵

Enquanto a expedição de Pero Lobo partia para seu trágico destino na selva, Martim Afonso e Pero Lopes zarparam rumo ao Prata. O litoral era todo conhecido por Pedro Annes e Henrique Montes. Mas não foi uma jornada fácil. Na ida, um dos bergantins fez escala na ilha de Santa

Catarina e lá encontrou 15 castelhanos. Eles confirmaram a notícia de que “havia muito ouro e prata sertão adentro e traziam mostras do que diziam”.¹⁶ A seguir, navegando pela costa do Rio Grande do Sul e do Uruguai, Martim Afonso e Pero Lopes tiveram grandes dificuldades.

Segundo o próprio Martim Afonso, ele passou “por muitas tormentas, até por derradeiro me dar uma tão grande que se perdeu a nau em que eu ia e escapei em uma tábua”.¹⁷ Esse naufrágio se deu no dia 21 de outubro de 1531, na entrada do estuário do Prata, próximo a Punta del Este. O capitão-mor só se salvou por ser bom nadador. Embora tenham pescado “18 mil peixes em um só dia, entre corvinas e anchovas”,¹⁸ os lusos tinham perdido quase todos os mantimentos que Henrique Montes obtivera no Rio de Janeiro. Por isso – e pelo mau estado das naus e pelos fortes temporais de verão –, Martim Afonso foi obrigado a desistir de explorar o rio da Prata.

Ainda assim, enviou Pero Lopes com 30 homens num bergantim rio Paraná acima, sob a orientação de Henrique Montes. Não se sabe até onde Pero Lopes avançou, mas provavelmente não passou da foz do rio Carcarañá, onde Caboto fundara o forte Sancti Spiritus cinco anos antes. Ali, apesar de saber que estava em território espanhol, Pero Lopes fincou marcos – então chamados “padrões” – com inscrições em português, tomando posse da terra em nome do rei D. João III.

Os marcos colocados por Pero Lopes de Sousa dariam origem a uma polêmica secular entre Portugal e Castela, travada em torno da posse do rio da Prata. Os portugueses – até então ferozes defensores do Tratado de Tordesilhas – passaram a advogar a tese de “posse por achado”, baseados no fato de o rio da Prata ter sido descoberto em 1514 por João de Lisboa e Estevão Fróis. Tal decisão equivalia a rasgar o Tratado de Tordesilhas, mas foi a ela que Portugal se agarrou. A questão diplomática eclodiria com estrondo 150 anos mais tarde, em 1680, quando os lusos fundaram a Colônia do Sacramento na margem esquerda do Prata, em frente a Buenos Aires.

No dia 1º de dezembro, Pero Lopes e seus homens decidiram descer o Paraná e retornar para a foz do estuário, onde Martim Afonso e os demais integrantes da expedição os aguardavam. No primeiro dia de 1532, toda a frota partiu de volta para o Brasil, chegando a Cananeia no dia 16 de janeiro. Cinco dias mais tarde, transferiram-se para São Vicente, local combinado para o reencontro com a tropa de Pero Lobo. Mas a expedição já fora trucidada pelos nativos.

Por um ano e três meses Martim Afonso permaneceu em São Vicente e acabou fundando ali a primeira cidade portuguesa no Brasil. Alguns historiadores, no entanto, afirmam que essa não teria sido uma decisão formal. Foi basicamente com a intenção de dar continuidade à exploração das riquezas do Prata que cerca de 250 integrantes da expedição de Martim Afonso simplesmente se deixaram ficar em São Vicente, “mais como hóspedes do que como colonizadores”.¹⁹

O PATRIARCA DOS MAMELUCOS

Outros motivos podem ter contribuído para que vários homens de Martim Afonso decidissem se estabelecer em São Vicente. Um deles pode ser deduzido de uma carta escrita em 1554 pelo padre José de Anchieta. Além de buscar fortuna fácil em terra virgem, na qual não havia “nem lei nem rei” e onde abundavam “a caça, a pesca e os frutos silvestres”, os colonos portugueses também depararam com nativas “que andam nuas e não sabem negar-se a ninguém, mas ainda elas mesmas assediam e importunam os homens, metendo-se com eles nas redes, pois consideram uma honra dormir com cristãos”.²⁰

Outro fato, de natureza mais prática, influiu na decisão dos colonos de se deixarem ficar em São Vicente. Além de ser considerado “a porta de entrada para o sertão” e o caminho natural para a serra da Prata, o local já era conhecido como “porto dos Escravos” – sede de um incipiente tráfico de cativos indígenas. Quem dera início, ali, a essa lucrativa atividade fora uma figura insólita que atendia pelo nome de *João Ramalho*.

Não se sabe se João Ramalho era náufrago ou degredado. Sabe-se apenas que estava no Brasil desde pelo menos 1508. Como Caramuru, Ramalho se tornara genro do maior líder guerreiro da região. De fato, entre suas muitas concubinas, a principal era Bartira, ou M'boy (“Flor de Árvore”, em tupi), filha de Tibiriçá, chefe dos Guaianá e futuro aliado dos portugueses.

Martim Afonso e João Ramalho se encontraram no verão de 1532, em São Vicente. Mas Ramalho não vivia à beira-mar: havia pelo menos duas décadas, ele se instalara no topo do planalto, acima da serra do Mar, nas proximidades da atual cidade de Santo André, a cerca de 100 quilômetros da costa. Dali ele dirigia o tráfico de escravos do interior para o litoral. Foi Ramalho quem conduziu Martim Afonso serra acima, pela trilha escabrosa do Paranapiacaba (“lugar do qual se vê o mar”), caminho cujo traçado era similar ao da atual via Anchieta, a estrada que liga Santos a São Paulo. Ramalho era o senhor de todo aquele vasto e ainda desconhecido território, onde, por causa dele, os portugueses iriam se instalar poucos anos mais tarde.

Existem várias lendas em torno dessa figura enigmática. O que se pode dizer com certeza é que João Ramalho era venerado, temido e respeitado pelos nativos. De acordo com depoimentos posteriores, ele podia “arregimentar cinco mil índios, enquanto o rei de Portugal só ajuntaria dois mil”. O cálculo foi feito pelo aventureiro alemão Ulrich Schmidel, que em 1553 trilhou o Peabiru desde Assunção, no Paraguai, até São Vicente. Ao passar por Santo André, achou-a com o “aspecto de um covil de bandidos” e ficou aliviado ao saber que “Johanes Reimelle” não estava

Abaixo, retrato romantizado de João Ramalho e um de seus muitos filhos, feito em 1954 por J. Wasth Rodrigues por encomenda do Museu Paulista.



lá, mas no sertão, escravizando índios.²¹

Se João Ramalho infundia terror em homens como Schmidel, é fácil supor o que acharam dele os jesuítas que chegaram em seguida. Em carta escrita em agosto de 1553, o padre Nóbrega diria que a vida de Ramalho era “uma *petra scandali* para nós (...) Tem muitas mulheres e ele e seus filhos andam com as irmãs [de suas esposas] e têm filhos delas. Vão à guerra com os índios e suas festas são de índios, e assim vivem, andando nus como os mesmos índios”.

Apesar das declarações de Nóbrega, Ramalho não havia virado índio. Tornou-se, isso sim, o patriarca dos mamelucos, o primeiro branco do Brasil a gerar uma dezena de filhos mestiços – os mesmos que, anos mais tarde, iriam compor o grosso do contingente das bandeiras paulistas e que revelariam violência inigualável na escravização dos indígenas do sertão.

O fato de João Ramalho viver “amancebado” com Bartira levaria o jesuíta Simão de Lucena a excomungá-lo em 1550. Mas, em 1553, Nóbrega percebeu que seria impossível levar adiante a obra de catequese sem o aval de Ramalho e passou a se empenhar pessoalmente para que ele casasse com Bartira. O casamento enfim se realizou e Bartira foi batizada com o nome de Isabel. Em julho de 1553, o governador-geral Tomé de Sousa nomeou Ramalho capitão-mor da vila de Santo André. Ao escrever para o rei, Sousa diria que Ramalho tinha “tantos filhos, netos e bisnetos que não ousa dizer a Vossa Alteza. Ele tem mais de 70 anos, mas caminha nove léguas [cerca de 54 quilômetros] antes de jantar e não tem um só fio branco na cabeça nem no rosto”.²²

Em 1560, por ordem de Mem de Sá, terceiro governador-geral, Ramalho se transferiu de Santo André para São Paulo – e, dois anos depois, salvou a cidade de um ataque dos Carijó. Em 1564, recusou o cargo de vereador. Quatro anos depois, o jesuíta Baltasar Fernandes diria que Ramalho tinha “quase 100 anos, estando entre os índios e vivendo não sei de que maneira, e não querendo nada de nossa ajuda nem mistérios”. Fernandes relatou também um acidente sofrido pelo patriarca em andanças pelo sertão, afirmando que “sua hora cedo virá”.

Mas João Ramalho só morreu em 1580, com mais de 95 anos de idade. Graças a sua liderança e aliança com os índios, graças ao seu conhecimento das trilhas que percorriam o planalto e graças ao rendoso tráfico de escravos que ele inaugurara, São Vicente e São Paulo acabaram se tornando as mais importantes vilas do sul do Brasil.

O processo de inserção de João Ramalho na história do Brasil se iniciou depois de seu encontro com Martim Afonso, no verão de 1532. As relações entre o capitão-mor e o patriarca dos mamelucos foram frutíferas e respeitadas. Há indícios de que Martim Afonso conversava, negociava e se aconselhava constantemente com João Ramalho.

Tempo para isso não lhe faltou, pois Martim Afonso permaneceu em São Vicente até maio de 1533. Completados 18 meses desde a partida de Pero Lobo, o capitão-mor desistiu de esperá-lo e partiu para Portugal, não sem antes fazer de João Ramalho “guarda-mor da Borda do Campo” e determinar que só ele poderia “resgatar” (negociar) com os índios. Como o Bacharel de Cananeia, Ramalho também recebeu vasta sesmaria.

Durante o ano e meio que ficou em São Vicente, Martim Afonso não organizou uma nova expedição ao rio da Prata por vários motivos. Primeiro, ele tinha esperanças que Pero Lobo e Francisco de Chaves voltassem de sua viagem “com 400 escravos carregados de ouro e prata”. Depois, fora convencido pelo próprio João Ramalho de que o caminho terrestre até o Peru era menos exigente do que a jornada fluvial rio Paraná acima. Além disso, o tempo estivera horrível: por meses a fio choveu em São Vicente.

Em maio de 1532, um ano antes de partir, Martim Afonso enviara seu irmão Pero Lopes para o Nordeste do Brasil. Após uma escala no Rio e outra na Bahia (onde desertaram três marujos), Pero Lopes chegou a Pernambuco no dia 4 de agosto. Lá, encontrou a feitoria de Cristóvão Jaques (onde, em fevereiro de 1531, ele próprio havia deixado seus feridos convalescendo) ocupada por 70 franceses. Esses homens tinham sido

deixados ali pela nau *A Peregrina*. Por 18 dias, Pero Lopes os combateu ferozmente. Matou seis e prendeu 64, dos quais mandou enforcar 20. Após reconstruir e armar a feitoria, zarpou para Portugal, onde chegou no início de 1533, com mais de 40 prisioneiros.²³

Em agosto de 1533, seis meses após o retorno de Pero Lopes, Martim Afonso aportava em Lisboa. Poucas semanas mais tarde, chegavam a Portugal as notícias mais desalentadoras possíveis para os lusos e para os dois irmãos que tinham tentado conquistar a serra da Prata. Em árduo contraste com o destino inglório da excursão de Pero Lobo, um bando de aventureiros espanhóis, liderado por um ex-criador de porcos chamado Francisco Pizarro, acabara de realizar “a mais extraordinária façanha da história da conquista do Novo Mundo”.²⁴ Em novembro de 1532, com 153 homens e 27 cavalos, Pizarro havia descoberto e fora capaz de conquistar o império do lendário Rei Branco – que, então, era o Inca Atahualpa, filho de Huayna Capac.

O “feitiço do Peru”²⁵ paralisou toda a atividade exploratória e colonizadora dos portugueses (e dos espanhóis) na “costa do ouro e da prata”, como era chamado, então, o litoral que vai de Cananeia até a foz do rio da Prata. Esse efeito estagnador se tornaria ainda mais completo depois de 1545, quando os espanhóis descobriram também a “sierra de la Plata”. Como o próprio Rei Branco, esse lugar lendário, ao qual se referiam os índios do sul de São Paulo, de Santa Catarina e das margens do Prata, existia de fato: era o cerro de Potosí, montanha de 600 metros de altura, quase toda de prata pura e da qual os conquistadores extraíram seis mil metros cúbicos do metal – fortuna que causou grande impacto na economia europeia.

Até o fim da primeira metade do século XVI, no entanto, nem os próprios espanhóis tinham plena consciência dos entornos geográficos de suas descobertas. Foi apenas em 1549 que, partindo de Assunção, o capitão espanhol Domingo de Irala chegou a Chuquisaca, na Bolívia (onde Aleixo

Garcia estivera 25 anos antes), e pôde concluir, então, que o Rei Branco das lendas indígenas era o Inca e que a “sierra de la Plata” era Potosí.

A conquista do Peru e a descoberta de Potosí fizeram com que “o caminho terrestre que conduzia do litoral atlântico ao Paraguai (o Peabiru) perdesse todo o seu valor, o Prata fosse esquecido pelo colonizador e desprezado por seus sequazes e a vida platense se recolhesse sobre si mesma”, como escreveu o historiador paulista Caio Prado Jr.²⁶

Decepcionados por não terem conseguido conquistar o império do Rei Branco, Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes jamais retornaram ao Brasil, voltando todas as suas ações e atenções para a conquista e o comércio com a Índia e deixando abandonadas as capitânicas hereditárias que o rei D. João III decidira lhes dar logo após ambos terem retornado para Lisboa.

De fato, enquanto Martim Afonso e Pero Lopes ainda estavam no Brasil, o rei D. João III – alarmado pela captura da nau francesa *A Peregrina* e firmemente aconselhado por seus assessores – decidiu, enfim, iniciar a ocupação e colonização do Brasil. Para fazê-lo, dividiu a colônia em 12 capitânicas hereditárias e as repartiu entre membros da burocracia estatal.

Martim Afonso e Pero Lopes ganharam seus lotes. Martim Afonso se tornou dono de São Vicente e do Rio de Janeiro. Pero Lopes recebeu um lote vizinho a São Vicente e outro mais ao sul, que se estendia desde a ilha do Mel, no Paraná, até Laguna, em Santa Catarina. Como prêmio por sua luta contra os franceses, Pero Lopes foi agraciado com um terceiro lote em Itamaracá, em Pernambuco.

Mas o Brasil jamais voltou a interessar os dois irmãos. Pero Lopes morreu num naufrágio, em 1539, quando retornava da Índia, onde cometeu grandes atrocidades contra árabes e hindus. Quanto a Martim Afonso, em suas memórias, redigidas em 1557, ele citaria o Brasil uma única vez, e apenas para dizer que, aqui, gastara “perto de três anos, passando muitos trabalhos, muitas fomes e muitas tormentas”.²⁷

A criação das capitânicas hereditárias não ajudou a modificar o

panorama desolador que se abatera sobre o Brasil após a descoberta do Peru. Em Portugal se espalhou, nessa mesma época, a tese de que “o ouro, prata, pedras preciosas são somente para os castelhanos e que para eles os reservou Deus”.²⁸ Um espanhol se encarregaria de debochar dos portugueses afirmando que “as melhores minas do Brasil são capturar e matar [índios] tapuias”.²⁹ Um poeta luso o ecoou, assegurando que tudo de bom estava “para além do Brasil”.³⁰

O trauma era tal que, em 1549, fracassado o projeto das capitânias hereditárias, Tomé de Sousa, primeiro governador-geral e primo-irmão de Martim Afonso de Sousa, veio para o Brasil ainda disposto a transformá-lo em “um outro Peru”³¹ – milagre que ele evidentemente não pôde concretizar. Meio século havia se passado desde a descoberta de Cabral e o Brasil continuava dependendo das ações de náufragos como Caramuru e de degredados como João Ramalho, enquanto o principal, e quase único, negócio dos colonos instalados no seu litoral continuava sendo a escravização dos nativos, comércio incrementado pelo obscuro Bacharel de Cananeia, ao mesmo tempo que os traficantes franceses de pau-brasil seguiam com sua atividade em largas porções do litoral.

Náufragos, traficantes e degredados seguiam definindo o destino ainda incerto do vasto território cuja exploração havia ajudado a desvendar e batizar “a quarta parte do mundo”.

O PODER E O VALOR DAS MOEDAS

Embora alguns estudiosos queiram atribuir a origem da palavra “moeda” aos fenícios, povo que deu origem ao mercantilismo internacional, o mais provável é que o étimo provenha do latim “moneta” – uma referência ao lugar onde os romanos cunhavam suas moedas: o templo de Juno Moneta. O uso e a cunhagem de moedas, no entanto, era costume anterior ao apogeu de Roma e remonta ao século VIII a.C. O rei Creso, da Lídia, teria sido o primeiro a usar o ouro para cunhar suas moedas. No século III da era cristã, o ouro – devido à escassez e ao valor – caiu em desuso. Mas, no século XII, o costume de utilizar o metal foi ressuscitado pelas moedas comerciais das repúblicas italianas de Veneza e Florença. Em 1283, o doge Giovanni Dandolo (1280-1289) cunhou em ouro a moeda chamada “zecchino” (de Zecca: Casa da Moeda). O zecchino – chamado “sequim” em Portugal – tinha 3,5 gramas de ouro e trazia a seguinte inscrição em latim: *Sit Tibi, Christe, Datus Quem Tu Regis, Iste Ducatus*, que quer dizer: “Seja a Ti, Cristo, dedicado este Ducado” (“Ducado”, nesse caso, era a própria nação que cunhara a moeda). Por causa disso, o zecchino ficou conhecido como ducado. Durante cinco séculos, a moeda manteve o valor equivalente ao seu peso em ouro: 3,5 gramas.



Na Europa do século XVI, os preços eram praticados em ducados. Por

exemplo: um quintal (ou 60 quilos) de pimenta valia cerca de 35 ducados e um quintal de pau-brasil, 2,5 ducados (8,75 gramas de ouro). Uma nau valia aproximadamente mil ducados (ou 3,5 quilos de ouro) e uma arroba (ou 15 quilos) de açúcar, meio ducado. Conforme dito neste livro, Portugal pagou à Espanha 350 mil ducados (ou 100 quilos de ouro) pela posse das ilhas Molucas.



O ducado circulava em Portugal, mas a principal moeda da nação era o cruzado. Vinte e cinco cruzados valiam um ducado. Embora a moeda circulante fosse o cruzado, a moeda de conta em Portugal era o real (cujo plural, até 1580, era reais, e não réis, como seria a partir de então) – que não circulava mais desde fins do século XV. Um cruzado valia 400 reais. Uma nau valia 25 mil cruzados e a sua artilharia equivalia a dez mil cruzados. Um escravo negro valia cerca de três mil cruzados e um nativo do Novo Mundo, mil cruzados. A manutenção de um pelotão de 150 soldados durante um ano, em Angola, na África, custava 7.500 cruzados em 1536. Um serralheiro ganhava 175 cruzados por ano; um ferreiro, 150, e um condutor de

carroças, 25 cruzados anuais.

Havia muitas moedas em circulação em Castela – entre elas a dobra, a onça, o dobrão e o peso. Mas a principal moeda de conta era o maravedi (ou morabitino, maravedim ou ainda amaravidil), de origem árabe, cujo nome remete à dinastia dos Almorávidas, que reinou na Espanha. Os Reis Católicos Fernando e Isabel desvalorizaram 18 vezes o maravedi. Ainda assim, 375 maravedis equivaliam a um ducado. Um maravedi valia 27 reais e um quintal de pau-brasil era vendido, em 1504, por 1.865 maravedis.

NOTAS

PARTE I

1 – Vários historiadores do século XVI se referem à viagem de Pinzón ao Brasil. O principal deles é Pietro Martir de Anghiera, autor da obra *De Orbe Novo Decades Octo (As Oito Décadas do Novo Mundo)*. A *I Década*, que inclui o relato da viagem de Pinzón, foi escrita em 1501, publicada em 1511 e ampliada em 1516. Anghiera (1459-1526) era um sacerdote, militar e diplomata milanês, que desde 1488 vivia na Espanha e trabalhava para os Reis Católicos. Mais tarde, foi membro do Conselho das Índias. Seu relato sobre a viagem de Pinzón se baseou em uma entrevista feita com o próprio navegador, em outubro de 1500. Na segunda metade do século XVI, os historiadores padre Bartolomé de las Casas, Gonzalo Fernandez de Oviedo e Antonio de Herrera também descreveram a jornada de Vicente Pinzón, mas o fizeram baseados no depoimento de Anghiera.

2 – “mansos e pacíficos”: citação do *Diário* de Cristóvão Colombo. O *Diário* de Colombo foi escrito pelo frei Bartolomé de las Casas, baseado nas cartas e nas anotações do próprio navegador, com quem Las Casas conviveu pessoalmente. Existem muitas edições e traduções do *Diário*. A melhor foi feita pelo historiador espanhol Carlos Sanz e publicada pela Biblioteca Nacional de Madri em 1962. Existe uma edição em português, publicada pela L&PM (Porto Alegre, 1985).

3 – “turbilhões de vento”: citação da narrativa de Pietro Martir de Anghiera, cujo trecho relativo à viagem de Vicente Yáñez Pinzón foi parcialmente reproduzido pelo professor Duarte Leite em seu artigo “Os Falsos Precursores de Álvares Cabral” (citado na Bibliografia).

4 – “grande perigo”: mesma fonte citada na nota 3.

5 – “vara” ou “barra de dois palmos”: existem duas versões da narrativa de Pietro de Anghiera sobre a viagem de Pinzón. A primeira, escrita em 1501, foi feita pelo próprio Anghiera. A segunda, publicada em 1511, foi revisada e ampliada por Angelo Trevisan, chanceler da embaixada de Veneza na Espanha, a quem Anghiera confiou os originais. Na primeira versão, Anghiera descreve como “vara” o objeto dourado que os nativos teriam jogado à frente dos marinheiros de Pinzón. Na versão de Trevisan, esse objeto se transforma em “uma barra de dois palmos” (de comprimento). O prof. Duarte Leite publicou as duas versões na obra citada na nota 3.

6 – Pietro Martir nasceu em Anghiera, nos arredores de Milão, em 1459. Mudou-se em 1488 para a Espanha, onde se tornou protonotário apostólico e membro do Conselho das Índias. Em setembro de 1501, foi enviado para o Egito, como embaixador dos Reis Católicos junto ao sultão do Cairo. Retornou para a Europa em 1506. Morreu em Sevilha em 1526.

7 – Pelo menos três historiadores acham que os Potiguar jamais atacariam os europeus sem motivo. São eles: o inglês Robert Southey, em sua *História do Brasil* (publicada em 1810), Cândido Zeferino (no livro *Brasil*, Cia. Editora Nacional, 1900) e o prof. Duarte Leite, no artigo

citado na nota 3.

8 – “vermelho bico de cisne mergulhando no oceano”: citação de Francisco de Varnhagen, que visitou Jericoacoara em 1861 e se encantou com a beleza do lugar, que identificou como o “Rostro Hermoso” de Pinzón.

9 a 14 – citações da narrativa de Pietro Martir de Anghiera.

15 – Frei Bartolomé de las Casas, principal cronista da viagem de Diego de Lepe, afirma que ele chegou ao cabo de Santo Agostinho. Samuel Morison e Max Justo Guedes acham que Lepe aportou no cabo de São Roque.

16 – “alto e atraente” e “extremamente cruel”: citações de Samuel Elliot Morison em *The European Discovery of America - Southern Voyages*.

17 – “aproximar-se da costa”: carta de Colombo aos Reis Católicos, trecho reproduzido por Max Justo Guedes no artigo “As Primeiras Expedições de Reconhecimento da Costa Brasileira”, publicado no vol. I da *História Naval Brasileira* (citado na Bibliografia).

18 – “vigílias que havia tido”: idem nota 17 acima.

19 – “mais brutais”: citação de Samuel E. Morison, idem nota 15.

20 – “como aves que iam para terra”: citação do *Diário da Descoberta da Índia*, narrativa da viagem de Vasco da Gama escrita pelo marinheiro Álvaro Velho (publicado pela Editora Objetiva, 1998).

21 – As *Instruções de Vasco da Gama para a Viagem de Cabral* foram vertidas em português atual por A. Fontoura da Costa e publicadas por T. O. Marcondes de Souza em *O Descobrimento do Brasil* (citado na Bibliografia).

22 – “novo indivíduo da geração humana”: citação de Simão de Vasconcelos em *Notícias Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil*, publicado originalmente em 1658.

23 – “grande caminho que tinha para andar”: citação da carta de D. Manoel aos Reis Católicos, reproduzida no vol. II da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

PARTE II

1 – “fama após a morte”: citação da carta que Vespúcio enviou de Lisboa para Lourenço de Pierfrancesco de Médici em agosto de 1502. O original dessa carta, que deu origem ao panfleto *Mundus Novus*, está no chamado *Códice Stroziano 318*, da Biblioteca Nacional de Florença. A íntegra da carta foi publicada por T. O. Marcondes de Souza em *Amerigo Vespucci e Suas Viagens* (veja Bibliografia).

2 – Da carta que Vespúcio escreveu em Sevilha em 18 de junho de 1500 e enviou para Lourenço de Médici existe apenas a cópia arquivada no *Códice Riccardiano 1910*. Esse Códice está na Biblioteca Riccardiana de Florença, que pertenceu ao marquês Riccardi. O código foi organizado em 1514 por Piero Vaglienti e reúne cópias de 33 cartas de viagem redigidas pelos próprios viajantes ou por seus financiadores. Além de três cartas de Vespúcio, o código possui também cópias de cartas escritas por Bartolomeu Marchioni, Girolamo Sernige e Piero Rondinelli. A referida carta de Vespúcio foi publicada pela primeira vez em 1745, por Angelo Bandini.

3 – A cópia da carta que Vespúcio enviou de Cabo Verde para Lorenzo de Médici também está no *Códice Riccardiano 1910*. Foi publicada pela primeira vez pelo conde Baldelli Bonn, em 1827.

4 – “turbilhões e tempestades”: citação de uma carta sem data que Vespúcio também enviou para Lorenzo de Médici. A cópia dessa carta também está no *Códice Stroziano 318*, da Biblioteca

Nacional de Florença.

5 – Max Justo Guedes é o principal defensor da tese de que a frota de Vespúcio ancorou na atual praia de Areias Alvas. Os argumentos de Justo Guedes – navegador experiente – são sólidos e respeitáveis. Vários outros historiadores, no entanto, acham que o desembarque de Vespúcio se deu na praia dos Marcos. O principal defensor dessa tese é Moacir Soares Pereira, autor de *A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*.

6 – “duvido que me deem crédito”: citação da carta *Mundus Novus*. Essa é apenas uma das várias insinuações de Vespúcio de que o Brasil era um local paradisíaco. Noutro trecho da mesma carta, Vespúcio afirma taxativamente: “Em verdade, se o paraíso terrestre está localizado em alguma parte da terra, julgo que não dista muito dessa região.”

7 – Conforme dito na nota 4, o *Códice Stroziano 318* é um conjunto de documentos que pertence ao acervo da Biblioteca Nacional de Florença.

8 a 11 – citações de cartas de Vespúcio.

12 – “broncas tribos nômades”: citação de Capistrano de Abreu, no livro *O Descobrimento do Brasil*.

13 – “gente daquela terra”: citação da *Lettera a Soderini*.

14 – As informações sobre a vendagem das cartas de Vespúcio foram obtidas no livro *Amerigo Vespucci e Suas Viagens*, de Marcondes de Souza.

15 – Citações de *A Utopia*, de Thomas Morus, tradução de Paulo Neves, edição da L&PM (Porto Alegre, 1998).

16 – “desordens havidas entre eles”: citação de *Islario General de Todas las Islas del Mundo*, de Alonso de Santa Cruz. Santa Cruz foi o cosmógrafo da expedição de Sebastião Caboto que chegou ao Brasil em 1526. Seu livro, descoberto e publicado por Francisco de Varnhagen em 1865, foi escrito em 1527 e é o primeiro a fazer referência ao destino dos 24 homens deixados por Vespúcio em Cabo Frio. Santa Cruz não cita suas fontes.

PARTE III

1 – Uma cópia do original da carta de Pietro Rondinelli foi feita por Piero Vaglianti em 1514 e acrescentada ao *Códice Riccardiano 1910*, da Biblioteca Riccardiana de Florença. Desde fins do século XIX, quando foi encontrada a cópia feita por Vaglianti, a carta de Rondinelli tem sido reproduzida em muitos livros sobre a história do Brasil.

2 – Informações citadas por A. L. Pereira Ferraz em *Terra da Ibirapitanga* e por Bernardino José de Sousa em *O Pau-brasil na História Nacional* (veja Bibliografia).

3 – A *Relazione di Lunardo da Cha Masser* foi reproduzida pela primeira vez por Próspero Peragallo no livro *Quarto Centenário da Descoberta da América*, publicado em 1892 pela Academia de Ciências de Lisboa. Desde então, tem sido citada e reproduzida em vários outros livros.

4 – A “Confirmação a Fernão de Loronha do privilégio de cidadão de Lisboa” foi publicada no Livro 4, folha 58, da Chancelaria de D. Manoel e reproduzida por Antônio Baião no capítulo “O Comércio do Pau-brasil”, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

5 – Conforme Antônio Baião no artigo citado na nota 4. O texto original de Baião se refere “aos sucessos ferozes de abril de 1506, em que cerca de dois mil judeus foram trucidados pela plebe excitada pelos dominicanos”. O número de vítimas parece um tanto exagerado e, a rigor, desde 1497 não havia mais “judeus” em Portugal: todos os que ficaram no país passaram a ser

“cristãos-novos”.

6 – A descoberta de que o “contrato de arrendamento” do pau-brasil foi parar nas mãos do “armador e capitão de navios” Lopes Bixorda foi quase casual. Bixorda aparece citado como arrendatário num texto do cronista real Damião de Góis, no qual o autor da *Crônica do Sereníssimo Rei D. Manoel* se refere aos três nativos que um dos navios de Bixorda levaram do Brasil a Portugal e “que causaram admiração a todos pela excelente pontaria de seus arcos”. No texto, Góis diz que os “arcos eram de pau-brasil e as flechas de canas empenadas com penas de papagaio, as pontas são de pau e de osso de pescado, tão fortes que passam com elas uma tábua”. De acordo com Góis, os “selvagens eram bem dispostos, estavam vestidos de penas e falaram com o rei, por intermédio de um intérprete”. Os nativos dispararam contra alvos móveis “que desciam o rio que por perto passava”.

7 – A informação de que em 1558 as melhores árvores de pau-brasil só podiam ser encontradas “a mais de 20 quilômetros da costa” é do pastor Jean de Lery e aparece no seu livro *Viagem à Terra do Brasil*.

8 – A regulamentação coibindo o corte de pau-brasil e criando o cargo de guarda-florestal foi assinada por Filipe III em 12 de dezembro de 1605. A decisão, portanto, se deu durante o período da União Ibérica e não foi iniciativa de portugueses, mas de espanhóis. A íntegra do documento é citada por A. L. Pereira Ferraz em *Terra da Ibirapitanga* e comentada por Warren Dean em *A Ferro e Fogo*.

9 – A origem e o significado das palavras “mair” e “peró” continuam controversos e ainda não foram claramente definidos. De acordo com Teodoro Sampaio, o mais emérito tupinólogo, “mair” provém do vocábulo “mbae-ira”, que significa “homem que mora longe, apartado, solitário”. Os Guaraní do Paraguai chamavam os espanhóis de “mbaí”, apelido muito similar e com o mesmo significado de “mair”. Alguns indígenas do Brasil também chamavam os franceses de “ajurujuba”, que significaria “papagaio amarelo” – “por serem louros e estarem sempre a falar”, de acordo com Carlos Sarthou em *Passado e Presente da Baía de Guanabara* (Ed. Bastos, Rio, 1964). Com relação ao termo “peró” a polêmica é bem maior. O inglês Robert Southey afirmou, em 1789, que o termo provinha do espanhol “perro” (“cão”) e exprimia o ódio que os selvagens do Brasil sentiam dos portugueses. Sua explicação foi rejeitada por muitos historiadores brasileiros e portugueses. De acordo com Estevão Pinto, em *Os Indígenas do Nordeste* (Cia. Edit. Nacional, SP, 1935), o nome teria surgido porque “muitos nativos pensavam que todos os portugueses se chamavam Pedro, ou Pero”. Segundo Oswaldo Orico, em *Mitos Ameríndios* (São Paulo Editora, Rio, 1930), o termo seria originário da expressão “pero” (espanholismo que significa “mas”), palavra que os portugueses falariam constantemente. Por fim, Carlos Sarthou, no livro citado acima, diz que “pero” talvez fosse “uma deturpação da palavra feroz”.

10 – De acordo com o *Regimento da Nau Bretoa*, “a moça” que o capitão Cristóvão Pires levou para ser escrava de Francisco Gomes se chamava Bu-y-syde, nome que alguns autores já traduziram por “Brígida”. Nada se sabe sobre o destino dela nem dos demais escravos levados pela *Bretoa*.

11 – Segundo escreveu o brasilianista americano Warren Dean no livro *A Ferro e Fogo*, os escravos “eram vistos como curiosidades, exotismo, e serviam para exibição ou venda a nobres, como macacos ou papagaios, embora fossem apreciados também como objetos sexuais”. No livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, analisando especificamente o episódio da nau *Bretoa*, Afonso Arinos de Mello Franco afirmou: “Os serviços que poderiam prestar as jovens tamóias, tanto na travessia, como na terra, pareciam, decerto, aos navegantes, dados aos amores ancilares, mais proveitosos do que quaisquer outros.”

12 – As melhores análises sobre a origem e os múltiplos significados da palavra Brasil foram feitas por A. L. Pereira Ferraz no livro citado nas notas 2 e 8, e por Gustavo Barroso em *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antigas* (Cia. Editora Nacional, SP, 1938). A melhor fonte sobre a mitológica viagem de São Brandão é *The European Discovery of America - The Northern Voyages*, de Samuel E. Morison.

PARTE IV

1 – “comer carne humana”: citação de *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry (veja Bibliografia).

2 – Na verdade, não se pode afirmar com certeza qual a festa que Binot Paulmier presenciou em Lisboa: se aquela feita para saudar o retorno de Vasco da Gama a Portugal em agosto de 1499 ou se a celebração pela volta de Cabral da Índia, em julho de 1501. Paulmier parece ter vivido em Lisboa de 1498 a fins de 1501 e, portanto, poderia ter assistido às duas celebrações, cuja grandiosidade paralisou Lisboa.

3 – “semelhante ao Orne”: citação do relato original de Binot Paulmier de Gonneville (veja Bibliografia).

4 – O protesto que Binot de Gonneville fez na justiça contra os piratas foi descoberto em 1867 pelo historiador francês Pierre Margry. Margry foi o primeiro a sugerir que a “Terra de Gonneville” – que outros historiadores tinham, até então, identificado com as mais variadas partes do globo – era o Brasil. Atualmente, o assunto é tema pacífico.

5 – O livro do abade Jean Paulmier se chamava *Mémoires touchant l'établissement d'une mission*. A introdução, dedicada ao papa Alexandre VII, tinha 18 páginas.

6 – “um milhão de cruzados”: informação de Fernando Palha no livro *A Carta de Marca de João Ango* (Lisboa, 1883).

7 – “partilha do mundo”: a declaração de Francisco I sobre o Tratado de Tordesilhas foi citada pelo cardeal de Toledo em carta escrita em 27 de janeiro de 1541 e enviada ao imperador Carlos V. O original está no Arquivo de Simancas, em Sevilha, na Espanha.

8 – “tiros de espingarda”: o depoimento dos sobreviventes franceses aparece na carta que Francisco I escreveu em 6 de setembro de 1528 e enviou a seu embaixador em Portugal, Gylas Hellie. Uma cópia dessa carta está arquivada na torre do Tombo. O documento foi reproduzido na íntegra no volume III da *Hist. da Col. Port. do Brasil*.

9 – “agrícola e feitorial”: citação de Antônio Baião e C. Malheiro Dias em “A Expedição de Cristóvão Jaques”, em *Hist. da Col. Port. do Brasil*.

PARTE V

1 a 3 – citações da “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, documento publicado na íntegra no vol. II da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

4 – “que se fizera botocudo”: citação de Francisco Adolfo de Varnhagen em *História Geral do Brasil*. De acordo com o historiador, Pero Gallego seria o mesmo homem citado por Gabriel Soares em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1570. Nesse livro, Soares diz: “Em 1504, neste rio Grande [do Norte] achou Diogo Paes de Pernambuco, língua do gentio, um castelhano entre os Potiguar, com os beijos furados como eles, entre os quais andava havia muito tempo.”

5 – “suplícios e tormentos”: citações da carta que Estevão Fróis escreveu para o rei D. Manoel da ilha de Santo Domingo em 30 de julho de 1514. O documento foi arquivado por Damião de Góis

no chamado “Corpo Cronológico” da torre do Tombo, onde Varnhagen o encontrou em 1851.

6 – “pena de morte”: a carta de D. Manoel a D. Fernando, escrita em 20 de setembro de 1514, foi descoberta e publicada pelo historiador chileno José Toribio Medina no livro *Juan Díaz de Solís* (2 vol., Santiago, 1908).

7 – “os cercaram e os mataram”: citação de Antonio de Herrera em *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*, cuja primeira edição completa só foi publicada em Madri em 1726. O trecho citado foi publicado na II Década, livro I.

8 – “povoar o Brasil”: o alvará do rei D. Manoel foi citado por Varnhagen na pág. 95 do vol. I de sua *História Geral do Brasil*. Ele não indicou onde estava o original e tal alvará não foi encontrado por outros historiadores.

9 – “mantimentos da terra”: citação da carta que João Melo da Câmara escreveu para o rei D. João III em 1529 (sem data ou indicação da procedência). Essa carta foi descoberta por Sousa Viterbo no Arquivo Nacional de Cartas dos Governadores nos Lugares d’África e de outras pessoas para el Rei e publicada por ele em *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII* (Lisboa, 1898). Está reproduzida na íntegra no vol. III da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

10 – “passagem grátis para a civilização”: citação de Rolando Laguarda Trias no artigo “Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-costas”, capítulo 5 do vol. I da *História Naval Brasileira*.

11 – “quentura do sol”: citação de Pero Magalhães Gandavo em *Tratado da Terra do Brasil*, livro escrito por volta de 1576.

12 – “era português”: citação de Samuel E. Morison em *The European Discovery of America - The Southern Voyages*.

13 – “de volta ao mar”: citação de *Primeira Viagem ao Redor do Mundo*, diário escrito por Francisco Pigafetta (L&PM, Porto Alegre, 1985).

14 a 16 – citações de *Islario General de Todas las Islas del Mundo*, de Alonso de Santa Cruz. Santa Cruz foi o cosmógrafo da expedição de Sebastião Caboto e se tornou o principal cronista da viagem.

17 – “rico em prata, ouro e cobre”: citação da carta que o embaixador castelhano Juan de Zuñiga escreveu, de Lisboa, em 24 de junho de 1524, e enviou para o imperador Carlos V. O original se encontra no Arquivo de Simancas, em Sevilha.

PARTE VI

1 – “por causa de suas malfetorias”: citação de Rolando Laguarda Trias no artigo “Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-costas”, capítulo 5 do vol. I da *História Naval Brasileira*. Trias acrescenta: “[daí] se conclui que o termo ‘perdidos’ não significa, nesse caso, náufragos, mas sim perdulários e delinquentes, por oposição aos ‘inocentes’ do Rio de Janeiro”.

2 – A vida cotidiana dos náufragos pode ser razoavelmente reconstituída a partir das cartas de Luiz Ramirez e D. Rodrigo de Acuña, que serão citadas a seguir. Os historiadores Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda também fornecem indícios para essa reconstituição, respectivamente nos livros *A Fundação de São Paulo – Capital Geográfica do Brasil* e *Visão do Paraíso*.

3 – A principal fonte para a reconstituição da jornada de Aleixo Garcia continua sendo o livro *La Argentina*, escrito por Rui Diaz de Guzmán. As outras fontes são: *Historia de Santa Cruz de la*

Sierra, de Enrique Gandia, 1935, *El Alma de la Raza*, de Manuel Domingues (Assunção, 1908) e *The Guarani Invasion of Inca Empire*, de E. Nordenskjold, publicado pela The Geographical Review, vol. IV (Nova York, 1917).

4 – “aquela erva e do mesmo modo”: citação de *Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paranea, Uruguai e Tape*, do padre Antônio Ruiz de Montoya (Martins Livreiro, Porto Alegre, 1985).

5 – Huayna Capac era filho de um dos maiores imperadores incas de todos os tempos, Tupac Inca Yupanqui. Com a morte do pai, ele assumiu o trono no final do século XV. Honrando a herança do pai, se tornou um dos maiores soberanos incas, ampliando o império e a extraordinária rede viária que unia todo o seu território. Huayna Capac teve muitos filhos. Por direito, o herdeiro do trono seria Huascar, mas Manco Capac e Atahualpa, filhos de Huayna Capac com concubinas reais, também entraram na linha sucessória. Após a morte de Huayna Capac, ocorrida provavelmente nos últimos dias de 1525, houve uma guerra civil entre os três filhos do Inca. Atahualpa acabou assumindo o trono em 1532, quando os conquistadores espanhóis, liderados por Francisco Pizarro, já se aproximavam de Cuzco.

6 e 7 – citações da carta de Luis Ramirez, tripulante da nau de Caboto, escrita em 10 de julho de 1528 e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 10.

8 a 12 – citações extraídas de duas cartas de D. Rodrigo de Acuña, dirigidas, respectivamente, ao bispo de Osma, a 15 de junho de 1527, e a D. João III, a 20 de abril de 1528, as duas da feitoria de Pernambuco, publicadas, ambas, no vol. III de *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

13 – “desterrado”: embora o termo também possa ser usado para definir os homens condenados ao degredo, a palavra “desterrado”, no contexto do século XVI, se aplicava mais aos marinheiros forçados por seus superiores a desembarcar do navio e permanecer em terra, sem poderem seguir viagem.

14 – “cuidar do documento”: citação de J. F. de Almeida Prado em *Primeiros Povoadores do Brasil*.

15 – A carta do embaixador Lope Hurtado de Mendoza a Carlos V foi publicada por R. Gayangos em *Calendar of Spanish States Paper* e citada por Jaime Cortesão em *A Fundação de São Paulo - Capital Geográfica do Brasil*.

PARTE VII

1 – “aos ouvidos do rei”: citação de *A Fundação de São Paulo - Capital Geográfica do Brasil*, de Jaime Cortesão (veja Bibliografia).

2 a 4 – A carta da imperatriz D. Isabel ao embaixador Lope Hurtado de Mendoza foi descoberta e publicada pelo historiador chileno Jose Toríbio de Medina em seu livro *El Veneziano Sebastián Caboto al servicio de España* (Santiago do Chile, 1908).

5 – O documento nomeando Henrique Montes “cavaleiro real” e “provedor da armada” foi publicado por Jordão de Freitas no artigo “A Expedição de Martim Afonso de Sousa”, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

6 – “de acordo com a lei natural”: expressão citada inúmeras vezes nas cartas escritas pelos primeiros jesuítas a chegar ao Brasil.

7 – “frutificação da terra”: a carta de João Melo da Câmara foi descoberta e publicada pelo historiador português Sousa Viterbo em 1868, em *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*, e reproduzida por Antônio Baião e Carlos Malheiros Dias no artigo “A Expedição de Cristóvão

Jaques”, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, conforme já dito na nota 9 da parte V.

8 – A tese de que a expedição de Martim Afonso de Sousa não pretendia colonizar o Brasil mas explorar e conquistar o rio da Prata, é do historiador paulista Mário Neme e foi brilhantemente defendida por ele em *Notas de Revisão da História de São Paulo* (veja Bibliografia).

9 – “vontade própria e sem salário”: citação de Mário Neme, em *Notas de Revisão da História de São Paulo*.

10 – Gaspar da Madre de Deus (1714-1800) era frade beneditino e publicou sua *Memória para a História da Capitania de São Vicente* em 1797.

11 e 12 – citações do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*.

13 – *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador (1564-1636?).

14 – citação de Capistrano de Abreu, em *O Descobrimento do Brasil*.

15 – citação de *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.

16 – citação da *Rev. Inst. Geogr. Bras.*, vol. XXIV, pág. 66.

17 e 18 – citações do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*.

19 – citação de Mário Neme, em *Notas de Revisão da História de São Paulo*, repetindo uma frase do padre José de Anchieta.

20 – citação do padre José de Anchieta, que aparece em *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (da Academia Brasileira de Letras, Rio, 1935).

21 – citação de Ulrich Schmedel em *Viajes al Rio de la Plata y Paraguay* (Emece, Buenos Aires, 1942).

22 – “fio branco na cabeça nem no rosto”: carta de Tomé de Sousa ao rei D. João III, citada por Jaime Cortesão em *A Fundação de São Paulo*.

23 – informações de Jordão de Freitas, no artigo “A Expedição de Martim Afonso de Sousa”, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

24 e 25 – citações de *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.

26 – citação de Caio Prado Júnior, em *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos* (SP, 1953).

27 – citação de *Memórias de Martim Afonso de Sousa* (veja Bibliografia).

28 – “para eles os reservou Deus”: citação de *Diálogos das Grandezas do Brasil*, obra atribuída a Ambrósio Fernandes Brandão.

29 – citado por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*.

30 – “para além do Brasil”: trecho da peça *Farsa dos Almocreves*, escrita por Gil Vicente em 1526 e citada por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*.

31 – “um outro Peru”: citação de Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Embora de fato sejam as décadas menos documentadas e mais desconhecidas da história do Brasil, existem centenas de livros e inúmeras fontes primárias relativas ao período que se estende de 1500 a 1531. Cerca de 200 títulos e 80 documentos foram consultados para a elaboração de *Náufragos, Traficantes e Degredados*. A fonte mais utilizada ao longo de todo o livro foram os três volumes da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, editada por Carlos Malheiro Dias (Litografia Nacional, Porto, 1926). As demais fontes serão citadas por capítulos.

As principais fontes para a redação do capítulo “Os Espanhóis Descobrem o Brasil” foram o extraordinário artigo de Max Justo Guedes “As Primeiras Expedições de Reconhecimento da Costa Brasileira”, capítulo 4 do vol. I da *História Naval Brasileira*, editada pelo próprio Justo Guedes (Ministério da Marinha, Rio, 1975) e o artigo “Os Falsos Precursores de Cabral”, do prof. Duarte Leite, publicado no vol. I da citada *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. O livro de Pietro Martir de Anghiera foi consultado apenas a partir das amplas citações feitas no artigo do prof. Duarte Leite. A principal fonte para a viagem de Alonso de Hojeda foi o saboroso *The European Discovery of America - The Southern Voyages*, de Samuel Eliot Morison (Oxford University Press, NY, 1974). Do mesmo autor, foi consultada a melhor biografia de Cristóvão Colombo, *Admiral of the Ocean Sea* (Oxford Univ. Press, 1976). Outra boa biografia de Colombo, menos exata mas bem escrita, é *Vida del Almirante D. Cristobal Colón*, de Washington Irving (Ediciones Istmo, Madri, 1992). Sobre Vasco da Gama, a principal fonte foi o diário de Álvaro Velho, *A Descoberta da Índia* (Objetiva, Rio, 1998). A bibliografia sobre o descobrimento do Brasil pode ser consultada em *A viagem do descobrimento*, de Eduardo Bueno, primeiro volume da Coleção Brasilis (Estação Brasil, Rio, 2016).

Existem inúmeros títulos sobre Américo Vespúcio e suas viagens ao Novo Mundo. As principais fontes utilizadas no capítulo “Vespúcio e o Batismo da América” foram: *Amerigo Vespucci e suas Viagens*, de Thomaz Oscar Marcondes de Souza (Universidade de São Paulo, 1949), que reproduz a íntegra de todas as cartas do florentino, *O Brasil de Américo Vespúcio*, de Riccardo Fontana (Editora UnB, Brasília, 1994), e *A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*, de Moacyr Soares Pereira (Asa, Rio, 1984). A melhor biografia de Vespúcio continua sendo *Amerigo Vespucci*, obra em dois volumes, fartamente ilustrados, de Alberto Magnaghi (Roma, 1924). Sobre a questão do batismo da América, a fonte mais bem documentada é *America la bien llamada*, de Roberto Levillier (Prensa Nacional, Buenos Aires, 1948). *Southern Voyages*, de Morison, traz ampla bibliografia sobre Vespúcio.

Sobre o pau-brasil, tema do capítulo “A Terra do Brasil”, os melhores livros são: *O Pau-brasil na História Nacional*, de Bernardino José de Sousa, volume 162 da coleção Brasileira (Cia. Edit. Nacional, SP, 1978), e *Terra da Ibirapitanga*, de A. L. Pereira Ferraz (Imprensa Nacional, Rio, 1939). A essas fontes básicas é preciso somar o artigo “O Comércio do Pau-brasil”, de Antônio Baião, publicado no vol. II da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e o capítulo “A Segunda Leva de Invasores Humanos”, do livro *A Ferro e Fogo - A História e a*

Devastação da Mata Atlântica Brasileira, de Warren Dean (Cia. das Letras, SP, 1997). Também foi consultado aquele que, embora se atenha a aspectos econômicos, talvez seja o melhor livro já escrito sobre o período que vai de 1500 a 1531, *Do Escambo à Escravidão*, do brasilianista Alexander Marchand (Cia. Editora Nacional, SP, 1980). Outra fonte foi o capítulo “Aproveitamento Econômico das Terras de Santa Cruz”, do livro *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (Cia. Editora Nacional, SP, 1978). Sobre a questão do nome do Brasil, ver nota 12 da parte III.

As principais fontes para a redação do capítulo “La Terre du Brésil” foram o livro clássico de Jean de Léry *Viagem à Terra do Brasil*, na tradução de Sérgio Milliet (Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1961) e o controverso *D. João III e os Franceses*, de J. Gomes de Carvalho (Lisboa, 1919), com muitos equívocos mas com transcrição de inúmeras fontes documentais. A melhor análise da viagem de Gonneville foi feita por Leila Perroni Moisés em *Vinte Luas* (Cia. das Letras, 1992). Também foi consultada a edição do texto original de Gonneville que a mesma autora preparou para a editora francesa Chandeigne (Paris, 1995). Sobre os primórdios da navegação na Normandia e Bretanha, a principal fonte foi o livro de Samuel E. Morison, já citado, utilizado também para reconstituir as viagens dos irmãos Verrazzano ao Brasil, tema virtualmente ignorado pela historiografia nacional. A melhor biografia de Jean Ango é *Ango et ses pilotes*, de Eugène Guérin (Gallimard, Paris, 1900). Outras fontes sobre o papel de Ango e sua relação com o Brasil são *São Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil*, de J. F. de Almeida Prado (col. Brasileira, vol. 314, Cia. Editora Nacional), que tem cinco capítulos dedicados ao tema, e o encantador *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Mello Franco (José Olympio, Rio, 1937), também utilizado para a redação de vários outros trechos deste capítulo. Para os conflitos diplomáticos entre Portugal e França durante os reinados de D. João III e Francisco I, as duas melhores fontes são “A Expedição de Cristóvão Jaques”; artigo de Antônio Baião e Carlos Malheiro Dias publicado no vol. III da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e o artigo “Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-costas”, de Rolando Laguarda Trias, no vol. I da *História Naval Brasileira*. Por fim, foi consultado também *The Struggle for Brazil: Portugal and the “French Interlopers”*, de Regina Johnson Tomlinson (MacMillan, NY, 1970).

Para a elaboração do capítulo “O Rio das Grandes Riquezas”, as fontes primordiais foram o artigo “O Descobrimento do Rio da Prata”, de F. M. Esteves Pereira, publicado no vol. II da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e o capítulo “Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-costas”, de Rolando Laguarda Trias, no vol. I da *História Naval Brasileira*. Sobre a viagem de Fernão de Magalhães, a principal fonte foi *The European Discovery of America - The Southern Voyages*, de Samuel Eliot Morison. O diário de Francisco de Pigafetta foi publicado no Brasil pela editora L&PM (Porto Alegre, 1985) com o título de *Primeira Viagem ao Redor do Mundo*.

O capítulo “Fabulosa Jornada à Serra da Prata” não poderia ter sido escrito sem a consulta aos livros *A Fundação de São Paulo - Capital Geográfica do Brasil*, do historiador português Jaime Cortesão (Livros de Portugal, Rio, 1955), *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (col. Brasileira, vol. 333, Cia. Editora Nacional, 1969), e *Primeiros Povoadores do Brasil*, de J. F. de Almeida Prado (col. Brasileira, vol. 37, Cia. Editora Nacional, 1966). Sobre o Peabiru e a jornada de Aleixo Garcia, as principais fontes estão citadas na nota 3 do capítulo VI. Para as viagens de Sebastião Caboto e Diego Garcia, as fontes essenciais foram *The Southern Voyages*, de Samuel E. Morison, o artigo “A Expedição de Sebastião Caboto”, de Rolando Laguarda Trias, no vol. I da *História Naval Brasileira*, e *El Veneziano Sebastian Caboto*, de Toribio Medina (Chile, 1897). Sobre o Bacharel de Cananeia, as melhores fontes são *História de Iguape*, de Ernest Young (s.e., SP, 1954), *Capitanias Paulistas*, de Benedito Calixto (Duprat, SP, 1927), e as notas de pé de

página feitas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a *História do Brasil*, de Henrich Handelmann (Rio, 1931).

O capítulo “A Expedição de Martim Afonso” foi redigido com base no *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa* (cuja melhor edição foi feita pelo comandante Eugênio de Castro em 1940) e com o apoio dos artigos de Justo Guedes em *História Naval Brasileira* e de Jordão de Freitas em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Outra fonte fundamental foi *Notas de Revisão para a História de São Paulo*, de Mário Neme (Anhembi, SP, 1959). Sobre Caramuru, a principal fonte consultada foi *Primeiros Povoadores do Brasil*, de J. F. de Almeida Prado, além do confuso artigo de F. A. Varnhagen “O Caramuru Perante a História Nacional” (*Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo X, 1866). O relato definitivo da jornada de Pero Lobo foi feito por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*. A análise mais completa sobre João Ramalho é a de Afonso Taunay em *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo* (Comissão do IV Centenário de São Paulo, SP, 1953). O *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, de Francisco Carvalho Franco (SP, 1954), foi consultado nos verbetes sobre Aleixo Garcia, Bacharel de Cananeia e João Ramalho. As *Memórias de Martim Afonso de Sousa*, que têm apenas dez páginas, foram publicadas pela Editora Obelisco (SP, 1964).

Algumas fontes gerais, de grande valia, também foram consultadas. *O Descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (MEC/Civilização Brasileira, Rio, 1976 – reedição da obra originalmente publicada em 1900), é sempre uma leitura apaixonante e foi fundamental para a redação de “Interlúdio em Bezeguiche”, incluído no capítulo II. A vetusta e por vezes árdua *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (Melhoramentos, SP, 1978 – reedição da obra publicada originalmente em 1854), continua sendo a fonte mais documentada para o estudo do período colonial. Muitos dos documentos originais citados nesse livro foram descobertos por Varnhagen nos arquivos portugueses. *A História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador (Itatiaia, BH, 1972 – reedição da obra originalmente publicada em 1627), também é livro saborosíssimo e uma das melhores fontes para a reconstituição da vida de Caramuru, cuja mulher, Paraguaçu, frei Vicente conheceu pessoalmente. Outra antiga e esplêndida história geral do Brasil foi escrita pelo inglês Robert Southey em 1810. O livro foi reeditado em 1973 (Itatiaia, BH). Trata-se de uma das únicas fontes que vincula a história das expedições ao Brasil com as descobertas e explorações feitas pelos espanhóis em outras partes da América Latina.

Fontes mais modernas e igualmente importantes são *História Geral da Civilização Brasileira* (Difel, SP, 1960), obra monumental editada sob a coordenação de Sérgio Buarque de Holanda; *O Império Luso-Brasileiro*, coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, volume VI da *Nova História da Expansão Portuguesa* (Estampa, Lisboa, 1992); *Colonial Brazil*, editado por Leslie Bethell (parte da *Cambridge History of Latin America*, Cambridge University Press, NY, 1987), e a bela e eficiente síntese do período colonial feita por Arno Wehling e Maria José Wehling em *Formação do Brasil Colonial* (Nova Fronteira, Rio, 1994). Também foram consultadas as obras de referência *Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil*, coordenado por M. B. Nizza da Silva (Verbo, Lisboa, 1994), e *Dicionário de História do Brasil*, de Moacyr Flores (PUC/RS, 1996).

Por fim, para a redação da nota relativa aos valores das moedas portuguesas e de outros países durante o século XVI, as principais fontes consultadas foram a obra clássica de Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (Estampa, Lisboa 1989), e *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, já citada, além de *Terra da Ibirapitanga*, de A. L. Pereira Ferraz, também já citada.

EDUARDO BUENO



CAPITÃES DO BRASIL

A SAGA DOS PRIMEIROS COLONIZADORES

ESTACÃO
BRASIL

CAPITÃES DO BRASIL

EDUARDO BUENO



CAPITÃES DO
BRASIL

A SAGA DOS PRIMEIROS COLONIZADORES

ESTACAO
BRASIL

Copyright © 1999, 2016 por Divulgadora Bueno & Bueno, S.S
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

A primeira edição desta obra teve consultoria técnica de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna da UFF (Universidade Federal Fluminense).

revisão: Cristhiane Ruiz e Luis Américo Costa

projeto gráfico: Ana Adams

diagramação: Raquel Alberti

mapas: Adams Design

capa: Tereza Bettinardi

ilustrações de capa: Bruno Algarve e Tereza Bettinardi

foto do autor: © Al Hamdan/ Studio H

e-book: Marcelo Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B941c

Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil [recurso eletrônico] / Eduardo Bueno. - 1. ed.
- Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
recurso digital (Brasilis; 3)

Sequência de: Naufragos, traficantes e degredados
Continua com: A coroa, a cruz e a espada
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-5608-007-3 (recurso eletrônico)

1. Brasil - História - Capitânicas hereditárias, 1534-1762. 2.
Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 3. Livros
eletrônicos. I. Título. II. Série.

16-32269

CDD: 981.032
CDU: 94(81).025

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo
22270-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244

E-mail: atendimento@sextante.com.br

www.sextante.com.br

OS NOVOS DONOS DO BRASIL

Era o prenúncio de tempos sombrios. No dia 15 de junho de 1532, uma frota portuguesa constituída por dez caravelas e outros navios partiu de Lisboa com destino a Roma. Sua missão era conduzir o bispo D. Martinho para a Itália, onde ele seria embaixador de Portugal junto à cúria romana. Em sua gestão, D. Martinho iria tratar da instalação da Inquisição em Portugal – um clamor do clero e da nobreza, que pressionava o rei D. João III. Circunstâncias inesperadas fariam com que aquela poderosa armada não só viesse a desempenhar um papel muito diferente daquele ao qual fora destinada como a vinculariam decisivamente aos destinos do Brasil.

Na primeira semana de agosto, em meio à sua jornada para Roma, a frota ancorou em Málaga, porto espanhol no Mediterrâneo. Após se reabastecer, a esquadra se preparava para seguir viagem quando uma nau de bandeira francesa aportou no mesmo ancoradouro. Os portugueses desconfiaram que o navio estivesse chegando do Brasil, onde, há mais de duas décadas, os franceses se dedicavam ao rendoso tráfico de pau-brasil – uma atividade que os lusos consideravam ilegal e que, de fato, constituía um flagrante desrespeito ao Tratado de Tordesilhas.

Em 1494, castelhanos e portugueses tinham dividido o mundo entre si. Aliados daquela partilha, os franceses não aceitavam a validade jurídica dos acordos firmados na pequena cidade de Tordesilhas. O principal alvo de seu assédio ao Novo Mundo era justamente o desguarnecido litoral do Brasil.

Portanto, assim que viram a embarcação ancorar em Málaga, os

portugueses armaram um stratagema para capturá-la. A nau se chamava *A Peregrina* e pertencia ao nobre francês Bertrand d'Ornesan, barão de Saint Blanchard – almirante que chefiava a esquadra francesa do Mediterrâneo. O comandante do navio era Jean Duperet, um comerciante de Lyon.

Ao saber que a tripulação de *A Peregrina* precisava de víveres, o capitão da frota portuguesa, Antônio Correia (filho do navegador Aires Correia, que fora companheiro de Cabral no descobrimento do Brasil) forneceu-lhes trinta quintais (cerca de 1.800 quilos) de biscoitos salgados e se ofereceu para escoltar a nau até Marselha. Os franceses aceitaram ambas as propostas. No dia 15 de agosto, quando os navios estavam em alto-mar, nas alturas da costa da Andaluzia, na Espanha, Correia – sob o pretexto de estudar a melhor rota – chamou a seu navio os pilotos e mestres de todas as embarcações da frota, incluindo o capitão e os oficiais de *A Peregrina*. Ao chegarem a bordo da nau capitânia, os franceses foram imediatamente presos.

Os portugueses, então, espantaram-se com o que viram nos porões de *A Peregrina*. O navio estava atulhado com 15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 tonelada de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais. Mas os lusos ficariam ainda mais perturbados ao descobrirem os feitos que a tripulação de *A Peregrina* havia realizado durante sua estada de quatro meses no Brasil.

Com 18 canhões e 120 homens a bordo, entre marinheiros e soldados, *A Peregrina* havia partido de Marselha em dezembro de 1531. Em março do ano seguinte, a nau aportara diante de uma feitoria portuguesa instalada em Igarçu, no litoral de Pernambuco, quase em frente à ilha de Itamaracá. Como aquele entreposto estava guarnecido por apenas seis soldados, os franceses não tiveram dificuldades para tomá-lo e instalar-se nele.

Após fortificar a antiga feitoria com vários canhões, o capitão Duperet partiu do Brasil, em junho de 1532, deixando no forte 70 soldados, sob o

comando de um certo senhor de La Motte. Embora essas notícias ainda não tivessem chegado à Europa, no exato instante em que *A Peregrina* era apreendida no Mediterrâneo, o capitão português Pero Lopes de Sousa já estava combatendo os franceses em Pernambuco e logo iria retomar a feitoria de Igaraçu, prender os soldados franceses e enforcar La Motte.

A espetacular captura de *A Peregrina* foi a gota d'água nas relações entre Portugal e França no que concerne ao Brasil. Ao serem informados da missão que *A Peregrina* realizara em Pernambuco, o rei D. João III e seus assessores concluíram que todas as ações repressivas e os vários tratados que tinham firmado com os franceses não haviam sido suficientes para impedir o assédio dos traficantes de pau-brasil ao litoral brasileiro. Como todos os acordos e ameaças tinham redundado em fracasso, o rei e seus conselheiros perceberam que só lhes restava uma solução: colonizar o Brasil.

Iria se iniciar o período das capitanias hereditárias.

A divisão do Brasil em capitanias hereditárias não seria apenas a primeira tentativa oficial de colonização portuguesa na América. Aquela estava destinada a ser também a primeira vez que os europeus iriam se lançar no ousado projeto de transplantar seu modelo civilizatório para as vastidões continentais do Novo Mundo.

Um século antes, os próprios portugueses já haviam transformado as ilhas do Atlântico (os Açores e a Madeira) em protótipos de sua experiência colonial. A partir de 1470, o mesmo processo se repetiu nas ilhas de São Tomé, Príncipe e Fernando Pó, localizadas diante da

O Empório dos Escravos

O Castelo de São Jorge da Mina foi construído por 600 soldados, nos primeiros meses de 1482. Ali, de início, os portugueses trocavam tecidos, conchas e cavalos pelo ouro que vinha de Mali, no interior. Durante décadas, cerca de 400 quilos de ouro saíam todos os anos direto da fortaleza para Lisboa. Em princípios do século XVI, os lusos começaram a obter o ouro em troca de escravos, trazidos de Benin e usados no próprio transporte do metal, do interior da África até o litoral. Logo o tráfico de escravos se mostrou a

costa da Guiné, na África equatorial.

Enquanto a experiência nas ilhas florescia, os lusos fundaram o *Castelo de São Jorge da Mina*, seu primeiro grande estabelecimento colonial no continente africano. A chamada “Casa da Mina”, erguida em 1482, em Gana, nas proximidades da atual cidade de Acra, logo se transformou em um poderoso entreposto comercial fortificado. A partir do *Castelo da Mina* e da ilha de São Tomé os portugueses lançaram as bases de um rendoso tráfico escravagista que iria se prolongar por três séculos. Mas o clima insalubre jamais permitiu que os lusos se estabelecessem plenamente tanto na Mina quanto em São Tomé – pelo menos não como colonos.

atividade mais lucrativa dos lusos na costa da Guiné e se estendeu por todo o litoral ocidental da África. Os primeiros escravos negros trazidos para o Brasil vieram do Castelo da Mina. Um dos governadores da fortaleza foi Duarte Pacheco Pereira, que alguns historiadores consideram o verdadeiro descobridor do Brasil.



De fato, foi somente com a partilha do Brasil, feita entre março de 1534 e fevereiro de 1536, que a implantação do modelo português de colonização ultramarina se iniciou nos trópicos. Mais de trinta anos já se haviam passado desde que Pedro Álvares Cabral tomara oficialmente posse do Brasil em nome da Coroa lusa. Mas, até então, o vasto território localizado na margem ocidental do Atlântico estivera virtualmente abandonado, entregue quase que exclusivamente nas mãos de náufragos e degredados portugueses e espanhóis, e intensamente percorrido por traficantes franceses de pau-brasil.

O modelo de colonização utilizado no Brasil já era bem conhecido pelos portugueses e fora testado anteriormente: não só nas ilhas do Atlântico, mas, quase dois séculos antes, no próprio território luso, especificamente no Alentejo e no Algarve, após essas regiões do sul de Portugal terem sido tomadas aos mouros durante a Reconquista cristã.

Como aconteceu nos dois casos anteriores, o Brasil foi dividido em vastas áreas chamadas de “donatarias”, ou “capitanias hereditárias”. Na América, esses lotes eram enormes: tinham cerca de 350 quilômetros de largura cada, prolongando-se, em extensão, até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, em algum lugar no interior ainda desconhecido do continente. As capitanias brasileiras possuíam, dessa forma, dimensões similares ou mesmo superiores às das maiores nações europeias.

Ao contrário do que ocorrera no reino e nas ilhas do Atlântico, dessa vez não houve interesse da alta nobreza lusitana em se associar ao projeto. No Brasil, não foram infantes, duques ou condes que receberam as imensas e selvagens extensões que deveriam ser colonizadas com recursos próprios. Os quinze lotes, perfazendo doze capitanias, acabaram nas mãos de membros da pequena nobreza: militares ligados à conquista da Índia e da África e altos burocratas da corte, até então vinculados à administração dos longínquos territórios do Oriente.

Dos doze capitães-donatários agraciados com terras no Brasil, sete eram conquistadores que haviam lutado na Índia (e, em alguns casos, na África). Outros quatro, como os chamou o historiador norte-americano Alexander Marchand, eram “criaturas do rei”:¹ funcionários graduados – tesoureiros ou fiscais – responsáveis pela administração dos negócios ultramarinos. A exceção era Pero de Góis, que não lutara na Índia nem na África mas que podia ser enquadrado no grupo dos militares, já que chegou ao Brasil em 1531 como um dos capitães da expedição de Martim Afonso de Sousa.

Dos doze donatários, somente quatro já haviam estado no Brasil anteriormente e, ao todo, apenas oito iriam tomar contato pessoal com as terras que receberam. Isso significa dizer que quatro capitães-donatários jamais puseram os pés na colônia e sequer conheceram suas imensas propriedades.

De qualquer forma, postos em prática pessoalmente ou a distância, os projetos de colonização resultaram, quase sem exceção, em retumbante fracasso. Os donatários que não pagaram por seus erros com a própria vida

perderam (e jamais recuperaram) as fortunas que foram adquiridas no reino ou na Índia.

Do rei, os donatários não recebiam mais do que a própria terra e os poderes para colonizá-las. Embora tais poderes fossem “majestáticos” – como definiu o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen –, a tarefa se revelaria demasiadamente pesada. Ninguém resumiria melhor as aflições dos donatários do que o mais bem-sucedido deles: em carta ao rei D. João III, enviada de Pernambuco em dezembro de 1546, Duarte Coelho escreveu: “Somos obrigados a conquistar por polegadas a terra que Vossa Alteza nos fez mercê por léguas.”

Não é de se estranhar, portanto, que apenas duas das doze capitanias tenham florescido. Foram elas Pernambuco e São Vicente. São Vicente, porém, conseguiu se desenvolver sem a presença ou o estímulo de seu donatário, Martim Afonso de Sousa – mais interessado em fazer carreira na Índia. O crescimento dessa capitania foi fruto quase exclusivo da ação de homens que se viram abandonados no longínquo litoral sul do Brasil. Praticamente todos eles se transformaram em grandes traficantes de escravos indígenas, e foi dessa forma que não só obtiveram seu sustento como construíram suas fortunas.

O fracasso do projeto como um todo não impediu que o legado das capitanias hereditárias fosse duradouro. A estrutura fundiária do futuro país, a expansão da grande lavoura canavieira, a estrutura social excludente, o tráfico de escravos em larga escala, o massacre dos indígenas: tudo isso se incorporou à história do Brasil após o desembarque dos donatários.

Alguns dos grandes latifúndios brasileiros de fato tiveram origem nas vastas *sesmarias* concedidas aos colonos de estirpe mais nobre. A monocultura da cana de açúcar também se mantém em muitas áreas do Nordeste brasileiro. Quanto ao trabalho escravo, sua influência na formação do país foi tamanha que o Brasil se

As Sesmarias

Chamavam-se sesmarias os lotes de terra virgem distribuídos pelos donatários a seus colonos. A palavra, de origem latina, era usada desde a Idade Média para definir o “sesmo” (ou sexta parte) do

tornou uma das últimas nações do Ocidente a abolir a escravatura.

As capitanias hereditárias configuraram também uma nova tentativa de Portugal de lançar as bases de um modelo colonial baseado na lavoura canavieira – repetindo o método que fora empregado nas ilhas do Atlântico. Ainda assim, como se verá, isso só ocorreu depois que o sonho de obter, a partir do sul do Brasil, as mesmas riquezas minerais que os espanhóis tiveram a ventura de encontrar no México e no Peru revelou-se apenas uma vertigem.

Não restam dúvidas de que, desde o momento de seu desembarque, tanto os donatários quanto seus colonos visavam o lucro imediato. O principal – e quase único – objetivo da maioria era enriquecer o mais rápida e facilmente possível e retornar para Portugal. Nesse sentido, os homens que os donatários trouxeram para ocupar suas terras não eram “colonos” no sentido literal da palavra: eram conquistadores dispostos a saquear as riquezas da terra – especialmente as minerais.

Não foram apenas donatários e colonos que desembarcaram no Brasil a partir de março de 1535. Com eles começaram a vir também, em grande escala, os degredados, condenados a cumprir suas penas na remota colônia sul-americana. Embora considerados pelo donatário Duarte Coelho como “a peçonha que envenena a terra”,² foram eles que deram início à ocupação mais intensa do território e se tornaram responsáveis pela miscigenação dos portugueses com nativos e por sua adaptação ao novo meio no qual se viram instalados.

Gerando, com suas concubinas indígenas, mamelucos às centenas,

“côvado” (antiga medida de comprimento igual a 66 centímetros). Ao receber as terras, os colonos assumiam, no Brasil, o compromisso – raras vezes cumprido – de as explorarem no prazo máximo de cinco anos.

Referindo-se à doação de sesmarias, o historiador Francisco de Varnhagen escreveu, em 1859: “É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda hoje os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só décima parte esteja aproveitada; mas que se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos.”

explorando os recursos naturais da terra, adotando os costumes e a alimentação dos nativos – e aprendendo com eles tudo o que podiam sobre a realidade física do Brasil –, os degredados ajudaram a tornar a vida cotidiana dos europeus no trópico mais eficiente e menos árdua. Mas não há dúvidas de que foram também os principais responsáveis pelos distúrbios que levaram várias capitanias à ruína.

Como a aplicação das leis era atribuição exclusiva do donatário, as ordens dadas por eles só valiam dentro de seus próprios lotes. Assim sendo, ao homem que cometesse um crime em uma determinada donataria restava sempre a opção de refugiar-se noutra, na qual era inocente. Dessa forma, alguns degredados puderam – como protestou, em carta ao rei, o mesmo Duarte Coelho – “envenenar” a terra toda.

Os “saltos” organizados pelos degredados com o objetivo de capturar indígenas foram o estopim que deflagrou conflitos entre os nativos e os brancos. A partir de 1546, esses conflitos tomaram tal dimensão que atingiram e devastaram seis das oito capitanias nas quais os lusos haviam se instalado (os quatro lotes restantes não haviam sido ocupados).

Embora também usassem os indígenas para seu próprio benefício, os degredados capturavam escravos basicamente para vendê-los aos senhores de engenho. De fato, a implantação da lavoura canavieira no Brasil e o início das guerras entre nativos e portugueses se deu de forma tão simultânea que se impõe estabelecer entre ambos uma relação de causa e efeito.

Nas três primeiras décadas da ocupação europeia do Brasil, lusos e franceses serviam-se do *escambo* para obter os serviços dos nativos. Em troca de bugigangas (anzóis, espelhos e machados), os indígenas cortavam, desbastavam e transportavam toras de pau-brasil – a primeira, e durante 30 anos, única fonte de renda que os europeus encontraram no Brasil. Quando os portugueses começaram a plantar seus canaviais e instalar seus engenhos, o trabalho organizado e regular nas lavouras tornou-se uma necessidade primordial para eles. Ao recorrer à escravização em massa dos indígenas – que, às vezes, não poupou nem antigos aliados –, colonos e

degradados provocaram a insurreição generalizada das tribos Tupi.

Mas a revolta dos indígenas também foi insuflada pelos franceses, rivais dos portugueses na luta pelo posse do Brasil. Os acordos diplomáticos firmados entre as duas Coroas, na Europa, nunca foram capazes de impedir o assédio progressivamente audacioso dos traficantes franceses de pau-brasil – o principal motivo que, após a captura de *A Peregrina*, levava D. João III a dividir o Brasil em capitanias.

Cerca de dez anos depois de as capitanias terem sido criadas, as desordens internas, as lutas contra os nativos e a ameaçadora presença dos franceses acabaram provocando o colapso definitivo do sistema que o rei e seus conselheiros tinham optado por aplicar no Brasil.

Nada pode ser mais revelador do fracasso das capitanias do que as agruras que o destino reservou para os capitães do Brasil. Um deles, Aires da Cunha (do Maranhão), morreu em naufrágio; outro, Francisco Pereira Coutinho (da Bahia), foi morto e devorado pelos Tupinambá. Um terceiro, Pero do Campo Tourinho (de Porto Seguro), acusado de heresia, foi preso por seus próprios colonos e enviado para a Inquisição. E houve ainda o caso de Vasco Fernandes Coutinho, que – viciado em tabaco e “bebidas espirituosas”³ – perdeu o controle sobre a

O Escambo

O quão eficiente foi o método encontrado pelos portugueses de obter trabalho dos indígenas em troca de bugigangas e de objetos de ferro (como machados e anzóis) fica claro a partir do episódio sobre o qual o frei espanhol Tomás de Mercado foi informado em 1569. De acordo com o frei, um navio europeu carregado de prata naufragou na costa brasileira em 1556. Os indígenas de imediato recolheram os sacos de aniagem que embalavam a prata, desprezando os lingotes, “de modo que veio a encontrar--se, daí a cinco meses, na praia todo o metal”. Embora ouro e prata tivessem valor ritual para os nativos, não possuíam utilidade prática alguma. O ferro, por outro lado, fascinou as tribos Tupi por motivos óbvios: com um machado de metal, eles podiam derrubar uma árvore de pau-brasil em apenas 15 minutos, enquanto que, com seus machados de pedra, a mesma tarefa lhes tomava quase três horas. Assim sendo, não restam dúvidas de que, além de mais vantajoso, era muito mais fácil para os europeus obter a colaboração dos nativos oferecendo-lhes objetos de ferro do que metais preciosos.

capitania do Espírito Santo, onde investira todos os seus bens. Ao morrer, em Portugal, não tinha nem mesmo “uma mortalha que o cobrisse” e sua mulher e os filhos acabaram seus dias desamparados, num hospital de caridade.

Eis a história de que este livro vai tratar em minúcias. E, embora ela seja extraordinariamente rica em peripécias, com certeza também foi trágica.



Nota do autor

As palavras grafadas em *itálico* ao longo do texto remetem o leitor às informações contidas nos boxes laterais.

I

A COSTA DO OURO E DA PRATA

Em busca do Rei Branco

No dia 20 de novembro de 1530, o fidalgo Martim Afonso de Sousa foi chamado ao Paço de Évora para uma reunião com o rei D. João III. Aos 30 anos de idade, Martim Afonso era amigo pessoal e convivia com o monarca desde a infância. Mas, até então, nunca tinha sido incumbido de missão tão importante quanto aquela para a qual seria designado. Disposto a enviar uma grande expedição ao Brasil – a maior desde a descoberta em 1500 e a primeira comandada por um fidalgo –, D. João fora aconselhado por seu principal assessor, D. Antônio de Ataíde, a escolher Martim Afonso para chefiar aquela missão.

Ao longo das três décadas que se seguiram à descoberta feita por Pedro Álvares Cabral, os portugueses tinham deixado o Brasil virtualmente abandonado. Estavam mais interessados em conquistar a Índia e em manter em funcionamento as várias feitorias instaladas na costa ocidental da África. Mas, como o assédio dos traficantes franceses de pau-brasil ao desguarnecido litoral do Nordeste do Brasil estava se tornando cada vez mais ostensivo, D. João III e seus conselheiros perceberam que seria preciso enfrentar imediatamente o inimigo.

O principal objetivo da expedição, porém, era muito mais ousado e ambicioso do que a mera expulsão dos franceses. Acontecimentos surpreendentes, ocorridos poucos meses antes, levariam o rei de Portugal a encarregar Martim Afonso de Sousa da missão de descobrir uma misteriosa serra da Prata e tentar conquistar o território do lendário Rei Branco.

As notícias sobre um riquíssimo reino indígena localizado no cume de grandes montanhas nevadas em algum lugar do oeste da América do Sul não eram novas. Elas haviam chegado à Europa no verão de 1515, depois que o navegador João de Lisboa descobrira um vasto estuário, localizado na porção meridional do continente. Seguindo a rota de João de Lisboa, o capitão Juan Díaz de Solís – um português naturalizado castelhano – também navegara pela foz daquele enorme rio, em janeiro de 1516.

Os integrantes de ambas as expedições tinham retornado da América com um relato extraordinário: de acordo com as informações que recolheram dos nativos, aquele rio nascia em uma grande cordilheira, recoberta por neves eternas. No topo dessas montanhas, vivia um “povo serrano” que possuía “muitíssimo ouro batido, usado à moda de armadura, na frente e ao peito”,¹ além de inúmeros objetos de prata.

Embora João de Lisboa tivesse batizado o estuário com o nome de rio de Santa Maria, ele logo passou a ser chamado de rio da Prata. Mas o impacto das notícias obtidas por sua expedição foi tal que, a partir de então, os portugueses passaram a designar a porção meridional do litoral sul-americano de Costa do ouro e da prata.

O nome, em si, era bastante elucidativo. Não só porque, nessa mesma época, o Nordeste do Brasil era conhecido como “Costa do (pau) brasil” – denominação que, mais tarde, acabaria batizando todo o futuro país –, mas também porque, com aquela designação, os portugueses estavam repetindo um expediente que já haviam *utilizado na África*.

Se a Costa do Brasil não despertara o interesse dos lusos – pelo menos não até os franceses se instalarem nela –, o inverso ocorreu com a misteriosa Costa do ouro e da prata, cuja conquista se tornou uma obsessão para Portugal e Espanha.

A Costa da África

Os territórios descobertos e conquistados pelos lusos na África foram batizados, no século XV, com os nomes das principais mercadorias que podiam ser obtidas neles. Surgiram, dessa forma, as designações Costa do Marfim, Costa da Malagueta, Costa dos Escravos e Costa da Mina (onde ficavam as minas de ouro da Guiné e o local no qual foi construída a fortaleza de São Jorge da Mina). Alguns desses nomes se mantêm até hoje.

Apesar de o rio da Prata ter sido descoberto por João de Lisboa, coube a integrantes da expedição de Juan Díaz de Solís obter a confirmação de que a serra da Prata e o Rei Branco não eram uma lenda, mas uma espantosa realidade.

Solís fora morto pelos nativos logo após ter chegado ao estuário do Prata. Quando as duas caravelas que ele comandava iniciaram a viagem de volta para a Europa, um dos navios naufragou na ponta sul da ilha de Santa Catarina, no verão de 1516. Os sobreviventes se instalaram em um pequeno vilarejo – que ficaria conhecido como porto dos Patos – erguido numa enseada em frente à ilha. Durante mais de uma década, eles viveram ali.²

No início de 1524, oito anos depois de ter se estabelecido no porto dos Patos, um dos naufragos de Solís – o português Aleixo Garcia – decidiu averiguar a veracidade das lendas relativas ao Rei Branco, incansavelmente repetidas pelos nativos com os quais ele convivia. Acompanhado por cerca de dois mil indígenas, Garcia partiu de Santa Catarina para realizar uma das mais extraordinárias viagens da história da exploração da América do Sul.

Aleixo Garcia seguiu por uma antiga trilha indígena, chamada Peabiru,³ que conduzia do sul do Brasil até o altiplano boliviano. Tendo chegado aos arredores da atual cidade de Sucre, ele e seus acompanhantes atacaram e saquearam as cidades fronteiriças do Império Inca, obtendo 40 cestos repletos de objetos de ouro e prata. A expedição comprovou que o Rei Branco de fato



A Serra e Seu Rei

Potosí significa, em quíchua, “montanha que tropeja”. Segundo a lenda registrada por Inca Garcilaso de la Vega, o cerro recebera esse nome pois, quando o Inca Huayna Capac mandou explorá-lo, os emissários que lá chegaram ouviram ruídos estrondosos que julgaram ser a “voz” da montanha. Além de aterrador, o som tinha um significado: “Afastem-se daqui”, teria dito a voz fantasmagórica. “As riquezas desta montanha não são para vocês. Estão reservadas para homens que virão de além.” Fato ou ficção, a verdade é que Potosí acabou sendo descoberta pelos espanhóis em 1545 e os seis mil metros cúbicos de prata que seus escravos indígenas extraíram dali

existia: chamava-se *Huyana Capac* e era o soberano de um riquíssimo e vasto reino indígena, o Império Inca. Sem saber, Aleixo Garcia esteve a menos de 200 quilômetros da serra da Prata – que também não era uma lenda, mas um cerro de 600 metros, quase que inteiramente de prata, conhecido pelos indígenas pelo nome de *Potosí*.

Na viagem de volta a Santa Catarina, Aleixo Garcia foi morto às margens do rio Paraguai pelos temíveis Payaguá. Alguns sobreviventes de sua tropa conseguiram retornar ao porto dos Patos. Entre os farrapos que os cobriam, eles trouxeram uns poucos objetos de ouro e prata. O naufrago Henrique Montes – um companheiro de Garcia que não tomara parte da jornada até a Bolívia – se encarregou de guardar aquelas peças.

Alguns meses mais tarde, em outubro de 1526, o navegador veneziano Sebastião Caboto – viajando sob bandeira castelhana – fez escala na ilha de Santa Catarina. Montes então subiu a bordo do navio de Caboto e, entre risos e prantos que beiravam a histeria, mostrou-lhe os objetos que Aleixo Garcia obtivera na Bolívia, convencendo-o a explorar o rio da Prata e tentar a conquista dos domínios do Rei Branco.

Ao longo de quase dois anos, guiado por Montes, Caboto percorreu a bacia do Prata e nada encontrou. Então, no dia 7 de maio de

revolucionaram a economia europeia. Huayna Capac (acima), o Rei Branco das lendas nativas, foi um dos maiores imperadores incas de todos os tempos. Morreu em 1525 e seus filhos, Huáscar e Atahualpa, travaram uma guerra civil para sucedê-lo. Atahualpa a venceu.

O Bergantim

Bergantim (abaixo) era um pequenos barco movido a remo, com um ou dois mastros com vela latina (como se chamavam as velas de formato triangular, “las trinas”). Essa embarcação tinha, em geral, cerca de 17 metros de comprimento por 3 metros de largura e contava com 16 bancos para os remeiros. Vários degredados e naufragos que viviam no litoral brasileiro construíam seus próprios bergantins, geralmente de cedro e usando mão de obra indígena. Com esses barcos, eles percorriam boa parte da costa, entre Santa Catarina e São Vicente. Os exploradores europeus logo descobriram que o bergantim também era a embarcação ideal para navegar pelo delta do rio Paraná, o principal formador do rio da Prata.

1528, quando navegava pelo rio Paraná, Caboto deparou com outra embarcação de bandeira castelhana subindo o mesmo rio. Esse barco era um *bergantim* e seu capitão se chamava Diego Garcia. Ao contrário de Caboto – que havia partido da Espanha com destino às ilhas Molucas, na Malásia –, Garcia fora encarregado pela Coroa castelhana da missão de explorar o Prata. Depois de muitas discussões e ameaças mútuas, os dois capitães concordaram em unir suas forças e realizar uma expedição conjunta em busca do Rei Branco e da serra da Prata.



Diego Garcia subira o rio Paraná guiado por um português chamado Gonçalo da Costa. Por mais de 20 anos, Gonçalo vivera desterrado em Cananeia, no litoral sul de São Paulo, instalado nos domínios do mais misterioso degredado da história do Brasil – o homem que ficou conhecido como o *Bacharel de Cananeia*. Fora justamente em Cananeia, onde fizera escala em janeiro de 1528, que Garcia havia encontrado Gonçalo da Costa. Além de comprar o bergantim que pertencia a Gonçalo, Diego Garcia o tomou como guia de sua expedição ao Prata.

Durante quase dois anos Caboto e Garcia – sempre em companhia de Henrique Montes e Gonçalo da Costa – navegaram pelo alto Paraná e por vários de seus afluentes. Atacados pelos nativos, lutando contra as correntes, as febres

O Misterioso Bacharel

Não se sabe quem era nem quando chegou ao Brasil o enigmático Bacharel de Cananeia. Seu verdadeiro nome talvez fosse Duarte Peres (ou Pires). O historiador Jaime Cortesão defendeu a ousada tese de que o Bacharel foi deixado no Brasil em janeiro de 1499 por uma expedição secreta chefiada por Bartomoleu Dias. Em dezembro de 1498, Dias (o primeiro navegador europeu a dobrar o cabo da Boa Esperança) estava na ilha de São Tomé, em Cabo Verde. Documentos provam que, naquela época, ali vivia um degredado chamado de “Bacharel”. De acordo com Cortesão, antes de retornar para Lisboa, Dias teria realizado uma viagem exploratória pelo Atlântico, chegando ao litoral sul do

palustres e a fome, eles passaram cerca de quinze meses percorrendo um emaranhado de rios e ilhas fluviais, e não acharam nada de valor.

Em fins de setembro de 1529, Diego Garcia resolveu desistir e iniciou sua jornada de retorno para a Europa. Um mês mais tarde, fatigado e desiludido, Caboto tomou o mesmo rumo. No dia 23 de julho de 1530, após uma escala de vários meses em Cananeia, Garcia aportou em Sevilha. Junto com ele desembarcou Gonçalo da Costa – que trazia consigo duas de suas esposas nativas, quatro filhos, oito filhas e outros parentes.

As mulheres de Gonçalo eram filhas do Bacharel de Cananeia com algumas de suas companheiras nativas. Por isso, no relato que fez sobre a expedição, sempre que se referiu à Gonçalo da Costa, Diego Garcia o chamou de “genro do Bacharel”.

Em 28 de julho – cinco dias após a chegada de Diego Garcia à Espanha – Sebastião Caboto também aportou em Sevilha. Vinha em companhia de Henrique Montes, miseravelmente derrotado e sem um único objeto de ouro ou prata – com exceção das peças obtidas anos antes por Aleixo Garcia e das quais o próprio Montes se tornara depositário, pois fizera a promessa de colocá-las no altar da Virgem de Guadalupe, a santa de sua devoção.⁴

Brasil quase dois anos antes de Cabral e deixando o Bacharel degredado na nova terra. A maior parte dos historiadores, no entanto, acredita que o Bacharel foi abandonado em Cananeia em 1501, pela expedição de Américo Vespúcio. Mas em um ponto todos concordaram: o Bacharel de Cananeia foi o primeiro europeu a se estabelecer na América do Sul.

O NÁUFRAGO E O DEGREDADO VOLTAM A PORTUGAL

A chegada de Caboto à Espanha repercutiu intensamente em Lisboa. Sua evidente derrota foi saudada por um certo Simão Afonso, agente português que se encontrava em Sevilha. No dia 2 de agosto, Afonso escreveu para D. João III relatando que Caboto havia desembarcado “muito desbaratado e pobre, sem ouro ou prata nem coisa alguma de

proveito aos seus armadores, e dos duzentos homens que levou não traz mais de vinte, que os demais lá ficaram mortos, uns de trabalhos e fome, outros de guerra, porque os índios os mataram a flechadas e desfizeram uma fortaleza de madeira que lá tinham feito”.

Após assegurar que os sobreviventes continuavam acreditando que a região era “muito rica em coisas de prata e ouro”, Simão Afonso recomendava que D. João III tratasse de enviar “o mais breve possível” uma expedição para o Prata, pois, com toda a certeza “a terra ficara deserta, a não ser pela gente morta e pelo gasto perdido”.⁵

Antes mesmo de receber essa carta, D. João III já havia iniciado os preparativos para o envio de uma grande expedição ao Brasil. O projeto estava em andamento desde fins de 1529. Mas, ao ser informado de que as explorações de Sebastião Caboto e Diego Garcia haviam sido feitas sob a orientação de náufragos e de degredados portugueses, o rei percebeu que a ajuda daqueles homens seria decisiva para o sucesso da missão. Determinou, portanto, que o próprio Simão Afonso atraísse Gonçalo da Costa e Henrique Montes para Lisboa.

Em fins de outubro de 1530, Gonçalo da Costa chegou a Portugal e foi recebido na corte pelo próprio D. João III. Após lhe perguntar “coisas sobre o rio de Solís, que os portugueses chamam da Prata”,⁶ o rei lhe ofereceu dinheiro e “mercês” para que guiasse uma expedição à região. Mas acabou não havendo acordo entre o monarca e o degredado: como os assessores de D. João não autorizaram Gonçalo a retornar a Sevilha para pegar suas mulheres e os filhos, ele fugiu de Portugal e retornou dissimuladamente à Espanha.

O rei teve mais sorte com Henrique Montes.

O Dinheiro

A moeda corrente em Portugal no século XVI era o cruzado – embora a moeda de conta ainda fosse o real – 400 reais perfaziam um cruzado. Um cruzado, por sua vez, equivalia a 3,5 gramas de ouro. O plural da palavra real era tanto réis como reais. No século XVI, no entanto, o plural mais usado era “reais” – e esse será o termo usado ao longo deste livro.

Para efeitos comparativos: o salário de um marinheiro e de um trabalhador braçal era de 10 cruzados mensais; uma nau

Conduzido à corte no início de novembro de 1530, o naufrago que por 15 anos vivera no porto dos Patos aceitou a oferta de D. João III e, no dia 16 daquele mês, foi feito “cavaleiro da Casa Real”, com direito a um salário anual de 2.400 *reais*. Ao mesmo tempo, o monarca também o nomeou “provedor da armada de Martim Afonso de Sousa, tanto no mar quanto na terra”.

Henrique Montes tornou-se, assim, o principal responsável pela obtenção dos mantimentos da futura expedição. Ele já ocupara esse mesmo cargo na armada de Caboto, e D. João III sabia que, graças a suas relações com os indígenas do Brasil, Montes seria capaz de obter pescado, milho, farinha de mandioca e outros gêneros para alimentar a tropa de 400 homens que integraria a expedição cujo comando o rei iria entregar, dali a alguns dias, ao fidalgo Martim Afonso de Sousa.

custava 20 mil cruzados. Um escravo africano podia ser comprado por 3 mil cruzados e um escrivão de cartório ganhava 40 cruzados.

A moeda franca na Europa Ocidental, naquela época, era o ducado – o equivalente ao dólar nos dias de hoje. Um ducado era igual a um cruzado.

Abaixo, retrato do futuro rei D. João III aos 6 anos, quando já convivía com Martim Afonso.



OS BASTIDORES DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO

Companheiro de infância de *D. João III*, Martim Afonso era o sujeito de origem nobre que, poucas semanas antes, o rei escolhera para chefiar a primeira grande expedição destinada ao Brasil após três décadas de virtual abandono. Sua nomeação formal para o cargo, porém, só foi assinada em 20 de novembro de 1530 – quatro dias após o naufrago Henrique Montes ter se tornado cavaleiro da Casa Real.

Além de antigas e estreitas ligações com o rei, Martim Afonso também era primo-irmão de

O Amigo do Rei

D. Antônio de Ataíde era filho

D. Antônio de Ataíde. conde da Castanheira, membro do Conselho Real e ministro das Finanças, Ataíde era o principal assessor de D. João III. Na verdade, há indícios de que a expedição fora planejada por insistência dele próprio. Embora seu papel tenha sido esquecido pelos historiadores e seu nome raramente seja mencionado nos livros de história do Brasil, *D. Ataíde* começava a se tornar, naquele momento, uma figura-chave para os destinos da colônia. Até a sua morte, em 1563, nada se faria no Brasil sem seu apoio ou consentimento.

Ao longo de todo o segundo semestre de 1530, D. Antônio de Ataíde havia conduzido tensas negociações diplomáticas com representantes do rei da França, Francisco I. O principal tema daquelas discussões fora o assédio dos traficantes franceses ao Brasil. Como Francisco I contestava a validade jurídica do Tratado de Tordesilhas – firmado entre Portugal e Espanha em 1494 –, ele não se opunha ao tráfico de pau-brasil realizado por seus súditos nas desguarnecidas praias do Nordeste brasileiro, onde esses comerciantes contavam com o apoio de várias nações indígenas.

Convencido de que a ação dos contrabandistas não iria cessar apenas em função dos frágeis acordos diplomáticos que fora capaz de obter, Ataíde empenhou-se em

de D. Álvaro de Ataíde e de D. Violante de Távora. D. Violante era tida como uma mulher de personalidade forte – característica herdada pelo filho. Ela era irmã de Lopo de Sousa (pai de Martim Afonso) e de João de Sousa (pai de Tomé de Sousa, futuro governador-geral do Brasil). D. Violante, Lopo e João eram filhos de Pedro de Sousa e de D. Maria Pinheiro. A figura-chave da família era justamente a matriarca, D. Maria Pinheiro, avó de D. Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. D. Maria fora apelidada de “moura encantada” porque, além de ter “sangue judeu”, comentava-se que ela havia “enfeitiçado” D. Álvaro, forçando-o a se casar com ela. Mais tarde teria ficado provado que a “acusação” de que D. Maria era judia convertida fora intriga armada por D. Antônio Carneiro, desafeto do todo-poderoso Antônio de Ataíde (abaixo).

convencer D. João III a enviar uma poderosa armada com a missão de vigiar e punir os invasores.

Como Martim Afonso era primo-irmão e passara a infância e a juventude em companhia de Ataíde, vários historiadores asseguram que ele foi escolhido para chefiar a grande expedição ao Brasil devido às articulações feitas por seu primo nos bastidores da corte. De fato, é bastante provável que a escolha tenha se concretizado por influência do conde. Mas o motivo real que levou Ataíde a indicar o nome de Martim Afonso não parece ter sido o de beneficiar seu primo, mas sim, como se verá, afastá-lo do convívio com o rei.

As Bodas da Discórdia

O conflito entre D. Manoel e o príncipe D. João se agravou depois que o rei decidiu casar com D. Leonor, irmã de Carlos I, rei da Espanha e futuro imperador do Sacro Império Romano. D. Leonor tinha sido prometida ao próprio D. João. Mas, ao ficar viúvo em 1517, D. Manoel tomou a súbita decisão de casar com a infanta que estava destinada a ser esposa de seu filho. O casamento (abaixo) se realizou em novembro de 1518. Julgando-se humilhado pelo pai, D. João se aproximou ainda mais de Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. Não foi só o príncipe que ficou indignado com a decisão de D. Manoel: em Portugal, todos “temeram que a rainha moça passasse a dirigir o desorientado espírito do rei”. D. Manoel tinha 56 anos e D. Leonor, apenas 17.



OS TRÊS AMIGOS

Martim Afonso, Antônio de Ataíde e o rei D. João III tinham sido companheiros inseparáveis durante a infância e a juventude. Ataíde e Martim Afonso



nasceram em 1500 – ano em que Cabral descobriu oficialmente o Brasil. D. João era dois anos mais jovem.

Por volta de 1517, a crescente influência que os dois primos exerciam sobre o futuro monarca começou a preocupar o rei D. Manoel, pai de D. João. “Martim Afonso e D. Antônio de Ataíde eram tão contínuos com o príncipe, e o príncipe com eles, que não podia estar momento sem eles, e estando com eles não falava nem folgava com nenhuma cousa senão com eles, de modo que El Rei [D. Manoel] imaginou que podia ser feitiço”, chegou a escrever, alguns anos mais tarde, o historiador Gaspar Correia, um dos cronistas oficiais do reino.

Ao perceber que D. João vivia “em constantes murmurações pelo palácio”,⁷ sempre em companhia de seus dois confidentes, D. Manoel, disposto a abortar uma possível conspiração, resolveu acabar o mais rapidamente possível com o convívio entre os três jovens amigos. No início de 1519, quando um fidalgo português foi morto em uma escaramuça e dois criados de Antônio de Ataíde foram acusados pelo crime, o rei encontrou o pretexto ideal para prendê-lo e afastá-lo da corte. A seguir, enviou um de seus principais assessores, D. Nuno Manuel, com uma mensagem clara para o outro amigo de seu filho, Martim Afonso: o jovem fidalgo deveria deixar Lisboa e voltar a servir seu antigo senhor, o duque de Bragança, D. Jaime.

De fato, o pai de Martim Afonso, Lopo de Sousa, fora alcaide-mor (ou

governador) da província de Bragança e o principal servidor do duque D. Jaime. Após a morte de Lopo de Sousa, ocorrida em 1515, Martim Afonso já deveria tê-lo substituído no cargo. Mas, naquela ocasião, abrindo mão do polpudo salário anual de 55 mil reais, Martim Afonso preferiu permanecer na corte, junto ao príncipe. A um amigo, justificou a decisão dizendo: “O duque pode fazer-me alcaide-mor, mas o rei pode fazer-me duque.”

Nos primeiros meses de 1519, *Martim Afonso* – tido como um jovem impetuoso e de personalidade forte – ousou desafiar os desígnios do rei D. Manoel e simplesmente se recusou a retornar à casa do duque de Bragança. Embora impedido de privar da companhia do príncipe D. João, Martim Afonso permaneceu em Lisboa.

Vítimado por um surto de peste que assolou Portugal, o rei D. Manoel – que o povo chamava de “o Venturoso” – morreu no dia 13 dezembro de 1521, aos 62 anos. D. João III assumiu o trono nas vésperas do Natal. Tinha 19 anos de idade. Já livre da prisão, D. Ataíde voltou ao convívio do monarca e, em março de 1523, D. João III o fez conde da Castanheira. Martim Afonso de Sousa ficou enciumado com o crescente poder e as “mercês” obtidas por seu primo – mesmo porque, ao contrário do que esperava, D. João não o tornou duque.

Em maio de 1523, D. João decidiu enviar a rainha viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o já então imperador Carlos V, casando-se



Um Ousado Fidalgo

Martim Afonso de Sousa (acima) nasceu em 1500, no castelo do duque de Bragança, na cidade de Vila Viçosa, no Alentejo, sudoeste de Portugal. Seu pai, Lopo de Sousa, descendente do fidalgo Martim Afonso Chichorro (filho bastardo do rei D. Afonso III), era aio do quarto duque de Bragança, D. Jaime. D. Jaime, tido como homem cruel, fez de Lopo de Sousa alcaide-mor (ou governador) da província de Bragança. A dinastia de Bragança assumiria o trono de Portugal em 1640, reinando por 270 anos.

em seguida com a outra irmã do imperador, D. Catarina da Áustria. Martim Afonso fez parte do séquito que conduziu D. Leonor de volta a Castela. Durante a viagem, conheceu, em Salamanca, D. Ana Pimentel, filha de um dos homens mais nobres e ricos daquela província e que, até então, fora dama de companhia da futura rainha D. Catarina.

Decidido a ficar em Castela, Martim Afonso se casou com Ana Pimentel em novembro de 1524. Um mês depois, foi convocado por Carlos V para tomar parte na luta contra os franceses: Carlos V e Francisco I estavam em guerra desde 1521. No inverno de 1525, Martim Afonso teve uma participação destacada no cerco e tomada de Fuenterrábia, cidade próxima a Pamplona, na província de Navarra, no noroeste da Espanha. O imperador elogiou-o publicamente e o convidou a permanecer em Castela.

Enquanto Martim Afonso lutava sob a bandeira de Castela, mantendo-se numa espécie de autoexílio, D. Ataíde ia se tornando um dos principais assessores do rei D. João III. Astucioso, letrado e ambicioso, ele logo sobrepujou os demais conselheiros do rei, virou uma espécie do secretário-geral de Estado e, em 1529, o monarca o fez vedor da Fazenda (ou ministro das finanças). Seu caminho rumo ao topo estava pavimentado.

Ao retornar da Espanha, a convite do próprio D. João III, Martim Afonso não foi capaz de reocupar lugar tão próximo ao soberano quanto aquele que desfrutara nos seus verdes anos. “A privança era resfriada”, anotou um cronista do reino. Ainda assim, para evitar que os antigos laços entre seu primo e o rei voltassem a se estreitar, D. Ataíde ardilosamente indicou Martim Afonso para chefiar a expedição que ele convencera D. João a enviar ao Brasil.

Além de ser uma missão perigosa, ela manteria seu potencial rival afastado da corte por pelo menos três anos.

O CONFLITO COM OS FRANCESES

De início, o principal motivo que levava Ataíde a concluir que o envio

de uma armada para o Brasil não poderia mais ser adiado fora, de fato, o permanente assédio dos franceses ao território colonial que Portugal até então desprezara.

Francisco I estava de tal forma disposto a ignorar as estipulações do Tratado de Tordesilhas que, em duro e irônico diálogo com certo diplomata espanhol, chegou a dizer que “gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão” que o afastara “da partilha do mundo”. Assim sendo, ele nunca se preocupou em reprimir o tráfico de pau-brasil – uma atividade considerada ilegal pelos portugueses e que os marinheiros da Normandia haviam transformado em um vultoso negócio.

O principal financiador das viagens feitas pelos contrabandistas normandos ao Brasil era o mercador *Jean Ango* (pronuncia-se Angô), o poderoso visconde de Dieppe. O choque entre os interesses de Portugal e França precipitara-se em fins de 1529, quando uma barca e um galeão de Jean Ango foram capturados pela frota de patrulhamento que os portugueses mantinham nos Açores. Dono de uma ampla rede de comércio internacional e com uma esquadra de *centenas de navios*, o visconde de Dieppe ameaçou declarar pessoalmente guerra à Portugal e bloquear o porto de Lisboa.

No dia 27 de junho de 1530, pressionado por Ango, Francisco I concedeu-lhe uma “carta de marca”: era uma autorização oficial para o

O Corsário do Rei

Jean Ango, o visconde de Dieppe, era uma das maiores fortunas da França no século XVI e um dos mais poderosos armadores de sua época. Entre naus, galeões, barcas, caravelas e barcos pesqueiros, sua frota possuía centenas de navios. Sua rede de negócios, sediada em Rouen, se estendia do Oriente Médio aos Países Baixos, passando pelas Ilhas Britânicas e chegando até o Canadá. Sua maior fonte de renda provinha do comércio com a Turquia. Por isso, Ango estampou na bandeira de seus navios a Lua Crescente – símbolo das nações muçulmanas. Ango também foi o principal financiador das viagens dos irmãos Verrazano, das explorações de Jacques Cartier e do tráfico de pau-brasil no Nordeste do Brasil. Ele morreu na miséria, em 1551. Abaixo, um dos navios de Ango com a bandeira da Lua Crescente.



exercício da atividade corsária, mediante a qual o visconde de Dieppe poderia atacar embarcações lusas até se ressarcir do prejuízo de 200 mil cruzados, valor suposto dos navios que lhe haviam sido apreendidos.

A atitude de Francisco I deixou D. João III indignado e, em julho de 1530, ele escreveu para o rei da França dizendo que considerava a concessão da carta “guerra manifesta”, comparando o episódio “aos pequenos princípios de onde se acendem os grandes fogos”. Logo após redigir seu protesto formal, D. João tratou de enviar D. Ataíde para França. Supostamente, a missão de seu principal assessor seria a de representá-lo no casamento de *D. Leonor* – a viúva de D. Manoel e irmã de Carlos V –, que agora iria se unir ao rei Francisco I. O casamento – que se realizou no dia 21 de julho – fora ajustado entre o soberano da França e o imperador de Castela como forma de dar um fim ao conflito que travavam havia quase uma década.

Após as *núpcias reais*, Ataíde permaneceu em Paris. Nesse período, em companhia de D. Diogo de Gouveia – que era o principal representante diplomático de D. João III na França e, em breve, também iria desempenhar um papel decisivo no destino do Brasil –, o conde manteve inúmeras reuniões com os representantes do rei Francisco I.

Conduzidas por Ataíde, as negociações entre Portugal e França se prolongaram por cerca de um ano. Então, em 15 de julho de 1531, após várias idas e vindas a Lisboa, Ataíde contornou



Uma Rainha Infeliz

Um ano e meio após a morte de D. Manoel, D. João III decidiu mandar a viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o imperador Carlos V. Alguns conselheiros do monarca português achavam que ele deveria casar-se com D. Leonor. Mas D. João continuava indignado com o fato de ela ter desposado seu pai. Portanto, não só preferiu casar com a irmã dela, D. Catarina, como reteve em Portugal a infanta D. Maria, única filha de D. Leonor (acima) com D. Manoel.

Como seu casamento com Francisco I fora apenas um arranjo, o monarca francês jamais se interessou por D. Leonor: ele era apaixonado por sua amante, a duquesa de

o litígio com Jean Ango: por 100 mil cruzados, comprou-lhe a carta de corso. Na mesma ocasião, subornou o almirante Phillipe Chabot, comandante da frota francesa do Atlântico: em troca de 10 mil cruzados, obteve dele a promessa de que os traficantes de pau-brasil não mais iriam empreender viagens ao Brasil (*veja nota lateral*). Mas, como o próprio D. Ataíde suspeitava, os problemas com os franceses estavam longe de terminar.

O CONFLITO COM CASTELA

Enquanto Ataíde negociava arduamente com os franceses, chegaram a Lisboa os primeiros indícios concretos sobre a existência do Rei Branco e a serra da Prata. Por conta deles, a expedição que, de início, o conde queria enviar basicamente para dar combate aos franceses adquiriu importância ainda maior. A descoberta das riquezas do Prata tornou-se seu objetivo primordial.

Nesse contexto, a escolha de Martim Afonso não pode ser reduzida a uma mera manobra diversionista do poderoso Ataíde. A indicação revela também a importância que o próprio D. João III concedia ao empreendimento. Afinal, o monarca se dispusera a investir muito dinheiro no projeto. E, além de dispendiosa, a expedição precisava ser chefiada por alguém de confiança, já que poderia resultar em conflitos diplomáticos com Castela – em cujas possessões ficava o rio da Prata.

Etampes. D. Leonor foi bastante infeliz na França e jamais voltou a ver sua filha, D. Maria.

O Almirante Suspeito

Phillipe Chabot (abaixo), senhor de Brion, conde de Charny e marquês de Mirabeau, era o almirante responsável pela esquadra francesa do Atlântico. Depois de aceitar o suborno de D. Ataíde, ele caiu em desgraça na França. Acusado de malversação de dinheiro, prevaricação, peculato e corrupção, foi banido da corte e despojado de seus títulos, bens e pensões, numa trama urdida por seus inimigos. Após anos de ostracismo, foi considerado inocente e, em 1542, recuperou seus bens e galardões. Mas mal pode usufruir deles, já que morreu no início de 1543.

Com duas naus, duas caravelas e um galeão, tripulados por 400 homens, a armada de Martim Afonso de Sousa se constituía na maior e mais cara expedição que Portugal enviaria ao Brasil desde o descobrimento. A viagem iria custar ao Tesouro Régio cerca de 300 mil cruzados – cerca de um terço das despesas anuais da Coroa.



No dia 20 de novembro de 1530, Martim Afonso dirigiu-se ao Paço de Évora para receber das mãos de D. João III a carta que lhe concedia amplos poderes para a realização de sua missão. De fato, o comandante-mor da armada estava autorizado a doar terras em sesmarias para os fidalgos que o acompanhavam e fora encarregado de nomear tabeliães e oficiais de justiça, lavrar autos e tomar posse de todo o território brasileiro situado dentro da linha demarcatória de Tordesilhas. Também tinha poder de vida ou morte sobre os homens que o acompanhavam – com exceção dos fidalgos, que deveriam ser julgados na corte.

Os poderes concentrados nas mãos de Martim Afonso têm levado vários historiadores a afirmar que sua expedição foi enviada com a missão de dar início à efetiva colonização do Brasil. Mas todos os atos que o comandante tomou ao longo dos três anos em que permaneceu na América do Sul demonstram que seu projeto primordial era tentar a conquista da serra da Prata e do território do Rei Branco.



A Bela Imperatriz

A imperatriz D. Isabel, nascida em 1503, era filha do rei D. Manoel com sua segunda esposa, D. Maria de Aragão,

Os rumores de que uma expedição com tais dimensões estava sendo preparada em Lisboa

evidentemente não tardaram a chegar à Espanha. O primeiro a revelar em que ponto se encontravam os preparativos fora o próprio Gonçalo da Costa – o “genro do Bacharel”, que fugira de Lisboa após recusar o convite de tomar parte naquela missão. Durante sua entrevista secreta com D. João, em outubro de 1530, Gonçalo não só tomara conhecimento do envio iminente da frota como soubera quais eram seus objetivos. Ao retornar à Espanha para reencontrar a família, ele contou o que sabia à imperatriz D. Isabel.

Filha do rei D. Manoel e, portanto, irmã de D. João III, *D. Isabel* estava casada com o imperador Carlos V desde 1526. Por dever de lealdade à nova Coroa e ao próprio marido (que, como de hábito, se encontrava ausente de Castela), D. Isabel enviou protestos formais a seu irmão D. João, uma vez que não restavam dúvidas de que a região do rio da Prata estava dentro da zona espanhola da demarcação estabelecida em Tordesilhas.

A tensa situação que se criou entre as duas Coroas ficou registrada numa série de despachos diplomáticos. No dia 17 de fevereiro de 1531, a imperatriz escreveu para Lope Hurtado de Mendoza determinando que seu embaixador em Lisboa obtivesse confirmação sobre os supostos propósitos da expedição. Conforme relatava na carta, ela fora informada por Gonçalo da Costa que a armada se destinava a “expulsar os franceses da costa do Brasil, fazer fortalezas em alguns portos e entrar por terra em direção ao rio da Prata, a partir do porto de São Vicente, que fica na demarcação do rei de Portugal”.⁸

No dia 19 de abril, Hurtado de Mendoza respondia a D. Isabel dizendo

desse modo, além de irmã de D. João III, rei de Portugal, também era prima de Carlos I, rei de Castela desde 1517 e que, em 1520, se tornara imperador do Sacro Império Romano com o título de Carlos V. Ela e o futuro marido se viram pela primeira vez em 9 de março de 1526, quando Carlos V chegou à Espanha pela segunda vez na vida. Casaram-se no dia seguinte e passaram a lua de mel na Alhambra, o fabuloso castelo construído pelos mouros em Granada. D. Isabel era uma mulher lindíssima (como revela o retrato acima, pintado por Tiziano) e tudo indica que Carlos V fosse apaixonado por ela. Mas os dois se viam pouco: de 1528 a 1539, o imperador ficou só dois anos em Castela. Mas em 1539, quando D. Isabel morreu, Carlos V encerrou-se em um mosteiro e vestiu luto por meses.

que, após muitas dificuldades, fora capaz de obter uma audiência com D. João III, durante a qual, não sem alguma desfaçatez, o monarca lhe dissera que “não se recordava bem das ordens que dera a Martim Afonso, que mandaria verificar as instruções que lhe transmitira” e só depois enviaria um comunicado à imperatriz sua irmã.

Tal resposta causou furor em Sevilha. Por isso, em 27 de maio de 1531, por ordem expressa de D. Isabel, o próprio Lope de Hurtado entregou a D. João uma intimação oficial. Lavrado em cartório, diante de várias testemunhas, o documento afirmava que, além de ficar dentro das possessões castelhanas, o rio da Prata tinha sido descoberto por Juan Díaz de Solís em 1515 e que sua bacia, formada pelos rios Paraguai e Paraná, fora explorada nos dois anos anteriores por Sebastião Caboto e Diego Garcia. D. João, portanto, era intimado a “não enviar armada nenhuma aos ditos rios”. Do contrário, Castela reagiria dentro dos rigores da lei.

Enquanto as duas Coroas travavam essa guerra verbal – que se prolongaria pelo menos até dezembro de 1531 –, Martim Afonso de Sousa não só já havia partido para o Brasil como estava prestes a explorar o rio da Prata.

A ILHA BRASIL

A expedição zarpara de Lisboa num sábado, dia 3 de dezembro de 1530 – quase três meses antes, portanto, de D. Isabel enviar sua primeira reclamatória. E os objetivos da frota não se restringiam a combater os franceses, fundar fortalezas e explorar o rio da Prata. Havia um quarto propósito – que, caso fosse então conhecido, teria deixado a Coroa de Castela ainda mais alarmada.

Com efeito, o regimento dado a Martim Afonso estipulava que ele deveria enviar

A Ilha Continental

O conceito da “ilha Brasil” – já divulgado por mapas portugueses – surgiu por escrito pela primeira vez nos livros do misterioso piloto Jean Alfonse Voyages Aventureux e Cosmographie, lançados em 1544 e 1559, mas escritos entre 1528-32. Investigações minuciosas provaram que Jean Alfonse era português e se chamava João Afonso. Em Voyages Aventureux ele afirma que o Amazonas e o Prata nasciam em um lago interior, fazendo do Brasil uma “ilha” que,

também uma missão de reconhecimento ao imenso e misterioso rio que os espanhóis haviam descoberto em 1500 no norte do Brasil. Vicente Yáñez Pinzón, que fora o primeiro a percorrer aquele extraordinário curso d'água, o havia chamado de Marañón. Quase meio século mais tarde, quando outro navegador espanhol, Francisco de Orellana, foi capaz de navegá-lo da nascente à foz, decidiu rebatizar a monumental estrada líquida que serpentava por mais de 6 mil quilômetros, desde os Andes até o oceano Atlântico, em meio à maior floresta que os europeus jamais haviam visto. Orellana deu-lhe o nome que ele ainda mantém: rio das Amazonas.

O plano de explorar – e, se possível, tomar posse – daquele que, séculos mais tarde, seria reconhecido como o maior rio do planeta, obedecia a um ousado projeto geopolítico lusitano. De acordo com essa doutrina, os limites naturais do território português na América do Sul deveriam ser estabelecidos não pelo tratado de Tordesilhas, mas pela foz do Marañón, ao norte, e pelo estuário do Prata, ao sul. Nos recônditos da corte, a tese era chamada de “Magnus Brasil”.

Um dos principais pesquisadores do tema, o historiador luso Jaime Cortesão, rebatizou esse conceito expansionista dando-lhe, por volta de 1950, o nome de “Ilha Brasil”. A denominação faz sentido, pois, em função dessa teoria geopolítica, os portugueses passaram a acreditar (ou decidiram fingir que acreditavam) que o Brasil era uma espécie de *território insular*

segundo ele, fora circum-navegada por um navio espanhol e outro luso, partindo um do Maranhão e o outro do Prata. Se ocorreram, tais viagens continuam sendo desconhecidas.



Os Capitães do Brasil

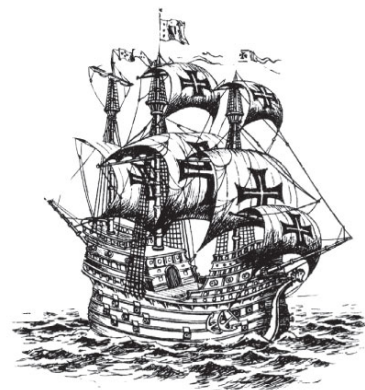
A frota comandada por Martim Afonso era composta por um galeão, duas naus e duas caravelas. Não se sabe o nome da nau capitânia, onde viajaram Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes. A outra nau, São Tomé, era capitaniada por João de Sousa, parente de Martim

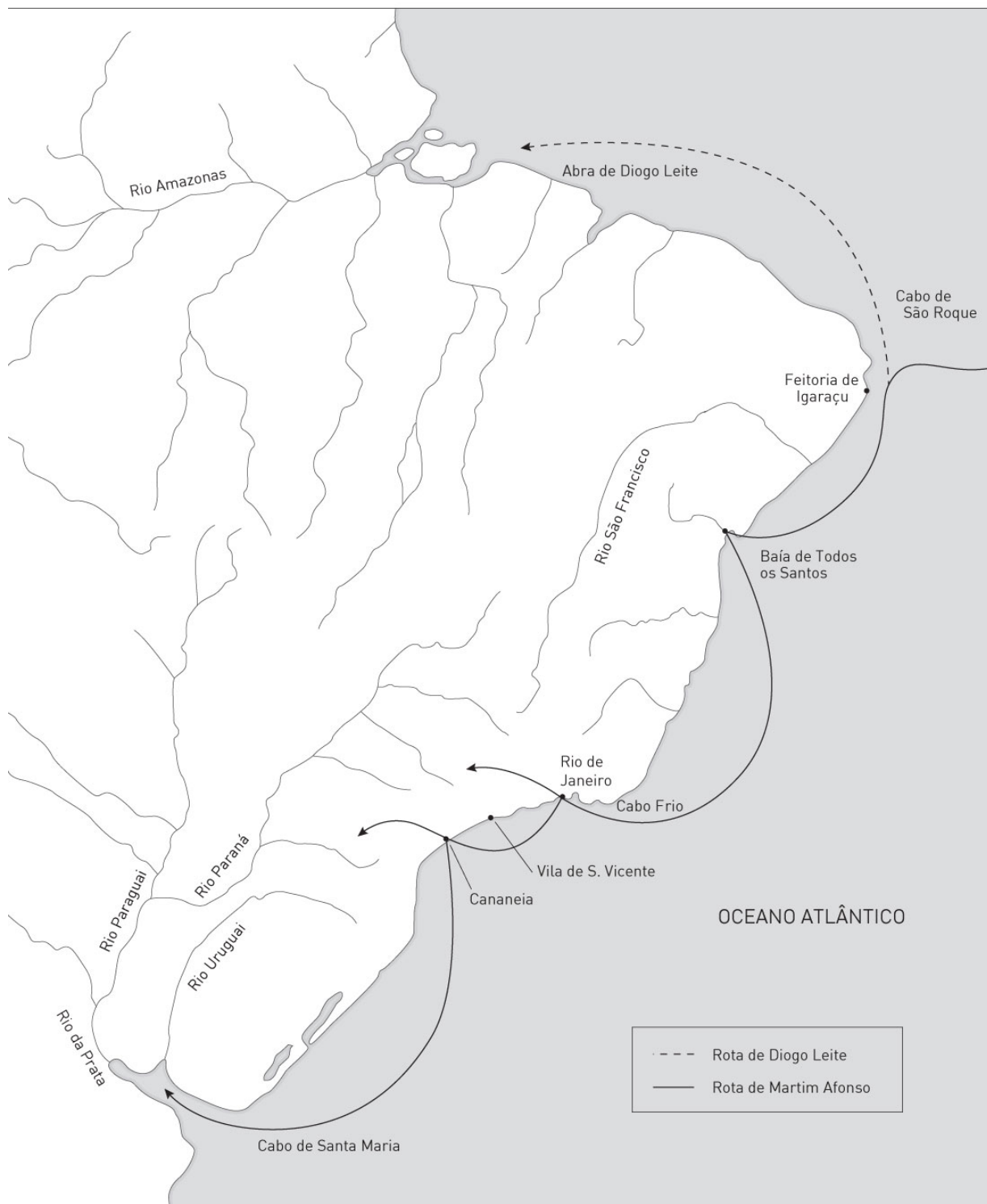
situado dentro dos amplos braços do Amazonas e do Prata. Julgava-se então que ambos os rios brotavam de uma mesma nascente: uma imensa lagoa, localizada em algum lugar no interior inexplorado do continente. Surgia, assim, o mito da Lagoa Dourada – em busca da qual dezenas de expedições partiriam ao longo dos dois séculos seguintes.

O COMBATE AOS FRANCESES

Embora vários integrantes da armada de Martim Afonso de fato acreditassem na existência da fabulosa Lagoa Dourada, nada despertava mais a cobiça dos expedicionários do que a busca pelo Rei Branco e a serra da Prata – sobre os quais existiam indícios concretos. Há registros de que, nas semanas que antecederam o embarque, a excitação e o alvoroço tomavam conta do porto de Lisboa. “Vão para o rio da Prata!” – relembriaria, anos mais tarde, o historiador frei Vicente do Salvador. “E bastava escutar essa voz para não faltar quem quisesse alistar-se.” Entre os 400 homens que se fizeram ao mar, 32 eram fidalgos. Da tripulação tomaram parte também mercenários e aventureiros alemães, franceses e italianos. De acordo com Gonçalo da Costa, muitos embarcaram “por conta própria, sem receber soldo”.⁹

Afonso. O galeão São Vicente (abaixo) era comandado por Pero Lobo e as caravelas Rosa e Princesa foram chefiadas por Diogo Leite (veterano das expedições de Cristóvão Jaques ao Brasil) e Baltazar Gonçalves (que já chefiara a frota guarda-costas que os portugueses mantinham fundeada nos Açores). O piloto-mor da expedição era Vicente Lourenço. Todos eram homens calejados e com larga experiência no mar.





Rota da Expedição de Martim Afonso ao Brasil

Entre os 400 expedicionários estava o capitão Pero Lopes de Sousa,

irmão mais novo de Martim Afonso e autor do diário no qual se baseiam quase todas as informações citadas a seguir.

Não houve incidentes durante a travessia do Atlântico. A expedição fez as escalas habituais nas Canárias e na ilha do Sal, onde aportou no dia de Natal de 1530. Nesse porto do arquipélago de Cabo Verde, Martim Afonso deparou com duas embarcações espanholas. Quando soube que elas se dirigiam ao rio Marañón, o comandante exortou os tripulantes a desistirem da missão, afirmando que aquele rio ficava “dentro da demarcação do rei de Portugal”. Os espanhóis, aparentemente intimidados, retornaram à Europa.

Então, a 31 de janeiro de 1531, tendo cruzado o oceano, Martim Afonso e seus homens puderam vislumbrar os verdejantes contornos do litoral do Brasil. Naquele dia, não viram apenas o atual pontal da Boa Vista, 30 quilômetros ao norte do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e onde, quatro anos mais tarde, o donatário Duarte Coelho fundaria a vila de Olinda. A expedição avistou também um navio francês e, logo em seguida, um outro – sinal de que os acordos que D. Ataíde estava negociando na França vigoravam apenas no papel.

Martim Afonso tratou de dar combate aos intrusos. Temendo as duras represálias dos portugueses, os tripulantes do primeiro navio fugiram para terra num escaler, refugiando-se entre os nativos, que lhes deram abrigo. Enquanto Martim Afonso apresava a nau que os contrabandistas tinham abandonado, seu irmão, Pero Lopes, seguia para o norte em perseguição ao outro navio. Ao amanhecer de 2 de fevereiro, após violento combate noturno que avariou seriamente seu navio, Pero Lopes pôde capturar os franceses – que se renderam após terem ficado sem munição. Forçado a abandonar o próprio navio, Pero Lopes o substituiu pelo que tomou ao inimigo.

Depois da refrega, quando o irmão de Martim Afonso quis desembarcar para reabastecer-se de água, os índios *Potiguar* – aliados dos

franceses – o impediram de pisar em terra. Esses episódios se deram na atual baía da Traição, 50 quilômetros ao norte de João Pessoa, na Paraíba.

Após a vitória, Pero Lopes retornou para o sul e encontrou-se com Martim Afonso, que estava ancorado na feitoria de Igaraçu, localizada na margem sul do braço de mar que separa a ilha de Itamaracá do continente, em Pernambuco. Essa feitoria fora fundada em 1516 pelo guarda-costas Cristóvão Jaques, em substituição a um entreposto similar existente no Rio de Janeiro e que o próprio Jaques havia desativado.

Martim Afonso e Pero Lopes souberam então que a feitoria fora saqueada pelos franceses dois meses antes e que Diogo Dias, o feitor responsável pelo estabelecimento, fugira para a África a bordo de uma caravela portuguesa. Os irmãos Sousa decidiram reerguer o entreposto e deixaram, restabelecendo-se ali, os homens que tinham sido feridos durante a captura das naus francesas. Junto com os feridos, ficaram alguns nativos *Tabajara* – aliados dos lusos. Poucos meses depois, a feitoria de Igaraçu seria tomada pela nau *A Peregrina*.

Em 24 de fevereiro, após o reerguimento da feitoria, um dos capitães da frota, João de Sousa (parente de Martim Afonso), foi enviado de volta para Portugal a bordo de uma das naus



Os Nativos do Litoral

Os Potiguar (Pe'Tun Wara, ou "comedores de camarão", em tupi) eram senhores de dois trechos da costa brasileira. O primeiro se estendia desde o Maranhão até às margens do Parnaíba (atual fronteira entre Maranhão e Piauí). O segundo ia desde a foz do rio Acaraú, no Ceará, até os arredores da atual cidade de João Pessoa, na Paraíba. Exímios canoieiros, os Potiguar eram cerca de 90 mil. De início, foram grandes inimigos dos lusos e aliados dos franceses. No século XVIII, fizeram aliança com os portugueses.

Os Tabajara (Taba' Yara, ou "senhores da aldeia") eram cerca de 40 mil e viviam da foz do rio Paraíba até os arredores da ilha de

tomadas aos franceses. Nos porões, além dos cerca de 30 contrabandistas aprisionados, o navio levava também as 2.768 toras de pau-brasil que eles haviam recolhido no Brasil. O piloto da nau capturada ao inimigo era português e se chamava Pero Serpa. Mas esse homem jamais retornaria à Europa: condenando-o por traição, Martim Afonso mandou enforcá-lo imediatamente, em Igarauçu.

Itamaracá (PE). Inimigos ancestrais dos Potiguar, cedo se aliaram aos portugueses.

João de Sousa desembarcou em Portugal no início de junho de 1531. As 70 toneladas de pau-brasil que ele trazia foram a leilão, enquanto os traficantes franceses eram encarcerados na temível Prisão do Limoeiro, em Lisboa. Ainda estavam lá em fevereiro de 1532, quando D. Diogo de Gouveia – o principal representante diplomático de Portugal na França – enviou uma carta para o rei D. João III intercedendo pela libertação daqueles homens, de modo a facilitar suas negociações com Francisco I.

Na mesma carta, Gouveia lastimava também o enforcamento de Pero Serpa, que fizera retroceder o andamento dos acordos. Há indícios de que aquelas duas naus capturadas por Pero Lopes e Martim Afonso pertencessem a *Jean Ango*, o poderoso visconde de Dieppe – o que certamente era um agravante para os propósitos conciliadores de Diogo de Gouveia.

A MISSÃO DE DIOGO LEITE

No mesmo dia em que João de Sousa partiu para o reino levando os prisioneiros, Martim Afonso determinou que o

A Nova Carta de Ango

No dia 13 de fevereiro de 1543, o rei da França, Francisco I, concedeu ao visconde de Dieppe, Jean Ango, uma segunda “carta de marca” mediante a qual o autorizava a atacar navios lusos para se ressarcir de prejuízos sofridos com a captura de suas naus. Convém lembrar que uma primeira carta já lhe fora concedida em julho de 1529 – mas os portugueses a compraram, contornando o litígio. No alvará que justificava a concessão da segunda carta de corso, Francisco I e Jean Ango se referiram à captura de duas naus francesas no Nordeste do Brasil. Estudando detidamente a questão, o historiador Jordão de Freitas concluiu, em 1924, que as duas naus citadas no documento assinado pelo rei eram os dois navios que Martim Afonso e Pero Lopes capturaram em Pernambuco em fevereiro de 1531.

capitão Diogo Leite – veterano de duas expedições anteriores ao Brasil – zarparse para o norte com a missão de explorar o Marañón. Conduzindo as caravelas *Rosa* e *Princesa*, Leite teve de enfrentar então as fortes correntes e os perigosos baixios da chamada *Costa leste-oeste*, assim denominada em função do único rumo no qual era possível percorrê-la nos tempos da navegação a vela.

Esse longo e recortado trecho do litoral brasileiro se estende desde o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até a ilha de Marajó, no Maranhão. A navegação por ali era tão complexa e exigente que esse território só seria colonizado pelos portugueses – e a muito custo – um século mais tarde, a partir de 1604 (*veja mapa abaixo*), e por terra.

Embora existam pouquíssimas notícias sobre os resultados obtidos pela expedição, os navios de Diogo Leite certamente chegaram até a barra do rio Gurupi, atual divisa entre os estados do Maranhão e Pará. A maior evidência desse feito é fornecida pelo mapa que o astrônomo Gaspar de Viegas fez em 1534 e no qual as reentrâncias do litoral maranhense aparecem sob a denominação de “Abra de Diogo Leite”. Viegas fora um dos principais articuladores da doutrina do “Magnus Brasil” e alguns historiadores acreditam que ele fazia parte da expedição de Martim Afonso.¹⁰

A Costa Leste-Oeste

O litoral que se estende desde o cabo de São Roque (RN) até a ilha de Marajó é um dos trechos mais terríveis da costa brasileira. Embora não seja o ponto mais oriental do continente, o cabo de São Roque é o local geograficamente mais próximo do litoral africano. Dali até a foz do rio Parnaíba – apesar de os ventos dominantes empurrarem as embarcações a vela apenas na direção leste-oeste – os navegantes contavam com morros e serras visíveis de alto-mar, que lhes serviam de orientação. Além disso, as águas ali são profundas. No litoral do atual Maranhão, porém, o relevo é plano, as referências desaparecem e o mar se torna raso. A região, dessa forma, se tornou um cemitério de navios.



Um documento descoberto em 1950 por Jaime Cortesão comprova que Diogo Leite não só chegou à foz do Gurupi como penetrou com suas caravelas no rio Amazonas. Trata-se da carta que o embaixador castelhano Lope Hurtado de Mendoza enviou no dia 10 de setembro de 1531 à imperatriz D. Isabel na qual relatava uma audiência que recentemente mantivera com D. João III. De acordo com o embaixador, o rei lhe dissera então que “duas caravelas, que tinham partido desse reino em companhia de Martim Afonso”, haviam retornado a Portugal depois de “descobrir um rio muito grande, que corre entre enormes planícies recobertas de florestas, nas quais vive grande variedade de aves e animais”. Tal descoberta evidentemente dera “muito contentamento”¹¹ a D. João.

Que Diogo Leite de fato explorou o Amazonas é algo que ficaria claro quatro anos mais tarde, quando os portugueses decidiram enviar – como se verá – uma frota imponente com o objetivo de estabelecer uma povoação na foz do imenso rio e, dali, tentar a conquista do Peru.¹²

O ENCONTRO COM CARAMURU

Em 1º de março de 1531, uma semana depois de ter enviado Diogo Leite em direção ao Amazonas e João de Sousa de volta a Portugal, Martim Afonso deu prosseguimento a sua missão. Ele já havia lutado contra os franceses na “Costa do pau-brasil” e iniciado a exploração da “Costa leste-oeste”. Faltava-lhe apenas percorrer a Costa do ouro e da

prata. Dessa forma, Martim Afonso iria visitar – com objetivos específicos – os três principais trechos em que se dividia o litoral brasileiro nas primeiras décadas do século XVI.

Após enfrentar temporais e correntes contrárias, a frota de Martim Afonso – agora reduzida à nau capitânia, ao galeão *São Vicente* e à nau tomada aos franceses – entrou na baía de Todos os Santos na manhã do dia 13 de março de 1531.

Aquele extraordinário ancoradouro natural – “largo o suficiente para abrigar todas as frotas da Europa”¹³ – já era conhecido desde 1502, quando a ele haviam chegado os navegadores Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio, que o batizaram com o nome que ainda mantém. Durante alguns anos, os portugueses também haviam mantido ali um entreposto para recolhimento de pau-brasil. Mas essa feitoria fora desativada por volta de 1525 e, desde então, a baía de Todos os Santos era frequentada principalmente por franceses e espanhóis.

Tão logo puseram os pés em terra, Martim Afonso e seus soldados encontraram, estrategicamente instalado nas proximidades do atual farol da Barra (hoje um dos pontos centrais e mais conhecidos da cidade de Salvador), o misterioso homem branco a quem os nativos chamavam de Caramuru. Era um náufrago português que há mais de 20 anos vivia entre os Tupinambá. Uma reputação misteriosa o envolvia então – e o passar do tempo apenas se encarregaria de adensá-la.

Caramuru era Diogo Álvares. Natural de Viana do Castelo, no norte de Portugal, ele parece ter sido o único sobrevivente do



Os Tupinambá

Os Tupinambá (Tubüb-Abá, ou “descendentes dos primeiros pais”, em tupi) formavam o grupo Tupi por excelência. As demais nações Tupi do litoral eram, de certa forma, suas descendentes. O território tribal dos Tupinambá se estendia da margem direita do

naufrágio que, por volta de 1509, engolira seu navio nos traiçoeiros baixios do rio Vermelho, que fica poucos quilômetros ao norte da ponta do Padrão (atual farol da Barra). Os *Tupinambá* o encontraram entre as rochas costeiras – circunstância que acabou lhe dando o apelido indígena: em tupi, “caramuru” designa uma espécie de moreia, ou enguia, que vive entre as pedras.

Acolhido pela tribo, Álvares, então com 17 anos, se uniu a Paraguaçu, filha de Itaparica, o líder dos Tupinambá e senhor da ilha que mantém o seu nome. Instalado na ponta do Padrão e já chamado pelos nativos de Caramuru, ele passou a fornecer víveres e auxílio a traficantes franceses e exploradores espanhóis em troca de anzóis, machados e até mesmo de vinho.

Sua presença na Bahia já tinha sido registrada por D. Rodrigo de Acuña, um capitão castelhano que tentara cruzar o estreito de Magalhães em 1526 e cujo navio, varrido pelos ventos e com o leme partido, fora empurrado até Laguna (SC), de onde iniciou uma atribulada peregrinação pela costa brasileira.

O historiador Pedro Calmon acredita que *Caramuru* já havia sido visto pelo guarda-costas Cristóvão Jaques por volta de 1516.¹⁴ Independentemente de ter sido encontrado primeiro por um português ou por um espanhol, o certo é que, ao longo dos anos, Caramuru iria estreitar laços de amizade com os frequentadores mais assíduos das paragens onde se estabelecera: os contrabandistas franceses de pau-brasil.

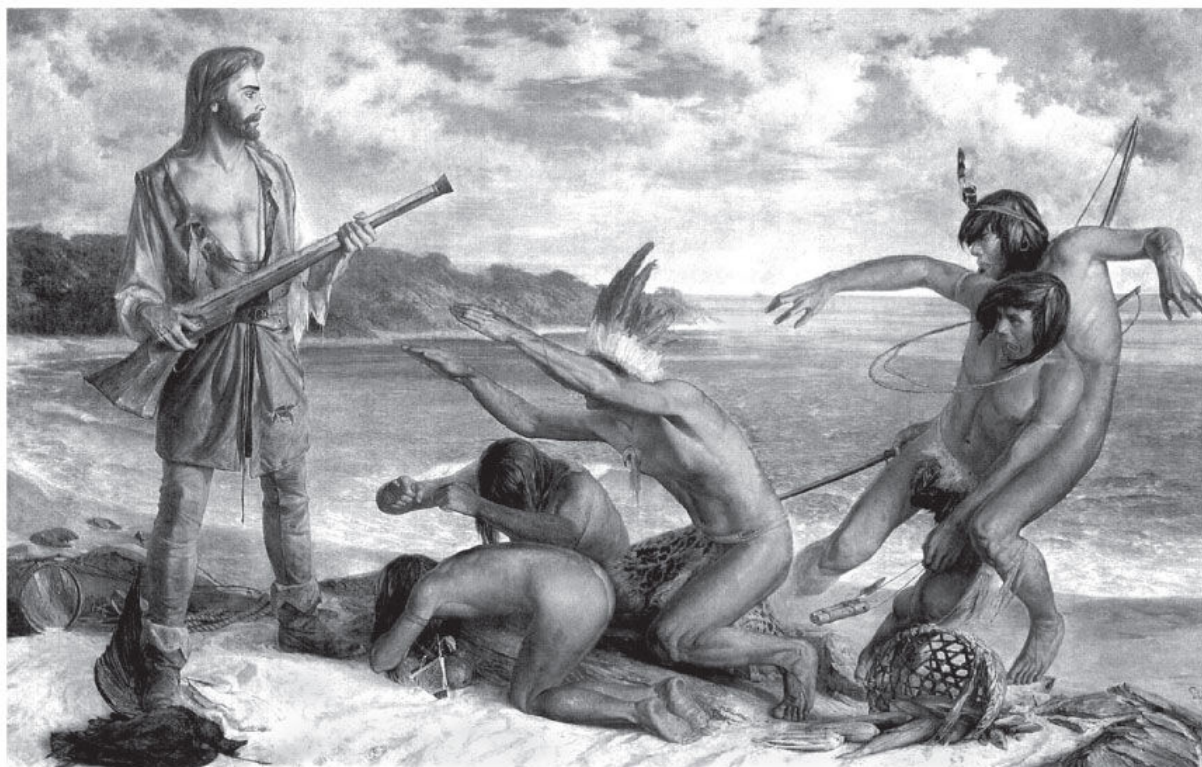
Essa ligação se tornou tão explícita que, no segundo semestre de 1528, Caramuru

rio São Francisco ao Recôncavo Baiano. Eram cerca de 100 mil e se tornaram a nação indígena mais conhecida da costa.

O ‘Homem do Trovão’

Os fatos históricos que cercam a figura de Caramuru foram envoltos em lenda pelo jesuíta Simão de Vasconcelos em 1680. Um século depois, frei Santa Rita Durão escreveu o poema Caramuru, baseado em Os Lusíadas, com dez cantos e oitava rima. Lançado em 1781, o poema mitificou ainda mais a figura do naufrago. Vasconcelos e Durão diziam que Caramuru significava “homem do trovão”, pelo fato de ele ter disparado seu mosquete ao ser encontrado na praia pelos nativos. A linda imagem abaixo foi feita pelo pintor Ernesto Schefell a partir dos episódios narrados por Vasconcelos e Durão. Mas a realidade deve ter sido muito diferente do mito.

interrompeu seu exílio tropical para visitar a França. Quem o conduziu até lá provavelmente foi o capitão italiano Girolamo Verrazano, comandante de um dos inúmeros navios que constituíam a frota particular de Jean Ango, o visconde de Dieppe. Existem indícios de que o piloto do navio com o qual *Verrazzano* chegou à Bahia em maio de 1528 era Jacques Cartier – um dos principais navegadores a serviço de Jean Ango.



Uma vez na França, Diogo Álvares *se casou* com Paraguaçu, logo após ela ser batizada com o nome de Catarina. Embora certos historiadores afirmem que o nome cristão de Paraguaçu lhe foi dado em homenagem à rainha Catarina da Áustria, mulher de D. João III, documentos comprovam que sua madrinha foi Catarina des Granhes, esposa de Cartier. Que outro motivo poderia explicar a ligação entre a refinada senhora des Granhes e Paraguaçu senão o fato de ter sido seu próprio marido quem levara a exótica “princesa” indígena para a França?

Numa cerimônia realizada pelo vigário Lancet Ruffier e presenciada por Catarina des Granhes, Jacques Cartier e vários representantes da elite

local, Diogo “Caramuru” Álvares e Catarina Paraguaçu se casaram em Saint-Malo no dia 30 de julho de 1528.

No início do ano seguinte, D. Diogo de Gouveia e D. Antônio de Ataíde chegaram a Rouen – que fica a menos de 150 quilômetros de Saint-Malo. Envolvidos nas melindrosas negociações com Jean Ango e com os assessores do rei Francisco I, os dois diplomatas lusos permaneceram vários meses na França. Em cartas trocadas ao longo do demorado processo, esses dois ilustres fidalgos se referiram várias vezes a um informante que tinham em Rouen: um espião que os mantinha a par das inúmeras expedições que Jean Ango insistia em continuar enviando ao Brasil, apesar das assinaturas dos acordos diplomáticos. O historiador Pedro Calmon supõe que esse espião fosse Caramuru.

De todo modo, em março de 1531 lá estava Caramuru outra vez no Brasil, de volta à aldeia que o acolhera. Embora sua presença ali fosse um fato de considerável significado estratégico, Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes parecem ter se impressionado menos com isso do que com as muitas “mulheres alvas” que viram na Bahia. No diário que manteve ao longo da expedição, Pero Lopes anotou que essas nativas eram “mui formosas que não hão nenhuma inveja às da *rua Nova* de Lisboa”.¹⁵ Tais beldades indígenas, capazes de arrancar arroubos de um narrador sóbrio como Pero Lopes, provavelmente eram as filhas que o próprio Caramuru tivera com suas várias mulheres ao longo de mais de 20 anos de convívio.



Casamento na França

Os documentos que provam que Caramuru e Paraguaçu se casaram na França – e que sua madrinha foi Catarina des Granhes – foram descobertos por Charles de la Roncière nos arquivos de Ottawa, no Canadá, e publicados por ele em Cartier et la découverte de la Nouvelle France, escrito em 1931. No mesmo livro, Roncière comprova que Jacques Cartier era o piloto do navio com o qual o capitão italiano Girolamo Verrazzano (acima) esteve pela segunda vez no litoral do Brasil em maio de 1528.

Por quase um mês, Martim Afonso permaneceu na Bahia, onde os indígenas o receberam “com grandes festas e bailes”. Se seu objetivo fosse dar início à colonização do Brasil, o comandante não deixaria de perceber que tinha acabado de desembarcar no local ideal. Afinal, além da localização estratégica e dos “bons ares” da Bahia, as circunstâncias favoráveis ditadas pela sólida aliança entre Caramuru e os Tupinambá devem ter ficado evidentes para Martim Afonso. Ainda assim, o capitão-mor limitou-se a deixar dois homens ali – com a missão “de fazer experimentos com sementes e averiguar o que daria a terra”¹⁶ – e, no dia 27 de março, partiu da Bahia, prosseguindo sua jornada rumo à Costa do ouro e da prata.

O ENCONTRO COM TIBIRIÇÁ

Após um mês e três dias de luta permanente contra o mau tempo e as correntes contrárias, a frota de Martim Afonso entrou na baía de Guanabara na manhã de 30 de abril de 1531.

Como na Bahia, os portugueses também haviam mantido ali, anos antes, um entreposto para o recolhimento de pau-brasil. Um dos homens que agora fazia parte da expedição de Martim Afonso – o marinheiro Pedro Annes – chegara mesmo a viver nesse estabelecimento. Acusado pelo roubo de algumas ferramentas de metal do navio no qual viajava, Annes fora forçado a permanecer no Rio, em 1511. Uma



A Rua da Moda

A rua Nova (del Rei) – assim chamada desde 1466 – era, de acordo com Afrânio Peixoto, “a principal, a aristocrática, a internacional, a rica, a mundana da Lisboa manuelina. Aí estavam os mais belos edifícios e lojas, o comércio do mundo – dos vários mundos – tráfico de sedas, cetins, porcelanas, especiarias, perfumes, tafularias (...) era a rua transitada pelos mais nobres e ricos, estrangeiros e naturais, donas e donzelas, toda a gente que compra e dá ocasião de ser vista e encontrada”. Segundo Afrânio Peixoto, “as mulheres, secretas em outras partes, só nas igrejas e nos bazares se mostravam. E Pero Lopes dizer das nossas primeiras baianas: ‘não hão inveja nenhuma às da Rua Nova de Lisboa’, era uma honra e não seria pela

expedição espanhola o levará de volta para a Europa em 1516 – apenas algumas semanas antes de o guarda-costas Cristóvão Jaques desativar a feitoria (que os nativos chamavam de Carioca – ou “Casa de Branco”) e transferi-la para Igaraçu, em Pernambuco (onde Martim Afonso e Pero Lopes tinham, meses antes, deixado seus feridos). *elegância dos vestidos, senão pela beleza... desvestida”.*

Embora soubesse que o Rio de Janeiro se localizava ao norte da região que deveria explorar, Martim Afonso decidiu estabelecer ali sua primeira base no Brasil. Já no dia seguinte ao desembarque, seus homens deram início à construção de uma sólida paliçada de toras pontiagudas. Dentro dela, ao longo das semanas seguintes, ergueram uma casa forte, um estaleiro rudimentar e uma ferraria. Esse reduto teria sido instalado na atual praia do Flamengo – talvez o mesmo local onde, antes, funcionara a feitoria da “Carioca” (fundada por Gonçalo Coelho em 1504 e desativada por Cristóvão Jaques em 1516).

Enquanto o novo forte era construído – e os marinheiros fabricavam um bergantim –, Henrique Montes, o provedor da armada, foi encarregado de obter mantimentos suficientes para uma viagem prevista para durar pelo menos dois anos. Ao mesmo tempo que Montes convencia os nativos a fornecer grandes quantidades de peixe seco, farinha de mandioca, frutas e milho – em troca de anzóis, facões e machados –, Martim Afonso decidiu enviar um pequeno destacamento, constituído por quatro de seus homens, com a missão de explorar o interior da região.

Aquela seria apenas a segunda vez, em mais de 30 anos, que os portugueses iriam penetrar nos desconhecidos sertões do Brasil, arriscando-se para além dos estreitos limites do litoral. A primeira incursão fora comandada pelo florentino Américo Vesúcio quase três décadas antes – e tinha partido de uma região bastante próxima ao Rio. Mas, naquela ocasião, no outono de 1504, menos de um mês após sair de Cabo Frio, a tropa de Vesúcio esbarrou na serra dos Órgãos e a expedição

foi suspensa sem ter obtido qualquer resultado.

Embora também tenham deparado com grandes montanhas, os quatro emissários de Martim Afonso foram mais eficientes que seus antecessores. Após uma árdua jornada de 65 léguas (cerca de 400 quilômetros) pelas escarpas de uma “grande serra”, os expedicionários atingiram um vasto planalto. Marchando por outras 50 léguas (aproximadamente 300 quilômetros), chegaram então à aldeia de “um grande rei, senhor daqueles campos”.¹⁷ Esse chefe nativo não apenas recebeu os estrangeiros com “grandes honras” como concordou em acompanhá-los na jornada de volta até o Rio.

Nos primeiros dias de julho de 1531, ao ser apresentado com toda as formalidades a Martim Afonso, o chefe indígena ofereceu-lhe “muito cristal e deu novas que no rio de Paraguai havia muito ouro e prata”. Após escutar atentamente o que “o maior senhor daqueles campos” *tinha a dizer*, Martim Afonso “lhe fez muita honra e lhe fez muitas dádivas e o mandou tornar para suas terras”.

Apesar de o diário de Pero Lopes não fornecer indicações precisas do itinerário seguido pelos expedicionários, o historiador Jaime Cortesão concluiu, baseado numa série de evidências, que, após terem cruzado a serra do Mar e a serra da Mantiqueira, os homens de Martim Afonso seguiram pelo vale do rio Paraíba até desembocar nos campos de Piratininga. Dessa forma, teriam chegado até o local onde, dois anos mais tarde, o próprio Martim

Os “Linguas da Terra”

De que forma Martim Afonso de Sousa e o chefe indígena que o visitou no Rio puderam conversar? Através de intérpretes. Naquele inverno de 1531, os lusos conheciam o Brasil há três décadas. Já sabiam, portanto, que os nativos do litoral eram, quase todos, da nação Tupi – e que falavam o mesmo idioma, chamado pelos portugueses de “língua geral”. Como muitos dos integrantes da expedição de Martim Afonso eram veteranos de missões anteriores – comandadas por Cristóvão Jaques –, alguns deles com certeza entendiam ou mesmo falavam tupi. Esses homens eram chamados de “linguas da terra”. O marinheiro Pedro Annes – que vivera por 5 anos no Rio – certamente era um deles. Por fim, se o indígena que Martim Afonso encontrou de fato era Tibiriçá, é provável que esse chefe tivesse noções da língua portuguesa, pois convivia com náufragos e degredados lusos há mais de 20 anos.

Afonso fundou o vilarejo que daria origem à cidade de São Paulo. O “grande senhor” que lhe deu as alvissareiras notícias sobre a abundância de “ouro e prata no rio Paraguai” seria, portanto, Tibiriçá, líder de um grupo Tupiniquim e homem que, nos 20 anos seguintes, iria desempenhar um papel-chave na história do Brasil.

Dois são os indícios que levaram Cortesão a sua engenhosa conclusão: o primeiro é que, embora tenham percorrido mais de mil quilômetros, os homens de Martim Afonso gastaram apenas dois meses na viagem de ida e volta – indicativo que “faz supor uma rota conhecida, guia indígena e um alvo preconcebido”.¹⁸ Segundo, o fato de aquele chefe ter concordado em acompanhar os forasteiros sugere que ele estava “habitado ao trato com alguns portugueses” e não desconhecia o valor dos “presentes do adventício, cuja excelência já a prática o ensinara”. Além de ser o único chefe nativo a merecer a designação de “grande senhor daqueles campos”,¹⁹ Tibiriçá também era o que mais comerciava com portugueses e espanhóis no sul do Brasil.

ENCONTRO EM CANANEIA

Após três meses de permanência no Rio, Martim Afonso zarpou para o sul, ao raiar de 1º de agosto de 1531. Doze dias mais tarde, por sugestão de Henrique Montes, seus navios fundearam em frente às florestas que recobriam a ilha de Cananeia, hoje litoral sul de São Paulo, quase na fronteira com o Paraná. O marujo Pedro Annes – tido como “grande língua da terra” graças aos conhecimentos que adquirira ao longo de seu desterro no Rio – foi enviado em um bote para vistoriar a região.

Cinco dias depois, a 17 de agosto, ele retornou trazendo para bordo da nau capitânia o misterioso Bacharel de Cananeia. Junto com os dois, vieram também “cinco ou seis castelhanos” e outro dos “genros” do Bacharel: um marinheiro espanhol chamado Francisco de Chaves. Chaves e seus “cinco ou seis” acompanhantes faziam parte de um grupo de 32 homens que, após ouvirem, no litoral de Santa Catarina, os boatos sobre o

Rei Branco e a serra da Prata, haviam desertado da expedição comandada por D. Rodrigo de Acuña e, de acordo com o indignado relato feito pelo próprio Acuña, “abandonado a nau para se tornarem selvagens”.²⁰

Aquela deserção se dera no inverno de 1526. No ano seguinte, Chaves e seu pequeno bando mudaram-se do porto dos Patos (localizado, como já foi dito, em frente à ilha de Santa Catarina) para Cananeia, uns 300 quilômetros mais ao norte. A mudança fora motivada pelo fato de Cananeia ser um porto mais frequentado por navegadores europeus.

Bem acolhido nos domínios do Bacharel, Chaves se casara com uma das muitas filhas indígenas do degredado e, enquanto traficava escravos nativos e ajudava a abastecer os navios que por ali cruzavam, ficou aguardando a melhor oportunidade para averiguar a veracidade das lendas que o tinham levado a desertar da expedição de D. Rodrigo.

Ao encontrar-se com Martim Afonso, Chaves logo percebeu que estava diante de sua melhor chance. Por isso, tratou de assegurar ao comandante que, caso lhe fossem fornecidos homens suficientes, ele voltaria “para aquele porto, no espaço de dez meses, com 400 escravos carregados de prata e ouro”.²¹ A proposta soou tentadora demais para ser recusada.

Assim sendo, duas semanas mais tarde, no dia 1º de setembro de 1531, Francisco de Chaves partiu de Cananeia, pela trilha do Peabiru, em busca das riquezas do Império Inca. Chefiada

Entradas e Bandeiras

O grupo armado que Martim Afonso enviou em direção ao Paraguai foi o precursor do movimento que, um século mais tarde, transformaria os bandeirantes paulistas nos maiores caçadores de escravos de seu tempo e os levaria a destruir os trinta povos Guarani (como eram então chamadas as “missões” que os jesuítas espanhóis haviam fundado nos atuais territórios do Paraguai, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso). A principal diferença entre essa expedição e as duas anteriores realizadas pelos portugueses no Brasil (a de Vespúcio em 1504 e a dos emissários que o próprio Martim Afonso enviara do Rio para SP, meses antes) reside em que a tropa de Pero Lobo fora incumbida de uma missão escravagista e com o objetivo explícito de conquistar um território indígena. Era, portanto, uma “bandeira”, ao passo que as duas primeiras incursões eram meras “entradas” exploratórias. Besteiros eram soldados armados de bestas, arma medieval, misto de espingarda com arco e flecha (a seguir).

pelo capitão Pero Lobo e composta por 40 *besteiros* e 40 espingardeiros, a tropa que Chaves iria guiar pelo sertão tem sido considerada a primeira *bandeira* organizada pelos portugueses no Brasil. O fato de Martim Afonso ter cedido 80 homens – ou 20% do total de seu contingente – é indicativo claro das esperanças que ele depositava na aventura proposta por Francisco de Chaves.



Quase um mês depois de a tropa guiada por Chaves e comandada por Pero Lobo ter se embrenhado na mata – ao encontro de um destino trágico –, o restante da frota de Martim Afonso partiu de Cananeia em direção ao rio da Prata. Antes de zarpar, na manhã de 26 de setembro, o comandante mandou colocar um “padrão” na atual ilha do Cardoso. “Padrões” eram as colunas de pedra, com inscrições em português e latim, usadas pelos lusos para sinalizar a posse de territórios conquistados além-mar.²²

A ilha do Cardoso fica cerca de cinco quilômetros ao sul de Cananeia e o fato de um “padrão” ter sido plantado ali parece indicar que Martim Afonso estava consciente de que o meridiano de Tordesilhas passava naquele local, estabelecendo o limite sul das possessões portuguesas no Brasil – o que correspondia à realidade jurídica do tratado.

CEMITÉRIO DE NAVIOS

No dia 29 de setembro, seguindo viagem rumo ao Prata, os navios de Martim Afonso cruzaram ao largo do porto dos Patos, onde Henrique Montes vivera por mais de dez anos. Ventos impiedosos soprando de nordeste impediram a frota de fazer escala no lugarejo a partir do qual se espalhara a lenda do Rei Branco e da serra da Prata.

Naquele dia, o mau tempo também fez com que o bergantim (que fora construído no estaleiro do Rio de Janeiro) se desgarrasse da expedição e

sumisse de vista. Cinco meses se passariam antes que Martim Afonso pudesse obter informações sobre o destino daquela embarcação.

Em 1º de outubro de 1531, a armada cruzou por Laguna (SC), então chamada de porto de D. Rodrigo – já que havia sido ali que D. Rodrigo de Acuña aportara, “muito desbaratado”, após sua fracassada tentativa de cruzar o estreito de Magalhães, no inverno de 1526.

Laguna é uma espécie de “esquina” do Atlântico Sul: a partir daquele ponto para o sul se inicia a maior costa retilínea do planeta. Trata-se de uma extensão de 600 quilômetros formada por uma única praia, sem enseadas ou portos naturais, batida por águas turvas e geladas: um autêntico cemitério de navios que iria retardar a colonização da porção meridional do Brasil em quase dois séculos.

A expedição de Martim Afonso levou quinze dias para suplantar as correntes traiçoeiras desse trecho agreste do litoral. Somente em 16 de outubro a frota ancorou no cabo de Santa Maria – o acidente geográfico que estabelece o início do estuário do Prata, próximo de onde hoje se localiza o balneário uruguaio de Punta del Leste. Ali, a armada permaneceu ancorada durante oito dias, esperando pelo reaparecimento do bergantim que sumira em frente ao porto dos Patos.

Como esse pequeno navio não foi avistado, a expedição seguiu adiante e entrou nas águas fluviais do estuário. Antes de partir, porém, Martim Afonso mandou erguer uma grande cruz na praia, aos pés da qual depositou uma carta, envolta em cera, deixando instruções precisas para os tripulantes do bergantim, caso eles chegassem até lá.

NAUFRÁGIO NO PRATA

A navegação a vela pelo rio da Prata impôs inúmeras dificuldades aos exploradores. Terríveis tormentas meridionais se abateram sobre os navios e, nos últimos dias de outubro de 1531, uma delas fez naufragar a nau capitânia, na qual viajava o próprio Martim Afonso. Bom nadador, o

comandante conseguiu se salvar, “agarrado a uma tábua”.²³ Mas sete marinheiros morreram e os mantimentos que Henrique Montes obtivera entre os nativos do Rio de Janeiro perderam-se todos.

O naufrágio de Martim Afonso é um dos tantos acasos que mudam o rumo da História. Afinal, antes do acidente o comandante dispunha de homens, armas e mantimentos suficientes para explorar a bacia do Prata durante dois anos. É provável que, ao longo desse período, fosse capaz de subir o rio Paraná, entrar pelo rio Pilcomayo e alcançar a região de Charcas, nos contrafortes dos Andes (local que estabelecia os limites do Império Inca e onde Aleixo Garcia estivera sete anos antes).

Martim Afonso poderia, daquela forma, ter dado início à conquista da mitológica região que procurava alcançar. Mas o infortúnio o forçou a modificar os planos: sem mantimentos, ele percebeu que não poderia atingir, por via fluvial, o fabuloso território do Rei Branco. Só lhe restava, como se verá, a opção de chegar até lá por terra, a partir do litoral sul de São Paulo.

O desastre se deu nas proximidades da atual Punta del Este. Ao chegarem à praia, mais mortos do que vivos, os homens de Martim Afonso depararam com “um bergantim de cedro, muito bem construído”,²⁴ encalhado na areia. Era um dos barcos que fizera parte da expedição de Sebastião Caboto e que fora abandonado ali, cerca de dois anos antes, depois que o capitão veneziano desistira de continuar explorando o Prata.

No dia 5 de novembro – após ter recebido auxílio e alimento dos nativos Charrua –, Martim Afonso reuniu seus principais pilotos e assessores e decidiu que apenas um pequeno grupo subiria o Prata, a bordo do bergantim abandonado por Caboto. Sob o comando de Pero Lopes, 30 homens foram incumbidos, então, da missão seguir até o delta do rio Paraná e ali fincar dois “padrões”.

Seria uma tentativa de não apenas assinalar a passagem dos portugueses pela região como servir-se da presença daquelas colunas de

pedra para, no futuro, requerer a soberania lusa sobre o Prata. Pero Lopes recebeu 20 dias para a realização da missão; passado este período, ele deveria retornar ao acampamento-base, erguido nos arredores de Punta del Leste.

Ao longo das três semanas em que Pero Lopes explorou o Prata, Martim Afonso não ficou ocioso. Durante esse período, o comandante percorreu a vasta extensão de praias baixas e arenosas que se estende desde os arredores de Montevideu até o atual rio Tramandaí, no Rio Grande do Sul. Ao longo da jornada, de cerca de 500 quilômetros, Martim Afonso passou pela barra do Rio Grande (através da qual a lagoa dos Patos deságua no Atlântico). Ele batizou o Tramandaí de rio de Martim Afonso e a lagoa dos Patos foi chamada de rio de São Pedro (nome que, mais tarde, iria batizar a província mais meridional do Brasil: Rio Grande de São Pedro, designação depois modificada para Rio Grande do Sul).

Durante essa expedição, Martim Afonso realizou uma série de medições astronômicas. Elas lhe deram a plena convicção de que – conforme as estipulações de Tordesilhas –, todo aquele território pertencia a Castela. O que era uma suspeita teórica tornou-se uma certeza na prática. Embora o astrônomo Gaspar Viegas talvez fizesse parte da expedição – já que incluiu os nomes “rio de Martim Afonso” e “rio de São Pedro” no mapa que fez em 1534 –, o próprio Martim Afonso estava habilitado a coordenar os estudos cosmográficos: durante sua juventude na corte, o comandante fora um aplicado aluno do grande astrônomo Pedro Nunes.

PERO LOPES NO DELTA DO PARANÁ

Enquanto Martim Afonso explorava a inóspita costa do Uruguai e do Rio Grande do Sul, Pero Lopes subia o Prata, com seus 30 homens remando contra a corrente. O grupo deve ter sido guiado por Henrique Montes, que, quatro anos antes, já estivera lá em companhia de Sebastião Caboto. É impossível saber com certeza até onde a expedição avançou,

mas é provável que tenha ultrapassado o emaranhado de ilhas que constitui o delta através do qual o Paraná desemboca no Prata, chegando até as proximidades da atual cidade de Barradero, cerca de 100 quilômetros o sudeste da atual Rosário, na Argentina.

Foi ali que, antes de iniciar sua viagem de volta, Pero Lopes fincou dois padrões de pedra com os brasões de Portugal, tomando posse da terra em nome de seu rei. Não se tratava apenas de uma manobra para ludibriar as estipulações do Tratado de Tordesilhas. Os lusos achavam que as nascentes do rio Paraná – principal formador do Prata – pudessem estar (como de fato estavam) dentro de sua zona de demarcação.

Mesmo a favor da corrente, a jornada de retorno foi atribulada: as cheias de verão tinham deixado o rio caudaloso e com muitos redemoinhos. Ainda assim, quando já estava próximo do local onde deveria se reencontrar com Martim Afonso, Pero Lopes pôde desfrutar de um momento de muita satisfação.

Foi no dia 23 de dezembro, quando, ao escalar o atual cerro de Montevideu, ele deparou com uma vista extraordinária: “Vimos campos a estender d’olhos”, anotou em seu diário, “tão chãos [planos] como a palma; e muitos rios; e ao longo deles, muito arvoredo. Não se pode descrever a formosura dessa terra: os veados e gazelas são tantos, e as emas, e outras alimarias, tamanhas, como potros novos e do parecer deles, que é o campo todo coberto desta caça – que nunca vi em Portugal tantas ovelhas, nem cabras, como há nesta terra veados.”

O fascínio da região não contagiou apenas o ríspido capitão. Em seu depoimento, Pero Lopes assegura que trazia consigo “alemães e italianos, e homens que foram à Índia e franceses”, e que todos ficaram “tão espantados com a formosura da terra, tão pasmados, que não nos lembrávamos de retornar”.

Mas a noite seguinte – véspera do Natal de 1531 – reservava péssima

surpresa para os viajantes: o bergantim no qual viajavam chocou-se contra rochedos tão pontiagudos que os lusos os batizaram de “Pedras de Afiar”. O relato de Pero Lopes é dramático: “A uma hora da noite, me deu uma trovoadas que vinha por cima da terra com tanto vento quanto eu nunca tinha visto, que não havia homem que falasse, nem que pudesse abrir a boca. Em um momento nos lançou sobre a ilha das Pedras de Afiar; e logo se foi o bergantim ao fundo entre duas pedras. Saímos todos em riba das pedras, tão agudas que os pés eram todos cheios de cutiladas. Ajuntamos em uma pedra, porque o vento saltou ao mar; e crescia muita água, que cobria quase toda a ilha, com exceção de um penedo no qual nos ajuntamos, confessando-nos uns aos outros, por nos parecer que era este o derradeiro trabalho. Assim passamos toda a noite, em que todos se encomendaram a Deus. Era tamanho o frio que os mais dos homens estavam todos intangidos e meio-mortos”.²⁵

Depois de resgatarem o barco com muita dificuldade, *Pero Lopes e seus homens* chegaram à margem esquerda do Prata. Lá, tiveram que arrancar as estacas de madeira que sinalizavam as sepulturas de um cemitério indígena e, enquanto as queimavam para se esquentar sob uma chuva torrencial, comeram apenas ervas cozidas.

Em 25 de dezembro, eles prosseguiram viagem. Com um mês e uma semana de atraso com relação ao prazo combinado, Lopes reencontrou Martim Afonso e o restante da expedição no dia 27 de dezembro, no local preestabelecido: a ilha das Palmas (hoje Gorriti), na foz do estuário, justo em frente a Punta del Este. Então, no dia 1º de janeiro de 1532, após um breve descanso, o grupo partiu de volta para o litoral do Brasil.

Depois de cruzar ao largo de Imbituba, no sul de Santa Catarina, em 4 de janeiro, Martim Afonso enviou um navio em busca do bergantim que se perdera na viagem de ida, perto do porto dos Patos. O restante da frota seguiu adiante e aportou em Cananeia no dia 8. Após duas semanas ancorado ali, para consertar seus navios e deliberar com o Bacharel, Martim Afonso zarpou para o norte. Estava pronto para concretizar aquela que iria se tornar a principal realização de sua expedição.

cosmógrafo Alonso de Santa Cruz – cujo livro *Islario General de las Islas del Mundo* se tornou o principal relato da expedição de Caboto, da qual ele fazia parte – anotara em seu diário: “Dentro do porto de São Vicente, existem duas grandes ilhas [as atuais São Vicente e Santo Amaro, que os nativos chamavam de Ingaguaçu e Guaimbé]. Na mais oriental delas [Santo Amaro] estivemos ancorados mais de um mês. Na mais ocidental, tem os portugueses um povoado chamado São Vicente, com dez ou doze casas, uma delas feita de pedra, coberta de telhas, e com uma torre para defesa contra os índios em tempo de necessidade. Estão providos de coisas da terra, de galinhas e porcos da Espanha e muita abundância de hortaliças (...) Estas ilhas, os portugueses creem ficar no continente que lhes pertence, dentro de sua linha de partilha.”

Os nativos chamavam São Vicente de Tumiaru – ou “lugar dos mantimentos”, em tupi. Era uma referência explícita à grande quantidade de mariscos que eles obtinham ali – e cujas cascas formavam os enormes montículos denominados de sambaquis: um testemunho da fertilidade da baía e de sua milenar ocupação pelos indígenas. No século XVI, porém, não havia nenhuma tribo instalada em Tumiaru: os nativos que habitavam a região tinham se transferido para o topo da serra que se ergue logo atrás do lagamar.

O ENCONTRO COM JOÃO RAMALHO

Os Carijó (Karai-Yô, ou “descendentes dos anciões”, em tupi) ocupavam o litoral brasileiro de Cananeia até a atual lagoa dos Patos, no RS. Foram chamados de “índios Patos” pelos europeus, em função do grande número de aves que mantinham em suas aldeias. Os Carijó – que os jesuítas, mais tarde, iriam definir como “o melhor gentio da costa” – eram cerca de 100 mil indivíduos. Foram as primeiras e principais vítimas do tráfico de escravos organizado pelos colonos de São Vicente. Por volta de meados do século XVIII, o grupo já estava virtualmente extinto, dizimado pelo trabalho forçado nos canaviais da Baixada Santista. Abaixo, imagem dos Carijó feita no século XVI.



O Porto dos Escravos

A presença de europeus era tão antiga em São Vicente que

o cronista espanhol Gonzalo Fernandes de Oviedo (1478-1557) afirmou, em 1535, que alguns deles viviam ali desde 1503: seriam sobreviventes de um naufrágio ocorrido na ilha dos Porcos (hoje ilha Anchieta), que fica em frente a Ubatuba, uns 120 quilômetros ao norte de São Vicente. Depois de alguns meses na ilha dos Porcos, esses homens, de acordo com Oviedo, se transferiram para São Vicente. Ali, fundaram o vilarejo e deram início ao tráfico de escravos nativos em larga escala.

[illegible]

O Primeiro Encontro

*O quadro abaixo, pintado por
Benedito Calixto em 1921,*

eram os líderes de cerca de 25 mil Tupiniquim (Tupiniki, ou “parentes dos tupis”). Eles faziam parte da mesma nação indígena encontrada por Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro três décadas antes. No sul do Brasil, seu território tribal se estendia desde os arredores de Cananeia, no sul, até Bertioga, cerca de 30 quilômetros ao norte, abarcando também – e principalmente – toda a zona de campos no topo da serra.

Tibiriçá, o líder da tribo, vivia na aldeia de Piratininga. Essa aldeia ficava no exato centro urbano da atual cidade de São Paulo: no topo da colina localizada na confluência do córrego Anhangabaú com o riacho Tamanduateí. Caiubi liderava a aldeia de Jerubatuba, 12 quilômetros ao sul de Piratininga, onde hoje fica o bairro paulistano de Santo Amaro. Seis quilômetros a leste de Piratininga ficava Ururaí, a aldeia comandada por Piquerobi e por seu filho Jaguaranho – sobre a qual atualmente se ergue a localidade de São Miguel Paulista.

reproduz o encontro de Martim Afonso com João Ramalho e com os ditos irmãos Tibiriçá, Caiubi e Piquerobi. Piquerobi e seu filho Jaguaranho estão em primeiro plano, afastados do encontro, que se dá ao fundo. Ambos jamais se aliaram aos portugueses. Tanto é que, 30 anos mais tarde, lideraram violento ataque aos colonos escravagistas de São Paulo de Piratininga. Esse assalto se deu em 9 de julho de 1562 e quase provocou a destruição da primeira (e, até então, única) vila fundada pelos lusos longe do litoral. Naquela ocasião, São Paulo só pôde ser salva pela intervenção de Tibiriçá, que, já batizado com o nome de Martim Afonso Tibiriçá, lutou com uma espada pintada com as cores de Portugal e matou o irmão Piquerobi e o sobrinho Jaguaranho.



Embora sua estreita ligação com João Ramalho tenha influenciado na aliança que Tibiriçá decidiu estabelecer com os recém-chegados, não há dúvidas de que ele resolveu firmar o acordo tendo em vista as vantagens estratégicas que ele lhe proporcionaria sobre seus inimigos tradicionais: os Carijó, ao sul, e os Tamoio e Tupinambá, ao norte.

Mas o tiro do Tibiriçá saiu pela culatra: aquilo que, de início, “parecia uma aliança inofensiva e até salutar logo mostrou-se muito nocivo para os índios”, escreveu, em 1994, o historiador John Manuel Monteiro. “As mudanças nos padrões de guerra e as graves crises de autoridade, pontuadas pelos surtos de contágio, conspiraram para debilitar, desorganizar e, finalmente, destruir os Tupiniquim.”²⁶



Porém, na verdade, mais do que com Tibiriçá e Caiubi, foi com João Ramalho e Antônio Rodrigues que Martim Afonso tratou de se aliar assim que desembarcou no porto dos

Três Destinos

Cauibi, Piquerobi e Tibiriçá (acima), os três líderes Tupiniquim, viveram destinos bem diferentes. Tibiriçá se

Escravos. O comandante supôs, com razão, que a ligação entre portugueses e nativos poderia ser intermediada com mais sucesso e eficiência por aqueles dois enigmáticos homens brancos.

Não se sabe com certeza quem era João Ramalho nem como ele fora parar em São Paulo. Possivelmente era um degredado que havia sido “lançado” em São Vicente por volta de 1508. O que se pode afirmar com certeza é que raros portugueses se adaptaram tão bem ao estilo de vida indígena quanto Ramalho. Depoimentos de vários de seus contemporâneos afirmam que ele havia literalmente se “barbarizado”.

João Ramalho de fato tinha “muitas mulheres e ele e seus filhos andam com as irmãs [de suas esposas] e têm filhos delas. Vão à guerra com os índios e suas festas são de índios, e assim vivem, andando nus como os mesmos índios”, conforme escreveu, em agosto de 1553, o jesuíta Manoel da Nóbrega, para quem a mera presença daquele homem no Brasil era “uma *petra scandali* para os portugueses”.

Líder de um vasto exército particular, destemido e desafiador, *João Ramalho* seria, por vários anos, o verdadeiro senhor da região de São Vicente e Piratininga. Não apenas Martim Afonso como também seus sucessores não tomavam uma só decisão relativa àquele território sem antes consultá-lo. Nem mesmo os muitos conflitos que o patriarca dos mamelucos teria com os jesuítas – por causa de sua escandalosa poligamia e em função do lucrativo

manteve a vida toda fiel aos lusos, lutou por eles e foi batizado pelos jesuítas em 1554. Caiubi, batizado com o nome de João (homenagem a D. João III), se tornou um pacifista, substituindo o arco e a flecha por uma cruz e um cajado, com os quais andava “pregando pelo sertão”. Tibiriçá perdeu sua última batalha no dia de Natal de 1562, mas não morreu vitimado por flechas, e sim por uma das várias epidemias que grassavam nos aldeamentos fundados pelos jesuítas. Caiubi morreu um ano antes, provavelmente pelo mesmo motivo. Segundo o padre José de Anchieta, tinha “mais de 100 anos de idade”. Piquerobi e Jaguaranho foram mortos por Tibiriçá num combate travado em Piratininga.

O Pai dos Mamelucos

Além do depoimento do padre Nóbrega, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, também escreveria ao rei D. João referindo-se a João Ramalho. “Ele tem tantos filhos, netos e bisnetos que não ousa dizer a Vossa Alteza”, informou Tomé de Sousa. “É homem de mais de 70 anos, mas caminha nove

tráfico de escravos que ele dirigia – seriam capazes de arrefecer seu poder.

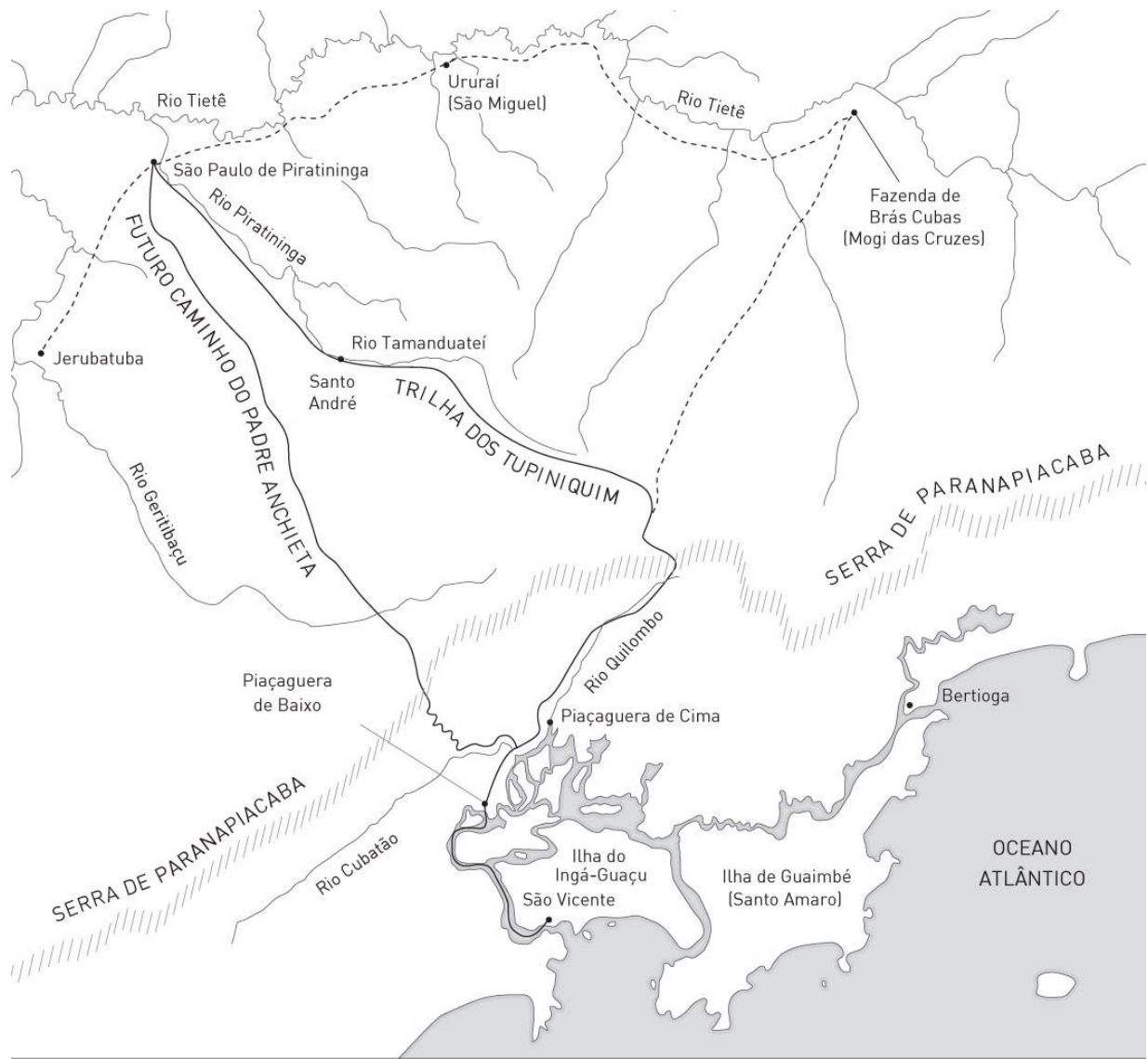
Pouco se sabe sobre Antônio Rodrigues, que provavelmente também estava no Brasil pelo menos desde 1508, possível vítima de um naufrágio. Como Ramalho, ele adotara os costumes indígenas, tinha muitos filhos e “genros” e participava das festas e guerras dos nativos. Sua principal esposa – filha de Piquerobi e irmã de Jaguaranho – foi batizada pelos jesuítas em 1554 com o nome de Antônio.

Embora Rodrigues mantivesse um entreposto para venda de escravos no lugar conhecido como porto das Naus, poucos quilômetros a nordeste de São Vicente, tanto ele quanto João Ramalho não viviam ali, mas no topo da grande serra que se ergue logo atrás do lagamar: João Ramalho morava nas proximidades de Piratininga (hoje São Paulo); Rodrigues, na aldeia de Ururaí.

Como viviam no Brasil havia mais de 20 anos, João Ramalho e Antônio Rodrigues certamente conheciam as inúmeras trilhas indígenas que partiam de São Vicente e de Cananeia. Não deviam desconhecer também a lenda do Rei Branco e da serra da Prata. Disposto a conquistar aquela região, Martim Afonso deve ter inquirido os dois homens sobre o assunto.

léguas [cerca de 50 quilômetros] antes de jantar e não tem um só fio branco na cabeça nem no rosto.”

Ao cruzar por Piratininga em 1553 – vindo do Paraguai para o Brasil pela via do Peabiru –, o mercenário alemão Ulrich Schmidel afirmou que Ramalho era “capaz de arregimentar cinco mil índios em um só dia, enquanto o rei de Portugal só ajuntaria dois mil”. João Ramalho morreu em 1580, com quase 100 anos.



NO TOPO DA SERRA

Deve ter sido por isso que, poucos dias após o desembarque em São Vicente, Martim Afonso, Pero Lopes e alguns de seus homens foram conduzidos serra acima por Ramalho, Rodrigues e seus índios, em uma jornada árdua. Primeiro, a bordo de um bergantim e de vários batéis (escaleres), o grupo partiu de Tumiaru, ingressando no vasto lagamar de águas salobras que os nativos chamavam de Morpion. Então, singrando por um emaranhado de rios e mangues, os expedicionários aportaram no ancoradouro de Piaçaguera de Baixo. De lá, por terra, marcharam pela área

alagadiça hoje ocupada pela cidade de Cubatão, chegando a Piaçaguera de Cima, na raiz da serra de Paranapiacaba (“Lugar de onde se vê o mar”, em tupi).

Então deram início à subida da serra, pelo caminho mais tarde conhecido como Trilha dos Tupiniquim – que segue o percurso da atual estrada de ferro Santos-Jundiaí, ao longo do vale do rio Quilombo. Após um dia de marcha, chegaram às nascentes do Tamanduateí. Sempre guiados por Ramalho e por seus batedores indígenas, acompanharam o curso do rio, enveredando para sudoeste.

No dia seguinte, atingiram a zona de campos onde a barreira verdejante da Mata Atlântica se abre em vastas planícies recobertas de gramíneas e chegaram à colina no topo da qual se erguia Piratininga, a aldeia de Tibiriçá. Ao pé daquele morro, o encontro do Tamanduateí com o córrego do Anhangabaú tornava o local quase inexpugnável. Engrossado pelas águas do Anhangabaú (“rio do Demônio”), o Tamanduateí (“rio dos Tamanduás”) cruzava pelo sopé de Piratininga (“Aldeia do Peixe Seco”) e seguia cinco quilômetros até desaguar no rio Tietê.

Dali, a comunicação por terra com o Paraguai (e, mais adiante, com o Peru) não apenas era possível como relativamente fácil: eram apenas dois meses de marcha pelos campos do planalto. Que os nativos sabiam disso é algo evidente pelo simples fato de o próprio Tibiriçá (ou algum outro chefe nativo) ter dado a Martim Afonso, um ano antes, no Rio, “novas que no rio de Paraguai havia muito ouro e prata”. Além disso, se João Ramalho vivia na região há 20 anos e caminhava cerca de 50 quilômetros por dia (como afirmou o governador Tomé de Sousa), também não devia desconhecer a existência da vasta trilha do Peabiru, que passava muito próximo de Piratininga.

AS PRIMEIRAS VILAS DO BRASIL

Assim sendo, ao descer a serra de volta para São Vicente, Martim Afonso já estava determinado não só a fundar uma vila à beira-mar como a

estabelecer também um posto avançado no topo do planalto – e justamente em Piratininga, na aldeia de seu aliado Tibiriçá, quase às margens do Tietê. A partir dali, ele pretendia atingir o território do Rei Branco.

Se o comandante ainda tivesse alguma dúvida, ela acabou na manhã do dia 5 de fevereiro, quando aportou em Tumiaru a caravela que, um mês antes, ele próprio havia enviado em busca do bergantim que perdera de vista nas proximidades do porto dos Patos, em Santa Catarina. A bordo desse navio não vinham apenas os tripulantes do bergantim extraviado: estavam também “quinze castelhanos, que no dito porto havia muitos tempos que estavam perdidos. E estes homens deram novas ao capitão de muito ouro e prata que dentro do sertão havia; e traziam mostras do que diziam”.²⁷

A maioria dos quinze castelhanos mencionados pelo diário de Pero Lopes deviam ser desertores da expedição de D. Rodrigo de Acuña, embora alguns talvez fossem remanescentes do naufrágio de Juan Díaz de Solís e, portanto, velhos companheiros de Henrique Montes e do finado pioneiro Aleixo Garcia. As peças de ouro e prata que eles mostraram a Martim Afonso eram mais uma prova irrefutável da existência do Rei Branco e da serra da Prata: outro indício palpável daquelas riquezas.

E então, como numa sequência lógica, o diário de Pero Lopes acrescenta no parágrafo seguinte: “A todos nos pareceu tão bem esta terra que o capitão-irmão determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas. E fez uma vila na ilha de São Vicente e outra nove léguas dentro pelo sertão, a bordo de um rio que se chama Piratininga [como os nativos também se referiam ao Tamanduateí], e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa obra de justiça de que a gente toda tomou muita consolação com ver povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação das artes e ser cada um senhor de si e suplantar as injúrias particulares e terem todos os outros bens de vida segura e conversável.”

Era a primeira tentativa de implantar a lei e a ordem lusitanas no território até então entregue em mãos de náufragos e degredados. De fato, Martim Afonso não estabeleceu apenas a Câmara dos Vereadores, uma igreja, um pelourinho e uma cadeia: iniciou também a distribuição de amplas semarias, tanto no litoral como no sertão. Essas vastas extensões de terra – de dimensões similares ao atual perímetro urbano de São Paulo – eram delimitadas por morros e rios que os nativos haviam batizado com nomes incompreensíveis para os brancos, embora repletos de significado para eles próprios.

As cerimônias de doação foram feitas com toda a formalidade, na presença de um escrivão, um tabelião e duas ou três testemunhas. Uma vez lavrados, os documentos ficaram repletos de topônimos indígenas.

Apesar de, naquele instante, estarem sendo destituídos de largas porções de seu primitivo território tribal – num processo de posse individual da terra de todo inconcebível para eles –, os Tupiniquim obtiveram pelo menos uma vantagem estratégica: por sugestão deles, Martim Afonso mandou erguer uma fortaleza na barra de Bertioga (corruptela de “Biriqui-oca”, ou “Recanto dos macacos”), localizada uns 30 quilômetros a nordeste de São Vicente. Exatamente ali os domínios dos Tupiniquim se confrontavam com o território dos *Tamoio*, seus inimigos tradicionais, aliados dos franceses.

Numa demonstração evidente de que não pretendia agradar apenas aos nativos, mas obter também o apoio de náufragos e degredados – inserindo-os naquele novo contexto histórico –, Martim Afonso incluiu João Ramalho, Antônio



Os Tamoio

Os Tamoio (Ta'Mõi, ou “avós”, em tupi) provavelmente eram o grupo Tupi que há mais tempo estava instalado no litoral do Brasil. Os Tamoio eram cerca de 70 mil. Seu território tribal se estendia da baía de Guanabara à ilha Grande (SP). Eram fiéis aliados dos franceses – e, portanto,

Rodrigues e até mesmo o Bacharel de Cananeia na lista dos “homens de bem” beneficiados com a doação das sesmarias. Os três primeiros moradores da região tornaram-se, assim, proprietários de “fazendas” com escrituras registradas em cartório. As terras nas quais, durante anos, eles tinham vivido como índios passaram a lhes pertencer legalmente. Henrique Montes também recebeu uma sesmaria, estabelecendo-se na ilha Pequena (hoje Barnabé), dentro do lagamar de São Vicente.

*inimigos dos portugueses.
Seus principais líderes foram
os temíveis Cunhambebe e
Aimberê.*

São Vicente e Piratininga não foram apenas as primeiras vilas fundadas pelos portugueses no Brasil: foram também os dois primeiros estabelecimentos construídos pelos europeus na América ao sul do Equador. Sua *localização* era estrategicamente perfeita: São Vicente, facilmente guarneceável, era um excelente porto marítimo-fluvial que permitia rápido acesso ao interior do continente. Piratininga, protegida pela barreira da serra do Mar, ficava na “borda do campo” e nas proximidades do Tietê, um dos principais formadores da bacia do Prata.

Além de serem “a porta de entrada para o sertão”, as vilas ficavam na demarcação de Portugal, quase no limite com a zona que pertencia a Castela, e nas cercanias de rios que eram afluentes do Paraná, um dos formadores do Prata. Ao fundá-las, Martim Afonso estava lançando a base a partir da qual os portugueses poderiam tentar a conquista da Costa do ouro e da prata. Mas quis o destino que, por motivos

As Cidades-Base

*A maior prova do quão
estratégicas eram as
localizações de São Vicente e
Piratininga seria dada cerca
de 30 anos mais tarde,
quando, após o trágico
desmantelamento das vilas
originais, os portugueses
voltaram a fundar ambas as
cidades quase que exatamente
sobre seus escombros – e,
portanto, nos mesmos locais
escolhidos por Martim Afonso
no verão de 1532.
Não foi por acaso que São
Vicente se tornou o primeiro
estabelecimento fixo dos
portugueses no Brasil, e nem é
uma casualidade o fato de São
Paulo ter se tornado o local a
partir do qual os bandeirantes
deram início à expansão
territorial que os levaria a
romper a barreira de
Tordesilhas e a incorporar
vastas porções de terra que,
por direito, pertenciam a
Castela.*

alheios à vontade ou às decisões de Martim Afonso, tudo saísse errado: Piratininga e São Vicente estavam fadadas a curta e atribulada existência – pelo menos após aquela primeira fundação.

PERO LOPES PARTE PARA PORTUGAL

Os problemas se iniciaram a partir do dia 22 de maio de 1532, quando – após quatro meses ajudando Martim Afonso a se estabelecer em São Vicente e fundar Piratininga –, Pero Lopes foi autorizado pelo irmão a iniciar viagem de volta para Portugal. Dois foram os motivos que levaram o comandante a tomar essa decisão: primeiro, os pilotos haviam concluído que, após um ano e meio de viagem, os navios estavam desgastados demais para continuar expostos às inclemências da natureza tropical. “Se estiverem mais dois meses dentro do porto, não poderão ir a Portugal”, anotou Pero Lopes.

Além disso, Martim Afonso estava preocupado com o fato de os marinheiros permanecerem tanto tempo no Brasil – “recebendo soldo e rancho” – sem “prestar serviços ao rei”. De acordo com uma antiga tradição, a “gente do mar” trabalhava apenas nos navios, não sendo obrigada a realizar nenhuma tarefa em terra. Assim sendo, com um galeão, uma nau e 56 homens a bordo, Pero Lopes partiu de São Vicente, deixando a outra nau e um bergantim para Martim Afonso.

No dia 24 de maio, a pequena frota de Pero Lopes chegou ao Rio de Janeiro e, a 2 de julho, depois de se abastecer com víveres suficientes para três meses de viagem no entreposto fundado ali no ano anterior, a expedição seguiu para o norte. Vinte e cinco dias mais tarde, os navios ancoravam na baía de Todos os Santos. Lá, três marinheiros desertaram. Durante oito dias, Pero Lopes tentou recapturá-los, mas os Tupinambá os acolheram e ocultaram. Alguns historiadores acreditam que o principal estímulo para a deserção desses marujos foi a atração que as “belas mulheres alvas, tão bonitas quanto as da rua Nova de Lisboa” despertou

neles.

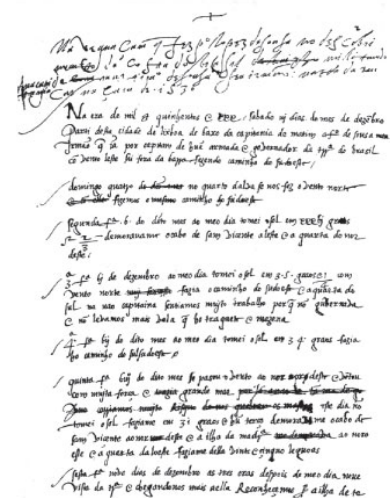
Em 30 de julho de 1532, com três tripulantes a menos, a frota partiu da Bahia. Então, no dia 4 de agosto, Pero Lopes encerrou abruptamente as anotações que, há um ano e meio, vinha fazendo metodicamente em seu *diário* (que, ainda hoje, continua sendo a principal e quase única fonte para o estudo da expedição). Somente em 4 de novembro o irmão de Martim Afonso iria reiniciar seu relato.

Outras fontes e outros manuscritos auxiliaram os historiadores a reconstituir os acontecimentos que se desenrolaram ao longo desses três meses de intrigante silêncio. Tais investigações acabariam revelando um episódio definitivo para os rumos futuros da história do Brasil.

OS INCIDENTES COM A NAU A PEREGRINA

No dia em que suspendeu a redação do diário, Pero Lopes havia chegado à ilha de Santo Aleixo, no litoral de Pernambuco, uns 70 quilômetros ao sul de Recife, em frente à foz do rio Sirinhaém. Ao subir na gávea (o posto de observação localizado no topo do mastro principal), ele avistou uma grande embarcação fundeada entre aquela ilha e o continente.

Ao perceber que se tratava de um navio francês, Lopes tratou de combatê-lo imediatamente, embora estivesse com a tripulação reduzida e mal armada. Após cinco horas de intensos combates, ele venceu o inimigo. Mas o mais grave estava por vir: ao serem capturados, aqueles traficantes de pau-brasil acabaram revelando que um outro grupo de franceses havia tomado e se instalara na



O Diário de Bordo

Ao longo de quase toda a expedição de Martim Afonso de Sousa, seu irmão, Pero Lopes, manteve um diário minucioso sobre os episódios que marcaram a missão. Com o título de Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, o documento foi entregue ao rei D. João III. O

feitoria de Igaraçu, mais ao norte, também no litoral de Pernambuco. Pero Lopes tremeu: Igaraçu era o local onde ele havia deixado seus feridos um ano e meio antes, em fevereiro de 1531.

Com efeito, a feitoria caíra nas mãos dos franceses em março de 1532, cinco meses antes da chegada de Pero Lopes à ilha de Santo Aleixo. A ação fora chefiada pelo comandante Jean Duperet, comerciante de Lyon e capitão da nau *A Peregrina*. *A Peregrina* (como já foi dito na Introdução), pertencia ao nobre francês Bertrand d'Ornesan, barão de Saint Blanchard, almirante que chefiava a esquadra francesa do Mediterrâneo.

Convém recordar que, em julho de 1531, D. Antônio de Ataíde havia subornado o almirante Phillipe Chabot – comandante da esquadra francesa do Atlântico. Indignado por ter sido deixado de fora das propinas, o barão de Saint Blanchard obtivera do rei Francisco I a permissão para armar e enviar uma nau ao Brasil. Embora batizada de *A Peregrina*, essa nau na verdade chamava-se *São Tomé* e tinha sido roubada pelos franceses de um armador português, André Afonso, natural da cidade do Porto. O roubo se dera em fins de 1530, na costa da Guiné.

Então, por volta de 11 de agosto – uma semana após vencer e destruir o navio que avistara na ilha de Santo Aleixo – Pero Lopes chegou à feitoria ocupada pelos franceses, que ficava uns 50 quilômetros ao norte de Santo Aleixo. Por três semanas, Lopes combateu fragorosamente o inimigo. Só após ficarem sem munição foi que os franceses se renderam e Lopes pode tomar o forte que eles haviam construído. Então mandou enforcar o capitão francês, o senhor de la Mottte, e 20 de seus homens – embora, de acordo com o depoimento dos sobreviventes, tivesse prometido poupar-lhes a vida em troca da rendição “jurando solenemente sobre a hóstia consagrada”.²⁸

Através do processo que o barão de Saint Blanchard moveu, anos mais tarde, contra Pero Lopes e o rei de Portugal, muitos detalhes do episódio

original se perdeu, mas uma cópia foi encontrada em 1839 pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen no Palácio Real da Ajuda, em Lisboa. Varnhagen publicou o diário de Pero Lopes em 1841. Acima, fac-simile da página de rosto.

ficaram conhecidos – embora as versões de acusados e acusadores sejam virtualmente opostas.

Segundo o depoimento juramentado de Pero Lopes, ele tratou bem os franceses depois que esses depuseram as armas. Certa noite, porém, quando se encontrava dentro da feitoria redigindo um relatório para o rei, “à luz de candeia e com a janela aberta, lhe atiraram de fora com duas flechas, uma das quais lhe foi roçando com as penas pelo roupão, e ambas se foram pregar na parede ao lado”.²⁹

Com a certeza de que o atentado fora obra dos franceses, Pero Lopes determinou, na manhã seguinte, que todos fossem enforcados. Quando o capitão de la Motte e 20 outros homens já tinham sido executados, dois bombardeiros franceses assumiram a culpa pelo atentado. Após o enforcamento desses dois homens, Pero Lopes mandou suspender as execuções.

Mas, conforme o protesto judicial de Saint Blanchard, Lopes simplesmente rompeu seu “juramento solene, de acordo com o qual prometera preservar a vida e os bens dos franceses capturados”, decidindo enforcar 21 homens, além de “entregar dois deles vivos para que os índios os comessem”. Ainda de acordo com o barão, os 47 sobreviventes foram levados a ferros para Portugal e jogados na cadeia do Limoeiro, “onde passaram 24 meses, sendo afinal soltos os que restavam, exceto onze que foram enforcados e quatro que morreram de maus tratos”.³⁰

O barão de Saint Blanchard exigia uma indenização de 62.300 cruzados pela carga apreendida nos porões de *A Peregrina*, em Málaga: 15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 tonelada de algodão, além de óleos medicinais, pimenta e amostras minerais. Segundo os argumentos do almirante, aqueles produtos haviam sido adquiridos em trocas “justas” com os nativos e, por isso, não poderiam ser confiscados pelos

O Tribunal de Baiona

Foi graças ao processo judicial que o barão de Saint Blanchard moveu contra Pero Lopes, o bispo D. Martinho, o capitão Antônio Correia e o rei D. João III que os episódios relativos à captura da nau A Peregrina e à retomada da feitoria de Igaraçu puderam ficar conhecidos. Em sua petição, o

lusos. Em fins de 1537, uma *corte binacional* reunida em Baiona, na Espanha, para julgar o caso deu ganho de causa aos portugueses.

A DECISÃO DE COLONIZAR O BRASIL

Enquanto Pero Lopes e os franceses combatiam ferozmente em Pernambuco, *A Peregrina* era capturada no Mediterrâneo pela frota do capitão Antônio Correia (episódio narrado com detalhes na Introdução). A apreensão de *A Peregrina* levou Portugal a suspender as negociações diplomáticas que mantinha com a França referentes ao Brasil.

No dia 19 de agosto de 1532, já a bordo do navio tomado ao inimigo, o bispo D. Martinho – que era o principal passageiro da frota que capturara *A Peregrina* – escreveu para D. Antônio de Ataíde relatando-lhe todo o caso. Não esqueceu de reservar para si um papel-chave na trama, “pois”, disse ele, “sabe Deus os modos com que os dissimulei [aos franceses] e o quanto se fiaram em meu rosto”.³¹

Uma semana mais tarde, o bispo redigiu também uma carta para o rei D. João III repetindo o que contara a Ataíde. O fato de ele ter escrito primeiro para o conde e só depois para o monarca é um indício do poder de que desfrutava Ataíde. Enviadas por terra, desde Málaga, as notícias dadas pelo bispo e por outros oficiais da armada chegaram à corte nos primeiros dias de setembro. Elas deixaram os dois principais mandatários de Portugal indignados.

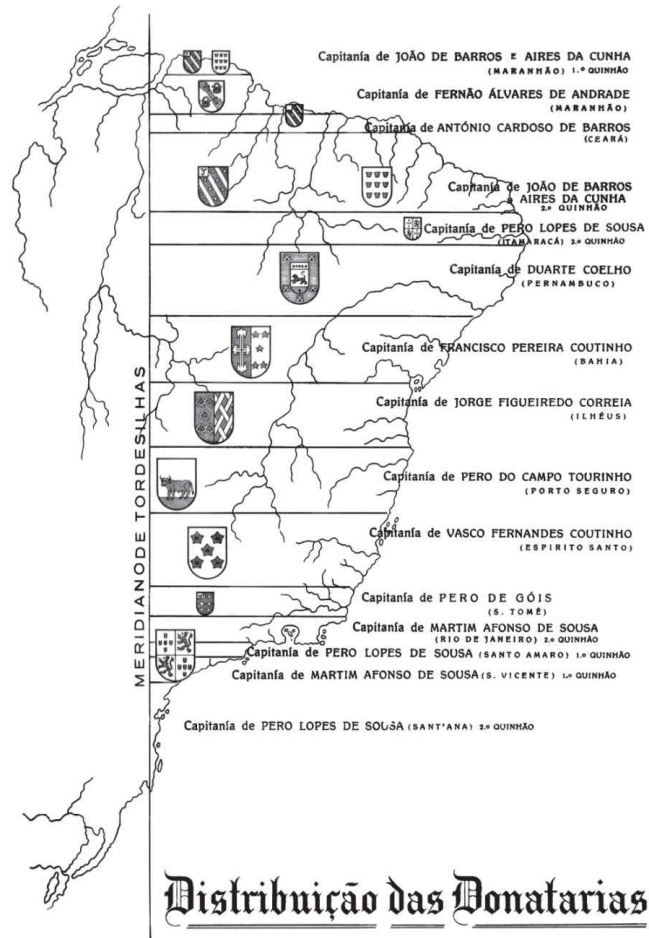
Naquele instante, D. João e D. Ataíde concluíram que nem subornos e ameaças, nem a compra das cartas de corso eram artifícios fortes o

barão apresentou, com riqueza de detalhes, sua versão de ambos os fatos. Pero Lopes não compareceu à corte, mas enviou um depoimento juramentado e fez a defesa intransigente de suas ações.

Em 10 de outubro de 1537, uma corte bilateral reuniu-se em Baiona, na Espanha, para decidir a questão. Dela tomaram parte dois juízes franceses e dois portugueses. Em caso de empate, um quinto juiz – espanhol – seria convocado. Um dos juízes enviados pelo rei D. João III foi o desembargador Mem de Sá, futuro governador-geral do Brasil e o terceiro a ocupar esse cargo.

A pendenga judicial se arrastou por quase um ano. No dia 16 de junho de 1538, os portugueses foram absolvidos das penas e do pagamento das multas exigidas pelo proprietário de A Peregrina.

bastante para impedir o assédio dos franceses ao litoral brasileiro. Como todas aquelas iniciativas tinham redundado em fracasso, parecia restar uma única solução: colonizar o Brasil.



II

A PARTILHA DO BRASIL

São Vicente e as Capitanias de Baixo

Informados da captura de *A Peregrina*, o rei D. João e seu principal conselheiro, D. Ataíde, reuniram-se em Évora, convocando também o tesoureiro-mor Fernão d'Álvares de Andrade; o feitor da Casa da Índia, João de Barros; e até o secretário-geral do reino, D. Antônio Carneiro, desafeto de Ataíde. Antes de tomarem uma decisão formal, porém, os principais membros do Conselho Real decidiram consultar D. Diogo de Gouveia, que vivia há 20 anos em Paris e estava bem inteirado dos planos da França com relação ao Brasil.

Diplomata e doutor em Teologia formado pela Sorbonne, Diogo de Gouveia era proprietário do Colégio de Santa Bárbara de Paris, no qual, sob sua orientação, estudaram Inácio de Loyola (que sairia dali para fundar a Companhia de Jesus), o filósofo Miguel de Montaigne, o escritor Rabelais e o futuro bispo do Brasil Pero Fernandes Sardinha. Gouveia fora também, por sete anos, reitor da Universidade de Paris. Já tendo servido aos reis D. João II e D. Manoel, suas opiniões eram muito respeitadas em Portugal.

Não se conhece a resposta dada por Diogo Gouveia naquela ocasião, mas não é difícil supor qual tenha sido. Afinal, seis meses antes, em fevereiro de 1532, o rígido Gouveia (“o professor mostarda”) havia escrito para o rei e – ao lamentar o fato de D. João III ter recusado duas ofertas particulares para colonizar o Brasil, feitas em 1529 – chegara mesmo a criticá-lo veladamente.

De fato, em fins de 1529 o então guarda-costas e “capitão do mar” Cristóvão Jaques se oferecera para enviar, às próprias custas, mil colonos para o Brasil. Rival de Jaques, o fidalgo João de Melo da Câmara fizera, logo a seguir, uma proposta ainda mais tentadora.

Irmão do donatário da ilha de São Miguel (nos Açores), João de Melo prontificara-se a recrutar, também por conta própria, “dois mil homens de muita sustância que podem levar consigo cavalos e gados e todas as coisas necessárias para o frutificação da terra”.¹ Mas, como pouco depois daquelas ofertas, tinham chegado a Portugal as notícias relativas ao Rei Branco e à serra da Prata, o rei decidira investir o próprio dinheiro na conquista do Brasil, reservando a exploração da colônia exclusivamente para a Coroa. Ao enviar a expedição de Martim Afonso. D. João definitivamente abriu mão dos projetos de colonização feitos pela iniciativa privada.

Para D. Diogo de Gouveia, fora uma decisão equivocada: “A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos, que se há três anos Vossa Alteza dera aos dois que lhe falei [Jaques e Melo], já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo que após esses, haveriam de ir outros”, argumentou ele para o rei. “E se a vós, Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueceriam muito, ousou dizer que quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso, mas se ganham (...) porque quando lá houver sete ou oito povoações, esses serão bastantes para impedirem os da terra de venderem o [pau] brasil a ninguém e não o vendendo, as naus [dos franceses] não hão de querer lá ir para virem vazias”.²

O plano era bastante razoável. Tanto é que acabou sendo posto em prática – embora com quatro anos de atraso.

A SOLUÇÃO TRADICIONAL

Foi no final do verão de 1532 que o Conselho Real, ainda reunido no

Paço de Évora, decidiu aplicar no Brasil o método que alguns historiadores chamam de “a solução tradicional”: numa repetição do que já havia sido feito nas ilhas do Atlântico e na costa da África, a colônia sul-americana seria repartida em capitanias hereditárias. Embora a opinião de Diogo de Gouveia tenha pesado na decisão do rei, há sinais claros de que o articulador do projeto tenha sido D. Antônio de Ataíde.

De fato, como os futuros donatários eram, todos eles, amigos ou subalternos de Ataíde, praticamente não restam dúvidas de que foi o conde quem *dirigiu o processo* de partilha do Brasil. Além disso, o fato de ele ser o vedor da Fazenda (ou ministro das Finanças) – cargo que o tornava o principal responsável pela gestão do Tesouro Régio – é um indicativo de que, naquele momento, ninguém estava mais interessado do que ele em economizar o dinheiro do rei. Dinheiro, aliás, que andava cada vez mais escasso.

CRISE FINANCEIRA EM PORTUGAL

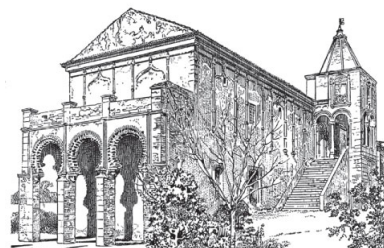
Com efeito, naquele final do verão de 1532 Portugal passava por uma grave crise econômica. Na verdade, ao assumir o trono – onze anos antes, no Natal de 1521 – D. João III herdara do pai, o rei D. Manoel, “um erário vazio e a fazenda real bastante arruinada, o que o levaria a viver sempre em aflições de dinheiro”,³ conforme o historiador Alexandre Herculano. Para piorar a situação, quando D. João foi coroado “a terra portuguesa estava esturricada por uma tremenda seca, que fizera

As Desculpas do Conde

Em 1840, o historiador Francisco de Varnhagen encontrou um relatório, assinado por D. Ataíde, no qual o conde se desculpa com o rei pelo fato de o projeto da partilha do Brasil “não ter dado tantos resultados como se esperava” por serem “poucos os que sobre isso [o recebimento das capitanias] competiam”. A desculpa em tom pessoal é indício claro de que a ideia de dividir o Brasil em capitanias fora de Ataíde. Embora tenha feito a promessa de “dar à luz oportunamente o relatório”, Varnhagen jamais publicou o documento – que não foi encontrado por outros historiadores. Mas a existência da carta (da qual Varnhagen citou outros trechos) nunca foi contestada. Ao comentá-la, o próprio Varnhagen afirma que, a partir dela, fica implícito que “alguns dos agraciados sequer sabiam que coisa eram as tais capitanias”. Abaixo, o Paço de Évora, onde foi tomada a decisão de se

mirrar as colheitas e trouxera a miséria e a peste”.⁴ *colonizar o Brasil.*

Uma das primeiras decisões de D. João foi um pedido de empréstimo, feito aos banqueiros de Flandres, nos Países Baixos. Como os juros do empréstimo chegavam a 15% ao ano (e subiriam para 25% em 1537), o serviço da dívida atingia 120 mil cruzados por ano. Ainda conforme Herculano, em 1532 a dívida pública do reino era de dois milhões de cruzados, “soma avultadíssima numa época em que o orçamento ordinário da receita e despesa não chegava anualmente a um milhão”.



Além disso, em fins de 1531 um terremoto atingira Lisboa. Não havia, portanto, recursos disponíveis para colonizar o Brasil às custas do Tesouro Régio. E ninguém sabia disso melhor do que D. Antônio de Ataíde. Partiria dele, portanto, a decisão de entregar à iniciativa privada a obrigação de ocupar a colônia – sob pena de perdê-la para os franceses.

O teor das resoluções tomadas em Évora pelo rei e pelo conde pode ser conhecido através da carta que D. João III escreveu para Martim Afonso de Sousa, disposto a informá-lo o mais rapidamente possível sobre o novo destino reservado ao Brasil. Eis os principais trechos do comunicado, redigido em Évora a 28 de setembro de 1532: “Martim Afonso, amigo: Eu El-Rei vos envio muito a saudar. Vi as cartas que me escrevestes por João de Sousa; e por ele soube da vossa chegada a essa terra do Brasil, e como ieis correndo a costa, caminho do rio da Prata; e assim do que passastes com as naus francesas, dos corsários que tomastes, e tudo o que nisso fizestes vos agradeço muito; e foi tão bem feito como se de vós esperava; e sou certo qual a vontade que tendes para me servir. (...)”

“Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitânias em

Um Rei Pobre

D. João III viveu atormentado pela dívida pública e pela dívida externa contraídas

terra dela. Eu quisera, antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhais a melhor parte. E porém porque depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil (como já em Pernambuco começava a se fazer, segundo o conde da Castanheira vos escreverá), determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós 100 léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, 50, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de quem o Conde se informou por meu mandado; e depois de escolhidas estas 150 léguas de costa para vós e vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeriam capitanias de 50 léguas cada um; e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigações de levarem gente e navios à sua custa, em tempo certo, como vos o conde mais largamente escreverá; porque ele tem cuidado de me requerer vossas cousas, e eu lhe mandei que vos escrevesse (...).”⁵

antes e durante seu reinado. A dívida externa se manteve em torno de 1 milhão de cruzados, dos quais Portugal pagava só os juros (que, a partir da crise europeia de 1537, chegaram a 250 mil cruzados anuais). A dívida pública flutuante era de 2 milhões. Mas, entre 1528 e 1542, D. João emitiu os chamados “padrões de juro”, que eram títulos do Tesouro. Surgiu assim a dívida pública consolidada, que, em 1538, já era superior a 2 milhões, sendo a arrecadação da Coroa inferior a 1 milhão de cruzados. D. João recorreu então a empréstimos compulsórios, dos quais os fidalgos foram dispensados. Em carta ao papa, o bispo de Bérgamo definiu D. João como “um rei muito pobre, com grandes dívidas e morosíssimo em suas decisões”. O humanista Cleonardo disse, em 1535, que “não há terra onde as coisas sejam tão caras”.

Na primeira quinzena de outubro de 1532, o capitão João de Sousa (que o próprio Martim Afonso tinha enviado de volta a Portugal em

fevereiro de 1531) zarpava outra vez para o Brasil com a missão de entregar-lhe a carta do rei. Ao contrário do que a missiva real dava a entender, até aquele momento nenhuma capitania fora doada formalmente: apenas haviam sido assinados os chamados “alvarás de lembrança”, listando os candidatos a futuros donatários.



Além de enviar João de Sousa ao Brasil, o rei determinou também que a esquadra guarda-costas – estacionada na Costa da Malagueta, na África – fosse enviada para Pernambuco, sob o comando do fidalgo Duarte Coelho, com a missão de retomar Igaraçu e desalojar os franceses lá instalados.

Tendo partido de Lisboa por volta de 15 de outubro, João de Sousa com certeza cruzou com a frota de Pero Lopes – que, após reconstruir a feitoria de Igaraçu, tinha zarpado do Brasil de volta para o reino em 4 de novembro de 1532.

Pero Lopes chegou ao porto de Faro, no Algarve, na segunda semana de janeiro de 1533. Como D. João ainda se encontrava em Évora, o irmão de Martim Afonso se dirigiu para lá, reunindo-se com o monarca no dia 20 daquele mês. A principal consequência desse encontro foi a suspensão da missão para a qual fora designado Duarte Coelho: como a feitoria de Igaraçu já havia sido reconquistada, não havia sentido em enviar uma nova esquadra com o mesmo objetivo.

Assim sendo, já no dia 21 D. João mandou que o tesoureiro-mor, Fernão d’Álvares, escrevesse para Ataíde, que já se encontrava em Lisboa, ordenando que a esquadra guarda-costas de Coelho se dirigisse para os Açores, onde deveria ficar aguardando a passagem da armada de Antônio de Saldanha, que retornava da Índia com as naus repletas de pimenta e cravo.

Nessa mesma carta, o rei determinava também que “quatro reis da terra do Brasil” – que Pero Lopes trouxera consigo – fossem “bem

agasalhados e vestidos de seda, por ser cousa que tanto compre a meu serviço”.⁶ Não se sabe quem eram esses chefes nativos, nem onde Lopes os recolhera ou o destino que tiveram. Provavelmente eram da nação Tabajara, que ocupava as cercanias da ilha de Itamaracá, localizada quase em frente à feitoria de Igarauçu, e devem ter ajudado Lopes na luta contra os franceses.

O RETORNO DE MARTIM AFONSO

Martim Afonso, enquanto isso, permanecia em São Vicente. Ele aguardava ansiosamente pelo retorno da expedição que, em setembro de 1531, partira de Cananeia em direção ao território do Rei Branco. Convém lembrar que, guiada pelo espanhol Francisco de Chaves e comandada pelo capitão Pero Lobo, a tropa se comprometera a retornar do sertão dentro de dez meses – “com 400 escravos carregados de prata e ouro”.

O prazo se esgotara em julho de 1532. Em setembro, um ano já se havia passado e ainda não havia notícia alguma da expedição. Desconfiado de que a missão tivesse fracassado, Martim Afonso começou a tomar algumas atitudes. Em 10 de outubro, ele subiu a serra até Piratininga e doou duas novas sesmarias em pleno planalto, concedendo-as aos homens nos quais depositava maior confiança: seu lugar-tenente Pero de Góis e o fidalgo Rui Pinto, membro da Ordem de Cristo.

A decisão tinha um sentido prático: poucas semanas antes, Martim Afonso havia proibido seus comandados de se aventurarem pelas trilhas do sertão. Ele temia que, movidos pela vertigem da serra da Prata, se embrenhassem todos mata adentro, deixando São Vicente e Piratininga perigosamente desguarnecidas. Por conta disso, já havia nomeado João Ramalho “guarda-mor da borda do campo” e o autorizara a barrar a passagem de qualquer português por

Os Homens do Sul

Entre os homens deixados por Martim Afonso em São Vicente estavam os irmãos Adorno (José, Antônio, Rafael, Paulo e Francisco). Eram fidalgos genoveses, membros do Partido Gibelino, contrário aos papas. Vários membros da família foram doges (ou governadores) de Gênova. Em 1528, afastados do poder e expulsos de Gênova, os

ali – exceto aqueles que estivessem em companhia de Pero de Góis e de Rui Pinto, os homens que, já então, Martim Afonso planejava enviar para oeste em busca de notícias sobre a tropa de Pero Lobo.

Mas em janeiro de 1533, antes que Martim Afonso ordenasse a partida desse grupo de resgate, João de Sousa aportou em São Vicente trazendo a carta de D. João III. Para Martim Afonso, a mensagem do rei tinha um significado muito claro: na prática, ela o destituía do cargo de “governador das partes do Brasil”. Embora o documento – repleto de elogios e demonstrações de apreço e confiança – assegurasse que o rei estava decidido a reservar-lhe “a melhor parte do Brasil”, a verdade é que, até então, Martim Afonso era o virtual comandante de todo aquele vasto território.

A carta também fazia tantas referências ao conde da Castanheira que Martim Afonso não deve ter deixado de perceber o dedo de seu primo por trás da manobra. De todo modo, se, naquele momento, Martim Afonso não chegou a essa conclusão, em breve tal fato ficaria evidente para ele.

Em fins de maio de 1533, Martim Afonso decidiu partir do Brasil. Mas muitos de seus comandados resolveram permanecer na colônia por conta própria: o sonho do enriquecimento fácil ainda os movia e vários deles estavam convencidos de que as lendas sobre o Rei Branco e a serra da Prata não só eram verdadeiras como acreditavam

Adorno se refugiaram em Portugal e dedicaram-se à indústria do açúcar na ilha da Madeira. Vieram para o Brasil com Martim Afonso com esse objetivo. José Adorno, “homem violento e de costumes dissolutos”, foi um dos primeiros senhores de engenho de São Vicente. Antônio tornou-se chefe da fortaleza de Bertioga e Paulo, acusado de matar um homem, fugiu para a Bahia e casou-se com uma das filhas de Caramuru. Outros homens ficaram em São Vicente. Brás Cubas, criado de Martim Afonso e futuro capitão-mor de São Vicente, fundou a cidade de Santos em 1543 e foi o maior latifundiário da capitania. Pero Correia se tornou um dos grandes senhores de escravos de São Vicente, mas em 1554 virou jesuíta e doou tudo para a Companhia de Jesus. João Pires, o “Gago”, foi o primeiro juiz de São Vicente. Acusado de matar um índio a chicotadas, se ofereceu para refazer, às próprias custas e em troca de perdão, o caminho que unia São Vicente a Piratininga.

que aquele misterioso território seria descoberto a qualquer momento.

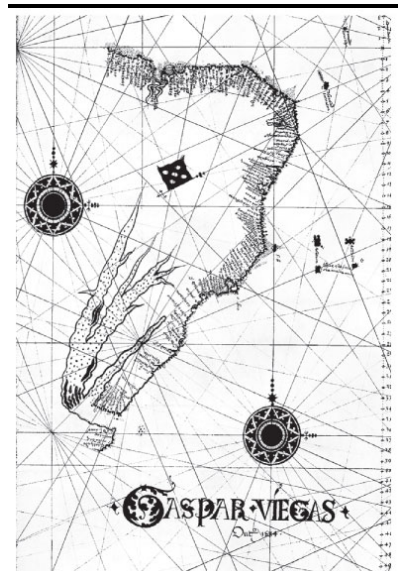
Os homens que se deixaram ficar no sul do Brasil constituem um elenco de gente arrojada e intrépida. A partir daquele momento, as trajetórias individuais de vários deles iriam se misturar com os rumos do Brasil – especialmente com a história de São Vicente e com a da futura cidade de São Paulo.

Ao todo, Martim Afonso autorizou a permanência no Brasil de 150 homens: cem deles instalados à beira-mar, em São Vicente; outros 50 em Piratininga, na serra – todos sob as ordens de Pero de Góis. Antes de partir, Martim Afonso assinou um alvará mediante o qual Góis ficou autorizado a enviar 17 escravos por ano para Portugal, “livres dos impostos que costumam pagar”. Aquela seria sua fonte de renda, já que o comandante não dispunha de verba para lhe pagar um salário.

A jornada de Martim Afonso até a Europa transcorreu sem incidentes. Em fins de julho, ele cruzou pelos Açores e lá encontrou-se com Duarte Coelho, cuja frota guarda-costas – constituída de sete embarcações – acabara de capturar um galeão francês que retornava da Bahia com os porões abarrotados de pau-brasil. Enquanto Martim Afonso permanecia nos Açores, chegava ao arquipélago, vinda da Índia, a esquadra de Antônio de Saldanha – que Duarte Coelho fora encarregado de proteger. Todos os navios seguiram em comboio para o reino, onde aportaram na primeira quinzena de agosto de 1533.

O Mapa-Base

Por razões estratégicas, o mapa de Viegas – cujo original se encontra na Biblioteca de Paris – superdimensionava a bacia do rio Paraná e estendia os domínios portugueses no Brasil até o rio da Prata. Por outro lado, ignorava deliberadamente a existência do rio Amazonas (então chamado Marañón). Não se tratou de erro ou desconhecimento, mas de sigilo geopolítico: aos portugueses não interessava revelar aos espanhóis que o imenso rio era conhecido e já fora explorado por eles.



A PARTILHA OFICIAL DO BRASIL

Nenhum documento registra o reencontro entre Martim Afonso e o rei com o qual ele convivia desde a infância. Mas é certo que foi só depois de seu retorno que o Brasil começou a ser repartido em quinze imensos lotes – com cerca de 300 quilômetros de largura cada um. A partilha foi feita tendo por base o mapa de Gaspar Viegas – que já estava pronto em outubro daquele ano, num indício de que, se esse astrônomo de fato tomou parte na expedição, então havia retornado para Portugal em companhia de Pero Lopes, já que obra cartográfica tão meticulosa não poderia ser concluída em apenas dois meses.

Embora *o mapa de Viegas* estendesse os domínios lusitanos na América do Sul até a foz do rio da Prata, uma importante alteração foi feita no projeto original da partilha, conforme inicialmente planejado por D. João (e revelado *na carta* que ele enviara para Martim Afonso): quando a distribuição das capitanias se iniciou de fato, o rei e seus assessores decidiram “empurrar” quase mil quilômetros mais para o norte o território que seria entregue aos donatários, deixando a região do Prata fora da área que seria loteada e ocupada por Portugal.

O objetivo dessa decisão era evitar a eclosão de um novo foco internacional de conflito – e, ainda por cima, contra Carlos V, primo-irmão, duplamente cunhado e, naquele momento, o principal aliado estrangeiro de D. João III. Foi uma medida sensata, especialmente porque tomada numa época em que Portugal se encontrava envolvido em confrontos territoriais em regiões tão distantes entre si quanto o Marrocos, o mar Vermelho e a Índia, e enfrentando adversários tão diferenciados e aguerridos como berberes, turcos otomanos e franceses.

Mudança de Planos

Na carta que enviou para Martim Afonso em setembro de 1532 (citada na p. 74), o rei D. João afirmou que pretendia “mandar demarcar de Pernambuco ao rio da Prata 50 léguas de costa para cada capitania”. Quando a demarcação foi posta em prática, o território a ser colonizado passou a ser a área que ia do Maranhão a Laguna, em Santa Catarina, deixando de fora a região do rio da Prata – que, de fato, pertencia à Espanha, e não a Portugal.

Ainda assim, a desistência eventual de desafiar a soberania castelhana sobre o Prata não deve ser entendida como renúncia definitiva àquele território por parte dos portugueses. Pelo contrário: baseado nos informes de Martim Afonso, D. João III continuava alimentando a esperança de conquistar os domínios do Rei Branco – apenas estava convicto de que seria mais fácil, e menos polêmico, fazê-lo por terra, a partir de São Vicente e de Piratininga, as duas “cabeças de ponte” que o próprio Martim Afonso fundara na Costa do ouro e da prata. Muito em breve, porém, também esse sonho se desmantelaria.

Embora tenham se mostrado previdentes em evitar um conflito de todo indesejável com Castela, os homens responsáveis pela partilha do Brasil ignoraram soberbamente a divisão territorial do litoral brasileiro feita pela tribo Tupi ao longo de quase dez séculos de lutas sangrentas. Para os futuros donatários, tal descuido custaria caro – quando não a própria vida.

A primeira doação de uma capitania no Brasil só foi assinada no dia 10 de março de 1534 – em benefício do fidalgo Duarte Coelho. É provável, portanto, que o processo oficial de partilha da colônia tenha se iniciado somente no inverno europeu de 1533-34. E há indícios das circunstâncias que o teriam precipitado: em fins de 1533, a Coroa tomara conhecimento de que tanto a França quanto a Espanha ultimavam os preparativos para enviar expedições colonizadoras para a América.

De fato, naquele momento, no porto de

Cartier no Canadá

Jacques Cartier foi um dos maiores navegadores franceses de todos os tempos. Depois de ter realizado pelo menos uma viagem ao Brasil, ele foi incumbido pelo rei Francisco I de explorar o Canadá, então batizado de Nova França. Cartier zarpou de Saint-Malo em 20 de abril de 1534 e – depois de percorrer o Labrador e a Terra Nova – retornou ao mesmo porto em 5 de setembro. Partiu outra vez no ano seguinte e em 1536 fundou Québec e atingiu a região de Montreal. Suas viagens foram financiadas por Jean Ango e organizadas pelo almirante Phillippe Chabot – que, anos antes, fora subornado por D. Antônio de Ataíde. A ilustração abaixo é considerada o retrato mais fidedigno de Jacques Cartier.

Saint-Malo, na Bretanha, dois navios comandados por *Jacques Cartier* estavam prontos para partir em direção ao Canadá. Embora se dirigissem a um território que pertencia a Castela, o projeto era preocupante para Portugal porque revelava que a França continuava disposta a obter seu quinhão no Novo Mundo. Muito mais alarmantes, porém, eram as notícias relativas ao aparelhamento da grande esquadra que Carlos V enfim autorizara armar – e cuja missão era dar início à ocupação do Prata.



OS LOTES DA FAMÍLIA SOUSA

Quando a partilha do Brasil se iniciou, provavelmente em dezembro de 1533, Martim Afonso escolheu para si os lotes que ficavam em São Vicente e no Rio de Janeiro. Dessa forma, pôde se assenhorar de todo o aparato que ele próprio havia instalado em São Vicente e em Piratininga, apoderando-se também do entreposto da “Carioca”, erguido na baía de Guanabara. Tudo aquilo, convém lembrar, fora construído às custas da Coroa – e, a partir de então, passou a lhe pertencer.

O lote de São Vicente se estendia por 45 léguas (cerca de 270 quilômetros) de costa: começava na barra de Bertioga e se prolongava até a ilha do Mel, na baía de Paranaguá, no atual estado do Paraná. A capitania do Rio de Janeiro, com 55 léguas (cerca de 380 quilômetros) de largura, se iniciava na foz do rio Macaé (cerca de 120 quilômetros ao norte da Guanabara), chegando até a foz do rio Juqueriquerê, que nasce na serra do mesmo nome e deságua na baía de Caraguatatuba (SP) (*Veja mapa abaixo*).



Pero Lopes foi beneficiado com a doação de três lotes. O primeiro deles, a capitania de Santo Amaro, ficava exatamente entre as duas possessões de seu irmão Martim Afonso: tinha 55 léguas de largura e se estendia desde a foz do Juqueriquerê até a barra de Bertioga. O segundo – batizado de capitania de Sant’Ana – localizava-se imediatamente ao sul de São Vicente: suas 40 léguas começavam na ilha do Mel (PR) e iam até Laguna (SC).

Tal escolha implicava não apenas uma invasão das possessões castelhanas (já que a linha de Tordesilhas passava em Cananeia), mas revelava também uma astuciosa estratégia de risco calculado. Embora tivessem desistido de desafiar a soberania espanhola sobre o estuário do Prata, os portugueses pretendiam desalojar os desertores castelhanos instalados entre Cananeia e Laguna. Abrir mão da terrível costa desprovida de portos naturais que se iniciava ao sul de Laguna não é algo que deva ter lhes parecido muito custoso: aquele era um litoral tão inóspito que permaneceria inabitado pelos europeus até as primeiras décadas do século XVIII.

Por fim, o terceiro lote de Pero Lopes, e o último que ele recebeu, localizava-se bem mais ao norte: em Itamaracá, no litoral de Pernambuco.

Essa capitania, com largura de 30 léguas (cerca de 180 quilômetros), começava na baía da Traição, na Paraíba, e terminava na foz do rio Igaraçu, quase em frente à ponta sul da ilha de Itamaracá. Os próprios limites da donataria – ambos palcos de árduos combates travados por Pero Lopes contra os franceses – são indício claro de que ele os recebeu como prêmio por sua luta contra os traficantes de pau-brasil.

AS CRIATURAS DO REI

Embora Martim Afonso e Pero Lopes tivessem o privilégio de escolher seus lotes antes dos demais donatários, não foram eles os primeiros a obter a carta oficial de doação nem os forais de suas capitanias. A carta de doação era o documento no qual se estabeleciam os limites geográficos da mercê real. O foral relacionava os direitos e os deveres do donatário. Só depois da assinatura de ambos é que a capitania passava a pertencer legalmente ao donatário. Por motivos que serão explicados mais adiante, a primazia coube ao navegador e militar Duarte Coelho, que foi feito donatário de Pernambuco no dia 10 de março de 1534.

As doações se prolongaram por dois anos, encerrando-se em fevereiro de 1536. Entre os principais beneficiários estavam os mais graduados funcionários da Fazenda Real: o tesoureiro-mor do reino, Fernão d'Álvares de Andrade; o secretário do Tesouro Régio, Jorge de Figueiredo Correia; o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros; e o feitor da Casa da Índia, João de Barros. O historiador americano Alexander Marchand chamou-os, em 1938, de “criaturas do rei”.⁷ Teria se aproximado ainda mais da realidade se os tivesse denominado “criaturas de D. Ataíde”. Afinal, Antônio de Ataíde, vedor da Fazenda (ou ministro das Finanças), era o superior hierárquico direto daqueles homens.

As capitanias restantes foram concedidas a militares que haviam tomado parte na conquista da Índia e das demais possessões portuguesas no Oriente. Embora tais doações possam ser entendidas como uma espécie de prêmio por bravura em combate, não é coincidência o fato de que todos

os conquistadores agraciados com terras no Brasil mantivessem boas relações com o conde da Castanheira, D. Ataíde.

Um deles, Vasco Fernandes Coutinho, futuro donatário do Espírito Santo, era mesmo vizinho de Ataíde, já que possuía uma quinta em Alenquer (vila localizada nos arredores de Lisboa, às margens do rio Tejo) ao lado da suntuosa casa de campo do conde. O fato de o secretário-geral do reino, D. Antônio Carneiro, não ter recebido lote algum é mais um indício da influência de Ataíde na partilha do Brasil: Carneiro e Ataíde não se davam bem.

DIREITOS E DEVERES DOS DONATÁRIOS

De toda forma, ganhar uma capitania no Brasil foi algo que – mais do que uma benesse – acabaria se revelando um mau negócio para quase todos os donatários. A principal condição para receber um lote consistia em possuir recursos financeiros suficientes para colonizá-lo às próprias custas. E se, a princípio, o fato de a maioria das capitanias possuir dimensões superiores à extensão territorial de Portugal poder ter soado como um estímulo para os donatários, a própria imensidão dos lotes seria uma das principais causas para o fracasso de seus projetos colonizadores.

Outro grave empecilho residia no fato de que os donatários eram os únicos responsáveis pela compra e armação dos navios nos quais deveriam viajar para o Brasil, junto com os colonos que conseguissem arregimentar. Por volta de 1534, uma única nau custava cerca de 25 mil cruzados. Para equipá-la e armá-la, eram necessários outros 50 mil cruzados. Assim sendo, a mera ida para o Brasil – após a qual ainda era preciso erguer uma vila, também com recursos próprios – acabava por consumir boa parte dos bens dos donatários. A posterior defesa da terra contra os ataques dos indígenas e dos corsários franceses acabaria – como se verá – levando a maioria dos donos das capitanias à bancarrota.

Ainda assim, ao receberem seus forais, muitos donatários devem ter achado que estavam fazendo um excelente negócio, já que, por meio desse documento, o rei lhes concedia “poderes majestáticos”. As capitanias – doadas “para todo o sempre” – eram hereditárias, indivisíveis e inalienáveis. Os donatários possuíam jurisdição civil e criminal sobre índios, escravos, peões e colonos. Estavam autorizados a fundar vilas e doar sesmarias aos colonos – podendo ainda cobrar impostos e dízimos sobre o que eles produzissem. Embora pudessem escolher e nomear seus próprios tabeliães, escrivães, ouvidores e juízes, os donatários deveriam prestar contas aos feitores e almoxarifes enviados pelo rei para arrecadar as rendas reservadas à Coroa. Entre vários outros direitos, os donatários poderiam também:

- Escravizar nativos para seu serviço e de seus navios.
- Enviar para Portugal até 39 escravos indígenas por ano, livres dos impostos cobrados na Alfândega Real.
- Cobrar direitos sobre as passagens dos rios.
- Ter o monopólio das salinas e moendas de água.
- Exigir serviços militares dos colonos quando preciso.
- Reservar para uso próprio 10 léguas de terra.
- Cobrar pensão de 500 cruzados por ano dos tabeliães públicos e judiciais que eles próprio deveriam nomear.
- Exportar para o reino, sem impostos, qualquer produto da terra, pagando apenas a taxa normal após a sua venda.

A Coroa reservava para si o monopólio do pau-brasil, de cuja exploração o donatário receberia apenas a redízima (ou 1/20). O ouro, a prata, as pedrarias, as pérolas, o chumbo e o estanho porventura encontrados na capitania também pertenceriam à Coroa, mas o donatário receberia um vigéssimo do “quinto” (a quinta parte do total) diretamente destinado ao rei. Por fim, a Coroa reservava à Ordem de Cristo (poderosa organização militar-religiosa sediada em Portugal) o dízimo sobre todo o pescado obtido na capitania: ou seja, de cada dez peixes, o valor de um deles deveria ser enviado para a Ordem, no reino.

Através do foral, o soberano assegurava também que seus corregedores e juízes jamais entrariam nas capitanias e que o donatário nunca seria suspenso de seus direitos nem sentenciado sem ter sido antes ouvido pelo próprio rei – a não ser em caso de comprovada traição à Coroa ou de heresia.

O ALVARÁ DOS DEGREDADOS

Apesar de todas essas vantagens aparentes, os donatários logo foram informados de uma nova decisão da Coroa – que cedo se revelou de todo prejudicial para eles. No dia 31 de maio de 1535 (cerca de um ano após a assinatura da primeira carta de doação), o rei D. João III declarou as capitanias do Brasil território “de couto e homizio”, ou seja, uma região na qual crimes cometidos anteriormente em outros lugares ficavam instantaneamente prescritos e perdoados. O Brasil transformou-se, assim, numa das colônias para a qual os condenados de Portugal eram enviados para cumprir degredo. No dia 5 de outubro de 1535, o rei determinou que os degredados que antes eram mandados para as ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África, passassem a vir para o Brasil.

Eis o texto do *alvará* que mudou os rumos do Brasil: “Atendendo El-Rei a que muitos vassallos, por delitos que cometem, andam foragidos e se ausentam para reinos

Os Degredados

As leis vigentes em Portugal durante o século XVI eram fruto do código visigótico e dos conceitos jurídicos justinianos. Reunidas em cinco livros, eram chamadas de Ordenações Manuelinas, pois foram compiladas e reformuladas durante o reinado de D. Manoel. Publicadas em 1521, as Ordenações Manuelinas ficaram conhecidas por seu rigor e pela lúgubre expressão “morra por ello”, que indicava os inúmeros crimes passíveis de pena de morte. O código penal estava compilado no Livro Quinto das Ordenações (abaixo). A pena de morte muitas vezes era comutada em degredo. E o degredo não era perpétuo. O alvará dizia que “após 4 anos de residência no Brasil, os degredados poderão vir ao reino a tratar de seus negócios, contanto que tragam guia do donatário, e sob condição de não irem à corte nem ao lugar onde tiverem cometido seu malefício, e nem se demorem no reino mais do que 6 meses há cada 4 anos”.

estrangeiros, sendo, aliás, de grande conveniência que fiquem antes no reino ou em suas colônias, e sobretudo que passem para as capitanias do Brasil que se vão povoar, há por bem declará-las couto e homizio para todos os condenados que nelas quizerem ir morar, ainda que já condenados por sentença até em pena de morte, excetuados somente os culpados por crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa. Por outros quaisquer crimes, não serão os degredados para o Brasil de modo algum inquietados ou interpelados.”⁸



Não é difícil supor as consequências desse decreto: após sua assinatura, Portugal “saneou suas enxovias”,⁹ na expressão de um contemporâneo – sendo “enxovia” o termo então usado para “cárcere subterrâneo”. Vários donatários foram forçados a trazer consigo centenas de degredados. Embora muitos dos condenados fossem “indivíduos de baixa esfera e de costumes pervertidos, que traziam no próprio corpo o estigma de sua infâmia”¹⁰ – tendo sido marcados com ferro em brasa ou, mais frequentemente, “desorelhados” –, alguns haviam sido punidos por questões fiscais, relacionadas com o não pagamento de impostos. Ao contrário dos criminosos comuns, muitos deles se dedicaram a atividades produtivas no Brasil. Os demais apelaram para a pirataria e o tráfico de escravos indígenas. Ao todo, cerca de 500 degredados devem ter sido trazidos para o Brasil entre 1535 e 1549.

O SEGUNDO EXÍLIO DE MARTIM AFONSO

Um dos poucos donatários a não ser prejudicado pela assinatura do alvará dos degredados foi Martim Afonso de Sousa. Isso simplesmente porque ele jamais retornou ao Brasil, tendo passado o resto de sua vida na Índia ou em Portugal. De início, porém, Martim Afonso não se afastou do

Brasil apenas por vontade própria: uma vez mais ele se viu envolvido em uma manobra articulada por seu primo D. Antônio de Ataíde – e novamente com o objetivo de mantê-lo afastado do convívio com o rei D. João.

De fato, no dia 19 de dezembro de 1533 – passados apenas quatro meses desde seu retorno do Brasil, “mal refeito ainda das canseiras da expedição e dos incômodos da viagem”, e antes mesmo de haver recebido seus lotes na colônia – Martim Afonso foi feito “capitão-mor do mar da Índia” e nomeado comandante de uma armada que deveria partir imediatamente para o Oriente. Sua missão era tomar as cidades de Diu e Damão, portos estratégicos no norte da Índia.

Muito mais do que a incumbência de explorar o litoral brasileiro, aquela era uma missão de alto risco. A prova de que foi Ataíde quem escolheu Martim Afonso para chefiar tal esquadra ficou evidenciada em um comentário feito pelo cronista real Gaspar Correia em seu livro *Lendas da Índia*. Segundo Correia, “Martim Afonso muito se enojou da decisão, porque sentiu que isso vinha por D. Antônio”.¹¹

De todo modo, menos de um mês depois de ter sido escalado para a nova missão em além-mar, Martim Afonso recebeu uma notícia muito pior – e não apenas para si, mas para todo o projeto lusitano de conquista e ocupação da Costa do ouro e da prata, onde se localizavam suas duas capitanias.

O PERU CONQUISTADO

No 14 de janeiro de 1534, desembarcava no porto de Sevilha o explorador Fernando Pizarro.

O Cruel Conquistador

Francisco Pizarro (1478-1541) era filho bastardo de um soldado espanhol. Analfabeto, durante a infância e a juventude foi guardador de porcos na Espanha. Partiu para o Caribe em 1502, para tentar a sorte no Novo Mundo. Junto com Vasco Nuñez de Balboa, participou da épica jornada através do istmo do Panamá que resultou na descoberta do oceano Pacífico (então chamado de mar do Sul), no verão de 1513. Foi no Panamá que Pizarro ouviu falar pela primeira vez do Peru – território que se dispôs a conquistar. A partir de 1524, Pizarro comandou três expedições, zarpando do Panamá. Descobriu o Peru em 1527, mas só concretizou sua conquista em fins de 1532. Tido como homem sanguinário e cruel, Pizarro foi morto por

Era portador da extraordinária notícia de que um reino riquíssimo, localizado no topo de montanhas nevadas na costa oeste da América do Sul, fora conquistado por um bando de aventureiros liderados por seu irmão, *Francisco Pizarro*.

Horas após o desembarque, o jovem Pizarro dirigiu-se para a Catalunha, onde o imperador Carlos V estava reunido com a corte de Aragão. Foi imediatamente recebido pelo monarca e entregou-lhe centenas de objetos de arte, entre os quais “vasos dos mais variados formatos, e miniaturas de animais, flores e fontes, esculpidos e entalhados com admirável habilidade, todos de puro ouro”.¹² Em carta que enviara a Carlos V, o próprio Francisco Pizarro afirmava que se tratava de “coisas até então nunca vistas nas Índias, e não creio que haja nada parecido em poder de nenhum príncipe”.¹³

O pintor italiano Tiziano (1488-1576) – que, naqueles dias, se encontrava em Aragão pintando um retrato do imperador – pode apreciar essas peças e as considerou “as maiores obras de arte que *jamais havia visto*”. Ainda assim, em meio a dificuldades financeiras e movido mais pelo senso prático do que pelo amor à arte, Carlos V mandou fundir e transformar em moeda aqueles tesouros. O butim lhe rendeu, em valores da época, 150 mil pesos de ouro e 5.048 marcos de prata.¹⁴

Além daqueles artefatos, a alfândega de Sevilha estava abarrotada com seis mil quilos de ouro e 11,7 mil quilos de prata, cujo valor excedia a espantosa quantia de meio milhão de

seus próprios homens durante um jantar, em Lima, no dia 26 de junho de 1541.



A Arte do Novo Mundo

O depoimento de Tiziano é singularmente semelhante ao de outro pintor, o alemão Albrecht Dürer (1471-1528). Por coincidência ainda maior, Dürer também estava pintando

pesos. Constituíam o “quinto real” que, por direito, pertencia à Coroa. Esse tesouro, e vários dos objetos artesanais que Fernando Pizarro não levava para Aragão, atraíram a Sevilha “milhares de espectadores que, vindos do interior, formaram filas em frente aos depósitos alfandegários para admirar aquelas maravilhosas peças de arte indígena”.¹⁵ Mais tarde, também elas seriam transformadas em lingotes para a glória de Castela.

Essa enorme quantidade de metais preciosos fora obtida como resgate pela vida do Inca Atahualpa: em troca da liberdade do imperador, os incas tinham enchido de ouro o aposento no qual Atahualpa fora preso por Pizarro. O cômodo tinha 7 metros de comprimento por 5 de largura e 2 de altura. Quando a sala ficou repleta, Pizarro exigiu que outro aposento, com o dobro das dimensões, fosse enchido de prata. Ainda assim, não hesitou em mandar executar Atahualpa.

A repercussão da *conquista do Peru* – considerada por alguns historiadores como “a mais extraordinária façanha da história do Novo Mundo”¹⁶ – foi tal que a notícia não deve ter demorado nem duas semanas para chegar a Lisboa. Além de uma vasta e eficiente rede de espionagem mútua, as duas nações estavam unidas por correio – inaugurado um ano antes.

Muitos portugueses devem ter percebido, então, que o reino que Pizarro conquistara só poderia ser (como realmente era) o lendário território do Rei Branco. O fato de aquela conquista ter se concretizado em novembro de

um retrato do imperador Carlos V, em Bruxelas, no dia 12 de julho de 1520, quando um emissário de Hernán Cortez chegou à Bélgica com a notícia de que, no México, o Império Asteca fora conquistado por Cortez. Como Fernando Pizarro, esse homem trazia várias peças de ouro. Ao vê-las, Dürer anotou em seu diário: “Jamais vi, ao longo de meus dias, algo que fizesse meu coração se rejubilar tanto. Vi objetos admiráveis e fiquei maravilhado com a ingenuidade sutil da arte daqueles homens de terras distantes. Não há palavras com as quais eu possa descrever as coisas que estavam em minha frente.” Como os tesouros do Peru, os objetos de arte saqueados no México também foram fundidos e transformados em lingotes. Acima, autor-retrato de Albrecht Dürer.

Morre o Rei Branco

Pizarro já estivera no Peru em 1524 e em 1526. Em janeiro de 1531, partiu pela terceira vez do Panamá e desembarcou em Tumbes, na costa do Peru.

1532, obra de apenas 153 homens com 27 cavalos, deve ter soado especialmente amargo para Martim Afonso: a força expedicionária que ele comandara no Brasil era quase três vezes superior. Além disso, Martim Afonso tinha naufragado no Prata quase um ano antes de Pizarro desembarcar em Tumbes, na costa oeste do Peru, e iniciado dali sua marcha em direção a Cuzco, a capital imperial dos incas.

Dali, marchou por terra até Cajamarca, aonde chegou em novembro de 1532. Por meio de ardis, destruiu o exército inca e prendeu Atahualpa. O Rei Branco das lendas indígenas foi morto pelo garrote em agosto de 1533, embora tivesse pago um fabuloso resgate em troca de sua vida. Em novembro de 1533, Pizarro tomou a capital inca, Cuzco.

Daquele momento em diante, não só Martim Afonso mas a própria Coroa iriam se desinteressar da Costa do ouro e da prata, deixando-a, outra vez, nas mãos de traficantes de escravos, náufragos “barbarizados” e aventureiros temerários. Todo o dinheiro gasto e as vidas perdidas desde 1514 na exploração daquela região tinham sido em vão: o território do Rei Branco estava nas mãos dos rivais castelhanos.



A GUERRA DE IGUAPE

Ainda assim, o destino inglório de São Vicente e de Piratininga não foi traçado apenas nos bastidores da corte – e nem tampouco provocado só pelos acontecimentos desenrolados no Peru. Também naquelas paragens remotas do sul tudo começara a dar errado.

Pouco antes de partir de São Vicente, em maio de 1533, Martim Afonso havia sido informado – provavelmente pelos próprios Tupiniquim – do trágico destino que se abatera sobre a tropa de Pero Lobo. Aquele capitão e todos os seus 80 expedicionários tinham sido mortos pelos Carijó, nas margens do rio Iguaçu, pouco após partirem de Cananeia. A

notícia se espalhara de aldeia em aldeia e, no outono de 1533, deve ter chegado aos ouvidos de Tibiriçá, aliado de Martim Afonso.

Afonso suspeitou, então, que o massacre tivesse sido planejado pelo Bacharel de Cananeia e pelos desertores espanhóis que viviam em seus domínios, já que eles eram aliados dos Carijó. Tal suspeita jamais foi confirmada e o Bacharel nunca admitiu culpa alguma, e, de fato, talvez Martim Afonso estivesse errado em sua suposição. De todo modo, o episódio iria provocar a destruição de São Vicente, já que, antes de retornar para Portugal, Martim Afonso suspendeu a expedição que iria enviar pelo planalto, sob a chefia de Pero de Góis, e determinou que ela partisse em direção ao reduto do Bacharel.

Entre os espanhóis que viviam na região de Cananeia estava o tenente Ruy Garcia Moschera. *Moschera* fizera parte da tripulação de Sebastião Caboto e, portanto, já se encontrava na América do Sul há seis anos. O mais provável é que tenha desertado quando Caboto estava em Santa Catarina, deixando-se ficar no porto dos Patos, no verão de 1526. Mais tarde, transferiu-se para Cananeia e foi bem acolhido pelo Bacharel.

No verão de 1534, o Bacharel foi intimado a cumprir seu desterro em São Vicente – onde, assim que chegasse, Pero de Góis pretendia prendê-lo e interrogá-lo para descobrir se ele estava envolvido no massacre da tropa de Pero Lobo. Pouco disposto a dar explicações, o degredado preferiu transferir-se “com toda a sua casa, filhos e criados” ¹⁷ para a vila que Moschera erguera em Iguape, próxima a Cananeia.

Ao tomar conhecimento disso, Góis determinou que os espanhóis não só lhe entregassem o Bacharel como passassem a prestar obediência ao rei de Portugal e ao governador Martim Afonso de Sousa, “senhores daquele distrito e jurisdição”. Caso contrário, dava-lhes “trinta dias para deixarem aquela

O Misterioso Desertor

O historiador argentino Ruy Diaz de Guzmán apresentou outra versão da história de Ruy Garcia Moschera. Segundo Guzmán – autor do livro clássico La Argentina, publicado em 1612 –, Moschera fora um dos homens deixados por Caboto no fortim

terra, sob pena de morte e perdimento de seus bens”.¹⁸ Moschera respondeu que “não conhecia ser aquela terra da coroa de Portugal, senão de Castela”, afirmando que “estava ali povoado em nome do imperador Carlos V, de quem era vassalo”. Estava criado o impasse.

Precavendo-se do ataque iminente, Moschera e o Bacharel capturaram então o navio de uns corsários franceses que, poucos dias antes, haviam chegado a Cananeia em busca de mantimentos. Em “uma noite muito obscura”, cercaram a embarcação com muitas canoas e balsas, nas quais, além de 200 índios flecheiros, iam também os dois marinheiros franceses que, pouco antes, tinham desembarcado para “tomar provisão com os índios”.¹⁹

Forçando os reféns a dizerem que estavam retornando para bordo “com o refresco e a comida que haviam saído a buscar”, os invasores persuadiram a tripulação a lançar cabos e cordas pela amurada da nau. Puderam, assim, render os franceses e tomar o navio, “com todas suas armas e munições”, ficando “mui bem apetrechados para qualquer acontecimento”.²⁰

de Santa Ana, posto avançado que o próprio Caboto fundara no Alto Paraná (nas proximidades da cidade de Posadas, norte da Argentina). Em junho de 1528, esse forte foi atacado por nativos hostis. Há indícios de que o portão da paliçada tenha sido aberto por Francisco del Puerto – grumete que os Charrua haviam poupado do massacre no qual Juan Díaz de Solís fora trucidado em 1516. Segundo a maior parte das fontes, todos os espanhóis foram mortos em Santa Ana. Guzmán, porém, afirma que Moschera e três outros soldados castelhanos conseguiram sobreviver à chacina. Num pequeno bote, desceram o Paraná e, depois de inúmeras desventuras, chegaram ao porto dos Patos, em Santa Catarina. Pouco mais tarde, se transferiram para Iguape, cerca de 70 quilômetros ao norte de Cananeia e uns 150 ao sul de São Vicente. Instalaram-se ali, “com casas e sementeiras”, sendo bem recebidos pelo Bacharel.

A seguir, Moschera e o Bacharel mandaram cavar uma trincheira em frente a Iguape e a guarneceram com quatro peças de artilharia retiradas do navio francês. Logo depois, deixaram 20 soldados e 150 índios flecheiros atocaiados nos mangues da barra do arroio Icapaça.

Quando um esquadrão de 80 portugueses desembarcou, “com suas

bandeiras despregadas”, foi recebido com “uma surriada de artilharia, arcabuzaria e flecharia” que os desbaratou. Ao bater atabalhoamente em retirada, os sobreviventes foram surpreendidos pelos espanhóis e pelos indígenas emboscados “num passo estreito que ali fazia um arroio” [a barra do Icapaça]. Ali, houve então “uma grande matança” e o próprio capitão Pero de Góis ficou gravemente ferido por um tiro de arcabuz.

Entusiasmados por aquela vitória esmagadora, e não desconhecendo que São Vicente deveria estar praticamente desguarnecida, Moschera, o Bacharel e duas centenas de Carijó embarcaram na nau tomada aos franceses e, no dia seguinte, dirigiram violento ataque ao vilarejo fundado por Martim Afonso apenas dois anos antes. Após saquearem tudo o que podiam carregar, queimaram quase todas as casas e deixaram atrás de si apenas destroços fumegantes.

O fato de os rebeldes terem derrubado o pelourinho, arrombado a cadeia e libertado os prisioneiros, destruído o cartório e queimado o “livro do tombo” (no qual estavam registradas as escrituras das sesmarias) parece indicar que Moschera e o Bacharel não estavam dispostos apenas a arrasar São Vicente: esforçaram-se para exterminar todos os sinais da “vida segura e conversável” que Martim Afonso quisera instalar no coração de um território que, até então, estivera à margem da lei e da ordem. Dos 150 portugueses deixados por Martim Afonso no Brasil, cerca de 100 pereceram no confronto. Entre os mortos estava o náufrago Henrique Montes.

Para os lusos, a derrota teve consequências dramáticas: por falta de

Destino dos Rebeldes

Após a destruição de São Vicente, Ruy Garcia Moschera e seus homens – aos quais se juntaram “alguns portugueses que dissimuladamente os favoreceram” – fugiram para o porto dos Patos, em Santa Catarina. Em 1536 ainda estavam lá, como se verá. Quanto ao Bacharel, ele desafiadoramente permaneceu em Cananeia. Disposto a vingar-se dos portugueses, chegou mesmo a trocar cartas e prestar auxílio à imperatriz D. Isabel, de Castela, oferecendo-se para dirigir a ocupação castelhana daquela região, que supostamente seria feita por uma expedição chefiada pelo fidalgo espanhol Gregório Pesquera – mas que jamais parece ter se concretizado. As referências ao Bacharel desaparecem da história a partir de 1537: alguns pesquisadores acham que, mais ou menos nessa época, ele foi morto por seus aliados, os Carijó.

moradores, Piratininga logo se desfez e seus poucos remanescentes “derramaram-se pelo planalto”. Cerca de vinte anos mais tarde, ao serem avistados pelo jesuíta Leonardo Nunes, estavam, segundo o padre, “transformados em selvagens”.²¹ Quanto a São Vicente, a vila foi tão afetada pelo ataque que cerca de dez anos seriam necessários para recuperá-la da destruição.

A “Guerra de Iguape” foi o primeiro confronto armado entre europeus travado em solo americano. Embora o episódio seja virtualmente ignorado pela maioria dos livros, o conflito foi um momento-chave na história do Brasil: depois dele, os portugueses praticamente desistiram de ocupar a Costa do ouro e da prata, deixando o sul do Brasil abandonado pelos vinte anos seguintes, ao longo das duas décadas durante as quais perdurou o período da capitânicas hereditárias. São Vicente iria subsistir apenas graças à perseverança e à ambição dos traficantes de escravos que continuaram vivendo ali.

MARTIM AFONSO NA ÍNDIA

Enquanto sua vila era destruída no sul do Brasil, Martim Afonso estava em Portugal. Mas não permaneceu lá muito tempo: em 12 de março de 1534 (poucos dias após a Guerra de Iguape), comandando dois mil soldados amontoados em seis naus, o donatário de São Vicente zarpou para o Oriente. Apesar de indignado com as artimanhas de Ataíde, ele “não ousou se queixar”, pois, de acordo com o

O Décimo Vice-Rei

Os historiadores divergem sobre o caráter e o desempenho de D. Nuno da Cunha, décimo vice-rei português da Índia. Antes de ser nomeado para o cargo, em abril de 1528, D. Nuno fora vedor da Fazenda (ou ministro das Finanças) do rei D. João III. Antecedera, portanto, a D. Antônio de Ataíde no exercício daquela função. D. Nuno chegara a Goa em fins de 1528, permanecendo no posto de vice-rei por dez anos, até sua destituição, em setembro de 1538. Para o historiador Duarte de Almeida, seu governo foi “o mais edificante espetáculo de desmoralização, desmandos e excessos”. Para o pesquisador Dionísio Davi, no entanto, D. Nuno deve ser considerado “uma das mais íntegras e empreendedoras figuras que desempenharam o cargo”. Davi atribui as críticas a D. Nuno à “difamações feitas no reino” e afirma que o acordo com o sultão Bahadur, que permitiu a construção da fortaleza de Diu, foi feito por D. Nuno, e

cronista Gaspar Correia, “teve modos o D. Antônio que fizeram entender a Martim Afonso que ia para a Índia metido nas sucessões da governança”.²²

De fato, àquela altura, pairavam sobre o então vice-rei da Índia, *D. Nuno da Cunha*, graves acusações de corrupção e fracassos militares indesculpáveis. Tais percalcos constituíam a base sobre a qual Martim Afonso podia assentar esperanças concretas de assumir aquele importante e bem remunerado cargo. Embora tenha percebido que estava sendo outra vez afastado da corte, Martim Afonso sabia que, na Índia, suas chances de enriquecer eram muito maiores do que no Brasil. O vice-rei da Índia recebia cerca de 50 mil cruzados por ano – dinheiro suficiente para comprar dois navios.

Em 6 de março de 1534, seis dias antes de zarpar, Martim Afonso assinou uma procuração tornando sua mulher, a fidalga castelhana *D. Ana Pimentel*, responsável pela administração das capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro.

O próprio donatário se desinteressara de tal modo por suas possessões coloniais que nem sequer as visitou durante a jornada para a Índia, embora tenha feito escala na Bahia – aonde chegou em junho de 1534, lá deixando sete frades franciscanos, encarregados de evangelizar os Tupinambá que viviam junto a Caramuru. Se tivesse se dirigido a São Vicente, Martim Afonso poderia ter prestado o socorro que sua vila, recentemente arrasada pelo Bacharel, tanto

não por Martim Afonso de Sousa.



Um Crime Misterioso

Alguns historiadores afirmam que o homem que Paulo Adorno e Afonso Rodrigues teriam assassinado em São Vicente era Henrique Montes. Outros estudiosos acreditam que Rodrigues e Adorno fossem dois dos tripulantes da frota de Pero Lopes que desertaram durante a escala que o irmão de Martim Afonso fez na baía de Todos os Santos, em julho de 1532, sendo recolhidos pelos Tupinambá. De qualquer forma, os dois delitos consistiam em falta grave. Ainda assim, Martim Afonso – tido como um capitão rígido e

necessitava.

Durante sua breve estada na Bahia, Martim Afonso encontrou, vivendo na vila de Caramuru, dois de seus antigos companheiros da expedição de 1531: o fidalgo genovês Paulo Dias Adorno e o marinheiro Afonso Rodrigues. Acusados de um *crime de morte*, ambos haviam fugido de São Vicente em princípios de 1534, a bordo de um pequeno barco a remo. Ainda assim o comandante não os puniu.

disciplinador – não se preocupou em elucidar os motivos por trás da misteriosa presença na Bahia daqueles seus dois antigos comandados. Esse é mais um sinal de que ele não estava interessado nas coisas do Brasil: seu objetivo era fazer carreira na Índia.

Quando Martim Afonso chegou à Bahia, os dois fugitivos estavam vivendo, respectivamente, com as irmãs Felipa e Madalena Álvares, filhas de Caramuru e Paraguaçu. Desde sua viagem à França, em 1528, Catarina Paraguaçu se tornara cristã convicta. Por isso, ela logo fez com que Diego de Borba (um dos frades franciscanos recém-desembarcados) unisse os dois casais pelos sagrados laços do matrimônio. Aqueles foram os dois primeiros casamentos celebrados oficialmente no Brasil.

Zarpando da Bahia, Martim Afonso chegou a Goa em setembro de 1534. Desconfiado de que o recém-chegado vinha para destituí-lo, o vice-rei D. Nuno da Cunha logo se indispôs com ele. Mas a atuação de Martim Afonso foi facilitada pela aliança que firmou com os fidalgos lusos residentes em Goa, “porque, como chegara à Índia precedido da fama de que seria o próximo vice-rei, todos cedo se chegaram para ele, e muito o agradaram, acataram e veneraram para que lhes fizesse alguma mercê”²³ após assumir o poder.

O destino de D. Nuno da Cunha fora selado em 1531, quando – apesar de chefiar uma armada de “cerca de 200 velas e 16 mil homens, entre portugueses e naturais da terra”²⁴ – não conseguira tomar o porto de Diu, fundamental para a manutenção do domínio lusitano sobre a Índia. A alarmante notícia da derrota de D. Nuno só chegara a Portugal em fins de 1533, levando o rei D. João III a armar a frota cujo comando, por manobra

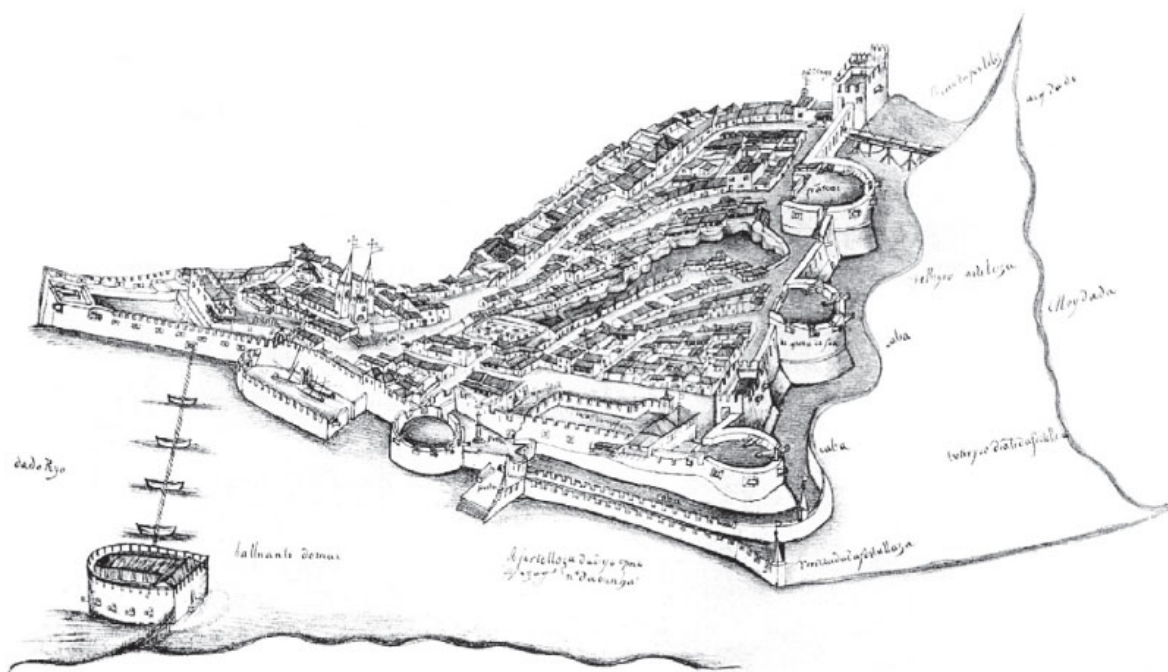
de Ataíde, foi entregue a Martim Afonso.

Beneficiado por uma série de circunstâncias favoráveis, Martim Afonso aliou-se ao sultão Bahadur, de Cambaia – região do norte da Índia onde se localizavam os portos de Diu e Damão. No início de 1536, Martim Afonso obteve do sultão permissão para erguer uma *fortaleza em Diu*. No verão de 1538, essa fortaleza foi cercada por uma grande armada egípcia. Mas, no dia 20 de fevereiro daquele ano, após dispersar a frota do samorim de Calicute – que navegava para o norte para unir-se à esquadra do paxá Al Khadim –, Martim Afonso foi capaz de romper o cerco a Diu, forçando o governador do Egito a bater em retirada.

Aquela foi uma vitória histórica, após a qual “as águas indianas permaneceriam durante 60 anos sob dominação portuguesa”.²⁵ Mas há indícios de que esse extraordinário feito bélico tenha sido logo “deslustrado” por uma sequência de “aventuras insensatas e feios atos de rapina”²⁶ praticados e incentivados pelo próprio Martim Afonso.

A Fortaleza de Diu

A cidade portuária de Diu – localizada na península de Guzerate, costa norte-ocidental da Índia – era um ponto estratégico fundamental pois quem a dominasse controlaria o comércio entre o mar Vermelho e a Índia. No início de 1531, D. Nuno da Cunha tentara tomar Diu, mas foi vencido pela frota comandada pelo governador do Egito, paxá Al Khadim, súdito do poderoso sultão da Turquia e senhor de Constantinopla, Solimão, o Magnífico – que, por carta, exortara seu principal aliado a “conjurar os crimes diabólicos dos portugueses e limpar o mar do seu estandarte”. A derrota de D. Nuno causou furor em Portugal e forçou o envio de Martim Afonso para a Índia. Em 1536, Martim Afonso fez um acordo com o sultão Bahadur e obteve permissão para construir uma fortaleza em Diu (a seguir), muito atacada pelos muçulmanos.



Logo após a retomada de Diu, o capitão-mor do mar da Índia, “tão cobiçoso de honra como de dinheiro”,²⁷ armou uma vasta rede de corrupção, “exigindo ou aceitando facilmente dos potentados indianos altas somas que não podia ou não tencionava pagar”.²⁸ Martim Afonso também usou suas tropas para saquear povoados desarmados, como foi o caso da tomada do pagode de Telibacaré, em Cambaia, à qual todos os futuros cronistas lusos iriam se referir com horror e reprovação. Segundo um deles, Diogo do Couto, a mera menção do nome de Martim Afonso “infundia terror às gentes do Oriente”.²⁹

Antes de se envolver em façanhas tão sangrentas quanto rentáveis, Martim Afonso já estava de tal modo desapegado de suas capitânias brasileiras que, em carta escrita da Índia, em dezembro de 1535, e enviada para D. Antônio de Ataíde, ele diria, não sem alguma ironia: “Pero Lopes me escreveu que Vossa Senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil que eu lá tenho. Pois mande-a tomar toda, ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo.”³⁰

AS AVENTURAS DE PERO LOPES

Enquanto Martim Afonso lutava e enriquecia na Índia, Pero Lopes não apenas mantinha ativa correspondência com o irmão como prestava serviços à Coroa em outro conflituado palco de guerra: o mar Mediterrâneo. Como Martim Afonso, ele não teria tempo nem interesse para se dedicar às capitânias que recebera no Brasil.

Nos últimos dias de março de 1534, Pero Lopes e seu primo Tomé de Sousa, futuro governador-geral do Brasil, tinham partido de Lisboa à frente de uma armada enviada para o Marrocos com a missão de socorrer a praça de Safim, na costa ocidental daquele país. Como os turcos otomanos no mar Vermelho, os xarifes muçulmanos da dinastia Sus desafiavam as bases do império lusitano fincadas em território marroquino.

Em fins de agosto de 1534, Pero Lopes estava de volta ao reino e no dia 1º de setembro recebia a carta de doação da capitania de Santo Amaro, colada a São Vicente. Mas, menos de seis meses depois, era nomeado um dos capitães da armada portuguesa que iria se juntar à enorme frota que o imperador Carlos V comandaria pessoalmente, ao lado do almirante genovês Andrea Doria, com o objetivo de varrer do Mediterrâneo a esquadra do *pirata turco Barba Roxa*, terror daquele mar.

Pero Lopes partiu do Algarve em 4 de março de 1535. O imperador deixou Madri em abril e zarpou de Barcelona em 30 de maio. As duas armadas se encontraram em alto-mar e, no



O Barba Roxa

Conhecido como Barba Roxa pelos cristãos, o pirata que aterrorizava o Mediterrâneo era turco e se chamava Khayr al-Din. Junto com seu irmão Arudj, ele partira de Constantinopla em 1515 para conquistar a Argélia. Em 1519, fundou o porto de Argel e, sob a suserania do sultão Selim, de Constantinopla, criou a chamada Regência da Argélia, que manteve estado de “guerra perpétua aos cristãos”. Khayr e Arudj também eram chamados de “piratas barbarescos”. Ao vencê-los, em Argel, o imperador Carlos V resgatou 20 mil cristãos que haviam sido presos pelos piratas e eram usados como remadores em suas galés. Carlos V festejou a libertação daqueles homens pelo fato de as galés do inimigo terem ficado sem força motriz. Em 1543, o rei da França, Francisco I, aliou-

início de julho, atacaram e tomaram os portos de Túnis e Argel, no norte da África, destruindo a frota do Barba Roxa.

se ao Barba Roxa na guerra contra Carlos V, acordo que escandalizou a Europa. O pirata morreu em 1546. Acima, o navio usado por Carlos V na luta contra o Barba Roxa.

Na segunda quinzena de outubro de 1535, Pero Lopes já estava outra vez em Lisboa. Um mês depois – mais ou menos quando recebeu a carta de doação de seu terceiro lote no Brasil (a capitania de Itamaracá) –, casou-se com D. Isabel de Gamboa, “rica herdeira da corte”. Foi uma união vantajosa: D. Isabel era filha de Tomé Lopes de Andrade, que fora feitor da Casa da Índia e, mais tarde, representante do rei D. Manoel na Antuérpia, onde acumulara uma fortuna. Com a morte do pai, ocorrida em 1516, D. Isabel tornara-se uma mulher opulenta.

Antes de partir para outras ações militares – novamente em companhia do primo Tomé de Sousa –, Pero Lopes repetiu o que fizera seu irmão: assinou uma procuração nomeando D. Isabel a responsável pela colonização de seus três lotes no Brasil. Mas sua esposa ainda levaria sete anos para tomar qualquer atitude prática – e só o faria após a morte do marido, ocorrida na Índia por volta de 1541.

Ironicamente, a ida de Pero Lopes para a Índia foi um prêmio por seu desempenho à frente da esquadra guarda-costas dos Açores, para onde ele fora enviado poucos meses após seu casamento. Em combate travado em 28 de setembro de 1536, Pero Lopes conseguiu tomar mais um navio francês. Embora tenha perdido sete soldados e quebrado uma perna durante o confronto, o irmão de Martim Afonso matou 17 franceses e capturou a embarcação com a qual eles estavam retornando da costa brasileira – como sempre, carregados de pau-brasil e desrespeitando os acordos entre as duas Coroas.

A FUNDAÇÃO DE BUENOS AIRES

Apesar de essa nova façanha de Pero Lopes ser mais um sinal de que

os franceses não tinham desistido de seu assédio ao litoral brasileiro, o rei D. João III logo teria motivos mais sérios para se preocupar com sua colônia americana. E os rápidos desbobramentos dessa outra questão – somados à destruição de São Vicente após a Guerra de Iguape e ao pouco interesse de Martim Afonso por suas capitanias – o levariam a também optar pelo abandono do projeto, outrora tão estimulante, de conquistar a Costa do ouro e da prata.

Embora o fato de D. João ter concordado em juntar seus navios à esquadra com a qual Carlos V vencera o pirata Barba Roxa e tomara Túnis e Argel em julho de 1535 fosse um indicativo de suas eventuais alianças com o imperador, o monarca luso ainda tinha muitos litígios territoriais com seu poderoso cunhado. E nenhum deles era maior do que a luta pela posse do rio da Prata.

Por isso, a notícia de que Carlos V enfim autorizara o envio de uma poderosa frota com o objetivo de colonizar a foz daquele estuário repercutiu muito mal em Portugal. O fato de aquela informação ter chegado a Lisboa já em fins de 1533 funcionara – como já foi dito – como um estímulo a mais para deflagrar o processo que resultara na divisão do Brasil em capitanias hereditárias.

De início, porém, uma série de entraves burocráticos e questões políticas retardaram a assinatura da capitulação que Carlos V deveria firmar com apenas um entre os vários fidalgos castelhanos que se propunham a investir o próprio dinheiro na aventura platina. O favorecido acabou sendo o cavaleiro D. Pedro de Mendoza – e o recente retorno de Fernando Pizarro do Peru com certeza há de ter acelerado o ritmo daquelas negociações, concretizadas em maio de 1534.

Governador do Prata

Além de ser filho do embaixador castelhano em Portugal, Lope Hurtado de Mendoza, D. Pedro de Mendoza era irmão do embaixador em Roma e do cardeal arcebispo de Sevilha. Também era primo dos vice-reis do México e do Peru. Provinha, portanto, de uma das famílias mais nobres de Castela. Foi com ele que Carlos V celebrou acordo em maio de 1534, nomeando-o o primeiro “adelantado” (ou governador) da região do rio da Prata. D. Pedro de Mendoza comprometeu-se a investir 40 mil ducados na colonização daquela remota região.

Com um *parentesco ilustre*, e aproveitando-se do extraordinário chamariz que o ouro peruano representava, Pedro de Mendoza não encontrou dificuldades em convencer duas das famílias mais ricas da Europa – os banqueiros alemães *Függer* e *Welser* – a financiarem a armação de sua extraordinária frota. De fato, com 14 navios, com cavalos, muitas cabeças de gado e de suínos, e quase três mil tripulantes – entre os quais 2.500 espanhóis e cerca de duzentos alemães, holandeses e saxões –, aquela era a maior esquadra que Castela jamais havia enviado para o Novo Mundo.

A frota zarpou de Sevilha no dia 20 de agosto de 1534. O cronista Gonzalo Fernandes de Oviedo, testemunha ocular da História, assegurou que “aquela companhia não deixaria de impressionar a armada de César, ou a de qualquer outro soberano do mundo”.³¹ A imponência da esquadra e as festividades que cercaram sua partida não poderiam dissimular melhor a tragédia que logo se abateria sobre ela.

Entre os integrantes da frota de Pedro de Mendoza não estavam apenas ricos fidalgos castelhanos, feitores alemães ou negociantes flamengos. A bordo seguiam também dois homens que conheciam muito bem o sul do Brasil: Gonçalo da Costa, “genro” do Bacharel, e Melchior Ramires, náufrago de Solís, companheiro do finado pioneiro Aleixo Garcia e um dos fundadores do porto dos Patos.

Talvez não seja despropositado lembrar que Gonçalo da Costa tinha partido de Cananeia em junho de 1530. Logo após sua chegada a Castela,



Os Donos do Dinheiro

Jacob Függer (acima) e Bartolomeu Welser (abaixo) estavam entre os homens mais ricos do mundo no século XVI. O poderio da família Függer se iniciara com negócios têxteis. Os Welser se dedicavam à especulação com terras e bens imóveis. Os Függer já haviam financiado a eleição de Maximiliano, avô de Carlos V, e por isso obtiveram o monopólio da exploração da prata nas minas do Tirol. Já os Welser receberam de Carlos V o atual

ele fora atraído para Lisboa, onde, em outubro, mantivera uma longa entrevista com o rei D. João III. Ao retornar para Sevilha, depois de ter recusado as “mercês” que o monarca lusitano lhe oferecera, ele havia revelado à imperatriz D. Isabel os planos relativos à expedição de Martim Afonso de Sousa. Em retribuição à sua lealdade, D. Isabel o nomeara “capitão no serviço das Índias” através de cédula real assinada em 30 de julho de 1531.

Por três anos Gonçalo da Costa permaneceu em Sevilha, recebendo soldo, mas sem emprego. Foi somente após assinar com D. Pedro de Mendoza as capitulações para “conquistar e povoar as terras e províncias que ficam no rio de Solís, que chamam da Prata” que o imperador Carlos V escreveu para o genro do Bacharel ordenando-lhe que acompanhasse a expedição. Gonçalo da Costa embarcou levando consigo três filhos, um tio e um primo que, de acordo com suas próprias declarações, “tinham notícias das regiões do Prata”. Ele acabaria se tornando uma figura-chave naquela malfadada aventura.

As desventuras de D. Pedro de Mendoza no Prata ficaram conhecidas graças ao diário escrito pelo alemão Ulrich Schmidel. Andarilho nascido na Bavária por volta de 1510, Schmidel perambulava sem rumo pela Europa até alistarse na frota de Pedro de Mendoza como soldado raso. Estava disposto a partir para o Novo Mundo pelo simples prazer da aventura.

Como ele, vários mercenários alemães não

território da Venezuela, onde seus feitores dedicaram-se à procura do reino do Eldorado. Carlos V nunca lhes pagou o empréstimo, mas concedeu-lhes títulos de nobreza, gerando em Castela o ditado popular: “Don Dinero es poderoso caballero.”



tiveram dificuldade em juntar-se à expedição, já que cinco dos 14 navios que compunham a frota pertenciam aos banqueiros alemães Bartolomeu Welser, de Nuremberg, e Jacob Függer, de Augsburg. Ambos, especialmente Függer, haviam sido os principais responsáveis pela eleição de Carlos V ao cargo de imperador do Sacro Império Romano, em 1519. Passados 15 anos, o imperador ainda lhes devia muito dinheiro.

A jornada de Pedro de Mendoza através do Atlântico decorreu sem maiores incidentes – embora, já nas proximidades da costa brasileira, uma das naus tenha se desgarrado, indo naufragar na costa do Rio Grande do Norte. Lá, vários dos marinheiros que escaparam do desastre foram devorados pelos Potiguar. Alguns poucos sobreviventes seriam recolhidos, meses mais tarde, pela expedição que os donatários Fernão d’Álvares de Andrade e João de Barros enviaram para colonizar o Maranhão.

Em janeiro de 1535, abalada por problemas internos,³² a frota de Mendoza entrou no estuário do Prata. Após avançar cerca de 250 quilômetros rio acima, ancorou na margem esquerda daquele grande curso d’água. O primeiro espanhol a desembarcar, um certo Sancho del Campo, exclamou: “Que buenos aires son los de este sitio.” No dia 2 de fevereiro os espanhóis já estavam estabelecidos ali, erguendo, nas margens de um pequeno córrego, o vilarejo batizado de Santa Maria del Buen Aire – a futura cidade de Buenos Aires.

Assim que pisaram em terra, os estrangeiros depararam com cerca “de três mil homens, com suas mulheres e filhos”.³³ Eram os Querandi, uma das várias tribos que constituíam a grande nação Charrua. “Durante duas semanas”, conta Schmidel, “estes querandis compartilharam todos os dias

O Sacro Imperador

O cargo de Imperador do Sacro Império Romano era eletivo. Com a morte de Maximiliano de Habsburgo, em 1517, o posto ficou vago. Embora Maximiliano fosse avô de Carlos (então Carlos I, rei da Espanha), Francisco I, da França, e Henrique VIII, da Inglaterra, também entraram na disputa. Mas Carlos obteve o apoio dos banqueiros alemães Függer e Welser, e comprou o colégio eleitoral, pagando a seus membros 141 mil ducados que obteve dos Welser e 543 mil ducados dados pelos Függer em forma de letras de câmbio pagáveis após a eleição. Carlos V tornou-se imperador em 1519.

conosco sua pobreza de pescado e carne. No décimo quinto dia, eles não vieram. Então nosso comandante enviou o tenente Juan Pavón e dois soldados até o acampamento deles para pegar comida. Chegando lá, esses homens se comportaram de tal forma que os índios os surraram com paus e os mandaram embora”.

Indignado, D. Pedro de Mendoza determinou que seu irmão, D. Diego, acompanhado por 300 soldados, fosse até o acampamento dos nativos e “lhes desse uma boa lição”. Mas, quando os espanhóis chegaram ao local onde se encontravam os indígenas, eles já eram cerca de cinco mil e estavam prontos para o confronto. Com suas boleadeiras (armas com três pedras atadas a uma tira de couro), derrubaram os europeus de seus cavalos e, além de D. Diego, mataram seis cavaleiros e 20 soldados. Embora mais de mil Querandi tenham sido mortos, para os espanhóis o combate resultou em desastre, já que, a partir de então, eles não tiveram um só momento de paz.

Ao longo dos quatro meses seguintes, ajudados por outras tribos Charrua, os Querandi sitiaram Buenos Aires. Dentro das muralhas de barro que ergueram para se proteger, os espanhóis passaram terríveis privações. Após comerem todos os ratos, cobras e ervas que puderam encontrar, só lhes restou alimentar-se com o couro fervido de suas botas e seus cintos. Mas o pior estava por vir: no dia 24 de julho de 1535, cerca de 23 mil nativos – Querandi, Charrua e Chaná coligados – dirigiram *um ataque frontal* ao vilarejo. A luta durou o dia todo. Quando anoiteceu, as casas erguidas dentro do fortim tinham sido destruídas por flechas incendiárias, quatro das 13 naus estavam queimadas e apenas 560 europeus haviam sobrevivido.

Destruição no Prata

O ataque dos Querandi, Charrua e Chaná à nascente Buenos Aires foi a primeira vitória em grande escala dos nativos sobre os europeus na América do Sul. Os indígenas voltariam a atacar e devastar o vilarejo em oito outras ocasiões. Foi somente a partir de 1580 que os espanhóis conseguiram se estabelecer definitivamente às margens do Prata.

Uma extraordinária consequência do primeiro ataque a Buenos Aires (abaixo) foi que, após a destruição do vilarejo, os cavalos trazidos pelos castelhanos se espalharam pelo pampa. Domados pelos

Pedro de Mendoza determinou então que alguns dos sobreviventes subissem o Prata em direção ao rio Paraná, à procura de novo lugar onde se estabelecer. Também enviou seu irmão Gonzalo de Mendoza para o porto dos Patos com a missão de obter provisões entre os Carijó. Para guiá-lo até lá, Pedro de Mendoza escalou Gonçalo da Costa – um grande conhecedor da região.

Quando Gonçalo da Costa e Gonzalo de Mendoza chegaram a Santa Catarina, encontraram refugiados ali os homens de Ruy Garcia Moschera que, seis meses antes, haviam saqueado São Vicente, durante a Guerra de Iguape. Moschera e seus companheiros uniram-se aos recém-chegados e, em companhia deles, retornaram com os mantimentos para o rio da Prata. Quando chegaram lá, Pedro de Mendoza já havia abandonado Buenos Aires e estava instalado às margens do rio Paraná, no fortim de Sancti Spiritus (o estabelecimento que Sebastião Caboto fundara quase dez anos antes, nos arredores da atual cidade de Rosário).

Entre os quase 2.500 mortos que os espanhóis deixaram sepultados entre as ruínas de Buenos Aires estavam os três filhos, o tio e o primo de Gonçalo da Costa, além do náufrago de Solís, Melchior Ramirez.

A CAPITANIA DE PERO DE GÓIS

No instante em que os espanhóis travavam seus terríveis combates contra os Querandi e os Charrua, o vilarejo de São Vicente continuava desbaratado e os portugueses remanescentes esforçavam-se para reerguê-lo. O lugar-tenente Pero de Góis – que fora ferido com gravidade durante sua tentativa de tomar Iguape e prender o Bacharel – ficou cerca de seis meses convalescendo, precariamente instalado em São Vicente.

nativos, esses cavalos – e seus descendentes – iriam modificar por completo o modo de vida dos Charrua e dos Querandi, que ficariam conhecidos como índios-cavaleiros graças à admirável habilidade com suas montarias.



Assim que recuperou as forças, Góis partiu para Portugal. Chegou ao reino em fins de 1535, ainda com cicatrizes pelo corpo todo e com a lastimável novidade de que tanto São Vicente quanto Piratininga se encontravam virtualmente despovoadas. Embora tivesse apenas más notícias para dar, uma boa nova o aguardava em Lisboa.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'P. Góis', with a stylized, flowing script.

Assinatura de Pero de Góis

Cerca de um ano e meio antes, a 10 de março de 1534, o rei D. João III tinha assinado um “alvará de lembrança” incluindo o nome de Góis entre os futuros donatários. Aquele fora um pedido pessoal de Martim Afonso, que pretendia, dessa forma, premiar seu leal assessor. Góis acabaria se tornando, assim, o único dos donatários que não era nem funcionário da Fazenda nem militar com carreira na Índia. Isso também explica o fato de ele sempre ter sido considerado o donatário que menos dispunha de recursos pessoais para levar adiante um projeto colonial. Com menos de 30 anos, Pero de Góis era também o mais jovem entre os doze agraciados com terras no Brasil.



No dia 28 de fevereiro de 1536, o rei assinou a carta de doação concedendo-lhe a capitania de São Tomé, mais tarde chamada de “Campos dos Goitacases” e, por fim, de Paraíba do Sul. Além de ser o último lote doado pela Coroa, a capitania de Góis era a menor de todas: tinha apenas 30 léguas (cerca de 180 quilômetros) de largura. Iniciava-se ao sul da foz do rio Itapemirim (no atual estado do Espírito Santo) e se prolongava até a foz do rio Macaé (RJ). Ficava, portanto, entre a capitania do Espírito Santo (concedida a Vasco Fernandes Coutinho em junho de 1534) e a capitania do Rio de Janeiro, que pertencia a Martim Afonso.

Em abril de 1536, Pero de Góis já estava de volta a São Vicente. Lá, recolheu seu irmão, Luís de Góis – que o acompanhara ao longo de toda a expedição de Martim Afonso –, e, com alguns poucos colonos, transferiu-

se para os sertões ainda inexplorados de sua capitania. No inverno de 1536, ele chegou à vasta planície através da qual os rios Paraíba do Sul e Itapemirim deságuam no Atlântico, após serpentear em meio a línguas de terra e brejais extensos e insalubres.

Embora a maioria de seus homens tenha adoecido de febres palustres, Pero de Góis foi capaz de erguer uma pequena cidade. Ele a batizou com o nome de Vila da Rainha – em homenagem à rainha Catarina, mulher de D. João III. Como esse vilarejo logo seria destruído pelos nativos, os historiadores ainda discutem onde ele se localizava. Mas vários indícios permitem supor que a Vila da Rainha ficava na margem direita do rio Paraíba do Sul, onde hoje se ergue a cidade de Campos (RJ). Foi lá que Pero de Góis deu início ao plantio de cana-de-açúcar, graças ao qual esperava prosperar rapidamente. Como no caso de outras capitanias, porém, quase nada daria certo em São Tomé.

O fato de Pero de Góis ter erguido a Vila da Rainha não no litoral, mas a cerca de 30 quilômetros da costa, em pleno continente, já era, em si, um indício de que seu lote oferecia condições pouco favoráveis para a colonização. Com efeito, a formação geológica daquele trecho inóspito do litoral brasileiro impedira a existência de portos ou enseadas naturais. Pero de Góis sofreu profundamente os efeitos desse isolamento.

OS GOITACÁ

Ainda mais grave, no entanto, era o fato de a capitania de Góis se localizar justamente em pleno território tribal dos Goitacá. Os Goitacá (aportuguesamento da palavra tupi *Waitaká*) eram uma das únicas nações indígenas da costa do Brasil que não pertencia ao grupo linguístico Tupi-Guarani. Na verdade, como os seus vizinhos Aimoré (do grupo Jê), os Goitacá tinham resistido à invasão Tupi do litoral brasileiro, que começara no início da era cristã e ainda estava em andamento quando os portugueses desembarcaram no Brasil em 1500.

Baseando-se nos depoimentos que sobre eles deixaram vários cronistas

europeus contemporâneos, não chega a ser uma surpresa o fato de os Goitacá não terem sido vencidos pelos Tupi. Altos, robustos e de pele mais clara que os demais povos da costa, os Goitacá eram guerreiros tremendos. Usavam flechas enormes, eram grandes corredores e nadadores inigualáveis. Entre as suas façanhas mais extraordinárias estava a pesca de tubarões, realizada em incríveis lutas corpo a corpo.

De acordo com o relato de frei Vicente do Salvador (1564-1639), os Goitacá mais pareciam “homens anfíbios do que terrestres”, que nenhum branco era capaz de capturar, pois, “ao se verem acossados, metem-se dentro das lagoas, onde ninguém os alcança, seja a pé, de barco ou a cavalo”. Ainda conforme frei Vicente, os Goitacá eram capazes de capturar peixes “a braço, mesmo que sejam tubarões, para os quais levam um pau que lhes metem na boca e como o tubarão fique de boca aberta, que não a pode cerrar com o pau, com a outra mão lhe tiram por ela as entranhas, e com elas a vida, e o levam para a terra, não tanto para o comerem como para dos dentes fazerem as pontas de suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas”.³⁴

Se não comiam tubarões, os Goitacá eram, segundo o francês Jean de Léry (1534-1611), “grandes apreciadores de carne humana, que comem por mantimento e não por vingança ou pela antiguidade de seus ódios”.³⁵ Para Léry, a tribo devia ser “considerada como a mais bárbara, cruel e indomável das nações do Novo Mundo: selvagens estranhos e ferozes que não só não conseguem viver em paz entre si como mantém guerra permanente contra seus vizinhos e contra estrangeiros”.



Os Waitaká

O significado da palavra Waitaká é um tanto controverso. Alguns tupinólogos acham que o termo designava “grandes corredores” e era originário do verbo “guata” (“correr”, “marchar”). Mas o pesquisador Bezerra de Meneses assegura que a palavra provinha de “aba” (homem) “ytá” (nadar) e quaa (“saber”), ou seja, “gente que sabe nadar”. Ambas as explicações podem estar corretas, pois os Waitaká eram, de fato, extraordinários nadadores e grandes corredores.

Embora rival de Léry, o cosmógrafo André Thevet (1502-1592) confirma o relato de seu desafeto. Thevet afirmou que, após capturar um inimigo, os Goitacá “imediatamente o trucidam e comem seus pedaços quase crus, como fazem com outras carnes”. Depois de narrar o caso de um guerreiro Goitacá que, mesmo tendo a cabeça aberta por um golpe de tacape, foi capaz de se erguer e atacar seu carrasco, Thevet escreveu: “Eu jamais acreditaria nisso se não tivesse visto com meus próprios olhos.”³⁶

À luz desses relatos (aos quais se poderiam somar muitos outros) não é difícil imaginar os terríveis problemas que Pero de Góis iria enfrentar. No entanto, os devastadores ataques dos Goitacá, responsáveis pela destruição e abandono da capitania de São Tomé, só seriam deflagrados alguns anos após o desembarque do donatário – e, como se verá, os responsáveis por eles foram os próprios portugueses.

De início, apesar do surto de malária que se abateu sobre vários colonos, as coisas correram bem na Vila da Rainha. Tanto é que, em 14 de agosto de 1537 – cerca de um ano após o início da colonização de sua capitania –, Pero de Góis sentiu-se seguro o bastante para se ausentar de seus domínios. A bordo de um de seus navios, ele se dirigiu para o norte, para decidir, junto com o donatário da capitania do Espírito Santo, onde ficava o limite entre os dois lotes.

Com efeito, na terceira década de 1500 aquela parte do litoral brasileiro era tão pouco conhecida (por causa da inexistência de portos naturais) que as cartas de doação assinadas pelo rei não definiam claramente onde passava a extrema entre as duas capitanias. Góis e seu vizinho, Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, travaram uma relação amistosa e, de comum acordo, escolheram a foz do rio Itapemirim como o limite entre os dois lotes. O encontro foi tão prazeroso que, em carta enviada para o rei, em fins de 1537, Vasco Fernandes fez várias referências simpáticas a Pero de Góis, afirmando que ele o ajudara a combater os nativos e lhe dera alguns escravos.

A Chave da Pérsia

Erguida na inóspita ilha de

A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

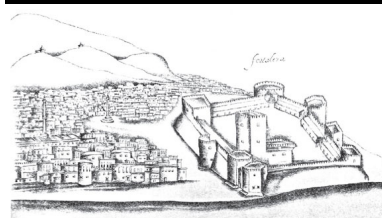
Ironicamente, os problemas que causaram a desgraça de São Tomé iriam se iniciar a partir do Espírito Santo.

Vasco Fernandes Coutinho, donatário daquela capitania, possuía extraordinária folha de serviços prestados à Coroa no Oriente. Ele fora para a Índia pela primeira vez em 1508, com cerca de 20 anos de idade. Lá, servira sob as ordens de Afonso de Albuquerque, o maior dos conquistadores lusos do Oriente. Em julho de 1511, participara da tomada de Malaca (próxima a Singapura, na Malásia). Malaca era um porto de imensa importância estratégica, a partir do qual os lusos seriam capazes de estender seus domínios até o mar da China.

A tomada de Malaca foi uma batalha terrível, durante a qual Coutinho se consagrou ao investir contra “uma carga de elefantes que esgrimavam com espadas nas trombas”.³⁷ Como prêmio pela bravura em combate, foi feito alcaide-mor (ou governador) da *fortaleza de Ormuz*, outro ponto de enorme valor estratégico, situada na entrada do golfo Pérsico. Permaneceu naquele posto de 1514 a 1524, quando partiu para a China, onde lutou ao lado de Duarte Coelho, futuro donatário de Pernambuco. Em 1527, já estava na África, combatendo os muçulmanos no litoral do Marrocos.

Ao retornar para Portugal, em meados de 1528, Vasco Fernandes Coutinho tinha se tornado um homem rico. Tanto é que, entre várias propriedades, possuía “um prédio de casas”³⁸ em Santarém, uns 70

Gerum – um arenoso pedaço de terra localizado na estreita passagem entre o golfo Pérsico e o golfo de Omã –, a fortaleza de Ormuz (abaixo) foi construída em outubro de 1507 por Afonso de Albuquerque, o Terrível. Desde 1501 os lusos sabiam que, “além de muito rica e nobre”, a cidade de Ormuz era “a chave das Pérsias”. A cidade enriquecera graças ao comércio de cavalos árabes, exportados para a Índia com lucros superiores a 300%. Ormuz também exportava pérolas, seda, almíscar, âmbar, frutas secas e cereais, em troca do arroz indiano. A alfândega de Ormuz rendia cerca de 60 mil cruzados por ano aos portugueses. A fortaleza de Ormuz ficou sob seu poder até fevereiro de 1622, quando uma frota persa – apoiada por uma esquadra inglesa – tomou aquela praça de guerra.



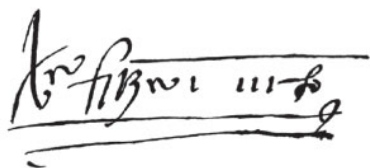
quilômetros a noroeste de Lisboa, que arrendava para o hospital da cidade. Além disso, ganhava uma tença (ou pensão) de 30 mil reais.

Apesar dessa renda, Coutinho talvez passasse por dificuldades financeiras, já que, em fins de 1528, o rei D. João III assinou um alvará determinando que os vereadores da Câmara de Alenquer não lhe cobrassem o imposto de 28 mil reais relativo à compra de uma mansão na qual o futuro donatário do Espírito Santo decidira se instalar, disposto a “aquietar-se das canseiras do Oriente”.³⁹

Embora se mantivesse “distante das intrigas palacianas, na sua vida tranquila de herói em repouso”⁴⁰ Vasco Fernandes Coutinho acabou tendo seu nome incluído na lista de donatários do Brasil. O fato de a vila que ele adquirira em Alenquer localizar-se ao lado da casa de campo que D. Antônio de Ataíde possuía na região pode explicar o motivo pelo qual ele foi lembrado para receber uma capitania no Brasil – sem que a tivesse solicitado.

No dia 1º de junho de 1534, o rei assinou a carta de doação e Vasco Fernandes aceitou o desafio de instalar-se num sertão remoto e até então desconhecido. Teria o resto da vida para lamentar a decisão.

Sua capitania – que, de início, sequer tinha nome – começava ao sul da foz do rio Mucuri (quase na divisa entre os atuais estados da Bahia e do Espírito Santo) e terminava 50 léguas (ou 350 quilômetros) mais ao sul, em lugar não claramente definido pela carta de doação, já que se tratava de um território praticamente inexplorado.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Vasco Coutinho', with a horizontal line underneath.

Assinatura de Vasco Coutinho

Assim que recebeu a mercê real, Vasco Coutinho vendeu tudo o que possuía em Portugal. Obteve 300 mil reais em troca de sua propriedade em Alenquer e, a seguir, vendeu, para o próprio rei, por 225 mil reais, os direitos sobre sua pensão vitalícia. Com o dinheiro, começou a armar a expedição com a qual iria tentar colonizar o Espírito

Santo.

Os historiadores divergem com relação ao caráter e as intenções de Vasco Fernandes Coutinho. Para alguns, ele era o “típico cavaleiro renascentista, leal, fiel e dedicado”.⁴⁰ Para outros, seu plano era estabelecer um “principado independente no Brasil”.⁴¹ Há sinais de que, para isso, ele teria mesmo pensado em aliar-se aos franceses. Mas, como essa acusação foi feita pelo colono Duarte de Lemos, o principal desafeto de Coutinho, é preciso interpretá-la com ressalvas.

Em um ponto, porém, todos os cronistas concordam: embora fosse um militar eficiente, um amigo leal e um homem generoso, Coutinho iria se revelar um péssimo administrador e um chefe excessivamente liberal e irresponsável.

De toda forma, os principais problemas enfrentados pelo donatário do Espírito Santo – e que iriam precipitar a ruína não só de sua capitania como a da vizinha São Tomé – foram indiretamente provocados pelo próprio rei. Afinal, embora ainda não tivesse assinado o alvará mediante o qual transformou o Brasil em território de “couto e homizio”, D. João III decidiu que Vasco Fernandes levaria consigo 60 degredados para a colônia. Foi o primeiro donatário incumbido dessa tarefa.

Julgando que muitos condenados estavam “escapando da justiça e refugiando-se em reinos estrangeiros”, o rei concluíra que seria “mais serviço de Deus e Meu que os sobreditos criminosos fiquem antes em terra de Meus senhorios e vivam e morram nela, especialmente na capitania do Brasil que ora fiz mercê a Vasco Fernandes Coutinho”. O mesmo alvará decretava também que esses homens, “indo-se para o dito Brasil para morar e povoar a capitania do dito Vasco Fernandes, não possam lá ser presos, acusados nem demandados ou constrangidos nem executados por nenhuma via nem modo que seja pelos casos que cá [em Portugal] tiverem cometido”.⁴²

O “HOMEM DE MALUCO”

Entre as dezenas de “ladrões e desorelhados” que Coutinho foi intimado a trazer para o Brasil estavam dois degredados de origem nobre – que logo se revelariam os mais insubmissos dentre todos. Eram eles os fidalgos D. Simão de Castelo Branco e D. Jorge de Meneses – que, no Brasil, ficaria conhecido como “o homem de Maluco”.

D. Jorge de Meneses, “fidalgo de elevada nobreza”,⁴³ iniciara sua carreira militar na Índia em 1520. Lá, ao tomar parte nos combates contra o samorim de Calicute, tivera a mão direita decepada. Foi, por isso, premiado com o cargo de governador de “Maluco” – como os portugueses então chamavam as *ilhas Molucas*. Durante a viagem desde a Índia até lá, Meneses tornou-se o descobridor da Nova Guiné – o que lhe assegura lugar de relativo destaque na saga ultramarina dos portugueses pelos mares do mundo.

Mas, após desembarcar na ilha Ternate, em maio de 1527, o “homem de Maluco” começou a se tornar “o monstro de perversidade”⁴⁴ ao qual os próprios cronistas lusos iriam se referir com horror. Pouco dias após assumir o cargo de governador, D. Jorge teria convencido os reis das minúsculas ilhas Tibore e Gibolo a matar os espanhóis ali estabelecidos, “lançando peçonha na água do poço de que bebiam”.⁴⁵ Naquela época, lusos e castelhanos ainda disputavam a



As Ilhas Molucas

Tidas, com razão, como “o berço de todas as especiarias”, as Molucas são cinco ilhas de origem vulcânica que se localizam ao sul das Filipinas, entre Bornéu e a Nova Guiné, no sudeste da Ásia. Ali era o único lugar no qual crescia o cravo-da-índia – especiaria cujo quintal (60 quilos) valia 40 cruzados. Os portugueses descobriram as Molucas em 1511.

Acima, retrato de D. Jorge de Meneses. O fato de existir retrato dele revela sua nobreza e importância, já que não há imagens de nenhum dos donatários do Brasil, com exceção de Martim Afonso de Sousa e João de Barros.

posse das Molucas.

O plano de Meneses falhou porque o capitão da fortaleza de Maluco, o português Gaspar Pereira, alertou os espanhóis. D. Jorge então matou o delator, tornando-se um governador “progressivamente despótico e cruel”.⁴⁶ Em agosto de 1530, ele mandou decapitar o “quichil” (espécie de sultão) da ilhota Reves. O assassinato provocou uma insurreição geral entre os nativos e, por dois meses, os portugueses ficaram sitiados em seu fortim, “não ousando sair mais do que [a distância de] um tiro de arcabuz”.



Em outubro, o capitão Gonçalo Pereira – que alguns historiadores julgam ser parente de Gaspar Pereira, o homem assassinado por Meneses – chegou a Ternate, vindo da Índia. Ele levantou o cerco à fortaleza e prendeu D. Jorge de Meneses, enviando-o a ferros para Portugal.

Quanto a Simão de Castelo Branco – o outro fidalgo degredado para o Espírito Santo –, os dados são mais escassos. Sabe-se apenas que lutara em Azamor, no Marrocos, onde chegou a possuir “uma fortuna em cavalos e criados”,⁴⁷ antes de se desentender com D. João III e ser enviado a ferros para Lisboa.

O “VILÃO FARTO” DE VASCO COUTINHO

Em companhia de D. Jorge de Meneses, D. Simão de Castelo Branco e de outros 58 degredados, Vasco Coutinho partiu de Lisboa em dezembro de 1534, a bordo da nau *Glória* – que havia comprado com o dinheiro da venda de sua pensão. A travessia do Atlântico decorreu sem transtornos. Após uma breve escala na Bahia, em fins de fevereiro de 1535, o donatário zarpou para o sul, em direção aos seus inexplorados domínios.

Após examinar as embocaduras dos rios Doce e São Mateus, numa ensolarada manhã de domingo, dia 23 de março de 1535, os expedicionários entraram numa baía de extraordinária beleza natural e

grande valor estratégico. Coalhada de ilhas verdejantes, regada por vários rios e emoldurada por majestosos picos de granito (futuramente chamados de penhasco da Penha, pico do Moreno e penedo do Pão de Açúcar), a baía guardava grandes semelhanças com a Guanabara.

Como era domingo de Pentecostes, Coutinho decidiu batizar seu lote com o nome de capitania do Espírito Santo. “Mas a invocação”, reflete o historiador Varnhagen, “procedera do hábito: estava só nos lábios, não nascera no coração.”⁴⁸

A *Glória* ancorou na praia que os nativos chamavam de Piratininga, localizada imediatamente ao sul do monte Moreno. De acordo com o relato de frei Vicente do Salvador, Coutinho e seus homens “desembarcam sobre chuva de flechas” disparadas pelos indígenas que perambulavam pela praia. Tendo ou não ocorrido o combate, foi exatamente ali que o donatário decidiu erguer o vilarejo mais tarde chamado de Vila Velha.

Como, naquela época, a posse dessa região era disputada por três nações indígenas, é praticamente impossível saber quais os nativos que teriam enfrentado os colonos no instante de seu desembarque: se os Goitacá, se os Aimoré ou se os Tupiniquim do sul da Bahia. De todo modo, os tiros de arcabuz forçaram os nativos a bater em retirada e buscar refúgio na mata. Para eles, a vila fundado por Coutinho seria chamada de Mboab – “o lugar habitado pelos emboabas”, ou “forasteiros”.

A Outra Guanabara

Abaixo, mapa da baía de Vitória, coalhada de ilhas, entre as quais a de Santo Antônio, a do Frade e a do Boi – todas ocupadas pelos colonos do donatário Vasco Fernandes Coutinho.

Depois de erguer uma paliçada e instalar-se na praia de Piratininga, o donatário iniciou a doação de sesmarias. D. Jorge de Meneses recebeu a ilha do Boi, um certo Valentim Nunes tornou-se proprietário da ilha do Frade e o fidalgo Duarte de Lemos ganhou a ilha de Santo Antônio – todas localizadas no interior da atual baía de Vitória. Duarte de Lemos não fazia parte dos passageiros originais da nau *Glória*. Ele viera para o Brasil alguns meses antes, em companhia do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho. Mas, seduzido pelas propostas vantajosas de Vasco

Fernandes, feitas durante sua breve escala na Bahia, decidira “arrebanhar seus criados”⁴⁹ e acompanhar o donatário do Espírito Santo.



Enquanto seus colonos se instalavam nas ilhas da baía de Vitória, Vasco Coutinho se estabelecia na Vila Velha. A fertilidade da terra encantou o donatário: as matas ofereciam grande variedade de frutas comestíveis, os rios eram piscosos e o interior da baía, frequentado por grandes cardumes de peixes-boi – mamíferos aquáticos facilmente capturáveis “cuja carne sabe a vitela”. Em carta enviada ao rei, Coutinho revelou-se entusiasmado com o que chamou de “meu vilão farto”.

E assim, no dia 14 de agosto de 1537, quando Pero de Góis aportou em Vila Velha para se encontrar com Vasco Fernandes Coutinho e tratar da questão dos limites entre as duas capitanias, dois anos e cinco meses já se haviam passado desde que o donatário desembarcara e tudo ainda corria bem na capitania do Espírito Santo. A situação não iria permanecer assim por muito tempo.

A FUNDAÇÃO DE ASSUNÇÃO

Um dia após Coutinho e Góis terem se encontrado no Espírito Santo, a cerca de 1.500 quilômetros dali os remanescentes da expedição de Pedro de Mendoza estavam fundando a cidade de Assunção, atual capital do Paraguai.

Estrategicamente localizada na confluência dos rios Pilcomayo e Paraguai, Assunção teria grande influência na história da ocupação do sul do Brasil. Em primeiro lugar, com a construção daquele vilarejo, os espanhóis estavam bloqueando o caminho do Peabiru – o que impediria o avanço dos portugueses em direção ao oeste. Além disso, como a vila ficava na mesma latitude de Cananeia (ambas se localizam a 25° sul), os castelhanos logo pensaram em estabelecer um posto avançado nos domínios do Bacharel, já que concluíram – com razão – que, para os viajantes que viessem da Europa, seria mais fácil desembarcar em Cananeia e seguir até o Paraguai por terra do que navegar ao longo da perigosa costa sul brasileira, entrar no Prata e subir até Assunção pelo curso sinuoso dos rios Paraná e Paraguai.

Além de Cananeia ficar dentro da zona espanhola da demarcação de Tordesilhas, ali os castelhanos poderiam contar com o apoio do Bacharel – que, após a Guerra de Iguape, se aliara a eles e, desde 1536, trocava cartas com a imperatriz D. Isabel comprometendo-se a auxiliar os rivais dos lusos. Ele já fora incumbido de dar apoio a um certo Gregório Pesquera, que iria colonizar Cananeia em viagem que não se concretizou.

O Mal dos Cristãos

Os franceses chamavam a sífilis de mal dos espanhóis. Os espanhóis a chamavam de mal napolitano e os napolitanos, de mal dos franceses. A doença também era designada como mal escocês ou mal germânico. Os indígenas evidentemente a denominaram de mal dos cristãos. O nome sífilis só começou a ser usado depois que o médico e poeta veronês Girolamo Frascatoro (1478-1553) escreveu o poema Syphilis sive morbus gallicus, no qual o personagem principal, Syphilus, incorrendo na ira dos deuses, foi punido com uma moléstia repugnante. Frascatoro descreveu então a doença e sua antiga terapêutica, baseada no uso do mercúrio. De acordo com o relato de Ulrich Schmidel, desde o início da expedição ao rio da Prata D. Pedro de Mendoza estava “sempre melancólico, fraco e doente”. De fato, o comandante era portador da sífilis. Ele contraíra a doença durante o famigerado saque de Roma, ocorrido em 1527, na primeira fase da guerra entre Carlos V e Francisco I.

A importância de Assunção era ainda maior porque – incapazes de vencer a ferrenha resistência dos Querandi – os castelhanos haviam desistido de instalar-se em Buenos Aires. De fato, no dia 20 de abril de 1537, o governador Pedro de Mendoza simplesmente decidira abandonar a empreitada e retornar para a Espanha. Ao partir, deixou cerca de 250 homens precariamente instalados no fortim de Sancti Spiritus (de onde, em breve, eles partiriam rio acima para fundar Assunção).

O saque foi um autêntico ato de barbárie: ao longo de três dias, os soldados de Carlos V se dedicaram a todo tipo de vandalismo, roubos, assassinatos e estupros. Católico fervoroso, o imperador se indignou com aqueles feitos e puniu muitos dos responsáveis pelo vandalismo.

O navio no qual Mendoza zarpou para a Europa foi conduzido pelo português Gonçalo da Costa, “genro” do Bacharel de Cananeia. Em fins de julho, quando já se encontrava próximo ao arquipélago dos Açores, Mendoza – doente desde o início da expedição – morreu *de sífilis*. Enrolado em uma mortalha, seu corpo foi jogado ao mar.

Quando os espanhóis ancoraram nos Açores, Gonçalo da Costa já assumira o comando da expedição. Na ilha Terceira (uma das nove que constituem o arquipélago), Costa encontrou-se com Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca – talvez o mais extraordinário personagem europeu da conquista da América.

Cabeza de Vaca estava retornando para a Europa depois de ter passado oito anos como escravo de indígenas na América do Norte. Tinha caminhado cerca de oito mil quilômetros, descalço e nu, desde a Flórida até a Cidade do México, numa aventura sem igual na história da exploração do Novo Mundo. Por influência de Gonçalo da Costa, Cabeza de Vaca dentro em breve desembarcaria no Brasil.

Enquanto isso, os homens que D. Pedro de Mendoza deixara no fortim de Sancti Spiritus tinham decidido subir o rio Paraná em busca de um

lugar melhor onde se instalar. No dia 15 de agosto de 1537, tendo chegado à confluência dos rios Pilcomayo e Paraguai, eles fundaram Assunção. Além de fértil, a região era habitada pelos Guarani – indígenas muito menos aguerridos do que os Charrua.

Os Guarani forneceram aos espanhóis todos os mantimentos e o apoio logístico de que eles necessitavam. Tal circunstância não os livrou de um brutal processo de escravização, iniciado assim que os forasteiros, sob a liderança do capitão Domingo de Irala, se sentiram fortes o bastante para romper a aliança com os nativos que os tinham ajudado a instalar-se ali.

De acordo com vários depoimentos – entre os quais o do mercenário *Ulrich Schmidel*, testemunha ocular da História –, Assunção logo se tornou uma cidade mergulhada na mais absoluta devassidão: um lugar violento, onde os fidalgos castelhanos não só espancavam constantemente seus escravos como envolviam-se em inúmeros conflitos entre si e tinham inúmeras concubinas nativas. Houve até quem definisse a cidade como “o paraíso de Maomé”.

A CAPITANIA DE SANTO AMARO

Antes de saberem da fundação de Assunção – notícia de todo desvantajosa

O Líder dos Tamoio

O “cacique” Cunhambebe (“O gago”, em tupi) foi um dos principais líderes indígenas contra a ocupação portuguesa do Brasil – e o mais temido deles todos. Aliado dos franceses, manteve guerra constante contra os “perós”. Liderava seus homens em



O Cronista do Absurdo

Ulrich Schmidel voltou para a Alemanha em 1554, após vinte anos na América. Em 1564, escreveu suas memórias. Publicado em 1567 sob o título de Histórias verdadeiras de uma maravilhosa navegação que Ulrich Schmidel, natural de Straubing, fez durante os anos de 1534 a 1554 às Índias, ou Novo Mundo, em especial pelo Brasil e rio da Prata, o livro fez grande sucesso, embora narrasse eventos trágicos, como a destruição de Buenos Aires e a anarquia de Assunção. Segundo o historiador Samuel Morison, após fundar Assunção “cada espanhol constituiu seu próprio harém, e o governador Irala chegou a desposar as sete filhas do mais importante cacique local (a mais velha das quais tinha 18 anos)”. Acima, o retrato de Ulrich Schmidel feito para

para eles —, os remanescentes da expedição de Martim Afonso que haviam sobrevivido à Guerra de Iguape ainda labutavam para reerguer São Vicente. Aquela era tarefa árdua e, embora eles em breve pudessem contar com o auxílio de um novo grupo de colonos, vários anos seriam necessários antes que o antigo porto dos Escravos se restabelecesse.

Os reforços, que chegaram em 1538, eram parte de um grupo arregimentado por D. Isabel de Gamboa (esposa e procuradora de Pero Lopes). Mas, sob a chefia de um certo Gonçalo Afonso (companheiro de Pero Lopes na luta contra

grandes esquadrilhas de canoas (algumas com capacidade para 60 pessoas) e, em geral, desferia seus ataques à noite. Não temia a artilharia dos brancos: chegou a roubar seis canhões de uma caravela lusa e os disparava carregando-os sobre os próprios ombros. Cunhambebe matou o fidalgo Rui Pinto, lugar-tenente de Martim Afonso, e passou a usar o hábito e a cruz da Ordem de Cristo que pertenciam à vítima. O alemão Hans Staden foi seu prisioneiro. Cunhambebe (abaixo) tornou-se célebre na Europa ao ser descrito pelo padre André Thevet em Singularidades da França Antártica. Morreu por volta de 1555.

ilustrar a edição original de seu livro.



os franceses nos Açores), aqueles homens não tinham vindo para o Brasil com o objetivo de reerguer São Vicente: sua missão era dar início à

colonização da capitania de Santo Amaro, que ficava ao lado de São Vicente e pertencia a Pero Lopes.

Os colonos se estabeleceram na ilha de Guaimbé, rebatizada de Santo Amaro. A ilha, no entanto, ficava dentro dos limites da capitania de Martim Afonso. Mas, como os dois irmãos pouco se interessavam pela sorte de seus lotes, não houve, a princípio, conflito territorial algum. O litígio judicial só eclodiria anos mais tarde – ferrenhamente travado pelos herdeiros de ambas as possessões.

De todo modo, Gonçalo Afonso e seus homens não conseguiram permanecer muito tempo em Santo Amaro. Sob a liderança do temível *Cunhambebe*, os Tamoio (aliados dos franceses e inimigos ancestrais dos Tupiniquim) partiram das ilhas Grande (RJ) e São Sebastião (SP) a bordo de suas grandes canoas e, no início de 1539, devastaram tudo o que Gonçalo Afonso havia construído. Só então os sobreviventes se transferiram para a vizinha São Vicente.

O DESTINO DE PERO LOPES

Pero Lopes jamais soube da tragédia que se abateu sobre sua capitania. No início de 1539, o rei o enviara para a Índia – e lá o irmão de Martim Afonso encontrou a morte.

Àquela altura, Lopes já havia lutado no Brasil e no Marrocos e servira na frota guarda-costas estacionada nos Açores. Mas nunca fora nomeado para uma missão na Índia – o mais alto reconhecimento para um conquistador como ele. Portanto, deve ter sido com muita honra que ele recebeu tal incumbência. Uma carta escrita por Antônio de Ataíde para Martim Afonso em fins de 1538 – na qual o conde dizia que “vosso irmão apesar da pouca idade está feito um homem muito honrado”⁵⁰ – parece indicar que, uma vez mais, o dedo de Ataíde esteve por trás da nomeação que certamente encheu Pero Lopes de orgulho e esperança de enriquecimento.

Chefiando uma esquadra de seis naus, Pero Lopes partiu de Portugal em março de 1539 e desembarcou em Goa em setembro. Segundo os cronistas reais, durante os dois anos em que esteve no Oriente, ele cometeu uma série de atrocidades contra povos asiáticos. Em seu clássico *Lendas da Índia*, Gaspar Correia chegou a afirmar que Lopes, “zeloso de mal fazer”, possuía “a maldade de Nero”.⁵¹

Correia revela que, disposto a transportar em uma das naus pimenta para si próprio, Pero Lopes simplesmente jogou no oceano quarenta baús carregados com os pertences de seus homens. Mais tarde, ao descobrir quinze clandestinos no porão do navio, “mandou deitá-los todos ao mar”. Como era “homem de mui forte condição”, julgava que não seria punido pelo rei. Mas, de acordo com Gaspar Correia, não pôde escapar da “justiça divina”:

“E porque aquele [crime] era um tão enorme feito, a que El Rei não houvera de dar o castigo que merecia, quis Deus dar-lho, que [Pero Lopes] sumiu no mar, que nunca mais apareceu, nem novas dele. E posto que com esse tirano muitos padeceram morte, quis Nosso Senhor mostrar sua divina justiça, como o fará a outros grandes males que há na Índia, que não pode haver castigo senão da sua mão, porque é juiz que não toma peita [não aceita dádivas] senão de corações direitos.”⁵²

Gaspar Correia julgava que o navio de Pero Lopes tivesse naufragado ao largo de Moçambique, nas proximidades da ilha de Madagascar, na costa oriental da África, em fins de 1541. As notícias que faltaram a Correia foram descobertas por frei Fernão de Queiróz – desvendando um destino mais atroz. De acordo com frei Queiróz, Pero Lopes foi preso no Ceilão (atual Sri Lanka), teve o nariz e outras partes do corpo cortadas pelos nativos e morreu de forma lenta e terrível.⁵³

Enquanto o irmão agonizava no Oriente, Martim Afonso já estava de volta a Lisboa, aonde havia chegado em agosto de 1539. Tendo feito a viagem marítima entre Portugal e a Índia na mesma época – embora em

sentido contrário –, os navios dos dois irmãos com certeza se cruzaram em alto-mar. Mas, como não se avistaram naquela ocasião, Martim Afonso e Pero Lopes jamais tornariam a se ver.

CABEZA DE VACA PERCORRE O PEABIRU

Em setembro de 1539, um mês depois do retorno de Martim Afonso à Europa, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca se tornou o segundo “adelantado” (ou governador) do rio da Prata. Ao desembarcar em Sevilha, dois anos antes, em companhia de Gonçalo da Costa, Cabeza de Vaca solicitara para si o cargo de “adelantado” da Flórida – região onde havia naufragado em 1527 e a partir da qual iniciara sua *dramática odisseia* pelas planícies da América do Norte. A notícia de que aquele posto fora concedido pouco antes ao fidalgo Hernando de Soto foi uma amarga decepção para ele.

Mas, como era preciso nomear um substituto para o finado D. Pedro de Mendoza, o imperador Carlos V acabou escolhendo o próprio Cabeza de Vaca para o cargo. Após escutar o relato de Gonçalo da Costa sobre os ataques indígenas a Buenos Aires, Cabeza de Vaca – que se tornara defensor intransigente dos nativos e tinha como objetivo “ensinar o mundo a conquistar pela bondade, não pela matança”⁵⁴ – se entusiasmara com a possibilidade de pacificar os Querandi.

Portanto, não só aceitou o posto que lhe foi oferecido pelo imperador como se dispôs a investir 40 mil ducados de sua fortuna para tentar colonizar novamente o estuário do Prata. Àquela altura, na Europa, nada se sabia sobre a fundação de Assunção.

Em companhia de Gonçalo da Costa, Cabeza de Vaca partiu da Espanha em novembro de

Conquistador Gentil

Álvar Nuñez Cabeza de Vaca foi uma das mais extraordinárias figuras da conquista europeia da América. Nascido em 1492, ele partiu para o Novo Mundo em 1527, como tesoureiro da expedição de Panfilo de Narváez. A frota naufragou na Flórida e, além de Cabeza de Vaca, apenas três homens sobreviveram. Eles foram escravizados pelos nativos, conseguiram fugir e caminharam 8 mil quilômetros, nus e descalços, até a Cidade do México, aonde chegaram no início de 1537, tendo se tornado os primeiros europeus a percorrer todo o sudoeste dos EUA. Os indígenas que encontraram

1540. No dia 29 de março do ano seguinte, ancorou no porto dos Patos, em frente à ilha de Santa Catarina. A ilha ficava dentro da zona espanhola de demarcação e, 15 anos antes, fora batizada por Sebastião Caboto, em homenagem a sua esposa, Catarina Medrano.

Enquanto Cabeza de Vaca permanecia ali, preparando-se para zarpar em direção ao Prata, um pequeno barco a remo ancorou no porto dos Patos. A bordo daquele batel vinham nove castelhanos. Ao longo de três meses de viagem, eles tinham descido boa parte dos rios Paraguai e Paraná, cruzado o estuário do Prata e subido a tormentosa costa que se estende desde Punta del Este até Santa Catarina. Estavam “esgotados, famintos e nus”.⁵⁵

Mas a desvairada aventura à qual haviam se lançado 90 dias antes valera a pena: eles tinham escapado dos desmandos e crueldades do capitão Domingo de Irala – que se automeara governador de Assunção e pretendia executar todos os que não se aliassem a ele. Foi através do relato daqueles homens que Cabeza de Vaca soube do abandono definitivo do fortim de Sancti Spiritus e da fundação de Assunção.

Informado também de que o vilarejo recém-fundado ficava mais ou menos na mesma latitude do porto dos Patos – e da existência de uma trilha indígena que conduzia até lá –, Cabeza de Vaca decidiu seguir por terra até Assunção, enquanto seus navios desciam a costa para depois subirem o Prata e o Paraná. Guiado por Gonçalo da Costa e acompanhado por 250 soldados, 26 cavalos, dois frades e vários índios, Vaca partiu do porto dos Patos no dia 18 de outubro de 1541. Uma semana mais tarde, ingressou na trilha do Peabiru, o ancestral caminho indígena que conduzia

pelo caminho os chamavam de “filhos do Sol” e os julgaram deuses, pois Vaca havia curado alguns. Foi provavelmente por isso que ele se tornou, pelo resto da vida, defensor dos nativos, chegando a dizer que seu objetivo era “ensinar o mundo a conquistar pela bondade, não pela matança”. Abaixo, retrato supositício de Vaca.



até o Peru.

Vencendo a serra do Mar pelo vale do rio Itapocu, a tropa refez a mesma jornada que Aleixo Garcia havia realizado 17 anos antes e ao longo da qual descobrira o lendário território do Rei Branco. Em dezembro de 1541, em algum lugar do atual estado do Paraná, em pleno Peabiru, o grupo de Vaca deparou com um *misterioso homem branco*, que disse se chamar *Francisco* e garantiu ter sido “criado de [Aleixo] Garcia”.

Pouco mais tarde, em 14 de janeiro de 1542, Cabeza de Vaca se tornou o primeiro europeu a vislumbrar a foz do Iguaçu. Mas, para ele, esse monumental espetáculo da natureza significou apenas uma nova e árdua barreira em seu caminho. A bordo de *balsas precárias* e com muito risco, a tropa cruzou o Iguaçu pouco abaixo das cataratas. E então, no dia 12 de março de 1542, o novo governador do Prata finalmente chegou a Assunção.

MARTIM AFONSO, VICE-REI DA ÍNDIA

Em 12 de março de 1541 – exatamente um ano antes da surpreendente entrada de Cabeza de Vaca em Assunção – Martim Afonso de Sousa fora nomeado, em Lisboa, o novo “vice-rei das partes da Índia”: o mais alto e prestigioso cargo que ele poderia almejar. Apesar das acusações de corrupção – que haviam “deslustrado” seus feitos anteriores no Oriente –, Martim Afonso



Francisco del Puerto

Não se sabe quem era o homem encontrado pela tropa de Cabeza de Vaca ao longo do Peabiru. Alguns historiadores supõem que fosse o misterioso Francisco del Puerto. Francisco era grumete e tinha 14 anos quando foi poupado do massacre que vitimou Juan Díaz de Solís no rio da Prata. Ficou vivendo na ilha de Martín García, onde foi encontrado pelo capitão Cristóvão Jaques em 1521. Depois de usá-lo como guia, Jaques o abandonou na mesma ilha. Lá, Francisco foi encontrado em 1526 por Sebastião Caboto e subiu com ele até o Alto Paraná, onde Caboto fundou o fortim Santa Ana. O fortim foi atacado e existem suspeitas de que Francisco tenha facilitado a ação dos indígenas abrindo os portões. Como o homem encontrado por Vaca vivia naquelas imediações e se chamava Francisco, talvez ambos fossem a mesma pessoa.

Na ilustração acima, uma das balsas que os homens de

tinha fundado a fortaleza de Diu e vencera muitas batalhas ao longo dos quatro anos em que estivera na Índia. Por isso, após o retorno a Lisboa, em agosto de 1539, fora coberto de prêmios por seu velho amigo de infância, o rei.

Cabeza de Vaca fizeram para cruzar o Iguaçu, depois de descerem por terra pelo lado das cataratas.

De fato, em 19 de setembro de 1540, para o “honrar e fazer mercê por o ter mui bem servido”, D. João III concedera a Martim Afonso uma “tença” (ou pensão vitalícia) de 92 mil reais. O monarca parecia tão disposto a agradá-lo que, pouco antes, já havia dado à mulher de Martim Afonso, D. Ana Pimentel, uma tença ainda maior, no valor de 103.280 reais. Juntas, as tenças equivaliam aos salários anuais de 50 marujos.

Mas nada daquilo podia se comparar ao cargo de “vice-rei da Índia”, para o qual Martim Afonso foi alçado no dia 12 de março de 1541, em substituição a D. Garcia de Noronha (que havia sucedido D. Nuno da Cunha em janeiro de 1539, mas morrera em abril de 1540). A indicação era ainda mais honrosa porque, antes de obtê-la, Martim Afonso suplantou um competidor de peso: D. Estevão da Gama – filho de Vasco da Gama, almirante e descobridor do caminho marítimo para a Índia.

Fora através de uma carta enviada de Goa por Estevão da Gama que D. João ficara sabendo da morte de D. Garcia. Já tendo assumido o governo interinamente, Gama ousara oferecer-se para permanecer no cargo em definitivo. O rei, no entanto, acabou optando por Martim Afonso – e a influência de D. Ataíde deve ter sido decisiva para esse desfecho do processo sucessório.

Como já ganhara muito dinheiro na Índia – e se via agora na contingência de ganhar muito mais –, Martim Afonso foi logo tratando de comprar um castelo, o de Alcoentre, nos arredores de Lisboa. Antes de partir, também encarregou sua mulher, D. Ana Pimentel, da construção de *duas casas* “formosas e grandes”⁵⁶ bem no coração da capital.

Quando soube que as obras já estavam em andamento – e que as mansões ficavam na refinada rua da Cordoaria Velha (atual rua

Casas Mui Formosas

As duas mansões construídas por Martim Afonso ficavam na

Garrett) –, a rainha D. Catarina chamou D. Ana ao Paço Real e lhe perguntou “Dizem-me que fazeis umas casas muito formosas para quando vier Martim Afonso?”, ao que sua antiga dama de companhia respondeu: “Senhora, se ele vier pobre, aquelas casas bastam; se vier rico, aí está o [Presídio do] Limoeiro.”⁵⁷

Semanas antes de zarpar para a Índia, em 7 de abril de 1541, Martim Afonso tomou a primeira e única atitude em prol da capitania de São Vicente. Ele firmou um contrato com o mercador holandês Johann van Hielst para a construção de um engenho de açúcar em seus domínios. Alguns historiadores acham que esse acordo já fora feito sete anos antes, em 1534, e que o próprio irmão de Martim Afonso, Pero Lopes, participara dele. De qualquer forma, nenhuma atitude prática seria tomada até fins de 1541 – quando van Hielst ergueu o estabelecimento batizado de “Engenho do Governador”.

Chamado de João Vaniste no Brasil, van Hielst era representante do rico comerciante belga Erasmo Schetz – conhecido como Erasmo “Esquetes” no Brasil e o verdadeiro dono do empreendimento. Da empresa açucareira participou também o inglês John Whithall (que virou “João Leitão”). Foi só após o envolvimento desses grandes investidores que São Vicente enfim pode “renascer”. Ainda assim, como se verá, esses homens em breve teriam que suplantar um novo desastre.

zona mais nobre de Lisboa, entre a rua Direita das Portas e o Convento de São Francisco. Mais tarde, foram herdadas por seu primogênito, passando, depois, à filha dele, D. Marina da Guerra, 1ª condessa de Vimieiro. Eram propriedades tão refinadas que, entre 1578 e 1579, nelas residiu o cardeal D. Henrique, regente do trono. Ambas as mansões foram destruídas pelo terremoto que devastou Lisboa em 1º de novembro de 1755, matando cerca de 20 mil pessoas. A cidade foi reconstruída pelo marquês do Pombal graças aos diamantes encontrados pouco antes no arraial do Tijuco, hoje Diamantina, em Minas Gerais.

MARTIM AFONSO OUTRA VEZ NA ÍNDIA

No dia 7 de abril de 1541, comandando cinco naus, Martim Afonso zarpou de Lisboa para a Índia pela segunda vez na vida. Entre os capitães

das naus estavam Álvaro da Gama (filho de Vasco da Gama e irmão de Estevão, que já estava em Goa) e Luís Caiado (irmão de D. Isabel de Gamboa e, portanto, cunhado de Pero Lopes). Entre os passageiros encontrava-se *Francisco Xavier*, um dos fundadores da Companhia de Jesus. Depois canonizado como São Francisco Xavier, ele foi o primeiro jesuíta a partir da Europa em missão evangelizadora – e tornou-se um implacável cronista do governo de Martim Afonso.

A jornada até o Oriente foi difícil. Martim Afonso perdeu a monção de verão e teve que invernar em Moçambique até o início de 1542, quando os ventos mudariam de direção e lhe permitiriam cruzar o oceano Índico. Durante essa estada involuntária na África, o vice-rei perdeu Lopo Ruiz de Sousa, o segundo dos cinco filhos e três filhas que tivera com D. Ana Pimentel e que embarcara com ele para fazer carreira na Índia.

No dia 6 de maio de 1542, a esquadra enfim aportou em Goa – um ano e um mês depois de ter partido de Lisboa. A chegada de Martim Afonso “causou alvoroço na terra, como era costume”,⁵⁸ não só porque um novo vice-rei estava chegando, mas também porque, junto com ele, “desembarcou muita gente nobre”. A maioria desses homens vinha para assumir cargos de chefia na burocracia estatal: eram tabeliães, escrivães, feitores e fiscais que – como seus antecessores – estavam dispostos a enriquecer o mais rapidamente possível.

Martim Afonso governou a Índia durante

A Arte de Roubar

Referindo-se não só ao governo de Martim Afonso, mas aos que o antecederam e sucederiam, o jesuíta Francisco Xavier escreveu para os seus colegas da Companhia de Jesus: “Não permitais que nenhum dos vossos amigos venha para a Índia com cargos e nomeações do rei, pois dessas pessoas se pode com verdade dizer: ‘Riscaí-os do livro dos vivos e não os deixei entrar no livro dos justos.’ Porque os que aqui estão têm arreigado hábito de abusarem dos seus deveres – para o que não vejo remédio, pois todos seguem pelo mesmo caminho do ‘roubo eu, roubas tu’. É para mim contínua maravilha ver como os que vêm de Portugal encontram tantos modos, tempos e participios para conjugar esse verbo ‘roubar’; e os que vêm com nomeações para esses cargos tem tanta pressa que nunca se moderam, por mais que guardem para si. Por isso agora talvez compreendais como partem

três anos e quatro meses. De acordo com o historiador Duarte de Almeida, o nono vice-rei, com “sua ambição desmedida e absoluta falta de escrúpulos”, transformou seu governo em “um sudário de vergonhas e escândalos”, entre os quais não faltaram “uma sórdida especulação com os recursos do Tesouro Real e a venda de cargos públicos”.⁵⁹

MAREMOTO EM SÃO VICENTE

No verão de 1542 – enquanto Martim Afonso ainda estava retido em Moçambique aguardando o início da monção para seguir rumo à Índia – um *maremoto* submergiu boa parte da vila de São Vicente, engolindo também algumas das praias que a cercavam. Embora fosse um desastre natural, a tragédia fora acentuada pela imprevidência dos colonizadores: como

A Força das Águas

O maremoto que atigiu São Vicente teve, segundo testemunhos da época, ondas de até 8 metros de altura, fez o mar avançar por 150 metros e engoliu quase todo o vilarejo, que foi então transferido das cercanias do porto das Naus para a praia em frente à atual ilha Porchat, ao lado do local que os nativos chamavam de Tuamiru. Um certo Pedro Colaço foi encarregado pela Câmara dos Vereadores da missão de recolher do fundo do oceano o antigo pelourinho e outros marcos da povoação tragada pelas águas. Abaixo, mapa feito pelo historiador Mário Neme para mostrar o avanço do mar e a região que foi submersa.

mal deste mundo para o outro essas almas providas de tais nomeações.”

Abaixo, fidalgos lusos na Índia.



eles haviam destruído os mangues e desmatado os morros vizinhos para plantar cana, São Vicente perdera suas defesas naturais, sendo varrida pelas ondas.



De fato, poucos meses mais tarde, o porto das Naus ficou assoreado, impedindo os navios de ancorar nele. A causa do novo problema foi a mesma que agravara os efeitos do maremoto ocorrido em janeiro de 1542: “As roças e a derrubada dos matos, que antes vestiam o solo e o seguravam, permitiram que as enxurradas de verão levassem consigo muita terra até entulhar o ancoradouro”, escreveu o historiador Francisco de Varnhagen. “Esse fenômeno se repetiria em muitos outros de nossos rios e baías, à medida que suas vertentes foram sendo devastadas e cultivadas.”⁶⁰

Àquela altura, a principal fonte de renda da capitania continuava sendo o tráfico de escravos indígenas. Mas, como o açúcar estava começando a desempenhar um papel progressivamente importante em São Vicente, a existência de um bom porto era fundamental para o escoamento da produção. Por isso, em 1543, o colono *Brás Cubas* fundou a vila de Santos, localizada a poucos quilômetros de São Vicente. Como era um porto mais favorável, Santos logo suplantou São Vicente e a maior parte dos colonos se transferiu para lá.

O açúcar não era propriamente uma novidade em São Vicente. Antes da construção do “Engenho do Governador”, a capitania já possuía dois outros estabelecimentos similares: o engenho da Madre de Deus, erguido por Pero de Góis em 1533, e o engenho dos Adornos, de propriedade dos irmãos genoveses e em funcionamento desde 1534. Nenhum deles, porém,

podia se comparar – em dimensões e recursos – ao engenho dirigido por Johann van Hielst, mais tarde rebatizado de engenho de São Jorge dos Erasmos, numa referência ao verdadeiro dono do empreendimento, o mercador belga Erasmo Schetz.

Em muitos aspectos, a história do engenho de São Jorge dos Erasmos é em tudo semelhante à dos grandes engenhos da ilha da Madeira, caracterizados por serem basicamente um empreendimento mercantil sob a responsabilidade de financistas holandeses, belgas e alemães instalado em possesões portuguesas, ou seja, uma atividade financiada por comerciantes estrangeiros visando a um mercado europeu mais amplo.⁶¹

Os europeus tinham descoberto as delícias do açúcar desde o tempo dos cruzados. Mas fora somente após o florescimento dos canaviais e dos engenhos erguidos nas ilhas da Madeira e de São Tomé que o produto começara a chegar em grande quantidade aos centros consumidores da Europa.

Por volta de 1541, uma arroba (cerca de 15 quilos) de açúcar valia um cruzado (cerca de 400 reais) no Brasil e era revendida pelo triplo do preço em Amsterdã. Uma arroba de açúcar equivalia ao salário mensal de um trabalhador comum. Por isso, o engenho dos Erasmos logo se revelou um investimento lucrativo,



O Fundador de Santos

Brás Cubas (acima) era criado pessoal e foi um dos principais colaboradores de Martim Afonso. Ele já vivia no local onde hoje se ergue a cidade de Santos desde 1533. Nos arredores de sua sesmaria ficava a propriedade de Luís de Góis, irmão do donatário de São Tomé, Pero de Góis. Fundada por Brás Cubas, Santos tornou-se vila em agosto de 1546. Maior latifundiário da região, Cubas foi capitão-mor de São Vicente de 1545 a 1549. Descobriu a primeira mina de ouro no Brasil, no sopé do morro Jaraguá, em São Paulo. Combateu com ardor o pirata inglês Edward Fenton, que tentou tomar Santos em janeiro de 1583. Brás Cubas morreu em 10 de março de

produzindo mil arrobas por ano, de acordo com uma carta enviada para a Europa por um dos feitores da família Schetz.⁶² *1592, com mais de 80 anos de idade.*

Essa mesma carta é particularmente instrutiva porque, nela, seu autor informava aos patrões, instalados na Antuérpia, que, por negligência dos feitores anteriores, a propriedade fora invadida por posseiros.

Os invasores tinham plantado grandes lavouras nas cercanias do engenho e forneciam cana para a moagem. Mas o novo feitor sugeriu que o estabelecimento passasse a moer exclusivamente a cana plantada nas porções não usurpadas da propriedade. A proposta foi aceita pelos patrões, que determinaram que os invasores deveriam ser retirados da propriedade. E então, em princípios de 1548, a força foi usada para expulsar os posseiros, no primeiro confronto fundiário travado entre europeus a ser documentado na história do Brasil.

De qualquer forma, São Vicente não estava destinada a se tornar uma importante área açucareira durante o período colonial: as terras da capitania eram menos próprias para o plantio, as faixas planas eram menores, o clima era “fresco” demais e, acima de tudo, São Vicente ficava mais longe de Portugal do que Pernambuco – circunstância que fazia o preço do frete subir consideravelmente.

São Vicente continuou sendo uma capitania pobre e remota. E a principal fonte de renda de seus colonos permaneceria sendo o tráfico de escravos indígenas.

DEVASTAÇÃO EM SÃO TOMÉ

Em fins de 1541, enquanto Johann van Hielst erguia em São Vicente o Engenho do Governador, o donatário Pero de Góis, seu irmão Luís e cerca de 40 colonos estavam instalados na capitania de São Tomé. O donatário – que já fora responsável pelo estabelecimento do primeiro engenho nas terras de Martim Afonso – dedicava-se agora à implantação da indústria canavieira na sua Vila da Rainha (provavelmente erguida, como já foi dito,

no sítio da atual cidade de Campos, RJ).

Mas o processo exigia investimentos de vulto. A mera instalação de um engenho requeria recursos superiores a 20 mil cruzados – o mesmo preço de uma nau. Não apenas as mudas e o maquinário eram importados (em geral da ilha da Madeira) como também era preciso contratar técnicos e funcionários especializados, que recebiam altos salários.

Convencido de que “sem capitais, nada poderia fazer”,⁶³ Pero de Góis – que era o donatário que menos dispunha de recursos pessoais – partiu para o reino em março de 1542 à procura de um sócio capitalista disposto a investir no negócio. Junto com ele, seguiu seu irmão, Luís. O governo da capitania ficou então sob a responsabilidade de um lugar-tenente, um certo Jorge Martins.

Em abril de 1542, a passagem dos irmãos Góis pela capitania de Pernambuco foi registrada pelo donatário Duarte Coelho. Não se sabe quando eles chegaram a Portugal, mas no dia 12 de março de 1543 com certeza já estavam lá, pois o acordo de limites que Góis firmara seis anos antes com Vasco Fernandes Coutinho foi registrado em cartório naquela data – e assinado por ambos os donatários, diante de um tabelião. É provável que Pero de Góis tenha desembarcado em Lisboa no início do segundo semestre de 1542.

Durante sua estada no reino, ele conseguiu convencer o “mercador de ferragens” Martim Ferreira (que provavelmente era cristão-novo, ou seja, um judeu convertido⁶⁴) – a investir “muitos mil cruzados” para incrementar a incipiente indústria açucareira da capitania de São Tomé. Aquela viagem, porém, teria uma consequência histórica bem mais duradoura e importante: enquanto Pero de Góis tratava de negócios, seu irmão Luís tornava-se o primeiro europeu a introduzir *o uso do tabaco* na Europa. Sem que pudesse imaginar, estava dando início à expansão de um dos vícios mais duradouros da História.

O TABACO

A revelação de que foi Luís de Góis quem levou as primeiras mudas de tabaco para Portugal foi feita por Damião de Góis, um dos mais ilustres humanistas portugueses do século XVI (e que, apesar de ter o mesmo sobrenome, não era parente de Luís de Góis).

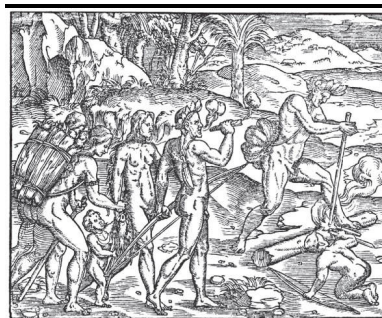
Damião de Góis – que enfrentaria uma série de problemas com a Inquisição – era um defensor do tabaco. Ele lhe reputava virtudes medicinais: “Faz cousas milagrosas, de que vi a experiência”, escreveu. O tabaco era chamado de “erva de fumo”, mas, disse Damião de Góis, “eu lhe chamaria de erva santa”, já que era um “remédio infalível” contra as “apostemas ulceradas, fístulas, caranguejas (os cancos em geral), pólipos e outras moléstias graves”.

No Brasil o tabaco era muito usado pelos indígenas. “Especialmente”, anotou o historiador seiscentista Gabriel Soares de Souza, “pelos feiticeiros nas suas funções de médicos e adivinhadores.” Ainda de acordo com Soares, “tinham os índios o tabaco por indispensável aos defuntos, sendo uso colocá-lo nas sepulturas, na forma de uma espécie de cigarro comprido, que era posto junto com a água e a comida para a jornada no além.

Apesa de Luís de Góis ter levado a planta para Portugal, o hábito de fumar tabaco só se espalhou pela Europa depois que o embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot, recolheu secretamente algumas mudas no Jardim Botânico da cidade e as enviou para a rainha Catarina de Médicis, mulher do rei Henrique II. A rainha e a corte francesa adotaram o hábito de fumar. Ironicamente, embora Jean Nicot nunca tenha fumado – e fosse mesmo contra o uso da erva –, seu nome acabaria sendo usado para batizar

Os Poderes do Fumo

Antes de se tornar um vício planetário, o tabaco foi duramente combatido na Europa. Na Inglaterra, até fins do século XVI, fumar poderia levar à pena de morte. Os indígenas do Brasil, porém, fumavam muito – e louvavam o tabaco. Os portugueses passaram a imitá-los. O ato de fumar era, então, definido pela expressão “beber fumo”, já que, muitas vezes, o tabaco era aspirado a partir de uma cabaça com água e o usuário “soltava a fumaça pelas ventas”. Abaixo, um Tupinambá tragando seu longo cigarro, em gravura de Theodore de Bry.



o princípio ativo do tabaco: a nicotina.

Quando Pero e Luíz de Góis retornaram para São Tomé em fins de 1543, encontraram toda a sua obra destruída. A capitania estava “alevantada e devastada”.⁶⁵ Os colonos tinham se embrenhado na mata e o lugar-tenente Jorge Martins – que fora deixado no governo – simplesmente fugira. Pero de Góis pensou em desistir de tudo, como revelou em carta para o sócio Martim Ferreira. Mas, como precisava pagar o financiamento que obtivera dele em Lisboa, pôs mãos à obra e deu início à dura tarefa de reconstruir o que os Goitacá haviam devastado.

Pelo depoimento dos colonos sobreviventes, o donatário ficou sabendo então que a revolta dos nativos havia sido provocada pelas incursões escravagistas que o lugar-tenente Jorge Martins havia liderado em sua ausência.

Embora tenha refeito os fundamentos da Vila da Rainha, Góis decidiu explorar o litoral de sua capitania em busca de um novo lugar onde se instalar, examinando “as águas que nesta terra onde fico havia”.⁶⁶ Ele entrou pela foz do rio Itabapoana e, ao longo de dois meses, navegou cerca de 60 quilômetros seu curso acima, “até onde o rio começa a cair em quedas”. Ali, numa grande cachoeira, instalou um engenho movido a água.

Nos dois anos seguintes, outros quatro engenhos foram erguidos nas proximidades do Itabapoana e nas margens do Paraíba do Sul. Pero de Góis estava tão entusiasmado com o andamento das obras que, em 18 de agosto de 1545, mandou uma carta para Martim Ferreira afirmando que, em menos de dois anos, seria capaz de enviar ao sócio “um par de mil arrobas de açúcar nosso, destes engenhos, e daí para adiante mais”.⁶⁷

Góis aproveitou a mesma carta para solicitar que Ferreira lhe enviasse, o mais rapidamente possível, 60 “negros da Guiné”: dez para o plantio, corte e transporte da cana e 50 para trabalhar no engenho d’água. Ao mesmo tempo, não deixou de reclamar do material “de má qualidade” que o sócio recentemente lhe enviara: “Tenho para mim que nada é pior para a

armação do engenho do que mandar coisas ruins, porque são as baratas que saem caras”, disse ele. “O ferro que ora veio, com ele nada se faz. As facas são de baixa sorte e as tesouras não se as pode aproveitar. E isso não é minha culpa, pois eu vos avisei bem do caso e não sei porque não lembrado que vos escrevo, pois tudo é para vosso proveito e serviço e olhe bem de quem lá se fia, porque cá vem tudo furtado.”⁶⁸

Apesar da observação em tom de reprimenda, Góis se despedia do sócio com expectativas bastante otimistas – e não sem beijar “as mãos de vossa mercê mil vezes”, pois não ignorava que o futuro da capitania dependia de seus investimentos.

Mas então, quando tudo parecia bem, uma nova tragédia se abateu sobre a capitania de Góis – e dessa vez de forma definitiva. O relato otimista que o donatário enviara para o reino em agosto de 1545 contrasta amargamente com a carta que ele escreveu para o rei D. João III em 29 de abril do ano seguinte, na qual relatava a destruição total de sua capitania.

De acordo com o depoimento de Pero de Góis, seus domínios tinham sido arrasados por causa da ação de “piratas” que haviam zarpado da capitania do Espírito Santo. Liderados por um certo Henrique Luís de Espina, os corsários tinham chegado ao litoral de São Tomé para escravizar os nativos. Capturaram então um dos principais líderes dos Goitacá, “e o mais amigo dos cristãos”, pedindo resgate por ele. Embora os indígenas tivessem pago o preço exigido, Henrique Luís não só não devolveu o refém como o entregou para uma tribo inimiga – “que o comeu”. Irados, os Goitacá devastaram a capitania, matando vários colonos e queimando os canaviais.

O relato de Góis é dramático: “Por causa de Henrique Luís, os índios se alevantaram todos, dizendo de nós muitos males e que não se fiavam mais de nós, que não mantínhamos a verdade, e se vieram logo a uma povoação minha pequena que eu tinha e, estando a gente segura, fazendo suas fazendas, deram neles e os mataram e queimaram os canaviais todos,

com a fazenda que havia, e tomaram toda quanta artilharia havia, deixando tudo estroído [sic] e quando lá fui a acudir era tudo estroído.”⁶⁹

A revolta se espalhou pela capitania inteira e os Goitacá atacaram e devastaram a Vila da Rainha: “Do mar onde eu estava”, conta Góis, “via tudo alevantado, com o gentio pronto para me matar, como a toda minha gente, e perdi 25 homens que me mataram, dos melhores que eu tinha, e fiquei com um olho perdido, de que não vejo, e bem assim perdidos 15 anos em esta terra; porém mais sinto ainda a perda que dei a homens que em mim confiaram.”

A traição de Henrique Luís iria adquirir contornos ainda mais atrozes ao ser revelada por completo, quatro anos mais tarde, pelo ouvidor-geral Pero Borges, que veio para o Brasil com o governador-geral Tomé de Sousa. De acordo com Borges, Henrique Luís fora salvo porque “um índio principal o livrara das mãos de outros, mal ferido e mal tratado”. Depois de curado, o pirata partiu para outra capitania, mas retornou a São Tomé pouco tempo depois “e mandou dizer ao índio principal que o tivera em sua casa que o fosse ver ao navio”. Achando que Henrique Luís vinha para “lhe agradecer”, o chefe indígena atendeu ao convite. Mas, “quando o teve no navio, [Henrique Luís] o cativou [prende] (...) e o foi vender por essas capitanias”.

O mesmo Pero Borges revelou o fim de Henrique Luís: “Esse homem não ficou ele sem castigo porque naquele mesmo porto onde ele



O Fim de São Tomé

Em 1602, Gil de Góis da Silveira, filho de Pero de Góis, veio para o Brasil e instalou-se na capitania de São Tomé, que herdara depois da morte do pai, ocorrida em 1580. Gil de Góis construiu uma vila na foz do Itapemirim e se amancebou com a filha de um cacique Goitacá. Quando sua esposa, a castelhana D. Francisca de Aguiar, chegou ao Brasil, ficou enciumada com a concubina do marido e, na ausência dele, mandou chicoteá-la. A nativa então fugiu para sua aldeia e seus parentes “alevantaram-se” contra os colonizadores, destruindo a vila, que se chamava Santa Catarina. Gil de Góis foi forçado a retornar para Portugal e, em 1619, renunciou à posse da capitania, já então chamada “em língua de negros” de

tomou aquele índio, que tão boas obras lhe fizera, vindo ele ali outra vez saltar, se perdeu o navio e o comeram os peixes, e os gentios comeram os peixes que a este homem tinham comido.”⁷⁰

Paraíba do Sul. Assim, todo aquele território voltou a pertencer à Coroa.

Para Pero de Góis, porém, a vingança veio tarde demais. Sua capitania fora devastada e ele se lastimava para o rei: “Eu, Senhor, tenho mãe e três irmãs, que lá [em Portugal] deixei, e como nada tenho de meu, nem meus avós me deixaram mais que aquilo que Deus e V. Alteza me fez mercê, mantenho-as com muito trabalho de minha vida e pessoa.”

Ao retornar para Lisboa, Góis obteve do rei uma pensão de 36 mil reais para o sustento da mãe e das irmãs. Em fins de 1548, foi feito “capitão-mor do mar do Brasil”, com direito a um salário de 200 mil reais por ano (ou 500 cruzados, o equivalente ao ordenado de 50 marujos), retornando para a colônia em companhia de Tomé de Sousa. Ainda assim, jamais conseguiu se restabelecer em sua capitania.

ANARQUIA NO ESPÍRITO SANTO

Embora amargo, o destino de Pero de Góis foi bem melhor do que o de Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo. O fato de Henrique Luís de Espina e seus piratas terem partido daquela capitania já era indício evidente da desordem que reinava no lote vizinho a São Tomé. Com efeito, durante a longa ausência de Vasco Fernandes o caos se instalara no Espírito Santo.

Vasco Fernandes Coutinho tinha partido para Portugal por volta de 1539, logo após se estabelecer em seu “vilão farto” – a atual Vila Velha, erguida no continente, ao sul de onde, mais tarde, surgiria a cidade de Vitória. No reino, seu objetivo era similar ao do Pero de Góis: Coutinho pretendia encontrar um sócio que se dispusesse a investir na exploração das “minas de ouro e prata” de cuja existência, em algum lugar “sertão adentro”, o donatário tinha “recebido novas”.

Antes de partir, Coutinho tivera a má ideia de deixar em seu lugar o

degredado D. Jorge de Meneses – o “homem de Maluco”. A opção mais razoável teria sido entregar o governo para o fidalgo Duarte de Lemos. Mas Coutinho e Lemos haviam tido uma série de conflitos sobre questões fiscais e pagamentos de impostos. Por conta delas, não se falavam mais.

Indícios permitem supor que D. Jorge tenha decidido “governar a ferro e fogo, repetindo as cruéis proezas que realizara na Índia”. Liderados pelo “homem de Maluco”, os colonos do Espírito Santo partiram em incursões para o interior dispostos a escravizar indígenas para o trabalho nas lavouras de cana. Deflagaram, assim, a insurreição geral dos nativos – especialmente os Goitacá. Num desses conflitos, D. Jorge de Meneses foi morto a flechadas.

Quem assumiu o governo em seu lugar foi D. Simão de Castelo Branco, o outro degredado de origem nobre que Coutinho trouxera consigo em 1535. Seu destino foi similar ao do “homem de Maluco”: os nativos também o mataram e, a seguir, invadiram e destruíram Vila Velha, queimando os canaviais e forçando os colonos remanescentes a se refugiarem na ilha de Santo Antônio, que fora doada a Duarte de Lemos.

Convencido de que a capitania dificilmente iria se recuperar, Duarte de Lemos simplesmente abandonou suas propriedades no Espírito Santo e se transferiu para Porto Seguro, a donataria vizinha ao norte. Todo esses acontecimentos devem ter ocorrido por volta do segundo semestre de 1544.

Tais notícias demoraram alguns anos para chegar ao reino. Tanto é que, ao zarpar de Portugal de volta para o Brasil, Coutinho ainda ignorava a tragédia que devastara seus domínios. Foi só ao desembarcar no Espírito Santo, em fins de 1546, que o donatário encontrou destruído tudo o que erguera: os canaviais arrasados e os corpos de D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco enterrados em covas rasas.

Dias antes de chegar ao Espírito Santo, Coutinho fizera uma escala na

capitania de Porto Seguro. Lá, tomara uma atitude típica de um homem imprevidente como ele. Ao desembarcar, Coutinho encontrou um bando de degredados que havia fugido da cadeia de Ilhéus. Gravíssima acusação pesava sobre aqueles homens: eles eram suspeitos de ter capturado um navio ao largo da costa nordestina “e lançado dez, ou quinze, ou vinte almas aos Potiguar e as darem de comer aos índios”. Mais tarde, dispostos a “vender os pertences roubados de suas pobres vítimas”, tinham tido a audácia de desembarcar em Ilhéus, onde foram presos – e de onde logo escaparam. Refugiaram-se então em Porto Seguro, onde Vasco Fernandes os encontrou.

Julgando que as acusações que incriminavam aqueles piratas não eram suficientemente fortes, o donatário do Espírito Santo lhes ofereceu refúgio em sua capitania.

Como entre os integrantes do grupo estava um francês “de nome Formão [sic], degredado para sempre por ser ladrão e do mar corsário”, é possível que tenha sido esse o episódio que, pouco mais tarde, levaria Duarte de Lemos a escrever para o rei denunciando o suposto plano de Vasco Fernandes de “aliar-se aos franceses para recuperar sua fazenda perdida no Espírito Santo”.

De toda forma, o episódio revela a irresponsabilidade com a qual Vasco Fernandes Coutinho tratava os criminosos que infestavam a costa brasileira. O próprio Henrique Luís – o corsário que fora responsável direto pelos episódios que haviam precipitado a derrocada da capitania de São Tomé – provavelmente fizera sua base no Espírito Santo.

Com o auxílio dos colonos remanescentes e do bando de piratas que recolhera em Porto Seguro, Vasco Coutinho retornou ao Espírito Santo e conseguiu afugentar os indígenas rebelados. Fundou então um vilarejo na ilha que doara a Duarte de Lemos. O estabelecimento ficaria conhecido como Vila Nova, em oposição à devastada Vila Velha. Em 8 de setembro de 1551, após novo combate contra os nativos, a vila recebeu o nome de

Vitória. Foi a origem da atual capital do Espírito Santo.

Mas a desordem e a falta de respeito ao donatário logo precipitariam a ruína de sua capitania. O próprio Vasco Coutinho “acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas e até se acostumou com os índios a fumar, ou a beber fumo, como então se chamava a esse hábito, que naquele tempo serviu de compendiar até onde o tinha levado sua devassidão”, conforme escreveu Francisco de Varnhagen.

O vício do tabaco levaria Coutinho a sofrer uma série de humilhações públicas, infligidas pelo primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha. Com efeito, em maio de 1555 Vasco Fernandes chegou a Salvador, na Bahia, e, de acordo com o relato do então governador-geral D. Duarte da Costa, “vinha velho, pobre e cansado, bem injuriado do Bispo, que lhe tolhera a cadeira das espaldas e apregoara por excomunhão, por sua mistura com homens baixos e por seu hábito de beber fumo; e eu o agasalhei em minha casa, e com minha fazenda socorri a sua pobreza (...) e o Bispo dissera dele no púlpito coisas tão descorteses, estando ele presente, que o puseram em condição de se perder, do que eu o desviei, e tenho vergonha de declarar o que o Bispo lhe disse por defender a ele o fumo, sem o qual não tem vida, segundo ele me disse”.

Três anos mais tarde, em 22 de maio de 1558, outra vez cercado pelos indígenas em sua ilha, Coutinho escreveu para o novo governador-geral, Mem de Sá, pedindo auxílio e dizendo-se “velho, doente e aleijado”. Mem de Sá mandou reforços, mas, em carta para o rei, não deixou de sugerir: “Parece que V. Alteza devia tomar esta terra a Vasco Fernandes e dar aos homens ricos que para cá querem vir.”

E então, em 1561, “enfim gastados muitos mil cruzados que trouxera da Índia, e muito patrimônio que tinha em Portugal”, Vasco Fernandes “acabou seus dias tão pobremente que chegou a pedir que lhe dessem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem”.

O Espírito Santo ficou de tal forma abandonado que – embora escrevesse em 1854 – Varnhagen diria que, “apesar de tão boas terras, com

um porto excelente e rios navegáveis,” a capitania ainda permanecia “sem desenvolver-se, e reduzida a uma população que não medra e a um solo cujas matas-virgens estão quase todas sem romper-se”.

REBELDIA EM ASSUNÇÃO

Os conflitos com os nativos e as desordens, tumultos e insurreições que se abateram sobre as capitanias de São Vicente, São Tomé e Espírito Santo não eram exclusividade do modelo colonialista adotado pelos portugueses no Brasil. A história da cidade de Assunção – que os castelhanos haviam fundado nos confins do Paraguai – era, nessa mesma época, ainda mais desordenada, desastrosa e cruel.

Ao chegar àquele vilarejo, em março de 1542, Cabeza de Vaca o encontrara em situação caótica. Os castelhanos estavam amancebados com muitas nativas e os indígenas brutalmente escravizados. O novo governador estabeleceu um regime moralizante: proibiu a escravidão, cancelou a cobrança de impostos extorsivos e prendeu os líderes despóticos – que chamavam a si próprio de “los viejos” (“os velhos” ou “antigos”).

Revoltados, os “viejos” teriam posto fogo na cidade: um incêndio misterioso de fato irrompeu em Assunção na madrugada de 4 de fevereiro de 1543, destruindo todo o vilarejo. “Como a maioria dos espanhóis ficou sem nada”, relatou Pedro Hernandez, o escriba de Cabeza de Vaca, “o governador passou a abastecê-los com os mantimentos de seu próprio armazém. Passou a ajudá-los também a reconstruir suas casas, só que ordenou que as fizessem de taipa, e não de palha, para evitar novos incêndios. Como era grande a necessidade de todos, e maior ainda o entusiasmo dos índios com as novas leis do governador, em poucos dias a obra ficou pronta.”

Em 8 de setembro de 1543, disposto a procurar a serra da Prata – cuja existência as lendas propagadas pelos nativos não cessavam de ecoar –, Vaca partiu numa jornada fluvial rio Paraguai acima. As dimensões da

expedição eram impressionantes: 400 homens amontoados em dez bergantins e 120 canoas a bordo da qual seguiram cerca de mil nativos.

No dia 12 de outubro a frota chegou ao porto de Candelária, muito próximo ao lugar onde hoje se ergue Corumbá, no Mato Grosso. Determinado a seguir em frente, Cabeza de Vaca continuou subindo o Paraguai, entrou num de seus afluentes, o Cuiabá, e, no dia 6 de janeiro de 1544, fundou o Porto dos Reis (provavelmente a atual Cuiabá). Mas ali os espanhóis foram atacados pelos indígenas, que lhes mataram 60 homens.

Não menos terríveis eram os incessantes ataques de morcegos, moscas e mosquitos, “tantos, e de tão variados tipos, que não podíamos dormir de noite nem descansar de dia”. A maior parte da tropa caiu vitimada pelas febres palustres e muitos – entre eles o próprio Cabeza de Vaca – contraíram malária. Além disso, iniciara-se o período das cheias.

Assim sendo, Vaca decidiu suspender a expedição, embora um de seus acompanhantes, o homem chamado Francisco (que o próprio governador havia encontrado ao longo do Peabiru e que, como já foi dito, talvez fosse o grumete Francisco del Puerto), insistisse em dizer que eles se achavam “muito próximos da zona da prata”. Francisco estava certo: Potosí se localiza 700 quilômetros a oeste dali – a 19º de latitude sul, portanto quase exatamente na mesma altura de Corumbá.

Embora não tenham encontrado a montanha lendária, ao navegarem pelos alagadiços que constituem o Chaco paraguaio e o Pantanal mato-grossense, os espanhóis devem ter concluído que a tese segundo a qual o Amazonas e o Prata nasciam em “uma lagoa dourada” estava correta: tal lagoa nada mais era do que a grande área pantanosa. Assim sendo, é possível que a misteriosa viagem de circunavegação da “ilha Brasil”, à qual o piloto João Afonso se referiu em seu livro *Voyages Aventureux*, talvez tenha de fato se realizado, já que o Paraguai é um dos formadores do Prata e o Guaporé, que nasce naqueles proximidades, é afluente do Amazonas.

Ao chegarem de volta a Assunção, no dia 8 de abril de 1544, após a estafante jornada de sete meses por aquela região insalubre, Vaca e seus

homens estavam cansados, famintos e enfraquecidos pela malária. Aproveitando-se dessa situação, seus inimigos – “los viejos” –, liderados pelo governador destituído Domingo de Irala, deflagaram uma conspiração e prenderam Cabeza de Vaca e seus principais assessores.

“Apesar do grave estado de saúde do governador, e da febre alta que enfrentava, eles o aprisionaram, gritando: Liberdade, liberdade!”, relatou o cronista Pedro Hernandez. “Chamando-o de tirano, e mantendo uma espada em seu peito, os *viejos* lhe disseram: ‘Aqui pagareis as injúrias e os danos que tendes nos feito.’”⁷¹

Da conspiração tomaram parte Ulrich Schmidel, Gonçalo da Costa e Gonzalo de Mendoza, irmão de D. Pedro de Mendoza. Por onze longos meses, Cabeza de Vaca foi mantido em um cárcere pequeno e úmido em Assunção.

A DESCOBERTA DA SERRA DA PRATA

Enquanto o homem que tentara “ensinar o mundo a conquistar pela bondade” permanecia encarcerado no Paraguai, um grupo de aventureiros espanhóis partindo de Arequipa, no Peru, transpôs a barreira dos Andes, cruzou pelos lagos salgados do deserto e chegou ao desolado altiplano da Bolívia.

Ali, nos primeiros meses de 1545, e a 4.200 metros de altitude, fizeram uma das mais extraordinárias descobertas da História: luzindo sob o ar límpido e gélido do planalto boliviano estava um cerro de formato cônico, com 600 metros de altura, quase que inteiramente de prata. Era Potosí, “a montanha que troveja”, de cuja existência até os nativos do sul do Brasil tinham notícia.

Os espanhóis logo começaram a explorar a mina e Potosí – declarada “cidade imperial” por Carlos V – se tornou uma vila fervilhante e um “antro de iniquidade, mergulhado na luxúria, na jogatina e na prostituição”. Dos 120 mil

A Montanha de Prata

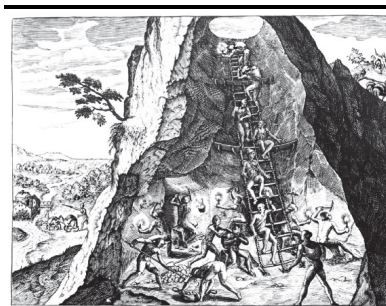
Entre 1545 e 1560, a mina de Potosí produziu a extraordinária média de 266 mil quilos de prata por ano. No escudo que a cidade

habitantes que circulavam pela cidade em 1590 (e que a tornaram mais populosa do que Sevilha, a maior cidade da Espanha na época), quase 50 mil eram escravos – indígenas e africanos.

Dezenas de milhares de nativos de fato eram forçados a trabalhar no interior da montanha, que foi inteiramente escavado. “Eles labutam numa escuridão opressiva, rompida apenas pelo facho trêmulo das *velas*”, escreveu um visitante. “Nunca sabem se é dia ou se é noite e não se passa uma semana sem que morram muitos, seja por vários desastres, como as avalanches de grandes quantidades de terra e a queda de pedras, seja por outros acidentes.”

A descoberta de Potosí – de onde se extraíram 6 mil metros cúbicos de prata – fez com que Assunção e Buenos Aires perdessem toda a importância. Domingo de Irala e seus *viejos* ficaram indignados: como os portugueses, eles também haviam estado a um passo de descobrir a mina antes que os aventureiros do Peru o fizessem.

recebeu de Carlos V, o imperador mandou gravar: “Eu sou a rica Potosí, o tesoureiro do mundo, a rainha das montanhas e a inveja dos reis.” Os escravos – que trabalhavam dentro da montanha, como mostra a gravura abaixo, feita por Theodore de Bry no século XVI – fixavam as velas que iluminavam o interior da mina em seus próprios polegares. Atualmente, com o veio de prata esgotado, Potosí é apenas uma pequena cidade boliviana onde vivem cerca de 65 mil pessoas.



O DESTINO DE CABEZA DE VACA

Em 7 de março de 1545, semanas após a descoberta de Potosí, Cabeza de Vaca, ainda a ferros, foi enviado de volta para julgamento na Espanha. Embora seus aliados tivessem pichado os muros de Assunção com a frase “*Por teu rei e tua lei, morrerás*”, num alerta a Domingo de Irala, a vila logo voltou a ser “o paraíso de Maomé”, o purgatório das concubinas indígenas e o inferno de milhares de escravos.

O barco que levou o governador destituído de volta à Europa foi conduzido por Gonçalo da Costa, um dos “genros” do Bacharel de

Cananeia. Em agosto de 1545, ao chegar a Sevilha dez anos depois de haver partido de lá, Gonçalo soube que suas duas mulheres haviam falecido e que suas quatro filhas – em nome das quais não aceitara as “mercês” que D. João III lhe oferecera em 1530 – estavam “órfãs, pobres, desnudas, desamparadas e mui fatigadas”.⁷²

Apesar desta dura decepção, a série de aventuras daquele traficante de escravos ainda não estava encerrada: Gonçalo voltaria a partir da Espanha, em 10 de abril de 1549, como guia da expedição de Diego de Sanabria, que Carlos V nomeara o novo “adelantado” do rio da Prata, em substituição a Cabeza de Vaca. Da mesma frota, que naufragou no porto dos Patos, também tomou parte o alemão Hans Staden (que, como se verá, já estivera anteriormente no Brasil).

Gonçalo da Costa ainda faria duas viagens de ida e volta entre a Europa e a América. Em agosto de 1555, ele serviu de guia na armada de Martín de Orue. Dois anos depois, em 30 de dezembro de 1557, zarpou de Sevilha como piloto da expedição de Jaime de Rasquin. Gonçalo da Costa morreu durante um ataque dos indígenas a Assunção ocorrido em novembro de 1558. Tinha, então, mais de 70 anos.

Gonçalo da Costa servira como testemunha de acusação no processo movido contra Cabeza de Vaca. O julgamento se iniciou em dezembro de 1545. Contra o governador pesavam 36 acusações – inventadas pelos aliados de Domingo de Irala. Vaca foi forçado a pagar 10 mil ducados de multa ao Conselho Real e condenado a dez anos de prisão. Seu advogado,



Schmidel no Peabiru

A saga dos aventureiros que tomaram parte na conquista da Costa do ouro e da prata não pode ser encerrada sem uma palavra a respeito do destino de Ulrich Schmidel. Após participar da rebelião que depôs Cabeza de Vaca, o mercenário alemão permaneceu em Assunção por mais oito anos. Em fins de 1552, ele conseguiu permissão para partir. Deixou o Paraguai em 26 de dezembro de 1552 pela trilha do Peabiru. Deixou um relato minucioso da jornada que, em julho de 1553, o conduziu a Piratininga, a vila de João Ramalho. Schmidel comparou o vilarejo a “um covil de bandidos” e ficou feliz com o fato de Ramalho estar no sertão, capturando índios. Schmidel zarpou de São Vicente em 24 de julho de 1553, num dos barcos de

Alonso de San Juan, recorreu da sentença, mas não pôde contar com o testemunho dos moradores de Assunção, a maioria dos quais era favorável às medidas moralizantes de Vaca.

O processo se arrastou por seis anos, durante os quais Cabeza de Vaca permaneceu na prisão.

No dia 18 de março de 1549 ele foi oficialmente destituído do cargo de adelantado do rio da Prata. No início de 1551, foi mandado para o exílio em Oran, na Argélia. Não se sabe quanto tempo permaneceu lá, mas sua pena foi comutada em 1556, quando foi considerado inocente de todas as acusações, tendo recebido, das mãos do próprio Carlos V, uma indenização de 12 mil maravedis. O maravedi era uma antiga moeda de origem árabe usada tanto na Espanha quanto em Portugal. Um maravedi valia aproximadamente um real. A indenização paga a Cabeza de Vaca equivalia, portanto, a 12 mil reais, ou 300 cruzados.

Além de o dinheiro não ser muito, o perdão parece ter vindo tarde demais: desiludido e amargurado, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca – que percorrera milhares de quilômetros pelos desertos da América do Norte, explorara o Pantanal mato-grossense e vislumbrara a foz do Iguaçu – se recolheu a um convento nos arredores de Sevilha.

Morreu lá, na obscuridade, por volta de 1559.

A BOA FORTUNA DE MARTIM AFONSO

A sina de Cabeza de Vaca, bem como os destinos dos donatários Pero de Góis, Vasco Fernandes Coutinho e Pero Lopes, contrastam profundamente com os favores que a sorte reservou a Martim Afonso de Sousa. Em agosto de 1545 – exatamente quando Cabeza de Vaca chegava preso à Espanha – Martim Afonso deixava o cobiçado cargo de vice-rei da Índia, graças ao qual acumulara uma fortuna.

Martim Afonso governara a Índia durante três anos e quatro meses. No

Erasmus Schetz, dono do Engenho do Governador. Chegou à Alemanha em janeiro de 1554. Acima, Schmidel com seus guias nativos, montado na lhama com a qual percorreu parte do Peabiru.

dia 12 de agosto de 1545, chegou a Goa o fidalgo D. João de Castro, enviado para sucedê-lo. Tido como um dos mais eficientes vice-reis da Índia, Castro foi um cosmógrafo brilhante (que, como o próprio Martim Afonso, fora aluno do astrônomo Pedro Nunes), filósofo de formação aristotélica e estoicista e autor de vários “Roteiros”, considerados essenciais para a expansão portuguesa no Oriente. Os vários livros que escreveu o transformaram em um dos maiores estrategistas do império colonial lusitano.

Martim Afonso entregou o governo em 12 de setembro de 1545, mas, por causa do regime das monções, só pode partir de Goa em dezembro. Ao longo dos quatro meses durante os quais conviveram, Martim Afonso e D. João de Castro travaram inúmeras discussões sobre a malversação de dinheiro público. Em carta enviada ao rei, Martim Afonso chegou a pedir a demissão de Castro antes mesmo que ele assumisse o cargo. No mesmo relatório, afirmou também que estava entregando “a Índia muito pacífica” para seu sucessor. Pacífica talvez, rebateu Castro – “com os cofres vazios” certamente.

Castro também escreveu para D. João, perguntando: “Em que razão está mandarem dinheiro a uma terra cheia de minas de ouro e prata e de pedras preciosas e onde os matos estão cheios de árvores de canela, de pimenta e de todas as drogas desejadas pelo homem?” E concluía: “Por coisa averiguada tenho que os portugueses perderam a vergonha, o temor de Deus e o desejo de servir V. Alteza (...). Oh, Senhor, quantos vícios, quantos maus costumes,

O Retrato de Empáfia

O cronista Diogo do Couto escreveu: “Primeiro que entregasse a Índia a D. João de Castro, Martim Afonso mandou pôr seu retrato na casa onde estavam os dos outros governadores; e ainda está hoje lá, pelo natural do seu tamanho, com o traje antigo: roupa aberta com mangas de roca, com golpes e botões, gibão de petrina baixa e, sobre ele, couraças postas sobre veludo cravado, musgos dos antigos, espada à testa e barrete redondo com pontas de ouro.”

Apesar das críticas e denúncias de D. João de Castro, entre 1547 e 1570 Martim Afonso recebeu várias tenças e pensões. Juntas, elas lhe garantiram renda superior a dois milhões de reais por ano. Foi membro permanente do Conselho Real e vivia em seu castelo, em Alcoentre. Morreu rico, em janeiro de 1571, sem jamais retornar ao Brasil.

quanto desamor à pátria!”

Antes de partir, num último desagravo ao adversário, Martim Afonso mandou pintar *um retrato* seu, em tamanho natural, e exigiu que ele fosse pendurado na casa onde residiam os vice-reis. Só zarpou em 13 de dezembro de 1545, após o quadro ter sido colocado na principal sala do palácio. Como chegou a Portugal em 13 de junho de 1546, fez a viagem em apenas seis meses: tempo recorde “e cousa até então nunca vista”.



Ao desembarcar em Lisboa, Martim Afonso trazia “um cofre com 300 mil pardaos, que Sua Alteza mandou receber por João de Barros e logo enviar a Casa da Moeda”. O pardao era uma moeda de prata utilizada pelos lusos na Índia. Além dos 300 mil pardaos que entregou para o rei, Martim Afonso trouxe outros 100 mil – esses, para si próprio. Como um pardao valia o equivalente a meio cruzado, Martim Afonso obteve na Índia dinheiro suficiente para comprar duas naus equipadas.

Quando ele chegou à Europa, grande consternação reinava em Portugal. A descoberta de Potosí pelos rivais castelhanos deixara os lusos desolados. Talvez por conta disso, Martim Afonso vendeu sua cota de participação no engenho de Erasmo Schetz, cortando todos seus vínculos com a capitania de São Vicente. Jamais voltou a se interessar por ela, nem pela capitania do Rio de Janeiro – que, deixada no abandono, acabou invadida e ocupada pelos franceses em 1555. Nessa época, Martim Afonso era membro do Conselho Real – mas não se conhece nenhuma manifestação dele sobre o episódio. Se houve alguma, o documento não sobreviveu.

Dois anos mais tarde, porém, em 1557, logo após a morte de seu amigo de infância, o rei D. João III, Martim Afonso redigiu sua autobiografia. O

principal motivo que o levou a relembrar sua vida e seus feitos foi pedir para a rainha D. Catarina mais “reconhecimento e tenças” pelos serviços que prestara ao reino. No texto, de 14 páginas, Martim Afonso se referiu uma única vez ao Brasil, e apenas para dizer que, na remota colônia sul-americana – para a qual o rei o enviara “para descobrir alguns rios” –, tinha gasto “perto de três anos, passando muitos trabalhos, muitas fomes e muitas tormentas”.

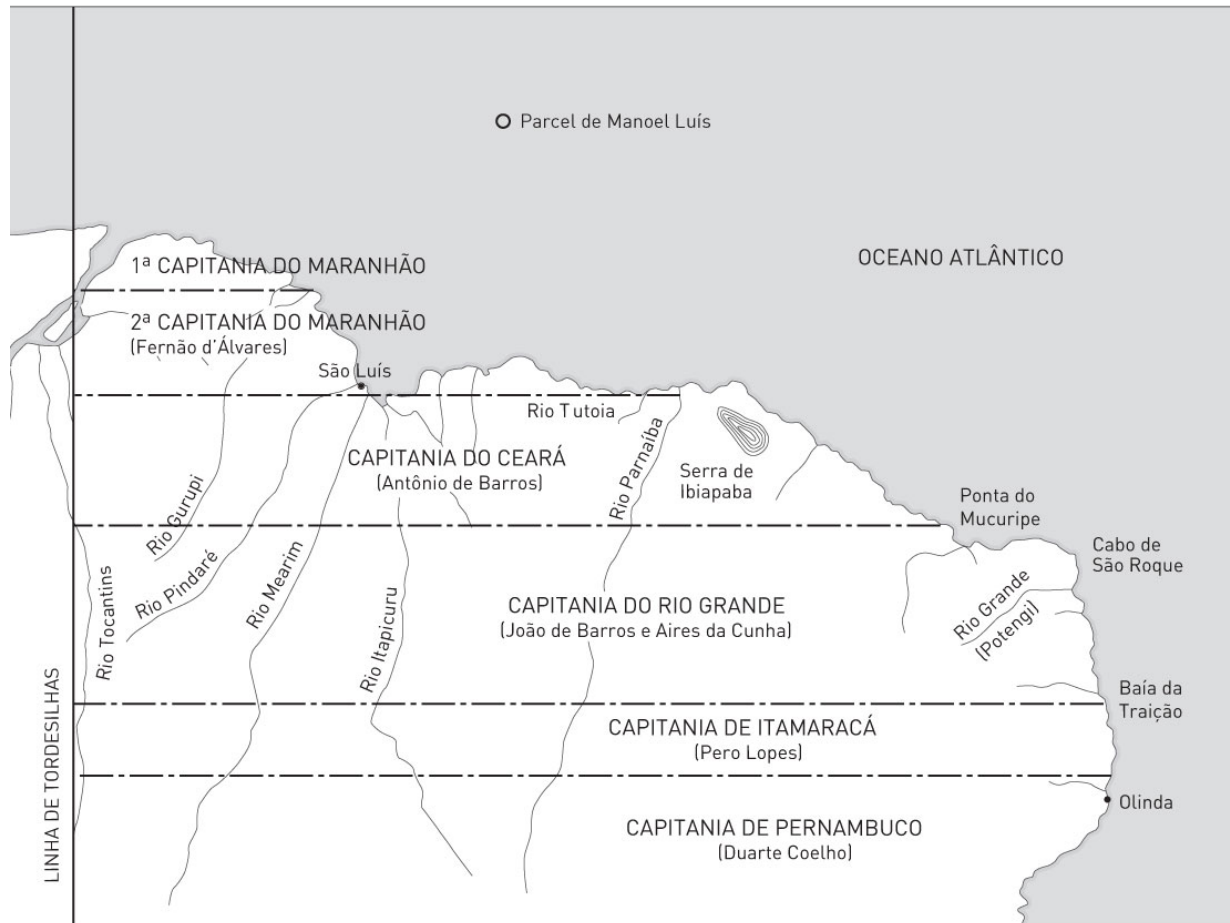
Falar mal do Brasil não era prerrogativa de Martim Afonso. Em carta ao rei D. João, escrita em fins de 1542, o todo-poderoso D. Antônio de Ataíde já afirmara, em tom indignado: “No Brasil tem Vossa Alteza gastado muito dinheiro e começou a gastar no ano de 1530. Mistério grande foi fazer-se a primeira despesa a fim de coisa que não o merecia.”⁷³

Um funcionário anônimo, possivelmente ligado ao ministério das finanças (e, portanto, subalterno de D. Ataíde), ecoou, por volta de 1544, as críticas do vedor da Fazenda: “O Brasil não somente não rendeu até agora o que soía, mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados por ano.”

Àquela altura, porém, um novo Brasil estava nascendo noutras latitudes. Sua fortuna se baseava na grande lavoura canavieira e no de escravos em larga escala. Sem riquezas minerais, a região onde a colônia lutava para florescer ficava distante da outrora promissora Costa do ouro e da prata.

Antes, porém, de se conformarem com aquele destino agrário – tido como humilhante para conquistadores ousados –, os portugueses repetiram, na terrível Costa leste-oeste (no litoral norte do Brasil), o mesmo que, durante quase 30 anos, haviam tentado no sul. Pela via do Amazonas, eles tentariam conquistar o Peru e enriquecer rapidamente com o ouro e a prata existentes no território do Rei Branco.

Lá, também iriam fracassar.



III

A COSTA LESTE-OESTE

Pernambuco e as Capitanias de Cima

Seis de janeiro de 1536 há de ter sido um dia especial para o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, e para os 200 colonos que o acompanhavam. Ao final daquela manhã, a dura rotina dos trabalhos de construção da vila de Olinda foi interrompida por um acontecimento excepcional: uma grande frota portuguesa surgiu em frente ao porto no qual Coelho e seus homens estavam instalados há cerca de dois meses.

A chegada de um único navio vindo de Portugal já teria sido motivo de celebração. Naquele instante, porém, eram nada menos do que dez as embarcações que apontavam suas proas em direção aos pontiaguados recifes localizados diante da colina sobre a qual Olinda estava nascendo.

A frota não era apenas imponente: era a maior esquadra que, até então, jamais partira de Portugal para a América, com dimensões só inferiores às da armada de 13 navios com a qual, 36 anos antes, Pedro Álvares Cabral descobrira o Brasil. Cabral, porém, dirigia-se à Índia e sua chegada à Bahia fora um acontecimento secundário em meio à jornada ao Oriente.

Uma outra comparação ainda deve ser feita entre a frota de Cabral e a armada que agora lançava âncoras em frente a Olinda. Tendo a descoberta do Brasil sido intencional ou não, o fato é que, ao desviar seu rumo bem mais para oeste do que o necessário para contornar a África, Cabral não havia aportado na Bahia por acaso. Ele alcançara a costa brasileira no seu trecho mais protuberante: aquele que se prolonga desde o cabo de São Roque (RN) até o sul da Bahia – e que, mais tarde, seria chamado de

“Costa do Brasil”.

Os dez navios que chegaram a Olinda na manhã de 6 de janeiro de 1536 também não estavam ancorando ali por acaso: foram os ventos, as correntes e o conhecimento da melhor rota marítima entre Portugal e o Brasil que os haviam conduzido. Mas não era aquele o porto ao qual se destinavam: a grande esquadra fora incumbida da perigosa missão de seguir para um território muito mais hostil e menos explorado do que o litoral de Pernambuco.

Com 1.500 homens e 113 cavalos a bordo, a expedição, sob o comando do capitão Aires da Cunha, tinha sido armada por ordem e com os recursos de três donatários coligados: Fernão d’Álvares de Andrade, tesoureiro-mor de Portugal; João de Barros, feitor da Casa da Índia; e o próprio Aires da Cunha.

No processo de partilha do Brasil, a esses três homens coubera quase todo o vasto território que se prolonga desde a baía da Traição, na Paraíba, até a ilha de Marajó, nos confins do Maranhão. Sem contar com a capitania do Ceará – que ficava entre essas possessões e pertencia a Antônio Cardoso de Barros –, os lotes concedidos aos três donatários associados perfaziam 225 léguas (cerca de 1.500 quilômetros) de costa, abrangendo todo o litoral setentrional do Brasil.

Embora a extensão das terras fosse enorme, havia um grave problema logístico: aquelas capitanias ficavam no trecho chamado de Costa leste-oeste – a porção menos conhecida do litoral brasileiro, e a que apresentava as maiores dificuldades náuticas para os homens dispostos a percorrê-la nos tempos da navegação a vela. No momento em que determinaram o envio de sua frota conjunta – que zarpara de Lisboa em novembro de 1535 –, os donatários Fernão d’Álvares, João de Barros e Aires da Cunha já sabiam disso. Mas sabiam também que, a partir de seus lotes, seria possível tentar a conquista do Peru.

De fato, desde a descoberta do rio Amazonas – feita pelo espanhol

Vicente Yáñez Pinzón em fevereiro de 1500 – e especialmente após a viagem exploratória realizada por Diogo Leite em 1532, os europeus concluíram, através dos relatos dos indígenas, que, como o Prata, aquele enorme rio nascia no topo das grandes montanhas nevadas do oeste do continente. Pela mesma fonte, os exploradores souberam também que tais montanhas eram habitadas por um povo nativo que possuía inesgotáveis reservas de ouro e de prata.

Além de tesoureiro-mor da Fazenda, Fernão d'Álvares de Andrade era membro atuante do Conselho Real e um dos principais assessores do rei D. João III, logo abaixo de D. Antônio de Ataíde. Ele já havia desempenhado papel importante no processo de divisão do Brasil em capitanias hereditárias. Com o passar dos anos, iria se tornar também um dos maiores defensores dos investimentos na colônia sul-americana, favorável ao progressivo abandono das praças portuguesas na África.

O historiador Francisco de Varnhagen insinua que, em função do importante cargo que desempenhava na corte – e de sua estreita ligação com D. Ataíde –, Fernão d'Álvares estava habilitado a escolher e reservar para si aquele que considerasse o melhor lote do Brasil. Em vista dos conhecimentos que já possuía sobre o Amazonas, não chega a ser uma surpresa o fato de ele ter optado por receber uma capitania no Maranhão, próxima à foz do rio majestoso.

Desde fins de 1531, os portugueses estavam convictos de que deveriam se instalar na região do Amazonas. O projeto não apenas se encaixava no conceito geopolítico do Magnus Brasil como estava diretamente relacionado com o plano de conquistar o lendário território do Rei Branco – que, situado no norte da América do Sul, era chamado de Eldorado.

O OPULENTO TESOUREIRO-MOR

Dos doze donatários agraciados com terras no Brasil, Fernão d'Álvares de Andrade era, de longe, o mais poderoso e importante. Se decidira

receber uma capitania no Maranhão, fora porque estava convicto de que, a partir dali, seria capaz de multiplicar sua fortuna – que já era uma das maiores de Portugal.

Responsável direto pelo recebimento e a administração de todo o dinheiro vindo do Oriente, Álvares convivia diariamente com D. João III, redigia suas cartas e, acima de tudo, era o principal encarregado da manutenção e do funcionamento dos estaleiros reais. Ele despachava as armadas para a Índia, instruía e comissionava seus capitães, estabelecia os salários dos oficiais de alto bordo, supervisionava o trabalho nos fervilhantes estaleiros da ribeira das Naus, às margens do Tejo, e tratava do reaparelhamento das frotas, desgastadas pela constância das navegações oceânicas. Há quem o tenha chamado de “o gênio discreto da marinha portuguesa: seu almirante oculto”.¹



Brasão de Fernão D'Álvares

Fidalgo de origem nobre, descendente dos condes de Andrade. o futuro donatário fora alçado ao cargo de tesoureiro-mor por ser homem letrado, dono de uma inteligência prática e com vocação para números. Por conta dessas qualidades, ele coordenava também a febril atividade dos escritórios da Casa da Mina e da Casa da Índia: os postos alfandegários onde eram armazenados todos os produtos – especiarias, marfim, pedrarias e ouro – trazidos pelos navios cuja partida ele supervisionava.

Tantas e tão importantes funções tinham transformado Fernão d'Álvares de Andrade em homem opulento. Ele morava em um magnífico palácio, colado ao Paço da Ribeira, tido como “a mais suntuosa, talvez, das residências da

O Eldorado

O mito do Eldorado é posterior ao do Rei Branco. As primeiras notícias relativas a um chefe indígena que todas as manhãs se banhava em uma lagoa e depois tinha o corpo nu coberto de pó de ouro chegaram à Europa em 1533, através do relato do espanhol Sebastian de Bemalzacar, o conquistador de Quito, que ouvira falar das riquezas dos Chibcha, povo nativo que vivia nas atuais Colômbia e Venezuela. Os portugueses associaram esse mito à existência da Lagoa Dourada – suposta nascente conjunta do Prata e

capital”.² A mansão era tão requintada que para lá iria se transferir o príncipe D. João (filho de D. João III e herdeiro do trono) logo após seu casamento com a infanta D. Joana de Castela, filha de Carlos V e de D. Isabel. Ali hospedavam-se também os embaixadores do rei Francisco I, nas inúmeras ocasiões em que vinham a Lisboa para tratar dos conflitos relativos à presença dos franceses no Brasil.

A visão de Fernão d’Álvares de Andrade sobre as complexidades do comércio global levou um historiador a compará-lo com os banqueiros Függer e Welser – “embora, ao contrário destes, ele nunca tenha se desligado dos interesses do rei” e jamais atuado na iniciativa privada. “A originalidade do pensamento de Fernão d’Álvares” conclui o mesmo estudioso, “consistia no fato dele preferir o Ocidente ao Oriente.”³

Com a convicção de que valia mais a pena apostar no Brasil do que na África ou na Índia, o tesoureiro-mor se dispôs a investir parte considerável de sua fortuna no aparelhamento de uma grande frota encarregada de dar início à colonização da foz do Amazonas – e, a partir dali, tentar a conquista do Peru e iniciar a busca pelo *reino do Eldorado*.

Embora fosse muito rico, Álvares não se lançou sozinho a sua aventura brasileira. Ele decidiu se associar com um de seus funcionários mais graduados: o feitor da Casa da Índia, João de Barros. Apesar de desempenhar funções fiscais e escriturárias, Barros era muito mais do que um mero burocrata: historiador, filólogo, gramático, enxadrista e humanista renomado, ele foi um dos maiores gênios da língua portuguesa e um dos principais ideólogos do império colonial português na época da expansão ultramarina.

do Amazonas. Em seguida, passaram a acreditar que o Eldorado e o Rei Branco pudessem ser a mesma figura. Abaixo, imagem do Eldorado, o senhor dos Chibcha.



Se Fernão d'Álvares de Andrade era o mais proeminente dentre todos os fidalgos que receberam terras no Brasil, João de Barros, por outro lado, foi o único que conseguiu imortalizar o próprio nome.

UM PRECURSOR DE CAMÕES

Filho de família fidalga, Barros nasceu em Viseu em 1496. Como seu pai e outros parentes circulavam com desenvoltura na corte e pelo alto clero, ele foi admitido pelo rei D. Manoel no círculo restrito do Paço da Ribeira – “ainda na idade do jogo de pião”.⁴ Foi educado ali, por mestres que lhe ensinaram “as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, danças, jogos de armas e outros exercícios virtuosos”.⁵

Quando D. Manoel autorizou o filho D. João a se transferir para residência própria, Barros foi nomeado “moço de guarda-roupa” do jovem príncipe. Iniciou-se entre os dois uma relação que, mais tarde, se traduziria na proteção e amizade do futuro monarca. Foi “por cima das arcas de vosso guarda-roupa” que João de Barros – então com pouco mais de 20 anos – concebeu e deu forma à sua obra de estreia como escritor: a *Crônica do Imperador Clarimundo*, um bem estruturado romance de cavalaria. Oferecido ao rei D. Manoel em 1520, o livro foi redigido sob o olhar atento e o vívido entusiasmo do príncipe D. João.

A narrativa épica e o tom elogioso de *Clarimundo* agradaram de tal forma a D. Manoel que o monarca manifestou o desejo de que João de Barros se encarregasse de escrever sobre “as cousas das partes do Oriente”, já que até então, embora pretendesse celebrar os feitos dos portugueses na Ásia, “nunca achara pessoa de que o confiasse”.⁶

A morte do rei, em dezembro de 1521, veio interromper o projeto de Barros, uma vez que o novo soberano, D. João III, concedeu a seu

A Casa das Riquezas

A Casa da Índia, na qual João de Barros trabalhou boa parte de sua vida adulta, era o posto alfandegário onde eram depositadas as especiarias e demais mercadorias trazidas do Oriente. Localizado ao lado do Paço da Ribeira, no centro de Lisboa, era um dos prédios mais suntuosos de Portugal no século XVI. O local foi descrito com detalhes pelo cronista Damião de Góis.

companheiro de infância, já em 1522, o governo do Castelo da Mina (a grande feitoria erguida em 1482 no golfo da Guiné). É provável que João de Barros jamais tenha exercido o cargo, já que pouco tempo depois de desembarcar na Guiné foi chamado de volta para o reino, onde iria desempenhar uma série de funções ao longo de quatro décadas de carreira como funcionário público.

De fato, em 1525 Barros foi nomeado tesoureiro das Casas da Índia, da Mina e de Ceuta – ofício que exerceu até 1528. Por ocasião do surto de peste que assolou Lisboa em fins de 1530, ele prudentemente se retirou para sua casa de campo, uma quinta próxima a Pombal, nos arredores de Coimbra, ao norte da capital. Ao regressar a Lisboa em 1533, foi nomeado feitor da *Casa da Índia* – cargo de maior relevo e rendimento, que exerceu ininterruptamente por cerca de 35 anos, até a aposentadoria em 1567.

Foi durante seu retiro rural que João de Barros escreveu sua segunda obra literária: *Ropicapnefma* (ou “A Mercadoria Espiritual”), um dos mais singulares textos da língua portuguesa. Dedicada ao filósofo Erasmo, *Ropicapnefma* era uma cáustica sátira a todas as classes sociais e uma crítica contundente aos vícios morais da Europa quinhentista.

No entanto, *Ropicapnefma* seria o último trabalho com viés crítico e conteúdo mordaz produzido por João de Barros. Afinal, já no ano seguinte, 1533, ele foi encarregado de redigir o *Panegírico* de D. João III – um elogio oficial ao monarca que era seu amigo e protetor.

Ao traçar o retrato de D. João como Um Gênio da Língua

A seguir, trechos do relato de Góis, redigido em 1554:
“Realizado de feição maravilhosa, repleto de abundantes presas e despojos de muitas gentes e povos, deveria antes chamar-se de empório copiosíssimo dos aromas, pérolas, rubis, esmeraldas e de outras pedras preciosas que nos são trazidas da Índia ano após ano. Ali estão patentes, para quem os quizer admirar, inúmeros compartimentos, distribuídos com engenhosa arte e ordem, abarrotados com tão grande abundância daquelas preciosidades que – palavra de honra! – ultrapassaria a faculdade de acreditar, se não saltassem aos olhos de todos e as não pudéssemos tocar com as próprias mãos.”
Abaixo, assinatura de João de Barros.



“príncipe perfeito”, Barros não disfarça seu comprometimento cortesão, alinhando-se ideologicamente com o poder monárquico. Essa posição conservadora seria reforçada pouco mais tarde, quando ele rompeu de vez com sua postura pacifista e tolerante redigindo o *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*. Obra de polêmica antijudaica dedicada ao futuro cardeal D. Henrique, inquisidor-geral do reino, o *Diálogo* trava-se entre o Evangelho e o “lobo Talmud”. Seu objetivo era provar, através da persuasão e do confronto teológico, a superioridade da doutrina cristã sobre os preceitos do judaísmo.

João de Barros (abaixo) continua sendo um nome conhecido e admirado em Portugal.



A PÁTRIA E A LÍNGUA

A obediência ao rei e aos seus desígnios iria guiar toda a concepção da obra historiográfica de João de Barros, à qual ele se dedicou a partir de 1545 e que lhe assegurou a imortalidade literária. Mas, antes de mergulhar no ambicioso projeto global de descrever a história do mundo – tendo por base a expansão ultramarina lusitana –, Barros lançou-se à tarefa ainda mais revolucionária de sistematizar e codificar a gramática portuguesa.

Ele estava convencido de que a língua – que amava e conhecia profundamente – destinava-se a desempenhar um papel ideológico preponderante no encontro planetário das civilizações e, acima de tudo, que a propagação do idioma português era a ferramenta ideal para a expansão da fé cristã.

Assim sendo, no impressionante intervalo de apenas um mês, entre dezembro de 1539 e janeiro de 1540, João de Barros publicou quatro obras que constituem um admirável *corpus*

O Poder da Gramática

Na mesma época em que escreveu sua Gramática da Língua Portuguesa, Barros lançou também o Diálogo em

gramatical-pedagógico-didático, construído para ressaltar a “majestade da língua portuguesa” e seu papel decisivo na construção de um império universal.

Lançada nos primeiros dias de 1540, sua *Gramática da Língua Portuguesa* era uma codificação minuciosa das regras gramaticais do português. Um mês antes, Barros publicara sua famosa *Cartinha* (que nada mais era do que o que hoje chamamos de cartilha): um manual – inteiramente revolucionário em sua pedagogia e concepção didática – para ensinar a ler e escrever o português. Para João de Barros, a língua era “companheira do império”.⁷

AS DÉCADAS DA ÁSIA

Após esse mergulho no universo semântico, João de Barros se propôs a enfrentar uma aventura literária ainda mais ousada: tomando por modelo o historiador romano Tito Lívio, decidiu redigir uma obra monumental, em escala global, com o objetivo de narrar as conquistas lusas ao redor do planeta.

A obra – cuja redação se iniciou em fins da década de 1540 – era dividida em três vetores: *A conquista*, “que é própria da milícia”, na qual ele se propunha a fazer a história dos feitos militares portugueses nos quatro continentes (Europa, desde os romanos; África, desde a tomada de Ceuta em 1415; Ásia, desde o início dos descobrimentos patrocinados pelo infante D. Henrique; e Brasil, a partir do descobrimento

louvor da nossa linguagem e o Diálogo da Viçiosa Linguagem, nos quais defendia o uso de um alfabeto de 34 letras ao invés das 23 habituais (incluindo vocábulos como y, k, ó, ch, lh, nh) e louvava “a riqueza vocabular, a honestidade, a gravidade e a majestade” do idioma português que, segundo ele, o singularizavam entre as demais línguas românicas. Tais características sinalizavam a “adequação intrínseca do português à epopeia” – uma profecia que haveria de ser plenamente concretizada, dali a 30 anos, por Os Lusíadas, de Camões. Abaixo, o frontispício de As Décadas da Ásia, a obra-prima de João de Barros.



em 1500); *A navegação*, que consistiria numa “universal geografia de todo o descoberto”; e, finalmente, *O comércio*, em que se faria a descrição de todos os “produtos naturais e artificiais de que os homens têm uso”, incluindo-se aí uma tabela de pesos e medidas, preços e trocas em escala mundial.

Tratava-se, portanto, de um projeto de concepção globalizante e do qual hoje se conhece apenas uma ínfima parte, relativa à conquista do Oriente e publicada em quatro grossos volumes chamados *As Décadas da Ásia*. Referências feitas pelo próprio Barros permitem supor que *A navegação* e *O comércio* tenham sido em grande parte escritas, embora estejam perdidas. O que sobrou, no entanto, não foi suplantado em grandiloquência, plasticidade e requinte literário – além de possuir inequívoco valor como fonte histórica fidedigna.

De fato, como feitor da Casa da Índia, Barros – que já foi chamado de “historiador sedentário”⁸ – tinha acesso direto aos fatos políticos, militares e marítimos, muitas vezes da boca dos próprios protagonistas. Pela sua mão passavam regimentos, roteiros, relações, cartas e todos os projetos relativos à África e ao Oriente. Assim sendo, sua obra historiográfica se articulava em estreita relação com a carreira de funcionário. Durante o dia, Barros desempenhava suas funções na Casa da Índia. À noite, varando as madrugadas, ele redigia, sob a luz trêmula dos candeeiros, seu testamento literário. Era uma rotina exaustiva, da qual ele se queixou em inúmeras ocasiões.

Para escrever *As Décadas da Ásia*, Barros não se limitou, contudo, às fontes portuguesas, ao seu vasto conhecimento dos escritores greco-latinos e à leitura atenta dos muitos autores cristãos que, desde Marco Polo até o seu tempo, escreveram sobre as coisas do Oriente. Adepto de uma concepção planetária da História, ele consultou, sempre que possível, textos escritos pelos próprios povos que pretendia documentar. Referiu-se, por exemplo, às crônicas dos reis de Quiloa, Ormuz, Guzarate e Bisnaga, bem como ao clássico *Tarigh*, um sumário sobre os reis da Pérsia. Para escrever sobre a China, utilizou-se de um livro de cosmografia “que nos

foi de lá trazido e interpretado por um chim que para isso houvemos”.⁹

Desse modo, como disse a pesquisadora Ana Buescu, “no edifício construído por João de Barros sobre a aventura náutica dos portugueses é verdadeiramente notável a atenção e a sensibilidade antropológica na descrição dos amplos quadros geográficos e civilizacionais do Oriente”. Entre outros méritos, *As Décadas da Ásia* tem a qualidade adicional de descrever *o outro* com “a especificidade própria da sua cultura e de seus sistemas sociais, relevando, perturbadoramente, para os europeus do século XVI, a relatividade das civilizações”¹⁰ e o fato de a Europa não ser o único continente desenvolvido.

Ainda assim, o grande painel mundial de João de Barros se insere plenamente no “espírito de cruzada”: ele defende a tese da superioridade dos padrões culturais europeus, acredita no preceito jurídico da “guerra justa” e abraça uma concepção imperialista, épica e centralista da História. Além disso, por ser amigo e panegirista de D. João III, Barros escreveu com a prudência de um cortesão constantemente agraciado com cargos públicos e mercês, e manteve intocado o critério humanista da necessidade de glorificar os heróis pátrios.

Por conta disso – ao contrário de outros cronistas, especialmente Gaspar Correia e Diogo do Couto –, João de Barros calou-se na hora de relatar as mazelas, a corrupção e as crueldades que marcaram o domínio lusitano na Índia. Segundo sua própria justificativa, ele o fez para “não macular uma escritura de tão ilustres feitos com ódios, invejas, cobiças e outras cousas de tão mau nome”.¹¹

De qualquer modo, ainda de acordo com Ana Boescu, “mais do que qualquer outro historiador da expansão lusa, foi João de Barros quem contribuiu para transmutar a matéria histórica em matéria épica”.¹² Ao fazê-lo, abriu caminho para a celebração definitiva dos “triumfos deste reino”, concebida e plenamente realizada, alguns anos mais tarde, pelo poeta Luís Vaz de Camões em seu inigualável *Os Lusíadas*, publicado em

1569. É virtualmente impossível imaginar o surgimento de *Os Lusíadas* sem o trabalho anterior de João de Barros.

AS CAPITANIAS SETENTRIONAIS DO BRASIL

A aventura historiográfica e a investigação linguística empreendidas por João de Barros só se iniciaram, porém, após o retumbante fracasso e a terrível tragédia que marcaram a expedição que ele armou e enviou para o Brasil, em conjunto não apenas com o poderoso Fernão d'Álvares de Andrade, mas também com seu sócio direto, o militar Aires da Cunha.

Além de amigo e protegido do rei D. João III, João de Barros mantinha estreitas ligações com D. Antônio de Ataíde. Em certa ocasião, ao se referir a Barros, o próprio Ataíde – calejado com a desonestidade e corrupção que caracterizavam o desempenho dos homens encarregados de fiscalizar os negócios alfandegários em Lisboa – disse: “Ainda que roubar fora virtude, ele não o fizera.”

Nessas circunstâncias, dadas sua proximidade com o trono e suas boas relações com D. Ataíde (que chegou a ter acesso aos originais de *As Décadas da Ásia* antes de sua publicação), João de Barros deve ter despontado como candidato natural ao recebimento de um lote no Brasil. E, de fato, ele foi agraciado não apenas com uma, mas com duas donatarias – embora ambas não lhe tenham sido concedidas para usufruto exclusivo, e sim em parceria com o navegador Aires da Cunha.

Quase nada se sabe sobre Aires da Cunha, a não ser que lutara em Malaca, onde chegou a ser alcaide-mor, e que fora um dos chefes da esquadra guarda-costas dos Açores. Regressara ao reino “como os antigos procônsules romanos: coberto de cabedais e glória”,¹³ por volta de 1532. Naquela ocasião, chegou a ser incumbido, junto com Duarte Coelho, da missão de seguir para Pernambuco e retomar a feitoria de Igaraçu. Mas, quando se soube, em Lisboa, que Pero Lopes de Sousa já desalojara os franceses de lá, a expedição foi cancelada.

No dia 11 de março de 1535, João de Barros e Aires da Cunha

receberam, das mãos do rei, suas duas capitanias no Brasil. O primeiro lote tinha 50 léguas (cerca de 330 quilômetros) de extensão. Iniciava-se no extremo norte da colônia, no então chamado cabo de Todos os Santos (mais tarde ponta dos Mangues Verdes e, atualmente, baía de Cumã), em frente à ilha de Marajó, nas proximidades da atual cidade de Belém do Pará. O limite sul do lote era estabelecido pela foz do rio Gurupi (atual divisa dos estados do Pará e do Maranhão), na chamada Abra de Diogo Leite.

O segundo lote de João de Barros e Aires da Cunha – mais tarde conhecido como capitania do Rio Grande (do Norte) –, ficava bem mais ao sul e tinha 100 léguas (cerca de 660 quilômetros) de largura. Começava na ponta do Mucuripe (10 quilômetros ao sul da atual cidade de Fortaleza, no Ceará) e ia até a baía da Traição, na Paraíba (50 quilômetros ao norte de João Pessoa), que os nativos chamavam de Acajutiribó (“*lugar dos cajus azedos*”, em tupi).

Entre os lotes de Barros e Cunha existiam duas outras capitanias. A primeira delas – mais tarde chamada de Maranhão – fora entregue a Fernão d’Álvares. O tesoureiro-mor a recebeu em data hoje desconhecida, já que a carta de doação e o foral nunca foram encontrados. Seus limites, porém, são conhecidos: a capitania do Maranhão – com 75 léguas (cerca de 500 quilômetros) de costa – principiava na foz do rio Gurupi e ia até a foz do rio Parnaíba (atual divisa entre o Maranhão e o Piauí).

O Caju

O caju – ou aka’iu, em tupi – é o fruto do cajueiro (Anacardium occidentale). Essa árvore tinha tanta importância na vida cotidiana dos Tupi que seu ciclo regulava o calendário indígena. A própria palavra “aka’iu” significa “ano” em tupi. Havia as chamadas “chuvas do caju”, expressão que designava as chuvas que caem entre setembro e outubro no Nordeste do Brasil e que favorecem o amadurecimento do caju. Existia também a “guerra do caju”, que ocorria anualmente no verão, quando os nativos do grupo Gê vinham do interior e lutavam com os Tupi pela posse e a colheita dos cajueiros do litoral. Embora a castanha fosse usada na alimentação, os indígenas se interessavam mesmo era pela fruta em si, com a qual produziam um vinho bastante forte. Abaixo, Tupis colhendo caju, gravura de André Thevet feita em 1557.

Em 20 de novembro de 1535, o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros – subalterno direto de Fernão d’Álvares e de D. Antônio de Ataíde –, recebeu a capitania do Ceará, cujo foral lhe foi passado em 26 de janeiro do ano seguinte. Com 40 léguas (cerca de 250 quilômetros) de largura, a donataria de Cardoso de Barros ia da foz do Parnaíba à ponta do Mucuripe (cerca de 10 quilômetros ao sul da atual capital cearense, Fortaleza).



Embora provavelmente fosse parente de João de Barros e seu lote ficasse entre a possessão de Fernão d’Álvares e a de Aires da Cunha e do próprio João de Barros, por algum motivo Antônio Cardoso de Barros não se associou ao projeto no qual seus três vizinhos lançaram-se conjuntamente e, ao que tudo indica, nunca empreendeu a colonização de seu lote.

OS PREPARATIVOS PARA A GRANDE EXPEDIÇÃO

Mesmo sem o concurso de Antônio Cardoso de Barros, a união das fortunas, dos esforços e da experiência do tesoureiro-mor, do feitor da Casa da Índia e do navegador Aires da Cunha configurava uma poderosa conjugação de forças que, de imediato, os transformou nos donatários mais bem aparelhados para empreender a colonização do Brasil.

E, com efeito, nenhuma expedição partiria de Portugal para a América municiada por tantos recursos, com tantos tripulantes e encarregada da execução de um projeto tão audacioso. Fernão d’Álvares, João de Barros e Aires da Cunha foram capazes de arregimentar 900 soldados, 120 cavalos e 600 colonos. Adquiriram também cinco naus e cinco caravelas – o que significa dizer que, entre embarcações, mantimentos, tripulantes, munições e braços armados, investiram cerca de 600 mil cruzados no empreendimento. A frota era, por si só, “tão poderosa quanto as de

Colombo, Vasco da Gama, Cortez e Pizarro reunidas”, como observou um historiador.¹⁴

O comando da armada foi entregue a Aires da Cunha – navegador e militar experiente, afeito às agruras da vida no mar e à conquista em terras estrangeiras. Fernão d’Álvares e João de Barros, burocratas e cortesões, permaneceram na corte – onde, aliás, seus serviços eram indispensáveis ao bom funcionamento dos negócios ultramarinos. Barros, no entanto, mandou dois de seus filhos, Jerônimo e João. Não se sabe quem Álvares escolheu para representá-lo, mas com certeza há de ter sido um funcionário graduado.

Consciente da importância, das dimensões e dos vultosos investimentos movimentados por aquele ousado projeto colonial, o rei D. João III tratou de conceder aos donatários associados vantagens adicionais, além daquelas que já lhes tinham sido asseguradas pelos respectivos forais. Álvares, Barros e Cunha foram beneficiados pela Coroa com a isenção de alguns impostos, com o fornecimento de ferramentas agrícolas, mudas e sementes, e até com certa quantidade de armamentos e munições, cedidos pelo próprio Arsenal Régio.



Assinatura de Aires da Cunha

Mas a principal mercê que os três donatários obtiveram do monarca lhes foi garantida por um alvará assinado no dia 18 de junho de 1535, mediante o qual ficou decidido que “todas as minas de ouro e prata por eles achadas e descobertas de qualquer modo que seja e em quaisquer partes que fiquem, pelas terras adentro de suas capitânias”, passariam lhes pertencer “para todo o sempre, por juro e herdade”, podendo ser repassadas a seus filhos, netos e herdeiros legais.

Essa concessão excepcional – feita exclusivamente àqueles donatários – se justificava não só pelo fato de eles terem investido muito dinheiro na armação de sua esquadra como também pelo próprio risco e a enorme importância estratégica de seu objetivo primordial: a conquista do Peru.

O óbvio caráter militar da expedição, de todo inusual para o Brasil de então, revela que o projeto dos três donatários era a penetração armada pelo interior do continente, através da via fluvial do Amazonas, até os Andes, após a qual planejavam abrir uma via de comunicação entre o Atlântico e o Peru – em busca do território do Rei Branco e da mitológica Lagoa Dourada, suposta nascente do Amazonas e do Prata.

A própria presença, na frota, de uma centena de cavalos era um indicativo dessa pretensão. Afinal, embora tivessem desempenhado um papel-chave na conquista do México e do Peru – empreendidas pelos espanhóis –, os cavalos até então nunca tinham sido trazidos pelos portugueses para o Brasil.

Pretensões tão ambiciosas e preparativos tão ruidosos evidentemente não passaram despercebidos ao embaixador castelhano em Lisboa, Luiz Sarmiento. Tanto é que, em 2 de fevereiro de 1536, ele escreveu para o imperador Carlos V informando-o de que “em fins de novembro passado” cruzara pelas ilhas Canárias “uma frota de dez navios e 1.500 homens, dos quais 113 a cavalo, que o Sereníssimo Rei de Portugal enviou de Lisboa, a qual diziam publicamente que ia ao Peru, que fica na demarcação de Vossa Majestade Imperial”.¹⁵

Sarmiento não deixou de observar que nenhum dos navios anteriormente enviados ao Brasil por outros donatários levava “soldados e artefatos de guerra, mas apenas gente para povoar, e o necessário para a vida habitual e pacífica”. Ironicamente, é graças a essa e a outra carta de Sarmiento – citada mais adiante – que se pode *reconstituir o trágico destino* da expedição, já que os registros acerca de sua existência foram



A narrativa dos eventos que marcaram a expedição de Aires da Cunha ao Maranhão será feita, nas páginas seguintes, não apenas com base nas cartas de Sarmiento, mas, acima de tudo, graças ao minucioso estudo empreendido pelos historiadores Rafael Moreira e William M. Thomas, publicado em julho de 1996 pela revista Oceanos com o título de Desventuras de João de Barros, primeiro colonizador do Maranhão. Acima, retrato de João de Barros feito no século XVI.

praticamente riscados dos arquivos portugueses.

DESASTRE NO MARANHÃO

Sob o comando de Aires da Cunha, a armada dos três donatários coligados zarpou de Lisboa na segunda semana de novembro de 1535. Cerca de dez dias depois, a frota cruzou ao largo das ilhas Canárias, de onde os castelhanos – espantados com suas dimensões e seu poderio bélico – enviaram relatos alarmantes para o embaixador Sarmiento, os quais ele prontamente tratou de retransmitir para o imperador Carlos V.

Então, ao final da manhã de 6 de janeiro de 1536, a mais poderosa esquadra que jamais fora enviada da Europa para o Brasil surgiu, majestosa, à frente da nascente vila de Olinda. O encontro entre o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, e o recém-chegado Aires da Cunha há de ter sido caloroso. Ambos já se conheciam: tinham combatido juntos em Malaca e compartilhado a chefia da esquadra dos Açores.

Informado dos planos de seu antigo companheiro de armas, Coelho forneceu-lhe alguns mapas e quatro intérpretes – homens bem versados na “língua geral” –, cedendo-lhe também uma *fusta*. O donatário de Pernambuco não ignorava que aquela pequena embarcação seria de inestimável valor para as sondagens de uma costa traiçoeira e pouco conhecida.

Por volta da segunda quinzena de janeiro – aproveitando-se da época em que os ventos ficam mais fracos naquela porção do litoral –, a armada

A Fusta

Fustas são embarcações relativamente pequenas, com cerca de 25 metros de comprimento e 4 de largura, movidas a remo e a vela. De origem árabe, eram chamadas de “faluchos” no Oriente Médio. Cada barco tinha entre 12 e 18 bancadas de remadores e cada bancada possuía dois remos. As fustas possuíam um único mastro, armado com vela latina (ou triangular), podendo ter uma cobertura na popa. Seu fundo era quase chato, o que lhes permitia navegar em águas rasas, próximas à costa.



de Aires da Cunha zarpou de Pernambuco em direção a noroeste. A partir de então, nada iria sair como o planejado.

Depois de navegar por cerca de 300 quilômetros ao longo da costa, a frota cruzou pela ampla foz do rio Potengi (o “Rio Grande do Norte” de então), que fica cerca de dois quilômetros ao norte da atual cidade de Natal e onde, cerca de 60 anos depois, seria construído o Forte dos Reis Magos. Apesar de aquele ser um local estratégico e ficar dentro dos limites da donataria que ele compartilhava com João de Barros, Aires da Cunha inexplicavelmente não fez escala ali, embora, por motivos ainda mais obscuros, tenha decidido desembarcar cerca de doze quilômetros mais ao norte, na tortuosa foz do rio Baquipe – hoje chamado Ceará-Mirim.

No momento em que puseram os pés em terra, os soldados de Aires da Cunha foram rechaçados pelos Potiguar – que, cinco anos antes já tinham impedido Pero Lopes de se abastecer de água ali e que, em janeiro de 1500, haviam enfrentado e vencido os homens que acompanhavam o espanhol Vicente Pinzón. Quando Aires da Cunha tentou o desembarque, enfrentou uma situação ainda mais grave: naquela ocasião, os Potiguar estavam “unidos a muitos franceses”¹⁶ e, com o auxílio das armas de fogo de seus aliados, mataram cerca de 70 portugueses. Embora Cunha certamente pudesse ter vencido o inimigo – já que suas tropas eram muito maiores e estavam mais bem armadas do que o adversário –, ele preferiu bater em retirada, zarpando para o norte, “disposto a ir tentar melhor sorte nas terras de seu terceiro sócio, Fernão Álvares de Andrade”.¹⁷

Em algum ponto da costa entre o Ceará-Mirim e o cabo de São Roque, a expedição encontrou e recolheu vários naufragos castelhanos da expedição de D. Pedro de Mendoza – cujo galeão havia se desgarrado da frota enviada para colonizar Buenos Aires e, depois de ficar algumas semanas à deriva, afundara ali, cerca de um ano antes.

Os espanhóis sobreviventes – alguns haviam

sido devorados pelos Potiguar – fizeram um relato aterrorizante sobre aqueles indígenas. Ainda assim, talvez nem todos tenham preferido juntar-se aos portugueses: alguns anos mais tarde, um castelhano seria encontrado vivendo entre os nativos daquela região. Com os lábios furados, o corpo tatuado e pintado de jenipapo, esse homem “se fizera botocudo” e liderava os ataques indígenas contra os portugueses. Varnhagen supõe que fosse um dos náufragos de Pedro de Mendoza, que decidira abandonar a vida civilizada e, segundo ele, “asselvajar-se”.¹⁸

Deixando o território dos Potiguar para trás, a frota de Aires da Cunha prosseguiu para o norte. Acompanhando a linha da costa – que, a partir dali, inflete decisivamente para noroeste –, os navios dobraram o cabo de São Roque e, em fevereiro de 1536, entraram na traiçoeira Costa leste-oeste. A ousadia lhes custaria caro.

Desde uma *expedição clandestina*, realizada pelo capitão Estevão Fróis em 1514, os portugueses sabiam que, a partir do cabo de São Roque, as correntes corriam paralelas à costa e conduziam os navios no rumo leste-oeste, empurrando-os vigorosamente em direção ao Caribe. O que eles ainda ignoravam era que essas mesmas correntes imprimiam uma velocidade extra aos navios – que não era computada pelos pilotos e “produzia um erro de longitude que ia se acumulando”.¹⁹

Assim sendo, após três semanas de navegação sob os ventos fracos do final do verão, a frota de Aires da Cunha se encontrava bem mais a oeste

Embora o projeto Magnus Brasil – de acordo com o qual os lusos pretendiam tomar posse da foz dos rios Amazonas e Prata – só tenha surgido na corte por volta de 1530, o fato de os portugueses terem realizado em 1514 duas expedições conjuntas – uma para o sul, sob o comando de João de Lisboa, e outra para o norte, chefiada por Estevão Fróis – indica que, desde aquela época, eles já pretendiam expandir os limites de sua possessão na América do Sul para além da exígua linha estabelecida em Tordesilhas. A expedição de João de Lisboa foi responsável pela descoberta do rio da Prata. A missão de Fróis foi prejudicada pelas dificuldades náuticas impostas pela Costa leste-oeste. Seu navio foi empurrado para o Caribe, onde ele acabou preso pelos castelhanos. Só foi liberado, após várias torturas, dois anos mais tarde, em troca dos náufragos espanhóis da expedição de Juan Díaz de Solís, que o capitão Cristóvão Jaques capturara no porto dos Patos no verão de 1516.

do que julgava estar, com base nos mapas de que dispunha. De qualquer forma, até aquele momento a esquadra contava com a orientação dada pelos pilotos que avançavam próximos da costa, a bordo da fusta cedida por Duarte Coelho. Dessa forma, o grosso da armada podia se manter a uma prudente distância do litoral.

Ironicamente, porém, no trecho que vai do cabo de São Roque até o delta do rio Parnaíba, as águas costeiras são profundas e não oferecem nenhum obstáculo natural. Além disso, ao longo dessa mesma porção do litoral é possível vislumbrar, do alto-mar, o perfil eriçado da serra de Ibiapaba (CE), “cujos morros e picos serviam de orientação aos mareantes”.²⁰

Vencidas as águas barrentas do delta, no entanto, todas as referências desaparecem. Inicia-se ali a zona dos chamados “lençóis maranhenses”: um amplo cordão de dunas que emoldura uma costa baixa e plana, prolongando-se pelo oceano na forma de uma plataforma submarina de pouca profundidade.

E foi justamente então que a frota de Aires da Cunha perdeu o auxílio inestimável da fusta que a acompanhava. Empurrada por ventos contrários, essa pequena embarcação sumiu de vista e se desgarrou da armada. Por dois meses, os oito marinheiros que estavam a bordo permaneceram à deriva. Desesperados – sem água e sem comida –, acabaram sendo resgatados por um navio espanhol. Conduzidos para a ilha de São Domingos, no Caribe, foram presos, acusados de invadir águas territoriais de Castela.

Sem o insubstituível apoio do barco de reconhecimento, a tragédia logo se abateu sobre a frota de Aires da Cunha. As cinco naus e as cinco caravelas haviam seguido seu rumo em direção ao Amazonas. Após a foz do Tutoia – a uns 25 quilômetros do Parnaíba, onde o rio se perde em meandros entre os “lençóis” – a costa inflete ligeiramente para o sul, iniciando o contorno do Golfão maranhense. Se mantiver o curso normal

para leste – o que é forçado a fazer, na busca por águas mais profundas –, o navegante perde, de súbito, qualquer contato visual com a costa. A meio dia de viagem dali, à espera de suas vítimas, está um perigoso banco de corais: o *parcel de Manoel Luís*. Nas suas proximidades, as correntes adquirem velocidades de até três nós (ou cerca de 5 quilômetros por hora), ajudando o *parcel* a atrair e engolir as vítimas empurradas até lá.

Parece ter sido justamente isso o que aconteceu com a nau capitânia, comandada por Aires da Cunha. Em fins de março de 1536, esse navio desapareceu misteriosamente, tragado pelas ondas sem deixar vestígios. As mais variadas e fantasiosas hipóteses têm sido levantadas desde então para explicar o naufrágio – e cinco diferentes locais já foram apontados como o possível palco da catástrofe.

Estudos feitos em 1996 pelos pesquisadores Rafael Moreira e William Thomas elucidaram definitivamente a questão: distanciando-se demasiadamente para nordeste e se afastando do restante da frota – que não teria podido avistar em função de uma das frequentes chuvas, rápidas mas intensas, típicas do litoral maranhense –, a nau de Aires da Cunha foi tragada pelo *parcel de Manoel Luís* e sumiu para sempre. Seria apenas o primeiro de muitos navios a enfrentar o terrível destino ditado por aquele traiçoeiro banco de corais.

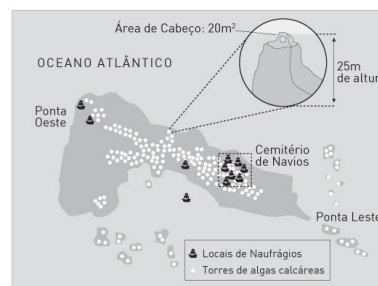
O Cemitério de Navios

Localizado em alto-mar, uns 180 quilômetros ao norte da atual cidade de São Luís (MA), o parcel de Manoel Luís é um afloramento de algas calcáreas fossilizadas com 5 quilômetros de extensão e 500 metros de largura, com imensas torres, ou “cabeços” de 25 metros de altura. Cerca de 240 naufrágios já ocorreram ali, de acordo com a pesquisadora Judite Cortesão (filha de Jaime Cortesão). O parcel – cujo nome provém de um antigo pescador da região – só foi cartografado em 1820 pelo oceanógrafo francês barão Albin Roussin. Transformado em Parque Estadual Marinho em 1991, o parcel é um banco genético belíssimo, repleto de corais, esponjas, anêmonas e gorgônias de múltiplas cores.

A VILA E A FORTALEZA DE NAZARÉ

Uma dúvida, porém, ainda persiste. A segunda carta enviada pelo embaixador

Sarmiento ao imperador Carlos V permite conjecturar que, antes da tragédia, Aires da Cunha já tinha desembarcado na ilha de São Luís, no Maranhão. De fato, num relato redigido em Évora em 15 de julho de 1536, Sarmiento registrava a chegada a Portugal de “um piloto que trazia cartas do capitão que se chama Acuña” (sem dúvida Aires da Cunha) afirmando ainda que “aqui [em Portugal] estão mui alegres com as novidades e acham que ninguém sabe de nada, e tratam do assunto da forma mais disimulada possível”.²¹



Pouco mais tarde, o sempre bem informado Luiz Sarmiento teria acesso também a “uma carta particular que foi escrita por um dos tripulantes que seguiu com a armada, que se mantém lá mui secretamente”. De acordo com esse novo relato, o embaixador castelhano soube que os portugueses haviam desembarcado “em uma ilha que há junto ao rio Maranhão, e dizem que foram bem recebidos pela gente que vivia ali e puseram o nome de Trindade à dita ilha e passaram a edificar uma povoação e um castelo [uma fortaleza] e batizaram a dita povoação e o dito castelo com o nome de Nazaré”.²²

Quase nada se sabe sobre a história dessa malograda colônia – cujo nome, segundo alguns historiadores, foi uma homenagem à vila pesqueira de Nazaré, em Portugal, próxima à quinta de João de Barros e de onde provinham vários dos tripulantes da armada. De todo modo, o vilarejo com certeza ficava na ilha do Maranhão, no seu sítio mais defensável, no qual hoje se ergue a cidade de São Luís (fundada em 1615) – “e onde o velho bairro de Nazaré pode ainda assinalar a memória desse primitivo estabelecimento”. O próprio nome dado à ilha – Trindade – era, de acordo com o historiador Varnhagen, “uma referência direta à associação dos três donatários”.²³

Como as cartas de Sarmiento narram a fundação de Nazaré mas não

fazem referência ao naufrágio da nau de Aires da Cunha, os historiadores supõem que ele tenha se dado após o desembarque no Maranhão e a fundação da colônia. Assim sendo, a tragédia possivelmente ocorreu no segundo semestre de 1536, durante uma das várias expedições realizadas ao longo da costa em direção ao norte, rumo à foz do Amazonas.

Que os homens de Aires da Cunha realmente se empenharam na exploração daquele rio é fato registrado por outros cronistas. Um deles, Pero Magalhães Gândavo, chegou a afirmar que os expedicionários navegaram “umas 250 léguas [cerca de 1.500 quilômetros] Amazonas acima” – o que, para o pesquisador Luís da Câmara Cascudo, “não parece verdade limpa”.²⁴ De todo modo, é certo que os rios Itapeturu, Mearim e Pindaré – que deságuam na baía da ilha de São Luís – foram explorados.

Segundo Sarmiento, os portugueses estavam convictos de que o Pindaré nascia “muito perto do Peru” e que “nas proximidades dele existe uma serra na qual há infinita quantidade de ouro”. Deve ter sido durante uma daquelas expedições costeiras que o navio de Aires da Cunha acabou naufragando.

O TRÁGICO FIM DA EXPEDIÇÃO

De qualquer forma, após a morte do donatário o desânimo e a anarquia se abateram sobre os sobreviventes. Os nativos – provavelmente os *Tremembé* –, que a princípio tinham recebido bem os forasteiros, se rebelaram, queimando as plantações e sementeiras, impedindo o acesso às fontes de água e sitiando a nascente vila de Nazaré.

Cerca de 120 homens haviam sucumbido no naufrágio e outros 70 tinham sido mortos pelos

Os Tremembé

Como os Aimoré e os Goitacá, os Tremembé eram um dos poucos povos indígenas do litoral brasileiro que não pertenciam ao grupo Tupi-Guarani. Seu território tribal se prolongava da ilha de São Luís, no Maranhão, até a foz do rio Acaraú, no Ceará. Além de grandes nadadores, os Tremembé eram mergulhadores estupendos, capazes de se manter submersos por vários minutos. Eles costumavam mergulhar para cortar, à noite, as amarras dos navios portugueses. Com cerca de 20 mil integrantes, a tribo se aliou aos franceses e era tida como uma das mais nefastas pelos lusos, pois impedia as comunicações por terra entre as capitânicas do Maranhão e do Ceará. Os Tremembé foram

Potiguar na foz do Ceará-Mirim. Ainda assim, restavam pelo menos 1.300 expedicionários. Dos 113 cavalos de guerra, no entanto, não se ouviu mais falar – “sinal de que teriam sido convertidos ao trabalho agrícola ou dizimados”, segundo as hipóteses sugeridas pelos pesquisadores Rafael Moreira e William Thomas.

*massacrados em abril de 1679
por uma expedição
comandada por Vital Maciel
Parente. Os poucos
sobreviventes internaram-se
no delta do rio Parnaíba.*

Ao longo de dois anos, isolados no remoto litoral maranhense, os sobreviventes ainda perseveraram. Mas “sem a energia e o comando de Aires da Cunha, sem deparar ouro nem preciosidade, cercados pela indiaría cotidianamente verificando a fraqueza dos exploradores, eles decidiram renunciar aos sonhos de grandeza”²⁵ e, aos poucos, foram iniciando a melancólica jornada de retorno para Portugal. Seus tormentos, porém, ainda não estavam encerrados.

No início do segundo semestre de 1538, três caravelas partiram do Maranhão e foram parar no mar do Caribe. Em agosto de 1538, com cerca de 45 portugueses (muitos deles com suas mulheres) e 140 nativos a bordo (entre livres e escravos), dois desses navios arribaram – com “os homens mui perdidos e necessitados” – na ilha de Porto Rico. Um mês depois, a outra caravela, essa com 150 tripulantes, foi dar na ilha de São Domingos. Os portugueses que estavam a bordo dos dois navios – entre eles João de Barros, filho do donatário – foram detidos e seus escravos nativos distribuídos entre os castelhanos.

Um quarto navio chegou à ilha de Margarita, ao largo da costa da Venezuela. A bordo dele estava outro dos filhos de João de Barros, Jerônimo, “não muito faminto e torturado, porque durante aquela estada, se divertiu jogando cartas com o vigário local, que lhe ganhou 200 cruzados, sem que Jerônimo os pagasse”.²⁶ A dívida jamais parece ter sido saldada, pois, anos mais tarde, Jerônimo de Barros a listou em seu rol testamentário, deixando-a “sujeita às decisões de um bom teólogo, capaz de sentenciar sobre a validade moral do débito”.²⁷

Se não pagou a quantia que Jerônimo perdeu no carteadado, João de Barros, por outro lado, “gastou muita palavra e muito ouro”²⁸ para reaver os dois filhos, seus navios e seus colonos, pagando por eles o resgate exigido pelos castelhanos. Não foram essas as únicas despesas com as quais arcou o feitor da Casa da Índia: segundo o cronista Antônio Galvão, Barros – “homem virtuoso e de larga condição” – pagou, por vontade própria, vultosa pensão para a viúva e os filhos de Aires da Cunha, bem como para os parentes “de outros que lá faleceram”.

De acordo com o relato que o donatário Duarte Coelho, de Pernambuco, enviou para o rei anos mais tarde, foram cerca de 800 os portugueses que perderam suas vidas ao longo daquela malfadada aventura maranhense. Tudo indica que alguns sobreviventes permaneceram no Maranhão, mas suas tentativas de reconstruir a colônia perderam-se na história e não existem notícias sobre o destino que tiveram.

Tantas despesas deixaram João de Barros arruinado. Embora, anos depois, o rei D. Sebastião perdoasse uma dívida de 600 mil reais que Barros tinha com o Arsenal Régio e, após a morte do donatário, concedesse à sua viúva uma pensão de 500 cruzados, o grande escritor nunca se recuperou do prejuízo. Tanto é que, em 1552, em seus apontamentos, Barros escreveu: “O princípio da milícia [ou conquista] desta terra [o Brasil], ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memória eu o tenho mui vivo, por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum.”

É interessante notar que – embora a parte relativa à “conquista da Terra de Santa Cruz”, que faria parte de sua *Geografia*, tenha se perdido – João Barros acabou se tornando, em outros textos, um dos defensores da tese de que o Brasil fora descoberto “por acaso”. Tal teoria – compartilhada por Gaspar Correia, Damião de Góis e Fernão de Castanheira – surgiu, na corte, numa época em que a colônia sul-americana era quase que inteiramente desprezada em Portugal.

De todo modo, João de Barros não desistiu de imediato do Brasil. Em 1539, ele teria enviado o fidalgo Luís de Melo com a missão de instalar-se

novamente no Maranhão – ou, quando menos, para resgatar alguns portugueses porventura remanescentes entre as ruínas de Nazaré. Mas sua sorte foi, uma vez mais, “desastrosa e fugidia”.²⁹ Melo também naufragou nos tenebrosos baixios da costa maranhense.

Três anos após esse novo fracasso, os portugueses – exatamente como acontecera na Costa do ouro e da prata – tiveram que amargar uma outra vitória dos castelhanos. E, como já ocorrera no caso do naufrágio de Martim Afonso no Uruguai, esse novo feito dos rivais espanhóis significava a dolorosa confirmação de que o projeto lusitano de conquistar o Peru através da costa leste do Brasil estava, em tese, correto.

OS ESPANHÓIS CONQUISTAM O AMAZONAS

No dia 26 de agosto de 1542, o capitão Francisco de Orellana, acompanhado por 48 homens famintos e fatigados, entrou com um bergantim nas águas do Atlântico. Naquele instante, estava se tornando o primeiro homem a ter navegado, da nascente à foz, os mais de sete mil quilômetros do maior rio do mundo. Fora uma jornada épica – e a prova irrefutável de que havia uma ligação fluvial entre o Brasil e o Peru.

Orellana havia partido de Quito, no Equador, em junho de 1541, em companhia de 21 homens, entre os quais o frei dominicano Gaspar de Carvajal – que se tornou o cronista daquela inacreditável expedição. Orellana fora incumbido da missão de juntar-se ao grande contingente de soldados e escravos indígenas com o qual Gonzalo Pizarro – irmão de Francisco, o conquistador do Peru – partira de Quito, em fevereiro de 1541, em busca de um suposto “reino da canela”.

De acordo com as informações que tinham obtido dos nativos, os castelhanos achavam que,



A Canela

A canela é a casca interior da caneleira, uma árvore de

uma vez vencida a cordilheira dos Andes, iriam mergulhar em um vasto pomar repleto de árvores de canela. No século XVI, a canela era uma das especiarias mais valiosas e, embora já tivessem obtido uma imensa fortuna com o ouro saqueado aos incas, os espanhóis decidiram partir em busca daquela nova fonte de riqueza.

Quando os exércitos de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana juntaram suas forças, passaram a contar com 200 cavalos, mil cães, dois mil porcos e quatro mil escravos indígenas, além de 250 soldados. Metade dos nativos, alguns espanhóis e boa parte dos animais já estavam mortos quando, em novembro de 1541, após uma marcha tremendamente exaustiva, a tropa enfim conseguiu sobrepujar a árida e vertiginosa barreira dos Andes.

Mas diante dos sobreviventes – enregelados e famintos – descortinava-se um ambiente igualmente hostil e um desafio ainda mais ameaçador: a gigantesca e misteriosa floresta amazônica. Assim que penetrou na mata, Pizarro percebeu que, além de poucas e esparsas, as árvores de canela ali existentes eram de baixo valor comercial. De acordo com o cronista Carvajal, ele ficou tão furioso que *jogou aos cães* metade dos indígenas sobreviventes e queimou vivos os demais.

Sem guias nativos, os espanhóis logo se perderam no emaranhado da floresta. Em breve, já haviam comido todos os seus porcos, cavalos e cães – restando-lhes apenas as próprias botas e os cintos, que eles ingeriram fervidos com ervas. Então, no dia seguinte ao Natal de 1541, Pizarro mandou construir um bergantim e ordenou que Orellana, acompanhado por 57

porte médio da família das lauráceas (Laurus cinnamomum), nativa do Ceilão e da Malásia. Usada na perfumaria, na confeitaria, como condimento, e na preparação de vinhos aromáticos, a canela tinha também grandes aplicações medicinais. Antisséptica e digestiva, era usada sobretudo no tratamento de doenças do aparelho respiratório. Por conta de tantos usos, era a mais cara das especiarias: um quintal (ou 60 quilos) de canela valia, na Europa, cerca de 50 cruzados (contra 30 cruzados do quintal da pimenta e 35 cruzados do da noz-moscada).

Mordidas Mortais

Quase tanto quanto os cavalos, os cães desempenharam um papel fundamental nas vitórias militares dos espanhóis sobre os nativos do Novo Mundo..No México e na Guatemala, dois mastins mataram tantos indígenas que se tornaram

homens, descesse o rio à margem do qual eles se encontravam. Sua missão era saquear as grandes aldeias indígenas de cuja existência os castelhanos tinham sido informados.

Mas aquela seria uma viagem sem volta. No dia 27 de dezembro, Orellana e seus homens embarcaram no bergantim e lançaram-se no curso tempestuoso do rio. Ao longo de seis dias, as fortíssimas correntes os empurraram cerca de mil quilômetros águas abaixo. E não havia nem sinal de aldeias: apenas mata e rio numa sucessão interminável.

Esse rio era o Coca, um dos afluentes do Napo, ao qual o grupo de Orellana chegou nos primeiros dias de janeiro de 1542. O Napo, por sua vez, é um afluente da margem esquerda do Ucayali – cujo nome muda para Solimões assim que seu curso penetra em território hoje brasileiro, após cruzar pela atual cidade de Iquitos, no Peru. O Solimões, por fim, é um dos principais formadores do imenso rio no qual aquela nau de insensatos inadvertidamente penetrou ao cair da tarde do dia 11 de fevereiro (*veja mapa abaixo*).

Mais ou menos nessa mesma época – depois de aguardar por 40 dias pelo retorno de Orellana –, Gonzalo Pizarro resolveu voltar para Quito. Amaldiçoando Orellana – que julgava tê-lo abandonado deliberadamente –, Pizarro chegou à Quito inca em agosto de 1542: sem canela, sem cães, sem cavalos e sem ouro. De imediato, denunciou Orellana ao Conselho Real, acusando-o de traição.

AS FABULOSAS AMAZONAS

tristemente célebres: eram eles Leoncillo (ou “Leãozinho”) e Bezerrillo (o “Bezerrinho”). Na conquista do Peru, os cães também foram utilizados pelos espanhóis. A gravura abaixo foi feita para ilustrar o livro Brevísima Relación da Destruição das Índias Ocidentais, de frei Bartolomé de las Casas, uma irada denúncia contra a crueldade dos conquistadores. A imagem abaixo, também feita por Theodore de Bry, mostra os carregadores nativos subindo as trilhas dos Andes transportando os pertences dos espanhóis.

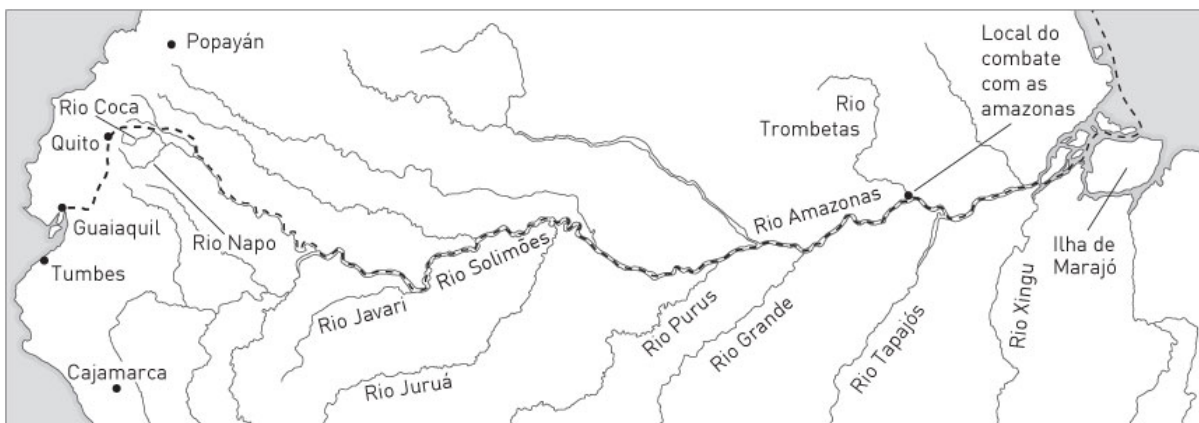


Um Relato Fantástico

A Relación de frei Gaspar de Carvajal, redigida no Caribe

Em 24 de julho, poucos dias antes do amargo regresso de Pizarro a Quito, Orellana estava vivendo a mais extraordinária das inúmeras aventuras que marcaram sua jornada rio abaixo. De acordo com o *relato* do frei Gaspar de Carvajal, ao chegar na confluência do rio Trombetas com o imenso curso d'água pelo qual navegavam, os espanhóis foram atacados por um bando de mulheres guerreiras. “Elas eram muito alvas e altas, com cabelos longos, entrançado e enrolado no alto da cabeça”, escreveu. “São muito robustas e andam nuas em pêlo, tapadas apenas suas vergonhas, e trazem arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra quanto dez índios homens. Em verdade, houve uma delas que enterrou uma flecha a um palmo de profundidade no bergantim, e as outras pouco menos, de modo que, finda a luta, nosso barco parecia um porco-espinho.”³⁰

em setembro de 1542, foi publicada pela primeira vez pelo cronista Gonzalo Fernandes de Oviedo, em 1557, em sua Historia General de las Indias. A segunda edição do texto de Carvajal só foi lançada em 1894. Anotada e comentada pelo historiador chileno José Toribio Medina, continua sendo a fonte primordial para o estudo do descobrimento do maior rio do planeta. Abaixo, mapa com a jornada de Orellana e Carvajal.



Após matarem sete das doze mulheres que os atacaram, os espanhóis seguiram viagem. E então, um mês e dois dias depois do combate, em 26 de agosto de 1542, Orellana e 48 sobreviventes contornaram a ilha de Marajó, entrando no oceano Atlântico. Tinham navegado cerca de 7.250 quilômetros, tornando-se os primeiros homens a percorrer, da nascente à foz, o maior rio do planeta.

Mulheres Guerreiras

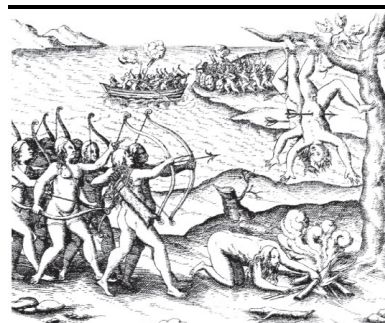
Algumas semanas mais tarde, ao desembarcar na pequena ilha de Cubágua, a 200 quilômetros de Trinidad, no Caribe, frei Gaspar de Carvajal sentou-se para redigir o extraordinário relato daquela expedição – e o olho que lhe fora roubado por uma flechada não o impediu de concretizar a tarefa. Embora o diário narrasse uma façanha épica, o ponto alto da narrativa era a descrição das mulheres guerreiras – que Carvajal, baseado em um antigo mito grego, decidiu chamar de *Amazonas*.

Embora Orellana tivesse batizado o gigantesco rio com seu próprio nome, a estrada fluvial que unia o Peru ao Brasil acabaria ficando conhecida como “o rio das Amazonas” – designação que ainda se mantém. Ainda assim, o relato de Carvajal seria contestado por inúmeros cronistas – e alguns deles o fizeram quando o frei ainda estava vivo.

De fato, em 1552 o historiador castelhano López de Gomara (1510-1560) afirmou na sua *Historia de las Índias*: “Dentre os disparates que [frei Carvajal] disse, o maior foi afirmar que havia amazonas [já que] nunca tal se viu nem tão pouco se verá neste rio.” Para Gomara, a explicação para o episódio narrado por Carvajal era simples: “Que mulheres andem com armas e pelejem ali não é grande coisa, pois este é o seu costume nas Índias.”

Menos pelas mulheres guerreiras do que pelas supostas riquezas que se

O mito das Amazonas, que frei Gaspar de Carvajal transplantou para os trópicos, é milenar. O primeiro escritor a tratar do tema foi Homero, no século VIII a.C. A própria palavra “amazona” (ou “amazo”: sem seio) foi usada pelo autor da Odisseia. Homero se referia às mulheres guerreiras da antiga Cítia, na Ásia Central, cuja real existência vem sendo comprovada por registros arqueológicos. Quanto às amazonas citadas por Carvajal, representadas na gravura abaixo, embora a questão ainda seja controversa, existe a possibilidade de que se tratasse das chamadas “Çacoaimbaeguirá”, termo usado pelos Tupinambá para definir guerreiras lésbicas que, segundo o relato posterior dos jesuítas, “não conhecem homem, tem mulher e falam e pelejam como homem”.



escondiam em suas margens e por sua localização estratégica, o rio das Amazonas despertou de imediato o interesse de espanhóis e portugueses. Sua conquista tornou-se *projeto prioritário* de ambas as Coroas. Mas os obstáculos impostos por uma das regiões mais selvagens e inóspitas do planeta cedo iriam cobrar um preço altíssimo a todos aqueles que ousassem penetrá-la.

O primeiro a pagar com a vida pela audácia foi o próprio Orellana. Ao desembarcar na Espanha, em maio de 1543, ele precisou provar em juízo que não havia abandonado Pizarro às margens do rio Coca. Absolvido da acusação de traição, acabou sendo nomeado pelo imperador Carlos V, em 13 de fevereiro de 1544, “adelantado” da província de Nova Andaluzia – nome com o qual ele batizara a região do Amazonas.

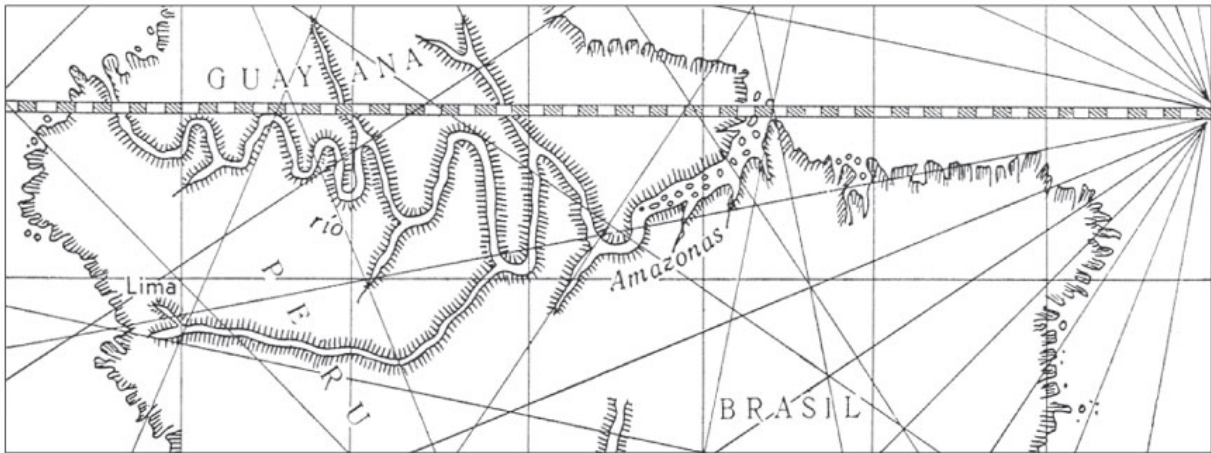
Em 11 de maio de 1545, Orellana partiu de Sanlúcar de Barrameda em direção à foz do formidável rio com quatro navios e cerca de 400 homens. Após uma viagem acidentada, ele só conseguiu chegar à ilha de Marajó em 20 de dezembro. E entrou no Amazonas pela segunda vez em sua vida – só que, então, na direção inversa.

Foi uma jornada de danação. Vários naufrágios e ataques de indígenas; o tormento incessante dos mosquitos e as caminhadas por alagadiços com água acima da cintura; o labirinto de igarapés, as febres palustres e a alimentação deficiente: tudo conspirava contra o avanço da expedição. Em dezembro de 1546, depois de os nativos terem matado 17 de seus homens, o próprio Orellana sucumbiu – provavelmente de malária –, não muito

O Avanço Castelhanao

É interessante estabelecer um paralelo entre as jornadas de Orellana e de Cabeza de Vaca, realizadas quase na mesma época. Embora o projeto de conquistar as bacias do Amazonas e do Prata fosse originalmente lusitano, foram os espanhóis que primeiro o concretizaram: Cabeza de Vaca partiu do litoral sul do Brasil e chegou ao Paraguai (e, depois, à Bolívia); Orellana partiu do Equador e chegou ao Atlântico. A tese geopolítica do “Magnus Brasil” – que estava, portanto, correta – ficou, dessa forma, seriamente abalada. Os lusos precisariam de quase dois séculos para concretizar seu projeto expansionista e avançar para além dos limites estabelecidos pela linha de Tordesilhas. Na gravura abaixo, mapa do Amazonas feito pelos espanhóis em fins do século XVI.

longe da foz do rio cuja imensidão ele fora o primeiro europeu a vislumbrar.



Em 27 de fevereiro de 1544 – apenas duas semanas após Orellana ter sido nomeado governador da Nova Andaluzia –, o rei D. João III havia concedido uma audiência, no Palácio de Évora, a um certo Diego Nuñez de Quesada, fidalgo espanhol que viera lhe propor o audacioso plano de “varar pelo sertão do Amazonas até os lindes dos Andes”. Embora soubesse que estaria incorrendo em uma invasão do território que pertencia a Castela, D. João aceitou a proposta.

Nuñez de Quesada já estivera anteriormente no Peru, de onde trouxera “grandes cabedais”. Mas, como a conquista do Amazonas fora concedida exclusivamente a Orellana, o aventureiro deixou a Espanha e buscou o apoio do monarca luso. Em outubro de 1544, uma vez obtida a sanção real, Quesada associou-se ao capitão português João de Sande e ambos armaram quatro navios com o objetivo de conquistar o Amazonas.

Em 21 de novembro, tendo se dirigido a Sevilha com o objetivo de recrutar veteranos da primeira expedição de Orellana, João de Sande foi preso como espião e permaneceu encarcerado até abril do ano seguinte – quando Quesada pagou por sua libertação. Em julho de 1545, Sande e Quesada enfim partiram de Portugal. Mas sua expedição simplesmente sumiu na Amazônia, sem que ninguém jamais voltasse a ouvir falar dela.

O próprio João de Barros – em cuja capitania O Provedor-Mor

se localizava a foz do Amazonas – ainda levaria alguns anos antes de desistir da conquista da região. Embora financeiramente arruinado pelo fracasso de sua primeira expedição, Barros tornou a enviar seus dois filhos, Jerônimo e João, para nova tentativa de instalar-se na Costa leste-oeste. A expedição partiu de Lisboa em 1555 ou 1556 – mas, ao tentar fundar uma colônia no atual Rio Grande do Norte, os dois irmãos foram novamente rechaçados pelos Potiguar e por seus aliados franceses.

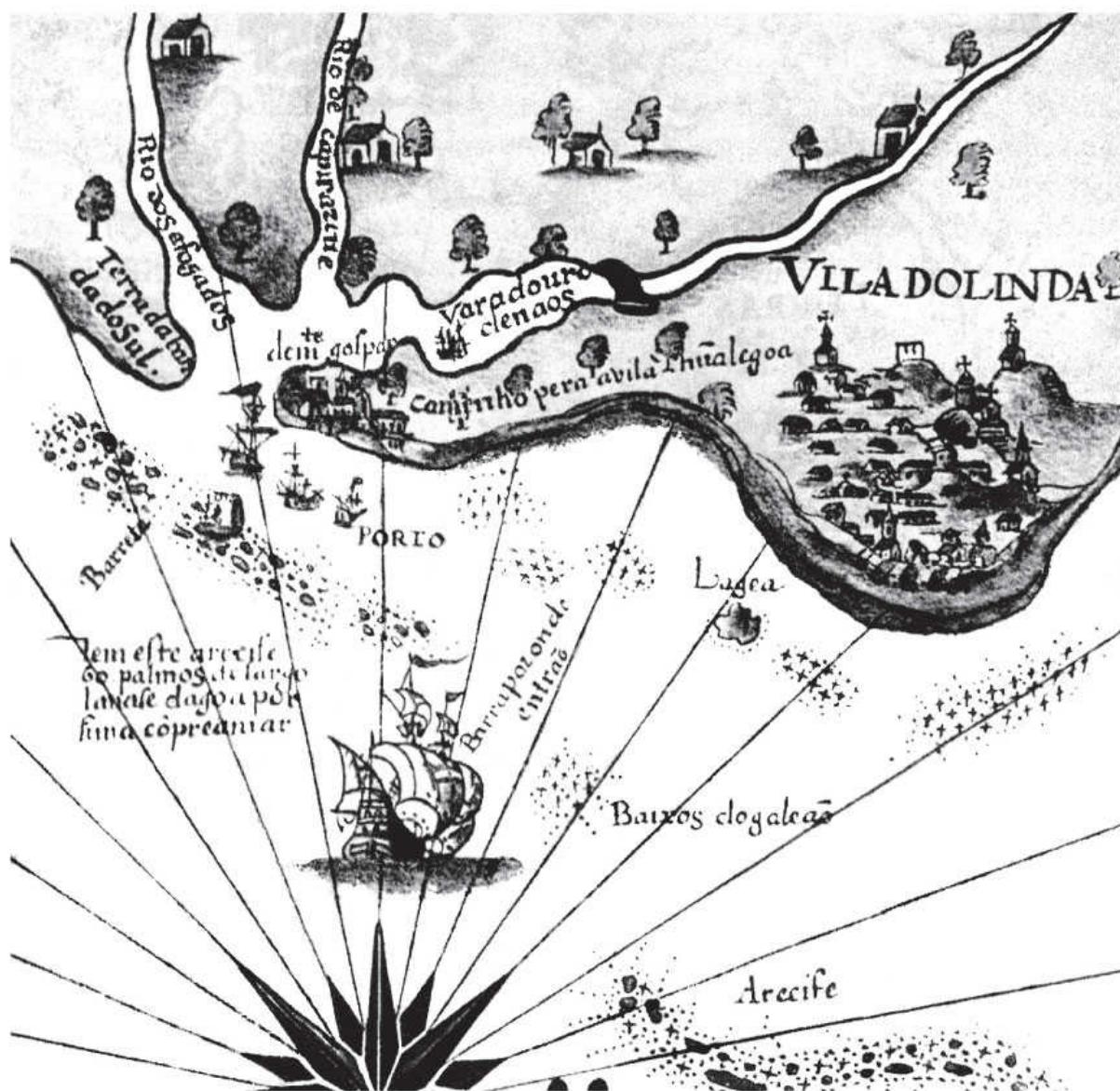
Velho, empobrecido e fatigado, João de Barros desistiu definitivamente de seu lote no Brasil – a colônia cuja mera menção do nome lhe traria, para sempre, as piores recordações. Até sua morte, em 1570, Barros ainda não havia conseguido se recuperar do prejuízo que as três tentativas de colonizar a costa setentrional do Brasil tinham lhe causado.

Ao contrário de João de Barros, o tesoureiro-mor Fernão d'Álvares de Andrade – que também perdera muito dinheiro na tentativa de ocupar o Maranhão – se manteve um dos principais incentivadores do projeto de investir no Brasil, embora estivesse convicto de que o destino da colônia residia na exploração da lavoura canavieira.

Quanto ao provedor-mor da Fazenda e donatário do Ceará, *Antônio Cardoso de Barros*, ele não parece ter tomado nenhuma atitude com vistas à ocupação de seu lote, embora algumas ruínas “de pedra e cal” encontradas em 1614 na praia de Camocim – no extremo norte do Ceará, a

Tendo ou não tentado colonizar sua capitania no Ceará – e o mais provável é que não o tenha feito –, o donatário Antônio Cardoso de Barros acabou sendo premiado pelo rei D. João III. Em dezembro de 1548, ele foi nomeado provedor-mor da Fazenda no Brasil (ou seja, o primeiro “ministro” da Fazenda da colônia), com salário de 200 mil reais. Chegou a Salvador em março de 1549. Mais tarde, foi acusado de ter desviado dinheiro da Coroa para construir os próprios engenhos de açúcar na Bahia. A acusação foi feita pelo sucessor de Tomé de Sousa, D. Duarte da Costa. Rompido com o segundo governador-geral, Cardoso de Barros partiu para o reino em companhia do primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha. Mas o navio que os conduzia naufragou na Paraíba e os dois ilustres fidalgos – além de 90 tripulantes – foram devorados pelos Caetê.

uns 30 quilômetros da praia de Jericoacoara – tenham levado o historiador Francisco de Varnhagen a supor, em 1854, a existência de uma desconhecida tentativa de colonização daquela região, talvez empreendida pelo próprio Cardoso de Barros, apesar de não existirem provas documentais da suposta expedição.



Acima, mapa da capitania de Pernambuco em fins do século XVI.

De todo modo, quando tais ruínas foram avistadas pelo explorador Jerônimo de Albuquerque, no início do século XVII, toda a extensão da Costa leste-oeste permanecia desabitada e os portugueses já haviam

desistido do grandioso projeto de conquistar o Peru pela via do Atlântico. O próprio Jerônimo de Albuquerque era parente do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, e havia partido justamente de Olinda – o único local onde os portugueses tinham achado “ouro” no Brasil.

Só que tal “ouro” era de tonalidade marrom, tinha que ser duramente arrancado da terra... e se chamava açúcar.

CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Impossível conjecturar o que Duarte Coelho, o donatário de Pernambuco, pensou ao se encontrar com Aires da Cunha ao final da manhã de 6 de janeiro de 1536, quando seu velho companheiro de armas aportou em frente a Olinda comandando uma enorme frota e encarregado da arriscada mas fascinante missão de conquistar o Peru pela via do Amazonas.

Apesar de ter prestado à expedição todo o auxílio que estava a seu alcance, é justo supor que Duarte Coelho tenha sentido uma pitada de inveja com relação ao objetivo de Aires da Cunha – especialmente se o comparasse com o destino ao qual ele próprio decidira se submeter. Afinal, embora também fosse soldado – tendo participado de grandes conquistas no Oriente –, Coelho viera para o Brasil disposto a viver do que a terra desse. E isso implicava se adaptar ao regime monótono, previsível e cansativo da produção agrária.

Assim sendo, o confronto silencioso entre a audácia de Aires da Cunha e a resignação de Duarte Coelho – tão bem representado pelo encontro entre ambos os homens em frente à colina na qual Coelho estava construindo a vila de Olinda – refletia, de certa forma, duas visões de vida que, embora divergentes, sempre haviam caminhado juntas na história de Portugal, e que tinham ajudado a forjar a alma da nação.

Apesar de ser militar, Duarte Coelho provinha da nobreza agrária de Portugal. O mesmo sucedia com sua mulher, D. Brites de Albuquerque,

que viria a ser a primeira mulher chefe de governo na América. Ambos eram descendentes de senhores rurais do norte do país. Da mesma região, tinham vindo com eles, para o Brasil, numerosas famílias de agricultores, “gente pobre, de Viana”.

Os colonos desembarcados em Pernambuco eram, de acordo com Gilberto Freyre, homens e mulheres que, além do “amor pelas árvores, pela lavoura e pelo trabalho longo, paciente e difícil, tinham fama, em Portugal, de serem pouco inteligentes”. Mas, como o próprio Freyre coloca, “os portugueses do velho tronco rural que vieram para o Brasil ficariam incompletos sem os chamados ‘inimigos da agricultura’, cujos traços predominantes eram o espírito da aventura e o gênio prático. No Brasil, os plantadores lusos foram (...) enganados ou explorados por aqueles compatriotas que se davam antes à aventura comercial”.³¹

A grande ironia do encontro entre os representantes de interesses tão díspares foi que, enquanto Aires da Cunha partia para um destino inglório, Duarte Coelho fincava raízes em Olinda – dando início ao estabelecimento da única capitania capaz de prosperar no Brasil. Ainda assim, o sucesso do projeto colonial de Pernambuco seria abalado “pela peçonha” dos degredados e pelo assédio de traficantes portugueses de pau-brasil – homens que “se davam antes à aventura comercial” e que consideravam os trabalhadores rurais “pouco inteligentes”.

Ao receber a capitania de Pernambuco, em março de 1534, Duarte Coelho possuía uma extraordinária folha de serviços prestados à Coroa nos mares e campos de batalha do Oriente. Com efeito, dentre todos os homens agraciados com terras no Brasil, nenhum – nem mesmo Vasco Fernandes Coutinho – havia participado de façanhas tão relevantes.

Nascido em Miragaia, norte de Portugal, por volta de 1485, Duarte era filho bastardo do navegador Gonçalo Coelho. Alguns historiadores acreditam que, aos 15 anos, ele tenha tomado parte, junto com o pai, da primeira expedição enviada ao Brasil, em 1501-2 – na qual também esteve

presente, como cosmógrafo ou como piloto, o florentino Américo Vespúcio. É provável que Duarte Coelho tenha retornado ao Brasil em 1503, outra vez em companhia do pai e do próprio Vespúcio.

Disposto a seguir a carreira das armas, Coelho partiu para a Índia em março de 1509, junto com os 1.600 soldados que faziam parte da armada chefiada pelo marechal D. Fernando Coutinho. Coutinho fora encarregado de duas importantes missões: primeiro, deveria destituir D. Francisco de Almeida do cargo de vice-rei da Índia, enviando-o de volta para Portugal e assegurando a posse de seu substituto, Afonso de Albuquerque. Depois, fora incumbido de atacar a cidade de Calicute – a mesma à qual chegara Vasco da Gama e que, àquela altura, se tornara o principal obstáculo à expansão do império português na Índia.



Brasão de Duarte Coelho

Quando a armada de Coutinho aportou em Goa, em outubro de 1509, Afonso de Albuquerque havia sido preso por D. Francisco de Almeida – que se recusava a abrir mão do cargo de vice-rei. Mesclando diplomacia e força, Coutinho contornou a questão e garantiu a posse de Albuquerque em novembro. Em janeiro do ano seguinte, ele e Albuquerque dirigiram um ataque conjunto a Calicute e conquistaram a cidade.

Logo a seguir, no entanto, Coutinho se dispôs a tomar o palácio do samorim, que ficava nos arredores de Calicute. A ação foi bem-sucedida, mas, enquanto seus soldados se entregavam ao saque e à pilhagem, o exército hindu – apoiado pelos mercadores árabes – teve tempo para se reorganizar e desferir um vigoroso contra-ataque, no qual a maioria dos lusos pereceu. Entre os mortos estava o próprio marechal Coutinho.

A Tomada de Malaca

A fortaleza de Malaca foi tomada após uma fragorosa batalha, ocorrida em 1º de julho de 1511 e na qual, além de Duarte Coelho, tomaram parte dois outros futuros donatários no Brasil: Aires da Cunha e Vasco Fernandes Coutinho. O grande herói luso do confronto foi Afonso de Albuquerque, que liderou suas

Um dos sobreviventes do desastre foi Duarte Coelho, que, já no ano seguinte, tomou parte na *conquista de Malaca*. Graças a sua posição estratégica, a cidade de Malaca, localizada na pensínsula da Malásia, entre as atuais Singapura e Kuala Lumpur, era o principal centro comercial do sudeste da Ásia e local onde eram negociadas todas as especiarias. Sua conquista, sob o comando de Afonso de Albuquerque, foi um dos mais extraordinários feitos bélicos realizados pelos portugueses no Oriente.

Após aquela vitória histórica, Duarte Coelho retornou para a Europa. Mas em 1518 já estava de volta a Malaca, de onde partiu com a missão de estabelecer relações comerciais com o vizinho reino do Sião (hoje Tailândia). O Sião (aportuguesamento do chinês *Hsien-lo*) era uma região rica e densamente povoada, cujas origens remontavam ao antigo império de Angkor. Tendo chegado a Krung Thep (hoje Bangcoc), Duarte Coelho foi bem recebido pelo rei Ramathibodi II, obtendo dele permissão para os portugueses se estabelecerem no Sião – sob condições bastante favoráveis e com liberdade de religião.

Cinco anos mais tarde, em 1523, Duarte Coelho foi encarregado de outra missão diplomática. Por ordem de Jorge de Albuquerque – sobrinho de Afonso de Albuquerque e então governador de Malaca –, ele foi enviado para a Cochinchina (atual Vietnã). Tornou-se assim o primeiro europeu a navegar pelo mar da China. Mas, ao aproximar-se da capital, Thanh Pho (mais tarde Saigon e hoje Ho Chi Minh), Coelho soube que o reino estava conturbado por uma guerra civil, travada desde 1516 entre as dinastias Trinh e Nguyen.

Embora não tenha desembarcado, o futuro donatário de Pernambuco

tropas contra os elefantes do sultão de Malaca (abaixo). Os lusos seriam senhores de Malaca por mais de um século. Até sua conquista pelos soldados holandeses da Companhia das Índias Orientais, em 1641, a alfândega de Malaca foi uma das principais fontes de renda da Coroa portuguesa.



tomou posse da região, colocando dois “padrões” em seu litoral. Uma dessas colunas de pedra foi deixada na ilha de Pulo Champalo (hoje Cù-lao Chàm). Trinta e dois anos mais tarde, em 1555, aquele padrão seria avistado pelo aventureiro português Fernão Mendes Pinto, autor de *Peregrinação*, um dos mais extraordinários relatos de viagem da História, que, embora eivado de mentiras, contém muitas partes verídicas.

Em 1527, Duarte Coelho esteve no litoral da China e, talvez em companhia de Aires da Cunha, tomou parte nos combates contra a frota do imperador Wu-tsung, o “Filho do Céu”, senhor supremo do “Império Celestial”. Os choques se deram nos arredores de Macau, resultando na expulsão dos portugueses da região de Kuang Tung (chamada de Cantão pelos lusos). Só por volta de 1545 os portugueses conseguiram estabelecer relações comerciais com a fechadíssima China.



Em fins de 1528, Duarte Coelho retornou para a Europa. No ano seguinte – após se casar com uma rica fidalga, D. Brites de Albuquerque – ele partiu para a África em companhia de dois engenheiros e encarregado da missão de estudar a fortificação de alguns portos do Marrocos, na costa ocidental daquele continente. De volta a Lisboa, foi enviado por D. Antônio de Ataíde para uma missão diplomática na França, visando a tratar dos permanentes conflitos relativos ao Brasil.

No segundo semestre de 1531, Coelho seguiu outra vez para a África como comandante da frota encarregada de vigiar a Costa da Malagueta, na Guiné. Depois de quase dois anos – passados entre a ilha de São Tomé e a fortaleza da Mina, e durante os quais combateu alguns navios franceses –, Coelho foi substituído no cargo por seu velho companheiro Aires da Cunha. Na verdade, ambos apenas trocaram de posto: em fevereiro de 1533, Coelho assumiu a chefia da esquadra guarda-costas baseada nos Açores, que antes fora comandada por Cunha.

Em fins de julho de 1533 chegava àquele arquipélago – vindo do Brasil – o fidalgo Martim Afonso de Sousa. Coelho comboiou os navios de Martim Afonso e, na segunda quinzena de agosto, ambos desembarcaram juntos em Lisboa. Nos meses seguintes, iniciou-se a partilha do Brasil.

No dia 10 de março de 1534, Duarte Coelho se tornou o primeiro donatário a receber uma capitania no Brasil. Ele não obteve apenas a primazia: foi agraciado também com o melhor lote da colônia, o atual litoral de Pernambuco e Alagoas – zona que, além de possuir as terras mais férteis e mais apropriadas à lavoura canavieira, ficava mais próxima de Portugal do que qualquer outra porção da costa brasileira.

Tais privilégios se explicam não só pelos inúmeros serviços que Duarte Coelho prestara à Coroa, mas também porque o futuro donatário era concunhado de Manuel de Moura, escrivão oficial de D. João III. Moura era casado com uma irmã de D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho. D. Brites, por sua vez, era prima do grande Afonso de Albuquerque, conquistador de Malaca e figura-chave na construção do império ultramarino português no Oriente.

Na carta de doação que entregou a Duarte Coelho, porém, o rei não fez referências ao casamento “bom” nem às ligações entre Coelho e Moura – embora o historiador Pedro Calmon insinue que foi o escrivão de D. João quem articulou a manobra que acabou favorecendo o futuro donatário de Pernambuco. De qualquer forma, o respeito que o monarca tinha por Duarte Coelho – e pelo pai dele, Gonçalo – fica evidente na carta. Em documento anterior, o próprio rei já afirmara que o futuro senhor de Olinda entendia “bem do mar, por andar nele tanto tempo”.

O lote concedido a Duarte Coelho em março de 1534 tinha 60 léguas (cerca de 300 quilômetros) de largura, estendendo-se desde o rio Igaraçu, na ponta sul da ilha de Itamaracá, até a foz do rio São Francisco, atual divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe. Como se a localização

estratégica não fosse vantagem suficiente, no dia 2 de outubro de 1534 Coelho foi agraciado ainda com isenção de impostos sobre os utensílios de ferro e outros produtos industrializados que ele importou de fora do reino para trazer para o Brasil.

Em fins de outubro, tendo armado duas caravelas e arregimentado cerca de 200 colonos, o donatário partiu para Pernambuco em companhia de D. Brites – talvez a primeira mulher portuguesa a se instalar no Brasil.

Embora a maioria de seus acompanhantes fossem lavradores pobres do norte de Portugal, das províncias de Entredouro e Minho, Coelho também trouxe consigo vários fidalgos. Entre eles, com certeza vieram dois homens que estavam destinados a desempenhar papéis decisivos na colonização de Pernambuco: o irmão de D. Brites, Jerônimo de Albuquerque – que, mais tarde, seria chamado de o “Adão Pernambucano” –, e Vasco Fernandes de Lucena, feitor encarregado da cobrança dos impostos reais (dos quais poderia reservar 2% para si).

CHEGADA EM IGARAÇU

No dia 9 de março de 1535, a frota de Duarte Coelho chegou ao seu destino. O donatário seguiu diretamente para a ilha de Itamaracá, no extremo norte de sua possessão. Belíssima e luxuriante, *Itamaracá* (ilha da “Pedra do Sino”, em tupi) não só estabelecia o limite entre as capitânicas de Duarte Coelho e de Pero Lopes como delimitava os antigos territórios tribais dos Caeté e dos Tabajara. Com 65 quilômetros quadrados de área, a ilha pertencia aos Caeté – que eram inimigos dos portugueses e aliados dos franceses. A partir da ponta sul de Itamaracá se iniciavam os domínios dos Tabajara – eventuais aliados dos lusos.

Toda a região era bem conhecida pelos portugueses: já se passavam 20 anos desde que o capitão Cristóvão Jaques, após desativar a feitoria do Rio de Janeiro, a transferira, em

A Ilha Sonante

Itamaracá, em tupi, na verdade quer dizer “maracá de pedra”. Os nativos do Brasil chamavam de maracá

1516, para a margem direita do rio Igaraçu, que deságua na ponta sul da ilha de Itamaracá. No verão de 1531, após tomarem o estabelecimento fundado por Jaques, os franceses da nau *A Peregrina* provavelmente o reergueram não às margens do Igaraçu, mas na própria ilha de Itamaracá no local onde, mais tarde, seria construída a vila da Conceição.

vários de seus instrumentos musicais. De acordo com o relato do pirata inglês Anthony Knivet, que chegou ao Brasil em 1595, “quando o vento sopra de Leste, o mar bate sobre os cabeços dos recifes de Itamaracá, de modo que faz grande barulho. Por isso, os índios chamam a ilha de ‘terra do sino’”.

Em agosto de 1532, Pero Lopes venceu os franceses e reconstruiu a antiga feitoria de Igaraçu, embora tenha mantido também o fortim dos franceses. Deixou alguns homens instalados ali, sob o comando de um certo Francisco de Braga. Quando Duarte Coelho chegou à região, em março de 1535, tanto a feitoria de Igaraçu quanto o fortim da ilha de Itamaracá eram habitados por cerca de dez ou quinze portugueses, vários mamelucos e muitos de seus escravos indígenas.

Como a ilha ficava dentro dos limites da capitania de Pero Lopes, a frota de Duarte Coelho a contornou pelo canal sul e seguiu em direção à foz do Igaraçu, subindo o rio por alguns quilômetros até ancorar em frente à velha feitoria. Ali, o donatário se estabeleceu, fundando, a 27 de setembro de 1535, a vila de Cosme e Damião, os chamados “santos Cosmos”.

Mas a designação “Vila Cosmos” não se manteve por muito tempo e o estabelecimento continuou sendo chamado de Igaraçu (ou “Canoa Grande”, em tupi, uma referência dos nativos aos navios europeus que desde os primeiros anos do século XVI chegavam ali para se abastecer de pau-brasil). O nome Igaraçu se mantém até hoje.

O marco erguido por Duarte Coelho era de mármore branco e tinha 4,5 metros de altura. Foi reencontrado em 1888 e levado para a sede do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, no Recife, onde ainda se encontra.

Após estabelecer a vila Cosmos, Duarte Coelho tratou de fincar um *marco de mármore* para demarcar o limite entre sua capitania e a de

Pero Lopes. O local onde foi colocado o padrão – cerca de sete quilômetros a nordeste de Igarau – ficaria conhecido como Sítio dos Marcos e ali Duarte Coelho fundou um povoado. Mas a estreita proximidade entre vilarejos pertencentes a duas capitanias distintas – nas quais a aplicação das leis era atribuição exclusiva do donatário – só poderia resultar em conflito, como de fato aconteceu.



Nos três anos que antecederam a chegada de Duarte Coelho, o lugar-tenente Francisco de Braga tinha vivido na ilha de Itamaracá sem prestar contas a ninguém. Ele falava bem o tupi, vivia amancebado com várias nativas e possuía muitos escravos. Coelho era homem de moral rígida, acostumado a mandar. Como era previsível, ele e Braga logo se

desentenderam. Depois de uma acalorada discussão, Coelho deu (ou mandou dar) uma cutilada em Francisco de Braga, marcando-o no rosto, conforme antigo costume feudal.

Impossibilitado de enfrentar um nobre fidalgo, amigo do rei, Braga preferiu abandonar a ilha de Itamaracá, partindo para o Caribe, “carregando tudo o que podia levar”.³² Ironicamente, o maior prejudicado por aquela atitude acabou sendo o próprio Duarte Coelho: durante os quatro anos seguintes, a ilha de Itamaracá ficou praticamente abandonada, tornando-se “um valhacouto” – ou refúgio – de delinquentes e degredados que escapavam das duras punições impostas pelo donatário de Pernambuco.

A FUNDAÇÃO DE OLINDA

Alguns meses após a fundação da vila Cosmos, Duarte Coelho organizou uma expedição para o sul. A menos de 30 quilômetros de Igarauçu, tendo passado pelas atuais praias de Maria Farinha e do Pau Amarelo, vislumbrou um promontório que se debruçava sobre o mar, quase ao lado da foz dos rios Capibaribe e Beberibe. Aquele era um local estratégico, já que protegido por uma barreira de recifes, cujas estreitas falhas – facilmente defensáveis – permitiam acesso até a costa.

Ali ficava o antigo “porto de Pernambuco”, cujo próprio nome (“Buraco do mar”, em tupi) era uma referência aos “furos” intercalados em meio à muralha de corais. “Pernambuco” fora o primeiro topônimo indígena adotado pelos cartógrafos portugueses e, desde a segunda década do século XVI, a designação era utilizada em diversos mapas.

A verdejante colina avistada por Duarte Coelho era ocupada por uma aldeia dos Caeté. Como tal aldeia se chamava Marim (ou “Rio dos franceses”, em tupi), os historiadores supõem, com razão, que o local fosse constantemente visitado pelos traficantes normandos de pau-brasil. Por razões desconhecidas, os Tupi chamavam os franceses de “mair” e os portugueses de “peró”. O significado dessas palavras é bastante

controverso.³³

De todo modo, os Caeté logo perceberam que os homens de Duarte Coelho não eram seus aliados “mair”, mas seus inimigos “perós”. Coelho, porém, parece ter se apaixonado de tal forma por aquele morro à beira-mar que desferiu um violento ataque à aldeia de Marim, desalojando os indígenas dali e dando, depois de vários combates, início à fundação da vila que estava destinada a se tornar sede da capitania de Pernambuco.

No verão de 1536 – tendo deixado alguns colonos em Igarauçu, sob o comando do lugar-tenente Afonso Gonçalves –, Coelho se transferiu para a colina em frente ao porto de Pernambuco. Começou a erguer ali a vila batizada de Olinda. O significado do nome “Olinda” tem dividido os estudiosos. De acordo com uma velha lenda, imortalizada por frei Vicente do Salvador em 1627, a expressão teria surgido depois que um dos homens de Duarte Coelho, um colono de origem galega, chegou ao topo da colina e exclamou: “Oh, linda!”

Escrevendo em 1854, o historiador Varnhagen considerou a tese “ridícula”. Para ele, era “muito mais natural que o nome fosse de alguma quinta, ou casa, ou burgo de Portugal que o donatário quis perpetuar no Brasil”. O próprio Varnhagen citava a existência, nos arredores de Lisboa, de vilarejos chamados “Linda-a-Pastora” e “Linda-a-Velha”, embora não deixasse de lembrar, também, que “Olinda era o nome de uma das mais belas damas do romance de cavalaria *Amadis de Gaula*, cuja leitura estava então muito em voga”.³⁴

De todo modo, no dia 6 de janeiro de 1536, quando a frota de Aires da Cunha – encarregada de colonizar o Maranhão – chegou ao porto de



O Épico da Cavalaria

Publicado em 1508, Amadis de Gaula é o principal romance de cavalaria europeu do século XVI. Além de ter sido a fonte de inspiração para a redação de A Crônica do Imperador Clarimundo, de João de Barros, o livro parece ter exercido grande influência

Pernambuco, Duarte Coelho e seus colonos lá estavam, fincando os alicerces da vila de Olinda. Naquela mesmo verão, o donatário construiu seu “castelo” – uma torre fortificada, de pedra e cal – exatamente no centro e no topo da colina, onde hoje corre a rua Nova (antes chamada rua dos Nobres e, depois, rua dos Ourives), ao lado do sítio no qual, em 1599, seria construída a igreja da Misericórdia, ainda existente. Até fins do século XVII, as ruínas da “torre” de Duarte Coelho ainda podiam ser vistas, antes de serem derrubadas para dar lugar ao desenvolvimento urbano de Olinda e à construção de novos prédios.

Quando Coelho se instalou na colina, ela estava recoberta por densas matas, repletas de cajueiros, pitangueiras e macaibeiras. Os coqueiros e as mangueiras, hoje tão característicos da paisagem de Olinda, são originários da Ásia e foram plantados ali pelos jesuítas a partir de 1551. Duarte Coelho, de toda forma, preocupou-se com a preservação das matas e, em requerimento enviado à Câmara de Vereadores de Olinda em 17 de março de 1537, proibiu o corte de certas árvores, determinando “sob pena posta em regimento” que “todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e das fontes” fossem “resguardadas”. Também proibiu que os colonos jogassem lixo nos rios e nas aguadas.

Apesar de tais providências, o donatário já foi acusado de ter fundado Olinda em local impróprio. Em primeiro lugar, ele não percebeu que “durante certos meses do ano” as águas do Beberibe ficavam estagnadas no estreito lagamar aos fundos do promontório. Além disso, o único porto utilizável ficava a uns dez quilômetros dali, no local onde, anos mais tarde, os holandeses ergueriam a cidade do Recife.

De qualquer modo, nenhum outro donatário

sobre os conquistadores espanhóis da América, segundo tese sugerida e brilhantemente defendida por Sérgio Buarque de Holanda em seu clássico Visão do Paraíso. Não é improvável que Duarte Coelho conhecesse o livro – e talvez de fato o tenha lido. Acima, capa da edição original de Amadis de Gaula.

O Adão Pernambucano

Jerônimo de Albuquerque era irmão de D. Brites de Albuquerque, filho de Lopo de Albuquerque e primo de Afonso de Albuquerque. A família descendia de D. Afonso Sanches, bastardo do rei D. Dinis. Quando a rainha D. Catarina (mulher de D. João III) soube que Jerônimo vivia com a filha do

devotou tanto trabalho ao estabelecimento de sua capitania. O projeto de Duarte Coelho era tão ousado que ele batizou seu lote de “Nova Lusitânia”, mantendo vivo, por mais de duas décadas, o sonho de transformar o Brasil em um novo Portugal. Para isso, não só deu início ao pleno estabelecimento da “vida conversável e civilizada” em Pernambuco como estimulou a miscigenação entre seus colonos e as mulheres indígenas.

Nesse sentido, nenhum caso foi mais emblemático do que o de seu cunhado: *Jerônimo de Albuquerque*, irmão de D. Brites, amancebouse com a filha do “cacique” Uirá-uby (ou Arco-Verde, em tupi). Batizada como Maria do Espírito Santo, essa “princesa” indígena, da nação Tabajara, deu à luz onze mestiços.

O próprio Duarte Coelho não teve, ao que se saiba, nenhuma amante nativa: manteve-se devotado a D. Brites, com a qual se casara em 1529, com mais de 40 anos de idade. D. Brites lhe deu três filhos: Duarte, Jorge e Inês, todos nascidos no Brasil. Duarte Coelho de Albuquerque veio ao mundo no segundo semestre de 1537; Jerônimo nasceu em Olinda, a 23 de abril de 1539. Continua sendo um desafio estimulante imaginar de que forma uma mulher como D. Brites, de origem nobre, dama de companhia de rainhas e acostumada a conviver nos paços reais, se sentiu durante sua longa estadia nos trópicos.

“cacique” Arco-Verde, determinou não só que ela fosse batizada como exigiu que Jerônimo se casasse legalmente com uma fidalga portuguesa, D. Felipa de Mello. O casamento se realizou em Olinda e D. Felipa e Jerônimo de Albuquerque tiveram 11 filhos, além dos 11 que ele já tivera com sua concubina nativa. Um dos filhos de Albuquerque com sua mulher indígena foi o mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, grande explorador e conquistador do Maranhão.

O REINADO DO AÇÚCAR

No segundo semestre de 1540, tendo estabelecido duas vilas (Igaraçu e Olinda) e três pequenos vilarejos, Duarte Coelho empreendeu viagem a Portugal. Não se sabe exatamente

O Engenho Pioneiro

O primeiro engenho construído em Pernambuco – “muito grande e perfeito”, nas palavras de Duarte Coelho – pertencia ao seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, e ficava a cerca de 4

quando partiu, mas com certeza foi após 24 de julho, já que naquele dia ainda estava em Olinda assinando alguns alvarás. Tampouco se sabe por quanto tempo permaneceu no reino, embora já estivesse de volta ao Brasil antes de setembro do ano seguinte. Os objetivos da viagem, no entanto, são bem conhecidos: Duarte Coelho foi a Lisboa em busca de financiamento para instalar engenhos de açúcar.

De fato, nos primeiros meses de 1542 já estava em construção o primeiro dos cinco engenhos que o donatário ergueu nas cercanias de Olinda ao longo daquele ano ou no seguinte. O *estabelecimento* pioneiro ficava às margens do Beberibe, a cerca de 4 quilômetros de Olinda, e pertencia a Jerônimo de Albuquerque. Surgiram, logo a seguir, os outros quatro engenhos: um deles pertencia ao próprio Duarte Coelho; outro era de propriedade do feitor e almoxarife (ou funcionário da alfândega real) Vasco Lucena; e havia ainda um quarto, construído por Afonso Gonçalves, lugar-tenente de Igarauçu. Por fim, o quinto engenho – chamado de Santiago de Camaragibe – era de propriedade de um cristão-novo, Diogo Fernandes.

quilômetros de Olinda, na várzea do rio Beberibe, no lugar chamado de Varadouro. O local foi abandonado por volta de 1700 e, como ali surgiu uma grande caieira, ficou conhecido com o nome de “Forno da Cal”. O lugar foi explorado em 1875 pelo brilhante geólogo americano Frederick Hart, que veio ao Brasil a convite de D. Pedro II. Hart descobriu os alicerces do engenho pioneiro da região, mas, desde então, eles não foram mais vistos.

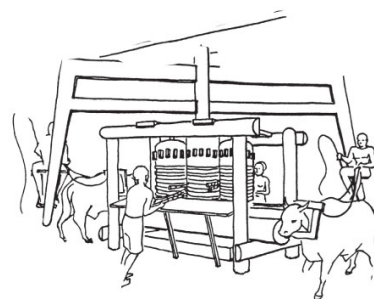
Esses cinco engenhos eram, todos, do tipo “trapiche”, movidos a boi ou cavalo. Só alguns anos mais tarde surgiram, no Brasil, as moendas movidas por força hidráulica. Menos eficientes que os engenhos de água, os “trapiches” produziam cerca de mil arrobas anuais de açúcar, ou seja, quinze toneladas/ano. Com uma média de cerca de sete mil arrobas anuais, os engenhos hidráulicos eram bem mais produtivos. Mas os custos envolvidos na feitura da grande roda d’água e do sistema de calhas que conduzia a água até o local apropriado eram elevados demais para os recursos dos donatários.

Os investimentos, além disso, não se restringiam ao maquinário: era preciso contratar mão de obra especializada. E os calafates, tanoeiros e carpinteiros – cujas funções eram indispensáveis ao bom funcionamento do engenho – ganhavam bons salários. Ordenados ainda maiores precisavam ser pagos aos chamados “mestres de açúcar”. Embora na ilha da Madeira o salário de um desses técnicos fosse, naquela época, de 30 mil reais anuais, sabe-se que Pero de Góis, o donatário de São Tomé, se dispusera a pagar a um deles 60 mil reais por ano. Em fins do século XVI, um bom “mestre de açúcar” já recebia, no Brasil, um cruzado (ou 400 reais) por dia, faturando cerca de 130 mil reais (ou mais de 300 cruzados) por ano, além de casa e comida. De acordo com o depoimento posterior do padre Fernão Cardim, tal investimento era fundamental “porque nas mãos do mestre de açúcar está o rendimento e o ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos”.³⁵

Era preciso ainda contratar feitores e capatazes, bem como especialistas em cozer o açúcar, secá-lo e armazená-lo em caixas de madeira. Essas caixas (com capacidade que variava entre 20, 35 e 50 arrobas cada), eram feitas de madeiras “moles” como camaçari e pau-d’alho. Calafetadas com barro e forradas com folhas secas de bananeira, eram marcadas por ferro em brasa com três selos: um indicava a quantidade de arrobas; outro, o engenho de onde o açúcar procedia; e o terceiro trazia o nome do mercador responsável por seu transporte para a Europa.

Tanto os engenhos movidos por tração animal quanto os movimentados por força hidráulica eram máquinas muito bem-feitas. Tanto é que, ao referir-se a eles, em 1711, frei Antonil escreveu: “Quem chamou as oficinas onde se fabrica o açúcar de ‘engenho’, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e as considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, com pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável.”

Na gravura abaixo, um engenho do século XVI, do tipo “trapiche”.



Calcula-se que cerca de 20 homens brancos eram necessários para o trabalho em um engenho de porte médio. Duarte Coelho custeou pessoalmente a vinda desses peritos. Vários historiadores afirmam que o donatário retornara de Portugal trazendo consigo judeus com larga experiência nos canaviais das ilhas da Madeira e das Canárias, para onde haviam se transferido “para escapar da fúria persecutória que grassava na Península Ibérica”.³⁶ Não existem documentos que permitam comprovar essa tese.

Mas as mudas de cana trazidas pelo donatário com certeza vieram daquelas ilhas do Atlântico – e, portanto, já estavam bem adaptadas aos trópicos. Plantadas no fértil solo chamado massapê, elas se desenvolveram extraordinariamente. O massapê – uma espécie de argila cuja cor varia entre o roxo e o vermelho – era resultante da decomposição de granitos do período arqueano e de calcários do período cretáceo. Graças a sua fertilidade – à qual se deve somar um regime de chuvas abundantes e regulares, e temperaturas altas e uniformes –, Pernambuco estava destinado se tornar o primeiro grande centro produtor de açúcar no Brasil e a única capitania bem-sucedida das doze que o rei D. João III estabelecera na colônia.

No entanto, o donatário Duarte Coelho pouco iria usufruir da riqueza que sua perseverança ajudou a criar.

CARTAS AMARGAS

No dia 27 de abril de 1542, Duarte Coelho enviou uma carta para D. João III. Embora o soberano raramente lhe respondesse, o donatário manteve acesa correspondência com o rei ao longo dos quase 20 anos em que viveu no Brasil. Apenas cinco das inúmeras missivas enviadas por Coelho foram preservadas. Elas permitem traçar um quadro razoavelmente preciso do que aconteceu em Pernambuco entre 1542 e 1553, revelando não só as dificuldades vividas pelo donatário como o profundo desprezo que o monarca alimentava pelo Brasil.

Na primeira das cartas que sobreviveram ao tempo, justamente a de 27 de abril de 1542 (escrita, portanto, quatro dias após o aniversário de três anos de seu filho Jerônimo), Coelho revela que estava “mui gastado e endividado” pois dera “ordens para se fazerem engenhos de açúcar que de lá [de Portugal] trouxe contratados, fazendo tudo quanto me requeriam e dando tudo o que me pediram, sem olhar a proveito nem interesse algum meu mas a obra ir avante como desejo (...) e, assim sendo, logo acabaremos um engenho mui grande e perfeito”.

Embora soubesse que o açúcar era uma fonte de renda segura para o futuro da capitania, Coelho não desconhecia que o rei continuava mais interessado em metais preciosos do que em produtos agrícolas. Por isso, fez questão de acrescentar: “Quanto as coisas do ouro, Senhor, nunca deixo de inquirir e procurar sobre o negócio, e a cada dia se esquentam mais as novas do sertão.”³⁷

O prudente donatário não deixou, porém, de observar que aquela era “uma jornada de muito perigo e trabalho”, pois seria necessário cruzar pelo território “de três gerações de mui perversas e bestial gente e todos contrários entre si”. E Coelho não queria repetir as “barcosiadas [trapalhadas] como os do rio da Prata, onde se perderam passante de mil homens castelhanos e como os do Maranhão, que perderam setecentos”.

Antes de encerrar a carta, Duarte Coelho voltou a se referir aos seus “mui grandes gastos”, afirmando que não podia pagar o soldos de seus contratados e solicitando, outra vez, “como já há três anos pedi”, que o rei lhe permitisse “haver alguns escravos da Guiné, forros dos impostos que soem pagar”.

A observação permite supor que o donatário não estava satisfeito com o desempenho de seus escravos indígenas na lavoura de cana. E não deve ter considerada mera coincidência o fato de que, logo após a construção dos engenhos, eclodiram as guerras entre portugueses e nativos – conflitos que envolveram não só os Caeté, tradicionais inimigos dos lusos, mas também os Tabajara, que até então eram seus aliados.

Embora tenham afetado profundamente Olinda e Igaraçu – quase

provocando sua destruição –, não restam dúvidas de que as lutas com os nativos tiveram início na vizinha e conflagrada capitania de Itamaracá. É hora, portanto, de relembrar os acontecimentos que se desenrolaram na possessão que fora concedida a Pero Lopes de Sousa.

A CAPITANIA DE ITAMARACÁ

Com 30 léguas (cerca de 190 quilômetros) de largura, a capitania de Itamaracá era uma das menores do Brasil. Ela se iniciava na baía da Traição, na Paraíba, prolongando-se até a ponta sul da ilha de Itamaracá, cerca de 30 quilômetros ao norte de Olinda. O lote fora doado a Pero Lopes em 1º de setembro de 1534. Mas, disposto a fazer carreira no Oriente – onde morreu –, o irmão de Martim Afonso jamais teve tempo ou interesse para tomar qualquer atitude prática em prol das três possessões que recebeu no Brasil.

Foi apenas após sua morte, ocorrida em 1541, que a viúva, D. Isabel de Gamboa, decidiu enviar um lugar-tenente para ocupar a ilha (abandonada desde que Francisco de Braga fugira para o Caribe, após se desaver com Duarte Coelho em fins de 1535). Embora, pouco antes, D. Isabel tivesse despachado um emissário para ocupar a capitania de Santo Amaro, não restam dúvidas de que a morte de Pero Lopes teve um efeito devastador sobre ela: quase vinte anos depois dos incidentes que vitimaram seu marido, *a viúva*, inconsolável, ainda o pranteava. A morte de seu filho primogênito e o trágico destino das capitanias de Itamaracá e Santo Amaro em nada iriam contribuir para amenizar sua dor.

Foi nos primeiros meses de 1542 que D. Isabel nomeou um certo João Gonçalves para o posto de lugar-tenente da capitania de Itamaracá. Chefiando uma frota com quatro embarcações, Gonçalves partiu de Lisboa rumo ao Brasil. Mas o *patacho* no qual ele viajava perdeu o rumo, foi empurrado em direção à famigerada Costa leste-oeste e, por força das correntes, foi parar no mar do Caribe. Ao desembarcar em possessão castelhana, Gonçalves foi preso e permaneceu por três anos no cárcere.

Comandados por um Pedro Vogado, os outros três navios que compunham a frota chegaram a seu destino no primeiro semestre de 1542. Vogado então fundou a vila da Conceição, no mesmo local onde, uma década antes, os franceses da nau *A Peregrina* haviam estabelecido seu fortim.

Ao saber que João Gonçalves se encontrava retido no Caribe, D. Isabel enviou um novo lugar-tenente para substituí-lo e assumir o lugar de Vogado. Foi um equívoco: embora não se saiba o nome desse homem, um historiador quase contemporâneo de tais eventos afirma que ele “não servia nem para comandar uma barca”,³⁸ que dirá uma capitania. Sob seu governo, a anarquia instalou-se em Itamaracá.

A ILHA DOS TRAFICANTES

A essa altura, vários colonos de Olinda estavam rompidos com Duarte Coelho, célebre por sua rigidez. Para escapar das punições – que já tinham levado muitos rebeldes à força –, os dissidentes buscavam refúgio em Itamaracá. Agravando ainda mais a situação, a ilha começou a ser frequentada também por muitos traficantes portugueses de pau-brasil.

Como o “pau-de-tinta” era monopólio do rei e os donatários não estavam autorizados a explorá-lo, alguns colonos – pouco dispostos a enfrentar os azares da lavoura – se aproveitaram do fato de que vastas porções do litoral permaneciam desguarnecidas e, após conquistar o apoio dos indígenas, dedicaram-se à exploração ilegal da árvore.

A Viúva Amargurada

Embora fosse muita rica e vivesse numa mansão na rua do Outeiro, “junto às Portas de Santa Catarina”, na zona nobre de Lisboa, D. Isabel de Gamboa nunca se recuperou do golpe provocado pela morte de Pero Lopes. Em 22 de setembro de 1557 ela enviou uma carta para D. Catarina, esposa de D. João III, na qual pedia que a rainha fizesse mercês a suas filhas e netas, sem deixar de acrescentar: “Para mim, que sou morta, não quero nada.”

Patachos (gravura abaixo) eram navios a vela com dois mastros e cerca de 22 metros de comprimento.



De acordo com o relato indignado de Duarte Coelho, a ação daqueles homens se centralizava em Itamaracá – de onde, todos os anos, “partiam mais de seis ou sete navios carregados de brasil”.³⁹ Oferecendo muitos presentes e até armas para os nativos, os traficantes acabaram desestabilizando por completo as normas que, até então, regulavam o escambo.

“Para fazerem seu brasil”, denunciava Coelho em carta ao rei, “[os traficantes] importunam tanto aos índios, e prometem-lhes tanta coisa que metem a terra toda em desordem da ordem em que eu a tenho posto, e se lhes dão alguma coisa do muito que prometem, deitam a perder o concerto que eu tinha posto, Senhor, porque já não basta dar-lhes [aos nativos] as ferramentas, como era costume, mas, para fazerem os índios fazer brasil, [os traficantes] dão-lhes búzios da Bahia, carapuças de penas e roupas de cores que homem cá não pode alcançar para seu vestir e, o que é pior, espadas e espingardas. E como [os nativos] estão fartos de ferramentas, fazem-se mais rogados do que são, e alvoroçam-se, e ensoberbessem-se e levantam-se.”⁴⁰

Quando João Gonçalves foi libertado de seu cativeiro no Caribe e enfim aportou em Itamaracá, por volta de 1545, a situação já estava de tal forma conflagrada que ele pouco pôde fazer para restabelecer a ordem na ilha.

A anarquia em Itamaracá teve sérias consequências para a capitania de Pernambuco. O primeiro lugar a sentir os efeitos da desordem foi a vila de Igaraçu – que ficava a menos de 20 quilômetros da ilha. Embora o lugar-tenente de Igaraçu, Afonso Gonçalves, tivesse, ao longo de uma década, se esforçado para viver em paz com os Tabajara, seus inimigos, os Caeté – insuflados pelos traficantes de pau-brasil e aliados aos franceses e a dissidentes Tabajara –, atacaram a vila em fins de 1546.

O próprio Afonso Gonçalves morreu, “de uma flechada que lhe deram por um olho e lhe penetrou até os miolos”.⁴¹ Os colonos sobreviventes

esconderam o fato dos nativos e enterraram o capitão “com tanto segredo que o não souberam os inimigos em dois anos que durou o cerco”. Durante aquele longo período, os homens lutavam durante o dia e as mulheres ficavam de vigia à noite, para que os combatentes descansassem.

Certa noite, reinava tanto silêncio no fortim no qual os lusos estavam sitiados “que parecia não haver ali gente”. Os nativos decidiram então escalar a paliçada. Mas as mulheres, “que os tinham visto subir, os aguardavam com lanças nas mãos, e quando eles estavam com meio corpo dentro, lhas meteram pelos peitos e os perfuraram (...) que foi um feito mui heróico para elas terem tanto silêncio e tanto ânimo”.⁴²

Àquela altura, Duarte Coelho não podia socorrer Igaraçu porque estava sitiado pelos nativos e pelos franceses em Olinda. O donatário chegou a ser ferido numa perna e, como ficou manco para o resto da vida, os colonos passaram a se referir a ele como “o Cocho”. Seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, perdeu um olho e foi apelidado de “o Torto”.

Olinda acabou sendo salva graças a Vasco Fernandes de Lucena, o cobrador dos impostos reais. Embora tivesse mulher e filhos em Portugal, Lucena vivia com uma nativa em Pernambuco. Essa indígena – talvez filha de Itagibe, um líder Tabajara – convenceu várias de suas companheiras a abastecer a vila, levando secretamente água e mantimentos para os lusos.

De acordo com o relato de frei Vicente do Salvador, “a este Vasco Lucena o tinham [os nativos] por grande feitiçeiro. E assim, quando o cerco era mais apertado, saiu ele só fora e começou a pregar aos índios na sua língua brasílica para que fossem amigos dos portugueses e não dos franceses, que os enganavam. E logo fez uma risca no chão, com um bastão que levava, dizendo-lhes que nenhum passasse daquela risca porque os que o fizessem haviam de morrer. Ao que o gentio gargalhou, fazendo zombaria, e sete ou oito indignados se foram a ele para o matarem, mas, em passando a risca, caíram mortos, e os demais, que o viram, levantaram o cerco e se puseram em fuga”.⁴³

Fato ou ficção, a verdade é que em fins de 1546 tanto Olinda quanto Igaraçu conseguiram se safar do cerco imposto pelos indígenas. Ao

escrever para o rei, em 20 de dezembro daquele ano, Duarte Coelho mencionou o episódio e insinuou que o conflito fora deflagrado por degredados que, após tomarem os navios nos quais vinham para o Brasil, passavam a percorrer a costa escravizando os nativos – exatamente como fizera o pirata Henrique Luís de Espina (cuja ação, ocorrida mais ou menos na mesma época, havia provocado a insurreição dos Goitacá na capitania de São Tomé).

“Já por três vezes tenho escrito, e disso dado conta a V. Alteza, acerca dos degredados”, disse Duarte Coelho. “E isto, Senhor, digo por mim e por minhas terras, e por quão pouco serviço de Deus e de V. Alteza é, bem como para o aumento desta Nova Lusitânia mandar cá tais degredados, como de três anos para cá me mandam porque certifico a V. Alteza, e lhe juro pela hora da morte, que nenhum fruto nem bem fazem na terra mas muito mal e dano, e por sua causa se fazem cada dia males, e termos perdido o crédito que até aqui tínhamos com os índios, porque o que Deus nem a natureza não remediou, como eu o posso remediar, Senhor, senão que a cada dia os mando enforcar, o que é grande descrédito e menoscabo com os índios; e outro sim, não são para nenhum trabalho e vem pobres e nus, e não podem deixar de usar de suas manhas, e nisto cuidam e rosnam sempre em fugir e em se irem.”

“Creia V. Alteza que são piores cá na terra que peste, pelo que peço a V. Alteza que, pelo amor de Deus, tal peçonha me cá não mande, porque tem mais destruir o serviço de Deus e seu, e o bem meu, e de quantos estão comigo

O Templo do Salvador

Após narrar o suposto episódio de magia de Vasco Fernandes Lucena, o próprio frei Vicente do Salvador acrescentou a seguinte observação em sua História do Brasil (escrita em 1627): “Não crera eu isto, posto que o vi escrito por pessoa que o presenciara, se não soubera que neste próprio lugar onde se fez a risca, defronte da torre de Duarte Coelho, se edificou depois suntuoso templo do Salvador, que é matriz das mais igrejas de Olinda, onde se celebraram os divinos ofícios com muita solenidade, e assim não se há de atribuir aos feitiços senão à Divina Providência, que quis com este milagre sinalizar o sítio e a imunidade do seu templo.”

Na gravura abaixo, a igreja matriz de Olinda.

(...) porque até nos navios em que vem fazem mil males, e achamos que pelo menos dois navios que por trazerem muitos degredados estão desaparecidos; torno a pedir a V. Alteza que tal gente me cá não mande e que me faça mercê de mandar as suas justiças que os não metam nos navios que para minhas terras vierem, porque é, Senhor, deitarem-me a perder.”



Nessa mesma carta, o donatário se referia também aos tumultos que afligiam outras capitanias vizinhas. Ele os atribuía ao fato de “a negra cobiça do mundo ser tanta que turba o juízo dos homens para não concederem no que é razão e justiça”.⁴⁴

Como nas vezes anteriores, as súplicas de Duarte Coelho não encontraram eco no reino. Tanto é que, passado pouco mais de um ano de sua dramática solicitação, chegava a Pernambuco, em 28 de janeiro de 1548, uma nova leva de “prisioneiros, condenados em Portugal, mas perdoados sob a condição de colonizar a nova terra”, de acordo com o depoimento de um dos marinheiros que os trouxeram, o alemão *Hans Staden*.

Aventureiro Alemão

O NOVO CERCO A IGARAÇU

Staden era um aventureiro, natural de Hessen, que chegara a Lisboa em abril de 1547 com o objetivo de viajar para a Índia. Como as naus que faziam a “Carreira da Índia” partiam de Portugal entre novembro e março, Staden foi informado de que teria que aguardar no mínimo sete meses antes que algum outro navio zarpasse para o Oriente. Foi então que decidiu alistar-se, junto com outros dois mercenários alemães, em uma nau encarregada de conduzir uma nova leva

Hans Staden (a seguir) nasceu em Hessen, provavelmente em 1510. Após sua estada em Pernambuco, ele retornou para a Europa, mas, um ano mais tarde, acabaria voltando para o Brasil. O navio em que viajava naufragou em Santa Catarina e, depois de várias peripécias, Staden chegou a Bertioga, onde se tornou arcabuzeiro na fortaleza que Martim Afonso construíra ali 15 anos antes. Em 1554, Staden caiu prisioneiro de

de degredados para a capitania de Duarte Coelho.

No dia 28 de janeiro de 1548, quando o navio no qual Staden viajava chegou a Olinda, a situação estava muito conflituada. “Embora não fosse de sua índole”, disse Staden, “os selvagens de Pernambuco haviam-se tornado revoltosos por culpa dos portugueses. Então, o governador daquela terra pediu-nos pelo amor de Deus que corrêsemos para ajudar o povoado de Igaraçu, que fora assaltado pelos selvagens. Os moradores de Marim [Olinda] não podiam ir em auxílio a Igaraçu já que eles mesmos temiam um ataque dos selvagens.”⁴⁵

Nas primeiras semanas de fevereiro, quando Hans Staden chegou a Igaraçu, os 50 portugueses que viviam no vilarejo estavam sitiados por oito mil indígenas, separados deles apenas por uma paliçada de toras pontiagudas. Como eram 40 os europeus que desembarcaram para socorrê-los – trazendo os mantimentos e a água dos quais eles tanto necessitavam –, os nativos ainda mantiveram uma vantagem de quase 10 combatentes contra um. De acordo com Staden, os Caeté tinham construído “duas fortificações de grossos troncos de árvores em frente a Igaraçu e também cavado buracos na terra em torno do povoado, do qual era impossível entrar ou sair”.

A situação era dramática, pois “os selvagens chegavam bem perto do povoado, atirando para o alto muitas flechas, que deviam atingir-nos na queda. Com a ajuda de cera e algodão, eles faziam flechas incendiárias, dispostos a atear fogo em nossos tetos, e ameaçavam nos devorar, caso nos apanhassem”.

Cunhambebe, o líder dos Tamoio. Ele se fez passar por francês e escapou de ser devorado. Voltou para a Europa em 1555 e o livro que escreveu, Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo América, se tornou grande sucesso de público.



Poucos dias após desembarcar em Igarau os recém-chegados ficaram sem mantimentos: tudo o que eles haviam trazido fora consumido pelos sitiados, que estavam famintos. Foi preciso, então, buscar comida na vila de Itamaracá, que ficava a poucos quilômetros dali. Não foi uma jornada fácil.

“Para nos impedir de chegar a Itamaracá, os selvagens tinham derrubado grandes árvores sobre o estreito braço de mar pelo qual deveríamos passar e as duas margens estavam ocupadas por muitos deles. Justo quando havíamos rompido a barreira, usando de violência, veio a hora da maré baixa e deixou-nos encalhados. Já que não podiam apanhar-nos nos barcos, os selvagens empilharam muita lenha seca das margens e queriam queimá-la e jogar nas chamas uma pimenta que lá crescia para nos expulsar dos barcos com a fumaça. Mas não conseguiram. Então a água voltou a subir, de modo que pudemos ir até Itamaracá e lá nos abastecer.

“Quando fomos retornar para Igarau, mais uma vez os selvagens tentaram impedir nossa travessia. Como antes, puseram árvores sobre a água e ocuparam ambas as margens. Tinham feito talhos profundos em duas árvores, na parte de baixo, amarrando-as com cipós em cima. As extremidades do cipó chegavam até a fortificação deles. Seu plano era puxar o cipó assim que tentássemos romper a barreira, de modo que as árvores viessem a desabar sobre nossas embarcações.

“Seguimos adiante, rompendo a barreira. A primeira árvore caiu na trincheira deles, a segunda bateu na água, logo atrás de nosso barco. Antes mesmo de começarmos a travessia da barreira, pedimos ajuda aos companheiros no povoado. Mas, quando começávamos a chamar, os selvagens também gritavam. Era impossível que eles nos vissem, já que os

Luta em Igarau

A gravura abaixo, feita pelo ilustrador Theodore de Bry com base no relato de Hans Staden, reproduz o cerco a Igarau e a tentativa dos indígenas de atingir o barco dos europeus com árvores. Theodore de Bry foi um dos maiores ilustradores do século XVI; gravuras que ele produziu para uma edição do livro de Staden – baseado nos toscos desenhos originais do autor – tornaram a obra um sucesso ainda maior.

troncos e galhos lhes tapavam a visão. Já estávamos perto o bastante para sermos ouvidos, não fosse por aquela gritaria dos selvagens.



“Conseguimos levar os mantimentos para o povoado e, quando os selvagens perceberam que não podiam fazer nada, pediram trégua e retiraram-se. O cerco durara quase um mês. Os selvagens tinham alguns mortos para lamentar, mas nós, cristãos, não tínhamos nenhum.”⁴⁶

O navio de Hans Staden então retornou a Olinda e dentro de poucos dias partiu para Portugal, levando uma nova carta de Duarte Coelho para o rei D. João III. Escrita no dia 22 de março de 1548, a carta narrava o fim do cerco a Igaraçu e, outra vez mais, tecia um rosário de lamentações:

“Não tenha Vossa Alteza em tão pouco estas terras do Brasil, em

especial esta Nova Lusitânia, como mostra ter em pouco, pois não provê nem me responde as cartas e avisos que há três anos lhe tenho escrito; nem mesmo me tenha em tão pouca estima, que haja por mal empregado em me dar crédito ao que lhe digo e escrevo para bem de seu serviço, e responder-me para que eu saiba sua intensão e procure das cousas irem como tem andado, porque ainda que isso prove o gastado da fazenda, nenhuma inveja tenho dos mais ricos nem às suas riquezas (...) Peço a V. Alteza que veja e me responda por que meus gastos são grandes para esperar muito tempo.”⁴⁷

Sete anos se passaram sem que o monarca se dignasse responder aos apelos de Duarte Coelho. Em julho de 1553, disposto a “discorrer de viva voz com D. João III”, o donatário de Pernambuco partiu para Portugal, levando consigo seus dois filhos homens, Duarte e Jerônimo, que foram estudar em Lisboa. O governo da capitania ficou entregue a D. Brites de Albuquerque – primeira mulher a desempenhar um cargo político na América.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Duarte Coelho', with a long, sweeping horizontal stroke extending to the right.

Assinatura de Duarte Coelho

Ao chegar ao reino, Duarte Coelho foi recebido “com tão pouca graça e com tanta má sombra pelo soberano” que se recolheu a casa e “de nojo morreu dali a poucos dias”.⁴⁸ Aquela foi, de acordo com frei Vicente do Salvador, “a paga que recebeu por seus muitos anos de sacrifícios e serviços”.

Quando Afonso de Albuquerque, primo de D. Brites, dirigiu-se ao Paço de Évora para comunicar ao rei a morte do donatário de Pernambuco, D. João declarou: “Pesa-me ser morto Duarte Coelho, porque era mui bom cavaleiro.”⁴⁹

O único dos doze capitães do Brasil que fora capaz de desenvolver sua donataria morrera em completa amargura.



IV

A COSTA DO PAU-BRASIL

Bahia e as Capitanias do Centro

Ao lado de Pernambuco, as capitanias que ofereciam as melhores condições para sua colonização eram Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, localizadas na parte mais conhecida do litoral brasileiro: a Costa do pau-brasil.

Em primeiro lugar, essas capitanias ficavam mais próximas de Portugal: das ilhas de Cabo Verde até a Bahia eram apenas três semanas de navegação relativamente fácil. Além disso, os portugueses achavam que toda aquela porção da costa fosse habitada apenas por Tupiniquim e Tupinambá – que, até então, se mantinham em paz com os europeus. O engano lhes custaria caro: várias enseadas da Costa do pau-brasil eram ocupadas pelos Aimoré – uma aguerrida nação *Jê* que os próprios Tupi não haviam conseguido expulsar para os rigores do agreste.

Embora virtualmente ignorassem a existência dos Aimoré, os portugueses já conheciam bem a “Costa do Brasil” – como chamavam o vasto trecho do litoral que ia desde o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até o cabo Frio, no Rio de Janeiro. Eles já haviam mesmo instalado algumas feitorias na Bahia – onde, 30 anos antes, Pedro Álvares Cabral havia descoberto oficialmente o Brasil.

O Grupo *Jê*

*Jê é a designação genérica dada a diversos grupos indígenas que, à época do descobrimento, ocupavam extensa área do planalto central brasileiro e alguns poucos nichos do litoral. Os *Jê* eram inimigos dos Tupi-Guarani – que os chamavam de “Tapuia”, ou “bárbaros”. Além dos Aimoré e dos Tremembé, também pertenciam ao grupo *Jê* os Kainkang das serras do sul e os Timbira de Mato Grosso. Anos mais tarde, os *Jê* também seriam chamados pelos brancos de “botocudos”.*

Apesar de esses antigos entrepostos terem sido desativados por volta da segunda década do século XVI, os três lotes que ficavam na Costa do Brasil eram considerados território seguro e potencialmente rentável. Além da profusão de pau-brasil ali existente, a terra era propícia ao desenvolvimento da lavoura de cana. Os donatários que receberam suas capitanias nessa zona amena e acessível julgaram ter feito um bom negócio. Estavam enganados.

A CAPITANIA DE ILHÉUS

Localizada entre a capitania da Bahia, ao norte, e a capitania de Porto Seguro, ao sul, a donataria de Ilhéus ficava exatamente no centro da Costa do pau-brasil. O lote tinha 50 léguas (cerca de 300 quilômetros) de largura: iniciava-se na foz do rio Jaguaripe, logo abaixo da ponta sul da ilha de Itaparica, e ia até a barra do rio Coxim (hoje Poxim), a cerca de 20 quilômetros da ilha de Comandatuba.

A capitania fora doada para *Jorge de Figueiredo Correia*, escrivão da Fazenda Real, que, junto com Fernão d'Álvares de Andrade, era um dos homens mais ricos de Portugal. Seu bisavô e seu avô já haviam exercido o cargo de escrivão da Fazenda. Desde o início do processo de partilha do Brasil, Jorge Figueiredo foi considerado, com razão, um dos donatários que “dispunha de maiores condições, elementos e finanças”¹ para colonizar sua capitania. Alguns historiadores acham mesmo que ele foi o primeiro a adotar “critérios capitalistas”² na exploração de seu lote.



Os Figueiredo

A família à qual pertencia Jorge de Figueiredo Correia era chamada, em Portugal, de “a dos escrivães da Fazenda”, já que três de seus membros desempenharam aquele cargo. Henrique de Figueiredo, bisavô do donatário de Ilhéus, foi escrivão da Fazenda do rei Afonso V e de D. João II, e Rui de Figueiredo, avô de Jorge, desempenhou a mesma função no reinado de D. Manoel. Jorge de Figueiredo, membro da Ordem de Cristo, casou-se com D. Catarina de Alarcão, que havia sido criada pela rainha D. Catarina, mulher do rei D. João III. Um dos filhos

Jorge de Figueiredo Correia recebeu o foral de sua capitania no dia 1º de abril de 1535. A carta de doação fora assinada pouco antes pelo rei D. João III. Mas, como notou o historiador Pedro Azevedo, “o senhor dos Ilhéus, homem

do casal, Jerônimo de Alarcão de Figueiredo, foi pajem de D. João III. Toda a família, portanto, frequentava o Paço Real. Acima, o brasão de Jorge de Figueiredo Correia.

opulento e influente, jamais pensou em trocar seu cargo de escrivão e as comodidades da corte pelos azares e trabalhos do governo de sua remota capitania”. De fato, prossegue Azevedo, “por ser alto funcionário do erário, que privava de perto com o rei e convivia com a burguesia cosmopolita que monopolizava o comércio colonial e as finanças, Jorge Figueiredo era homem prático e tinha experimentada fé no poder do dinheiro”.³ E assim, embora disposto a investir na colonização de sua capitania, ele se manteve prudentemente distante do Brasil.

Em seu lugar, enviou, como lugar-tenente, um certo Francisco Romero – castelhano que vivia há anos em Lisboa. Quase não existem documentos que permitam delinear um perfil mais preciso de Romero, a não ser alguns comentários pouco favoráveis feitos posteriormente pelos colonos de Ilhéus (com os quais ele se indispôs) e o depoimento deixado pelo ouvidor-geral do Brasil (espécie de ministro da Justiça), Pero Borges, que em 1550 vistoriou aquela capitania em nome do rei, já durante o Governo Geral.

De acordo com Pero Borges, Francisco Romero era “bom homem, mas não para ter mando porque é ignorante e muito pobre, o que muitas vezes faz fazer aos homens o que não devem”. Embora mau administrador, Romero era sujeito “acordado e experimentado para cousas de guerra”.⁴ E guerra ele logo teria.

Quando Francisco Romero partiu de Lisboa rumo ao sul da Bahia? A data é desconhecida, mas deve ter sido por volta de outubro de 1535. Com quantos navios e quantos colonos? Tampouco existem informações precisas, mas o historiador Francisco de Varnhagen supõe que o abastado

Jorge de Figueiredo tenha conseguido arregimentar cerca de 250 homens e adquirido três naus, o que significa dizer que aplicou muito dinheiro – no mínimo 150 mil cruzados – em sua aventura tropical. Como, naquela época, o salário de um marinheiro era de 10 cruzados anuais, o escrivão da Fazenda investiu o suficiente para pagar o trabalho de 15 mil marujos durante um ano.

Em dezembro de 1535 – ou, talvez, em janeiro do ano seguinte – a frota comandada por Romero aportou na baía de Todos os Santos. Depois de alguns dias de descanso, o lugar-tenente de Jorge de Figueiredo partiu para o sul para ocupar a capitania que iria governar.

A princípio, Romero decidiu se instalar na ilha de Tinharé, na localidade do morro de São Paulo, ao abrigo do qual ancorou suas naus. A ilha de Tinharé – que fica junto à ilha de Boipeba, separada dela apenas pelo estreito curso do rio do Inferno – se localiza cerca de 20 quilômetros ao sul da ilha de Itaparica. O lugar inicialmente escolhido por Romero ficava, portanto, quase no limite norte da capitania de Ilhéus e apenas 90 quilômetros ao sul da futura cidade de Salvador.

Embora o local fosse bem protegido, Romero não permaneceu ali por muito tempo. Enquanto os colonos desbastavam uma clareira no sopé do morro de São Paulo, abrindo espaço para instalar-se entre o emaranhado verdejante da mata atlântica, Romero enviou um destacamento para explorar as porções meridionais da capitania. O grupo retornou após algumas semanas com a notícia de que encontrara um sítio mais favorável onde construir a sede da donataria.

O novo lugar de fato era estrategicamente perfeito. Ficava em uma península, abrigado por quatro ilhotas entre as quais o rio Cachoeira deságuava no oceano Atlântico, após serpentear em meio à floresta densa. Além de facilmente defensável – já que protegido pelo mar e pelo rio –, o lugar oferecia excelente ancoradouro, abrigado do vento sul por um promontório que, da margem direita do rio, avançava sobre o mar.

Às condições militares somavam-se conveniências comerciais: a terra era fértil, regada de águas límpidas e recoberta por vegetação luxuriante. O que, naquele momento, os portugueses ignoravam é que estavam se instalando em uma zona encravada no território tribal dos Aimoré. Numa referência às quatro ilhotas, e em homenagem ao rico patrão, Romero batizou a vila construída por seus colonos com o nome de São Jorge dos Ilhéus. Além de homônimo do donatário, São Jorge era o santo de devoção do proprietário da capitania. O fato de Ilhéus ser assolada por terríveis conflitos não deixa de ser uma ironia: São Jorge, afinal, é o santo guerreiro do catolicismo.

De início, porém, tudo correu bem na capitania de Jorge de Figueiredo Correia. Tanto é que, já em fins de 1536, Francisco Romero enviou para o reino uma nau repleta de pau-brasil. Embora, de acordo com a carta de doação, a exploração dessa madeira fosse monopólio do rei – o que significa dizer que Figueiredo quase não obteve lucro com aquele carregamento –, o navio trazia notícias alvissareiras: a vila estava instalada e fortificada, e contava com uma pequena capela.

O entusiasmo com o sucesso do empreendimento foi tal que, nos primeiros meses de 1537, o donatário distribuiu, em Lisboa, pelo menos três sesmarias em sua capitania. Uma foi doada ao desembargador Mem de Sá – futuro terceiro governador-geral do Brasil. Outra foi concedida ao tesoureiro-mor Fernão d'Álvares de Andrade (o donatário do Maranhão). A terceira coube ao rico banqueiro florentino Lucas Giraldes, um ativo investidor já há vários anos instalado em Lisboa.

Tais doações indicam que, embora possuísse grande fortuna, o escrivão Jorge de Figueiredo buscava parceiros para investir na produção de açúcar em sua capitania. E, como em vários outros lotes, foi justamente a partir da implantação da lavoura canavieira que se iniciaram as catastróficas guerras entre portugueses e indígenas.

A princípio, colonos e nativos mantiveram convivência pacífica em Ilhéus. A paz há de ter sido facilitada pelo envio constante dos “resgates” que o abastado Jorge de Figueiredo mandava para sua capitania duas vezes

por ano. Dispondo de milhares de anzóis, espelhos e miçangas, e centenas de facões e machados, Romero intermediava o escambo entre os colonos e os nativos, obtendo dos indígenas mantimentos e trabalho. Essas trocas eram feitas com os Tupiniquim que circulavam pela região. Ao que tudo indica, os Aimoré – nômades e mais primitivos – ainda se mantinham a distância, na mata.

Mas, exatamente como em outros lotes, o escambo acabaria se revelando um expediente limitado. Em primeiro lugar, o ponto de saturação foi logo atingido: os nativos cedo dispunham de mais objetos do que precisavam ou podiam utilizar e logo passaram a exigir cada vez mais peças em troca de cada vez menos mantimentos ou trabalho. Há indícios também de que a própria caça tenha começado a escassear nos arredores das vilas fundadas pelos lusos – o que forçava os nativos a se embrenharem cada vez mais longe na mata em busca de animais e de produtos comestíveis.

A isso somou-se a crescente necessidade de mão de obra fixa e organizada para o plantio e a colheita nos canaviais. Foi então que os portugueses passaram a escravizar os indígenas, repetindo em Ilhéus o que acontecia nas demais capitanias. De início, eles estimularam as guerras intertribais, comprando os cativos – chamados “índios de corda” (porque chegavam amarrados) – de seus aliados nativos. Em seguida, velhas alianças foram rompidas e os lusos começaram a escravizar indígenas com os quais conviviam pacificamente há vários anos. Desencadeou-se, assim, uma guerra generalizada.

No caso da capitania de Ilhéus (que, também nesse sentido, iria repetir o que já ocorria em outras donatarias), a crise foi agravada pelos conflitos entre os próprios colonos. Além de ser castelhano – o que, por si só, era motivo de controvérsia entre os moradores de Ilhéus –, Francisco Romero era rude no trato com os subordinados: de acordo com o depoimento posterior do ouvidor-geral Pero Borges, Romero ignorava os preceitos

jurídicos mais rudimentares e governava baseado no arbítrio. Os colonos resolveram vingar-se dele.

A primeira crise se precipitou por volta de 1540, seis anos após a chegada dos colonos à capitania. Certo dia, ao entrar na pequena igreja da vila de Ilhéus, Romero aproximou-se do altar e disse: “Odeio este crucifixo.” O motivo da blasfêmia residia no fato de aquela cruz ter sido trazida de Portugal por um “homem com o qual o lugar-tenente estava metido em diferenças”.⁵

Para alguns colonos, aquele foi o pretexto para prender Romero e enviá-lo acorrentado para o reino, onde esperavam que fosse acusado de heresia. Uma vez em Lisboa, o castelhano foi encarcerado na cadeia do Limoeiro. Mas não permaneceu lá muito tempo: o donatário Jorge de Figueiredo usou sua influência para libertá-lo e, numa atitude imprevidente e desafiadora, o enviou de volta para Ilhéus.

Ao retornar para o sul da Bahia, em fins de 1541, Romero puniu aqueles que participaram da conspiração que o levara à prisão. Embora, com isso, tenha contribuído para as desordens internas, por outro lado, ele foi capaz de implantar a indústria açucareira na região. Nesse caso, sua tarefa há de ter sido facilitada “pelos grossos cabedais” que o banqueiro Lucas Giraldes decidira investir na capitania de Jorge de Figueiredo – tanto é que, em 1546, já eram oito os engenhos instalados em Ilhéus, sendo que dois deles pertenciam à casa bancária de Giraldes.

OS AIMORÉ

Para que tais estabelecimentos pudessem funcionar, era preciso arregimentar um pequeno exército de escravos. Foi então que os colonos começaram a penetrar no território dos Aimoré. A reação foi imediata e, já a partir do segundo semestre de 1546, os ataques dos selvagens se tornaram constantes. Em pouco tempo, os nativos devastaram não apenas Ilhéus como também a vizinha Porto Seguro – chegando mesmo a fazer audaciosas incursões à capitania da Bahia.

Escrevendo por volta de 1570, o senhor de engenho e historiador dileitante Gabriel Soares de Sousa diria, em seu precioso *Notícia do Brasil*: “Os oito engenhos que existiram na capitania dos Ilhéus, estes não fazem mais açúcar, nem há morador que lá ouse plantar cana, porque em indo os escravos ou os homens ao campo, não escapam do gentio Aimoré, dos quais foge toda a gente dos Ilhéus para a Bahia, e tem a terra quase despovoada.” De acordo com Sousa, Ilhéus fora “vila muito abastada e rica, que teve quatrocentos até quinhentos vizinhos – e agora não conta com mais de cem”.

De início, vários colonos buscaram refúgio nas ilhas de Tinharé e Boipeba. Mas também ali os Aimoré logo os sitiaram, interrompendo as comunicações entre Ilhéus e a Bahia – até então unidas por uma trilha bem demarcada e bastante utilizada. Os Tupiniquim, que ainda estavam aliados aos portugueses, fugiram da luta, refugiando-se no sertão.

Depoimentos deixados por contemporâneos justificam o temor dos Tupiniquim e as “agruras atrozes” vividas pelos colonos de Ilhéus. Como os Goitacá da capitania de São Tomé, os Aimoré eram inimigos formidáveis, virtualmente imbatíveis quando confrontados em seu próprio território.

De acordo com o próprio Gabriel Soares, tratava-se de “gente esquisita e agreste, inimiga de todo o gênero humano”. Mas, como todos aqueles que tinham caído “em seu poder, nunca tornaram com vida para o contar”, Soares fez apenas um breve relato sobre aquela nação indígena, “já que mais não foi possível saber sobre sua vida e seus costumes”.

As informações que faltaram a Gabriel Soares de Sousa foram coletadas, alguns anos mais tarde, pelo jesuíta Fernão Cardim. Escrevendo por volta de 1585, Cardim anotou em seu *Tratados da terra e gente do Brasil*: “Os Aimoré ocupam 80 léguas [cerca de 500 quilômetros] de costa, e para o sertão quanto querem, e são senhores de matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação do costume de andarem pelos matos bravos, tem os couros muito rijos, e para este efeito açoitam os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andar pelos matos

bravios; não tem roça, vivem de rapina e pela ponta de flecha, comem mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto, e usam de uns arcos muito grandes e trazem uns paus muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças. Quando vêm à peleja, estão escondidos debaixo de folhas. São muito covardes em campo, e não ousam sair nem cruzam água, nem usam de embarcações, nem são dados a pescar; toda sua vivenda é do mato.”

O depoimento de Cardim foi corroborado por um certo Fernão Guerreiro, que, escrevendo em fins do século XVI, definiu os Aimoré como “gente barbaríssima, alheia a toda a humanidade, e onde o uso da razão parece estar mui apagado, e é a mais fera e cruel que há em todo o Brasil (...) Nunca andam juntos, senão poucos, e, sem serem vistos, cercam a gente e a matam, e com tanta ligeireza se tornam a recolher e meter pelo mato como se foram cabras silvestres, correndo muitas vezes sobre os pés e as mãos, com o arco e flecha sobre as costas, e por isso se lhes não pode fazer guerra, nem com ela prevalecem contra eles, porque nunca pelejam em esquadrão feito, nem em campo descoberto, senão com ciladas e assaltos repentinos, por detrás das moitas e árvores, sem os homens os poderem ver, se não quando se sentem flechados, e por este modo de tal maneira tem infestado toda a costa do mar que por sua causa se despejavam e desemparravam fazendas de 30, 40 e 50 mil cruzados, por se verem cada dia seus donos em perigo de morte e eles desbarataram a capitania de Ilhéus, que é de terras excelentes mas está quase toda perdida”.⁶

De acordo com Gabriel Soares de Sousa, ao longo de 25 anos de conflitos, os Aimoré mataram 300 portugueses e três mil de seus escravos. Não existem relatos de como se desenrolaram essas guerras, porque nenhum dos colonos escreveu sobre elas, nem Francisco Romero enviou cartas para o donatário acerca da tragédia que se abateu sobre o lote que

ele governava. De todo modo, não foi apenas “praga dos Aimorés” que assolou Ilhéus. A desordem interna que reinava na capitania e os confrontos entre Romero e seus colonos certamente foram causas que dificultaram a defesa de Ilhéus – e precipitaram sua ruína.

Em fins de 1550 – quando a guerra entre os portugueses e os Aimoré ainda estava em andamento – o donatário Jorge de Figueiredo Correia morreu em Lisboa. Seu filho então vendeu os direitos sobre a capitania para o banqueiro *Lucas Giraldes* – que, ao longo de mais de uma década, já havia investido “vários milhares de cruzados”⁷ em seus engenhos e canaviais. Francisco Romero sumiu dos anais, provavelmente porque foi substituído pelo feitor Tomaso Alegre, um italiano enviado para o Brasil por Giraldes.

De acordo com frei Vicente do Salvador, Alegre manteve ativa correspondência com o patrão. Mas enviava tão pouco açúcar para o reino que, por volta de 1559, Giraldes mandou-lhe uma carta na qual escreveu apenas: “Tomaso, queres que eu te diga: manda o açúcar e fica com as palavras.”



O Rico Italiano

Lucas Giraldes era um dos vários banqueiros italianos que viviam em Lisboa e estava diretamente ligado aos negócios propiciados pela expansão ultramarina. Ele era dono de uma casa bancária e investia na Índia e na África. Acima, imagem de seu brasão.

A CAPITANIA DE PORTO SEGURO

Os terríveis ataques dos Aimoré não se circunscreveram à capitania de Ilhéus. Entusiasmados com o sucesso de sua guerrilha, os selvagens passaram a enfrentar os colonos instalados na vizinha Porto Seguro, a donataria na qual Pero do Campo Tourinho estava instalado em relativa paz desde fins de 1535. Também ali os Aimoré foram capazes de interromper o processo colonial, queimando cidades e destruindo

canaviais. Também ali sua ação foi facilitada pelas inúmeras querelas que haviam tornado o donatário e seus colonos inimigos irreconciliáveis.

Pero do Campo Tourinho foi o terceiro donatário a receber uma capitania no Brasil. Ele a ganhou em 27 de maio de 1534, dois meses após Duarte Coelho ter sido agraciado com seu lote em Pernambuco e 45 dias depois de Francisco Pereira Coutinho tornar-se senhor da Bahia. Como o próprio Duarte Coelho – e repetindo o que aconteceria com Vasco Fernandes Coutinho (donatário do Espírito Santo) –, Tourinho não havia pedido para receber terra alguma no Brasil: fora o próprio rei D. João III quem decidira lhe conceder o lote de Porto Seguro. É o que fica claro na carta de doação assinada pelo monarca. Eis a íntegra da carta – reproduzida porque revela também vários dos termos contidos em outras doações:

“A quantos esta minha Carta vierem faço saber que no livro do Registro dos Ofícios, Padrões e Doações do ano de mil quinhentos e trinta e quatro, que está em minha Chancelaria, é escrita e registrada uma Doação que o teor tal é: Considerando eu quanto o serviço de Deus e meu proveito e bem dos meus Reinos e Senhorios e dos naturais e súditos deles, é ser a minha terra e Costa do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para se nela haver de celebrar o Culto e Ofícios Divinos e se exaltar a nossa Santa Fé Católica, com o trazer e provocar a ela os naturais da dita terra, infiéis e idólatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e Senhorios, e aos naturais e súditos deles se a dita terra se povoar e aproveitar, houve por bem de mandar repartir e ordenar para delas prover aquelas pessoas que me bem parecer, pelo que havendo eu respeito aos muitos serviços que tenho recebido e ao diante espero receber de Pero do Campo Tourinho, e por folgar de lhe fazer mercê de minha própria vontade, pelo meu poder Real e absoluto, *sem mo ele pedir, nem outrem por ele* [grifo do autor], hei por bem e me aprás de lhe fazer, como de feito por esta presente Carta faço, mercê e irrevogável doação entre vivos, valedora deste dia para todo o sempre, de juro e herdade, para ele e todos seus filhos, netos e herdeiros e sucessores que após ele vierem, de 50

léguas de terra na dita Costa do Brasil.”⁸

Não se sabe quais foram os “muitos serviços” que o rei recebera de *Pero do Campo Tourinho* e que o levaram a lhe conceder a capitania de Porto Seguro. Há indícios de que ele tenha lutado na Índia durante a primeira década do século XVI e talvez tenha tomado parte também na expedição comandada por João de Lisboa que descobrira o rio da Prata em 1514. De todo modo, ao receber seu lote, Tourinho estava instalado em sua cidade natal, Viana do Castelo – uma abastada vila do norte de Portugal localizada junto à foz do rio Lima.

Aquela era, no século XVI, uma região progressista, que devia muito de sua fortuna à pesca do bacalhau. Alguns navegantes locais tinham mesmo chegado, anos antes, até o Labrador, no Canadá. Era no gelado mar do Norte que eles obtinham grandes quantidades do peixe mais consumido e exportado por Portugal.

É provável que Pero do Campo Tourinho fosse descendente de uma dessas bem-sucedidas famílias de pescadores vienenses e que se dedicasse, ele próprio, à armação de barcos de pesca. Documentos antigos afirmam que ele era “muito experimentado nas coisas do mar”.

Ao receber seu lote no Brasil, Tourinho vendeu as propriedades que possuía em Viana do Castelo, adquiriu duas naus e duas caravelas e anunciou publicamente que pretendia transferir-se para o Brasil, abrindo inscrições para os colonos que se interessassem em acompanhá-lo. Foi tal o interesse que o donatário se viu forçado a seleccionar os candidatos, dando preferência aos parentes mais pobres e a pescadores experientes.

Por volta de dezembro de 1534 – acompanhado pela mulher, D. Inês Pinto, pelos filhos Fernão e André, pela filha Leonor e por 600 colonos –, Tourinho partiu para o Brasil. A escala de sua frota nas Canárias chamou a



Brasão de Pero Tourinho

atenção dos castelhanos e, em fins de maio de 1535, a imperatriz D. Isabel, de Castela, sempre atenta aos movimentos marítimos dos portugueses, enviou uma carta para seu embaixador em Lisboa, D. Luiz Sarmiento, na qual dizia: “Pela ilha de Gomera, que fica nas Canárias, quase no final do ano passado, cruzou uma armada do Sereníssimo Príncipe Rei de Portugal, nosso irmão, na qual iam duas caravelas e duas naus grandes e nelas 600 homens, muitos deles com suas mulheres, e como capitão um certo Pedro del Campo, natural de Viana, e alguns dizem que vão povoar o Brasil.”⁹

Em 11 de julho de 1535, após fazer suas averiguações, Sarmiento respondeu à imperatriz confirmando que a frota realmente partira de Portugal em fins de 1534 e que seu objetivo de fato era “povoar a costa do Brasil” – supostamente em um trecho dentro dos limites pertencentes a Portugal.

Mas, como havia, em Castela, a suspeita de que “Pedro del Campo” tivesse participado, 20 anos antes, da expedição de João de Lisboa ao Prata, D. Isabel temeu que ele estivesse se dirigindo para aquela região. Determinou, então, que um certo Gregório Pesquera partisse em direção a Cananeia com a missão de impedir – pelas armas, se preciso – a invasão dos domínios de Castela.

A imperatriz chegou a enviar uma carta para o Bacharel de Cananeia alertando-o sobre a chegada de tal expedição e solicitando que o degredado lhe desse todo o apoio. A missão, porém, ou não foi enviada, ou perdeu-se no mar, já que Pesquera jamais aportou no Brasil.

De todo modo, as suspeitas de D. Isabel eram infundadas. Pero do Campo Tourinho e seus 600 colonos não se dirigiam para o Prata, mas para a capitania que ele recebera em Porto Seguro. Esse lote, com 50 léguas de largura, iniciava-se na foz do rio Coxim (hoje, rio Poxim), 20 quilômetros ao sul da ilha de Comandatuba, e se prolongava por cerca de 300 quilômetros para o sul, até a foz do rio Mucuri, na divisa entre os atuais estados da Bahia e do Espírito Santo.

Por volta de julho de 1535, as duas naus e duas caravelas que constituíam a frota de Pero Tourinho ancoraram na foz do rio Bunharém – quase exatamente no mesmo local onde, 35 anos antes, a esquadra de Cabral descobrira oficialmente o Brasil. Com efeito, o belo e sinuoso Bunharém fica cerca de 20 quilômetros ao norte do rio Caí (onde Cabral aportou no dia do descobrimento) e 5 quilômetros ao sul da baía Cabrália (para onde aquele capitão se transferiu no dia seguinte à chegada e na qual permaneceu até partir do Brasil nove dias mais tarde).

Dessa forma, Tourinho desembarcou em território bem conhecido pelos portugueses – e onde vários deles já haviam vivido por alguns anos. De fato, ao colocar os pés em terra, o donatário deparou com um antigo povoador instalado na terra. Era um certo João Tiba, que vivia às margens do rio que ainda hoje mantém seu nome. Não se sabe quem ele era; sabe-se apenas que estava no Brasil pelo menos desde 1525.

Homem “prudente e atilado”,¹⁰ Tourinho decidiu instalar-se numa colina próxima à praia, junto à foz do Bunharém – no exato local onde hoje se ergue o centro histórico de *Porto Seguro*. Ele cercou a vila com uma paliçada de taipa, ergueu uma capela, uma forja e uma ferraria, fez um estaleiro e construiu, para si, uma casa com um amplo avarandado – do qual desfrutava ampla vista da baía.

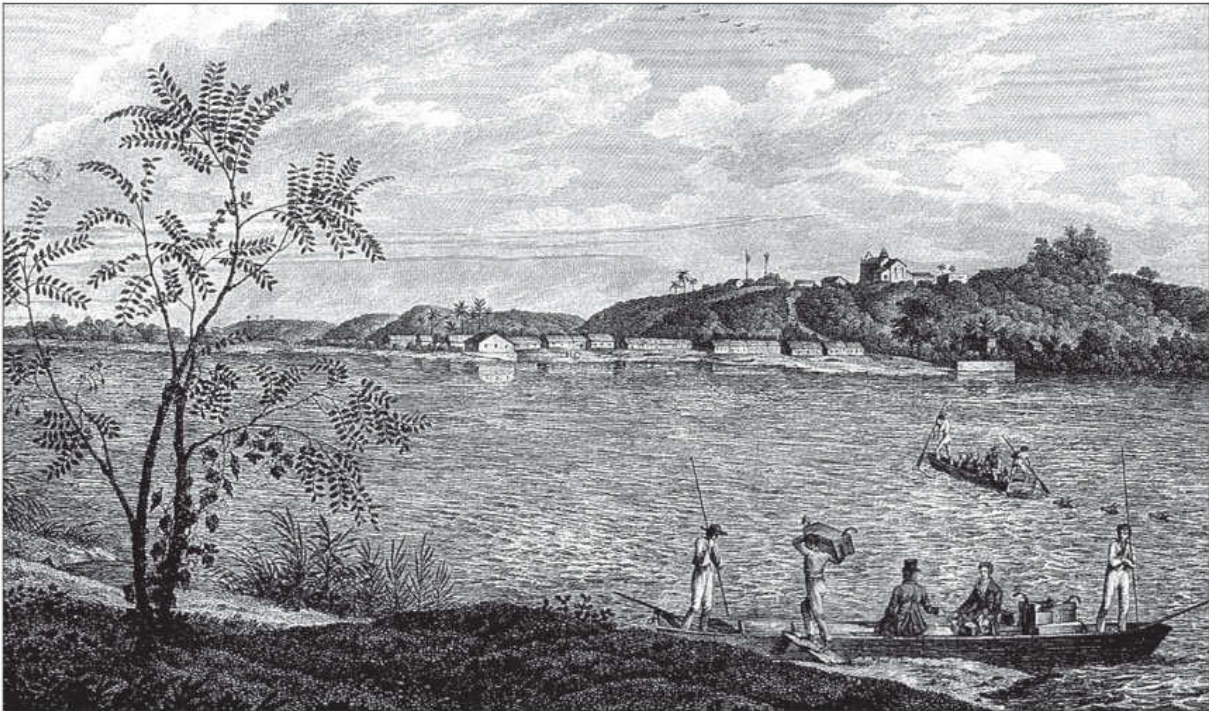
Manteve-se bastante ativo e, em menos de três anos, fundou sete outras vilas, entre as quais Santa Cruz e Santo Amaro, erguendo uma capela e um pelourinho em cada uma e distribuindo entre elas os 600 colonos que o acompanharam.

A Vila de Tourinho

Durante os dez primeiros anos – de 1536 a 1546 – tudo correu bem em Porto Seguro. A terra era fértil e os nativos Tupiniquim pareciam o mesmo povo afável e solícito descrito na carta de Pero Vaz de Caminha, escrita quase meio século antes. Como acontecia nas outras

Porto Seguro foi a segunda vila fundada pelos portugueses no Brasil – a primeira foi São Vicente. A cidade se manteve povoada desde 1535. Abaixo, vista de Porto Seguro no século XVII.

capitanias, eram os indígenas que – em troca de ferramentas e bugigangas – forneciam os mantimentos que alimentavam os colonos.



Além de farinha de mandioca, caça e pescado, os Tupiniquim abasteciam *as vilas de Tourinho* com abundância de frutas nativas, como cajus, abacaxis, cupuaçus, aracás, guabirobas, goiabas, mangabas, mamões, sapotis, maracujás e pacovas. Traziam também plantas medicinais (copaíba, jurubeba, jaborandi) e leguminosas (amendoim, feijões, gergelim), além de resinas e fibras vegetais (tucum, caraguatá e cipó embé), usadas para firmar as ripas das casas de pau a pique.

A principal fonte de renda da capitania, porém, era a pesca da garoupa, abundante nos baixios de Abrolhos – um banco de recifes localizado cerca de 180 quilômetros ao sul de Porto Seguro. Como a maior parte dos colonos instalados na capitania provinha de famílias de pescadores de Viana, eles logo transformaram a “caça” da garoupa em uma indústria florescente, exportando o peixe, salgado e seco, não só para o reino como para várias capitanias vizinhas.

[illegible]

Além disso, a foz do rio Caravelas – cerca de 170 quilômetros ao sul de Porto Seguro – era repleta de búzios. Essas conchas miúdas eram usadas como dinheiro em Angola e, pouco mais tarde, milhares de barricas repletas delas seriam enviados para a África, onde os traficantes lusos as trocavam por escravos.

Porto Seguro, porém, tinha um problema: devido aos afiados recifes dos Abrolhos (aglutinação de “Abra os olhos”), as naus da chamada Carreira da Índia – que trafegavam entre Portugal e o Oriente – passavam ao largo da capitania de Tourinho, sem fazer escala nela. Como os navios que seguiam para a Costa do ouro e da prata também não paravam ali, Pero do Campo Tourinho tinha dificuldades em exportar seu peixe seco,

seus búzios e seu pau-brasil.

Talvez por isso, em 1º de janeiro de 1546 o donatário deixou de pagar os impostos que devia ao rei. Em carta escrita no dia 28 de julho daquele ano – para solicitar o envio imediato de “peças de artilharia, pólvora e munição de guerra” –, ele se lastimava para o monarca, dizendo: “Ainda agora, ao presente, somos cá tão pobres que não podemos fazer nada sem ter favor e ajuda de Vossa Alteza.”¹¹

Tourinho julgava que aquela era uma situação passageira e tinha esperanças de que, assim “que os engenhos se acabarem [de construir], espero em Deus que V. Alteza tenha aqui um novo reino em breve tempo”. De fato, naquele momento, o duque de Aveiro (herdeiro presuntivo do trono) já tinha começado a investir na lavoura canavieira e estava montando um engenho na vila de Santa Cruz, ao qual se somavam pelo menos outros dois, financiados pelo donatário.

Mas as esperanças de Pero Tourinho foram vãs. Como no caso das demais capitanias, o processo de implantação da indústria açucareira em seu lote coincidiu com a eclosão das guerras com os indígenas – e de modo tão simultâneo que se impõe estabelecer entre ambos uma relação de causa e efeito.

TOURINHO E A INQUISIÇÃO

Da própria carta que o donatário escreveu para D. João III no dia 28 de julho – enviada, como se verá, para relatar ao rei um acontecimento bem mais grave ocorrido na vizinha Bahia –, é possível supor que os conflitos com os nativos já haviam se iniciado nos primeiros meses de 1546, uma vez que, além de narrar a devastação ocorrida na Bahia, Tourinho solicitava o envio de “artilharia, pólvora e munição”.

Mas o início do assédio dos Aimoré a Porto Seguro não era a única ameaça à capitania. Na mesma época eclodiu um grave confronto entre o donatário e seus colonos. Os desentendimentos entre Pero do Campo Tourinho e os principais povoadores de sua capitania já haviam começado

alguns anos antes.

Em junho de 1543, um certo João Barbosa Pais viajara a Lisboa com o propósito de denunciar o donatário perante a Inquisição. De acordo com a acusação, feita em 13 de setembro de 1543, Tourinho “se dizia papa e rei” e, o que era mais grave, forçava seus colonos “a labutar nos domingos e dias santos, implicando em grave ofensa à religião”.¹²

Dono de um senso de humor ácido e de um temperamento instável, Pero do Campo de fato tinha o costume de debochar dos padres, dos santos, do papa e até da Virgem. De acordo com o historiador Capistrano de Abreu, o donatário costumava sentar-se em um tronco junto ao pelourinho, no centro da vila, e “ali, nos dias de bom humor, repetia no diminutivo o nome de coisas ou pessoas, com entonações cômicas, e não desdenhava dos trocadilhos. Outras vezes, porém, mostrava-se abatido, tendo filhos que não merecia, vendo morrer as pessoas que melhores serviços prestavam e seus esforços perdidos”.¹³

Ainda segundo Capistrano, nos dias azedos “os vapores do mandonismo subiam-lhe ao cérebro” e o donatário “dilatava-se em ameaças de prender, deportar e enforcar e nem sempre as ameaças ficavam em palavreado”. Esses acessos de fúria em geral resultavam em vociferações anti-clericais. Como gostava dos diminutivos, o donatário gritava para que todos ouvissem: “Santinhos, bispinhos, cardialinhos, papinhos...”.

De acordo com o depoimento de um certo João D’Outeiro, que desempenhava as funções de ferreiro da capitania, Tourinho costumava dizer que os santos dos dias feriados eram todos “uns santinhos de merda” e que “Santo Antônio fosse à puta que o pariu”.¹⁴ Depois que um temporal devastou as lavouras de Porto Seguro, um padre jurou tê-lo visto pisoteando um rosário e blasfemando contra Deus. Tourinho teria afirmado então que, a partir daquele dia, iria mostrar “quem era mais mau, se ele ou se o próprio Deus”.¹⁵

Quando um dos cinco clérigos que viviam em Porto Seguro ameaçou denunciá-lo ao Santo Ofício, o donatário disse que os padres da terra

“eram uma corja, ali como alhures”. Mais tarde, segundo um dos colonos, teria sido visto apontando para a própria barriga e dizendo: “Papa, papa? Papa para mim.”¹⁶

Documentos confirmam que a principal indignação de Tourinho era contra a profusão de dias santos, durante os quais não se trabalhava. Ele era contra o feriado no dia consagrado a São Martinho (que chamava de São Martelo). Dizia que tal santo era “um bêbado” e que Bernard de Aureajac – vigário geral da capitania, e francês como o santo – só o venerava “porque era outro bêbado”. Teria afirmado também que “Santa Luzia era uma mulher atôa” e que Santo Amaro “era um santo cujos milagres se faziam com cuspe”.¹⁷

Não chega a ser uma surpresa, portanto, que Tourinho tenha se desentendido com o vigário Bernard de Aureajac e com os outros quatro padres que viviam em Porto Seguro – todos, aliás, com os salários pagos pelo próprio donatário. Assim sendo, no dia 13 de setembro de 1543, o colono Barbosa Pais compareceu ao Tribunal do Santo Ofício em Lisboa e denunciou Pero do Campo como hereje.

O SANTO OFÍCIO EM PORTUGAL

Àquela altura, a Inquisição já estava instalada em Portugal havia sete anos, após longa e tortuosa discussão jurídica entre os prelados de Roma e os de Lisboa. Convém lembrar que a frota que partira de Portugal em junho de 1532 – a mesma que acabaria capturando a nau *A Peregrina* em Malaca – estava se dirigindo a Roma, onde o bispo D. Martinho iria tratar dos detalhes para o pleno estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Mas, naquela ocasião, como se verá, não houve acordo entre o Papa Clemente VII e o rei D. João III.

De raiz medieval, a Inquisição havia sido criada durante o pontificado de Gregório IX, muito provavelmente fruto do Concílio de Toulouse, realizado em 1229. O tribunal começou a funcionar em 1233, quando o papa exortou os bispos franceses a designarem inquisidores dominicanos

em várias zonas supostamente “contaminadas pela heresia”. A partir de 1252, o uso da tortura foi autorizado “como um meio mais eficiente de apurar a verdade”.

Em fins do século XV, a Inquisição arrefecia em quase toda a Europa quando foi remodelada e se estabeleceu na Espanha, em 1478. A partir de então, o tribunal iria adquirir importância crescente e rigor extremo, especialmente após a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492. Em Portugal, no entanto, o processo de instalação do Santo Ofício estava destinado a ser longo e moroso. O principal motivo da controvérsia era o desejo da Coroa portuguesa de possuir um tribunal similar ao espanhol – proposta constantemente negada por Roma.

Em 1525, o rei D. João III já pedira ao papa que a Inquisição fosse levada para Portugal. Seis anos mais tarde, depois do terrível terremoto de 1531, houve grande “agitação herética” enquanto uma onda de messianismo varria o reino de norte a sul. Os cristãos-novos (como eram chamados os judeus recém-convertidos) foram acusados de esconder gêneros alimentícios com fins especulativos durante a grande fome provocada por um surto de peste ocorrido em 1530; da seca de janeiro de 1531; e do tremendo terremoto de fevereiro do mesmo ano. A própria sucessão de tragédias foi considerada como “um castigo divino pelas ofensas dos judaizantes”.

Facções da nobreza e do clero, preocupadas com a ascensão dos cristãos-novos, eram favoráveis à imediata instalação da Inquisição e pressionavam o rei. A histeria coletiva que nobres e religiosos ajudaram a fomentar assumiu tais proporções que, em fins do primeiro semestre de 1531, cinco cristãos-novos, tidos como hereges, foram arbitrariamente queimados na praça de Olivença após um julgamento sumário. Quem presidiu aquele “auto de fé” – o primeiro realizado em Portugal – foi frei Henrique de Coimbra, o mesmo que, 31 anos antes, acompanhara Pedro Álvares Cabral na viagem ao Brasil e rezara a primeira missa na Bahia.

No final de 1531, o papa Clemente VII enfim autorizou o estabelecimento da Inquisição em Portugal. Eis a justificativa apresentada

pela bula assinada em 17 de dezembro daquele ano: “Tendo-se tornado comum em Portugal os fatais exemplos de volverem aos ritos judaicos muitos cristãos-novos que os haviam abandonado, e de os abraçarem outros que, nascidos de pais cristãos, nunca tinham seguido aquela crença, acrescentando o disseminar-se no reino a seita de Lutero e outras igualmente condenadas, e bem assim o uso de feitiçarias reputadas como heréticas, se reconhece a necessidade de atalhar o mal com pronto remédio, de modo que a grangrena não eive os espíritos.”¹⁸

E assim, no dia 15 de junho de 1532 o bispo D. Martinho partiu em direção a Roma para acertar os detalhes jurídicos e os poderes que seriam dados ao tribunal do Santo Ofício. Depois de ajudar na captura de *A Peregrina* – episódio no qual desempenhou um papel-chave –, D. Martinho se reuniu com o papa. Mas, ao retornar a Portugal, em outubro, o bispo não trazia boas notícias para o rei D. João III.

Ao tribunal luso não fora concedida a mesma liberdade de atuação que desfrutava a Inquisição espanhola. O principal foco da discussão consistia no fato de que, em Portugal, o confisco dos bens dos condenados só seria concedido após um prazo de dez anos. Além disso, após aquela moratória de uma década, as propriedades confiscadas aos hereges passariam a pertencer não à Coroa portuguesa, mas à Igreja de Roma.

O rei e seus assessores não aceitaram aquela decisão – uma vez que não havia dúvidas de que a monarquia espanhola havia obtido muito dinheiro com os bens tomados aos judeus e aos cristãos-novos. Ainda assim, enquanto persistia o conflito jurídico e diplomático, a Inquisição começou a funcionar em Portugal, embora tenha sido suspensa em 1534. No ano seguinte, ainda travando a queda de braço contra as exigências portuguesas, o papa simplesmente assinou uma bula decretando o “perdão geral aos judaizantes” e suspendendo o tribunal.

Finalmente, no dia 26 de março de 1536, o novo papa, Paulo III, cedeu às pressões e autorizou a instalação do Santo Ofício em Portugal, embora

ainda sem os mesmos poderes de seu equivalente espanhol. O primeiro inquisidor-geral foi D. Diogo da Silva, bispo de Ceuta. D. Diogo renunciou em 1539, sendo substituído pelo cardeal D. Henrique, irmão de D. João III. Foi D. Henrique quem deu início aos “autos de fé”, queimando muitos acusados em Évora, Porto, Coimbra e Lisboa.

Preocupado com a crescente virulência de D. Henrique e com o susposto “fanatismo” de D. João III, o papa ordenou a suspensão das execuções em 1544. Após nova batalha jurídica, a bula “Meditatio cordis”, assinada em 1547, enfim concedeu à Inquisição portuguesa poderes similares aos da espanhola (entre os quais confisco dos bens dos acusados, processos sigilosos e jurisprudentia própria).¹⁹

A CONSPIRAÇÃO CONTRA PERO TOURINHO

Poucos meses antes da assinatura daquela bula, como se antevendo o recrudescimento da Inquisição em Portugal, os colonos de Porto Seguro tramaram a derrubada de Pero do Campo Tourinho. Na noite de 23 de novembro de 1546, os homens mais importantes da capitania se reuniram na casa do juiz ordinário Pero Drumondo para selar o destino do donatário.

Do encontro participaram o juiz da vara cível Pero Vicente; os “fidalgos da casa d’El Rei” Pedro Correa e Duarte de Serqueira; os vereadores Belchior Álvares, Gomes Marques e Paulo Dinis; o procurador do Conselho, Diogo Luis; o alcaide de Porto Seguro, Lopo Vaz; o tabelião Gonçalo Fernandes; o escrivão do processo, João Camelo Pereira; e o castelhano Francisco de Espinosa, além, é claro, dos religiosos Bernard de Aureajac, padre francês que era vigário da igreja matriz de Porto Seguro e o principal desafeto de Tourinho; o frei franciscano Jorge capuchinho; o capelão e feitor do duque de Aveiro, Manuel Colaço; e o “beneficiado da igreja” Pero Ryquo.

Ao grupo se juntou o “clérigo de missa” João Bezerra, homem de reputação sinistra que chegara a Porto Seguro poucas semanas antes, vindo de Ilhéus em companhia de piratas. Cerca de um ano antes, o mesmo

Bezerra tramara a derrubada do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, sendo o responsável pelo eventual abandono daquela capitania.

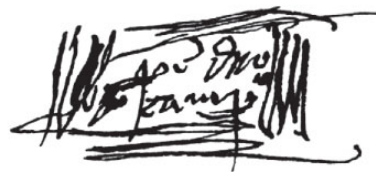
Após a reunião conspiratória, registrada em ata por Gonçalo Fernandes, ficou decidido que Pero do Campo Tourinho seria preso na manhã seguinte e conduzido em correntes para a casa do escrivão do processo, o próprio Fernandes. Lá permaneceria detido enquanto durasse seu julgamento.

Três dias mais tarde, em 27 de novembro, o vigário Bernard de Aureajac improvisou um tribunal, presidido por ele próprio e composto de um inquiridor, um escrivão e um juiz ordinário. Foram listadas 14 acusações e convocadas 27 testemunhas de acusação. Contra Pero do Campo Tourinho depuseram seu filho, André do Campo; seu cunhado, Antônio Pinto; e o noivo de sua filha, Pero Vicente. Impedido de comparecer à corte, o donatário foi defendido por Clemente Annes, “um seu criado”.

As audiências se deram nos dias 4, 7, 9, 10 e 28 de dezembro de 1546, na igreja matriz de Nossa Senhora da Penha, no centro de Porto Seguro, quase ao lado da casa do donatário. O concerto dos autos se encerrou em 7 de fevereiro de 1547 e, alguns dias mais tarde, Pero do Campo Tourinho foi enviado, ainda em correntes e em um de seus próprios navios, para julgamento no reino (ou, talvez, no bispado de Funchal, na ilha da Madeira, sede da diocese a que pertencia o Brasil).

De qualquer forma, Tourinho chegou solto a Lisboa – ou, como observa Capistrano de Abreu, “o soltaram sem demora”, já que documentos provam que “em vez de ficar na cadeia, o acusado residia na rua do Poço, no bairro de Boa Viagem”. A Inquisição se mostrou branda, pois, em novembro de 1547, os juízes decidiram que, caso pagasse fiança de mil cruzados (sendo aceitas como hipoteca as rendas da capitania de Porto Seguro), Tourinho poderia responder ao processo em liberdade, embora não pudesse se ausentar da capital antes do julgamento.

O processo se arrastou por três anos. Somente em 8 de outubro de 1550 Pero do Campo foi submetido a interrogatório no Tribunal do Santo Ofício. Arquivado na torre do Tombo sob o número 8821, o processo foi encontrado em 1917 por Capistrano de Abreu. Da leitura dos autos, transparece que o motivo

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Pero do Campo Tourinho', with a stylized, somewhat illegible script.

*Assinatura de Pero do Campo
Tourinho*

do confronto foi o fato de os colonos se recusarem a trabalhar seis dias por semana. Mas a luta pelo poder na capitania (e a disputa pela utilização da mão de obra indígena), travada entre Tourinho e os religiosos, certamente catalisou a crise. Eis os trechos mais elucidativos do interrogatório:

“Perguntado se dizia na dita sua capitania que nem dia de Nossa Senhora nem dos Apóstolos nem dos santos se haviam de guardar e, por isso, mandasse trabalhar a seus servidores em tais dias, [Pero do Campo Tourinho] respondeu que não, que antes os mandava guardar e festejar; somente que repreendia às vezes o vigário francês por dar de guarda S. Guilherme, S. Martinho, S. Jorge e a outros santos que não mandava guardar a Santa Madre Igreja, porque a terra era nova e era necessário trabalhar e se fazerem algumas cousas necessárias ao serviço de Deus.

“Perguntado por que razão expulsara um frei franciscano que ali pregava na igreja, respondeu que não o expulsara mas que ele se fora por vontade própria e que lhe pagara tudo o que lhe devia, e que a causa que se fora era por dizer que queria ir porque ali pagavam seu trabalho em açúcar e em outra parte o pagariam em dinheiro, e que este frei dissera um dia no púlpito que se Deus se levantasse contra eles, que tomassem as bênçãos com Belzebu, e que o povo se escandalizara disso e ele tornara a dizer no púlpito que não se escandalizassem porque às vezes queria um homem dizer uma coisa e lhe escapavam outras, e que [esse frei] era castelhano e estava agora em Pernambuco.

“Perguntado se dissera alguma hora que os bispos eram uns bugiarões e tiranos que casavam e descasavam e faziam o que queriam por dinheiro, disse que tal não dissera e que quando lhe diziam que os prelados tinham

renda e folgavam muito, ele dizia que estes tinham muito trabalho e que trabalhavam da manhã à noite, cuidando de suas ovelhas.

“Perguntado se dissera em alguma hora que não existiam tantos santos de guarda e que se havia tantos era porque os bispos os faziam para agradarem suas mancebas, respondeu que não; que somente por rir dizia alguma hora, quando via que mandavam guardar algum santo que não estava no calendário e então dizia que o prelado o mandara guardar por ser do nome de sua manceba, e que quem era preguiçoso e queria jogar e folgar buscava muitos santos, e que isto tudo dizia para animar os homens para que trabalhassem para que a terra se povoasse e se fizesse o que era necessário e se aumentasse a fé católica.

“Perguntado se tinha algumas pessoas que lhe quisessem mal, respondeu que sim, como era um Duarte Sequeira, um Belchior Álvares, um Pero Mousinho, e João D’Outeiro, e Lopo Vaz, alcaide; e Francisco Espinosa, castelhano; e Pero Gonçalves, vereador; e Gaspar Fernandes, tabelião, e que todos estes e outros estavam mal com ele por bradar com eles porque não queriam trabalhar e lhes repreendia seus vícios e os castigava e prendia quando era necessário, pelos males que faziam aos índios, dormindo-lhes com suas mulheres e filhas e faziam outras coisas que não deviam.”²⁰

Não se conhece o veredicto do tribunal, embora todos os estudiosos concordem que, caso não tenha sido “amplamente absolvido”, Tourinho foi submetido a uma pena branda, “talvez apenas alguma penitência”. De acordo com Capistrano de Abreu, “a Inquisição era nova, seus raios fulminavam de preferência cristãos-novos ou hereges professos”, ao passo que o donatário “seria, quando muito, herege diletante”.²¹

De todo modo, é certo que Pero do Campo Tourinho se amargurou de tal forma que jamais retornou ao Brasil para reassumir sua capitania – que, durante seis anos, ficou sob o comando de André do Campo, o filho que havia tomado parte na intriga que o destituiu. Tourinho morreu

praticamente na miséria no dia 10 de outubro de 1553.

Como herdeira legal do marido, D. Inês Pinto tornou-se a donatária de Porto Seguro. Indignada com o papel desempenhado pelo filho André, ela renunciou a favor de seu outro filho, Fernão, em 18 de novembro de 1554. Fernão logo partiu de volta para o Brasil, mas, “sob seu domínio, a capitania se abateu”. O novo donatário morreu em dezembro de 1555 e, como não tinha herdeiros diretos, Porto Seguro passou a pertencer a sua irmã, D. Leonor do Campo.

Em 1559, D. Leonor vendeu a capitania por quatro mil cruzados (cerca de um quinto do valor de uma nau) para o duque de Aveiro, que já possuía engenhos em Porto Seguro. “Sem saber o que comprara, nem compreender o que perdia”, diz o historiador J. M. de Macedo, “o duque deixou desfalecer em decadência a capitania que tão facilmente florescera.”²²

Embora a vila de Porto Seguro tenha se mantido habitada, os outros povoados fundados por Tourinho – entre eles Santa Cruz, Santo Amaro e Comagi – logo se despovoaram, atacados e destruídos pelos Aimoré. A maior parte de seus moradores se transferiu para a capitania de Pernambuco.

Cerca de 40 anos mais tarde, um neto de Pero do Campo Tourinho, em denúncia feita ao tribunal do Santo Ofício, disse que o donatário havia sido vítima de uma intriga e que todo o processo “fora inventado” pelo próprio filho de Tourinho, André do Campo, que pretendia ficar “no lugar do pai, como de fato ficou”.²³

De todo modo, embora talvez tenha sido traído pelo filho, os problemas de Pero do Campo Tourinho foram relativamente pequenos se comparados com o que o destino reservara para seu vizinho Francisco Pereira Coutinho, o donatário da Bahia.

Com efeito, a carta que Tourinho enviou para o rei D. João III no dia 28 de julho de 1546 (portanto quatro meses antes de sua prisão) fora escrita para registrar a chegada a Porto Seguro do lendário Caramuru.

Aquele náufrago, que vivia no Brasil há mais de 30 anos, dirigira-se à capitania de Tourinho para alertar o donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho – que, naquele momento, estava refugiado em Porto Seguro – sobre uma iminente invasão francesa à baía de Todos os Santos.

Tendo sido expulso de seu lote pelos Tupinambá, Pereira se encontrava em Porto Seguro desde agosto de 1545. Apesar do aviso de Caramuru, ele não se dispôs – pelo menos não de imediato – a retornar para a Bahia. Indignado com a omissão do donatário que ele próprio acolhera, Pero do Campo Tourinho decidiu escrever para o rei. Sua carta, como se verá, revelou ao monarca a terrível tragédia que se abatera sobre a mais importante capitania da costa do Brasil.

A CAPITANIA DA BAHIA

Francisco Pereira Coutinho, donatário da Bahia, era filho de Afonso Pereira, alcaide-mor da cidade de Santarém, e de uma filha do conde de Marialva, “da primeira nobreza lusitana”.²⁴ Como todo fidalgo de sua estirpe, “filho de casal tão ilustre”,²⁵ ele partira jovem para a Índia, alistando-se, em 1509, na frota que zarpou de Lisboa sob o comando do marechal Fernando Coutinho (de quem não era parente). Daquela mesma esquadra também fazia parte o futuro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho.

Logo que chegou à Índia, Pereira participou da desastrosa tomada de Calicute, durante a qual o marechal Coutinho foi morto. Ao longo dos quase quatro anos durante os quais permaneceu no Oriente, Pereira serviu sob as ordens de Afonso de Albuquerque e tomou parte na conquista de Goa (a cidade que, a partir de 1515, se tornaria a principal base lusitana na costa do Malabar e sede do vice-reino da Índia).

Em Goa, Pereira revelou “certa rudeza no trato dos negócios”²⁶ – circunstância que lhe valeria o apelido de “Rusticão”, que ele carregou pelo resto da vida. Após ocupar o cargo de capitão de Cochim, durante o vice-reinado de D. Francisco de Almeida, e de ter servido na armada lusa

estacionada em Ormuz para patrulhar o golfo Pérsico, Pereira retornou para Lisboa por volta de 1511.

Em abril de 1514, partiu novamente para a Índia, na frota de cinco naus comandada por Cristóvão de Brito, com quem teve sérios desentendimentos e pelo qual foi acusado pelo naufrágio de um dos navios. Conforme uma carta que o indignado comandante escreveu para o rei D. Manoel em 9 de novembro de 1514, Pereira julgou ter visto terra onde havia apenas um cardume de lobos marinhos – e, segundo Brito, “nunca me quis falar nem dizer porque fizera aquilo”.²⁷



Brasão de Francisco Pereira Coutinho

Deve ter sido por conta desse grave equívoco que Pereira permaneceu tão pouco tempo no Oriente, já que, um mês após a sua chegada, foi mandado de volta para Lisboa, comandando a nau *N. S. da Ajuda*. Essa viagem se tornaria célebre porque, nela, foram levados para Portugal um elefante e um rinoceronte – dados de presente ao rei D. Manoel por Muzafar, rei de Cambaia (região do norte da Índia onde ficava a fortaleza de Diu).

Na época, a presença de elefantes em Lisboa já não constituía novidade estrondosa. Pelo menos outros cinco haviam chegado à cidade anteriormente e o rei D. Manoel fazia-se preceder de um deles sempre que percorria as ruas da capital. Um daqueles “alifões” (como os paquidermes eram então chamados) fora trazido para Portugal em 1509, a bordo da nau *S. Simão*. Durante uma tormenta, os marinheiros viram o animal “bramir e chorar lágrimas em quantidade”.²⁸

Como nos tempos áureos do Império Romano, a presença e a exibição pública de animais exóticos exercia poderoso efeito sobre a população e possuía “um forte impacto de propaganda, a nível nacional e

internacional”²⁹ usado para ressaltar o poderio e a abrangência do império ultramarino lusitano. Já em 1495, o alemão Jerônimo Münzer vira, no pátio do Paço de Évora, “um camelo que o rei mandara trazer da África”, bem como “um corpulento crocodilo [empalhado] suspenso pelo couro”, além de “dois bravos leões, os mais famosos que jamais víramos”³⁰ e que viviam no Palácio de Alcáçova.

Do zoológico particular mantido por D. Manoel, e ampliado por D. João III, faziam parte ainda búfalos, gazelas, corças, hipopótamos, pelicanos (então chamados *crós*), avestruzes, flamingos, pinguins (então chamados *sotilicaios*) e tartarugas, além de várias espécies da fauna brasileira, como onças, antas, os adorados macacos e os valiosos papagaios e araras (“as aves parladoras” de então).

AS “DEAMBULAÇÕES DA GANDA”

O rinoceronte trazido por Francisco Pereira Coutinho, porém, foi o primeiro a chegar a Portugal e, como não é difícil supor, causou furor na corte e no resto da Europa desde o dia de seu desembarque, 20 de maio de 1515.

O escrivão e tabelião alemão Valentim Fernandes, que vivia há anos em Portugal e mantinha seus conterrâneos bem informados das novidades ocorridas em Lisboa, chegou a enviar uma carta para Colônia, na Alemanha, relatando a chegada do animal. Junto com a carta, Fernandes mandou um desenho do rinoceronte (que então os portugueses chamavam de “ganda”). Esse desenho foi visto e reproduzido pelo pintor Albrech Dürer e ocupa lugar de algum destaque em suas obras.

Um pequeno panfleto foi escrito para relatar as andanças do rinoceronte pela Europa. Graças a esse livreto – cujo título é *Deambulações da ganda de Muzafar, rei de Cambaia*³¹ –, sabe-se que D. Manoel não se limitou a exhibir publicamente o espantoso animal. Em 3 de junho de 1515, domingo da Santíssima Trindade, disposto a comprovar a ferocidade do rinoceronte e sua conhecida animosidade para com os

elefantes, o rei promoveu um combate entre a “ganda” e um de seus “alifões”.

A luta foi travada no amplo pátio existente entre o Paço da Ribeira e a Casa da Índia, o ponto mais central de Lisboa, e terminou com a fuga do elefante. Semanas mais tarde, D. Manoel enviou a “ganda” de presente ao papa Leão X. Na viagem marítima entre Lisboa e Roma, a nau que conduzia o estranho animal fez escala em Marselha e a presença do rinoceronte na França foi detalhadamente descrita e o relato enviado para o rei Francisco I. Mas, ao zarpar de Marselha, a nau lusa naufragou e o rinoceronte jamais chegou ao seu destino.

O RUSTICÃO

Do dia 20 de maio de 1515 (quando desembarcou com a “ganda” em Lisboa) até fins de 1533, o nome de Francisco Pereira Coutinho simplesmente desaparece das crônicas. Não se sabe o que ele fez durante essas duas décadas. De todo modo, em 5 de abril de 1534 Pereira se tornou o segundo donatário agraciado com um lote no Brasil.

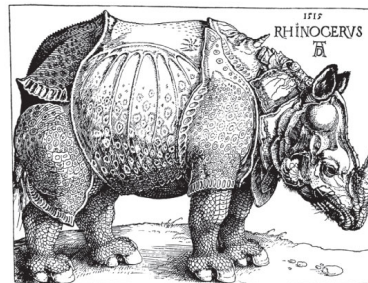
A capitania que recebeu, além de fértil e relativamente próxima a Portugal, era bem conhecida pelos lusos e já se encontrava habitada por um grupo de náufragos e mamelucos, liderados pelo lendário Caramuru. Por conta disso, era tida como a mais aprazível e facilmente colonizável das doze donatarias.

Com 50 léguas (cerca de 300 quilômetros) de largura, o lote concedido ao “Rusticão” começava imediatamente ao sul da capitania de Pernambuco, na foz do rio São Francisco (atual divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe), prolongando-se até a foz do rio Jaguaripe, logo abaixo da ponta sul da ilha de Itaparica.

A Ganda de Dürer

Albrecht Dürer não chegou a ver o rinoceronte trazido para a Europa por Francisco Pereira Coutinho. O desenho que ele fez (reproduzido abaixo) se baseou na gravura que Valentim Fernandes mandou fazer em Lisboa e incluiu no panfleto que enviou para a Alemanha.

Um trecho da carta de doação merece ser citado, pois nele, além de louvar o donatário, o rei critica alguns dos maiores líderes lusos no Oriente: “Nas partes da Índia, onde serviu muito tempo com o D. Fernando Coutinho, com o vice-rei D. Francisco de Almeida e com Afonso d’Albuquerque – que Deus perdoe em todos os ditos capitães o que nas ditas partes fizeram –, Francisco Pereira deu sempre de si mui boa conta.”³²



Por julgar que os serviços que o “Rusticão” prestara no Oriente eram dignos de recompensa, exatos três meses após a assinatura da carta de doação o rei ainda mandou dar ao donatário “mil cruzados para comprar artilharia e armar os navios em que ora vai para a sua capitania do Brasil”.³³ Logo a seguir, Pereira vendeu tudo o que possuía em Santarém e empregou o dinheiro para armar uma frota de sete navios e arregimentar cerca de 200 colonos.

Enquanto ele se preparava para partir para o Brasil, novos acontecimentos agitavam a Bahia.

OUTRA VEZ O CARAMURU

Em agosto de 1535, a nau capitânia *Madre de Dios*, da armada espanhola comandada por Simão de Alcázoba, naufragou na ilha de Boipeba, nos arredores da baía de Todos os Santos. Alcázoba partira de Sanlúcar de Barrameda em 20 de setembro de 1534 com destino ao estreito de Magalhães, encarregado de colonizar as “200 léguas de terra”³⁴ que o imperador Carlos V lhe doara na costa do Pacífico.

Com 110 homens a bordo, a *Madre de Dios* chocou-se contra os recifes na ponta sul da ilha de Boipeba, no local ainda hoje chamado de ponta dos Castelhanos. A maioria dos homens se salvou dos perigos do mar apenas para ser massacrada pelos Tupinambá. Mais de 90 homens foram mortos pelos nativos; apenas 17 se salvaram, fugindo em uma chalupa (espécie de

bergantim) para a vizinha ilha de Tinharé. Capturados pelos indígenas, os sobreviventes também estavam a ponto de serem mortos e devorados quando foram salvos pela providencial chegada de Caramuru e de “seis ou sete portugueses que o acompanhavam”.

Em seu diário, o piloto da *Madre de Dios*, Juan de Mori, escreveu que Caramuru era um “português que morava ali havia 25 anos” e disse que um dos homens que estava com ele “era de origem fidalga”.³⁵ Mori com certeza se referia a Paulo Dias Adorno, o genovês que fugira de São Vicente e, desde 1532, vivia na Bahia, casado com uma das filhas de Caramuru.

Baseado no relato de Juan de Mori, redigido na ilha de Santo Domingo, no Caribe, no dia 20 de outubro de 1535, o cronista castelhano Gonzalo Fernandez de Oviedo (que, além de extraordinário historiador, era governador daquela ilha) escreveu: “A este Diogo Álvares, que o gentio chamava de Caramuru, deram os castelhanos a sua chalupa, em troca de mantimentos, e lhe deram também duas pipas de vinho e falou-se-lhe em algumas cousas da fé e, ao que mostrou, estava bem nela e deu a entender que vivia naquela costa e solidão para salvar e socorrer cristãos e disse que já havia salvo franceses, portugueses e castelhanos que por aquela costa se haviam perdido e que se não estivesse ali os índios houveram morto a todos, especialmente aos da armada de Simão de Alcázoba.”³⁶

Antes que os espanhóis zarpassem para o Caribe, tendo desistido de sua missão de colonizar a costa oeste da América do Sul, quatro tripulantes da nau *San Pedro*, que fazia parte da armada de Alcázoba, desertaram e decidiram ficar com Caramuru na Bahia. Apesar dessa deserção, Carlos V enviou uma carta agradecendo a Caramuru o auxílio que ele prestara à expedição de Simão de Alcázoba.

O relato de Juan de Mori – bem como o depoimento anterior de D. Rodrigo de Acuña (feito em 1º de julho de 1526 e o primeiro a se referir à presença de Caramuru na Bahia) – confirma que Caramuru estava no

Brasil desde fins de 1509, quando o navio no qual viajava naufragou nos baixios do rio Vermelho.

O historiador baiano Teodoro Sampaio supõe que tal navio fosse francês. Seu argumento é bastante lógico: até pelo menos 1560, o rio Vermelho – que fica a cerca de 5 quilômetros da ponta do Padrão, hoje o farol da Barra – era chamado pelos Tupinambá de Mairagiquig, que quer dizer “naufrágio dos franceses”. Ao lado da foz do rio ficava o lugar conhecido por Mairyqui, ou “aldeia dos franceses”.

De acordo com Sampaio, foi o fato de ter chegado ao Brasil na companhia de franceses que sempre levou Caramuru “a se manter tão reservado ou reticente quando narrava sua história para os portugueses”.³⁷

Caramuru viajou para a França em 1528, mas logo retornou para a Bahia “por conviniência própria, para continuar envolvido com o tráfico e o contrabando”³⁸ e consciente dos lucros que podia obter cada vez que auxiliava as expedições que aportavam ou naufragavam na baía de Todos os Santos.

Pelo menos um outro indício revela que Caramuru de fato era, basicamente, um “agente comercial dos contrabandistas franceses do “pau-de-tinta”:³⁹ a ponta do Padrão (assim chamada pelos portugueses em função da coluna de pedra ali colocada em 1502 pela expedição de Américo Vespúcio) era conhecida pelos franceses pelo nome de “Pointe du Caramourou”. Tal designação aparece com frequência nos documentos relativos às viagens financiadas pelo armador Jean Anjo, o principal incentivador do tráfico de pau-brasil realizado pelos navegadores da Normandia.

A VIDA DE CARAMURU

Quando o ríspido Francisco Pereira Coutinho ancorou com seus sete navios na ponta do Padrão, Caramuru deve ter percebido que seus dias como senhor da terra estavam contados, uma vez que Pereira era o proprietário legal de toda aquela porção da costa.

O donatário deve ter chegado à Bahia por volta de novembro de 1536, pois em 25 de agosto do mesmo ano ainda não havia zarpado de Lisboa, já que, naquele dia, o rei D. João III mandou que lhe fosse entregue o documento através do qual um certo Diogo de Góis era nomeado “feitor e almoxarife” – ou seja, o coletor dos impostos reais – da capitania da Bahia. Por outro lado, em 20 de dezembro de 1536 o donatário certamente já se encontrava em suas possessões, uma vez que, nesse dia, como se verá, ele doou uma sesmaria para o próprio Caramuru.

Quando o donatário chegou, Caramuru estava instalado nas encostas do Outeiro Grande (onde se erguem os atuais bairros da Graça e da Vitória). Era um local estratégico, bem protegido e defensável, com acesso fácil a um ancoradouro natural onde entravam as canoas e no topo de “uma magnífica atalaia, donde se desfrutava amplo horizonte sobre o mar”.

Com ele viviam pelo menos oito europeus. O genovês Paulo Dias Adorno e o marinheiro luso Afonso Rodrigues, desertores da expedição de Martim Afonso de Sousa, estavam casados com Felipa e Madalena, filhas de Caramuru e de Paraguaçu. Dois outros portugueses tinham sido deixados ali pelo próprio Martim Afonso no verão de 1532, com a missão “de fazer experimentos com sementes e averiguar o que daria a terra”. Os demais eram desertores da expedição de Simão de Alcázoba.

A aldeia de Caramuru era constituída por vários tijupares – ou grandes choças – nos quais viviam cerca de uma centena de Tupinambá, seus aliados, que faziam parte da tribo de Paraguaçu. Embora o arraial tivesse o aspecto de uma aldeia indígena, o historiador baiano Thales de Azevedo afirma que os europeus tinham construído para si “casas de barro, cobertas de palha de palmeiras pindoba (*Ataella humilis*) não somente pela exigência dos seus hábitos como principalmente pelos seus costumes de segregação de cada casal ou família em uma habitação, ao passo que os índios viviam em comum no interior de suas casas grandes”.⁴⁰

Embora em seus mais de 20 anos no Brasil Caramuru tivesse se

adaptado aos costumes nativos, o mesmo historiador observa que, ao contrário de João Ramalho, o naufrago baiano não havia se “barbarizado”. Afinal, “nenhum dos vários cronistas que o viu, antes e depois do estabelecimento da capitania, fez reparo especial sobre seu modo de viver, sinal de que não lhes causava estranheza”.⁴¹

Azevedo supõe que Caramuru ainda se vestia “à europeia, com trajes usuais da época, ou arremedos disso, ocupando com seus companheiros casas mais elaboradas e completas que a dos índios”.⁴² Também é importante ressaltar que, ao contrário de João Ramalho, Caramuru não se dedicava ao tráfico de escravos nem tinha total ascendência sobre os Tupinambá.

OS NOVOS MORADORES DA BAHIA

Em fins de 1536, o número de europeus instalados na baía de Todos os Santos subiu de nove para mais de 200. Sabem-se os nomes de alguns dos homens que, por volta de novembro daquele ano, desembarcaram na Bahia em companhia do donatário Francisco Pereira Coutinho.

Vários deles eram de origem nobre: Diogo Luís, “moço da Câmara Real”, era escrivão; Afonso de Torres era fidalgo espanhol; e Lourenço de Figueiredo, também “fidalgo nos livros d’El Rei”, fora degredado para a Bahia “por haver matado um cônego, seu parente”. Esse homem veio para o Brasil com o filho de 12 anos, Jorge Figueiredo Mascarenhas, que os nativos apelidaram de Buatacá e, mais tarde, se casou com uma das filhas de Caramuru, Apolônia.

Outros dois nobres que faziam parte do grupo original de Francisco Pereira também se tornaram genros de Caramuru: o fidalgo alemtejano Vicente Dias, “protegido do Infante D. Luiz” (irmão do rei D. João III e figura importantíssima na corte), se casou com Genebra, e Antão Gil, natural de Évora e “oficial da Câmara de Lisboa”, desposou Isabel, a mais jovem das seis filhas de Caramuru e Paraguaçu.

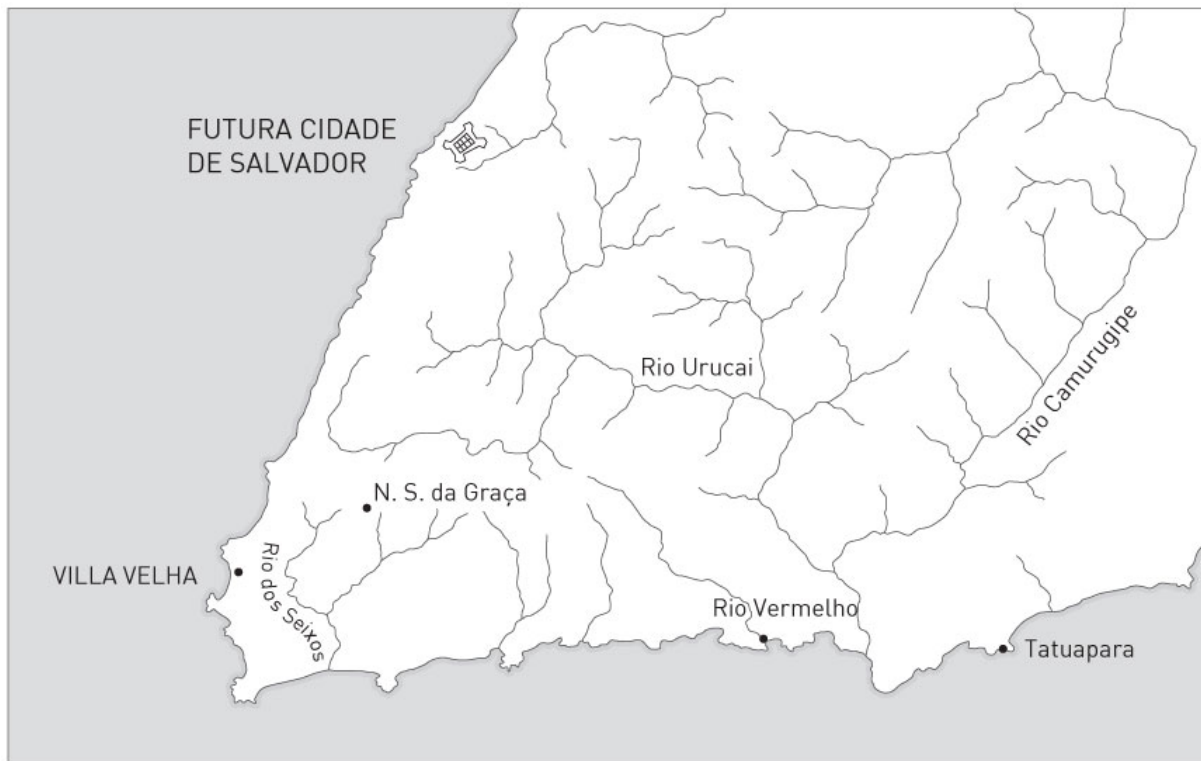
Por fim, outro dos companheiros de Pereira era o “fidalgo de grande

estirpe”⁴³ Duarte de Lemos, da casa de Trofa. Lemos, no entanto, ficou pouco tempo na Bahia, pois, alguns meses mais tarde, como já foi dito, aceitou o convite feito pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho e se mudou “com seus criados” para a capitania do Espírito Santo.

Menos de um mês após sua chegada, Pereira doou uma sesmaria a Diogo Álvares, o Caramuru. O fato de as dimensões daquele lote – que tinha “400 varas de largo por 500 de comprido” (cada vara equivale a 1,10 metro) – serem quase o dobro das sesmarias que o donatário concedeu pouco mais tarde para seus próprios companheiros indica que, embora tivesse fama de ser “homem rude e tosco”,⁴⁴ Pereira logo percebeu que a presença e os favores de Caramuru seriam vitais para o sucesso de sua capitania.

As terras cedidas Caramuru abrangiam a área ocupada pela aldeia onde ele vivia. Na carta de doação, Pereira mandou escrever:

“Pelo poder que Sua Alteza me deu e outorgou, saibam todos quantos esta carta de doação virem que mandei dar a Diogo Álvares, deste dia para todo sempre, 400 varas de terra de largo e 500 de comprido, com todas as entradas e saídas, serventias e fontes e rios, matos e arvoredos de toda a sorte e maneira, e que, através desse documento, o dito Diogo Álvares possua a dita terra, tudo inteiramente como cousa própria, para si e todos seus ascendentes e descendentes que dele sucederem, e que a hajam e gozem livremente, e aproveitem, sem pagar outro nenhum foro nem direito, somente o dízimo a Deus dos frutos e novidades que a dita terra der; a qua carta mando selar com os selos de minhas armas.”⁴⁵.



Embora pudesse ajudar os recém-chegados, suprindo-os de

mantimentos e intermediando suas relações com os nativos, Caramuru não era aliado de todos os Tupinambá que viviam em torno do Recôncavo Baiano. Nem poderia sê-lo, já que os próprios nativos – apesar de pertencerem ao mesmo grupo étnico – somavam cerca de dez mil e eram inimigos entre si.

Os portugueses sabiam dos frequentes conflitos entre os indígenas do Recôncavo Baiano. Afinal, em março de 1531, poucos dias após seu desembarque na baía de Todos os Santos, Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa assistiram a uma fragorosa batalha naval entre aldeias inimigas. “Estando nós nesta baía”, escreveu Pero Lopes, “no meio do rio pelejaram 50 almadias [grandes canoas indígenas] de uma banda e 50 de outra; que cada almadia levava 60 homens, todas decoradas e pintadas, como os nossos barcos. E pelejaram desde o meio dia até o sol posto: as 50 almadias da banda onde estávamos saíram vencedoras; e trouxeram muitos dos outros cativos, e os mataram com grandes cerimônias, presos por cordas, e depois de mortos os assaram e comeram.”⁴⁶

A VILA DO PEREIRA

Ao mesmo tempo que doava a sesmaria para Caramuru, Francisco Pereira tratava de se instalar na nova terra. Durante o primeiro mês na Bahia, o donatário e seus acompanhantes tinham pernoitado a bordo dos navios – como, aliás, faziam todos os demais capitães do Brasil. Mas, em fins de dezembro de 1536, os colonos começaram a se transferir para o pequeno vilarejo cuja construção, feita com o auxílio dos Tupinambá aliados de Caramuru, se iniciara poucos dias após sua chegada.

Com cerca de 40 casas de barro e pau a pique, a primeira sede da capitania foi erguida menos de um quilômetro ao sul da ponta do Padrão, já dentro da baía de Todos os Santos, em frente a uma pequena enseada. O povoado ficou conhecido como Vila Velha ou Vila do Pereira.

Em uma passagem de seu clássico *As Décadas da Ásia*, o cronista João de Barros (donatário do Maranhão) descreveu o lugarejo e suas defesas:

“Em torno da vila”, anotou Barros, “o donatário fez uma cava [ou trincheira] e com a terra que tirou dela, entulhou os paus de madeira à maneira de taipais, em altura que fosse amparo aos que andavam por dentro.” Ainda conforme Barros, o próprio Pereira fora, 25 anos antes, encarregado por Afonso de Albuquerque de construir uma “tranqueira” similar para a defesa de Goa.

Embora achasse “a terra muito pacífica”, o donatário, além de cercar a vila, construiu para si *uma torre* de dois andares, de pedra e cal, e a guarneceu com os quatro canhões que havia comprado com o dinheiro que o rei D. João III lhe dera para isso. Essa fortaleza ficava a 100 metros da vila, no local onde hoje se ergue o forte de São Diogo.

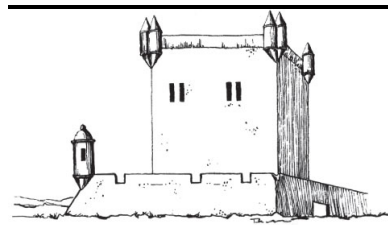
A princípio os canhões permaneceram mudos, pois tudo correu bem na Bahia. O donatário estava tão fascinado com sua possessão que, ainda em dezembro de 1536, escreveu uma carta entusiástica para o rei.

“Esta é a melhor e mais limpa terra que há no mundo”, disse Pereira. “Ela é banhada por um rio de água doce tamanho [tão grande] como o de Lisboa, no qual podem entrar quantos navios há no mundo, e nunca se viu porto melhor nem mais seguro. A terra é muito pacífica e, obra de uma légua daqui, há uma aldeia com 120 ou 130 pessoas muito mansas que vêm às nossas casas oferecer ração e o príncipe deles, com sua mulher, filhos e gente, querem já ser cristãos e dizem que não vão mais comer carne humana e nos trazem mantimentos.”

“Uma anta vale 1 vintém, um veado o mesmo vintém, um porco montês o mesmo vintém, um coelho 2 vinténs, e muitas outras caças de outras maneiras. O

A Torre de Pereira

A gravura abaixo, feita em 1949 pelo historiador baiano Teodoro Sampaio, representa a torre que Francisco Pereira construiu ao lado de sua vila, na entrada da baía de Todos os Santos. De acordo com Sampaio, ela tinha dois andares e “não primava pela elegância”. Suas quatro sólidas paredes eram guarnecidas com seteiras e guaritas para os vigias. A torre foi construída “no ângulo mais saliente e mais alto do terreno a ser defendido e ligava-se com as estacadas e fossos que lhe serviam de cortina”.



peixe é tanto que vai de graça e são peixes de oito palmos, muitos linguados, salmonetes, pescadas e sardinhas. A costa tem muito coral, mas não tenho ainda quem o tire. A terra dará tudo o que lhe deitarem, os algodões são os mais excelentes do mundo e o açúcar se dará quanto quiserem.”⁴⁷

Em sua carta, Francisco Pereira evidentemente se referia à aldeia do Outeiro Grande, na qual viviam os nativos aliados de Caramuru. Os alimentos que os Tupinambá vendiam aos colonos eram produzidos em uma espécie de “indústria de família”, mantida, como notou o historiador Edison Carneiro, pelo próprio Caramuru. Os campos de caça, roças e gamboas de pesca – cuja produtividade ele supervisionava – ficavam em Tatuapara, uns 15 quilômetros a nordeste da ponta do Padrão, nas cercanias do rio Vermelho, onde, 25 anos antes, Caramuru naufragara.

INSURREIÇÃO NA BAHIA

A Bahia não permaneceu próspera e em paz por muito tempo. “Afeito às brutalidades da Índia”, diz Edison Carneiro, “o Rusticão não conseguiu se adaptar às novas exigências de comedimento, boa vontade e espírito cordial no trato aos nativos.” Além do mais, “como era natural, logo se verificaram os choques entre os interesses gerais da capitania e os interesses particulares de Diogo Álvares”.⁴⁸ De acordo com Carneiro, o donatário teria se indignado com a ascendência de Caramuru sobre os nativos que abasteciam a vila.

Como se não bastassem seus modos rudes e a crescente má vontade de Caramuru, Pereira “não sabia usar da gente como bom capitão”, sendo considerado pelo donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, “mole para resistir às doidices e desmandos dos doidos e mal ensinados”.⁴⁹

Entre os equívocos do “Rusticão”, um dos maiores foi permitir que seus colonos se instalassem em vários pontos da capitania, ao invés de

concentrá-los em um único lugar da costa. Cerca de cem homens se estabeleceram na Vila Velha, mas os demais se espalharam pelo Recôncavo Baiano, no interior da baía de Todos os Santos – onde, segundo um historiador “se embrenhavam nas matas para fugir do trabalho”.⁵⁰

“Ao mesmo passo em que enfraquecia a capacidade de resistência e a disciplina da colônia”, escreveu, em 1860, o historiador alemão Henrich Handelmann, “Pereira permitiu que, subtraídos à contínua inspeção do chefe, os colonos dessem largas a seu pendor para a rapina e a violência contra os silvícolas.”⁵¹ Por conta desses deslizes, alguns estudiosos consideram o donatário da Bahia “o típico conquistador militar que fracassou no Brasil porque o Brasil não era a Índia”.⁵²

De todo o modo, os Tupinambá não precisaram de muito tempo para perceber que os portugueses eram diferentes dos franceses. Ao contrário dos mair, que vinham à Bahia apenas para recolher pau-brasil – “trocando suas mercadorias como amigos, e como amigos se retirando sem despertar suspeitas”⁵³ –, os peró haviam chegado para ficar e, além de se apossarem da terra, estavam dispostos a escravizar os nativos.

Como sempre, o choque entre os dois povos se iniciou assim que Pereira deu início à implantação da lavoura canavieira na Bahia. Em 28 de julho de 1541, o donatário doou duas sesmarias no Recôncavo. Uma delas – que ficava no lugar chamado esteiro do Pirajá – foi entregue ao fidalgo João de Velosa; a outra foi concedida ao nobre castelhano Afonso de Torres e se localizava no saco do Paripe. Foi lá que, em associação com o donatário, os dois colonos endinheirados instalaram seus engenhos.

Afonso de Torres, “poderoso armador em Lisboa”, fora, anos antes, arrendatário do tráfico de escravos “que vã [sic] da ilha de São Tomé para as Antilhas”,⁵⁴ conforme relatou ao rei D. João III o próprio Antônio de Ataíde, que, por volta de 1531, lhe concedera o monopólio daquele comércio. Sendo Torres homem habituado ao tráfico de escravos, não é difícil supor que, ao necessitar de mão de obra para seu engenho, ele tenha incentivado incursões escravagistas às aldeias Tupinambá espalhadas pelo Recôncavo.

Mas a eclosão dos conflitos não foi provocada só pela captura de escravos. Conforme o padre Simão de Vasconcelos, “a paz com os indígenas da Bahia só durou enquanto durou também a paciência deles, porque não houve comércio vil, barbaridade, violência, extorsão e imoralidade que os portugueses não praticassem contra aqueles a quem chamavam selvagens, mas aos quais neste ponto excediam em selvajeria”.⁵⁵

Vasconcelos, que escreveu em 1658, não foi contemporâneo dos fatos que narrou. Mas o padre Manoel da Nóbrega, também jesuíta, chegou à Bahia em 1549 e relatou: “De maravilha se achará cá na terra lugar onde os cristãos não tenham causado a guerra e a dissensão (...). Todos os primeiros escândalos da Bahia foram provocados por eles.”⁵⁶

O resultado de tais “escândalos” foi desastroso. Os Tupinambá se uniram e, com cerca de seis mil guerreiros, queimaram os engenhos, mataram vários portugueses e sitiaram os sobreviventes dentro da paliçada que cercava a Vila do Pereira.

Os conflitos parecem ter se iniciado em 1541, já que, de acordo com o senhor de engenho e historiador Gabriel Soares de Sousa, a guerra durou “cinco ou seis anos, passados em grandes apertos”, com os portugueses “sofrendo grandes fomes, doenças e mil infortúnios e o gentio Tupinambá matando gente a cada dia”. Entre os mortos estavam “um filho bastardo do donatário, alguns de seus parentes e outros homens de nome”, conforme o próprio Gabriel Soares relatou em sua bem documentada *Notícia do Brasil*, redigida em 1580.

Há indícios de que alguns degredados e outros colonos, já rompidos com o “Rusticão”, tenham se aliado aos nativos e “açulado os bárbaros a agredir o donatário e os homens que se mantinham fiéis a ele”.⁵⁷ De qualquer forma, a fidelidade da maioria dos sitiados – mantidos dentro da paliçada por meses a fio sem água e sem mantimentos – logo se esvaneceu. A prova é que pelo menos quatro dos sete navios que o donatário enviou para obter alimentos e água na vizinha capitania de Ilhéus simplesmente não retornaram à Bahia.

UM “GRÃO RIBALDO”

No auge da guerra contra os Tupinambá, os inimigos de Pereira tramaram um engenhoso arдил para destituí-lo. O golpe foi liderado por um “padre de missa” chamado João Bezerra. Esse homem, “de má vida”, já havia sido anteriormente expulso da Vila Velha pelo próprio “Rusticão”.

Alguns cronistas, entre eles Manoel da Nóbrega, afirmam que Bezerra também fora um dos causadores da guerra contra os indígenas na Bahia, “pois, como um principal [um chefe] daqueles negros [como os portugueses chamavam os nativos] não lhe deu o que ele pedia, lhe lançou a morte [rogou-lhe uma praga] no que tanto imaginou que acabou morrendo, exigindo que os filhos o vingassem”.⁵⁸

De todo modo, João Bezerra fora expulso da Bahia, mas por volta de junho de 1545, coincidindo com “um ataque geral dos indígenas às tranqueiras dos colonos”,⁵⁹ ele ancorou na Vila Velha, a bordo de uma caravela cujos tripulantes garantiram estar chegando de Portugal.

Mediante um alvará régio no qual havia falsificado a assinatura de D. João III, Bezerra destituiu Francisco Pereira de suas imunidades e do cargo de donatário, condenando-o à prisão. Com a ajuda de seus últimos aliados, Pereira conseguiu escapar do cárcere e fugiu para a capitania de Ilhéus – a bordo da chalupa que, dez anos antes, Caramuru ganhara de Simão de Alcázoba. É provável que tenha sido o próprio Caramuru quem pilotou o barco até Ilhéus.

Nada indica que as dificuldades do velho Pereira tivessem, até então, desagradado Caramuru. Afinal, durante os cinco anos que durara a guerra, ele não havia tomado posição contra os nativos que sitiaram a vila nem saíra em defesa da capitania. Mas o fato de ter levado o donatário para Ilhéus (ou pelo menos ter emprestado o barco que o conduziu até lá) é um sinal de que ele percebeu que, nas mãos de Bezerra e de seus cúmplices, a Bahia não teria destino melhor do que sob o frouxo comando de Pereira.

Com efeito, logo após a fuga do donatário os Tupinambá conseguiram

devastar a Vila Velha e destruir a “torre” de Pereira, arrancando os canhões de suas muralhas e deixando-os jogados na praia. João Bezerra e os conspiradores que haviam urdido o golpe que destituiria o donatário simplesmente abandonaram a Bahia. Em fins de 1545, eles se mudaram para a vizinha Ilhéus – de onde Pereira havia partido alguns meses antes, buscando refúgio em Porto Seguro.

Em Ilhéus, Bezerra permaneceu por cerca de um ano, já que, em outubro de 1546, “andava embrenhado”⁶⁰ com os piratas que chegaram àquela capitania para vender as roupas e os pertences de um grupo de portugueses que eles haviam capturado e depois “lançado aos Potiguar”. Os corsários foram presos pelo lugar-tenente Francisco Romero, mas Bezerra escapou de qualquer punição, pois, em 24 de novembro do mesmo ano, se encontrava em Porto Seguro, envolvido, como já foi dito, na conspiração que destituiu o donatário Pero do Campo Tourinho e o levou a ser julgado pela Inquisição.

Em 20 de dezembro de 1546, o prudente Duarte Coelho, donatário de Pernambuco – ainda sem saber da destituição de Pero do Campo Tourinho, na qual João Bezerra também estava envolvido –, escrevia para o rei D. João III relatando a devastação que assolara a Bahia e o exortando a punir os culpados, especialmente João Bezerra. A carta de Coelho é contundente:

“Torno a lembrar a V. Alteza que deve prover sobre as cousas da Bahia, porque Francisco Pereira é velho e doente e não está para isso, e posto que V. Alteza já tenha tudo bem sabido, todavia direi o que eu cá entendo, Senhor, acerca do que inquiri e soube das cousas da Bahia que, posto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber usar com a gente como bom capitão (...) cumpre e é necessário, Senhor, que aos que em tal erro caíram, por suas doidices e desordens e maus ensinos e desobediências, sejam mui bem castigados, porque afirmo a V. Alteza que foi uma coisa mui desonesta e feia e digna de muito castigo, porque aquelas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira foi a causa de a Bahia se perder, e o clérigo de missa [João Bezerra], que foi o princípio daquele dano e mal,

deve V. Alteza de o mandar ir preso para Portugal e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido que é um grão ribaldo [um grande patife].”⁶¹

Os historiadores concordam que, embora não tenha citado seu nome, o padre Manoel da Nóbrega certamente se referia a João Bezerra quando, em abril de 1549, escreveu para o rei: “Cá na terra há clérigos, mas é a escória que de lá [de Portugal] vem. Não se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muito aprovada, porque estes destroem o quanto se edifica.”⁶² De fato, Bezerra fora capaz de tumultuar as três capitanias localizadas na “Costa do pau-brasil”.

O TERRÍVEL FIM DO RUSTICÃO

Quando o “grão ribaldo” João Bezerra abandonou a Bahia e se refugiou em Ilhéus, em fins de 1545, Francisco Pereira já não estava mais lá. O donatário destituído permanecera apenas algumas semanas ali, transferindo-se por volta de agosto de 1545 para Porto Seguro. “Achacado e baldo [carente] de recursos”,⁶³ o “Rusticão” foi acolhido por Pero do Campo Tourinho, instalando-se na casa avarandada daquele donatário. Por um ano, ficou ali “sem nunca por diligência acerca de tornar a povoar a Bahia”, como declarou o próprio Tourinho em carta indignada que enviou para o rei no dia 28 de julho de 1546.

Tourinho decidira escrever para o monarca poucos dias após Caramuru ter desembarcado em Porto Seguro com notícias alarmantes. “Ora sou informado por um Diogo Álvares, língua da terra, morador da Bahia, que aqui chegou em um caravelão”, relatava Tourinho, “que, haverá dois ou três dias, partiu da dita Bahia uma nau da França, cujos tripulantes fizeram amizade com os brasis [os nativos] e levou toda a artilharia e fazenda que lá ficara e combinaram com os brasis de retornar daqui a quatro meses, com quatro ou cinco naus armadas e muita gente para povoar a terra (...) e por tal não ser serviço de Deus nem proveito de Vossa Alteza, antes a destruição de todo o Brasil, eu mandei a Francisco Pereira embarcar para esse Reino [Portugal] e fazê-lo saber a V. Alteza, e por ele não ir, o faço

saber a V. Alteza e lhe informo disso para, com brevidade, prover como for Seu serviço.”⁶⁴

Pela carta de Tourinho fica claro que, alguns meses depois de tanto Francisco Pereira quanto o grão ribaldo João Bezerra terem abandonado a Vila Velha, os franceses aportaram na baía de Todos os Santos. Como costumavam recolher pau-brasil regularmente em porções ainda desguarnecidas do litoral brasileiro – especialmente na foz do rio São Francisco e na foz do rio Real (atual divisa entre Sergipe e Bahia) – os franceses logo devem ter sido informados pelos nativos do abandono da Bahia. Por isso, se dirigiram prontamente para lá.

Após recolherem os canhões da fortaleza destruída pelos Tupinambá e se apoderarem de tudo o que puderam resgatar dentre os escombros da Vila do Pereira, partiram de volta para a Europa, dispostos a obter recursos e pessoal para povoar a Bahia.

Percebendo que, mais tarde, poderia ser acusado pelos portugueses de ter atraído aqueles traficantes e os incentivado a instalar-se na capitania despovoada, Caramuru resolveu viajar em sua chalupa para Porto Seguro, disposto a alertar o “Rusticão” dos planos dos franceses.

Poucas semanas após Caramuru retornar para a Bahia e de Pero do Campo Tourinho ter escrito para o rei, indignado com o apatia e a omissão de Francisco Pereira, o velho donatário decidiu voltar para seus domínios e enfrentar a grave situação. Mas estava destinado a jamais chegar lá.

Quando se aproximava do vilarejo arruinado, o navio que trazia Francisco Pereira Coutinho chocou-se contra o recife das Pinaúnas, na ponta sul da ilha de Itaparica. O donatário e a maior parte de seus acompanhantes se salvaram, mas foram presos pelos Tupinambá. Ao perceberem que, entre os prisioneiros, estava o próprio Pereira, os Tupinambá decidiram matá-lo.

Quem brandiu o tacape que vitimou o donatário foi um Tupinambá de 5 anos de idade, irmão de um nativo que o próprio Pereira mandara matar.

Segundo uma crônica jesuíta – descoberta em 1904 pelo historiador Rodolfo Garcia –, o menino foi ajudado por um guerreiro adulto a desferir o golpe que acabou com a vida de Francisco Pereira Coutinho. A seguir, a tribo devorou o corpo do donatário em um ruidoso banquete antropofágico.

O SOMBRIO EPÍLOGO DAS CAPITANIAS

Pouco meses após Francisco Pereira ser devorado pelos Tupinambá, Pero do Campo Tourinho foi preso pelos moradores de Porto Seguro e remetido a Lisboa para ser julgado pela Inquisição. Àquela altura, Ilhéus já se encontrava praticamente despovoada, em poder dos Aimoré. Assim sendo, quase nada restava das capitanias estabelecidas na outrora pacífica Costa do Brasil.

Não era menos precária, nem menos dramática, a situação dos lotes que ficavam ao norte e ao sul daquela região. Desde o fracasso da expedição de Aires da Cunha e da conquista do Amazonas pelos espanhóis, os portugueses tinham virtualmente desistido de ocupar a Costa leste-oeste. Cunha morrera em um naufrágio no Maranhão e João de Barros estava atolado em dívidas.

Por outro lado, na remota Costa do ouro e da prata apenas São Vicente se mantinha relativamente ativa. A capitania do Rio de Janeiro fora deixada no mais completo abandono por Martim Afonso de Sousa, o mesmo acontecendo com a capitania de Sant’Ana (que ficava entre a ilha do Mel, no Paraná, e Laguna, em Santa Catarina), jamais ocupada por Pero Lopes nem por sua esposa, D. Isabel de Gamboa – que também havia desistido de colonizar Santo Amaro após a devastação provocada pelos Tamoio em 1539. Os Goitacá tinham expulsado Pero de Góis de São Tomé, e Vasco Fernandes Coutinho, viciado em tabaco e em “bebidas espirituosas”, perdera o controle sobre o Espírito Santo.

Dos doze capitães do Brasil, apenas Duarte Coelho desfrutava de algum sucesso em Pernambuco, embora vivesse em aflições constantes,

lutando contra os Caeté e contra os traficantes lusos de pau-brasil que haviam se instalado na abandonada capitania de Itamaracá. Além disso, o rei D. João III teimava em não responder suas cartas.

No início de 1548, a situação do Brasil era tão alarmante que Luís de Góis – irmão do donatário Pero de Góis – ousou escrever para o rei. Góis estava instalado em São Vicente, para onde retornara após São Tomé, a capitania que pertencia a seu irmão, ter sido devastada pelos Goitacá. A carta de Luís de Góis é de tal forma devastadora que vale a pena transcrevê-la:

“Senhor: (...) peço a V. Alteza que, com sua acostumada clemência, queira perdoar meu atrevimento e receba minha vontade como Seu serviço, pois vos digo, mui alto e mui poderoso Senhor, que se, com tempo e brevidade, V. Alteza não socorrer estas capitanias e costa do Brasil, que ainda que nós percamos as vidas e as fazendas, V. Alteza perderá a terra – e, ainda que nisso perca pouco –, aventura-se a perder muito porque não está em mais serem os franceses senhores dela, porque, assim que se acabarem de se perder estas capitanias que sobram, terão eles [os franceses] um pé no Brasil e tenho medo de onde quererão e poderão botar o outro.

“Eu quisera antes dizê-lo em pessoa a V. Alteza do que escrevê-lo, porque tão perigosa está esta costa que não sei que fim haverá esta carta, pois, de dois anos para cá, vem a esta parte, sete ou oito naus [francesas] a cada ano, direto ao Cabo Frio e ao Rio de Janeiro, e já não há navio [português] que ouse por aqui aparecer, pois muitos tem sido cometidos e tomados pelos franceses. Enquanto não passavam do cabo de Santo Agostinho [em Pernambuco], chegando no máximo até a Bahia, não eram eles tão suspeitosos nem tão perigosos, pois não se atreviam a dobrar o Cabo Frio. Queira Deus que não se atrevam agora a dobrar o cabo da Boa Esperança (...).

“Não há capitania que não seja roubada e alevantada por eles e, por

causa deles, as que se perderam estão perdidas e esta onde estou [São Vicente] está para se perder, e antes que ela se perca, a socorra V. Alteza com braço forte. E se não o mover a terra em si, nem os inconvenientes acima ditos, haja V. Alteza piedade de muitas almas cristãs, que só nesta capitania, entre homens e mulheres e meninos, há mais de 600 almas, e de escravaria mais três mil, e seis engenhos e muita fazenda que nela se pode perder, afora o muito que foi gasta, tanto por nós que a povoamos quanto por muitos que a ajudaram povoar.

“Quanto a mim, Senhor, desde o dia em que V. Alteza me mandou que a ela viesse com Martim Afonso de Sousa, além de gastar o melhor de minha vida até agora, não fiz senão gastar até não mais poder, e o que me fica para gastar é minha vida e a de minha mulher e de meus filhos, das quais a Deus e a V. Alteza farei sacrifício e, enquanto ela nos durar, sempre rogaremos a Deus pela vida e estado de V. Alteza, o qual ele mesmo Deus acrescente muitos anos.

“Desta vila de Santos, na capitania de São Vicente, hoje, 12 dias de maio de 1548 anos. Beijo as reais mãos de V. Alteza.”⁶⁵

A CRIAÇÃO DO GOVERNO-GERAL

O rei enfim escutou um apelo enviado do Brasil. O evidente fracasso das donatarias e a crescente ameaça dos franceses – tão claramente retratados na carta de Luís de Góis – levaram D. João III e seus principais assessores a modificar o regime das capitanias hereditárias e a optar pelo estabelecimento de um Governo Geral.

O novo sistema seria muito diferente do anterior. Enquanto que, no período das capitanias, todos os investimentos feitos no Brasil eram de responsabilidade exclusiva dos donatários, a criação do Governo-Geral iria transferir para o Tesouro Régio o pesado ônus das despesas relativas à defesa e à ocupação do território colonial.

Todo o sistema judiciário, fiscal e administrativo seria centralizado nas mãos do governador-geral, deixando de ser atribuição dos donatários. A

posse das capitanias não reverteria para a Coroa: os lotes continuariam pertencendo aos respectivos capitães. No entanto, eles perderiam a liberdade de ação, sendo obrigados a prestar contas de seus atos ao governador-geral.

A decisão de estabelecer o Governo-Geral não deve ter sido fácil. Em 1544, uma profunda crise econômica se abatera sobre a Europa – e iria perdurar até 1552. Em função de sua substancial dívida externa e do aumento das taxas de juros, Portugal passava por sérias dificuldades financeiras em 1547. Naquele ano, o reino se encontrava de tal modo arruinado que, só de juros atrasados, devia mais de 800 mil cruzados – o equivalente a 40 navios.



Assinatura de Luís de Góis

O montante total da dívida externa (sem falar da dívida pública) era superior a 3 milhões de cruzados, numa época em que a Coroa arrecadava aproximadamente a mesma quantia por ano. Como a população do país mal ultrapassava um milhão de pessoas, isso significa dizer que cada habitante devia quase 3 cruzados (quantia equivalente a três meses de salário de um marinheiro, de um ferreiro ou de um pedreiro, que, em geral, recebiam cerca de 10 cruzados por ano).

A conjuntura política na Europa também não era favorável a Portugal. Em 1544, Francisco I, da França, e o imperador Carlos V tinham assinado o tratado de Crépy-en-Lannois, colocando fim à longa guerra entre os dois reinos. Dessa forma, Francisco I passou a dispor de mais recursos para financiar expedições francesas ao Brasil.

Francisco I morreu em 1547. Mas a ascensão ao trono de seu filho, Henrique II, em nada ajudou Portugal, já que o novo soberano estava ainda mais determinado do que o pai a ocupar o Brasil – tanto é que, em 1555, autorizou a partida da expedição comandada pelo fidalgo Nicolas Durand de Villegaignon, que seria responsável pela fundação da França Antártica

no Rio de Janeiro.

Na Espanha, além de ter saído vencedor da guerra contra Francisco I – o que lhe permitiria dedicar mais atenção à expansão de seu império ultramarino na América –, Carlos V recebera, em 1545, a extraordinária notícia da descoberta da lendária serra da Prata. O minério obtido em Potosí o estimulou a investir na fundação de novas cidades na América, entre as quais Lima e Santiago do Chile, que se somaram a Buenos Aires e Assunção.

Por outro lado, na Índia, como se não bastasse o perigo permanente e os constantes conflitos com os árabes, Portugal obtinha cada vez menos dinheiro com as especiarias. Além de terem inundado o mercado europeu com grandes quantidades de pimenta, noz-moscada, canela e gengibre – o que forçara a diminuição do preço daqueles produtos –, os portugueses encontravam cada vez mais dificuldades para sua obtenção: os frequentes combates contra os árabes impunham uma série de obstáculos ao comércio e ao tráfego das especiarias.

Por fim, na costa mediterrânea e no litoral ocidental de Marrocos as fortalezas lusas viviam sob crescente assédio dos xarifes da dinastia Sus – circunstância que não só aumentava os gastos com a manutenção daquelas praças como forçava o envio permanente de tropas e navios para garantir sua defesa.

Paradoxalmente, foi essa complexa situação que fez reacender o interesse da Coroa pelo Brasil. Devido às dificuldades crescentes que Portugal enfrentava na África e na Índia, o tesoureiro-mor, Fernão d'Álvares de Andrade, e o vedor da Fazenda, D. Antônio de Ataíde, convenceram o rei D. João III de que valia mais a pena investir dinheiro na colônia sul-americana do que no Marrocos e, a longo prazo, no próprio Oriente.

As esperanças de encontrar ouro e prata no Brasil já haviam

praticamente se esvanecido. A lavoura canavieira, no entanto, se apresentava como uma opção cada vez mais rentável – e os engenhos estabelecidos por Duarte Coelho em Pernambuco eram a prova concreta disso. Além dos quatro engenhos instalados nos arredores de Olinda, outros seis estavam em funcionamento em São Vicente. Os demais – erguidos em Ilhéus, Porto Seguro, Bahia e São Tomé – tinham sido destruídos pelos indígenas, mas os portugueses planejavam reerguê-los após o estabelecimento do Governo-Geral.

Apesar dos lucros potenciais representados pelo açúcar, a terra, em si, ainda valia muito pouco no Brasil. Tanto é que, quando decidiram comprar dos herdeiros de Francisco Pereira a capitania da Bahia – para ali instalarem a sede do Governo-Geral – os responsáveis pelo Tesouro Régio pagaram apenas 16 mil cruzados por ela, em prestações anuais de 1.000 cruzados (ou 400 mil reais). A Bahia inteira valia, portanto, menos que uma nau.

O número total de portugueses instalados no Brasil em 1548 também não era elevado ao ponto de justificar a criação do Governo-Geral. A população da colônia não chegava a 1.500 almas – número 30 vezes inferior ao dos lusos que viviam na Índia. Cerca de 600 colonos moravam em São Vicente, outros 600 estavam estabelecidos em Pernambuco e o restante se encontrava disperso entre Porto Seguro (cerca de 100), Ilhéus (80) e Espírito Santo. As demais capitanias estavam total ou virtualmente desabitadas.

A esperança de lucros representada pela lavoura canavieira era um estímulo para os portugueses, mas o principal motivo que levou D. Antônio de Ataíde e Fernão d'Álvares a convencerem o rei a investir dinheiro do Tesouro Régio no Brasil mais uma vez foi a ameaçadora presença dos franceses e o fato de eles já se encontrarem próximos a São Vicente (de onde, como alertava Luís de Góis, poderiam partir em direção ao cabo da Boa Esperança e dali chegar à Índia).

No dia 17 de dezembro de 1548, com a corte instalada em Almeirim, o rei D. João III decretou a criação do Governo-Geral. Para o cargo de

primeiro governador do Brasil foi escolhido o fidalgo Tomé de Sousa. O fato de ele ser primo-irmão de Ataíde é um indicativo de que foi o próprio conde da Castanheira quem o alçou àquele posto.

A atuação de Ataíde não se limitou a isso: também foi ele quem redigiu o minucioso Regimento, com 17 ítems, que determinava de que forma Tomé de Sousa deveria governar assim que chegasse ao Brasil. No dia 1º de fevereiro, comandando uma frota com seis navios, nos quais viajavam 400 degredados e 200 colonos, Tomé de Sousa zarpou de Lisboa.

Meio século se havia passado desde a chegada de Pedro Álvares Cabral e quase nada do que os portugueses tinham tentado fazer no Brasil dera certo até então.

Tomé de Sousa iria tentar outra vez.

NOTAS

INTRODUÇÃO

- 1 – “criaturas do rei” – citação de *Do escambo à escravidão*, de Alexander Marchand (Rio, 1971).
- 2 – “que envenena a terra” – citação da carta de Duarte Coelho ao rei D. João III, transcrita na íntegra em *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. III.
- 3 – “bebidas espirituosas” – citação de *História do Brasil*, de Francisco de Varnhagen. Para uma discussão mais aprofundada dos “vícios” de Vasco Fernandes Coutinho, veja o capítulo e as notas referentes a ele na Parte II de *Os capitães do Brasil*.

PARTE I

- 1 – “na frente e ao peito” – citação de *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, relato da expedição de João de Lisboa redigido por um feitor que vivia na ilha da Madeira e para o qual o próprio Lisboa narrara a descoberta do rio da Prata e as notícias que lhe tinham sido dadas pelos nativos da tribo Charrua. Esse feitor trabalhava para a família Függer, a mais rica da Europa, e para ela enviou o relatório, chamado de *Nova Gazeta da Terra do Brasil*. Para maiores detalhes sobre esse episódio, veja *Náufragos, traficantes e degredados*, vol. II da coleção Brasilis (Estação Brasil, 2016).
- 2 – “viveram ali” – para maiores detalhes sobre a saga dos náufragos e a fundação e localização do porto dos Patos, veja *Náufragos, traficantes e degredados*.
- 3 – O Peabiru era uma trilha com cerca de 1,40 metro de largura, bem demarcada, que partia dos arredores da ilha de Santa Catarina, de Cananeia e de São Vicente (SP) e seguia até o Peru. O significado de seu nome, em tupi, é controverso. As interpretações mais comuns são: “caminho antigo de ida e volta”, “caminho batido, ou pisado”, “pegada do caminho” ou “caminho cujo percurso se iniciou”. Para maiores detalhes veja *Náufragos, traficantes e degredados*.
- 4 – “de sua devoção” – para maiores detalhes sobre as viagens de Caboto e Garcia pela bacia do Prata, veja *Náufragos, traficantes e degredados*.
- 5 – “gasto perdido” – carta de Simão Afonso, descoberta por Jaime Cortesão e citada por ele em *Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* (SP, 1954).
- 6 – “chamam de Prata” – carta da imperatriz D. Isabel, idem nota 5.
- 7 – “murmurações pelo palácio” – citação de *Lendas da Índia*, de Gaspar da Gama (Lisboa, 1941).
- 8 – “rei de Portugal” – idem nota 6.
- 9 – “sem receber soldo” – idem nota 6.
- 10 – “parte da expedição de Martim Afonso” – suposição feita por Pandiá Calógeras em

Formação do Brasil (Rio, 1938).

11 – “muito contentamento” – carta do embaixador Lope Hurtado de Mendoza para a imperatriz D. Isabel, citada por Jaime Cortesão, idem nota 6.

12 – “conquista do Peru” – segundo Jaime Cortesão, a expedição enviada, anos mais tarde, pelos donatários Fernão d’Álvares, Aires da Cunha e João de Barros para colonizar o Maranhão foi inspirada pelos conhecimentos adquiridos por Diogo Leite.

13 – “frotas da Europa” – citação da carta *Novo Mundo*, de Américo Vespúcio.

14 – “por volta de 1516” – citação de *História da fundação da Bahia*, de Pedro Calmon (Salvador, 1949).

15 – “Rua Nova de Lisboa” – citação do *Diário da navegação de Pero Lopes* (Rio, 1927).

16 – “daria a terra” – idem nota 15.

17 – “daqueles campos” – idem nota 15.

18 – “alvo preconcebido” – idem nota 5.

19 – “grande senhor daqueles campos” – idem nota 15.

20 – “tornarem-se selvagens” – carta de D. Rodrigo de Acuña, citada por Mário Neme em *Notas de revisão da história de São Paulo* (SP, 1954).

21 – “carregados de prata e ouro” – idem nota 15.

22 – “conquistados em além-mar” – O padrão deixado por Martim Afonso em Cananeia foi encontrado pelo coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa em janeiro de 1767 e levado para o Instituto Histórico e Geográfico de SP, onde se encontra.

23 – “agarrado a uma tábua” – idem nota 15.

24 – “muito bem construído” – idem nota 15.

25 – “meio mortos” – idem nota 15.

26 – “destruir os Tupiniquim” – citação de *Negros da Terra*, de John Monteiro (SP, 1995).

27 – “do que diziam” – idem nota 15.

28 – “hóstia consagrada” – protesto do barão de Saint Blanchard, citado em *História da colonização portuguesa do Brasil* (HCP), vol III (Lisboa, 1926).

29 – “parede ao lado” – contestação de Pero Lopes ao protesto de St. Blanchard, idem nota 28.

30 – “maus tratos” – idem nota 28.

31 – “meu rosto” – carta do bispo D. Marinho, citada em HCP, vol III.

PARTE II

1 – “frutificação da terra” – carta de João de Melo da Câmara, transcrita na íntegra em HCP, vol III.

2 – “virem vazias” – carta de D. Diogo de Gouveia, idem nota 1.

3 – “aflições de dinheiro”, citação de *História de Portugal*, de Alexandre Herculano (Lisboa, 1937)

4 – “a miséria e a peste” – idem nota 3.

5 – “vos escreverá” – carta de D. João III a Martim Afonso, transcrita na íntegra em *História do Brasil*, de Francisco de Varnhagen (SP, 1978).

6 – “compre meu serviço” – alvará citado na íntegra em HCP, vol III.

- 7 – “criaturas do rei” – citação de *Do escambo à escravidão*, de Alexander Marchand (Rio, 1971).
- 8 – “interpelados” – alvará dos degredados, transcrito na íntegra por F. A. Pereira da Costa em *Anais pernambucanos* (Recife, 1951).
- 9 – “saneou as enxovias” – citado por F. A. Pereira da Costa, *idem* nota 8.
- 10 – “estigma de sua infâmia” – *idem* nota 9.
- 11 – “vindo por D. Antônio” – citação de *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia (Lisboa, 1948).
- 12 – “puro ouro” – citação de *Fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*, de Jaime Cortesão (SP, 1954)
- 13 – “nenhum príncipe” – carta de Pizarro citada por Cortesão, *idem* nota 12.
- 14 – “marcos de prata” – Jaime Cortesão calculou o valor do tesouro saqueado por Pizarro no Peru em cerca de três milhões de cruzados, o equivalente a toda a arrecadação.
- 15 – “arte indígena” – *idem* nota 12.
- 16 – “do Novo Mundo” – citação de *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (SP, 1969).
- 17 – “filhos e criados” – citação de *La Argentina*, de Ruy de Gusman (Buenos Aires, 1963).
- 18 – “perdimento dos bens” – *idem* nota 17.
- 19 – “com os índios” – *idem* nota 17.
- 20 – “qualquer acontecimento” – *idem* nota 17.
- 21 – “transformados em selvagens” – carta de Leonardo Nunes, transcrita na íntegra em *Cartas avulsas* (Rio, 1931).
- 22 – “sucessões da governança” – *idem* nota 11.
- 23 – “assumir o poder” – *idem* nota 11.
- 24 – “naturais da terra” – citado por Jaime Cortesão, *idem* nota 12.
- 25 – “dominação portuguesa” – citação de *A dominação ocidental na Ásia*, de K. M. Pannikar (Rio, 1969).
- 26 – “feios atos de rapina” – *idem* nota 12.
- 27 – “como de dinheiro” – *idem* nota 12.
- 28 – “não tencionava pagar” – *idem* nota 12.
- 29 – “gentes do Oriente” – Diogo do Couto, citado por Georg Friederich em *O caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus* (Rio, 1967).
- 30 – “honra do mundo” – trecho da carta de Martim Afonso para D. Antônio de Ataíde, parcialmente transcrita em HCP, vol III.
- 31 – “soberano do mundo” – citação de *Historia General e Natural de las Indias*, de Gonzalo Fernandez de Oviedo (México, 1978).
- 32 – “problemas internos” – em fins de novembro de 1534, os 13 navios restantes da frota de Pedro de Mendoza chegaram à desguarnecida baía de Guanabara. Bem recebidos pelos nativos, os espanhóis permaneceram lá durante duas semanas. Precipitou-se então o primeiro grave incidente dos tantos que abalariam a missão: Mendoza – “sempre melancólico, doente e fraco”, segundo o depoimento de Ulrich Schmidel – sofreu um colapso nervoso e ficou paralisado. O comando da expedição foi passado ao fidalgo Juan de Osorio. Poucos dias mais tarde, Osorio foi falsamente acusado de planejar um motim – e Mendoza apunhalou-o, “sem provas ou

juízo”. Depois disso, todos tripulantes passaram a temer por seu destino.

33 – “mulheres e filhos” – citação de *Relacion del Viaje al Rio de la Plata*, de Ulrich Schmidel (Madrid, 1985).

34 – “mortíferas” – citação de *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador.

35 – “de seus ódios” – citação de *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry.

36 – “próprios olhos” – citação *Singularidades da França Antártica*, de André Thevet.

37 – “nas trombas” – citação de *Biografia de uma ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (Vitória, 1995).

38 – “prédio de casas” – citação de HCP, vol. III.

39 – “do Oriente” – idem nota 37.

40 – “fiel e dedicado” – citação de *História do Brasil*, de Varnhagen.

41 – “principado independente” – citação de *Primeiros donatários do Brasil*, de Pedro de Azevedo, em HCP, vol III.

42 – “tivessem cometido” – idem nota 41.

43 – “de elevada nobreza” – idem nota 41.

44 – “monstro de perversidade” – idem nota 41.

45 – “que bebiam” – citação de *Relação da viagem às Molucas*, de Andrés Urdaneta, parcialmente transcrita por Rodolfo Garcia em nota à *História do Brasil*, de Varnhagen.

46 – “cruel” – idem nota 45.

47 – “cavalos e criados” – idem nota 41.

48 – “no coração” – idem nota 40.

49 – “seus criados” – idem nota 37.

50 – “muito honrado” – carta de D. Ataíde a Martim Afonso, parcialmente citada em HCP, vol III.

51 – “maldade de Nero” – citação de *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia.

52 – “corações direitos” – idem nota 51.

53 – “lenta e terrível” – frei Fernão Queiróz, citado por Georg Friederich em *Caráter do descobrimento e conquista da América pelos europeus*.

54 – “não pela matança” – Cabeza de Vaca, citado por Henry Miller em *Naufrações e comentários* (Porto Alegre, 1999).

55 – “famintos e nus” – citação de Cabeza de Vaca em *Naufrações e comentários*.

56 – “formosas e grandes” – HCP, vol. III.

57 – “Limoeiro” – diálogo entre D. Ana Pimentel e a rainha D. Catarina, citado em HCP, vol III.

58 – “como era costume” – idem nota 51.

59 – “cargos públicos” – citação de *Portugal de além-mar*, de A. Duarte de Almeida (Lisboa, 1936).

60 – “cultivados” – idem nota 40.

61 – “mais amplo” – citação de *Segredos internos*, de Stuart Schwarz (SP, 1996).

62 – “família Schetz” – idem nota 61.

63 – “poderia fazer” – citação de *Terra Goitacá*, de Alberto Lamego (Rio, 1934).

64 – “judeu convertido” – idem nota 41.

- 65 – “alevantada e devastada” – citação da carta de Pero de Góis, transcrita na íntegra em HCP, vol III.
- 66 – “onde fico havia” – idem nota 65.
- 67 – “adiante mais” – idem nota 65.
- 68 – “furtado” – idem nota 65.
- 69 – “estroído” – idem nota 65.
- 70 – “tinham comido” – citação da carta de Pero Borges, publicada na íntegra em HCP, vol III.
- 71 – “nos feito” – Pedro Hernández, em *Naufrágios e comentários*.
- 72 – “mui fatigados” – idem nota 12.
- 73 – “não o merceria” – citação de relatório de D. Antônio de Ataíde, publicado parcialmente em HCP, vol III.

PARTE III

- 1 – “almirante oculto” – citação de *História da fundação da Bahia*, de Pedro Calmon.
- 2 – “residências da capital” – citação de *Lisboa antiga*, de Júlio de Castilho (Lisboa, 1936).
- 3 – “Ocidente ao Oriente” – idem nota 1.
- 4 – “jogo de pião –” citação de *Vida de João de Barros*, de Manuel Severim de Faria (Lisboa, 1624).
- 5 – “exercícios virtuosos” – idem nota 4.
- 6 – “de quem a confiasse” – citação do prólogo de *Década I*, de João de Barros.
- 7 – “companheira do império” – citação de Ana Isabel Buescu, no artigo *João de Barros e o cosmopolismo renascentista*, revista *Oceanos* (Lisboa, junho de 1996).
- 8 – “historiador sedentário” – citação de *Historiadores quinhentistas*, de M. Rodrigues Lapa (Lisboa, 1972).
- 9 – “para isso houveram” – idem nota 6.
- 10 – “relatividade das civilizações” – idem nota 7.
- 11 – “tão mau nome” – idem nota 6.
- 12 – “matéria épica” – idem nota 7.
- 13 – “ele não o fizera” – declaração de D. Ataíde, citada por Pedro de Azevedo em *Os primeiros donatários*, capítulo de *História da colonização portuguesa do Brasil*.
- 14 – “Cortez e Pizarro reunidas” – citação de *Obras*, de João Francisco de Lisboa (Maranhão, 1865).
- 15 – “Vossa Majestade Imperial” – carta publicada por Capistrano de Abreu em nota a *História do Brasil*, de Varnhagen. O original foi descoberto pelo barão do Rio Branco no arquivo de Simancas, na Espanha.
- 16 – “muitos franceses” – citação de *História do Rio Grande do Norte*, de Luís da Câmara Cascudo (Rio, 1954).
- 17 – “tentar melhor sorte” – idem nota anterior.
- 18 – “asselvajar-se” – citação de *História do Brasil*, de Francisco de Varnhagen.
- 19 – “ia se acumulando” – citação do artigo *Desventuras de João de Barros, primeiro colonizador do Maranhão*, de Rafael Moreira e William M. Thomas, revista *Oceanos* (Lisboa,

junho 1996).

20 – “orientação aos mareantes” – idem nota anterior.

21 – “mais dissimulada possível” – citação da carta de Sarmiento, idem nota 15.

22 – “Nazaré” – idem nota anterior. Ronaldo Vainfas, consultor desta coleção, considera equivocada essa tese (apresentada por R. Moreira e W. Thomas – vide nota 19). Para Vainfas, é muito mais provável que os lusos estivessem se referindo à Nazaré bíblica. De fato, os nomes dados pelos portugueses aos acidentes geográficos e lugares aos quais chegavam eram, em geral, de origem religiosa.

23 – “três donatários” – idem nota 18. Capistrano de Abreu, em nota a Varnhagen, afirma que o nome “Trindade” já era utilizado desde 1513. Ronaldo Vainfas também discorda de Varnhagen e supõe que os expedicionários estivessem se referindo à Santíssima Trindade.

24 – “verdade limpa” – idem nota 16.

25 – “sonhos de grandeza” – idem nota 16.

26 – “os pagasse” – idem nota 16.

27 – “validade moral do débito” – idem nota 16.

28 – “muita palavra e muito ouro” – idem nota 16.

29 – “desastrosa e fugidia” – idem nota 16.

30 – “porco espinho” – citação de *Descubrimiento del rio de las Amazonas*, de frei Gaspar de Carvajal (edição de Jose Toríbio Medina, Nova York, 1914).

31 – “aventura comercial” – citação de *Novo Mundo nos Trópicos*, de Gilberto Freire (Rio, 1971).

32 – “tudo o que pudesse levar” – *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador.

33 – “bastante controverso” – A origem dos termos “mair” e “peró” de fato continua obscura. Em tupi, “mbae-ira” talvez signifique “homem que vive longe, apartado, solitário”. “Peró” pode ser originário do termo espanhol “perro” (cão) ou do fato de os indígenas acharem que a maior parte dos portugueses se chamava Pero (ou Pedro). Para mais detalhes, ver *Náufragos, traficantes e degredados*, vol. 2 da coleção Brasilis (Estação Brasil, 2016).

34 – “em voga” – idem nota 18.

35 – “muitos mimos” – citação de *Tratados da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim (Lisboa, 1996).

36 – “Península Ibérica” – citação de Pedro de Azevedo em *Os Primeiros Donatários*, capítulo de *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. III.

37 – “novas do sertão” – citação da carta de Duarte Coelho, publicada em *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol III.

38 – “comandar uma barca” – idem nota 32.

39 – “carregados de brasil” – idem nota 37.

40 – “levantam-se” – idem nota 37.

41 – “penetrou até os miolos” – idem nota 32.

42 – “tanto ânimo” – idem nota 32.

43 – “se puseram em fugida” – idem nota 32.

44 – “razão e justiça” – idem nota 37.

- 45 – “ataque dos selvagens” – citação de *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden (Belo Horizonte, 1971).
- 46 – “não tínhamos nenhum” – idem nota anterior.
- 47 – “muito tempo” – idem nota 37.
- 48 – “poucos dias” – citação de *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, (Belo Horizonte, 1982).
- 49 – Citação de *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (Belo Horizonte, 1982)

PARTE IV

- 1 – “elementos e finanças” – citação de *O regime feudal das donatarias*, de Carlos Malheiro Dias, em HCP, vol. III.
- 2 – “critérios capitalistas” – citação de *Os primeiros donatários do Brasil*, de Pedro de Azevedo, HCP, vol III.
- 3 – “poder do dinheiro” – idem nota 1.
- 4 – “cousas de guerra” – citação da carta de Pero Borges, escrita em Porto Seguro em 7 de fevereiro de 1550 e transcrita em HCP, vol. III.
- 5 – “metido em diferenças” – citação de *A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil*, de J. F. de Almeida Prado (São Paulo, 1945).
- 6 – “quase toda perdida” – o depoimento de Fernão Guerreiro foi citado por J. F. de Almeida Prado, idem nota 5.
- 7 – “vários milhares de cruzados” – idem nota 5.
- 8 – “na dita costa do Brasil” – carta de doação, citada por Vera Telles em *Porto Seguro: História/Estórias* (Rio, 1987).
- 9 – “vão povoar o Brasil” – carta da imperatriz D. Isabel, citada por Vera Telles, idem nota 8.
- 10 – “prudente e atilado” – idem nota 5.
- 11 – “ajuda de Vossa Alteza” – carta de Pero do Campo Tourinho ao rei D. João III, transcrita em HCP, vol III.
- 12 – “grave ofensa à religião” – idem nota 5.
- 13 – “esforços perdidos” – citação de *Atribuições de um donatário*, de Capistrano de Abreu, in *Capítulos de história colonial* (Rio, 1978)
- 14 – “que o pariu” – citado por J. F. de Almeida Prado, idem nota 5.
- 15 – “próprio Deus” – citado por Capistrano de Abreu, idem nota 13.
- 16 – “papa para mim” – idem nota 15.
- 17 – “com cuspe” – idem nota 15.
- 18 – “eive os espíritos” – alvará, citado por F. A. Pereira da Costa em *Anais pernambucanos* (Recife, 1951).
- 19 – Para uma breve história do estabelecimento da Inquisição em Portugal, ver *Nova história de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques.
- 20 – “coisas que não deviam” – os autos do processo contra Pero do Campo Tourinho estão arquivados na torre do Tombo, onde foram descobertos por Capistrano de Abreu. A íntegra do processo aparece transcrita em HCP, vol III.

- 21 – “herege diletante” – idem nota 13.
- 22 – “facilmente florescera” – J. M. Macedo, citado por Vera Telles, idem nota 8.
- 23 – “de fato ficou” – o depoimento incriminando André do Campo foi prestado perante o tribunal do Santo Ofício por Gaspar Dias Barbosa, neto do donatário, no dia 16 de agosto de 1591, em Olinda, durante a primeira visitação da Inquisição ao Brasil.
- 24 – “nobreza lusitana” – idem nota 1.
- 25 – “tão ilustre” – idem nota 1.
- 26 – “no trato dos negócios” – citação de *A cidade do Salvador*, de Edison Carneiro (Rio, 1954).
- 27 – “fizera aquilo” – carta de Cristóvão de Brito, publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque* (Lisboa, 1923).
- 28 – “lágrimas em quantidade” – citado por J. F. de Almeida Prado, idem nota 5.
- 29 – “a nível nacional e internacional” – citação de *Nova história de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques.
- 30 – “jamais v ramos” – frase de Jerônimo M nzer, citada no mesmo livro referido na nota anterior.
- 31 – *Deambulações da ganda* – citado por J. F. de Almeida Prado, idem nota 5.
- 32 – “mui boa conta” – citado por J. F. de Almeida Prado, idem nota 5.
- 33 – “capitania do Brasil” – alvará publicado em *Registros da casa da  ndia*, coletados por Luciano Pereira (Lisboa, 1916).
- 34 – “200 léguas de terra” – citado por Pedro Calmon, idem nota 35 abaixo.
- 35 – “de origem fidalga” – diário de Juan de Mori, citado em *História da fundação da Bahia*, de Pedro Calmon (Bahia, 1949).
- 36 – “armada de Simão de Alcázoba” – citação de *Historia General e Natural de las Indias*, de Gonzalo Fernandez de Oviedo (México, 1978).
- 37 – “para os portugueses” – citação de *História da fundação da cidade do Salvador*, de Teodoro Sampaio (Bahia, 1949).
- 38 – “contrabando” – idem nota 37.
- 39 – “pau-de-tinta” – idem nota 37.
- 40 – “casas grandes” – citação de *Povoamento da cidade do Salvador*, de Thales de Azevedo (Bahia, 1949).
- 41 – “estranheza” – idem nota 40.
- 42 – “dos índios” – idem nota 40.
- 43 – “de grande estirpe” – citação de Pedro Calmon, idem nota 35.
- 44 – “rude e tosco” – citação de *História do Brasil*, de Francisco de Varnhagen (SP, 1978).
- 45 – A  ntrega da carta de doação da sesmaria de Caramuru   transcrita por Thales de Azevedo, idem nota 40.
- 46 – “assaram e comeram” – crônica jesuíta *De algumas coisas mais notáveis do Brasil*, arquivo da Biblioteca de Coimbra, citada por Rodolfo Garcia em nota a Varnhagen, idem nota 44.
- 47 – “quanto quizerem” – alguns historiadores acham que a carta citada não foi escrita pelo donatário Francisco Pereira Coutinho, mas por um de seus colonos, Francisco Martins Coutinho, já que esse é o nome que aparece no final da carta. O documento original encontra-se na

Biblioteca Nacional (RJ), onde foi encontrado por Capistrano de Abreu. A maior parte dos estudiosos, porém, acha que o nome “Martins” foi um erro do copista e que o autor do relato foi o próprio donatário.

48 – “de Diogo Álvares” – idem nota 26.

49 – “mal ensinados” – carta de Duarte Coelho, transcrita em HCP, vol III.

50 – “fugir do trabalho” – idem nota 40.

51 – “contra os silvícolas” – citação de *História do Brasil*, de Henrich Handelmann (Rio, 1931).

52 – “não era a Índia” – idem nota 40.

53 – “suspeitos” – idem nota 37.

54 – “Antilhas” – alvará de D. Ataíde, citado por Pedro Calmon, idem nota 43.

55 – “em selvageria” – citação de *Crônica da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcelos (Rio, 1909).

56 – “por eles” – carta de Manuel da Nóbrega, em *Cartas do Brasil* (Rio, 1931).

57 – “fiéis a ele” – idem nota 40.

58 – “o vingassem” – idem nota 56.

59 – “tranqueiras dos colonos” – idem nota 26.

60 – “andava embrenhado” – carta de Pero Borges, idem nota 4.

61 – “grão ribaldo” – idem nota 49.

62 – “se edifica” – idem nota 56.

63 – “baldo de recursos” – idem nota 40.

64 – “Seu serviço” – carta de Pero do Campo Tourinho, em HCP, vol. III.

65 – Carta de Luís de Góis, que aparece na íntegra em HCP, vol III.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

A principal fonte para o estudo das capitanias hereditárias permanece sendo o volume III da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, coleção em três volumes editada por Carlos Malheiro Dias e publicada em Portugal pela Litografia Nacional (Porto, 1926). Além de trazer uma completa biografia dos donatários – resumida por Pedro de Azevedo (irmão do escritor Aloísio de Azevedo, autor de *O cortiço* e *O mulato*, entre outros) no artigo *Os primeiros donatários do Brasil*, em HCP vol. III, também reproduz os forais, as cartas de doação e, o que é mais importante, publica, na íntegra, as cartas enviadas ao rei D. João III pelos próprios donatários. Tais cartas constituem uma das únicas fontes primárias sobre o assunto. HCP vol. III, traz também os dados biográficos de D. Antônio de Ataíde e é um dos únicos livros a desvendar o papel-chave que o conde da Castanheira desempenhou na história do Brasil. Ataíde tem sido inexplicavelmente menosprezado pela historiografia contemporânea e já é hora de reabilitá-lo.

O segundo livro mais importante sobre as capitanias é a *História do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicado em 1854 e, anos depois, enriquecido pelas excelentes notas feitas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Na década de 1940, J. F. de Almeida Prado empreendeu uma tentativa de sistematizar o período das capitanias, em geral pouco estudado pela historiografia oficial. Embora repletos de dados, os três volumes de Almeida Prado – *São Vicente e as capitanias do sul do Brasil*, *Bahia e as capitanias do Centro do Brasil* e *Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil* (todos publicados na coleção Brasileira pela Cia Editora Nacional, SP, 1940-1945) – são um tanto confusos e de leitura enfadonha. Constituem, ainda assim, fonte indispensável.

Almeida Prado foi elogiado pelo norte-americano Alexander Marchand, autor do admirável *Do escambo à escravidão* (da mesma Brasileira, SP, 1944), um estudo sobre as relações econômicas entre brancos e indígenas no Brasil colonial que faz excelente síntese do período das capitanias. Apesar de repleto de incorreções, a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador (publicada originalmente em 1627 e, desde então, constantemente reeditada) também relata a história das capitanias e é livro interessante e de leitura saborosa – especialmente porque enriquecido pelas notas do sempre minucioso Capistrano de Abreu. Por fim, outra boa fonte é *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, escrito em 1587 (última edição, SP, 1957).

A expedição de Martim Afonso de Sousa foi detalhadamente estudada pelo capitão da Marinha Eugênio de Castro em sua espetacular edição do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* (Rio, 1927), que bem merecia reedição. Duas fontes indispensáveis para o estudo da capitania de São Vicente, a Costa do ouro e da prata e a busca pelo Rei Branco são *Fundação de São Paulo - Capital geográfica do Brasil*, de Jaime Cortesão (SP, 1954), e *Notas de revisão da história de São Paulo*, de Mário Neme (SP, 1954). Cortesão é o autor que mais se aprofundou nesse tema e a Parte I de *Capitães do Brasil* deve muito às suas ideias. Neme foi discípulo de Cortesão e seu livro é bastante detalhado.

Washington Luís, que depois seria presidente do Brasil, escreveu um recomendável *Na*

capitania de São Vicente (SP, s.d.). Por fim, frei Gaspar da Madre de Deus publicou, em fins do século XVIII, suas *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, com muitos erros mas algumas informações peculiares (última edição, SP, 1975). Especificamente sobre o caminho do Peabiru existe um estudo recente, *A saga de Aleixo Garcia*, de Rosana Bond (Florianópolis, 1998). Também sobre o Peabiru e o mito da Lagoa Dourada, fonte fundamental é o clássico *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (SP, 1969), um dos mais fascinantes livros já escritos sobre o Brasil colonial.

As duas melhores fontes para o estudo da capitania de São Tomé (uma das mais desprezadas pela historiografia) são *Terra Goitacá*, de Alberto Lamego (Rio, 1945), e *A capitania de São Tomé*, de Augusto Carvalho (Rio, 1897). Para a redação do capítulo sobre a capitania do Espírito Santo foram consultados *Biografia de uma ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (Vitória, 1975), e *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes (Vitória, s.d.). Sobre a fundação de Buenos Aires e de Assunção, existe uma fonte primária importantíssima e detalhada: *Relacion del viaje al rio de La Plata*, de Ulrich Schmidel (Madrid, 1975). As memórias de Cabeza de Vaca foram publicadas em *Naufrágios e comentários* (Porto Alegre, L&PM, 1998, notas de Eduardo Bueno). Sobre a conquista do Peru, nada supera o clássico *The Conquest of Peru*, de William Prescott (Nova York, 1936), inédito em português.

As fontes primordiais para a redação de “A Costa leste-oeste” foram os artigos *João de Barros e o cosmopolitismo do renascimento*, de Ana Isabel Buescu (de onde foi extraída a análise sobre a obra literária de João de Barros), e *Desventuras de João de Barros, primeiro colonizador do Maranhão*, de Rafael Moreira e William M. Thomas, dois excelentes artigos publicados pela revista *Oceanos* (Lisboa, junho 1996). Também foram consultadas a ótima *História do Rio Grande do Norte*, de Luís da Câmara Cascudo (Rio, 1957), e as *Obras*, de João Francisco Lisboa (Rio, 1975). Sobre a descoberta do Amazonas, a fonte primordial continua sendo o diário de frei Gaspar de Carvajal, *Descobierta del rio de las Amazonas* (Madri, 1961). Para um bom estudo sobre as amazonas em si, ver o artigo de Luiz Mott *As Amazonas: um mito e algumas hipóteses*, publicado em *América em tempo de conquista* (coord. de Ronaldo Vainfas, Rio, 1992).

É muito ampla a bibliografia sobre os primórdios de Pernambuco. Fonte completíssima são os *Anais pernambucanos*, de F. A. Pereira da Costa (Recife, 1951), *Olinda, novo mundo nos trópicos* e o clássico *Casa Grande & Senzala*, os três de Gilberto Freyre: são livros maravilhosos e foram bastante utilizados. O melhor estudo sobre o açúcar no Brasil colonial é *Segredos internos*, de Stuart Schwartz (SP, 1993). Muito pouco se escreveu sobre a capitania de Itamaracá; a melhor fonte continua sendo frei Vicente do Salvador (ob. cit.), além dos já citados HCP, vol. III e Varnhagen. O livro de Hans Staden foi recentemente reeditado, em nova tradução de Pedro Sússekind (Rio, 1998).

A bibliografia sobre a capitania de Ilhéus é praticamente inexistente. A melhor fonte é J. F. de Almeida Prado, em *Bahia e as capitanias do Centro*, e, mais uma vez, HCP, vol III e Varnhagen. Sobre a capitania de Porto Seguro, existe um bom livro: *Porto Seguro: História/Estórias*, de Vera Telles (Rio, 1987). Sobre o processo contra Pero do Campo Tourinho, é indispensável consultar *Atribuições de um donatário*, de Capistrano de Abreu, publicado em *Capítulos de história colonial* (Rio, 1975, edição anotada por José Honório Rodrigues).

Sobre a capitania da Bahia, a bibliografia é vasta e muito boa. Quatro livros são indispensáveis: *História da fundação da Bahia*, de Pedro Calmon, *História da fundação da cidade do Salvador*, de Teodoro Sampaio, *Povoamento da cidade do Salvador*, de Thales de Azevedo (os três editados na Bahia, 1949) e *A cidade do Salvador*, de Edison Carneiro (Rio, 1954). Também merece ser consultado o saboroso *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (SP, 1946).

Algumas histórias gerais do Brasil: a sempre confiável *História geral da civilização brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, vol I, *A época colonial* (SP, 1960), *História do Brasil*, de Robert Southey (um dos únicos a traçar um paralelo entre o Brasil e a América Espanhola), *História do Brasil* (em 7 volumes), de Pedro Calmon (Rio, 1947) e *História do Brasil* (em dez volumes), de Rocha Pombo (SP, 1951) são boas fontes genéricas. *A construção do Brasil*, de Jorge Couto (Lisboa, 1998) traça um belo panorama dos primeiros anos da colonização no Brasil e foi um sopro de renovação na historiografia colonial. Sobre as guerras entre brancos e nativos, a melhor e mais documentada fonte é *Red Gold*, de John Hemming (Nova York, 1975), vergonhosamente inédito em português. *Negros da Terra*, de John Monteiro (SP, 1995), também deve ser consultado.

Duas excelentes histórias de Portugal no século XVI foram editadas recentemente. São elas: *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*, coordenação de João José Alves Dias (Lisboa, 1998), vol. V da *Nova história de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, e *Portugal no Alvorecer da modernidade*, coordenação de Joaquim Romero Magalhães, vol. 3 de *História de Portugal*, direção de José Mattoso (Lisboa, 1998). Especificamente sobre a expansão lusitana, além das fontes clássicas (nomeadamente *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia), devem ser consultados também *O império colonial português*, de Charles Boxer (Lisboa, 1969), e o ótimo *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, direção de Luís de Albuquerque (Lisboa, 1994).

Por fim, foram consultados também os dois primeiros volumes da coleção *Brasilis*, *A viagem do descobrimento* e *Náufragos, traficantes e degredados*, ambos de Eduardo Bueno (Estação Brasil, Rio de Janeiro, 2016).

EDUARDO BUENO



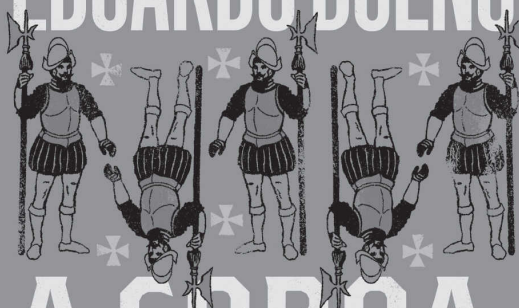
A COROA, A CRUZ E A ESPADA

LEI, ORDEM E CORRUPÇÃO NO BRASIL

ESTACÃO
BRASIL

**A COROA,
A CRUZ E A ESPADA**

EDUARDO BUENO



A COROA, A CRUZ E A ESPADA

LEI, ORDEM E CORRUPÇÃO NO BRASIL

ESTACAO
BRASIL

Copyright © 2006, 2016 por Divulgadora Bueno & Bueno, S.S

Vinhetas das páginas 1, 20, 32, 46, 58, 64, 150 e 211: Roque Gameiro, reproduzidas do livro História da Colonização Portuguesa no Brasil (Litografia Nacional, Porto, 1926).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores. A primeira edição desta obra teve consultoria técnica de Scheila Siqueira de Castro Faria, professora titular de História do Brasil da UFF (Universidade Federal Fluminense).

revisão: ANA GRILLO E LUIS AMÉRICO COSTA

projeto gráfico: ANA ADAMS

diagramação: RAQUEL ALBERTI

mapas: ADAMS DESIGN

pesquisa e captação das imagens: EDUARDO BUENO

reprodução das imagens: XIRU SANDER SCHERER

capa: TEREZA BETTINARDI

ilustrações de capa: BRUNO ALGARVE E TEREZA BETTINARDI

foto do autor: © AL HAMDAN/ STUDIO H

e-book: [HONDANA](#)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B941c Bueno, Eduardo

A coroa, a cruz e a espada [recurso eletrônico] / Eduardo Bueno. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

recurso digital (Brasília; 4)

Sequência de: Capitães do Brasil

Formato: epub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-5608-009-7 (recurso eletrônico)

1. Brasil - Colonização. 2. Livros eletrônicos. I. Título. II. Série.

16-32271

CDD: 981.03

CDU: 94(81)

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo

22270-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244

E-mail: atendimento@sextante.com.br

www.sextante.com.br

*Para Beatriz, que além de tudo
me deu minha primeira máquina de escrever.
Para Milton, que me fez mergulhar
no mundo dos livros.*

O CENÁRIO



OS PERSONAGENS

Em Portugal

D. João III – Rei de 1521 a 1557, antepenúltimo soberano da dinastia de Avis, tido como “o colonizador do Brasil”.

D. Antônio de Ataíde – Conde da Castanheira, principal assessor do rei D. João III, vedor da Fazenda e idealizador do Governo-Geral.

Fernão d’Álvares de Andrade – Tesoureiro-mor do reino, assessor direto de Ataíde, donatário da capitania do Maranhão e incentivador do Governo-Geral.

Equipe do Primeiro Governo-Geral

Tomé de Sousa – Primeiro governador-geral do Brasil, militar de carreira e primo-irmão de Antônio de Ataíde.

Antônio Cardoso de Barros – Primeiro provedor-mor da Fazenda do Brasil, burocrata da Casa dos Contos e donatário do Ceará. Acusado de corrupção.

Pero Borges – Primeiro ouvidor-geral do Brasil, ex-corregedor de Justiça e desembargador. Acusado de corrupção.

Pero de Góis – Capitão-mor da costa do Brasil, militar de carreira e donatário da capitania de São Tomé.

Luís Dias – “Mestre da pedraria”, arquiteto responsável pela construção da cidade de Salvador.

Os jesuítas

Inácio de Loyola – Fidalgo espanhol, fundador da Companhia de Jesus.

Simão Rodrigues – Fidalgo português, cofundador da Companhia e primeiro provincial da Ordem em Portugal.

Manuel da Nóbrega – Líder dos jesuítas e primeiro provincial da Ordem no Brasil, fundador do Colégio de São Paulo.

Leonardo Nunes – Cristão-novo, integrante da primeira leva de jesuítas a vir para o Brasil, apelidado de Abarebebê (“padre voador”) pelos indígenas de São Paulo.

João de Azpilcueta Navarro – Companheiro de Nóbrega e primeiro jesuíta a penetrar nos sertões do Brasil.

Luís da Grã – Teólogo, líder da terceira leva de jesuítas a vir para o Brasil (1553), provincial colateral da Ordem na colônia.

O clero de Salvador

D. Pero Fernandes Sardinha – Primeiro bispo do Brasil, seria morto e devorado pelos Caeté na Paraíba. Acusado de corrupção.

Gomes Ribeiro – Deão de Salvador e “visitador” da costa do Brasil em nome do bispo, do qual se tornou inimigo. Acusado de corrupção.

Francisco de Vacas – Músico e cantor, chantre de Salvador, nomeado por Sardinha, do qual depois também se tornou inimigo.

Fernão Pires – Padre degredado para o Brasil, assassino confesso e um dos principais aliados de Sardinha. Acusado de corrupção.

Os aventureiros

Diogo Álvares Caramuru – Náufrago português acolhido pelos Tupinambá, vivia na Bahia desde 1510.

João Ramalho – Náufrago ou degredado português radicado nos arredores de São Paulo desde 1509. Traficante de escravos, genro do líder Tupiniquim Tibiriçá.

Pero Correia – Ex-traficante de escravos e sertanista, entrou para a Companhia de Jesus em 1550.

Antônio Rodrigues – Português vindo para a América com os espanhóis em 1534. Percorreu a pé o Paraguai, o Peru e parte da Amazônia. Entrou para a Companhia de Jesus em 1550.

Hans Staden – Mercenário alemão que veio para o Brasil com os espanhóis em 1551 e naufragou na ilha de Santa Catarina. Foi capturado pelos Tamoio em Bertioga (SP) em 1554.

Felipe de Guillen – Cristão-novo castelhano degredado para o Brasil em 1538. Deu as primeiras notícias sobre a existência de ouro nas Minas Gerais.

Equipe do segundo Governo-Geral

D. Duarte da Costa – Fidalgo português, presidente do Senado da Câmara em Lisboa e segundo governador-geral do Brasil. Acusado de corrupção.

D. Álvaro da Costa – Filho de Duarte da Costa, desafeto de Sardinha e herói da chamada Guerra de Itapuã. Acusado de corrupção.

Rodrigo Peçanha – Fidalgo, principal companheiro de D. Álvaro da Costa e suposto líder do “grupo de arruaceiros” que scandalizou Salvador. Mais tarde, rompeu com o filho do governador e tornou-se aliado do bispo Sardinha.

Pero Borges – Ouvidor no governo de Tomé de Sousa, acumulou o cargo de provedor-mor no governo de Duarte da Costa.

A AÇÃO

1546

29 de abril – Pero de Góis, donatário da capitania de São Tomé, envia carta ao rei D. João III alertando que, devido ao descaso da Coroa, “a terra do Brasil está em condição de se perder (...) antes de dois anos”.

Segundo semestre – O donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira, o Rusticão, é morto e possivelmente devorado pelos Tupinambá na ilha de Itaparica.

1548

12 de maio – O colono Luís de Góis escreve para o rei afirmando que os franceses estão a um passo de se tornarem senhores do Brasil e clamando pelo apoio régio.

Segundo semestre – Entre julho e outubro, o rei e seus conselheiros decidem estabelecer o Governo-Geral no Brasil, com sede na Bahia. Os recursos para a colonização da América portuguesa saíram do depauperado Tesouro Régio.

19 de novembro – D. João III escreve para Caramuru informando-o da chegada iminente da expedição comandada por Tomé de Sousa, incumbida de construir uma “cidade-fortaleza” na baía de Todos os Santos.

17 de dezembro – Tomé de Sousa, Pero Borges e Antônio Cardoso de Barros são escolhidos respectivamente governador-geral, ouvidor-geral e provedor-mor da colônia. A Companhia de Jesus aponta o padre Manuel da Nóbrega para chefiar a primeira missão jesuíta no Novo Mundo.

1549

Fins de janeiro – Uma expedição comandada por Gramatão Teles chega à Bahia para encontrar Caramuru e preparar o terreno para o

desembarque de Tomé de Sousa e sua equipe.

1º de fevereiro – A frota do governador zarpa de Lisboa.

29 de março – A expedição de Tomé de Sousa aporta na Bahia.

15 de abril – Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, escreve ao rei criticando a criação do Governo-Geral e se mostra disposto a lutar pela autonomia de sua capitania.

1º de maio – Iniciam-se as obras e são pagos os primeiros ordenados aos operários encarregados da construção da Cidade do Salvador e de uma “fortaleza forte”.

13 de junho – Uma procissão em comemoração ao dia de Corpus Christi percorre as ruas recém-traçadas da nova cidade.

1º de novembro – A festa de Todos os Santos marca, segundo alguns historiadores, a “inauguração” informal da primeira capital do Brasil.

10 de novembro – Morre o papa Paulo III, aliado e incentivador dos jesuítas.

1550

4 janeiro – O novo papa, Júlio III, assume o poder no Vaticano.

8 de janeiro – Pero de Góis, Pero Borges e Antônio Cardoso partem de Salvador para realizar a primeira viagem de inspeção à costa do Brasil. O jesuíta Leonardo Nunes segue com eles, levando de volta para o sul cinquenta índios Carijó que haviam sido ilegalmente escravizados em Santa Catarina.

11 de janeiro (a 5 de fevereiro) – A expedição vistoria a capitania de Porto Seguro.

26 de fevereiro (a 4 de março) – A expedição vistoria a capitania do Espírito Santo.

28 de abril (a 1º de agosto) – A expedição vistoria São Vicente.

Meados de outubro – Góis, Borges e Cardoso de Barros retornam à Bahia. O padre Leonardo Nunes é autorizado a permanecer em São Vicente, onde funda um colégio para doutrinar os Tupiniquim.

1551

25 de fevereiro – É criado o bispado do Brasil; D. Pero Fernandes Sardinha é escolhido primeiro bispo da América portuguesa.

13 de junho – O “mestre da pedraria” Luís Dias, responsável pela construção de Salvador, envia carta a seu superior dando como encerrada a primeira parte das obras da capital.

18 de junho – Tomé de Sousa, com o mandato vencido desde janeiro, escreve para o rei reclamando das condições de vida no Brasil e pedindo para voltar ao reino.

8 de setembro – Os colonos da capitania do Espírito Santo fundam a vila de Vitória.

1552

24 de março – O bispo Sardinha parte rumo ao Brasil.

22 de junho – O bispo desembarca em Salvador.

Julho – Nóbrega e Sardinha se desentendem. O bispo se mostra contrário à catequização dos indígenas.

1º de novembro – Impedido pelo rei de vistoriar Pernambuco, Tomé de Sousa parte em viagem de inspeção ao Sul do Brasil. Já rompido com Sardinha, o padre Nóbrega resolve acompanhar a expedição do governador.

27 de novembro – Após uma primeira e breve escala em Ilhéus, o governador vistoria a capitania de Porto Seguro.

12 de dezembro – A expedição chega à capitania do Espírito Santo e a encontra em situação caótica.

1553

Meados de janeiro – Tomé de Sousa e Manuel da Nóbrega chegam ao Rio de Janeiro. A expedição fica fundeada junto à ilha do Governador.

16 de janeiro – Sousa e Nóbrega chegam a São Vicente. Nóbrega reencontra o padre Leonardo Nunes e conhece o colégio fundado por ele.

Fins de janeiro – Tomé de Sousa é procurado pelo capitão espanhol Juan de Salazar, que, detido em São Vicente, solicita auxílio para

resgatar os sobreviventes de sua expedição, cujos navios haviam naufragado na ilha de Santa Catarina em setembro de 1551. Sousa autoriza o resgate. No mesmo período, o governador funda as vilas de Bertioga e Itanhaém.

1º de fevereiro – Tomé de Sousa sobe a serra de Paranapiacaba, funda a vila de Santo André e nomeia João Ramalho “guarda-mor do campo”, determinando o bloqueio do caminho que une São Vicente a Assunção, no Paraguai.

3 de fevereiro – Tomé de Sousa parte para Salvador. Embora impedido de seguir para o Paraguai, como pretendia, o padre Nóbrega decide ficar em São Vicente.

1º de março – O fidalgo D. Duarte da Costa é nomeado em Lisboa o segundo governador-geral do Brasil.

Meados de abril – Ao fazer escala em Porto Seguro, Tomé de Sousa autoriza a partida de uma expedição rumo a Minas Gerais, sob o comando do colono Bruza de Espinosa.

1º de maio – Sousa chega de volta a Salvador, cinco meses após ter partido de lá.

8 de maio – A expedição de Duarte da Costa zarpa de Lisboa para o Brasil. O jesuíta Luís da Grã embarca com o novo governador.

1º de junho – Tomé de Sousa escreve para D. João III, faz um balanço de seus quatro anos e dois meses de governo e solicita outra vez seu retorno ao reino.

13 de junho – A expedição de Duarte da Costa aporta na Bahia. Tomé de Sousa deixa o Brasil e zarpa para Portugal.

29 de agosto – O padre Nóbrega sobe a serra de Paranapiacaba e determina a construção de uma capela e um colégio em Piratininga, junto à aldeia do líder Tupiniquim Tibiriçá, sogro de João Ramalho.

Setembro – Nóbrega percorre os sertões de Piratininga por cerca de um mês, depois de ter se encontrado com João Ramalho pela primeira vez.

1º de novembro – Em Salvador, o bispo Sardinha faz um sermão contra D. Álvaro da Costa, filho do novo governador. Iniciam-se as “guerras civis” entre o grupo do bispo e a facção liderada por Duarte da Costa.

Novembro – Autorizada seis meses antes por Tomé de Sousa, a expedição de Bruza de Espinosa parte em direção a Minas Gerais. É a primeira entrada oficial dos portugueses nos sertões do Brasil. O jesuíta Azpilcueta Navarro acompanha a marcha.

Dezembro – O deão Gomes Ribeiro e o chantre Francisco de Vacas tentam destituir o bispo Sardinha. O conflito entre facções do clero, aliados do bispo e membros do governo eclode com todo o vigor na Bahia.

1554

2 de janeiro – Morre em Lisboa, aos 18 anos, o príncipe D. João, herdeiro do trono e último filho vivo de D. João III.

20 de janeiro – Nasce D. Sebastião, filho do finado príncipe D. João, neto de D. João III e novo herdeiro do trono.

25 de janeiro – Manuel da Nóbrega, com 11 jesuítas, funda em Piratininga o Colégio de São Paulo.

Fins de janeiro – O mercenário alemão Hans Staden (que chegara a São Vicente em 1552 com a expedição de Juan de Salazar) é capturado pelos Tamoio em Bertioga.

Março a outubro – Auge das “guerras civis” entre o bispo Sardinha e o governador Duarte da Costa.

Fins de outubro – Hans Staden é libertado pelos Tamoio, volta para a Europa e escreve um livro que o torna famoso.

15 de novembro – Em Salvador, Duarte da Costa demite o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros. O ouvidor-geral Pero Borges, aliado de D. Duarte, assume o cargo, acumulando as duas funções.

Dezembro – O bispo Sardinha excomunga Pero Borges.

1555

23 de março – Em Roma, morre o papa Júlio III.

1º de maio – Marcelo II, sucessor de Júlio III, morre em Roma apenas 38 dias depois de se tornar papa.

23 de maio – Paulo IV, inimigo declarado dos jesuítas, torna-se papa.

26 de maio – Os Tupinambá desferem um ataque contra Salvador.

1º de junho – Álvaro da Costa lidera a resistência contra os indígenas, incendeia mais de dez aldeias, mata centenas de guerreiros Tupinambá e vence a chamada Guerra de Itapuã. Ao voltar para Salvador, o filho do governador é aclamado como herói.

10 de junho – Duarte da Costa escreve ao rei descrevendo a guerra e a vitória dos portugueses e afirma que o povo de Salvador é contrário à partida de D. Álvaro, que D. João III mandara chamar de volta a Portugal.

12 de junho – D. Álvaro é obrigado a pedir perdão ao bispo, segundo o depoimento dos jesuítas.

Junho – A expedição de Bruza de Espinosa retorna do sertão depois de ter chegado à região das Minas Gerais, mas sem encontrar ouro.

10 de novembro – O francês Nicolas Villegaignon desembarca no Rio de Janeiro e funda, na baía de Guanabara, a chamada França Antártica.

1556

23 de maio – Nóbrega parte de São Vicente de volta para Salvador.

2 de junho – Chamado pelo rei de volta a Portugal, Sardinha zarpa da Bahia. Junto com ele seguem o demitido provedor da Fazenda, Cardoso de Barros, e cerca de cem outros portugueses, a maioria dos quais adversários de Duarte da Costa.

15 de junho – A nau *N. S. da Ajuda*, que transporta Sardinha e Cardoso de Barros, naufraga na barra do rio Coruripe, no litoral da Paraíba. Todos os cerca de cem tripulantes sobrevivem ao desastre.

16 de junho – Sardinha, Cardoso de Barros e a maioria de seus acompanhantes são mortos (e, provavelmente, devorados) pelos Caeté.

23 de junho – Em Lisboa, o desembargador Mem de Sá é nomeado terceiro governador-geral “das partes do Brasil”.

Fins de agosto – A notícia do naufrágio e da morte do bispo, do provedor-mor e de cerca de cem portugueses chega a Salvador. Duarte da Costa e seus aliados festejam a tragédia.

18 de dezembro – Vereadores dissidentes da Câmara de Salvador escrevem para o rei clamando “em nome do povo e pelas chagas de Cristo que D. Duarte se vá”.

1557

10 de janeiro – O conde da Castanheira escreve um libelo lamentando o fato de D. João III não o ter feito marquês, como prometido.

22 de janeiro – O papa Paulo IV declara guerra à Espanha de Felipe II.

30 de abril – A expedição de Mem de Sá parte de Lisboa para o Brasil. No mesmo dia, morre na Bahia o jesuíta Azpilcueta Navarro.

7 de junho – Felipe II, já em guerra contra os Estados Papais, declara guerra à França de Henrique II.

11 de junho – Morre em Lisboa, aos 55 anos, o rei D. João III.

16 de junho – D. João III é enterrado no mesmo dia em que seu neto, D. Sebastião, é aclamado rei. A rainha D. Catarina assume a regência durante a menoridade do monarca, de apenas 3 anos.

31 de julho – Morre em Roma o fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola.

3 de outubro – Morre em Assunção o ríspido e controverso governador do Paraguai, Domingo de Irala.

5 de outubro – Morre em Salvador Diogo Álvares Caramuru.

22 de outubro – Nessa data, o conde da Castanheira já havia sido afastado do cargo de vedor da Fazenda, substituído por seu primo Tomé de Sousa.

28 de dezembro – Mem de Sá chega à Bahia “oito meses menos dois dias” depois de ter zarpado de Lisboa. O novo governador toma posse no dia 3 de janeiro de 1558.



A MOEDA

Havia duas moedas em circulação em Portugal no século XVI: o cruzado e o real. O cruzado pesava 3,5 gramas de ouro, era reservado para as grandes transações monetárias e valia 400 reais. O real era a moeda de conta – ou “dinheiro de contado”, como se dizia –, utilizado pela população no dia a dia. Por volta de 1580, o plural de real (até então “reais”) passou a ser grafado “réis”. Abaixo, alguns preços e salários (ou “soldos”, conforme a designação da época) praticados em Portugal e no Brasil no período abrangido por este livro. Por coincidência, os valores nominais são muito similares aos vigentes em 2006 no Brasil.



Menor soldo geralmente pago em Portugal:

360 reais por mês

Soldo médio de um pedreiro:

600 reais por mês

Soldo médio de um marinheiro:

900 reais por mês

Rendimentos de um escrivão:

40 mil reais por ano

Rendimentos de um corregedor de justiça:

170 mil reais por ano

Rendimentos do governador-geral Tomé de Sousa:

400 mil reais por ano

Rendimentos do provedor-mor Cardoso de Barros:

200 mil reais por ano

Soldo do “mestre da pedraria” Luís Dias:

72 mil reais por ano

Preço de uma dúzia de ovos (em Portugal):

7 reais

Preço de 1 litro de vinho (em Portugal):

13 reais

Preço de 1 quilo de farinha de mandioca (no Brasil):

8 reais

Preço de 1 quilo de carne de gado (no Brasil):

20 reais

Preço de uma enxada (no Brasil):

150 reais

Preço de uma espada (no Brasil):

450 reais

Preço da melhor casa de Salvador (em 1551):

80 mil reais

Preço de um terreno (22 metros de frente) em Salvador:

13 mil reais

Preço de uma nau (em Portugal):

2.500 cruzados (ou 1 milhão de reais)

Custo aproximado do estabelecimento do Governo-Geral e da construção da cidade de Salvador:

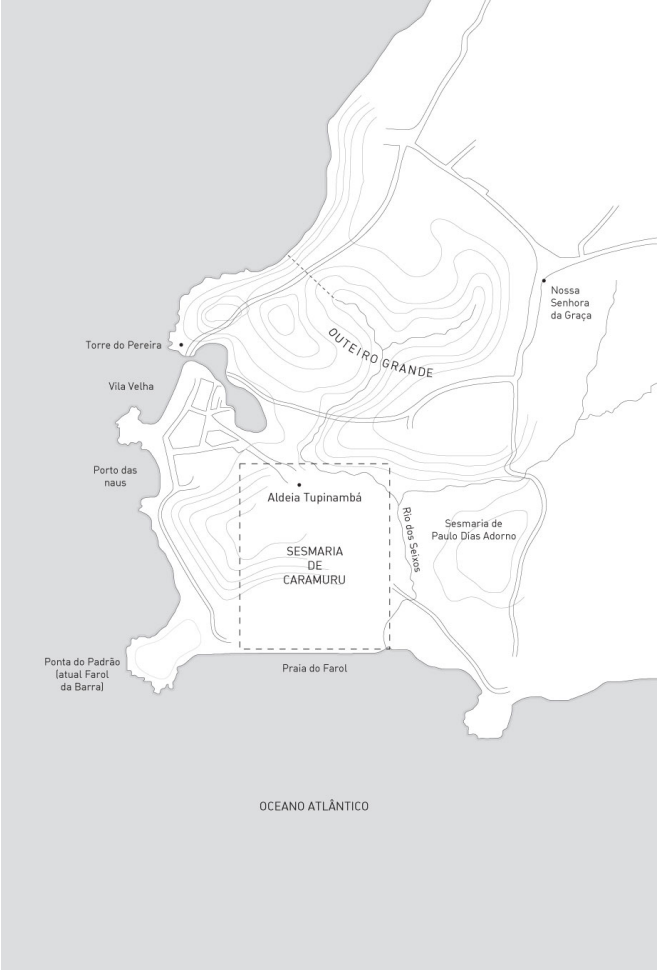
1 milhão de cruzados (ou 400 milhões de reais)

Total dos recursos do Tesouro Régio português (em 1547):

3 milhões e 200 mil cruzados

Total da dívida externa de Portugal (em 1547):

3.881.720 cruzados



INTRODUÇÃO

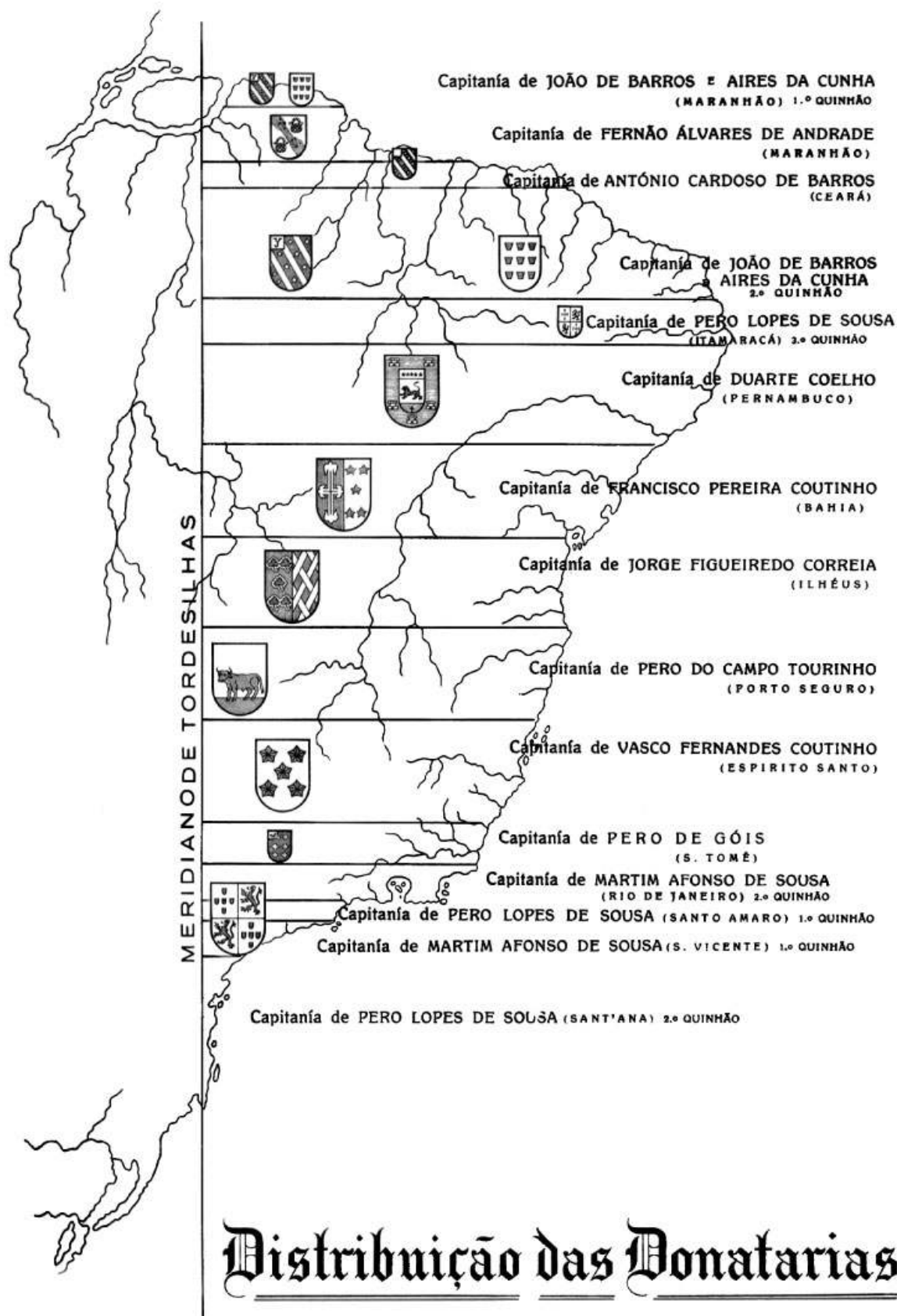
Restavam apenas destroços. Ainda assim, tão logo a caravela comandada por Gramatão Teles contornou a ponta do Padrão e penetrou na baía de Todos os Santos, o capitão e seus homens avistaram a Vila do Pereira – ou o que sobrava dela.

A antiga povoação se erguia numa pequena enseada na margem esquerda da baía, bem próxima à saída para o oceano. Antes mesmo de desembarcar, os recém-chegados devem ter percebido que, virtualmente, nada poderia ser aproveitado do vilarejo que fora a sede da capitania da Bahia.

A torre do Pereira, um prédio de pedra e cal com dois andares de altura, jazia em ruínas. Depois de meses jogados na praia, os quatro canhões que a guarneciam tinham sido levados por franceses que recolhiam pau-brasil à revelia das leis de Portugal. Da cerca de toras, a antiga “tranqueira” de pau a pique erguida ao redor do vilarejo, sobravam apenas troncos calcinados.

As casas de barro e palha haviam sido arrasadas, e as casas de pedra, chamuscadas e sem telhado, só abrigavam insetos. Quando o vento soprava de sudeste, portas e janelas batiam lugubrememente.

A desoladora visão que a Vila do Pereira oferecia naquele princípio de verão de 1549 era um retrato em cores dramáticas da situação em que se encontravam as demais capitanias espalhadas pelo litoral do Brasil. Implantado 15 anos antes, em março de 1534, o regime das donatarias surgira como a solução mais engenhosa para dar início à ocupação da América portuguesa. Com sua atenção e os recursos do Tesouro Régio voltados para as riquezas do Oriente, o rei D. João III e seus conselheiros haviam transferido para a iniciativa particular a responsabilidade de ocupar o vasto território sul-americano, até então praticamente abandonado trinta anos após a descoberta de Cabral.



Cerca de 5 mil quilômetros da costa foram divididos em 15 lotes, com largura média de 300 quilômetros cada, perfazendo 12 capitanias. Cada lote – a maioria com dimensões superiores ao reino de Portugal – foi concedido a um donatário. Não se tratava de simples doação: ao receberem aquelas imensas porções de terra, os novos proprietários tornavam-se, compulsória e automaticamente, os únicos responsáveis por sua colonização.

Passada uma década e meia de sua implantação, o sistema entrara em colapso. Naquele janeiro de 1549, apenas Pernambuco – uma entre 12 capitanias – encontrava-se em situação estável. Nos demais lotes, reinava a desolação ou a desordem.

Nas remotas capitanias do Norte, as tentativas de ocupação tinham redundado em naufrágios e tragédias, e elas nunca chegaram a ser colonizadas. Em duas outras donatarias a revolta dos indígenas contra os abusos dos colonos provocara devastação: Ilhéus (cedida a Jorge de Figueiredo Correia, tesoureiro do reino) havia sido atacada pelos ferozes Aimoré, e São Tomé (que pertencia ao capitão Pero de Góis) fora destruída pelos ainda mais temíveis Goitacá. As capitanias de Itamaracá e do Espírito Santo estavam nas mãos de comerciantes ilegais de pau-brasil, tanto portugueses como franceses, enquanto Porto Seguro se achava à beira de uma guerra civil, com seu donatário, Pero do Campo Tourinho, preso pelos colonos e, após um processo espúrio, enviado a ferros para os tribunais da Inquisição em Lisboa. Isolada nas lonjuras do litoral sul, São Vicente sobrevivía a duras penas. Nos três lotes restantes, sequer houve tentativa de ocupação: a capitania do Ceará (que pertencia ao funcionário do Tesouro Régio Antônio Cardoso de Barros), o lote do Rio de Janeiro (que era parte da capitania de São Vicente e pertencia ao fidalgo Martim Afonso de Sousa) e a capitania de Sant’Ana (hoje Paraná e Santa Catarina, do militar Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso) permaneceram abandonadas por seus donatários.

O TERRÍVEL FIM DO RUSTICÃO

Nenhum caso, porém, era mais revelador do que aquele que se desenrolara na capitania da Bahia, onde a caravela de Gramatão Teles agora lançava âncora.

Com 50 léguas (ou cerca de 300 quilômetros) de costa, a Bahia fora doada ao fidalgo da Casa Real Francisco Pereira Coutinho, homem “de grande fama e cavalarias em a Índia”,¹ filho do alcaide-mor (chefe militar) da cidade de Santarém, em Portugal. Conhecido pela rudeza, Pereira recebera no Oriente o apelido de “Rusticão”. Já estava “velho e doente”,² segundo o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, quando chegou ao Brasil para colonizar a capitania que recebera em abril de 1534. Com o dinheiro adquirido em saques na Índia, o Rusticão armou uma frota e, entre parentes e colonos, trouxe cerca de 120 pessoas para o Brasil.

A VILA VELHA

O núcleo original da capitania da Bahia surgiu em uma enseada muito próxima à ponta do Padrão – o promontório que marca o local onde as águas do oceano Atlântico se encontram com as águas interiores da baía de Todos os Santos e sobre o qual foi erguido o farol da Barra. Na imagem abaixo, pintada na década de 1920 por Diógenes Rebouças, o lugar conserva o ar bucólico que certamente possuía a Vila do Pereira, erguida mais de quatrocentos anos antes. Até a década de 1940, a Vila Velha e o porto da Barra de fato se mantiveram como um típico “arrabalde de veraneio”, embora ficassem a pouco mais de 5 quilômetros do centro de Salvador.

Pereira e sua gente desembarcaram na Bahia, uma das mais magníficas porções do litoral sul-americano, no verão de 1536. Além dos “bons ares”, das “boas águas” e da fertilidade da terra (“os algodões são os mais excelentes do mundo, o açúcar se dará quanto quiserem; a terra dará tudo o que lhe deitarem”,³ relatou o donatário ao rei com ardente entusiasmo), a capitania ficava no centro da costa do Brasil e podia ser alcançada com facilidade a partir de Portugal. Além disso, já era um território bem conhecido pelos europeus e, havia quase três décadas, ali vivia o mais

afamado dos náufragos portugueses radicados no Brasil, Diogo Álvares, o Caramuru. Junto a ele, agrupavam-se duas centenas de Tupinambá, trabalhando sob seu comando e em seu benefício.



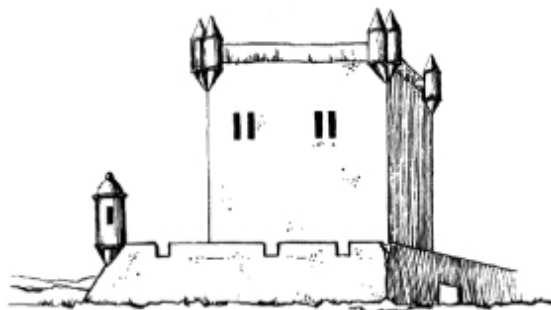
Nenhum dos demais capitães do Brasil haveria de desfrutar de circunstâncias tão favoráveis quanto Francisco Pereira Coutinho.

A princípio, tudo correu bem para o donatário. Ele se instalou nas cercanias da atual praia da Barra, quase ao lado da ponta do Padrão (onde hoje se ergue o farol da Barra, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Salvador), bem próximo à entrada da baía de Todos os Santos. À sombra de uma colina e diante de uma pequena enseada, surgiu um povoado com cerca de trinta casas, cercado por uma paliçada de pau a pique, próxima à qual foi construída uma torre em estilo medieval, guarnecida por quatro canhões (*abaixo*). Era a Vila do Pereira – mais tarde Vila Velha.

Assim que se estabeleceu, o donatário iniciou a distribuição de sesmarias dentro do Recôncavo, favorecendo, como de praxe, os fidalgos

que o tinham acompanhado naquela aventura tropical. Mas o interior da baía era habitado por alguns milhares de Tupinambá (cerca de “cinco ou seis mil homens de peleja”,⁴ de acordo com os relatos da época), e as desavenças que precipitariam o triste fim do Rusticão e de sua capitania parecem ter se iniciado logo nos primeiros anos.

É provável que os colonos mais abastados – entre os quais o espanhol Afonso de Torres (ex-arrendatário do tráfico de escravos na ilha de São Tomé, na costa ocidental da África) e o fidalgo João de Velosa –, que haviam erguido engenhos de açúcar em Paripe e Pirajá, no interior do Recôncavo, tenham deflagrado incursões para escravizar os nativos, forçando-os a trabalhar nas suas plantações de cana.



A torre do Pereira

Os Tupinambá reagiram e, sem demora, passaram ao ataque.

Quando a guerra rebentou, por volta de 1540, o Rusticão já estava isolado. Além de não saber “usar com a gente como bom capitão”, Pereira era “mole para resistir às doidices e desmandos dos doidos e mal ensinados”,⁵ segundo assegurou ao rei o donatário de Pernambuco. Por isso, não só havia perdido o apoio de Caramuru e de seus aliados indígenas – acostumados a comerciar com os franceses – como estava rompido com a maioria dos colonos. Supõe-se que as investidas dos nativos tenham sido incentivadas pelos próprios desafetos de Pereira e, talvez, até por Caramuru.

O assédio dos Tupinambá tornou-se progressivamente audacioso, e, ao longo de cinco anos, com pequenos intervalos de trégua, a fome, a sede e a morte assombraram a Vila do Pereira. Em fins de 1545, os portugueses se encontravam encurralados no exíguo espaço entre o mar e a muralha que

protegia a vila. Eram uns cem colonos cercados por mais de mil Tupinambá brandindo tacapes, lançando flechas incendiárias, produzindo nuvens tóxicas com a combustão de pimenta e ervas venenosas.

Foi então que Francisco Pereira acabou vítima do arдил de um tal João Bezerra, “clérigo de missa”, ou seja, um padre, tido como “aventureiro sem escrúpulos que se valia das vestes sacerdotais para proteger seus crimes”⁶ e que, cerca de um ano antes, havia sido expulso da vila pelo próprio Pereira. Em meio ao confronto com os indígenas, com as “tranqueiras” da vila cada vez mais frágeis, o padre Bezerra retornou à baía de Todos os Santos. Mancomunado com alguns dos muitos inimigos pessoais do Rusticão, mentiu que voltava de Portugal e, munido de um alvará falso, decretou a destituição do donatário.

Pereira escapuliu, buscando refúgio na capitania de Porto Seguro, uns 400 quilômetros ao sul da baía de Todos os Santos. Desalentado, lá ficou por um ano, sem empreender a reconquista de sua donataria e “sem nunca pôr nenhuma diligência acerca de a povoar”,⁷ como queixou-se ao rei o capitão de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho, que lhe dera abrigo.

Após a fuga do Rusticão, o padre Bezerra e os homens que o haviam destituído simplesmente desistiram de enfrentar os Tupinambá e retiraram-se, por mar, da Bahia. A vila então foi tomada pelos indígenas; sua torre e suas casas destruídas, seus armazéns saqueados. Franceses exploradores de pau-brasil, que frequentavam a baía de Todos os Santos havia pelo menos três décadas, chegaram em seguida. Recolheram os canhões que os nativos deixaram jogados na praia, juntaram as mercadorias que escaparam dos saques e partiram para a França com a promessa de retornar dali “a quatro meses”⁸ para reconstruir a fortaleza e se instalar na Bahia.

Temendo a acusação de ter facilitado a manobra dos franceses – com os quais negociara durante mais de vinte anos (tendo, segundo alguns autores, até visitado a França em 1528 e lá se casado com sua mulher nativa, Catarina Paraguaçu) –, Caramuru julgou prudente alertar Rusticão sobre os planos dos temíveis rivais dos portugueses e, a bordo de uma chalupa, dirigiu-se a Porto Seguro. Informado do plano dos franceses, Pereira

percebeu que era chegada a hora de reagir – se não em nome de seus interesses, pelo menos em defesa da soberania de seu rei, D. João III.

A bordo do barco de Caramuru, o donatário destituído zarpou de volta para sua capitania. Quando a embarcação entrava na baía de Todos os Santos, uma corrente mais forte a empurrou contra o arrecife das Pinaúnas, na ponta sul da ilha de Itaparica. O naufrágio foi inevitável. Os homens que não morreram no mar caíram prisioneiros dos Tupinambá. O Rusticão estava entre os que escaparam da fúria das águas, mas foi logo reconhecido e capturado pelos nativos.

Então o velho cavaleiro da Casa Real, famoso por suas estripulias “em a Índia”, foi morto ritualmente. A tradição assegura que um garoto de 5 anos, cujo irmão Pereira havia mandado matar, foi quem empunhou, com a ajuda de um guerreiro, o tacape que rachou o crânio do infeliz donatário.

Ocorrida no segundo semestre de 1546, a morte de Francisco Pereira Coutinho mudou o curso da história do Brasil.

UM GRITO DE ALERTA

Mais do que uma tragédia pessoal, o fim do Rusticão foi visto como um sinal evidente de que o regime das capitanias hereditárias virtualmente falira. Vítima de sua imprevidência e inabilidade como capitão, o donatário da Bahia fora prejudicado também por homens inescrupulosos (como o clérigo João Bezerra) e pela ganância de seus colonos, cujas agressões provocaram a reação dos indígenas (permanentemente insuflados pelos franceses e por dissidentes portugueses). Esses mesmos ingredientes, combinados em maior ou menor escala, já haviam precipitado a derrocada de pelo menos outras seis donatarias.

A notícia da trágica morte de Pereira levou meses para chegar às demais capitanias. Quando, enfim, se espalhou pela costa, soou como um alerta que os outros capitães do Brasil não puderam ignorar. Temendo o que poderia ser o próprio destino, alguns deles apressaram-se em implorar o apoio e a interferência do rei, mesmo que, implicitamente, isso viesse a significar a supressão de seus poderes e restrições à sua autonomia.

Um apelo dramático já havia partido da capitania de São Tomé (localizada entre os atuais estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo): “A terra do Brasil, se não a acodem, está em condição de se perder”, dissera ao rei o donatário Pero de Góis, em carta escrita em 29 de abril de 1546. “Tudo é fruto da pouca justiça e do pouco temor a Deus e a Vossa Alteza que em algumas partes dessa terra há, e, se a dita terra não for provida por Vossa Alteza, perder-se-á todo o Brasil antes de dois anos.”⁹

Dois anos se passaram sem que o rei tomasse qualquer atitude. A situação tornou-se ainda mais desesperadora: a capitania de São Tomé foi totalmente devastada pelos Goitacá, e Pero de Góis e os colonos sobreviventes tiveram de fugir de lá. Então, em 12 de maio de 1548, o irmão do donatário, Luís de Góis – já refugiado na vila de Santos, no litoral de São Paulo –, ousou dirigir-se a D. João III.

“Se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas capitanias e Costa do Brasil”, assegurou Góis, “ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra, e, que nisso perca pouco, aventura a perder muito porque não está em mais de serem os franceses senhores dela (...), e, depois de terem um pé no Brasil, temo aonde vão querer e podem ter o outro.”¹⁰

AS NOVAS REGRAS DO JOGO

Mais do que a morte de Francisco Pereira Coutinho e a derrocada da capitania da Bahia, o desesperado apelo de Luís de Góis tem sido apontado pelos historiadores como o impulso que faltava para que o rei D. João III e seus conselheiros deflagrassem o processo que iria resultar no estabelecimento do Governo-Geral no Brasil. Dificilmente, no entanto, se pode traçar uma relação de causa e efeito tão direta entre a carta e o surgimento do novo regime. Em primeiro lugar, Luís de Góis era um mero colono – ele mesmo se desculpa por estar escrevendo para o rei –, e D. João III não costumava responder nem às missivas de Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, homem de origem fidalga, ex-embaixador de Portugal no reino do Sião (hoje Tailândia) e o mais bem-sucedido dos capitães do

Brasil. Além disso, redigida em maio de 1548, a carta de Góis não poderia ter chegado ao reino antes de setembro/outubro daquele ano, uma vez que a viagem de Santos a Lisboa levava no mínimo quatro meses (*veja nota a seguir*).

A HISTÓRIA NO PAPEL

A estreita conexão estabelecida pelos historiadores entre a carta de Luís de Góis e a formulação de um novo modelo administrativo para a América portuguesa demonstra o quanto a história oficial é construída através de documentos (ou fragmentos deles) cuja preservação em arquivos, o eventual achado por pesquisadores e a consequente publicação configuram um processo quase aleatório. A carta de Góis, preservada na gaveta número I, 80, 110 do Corpo Cronológico, na torre do Tombo, em Lisboa, foi encontrada por Francisco Adolfo de Varnhagen em 1845. Desde então, a maior parte dos livros de história do Brasil serve-se dela para justificar a instituição do Governo-Geral.

Luís de Góis

Ora, em 19 de novembro, como se verá, a decisão de estabelecer o Governo-Geral no Brasil já estava tomada. E tratava-se de uma resolução grave – e cara – demais para ter se concretizado em apenas um mês, especialmente quando se sabe que D. João III, tido como um rei “papeleiro”,¹¹ era morosíssimo em suas deliberações e vivia enredado na teia complexa de sua burocracia.

A verdade é que, embora trágica, a morte do Rusticão revelou-se oportuna para os interesses do rei D. João III, e há de ter sido ela – bem mais que o alerta de Luís de Góis – que deflagrou o processo de criação do Governo-Geral. Afinal, o falecimento de Pereira abria a possibilidade de o rei “chamar para si” uma capitania. E não uma capitania qualquer: localizada no centro do território a ser colonizado, a Bahia era tida como a porção mais estratégica da costa do Brasil, pois, a partir dali, seria mais fácil enviar socorro tanto para as capitanias do Sul quanto para as do Norte.

Os “bons ares”, as “boas águas” e a fertilidade da terra também eram notórios. Decidiu-se, assim, que às margens da baía de Todos os Santos seria fundada uma “cidade-fortaleza” destinada a ser “como um coração no meio do corpo”,¹² conforme as palavras de frei Vicente do Salvador.

Cabe salientar ainda que Pereira foi morto quase que exatos 15 anos depois do estabelecimento do regime das capitanias. E sabe-se que, tanto em Portugal como na Espanha, havia a prática de entregar à iniciativa privada a responsabilidade de ocupar e colonizar determinado território; passada uma década e meia, a burocracia real retomava o poder, apropriando-se de uma empresa em andamento. Isso já ocorrera nos territórios dos Açores, Cabo Verde, México e Peru.



ETERNO ENQUANTO DURAR

Apenas 15 anos haviam se passado desde que o rei doara “para todo o sempre” as capitanias do Brasil para seus respectivos donatários. Mas o Rusticão não só perdera a vida como já havia dissipado toda a sua fortuna. Tão pobres teriam ficado sua mulher e seus filhos que, segundo frei Vicente do Salvador, “acabaram seus dias num hospital de caridade”. D. João III pôde, desse modo, readquirir o lote por um preço baixo. Mas o processo de compra da capitania da Bahia pelo rei não foi imediato nem tranquilo. Os herdeiros de Pereira travaram uma longa batalha judicial com a Coroa, só encerrada após três décadas, quando o neto do Rusticão, Manuel Coutinho, vendeu definitivamente a capitania para o neto de D. João III (o rei D. Sebastião) por 400 mil reais de juros anuais, pagos com as rendas da alfândega da Bahia. Acima, o brasão de Francisco Pereira Coutinho.

Tudo indica que o processo de maturação do Governo-Geral tenha se prolongado do final de 1546 (quando a notícia da morte do donatário da Bahia chegou ao reino) até meados de 1548 (quando o projeto foi oficialmente anunciado). Os motivos para a demora são óbvios: além de marcar uma guinada na política imperial de Portugal em relação a seu território americano, lançar as bases do futuro Estado do Brasil implicaria alto investimento.

Para reorganizar o processo de ocupação e colonização da América portuguesa, seria necessário investir cerca de 400 mil cruzados, o equivalente a 1,4 tonelada de ouro. Dessa vez, porém, o dinheiro não viria de investidores particulares, arrendatários ou especuladores, mas do Tesouro Régio. Tesouro, aliás, progressivamente depauperado, pois Portugal atravessava uma grave crise econômica que, desde 1537, só fazia crescer. Em 1547, o reino possuía em caixa pouco mais de 3 milhões de cruzados, mas devia 3 milhões e 880 mil, a maioria em empréstimos externos, a juros de 25% ao ano.

Criar o Governo-Geral no Brasil significaria, portanto, despender mais de 1/8 da receita régia num momento em que a Coroa devia mais do que arrecadava. Para investir tanto dinheiro em um território que, até então, era o menos rentável dentre todas as possessões ultramarinas portuguesas, o rei D. João III e seus assessores precisavam ter bons motivos. Evidentemente, eles os tinham – e de várias ordens.

Em 1548, a América portuguesa, além de pouco lucrativa, era pouco povoada por europeus: não mais do que 2 mil colonos viviam no Brasil. As circunstâncias que levaram à decisão de que, ainda assim, ela deveria ser colonizada e integrada ao reino estavam ligadas a uma política imperial na qual o definhamento financeiro da Índia lusitana, o avanço muçulmano no Marrocos e no Mediterrâneo e as sempre instáveis relações de Portugal com as Coroas vizinhas (Espanha e França) desempenharam papel preponderante.

Embora a instauração do Governo-Geral não extinguisse o regime das capitanias, restringiria consideravelmente o poder e a autonomia dos donatários. E essa também era uma decisão inteiramente coerente com o

novo quadro político e ideológico que se delineava em Portugal e no resto da Europa Ocidental.



Um letrado

O PODER DOS “LETRADOS”

Uma profunda transformação político-administrativa desenrolava-se na Península Ibérica. Esse novo regime era inteiramente incompatível com a ampla liberdade de ação e a autonomia político-econômica anteriormente concedidas aos capitães do Brasil. Estava em andamento o que os historiadores chamam de “construção e consolidação do Estado moderno”.¹³ Não se tratava de um processo inteiramente novo. Em Portugal, por exemplo, ele começara com D. João II (rei de 1481 a 1495) e tivera continuidade com D. Manuel (que ocupou o trono de 1495 a 1521). Foi, porém, na segunda metade do reinado de D. João III que o movimento adquiriu dimensões notáveis.

O Estado português começara a estabelecer, a partir de 1540, uma série de mecanismos que lhe haviam permitido aumentar o controle, a coerção e o domínio sobre seus súditos. Essas novas e eficientes formas de exercício

do poder incluíam a realização de recenseamentos populacionais (os chamados “numeramentos”, como os realizados em 1527 e 1532), alistamento militar obrigatório, definição mais rígida das fronteiras do reino e criação de um sistema judicial mais poderoso e intrusivo – além, é claro, de formas de tributação mais amplas, associadas a métodos de cobrança mais eficientes.

Os novos mecanismos de controle desse governo mais forte, centralizado e “racional” iriam se tornar presentes não só no cotidiano daqueles que viviam em Portugal: tão cedo quanto possível, seriam exportados para os territórios ultramarinos. O estabelecimento do Governo-Geral – e a consequente submissão dos capitães-donatários e seus colonos à autoridade central da Coroa – desponta como a face mais visível desse processo em relação ao Brasil.

Para cobrar e controlar, vigiar e punir seus súditos, submetendo-os ao cumprimento de uma série de novas obrigações civis, os Estados modernos emergentes se viram na contingência de criar vastos e complexos aparelhos burocráticos – um conjunto de órgãos e servidores responsável pelo funcionamento e manutenção do sistema judiciário, do fisco e das forças armadas, ou seja, o corpo administrativo como um todo. Um paradoxo instaurou-se então no seio desses Estados progressivamente centralizados e autônomos: o rei e seus colaboradores mais próximos (no caso de Portugal, os homens que constituíam o Conselho Régio) tornaram-se, virtualmente, reféns de uma burocracia estatal tentacular que florescia à sombra do crescente poderio do Estado.

Com o passar dos anos, desembargadores, juízes, ouvidores, escrivães, meirinhos, cobradores de impostos, vedores, almoxarifes, administradores e burocratas em geral – os chamados “letrados” – encontraram-se em posição sólida o bastante para instituir uma espécie de poder paralelo, um “quase Estado” que, de certo modo, conseguiria arrebatar das mãos do rei as funções administrativas. Esse funcionalismo tratou de articular também fórmulas legais e informais para se transformar em um grupo autoperpetuador, na medida em que os cargos eram passados de pai para filho, ou então para parentes e amigos próximos.

Embora recebessem altos salários, muitos burocratas engordavam seus rendimentos com propinas e desvio de verbas públicas. Inúmeras evidências permitem afirmar que, na Península Ibérica, a máquina administrativa não era apenas ineficiente, mas corrupta. Outra de suas características mais notórias é que o número de funcionários destacados para o cumprimento de qualquer função revelava-se, na maioria dos casos, bem superior ao necessário para a realização do trabalho.

Em Portugal, tanto a Justiça quanto a Fazenda encontravam-se nessa situação. A Casa de Suplicação (o tribunal de última instância), permanentemente sobrecarregada de processos, era famosa “pela lerteza e avareza de seus magistrados”.¹⁴ Já a Casa dos Contos, núcleo de controle das receitas e despesas do reino, era alvo frequente de investigações oficiais, geralmente incapazes de evitar “as fugas de prestação de contas à Fazenda, que se faziam sob as mais variadas formas”.¹⁵

As autoridades judiciárias e fiscais que, a partir de março de 1549, iriam desembarcar no Brasil com a missão de instalar o Governo-Geral enquadram-se nesse perfil. O ouvidor-geral (grosso modo, uma espécie de ministro da Justiça), desembargador Pero Borges, e o provedor-mor (quase um ministro da Fazenda) Antônio Cardoso de Barros, além de ganharem bastante bem e terem obtido seus cargos graças a indicações nos meandros da Corte, desempenhavam suas funções assessorados por contingentes de funcionários “em número sem dúvida desproporcionado para as coisas do governo”.¹⁶ Além disso, ambos – Pero Borges antes de vir para o Brasil e Cardoso de Barros depois – foram acusados de desviar dinheiro do Tesouro Régio. Quanto ao primeiro bispo do Brasil, Pero Fernandes Sardinha, ele provocaria uma onda de indignação na colônia ao perdoar os pecados dos fiéis em troca de dinheiro.

A “GRANDE VIRAGEM”

No mesmo instante em que os homens do rei preparavam-se para se transferir para a Bahia, tanto Portugal como Espanha – e a Europa católica em geral – viviam um período de fechamento político e ideológico. Aquela

“revolução conservadora” tinha múltiplas faces e inúmeros braços, todos articulados ao crescente poder do Estado.

O cenário político-ideológico no qual D. João III e seus conselheiros decidiram estabelecer o Governo-Geral no Brasil é fruto do que alguns historiadores portugueses chamam de “grande viragem”. Tal viragem se constitui basicamente no processo de gestação e implantação da Contrarreforma na Península Ibérica.

Mais de trinta anos se haviam passado desde que o frade alemão Martinho Lutero pregara suas *95 Teses* na porta da igreja de Wittenberg, em outubro de 1517. Três décadas de perplexidade e inquietude haviam abalado a Igreja Católica Apostólica Romana. No inverno de 1545, a reação se iniciou com a instalação do Concílio de Trento, o nascimento da Contrarreforma e o recrudescimento da Inquisição. Tão logo a ortodoxia do catolicismo tornou-se uma obsessão, toda e qualquer atividade intelectual que sugerisse maiores liberdades individuais passou a ser vista como “heterodoxia luterana” – e, por conseguinte, reprimida com vigor.

Em Portugal, a liberdade de pensamento começou a ser substituída pelo oposto, com o crescente poder concedido à Companhia de Jesus e o fortalecimento da Inquisição. A plena instauração do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, ocorrida não por acaso em fins de 1547, deu-se menos por zelo religioso e mais como instrumento de vigilância e controle.

Criada em Paris em 1534, a Companhia de Jesus, a mais controversa ordem religiosa do século XVI, tornou-se, a partir de 1540, cada vez mais presente nos destinos de Portugal, transformando-se em um dos braços ativos do novo modelo ideológico. Depois de se livrarem dos humanistas portugueses ligados à Reforma – difamando-os e entregando-os à Inquisição –, os jesuítas se tornaram confessores de D. João III e responsáveis diretos pelo ensino em Portugal. Além de controlar a Universidade de Coimbra, a Companhia passou a orientar os aspectos culturais da empresa colonial, sendo encarregada também da conversão dos “gentios” na Índia e no Brasil.

Em breve, os jesuítas condicionariam não apenas os horizontes religiosos, mas as perspectivas intelectuais da América portuguesa.

O que estava prestes a se iniciar no Brasil com a instalação do Governo-Geral era, portanto, “uma reação do Estado contra a ambiguidade, a franqueza e a experimentação” que haviam marcado a aventura colonial dos portugueses na primeira metade do século XVI, como observa o historiador norte-americano Harold B. Johnson.¹⁷ Esse “movimento rumo à rigidez e à codificação”, e a deliberada “exclusão de alternativas”, decretariam o fim daquilo que, com alguma liberalidade, se pode chamar de “período romântico” do expansionismo luso.

Do ponto de vista dos que estavam do outro lado do processo – no caso do Brasil, os colonos que tentavam reinventar suas vidas no trópico, lutando para libertar-se das amarras e “travões” sociais tão presentes no reino –, as novas regras seriam percebidas como uma profunda intromissão em seu cotidiano. Como não é difícil supor, os portugueses radicados na América fariam de tudo para conspirar contra a nova ordem. Pode-se afirmar, por isso, que a chegada do Governo-Geral assinala o primeiro conflito entre o indivíduo e o Estado em terras brasileiras.

Embora o desenlace fosse previsível, a vitória da fé, da lei e da ordem não se daria sem inúmeros desvios e retrocessos. Apesar de todo o esforço centralizador da Coroa, os destinos da América portuguesa não iriam se concentrar somente nas mãos do rei e de seus conselheiros mais próximos; seriam desenhados também pelo confronto entre os “letrados” – que o monarca enviara para servir em um remoto território tropical – e os colonos e os degredados que já viviam ou que estavam sendo trazidos para viver no Brasil.

No instante em que a caravela comandada por Gramatão Teles entrou com as velas desfraldadas na baía de Todos os Santos, na terceira semana de janeiro de 1549, ela não estava vindo apenas para anunciar o desembarque do primeiro governador-geral – marcado para dali a dois meses.

Chegava também para estabelecer o início de uma nova era na história do Brasil.



I

OS HOMENS DO REI

Desde o início, uma aura lendária o cercava – e o tempo apenas faria com que ela se adensasse. Para os navegadores europeus que aportavam na baía de Todos os Santos, porém, Caramuru era uma figura inteiramente real, com um significado bastante concreto.

Caramuru era Diogo Álvares, português natural de Viana do Castelo, cidade localizada na região do Minho, em Portugal. Ele havia naufragado nos baixios do rio Vermelho, a cerca de 10 quilômetros da entrada da baía de Todos os Santos, entre 1509 e 1510, com uns 17 anos de idade. Salvava-se, segundo alguns, pela paixão que despertara em Paraguaçu, filha de um chefe Tupinambá local, ou, segundo outros, por ter abatido uma ave em pleno voo com um arcabuz que retirara dos destroços do navio.

Pouco importa. Ou, pelo menos, pouco importava para os navegantes franceses, espanhóis e portugueses que, pelos mais variados motivos, vinham dar com os costados naquele trecho então remoto do litoral do Brasil. O auxílio que Caramuru podia lhes prestar em uma costa ainda mal conhecida e pouco frequentada por europeus era inestimável.

Logo após o desembarque involuntário na Bahia, Diogo Álvares passou a viver com Paraguaçu (mais tarde batizada Catarina). Tornou-se, desse modo, genro de um chefe tribal e agrupou em torno de si cerca de duzentos nativos – seus aliados e auxiliares.

Os episódios envolvendo o naufrágio e os primeiros anos de Diogo Álvares no Brasil – mitificados pelo poema épico *Caramuru*, escrito em 1781 por Santa Rita Durão – nunca foram esclarecidos, em especial porque seu principal personagem nunca teve interesse em elucidá-los. A razão mais plausível para Caramuru ter mantido sua história no território movediço das lendas é que, provavelmente, ele havia naufragado na Bahia a bordo de um navio francês.

Franceses, de qualquer modo, eram os frequentadores mais assíduos do litoral da Bahia durante as três primeiras décadas do século XVI. E não restam dúvidas de que Caramuru negociava com eles, facilitando-lhes o tráfico de pau-brasil, obtendo a cooperação dos nativos e fornecendo-lhes víveres. Tão constantes eram esses encontros que, na cartografia francesa daquele século, a entrada da baía de Todos os Santos, onde atualmente se ergue o farol da Barra, era chamada de “Point de Carammorou”.

Homens como Caramuru não eram novidade na trajetória dos exploradores lusitanos. Pelo contrário: boa parte da colonização portuguesa no litoral ocidental da África iniciara-se a partir da ação pioneira dos chamados “lançados”. Também conhecidos como “turgimões”, esses homens – em geral ex-prisioneiros, degredados ou aventureiros – eram lançados em costas inexploradas com a missão de se misturar aos nativos, aprender a língua e estabelecer alianças políticas (ou laços familiares), abrindo as portas para os futuros colonizadores.



A visão lendária de Caramuru

Caramuru bem pode ter vindo parar no Brasil por acaso – e a bordo de um navio francês. Mas nem por isso os portugueses deixariam de servir-se dele. Sua presença na Bahia poderia ter sido de grande valia para o donatário Francisco Pereira Coutinho. Entre ambos, porém, estabeleceu-se um jogo de interesses conflitantes. Alguns historiadores supõem até que Caramuru tenha sido um dos incentivadores dos ataques indígenas que acabaram devastando a Vila do Pereira em 1546.

Qualquer que tenha sido, o papel desempenhado por Caramuru na derrocada da Bahia permanece obscuro, como tantos outros pontos de sua movimentada biografia. Mas, assim que a Coroa decidiu estabelecer um Governo-Geral com sede na baía de Todos os Santos, os conselheiros do rei souberam a quem se dirigir.

Logo após ter sido tomada a decisão de criar o Governo-Geral, no início de novembro de 1548, o nome de Caramuru surge pela primeira vez em um documento com o selo real: é uma carta endereçada a ele e assinada pelo monarca. A correspondência desvenda com clareza o papel atribuído ao homem que os nativos tinham recolhido e abrigado: em função da “muita prática e experiência” que tinha daquelas “terras e da gente e costumes delas”, Caramuru deveria providenciar uma reserva de mantimentos para receber o governador-geral Tomé de Sousa e sua comitiva, cuja chegada estava prevista para dali a alguns meses.

Eis a íntegra da carta:

Diogo Álvares: Eu El-Rey vos envio muito a saudar. Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, a essa Bahia de Todos os Santos, por capitão e governador dela, para na dita capitania, e mais outras desse Estado do Brasil, prover de justiça a ela e do mais que ao meu serviço cumprir; e mando que na dita Bahia faça uma povoação e assento grande e outras coisas do meu serviço: e porque sou informado, pela muita prática e experiência que tendes dessas terras e da gente e costume delas, o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que quando o dito Tomé de Sousa lá chegar, vos vades para ele, e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e ele vos encarregar; porque fareis nisso muito serviço. E porque o cumprimento e tempo de sua chegada, a ache ele abastada de mantimentos da terra, para provimento da gente que com ele vai, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro. Procurem se haverem e os vades buscar [os mantimentos] pelos portos da capitania de Jorge de Figueiredo [a vizinha Ilhéus]. Sendo necessária vossa companhia e ajuda, encomendo-vos que o ajudeis [a Tomé de Sousa], no que virdes que cumpre, como creio que o fareis.¹

A carta a Caramuru foi redigida em Lisboa no dia 19 de novembro de 1548, prova de que a decisão de criar o Governo-Geral no Brasil já estava tomada naquela data. O capitão Gramatão Teles – encarregado de levar a mensagem, bem como de preparar o terreno para o desembarque de Tomé de Sousa – parece ter partido em seguida, uma vez que, por volta da terceira semana de janeiro de 1549, sua caravela, com cerca de cinquenta

tripulantes, já contornava a ponta do Padrão, ancorando em frente às ruínas da Vila do Pereira.

Teles, cavaleiro da Casa Real, ex-capitão de um dos navios que fazia parte da “esquadra do Estreito” (encarregada de vigiar o estreito de Gibraltar) e antigo comandante da fortaleza de Arzila, no Marrocos, não deve ter tido dificuldade para encontrar Caramuru. Afinal, o velho náufrago vivia no mesmo lugar onde se instalara havia cerca de quarenta anos e cujas terras lhe pertenciam legalmente havia mais de dez, uma vez que, em dezembro de 1536, ainda na esperança de contar com seu auxílio, o Rusticão doara-lhe uma sesmaria.

Com 440 metros de largura por 550 de comprimento, a propriedade ficava nas encostas do Outeiro Grande, uma colina localizada acima da Vila do Pereira, na qual atualmente se ergue o bairro da Graça e onde Caramuru vivia desde sua chegada ao Brasil. O terreno, delimitado pelo rio dos Seixos (hoje canalizado e encoberto, transformado em esgoto), estendia-se até as areias da atual praia do Farol, de frente para o mar aberto.

Após a morte do Rusticão e a destruição da Vila do Pereira, porém, a povoação de Caramuru voltou a ser “um mero ninho de mamelucos”.²

Foi esse o quadro com que Gramatão Teles e seus homens depararam naquele alvorecer de 1549: a Vila do Pereira destruída e abandonada; o povoado de Caramuru – um agrupamento, virtualmente uma taba, com cerca de trinta ou quarenta choças – isolado no topo da colina próxima à praia; e as demais aldeias Tupinambá espalhadas pelo Recôncavo, “com cinco ou seis mil homens de peleja” vivendo como sempre haviam vivido. Embora os nativos que haviam matado o donatário da Bahia ainda não soubessem, seu destino estava traçado.

Caramuru, como é fácil supor, “tomou na devida consideração a missiva real que Gramatão Teles lhe levaria”.³ Mais difícil é imaginar o que um homem como ele, isolado no Novo Mundo havia quatro décadas, vivendo praticamente como um nativo, há de ter sentido ao receber, nos confins da América portuguesa, um comunicado lacrado com o selo do rei

– assinado pelo monarca e com o próprio nome inscrito no local do destinatário.

Independentemente de seus sentimentos, o certo é que Diogo Álvares percebeu que, ao contrário dos tempos em que tivera divergências com o Rusticão, era chegada a hora de dar o melhor de si para apoiar o projeto de colonização proposto pelo rei. Ele não apenas providenciou uma grande reserva de víveres – farinha de mandioca (a chamada “farinha de pau”), peixe salgado, mexilhões secos, carne de anta, capivara e veado, e copiosas espécies de frutas – como obteve de seus aliados nativos a promessa de cooperação com a nova leva de colonizadores.

A eficiência de seus arranjos seria comprovada pela carta que o padre Manuel da Nóbrega tratou de enviar para o reino assim que desembarcou na Bahia em companhia de Tomé de Sousa. “Achamos a terra de paz, e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era”, disse Nóbrega, referindo-se não só aos homens de Gramatão Teles (que haviam se instalado nas ruínas da Vila do Pereira, tratando de reabilitá-la da melhor maneira possível) como aos colonos que tinham vindo em companhia do finado Rusticão e ainda viviam na Bahia. Em relação a Caramuru, acrescentou Nóbrega: “Esse homem, com um seu genro [Paulo Dias], é o que mais confirma as pazes com esta gente, por serem eles seus amigos”.⁴

O HOMEM DA COROA

Embora assinada por D. João III, a carta enviada a Caramuru evidentemente não fora escrita pelo próprio rei. Um de seus assessores terá se encarregado da tarefa. Como muitos dos monarcas do século XVI, D. João III governava “por conselho”, ou seja, contava com uma equipe de consultores próximos com os quais discutia diária e detalhadamente os destinos do reino. Cumpria, nesse sentido, a determinação que lhe fora dada pelo pai, D. Manuel I.



D. João III assumira o trono em 21 de dezembro de 1521, aos 19 anos. Herdou do pai uma Coroa endividada, embora, àquela altura, as dificuldades financeiras ainda não fossem evidentes: Portugal, aparentemente, vivia um período de paz e prosperidade – um dos mais gloriosos de sua história. À medida que os anos passaram, porém, D. João viu-se forçado a se defrontar com problemas crescentes em todas as áreas: a uma grave crise econômica nacional e internacional somavam-se embates ideológicos, lutas religiosas e intrigas administrativas, além de conflitos geopolíticos travados em várias partes do globo, contra adversários tão distintos quanto turcos otomanos, piratas berberes, xarifes mouros, rajás hindus – sem falar dos choques eventuais contra supostos aliados cristãos, como franceses e espanhóis.

D. João III permaneceu no trono por 36 anos, durante os quais Portugal, a Europa e o mundo passaram por grandes transformações. Seu reinado dividiu-se em dois períodos claramente distintos: o primeiro, de 1521 a 1541, coincidiu com a juventude e a maturidade do monarca, caracterizando-se como uma época inovadora e dinâmica, com consideráveis doses de tolerância cultural e religiosa. A segunda etapa, de 1544 a 1557 – aquela durante a qual se deu a implantação do Governo-Geral no Brasil –, foi sombria e atribulada, com o rei revelando uma disposição crescentemente melancólica e adotando uma série de medidas retrógradas.

As frequentes alterações do quadro político e econômico desenroladas ao longo de um reinado de quase meio século talvez expliquem as controvérsias que se revolvem em torno de D. João III, uma vez que o julgamento que os historiadores fazem de sua personalidade e de seu governo varia de rasgados elogios às críticas mais mordazes.

É fato que, desde a infância, D. João revelou-se estudante medíocre, que tropeçava em todas as matérias, especialmente no latim. Por isso, alguns dos mais respeitáveis analistas portugueses da atualidade consideram o filho de D. Manuel um homem “de inteligência pouco viva e falha de rasgo”.⁵ A essa visão depreciativa é preciso acrescentar depoimentos dos próprios contemporâneos do monarca, quase todos unânimes em defini-lo como homem “tardíssimo em suas resoluções”, do qual era quase impossível “arrancar alguma decisão”.⁶

Mas o que alguns investigadores viam como incompetência ou covardia, outros passaram a interpretar como uma atitude de “enorme perspicácia política”. A suposta lentidão de D. João III era, de acordo com o historiador João José Alves Dias, “uma arma pensada e usada por si, a seu favor, para desespero da corte espanhola”.⁷

É preciso ter em conta que, no tabuleiro político europeu, D. João III viveu, durante quase três décadas, uma situação progressivamente aflitiva. No longo e sangrento conflito travado entre a Espanha do imperador Carlos V (e, depois, de seu filho, Felipe II) e a França do rei Francisco I (e de Henrique II, seu filho e sucessor), Portugal enfrentava cada vez mais dificuldades para manter a arraigada tradição de neutralidade.

A questão é que não interessava ao reino – militar e politicamente mais fraco do que seus dois poderosos rivais – favorecer nem um, nem outro vizinho. Se apoiasse a Espanha, D. João estaria incentivando as ambições do projeto imperial de Carlos V, da casa dos Habsburgos. Se ficasse ao lado da França, daria seu aval a uma Coroa que se recusava a aceitar a doutrina do *mare clausum* (ou “mar fechado” – *leia a nota a seguir*) e que se dispunha a obter um quinhão do Novo Mundo, preferencialmente no Brasil, mesmo que fosse pela força das armas.

ESSE MAR É MEU

O conceito jurídico do mare clausum – ou “mar fechado” – começou a nascer em Portugal com o infante D. Henrique por volta de 1443 e se concretizou no ano seguinte, quando seu irmão e regente do reino, D. Pedro, concedeu ao infante a exclusividade para a realização de viagens marítimas ao sul do cabo Bojador, no Marrocos. O rei D. João II deu continuidade à política que, com o apoio de bulas papais, tentava vetar a navegação no Atlântico aos demais povos europeus. O plano foi questionado e combatido pelos reis Fernando e Isabel, de Aragão e Castela, durante a guerra luso-castelhana de 1475-79. Depois das descobertas de Colombo, em outubro de 1492, um novo confronto se estabeleceu entre as duas Coroas rivais. A questão foi parcialmente solucionada com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494. A partir de então, apenas portugueses e castelhanos poderiam navegar pelo Atlântico ao sul da Guiné. Os demais reinos europeus, em especial a França, jamais reconheceram a validade jurídica do tratado, lutando para reestabelecer o conceito do mare liberum (“mar livre”).



Assim sendo, o melhor a fazer era... não fazer nada. “O protelamento das tomadas de decisão”, supõe o historiador João José Alves Dias, “nada tinha a ver com irresolução ou humor taciturno, mas sim, com prudência e habilidade”.⁸ Não restava outra opção a D. João III a não ser tornar-se um radical da cautela.

OS CONSELHEIROS DO REI

D. Manuel, pai e antecessor de D. João III, havia determinado, em testamento, quais homens deveriam ser os conselheiros de seu filho e herdeiro. De acordo com certos historiadores, o velho rei tomara essa decisão justamente porque, “apesar dos bons mestres que o educaram”, o príncipe D. João “não se mostrara especialmente brilhante na infância e adolescência”.⁹



Brasão de Fernão d'Álvares

As esperanças de D. Manuel estariam depositadas, assim, na habilidade e experiência dos integrantes do Conselho Régio – “pessoas de virtude, saber e autoridade, e de muita prática nas cousas do Reino”.¹⁰ Em 1518, o Conselho possuía cerca de quinhentos membros honoríficos – já que, de acordo com o cronista oficial Damião de Góis, “governar por conselho era particular apetite”¹¹ de D. Manuel.

Até assumir o trono em 1521, D. João se encontrava afastado da política palaciana, já que desde 1517 estava virtualmente rompido com o pai. Vários cronistas da época julgaram que o novo rei modificaria por completo a estrutura do Conselho Régio, livrando-se dos antigos aliados de D. Manuel. Embora tenha reduzido o número de conselheiros de quinhentos para 66, D. João III manteve na ativa os assessores mais destacados do reinado anterior. Contudo, só dava ouvidos a cinco ou seis de seus conselheiros mais próximos.

No círculo íntimo do monarca, sua mulher, D. Catarina da Áustria (irmã do imperador Carlos V e integrante da Casa dos Habsburgos), e seu irmão, D. Luís, sempre desempenharam papel de relevo, e D. João não tomava nenhuma decisão importante sem antes consultá-los. Outros dois fidalgos

que privavam da intimidade de D. João eram D. Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, e o auxiliar direto deste, Fernão d'Álvares de Andrade.

UM “HOMEM DE GROSSA FAZENDA”

Há indícios de que a nova estratégia político-administrativa que seria aplicada no Brasil com a criação do Governo-Geral tenha sido proposta ao rei justamente pelo vedor da Fazenda (espécie de ministro da Fazenda), D. Antônio de Ataíde, e por Fernão d'Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do reino. Além de responsáveis pela administração do Tesouro Régio – de onde saíria o dinheiro a ser investido na implantação do novo regime –, Ataíde e Fernão d'Álvares há alguns anos emitiam sinais de que, dentro do complexo quadro da política colonial portuguesa, eram favoráveis a maiores investimentos no Brasil, em detrimento do Marrocos e da África Equatorial.

Tido como “homem de grossa fazenda”,¹² Fernão d'Álvares era um dos fidalgos mais ricos de Portugal. Vivia em uma mansão colada ao Paço da Anunciada – um dos palácios reais, na zona nobre de Lisboa –, considerada como “a mais suntuosa, talvez, das residências da capital”.¹³ Era ele quem despachava as armadas para o Oriente, recebia os relatórios vindos da Índia, pagava o soldo dos capitães e dos comandantes, supervisionava a construção das novas embarcações na movimentadíssima ribeira das Naus, na zona portuária da capital. Estava, além disso, diretamente encarregado de todos os negócios relativos ao Brasil, onde possuía uma vasta (embora desocupada) capitania no Maranhão.

Fernão d'Álvares tentara colonizar seu lote brasileiro. Em fins de 1535, associou-se ao feitor da Casa da Índia, João de Barros, e ao capitão Aires da Cunha, proprietários de duas outras capitanias localizadas no extremo norte do Brasil (a do Rio Grande e um segundo lote no Maranhão). A trindade de donatários armou uma portentosa esquadra, com 14 navios, novecentos soldados, seiscentos colonos e 113 cavalos – maior, como observou um historiador, do que “as frotas de Colombo, Gama, Pizarro e Cortez reunidas”.¹⁴ Mas, forçada a enfrentar os terríveis desafios da costa

brasileira entre o Rio Grande do Norte e a ilha de Marajó, a expedição acabou em desgraça. Em março de 1536, Aires da Cunha naufragou nos baixios do Maranhão, vários homens morreram, a tropa dispersou-se e, aos poucos, os nativos foram matando ou expulsando os sobreviventes.

Fernão d'Álvares perdeu muito dinheiro em sua desventura brasileira. Ainda assim, não desistiu de apostar na América portuguesa. Ao ganhar uma sesmaria na capitania dos Ilhéus – que pertencia a um de seus subalternos, o escrivão da Fazenda Jorge de Figueiredo Correia –, o tesoureiro-mor investiu na implantação da lavoura de cana e talvez tenha até erguido um engenho. Mas, após uma insurreição generalizada, os temíveis Aimoré arrasaram Ilhéus. Em 1546, praticamente nada restava no lote de Jorge de Figueiredo.

O duplo infortúnio não foi bastante para dissuadir o tesoureiro-mor. No início de 1547, tão logo foi informado da morte do Rusticão, Fernão d'Álvares planejou o envio de uma expedição para prestar socorro à capitania da Bahia. Sob o comando do capitão Jorge Pimentel, uma frota deveria partir de Portugal com trezentos homens a bordo, mas D. João III demorou tanto para responder às solicitações de Fernão d'Álvares que, quando o fez, já era tarde: a monção fora perdida e, tendo se iniciado a época dos ventos desfavoráveis, os navios simplesmente não puderam zarpar para o Brasil.

Escrevendo de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1547, Fernão d'Álvares ousou criticar o rei, que estava em Almeirim: “Por ser o tempo tão curto”, alertava ele, “cartas largas em negócios indeterminados fazem muita confusão, principalmente se for para desfazer o que estava assentado.”¹⁵

O PODEROSO AMIGO DO REI

Não restam dúvidas de que Fernão d'Álvares de Andrade dificilmente obteria qualquer parecer favorável do rei a não ser que sua opinião fosse a mesma de D. Antônio de Ataíde. Apesar de não ser tão rico quanto Fernão d'Álvares, Ataíde era amigo de infância de D. João III e, desde 1530, seu principal conselheiro. Além de tê-lo feito conde da Castanheira, o rei o

nomeara vedor da Fazenda. Ambicioso, inteligente e ardiloso, Ataíde trilhou com rapidez o caminho até o topo, deixando para trás vários concorrentes, entre eles seu primo-irmão Martim Afonso de Sousa, que também crescera na corte, junto com o rei.



D. Antônio de Ataíde

O cargo de D. Antônio de Ataíde propiciava-lhe uma visão global das possessões ultramarinas lusitanas. E o que ele via era um império em retração, assediado pelos árabes no Mediterrâneo, no Marrocos, no mar Vermelho e na Índia, e também em permanente conflito com franceses e espanhóis. Além disso, era um império deficitário: as despesas com a manutenção de frotas, feitorias e homens responsáveis pela obtenção, transporte e comercialização da pimenta da Índia eram superiores às receitas obtidas com a venda da especiaria, que fora a base de toda aquela vasta rede colonial. Em outras palavras: desde que eles mesmos provocaram uma drástica queda no preço da pimenta no mercado europeu, os portugueses deixaram de obter lucro e passaram a acumular prejuízos em sua aventura oriental.

Alguns historiadores afirmam que, desde o início, o conde esteve “muito interessado nas coisas do Brasil”.¹⁶ Não é o que se pode inferir de provas documentais. Em 1542, por exemplo, Ataíde escreveu uma carta para D. João III lamentando os investimentos na colônia sul-americana:

“Vossa Alteza tem gastado muito dinheiro [no Brasil], e começou a gastar no ano de 1530”, relatou. “Mistério grande foi fazer-se a primeira despesa a fim de cousa que não o merecia.”¹⁷

Apenas seis anos haviam se passado desde aquele relatório e o conde agora sugeria ao rei o estabelecimento da nova ordem político-administrativa no Brasil. Evidentemente, ele não o fez por “amor ao Brasil”, mas por uma série de razões estratégicas. Além de concentrar em suas mãos inúmeras tarefas políticas e burocráticas, Ataíde era um dos principais responsáveis pela política externa do reino. Por várias vezes defendera os interesses de Portugal nas cortes da Espanha e da França. E foi justamente devido às ambições daquelas duas Coroas no Novo Mundo que o conde da Castanheira percebeu que era chegada a hora de investir no Brasil, sob pena de correr o risco de perdê-lo definitivamente.

CONFLITOS TERRITORIAIS

A principal ameaça às ambições portuguesas no Novo Mundo vinha da França. O conde iniciara sua carreira nos quadros administrativos do império travando, desde 1526, sinuosas batalhas diplomáticas com os representantes de Francisco I, rei da França, que se recusava a aceitar a validade jurídica do Tratado de Tordesilhas. “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”, teria declarado o monarca francês, com fina ironia.

O rei da França jamais respeitou os inúmeros acordos que assinou com D. João III, pelos quais se comprometia a reprimir as viagens dos traficantes normandos de pau-brasil ao litoral brasileiro. Além disso, desde o começo da década de 1540 uma sequência de acontecimentos aumentava a preocupação dos portugueses a respeito das intenções da Coroa francesa acerca do Brasil.



Francisco I, rei da França

Em primeiro lugar, duas tentativas dos franceses de estabelecer colônias na América do Norte tinham redundado em fracasso. Em 1541, Jacques Cartier, que já estivera no Brasil (e provavelmente levara Caramuru à França em 1528), fundou um forte na foz do rio São Lourenço, no Canadá. Dez meses depois, foi forçado a abandoná-lo. Em agosto de 1542, Jean de la Rocque tentou reocupar aquele sítio, mas foi vencido pelos mesmos obstáculos: a feroz resistência dos nativos iroqueses, a inclemência do clima e a dificuldade em obter mantimentos.

Em 1544, França e Espanha assinaram um tratado encerrando a quarta guerra consecutiva entre elas. O fracasso de suas colônias na América do Norte e o fim do conflito com a Espanha criaram condições favoráveis para Henrique II, filho e sucessor de Francisco I (que morrera em 1546), “apoiar os anseios expansionistas de seus súditos normandos e bretões”.¹⁸

Embora a França houvesse concordado recentemente com a criação de um tribunal bilateral, sediado em Baionne, para dirimir os conflitos territoriais com os portugueses, nem D. João III, nem Antônio de Ataíde alimentavam esperanças de que o monarca francês refreasse o assédio ao

Brasil. O rei de Portugal e seu principal assessor não duvidavam de que, tão logo subjugasse a Revolta da Gabela (provocada pela criação de um imposto sobre o sal) e terminasse a guerra contra Eduardo VI da Inglaterra, Henrique II voltaria os olhos para a América, mais especificamente para a do Sul.

A ameaça francesa, com certeza, foi um dos principais motivos para o conde da Castanheira propor a criação de um Governo-Geral com sede na Bahia. Mas, ao articular o novo modelo administrativo para reforçar as defesas do Brasil, Ataíde, indubitavelmente, pensava também em proteger o caminho marítimo para a Índia, a chamada Rota do Cabo. Afinal, como o colono Luís de Góis já indagara em sua decisiva carta de maio de 1548, “depois de terem [os franceses] um pé no Brasil, temo aonde vão querer e podem ter o outro”. Com considerável visão estratégica, ele mesmo sugeriu a resposta: “Queira Deus não se atrevam a dobrar o cabo da Boa Esperança.”

Góis supunha que, uma vez instalados no litoral sul do Brasil, “onde vêm sete ou oito naus a cada ano”, os franceses cedo ou tarde iriam conquistar e fortificar as remotas ilhas de Santa Helena e Tristão da Cunha, no meio do Atlântico. Ao fazê-lo, acabariam por dominar a Rota do Cabo (da Boa Esperança), único caminho marítimo entre a Europa e a Índia. Fortificar o Brasil significava diminuir esse perigo.

Mas o inimigo não era apenas francês. Na mesma época, Portugal também vivia uma série de conflitos territoriais com a Espanha no Novo Mundo. A linha demarcatória estipulada em Tordesilhas jamais fora corretamente estabelecida; por isso, cinco décadas após o tratado, persistia a polêmica entre os signatários. No Oriente, o confronto fora contornado em 1529, quando, depois da assinatura do Tratado de Saragoça, Portugal pagou 350 mil ducados à Espanha em troca das ilhas Molucas, “berço de todas as especiarias”. Na América do Sul, porém, as discussões continuavam candentes.

Nesse sentido, o acordo de paz entre França e Espanha pareceu duplamente prejudicial a Portugal. Em 1544, ao mesmo tempo que

encerrava sua desgastante guerra contra Francisco I, o imperador Carlos V criava o vice-reino do Peru, com sede em Lima. No ano seguinte, os espanhóis descobriram Potosí, uma fabulosa montanha de prata de onde extrairiam 6 mil toneladas do metal. A descoberta dessa mina inigualável, que também fora sofregamente procurada pelos portugueses, reacendeu o interesse da Espanha por toda a região, na qual se incluía a bacia do Prata, foco de permanentes conflitos fronteiriços com Portugal.

Portanto, em fins de 1548, com pelo menos 13 das 15 capitanias virtualmente arruinadas, o Brasil se encontrava ameaçado, no litoral, pela insidiosa presença dos franceses e, no interior, pelo avanço resolutivo dos espanhóis rumo à bacia do Prata e ao pantanal Mato-grossense, a partir da cidade de Assunção, fundada em 1537 no Paraguai. Além do mais, a maneira mais fácil de chegar a Assunção para quem vinha da Europa era por terra, a partir de São Vicente e Cananeia (ambas no litoral sul de São Paulo), bem como das ilhas de São Francisco do Sul e de Santa Catarina, nas quais os castelhanos planejavam construir vilas e fortalezas, até porque ambas de fato ficavam dentro de suas possessões.

Esse foi o quadro que D. Antônio de Ataíde e Fernão d'Álvares devem ter exposto em suas confabulações com D. João III tão logo ficaram sabendo da morte do donatário da Bahia. E foi a partir dele que a decisão sobre os novos destinos do Brasil começou a ser encaminhada.

CORTAR UM DEDO

O novo regime implicaria, no entanto, consideráveis gastos para o Tesouro Régio. E, naquele ano de 1548, muito mais do que o Brasil, o Marrocos ou mesmo a Índia, o que perturbava o conde da Castanheira era a falta de dinheiro. Na verdade, desde sua coroação, em dezembro de 1521, D. João III enfrentava constantes aflições financeiras. Os problemas acentuaram-se em 1537, quando uma grave crise econômica abalou a Europa e fez com que os juros da dívida externa de Portugal saltassem de 15% para 25% ao ano.

Os empréstimos no exterior começaram a ser feitos em larga escala por D. Manuel, pai de D. João III. Em 1536, a dívida externa já era de quase 2 milhões de cruzados. Em 1544, com o agravamento da crise europeia, ultrapassara os 3 milhões (dos quais 2,2 milhões devidos aos financistas de Flandres, nos Países Baixos – a maior parte deles judeus expulsos de Portugal).

Para saldar os débitos, a Coroa já recorrera a todos os expedientes. Em 1544, por exemplo, as Cortes, reunidas em Torres Novas, resolveram tomar “empréstimos compulsórios” da população. Mas, como nobres e fidalgos (e, eventualmente, até seus criados) ficavam isentos daquele tipo de tributação, arrecadaram-se do restante da população apenas 250 mil cruzados, com os quais não foi possível pagar mais do que um quarto dos juros devidos. No ano seguinte, o rei decidiu recomençar a vender títulos da dívida pública (então chamados “padrões de juro”), repetindo o que fora feito em 1529.

O conde da Castanheira considerava as medidas desastrosas. No primeiro semestre de 1548, enviou uma carta sombria ao rei: “No modo de que está sua Fazenda, representam-se-me tantas desesperações que muitas vezes me parecem que vêm mais da minha compleição melancólica do que d’outra coisa”, refletia. “E já me aconteceu algumas vezes de, para me tirar dessa dúvida, buscar alguns homens de muita idade e experiência para saber deles a diferença que há deste tempo ao passado que eles tinham visto de maiores necessidades. A maioria me disse que nunca tamanhas foram. E alguns acham que já houve outras tais, e que se remediaram.”

Ataíde desconfiava dos depoimentos otimistas; vinham, julgava ele, de homens que “cuidavam pouco nelas” (ou seja, de gente que não dava muita atenção às questões financeiras), porque, para o conde, “alguns costumes mui novos” tinham tornado a crise de então bem pior do que qualquer outra. Ele citou que “costumes” eram aqueles: “Foi começar-se a tomar dinheiro a crédito. E desde que se começou a tomar até agora nunca outra coisa se fez. E porque ainda isso não bastava para se remediarem os problemas, se começaram a vender padrões de juro [títulos da dívida pública]. (...) E o pior é que agora já não há quem os compre.”

Se a Coroa não restringisse drasticamente seus gastos e emitisse sinais públicos da atitude, Ataíde previa o cancelamento dos empréstimos, pois, cedo ou tarde, os financistas de Flandres perceberiam que D. João III estava se endividando além da conta: “Os câmbios [ou empréstimos] me parecem que hão de durar pouco; e muito mais pouco se virem que Vossa Alteza não se põe em ordem. Porque os mercadores não vivem se não de olhar o modo de vida das pessoas com quem fazem contratos e que podem meter na cadeia; e até pelos jeitos julgam se hão de confiar nelas; quanto mais de reis que se, por derradeiro, não lhes podem pagar, não podem eles mandar-lhes prender.”

Embora Ataíde quase se desculpasse por falar sobre dinheiro – “o qual Vossa Alteza, com seu grande ânimo e real condição, tem em tão pouca conta” –, a carta terminava com uma metáfora que, apesar de corriqueira, era definitivamente perturbadora: “Devem d’aver algum modo de se cortarem as despesas, porque um homem permite cortarem-lhe um dedo por não perder a mão, e a mão por não perder o braço. E neste negócio não receio que, por não cortar uma cousa, se perca ela e outra mais, senão todas totalmente e sem nenhum remédio.”¹⁹

Assim, antes de começar a gastar dinheiro no Brasil e, com isso, resguardar a rota marítima para a Índia e assegurar a posse da colônia sul-americana, era preciso enxugar despesas em algum lugar. O Conselho Régio, no qual a voz do conde eventualmente se impunha, propôs então o abandono das fortalezas de Alcácer Ceguer (ou Ksar es-Seghir) e Arzila, no Marrocos, onde, desde 1540, o venerado líder tribal Mohamed al-Cheik, tido como *shorfa* (descendente direto de Maomé), havia se proclamado líder de uma nova dinastia, a Sádida, declarando o início da jihad, ou guerra santa, contra os cristãos.

O MOSTEIRO DE RATES

São Pedro de Rates, terra natal de Tomé de Sousa, fica a cerca de 40 quilômetros da cidade do Porto, no norte de Portugal. O principal marco da cidade é o sólido e imponente mosteiro do qual era abade o pai do futuro governador-geral do Brasil.

Construído no ano de 1100, em estilo românico – com “fachada simples rematando em frontão, a colunata de arco completo e tetos laterais baixos dividindo as águas”, conforme a descrição do historiador Pedro Calmon –, o mosteiro pertencia à ordem beneditina “dos monges negros de Cluny”. Mais tarde, foi ocupado pelos “monges brancos de Cister”. O templo se encontrava “solitário e esquecido” até João de Sousa assumir o posto de abade vitalício por volta de 1500, pouco antes do nascimento de Tomé.

O recuo no Marrocos – de onde Portugal não se retirou inteiramente, mantendo fortalezas em Tânger, Ceuta e Mazagão – fazia parte da estratégia do Conselho Régio de privilegiar o domínio das rotas de navegação pelo Atlântico, vital para a manutenção do espaço marítimo necessário para os navios lusitanos poderem continuar singrando a Rota do Cabo. Nesse contexto, houve grande valorização dos arquipélagos atlânticos (Açores e Cabo Verde) e, em consequência, do próprio Brasil.

O HOMEM DA ESPADA

Destituído de suas complexidades administrativas e de seus desdobramentos políticos, econômicos e até ideológicos, o Governo-Geral era basicamente um plano de ocupação militar do Brasil.



Nada mais natural, portanto, do que a nomeação de um militar para o cargo de primeiro governador-geral. A escolha recaiu em Tomé de Sousa.

Embora fosse um oficial de carreira com elogiada folha de serviços prestados no Marrocos e na Índia, reconhecido na corte “pelo tino e pelo siso”,²⁰ Sousa não foi alçado ao posto apenas pelas qualidades pessoais. Filho bastardo de um abade e dono de uma língua ferina, por mais heroicas que tivessem sido suas ações nos campos de batalha da África e do Oriente, homem como ele dificilmente seria nomeado para um cargo tão importante se a escolha dependesse apenas do currículo. O que certamente influenciou a indicação de Tomé de Sousa foram suas relações de parentesco: o futuro governador do Brasil era primo-irmão de D. Antônio de Ataíde, o pai do plano do Governo-Geral.



Apesar de Tomé de Sousa ser parente em primeiro grau não só de Antônio de Ataíde como de Martim Afonso de Sousa, sempre teve uma vida muito diferente da deles. Além de ser o primo pobre, era, como já se disse, um bastardo. O pai de Tomé, João de Sousa – irmão da mãe de Ataíde e do pai de Martim Afonso –, ocupava desde 1510 o cargo vitalício de prior (ou abade) do mosteiro de São Pedro de Rates, a cerca de 40 quilômetros da cidade do Porto, no norte de Portugal.

Antes do Concílio de Trento, o celibato do clero ainda não tinha a importância que viria a adquirir. Mesmo assim, a situação do abade já suscitava comentários, por ele “viver com bastante dissolução e pouca

memória de seu estado”.²¹ Amancebado com Mécia Rodrigues de Faria, João de Sousa teve sete filhos.

“Senhor de juro e herdade” do mosteiro, o prior estava autorizado a “comer-lhe todos os rendimentos”.²² Em 1514, porém, o rei D. Manuel obteve do papa autorização para “tomar posse das rendas de todos os mosteiros do reino”. A verba seria supostamente destinada a comendas (ou recompensas) a todos os que “na guerra aos mouros servissem a Deus e ao rei”. Assim, em 25 de maio de 1515, João de Sousa recebeu a visita de um corregedor, João de São Miguel, que transferiu todos os “frutos, fazendas e bens” do mosteiro de Rates para a Ordem de Cristo, que fora anexada pela Coroa. Embora tenha permanecido prior até o fim de seus dias, João de Sousa nada pôde legar a seus descendentes, nem mesmo ao primogênito Tomé, nascido em 1503.

Assim, por volta dos 15 anos de idade, o futuro governador-geral do Brasil transferiu-se para Lisboa. Por ser “menos dotado de bens de fortuna e menos categorizado” que os dois primos, teve, “desde muito novo, que recorrer ao exercício das armas e, como soldado, ir servir no Marrocos”,²³ como apurou o historiador Pedro de Azevedo, irmão do escritor Aluísio de Azevedo e o mais devotado dos biógrafos de Tomé de Sousa.

Em 1527, Tomé de Sousa estava em Arzila, no Marrocos, caçando mouros e javalis. Os anais asseguram que ele teve desempenho heroico em uma incursão contra a aldeia rebelde de Agoni. Foi elogiado no reino; e, a julgar por uma carta de Fernão d’Álvares para Ataíde, o elogio foi transmitido ao próprio rei. O Marrocos, no entanto, ainda era uma “terra onde só se adquiria glória, se metiam lanças em mouros, e nada mais”, ao passo que “a afastada Índia prometia, além das honras, grossos proventos a quem cá [em Portugal] ou lá [no Oriente] tivesse parentes altamente colocados”.²⁴

E Tomé de Sousa os tinha. Tanto que, em março de 1535, partiu para Cochim como capitão de uma nau. É muito provável que a indicação para o novo cargo tenha partido do conde da Castanheira, que, em carta enviada ao

primo em comum, Martim Afonso, em janeiro de 1535, disse: “Cada vez vou lhe achando mais qualidades boas, tendo sobre todas a de ser sisudo.”²⁵

Dois anos mais tarde, já de volta a Portugal, Tomé de Sousa galgou mais um degrau na escala social: D. João III lhe conferiu os privilégios de “escudeiro fidalgo” da Casa de el-Rei em julho de 1537. A ascensão teve continuidade em 1544, quando o governador de Ceuta o armou “cavaleiro fidalgo”. Graças a tal mercê, não apenas ele, mas “todos seus caseiros, mordomos e lavradores que estiverem a lavrar suas terras e quintas e outros que continuamente com ele viverem ou servirem” ficavam dispensados do pagamento de “peitas, fintas, talhas, pedidos ou empréstimos”. Isso significa que, na condição de fidalgo, Tomé e seus subalternos ficaram dispensados do pagamento de quase todos os tipos de impostos então existentes em Portugal.

De 1544 a 1548, o nome do futuro governador do Brasil some das crônicas. O biógrafo Pedro de Azevedo supõe que ele estivesse “administrando a fortuna que granjeara e gozando as delícias da vida conjugal”. O recolhimento não impediu Tomé de Sousa de permanecer lembrado na corte. Quando, em meados do século XVI, um autor anônimo reuniu uma coleção de frases célebres no livro *Ditos portugueses dignos de memória*, as citações de Tomé de Sousa ocuparam três páginas. Entre referências mais ou menos agressivas a bastardos, cristãos-novos e desembargadores, e até menções a “um urinol”, há um momento especialmente sombrio – quem sabe fruto da amarga conclusão a que ele chegara após 25 anos de andanças pelo império e vivências na corte:

“Todo o homem é fraco e ladrão” é uma das frases atribuídas a Tomé de Sousa registradas nos *Ditos portugueses dignos de memória*.²⁶

Não se sabe exatamente quando Sousa foi escolhido para ser o primeiro governador-geral do Brasil e capitão-general da Fortaleza do Salvador. Embora a decisão já estivesse tomada em 19 de novembro de 1548 – como comprova a carta enviada a Caramuru –, a nomeação só foi oficializada pela carta régia assinada em 7 de janeiro de 1549. Naquele dia, Sousa compareceu à Chancelaria Real, onde jurou obediência ao rei e ao

Regimento Régio, que então lhe foi entregue. Ficou decidido também que o governador receberia um salário anual de 400 mil reais, que ele logo tratou de embolsar adiantados.

Dali a menos de um mês, Tomé de Sousa partiria para o Brasil.

O LONGO BRAÇO DO FISCO

Além da ocupação e defesa do espaço brasileiro – e do sonho ainda vivo de encontrar riquezas minerais na América –, outro motivo decisivo para o estabelecimento do Governo-Geral foi de fundo fiscal. Afinal, a desordem generalizada das capitanias transformava o vasto território sul-americano na menos lucrativa das possessões ultramarinas de Portugal.

Para fiscalizar a coleta de impostos, dízimos, sisas e rendas – obrigação que, até então, se concentrara nas mãos dos donatários e de uns poucos agentes reais (os odiados recebedores e vedores) –, D. João III nomeou um “provedor-mor da Fazenda da Terra do Brasil”. As primeiras linhas do *Regimento Régio*, assinado a 17 de dezembro de 1548 em Almeirim, deixam claros os motivos que levaram à criação do cargo: “E porque as minhas rendas e direitos nas ditas terras [do Brasil] até aqui não foram arrecadados como cumpria, por não haver quem provesse nelas (...) e para que a arrecadação deles se ponha em ordem como a meu serviço cumpre, ordenei mandar ora às ditas terras uma pessoa de confiança que sirva de provedor-mor de minha fazenda.”

A escolha recaiu em Antônio Cardoso de Barros, funcionário da Casa dos Contos. Mais do que “uma pessoa de confiança” do rei, Cardoso de Barros era um dos protegidos de D. Antônio de Ataíde, de quem era subordinado direto no Conselho da Fazenda. Ele já havia sido agraciado com a doação de uma capitania no Brasil, a do Ceará – e fora o único donatário a não empreender a colonização de seu lote, o que consiste em uma exceção de todo injustificável.

O salário do provedor-mor era de 200 mil reais por ano – metade do que era pago ao governador, mas quantia bastante considerável para a época, superior ao salário de um juiz.



RECEITAS DO ESTADO PORTUGUÊS (*em 1588, em reais*)

Reino – 677.283\$174

Índia – 288.942\$300

Ilha da Madeira – 24.240\$000

Açores – 30.000\$000

Guiné – 16.400\$000

Mina – 40.000\$000

Angola – 13.200\$000

Brasil – 11.000\$000

*Fonte: História da Expansão Portuguesa, de Francisco
Bethencourt e Kirti Chaudhuri*

Nada mais se sabe sobre a trajetória pregressa de Antônio Cardoso de Barros, nem que idade tinha quando se tornou o primeiro “ministro da Fazenda” do Brasil. Embora desfrutasse da proteção de Ataíde, era um burocrata de carreira que havia dedicado toda a sua vida profissional ao serviço na Casa dos Contos. De outro modo, não seria escolhido para um cargo cuja principal obrigação consistia justamente em fiscalizar e revisar as contas tomadas pelos escrivães e contadores.

A Casa dos Contos era o “núcleo central de controle das receitas e despesas do reino”,²⁷ onde se arquivavam todos os livros-caixa, documentos fiscais e contas da Coroa e do rei. O órgão surgira, de acordo com a historiadora Virgínia Rau, com o objetivo de exercer “uma apertada vigilância na contabilidade pública, efetuada por indivíduos da confiança do monarca”. Apesar da fiscalização mais rígida, “nem por isso acabaram

as fugas de prestação de contas à Fazenda, que se faziam sob as mais variadas formas”.²⁸

A passagem do tempo – pelo menos do tempo de serviço – também parece ter sido uma preocupação constante na Casa dos Contos, tanto que lá foi instalado um dos cinco únicos relógios então existentes em Lisboa. Só que, em geral, ele estava uma hora atrasado com relação aos demais.

O PODER DO JUDICIÁRIO

Em Portugal, a prática administrativa e a estrutura do Direito haviam estabelecido (com base em precedente romano) a separação entre questões fiscais e questões jurídicas. Talvez por isso, mais do que provedores, vedores ou contadores, o núcleo da burocracia imperial acabaria constituído por desembargadores, magistrados e juízes. O Desembargo do Paço, um corpo jurídico criado para dar assessoria em todos os assuntos ligados a questões legais e administrativas, logo se tornou mais importante do que a Casa dos Contos e se impôs como o órgão central na estrutura burocrática do império.

Era natural que assim fosse, pois as sociedades ibéricas dos séculos XV e XVI consideravam a administração da justiça “o atributo mais importante do governo e a justificativa primeira do poder real”.²⁹ Não por acaso, no centro de virtualmente todas as cidades portuguesas, no reino ou no ultramar, erguia-se o pelourinho: a temível coluna de pedra que simbolizava a autoridade régia e à sombra da qual as autoridades liam proclamações e puniam criminosos.



O pelourinho

A aplicação da justiça ajudava a manter intacto um dos preceitos fundamentais do mundo ibérico: o de que aquela era uma sociedade desigual, rigidamente hierarquizada, na qual “havia homens de maior condição e de baixa condição”, divididos de acordo com a classe a que pertenciam. Tal desigualdade “fazia parte da representação mental coletiva, era algo natural” e, justamente por isso, “encontrava sancionamento cabal na lei geral do reino”.³⁰

Os crimes eram punidos de acordo com a “qualidade” do infrator, fosse ele um “peão” ou um “fidalgo”. Conforme as *Ordenações Manuelinas*, “peões” (ou “homens a pé”, que não podiam servir o rei a cavalo, como os “cavaleiros”) eram pessoas de “baixa condição”. A “pena vil” (pena de morte) e os açoites (em geral executados em público, nos pelourinhos) estavam reservados quase que exclusivamente a eles.

Acima dos peões, escalonavam-se as pessoas de “maior condição”: escudeiros, cavaleiros, vereadores, magistrados, escrivães – vários deles “fidalgos” (“filhos de algo”), tidos como “gente limpa e honrada” e, portanto, livres de açoites e da condenação à morte (a não ser em casos excepcionais). A ascensão social não propiciava, portanto, apenas melhores condições de vida: representava também a obtenção de uma série de privilégios jurídicos, além, é claro, da isenção de impostos.

Quando os reis D. João II, D. Manuel e D. João III deflagraram o processo que iria impor o poder do Estado e estabelecer a monarquia centralizada, ficou evidente que o sistema judiciário seria um aliado natural na obtenção desses propósitos. “Racional” e sistemática, a instituição oferecia à Coroa os mais amplos e eficientes mecanismos de controle sobre a população – o que incluía não apenas o próprio código penal, mas também o processo burocrático de arquivamento de dados e informações, uma grande inovação na época.

O jogo de interesses que se estabeleceu a partir de então cedo se revelou uma via de mão dupla: à medida que o Judiciário ia, rápida e quase que imperceptivelmente, tornando-se o núcleo administrativo do reino (e, a seguir, do império), os magistrados – desembargadores, juízes, corregedores e escrivães, ou seja, os “letrados” – passavam a desfrutar de doses crescentes de poder, influência e riqueza.

O DESEMBARGO DO PAÇO

No topo do sistema judiciário português se encontrava o Desembargo do Paço. Instituição criada em fins do século XV para dar assessoria ao rei em todos os assuntos ligados a questões legais e administrativas, o Desembargo do Paço começou a se tornar o órgão burocrático central do império depois da reforma promovida por D. João III através de um “diploma” assinado em 10 de outubro de 1534.

O Desembargo do Paço passou a exercer controle absoluto sobre o aparelho judiciário. Tal controle se iniciava com o exame dos “letrados” para o exercício da magistratura (a chamada “leitura dos bacharéis”) e se estendia pelos pareceres requeridos para as suas promoções. Eram os desembargadores do Paço que autorizavam o exercício da advocacia, examinavam tabeliães e escrivães e ratificavam (ou não) seus provimentos, além de confirmar as eleições dos novos juízes. Estavam autorizados ainda a conceder cartas de fiança e de seguro, bem como despachar provisões, alvarás e licenças.

Mas o que realmente transformava o Desembargo do Paço na “instituição nuclear do sistema político-administrativo português”³¹ era o poder de arbitrar os conflitos de competência entre os demais tribunais e conselhos do reino. Além disso, seus decretos podiam ser “equiparados aos do próprio rei”,³² uma vez que, como o monarca, “os desembargadores do Paço podiam dispensar as leis, ao contrário do que sucedia aos demais juízes e tribunais”. É natural, portanto, que os desembargadores fossem chamados de “sobrejuízes”.

A instituição, ainda assim, mantinha uma estrutura bastante simples: era composta apenas por um presidente, seis desembargadores, um porteiro, sete escrivães e um tesoureiro. Todas as sexta-feiras à tarde esses homens se reuniam com o rei “para discutir a formulação e a correção das leis, a designação de novos magistrados e a condição política e legal do reino”.³³

Os encontros se davam na Casa de Despacho dos Desembargadores do Paço, logo chamada de “casinha”.³⁴

OS “FILHOS DA FOLHA”

Tornar-se desembargador do Paço era o ápice da carreira judiciária em Portugal. Bacharéis, escrivães, juízes, provedores, ouvidores e corregedores lutavam para obter promoções que os aproximassem daquele cargo, ainda mais que cada promoção implicava maior salário e maiores privilégios.

Tais privilégios, estabelecidos pelas *Ordenações Manuelinas*, incluíam uma série de isenções fiscais e imunidades jurídicas, além de admissões em ordens religiosas e militares (como a Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago), complementadas pela concessão de títulos nobiliárquicos, tenças e comendas. Um desembargador recebia cerca de 170 mil reais por ano. Mas os benefícios, tenças e comendas faziam esses rendimentos frequentemente ultrapassar a casa dos 250 mil reais, tornando-os os funcionários régios mais bem pagos do reino.

Infelizmente para muitos pretendentes, as promoções não dependiam, na maioria dos casos, de competência, idade, graus universitários ou do

desempenho eficiente no cargo: estavam direta e quase que exclusivamente ligadas ao fato de “ter ou não o progenitor [do pretendente] servido à Coroa”. É por isso que, de acordo com o historiador norte-americano Stuart Schwartz, tão logo o Judiciário fortaleceu e estreitou suas ligações com a Coroa, “os letrados começaram a assumir características de casta” e, por meio de “casamentos e ligações familiares, tornaram-se um grupo autoperpetuador”,³⁵ virtualmente monopolizando os cargos administrativos do governo.

Para manter intacta a rede de privilégios, os filhos seguiam as pegadas dos pais, saindo do curso de Lei Canônica ou Civil (geralmente da Universidade de Salamanca, na Espanha, e, mais tarde, da Universidade de Coimbra, em Portugal) direto para o seio do funcionalismo público. Tornavam-se, assim, “filhos da folha”, como então se dizia, entrando diretamente na folha de pagamento da burocracia régia.

Embora o Judiciário supostamente fosse uma instituição “racional” e “moderna”, para ingressar e, especialmente, para ascender nele era preciso envolver-se em uma teia de “relações pessoais de parentesco, amizade e interesses”, que, segundo Schwartz, “sempre haviam caracterizado a sociedade ibérica”.³⁶ Como não é difícil supor, esse jogo de interesses, trocas de privilégios e tráfico de influências minou os alicerces da instituição – e manchou sua reputação.

O JUDICIÁRIO NO ULTRAMAR

Se, dentro do reino, a aplicação da justiça apresentava uma série de problemas – leniência, lentidão e burocracia excessiva –, nos territórios coloniais a situação se tornara catastrófica. Criada em 1544, a Relação da Índia foi o primeiro tribunal de apelação estabelecido fora de Portugal. Mas, conforme vários testemunhos, a instituição caracterizava-se pela “ineficiência, indolência e incompetência”.³⁷ Segundo o cronista Diogo do Couto (1542-1616), o aparelho judiciário do Estado da Índia pouco conseguiu “além de locupletar os bolsos dos magistrados”.³⁸

No Brasil, a situação era ainda pior do que no Oriente. O regime das capitanias revelara-se tão ineficiente na cobrança de tributos quanto na administração da justiça. Até 1549, a Terra de Santa Cruz vivera sob o signo do arbítrio. Os amplos poderes jurídicos concedidos aos donatários em 1533 assemelhavam-se às antigas concessões outorgadas a alguns nobres nos séculos XIII e XIV; eram, portanto, poderes retrógrados, quase feudais, e estavam em flagrante conflito com a tendência de fortalecimento da autoridade real.

Abuso, corrupção e incompetência foram a regra, e não exceção, durante os 15 anos do regime das capitanias. Embora a alçada para causas cíveis concedida aos donatários fosse “cousa de espanto” (as multas podiam chegar a 20 mil reais), boa parte dos cargos judiciários era exercida por analfabetos ou degredados, homens que “não os conhece a mãe que os pariu”,³⁹ que não “tinham livros de querelas, antes as tomavam em folhas de papel”, e não dispunham de “regimento porque se regerem”.⁴⁰ Esses homens, que jamais haviam estudado, muito menos prestado juramento, proferiam as “sentenças sem ordem nem justiça”.

Os processos se arrastavam indefinidamente. Tal lentidão talvez não fosse de todo nociva: segundo um contemporâneo, as sentenças eram tão arbitrárias que, “se se executam, têm na execução muito maiores desordens”. O quadro geral configurava “uma pública ladroíce e grande malícia”,⁴¹ conforme o depoimento do desembargador Pero Borges, primeiro ouvidor-geral do Brasil.

Não poderia haver centralização de poder na América portuguesa enquanto as questões da justiça permanecessem no ponto em que se encontravam em 1548. E, não havendo justiça, dificilmente haveria colonização. Pelo menos é esse o raciocínio que transparece na carta que um certo Afonso Gonçalves, capitão da vila pernambucana de Iguaçu, escreveu para o rei D. João III em 10 de maio de 1548: “Há muita gente nessa capitania [de Pernambuco] e mais haveria, e mais segura, se Vossa Alteza tivesse aqui justiças suas, porque terras novas como estas não se povoam e sustentam senão com justiça (...), da qual aqui há muita falta”.⁴²

É uma coincidência significativa o fato de o capitão de Iguaçu ter escrito para o monarca apenas dois dias antes de o colono Luís de Góis enviar, de Santos, a carta que a historiografia clássica considera o impulso decisivo para o estabelecimento do Governo-Geral. Enquanto Góis pedia proteção militar, Gonçalves clamava pela presença de “juízes régios (...) e instituições judiciais isentas”,⁴³ sem as quais, como observou o historiador lusitano Jorge Couto, poucos colonos se arriscariam a morar no Brasil.

O HOMEM DA LEI

Ao decretar a instauração do Governo-Geral, a Coroa pretendia garantir a defesa da terra, a cobrança de impostos e a aplicação da justiça real no Brasil. O homem escolhido para a árdua tarefa de levar a lei e a ordem para os trópicos foi o desembargador Pero Borges, ex-corregedor de Justiça no Algarve.

Por meio de um alvará régio assinado em Almeirim em 17 de dezembro de 1548, Borges foi nomeado o primeiro ouvidor-geral do Brasil. No mesmo dia e local, recebeu o regimento que definia seus poderes e atribuições. Ao contrário dos regimentos concedidos ao governador-geral e ao provedor-mor, o do ouvidor-geral nunca foi encontrado. Mas o historiador Francisco de Varnhagen supõe que fosse “análogo” àquele entregue ao 18º ouvidor-geral, Paulo Leitão de Abreu, nomeado para o cargo em 14 de abril de 1628.



Selo de Pero Borges

Uma carta enviada ao rei por Pero Borges em fevereiro de 1550 permite recuperar as prerrogativas de seu cargo. Como suprema autoridade da

Justiça na colônia, o ouvidor-geral podia condenar à morte, “sem apelação”, indígenas, escravos e “peões cristãos livres”, desde que o governador-geral concordasse com a pena. Em caso de discordância, o réu e os autos do processo deveriam ser enviados para um corregedor em Portugal. Nas “pessoas de mor qualidade”, o ouvidor tinha “alçada até cinco anos de degredo” e, no cível, “alçada até 60 mil reais” (o triplo da alçada concedida aos donatários e o dobro da dos tribunais da corte). Borges estava autorizado, ainda, “a entrar nas terras dos donatários por correição e ouvir nelas ações novas e velhas”.

Embora devesse permanecer “sempre na mesma capitania em que o governador se encontrar” (“salvo havendo ordem em contrário ou se o bem do serviço assim o exigir”), os poderes de Pero Borges eram independentes dos de Tomé de Sousa – que, aliás, não fora autorizado a castigar nem a anistiar, a não ser em comum acordo com o ouvidor-geral. As atribuições do cargo equiparavam Pero Borges aos desembargadores da Casa de Suplicação, que eram os magistrados de alto nível em Portugal, abaixo apenas dos desembargadores do Paço.

A “TRISTE CELEBRIDADE” DO DR. BORGES

Apesar do poder concentrado em suas mãos, Pero Borges não tinha a ficha limpa. Em 1543, quando ocupava o cargo de corregedor de Justiça em Elvas, no Alentejo, próximo à fronteira com a Espanha, Borges foi encarregado pelo monarca de supervisionar a construção de um aqueduto. Quando as verbas se esgotaram sem que o aqueduto estivesse pronto, “algum clamor de desconfiança se levantou no povo”.⁴⁴ Os vereadores da Câmara de Elvas escreveram ao rei solicitando investigação do caso. Em 30 de abril de 1543 D. João III autorizou a abertura de um inquérito.

Uma comissão parlamentar averiguou detidamente as contas e apurou que Borges “recebia indevidamente quantias de dinheiro que lhe eram levadas à casa, provenientes das obras do aqueduto, sem que fossem presentes nem o depositário nem o escrivão”.⁴⁵ O prosseguimento das

investigações comprovou que Pero Borges desviara 114.064 reais – equivalentes a um ano de seu salário como corregedor.

Em 17 de maio de 1547, depois de o julgamento ser postergado durante três anos por meio de uma série de recursos e “demandas” impetrados pelo próprio réu, o doutor Borges foi condenado “a pagar à custa de sua fazenda o dinheiro extraviado”. A mesma sentença o suspendeu “por *três anos* do exercício de cargos públicos”. O corregedor retornou a Lisboa, “deixando atrás de si triste celebridade”.⁴⁶

Mas então, no dia 17 de dezembro de 1548, exatos um ano e sete meses após a sentença, o mesmo Pero Borges foi nomeado, pelo mesmo rei, ouvidor-geral do Brasil, cargo que pode ser comparado ao de ministro da Justiça. A carta de nomeação entregue a Borges no mesmo dia determinava que “todas as autoridades e moradores da colônia lhe obedçam e cumpram inteiramente suas sentenças, juízos e mandados, em tudo o que ele (...) fizer e mandar”.

Em 15 de janeiro de 1549, duas semanas antes de partir para o Brasil, o ouvidor-geral ainda recebeu de D. João III a promessa de que, “se bem servisse”, seria promovido a desembargador da Casa de Suplicação tão logo retornasse ao reino. Não foi o único agrado feito a Borges: em 17 de janeiro, o rei concedeu a Simoa da Costa, mulher do ouvidor-geral, uma pensão anual de 40 mil reais, paga durante o tempo em que seu marido estivesse no Novo Mundo.

Para servir no Brasil, Borges receberia 200 mil reais por ano, mais que o salário nominal de um desembargador do Paço (170 mil reais brutos, como já foi dito). Sob suas ordens diretas viria uma dúzia de funcionários, entre eles o escrivão Brás Fernandes (40 mil reais por ano) e o meirinho Manuel Gonçalves (20 mil reais anuais). Após uma série de reuniões na corte, algumas delas com o rei, os três principais servidores da Justiça no Brasil conseguiram embolsar seus salários antes de partir de Portugal, e só então se prepararam para zarpar para o Brasil na frota do governador-geral, que já se encontrava fundeada no porto, aguardando por eles.

OS “FERRADOS”

Nenhum relato original descreve o embarque dos tripulantes da armada comandada por Tomé de Sousa. Mas a cena pode ser vislumbrada pelo ponto de vista daqueles que, embora no extremo oposto da escala social, não deixavam de ser “homens do rei”: os degredados, que viriam cumprir suas penas no Brasil.

Era um espetáculo ao qual o povo de Lisboa estava acostumado: desde o começo da expansão ultramarina, no início do século anterior, levas de prisioneiros deixavam a famigerada Cadeia do Limoeiro em sombria procissão rumo à zona portuária – e dali para as longínquas fortalezas e colônias de além-mar.

Embora frequente, a cena sempre impressionava transeuntes, comerciantes, marujos e todo o populacho; o exílio era tido como uma pena terrível e temível. “Quem vai degredado de sua pátria”, anotou um magistrado português, “é privado de seus pais, parentes e amigos, e vai passar a vida entre estranhos e desconhecidos – e isso basta para a passar miserável e tristemente. Por essa razão, os juízes devem cuidar para não impor esta pena aos culpados com facilidade.”⁴⁷

Entretanto, desde que o degredo se tornara a política oficial para ocupação dos novos territórios, os juízes passaram a aplicá-lo com crescente “facilidade”. A comutação da pena de morte em degredo virou praxe a partir do momento em que ficou claro que Portugal, com pouco mais de 1 milhão de habitantes, não dispunha de recursos humanos suficientes para ocupar suas vastas possessões coloniais.

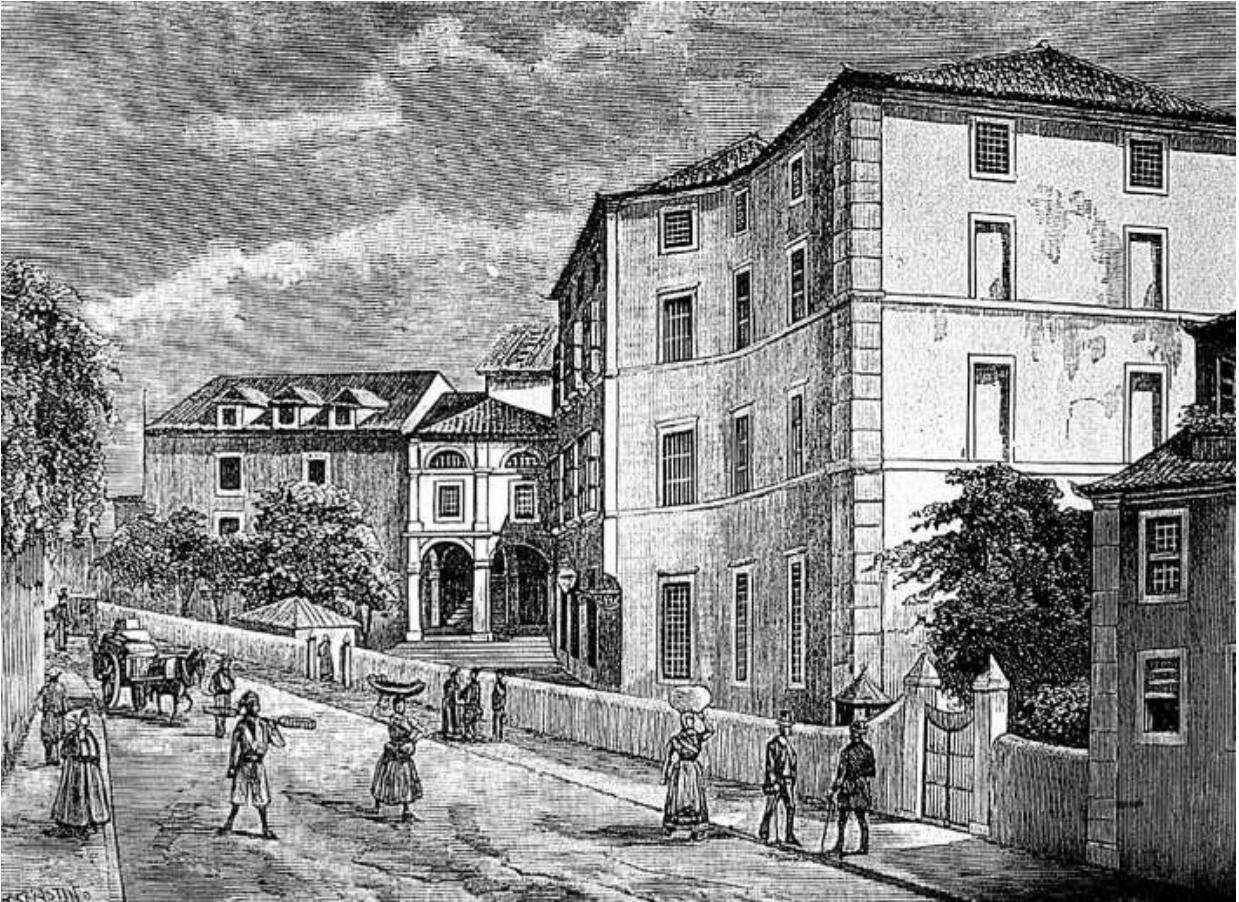
O aparelho judiciário apressou-se então em colaborar com o projeto expansionista do império. O historiador norte-americano Timothy Coates⁴⁸ calcula que, entre 1550 e 1755, cerca de 50 mil portugueses foram enviados para o exílio. Quantos deles vieram parar no Brasil? É virtualmente impossível saber com certeza, embora, de acordo com Coates, durante os séculos XVI e XVII, a média tenha sido de aproximadamente cinquenta indivíduos por ano, o que resultaria em pouco mais de 10 mil homens ao longo de 205 anos.

Agrilhoados aos pares, pelas pernas, com uma corrente de cerca de 2 metros, os condenados emergiam dos subterrâneos do Limoeiro e, ofuscados pela claridade, arrastavam-se pelas ladeiras do bairro da Alfama em direção à ribeira das Naus, o porto localizado a cerca de meia légua (3 quilômetros) dali. Cobertos somente por uma túnica azul de algodão grosseiro, com cabelo e barba raspados, macilentos e esqueléticos, os prisioneiros marchavam atados também por um cinto de ferro preso em torno da cintura e que os mantinha separados por no máximo 1 metro entre si. Aos cativos de origem nobre era reservada a prerrogativa de serem acorrentados unicamente pelos pés.

As *Ordenações Manuelinas* estabeleciam, literalmente, centenas de delitos passíveis de condenação ao degredo. Os prisioneiros eram jogados na Cadeia do Limoeiro, o “ponto focal de todo o sistema penitenciário português”⁴⁹ (*leia nota a seguir*). Eram homicidas, ladrões, bígamos, blasfemos, hereges, raptos, estupradores, contrabandistas ou meramente vadios e desocupados. Muitos haviam sido presos na movimentada zona portuária de Lisboa. Aqueles capturados no interior eram enviados para a capital; vinham em levadas de no mínimo seis indivíduos, trazidos sob escolta de todas as regiões do reino.

O AMARGO LIMOEIRO

Sólido e soturno, o Limoeiro se erguia nas cercanias da Sé, a catedral de Lisboa, sob a sombra do castelo de São Jorge, nas tortuosas encostas da Alfama, bairro dos marujos e antiga “Cidade Branca” dos tempos da ocupação moura. Após sediar a Casa da Moeda, o edifício fora transformado em cadeia em 1481. Uma fachada sóbria disfarçava os horrores de suas “enxovias”, tenebrosas masmorras subterrâneas, gotejantes e imundas, onde a peste e outras moléstias contagiosas dizimavam os prisioneiros antes de eles terem cumprido as penas. Na maré alta, as águas barrentas do Tejo penetravam nos cárceres e subiam até a cintura dos prisioneiros.



Dos territórios de exílio, o Brasil era, ao menos de início, tido como o mais temível. Condenados reincidentes, já enviados para Goa ou Angola, ao se tornarem um estorvo naquelas colônias, acabavam seus dias na América portuguesa. Quando um alvará real assinado em 5 de fevereiro de 1551 permitiu que o degredo para o Brasil fosse, em determinados casos, substituído por serviço nas galés, os tribunais estipularam que dois anos na América equivaliam a um ano nas galés, enquanto que o “exílio para toda a vida no Brasil” poderia ser substituído por dez anos nas galés (embora dez anos nas galés fosse “uma pena geralmente entendida como igual à pena de morte e frequentemente referida como tal”).⁵⁰

Mas não restam dúvidas de que um número considerável de condenados ao degredo ou às galés se safava antes de cumprir a pena. Apesar da aura de danação que a cercava, a Cadeia do Limoeiro estava longe de ser inexpugnável, e escapar de lá não constituía nenhuma proeza – bastava ter dinheiro para o suborno. A corrupção dos carcereiros era notória, e a fuga

de prisioneiros, tão constante que praticamente todos os reis de Portugal dos séculos XVI e XVII se referiram ao fato, assinando alvarás e decretos que ora ameaçavam ou condenavam os carcereiros, ora exigiam providências imediatas do diretor da cadeia.

Existem divergências sobre o número exato de degredados embarcados na frota de Tomé de Sousa. A quase totalidade dos livros assegura que eram quatrocentos. A fonte original dessa informação é Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho e o maior cronista de sua época, autor do admirável *Tratado descritivo do Brasil*. Mas Soares escreveu seu relato meio século após a chegada de Tomé de Sousa à Bahia, e parece ter exagerado. É possível que ele tenha involuntariamente somado todos os degredados enviados para o Brasil de 1535 até a implantação do Governo-Geral, em 1549. Após minuciosa investigação da expedição de Tomé de Sousa, o baiano Edison Carneiro concluiu que “só há notícia certa de 62 degredados”. E esse é, sem dúvida, o número mais plausível de condenados que teriam vindo com o primeiro governador-geral.

Embora concorde em termos gerais com Edison Carneiro, o historiador norte-americano Timothy Coates supõe que o perdão geral anunciado em 1547 para os réus condenados pela Inquisição à morte na fogueira possa ter “contribuído para aumentar o número de degredados para o Brasil em fins do ano seguinte”. Para Coates, muitos dos prisioneiros enviados ao Brasil com o governador-geral “indubitavelmente eram cristãos-novos condenados pela Inquisição”. Pedro Calmon serviu-se do trecho de uma carta do padre Nóbrega na qual o jesuíta se refere aos cristãos “tanto velhos como novos” para sugerir que muitos dos degredados de fato eram cristãos-novos (*leia nota a seguir*).

BATIZADOS EM PÉ

O termo “cristãos-novos” surgiu por volta de 1497, depois que o rei D. Manuel tornou o batismo e a conversão ao cristianismo obrigatórios para os judeus que viviam em Portugal. Conhecidos como “conversos”, os judeus recém-convertidos já foram chamados também de “batizados em pé”. As leis relativas ao tema

foram promulgadas, revogadas e reabilitadas em várias ocasiões, dependendo do momento político vivido no reino. A Coroa oscilou entre a tirania e a misericórdia, mas raras vezes permitiu a saída dos cristãos-novos do reino. A distinção entre cristãos-velhos e novos perdurou até fins do século XVII.

O silêncio das fontes impossibilita a obtenção de respostas para perguntas óbvias – que crimes teriam aqueles homens cometido ou de que foram alguns injustamente acusados, qual sua condição social, quais as idades e os nomes –, mas não impede que se imagine os condenados acorrentados uns aos outros, marchando cabisbaixos, sujos, esfarrapados e famintos, contemplando de soslaio, e pela última vez, as movimentadas tavernas da Alfama, o suntuoso Paço d’El Rei, o enorme Celeiro Público, os mercados de peixe e de doces e o imponente prédio da Alfândega Nova, até vislumbrarem, balouçantes sobre as águas do Tejo, as escuras silhuetas dos navios que os levariam para longe de seus lares. Para sempre.



Na frota de Tomé de Sousa, os condenados estavam sob a guarda de um certo Antônio Rodrigues de Almeida, “criado do rei”. Seu embarque e a distribuição pelos porões das seis embarcações hão de ter sido observados com temor e desprezo por seus futuros companheiros de viagem; afinal,

além da ameaça potencial que representavam, alguns homens subiram a bordo com aparência medonha: além de postos a ferros (ou “ferrados”) muitos estavam “desorelhados”. O motivo para tal prática não constituía mera crueldade: os elementos mais perigosos tinham as orelhas cortadas para que pudessem ser imediatamente identificados, pois, uma vez no Brasil, viveriam em liberdade.

OS RETARDATÁRIOS

A convivência forçada entre soldados, sacerdotes, carpinteiros, escravos e marinheiros da expedição de Tomé de Sousa com cerca de meia centena de “ferrados” e “desorelhados” acabaria se tornando mais longa do que o previsto.

Embora desde o fim da segunda semana de janeiro de 1549 a frota do governador estivesse no porto com todo o material e os tripulantes a bordo, os navios não tinham recebido autorização para zarpar. Era preciso esperar por retardatários que se demoravam na corte – todos gente importante. Escrevendo para D. João III no dia 24 de janeiro, Fernão d’Álvares de Andrade, encarregado, como sempre, do despacho dos navios, implorava ao rei para que, “por amor de Deus”, não se desperdiçasse o “bom tempo que cá vai”.⁵¹



Vista de Lisboa no século XVI

As monções de fato estavam soprando na direção e intensidade certas, estabelecendo condições ideais para a travessia do Atlântico. Mas um motivo de natureza ainda mais prática justificava a aflição de Fernão d'Álvares: a “gente d'armas” (arcabuzeiros, besteiros, espingardeiros, bombardeiros e trombetas), assentada a bordo havia cerca de dez dias, estava inquieta e descontente. “Por ser muito pobre, anda clamando, pedindo de comer”, relatou Álvares ao rei. Não seria necessário relembrar ao monarca que, de acordo com uma estipulação assinada por ele mesmo, os mantimentos só começariam a ser distribuídos e os soldos pagos *após* a partida dos navios.

Na quinta-feira, 24 de janeiro de 1549, a armada estava “de todo prestes” e poderia içar velas imediatamente, ou, o mais tardar, no final de semana, como era hábito. Mas isso apenas se figuras ilustres como o ouvidor-geral Pero Borges, o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, o mestre da pedraria Luís Dias e o capitão-mor da costa do Brasil, Pero de Góis, “afora outros”, se desvencilhassem de seus negócios na corte. Supõe-se que o motivo que retardava o embarque daqueles ilustres senhores fosse o fato de estarem tratando de receber seus salários antes da partida.

Entre os “outros” retardatários aos quais Álvares se referiu em sua carta, um deles estava, naquele momento, se dirigindo a pé desde a província da Beira, a cerca de 150 quilômetros de Lisboa, até o porto de Belém, nas cercanias da capital. Embora fosse um andarilho experimentado, havia sido convocado na última hora para se juntar à expedição. Seu atraso seria, portanto, ainda maior que o dos demais – a ponto de ele quase perder o embarque.

O apressado caminhante era um padre jesuíta. Chamava-se Manuel da Nóbrega.

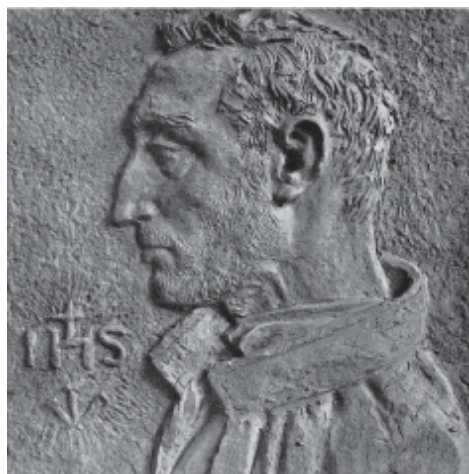
O HOMEM DA CRUZ

O papel de Nóbrega na história colonial do Brasil iria adquirir tal amplitude que é impossível imaginar o que teria acontecido caso ele tivesse sido deixado para trás. Se Tomé de Sousa representava o rei e o poder da

Coroa, se Antônio Cardoso de Barros simbolizava o Tesouro Régio e o longo braço do fisco e Pero Borges vinha em nome da lei e da força do Judiciário, Nóbrega, mais do que a Igreja ou a fé, personificava o vasto e sombrio poder da Contrarreforma. Não por acaso, ele iria se tornar um dos mais importantes homens do rei no Brasil.

Aos 31 anos, Nóbrega havia deparado, pouco antes, com uma encruzilhada em sua vida – e decidira trilhar o caminho mais árduo. Tendo perdido a chance de se tornar um homem do Judiciário, resolvera se transformar em um “soldado de Cristo”.

Nascido a 18 de outubro de 1517, filho de desembargador e sobrinho de um chanceler-mor do reino, Nóbrega estava destinado, como era praxe, a seguir a carreira do pai. Para tanto, havia se matriculado, em 1534, no curso de Direito da Universidade de Salamanca, na Espanha. Um dos professores mais ilustres daquela instituição era Martin de Azpilcueta Navarro, renomado especialista em Direito Canônico e brilhante economista (tendo sido, de acordo com o pesquisador inglês James Buchan, o primeiro a teorizar sobre o significado da inflação e a consequente desvalorização do dinheiro),⁵² e de cujo grupo de alunos Nóbrega fazia parte.



O padre Manuel da Nóbrega

Manuel da Nóbrega não precisou pagar os estudos em Salamanca. Sendo seu pai o Dr. Baltasar, “homem de muita inteireza”, a quem el-Rei “encomendava cousas de muito peso”,⁵³ o próprio D. João III concedeu uma bolsa, isto é, “moradia e favor”, para o jovem Manuel estudar no reino

vizinho. Em fins de 1537, quando Azpilcueta Navarro transferiu-se – “a peso de ouro” e com “salário principesco”⁵⁴ – para a recém-inaugurada Universidade de Coimbra, Nóbrega seguiu os passos do mestre e retornou a Portugal, matriculando-se na Faculdade dos Cânones em novembro de 1538. Aos 23 anos, graduou-se em Direito Canônico e em Filosofia, em junho de 1541. Antes de ingressar no Desembargo do Paço, planejava tornar-se professor da Universidade de Coimbra.

Mas como poderia um gago lecionar? Reprovado em um teste oral por ser “tardo na fala”, Nóbrega se amargurou profundamente. Como o prestigiado Navarro considerava o jovem bacharel “doutíssimo por sua ciência, virtude e linhagem”,⁵⁵ ainda o indicou para uma “colegiatura” no mosteiro de Santa Cruz, colado à Universidade de Coimbra. Mas, outra vez, o “cavalheiro da triste fala”⁵⁶ foi reprovado: a gagueira era obstáculo intransponível.

Nóbrega então desistiu da cátedra e resolveu se tornar padre. “Vendo que o mundo o desprezava, fez propósito de o desprezar a ele”,⁵⁷ escreveu um de seus biógrafos.

Um ano e um dia após a formatura de Nóbrega, chegava a Coimbra, em 15 de junho de 1542, o padre Simão Rodrigues, um dos fundadores originais da Companhia de Jesus, a nova e muito falada instituição que em breve se tornaria a principal ordem religiosa de Portugal e uma das mais atuantes do mundo. Rodrigues fora lançar as bases do Colégio de Jesus, um reduto conservador cuja fundação poria fim aos avanços humanistas de Coimbra. Alguns meses após sua chegada, “mestre Simão” foi procurado por um desiludido Nóbrega. Mais do que um mero padre do clero secular, o bacharel rejeitado estava disposto a se tornar jesuíta.

Em 21 de novembro de 1544, aos 27 anos de idade, Manuel da Nóbrega entrou como noviço na Companhia de Jesus. Era uma decisão coerente com seu estado de espírito. Afinal, como Simão Rodrigues dissera em carta ao criador da ordem, Inácio de Loyola, a “Companhia tem um fundamento que é a abjeção e desprezo do mundo e, mediante essa loucura, sempre Deus a ajudou e com especiais dons favoreceu. É necessário que sejamos mesmo

loucos por Cristo (...), porque Deus bendito escolhe aquele que é louco e fraco do mundo para confundir os fortes”.⁵⁸

Tendo como inspiração os *Exercícios espirituais* de Loyola, Nóbrega mergulhou em uma espécie de jornada iniciática movida a jejuns, meditações, eventuais açoites e outras “mortificações”. Em fevereiro de 1547, desfilou pelas ruas de Coimbra com um crucifixo, uma caveira e vários ossos humanos “para mover os folgazões à compulsão durante as profanas festas carnavalescas”.⁵⁹ No inverno de 1548, decidiu percorrer o Caminho de Santiago, a mais famosa rota de peregrinação da cristandade na Europa, sobrevivendo de esmolas e migalhas, decidido a ser pobre “no prato e no trato”. Eventualmente, tentava pregar – sempre “a muito descontentamento do povo e meu, porque eu sou quem sou”.⁶⁰



Símbolo da Companhia de Jesus

Fosse quem fosse, Nóbrega estava começando a se transformar no missionário que, menos de sete anos mais tarde, já no Brasil, seria assim descrito por um de seus discípulos: “Se vísseis o Nóbrega veríeis um homem que não o parece, um homem de engonços, de pele e ossos. Um rosto de cera amarela (...), uns olhos sumidos, com um vestido que não o sabeis se o foi alguma hora, os pés descalços, esfolados do sol. Seu comer são suspiros, seu beber lágrimas pela conversão dos infiéis e pela má vida dos cristãos.”⁶¹ Um genuíno discípulo de Inácio de Loyola.

Ao retornar da peregrinação pelo Caminho de Santiago, Manuel da Nóbrega tornou-se o primeiro “procurador dos pobres” da Companhia de

Jesus em Portugal. Era um cargo de confiança exercido por quem conhecia Direito e estava apto a defender os desvalidos em geral: “viúvas, enfermos, encarcerados e todos aqueles que não podem contratar um advogado”.⁶² O desempenho do cargo levou-o à província da Beira em janeiro de 1549. Quando lá estava, foi informado de que deveria retornar a Lisboa, juntar-se à expedição de Tomé de Sousa e partir imediatamente para o Brasil.

Manuel da Nóbrega fora escolhido para dirigir a primeira missão da Companhia de Jesus no Novo Mundo.

OS GUERRILHEIROS DE CRISTO

Aprovada oficialmente pelo papa em setembro de 1540, a Companhia de Jesus tornou-se a mais dinâmica, influente e polêmica das novas ordens religiosas surgidas na Europa após Martinho Lutero ter lançado, em 1517, o manifesto que rachou a Igreja. Com uma estrutura rigidamente monástica, quase militar, a ordem não despontou apenas como um grupo de combate à Reforma; transformou-se em uma das forças motrizes que fez brotar a própria Contrarreforma.

Seu fundador e primeiro “general”, Inácio de Loyola (*leia nota a seguir*), imaginava aquela “Sociedade de Jesus” como uma elite moral, intelectual e espiritual disposta a defender o papado em qualquer circunstância, lutar ferrenhamente contra o protestantismo e espalhar a fé católica por todos os recantos do planeta. Seus membros, instigados pelos estatutos da ordem a “militar como soldados de Deus, sob a bandeira da cruz”, iriam se transformar em autênticos guerrilheiros de Cristo, inflexíveis cruzados do catolicismo, que o historiador inglês Charles Boxer comparou a uma “tropa de choque espiritual” e o português Alexandre Herculano definiu como a “milícia papal”. Fundada por um andarilho, a ordem seria essencialmente andarilha. Seus integrantes em breve estariam espalhados do Canadá ao Japão, do Tibete à Amazônia, atuando como a vanguarda universal da Contrarreforma.



O GENERAL DE JESUS

Nascido Iñigo López de Oñaz, em 1491, o futuro Inácio de Loyola era um fidalgo basco de vida aventureira e turbulenta, “entregue”, segundo ele mesmo, “às vaidades do mundo, ao exercício das armas e vencido pelos pecados da carne”. Sua vida começou a mudar em maio de 1521, quando, durante o cerco dos franceses a Pamplona, foi atingido entre as pernas por uma bala de obus. Com a parte inferior da perna direita esfaqueada, a barriga da perna esquerda dilacerada e, muito provavelmente, impotente, Iñigo leu a obra Vida de Cristo, do frade cartucho Ludolfo da Saxônia, e decidiu se tornar um “mendigo de Deus”. Manco e de “magreza espantosa”, cabelos e unhas muito longos, partiu em peregrinação até Jerusalém em março de 1523. Na volta, em agosto de 1529, matriculou-se no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, para estudar teologia. Lá, reuniu seis alunos e com eles fundou a Companhia de Jesus.

O Brasil cedo se tornaria uma das principais províncias da companhia – e em raras porções do globo a influência dos jesuítas haveria de perdurar por tanto tempo e com tal profundidade.

Embora a sede da ordem ficasse em Roma, não restam dúvidas de que, a princípio, o impacto global dos jesuítas teve seu epicentro em Portugal. Isso porque, atendendo a solicitação de D. João III – que seguira o conselho de seu assessor Diogo de Gouveia, diretor do colégio onde Loyola tivera a ideia de fundar a Companhia de Jesus –, o papa Paulo III determinou que o

líder dos jesuítas cedesse seis de seus discípulos para que o rei de Portugal desse início ao utópico projeto de catequizar a Índia e outras partes do Oriente. “Seis? O que irá me sobrar para o resto do mundo?”, teria replicado Loyola, que, àquela altura, não reunira mais do que 15 seguidores. Por conta do reduzido contingente, o “general” dos jesuítas foi autorizado a liberar apenas dois discípulos. Em compensação, escolheu o espanhol Francisco Xavier e o português Simão Rodrigues, cofundadores da ordem e seus íntimos colaboradores.

OS “APÓSTOLOS” EM PORTUGAL

Xavier e Rodrigues chegaram a Lisboa em abril de 1540, antes mesmo da fundação oficial da Companhia de Jesus. Lá, foram recebidos com todas as honras e passaram a ser chamados de “apóstolos”. Tão forte foi o impacto que causaram na corte que o rei pensou em desistir de enviá-los à Índia. Mas ambos insistiram em executar a missão, e D. João III se viu na contingência de autorizar a partida de Xavier para o Oriente, embora tenha forçado Rodrigues a permanecer no reino, a contragosto. Naquele início de 1540, Portugal atravessava um período em que inquietações religiosas e debates filosóficos eclodiam por todo o país: na corte, no meio intelectual e na cena universitária. Aproveitando-se daquela instabilidade e das mudanças provocadas por ela, o irascível Simão Rodrigues iria se tornar uma das figuras centrais da grande “viragem” prestes a se abater sobre a cultura, a educação e o catolicismo em Portugal.



MESTRE SIMÃO

Simão Rodrigues de Azevedo, nascido no norte de Portugal em 1510, provinha de família nobre. Com barba e cabelos negros, alto, forte e atlético, tinha ideias radicais e temperamento explosivo. Além de se tornar o principal responsável pelo pleno estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal, ele iria provocar uma série de transtornos e embaraços futuros para Inácio de Loyola e a direção da ordem devido ao crescente radicalismo. Ele foi afastado do cargo em 1555.

Decidida a dirigir os rumos da educação em Portugal e em todas as suas colônias, a Companhia de Jesus serviu-se da crescente influência junto ao rei para estabelecer sua própria rede de escolas no reino. Em julho de 1542, Rodrigues foi a Coimbra com a missão de fundar um Colégio de Jesus na cidade que era o maior centro intelectual de Portugal. Lá, como já foi dito, acabou sendo procurado por Manuel da Nóbrega e o recebeu como noviço. Como todas as escolas jesuíticas, o Colégio de Jesus de Coimbra estava preso a conceitos pedagógicos medievalistas. O currículo era rigidamente ortodoxo e, embora a doutrina fosse de base aristotélica, o grego e também o hebraico eram vistos como línguas “suspeitas”, assim, os alunos se dedicavam quase que exclusivamente ao latim.

Em 1546, Portugal tornou-se sede da primeira Província da Companhia de Jesus fora de Roma. Para o cargo de provincial, Inácio de Loyola, obviamente, escolheu Simão Rodrigues. Com seu poder fortalecido e os laços com a Coroa estreitados, mestre Simão não precisou nem de meia década para alcançar um de seus principais objetivos: assumir o controle absoluto da educação no reino e em suas colônias, especialmente no Brasil, e denunciar os intelectuais humanistas à Inquisição. O humanismo jamais voltaria a florescer em Portugal nem em suas colônias.

Mesmo profundamente envolvido no processo de implantação da Contrarreforma, Simão Rodrigues ainda sonhava em viajar para o Novo Mundo. “Quero ser o primeiro no Brasil, pois não mereci ser o segundo na Índia”, havia escrito ele a Loyola, sem esconder a pontada de ressentimento por não ter sido enviado para o Oriente com Francisco Xavier. Por isso, no segundo semestre de 1548, tão logo se iniciaram os preparativos para que a

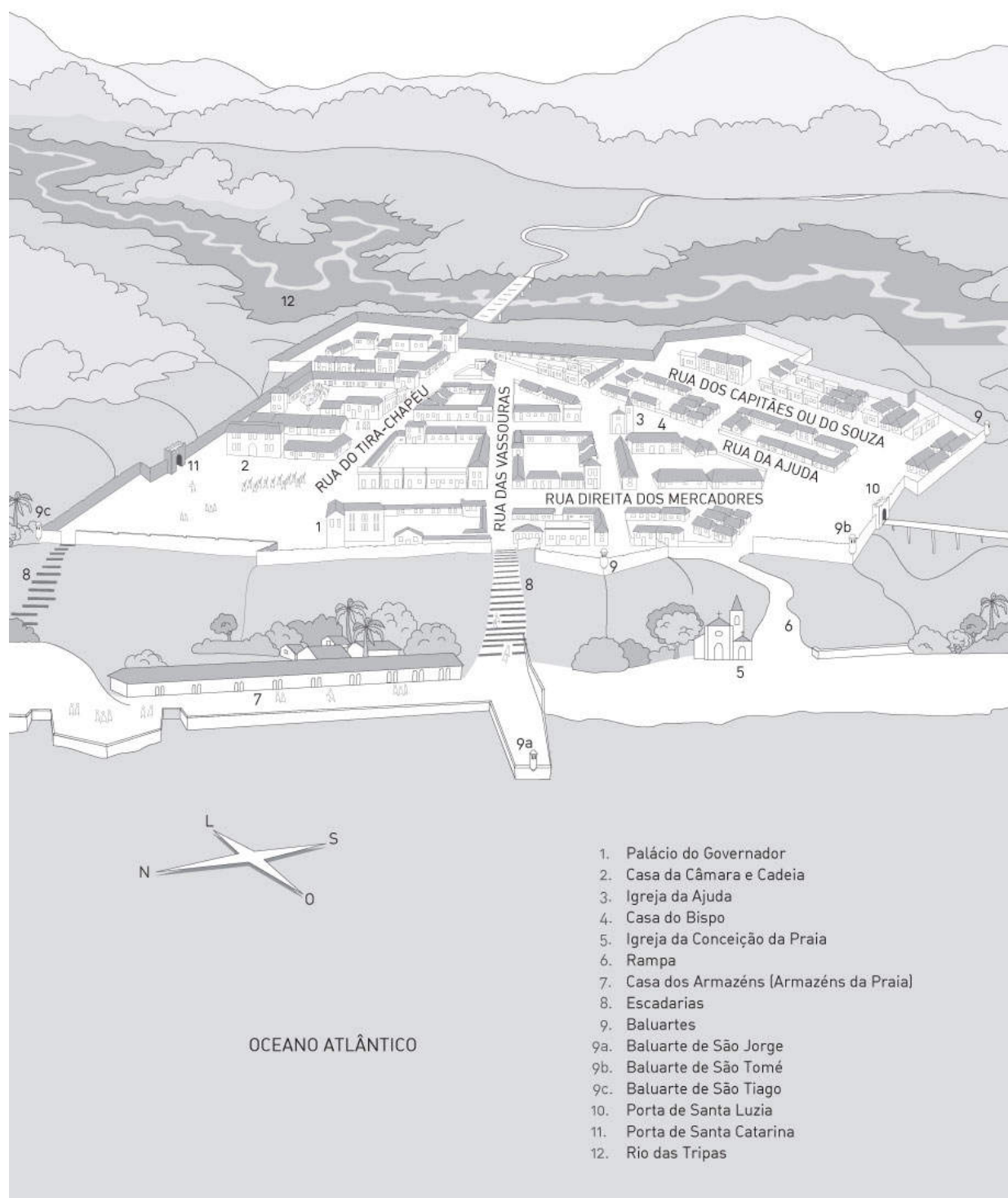
frota de Tomé de Sousa zarpassse rumo à Bahia, ficou decidido que Rodrigues seguiria nela. Em dezembro daquele ano, porém, o Tribunal do Santo Ofício instaurou um novo processo contra o brilhante cronista e filósofo Damião de Góis, suspeito de ser simpatizante do protestantismo por conta de suas ligações com o filósofo Erasmo de Roterdã. Simão era a principal testemunha de acusação. Viu-se, por isso, impedido de viajar. Manuel da Nóbrega foi então chamado às pressas para substituí-lo.

E assim, enquanto Nóbrega marcha célere desde o norte de Portugal até o porto de Belém, um ciclo se encerra para que outro possa começar.

No instante em que os navios de Tomé de Sousa soltam as amarras para singrar a rota que Pedro Álvares Cabral percorrera meio século antes, a lei e a ordem, o poder burocrático e o longo braço do fisco avançam rumo ao Brasil. A armada também trazia em seu bojo a intrincada teia de um funcionalismo público ineficiente e corrupto e a voracidade de um sistema tributário pesado e injusto. Representada por Manuel da Nóbrega, a Igreja igualmente enviava suas sementes. E elas também vingariam, enraizando a mentalidade jesuítica na nova terra.

A colônia se desenvolveria sob o signo do dogmatismo: sem livros, sem universidades, sem imprensa e sem debates culturais – em síntese, sem a diversidade e o frescor do humanismo renascentista. “A inteligência brasileira viria a constituir-se submetida à direção exclusiva da Companhia de Jesus, sob a égide da Contrarreforma e do Concílio de Trento”, diagnosticou o crítico Wilson Martins em sua *História da Inteligência Brasileira*. “Esse desejo de perpetuar a ignorância (...) condicionaria as perspectivas mentais do Brasil por três séculos.”

PLANTA ORIGINAL DA CIDADE DE SALVADOR



II

A CONSTRUÇÃO DE SALVADOR

Em uma sexta-feira, 1^o de fevereiro de 1549, após três meses de intensos preparativos, a frota comandada por Tomé de Sousa zarpou do porto de Belém. Uma pequena e emocionada multidão – mulheres, filhos, parentes e amigos dos que estavam a bordo – reuniu-se, como de hábito, nos arredores da torre de Belém para se despedir daqueles que partiam. Erguida em 1514 junto à foz do Tejo, na zona oeste de Lisboa, a cerca de 2 léguas (aproximadamente 12 quilômetros) do centro da cidade, a torre era a última imagem de Portugal avistada pelos marujos antes de seus navios enfrentarem as incertezas do oceano – bem como a primeira visão da afortunada minoria que concluía a viagem de volta.

Seis embarcações constituíam a armada do governador: as naus *Salvador*, *Conceição* e *Ajuda*, as caravelas *Rainha* e *Leoa* e o bergantim *São Roque*. Junto com a frota, seguiam também dois navios mercantes armados às custas de Fernão d’Álvares de Andrade. Ao todo, é provável que houvesse pouco mais de quinhentos homens a bordo, e não os mil (seiscentos soldados e quatrocentos degredados) aos quais em geral se referem os livros de história do Brasil. Os navios, de todo modo, estavam abarrotados.

Além de cerca de 130 homens em cada nau, oitenta por caravela e cinquenta no bergantim, qualquer espaço disponível nos porões e no convés fora ocupado pelas “achegas” citadas no *Regimento Régio* dado a Tomé de Sousa. Era o material necessário para as obras da cidade, a bagagem profissional dos artífices e os pertences pessoais dos passageiros, reunidos em um sem-número de arcas e baús, colocados entre centenas de milhares de objetos de “resgate” – foices, facas, tesouras, espelhos, anzóis e contas de vidro – que seriam usados no escambo com os indígenas.

A essa mixórdia é preciso acrescentar a indispensável “matalotagem”, ou seja, as provisões necessárias para o sustento de meio milhar de pessoas durante três meses de viagem marítima. A água, o vinho e os mantimentos seguiam em cerca de seiscentos tonéis de madeira de aproximadamente 1,5 metro de altura por 1 metro de diâmetro. A capacidade dos navios era medida justamente pelo número de tonéis que podiam ser embarcados – origem da palavra “tonelagem”, ainda em uso. Uma nau podia transportar cerca de 150 tonéis; uma caravela, uns oitenta.

O trabalho a bordo era árduo. Mesmo assim, a alimentação oferecida aos tripulantes pouco diferia daquela servida aos prisioneiros encarcerados no Limoeiro: punhados dos duríssimos “biscoitos de marear”, carne salgada, lentilhas, vinagre e banha. Embora as quantidades concedidas aos marujos fossem maiores do que as servidas aos presos, a ração não ultrapassava 2.500 calorias diárias. Estudos recentes comprovam que, “face às pesadas exigências que uma tão esforçada atividade náutica impunha àqueles homens, tais rações eram não só insuficientes, como não respeitavam, minimamente, outras leis básicas da alimentação”.¹ Cada tripulante recebia ainda cerca de 1,5 litro de vinho – por dia.

A “GENTE D’ARMAS”

Em seus porões, os navios comandados por Tomé de Sousa também transportavam munição, artilharia, armamentos e outros artefatos bélicos, uma vez que a expedição fora encarregada de vários objetivos militares. Não é surpresa, portanto, que, dentre os passageiros, a “gente d’armas” fosse a maioria: eram 65 soldados, 32 espingardeiros, 22 bombardeiros, sete besteiros e seis trombetas, totalizando 132 combatentes.



Esse pequeno exército estava preparado para enfrentar “cinco, até seis mil homens de peleja” da nação Tupinambá, além de um punhado de traficantes franceses de pau-brasil. Embora recebessem soldo, nenhum daqueles homens era soldado profissional – simplesmente porque Portugal não possuía, à época, exército regular. Seus combatentes eram mercenários, voluntários ou, na maior parte, desocupados alistados à força.

Em tempos de fortalecimento do poder monárquico, a inexistência de forças armadas no reino preocupava D. João III. Tanto é que, dali a seis meses, no dia 7 de agosto de 1549, dando sequência à série de medidas centralizadoras, o soberano iria decretar “obrigações militares gerais”, tornando recrutáveis todos os homens entre 20 e 65 anos nascidos em Portugal.

A lei, de todo inexecutável, parece jamais ter saído do papel, já que, mais de meio século depois, a situação ainda não se modificara. Escrevendo em 1610, o viajante francês Pyrard de Laval não hesitava em afirmar que os soldados portugueses desembarcados na Índia eram quase todos “filhos de camponeses e outra gente de baixa condição, apanhados à força desde a idade de 12 anos”, que nunca tinham visto uma guerra e “não sabiam como se portar em combate”.² Os bombardeiros, em sua maioria “artífices, sapateiros ou alfaiates”, ignoravam como “dar um tiro de peça quando necessário”.

É claro que a “gente d’armas” enviada à Bahia não era muito diferente. Até porque, em 1549, “o Brasil ainda assumia uma posição francamente

periférica do ponto de vista militar (...), sendo a guerra com os índios desvalorizada por não se basear em artilharia e armas de fogo (...) e a morte à mão dos nativos” vista como menos “digna do que em África ou na Índia”.³ A prova do quão ineficientes eram os soldados alistados na expedição de Tomé de Sousa não tardaria a vir, e seria dada justamente pelo homem encarregado de comandá-los: o capitão-mor da costa do Brasil, Pero de Góis.

Em 1550, após breve conflito com traficantes franceses travado ao largo da costa do Rio de Janeiro, Góis escreveria para o rei assegurando que, em seu contingente, não havia “um único homem que em mais de cinquenta tiros pudesse meter pelo menos um dentro”. Todos os seus comandados “diziam e juravam que por força os fizeram vir para o Brasil e que em sua vida nunca entraram no mar, nem usaram de bombardeiros”.⁴

Apesar da notória ineficiência, os salários pagos aos combatentes não eram desprezíveis – especialmente em se tratando de gente do povo. Os bombardeiros alistados na expedição de Tomé de Sousa, por exemplo, ganhavam 800 reais por mês. Um espingardeiro recebia 600 reais mensais, e um besteiro, 550. Os trombetas, encarregados de soar os toques de avanço ou recuo dos soldados, embolsavam o maior soldo da tropa: 1.200 reais mensais. Os soldados rasos ganhavam 500 reais por mês.

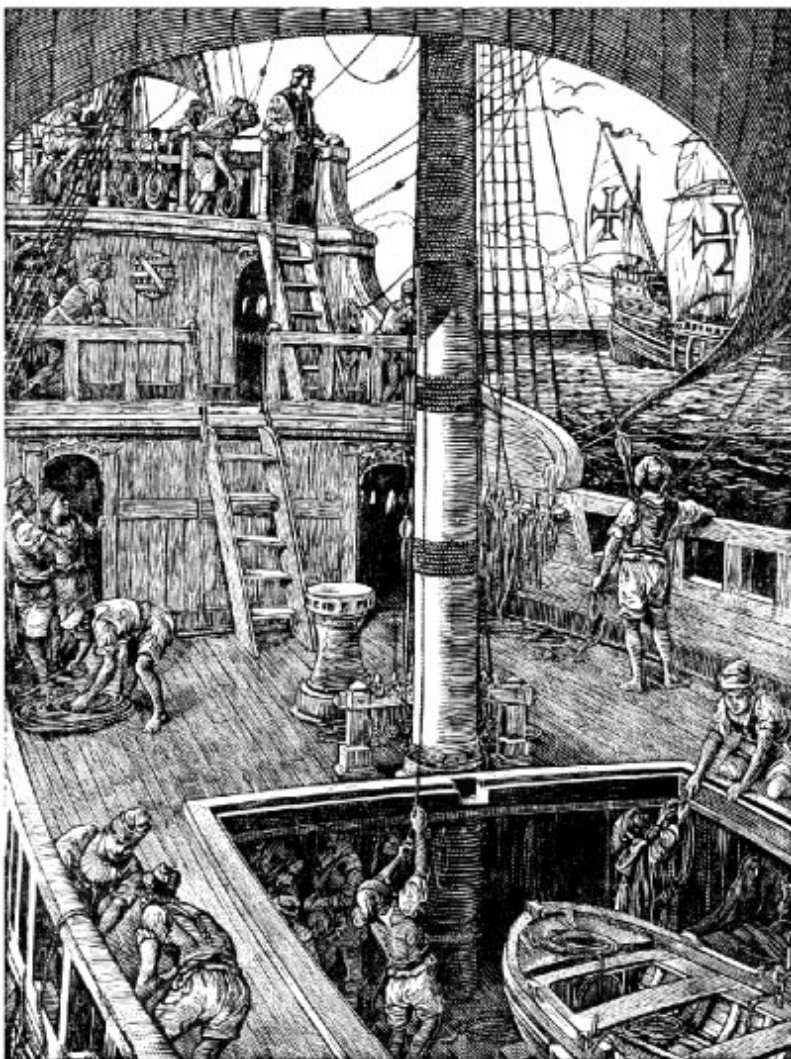
O capitão-mor Pero de Góis recebia 200 mil reais por ano – e, como outras autoridades, tratara de embolsá-los adiantados.

A “GENTE DO MAR” E OS ARTESÃOS

A “gente do mar”, responsável pela condução e manutenção dos navios, contribuía em número considerável para o contingente da expedição. Dentre pilotos, marinheiros, grumetes, calafates e pajens distribuídos pelas seis embarcações, eram 93 homens a bordo (aproximadamente vinte em cada nau, cerca de 15 nas caravelas e dez no bergantim). Ao contrário dos soldados, os marujos eram “autênticos profissionais, frequentemente instruídos e, sobretudo, respeitados”.⁵ Apesar da maior qualificação, o salário de um marinheiro era pouco superior ao de um bombardeiro: 900

reais mensais. Um grumete recebia 600 reais por mês, e um pajem, apenas 400 reais.

Mas os objetivos da expedição, como se sabe, não eram somente militares. Por isso, um conjunto de artesãos, cujas habilidades eram indispensáveis à construção da nova cidade, misturava-se à soldadesca e à marujada, perambulando entre as cobertas dos navios. Esses artesãos vinham sob o comando do “mestre da pedraria” Luís Dias, arquiteto de renome, responsável pelo projeto e encarregado de supervisionar as obras da primeira capital do Brasil. Da equipe de Luís Dias faziam parte 15 carpinteiros, nove ferreiros, oito serradores, oito telheiros, cinco caieiros, quatro serralheiros, quatro carvoeiros e três cavouqueiros, além de 16 pedreiros – um total de 72 profissionais que, tão logo se iniciassem as obras, seriam auxiliados por pelo menos 62 degredados. Esses artesãos ganhavam, em média, 1.200 reais por mês. Os degredados, cujas penas incluíam trabalhos forçados, recebiam ainda assim 330 reais por mês (abaixo do soldo mínimo de 360 reais).



Marujos em ação em nau do século XIV

OS LETRADOS

A cidade erguida pelo esforço de artesãos, pedreiros e degredados (com o inestimável auxílio dos indígenas) seria controlada por uma equipe de burocratas bem pagos. Além do governador-geral, quatro funcionários régios partiram de Lisboa de posse de regimentos que lhes conferiam ampla jurisdição sobre todas as capitanias e a costa do Brasil. Três deles, como já se viu, eram conselheiros diretos de Tomé de Sousa: o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros; o ouvidor-geral, Pero Borges; e o capitão-mor da costa, Pero de Góis. O quarto funcionário com plenos

poderes era Gonçalo Ferreira, o tesoureiro das Rendas, que ganhava 80 mil reais por ano.

Vários outros servidores foram nomeados para cargos públicos de menor nível. Não restam dvidas de que esses “eram muitos; eram demais para o serviço que havia”, conforme observou o pesquisador Edison Carneiro. Tanto que, menos de dois anos após a chegada da expedição ao Brasil, Tomé de Sousa escreveria ao rei sugerindo a fusão de alguns cargos e a extinção de outros, com o objetivo de desafogar o erário real, “porque é o negócio quase todo um e não é muito” e alguns funcionários “folgam todo o tempo”.

Para uma cidade de menos de mil habitantes, haviam sido nomeados sete escrivães, um “número com certeza desproporcionado para as coisas do Governo-Geral”.⁶ Como acontecia no reino, aos escrivães cabia supervisionar o trabalho dos contadores, almoxarifes, vedores e feitores, dos quais cerca de vinte se encontravam a bordo. Havia até um “tesoureiro dos defuntos”, Brás de Alcoforado. Os escrivães ganhavam em média 40 mil reais por ano.

Além dos funcionários da Fazenda, havia ainda os servidores da Justiça. Entre tabeliães, meirinhos, escrivães e “licenciados”, eram cerca de 15 os homens enviados para trabalhar sob o comando do desembargador Pero Borges.  lícito identificar, portanto, um rasgo de hipocrisia no aparente espanto demonstrado por Borges em fevereiro de 1550, ao desembarcar na capitania de Porto Seguro para uma visita de inspeção. Naquela ocasião, em carta ao rei, o desembargador relatou em tom indignado: “S nesta vila, que nem tem cem vizinhos, havia quatro tabeliães, dois inquiridores, um escrivão dos órfãos e outros oficiais...”⁷

Não era muito diferente a situação de que ele mesmo desfrutava em Salvador.

A ARRAIA-MIÚDA E OS FIDALGOS

Embora o corpo administrativo representasse a essência da expedição, a frota do governador não trazia s burocratas – nem apenas soldados,

artesãos, marujos e “desorelhados” e “ferrados”. Além de um médico, um relojoeiro, um boticário e um barbeiro, seguiam também 51 homens listados tão somente como “trabalhadores”. Era a chamada arraia-miúda, cujos salários raramente ultrapassavam os 360 reais mensais mínimos. Ainda assim, muitos deles jamais receberiam seus ordenados – pelo menos não em dinheiro.

Em contraponto à arraia-miúda, também embarcaram pelo menos 15 fidalgos – alguns deles de nascimento (sendo, portanto, literalmente, “filhos de algo”) e outros que haviam comprado seus títulos nobiliárquicos (os chamados “cavaleiros fidalgos”). Ambos os grupos faziam parte “da nobreza arruinada que tentava refazer-se no Brasil”.⁸ Por um capricho real – no qual parece justo notar um requinte de humilhação –, esses nobres estavam sujeitos à ordenação que proibia, na colônia, o uso de brocados e rendas.

Apesar de alguns cronistas terem se referido à presença de casais na expedição, o número de homens que seguiram para o Brasil acompanhados das esposas deve ter sido mínimo. A falta de mulheres europeias era tão gritante que se transformaria em um dos principais problemas da colônia em geral e da nova cidade em particular.

Não restam dúvidas, porém, de que muitos dos tripulantes eram casados. A questão é que haviam preferido deixar as mulheres no reino. O exemplo vinha de cima: o governador despedira-se em Lisboa de Catarina da Costa – da qual, mais tarde, se consumiria em saudades. Simoa da Costa, mulher de Pero Borges, “não quisera atravessar o Mar Oceano”. O mestre da pedraria, Luís Dias, iria, dali a poucos meses, implorar para que o rei o deixasse voltar para Portugal, pois não aguentava mais viver sem a “velha que lá tinha”, Catarina Pires. O provedor-mor Cardoso de Barros também não trouxe a esposa, mas, nesse caso, dado o destino trágico que o aguardava, foi melhor para ela.

Mesmo com a ausência quase total de mulheres, a esquadra de Tomé de Sousa era, como quase a maioria delas, um pedaço flutuante de Portugal. Transportava gente de todas as classes e todos os matizes, da fidalguia à

arraia-miúda, e trazia intactos os desvãos da sociedade ibérica. Uma mera passada de olhos na lista de passageiros, identificando seus nomes e os salários que aqueles homens receberiam no Brasil, revela que a mesma desigualdade existente em Portugal estava sendo transplantada para os trópicos.

O *REGIMENTO RÉGIO*

O escrivão da armada do governador era um tal Nuno Alves. Como seu diário de bordo jamais foi encontrado, deve-se às cartas do padre Manuel da Nóbrega o relato de como a viagem se passou. E passou-se extraordinariamente bem. Conforme o depoimento do jesuíta, a frota cruzou o Atlântico em 56 dias, “sempre com ventos prósperos, sem que sobreviesse nenhum contratempo, antes com muitos favores e graças de Deus”.⁹

É razoável supor que Tomé de Sousa tenha aproveitado aquelas oito semanas de uma navegação sem sobressaltos para aprofundar a leitura do minucioso *Regimento Régio* que definiria seu governo. Com 48 artigos e mais de vinte páginas, o documento era um detalhado plano para a ocupação militar e a exploração colonial do Brasil. Embora assinado pelo rei, sabe-se que foi redigido pelo conde da Castanheira. Graças aos informes que havia recebido, D. Antônio de Ataíde mostrou-se capaz de uma análise bastante precisa da situação em que se encontrava a colônia, referindo-se aos condicionalismos náuticos e geográficos da costa, à presença astuciosa dos franceses e à insurreição generalizada dos nativos, além de também fazer um balanço do descabro que grassava em praticamente todas as capitanias.

Tão metódico e minucioso é o documento, que durante bom tempo vários historiadores o chamaram de “Carta Magna” ou de “primeira Constituição do Brasil”. Embora se trate de evidente anacronismo, como analistas mais modernos não se cansam de observar, a comparação faz algum sentido. Ao estabelecer novas políticas nos âmbitos jurídico, administrativo e fiscal, ao traçar uma nova política indigenista e propor o

plano de ocupação militar do território colonial, o *Regimento* traçou novos rumos para o Brasil.

As múltiplas determinações do *Regimento Régio* eram, ainda assim, bastante similares aos forais das capitanias hereditárias, entregues 15 anos antes aos donatários. A diferença primordial estava na centralização do poder: a maior parte dos privilégios anteriormente concedidos aos capitães do Brasil era transferida agora para as mãos do governador-geral, representante do monarca. As questões tributárias e jurídicas também passavam a ser função exclusiva dos homens do rei, sem a intermediação, em geral ineficaz, dos funcionários anteriormente designados pelos donatários.

Enquanto Tomé de Sousa se preparava para exercer seus poderes e desempenhar suas tarefas, o padre Nóbrega teria empregado aqueles dois meses em alto-mar para “fazer muitos exercícios de devoção, com os quais foi de muito proveito a todos os da nau”,¹⁰ pelo menos de acordo com seus biógrafos, sempre tão pios. O próprio Nóbrega, entretanto, revela apenas que induziu toda a tripulação da nau capitânia, a *Ajuda*, a se confessar.

Se realmente pregou para soldados e marinheiros, Nóbrega não o fez sozinho. Sob suas ordens, seguiam outros cinco jesuítas convocados para a missão de catequizar os nativos do Brasil. Eram os padres Juan de Azpilcueta Navarro (sobrinho do mestre de Nóbrega, Martin de Azpilcueta Navarro), Leonardo Nunes (um cristão-novo recém-convertido a quem os indígenas de São Paulo apelidariam de Abarebebê, ou “padre voador”) e Antônio Pires, acompanhados pelos noviços Diogo Jácome e Vicente Rodrigues (o Vicente “Rijo”). Seriam eles os primeiros discípulos de Inácio de Loyola a aportar no Novo Mundo, e em breve estariam em intensa atividade, como se poderia esperar de aplicados “soldados de Cristo”.

TODOS OS SANTOS DA BAHIA

Na ensolarada manhã de 29 de março de 1549 – uma sexta-feira, como no dia da partida –, após exatas oito semanas de viagem, a frota do governador avistou terra. Eram os baixios arenosos de Tatuapara (hoje praia

do Forte), que se prolongavam até a ponta de Itapuã. Depois de deixar para trás os pontiagudos recifes do rio Vermelho – a temível barreira de corais onde, trinta anos antes, Caramuru naufragara –, os navios de Tomé de Sousa contornaram a ponta do Padrão, penetrando, um a um, na baía de Todos os Santos.

Aquela era – e ainda é – uma porção extraordinariamente bela do litoral brasileiro. Mesmo que, para os navegantes portugueses do século XVI, vantagens estratégicas sobrepujassem supostos encantos paisagísticos, a baía distinguia-se como um acidente geográfico notável, imponente sob qualquer ponto de vista. Com cerca de 200 quilômetros de perímetro e mais de mil quilômetros quadrados de superfície, aquele mar interior rompia a linha retilínea da costa para constituir um pequeno mediterrâneo – resguardado, seguro e amplo o suficiente para abrigar “não só todos os navios de Vossa Majestade, como as armadas dos monarcas da Europa”.¹¹

Suas águas, de um azul translúcido, eram repletas de ilhas verdejantes – quase cem delas. As margens, vestidas de matas e mangues, eram pontilhadas por um colar de praias e enseadas de areias faiscantes. Rios de águas escuras, transportando ricos sedimentos, desenhavam meandros indecisos ao redor de pequenos tabuleiros de arenito antes de mergulharem vagarosamente no mar por entre os bancos de corais. Soprando de sudeste, bons ventos asseguravam chuvas regulares e constantes. Quando o sol tornava a luzir em céu límpido, a terra exalava aromas adocicados.

As águas do mar e dos rios eram tão piscosas que, durante anos, em um paradoxo apenas aparente, pescadores profissionais mal podiam garantir seu sustento na baía. “O peixe é tanto que vai de graça...”, já dissera, em 1536, o finado donatário Francisco Pereira. Eram garoupas, meros, pargos, xaréus, bonitos, dourados e corvinas, além de dezenas de outras espécies, muitas das quais desconhecidas dos portugueses.

Nos meses de maio, junho e julho, época da procriação, baleias afluíam às águas tépidas do Recôncavo em tal quantidade que mais pareciam “carpas num viveiro”. Era frequente vê-las encalharem nas praias e baixios. Os moradores da orla dissecavam-lhes então os corpos, removendo a manta de gordura, que utilizavam para fazer óleo. Tais encalhes eram bem-vindos,

pois os portugueses estavam incapacitados de arpoar baleias “por desconhecimento das técnicas apropriadas, em que eram incontestáveis autoridades, na época, bascos franceses e espanhóis”.¹²

Os inesgotáveis recursos alimentares oferecidos pelo Recôncavo Baiano não se restringiam às águas. A floresta, que vestia a terra para além da estreita faixa de areia, também fervilhava de vida, abrigando, no solo e nos ares, “toda a casta de animálias”: antas, cotias, pacas, veados, perdizes, mutuns, galinhas-do-mato e pombos silvestres. Havia ainda uma infinidade de árvores frutíferas, repletas de cajus, pacovas, umbus, mamões, pitangas, sapotis, maracujás, cupuaçus e gabiobas.



Por fim, mas não por último, os “bons ares” que ali sopravam eram “reconhecidamente vitais”, a ponto de a região ter sido definida como “um quase segundo paraíso, em perpétua primavera, donde raramente andam desterradas as pestes e ramos delas, as doenças contagiosas”,¹³ como anotou, sem os exageros habituais, um antigo cronista franciscano.

Em determinados trechos da costa e em algumas ilhas do litoral da África, a barreira das febres palustres, das águas estagnadas e dos calores malsãos bloqueara o avanço da colonização portuguesa. Assim, por mais “amortecida” que a “sensibilidade para o exótico” pudesse se encontrar entre aqueles grandes exploradores, como bem observou Sérgio Buarque de Holanda,¹⁴ não deixariam eles de reconhecer de imediato a “bondade” de uma baía como a de Todos os Santos. E assim de fato havia sido desde o dia de sua descoberta, 1º de novembro de 1501.

Embora logo tenha se destacado como uma das joias mais vistosas no vasto colar de conquistas ultramarinas dos portugueses, meio século já se havia passado desde a incorporação da Bahia ao curso da história da expansão europeia sem que suas águas transparentes pudessem refletir uma

cena imponente como aquela que se desenrolou na manhã de 29 de março de 1549, no instante em que ali ancoraram as seis embarcações da armada do governador-geral, mais as duas naus mercantes de Fernão d'Álvares de Andrade, com suas bandeiras desfraldadas e um bando de homens debruçados nas amuradas.

BELEZA E DANAÇÃO

Nunca se saberá com certeza qual a primeira impressão que Tomé de Sousa – um veterano das praias e costas da África e da Índia – teve da Bahia naqueles primeiros dias. Das várias cartas que o governador deve ter enviado para o rei, apenas duas foram preservadas, e ambas tratam basicamente de assuntos administrativos. Mas o padre Nóbrega, que jamais havia deixado a Península Ibérica, ficou fascinado com o que viu. Em carta a seu dileto mestre, Martin de Azpilcueta Navarro, escrita em 10 de agosto de 1549, ele disse: “A terra é muito fresca (...), tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas, e que têm pouca inveja às de Portugal. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e eu nunca vi tapeçaria de Flandres assim tão bela. Nos ditos montes há animais de muitas diversas feições, dos quais Plínio nem escreveu nem soube. Tem muitas ervas de diversos aromas e muito diferentes das de Espanha, e certamente bem resplandece a grandeza, formosura e saber do Criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas.”

Apesar da evidente beleza, aquela era também uma terra de danação para muitos dos homens a bordo – e não apenas os “ferrados”. É difícil conjecturar até que ponto uma primeira impressão eventualmente favorável terá perdurado entre os tripulantes, e não custa relembrar que ninguém se encontrava ali por vontade própria. Além de repleta de cobras e mosquitos (que iriam causar sérios problemas aos primeiros colonizadores), a Bahia era habitada por indígenas de humores inconstantes e seria povoada quase que exclusivamente por portugueses “de baixa condição”. Vinho, pão de trigo, camas, mulheres europeias – nada disso seria desfrutado nos trópicos. Além do mais, os burocratas escalados para dar ao novo território um

resquício de ordem jurídica e fiscal não desconheciam quão árduo seria fazer carreira longe dos favores reais.

É bem possível, portanto, que inúmeros expedicionários já estivessem odiando a terra antes mesmo de tomar contato com ela.



Chegada de Tomé de Sousa recriada em antiga gravura

COM OS PÉS NO CHÃO

O desembarque de Tomé de Sousa e seus comandados permanece envolto em aura um tanto fantasiosa, que não encontra base no registro documental. Escrevendo em 1758 (mais de duzentos anos depois dos acontecimentos, portanto), o frade franciscano Antônio Jaboatão arriscou-se a descrever a cena com extraordinário luxo de detalhes. De acordo com o frade, uma “bem composta e devota procissão, diante da qual iam os padres jesuítas, levando arvorada uma grande e formosa cruz”, deixou os navios e marchou com toda a solenidade em direção à Vila do Pereira. Apesar de improvável, a cena – “tambores soando, couraças cintilantes ao sol, o estandarte real no alto, o governador e seus homens processionalmente desfilando entre alas de gente nua, esparramada pelas várzeas”¹⁵ – vem sendo repetida ao longo dos séculos por vários historiadores.

A verdade é que simples considerações de estratégia militar devem ter impedido tamanho despropósito. Além de as notícias que possuía sobre a nova terra estarem defasadas de muitos meses, Tomé de Sousa fora alertado pelas prudentes recomendações do *Regimento Régio* sobre um possível estado de guerra (ou, quando menos, de conflito latente) entre os portugueses e os Tupinambá do Recôncavo. O governador vinha precavido contra qualquer surpresa e estava instruído para agir “o mais a vosso salvo e sem perigo da gente que puder ser”.

Em vez de impor respeito e temor aos indígenas, a procissão imaginada por Jaboatão apenas iria expor toda a tripulação da armada a um ataque caso a Bahia não estivesse em paz. “Não terá sido com tais imprudências”, observa Edison Carneiro, “que Tomé de Sousa mereceu as esporas de cavaleiro.”¹⁶ A inexistência de um cais na antiga Vila do Pereira é outro detalhe crucial que ajuda a desfazer o mito de um desembarque em massa. O mais provável é que o governador tenha transformado o episódio não em uma procissão de cunho religioso, mas em cautelosa operação militar, levada a cabo “com todos os cuidados e precauções de uma manobra de guerra”.¹⁷

A primeira medida de Tomé de Sousa deve ter sido o envio de emissários a terra – sentinelas avançados que desembarcassem à procura do

capitão Gramatão Teles ou, quando menos, em busca de Caramuru e de seu genro, Paulo Dias Adorno, a quem o próprio rei escrevera. Só depois de ter se certificado de que a terra estava pacificada, o governador terá autorizado o desembarque – e, ainda assim, parcialmente, uma vez que a “gente do mar”, auxiliada por alguns artilheiros, certamente permaneceu a bordo para defender os navios, enquanto a “gente d’armas” vigiava a praia.

Além de ser o único ponto de apoio dos recém-chegados, os navios eram preciosos tanto como meio de transporte, defesa e fuga quanto pela inestimável carga que traziam. E, dada a precariedade da Vila do Pereira, com reduzidíssimo número de habitações aproveitáveis, boa parte dos homens deve ter pernoitado a bordo ao longo de várias semanas. Por fim, quase todo o material e as guarnições que estavam nos porões e no convés não seriam levados de imediato para terra simplesmente porque a nova cidade não seria construída no local onde se erguia a “povoação que antes era”.

O desembarque, ainda assim, há de ter adquirido certa solenidade, já que, em carta ao seu superior, Simão Rodrigues, redigida em agosto de 1549, o padre Nóbrega, sempre atento a qualquer vantagem tática, não deixaria de registrar o impacto que a manobra provocou entre os nativos: “Estão espantados de ver a majestade com que entramos e estamos”, disse. “E temendo-nos muito, o que também ajuda.”

A mesma carta revela ainda que Caramuru cumprira à risca as ordens do rei, não apenas armazenando mantimentos como apaziguando os indígenas: “Este homem, com um seu genro [Paulo Dias Adorno], é o que mais confirma as pazes com esta gente, por serem eles seus amigos antigos.” E o melhor é que a Bahia não estava apenas em paz: “A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos”, afirma Nóbrega.

Independentemente da maneira como se desenrolaram, aquele dia e os seguintes estavam destinados a adquirir enorme importância simbólica e factual na história do Brasil. Passados 48 anos, dez meses e 29 dias do desembarque de Cabral, os portugueses estavam novamente colocando os

pés em uma praia da Bahia – agora para deflagrar de vez a colonização do vasto território que lhes pertencia na costa ocidental do Atlântico.

MÃOS À OBRA

Ao desembarcar, Tomé de Sousa deve ter-se encontrado de imediato com o capitão Gramatão Teles, velho companheiro nas lutas contra os mouros no Marrocos e que, como já se viu, desde fins de janeiro de 1549 estava instalado, com cerca de trinta comandados, na antiga Vila do Pereira. Mas essa é apenas uma conjectura. O que se sabe, com certeza, é que, já em 31 de março de 1549, um domingo, Nóbrega rezou missa naquilo que chamou de “uma maneira de igreja”. Era a pequena capela de pau a pique com cobertura de palmeira que a mulher indígena de Caramuru, a Tupinambá Catarina Paraguaçu, mandara erguer, havia quase duas décadas, na colina acima da Vila do Pereira, onde hoje fica a igreja da Graça, no bairro de mesmo nome, nas proximidades do centro de Salvador. Paraguaçu havia sido batizada e, segundo algumas fontes, tornara-se católica fervorosa. Por volta de 1530, fez construir a igrejinha na qual Nóbrega celebrou a primeira missa rezada por um jesuíta no Novo Mundo.

Para acompanhar as ações de Tomé de Sousa e de seus comandados a partir de 1º de abril, basta seguir as instruções que lhe dava o *Regimento*. Tão preciso e detalhista era o documento concebido por Ataíde e assinado pelo rei, que cada passo do governador-geral havia sido previamente especificado, restando-lhe estreita margem para eventuais decisões próprias.

“Tão logo estiverdes em posse da cerca que fez Francisco Pereira Coutinho”, rezava o *Regimento*, “mandareis reparar o que nela está feito e fazer outra cerca junto dela, de valos e madeira, ou de taipa, como melhor vos parecer que a gente possa estar agasalhada.”¹⁸ Assim, enquanto a cerca e a Vila do Pereira eram restauradas, os integrantes da expedição foram se “agasalhando” na nova terra.

Embora tido como “muito escrupuloso”, o padre e pesquisador setecentista Rafael Galanti afirmou, sem citar provas documentais, que, naqueles primeiros dias, Tomé de Sousa hospedou-se na casa de Caramuru e que o ouvidor-geral e o provedor-mor ocuparam as moradas de Paulo Dias Adorno e Afonso Rodrigues, genros do náufrago e homiziados na Bahia havia mais de uma década. A hipótese é remota, especialmente no caso do governador, que podia dispor do relativo conforto de seu camarote na nau capitânia – local que, se não fosse mais agradável do que uma choupana Tupinambá (e provavelmente o era), com certeza se mostrava mais seguro.

O *Regimento* estabelecia que, tão logo a Vila do Pereira estivesse protegida e cercada, Tomé de Sousa deveria dar início ao plantio das lavouras que garantiriam o sustento de suas tropas e seus funcionários. Foi o que ele fez, e cedo as vizinhanças da Vila do Pereira se encontravam cercadas de roças.

EM BUSCA DO SÍTIO ADEQUADO

Apesar de a reocupação da Vila do Pereira – a partir de então chamada de Vila Velha – ter grande importância estratégica e óbvio significado simbólico, o *Regimento* era claro: “Sou informado”, anotou o rei, “que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça, e que será necessário fazer-se em outra parte, mais para dentro da dita baía.”

Como de costume, as determinações estavam corretas: a Vila do Pereira havia sido erguida próxima demais à entrada da baía, o que a tornava alvo relativamente fácil para eventuais inimigos vindos de alto-mar. Além disso, seu porto se revelara pouco abrigado dos ventos, especialmente os de sudeste. Para completar o quadro desfavorável, não havia, nos arredores do vilarejo, nenhuma fonte d’água abundante.

Assim sendo, pouco depois de chegar ao Brasil Tomé de Sousa defrontou-se com a tarefa vital de escolher o lugar onde ergueria a “cidade-fortaleza”, destinada a ser, conforme as palavras de frei Vicente do

Salvador, “como coração no meio do corpo”: o ponto a partir do qual se daria “favor e ajuda às demais povoações” do Brasil e “de onde se ministrasse a justiça e se provesse os negócios da Fazenda régia”.

Não era missão fácil. “Para não tomar por sobre si só o peso dessa mudança”, anotou o cronista Francisco de Andrade, “Tomé de Sousa mandou dizer uma missa ao Espírito Santo para que o inspirasse a encontrar o sítio adequado.” O mesmo Andrade – autor da *Crônica de D. João III* e, portanto, uma espécie de historiador oficial do rei (além de filho de Fernão d’Álvares de Andrade) – afirma também que o governador trazia de Portugal ordens explícitas para “edificar a nova cidade” na península de Itapagipe. Após vistoriar o local, no entanto, Tomé de Sousa teria “entendido o quão diferente juízo faz das coisas a vista ou a mera informação delas” e, por julgar a península “sítio pouco acomodado para seu intento”, teria decidido, por conta própria, procurar outro lugar.

Francisco de Andrade não cita sua fonte, mas com certeza não se baseou no *Regimento*, no qual o rei ordenava tão somente que se erguesse a fortaleza “mais para dentro da dita baía (...), em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que bem possam amarrar os navios”, sem explicitar nenhuma localidade específica do Recôncavo. De todo modo, segundo alguns historiadores, Tomé de Sousa teria realmente ficado em dúvida entre Itapagipe e outra península próxima, a de Paripe. O que se pode afirmar, com certeza, é que por cerca de um mês o governador percorreu várias vezes toda a “curva” setentrional do Recôncavo em cuidadosas missões de reconhecimento. Quando enfim precisou escolher o local onde ergueria a cidade-fortaleza, acabou favorecido pela sorte e pelo acaso.

O LUGAR IDEAL

Como a Vila do Pereira não oferecia um porto seguro, o governador mandou fundear a armada na primeira grande enseada dentro da baía. Justo em frente àquele ancoradouro natural, localizado a apenas 1 légua (ou cerca de 6 quilômetros) do antigo povoado, erguia-se uma colina de cerca de 100

metros de altura, com uns 350 metros de largura e aproximadamente 1 quilômetro de comprimento no sentido norte-sul. Após minuciosa inspeção, ficou evidente que se tratava do lugar ideal para construir a primeira capital do Brasil.

Era o ponto mais alto da costa naquela margem da baía, pois os pequenos morretes que se sucediam em blocos, orlando o mar a partir da ponta do Padrão, atingiam seu ponto culminante justo naquele promontório. Apesar de uma estrutura irregular, a colina possuía um cume plano, protegido por todos os lados.

Para oeste, despencava até o mar em um desnível abrupto de cerca de 80 metros, o que lhe concedia a aparência de uma falésia. “Tão perpendicular o declive que é quase impraticável o subir por ele um gato sem que se precipite”, diria, anos mais tarde, um antigo cronista da Bahia.¹⁹ Para leste, o promontório era delimitado pelo rio das Tripas, cujos meandros pantanosos formavam charcos e lamaçais virtualmente intransponíveis. No sentido norte-sul, os limites do morrete eram estreitos e ladeados por depressões, sendo por isso facilmente defensáveis.

Voltada para o poente, a colina se erguia a meio caminho entre as brisas terrestres e marítimas. As fontes eram tantas e tão generosas que, embora escrevesse muitos anos mais tarde, um observador ainda podia afirmar que “toda a montanha, na sua fralda, geme água”.²⁰ Por fim, à frente da ribanceira, ficava o amplo e “acomodado” porto no qual a esquadra estava fundeada e onde o mar, além de limpíssimo, era protegido, com a vantagem adicional de possuir “uma grande fonte bem à borda d’água”, que servia para abastecer os navios.

Do topo daquela esplanada, em dias claros, tão frequentes na Bahia, era possível avistar, em um amplo semicírculo, o panorama que se espraiava desde a entrada da barra até os imprecisos e longínquos limites do Recôncavo. Era um vasto território, praticamente ainda todo em poder dos Tupinambá. Quase em frente à falésia, erguia-se a ilha de Itaparica, onde viviam os nativos que tinham matado o donatário Pereira. Por trás dela, em um horizonte distante, delineava-se o perfil aplainado dos montes Parajuí, “o trono do sol poente” dos indígenas. Ao lado daquelas colinas

esmaecidas, recortando o sertão verdejante e inexplorado, o rio Paraguaçu despejava uma torrente forte o bastante para quase adoçar as águas do Recôncavo.

Como diria Nóbrega em carta redigida um pouco mais tarde, tratava-se de um “muito bom sítio sobre a praia, em local de muitas fontes, entre mar e terra e circundado de águas” – exatamente o que o *Regimento* determinava e o que Tomé de Sousa estava buscando.

O *Regimento Régio* estabelecia também que, antes de tomar sua decisão, o governador se assessorasse com “práticos”, ou seja, “pessoas que bem entendam”. Quem teriam sido os conselheiros de Tomé? Boa parte dos historiadores assegura que o principal deles foi o próprio Caramuru. Embora Diogo Álvares vivesse há quatro décadas na Bahia, e muito possivelmente conhecesse cada reentrância do Recôncavo, é pouco provável que Sousa tenha recorrido a ele na hora de decidir o local onde seria erguida a futura capital.

Caramuru, bom amigo dos franceses, jamais desfrutaria da confiança do governador-geral. Tanto que seu nome virtualmente some da história a partir daqueles dias, uma vez que Tomé de Sousa e seus comandados raramente se referiram a ele. Como bem observa Edison Carneiro: “Vemos a figura lendária de Diogo Álvares esfumar-se na insignificância desde o dia 29 de março de 1549, surgindo apenas, uma ou outra vez, como simples fornecedor de farinha de pau à nova cidade.”²¹

A brusca alteração do status até então desfrutado por Diogo Álvares é um dos tantos aspectos que revelam a guinada histórica que o Governo-Geral provocou no Brasil. Caramuru, afinal, era o típico exemplo da prática até então comum entre os portugueses de “lançarem” náufragos ou degredados nas terras por eles descobertas com a missão de estabelecer os primeiros contatos com os nativos e aprender sua língua. Bem ou mal, Caramuru cumprira aquela missão – e não havia mais lugar para ele agora que a colonização oficial se iniciava. Em vez do marido de Paraguaçu, quem vai adquirindo importância progressiva é Paulo Dias Adorno, genro de Caramuru, foragido de São Vicente (onde havia matado um colono) e refugiado na Bahia. Em 1554, Paulo Dias Adorno tornou-se cavaleiro da

Ordem de São Tiago, com direito a 12 mil reais de tença, ou pensão, por ano.

Tudo indica que o principal assessor de Tomé de Sousa na hora de eleger o sítio da futura fortaleza do Salvador tenha sido o mestre da pedraria Luís Dias, que deixara o reino com a missão de supervisionar a execução do projeto, sendo o principal responsável pelas obras de construção da cidade.

O MESTRE DA PEDRARIA

Quem era o arquiteto encarregado de erguer a primeira capital do Brasil? Cavaleiro da Casa Real, com foros de fidalgo, Luís Dias fora nomeado pelo rei para o cargo de mestre da pedraria, com salário de 72 mil reais por ano. Era ele quem trazia as “amostras” e “traças” – ou seja, as plantas arquitetônicas – que serviriam de base para a construção da nova cidade. Embora tenha viajado para a Bahia em companhia do filho, Cosme Dias, “homem d’armas”, e do sobrinho, o pedreiro Diogo Pires, “muito bom oficial”, Dias jamais se afeiçoou ao Brasil, nem parece ter compreendido a importância do Governo-Geral, da Cidade do Salvador e das obras que dirigia.

Para isso, certamente, contribuiu o fato de sentir-se “velho e maldispuesto” (“eu não tenho a metade da força que tinha, nem a metade da vista”), de desconfiar dos indígenas (“este gentio [...] está um pouco duvidoso, porquanto maus os fez o demônio”), de receber poucos mantimentos (“eu, da Páscoa para cá, não tenho pão de Portugal, nem vinho”); de estar consumido de saudades da mulher, Catarina Pires (“a velha que lá tenho”); de julgar que, se morresse no Brasil, teria um destino atroz (“hei de ir direto ao inferno”); e, acima de tudo, pela amarga circunstância de não ter recebido “um só ceitel” do soldo ao qual tinha direito, exceto a metade de seu primeiro ordenado anual, que tomara adiantada antes de zarpar para o Brasil – tudo conforme uma carta que enviou para o reino em agosto de 1551.

Ainda assim, a Luís Dias estava reservado um papel primordial não só no nascimento da primeira capital da colônia como na própria história do urbanismo português dentro do processo, que então se iniciava, de expansão além-mar. Embora nada se conheça da formação profissional ou do currículo pregresso de Dias, com certeza se tratava de um homem capacitado para o exercício da função, sendo um dos tantos “funcionários do urbanismo”²² que começavam a adquirir posição de destaque no reino.

Luís Dias foi indicado para o cargo de mestre da pedraria pelo prestigiado arquiteto Miguel de Arruda. Este, por sua vez, além de parente dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda (o último foi o construtor da admirável torre de Belém e das fortalezas de Safim e Azamor, no Marrocos), era o então “mestre de obras das fortificações do reino, lugares d’além e Índias”. Arruda havia sido também um dos discípulos do grande arquiteto Benedetto de Ravena, mestre italiano que, a pedido de D. João III, o imperador Carlos V enviara a Portugal em 1541.

Em tempos de fortalecimento do poder monárquico e de intensos conflitos com os berberes do norte da África, D. João compreendia a necessidade de aprimorar suas fortalezas e de conceder um mínimo de ordenação racional às cidades portuguesas, que cresciam em ritmo acelerado. O homem encarregado de fazê-lo, especialmente no âmbito da arquitetura militar, foi Benedetto, que, no mesmo ano em que chegou a Portugal, partiu para Mazagão, no Marrocos, em companhia de Miguel de Arruda, João de Torralva (genro de Arruda) e João de Castilhos – uma trinca de construtores notáveis.

A CIDADE TRANSATLÂNTICA

A fortaleza de Mazagão foi construída em 1514, sob a direção de Francisco e Diogo de Arruda. Com o aumento do poder dos xarifes da dinastia Sádida, o baluarte passou a sofrer o assédio constante do exército mouro. Por isso, em 1541, D. João III autorizou a reformulação da fortaleza, de acordo com o projeto de Benedetto de Ravena. Tratava-se de uma obra inovadora, com estrutura quase inexpugnável, planta quadrangular, baluartes,

cisterna e fosso que a separava do continente. Mazagão foi evacuada em 1769, depois de um novo cerco mouro. As 340 famílias portuguesas que lá viviam foram então transferidas para os arredores de Macapá, no Amapá, na Amazônia brasileira. Em 1783, uma epidemia matou a maior parte da população e a Vila Nova de Mazagão foi abandonada – e engolida pela floresta. Suas ruínas só foram redescobertas em janeiro de 2004 e estão sendo escavadas.



Ao longo do tempo em que estive em Mazagão na companhia de Benedetto de Ravena, Arruda teve a oportunidade de escutar do mestre uma série de preleções sobre a arte de fortificar cidades. “Ouvi-lo falar nisso é uma música”, recordaria mais tarde. E Mazagão de fato se tornou um marco na história das fortificações portuguesas além-mar, estabelecendo o surpreendente e inovador vínculo entre arquitetura militar e civil que ajudou a deflagrar um surto experimentalista não apenas nos territórios coloniais, mas no próprio reino.

Salvador se transformaria em um símbolo ainda mais sólido do que Mazagão. Afinal, como já notaram os especialistas, a primeira capital do Brasil foi “a pedra de toque” que marcou o verdadeiro início de uma revolucionária política de urbanização dos territórios ultramarinos, estabelecendo o momento em que “o projeto imperial começou a volver-se em projeto colonial”.²³

“Salvador foi o primeiro tramo a marcar o vínculo entre as cidades ‘reguladas’ e as cidades da futura escola portuguesa de urbanização da Índia”, anotou Walter Rosa em seu ensaio *Cidades hindo-portuguesas*. O erguimento daquela “fortaleza forte” iria comprovar que os portugueses estavam determinados a transformar as meras franjas litorâneas que até então constituíam seu império em um território colonial, fortificado e urbanizado.

NOVOS VALORES, ANTIGAS TRADIÇÕES

A primeira capital do Brasil se materializaria aos poucos como o fruto mais concreto de uma série de antagonismos não apenas arquitetônicos e urbanísticos, mas políticos, econômicos e administrativos. Seu traçado, suas ruas e seu casario, seus prédios oficiais e sua zona residencial, o próprio conceito, tão lusitano, que acabaria por dividir o núcleo urbano em Cidade Alta e Cidade Baixa – tudo era reflexo das perplexidades típicas de um período de transição. Uma época cujo olhar estava voltado para novos valores, mas cujos alicerces permaneciam fincados em antigas tradições.



Uma besta

Tão evidente era esse embate que, em Portugal, aquele momento da história da arquitetura tem sido definido como o choque entre dois estilos: o primeiro, chamado de “ao antigo” (ou “ao romano”), confrontava-se com seu sucedâneo, batizado de “ao moderno”. A nomenclatura não poderia ser mais reveladora das transformações em andamento.

O conflito entre o bem público e o patrimônio particular, o choque dos desígnios reais com os anseios particulares, a evidente transmutação de um sólido legado medieval, de inspiração muçulmana, para um período já permeado pelos ventos renovadores do Renascimento – eis os ingredientes que encontraram campo fértil para se desenvolver, simultaneamente em comunhão e em confronto, no topo da colina que Tomé de Sousa escolheu para sediar a primeira capital do Brasil.

Antes mesmo de nascer, deixando no papel as “traças” e “amostras” trazidas por Luís Dias para concretizar-se na forma de um emaranhado de ruas, baluartes e casas, a Cidade do Salvador já carregava a semente da multiplicidade. Os sinais da trama urbana original podem ser lidos com didática clareza ainda hoje, pois os acréscimos e transformações trazidos pelos séculos não foram capazes de transfigurá-los por completo.

Como observou o professor Cid Teixeira, “em uma só cidade, dois tempos da história do Ocidente se encontram e se completam”,²⁴ pois a fortaleza do Salvador e a vila que surgiu à sua sombra apresentam-se simultaneamente medievais e renascentistas. Embora seguisse um plano regular e racional, a fortaleza seria erguida à maneira dos castelos da Idade Média, na crista de uma montanha – em evidente anacronismo com as inovações renascentistas advindas da Itália que propunham a construção das praças de guerra em terrenos planos. Ao mesmo tempo, os homens d’armas que defendiam a capital portavam tanto arcabuzes da mais moderna tecnologia como bestas do mais autêntico medievalismo.

A cidade era, por um lado, uma praça-forte cujo próprio surgimento representava a mentalidade já um tanto retrógrada do “espírito de Cruzada”: a fortaleza do Salvador estava sendo construída para determinar a ocupação de um território de além-mar ameaçado e, em boa parte, ainda em poder do gentio (não só os Tupinambá do Recôncavo Baiano, mas os Tamoio do Rio de Janeiro e os Caeté e Potiguar da Paraíba e de Pernambuco, todos bons amigos dos franceses).

Além disso, a Cidade do Salvador surgia para ser não só um núcleo administrativo, de acordo com as novas regras de centralismo monárquico,

como também um polo comercial e mercantilista essencialmente burguês: uma base de apoio à navegação “entre a Europa consumidora e o Oriente produtor”.²⁵

Acima de tudo, nascia para ser a capital do império português no Novo Mundo.

DESORDEM PITORESCA

A extraordinária capacidade de adaptação dos portugueses aos rigores e exigências dos trópicos revela-se com clareza na forma como Salvador foi construída. As “amostras” trazidas por Luís Dias – tido como o “decano dos arquitetos brasileiros”²⁶ – sugeriam um traçado regular e ordenado. Mas o projeto original seria pragmaticamente readaptado às irregularidades do terreno. Surgiriam, assim, as ruelas tortuosas, os largos e as pequenas praças nitidamente medievais, derramando-se em natural e pitoresca desordem por determinadas partes da encosta, como ainda hoje se observa na área do Pelourinho.

Nada pode ser mais indicativo dessa readaptação do que a dessemelhança entre a porção medieval (basicamente residencial) da Cidade Baixa e a ordem geométrica, de inspiração clássica, que caracteriza o núcleo central da Cidade Alta, onde foram erguidas as “Casas de Sua Majestade”: o Palácio do Governador, a Casa da Cadeia e Câmara e a Praça e Igreja da Sé. Mesmo em seu coração administrativo, porém, a regularidade do traçado urbano se revelaria muito menos rígida do que a do modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades americanas.

O hibridismo da primeira capital do Brasil refletia-se também no material empregado nas obras. Os homens comandados por Tomé de Sousa utilizaram-se amplamente da mão de obra nativa e se serviram das técnicas de construção indígenas. Ao contrário dos prédios oficiais – de estilo europeu, em pedra e cal, mais tarde recobertos por telhas de barro –, as primeiras moradias eram de pau a pique e taipa de pilão, recobertas por folhas de palmeira pindó.

A cidade cresceu rapidamente. Seu perfil erigido, que de súbito alterou a linha do horizonte no topo da falésia ancestral, deixava claro que, daquela vez, meio século após o desembarque de Cabral, os portugueses tinham vindo para ficar.

DIFICULDADE E INCERTEZA

O início da obra, no entanto, foi árduo e incerto. O mestre da pedraria, Luís Dias, em carta a Miguel de Arruda, dá a entender que sequer estava seguro da continuidade do projeto: “Muitas casas se podem fazer nessas ladeiras, se isso houver de ir adiante.”²⁷ Pouco mais tarde, teria a ousadia de declarar – e dessa vez para o próprio rei, com mal disfarçado desprezo – que considerava cumprida sua missão nos trópicos: “Isso me parece que sobeja e basta para esta terra.”²⁸

Apesar do aparente desinteresse de Dias, tão logo o sítio da futura cidade foi demarcado, em uma área triangular com aproximadamente 100 metros de lado e cerca de 350 metros de base, os comandados de Tomé de Sousa lançaram-se ao trabalho com rapidez e ardor. As obras iniciaram-se muito possivelmente no dia 1º de maio de 1549 – data a partir da qual, conforme os registros documentais, os salários da maior parte do pessoal que viera na armada começaram a ser pagos. Isso permite supor que a escolha do lugar onde a nova cidade seria construída prolongou-se por todo o mês de abril. Cabe observar que os salários dos burocratas empossados em cargos administrativos começaram a vencer um mês antes, em 1º de abril, embora eles sequer tivessem no que ou onde trabalhar.

A primeira ação prática consistiu em desmatar o terreno no topo da falésia. Com foices, facões e enxadas – ferramentas de metal que, cinquenta anos depois da chegada dos europeus, ainda mantinham inalterado seu fascínio sobre os indígenas –, o emaranhado espinhoso do cume foi desbastado, muito provavelmente pelos próprios nativos. Ao contrário de outras áreas circundantes do Recôncavo, o alto da colina

escolhida para sediar a cidade não se encontrava recoberto pela densa mata atlântica – circunstância que sem dúvida facilitou o trabalho.

Ainda assim, pelo menos um autor, o norte-americano A. J. R. Russell-Wood, afirma²⁹ – embora sem citar fontes – que, ao começarem as obras, as picadas de insetos e cobras, além de inúmeros casos de disenteria, afligiram os recém-chegados, mantendo permanentemente ocupados os dois médicos da expedição, o físico e cirurgião Jorge de Valadares e o boticário Diogo de Castro, ambos cristãos-novos. Além de os expedicionários estarem se adaptando ao novo ambiente, os degredados, que continuavam nus como haviam desembarcado, encontravam-se em precárias condições de saúde.

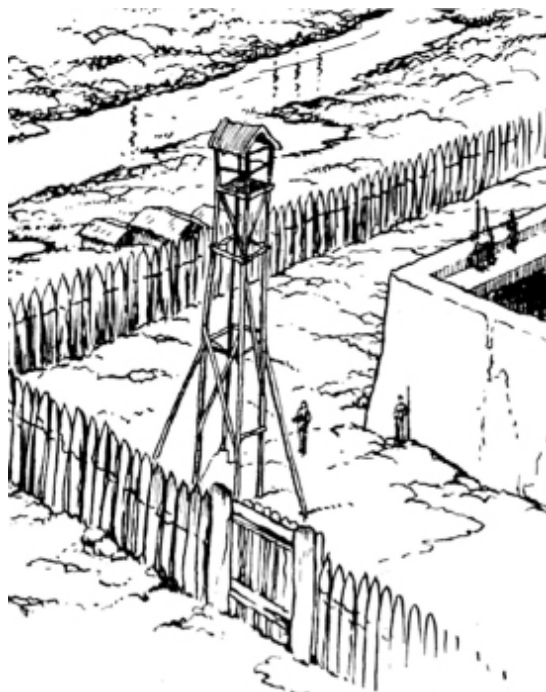
Se as moléstias dos “ferrados” não mereceram observações dos primeiros cronistas da cidade, o mesmo não ocorreu com sua escandalosa nudez. No dia 22 de junho de 1549, o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, autorizou que se pagassem ao almoxarife Antônio Rodrigues de Almeida cerca de 55 mil reais para a compra de roupas para 62 degredados, “por alegarem não poderem servir nas ditas obras por andarem despidos”. Mais tarde, distribuíram-se entre eles “28 jórneas [manto largo, sem mangas e com fendas laterais], 28 calções, 28 gualteiras [espécie de ceroula] e 56 camisas”.

Com tais peças os “desorelhados” recobriram seus corpos e chagas.

A PRIMEIRA ESTACADA E AS NOVAS MURALHAS

A data da liberação da verba utilizada para vestir os “degredados” permite supor que eles não tomaram parte no desmatamento da área escolhida para sediar a cidade. O passo seguinte – a construção de uma estacada no topo e nas laterais da colina – também foi atribuição dos indígenas. É o que se pode concluir graças a outra ordem de pagamento, assinada em 12 de maio de 1549, pela qual o mesmo Antônio Cardoso de Barros determinava ao tesoureiro das Rendas, Gonçalo Ferreira, que liberasse – “sem orçamento prévio, pela urgência da obras” – 22 foices, quatro enxadas, seis machados, 24 machadinhas, cinco dúzias de espelhos,

13 dúzias de pentes, 42 tesouras, uma tesoura “das da Alemanha” e 9.210 anzóis.



Esse material de “resgate” foi entregue aos nativos em troca das madeiras fornecidas para o erguimento da paliçada em torno do local das obras, “para com ela segurar os soldados e trabalhadores de alguma invasão do gentio desmandado”, conforme as palavras de frei Jaboatão. Mas essa primeira cerca da Cidade do Salvador não passava de uma simples paliçada de troncos pontiagudos, em tudo similar às “tranqueiras de pau a pique” que protegiam as aldeias dos nativos e as feitorias e primeiras vilas dos portugueses no Brasil.



A cerca era provisória e seria substituída pelas muralhas que, em breve, envolveram a futura cidade-fortaleza. Os novos muros, mais sólidos e mais altos, de madeira e taipa, pedra e barro, recobertos de cal, se revestem, como tantos outros aspectos da nova capital, de forte simbolismo. De acordo com o urbanista Walter Rosa, já “no Portugal da Baixa Idade Média, ‘fazer vila’ equivalia ao ato de cercar (...), enquanto que, nas crônicas da Índia, ‘fazer fortaleza’ confunde-se com a própria ação de urbanizar”.³⁰ Na mesma vertente, ao buscar uma definição daquilo que nos séculos XV e XVI se considerava como cidade, o grande historiador francês Fernand Braudel recorreu ao clássico *Dictionnaire* de Furetière, publicado em 1609, de acordo com o qual “uma cidade só poderia ter direito a esse título caso fosse cercada por muralhas”.

As muralhas começaram a ser construídas dentro do circuito interno da paliçada, seguindo o mesmo trajeto ou um bastante similar. A primeira alternativa, de “trabalho a salário”, foi “um ensaio” que, conforme o historiador baiano Teodoro Sampaio, “parece não ter provado bem”.³¹ As ordens de pagamento revelam a liberação de ordenados mensais de 1.800 reais ao pedreiro Fernão Gomes, 750 reais ao também pedreiro Francisco Gonçalves e 1.200 reais aos serradores Francisco Afonso e Antônio Gonçalves em troca de serviços prestados no erguimento dos muros. Mas algo não saiu a contento no ritmo ou na qualidade das obras, e no dia 20 de dezembro de 1549 ficou decidido que a muralha e seus baluartes seriam feitos não por trabalhadores assalariados, mas em regime de empreitada, como tantas outras obras da cidade que nascia.

Como se davam tais empreitadas? As obras mais importantes ou urgentes eram postas em hasta pública e concedidas por “arrematação” ao empreiteiro que desse o menor lance. Em dia de sessão ordinária, o porteiro da Câmara – funcionário municipal cujo cargo era vitalício – botava o pregão. Depois, saía às ruas, com um ramo verde às mãos, apregoando, em voz alta, o menor lance que lhe fora oferecido. Como em um leilão, dizia: “Dou-lhe uma, dou-lhe duas e outra mais pequena...”, para em seguida entregar o ramo ao empreiteiro que houvesse feito a oferta mais vantajosa, caso não sobreviesse outra de menor valor. Aceito o lance, um escrivão lavrava o auto, assinado pelo arrematante, pelo porteiro e por oficiais da Câmara, que serviam de testemunhas. O auto valia como um contrato para a realização da empreitada, cujo custo não poderia exceder o orçamento previamente aprovado. No entanto, como se verá, o costume de superfaturar o valor das empreitadas iria se tornar comum na Bahia.³²

A obra dos muros e baluartes foi arrematada por vários empreiteiros, dentre os quais os mais importantes foram Pero de Carvalhais e os irmãos Belchior e Rui Gonçalves. Pero de Carvalhais venceu várias outras empreitadas, tornando-se um dos principais artífices de Salvador. Belchior Gonçalves – que mais tarde trabalhou na construção do Açougue da Cidade, da Casa da Pólvora e da Casa dos Contos (estas duas erguidas na praia da Ribeira, na zona logo conhecida como Cidade Baixa) – arrematou, naquela ocasião, “o levantamento de um lanço de parede de pedra e barro”, bem como “outro lanço, também de pedra e barro, no baluarte de Santa Cruz”.

O material utilizado nas muralhas (madeira, barro e pedra) foi, mais uma vez, fornecido pelos indígenas e custou aos cofres públicos “32 machados, 48 foices, 11 enxadas, 51 dúzias de tesouras, 51 mil anzóis, 144 furadores, 49 podões e 14 dúzias de facas da Alemanha”. O carroto da madeira foi avaliado em 2 mil anzóis, pagos pelo almoxarife Cristóvão de Aguiar.

Antes do fim de 1549 também foram mandados levar às contas da Fazenda Real “11.500 anzóis, três anzóis de três por um real, 670 tesouras, 27 foices, 30 cunhas, 22 enxadas, sete machadinhas, sete machados, 31 podões, 100 espelhos e uma bainha de faca da Alemanha”, entregues aos

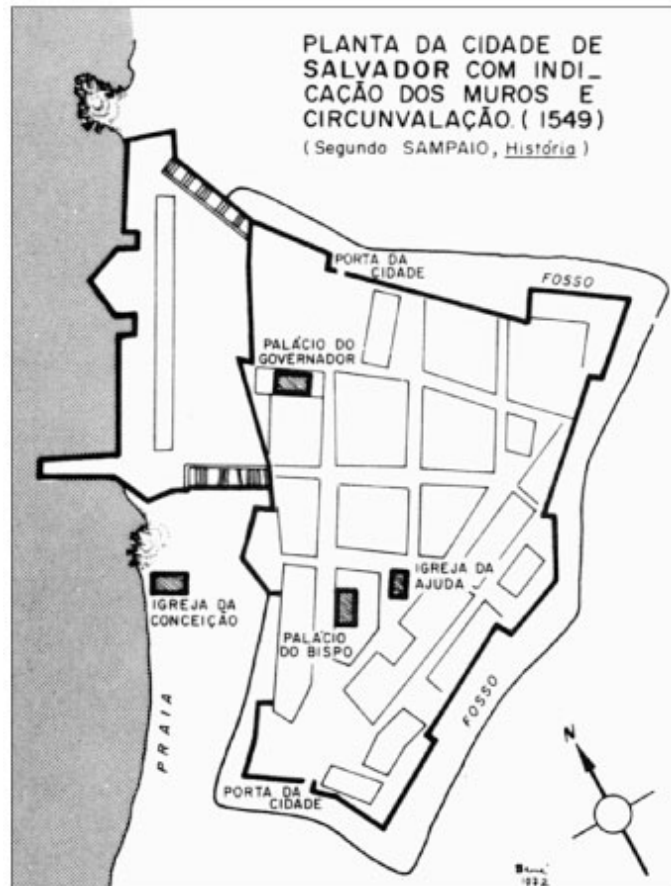
nativos em troca de “azelhas, cipós, varas e (...) outras muitas coisas” utilizadas no arremate das muralhas. Um machado valia 200 reais, ao passo que foices, enxadas e podões custavam 150 reais cada. Uma espada não saía por menos de 450 reais.

Antes do fim do ano de 1550, os muros e seus respectivos baluartes estavam prontos. Mas, conforme assegura o velho ditado, a pressa é inimiga da perfeição, e as muralhas erguidas com tanta rapidez não parecem ter recebido a devida atenção. Cerca de seis meses mais tarde, no início do segundo semestre de 1551, parte delas desabou após uma chuvarada. Luís Dias, que supervisionara as obras, admitiu que as paredes tinham sido mal taipadas: “Eu com um dardo que trazia na mão as desmanchava”, revelou, em carta escrita a seu superior, Miguel de Arruda, em 15 de agosto de 1551.

AS PORTAS E OS BALUARTE

A muralha possuía apenas duas portas dando entrada à cidade: uma ao norte, a de Santa Catarina (assim batizada em homenagem à rainha), no atual largo do Pelourinho, e outra ao sul, a de Santa Luzia, onde hoje fica a praça Castro Alves. Ambas eram guarnecidas por baluartes e tinham pontes levadiças que se deitavam sobre o fosso que cercava a cidadela.

Embora tais portas protegessem o vale do rio das Tripas (ou Ribeiro), tudo leva a crer que a porta de Santa Luzia, no extremo sul da cidade, fosse a mais concorrida e a mais bem defendida. Por três motivos: dava acesso mais fácil ao porto, ficava próxima ao lugar onde se realizava uma feira semanal e, por fim, servia às pessoas que vinham da Vila Velha para a cidade. Já a porta de Santa Catarina era usada basicamente pelos jesuítas em suas incursões diárias à aldeia Tupinambá que se localizava no monte do Calvário, mais tarde chamado monte do Carmo, nas cercanias da cidade, aproximadamente 3 quilômetros ao norte.



Os baluartes (ou “estâncias”), também de madeira e taipa, foram erguidos para proteger as portas e outros pontos estratégicos da muralha. Como tantos detalhes relativos à cidade nascente, o número de estâncias originais é motivo de controvérsia entre os “biógrafos” da primeira capital do Brasil. De acordo com o cronista Gabriel Soares de Sousa, seriam seis – informação que boa parte dos historiadores da cidade trata de repetir sem maiores contestações. Mas Soares escreveu na década de 1580, e documentos mais antigos parecem demonstrar que eram apenas quatro os baluartes então existentes: dois de frente para o mar, dois para a “banda da terra”.

O mais importante era o baluarte de São Jorge, plantado sobre um rochedo na ponta sul da praia da Ribeira, no sopé da colina, à beira-mar. Ele defenderia a cidade de um eventual ataque por mar – nesse caso, provavelmente deflagrado por navios franceses, armados com artilharia pesada. Embora de madeira, a estância de São Jorge era “tão forte que se

espera que dure vinte anos”, pois, conforme Luís Dias, foi construída com “paus de mangue, que se criam n’água e são como ferro”. A pequena torre era guarnecida por “duas esperas de marca maior que vieram do reino, dois camelos [boca de fogo de grosso calibre], dois falcões [boca de fogo de cano longo e pequeno calibre] e uma dúzia de berços [boca de fogo curta separada da câmara que atirava balas de ferro fundido de pequeno calibre]”.

Mais ao norte, ainda à beira-mar e também na Ribeira, na baixa da ladeira do Taboão, ficava o baluarte de Santa Cruz, assim denominado em referência ao primeiro nome que batizara a terra descoberta por Cabral. Esse era menor que o de São Jorge, mas também feito de madeira e taipa. No alto da colina, havia a estância de São Tomé, erguida ao lado da porta de Santa Luzia, na entrada sul da cidade, além do baluarte de São Tiago, que provavelmente protegia a porta de Santa Catarina, no extremo norte da fortaleza.

Independentemente da solidez dos muros e do número de baluartes, a capital era um reduto quase inexpugnável por ficar no topo de uma colina de difícil acesso. Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, o emblema escolhido para a cidade foi um símbolo de paz: uma pomba branca com um ramo de oliveira no bico.

AS CASAS DE SUA MAJESTADE

A mera existência de muralhas fortificadas não seria capaz de transformar um vilarejo em cidade na verdadeira acepção da palavra, como observa o historiador Fernand Braudel. No caso dos núcleos urbanos portugueses, a instalação de uma série de “aparelhos” e equipamentos estatais mostrava-se fundamental para que tal status fosse atingido.

Dentre essas construções figuravam o Palácio do Governador, a Câmara dos Vereadores e a Cadeia (que, quase sempre, como em Salvador, funcionavam no mesmo prédio), a Santa Casa de Misericórdia e os conventos das ordens religiosas mais importantes, além de uma praça central, um mercado, fontes e chafarizes. Outro emblema definitivo de “civilidade” muito caro aos lusitanos era o pelourinho: a coluna de pedra

onde os infratores de baixo estrato social eram punidos exemplarmente, erguida bem no centro de suas cidades. Salvador logo teria todos esses prédios e aparelhos, evocativos do poder régio.

Assim que o terreno foi limpo, e enquanto era erguida a primeira paliçada, a área escolhida para sediar a futura cidade começou a ser “afeiçoada” conforme as plantas – as “amostras e traças” – que Luís Dias trouxera do reino. Foi estabelecido o alinhamento das ruas e das praças, demarcado o sítio dos futuros edifícios públicos e o local por onde passariam os muros e se situariam os baluartes e portas da fortaleza.

Os dois edifícios mais importantes eram as Casas de Sua Majestade (ou Palácio do Governador) e a Casa da Câmara e Cadeia. Ambos ficavam de frente para a praça principal, na parte norte da cidade, formando um ângulo de 90 graus um com o outro. Embora não haja notícia certa sobre a construção, sabe-se que a fachada do palácio voltava-se para o norte, sobre a praça, com a ala esquerda dando vista para o mar. O prédio de linhas retangulares servia, como o nome indica, de residência para o governador. Mesmo sendo a sede do Governo-Geral, era uma edificação térrea de taipa e, como as demais, recoberta a princípio apenas por folhas de palmeira. Mas, com uma porta central e janelas em todas as fachadas, era uma boa construção e serviu de residência para os governadores-gerais até 1663, quando Francisco Barreto de Menezes a reconstruiu em pedra e cal.

Apesar de menos importante que o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e Cadeia era o único prédio da nova cidade que se elevava além do rés do chão. O sobrado de dois andares, destinado a sediar os despachos do governador, foi a primeira construção erguida no topo da colina. Se não estava pronta nos últimos dias de junho de 1549, com certeza já possuía acomodações suficientes para audiências, uma vez que, naquela ocasião, ali foi assinada a autorização para a entrega de vários objetos de “resgate” aos indígenas – facas, foices, anzóis e tesouras, como de costume – em troca de madeira, palma e “outras coisas” utilizadas na edificação do prédio.

No andar de cima do sobrado seriam construídas, mais tarde, as salas de vereança e de audiências dos juizes ordinários. Mas somente sob o governo de Duarte da Costa surge menção, em documentos fidedignos, ao Senado da

Câmara, que parece não ter funcionado durante o governo de Tomé de Sousa. Além do porte diferenciado, o sobrado ostentava uma torre quadrangular coroada por um sino, que, como era costume nas aldeias portuguesas, conclamava os moradores a ouvir os comunicados mais importantes do governo. O mesmo sino era tocado diariamente para marcar a abertura e o fechamento das portas e pontes levadiças da cidade, respectivamente às seis e às 19 horas. O serviço do “toque do sino de correr” era atribuição do carcereiro, então chamado “ministro da Cadeia”.

No *Livro das Provisões da Fazenda* existe, na data de 24 de setembro de 1549, uma ordem de pagamento em favor de um João d’Álvares, nomeado “ministro da Cadeia”. O cárcere parece ter sido inaugurado pelo marujo Afonso Gonçalves, mestre da caravela *Leoa*, rebaixado a marinheiro em consequência do roubo de “certos cabos” e de “seis canadas de vinho” (cerca de 15 litros). Encarcerado no dia 15 de maio, ele ainda foi condenado pelo provedor-mor a ter descontados 24 mil reais de seus vencimentos.

A “SÉ DE PALHA”

Poder e religião sempre caminharam juntos, e, por isso, no centro das cidades portuguesas, invariavelmente eram construídas igrejas. Não foi diferente em Salvador – ainda mais que aos recém-chegados parecia importante sacralizar um núcleo habitacional que surgia do nada em meio a um vasto território ainda em poder do “gentio”. Assim, o vigário Manuel Lourenço, que viera na armada do governador, logo fez levantar uma pequena capela, coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda. A imagem da padroeira foi retirada da nau *Ajuda*, da frota de Tomé de Sousa.

Era essa a Sé da Bahia, a primeira igreja da Cidade Alta, logo chamada de “Sé de Palha” – expressão corriqueira até a década de 1950 na Bahia, como referência a algo antigo (“velho como a Sé de Palha”). Situada a pequena distância da Casa da Câmara e Cadeia e das Casas de Sua Majestade, a igreja era uma construção provisória. A Sé definitiva seria

erigida em 1553, entre o hospital e o Colégio dos Jesuítas, no extremo norte da capital, em local escolhido pelo governador.

Em permanente desacordo com o clero secular, os jesuítas queriam distância dele. Por isso, Manuel da Nóbrega pretendia erguer uma capela fora dos limites da muralha, muito provavelmente no monte do Carmo. Embora fosse grande admirador dos jesuítas, Tomé de Sousa não quis ouvir as razões de Nóbrega e, citando as possibilidades de guerra com os indígenas, reservou-lhes um terreno junto “aos chãos destinados à Sé”.

“Duas igrejas juntas não é bom”, contra-argumentou Nóbrega antes de relutantemente ceder às determinações do governador. Embora o jesuíta desejasse um edifício se não imponente pelo menos duradouro, teve de se contentar com uma construção simplicíssima “de taipa de mão e de palha”, erguida pelos padres “sem ajuda dos moradores”. A capelinha não durou muito: “Se nos cai”, diria Nóbrega em carta de maio de 1552.

Na porção inferior de seu terreno, à beira-mar, os padres edificaram uma bacia de captação de um filete d’água que brotava da rocha, na baixa da ladeira do Taboão. O lugar ficou conhecido como fonte dos Padres, mas, depois que seus pequenos alunos indígenas e órfãos vindos do reino começaram a se banhar ali, passou a ser chamado de Água de Meninos. Anos mais tarde, já com o auxílio da Fazenda, os jesuítas construíram armazéns de mercadorias à beira-mar e, “corrigindo o declive da ribanceira, montaram um elevador de carga – o Guindaste dos Padres –, que trazia essas mercadorias da praia para o Terreiro”.³³



As Casas de Sua Majestade, no centro de Salvador, em desenho de Diógenes Rebouças

O centro geográfico e político da Cidade Alta era a praça, e foi em torno dela que se ergueram os edifícios-sede dos governos geral e local. No meio daquele logradouro público, erguia-se o pelourinho. Apesar de acanhada em suas dimensões – um antigo cronista da Bahia chegou a descrevê-la como “um pequeno quadrado com 87 passos andantes” –, os moradores “corriam touros ali” pelo menos até 1584. Quem dá a notícia é Gabriel Soares de Sousa, para quem o local se tratava de “uma honesta praça”.

A CIDADE BAIXA

Antes mesmo de a cidadela alterar a silhueta do topo da colina, a zona à beira-mar já fervilhava de atividade. Isso porque, tão logo foi escolhida a falésia sobre a qual a fortaleza seria erguida, os navios da frota do governador levantaram âncoras do pequeno porto localizado quase em frente à ponta do Padrão, na Vila Velha, e se transferiram definitivamente para o novo ancoradouro. Ali os portugueses ergueram um grande armazém e, a seguir, uma igreja, a alfândega e dois baluartes.

A primeira providência parece ter sido a construção do armazém “onde se recolheu o sal e outras coisas”.³⁴ Dentre essas “outras coisas” estava o mantimento distribuído semanalmente à tropa, aos marujos e aos obreiros. A ração diária – vinho, biscoitos e lentilhas, mais sal, vinagre e azeite – era igual para todos e equivalia a 400 reais por mês. O responsável pelas

provisões era o almoxarife Cristóvão de Aguiar. Ele devia distribuí-las “a todos que tivessem ordenado de el-rei”.³⁵

O primeiro armazém, provisório – “mero tejupar de varas, taipa e colmo”, de acordo com Pedro Calmon³⁶ –, teria ficado pronto já em 11 de abril de 1549, pois as rações começaram a ser oficialmente entregues a partir daquele dia e o *Regimento* determinava que só fossem distribuídas “da feitura dele em diante”. O prédio definitivo, construído mais tarde em regime de empreitada pelo já citado Pedro de Carvalhais, foi chamado Casa dos Armazéns. Muito longo e estreito, ocupava quase toda a parte fronteira ao porto.

A movimentação nos arredores dos armazéns era intensa. À maneira indígena, os obreiros devem ter feito pequenas choupanas recobertas de folha de palmeira para se abrigar do sol. “Na faina dos primeiros dias”, descreve Teodoro Sampaio, “galgava essa gente a montanha pela manhã e descia com o entardecer a pernoitar nas naus.”³⁷

À medida que os prédios oficiais eram erguidos na coroa do morro, um amontado de choupanas e oficinas – “uma improvisada rancharia”³⁸ – ia surgindo quase espontaneamente na beira da praia. Dessa forma, para além de qualquer planejamento racional, Salvador foi criando, orgânica e simultaneamente, sua Cidade Alta e sua Cidade Baixa. Transplantava-se assim para os trópicos um conceito urbanístico que já se solidificara no reino – em Lisboa e no Porto, por exemplo – e que era de nítida influência muçulmana.

A parte baixa da cidade era chamada de “a Praia” ou “a Ribeira”, pois ali ficava a ribeira das Naus ou ribeira do Góis, que servia de ancoradouro, doca e estaleiro. A zona portuária foi construída sob a supervisão de Pero de Góis, capitão-mor da costa do Brasil. Além do porto, ali ficava a “aguada” dos navios. Perene e copiosa, a chamada fonte do Pereira abastecia a armada e saciava a sede dos obreiros. O “patrão” da Ribeira, que recebia 2 mil reais por mês, era Pero Rabelo, “homem que há anos sabe sobre esta costa e serve nela de piloto”, conforme Tomé de Sousa.

Desde o início das obras, o porto parece ter sido muito movimentado. O transporte das mercadorias e dos produtos trazidos pelos nativos se fazia em canoas – as “ubás” dos indígenas –, em caravelões, bergantins e outras embarcações a vela. Com o início das obras, o tráfego marítimo entre a Ribeira e a Vila Velha, onde o governador ainda armazenava certos apetrechos, tornou-se especialmente intenso. O material para a construção da paliçada, por exemplo, foi transportado no barco que pertencia a Afonso Rodrigues, um dos genros de Caramuru. Outros produtos essenciais, como a farinha produzida em Tatuapara, o carvão vegetal, a cal e as telhas, também vinham à cidade por mar, e seu preço incluía a condição de serem “postos à borda d’água”, ou seja, na Ribeira.

De acordo com o *Regimento*, o governador deveria mandar construir, “com a maior brevidade e diligência”, navios a remo, tanto para servir à economia interna da cidade como para defendê-la dos corsários franceses. Para estimular a feitura das embarcações, foram decretadas várias isenções fiscais, e os armadores não apenas não pagavam impostos como ganhavam “mercês” da Fazenda Real.

Ao norte da ribeira das Naus ficava a Casa dos Armazéns. Perto dela se erguia a Casa da Fazenda e Contos, ou simplesmente Casa dos Contos, onde despachavam o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros e seus assessores. A cobrança de impostos e taxas era a principal fonte de renda da Coroa, e, por isso, o ritmo de trabalho na Casa dos Contos fora estabelecido pelo *Regimento*.

O contador e o escrivão dos Contos, por exemplo, davam expediente das sete às 11 e das 14 às 18 horas. Em caso de falta, os funcionários eram punidos com descontos em seus ordenados: um cruzado para o contador e 200 reais para o escrivão. Mas, como ainda havia pouco movimento, antes de partir em visita de inspeção às capitânicas do Sul, em janeiro de 1550, Cardoso de Barros determinou que os oficiais da Fazenda e dos Contos só precisavam trabalhar um período, e apenas nas segundas, quartas e sextas – em tais dias, porém, ficavam obrigados a comparecer ao trabalho “mesmo que não houvesse o que fazer”.³⁹

Ainda na ribeira do Góis, o artífice Belchior Gonçalves construiu, por empreitada, a Casa da Pólvora, em pedra e barro. Também na parte baixa da cidade foram feitas as ferrarias, que, a princípio, trabalhavam apenas para o Governo-Geral, sendo obrigadas por lei a entregar “toda ferramenta e cunhas” que produzissem ao tesoureiro das Rendas. Todos aqueles edifícios públicos, recobertos de início com folhas de palmeira, começaram a ser “telhados com telha” no início de 1551, segundo o depoimento do mestre da pedraria, Luís Dias.

Toda manhã, levadas de operários e degredados, em companhia de seus auxiliares indígenas, subiam os quase 100 metros que separavam a beira-mar da colina. As rotas morro acima, todas árduas, eram três. Duas parecem ter sido escadarias: a mais importante, e primeira a ser aberta, subia desde a rua da Praia, iniciando-se mais ou menos nas proximidades da fonte do Pereira e chegando à praça central. Chamou-se mais tarde ladeira da Misericórdia. A outra ladeira começava por detrás da ribeira das Naus, nos arredores da igreja da Conceição da Praia, e, no meio da subida, bifurcava-se para alcançar a travessa da Ajuda por um lado e os fundos das Casas de Sua Majestade por outro. Mais ao sul, existia uma ladeira transitável por carros; também partia das proximidades da igreja da Conceição da Praia e ficou conhecida como ladeira da Montanha.

Para vencer o aclive, os primeiros moradores de Salvador recorriam também a elevadores e balanças. A ideia original parece ter partido dos jesuítas, que fizeram o já citado Guindaste dos Padres. O sistema era o de balança: o peso colocado na parte de cima, ao ser liberado, fazia subir a carga colocada na parte de baixo. Os jesuítas cobravam 40 vinténs “por viagem”. Mais tarde, um outro elevador, esse público, foi instalado na praça central. Foram os modestos antepassados do atual Elevador Lacerda.

ALTOS E BAIXOS

A parte alta, chamada de Cidade, concentrava a burocracia político-administrativa, a maioria dos prédios públicos e a igreja. A parte baixa, ou

Praia, sediava o porto, o armazém, a alfândega e a Casa dos Contos, transformando-se por isso no território por excelência dos comerciantes e dos marinheiros.

O conceito de Cidade Alta e Cidade Baixa não foi resultado da mera adaptação dos portugueses às condições geográficas do local. Foi também a materialização espacial das várias encruzilhadas que caracterizam a época em que Salvador nasceu. O desnível parecia representar o conflito entre Estado e iniciativa privada, a transição da informalidade do urbanismo medieval e das influências muçulmanas para as novas cidades “reguladas”. Além disso, a primeira capital do Brasil reproduzia, além-mar, a mesma estrutura da capital do império: “Era o ideal de construir, em cada território, uma nova Lisboa.” A atitude reforçaria “a dimensão de ‘capitalidade’ concedida à nascente urbe”, observou Paulo Pereira em *Portugal no alvorecer da modernidade*.

No final de 1549, oito meses após o início das obras, era tão pequeno o número de edificações já concluídas – talvez apenas o armazém, a Casa da Câmara e Cadeia, a “Sé de Palha”, o hospital, a ribeira das Naus e as primeiras muralhas – que não se poderia dizer que a cidade já estivesse pronta. De qualquer forma, as obras parecem ter avançado em ritmo tão acelerado que acabaram propiciando o surgimento de um mito historiográfico: o de que o próprio governador teria arregaçado as mangas e, literalmente, posto a mão na massa. A informação foi publicada em 1627 por frei Vicente do Salvador (nascido na cidade em 1564), que supostamente a teria obtido em relatos de contemporâneos do primeiro governador: “Ouvi dizer a homens de seu tempo (que ainda alcancei alguns) que ele [Tomé de Sousa] era o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro e afável (parte mui necessária nos que governam novas povoações).” Há quem conteste a afirmativa (*leia nota a seguir*).

O historiador baiano Edison Carneiro rebate a informação dada por frei Vicente e repetida pela maioria dos livros sobre a construção de Salvador. Diz Carneiro: “Basta correr os olhos pelos documentos para notar a inconsistência da notícia. Era tal o número de mandados baixados a cada dia que é muito difícil que sobrasse tempo ao governador para exhibir sua força física – sem falar nos achaques da idade. Esses mandados dão apenas uma pálida ideia do tempo gasto na discussão dos vários problemas sugeridos pela construção da cidade. Nem havia pressa que justificasse tal atividade extraoficial de Tomé de Sousa. Não somente a terra estava em paz como havia braços suficientes entre o pessoal vindo na armada para os trabalhos de edificação. Evidentemente, havia coisas mais importantes em que se ocupar o governador.”



A CIDADE DAS OITO RUAS

Eram apenas oito as vias que cortavam a cidade: quatro longitudinais, maiores e mais importantes, e quatro travessas paralelas. Planejado em formato regular – “em grade”, de acordo com os preceitos renascentistas –, o traçado logo foi adaptado às irregularidades do terreno. Mesmo sem seguir um rígido desenho prévio, as ruas possuíam claras intenções de ordenamento e alguma constância na largura, em nítido exercício de

urbanismo “regulado”, bastante afinado com os tempos de centralismo monárquico.

As duas principais ruas de Salvador corriam de sul a norte e faziam com que a cidade se comunicasse em linha reta quase que de um extremo a outro. Ambas ficavam apertadas entre a borda da falésia que se debruçava sobre o mar e as ribanceiras do rio das Tripas. A mais importante era a rua Direita do Palácio (depois rua Direita dos Mercadores e hoje rua Chile). Ela partia da porta de Santa Luzia (onde hoje fica a praça Castro Alves), no extremo sul da cidade, passava entre as Casas de Sua Majestade e a Casa da Câmara e Cadeia, atravessando o centro da praça e seguindo através dos terrenos destinados à Sé e ao Colégio dos Jesuítas, para terminar na porta de Santa Catarina, nos limites setentrionais do povoado.

A segunda rua longitudinal, paralela à rua Direita e a leste dela, era a rua da Ajuda. Havia uma terceira via longitudinal, menos frequentada e de menor importância. Era a rua do Brejo (mais tarde, rua dos Capitães ou do Sousa), que, com 168 metros, corria junto aos muros na parte leste da cidade. Como o nome indica, passava próximo aos lodaçais do rio das Tripas.

As demais ruas de Salvador corriam no sentido oeste-leste; eram mais curtas e estreitas, pouco mais do que meras travessas. A maior delas era a rua do Tira-chapéu, assim chamada, de acordo com a tradição recolhida por Teodoro Sampaio, porque, “sendo próxima do Palácio do Governador, era uso naqueles tempos descobrir-se o transeunte em sinal de respeito”. A rua do Tira-chapéu (mais tarde rua da Assembleia) cruzava em frente às Casas de Sua Majestade, passava pela praça do Palácio e pela fachada lateral da Casa da Câmara e Cadeia.

RUAS VERSUS CASAS

Nas cidades portuguesas, as ruas, além de estreitíssimas – em geral com menos de 30 palmos (cerca de 3 metros) de largura –, ainda eram tomadas pelo avanço das varandas e dos muxarabis, os populares “puxadinhos”, que se debruçavam sobre as vias. Revela-se aí mais uma das facetas do conflito

entre bem público e propriedade privada. No caso de Salvador, onde o costume de fazer os puxadinhos se repetiu, os interesses particulares em geral se sobrepunham ao bem comum.

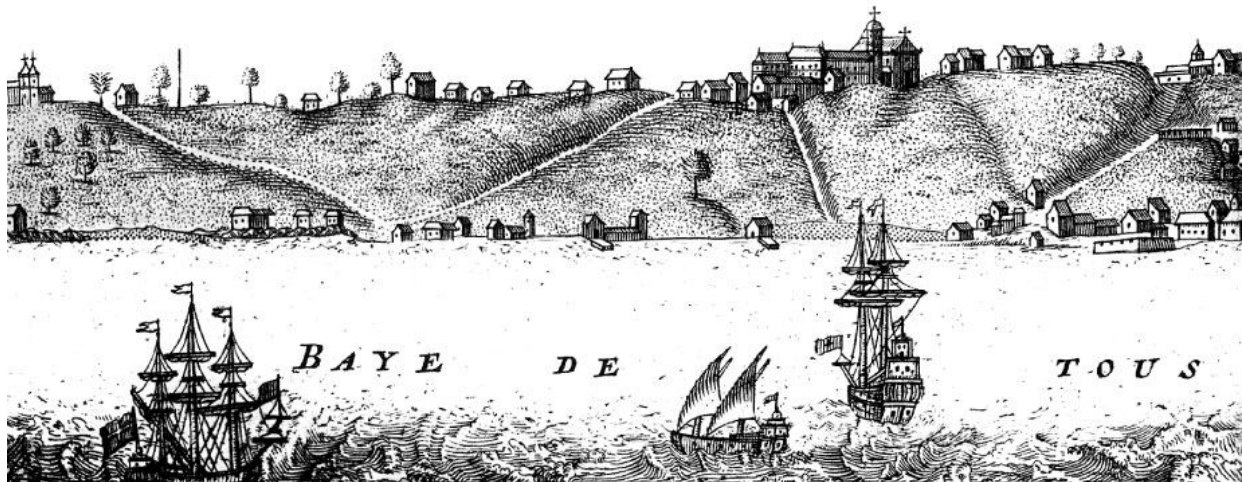
“As posturas e resoluções da Câmara de Vereadores ficavam nos papéis públicos”, conta Sampaio. “Cada qual construía sua casa e corria sua cerca à feição de suas comodidades e interesses. Não é raro ler-se, nas vereações daquele tempo, a declaração de um indivíduo que invade uma rua com o alpendre de sua casa, ou com alguma das dependências dela, com a promessa de tudo desmanchar quando nessa rua houver mais trânsito e lhe for a demolição reclamada.”

Desajeitadamente alinhado nas ruas estreitas, de cerca de 3 metros de largura, o casario baixo, com seus puxadinhos e beiradas salientes, exibia aspecto “inestético e monótono”, ainda na avaliação de Sampaio. Feitas às pressas, e com material de ocasião, as casas “duravam pouco, logo reclamando reforma”.

Enquanto na Praia as casas se voltavam para o mar, dando as costas à falésia, no alto as construções se dobravam sobre a cidade. As casas eram tão baixas que um indivíduo de estatura mediana “mal podia ficar em pé dentro delas”.⁴⁰ Repetiam, nesse sentido, o padrão utilizado no reino, onde o pé-direito raras vezes ultrapassava 1,70 metro. Segundo as investigações do arquiteto português Manuel Sílvio Conde, mais da metade das casas de Lisboa no século XVI tinha apenas “entre 11 e 30 metros quadrados de área”.⁴¹

Se assim era no reino, não é difícil imaginar como terá sido em Salvador. Além de escuro, pouco ventilado e diminuto, o espaço interno das residências era despojado. Dentro daquelas paredes de taipa, que raras vezes tinham mais do que 40 centímetros de largura, erguidas sobre alicerces também de taipa, havia pequenos tamboretas, uma ou outra cadeira de espaldar com encosto de pele de porco e “baús de boi” (ou couro). Eventualmente, utilizavam-se tapetes de pele de onças-pintadas, mas nunca faltava a rede de algodão, chamada de “rede de bugre”, cujo uso

os portugueses tinham aprendido com os indígenas e que, nos trópicos, substituía, com vantagens, a cama.



Nos utensílios domésticos, a predominância dos objetos nativos era ainda mais visível. O vasilhame grosseiro de “barro da terra”, ao lado das gamelas de madeira, cuias e cumbucas para guardar a “farinha de pau”, ocupava o lugar dos equivalentes usados no reino. Era uma sociedade que se tornava progressivamente mestiça nos usos e costumes. A carência de verbas não se restringia a casas e casos particulares, e “pouco melhor era o aspecto dos edifícios públicos, com seus telhados novos e maior número de janelas, mas sem ornatos ou vidraças”, conforme Teodoro Sampaio.

Havia, contudo, pelo menos duas boas casas em Salvador. Uma delas, como não seria difícil imaginar, era a do mestre da pedraria Luís Dias. Não se sabe com certeza onde ficava, mas foi comprada em 27 de julho de 1553, por 16 mil reais, pelo segundo governador-geral, Duarte da Costa, que nela mandou abrigar seis órfãos que trouxera do reino para se casarem no Brasil. A outra casa – na verdade, duas conjugadas – pertencia a Pero de Góis, capitão-mor da costa do Brasil. “Apalaciadas”, eram as mais nobres residências de Salvador. Foram compradas por 80 mil reais pelo rei, durante o governo de Duarte da Costa, para servirem de moradia ao primeiro bispo do Brasil, Pero Fernandes Sardinha. As casas de Pero de

Góis ficavam atrás da Sé, na esquina da rua Pão de Ló, que a partir de 1553 ficou conhecida como rua do Bispo.

Se as casas tinham bom preço, o valor dos terrenos, mesmo dentro da área fortificada, era baixo. Em 1580, uma área com 10 braças (22 metros) de frente “e bom fundo, nas ruas mais centrais da cidade”, valia 13.500 reais.



Perfil da cidade de Salvador por volta de 1695

FAZER A FEIRA



A concentração urbana, que formava um xadrez de ruas e becos, era mais densa nas vizinhanças da porta de Santa Luzia, não só em consequência da maior facilidade de comunicação entre aquela zona e o porto, mas principalmente em função da proximidade com o local da feira onde os colonos “resgatavam” com os indígenas. O *Regimento* havia

determinado a realização de uma feira com o propósito de regular as relações entre nativos e colonos (proibindo o comércio direto entre ambos), estabelecer um controle sobre o abastecimento e manter o equilíbrio de preços.

Para facilitar o comércio, o espaço da feira foi definido à beira-mar, nos arredores da igreja da Conceição da Praia, “onde abicavam as canoas vindas de toda parte”. A reconstituição mais vívida da feira é de Teodoro Sampaio: “Alastravam-se pelo solo as mercadorias trazidas pelos índios e pequenos lavradores da vizinhança da cidade. Aos produtos tão vários e esquisitos da cerâmica indígena – potes, panelas, alguidares, moringas, cuscuzeiros, cachimbos e pratos – para ali trazidos à cabeça das nativas, a que acompanhavam os curumins nus, conduzindo frutas de várias sortes e penas de cores vivas, ajuntavam-se o algodão em rama, as cordas e tecidos grosseiros feitos com ele, as embiras e fibras diversas, os rolos de cipó para as cercas e construções de taipa, os pavios para as candeias, a cera da terra, o bálsamo de copaíba, as raízes medicinais, o almíscar de jacaré e os produtos vários da farmacopeia indígena, entre os quais o fumo, então conhecido como ‘erva santa’.” Os animais de caça – antas, suaçus, cotias, pacas, tatus, capivaras – eram abundantes, e os nativos vinham vendê-los, abatidos ou vivos. Vivos vinham também os animais de estimação tão admirados pelos portugueses (e europeus em geral – tanto os que estavam no Novo Mundo quanto os que nunca deixaram seu continente): macacos, saguis, papagaios, araras, tuins e “bom e variado número de aves canoras”.

O preço das mercadorias obedecia à lei da oferta e da procura; dependiam da necessidade que houvesse, da natureza, das safras e das dificuldades de produção e transporte. Entretanto, o governador estava autorizado pelo rei a fixar “os preços que vos parecerem que honestamente podem valer as mercadorias que na terra houver e assim as que vão do reino e de quaisquer outras partes”. A intervenção do Estado, no entanto, parece ter sido limitada, ocasional e nem sempre eficiente.

Os pesos e medidas variavam; às vezes, eram os do reino, às vezes, os da terra. Os atravessadores beneficiavam-se da confusão e, sempre que podiam, fraudavam pesos e preços. Havia dois funcionários da Câmara, os

chamados “almotacés”, encarregados de fiscalizar os pesos, medidas e preços das mercadorias. Mas sua ação era muito contestada e vários deles não duraram mais do que dois meses no cargo. Os produtos eram taxados, e os impostos pareciam excessivos. Assim, o povo, “com voz em grito, requeria em nome de Deus e de Sua Majestade que se não lhe botasse nova imposição”.⁴²

Combinados de antemão, ou arbitrados no momento pelos funcionários da Fazenda, os preços foram se estabilizando. Um saco de carvão, por exemplo, custava 35 reais, e 1 alqueire (13,8 quilos) de farinha, 100 reais. A farinha de mandioca, ou de “pau” (assim chamada para se diferenciar da farinha de trigo, vinda do reino), era o alimento básico dos nativos e dos recém-chegados. Havia a farinha fresca, de duração limitada, e a “farinha de guerra”, mais resistente, embora mais áspera e menos substancial. Delas se faziam tapiocas, mingaus e beijus, mais saborosos e digeríveis do que a farinha pura. Com o aipim cozinhavam-se bolos “semelhantes, no gosto, a pão fresco”, segundo Nóbrega. A pacova, a banana brasileira (o “figo de Adão”), era muito procurada, conforme Gândavo, “porque, assadas verdes passam por mantimento, e quase têm a sustância do pão”.⁴³ Havia também “muitas castas” de milho, como disse o jesuíta Fernão Cardim, “e dele fazem pão, vinho e se come assado”.⁴⁴

ONDE SE COME O PÃO E A CARNE

Apesar dos beijus, tapiocas e “pães” de aipim, milho e banana, o que mais fazia falta “para a população reinol que ainda não se afeiçoara de todo à terra, nem lhe estimava na mesma conta os produtos alimentícios”, era, sem dúvida, o pão de trigo. “O abastecimento daquele gênero não era, porém, seguro e abundante”, lembra Sampaio. “Os perigos do mar eram muitos, e os lucros, poucos e arriscados. O mercado da cidade desequilibrava-se a miúdo. O pão encarecia com a escassez da farinha. Os padeiros violavam as posturas, e a Câmara de contínuo intervinha, regulando peso, qualidade e preços, coibindo os abusos ou oferecendo medidas conciliatórias entre o consumidor e o produtor”.⁴⁵

Mais problemas para a Câmara do que o pão, só mesmo os provocados pelo comércio da carne de gado. Além de animais de caça e pesca “da terra”, os primeiros povoadores de Salvador dispunham de pequenas criações de animais domésticos vindos da Vila Velha, de outras capitânias ou diretamente de Portugal e de suas colônias: pombos, galinhas, patos, perus, cabras, ovelhas, porcos, jumentos, cavalos, éguas e bois. Quando a caravela *Galega* trouxe os primeiros bois para a cidade, em 1550, Tomé de Sousa mandou carregá-la de pau-brasil e a enviou de volta a Cabo Verde, de onde viera, para trazer mais bovinos – nesse caso, porém, menos pela carne e leite do que para tração e reprodução dos rebanhos.

No ano seguinte, em carta ao rei, Tomé de Sousa afirmava que o gado vacuum era “a maior nobreza e fartura que pode haver nessas partes”. Em meados de 1551, já era tal o número de bois que “se podia pagar o soldo de alguns homens d’armas com vacas e novilhos”.⁴⁶

A Casa dos Açougues foi construída naquele mesmo ano pelo pedreiro Belchior Gonçalves, em regime de empreitada. A construção era colada – fazia “parede-meia”, como então se dizia – à Casa da Câmara e Cadeia. A proximidade não parece ter sido casual: o corte, o peso, a distribuição e a venda de carne bovina configuravam uma das principais atribuições dos almotacés.

Os talhos eram dados em arrematação em hasta pública. A pesagem da carne era polêmica e “levantava as queixas do público”. Uma lei vedou que os talhos fossem feitos por escravos negros ou índios. Mas, como “os abusos não cessavam”, ficou determinado que deveria sempre haver um “homem livre” para pôr os pesos na balança. A medida não bastou e, por isso, a Câmara criou o cargo de “repesador”. A carne tinha preço fixo, considerado alto pelo povo: 10 reais por arratel (459 gramas). Na tentativa de baixar os preços, a Câmara colocava seguidos pregões para o arrendamento dos talhos a quem se dispusesse a vender por menos, mas isso raramente acontecia.

TRIPAS AO RIO

O abate do gado se dava no Curral do Conselho, como então se chamava o matadouro. Esse abatedouro ficava em uma baixada nos arredores da porta de Santa Luzia, no limite sul da cidade, próximo do local onde, mais tarde, surgiu o mosteiro de São Bento, justo nas nascentes daquele que, em função dos dejetos decorrentes dos abates, ficou conhecido como rio das Tripas. Não é de surpreender que, cerca de dois anos depois da construção do Curral do Conselho, o curso d'água que banhava Salvador já estivesse poluído.

O rio das Tripas arrastava-se, preguiçoso, em volta da cidade, fazendo duas grandes curvas em “B”. Ora mais raso, ora mais profundo, alargava-se em poças, inundando todo o vale e o transformando “num vasto e perigoso tremedal”.⁴⁷ A corrente nascia a sudeste da porta de Santa Luzia, no lugar chamado ladeira das Hortas, seguia para nordeste e, depois de passar pelas “costas” da cidade, desaparecia sob a terra para ressurgir colorida de barro, no rio Vermelho, jogando-se no oceano Atlântico.

O rio e seu extenso brejo foram uma das razões para Tomé de Sousa plantar Salvador na colina à beira-mar. O córrego valia por um fosso natural; era uma barreira intransponível para os recursos militares da época. De início, a água era boa para beber, mas os animais domésticos, especialmente bois e porcos, pisando-lhe as nascentes, logo levaram os moradores a ter que se utilizar de outros mananciais de água potável. Dois séculos mais tarde, o professor de grego, e um dos maiores cronistas da Bahia, Luís dos Santos Vilhena relatava: “Não há dentro da cidade uma única fonte cuja água se possa beber, mas poucas são as casas que não tenham sua poça em que a aproveitam; toda, porém, é salobra.”



A beberagem dos indígenas

Felizmente para eles, os portugueses não bebiam apenas água. Sua bebida favorita era, evidentemente, o vinho. As “várias sortes” de vinho do reino e das ilhas constituíam “artigo obrigado do comércio de importação e cousa até de maior valia do que o próprio pão, do ponto de vista do fisco”.⁴⁸ Mas o vinho, se não era raro, com certeza era caro. Os recém-chegados, por isso, logo se voltaram para os “vinhos da terra”: o cauim, poderoso fermentado de mandioca dos indígenas; o vinho de caju, “tão abundante a encher pipas, de cor a modo de palhete”; e “outras 32 variedades fabricadas pelo gentio”, de acordo com a contabilidade de Simão de Vasconcelos, entre as quais os vinhos de aipim, milho e ananás.⁴⁹

A fabricação e venda do “vinho de mel”, como então se chamava a cachaça, era proibida por lei sob a alegação de que a bebida “arruinava a saúde da população e danava o povo baixo nas tavernas, onde se seguiam rixas e cenas de sangue”. Mas a verdadeira causa da proibição estava na concorrência ruínosa da cachaça ao vinho do reino, “cuja importação muito convinha fomentar e proteger”. Contudo, o “vinho de mel” raramente saía de circulação, “ora explorado às escâncaras a despeito das multas ou posturas, ora tolerado por ser a bebida do pobre e também por conveniência

de alguns vereadores que eram senhores de engenho, desejosos de explorar o seu mel”, segundo Teodoro Sampaio.

DOENTES E DEFUNTOS

Não foram apenas as águas da Cidade do Salvador que logo se poluíram. Suas ruas também ficaram cobertas de lixo, dejetos e esgotos, repetindo o que era usual no reino. “O lixo amontoava-se nas ruas e ao pé das casas e só era removido para o adro das igrejas ou para os terrenos públicos quando, por muito acumulado, dava para incomodar.”⁵⁰ A Câmara ameaçava os infratores com multas, mas isso só os fazia jogar o lixo nas ribanceiras e baixios.

Em meio a condições de higiene tão precárias, muitos recém-chegados adoeciam. Talvez prevendo a situação, uma das primeiras decisões do governador foi ordenar a construção de uma enfermaria que cedo se transformou em hospital, “embora muito rudimentar e também de caráter provisório”, de acordo com Edison Carneiro. O terreno escolhido para sediar o prédio, muito íngreme, debruçado sobre a colina à beira-mar, ficava “a distância de menos de um tiro de pedra da porta setentrional da cidade”, onde, alguns anos depois, surgiria o vasto prédio da Santa Casa de Misericórdia.

O fidalgo Diogo Moniz Barreto foi nomeado provedor do hospital, com vencimentos de 800 reais por mês. Os já citados Jorge de Valadares, “físico e cirurgião”, e o boticário Diogo de Castro eram os médicos. Ambos estavam na folha de pagamento do Governo-Geral. Valadares, empossado em 1º de maio de 1549, ganhava 48 mil reais por ano. Manteve-se no cargo até 1553, quando foi substituído pelo também cristão-novo Jorge Fernandes. O boticário Diogo de Castro recebia 15 mil reais por ano.

O jesuíta Antônio Pires ajudava no cuidado aos enfermos. Mas justo ele foi uma das primeiras vítimas do impaludismo. No segundo semestre de 1549, segundo carta de Nóbrega, Pires ficou “mal das pernas, que lhe arrebutaram das maleitas que teve”. As primeiras e mais frequentes doenças que afligiram os portugueses no Brasil foram as febres, a malária,

a boubá (doença que provoca alterações semelhantes às da sífilis), a opilação (causada pela falta de ferro no organismo e que, em geral, atacava o baço ou o fígado), o puru-puru (dermatose contagiosa que se caracteriza por manchas brancas na pele), o tétano, as paralisias, as disenterias e os envenenamentos.

Desde o início, o hospital viveu sérias aflições financeiras. O provedor Diogo Moniz encontrou uma solução engenhosa para suplementar as rendas da instituição: obteve de Tomé de Sousa a promessa de que multas impostas aos habitantes de Salvador reverteriam para a manutenção do hospital, onde, de acordo com o relato posterior de D. Duarte da Costa, “se curavam não só os enfermos da cidade, como os que vinham nos navios que aqui aportavam”.

O hospital contava ainda com uma “esmola” de 100 cruzados (ou 40 mil reais) anuais que deveria ser enviada pelo rei. O dinheiro, entretanto, foi pago parceladamente e “na medida do possível, satisfazendo apenas uma ou outra necessidade mais imediata”, de acordo com Edison Carneiro. Além das multas, o hospital recebia o dinheiro dos que morriam sem deixar herdeiros. O tesoureiro dos Defuntos era Brás Alcoforado, e o testamenteiro, Diogo Moniz, provedor do hospital, a quem eram entregues os soldos e pertences dos falecidos.

“TUDO BURLARIA”

A poluição das águas, a sujeira das ruas e as doenças que afligiam os colonizadores não eram as únicas preocupações do governador e de seus auxiliares diretos. A crônica falta de dinheiro, o atraso no pagamento dos soldos, a injustificada suspensão no fornecimento de mantimentos à tropa e aos trabalhadores, as frequentes despesas extras, as suspeitas de desvios de verbas, a alta dos preços dos alimentos e do material de construção, a especulação desenfreada, a manipulação dos pesos e medidas, as prováveis irregularidades na licitação das empreitadas, o descumprimento generalizado das leis – tudo era motivo de desassossego para Tomé de

Sousa e para o principal responsável pela construção da cidade, o mestre da pedraria Luís Dias.

As críticas mais contundentes partiram de Dias, talvez porque estivesse falando de seu caso particular. Na carta que enviou em 15 de agosto de 1551 para seu superior, Miguel de Arruda, Dias afirmava que “do soldo [nem] um só ceítal me deram nem pagaram, nem há de que mo pagar, [pois] o que vem do reino é ferro velho, como o que se vende na feira em Lisboa, e é com isso que se paga à pobre gente que cá trabalha, que os rendimentos do Brasil com que cá nos mandavam pagar é tudo burlaria, porque não há aqui com que se pague meio ordenado dum destes senhores”.

O mestre da pedraria não estava preocupado só consigo. A falta de consideração com os homens que tinham vindo de “tão longe” para servir seu soberano também o indignava: “E os enganam com tais pagamentos e [disseram] que lhes haviam de dar de comer, mas dão-lhes um pouco de farinha de pau com um pouco de vinagre e azeite, e sem outra carne nem peixe.”

Em meados de junho de 1549, o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, ordenara ao almoxarife que, dali por diante, não fornecesse mais “mantimento de biscoito, carne, vinho e pescado” aos homens d’armas, ao mesmo tempo que determinava ao tesoureiro das Rendas que “não pagasse soldos, nem ordenados a nenhuma pessoa sem lhe fazerem certo não dever coisa alguma a Cristóvão de Aguiar, almoxarife”. A questão é que praticamente todos os integrantes da expedição deviam algo ao almoxarife. Como os salários não eram pagos, eles recorriam ao “fiado” para obter gêneros ou ferramentas no Armazém da Cidade.

O caso de Luís Dias era um pouco melhor do que os dos demais trabalhadores: ele pelo menos podia solicitar a Miguel de Arruda, um arquiteto prestigiado, que intercedesse junto ao rei. Além de reclamar que não lhe tinham pago salário durante os dois meses de viagem, Dias julgava ganhar menos do que devia: “O meu soldo é de pedreiro e não é ordenado do ofício que Sua Alteza me desse, e perdoe Deus ao [escrivão] Manuel de Moura que foi pôr na minha carta *ordenado*. Espero em Deus que Vossa Majestade me fará emendar isso.”

O mestre da pedraria queria que lhe pagassem os salários atrasados em Portugal, e não no Brasil, onde possivelmente receberia não em dinheiro, mas em “ferro velho”. Se tivesse que receber enquanto ainda estivesse na colônia, então que pelo menos lhe pagassem em açúcar e em Pernambuco, na capitania de Duarte Coelho, “porque ali há renda, se a há no Brasil, e o melhor açúcar que cá há”. Em junho de 1553, Dias acabou recebendo 22 mil reais dos mais de 80 mil que lhe eram devidos – mas não em açúcar nem em “dinheiro de contado”: o arquiteto responsável pela construção da primeira capital do Brasil foi pago em artilharia (“a saber, um berço de metal, duas câmaras e vinte pelouros”, de acordo com a provisão assinada pelo provedor-mor Antônio Cardoso de Barros).

O SUMIÇO DO DINHEIRO

O numerário de fato era escasso; não havia “dinheiro de contado”. Os negócios eram feitos na base do escambo: entregue aos indígenas, o material de “resgate”, incluindo “o ferro velho” vindo de Lisboa, era trocado por comida ou serviços. A situação era notória, tanto que, ao solicitar que enviassem do reino operários para ajudar na construção de uma igreja, Nóbrega sugeria que viessem “já com a paga”, porque, “mesmo trazendo alvará régio”, não haveria como pagá-los na Bahia.

Até o governador fez menção ao problema. Ao relatar para o rei a captura de dois marujos franceses, disse: “Não os mandei enforcar porque tinha muita necessidade de gente que não me custe dinheiro.” Dinheiro, no entanto, havia, ou houvera. Talvez não em moeda sonante, mas imobilizado em material bélico, nas “achegas”, nos mantimentos, na armação dos navios.

Escrevendo em 1584, Gabriel Soares de Sousa calculou em 400 mil cruzados (ou 160 milhões de reais) a quantia investida por D. João III na expedição de Tomé de Sousa e nas obras iniciais da cidade. Frei Luiz de Sousa afirmou, em 1580, que outros 300 mil cruzados (ou 120 milhões de reais) foram gastos na primeira armada de socorro enviada a Salvador em 1550 sob o comando do fidalgo Simão da Gama e Andrade. Investigadores

modernos, baseados em fontes documentais e em suposições verossímeis, calculam em cerca de 1 milhão de cruzados (ou 400 milhões de reais) o custo da construção da Cidade do Salvador – o equivalente a um terço das receitas da Coroa.

Onde foi parar tanto dinheiro? Parte foi gasta, parte desviada. Investigando os papéis da Câmara de Salvador, Teodoro Sampaio pinta um quadro de dissolução geral: “Os infratores, de todos os gêneros, eram contumazes, e as penas não passavam de ameaças. As multas raro se pagavam. Os atravessadores de mercadorias zombavam das medidas que contra seu comércio aladroadado adotavam os oficiais da Câmara. Os arrendatários dos impostos conluíavam-se com os mercadores, consentindo que estes fraudassem as almotaçarias.”

Quando os pregões de arrematação das empreitadas se encerravam, o nome do vencedor, anunciado com alguma solenidade pelo porteiro da Câmara, raramente causava surpresa. Os empreiteiros loteavam as obras entre si, combinando os lances antecipadamente, muitas vezes em conluio com o leiloeiro, e superfaturando o custo das obras.

O cenário talvez cause menos estranheza quando se sabe que uma aura de suspeita pairava sobre os dois homens mais importantes do Governo-Geral logo abaixo de Tomé de Sousa. O provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, responsável pela liberação das verbas, por exemplo, construiu um engenho no Recôncavo e, de acordo com as acusações do segundo governador-geral, Duarte da Costa, o fez com dinheiro do rei. “Homem que tem engenho e faz fazenda nesta terra é muito prejudicial à de Vossa Alteza, e como ele a tem, e muito grossa, descuidava-se muito do que cumpria a bem de seu ofício.”⁵¹

Quanto a Pero Borges, o precedente era ainda mais grave: não fora o ouvidor-geral condenado no reino, poucos anos antes, pelo desvio de verbas de uma obra pública? E, se o fizera em Portugal, onde os mecanismos de controle régio eram muito mais rígidos, o que o impediria de fazê-lo em uma “terra ainda muito verde para se adaptar aos rigores de uma legislação transplantada e evoluída em meio tão diverso”?⁵²

Não é difícil entender, portanto, o tom de desilusão da carta que Tomé de Sousa enviou ao rei em 18 de julho de 1551: “Neste janeiro de 1552, que em boa hora virá, se acabarão os três anos para que Vossa Alteza me mandou a estas partes. Por amor de Deus, que me mande ir que não sei outras palavras por onde peça porque ainda que servisse V. A. em tudo o que hei de viver no outro mundo (...) não me fartaria coisa alguma destas nem de outras para o muito que devo a V. A. e por isso não sei outro modo de falar nisso se não que outra vez peço a V. A. por amor de Deus que me mande ir para uma mulher velha que tenho e uma filha moça. E nenhum outro governador pode V. A. mandar que não faça cá melhor que eu e com menos trabalho.”

O jesuíta Manuel da Nóbrega sintetizou o desgosto dos funcionários públicos enviados ao Brasil, para os quais, segundo ele, a vida na colônia se resumia a “desconsolos que se toleravam apenas até a hora de tornar para o reino”. Em carta ao rei, o líder dos jesuítas acrescentou o porquê de tamanha insatisfação: “Essa terra é tão pobre, ainda agora, que dará muito desgosto aos oficiais de Vossa Alteza, maiormente àqueles que desejam se irem dela com muitos navios carregados de ouro. Deveria V. A. mandar servidores que queiram bem à terra e tirar oficiais, tantos e de tantos ordenados, que não querem mais que acabar seu tempo cá e ganhar seus ordenados, que esse é seu fim principal, pois têm sua afeição em Portugal e não trabalham em favorecer a essa terra, antes se aproveitam dela de qualquer maneira que podem.”

Mal pago e com os salários atrasados, Luís Dias queria ir embora tão cedo quanto possível, como deixa claro na carta que enviou ao rei em agosto de 1551: “De maneira que, pelo presente, me parece que isto [a Cidade do Salvador] está acabado até o tempo mostrar de si mais coisas, pelo que peço a Vossa Alteza haja por bem de me mandar ir com o governador Tomé de Sousa, por ser velho e maldispuesto e já ao presente não haver necessidade de mim, e nisto me fará muita esmola e mercê e muito serviço a Deus para amparo de uma velha que lá tenho, e rogarei sempre a Deus pelo acrescentamento e estado de V. A., como os da rainha e

príncipe nossos senhores, que os entretenha sempre para seu santo serviço e lhe acrescente os dias da vida, amém.”

A BAÍA “DE TODOS OS PECADOS”

Ao contrário dos funcionários públicos, os jesuítas tinham chegado para ficar. “Essa terra é nossa empresa, e a melhor que há no mundo”, escreveu Nóbrega para seu superior Simão Rodrigues. Mal desembarcaram na Vila Velha, em março de 1549, os seguidores de Inácio de Loyola se lançaram ao trabalho com entusiasmo. Deparam, porém, com uma sociedade mameluca, típica do período inicial da ocupação portuguesa no Brasil, em total desacordo com seus preceitos religiosos e morais. O modo de vida dos colonos era motivo de escândalo e espanto para os jesuítas. “Se contarem todas as casas dessa terra”, relatava Nóbrega, “todas acharão cheias de pecados mortais, adultérios, fornicações, incestos e abominações (...). Não há obediências, nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos os da Igreja.”

Cerca de vinte homens brancos, alguns de origem desconhecida ou fugitivos da justiça, já viviam nos arredores da antiga Vila do Pereira antes da chegada de Tomé de Sousa. Seu comportamento, suas ideias e intenções horrorizaram os jesuítas. Nenhum trabalhava; viviam todos às custas do labor de suas “negras”, como chamavam as escravas nativas. Cada europeu possuía três ou quatro delas – e se deitava com todas. “A gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras, das quais estão cheios de filhos. Muitos cristãos (...), os quais têm não só uma concubina, mas muitas em casa, fazem batizar suas escravas sob pretexto de bom zelo e para se amancebar com elas, cuidando que por isso não seja pecado, e de par com estes estão alguns religiosos, que caem no mesmo erro.”

Que o estímulo sexual era grande não restam dúvidas: as nativas circulavam pela cidade peladas e depiladas. Conforme o relato do também jesuíta José de Anchieta, não apenas andavam nuas como “não sabem negar-se a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os

homens, jogando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormir com os cristãos”. Nóbrega, que considerara o problema gravíssimo, já havia solicitado esmolas de roupa: “Ao menos uma camisa para cada mulher, [pois] não parece honesto estarem nuas entre os cristãos na igreja e quando as ensinamos.”

Quando a pressão dos jesuítas fez efeito e as autoridades determinaram que os indígenas deveriam andar vestidos, os padres consideraram os trajes “em demasia mui sumários”. No caso das mulheres, resumia-se à chamada “tipoia”, um saco de algodão com três aberturas para a cabeça e os braços. Uma faixa, em geral “mera tira de casca” atada à cintura, “afeiçoava ao talhe o tosco vestuário”, que descia apenas até o meio das coxas. Os homens eram obrigados a vestir calções de pano grosso até os joelhos e uma camisa curta.

“Os antigos moradores não tinham conseguido resistir àquela vigorosa sugestão da natureza”, observou Edison Carneiro. “Os homens da armada do governador também não se mostravam capazes nem dispostos a resistir.” Não desconhecendo tal circunstância, Nóbrega sugeriu que se enviassem de Portugal “algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento (...), ainda que fossem erradas”, porque logo se casariam, tal a carência de mulheres brancas e cristãs. “Uma mulher, ama de um homem casado, que veio nesta armada [de Tomé de Sousa], pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher. E uma escrava do governador lhe pediam por mulher, e diziam que lha queriam forrar [libertar].”

A falta de mulheres europeias era gritante. Não se sabe quantas vieram na armada do governador, talvez apenas as duas citadas por Nóbrega. Ainda assim, dentro das residências, especialmente as que já existiam na Vila Velha, o ranger das redes era frequente, pois o número disponível de “peças” (como também se chamavam os escravos nativos) era igualmente farto. Aquela não era apenas a baía de Todos os Santos, era também “a de todos os pecados”, para usar a expressão cunhada pelo historiador inglês Charles Boxer.

Não se tratava, porém, de mera questão de apetite sexual. O fato é que os portugueses amancebados também obtinham comida e serviços em troca de contatos ocasionais com as “negras da terra”. Pelo que escreveu Pero de Magalhães Gândavo em 1576, a grande maioria dos colonos tratava de adquirir escravos mal desembarcava na terra: “Por pobres que sejam, alcançam, cada um, dois pares ou meia dúzia de escravos, que pode, um por outro, custar pouco mais ou menos até dez cruzados [ou 4 mil reais]. Os mesmos escravos índios buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesas em mantimentos nem com seus servos nem com suas pessoas.” Além disso, as nativas “faziam todo o trabalho da casa, a farinha de mandioca e os tecidos de algodão”. As “negras da terra” não eram, portanto, apenas instrumentos de prazer. Eram instrumentos de trabalho.

A relutância dos moradores em abandoná-las talvez residisse justamente nesse aspecto.

ÓRFÃS E PROSTITUTAS

A melhor solução contra o concubinato, na opinião de Nóbrega, era o envio de mulheres portuguesas, “ainda que fossem erradas”. A sugestão parece ter agradado à Coroa, que, a exemplo dos degredados, já remetia para as províncias do ultramar, especialmente a Índia, órfãs e prostitutas. Rei e rainha dispensavam sua atenção, seus favores e considerável “esmola” ao Mosteiro das Órfãs, fundado em Lisboa em 1546. Lá viviam e eram educadas 21 pensionistas, filhas de ministros e servidores do Estado. D. João III ordenou que, de três em três anos, algumas daquelas moças fossem enviadas para o Brasil, recomendadas aos governadores para que se casassem com funcionários públicos.



Mulheres indígenas em gravura quinhentista

Sob o governo de Tomé de Sousa, no entanto, vieram apenas três órfãs, todas filhas de Baltazar Lobo, comandante de uma nau da Carreira da Índia que tinha morrido em um naufrágio. Uma delas, Joana Barbosa, casou com Rodrigo de Argolo, provedor da Fazenda. Com a chegada do novo governador, Duarte da Costa, em março de 1553, viriam outras nove, sob os cuidados da criada Maria Dias. Para abrigá-las, D. Duarte comprou a casa do mestre da pedraria Luís Dias, como já foi dito. Uma delas, Clemência Dória, era filha de um doge de Veneza e casou-se, em segundas núpcias, com Fernão Vaz, capitão do bergantim *São Roque*.

Não há registros de prostitutas enviadas ao Brasil nos oito primeiros anos do Governo-Geral. O pequeno número de órfãs desembarcadas em Salvador revela que o problema da falta de mulheres não foi resolvido. Os colonos e os homens da armada continuaram, portanto, usufruindo da companhia e do trabalho das “negras da terra”, ou “negras brasílicas”. Ao fazê-lo, mantiveram inalterado o sistema que, nos primeiros quarenta anos de colonização do Brasil, servira aos interesses dos portugueses e os levava a estreitar laços com os nativos, já que a prática estava de acordo com a concepção de casamento e a estrutura de parentesco das sociedades Tupi (*leia nota a seguir*).

O sistema foi chamado de “cunhadismo” pelo historiador Jaime Cortesão e por outros estudiosos do tema. Darcy Ribeiro foi o mais entusiasmado pesquisador do “velho costume indígena de incorporar estranhos à sua comunidade”, definindo-o como a “instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro”. O cunhadismo, de acordo com Ribeiro, consistia em dar uma moça indígena como esposa ao recém-chegado. “Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo (...). A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes que podia pôr a seu serviço, seja para conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias.” Conforme Cortesão, “os primeiros colonos, aos quais não faltavam tribos para acunhadar-se, tupinizaram-se pela poligamia. E não só pela poligamia, como adotando, com sua língua, muitos dos costumes e aquisições culturais”.

A MALDIÇÃO DE CAM

Se os jesuítas manifestaram grande empenho para acabar com o que consideravam uma imoralidade sexual, o mesmo não se pode dizer da maneira com que enfrentaram a utilização dos indígenas como escravos. Embora fossem contrários à escravização “ilegal” do gentio, adotaram uma posição ambígua e logo sucumbiram à tentação de, como os colonos, se servirem do trabalho escravo. Convencido de que não lhe enviariam operários do reino, Nóbrega não hesitou em recorrer ao “método tradicional”, autorizando a compra de cativos:

“Alguns escravos que fiz mercar [comprar] para a casa [o Colégio dos Jesuítas] são fêmeas, as quais eu casei com os machos e estão nas roças apartados todos em suas casas, e busquei um homem leigo, que deles tem cuidado e os rege e governa, e nós com eles não temos conta, e só com o homem nos entendemos, e o homem com eles”, escreveu Nóbrega a Simão Rodrigues. Explorando os escravos por intermédio de um leigo, Nóbrega julgava estar salvando as aparências.

O real interesse dos jesuítas, porém, aparece com clareza noutras passagens escritas por Nóbrega e seus companheiros. “A manutenção [manutenção] dos estudantes [indígenas no Colégio dos Jesuítas], ainda que sejam duzentos, é muito pouco, porque, com o terem cinco escravos que plantem mantimentos e outros que pesquem (...), com pouco se manterão (...). Os escravos cá são baratos, e os mesmos pais [dos alunos] hão-de ser cá seus escravos.” O trecho revela que nem mesmo a escravização dos pais pelos filhos repugnava o pragmático senso de justiça dos soldados de Cristo.

Um dos argumentos de Nóbrega para justificar a escravização dos indígenas estava relacionado ao fato de andarem nus. Por ter escarnecido da nudez de Noé, seu filho Cam foi exilado e condenado à servidão. Em um texto clássico, seu ríspido *Diálogo da Conversão dos Gentios*, escrito em 1558, Nóbrega afirmaria que, por serem descendentes de Cam, os índios do Brasil “ficaram nus e têm outras mais misérias”. O pecado de Cam, convém ressaltar, legitimava também a escravização dos africanos. Além disso, Nóbrega acreditava na teoria aristotélica da “servidão natural dos povos inferiores”.

SOLDADOS DE CRISTO NA TERRA TUPINAMBÁ

Os jesuítas desembarcados com Tomé de Sousa eram apenas seis, mas valiam por muitos. Tinham a disposição férrea e a disciplina rígida típicas dos soldados de Cristo. Estavam dispostos a tudo para implantar os rigores da Contrarreforma nos confins do ultramar, especialmente ao sul do Equador, onde, pelo menos segundo o ditado então em voga, não haveria pecado: “*Ultra equinoxialem non peccatur.*”



Nóbrega, o “maioral dos jesuítas”, pregava à gente da armada e aos altos funcionários do governo, correspondia-se frequentemente com o reino, articulava as estratégias expansionistas da Companhia de Jesus e, apesar das limitações estabelecidas pela gagueira, proferia sermões incandescentes. Também celebrava casamentos em massa, admoestava os colonos e aglutinava grupos indígenas dispersos que viviam nos arredores de Salvador, clamando publicamente contra a escravização “ilegal” dos nativos. Ainda encontrava tempo para jejuar e se disciplinar, flagelando-se com os demais companheiros todas as sextas-feiras.

Juan de Azpilcueta Navarro, o mais culto e preparado dos discípulos de Nóbrega, foi a princípio enviado para doutrinar os moradores da Vila Velha. Mas, lá, pregou no deserto. Pouco depois, já se dedicava exclusivamente à catequese dos nativos, dos quais foi o primeiro a aprender a língua. Em agosto de 1549, apenas cinco meses após o desembarque, Navarro já era compreendido pelos indígenas, e os curumins cantavam canções compostas por ele em tupi. “Trabalhamos de saber a língua deles, e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos”, relatou Nóbrega.

O noviço Vicente Rodrigues, o “Vicente Rijo”, também ensinava catecismo aos curumins e mantinha “uma escola de ler e escrever”. Também fazia experimentos com sementes que lhe tinham sido enviadas do reino, esforçando-se para aclimatar plantas europeias ao Brasil. Antônio Pires, além de tratar “dos pobres no hospital”, desdobrava-se como carpinteiro e artífice; era, segundo Nóbrega, “nosso oficial de tudo”. Leonardo Nunes, o mais ativo dos jesuítas depois de Nóbrega, foi enviado,

ainda no primeiro semestre de 1549, para vistoriar as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, acompanhado do noviço Diogo Jácome. Em breve seguiria para São Vicente – onde receberia o apelido de “Abarebebê”, ou “padre voador”, e seria encontrado por Nóbrega em febril atividade no início de 1553.

OS “EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS”

As necessidades pessoais dos jesuítas eram mínimas e de fácil satisfação: tendo feito voto de pobreza e castidade, viviam de acordo com as determinações de Inácio de Loyola, comendo e dormindo pouco, trabalhando muito e se dedicando com ardor aos “exercícios espirituais” propostos pelo fundador da ordem. Embora tivessem direito ao mantimento equivalente a 400 reais por mês, geralmente pago em ferro-velho, eles o repassavam aos curumins do colégio. “Vivemos de esmolas e comemos pelas casas com os criados dessa gente principal”, revelou Nóbrega a Simão Rodrigues.

A vida espartana e os sofrimentos a que se submetiam no exercício das tarefas cotidianas eram realçados por uma rotina marcada por mortificações, jejuns e penitências. “A portas cerradas”, descreve Teodoro Sampaio, baseado em relatos originais dos padres, “Nóbrega e seus companheiros de apostolado disciplinavam-se todas as sextas-feiras, açoitando-se rudemente até com o auxílio de estranhos, tudo pelo amor dos que estavam em pecado mortal e pela conversão do gentio.” Nas cerca de quarenta cartas que os jesuítas enviaram para Portugal entre 1549 e 1553, há mais de uma dezena de referências às disciplinas e mortificações. Embora na maioria das vezes os “exercícios espirituais” fossem realizados a portas fechadas, no interior da igreja da Ajuda, várias foram as ocasiões em que os soldados de Cristo percorreram as ruas de Salvador em ruidosas ladainhas noturnas, submetendo-se a açoites e conclamando o povo a imitá-los.

A prática não constituía novidade para Nóbrega. Na noite de 17 de julho de 1545, ele, com outros cinco companheiros, havia cruzado as ruas de Coimbra, por ordem de Simão Rodrigues, soando uma campainha, flagelando-se e bradando de quando em quando: “Inferno para todos os que estão em pecado mortal!” O mesmo mandara fazer Francisco Xavier em Ternate, uma das ilhas Molucas, em 1542, determinando que “um homem, de noite, com uma lanterna numa mão e campainha na outra, corresse todas as ruas, dando em cada uma aqueles pregões em voz alta, com grande devoção dos cristãos e temor e espanto dos infiéis”.

No Novo Mundo não foi diferente: os nativos ficaram espantados e atemorizados com os flagelos. O impacto foi ainda maior quando, em setembro de 1549, o padre Navarro açoitou-se no centro de uma aldeia indígena nas cercanias de Salvador – provavelmente a que ficava no monte do Calvário, bem próxima ao centro da cidade – dizendo aos indígenas “que castigava a si para que Deus não os castigasse a eles”. Em breve já eram mais de cem os índios recém-convertidos que acompanhavam os jesuítas nos “exercícios espirituais”. “Muitos se disciplinam com tão grande fervor que causam confusão entre os brancos”, relatou Nóbrega a mestre Simão.

Com o passar dos meses, referências à presença dos nativos naquelas práticas foram se tornando mais frequentes. “Em nossa casa, alguns dos novos convertidos vêm se disciplinar com grandes desejos e, na procissão da Semana Santa [de 1550, entre 22 e 29 de março], se disciplinaram tanto os nossos quanto alguns dos recém-convertidos”, disse o líder dos jesuítas. Em março de 1553, escrevendo de São Vicente, um irmão jesuíta revelou: “Essa prática é coisa de muita devoção pelas muitas lágrimas dos índios e dos portugueses que nelas há.”

Como revela essa carta, não eram apenas jesuítas e indígenas que se disciplinavam: alguns colonos os seguiam na prática. “Noite alta, era a hora dos penitentes, que as penitências severas, terrificantes muita vez, concorriam com as penalidades civis a conterem a devassidão e os crimes ocultos”, narra Teodoro Sampaio. “Vultos desconhecidos, por vezes encapuçados, encaminhavam-se para a igreja da Ajuda e, a horas mortas da

noite, rondavam contritos, açoitando-se em torno dos muros daquele santuário recluso e silencioso.”

Aquela prática encontraria adversários na colônia. Ao desembarcar em Salvador, em junho de 1552, o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, ficou chocado com a excessiva devoção de Nóbrega e de seus comandados – mas esse, como se verá, seria apenas um dos muitos temas nos quais o bispo e os inacianos entrariam em desacordo. “Com todo meu parecer”, diria Sardinha em carta a mestre Simão, “sugiro que Vossa Reverência lhe avise [a Nóbrega] que não use dessas coisas por agora; nem o mande tangir campainha à noite pela cidade, nem anotem os que a elas [às disciplinas] não comparecem, porque os tais exercícios, ainda que sejam santos e virtuosos e ordenados para mortificar a carne e quebrar a soberba, todavia são mais meritórios se feitos em segredo, da maneira como se fazem nas religiões aprovadas e em vossos colégios no reino, sem o estrépito da campainha.”

Sardinha voltaria ao tema várias vezes antes de proibir definitivamente as flagelações públicas.

“A ESCÓRIA QUE DE LÁ VEM”

Apesar dos rumorosos conflitos que eclodiram mais tarde entre os jesuítas e o bispo, as relações entre a Companhia de Jesus e a cúpula do Governo-Geral não poderiam ser melhores. “O governador nos mostra muita vontade. Pero de Góis nos faz muitas caridades. O ouvidor-geral [Pero Borges] é muito virtuoso, e ajuda-nos muito. Não falo em Antônio Cardoso, que é nosso pai”, diria Nóbrega, como se sacramentando a “indissolúvel aliança entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a fé e o império” cimentada pelos jesuítas, diagnosticada pelo historiador Charles Boxer.

Se a ligação com os representantes do poder real era sólida, o mesmo não acontecia com os padres do clero secular que se encontravam na terra. “Dos sacerdotes ouço coisas feias”, escreveu Nóbrega já na primeira carta que enviou para o reino, em 10 de abril de 1549. Cinco dias mais tarde –

possivelmente após ter ouvido as histórias relativas ao clérigo João Bezerra, o “grão ribaldo” responsável pela destituição do antigo donatário da Bahia –, o líder dos jesuítas radicalizou sua posição: “Cá há clérigos, mas é a escória que de lá vem. Não se devia consentir embarcar sacerdotes sem ser sua vida muito aprovada, porque estes destroem quanto se edifica.”

Além de viverem amancebados com as “negras da terra”, escolhendo sempre “as melhores e de mais alto preço”, os padres permitiam e até incentivavam a escravização dos indígenas, absolvendo os colonos dos “pecados mais abomináveis”, tornando-lhes “largo o estreito caminho do céu”. Nesse sentido, o relato de Nóbrega não poderia ser mais contundente: “Os clérigos dessa terra têm mais ofício de demônios que de clérigos: porque, além de seu exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas, e que podem ter [os indígenas] salteados, pois que são cães, e outras coisas semelhantes, por escusar seus pecados e abominações, de maneira que nenhum demônio temos agora que nos persiga, senão estes. Penso que, se não fosse pelo favor que temos do governador e dos principais dessa terra, e também porque Deus assim não o quer, já nos teriam tirado as vidas.”

Enojados tanto com o concubinato e suposto desregramento dos colonos quanto com as omissões e ameaças do clero secular, os jesuítas preferiam estar entre os catecúmenos indígenas. Tão “distantes dos brancos sumidos na poligamia e na luxúria”⁵³ desejavam ficar que, a princípio, quiseram instalar-se fora das muralhas da cidade, no cimo do morro apropriadamente batizado de monte do Calvário, onde havia uma aldeia Tupinambá, a qual logo começaram a catequizar. Por questão de segurança, e antevendo uma eventual guerra com o gentio, Tomé de Sousa, embora grande admirador da Companhia, não permitiu a fundação de um colégio e de uma igreja extramuros. Apesar de submeter-se aos desígnios do governador, Nóbrega não duvidava de que “quanto mais longe estivermos dos velhos cristãos que aqui vivem, maior fruto se fará”.

De todo modo, mais do que para reordenar a sociedade colonial de acordo com a moralidade vigente depois do advento da Contrarreforma, os

jesuítas tinham sido enviados ao Brasil com a missão de catequizar o gentio. No *Regimento* dado a Tomé de Sousa, o rei afirmara: “A principal coisa que me moveu a povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica.” E quem melhor do que os jesuítas para fazê-lo?

Como na Índia, onde havia “corações mais benignos e não tão emperrados como os dos mouros”,⁵⁴ Nóbrega, a princípio, julgou estar diante de uma tarefa fácil no Brasil. Considerando os nativos “gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, que faz tudo quanto lhe dizem”, o líder dos jesuítas enviou uma carta entusiástica para seu antigo mestre no reino: “Aqui, poucas letras bastam, porque tudo é papel branco, e não há que fazer outra coisa senão escrever à vontade as virtudes mais necessárias e ter zelo para que seja conhecido o Criador destas criaturas”, disse ele a Martin de Azpilcueta Navarro em agosto de 1549.

Dois anos mais tarde, em setembro de 1551, o líder dos jesuítas repetiria essas palavras em carta ao rei D. João III: “Converter todo esse gentio é mui fácil coisa (...) porque em coisa nenhuma creem e estão como papel branco para neles escrever à vontade.” Pouco tempo depois, no entanto, irritado com as “inconstâncias do gentio” – os hábitos nômades, humores cambiantes e apego aos velhos costumes –, Nóbrega passou a acreditar que a conversão só se concretizaria mediante “o fogo da caridade, o zelo ardente e as graças do Espírito Santo”.

Conscientes de que a catequese dos indígenas era arma auxiliar de dominação e colonização, os jesuítas articularam, sob a liderança de Nóbrega, uma ardilosa estratégia baseada em três vetores: a doutrinação das crianças, a desmoralização dos pajés e a conversão dos líderes tribais. Pode-se dizer que a tática era similar ao projeto em andamento em Portugal, onde os jesuítas estavam assumindo o controle da educação, eliminando os concorrentes no âmbito da fé e lutando para cooptar o poder político.

A CHEGADA DO PRIMEIRO BISPO

Disposto a levar a cabo seu plano, e sempre atento às relações de poder entre Igreja e Estado, Nóbrega percebeu de imediato que era preciso transformar o Brasil em um bispado, separando-o da diocese sediada em Funchal, na ilha da Madeira, sob cuja jurisdição a colônia se encontrava desde 1514. Em abril de 1549, apenas uma semana após o desembarque na Bahia, ele escreveu ao mestre Simão Rodrigues garantindo que a presença de um bispo era fundamental “porque sei que [nesta terra] mais moverá o temor da justiça do que o amor do Senhor”.

Os pedidos foram se tornando progressivamente insistentes, quase enfadonhos: “Muito necessário cá é um bispo (...) para castigar e emendar grandes males”; “há cá muita necessidade de um bispo para que, ele com temor e nós com amor procedendo, se busque a glória do Senhor”; “esperamos que venha o bispo, que proveja isso com temor, pois nós outros não podemos com amor”. Nóbrega, porém, estabelecia uma precondição: o bispo deveria vir “não para fazer-se rico, porque a terra é pobre, mas para buscar as ovelhas tresmalhadas do rebanho de Jesus Cristo”. O alerta foi reiterado pouco mais tarde: “Que venha [o bispo] para trabalhar e não para ganhar.”

Simão Rodrigues tomou na devida consideração as insistentes sugestões de seu dileto discípulo e encaminhou o pedido ao rei D. João III. Em 31 de julho de 1550, atendendo à solicitação de mestre Simão, o rei de Portugal escreveu ao papa Júlio III (que tomara posse em 8 de fevereiro daquele ano) solicitando a criação de um bispado no Brasil. Para o posto de primeiro bispo, D. João sugeriu – outra vez por indicação dos jesuítas – o nome de Pero Fernandes Sardinha. O papa aprovou rapidamente ambos os pedidos – favorecimento pouco comum – e, em 25 de fevereiro de 1551, apenas oito meses após a carta, o Brasil ganhou a própria diocese e seu primeiro bispo. Conforme os anseios de Nóbrega, Sardinha de fato viria para inspirar terror. Mas, ao contrário do que gostaria o jesuíta, o bispo estava disposto a cobrar caro por seus serviços.

Pero Fernandes Sardinha era personagem bem conhecido no Paço Real de Lisboa. Nascido em Évora em 1495, tinha fama de homem culto.

Formara-se em Direito e em Teologia nas universidades de Salamanca e de Paris, dentro da mais rígida tradição escolástica, e iniciara carreira como mestre (provavelmente de latim) no Colégio de Santa Bárbara. Portanto, além de subordinado do diretor Diogo de Gouveia, com o qual sempre manteve sólida amizade, fora um dos professores de Inácio de Loyola e de Simão Rodrigues, os dois superiores de Nóbrega. Como muitos dos que conheceram Loyola em seus dias de estudante em Paris, o futuro bispo jamais foi exatamente um admirador da Companhia de Jesus.

Depois de 11 anos na França, Sardinha retornou a Portugal para lecionar Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Nos primeiros meses de 1545, porém, foi nomeado provisor e visitador-geral da diocese de Goa, na Índia (estabelecida em 1534). Tal indicação muito provavelmente deu-se por obra de D. Antônio de Ataíde. Na “Goa Doirada”, capital do império português no Oriente, fervilhante de aventureiros inescrupulosos e funcionários lenientes, o vigário horrorizou-se com a corrupção do governo de Martim Afonso de Sousa. Mesmo sabendo que criticava o primo-irmão de um dos homens mais poderosos do reino, Sardinha escreveu para D. João III relatando escândalos e desvios de verbas, “sem intenção de mexericar nem praguejar de ninguém, mas para aclarar a verdade”. De todo modo, as denúncias não surtiram efeito e, no início de 1549, seguindo os passos de Martim Afonso, o vigário estava de volta a Portugal. Era clérigo em Évora quando, aos 56 anos, foi nomeado primeiro bispo do Brasil.

Sardinha transferiu-se para a colônia com salário anual de 200 mil reais e, valendo-se da mesma “largueza do rei” que já beneficiara outros altos funcionários do Governo-Geral, tratou de embolsá-los adiantados, em 7 de dezembro de 1551. Somava-se ao salário uma pensão vitalícia de 500 cruzados anuais (ou seja, outros 200 mil reais), à qual Sardinha tinha direito desde 1545 “por serviços prestados”. Mesmo tendo assegurado vencimentos iguais aos do governador-geral, Pero Fernandes parece não ter considerado a remuneração alta o bastante para justificar sua transferência para o Brasil. Depois de alguns encontros com D. João III, obteve o direito sobre as “miunças” (ou miúças) do Brasil, um imposto decimal sobre a venda de coisas miúdas, como galinhas, frangos, leitões, cabritos e ovos.

Sardinha partiu do porto de Belém em 24 de março de 1552, na armada chefiada por Fernão Soares, que ia para a Índia. A 8 de abril, a expedição aportou na ilha de São Tiago, no arquipélago de Cabo Verde, na costa ocidental da África – terra que, em carta ao rei, o bispo considerou “mais rica de dinheiro que de virtudes”. Depois de revelar ao monarca que recebera ofertas de suborno tão altas que dali bem poderia ter levado “uns mil cruzados”, assegurou que se sentia melhor “com o título de néscio do que com o nome de cobiçoso”, uma vez que “folgava muito mais com honesta pobreza do que com fazenda ganha à custa da consciência”⁵⁵ (*leia nota a seguir*).

O “ESTILO TRAJANINO”

Na sequência da carta enviada de Cabo Verde, Pero Fernandes Sardinha compara o rei D. João III aos imperadores romanos, sugerindo ter a solução para frear os desvios de verbas nas possessões lusitanas no além-mar: “Um dos meios que a mim me parece em que esta terra (Cabo Verde) se podia reformar e muito se emendar é virem a ela superiores, tanto no plano espiritual quanto no temporal, que fossem mui isentos de cobiça e zelosos da justiça (e, cuidando nisso, me alembrou o que conta Plutarco a respeito de Trajano e de Antonino Pio, ambos imperadores romanos, os quais, quando mandavam governadores às províncias muito distantes, capitulavam com eles que não haveriam de sair de suas governanças com mais fazenda do que tinham quando entraram nelas), e sendo, pois, Vossa Alteza tão poderoso quanto Trajano e Antonino Pio, seria eu de parecer que usasse de este estilo trajanino.”

No dia 22 de junho de 1552, o bispo enfim desembarcou na Bahia. A viagem durara noventa dias, o que havia causado grande apreensão na terra, pois muitos julgavam que a armada houvesse naufragado. “Cá parecia a todos que [a frota] não mais viria e muito nos tememos querer com isso Nosso Senhor castigar os pecados desta terra”, escreveu Nóbrega. Conforme relato do bispo, os navios tinham sido atingidos por ventos “nortes, nordestes e lestes tão rijos que pareciam que falavam”. Apesar da

“prolixa viagem”, desembarcaram bem, “com toda a nau e a gente de saúde”.

De início, a impressão que o líder dos jesuítas teve de Sardinha foi a melhor: “O bispo é muito benigno e zeloso e mostra-se nele bem ter amor e sentir as coisas da Companhia. Pregou no dia de São Pedro e São Paulo com muita edificação, com que muito ganhou os corações de suas ovelhas; eu trabalharei sempre por lhe obedecer em tudo, e ele não mandará coisa alguma que prejudique a nossa Companhia.” Era um brutal erro de avaliação.

Por cerca de 15 dias, Sardinha morou com os jesuítas na igreja da Ajuda. Mas a simplicidade dos aposentos ocupados pelos cruzados de Loyola não estava à altura da dignidade episcopal. Por isso, no dia 9 de julho a Coroa adquiriu uma das melhores casas da nascente Salvador para abrigar o prelado. Era, como já foi dito, o imóvel construído por Pero de Góis, pelo qual o rei desembolsou 80 mil reais em duas prestações. Sardinha transferiu-se para lá de imediato. A partir de então, e pelos quatro anos seguintes, o “palácio do bispo” se tornaria o epicentro de um conflito tão grave que quase resultaria na destruição da Cidade do Salvador.

O primeiro alvo da ira de Sardinha foram justo os jesuítas. Tendo sido professor de Inácio de Loyola, Simão Rodrigues e Francico Xavier em Paris, o bispo não simpatizava com a Companhia de Jesus desde antes da fundação da ordem. Mal desembarcou no Brasil, tratou de desautorizar praticamente qualquer atitude de Nóbrega e de seus comandados. Primeiro, como foi dito, investiu contra as mortificações e as “disciplinas”, banindo as flagelações públicas. Depois, proibiu que os inacianos pregassem aos indígenas em tupi, vetou o uso de cânticos e instrumentos nativos nas aulas de catequese e forçou os pequenos catecúmenos a mudarem seu tradicional corte de cabelo, pois, usando-os “ao modo gentílico, pareciam freiras”. Por fim, impediu os jesuítas de frequentarem as capelas que tinham erguido nas aldeias próximas a Salvador.

Tudo isso ocorreu nas primeiras semanas após sua chegada, a ponto de Nóbrega enviar carta a Simão Rodrigues na qual revelou: “Haverá pouco

mais de um mês que veio, e já o temo.”

Na mesma correspondência, Nóbrega afirma que Sardinha não perdia ocasião de declarar publicamente que era “mestre [em teologia] e tinha ensinado mestre Inácio [de Loyola] e à Vossa Reverência [o próprio Rodrigues] em Paris”. O bispo afirmava ainda que não estava interessado em ouvir a opinião “de trezentos Navarros e seiscentos Caetanos”, referindo-se a Martin de Azpilcueta Navarro e ao cardeal Caetano (teólogo que fora professor de Navarro), aos quais Nóbrega recorria com frequência para defender os pontos de vista da Companhia.

Em tese, o confronto eclodiu porque Sardinha era contrário à catequização dos indígenas, que, de acordo com o que ele próprio teria dito a Nóbrega, “lhe pareciam incapazes de toda a doutrina por sua bruteza e bestialidade”, e, por isso, “não as tinha por ovelhas de seu curral, nem que Cristo se dignaria de as ter por tais”. Por isso, o bispo proibiu a confissão dos nativos por meio de intérpretes e vetou a presença dos indígenas nas igrejas de Salvador, a não ser que estivessem vestidos da cabeça aos pés.

Embora a decisão estivesse em flagrante contradição com o declarado interesse do rei de ver os nativos “convertidos à nossa santa fé católica”, Sardinha não se escusou de defender a tese em carta que escreveu ao monarca, junto com a qual enviou um pequeno tratado teológico por meio do qual “Vossa Alteza verá o quão pouco aparelhados são estes bárbaros para se converterem e [por isso] mais devemos nos ocupar em que não se pervertam os brancos do que se convertam esses negros”.

Vindo da riquíssima Índia, onde já fora acusado de corrupção e desvios de verbas pelo governador de Goa, Garcia de Sá, o bispo teria ficado “mui desgostoso com a pobreza da terra”, conforme disse Nóbrega em carta aos seus superiores. Sardinha então voltou sua atenção exclusivamente para os colonos – e fez dessa relação sua principal fonte de renda, na medida em que tratou de substituir penas eclesiásticas por “penas pecuniárias”. Em outras palavras, o prelado persuadiu muitos dos portugueses estabelecidos no Brasil a pagar pela absolvição de seus pecados – literalmente, e em moeda sonante.

A medida chocou Nóbrega de tal forma que tornou insustentável sua convivência com o bispo. Mas, sendo o respeito à hierarquia o alicerce primordial da fortaleza ideológica que sustentava a Companhia de Jesus, o confronto com uma autoridade eclesiástica superior era opção de todo inconcebível para o jesuíta. Embora a situação o levasse “às lágrimas e ao desespero”, Nóbrega acabou favorecido pelas circunstâncias, pois, em fins de outubro de 1552, surgiu-lhe a chance ideal para se ausentar de Salvador sem que o afastamento parecesse fuga ou recuo.



III

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

No dia 1º de novembro de 1552, com as principais obras públicas da Cidade do Salvador já finalizadas, o governador Tomé de Sousa decidiu zarpar da Bahia para dar início à segunda parte de sua missão no Brasil: vistoriar e “dar ajuda e resguardo” às capitanias espalhadas pela costa, conforme determinava o *Regimento Régio*. Incompatibilizado com o bispo Sardinha, Manuel da Nóbrega concluiu que o melhor a fazer era partir com o governador. E foi o que fez: juntando-se à expedição – constituída pela nau *São João* e pelas caravelas *Leoa* e *Rainha*, abarrotadas com “a gente mais terrível” e “muitas mulheres de má vida”¹ –, Nóbrega deixou a nascente Salvador para trás e seguiu em direção ao Sul.

A viagem realizada pelo governador-geral e pelo líder dos jesuítas ao longo de seis meses oferece uma visão panorâmica do Brasil português meio século depois da descoberta de Cabral. Mesclando as informações fornecidas por Nóbrega e Tomé de Sousa aos relatórios feitos anteriormente pelo ouvidor-geral Pero Borges e pelo provedor-mor Antônio Cardoso de Barros – que de janeiro a outubro de 1550 já haviam percorrido a costa em companhia de Pero de Góis numa primeira vistoria –, é possível estabelecer um quadro razoavelmente preciso da situação em que se encontrava o Brasil meio século após a chegada dos portugueses.

O que se conclui a partir desses registros é que, com exceção da Cidade do Salvador, nascida do nada; da relativamente próspera capitania de Pernambuco, ao norte, e da inquieta São Vicente, ao sul, o restante da costa do Brasil permanecia virtualmente igual ao que Cabral avistara em 1500. Exceto, é claro, nos locais onde os indígenas haviam reduzido a ruínas quase tudo que os portugueses tinham construído e a certos trechos do litoral onde as tribos nativas haviam dado boa acolhida aos franceses que exploravam pau-brasil.

VIAGEM DE TOMÉ DE SOUSA
AO SUL DO BRASIL
1552-1553



Cabe ressaltar, no entanto, que o governador-geral zarpou para o Sul não por opção pessoal, mas simplesmente porque de Salvador para o Norte não havia nada que pudesse fazer: Tomé de Sousa havia sido impedido pelo rei de vistoriar Pernambuco. Ainda assim, aquela capitania, localizada a cerca de 130 léguas (algo como 800 quilômetros) a nordeste da primeira capital do Brasil, era a única na qual o projeto de ocupação por obra da iniciativa privada fora bem-sucedido. A imposição real, que tanto desagradou o governador, configurava uma vitória pessoal do donatário Duarte Coelho.

A NOVA LUSITÂNIA

Cavaleiro da Casa Real, com foros de fidalgo, militar com brilhante folha de serviços prestados no Oriente, primeiro europeu a ter singrado o mar da China e visitado o atual território da Tailândia, além de filho do navegador Gonçalo Coelho (que chefiara as duas primeiras missões de reconhecimento à costa do Brasil, realizadas em 1501-2 e 1503-4), Duarte Coelho havia sido o primeiro donatário a receber uma capitania no Brasil. Em 10 de março de 1534, ele se tornara senhor de Pernambuco – que batizou de Nova Lusitânia.

Seu lote, com 60 léguas (aproximadamente 360 quilômetros) de largura, iniciava-se quase junto à foz do rio Iguaçu, logo abaixo da ponta sul da ilha de Itamaracá, estendendo-se até a foz do São Francisco, atual fronteira entre Alagoas e Sergipe. Era a porção do litoral brasileiro mais facilmente atingível por mar para quem partia de Portugal – o que configurava considerável vantagem estratégica para o donatário.

Após vender todas as suas posses no reino e arregimentar duas centenas de colonos, trazendo também amigos e parentes, entre os quais a esposa, dona Brites de Albuquerque (tida como a primeira mulher da nobreza portuguesa a se transferir para a América), Duarte Coelho zarpou de Lisboa em outubro de 1534. No verão de 1535, depois de fundar a vila de Iguaçu, transferiu-se alguns quilômetros para o sul, instalando-se no topo da colina à beira-mar onde hoje se ergue Olinda, sede da capitania.

Ali, Duarte Coelho fez tudo certo. Primeiro, pacificou e, a seguir, aliou-se aos indígenas da nação Tabajara, dando início ao processo de miscigenação entre colonos e nativos. Beneficiando-se do rico solo de massapê da região, estabeleceu alguns dos primeiros engenhos de açúcar do Brasil, mas combateu o desmatamento e a poluição provocada pelo despejo do bagaço de cana nos rios.



Brasão de Duarte Coelho

Tamanha eficiência não parece ter sido suficiente. Embora tenha descrito suas ações minuciosamente, rogando ajuda e proteção do monarca, Coelho nunca obteve resposta aos seus pedidos nem favores do rei. Suas cartas, sensatas e em tom progressivamente suplicante, forjam um retrato fiel do quadro de desregramento e desrespeito à lei que então imperava no Brasil.

Uma vez desembarcados no novo território, os colonos trazidos por Duarte Coelho mostraram-se dispostos a romper as amarras sociais às quais estavam submetidos em Portugal. O donatário encontrou enormes dificuldades para, em suas palavras, “dar ordem ao sossego e paz à terra”. Sua capitania, como várias outras, era constantemente alvoroçada também pela ação de traficantes portugueses de escravos e de pau-brasil. Além desses (muitos dos quais degredados fugidos de outras capitanias que percorriam a costa em bergantins para prear nativos e retirar pau-brasil), o tráfico ilegal da madeira e as permanentes insurreições indígenas deviam-se à ação dos franceses, contumazes frequentadores daquela porção do litoral e das zonas adjacentes.

Como se seus problemas e a omissão do rei não fossem ameaças sérias o bastante para a estabilidade de seu projeto colonial, em março de 1549 Duarte Coelho foi informado da instituição do Governo-Geral, cujo *Regimento* limitava consideravelmente o poder dos donatários, submetendo-os aos desígnios de Tomé de Sousa. Indignado, o capitão de Pernambuco reagiu com vigor. Em carta ao rei, redigida em abril de 1549, declarou: “Ora, Senhor, pois que eu cá por minha parte trabalho e faço tanto o que devo, não consinta Vossa Alteza bolirem em tais coisas, porque não é tempo para com tal se bolir, mas para acrescentar liberdades e privilégios e não para os diminuir. Peço a V. A. que veja esta minha [carta] e que lhe tome o intento e que sobre essas coisas proveja com brevidade e que me leve em conta minha boa e sã intenção.”

Embora, uma vez mais, não tenha se dignado a responder a Duarte Coelho, D. João III recuou e concedeu ao donatário de Pernambuco a autonomia que ele virtualmente exigia. Isso, porém, só depois de Coelho ter confrontado Antônio Cardoso de Barros e Pero Borges quando, em agosto de 1549, por ordem de Tomé de Sousa, o provedor-mor e o ouvidor-geral desembarcaram em Olinda para uma visita de inspeção. Duarte Coelho simplesmente impediu que os enviados do rei vistoriassem os assuntos da Fazenda e do Judiciário em Pernambuco.

A decisão real não agradou Tomé de Sousa. Tanto que ele ousou criticar a ordem do monarca. Em carta redigida em julho de 1551, o governador-geral disse: “Eu, pelo que Vossa Alteza me tem escrito que não vá lá [a Pernambuco] até vir outro recado seu, torno a dizer a V. A. que os capitães dessas partes merecem muita honra e mercê, e mais que todos Duarte Coelho, sobre que largamente tenho escrito a V. A.; mas não deixar ir Vossa Alteza às suas terras parece-me grande desserviço de Deus, de Vossa consciência e danifícamento de Vossas rendas...”

Manuel da Nóbrega compartilhava da opinião de Tomé de Sousa. Quando eclodiram seus primeiros atritos com o bispo Sardinha, Nóbrega ausentou-se de Salvador com a justificativa de visitar Pernambuco. Tendo partido da Bahia no início do segundo semestre de 1552, chegou a Olinda

em 26 (ou 27) de julho daquele ano. Ao contrário dos interventores régios, foi bem recebido por Duarte Coelho e sua mulher, dona Brites. Obteve deles a igreja da Ajuda, que passou a pertencer à Companhia de Jesus, casou os amancebados e pregou com eloquência e firmeza. Embora tenha ficado satisfeito com a colaboração do donatário, Nóbrega discordava de seus ideais emancipacionistas.

“Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto a fama que têm, e certo creio que por isso não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da Justiça e por isso a jurisdição de toda a costa devia ser de Vossa Alteza”, afirmou o jesuíta em mensagem ao rei. Um dos tantos biógrafos de Nóbrega, José Mariz de Moraes acha que tal posição foi definitiva para a perda de autonomia de Pernambuco. De fato, em julho de 1553, sentindo que seu poder minguava progressivamente, Duarte Coelho viajaria a Lisboa para tratar do assunto em audiência com o rei. Foi recebido com “tão pouca graça e tanta má sombra” pelo soberano que morreu “de nojo, dali a poucos dias”, segundo a tradição preservada por frei Vicente do Salvador.

AS “CAPITANIAS DE CIMA”

O fato de Tomé de Sousa ter sido impedido de vistoriar (e mesmo de visitar) Pernambuco em fins de 1552 ironicamente revelou-se favorável aos franceses. Os cerca de 800 quilômetros que separavam Salvador de Olinda – uma porção do litoral hoje pertencente aos estados de Sergipe e Alagoas – eram muito frequentados pelos chamados “entrelopos”. Eles faziam constantes escalas ali para coletar pau-brasil, especialmente na foz do rio Real (hoje fronteira entre Bahia e Sergipe), no rio Sergipe (localizado defronte à atual Aracaju) e na ponta do Francês, nos arredores da futura Maceió. Os franceses também marcavam presença ao norte de Olinda, em várias enseadas do litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, principalmente junto à foz do rio Potengi (às margens do qual, em 1597, os portugueses fundariam a cidade de Natal).

Para complicar ainda mais as coisas, apenas 8 léguas (ou cerca de 48 quilômetros) ao norte de Olinda iniciava-se a capitania de Itamaracá, que pertencia a Pero Lopes de Sousa, irmão mais moço de Martim Afonso. Como ali as tentativas de colonização tinham redundado em fracasso, reinava a desordem na ilha, que havia sido um dos pontos favoritos dos franceses e, depois de sua expulsão em 1531, tornara-se valhacouto de traficantes portugueses de pau-brasil, que causavam uma série de distúrbios a Duarte Coelho. A visita do rígido Tomé de Sousa à região poderia ter evitado dissabores à Coroa e ao próprio donatário de Pernambuco.



De Itamaracá para cima havia outras quatro capitanias. Aqueles remotos lotes do Norte – Ceará, Piauí e Maranhão (dividido em dois) – eram quase inatingíveis por mar para quem partia de Portugal. Isso porque os cabos de São Roque e do Calcanhar, ambos no Rio Grande do Norte, estabelecem o lugar onde, a aproximadamente 5 graus de latitude sul, o litoral brasileiro faz uma grande curva, mudando a direção geral da costa do sentido oeste-leste para leste-oeste. Toda aquela perigosíssima zona litorânea era, por isso mesmo, chamada de costa leste-oeste.

Embora as condições de navegabilidade fossem terríveis, as “capitanias de cima” haviam sido doadas aos mais ricos e poderosos donatários, todos funcionários do Tesouro Régio, entre os quais Fernão d’Álvares de Andrade (um dos “pais” do Governo-Geral, como já se viu) e o agora provedor-mor do Brasil, Antônio Cardoso de Barros. Por que homens daquela importância, diretamente ligados ao rei, tinham sido agraciados com lotes tão problemáticos? Porque os portugueses estavam convictos de que, pela via do rio Amazonas (então chamado de Maranhão), poderiam chegar ao Peru – uma fonte virtualmente inesgotável de ouro e prata.

Unindo esforços e fortunas, os donatários, coligados, tinham armado uma grande expedição para a colonização do Maranhão em 1536. Mas a resistência dos indígenas, as correntes traiçoeiras e as inúmeras armadilhas de uma costa baixa e arenosa transformaram a iniciativa em novo capítulo da história trágico-marítima dos portugueses pelos mares do mundo. O próprio Tomé de Sousa, convencido de que o Brasil e o Peru eram “uma mesma coisa”, também enviara expedição para vistoriar a região em 1550. Como as anteriores, a missão, comandada por Miguel Henriques, desapareceu sem deixar vestígios.

E assim, naquele novembro de 1552, impedido de vistoriar Pernambuco e sabedor dos perigos marítimos que haviam deixado as “capitanias de cima” abandonadas, a Tomé de Sousa só restava uma opção: zarpar para o Sul e vistoriar as “capitanias de baixo”. Foi o que ele fez.

EM ILHÉUS

A data exata em que a esquadra do governador-geral ergueu âncoras e deixou para trás a modesta silhueta urbana de Salvador ainda é discutida. Tudo indica, porém, que a partida deu-se em 1º de novembro de 1552. O certo é que, na primeira semana daquele mês, a expedição chegava sem maiores contratempos à vizinha capitania de Ilhéus. Aquele lote havia sido doado ao escrivão da Fazenda Real Jorge de Figueiredo Correia. Com 50 léguas (cerca de 300 quilômetros) de extensão, a capitania iniciava-se logo

abaixo da ponta sul da ilha de Itaparica, prolongando-se até a foz do rio Poxim, nas proximidades da ilha de Comandatuba.

Desde os primórdios da colonização, os portugueses perceberam que as terras de Ilhéus eram ideais para a produção de açúcar. Embora fosse rico, Correia buscou parcerias para implantar a lavoura canavieira em seus domínios. Doou sesmarias ao poderoso Fernão d'Álvares de Andrade, ao desembargador Mem de Sá (futuro governador-geral do Brasil, terceiro a ocupar o cargo) e ao opulento banqueiro Luca Giraldi, florentino radicado em Lisboa.

A chegada da indústria do açúcar em Ilhéus coincidiu com a eclosão dos conflitos com os indígenas. Como o mesmo se repetiu em outras capitanias, é lícito estabelecer uma ligação de causa e efeito entre a implantação daquela lavoura e a revolta dos nativos. Para azar de Jorge de Figueiredo, além dos aguerridos Tupinambá, os arredores de Ilhéus eram ocupados pelos temíveis Aimoré. Especialistas na guerra de guerrilhas, os Aimoré passaram a enfrentar os recém-chegados no início da década de 1540. Em pouco tempo, os oito engenhos instalados em Ilhéus estavam destruídos e seus quase quatrocentos habitantes haviam batido em retirada ou estavam dispersos pela costa.

As desordens e a devastação da capitania eram fruto também de conflitos internos e da imprevidência dos portugueses. Homem com “experimentada fé no poder do dinheiro”,² Figueiredo jamais cogitara “trocar as comodidades da corte pelos azares e trabalhos do governo de sua remota capitania”, como bem observou o historiador Pedro de Azevedo. Em seu lugar, como locotenente, o donatário enviara o castelhano Francisco Romero, que, embora fosse “bom homem”, não estava qualificado “para ter mando de Justiça porque é ignorante e muito pobre, o que muitas vezes faz fazer aos homens o que não devem”, segundo o depoimento do ouvidor-geral Pero Borges, que havia vistoriado a capitania de Ilhéus no início de 1550.

Devido aos desmandos e decisões arbitrárias de Romero, os colonos haviam se revoltado contra ele e, baseados em suas supostas heresias, o

tinham enviado a ferros para o reino em 1540. O castelhano chegou a ser encarcerado na temível Cadeia do Limoeiro, mas, graças ao prestígio de Jorge de Figueiredo junto ao rei, foi logo libertado. Em 1541, o donatário imprudentemente determinou que Romero retornasse para Ilhéus, onde passou a desempenhar também funções de ouvidor.

Não chega a ser surpresa, portanto, que, ao inspecionar a capitania por ordem de Tomé de Sousa, Pero Borges deparasse com uma situação caótica, inflamada por infundáveis querelas e conflitos insolúveis entre os colonos. Escrevendo ao rei em 7 de fevereiro de 1550, Borges fez um relato perturbador da situação de Ilhéus, terra que, conforme ele, estava “desamparada de justiça” e na qual imperava “uma pública ladroíce e grande malícia”.

Degredados, “analfabetos e desorelhados” serviam como escrivães e tabeliães. Mesmo sem saber ler ou escrever, sem ter prestado juramento nem possuir regimentos ou livros de querelas, os condenados proferiam “muitas sentenças sem ordem nem justiça, que, se se executam, têm na execução muito maiores desordens”. Apesar de ter “firmado, em quatro dias, as pazes” entre Romero e seus desafetos, Pero Borges sabia que a situação não iria melhorar enquanto o rei não enviasse “bons letrados” para desempenhar as principais funções públicas.

O ouvidor-geral achou ainda que havia gente demais para cargos de menos: “Só nesta vila que nem tem cem vizinhos, há quatro tabeliães, dois inquiridores, um juiz de órfãos e outros oficiais.” Borges destituiu quase todos, mantendo apenas um juiz e um ouvidor. Ao rei, justificou a decisão dizendo: “Creia Vossa Alteza que muitos oficiais causam muitas demandas, as mais delas desnecessárias.”

Na opinião de Pero Borges, ainda mais grave era o fato de Ilhéus ter se transformado em um núcleo de escravagistas, que dali partiam a bordo de bergantins e caravelões com o propósito de prear indígenas em outras capitanias. Para o ouvidor-geral, “a causa que principalmente faz a esses gentios fazer guerra aos cristãos” era exatamente “os saltos [assaltos] que os navios que por essa costa andam fazem neles”.

Borges estava certo. Havia sido exatamente de Ilhéus que, em meados de 1548, partira um certo Martim Vaz que, em companhia de um navio de São Vicente comandado pelo genovês Pascoal Fernandes, dirigira-se até Jurerêmirim (nome com o qual os nativos designavam a ilha de Santa Catarina) e à laguna de Viaça (atual Laguna, SC) para lá capturar os amistosos Carijó – tidos como “o melhor gentio da costa”.

Aprisionados por eles, cerca de cinquenta Carijó chegaram à Bahia no início de 1549, sendo vendidos aos senhores de engenho de Salvador. O padre Nóbrega conseguiu libertar aqueles nativos e os enviou de volta ao Sul, acompanhados do padre Leonardo Nunes. Convencido de que a catequização dos Carijó – que não praticavam a antropofagia e eram afeitos ao trabalho agrícola – seria muito mais fácil do que a de qualquer outra nação indígena do Brasil, Nóbrega mais tarde decidiria partir ele próprio para São Vicente.

O episódio envolvendo os Carijó esteve longe de ser o único, ou o mais rumoroso, dos casos de escravização ilegal de nativos perpetrados por portugueses que partiam de Ilhéus. Durante sua estada naquela capitania, Pero Borges viu-se forçado a se embrenhar em matas virgens e serras bravias para prender um tal Henrique Luís de Espina. Seis ou sete anos antes – por volta de 1543, portanto –, aquele homem, também castelhano, tinha saído de Ilhéus em direção à capitania de São Tomé (na atual região de Campos, no norte fluminense) e lá capturara um líder tribal Goitacá, exigindo resgate para libertá-lo. Embora os nativos tivessem pago o butim exigido, Espina não somente deixou de cumprir sua parte no trato como entregou o “cacique” a uma tribo rival, “que o comeu”.³ A infâmia provocou uma insurreição generalizada, que redundou na devastação do lote que, desde 1536, pertencia a Pero de Góis.

Pero Borges também encontrou refugiado em Ilhéus o padre João Bezerra, o “grão ribaldo”, que, munido de um alvará falso, havia destituído Francisco Pereira Coutinho do cargo de donatário da Bahia em 1546 e mais tarde tomou parte em uma conspiração para derrubar o donatário de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho. Pero Borges não prendeu Bezerra, “por

ser ele clérigo de missa”, embora aquele homem tivesse sido responsável por gravíssimos distúrbios em três capitanias.

Borges não só deixou Bezerra em liberdade como soltou outros presos. Ele explicou sua atitude ao rei dizendo: “Em lugares tão alongados [distantes] quanto esse, que estão de contínuo em guerra, em nenhuma coisa se aproveitam os homens presos, senão que eles não servem [não prestam serviços] e [ainda] ocupam quem os guarda.” O ouvidor-geral defendia a tese de que as *Ordenações* do reino deveriam ser abrandadas na colônia, pois haviam sido feitas “sem haver respeito aos moradores dela”.

Quando Tomé de Sousa e Manuel da Nóbrega chegaram a Ilhéus, na primeira semana de novembro de 1552, fazia dois anos que o donatário Jorge de Figueiredo havia morrido. Depois de intensa batalha judicial entre seus filhos, a capitania pertencia a Jerônimo de Alarcão de Figueiredo, embora não fosse o primogênito. O locotenente Francisco Romero também não estava mais lá. Havia sido substituído por um certo Francisco Raposo. O governador-geral achou que aquele não era “um homem bom” para comandar os destinos de Ilhéus, por “ser cristão-novo e acusado pela Santa Inquisição e não servir para o tal cargo de modo algum”.⁴ Tomé de Sousa destituiu-o do posto, nomeando João Gonçalves Drummond (ou Dormundo), “homem honrado e abastado, de boa casta, fidalgo da cota de armas”, nascido na ilha da Madeira.

O governador também mandou reconstruir e proteger os engenhos com cercas de taipa e “tranqueiras de pau a pique”, determinou o erguimento de um pelourinho e a construção de novas “salas de audiência”, deixou algumas peças de artilharia sob a responsabilidade dos almoxarifes, bem como determinou aos senhores de engenho que adquirissem outras – tudo conforme as determinações do *Regimento*. Em carta que enviou mais tarde para o rei, Tomé de Sousa considerou aquela capitania “a melhor coisa dessa costa para fazendas e a que mais agora rende para Vossa Alteza”.

EM PORTO SEGURO

[illegible]

CAPITANIA DE PORTO SE:
CYRO

As opiniões supostamente anticlericais de Tourinho foram a justificativa de seus subordinados para iniciar um movimento contra ele. No dia 24 de novembro de 1546, o donatário de Porto Seguro foi preso pelos revoltosos na própria casa. Na semana seguinte, o padre francês Bernard de Aurejac iniciou o “julgamento” do capitão. O famigerado clérigo João Bezerra participou da conspiração e tomou parte no júri. Acusado de heresia, Tourinho foi considerado culpado no desfecho de um processo espúrio. Em fevereiro de 1547, enviaram-no a ferros para Portugal, direto para o Tribunal do Santo Ofício. Em junho daquele ano, Tourinho já se encontrava em Lisboa, em prisão domiciliar, em sua casa na rua do Poço. Lá permaneceu até 8 de outubro de 1550, quando começou a ser interrogado pelos inquisidores. Foi inocentado, mas jamais retornou ao Brasil. Tourinho morreria em outubro de 1553, praticamente na miséria.

Em fevereiro de 1550, Pero Borges e Antônio Cardoso de Barros tinham desembarcado em Porto Seguro, vindos de Ilhéus, para vistoriar a capitania, então sob o comando de André do Campo, o primogênito de Tourinho (e que teria sido um dos principais articulares da destituição do próprio pai). Pouco depois de chegar à capitania, Borges enviou carta para o rei D. João III na qual pintou um quadro tão inquietante quanto o que avistara em outras capitanias: também em Porto Seguro tudo era desordem, desmandos e despreparo.

Como já fizera em Ilhéus, e tornaria a fazer em São Vicente, Borges tratou de ordenar os assuntos judiciais, regularizar as práticas burocráticas, combater atitudes abusivas dos tabeliães e diminuir o número de oficiais do Conselho. Cardoso de Barros incumbiu-se de organizar as provedorias, alfândegas e almoxarifados, colocando homens de sua confiança no comando daquelas repartições. O provedor-mor e o ouvidor-geral tentavam conceder assim ao menos um verniz de ordem fiscal e judiciária às “capitanias de baixo”.

A “conquista espiritual” daquela porção do Brasil também já havia se iniciado com a chegada dos jesuítas. Enviado por Nóbrega, o padre Azpilcueta Navarro tinha desembarcado em Porto Seguro no primeiro

semestre de 1549. Instalara-se no Arraial da Ajuda, cruzando o rio Bunharém, que deságua no oceano junto ao sopé da colina onde Pero do Campo erguera a vila de Porto Seguro.

Ali, Navarro encontrou colonos que falavam fluentemente o tupi (os chamados “línguas”). Alguns historiadores supõem que fossem remanescentes das primeiras expedições ao Brasil, talvez até membros da esquadra de Cabral, e que, portanto, já viviam na colônia havia meio século. Com a ajuda deles, Navarro estabeleceu uma missão nos arredores de uma fonte tida como milagrosa, cujas águas jorravam – e jorram ainda – das fraldas da colina sobre a qual fica o Arraial da Ajuda.

“Nessa capitania”, escreveu o jesuíta a seus superiores, “encontrei um homem, antigo na terra, que tinha o dom de escrever a língua dos índios, que foi para mim grande consolação e assim o mais do tempo gastava em lhe dar sermões do Testamento Velho e Novo e artigos da fé para os transcrever na língua da terra.” Fora isso, o resto era puro desconsolo para Navarro: “As gentes aqui estavam e estão no sono do pecado, somente com o nome de cristãos, embebidos em malquerenças, metidos em demandas, envoltos em torpezas e sujidades publicamente, o que tudo me causava uma tibieza e pouca fé e esperança de poder-se aqui fazer algum fruto.”⁷

Pouco se sabe sobre a estada de Tomé de Sousa e Manuel da Nóbrega em Porto Seguro, onde desembarcaram em 27 de novembro de 1552. É provável que o governador tenha determinado, como fez em todas as capitanias, a construção de paliçadas e tranqueiras, vistoriado as contas da Fazenda e solucionado polêmicas judiciais. Nóbrega, por seu turno, pregou aos colonos, insistiu para que os amancebados casassem com suas concubinas e determinou que Navarro perseverasse em sua missão, como o próprio Navarro relatou ao provincial da ordem em Portugal.

NO ESPÍRITO SANTO

No dia 12 de dezembro, após uma navegação complicada devido a um traiçoeiro conjunto de recifes, os perigosíssimos Abrolhos (aglutinação de

“Abra os olhos”), a esquadra chegou à capitania do Espírito Santo. Lá viviam cerca de 150 colonos, instalados no vilarejo de Vitória, para onde haviam se transferido cerca de um ano antes, depois de abandonar, em setembro de 1551, a Vila Velha, que ficava a uns 8 quilômetros dali, também no interior da baía de Vitória.

Aquela era mais uma capitania problemática, em especial por causa do comportamento de seu donatário, Vasco Coutinho. Tão grave era a situação que o próprio *Regimento* determinara explicitamente a Tomé de Sousa: “Porque a [capitania] do Espírito Santo, que é de Vasco Fernandes Coutinho, está alevantada, ireis a ela com a maior brevidade que pudeses.”

Quando o governador enfim chegou, três anos e meio após desembarcar no Brasil, quase tudo o que Coutinho construía já havia sido destruído pelos indígenas e os colonos viviam acuados atrás das “tranqueiras” da vila. Desesperado, o donatário abandonara sua capitania, retornando a Portugal. Quando esteve por lá, tanto na viagem de ida quanto na volta (em maio de 1553), Tomé de Sousa não o encontrou. Ao retornar a Salvador, o governador relataria ao rei: “O Espírito Santo é a melhor capitania e a mais abastada que há nesta costa, mas está tão perdida como o capitão dela, que é Vasco Fernandes Coutinho. Eu a provi o melhor que pude, mas Vossa Alteza deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se venha para ela e isto com toda brevidade.”

AO LARGO DE SÃO TOMÉ

Partindo do Espírito Santo pouco antes do Natal de 1552, a expedição do governador passou ao largo de São Tomé, sem fazer escala na capitania que pertencia a Pero de Góis, então capitão da costa do Brasil e um dos chefes da esquadra. Góis era o mais jovem e o menos abonado dentre os donatários do Brasil. Talvez por isso tenha recebido, em fevereiro de 1536, um lote impróprio, que, além de não possuir portos naturais, era habitado pelos Goitacá, um aguerrido e indômito grupo indígena que, como os Aimoré, não pertencia à grande nação Tupi.

Apesar das condições adversas, Pero de Góis bem que tentou ocupar sua possessão, fundando duas vilas e estabelecendo engenhos de açúcar. Mas, no início de 1546, quando ele se achava em Lisboa tentando obter financiamento para seus projetos, o traficante de escravos Henrique Luís de Espina havia partido de Ilhéus, raptado um chefe tribal Goitacá e, embora os nativos tivessem pago o resgate exigido, ele o entregara a uma tribo inimiga que, como já foi dito, o matou e comeu. O episódio precipitou a insurreição dos Goitacá – e tudo o que Pero de Góis construía ao longo de mais de uma década foi devastado.

Em carta dramática enviada ao rei em abril de 1546, Góis relatou a tragédia: “Por causa de Henrique Luís, os índios se levantaram todos, dizendo de nós muitos males e que não se fiavam mais de nós, que não mantínhamos a verdade, e se vieram logo (...) e mataram a gente e queimaram os canaviais todos e tomaram toda quanta artilharia havia, deixando tudo estroído (*sic*). Do mar onde eu estava, via tudo estroído, com o gentio pronto para me matar, como a toda minha gente, e perdi 25 homens, dos melhores que eu tinha, e fiquei com um olho perdido, de que não vejo, e bem assim perdidos 15 anos em esta terra.”⁸

Pero de Góis de fato perdeu muito em São Tomé. Mas é possível que também tenha ganho algo: seu malogro parece ter comovido o rei D. João III, que em novembro de 1548 o fez capitão da costa do Brasil, com o salário de 200 mil reais por ano. De todo modo, a devastação que atingiu sua capitania foi tão completa que o capitão e o governador sequer se arriscaram a fazer escala ali. A esquadra, por isso, seguiu em direção a São Vicente, seu destino final.

PONTO-CHAVE AO SUL

Ao sul da foz do rio Macaé, que marcava o limite meridional do lote de Pero de Góis, havia outras quatro capitanias, mas apenas São Vicente estava ocupada. As quatro pertenciam aos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, primos-irmãos tanto do governador-geral Tomé de Sousa como do poderoso conde da Castanheira, D. Antônio de Ataíde.

O lote do Rio de Janeiro, doado a Martim Afonso em dezembro de 1533 (como o segundo quinhão da capitania de São Vicente), começava na foz do Macaé e, com 55 léguas (aproximadamente 380 quilômetros) de largura, prolongava-se até a foz do rio Juqueriquerê, que desce das fraldas da serra do Mar e se despeja no Atlântico na baía de Caraguatatuba (SP). Da margem direita do Juqueriquerê até o canal de Bertioga ficava a diminuta capitania de Santo Amaro, que pertencia ao irmão mais moço de Martim Afonso, Pero Lopes. Do canal de Bertioga até a ilha do Mel (no litoral do Paraná) localizava-se São Vicente, a segunda capitania doada a Martim Afonso.

Da ilha do Mel até Laguna (SC), ficava Sant'Ana, o lote mais austral do Brasil, pertencente a Pero Lopes, mas que, por uma série de circunstâncias – geográficas, náuticas, históricas e políticas –, foi deixado em completo abandono. Além das dificuldades impostas pelas manhas do oceano e pelas caprichosas reentrâncias da costa, a capitania de Sant'Ana situava-se em território pertencente à Espanha, já que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 (seis anos antes do descobrimento oficial do Brasil, portanto), as possessões portuguesas na América terminavam em Cananeia, no litoral sul de São Paulo, a 25 graus de latitude sul e a cerca de 220 quilômetros de São Vicente (*veja mapa a seguir*).



A região que ia de Cabo Frio (RJ) até Laguna (SC) configurava um trecho estratégico do litoral brasileiro. Ali se confrontavam os limites entre os territórios de Portugal e Espanha no Novo Mundo. Ali ficavam “as portas de entrada para o sertão”, ou seja, os vários locais da costa a partir dos quais se podia atingir o Peru por terra e de onde, pelas mesmas trilhas indígenas, era mais fácil chegar a Assunção – vilarejo que, após a destruição e abandono de Buenos Aires, os espanhóis haviam fundado no Paraguai, em 1537. Ali se encontravam também as fronteiras dos territórios tribais de três grupos indígenas rivais entre si: Tamoio, Tupiniquim e Carijó. Fermentando esse coquetel de ingredientes geopolíticos, aquela era a porção da costa onde os franceses estavam começando a se instalar após a virtual expulsão da Bahia e de Pernambuco, pois nos arredores de Cabo Frio havia muito pau-brasil.

A impactante carta que o colono Luís de Góis, irmão do capitão Pero de Góis, enviara ao rei em maio de 1548 – e que a historiografia oficial aponta como estopim para a instituição do Governo-Geral – já ressaltava essa circunstância. Caso se estabelecessem na área, como temia Luís de Góis, os franceses não só iriam dispor de uma base a partir da qual poderiam se lançar em direção ao Atlântico Sul, e eventualmente dobrar o cabo da Boa

Esperança rumo à Índia, como obteriam um enclave entre Salvador e São Vicente – o que, na prática, significava dividir ao meio o Brasil português.

As condições para que tal projeto se concretizasse tornaram-se ainda mais factíveis depois de os franceses firmarem com os Tamoio de Cabo Frio e do Rio de Janeiro uma aliança tão sólida quanto a que já os unira aos Potiguar e aos Caeté no Nordeste. O acordo foi estabelecido com facilidade porque os Tamoio eram inimigos implacáveis dos Tupiniquim, que viviam na Baixada Santista e haviam se aliado aos portugueses. O território sob ancestral domínio Tamoio estendia-se ao longo de toda a capitania do Rio de Janeiro, que Martim Afonso havia deixado abandonada, embora ela possuísse pelo menos quatro portos naturais facilmente colonizáveis: a zona ao redor de Cabo Frio, a baía de Angra dos Reis, a ilha de São Sebastião e a esplêndida baía de Guanabara.

As evidências de que a presença dos franceses se tornava cada vez mais frequente na região não se resumem à carta enviada por Luís de Góis, segundo a qual pelo menos “sete ou oito naus francesas” vinham à região a cada ano e, por isso, já não havia “navio português que ousasse visitar São Vicente, pois muitos têm sido tomados pelos franceses”. Vários outros registros documentais comprovam a afirmação. Em 1549, uma nau carregada de açúcar, pertencente a Francisco de Barros de Azevedo, havia partido de São Vicente, sendo atacada e queimada pelos corsários normandos nos arredores da Guanabara. No ano seguinte, o mesmo sucedera à nau de Jorge de Melo, filho do donatário do Espírito Santo, Vasco Coutinho. Em carta ao rei, enviada em 30 de abril de 1551, na qual relatava sua viagem de inspeção a São Vicente, o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros também afirmou que aquela porção da costa estava “infestada de franceses”.

O depoimento mais contundente, porém, foi dado pelo próprio homem incumbido de expulsar os invasores: o capitão Pero de Góis. Em agosto de 1550, quando retornava da primeira viagem de vistoria da costa em companhia de Pero Borges e Antônio Cardoso de Barros, Góis constatou com os próprios olhos quão constante era a presença francesa entre o Rio e

Cabo Frio. Primeiro, ao entrar na baía de Guanabara, “onde eles [os franceses] agora mais carregam [seus navios] e onde não mais se ousa ir”, Góis encontrou e prendeu dois marinheiros normandos que haviam sido deixados em terra para comprar e estocar pau-brasil. A seguir, informado da presença de um navio inimigo em Cabo Frio, dirigiu-se para lá, onde efetivamente deparou com “um galeão francês muito grande, passante de 200 tonéis”.

O capitão da costa do Brasil bem que tentou combatê-lo, mas o que se passou “é vergonha dizê-lo e muito maior afronta a quem o viu”, pois, mesmo “andando à fala com eles” (ou seja, tão próximo do inimigo que poderia falar com ele), “nunca houve um homem meu que em mais de cinquenta tiros de fogo pudesse meter um pelouro dentro, sendo o galeão uma torre, e [eles] diziam e juravam que por força os fizeram vir para o Brasil, e que nunca em sua vida entraram no mar nem usaram de bombadeiros”.⁹ Os franceses, como é fácil supor, fugiram com o navio repleto de pau-brasil.

Na mesma carta, Pero de Góis apressou-se em se eximir de qualquer culpa “caso suceda alguma coisa contra o serviço de Vossa Alteza, por tão mal afiada andar a armada ou por não limpar esta costa que com eles [os franceses] tão suja anda”. Contando apenas com navios pequenos e sem manutenção e com artilheiros incapazes de acertar o alvo, a armada da costa “pouco nojo” poderia causar aos franceses, “que bem seguros podem vir a esta terra, como vêm”.

NO RIO DE JANEIRO

Menos de dois anos após a carta, redigida em Salvador em 29 de abril de 1551, lá estava Pero de Góis de volta à região onde não pudera capturar os franceses. Deixando para trás a capitania de São Tomé e cruzando o Cabo Frio, ele conduziu a frota do governador em direção à baía de Guanabara. Era o início de janeiro de 1553 e, como a maioria dos visitantes antes e depois dele, Tomé de Sousa extasiou-se com o espetáculo natural que se descortinou. Aquele anfiteatro natural – um colar de morros

graníticos rodeando uma vasta baía, recôndita e protegida, pontilhada de ilhas e praias – parece ter inspirado o governador. Tanto que, embora se julgasse “mal esférico e pior cosmógrafo”, arriscou-se a fazer “um debuxo” (desenho) de próprio punho da baía e o enviou ao rei, disposto a convencê-lo de que era preciso, sem “transpasso”, fortificar e povoar o Rio de Janeiro.

Eis o trecho da carta, redigida em Salvador em 1º de junho de 1553: “Eu entrei no Rio de Janeiro, que está nesta costa na capitania de Martim Afonso. Mando um debuxo dela a Vossa Alteza, mas tudo é graça o que dela se pode dizer. Se não que pinte quem quiser como deseje um Rio, isso tem este de Janeiro. Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa porque nesta costa já não há rio em que entrem franceses senão neste (...) e não ponha V. A. isso em transpasso porque além de ser necessário para o que digo, deveria V. A. ali ter outro ouvidor-geral porque [a região] está em passagem para toda a costa (...). E se não fiz fortaleza este ano no dito Rio foi porque não o pude fazer, por ter pouca gente e não me parecer siso desarmar-me por tantas partes.”

Tomé de Sousa não revelou mais detalhes de sua permanência no Rio, mas, graças à carta de um “irmão menor” (ou seja, um dos colonos de Salvador que Nóbrega havia aceito na ordem), é possível reconstituir os acontecimentos que se desenrolaram na Guanabara naquele verão de 1553. De acordo com o relato, redescoberto na década de 1950 pelo padre Serafim Leite, “faziam tão grandes calores” que muitos homens caíram doentes. “Pela graça de Deus não morreu nenhum”, mas “os padres tiveram grande trabalho em consolá-los e confessá-los”. A situação se tornou ainda mais difícil porque nem os doentes nem nenhum outro integrante da expedição pôde desembarcar dos navios: “Aqui, não saiu a gente em terra porque os índios [Tamoio] estão muito mal com os brancos [portugueses].”¹⁰

A frota do governador decidiu assim penetrar na baía de Guanabara – ou seguir “rio acima”, como diz a carta – “para umas aldeias de uns índios que são amigos dos brancos”. Esses nativos, aliados dos portugueses em pleno território Tamoio, eram os Temiminó. Viviam na ilha de Paranapuã,

mais tarde chamada de ilha do Governador, localizada no fundo da baía. Os Temiminó eram cerca de 8 mil homens, liderados pelos “principais” Maracajaguaçu (o “Gato grande”) e por Arariboia (“Cobra feroz”). Antigos adversários dos Tamoio – que eram cerca de 25 mil guerreiros apenas nos arredores da Guanabara –, eles ocupavam a ilha de Paranapuã (também chamada de ilha do Gato) como um pequeno enclave. Deve ter sido por isso que receberam tão bem os portugueses – até porque há indícios de que já o faziam desde 1503 (*leia nota a seguir*).

A ILHA DO GATO

O historiador Fernando Lourenço Fernandes, baseado em longa pesquisa, argumenta que o primeiro estabelecimento lusitano no Brasil – a chamada “feitoria do Cabo Frio”, erguida em 1503 sob a coordenação de Américo Vespúcio – não ficava no cabo Frio propriamente dito, mas na ilha do Governador. Aquele entreposto para o recolhimento de pau-brasil foi mantido pelo menos até 1511. A feitoria teria sido destruída pelos indígenas (provavelmente os Tamoio) por volta de 1514. Passado meio século do misterioso episódio que resultou no abandono do fortim, a ilha de Paranapuã – ou ilha do Gato – continuava o único ponto relativamente seguro no qual os portugueses podiam fazer escala em toda a porção de litoral que ia do Espírito Santo até São Vicente.

Rio um ano e meio depois da carta de Sousa – e sua expulsão só se concretizaria dez anos mais tarde, a muito custo e com muito sangue.

Após a escala na ilha do Governador, a frota ergueu âncoras e fez uma nova escala, dessa vez na encantadora Angra dos Reis, baía visitada pela primeira vez cinquenta anos antes por Américo Vespúcio – que ali julgou estar nas cercanias do paraíso terrestre. Tomé de Sousa também parece ter se agrado da região, pois em carta ao rei disse que Pero de Góis daria “larga informação” sobre aquela zona. Mas como tal carta não foi escrita ou se perdeu, o único relato existente sobre a passagem da expedição por lá é a missiva do já citado jesuíta anônimo. “Viemos a um lugar chamado Angra dos Reis”, diz a carta, “aonde não saiu a gente senão a uma ilha despovoada a tomar água, onde o padre Nóbrega adoeceu e foi sangrado duas vezes, porque eram muito grandes os calores. Também adoeceu o outro padre [Francisco Pires], mas pela graça do Senhor se achou bem.”

VISÃO GERAL DE SÃO VICENTE

Então, na segunda semana de janeiro de 1553, a expedição de Tomé de Sousa enfim chegou a São Vicente, quase três meses depois de ter partido de Salvador. Localizado a cerca de 220 quilômetros de Cananeia – onde passava a linha divisória de Tordesilhas –, aquele era o último posto fronteiriço do Brasil, o extremo sul da América portuguesa. Tratava-se, evidentemente, de um local estratégico para a consolidação do projeto lusitano de ocupação do espaço atlântico, não só por causa das questões fronteiriças com a Espanha e do progressivo assédio dos franceses, mas também porque era preciso manter a qualquer custo a aliança com os Tupiniquim, o único grupo indígena que ainda mantinha boas relações com os portugueses no Sul do Brasil.

São Vicente era uma terra de caçadores de escravos, que agiam à margem da lei e da ordem. Antes mesmo da fundação oficial, obra de Martim Afonso em 1532, São Vicente já era conhecido como Porto dos Escravos. Dois homens de passado nebuloso – os legendários João Ramalho e o Bacharel de Cananeia – eram responsáveis por aquela fama. Instalados

desde antes de 1509 na Baixada Santista, ou na serra contígua a ela, ambos forneciam cativos indígenas às expedições que cruzavam pela região em busca das fabulosas riquezas do Prata. Em troca, recebiam ferramentas e bens de consumo europeus. Tal comércio se revelara sólido e rentável.

São Vicente também era o ponto onde se confrontavam três vertentes distintas do processo de colonização lusitano: o sonho (de aventureiros portugueses e também espanhóis) de descobrir minas de ouro e de prata a partir do Sul do Brasil; o local onde os primeiros engenhos e lavouras de cana foram instalados na América portuguesa; e o polo inicial da escravização dos indígenas. Justamente por isso, o vilarejo, além de atrair portugueses, fervilhava de estrangeiros: os irmãos Adorno, genoveses fugidos de um confronto com o papa; os alemães Heliodoro Eobano Hesse e Pedro Rösel, o inglês John Whithall, o holandês Johann van Hielst (conhecido como João Vaniste) e vários espanhóis fugidos de Buenos Aires ou de Assunção viviam ali. Eram homens temerários e ousados, de poucos escrúpulos e imensa determinação (*leia nota a seguir*).

OS IRMÃOS GENOVESES

Os irmãos Adorno (Antônio, José, Diogo, Paulo e Rafael) figuram entre os introdutores da indústria do açúcar em São Vicente. Fidalgos genoveses, eram membros de uma família ligada ao Partido Gibelino, que travou uma luta contra os Estados Papais. Em 1528, os Adorno foram expulsos de Gênova. Vários integrantes da família se transferiram para a ilha da Madeira, que pertencia a Portugal. Lá instalaram engenhos de açúcar. Em 1530, os cinco irmãos uniram-se à frota de Martim Afonso e decidiram se estabelecer em São Vicente. José Adorno, tido como “homem violento, de costumes dissolutos”, foi para Santos. Ali estabeleceu um dos primeiros engenhos do Brasil. Antônio Adorno tornou-se alcaide-mor da vizinha Bertioxa, enquanto Paulo Dias Adorno fugiu para a Bahia após matar um homem. Lá se casou com uma das filhas de Caramuru e virou assessor do governador-geral Tomé de Sousa.



A maior parte dos europeus que vivia em São Vicente no início de 1553 estava lá havia mais de vinte anos. Eram integrantes da armada de Martim Afonso de Sousa, que ali chegara em janeiro de 1532. Ao contrário do dono da capitania, que pouco se interessou pelo Brasil, uma vez que seu olhar estava voltado para as riquezas da Índia, vários de seus subordinados decidiram se instalar na Baixada Santista. Muitos estavam convictos da veracidade das lendas indígenas sobre o Rei Branco e a serra da Prata – e sabiam que o caminho para lá se iniciava na serra acima de São Vicente.

Embora tanto o Império Inca quanto a prata de Potosí já tivessem sido descobertos e conquistados pelos espanhóis, em 1539 e 1545, os portugueses de São Vicente ainda alimentavam esperanças de encontrar riquezas semelhantes, até porque não estavam convictos de que o Rei Branco e a serra da Prata das lendas fossem, respectivamente, o Inca e a fabulosa mina de Potosí. A rede de trilhas indígenas que partia de São Vicente em direção ao planalto e de lá mergulhava nos mistérios do oeste funcionava como estímulo permanente para os colonos instalados na Baixada Santista.

A ESCRAVIZAÇÃO DOS CARIJÓ

Mesmo sem demonstrar grande entusiasmo por sua capitania, Martim Afonso instalou em São Vicente o Engenho do Governador por volta de 1541, em parceria com Johann van Hielst, especialista na construção de moinhos hidráulicos. Com o sucesso do empreendimento, outros alemães se transferiram para o Sul do Brasil, entre eles o feitor do estabelecimento, Pedro Rösel, que lá chegou em 1546. Em 1550, Martim Afonso vendeu suas cotas no negócio para o alemão Erasmo Schetz, um investidor estabelecido em Antuérpia, que manteve a associação com Van Hielst e ergueu mais um engenho.

Esses dois estabelecimentos pioneiros, bem como os que surgiram em sua esteira, funcionavam à base do trabalho dos Carijó, inimigos ancestrais dos Tupiniquim e que eram capturados no litoral de Santa Catarina ou no interior do Paraná para trabalhar como escravos em São Vicente. A chegada dos jesuítas à capitania de Martim Afonso faria eclodir um longo conflito entre padres e colonos, especialmente porque boa parte dos nativos aprisionados já havia sido batizada e sua escravização era rigorosamente ilegal – até porque eles viviam em uma zona pertencente à Espanha.



Os Carijó em gravura quinhentista

A conversão dos Carijó de Santa Catarina se iniciara em 1538, quando dois frades franciscanos, Bernardo de Armenta e Alonso Lebron, integrantes da expedição espanhola comandada por Alonso Cabrera (que partira de Sevilha em 1537 rumo a Buenos Aires), decidiram desembarcar na lagoa de Biaça (ou Viaça), também chamada de lagoa dos Patos. A

região, ao redor da atual Laguna (SC), era habitada por cerca de 25 mil Carijó. Ao contrário da maioria dos grupos que então ocupava o litoral brasileiro, os Carijó não eram da família Tupi: faziam parte da grande nação Guaraní. Agricultores, afeitos ao trabalho coletivo, não praticavam a antropofagia e, por isso, foram logo considerados “o melhor gentio da costa”.

Por volta de 1547 os vicentinos iniciaram suas incursões escravagistas a Laguna. Tão amistosos eram os Carijó que sequer era preciso esforço para capturá-los. Bastava “convidar” os nativos para conhecer o interior dos navios. Uma vez nos porões, eram trancafiados e conduzidos a São Vicente. Tão frequentes e rendosas se tornaram aquelas capturas que os vicentinos passaram a vender escravos para outras capitanias. O primeiro escândalo rebentou no início de 1548, quando o genovês Pascoal Fernandes, estabelecido em São Vicente, associou-se a Martim Vaz, morador de Ilhéus. A bordo de dois navios, dirigiram-se à laguna de Viaça e “com enganos e fingida amizade atraíram a bordo cento e tantas peças, entre homens e mulheres”.¹¹

O franciscano Alonso de Lebron meteu-se no navio de Fernandes e, ao desembarcar em São Vicente, mostrou a Brás Cubas, capitão da vila, a autorização que recebera do imperador Carlos V para catequizar os Carijó. Como nem assim obteve a liberdade dos cativos, partiu para Portugal e Castela para “queixar-se do sucedido”. Mas frei Lebron jamais chegaria à Europa: o navio no qual viajava foi capturado por corsários franceses, provavelmente nas cercanias do Rio de Janeiro.

Já a nau de Martim Vaz, o outro escravagista, aportou em Ilhéus no segundo semestre de 1548 com cerca de cinquenta escravos a bordo. Como já foi dito, duas dezenas deles foram então vendidos para colonos de Salvador. Ciente de que se tratavam de catecúmenos “injustamente cativos, capturados com manhas e enganos”, o padre Manuel da Nóbrega iniciou uma campanha por sua libertação em junho de 1549. O governador-geral Tomé de Sousa determinou então que os escravos fossem soltos e mandados de volta a seu lugar de origem.

O episódio dos Carijó teria pelo menos dois desdobramentos importantes. Primeiro, repercutiu intensamente em Castela. Embora frei Lebron jamais tenha chegado lá, um certo Brás Arias, português de São Vicente, foi capturado ao desembarcar em Sevilha, em princípios de 1550. Levado a prestar depoimento na Casa de Contratação de Sevilha, Arias relatou, com minúcias, “as manhas e enganos” de que se serviam os vicentinos para capturar os indígenas. Também forneceu detalhes sobre a ação de Martim Vaz e Pascoal Fernandes.

Tão contundente foi a confissão que a Coroa espanhola decidiu enviar secretamente para Portugal o agente Martin de Orue, encarregado de descobrir as intenções dos portugueses em relação ao território que se estendia de Cananeia (SP) a Laguna (SC). A missão de espionagem só se concluiu em setembro de 1554, quando a situação havia se tornado ainda mais alarmante para os interesses castelhanos.

A outra consequência da captura dos Carijó acabaria, paradoxalmente, reforçando o interesse português pela região de São Vicente e suas adjacências. Isso porque, quando Tomé de Sousa decidiu que os indígenas libertados em Salvador deveriam ser reconduzidos à sua terra, Nóbrega determinou que o padre Leonardo Nunes os acompanhasse até São Vicente. E o relato que Nunes enviou depois de chegar ao Sul do Brasil iria despertar em Nóbrega uma verdadeira obsessão: mudar-se para lá e catequizar os afáveis Carijó.

Tal propósito levaria o líder dos jesuítas no Brasil a passar três anos nos sertões de Piratininga, onde ele iria fundar o colégio e a igreja de São Paulo – estabelecimentos que dariam origem à cidade do mesmo nome.

O “PADRE VOADOR”

Em maio de 1550, o padre Leonardo Nunes tornou-se o primeiro jesuíta a desembarcar no Sul do Brasil. O homem que os nativos apelidariam de Abarebebê – ou “padre voador”, tamanha a rapidez com que se deslocava pela terra – chegou a São Vicente na companhia de Pero de Góis, do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros e do ouvidor-geral Pero Borges,

mas sem as duas dezenas de Carijó libertados em Salvador. Prudentemente, os nativos tinham decidido ficar no Espírito Santo, longe dos vicentinos.

Os primeiros relatos de Leonardo Nunes sobre São Vicente são de grande intensidade dramática. Quando a embarcação que o conduzia aproximou-se da vila fundada por Martim Afonso, foi cercada por sete grandes canoas indígenas, “cada uma com 30 ou 40 remeiros, as quais correm tanto que não há navio por ligeiro que seja que possa com elas”. De imediato, conta Nunes, “foram tantas as frechadas sobre nós que parece que choviam”. Pero de Góis mandou disparar um de seus canhões, “mas eram tais que, ao primeiro tiro”, a peça explodiu. O padre então ajoelhou-se no convés e começou a rezar, aconselhando os tripulantes a que “se encomendassem a Deus e pedissem perdão por seus pecados”. Convictos de que morreriam, os homens o atenderam.

Os indígenas, conta o jesuíta, “pareciam diabos: todos nus, como costumam andar; alguns tintos de negro, outros de vermelho, outros cheios de penas, e não cessavam de atirar frechadas, com grande gritaria, e outros tangiam búzios, com os quais fazem alarde em suas guerras, que parecia o mesmo Inferno e assim nos perseguiram, passante de três horas”. Dois homens foram mortos “porque as frechadas eram tais que passavam as tábuas do navio”.

Quando tudo parecia perdido, os indígenas perceberam que se tratava de um navio português – e suspenderam o ataque. Um dos nativos explicou que haviam julgado tratar-se de uma embarcação francesa e, antes de se afastar, sem mais palavras, mostrou aos apavorados tripulantes “o crânio [de um francês] onde bebia, o que eles usam como sinal de grande vingança”.¹² Uma hora mais tarde, a nau, recoberta de flechas, ancorava em São Vicente; Leonardo Nunes, ainda trêmulo, desembarcou na terra para a qual Nóbrega o enviara.

O jesuíta foi bem recebido pelos colonos. Seus problemas se iniciaram quando ele começou a pregar contra a escravidão e o concubinato. “Os corações aqui são mui duros e empedernidos”, relatou Nunes em carta a Simão Rodrigues. “Há muitas almas que não se hão confessado há 30 ou 40

anos e estão todos em pecado mortal, e isso publicamente.” Entretanto, os sermões de Leonardo Nunes não foram vãos: ecoaram em pelo menos dois corações não tão “empedernidos”. E os homens conquistados por suas palavras iriam se revelar aliados imprescindíveis dos jesuítas e uma inesgotável fonte de informações sobre o interior ainda quase desconhecido da capitania – o território dos Carijó.

Ambos eram figuras notáveis, com vidas coalhadas de peripécias. Pero Correia, emérito caçador de índios, havia se tornado um dos homens mais ricos de São Vicente graças ao número de escravos que possuía. Falando fluentemente o tupi, tinha percorrido muitas vezes as trilhas indígenas que ligavam São Vicente ao Paraguai, via Paraná, e a Santa Catarina, onde preava suas “peças”. Em franco litígio com Brás Cubas, capitão-mor de São Vicente, e supostamente arrependido de suas ações escravagistas, Correia tornou-se o principal auxiliar de Leonardo Nunes, ajudando-o também como “língua” (ou intérprete). Mais tarde, foi aceito por Nóbrega na Companhia de Jesus, à qual doou todas as suas terras em São Vicente e em Peruíbe.

A trajetória de Manuel de Chaves não era muito diferente, exceto pelo fato de que não havia ficado rico. Homem de passado misterioso, chegara a São Vicente em 1548, após uma “vida cheia de aventuras”,¹³ preando indígenas e percorrendo as trilhas do sertão. Ao ouvir as pregações de Leonardo Nunes, abandonou as armas, libertou seus escravos e juntou-se à Companhia de Jesus. Mais tarde, desempenharia papel relevante no Colégio de Piratininga, a escola jesuítica que deu origem à cidade de São Paulo.

Correia e Chaves foram os primeiros a informar a Leonardo Nunes que, serra acima, a cerca de 15 léguas (aproximadamente 90 quilômetros) de São Vicente, “no campo, entre os índios, vivia alguma gente cristã derramada e passavam anos sem ouvir missa e sem se confessarem e andavam em uma vida de selvagens”.¹⁴ Guiado pelos novos discípulos, o Abarebebê ultrapassou os mangues vizinhos a São Vicente, enfrentou as agruras da trilha que serpenteava entre atoleiros, rochas e cachoeiras da

serra do Mar (o chamado Caminho dos Tupiniquim) e, após dois dias de marcha extenuante, chegou ao “campo”.

Aquele era o território controlado pelo temível João Ramalho, o patriarca branco da região. Casado com Bartira, filha do “principal” Tibiriçá, Ramalho vivia no planalto havia mais de quarenta anos. Se necessário, poderia dispor de um exército de Tupiniquim, até “5 mil homens de armas”,¹⁵ além de um punhado de mamelucos bravios, a maioria dos quais eram seus filhos, “genros” ou netos. Até então, ninguém tinha ousado desafiar seu poder – nem mesmo o donatário Martim Afonso de Sousa, que lá o encontrara em 1532.

Na primeira incursão ao sertão, Nunes não se avistou com Ramalho, mas achou os homens “derramados” que ali procurava. Quase todos eram, como supõe o historiador Jaime Cortesão, remanescentes da vila de Piratininga, que Martim Afonso havia fundado em 1532 junto a uma aldeia indígena (provavelmente a do próprio Tibiriçá) que se erguia na confluência dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, afluentes do Tietê. Mas aquele povoado se desagregara por volta de 1535 – e os homens que não descera a serra de volta a São Vicente “indianizaram-se”.¹⁶

Apesar de achá-los “mui duros e pouco dispostos a [re]tornarem à vila [de São Vicente]”, Nunes conseguiu que “se ajuntassem em um só lugar e fizessem uma ermida e buscassem algum padre que lhes dissesse missa e os confessasse”. O novo vilarejo foi batizado de Santo André. Erguido na “borda do campo”, onde o emaranhado da mata atlântica se abria em vastas planícies recobertas de gramíneas, Santo André ficava “na boca do sertão”, no centro dos domínios de João Ramalho. Como não é difícil supor, logo eclodiria um conflito entre o patriarca dos mamelucos e o recém-chegado jesuíta.

Assim que reagrupou os portugueses que encontrara “derramados” pelo planalto, Leonardo Nunes seguiu sua marcha “por 4 ou 5 léguas [cerca de 30 quilômetros] em direção a uma aldeia de índios”. Tratava-se, provavelmente, de Inhapuambuçu, onde vivia Tibiriçá, nos campos de Piratininga, muito próxima de onde seria erguido o Colégio de São Paulo.

Quando o padre lá chegou, “veio o principal dela e me levou à sua casa, que se encheu de índios e os que não cabiam ficaram fora, tanto que trabalhavam para poder me ver”. O Abarebebê entusiasmou-se com a recepção, embora sua “alma sentisse muito vendo tantas almas perdidas por falta de quem as socorresse”.

Supõe-se que tenham sido os indígenas de Piratininga, além dos dois “línguas” que o acompanhavam, que revelaram ao padre a presença de grandes contingentes de Carijó nos campos além de São Paulo, falando-lhe também sobre a rede de trilhas que conduzia até lá. Convencido, como já estava o próprio Nóbrega, de que seria muito mais fácil catequizar os indígenas que ainda se mantinham longe do “contágio” dos brancos, Leonardo Nunes começou a planejar uma viagem ao Paraná e ao Paraguai – “quase 200 léguas [cerca de 1.200 quilômetros] por esta terra adentro, onde hei de gastar alguns seis ou sete meses”.

Para preparar-se para a missão, retornou a São Vicente e ali fundou um colégio para os filhos dos Tupiniquim da serra. Isso tudo se passou entre maio e julho de 1550.

Dois anos mais tarde, em junho de 1552, Leonardo Nunes – impossibilitado, por uma série de circunstâncias, de realizar a viagem de seus sonhos – tornou a escrever para Nóbrega, que ainda se achava em Salvador. Nessa segunda e decisiva carta, relatou que haviam chegado a São Vicente “uns castelhanos que vieram do Peru a pé por terra e depois destes chegaram outros vindos do Paraguai, onde [os espanhóis] têm uma grande povoação”.

Entre os aventureiros vindos do Peru havia uma figura extraordinária: o mercenário Antônio Rodrigues. Embora português, fizera parte da expedição de D. Pedro de Mendoza enviada para fundar Buenos Aires em 1536. Depois que o vilarejo na embocadura do rio da Prata foi destruído pelos guerreiros da tribo querandi, Rodrigues acompanhou os sobreviventes para o interior do Paraguai, presenciando a fundação de Assunção em 1537. Dali iniciou longa peregrinação pelo interior da América do Sul, que o

levou ao Peru, à Bolívia e ao Mato Grosso, onde esteve nas nascentes de rios que “desaguavam no Amazonas e no Maranhão”.¹⁷

Encerrando o périplo de mais de uma década pelos sertões da América do Sul, Antônio Rodrigues chegou a São Vicente naquele junho de 1552. Ali, abandonou a carreira das armas e filiou-se à Companhia de Jesus. Junto com Pero Correia e Manuel Chaves, já citados, virou o principal assessor do padre Nunes (*leia nota a seguir*).

O FUNDADOR

Entre os castelhanos que, na mesma ocasião, chegaram ao Sul do Brasil vindos do Paraguai, estava Ruy Diaz Melgarejo, fidalgo espanhol membro da expedição de Cabeza de Vaca em 1541 e que tinha acabado de fugir de Assunção. Melgarejo pretendia retornar para Castela, mas, como encontrou os integrantes de uma armada espanhola detidos em São Vicente, resolveu ficar com eles e retornar para Assunção. A decisão de Melgarejo seria desvantajosa para os interesses portugueses na região, já que, pouco mais tarde, ele seria responsável pela fundação de duas vilas no Guairá (no atual território do Paraná, então habitado por mais de 100 mil Guarani). Em 1554, Melgarejo fundou Ontovieros, junto à foz do Iguaçu. Dois anos mais tarde, criou a Ciudad Real del Guayra, às margens do rio Piqueri. Além de bloquear as comunicações terrestres entre São Vicente e Assunção, os dois povoados marcaram o início da expansão dos espanhóis rumo à costa sul do Brasil, na zona sob sua jurisdição.

Os relatos de Antônio Rodrigues deixaram claro para o padre Leonardo Nunes o quanto era viável ir de São Vicente ao Paraguai por terra e o quanto os “Carijó” de Assunção eram submissos e afeitos à catequese, já que, segundo os depoimentos daqueles “castelhanos e de outras pessoas de muito crédito”, os indígenas do Guairá e do Paraguai se mostravam “mansos, castos, não têm escravos e não estão sedentos de vinho, mas de nossa santa fé”.¹⁸

A carta na qual Nunes descreve esse quadro idílico chegou às mãos de Nóbrega em setembro de 1552, menos de três meses depois do

desembarque do bispo Sardinha em Salvador – e no momento em que já eclodira o confronto entre ele e o prelado. Para Nóbrega, “entrar pelo sertão adentro, onde ainda não chegaram os cristãos”, e lá estabelecer uma missão entre os Carijó (que, nesse caso, eram os Guarani propriamente ditos, e não os Carijó do litoral de Santa Catarina, membros da mesma nação) tornou-se, mais que uma obsessão, a melhor forma de evitar conflitos com o bispo.

E assim, quando Tomé de Sousa saiu “para correr a costa”, em 1^a de novembro de 1552, Nóbrega partiu com ele – rumo a São Vicente e aos Guarani do Paraguai, “perdendo o siso, como desesperado, desabrindo mão de tudo”,¹⁹ de acordo com suas próprias palavras.

NÓBREGA EM SÃO VICENTE

O desembarque do líder dos jesuítas na cidade com a qual ele tanto havia sonhado deu-se na primeira quinzena de janeiro de 1553 – e quase lhe custou a vida. “Assim que chegamos”, narra a carta do “irmão menor” que acompanhou a viagem, “veio o padre Nunes em um barco e o levou [a Nóbrega]. Indo no meio do mar, veio tão grande tempestade que se afundou o barco; mas quis Nosso Senhor que estivesse uma ilha pequena ali perto, onde os índios puseram o padre Nóbrega todo molhado, porque doutra maneira não pudera salvar-se, por não saber nadar e vir ainda fraco da doença [que o acometera em Angra dos Reis].”

Passado o susto, Nóbrega enfim colocou os pés em São Vicente, onde o padre Nunes lhe preparara grande recepção. Os oitenta jovens alunos indígenas do colégio recém-fundado pelo Abarebebê desfilaram em solene procissão por ruas enfeitadas com ramos, usando seu tradicional corte de cabelo, tocando flautas e entoando cânticos cristãos em tupi. Nóbrega ficou vivamente impressionado: tudo o que o bispo Sardinha o proibira de fazer em Salvador, Leonardo Nunes realizava, com sucesso, no colégio de São Vicente.

No pátio da escola, Pero Correia, o ex-caçador de índios, pregava de madrugada “na língua da terra e à maneira deles, por três ou quatro horas seguidas”, batendo os pés no chão, dançando ao redor de fogueiras. Na

missa, aos domingos, os curumins cantavam em latim e em tupi. Quando seus pais desciam a serra trazendo os mantimentos que sustentavam o colégio, os meninos os admoestavam, repudiando o modo de vida indígena.

Mas, se no colégio e com o “gentio” tudo corria de acordo com o plano dos jesuítas, o exato oposto dava-se no relacionamento com os colonos. Poucos dias após o desembarque, Nóbrega já considera “a terra tão estragada que é necesssário levantar alicerces de novo”. O motivo, segundo ele, era “porque a gente dessa terra é fraca em entender e de má criação e há muito habituada em grandes maldades e gente de menos qualidade (...) pelo que não só entre eles nada podemos fazer como ainda perdemos o crédito entre os gentios, e isso mais nessa capitania do que em outras”.

A 12 de fevereiro de 1553, menos de um mês após a chegada, Nóbrega escreve para Simão Rodrigues anunciando que quer partir logo para o sertão: “Ajuntamo-nos quatro padres aqui e depois de feitas muitas orações, com jejuns e disciplinas, nos determinamos de entrar pela terra dentro, umas 100 léguas [cerca de 600 quilômetros], porque essa capitania é mais conveniente [para isso] que todas as outras.”

Uma vez instalado no Guairá – no atual território do Paraná –, Nóbrega planejava “ajuntar muitos índios em uma grande cidade, fazendo-os viver conforme a razão, o qual não fora muito difícil, pelo que da terra já havemos sabido e vemos por experiência e nos informa o irmão [Pero] Correia pelo que dos índios conhece (...). Levamos tenda de ferreiro e todos os meios com que melhor os possamos atrair”.

Mas o plano – uma impressionante antevisão do que viriam a ser os trinta povos Guarani, erguidos pelos jesuítas espanhóis dali a um século, exatamente na mesma região – jamais iria se concretizar. Isso porque, apesar de ser grande admirador da Companhia de Jesus, o governador Tomé de Sousa mandou “cegar o caminho do sertão”, abortando o projeto tão acalentado por Nóbrega.

TOMÉ DE SOUSA EM SÃO VICENTE

O governador-geral havia desembarcado em São Vicente junto com Nóbrega – embora provavelmente não no mesmo batel, já que não fez menção ao naufrágio que quase vitimou o jesuíta. Ao contrário de Nóbrega, Sousa achou “a capitania de Martim Afonso terra muito honrada, de grandes águas e serras e campos”. Ainda assim, observou vários problemas.

Primeiro, percebeu que tanto São Vicente quanto a vizinha Santos (que o colono Brás Cubas fundara em 1545) não estavam cercadas nem protegidas, apesar das crescentes ameaças dos Tamoio. E o pior, conforme lastimou em carta ao rei, é que as casas e fazendas haviam sido construídas “de maneira espalhada, que se não podem cercar senão com muito trabalho e prejuízo dos moradores, que têm casas de pedra e cal e grandes quintais, tudo feito em grande desordem”.

O governador não pôde deixar de observar que as duas cidades haviam sido construídas muito próximas uma da outra. “Essa ilha me parece pequena para duas vilas. Parecia-me melhor ser uma só e toda a ilha ser termo dela.” Naquele caso, o governador preferiu não tomar decisão alguma, transferindo a responsabilidade para o monarca. Mas fez questão de explicar o motivo que o levava a agir daquela forma: “Ordenará Vossa Alteza nisto o que lhe parecer bem, que eu houve medo de desfazer uma vila a Martim Afonso, ainda que lhe acrescentei três.”

Com efeito, apesar de ter permanecido menos de três meses em São Vicente – de onde partiria de volta para a Bahia na primeira semana de abril de 1553 –, Tomé de Sousa encontrou tempo para criar três novas vilas na capitania de seu poderoso primo-irmão, todas ligadas ao projeto de estabelecer a soberania portuguesa na zona limítrofe com as possessões castelhanas.

A primeira delas, Bertioga, foi erguida, por determinação do rei, “a 5 léguas [a nordeste] de São Vicente, na boca de um rio por onde os índios nos faziam muito mal”. O governador não chegou a fazer propriamente uma vila em Bertioga, mas construiu lá o forte de São Felipe, com o objetivo de bloquear o braço de mar através do qual os Tamoio, vindos de Ubatuba, Angra dos Reis e Rio de Janeiro, frequentemente atacavam São Vicente.

A segunda vila, Itanhaém, localizava-se na vasta planície litorânea que se estende a sudoeste de São Vicente, na direção de Peruíbe, Iguape e Cananeia – quase no limite entre as possessões de Portugal e Castela. Naqueles “campos ao longo do mar”, Tomé de Sousa encontrara “outros moradores que estavam derramados, e eu os ajuntei e fiz cercar e viver em ordem”. Ali, além dos aventureiros esparramados, o governador avistou marcos limítrofes colocados pelos castelhanos “de São Vicente até o rio da Prata”. Aqueles “padrões”, ou colunas de pedra, com os brasões de Carlos V, Tomé de Sousa mandou “tirar e deitar ao mar e pôr, no lugar, os de Vossa Alteza”.

O governador decidiu, por fim, transformar em vila o lugarejo que o padre Leonardo Nunes havia fundado no topo do planalto, “na borda do campo, acima desta vila de São Vicente”. Chamou-a Vila de Santo André, “porque onde a situei estava uma ermida deste apóstolo, e fiz capitão dela João Ramalho, que Martim Afonso já achou nessa terra quando cá veio. Tem ele [Ramalho] tantos filhos, netos e bisnetos e descendentes que não ousou dizer a Vossa Alteza e não tem fio de cabelo branco na cabeça nem no rosto e anda 9 léguas [mais de 50 quilômetros] a pé antes do jantar”.

Na mesma carta, Tomé de Sousa justifica por que decidiu transformar o minúsculo povoado de João Ramalho em vila: a cidade de Assunção, “uma povoação grande de castelhanos”, ficava, diz o governador, “muito perto de São Vicente, e não devem passar de 100 léguas [cerca de 600 quilômetros]”. E Sousa foi informado que o vai e vem dos moradores das duas cidades era intenso e constante. Por isso, decidiu transformar Santo André em um posto avançado no planalto, com o propósito de impedir as viagens dos vicentinos para o Paraguai e as dos castelhanos para São Vicente, pois temia que aquele intercâmbio gerasse prejuízos para os planos portugueses de controlar a região.

A EXPEDIÇÃO DE SANABRIA

Tais planos já estavam correndo riscos ainda maiores do que os trazidos pelas frequentes visitas dos colonos de Assunção ao porto de São Vicente.

Afinal, tão logo desembarcou na sede da capitania de Martim Afonso, Tomé de Sousa foi procurado pelo capitão Juan Salazar, membro de uma armada espanhola que, mais de um ano antes, havia naufragado no “rio dos Patos” (ou seja, em Laguna, Santa Catarina). Salazar foi pedir ao governador ajuda para resgatar os sobreviventes do naufrágio, que continuavam “perdidos” no litoral catarinense.

A expedição da qual Salazar fazia parte tinha zarpado de Castela três anos antes, sob o comando de Diego de Sanabria e de sua madrasta, D. Mencia Calderón. Vinha para o Sul do Brasil com o objetivo de fundar vilas espanholas nas ilhas de São Francisco do Sul (SC) e de Santa Catarina e na lagoa de Viaça (atual Laguna), dando início à efetiva ocupação daquela zona estratégica da costa e estabelecendo a comunicação entre Assunção e o litoral sul do Brasil, de forma que a futura capital do Paraguai não dependesse mais do porto de São Vicente.

Devido à trajetória assombrosamente desafortunada da expedição, os castelhanos viram escapar-lhes das mãos a chance de colonizar uma região que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, de fato lhes pertencia, mas da qual os portugueses logo iriam se apossar.

Com trezentas pessoas a bordo, entre as quais oitenta casais e vinte “donzelas solteiras”, a expedição – composta por duas caravelas e um patacho – partira de Sevilha a 10 de abril de 1550. Em 25 de julho, depois de uma tempestade separar os navios, o patacho *San Miguel* (cujo capitão era o próprio Juan Salazar) foi capturado por corsários franceses junto à costa da Guiné, na África. Os castelhanos conseguiram negociar com os piratas, cedendo-lhes todos os mantimentos, dinheiro e armas em “troca da própria vida e da honra das mulheres”.²⁰

Tão somente com a roupa do corpo, oitenta homens e mais de quarenta mulheres e crianças prosseguiram viagem. Após uma jornada terrível, padecendo de fome e sede, chegaram à ilha de Santa Catarina em 16 de dezembro de 1550, oito meses depois de partir da Espanha. Lá encontraram, conforme previamente combinado, uma das caravelas que fazia parte da frota. Tendo entre seus tripulantes o mercenário alemão Hans

Staden, aquela embarcação já os aguardava ali desde 25 de novembro. Da outra caravela, sob o comando de Juan de Ovando, nunca mais se ouviu falar.

Após algumas semanas de descanso na ilha de Santa Catarina, Juan Salazar mandou um grupo de soldados a pé até Assunção, solicitando que o governador do Paraguai, Domingo de Irala, enviasse víveres e armas até a ilha de São Gabriel, localizada junto à foz do rio da Prata, de modo que o patacho e a caravela pudessem, após descer a costa sul do Brasil até o estuário do Prata, dali, já contando com a ajuda dos reforços, subir o rio até Assunção, onde os expedicionários poderiam se restabelecer e, mais tarde, dar prosseguimento à sua missão.

Os homens enviados por Salazar atingiram o Paraguai em 15 de agosto de 1551. Mas, quando os emissários de Irala chegaram com os víveres à ilha de São Gabriel, em fins de setembro, não avistaram ali os navios que iam socorrer. Simplesmente porque não havia mais navios: ambos tinham naufragado em Santa Catarina. Primeiro foi o patacho *San Miguel*, que, muito avariado, foi propositalmente afundado nas cercanias da ilha antes que fosse a pique sem que sua carga pudesse ser salva. Todos os sobreviventes embarcaram então na caravela restante – e partiram rumo ao Prata. Mas o último navio da expedição não foi muito longe, naufragando em Laguna.

Por cerca de um ano, os náufragos viveram “naqueles sítios ermos, sofrendo grande escassez de víveres e vicissitudes de todo o gênero”.²¹ Em princípios de 1552, os mal-aventurados expedicionários dividiram-se em dois grupos. Um deles marchou por terra até Assunção. Apesar de ter se “munido de víveres para a caminhada através do sertão e levando consigo alguns índios, muitos morreram de fome”²² ao longo da jornada. Uns poucos sobreviventes chegaram ao Paraguai, em 24 de julho de 1552.

O outro grupo, do qual fazia parte D. Mencia, suas filhas e trinta outras mulheres, decidiu ir, em um bergantim construído por eles mesmos, para a ilha de São Francisco do Sul, na fronteira entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Lá houve uma nova dissidência entre os castelhanos.

Juan Salazar, já destituído do comando, e 12 homens que se mantiveram fiéis a ele, entre os quais Hans Staden, resolveram então se dirigir a São Vicente em outro barco, construído com o auxílio dos Carijó.

Mas a má sorte continuava perseguindo a expedição, e o bergantim naufragou nos arredores de Itanhaém, no litoral sul de São Paulo. Os sobreviventes conseguiram chegar por terra a São Vicente, provavelmente em agosto de 1552. Lá, foram bem recebidos pelos portugueses, mas ficaram detidos e impedidos de seguir viagem por terra até o Paraguai.

Então, em janeiro de 1553, quando Tomé de Sousa chegou a São Vicente, o capitão Juan Salazar o procurou de imediato, pedindo ajuda para resgatar o grupo que ainda se encontrava em São Francisco do Sul, do qual faziam parte a fidalga D. Mencia Calderón e várias mulheres. Meses antes, Salazar já obtivera ajuda do alemão Pedro Rösel, feitor do engenho dos Erasmos, que lhe emprestara um caravelão com o qual o capitão recolhera alguns dos sobreviventes que haviam ficado em Laguna.

Na segunda semana de fevereiro de 1553, Tomé de Sousa autorizou Salazar a buscar o grupo que estava em São Francisco do Sul, conforme o próprio governador revelou em carta ao rei D. João III: “Pedi-me o capitão Salazar que mandasse buscar homens e mulheres que estavam ali perdidos há tanto tempo. Pareceu-me serviço de Deus e de V. A. mandá-los buscar em um navio e trazê-los a São Vicente, parecendo-me que as mulheres virão tão enfadadas dos trabalhos que passaram que casarão com quem lhes der de comer e os homens farão cada um sua roça.” O governador determinou, porém, que o padre Leonardo Nunes acompanhasse Salazar.

Chegando à ilha de São Francisco do Sul, conforme revelou mais tarde o piloto Juan Sanches de Biscaia em carta enviada a Castela, “o padre [Nunes] nos fez muitas promessas de que nos dariam armas e provisões e nos favoreceriam de modo a irmos por terra para o Paraguai”.²³ Ao desembarcar em São Vicente, porém, os castelhanos descobriram que “Tomé de Sousa [que, nesse meio-tempo, já tinha retornado para Salvador] havia deixado ordens para que não fosse permitida passagem por terra de

espanhol algum”. Assim, o capitão Juan Salazar, o piloto Juan Sanches, D. Mencia Calderón, várias das “donzelas solteiras” e cerca de 15 castelhanos ficaram detidos em São Vicente, até porque o caminho para o Paraguai fora bloqueado não apenas para eles, mas até para os portugueses.

FIM DO SONHO DO PARAGUAI

Tomé de Sousa explicou, em carta ao rei, quais os motivos que o levaram a tomar essa atitude. O principal objetivo era bloquear o contato entre os vicentinos e os moradores de Assunção. “Achei que os de São Vicente se comunicavam muito com os castelhanos e tanto que, na alfândega de Vossa Alteza, rendeu este ano passado cem cruzados de direitos as cousas que os castelhanos trazem a vender. E por ser com essa gente, que parece que de castelhanos não se pode Vossa Alteza desapegar deles em nenhuma parte [do mundo], ordenei com grandes penas [multas e punições] que esse caminho se evitasse e pus nisso grandes guardas e foi a causa por onde folguei de fazer as povoações no campo de São Vicente, de maneira que me parece que o caminho estará vedado.”

As “cousas” que os castelhanos traziam para vender em São Vicente eram, de acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, basicamente escravos Guarani (chamados Carijó), em especial mulheres, usadas no serviço doméstico e na prestação de “favores” sexuais aos vicentinos.

Mas não foi apenas tal comércio que levou Tomé de Sousa a bloquear o trânsito entre São Vicente e Assunção. O que tornava a questão ainda mais complexa é que reinava grande confusão sobre os limites entre as possessões de Portugal e Castela naquela porção da América do Sul. A polêmica era antiga, mas tinha adquirido novos contornos a partir de 1529, quando os portugueses obtiveram, através do vultoso pagamento de 350 mil ducados a Castela, a soberania sobre as ilhas Molucas, no sudeste da Ásia. Isso fizera com que, do outro lado do mundo, a linha de Tordesilhas se deslocasse várias léguas para leste.

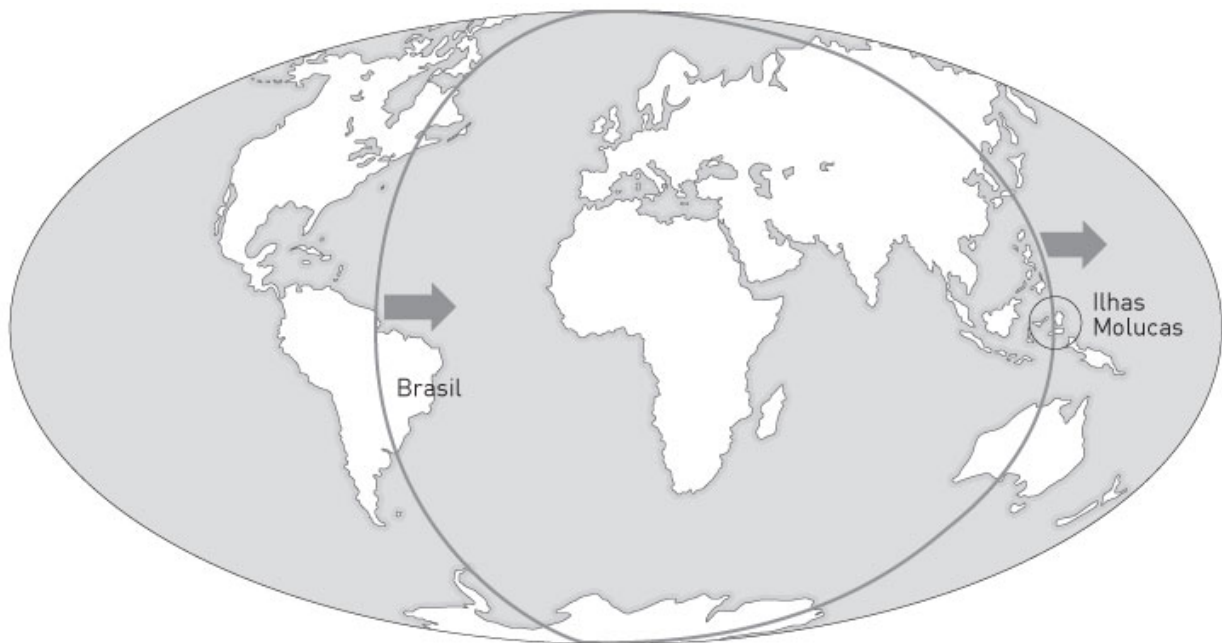
Tomé de Sousa, Nóbrega e muitos portugueses julgavam por isso que Assunção tivesse sido fundada “dentro da raia” pertencente a Portugal. “Parece-nos a todos que esta povoação [Assunção] está na demarcação de Vossa Alteza e se Castela isso negar, mal pode provar que o Maluco [as Molucas] é seu”, argumentou Tomé a D. João III. “E se essas palavras parecem a Vossa Alteza de mau esférico e pior cosmógrafo, terá V. A. muita razão que eu não sei nada disso, se não desejar que todo o mundo fosse de Vossa Alteza e de seus herdeiros.”

Em cartas escritas na mesma época, Nóbrega revela pensamento semelhante, primeiro insinuando ao rei que Assunção com certeza ficava “dentro da demarcação portuguesa” e, pouco depois, dando a seguinte instrução a um jesuíta de Lisboa: “Diga a Vossa Alteza que assim que aquela cidade ficar sua, a mande prover breve de justiça e se mandar gente terra adentro, que levem Nosso Senhor consigo, e um capitão zeloso e virtuoso.”²⁴

O piloto-mor da expedição de Sanabria, Juan Sanches, ainda detido em São Vicente, evidentemente discordava daquelas opiniões. Tanto é que, mesmo preso, conseguiu escrever para o futuro rei Felipe II, em 25 de junho de 1553, uma carta na qual alertava o príncipe da gravidade da situação: “Pretendem os portugueses ser deles toda a costa até a boca do rio da Prata, e se isso se realizar, será grande o prejuízo de Sua Majestade, porque na costa existem muitos bons portos que achei e, para o trato com o rio da Prata, há um caminho [por terra] muito curto, em especial para o povoado [Assunção] que agora estão formando. E estando povoada a costa, não será mais preciso ir ao rio [da Prata] com as naus, por causa de suas águas borrascosas. Sua Majestade deve com toda a brevidade dar remédio a isto, de modo que os portugueses não se apoderem da terra, que é muito boa e cheia de minas, e disto não se tenha dúvida pois com meus próprios olhos vi.”

Sanches termina seu relato com um apelo dramático: que o príncipe D. Felipe “não o esquecesse naquela terra, onde a maior parte dos que nela vivem são malfeitores desterrados de Portugal”.²⁵

O bloqueio da rota terrestre para Assunção determinado por Tomé de Sousa em fevereiro de 1553 forçou Nóbrega a alterar seus planos de seguir para o Paraguai e catequizar os Guarani. Ainda assim, quando a armada do governador zarpou de São Vicente de volta para a Bahia, na primeira semana de abril daquele ano, o líder dos jesuítas decidiu permanecer no Sul do Brasil, até porque não estava convencido de que a decisão de Tomé de Sousa tivesse sido a mais correta.



A controvérsia de Tordesilhas: a seta mostra o esforço português para mover a linha para leste, perdendo terras no selvagem Brasil para ganhar espaço em direção às ricas ilhas Molucas, na Malásia.

Como ainda alimentava planos de instalar-se no sertão, ou pelo menos no topo da serra – de onde sonhava em seguir para o Paraguai assim que a proibição fosse revogada pelo rei –, o líder dos jesuítas percebeu que seu objetivo só poderia ser atingido com o apoio de João Ramalho. Especialmente porque, depois de transformar Santo André em vila, no dia 3 de abril de 1553, Tomé de Sousa não apenas nomeara Ramalho capitão de Santo André como o fizera “guarda-mor do campo”, encarregando-o de bloquear a passagem de qualquer português em direção ao Paraguai.

Em 15 de junho de 1553, ao escrever para o reino, Nóbrega menciona pela primeira vez a presença do patriarca dos mamelucos nos campos de Piratininga. Disse ele: “Nesta terra está um João Ramalho. É o mais antigo [morador branco] dela e toda a sua vida e a de seus filhos é conforme a dos índios, e é uma *petra scandali* para nós, porque sua vida é o principal estorvo que temos com a gentilidade, por ser ele muito conhecido e mui aparentado com os índios. Têm muitas mulheres ele e seus filhos, e andam com as irmãs [delas] e têm filhos com elas, tanto o pai [Ramalho] como os [seus] filhos.”

NÓBREGA NO TOPO DA SERRA

Ao escrever essa carta, porém, Nóbrega ainda não conhecia João Ramalho pessoalmente. Na verdade, não se sabe se o jesuíta já havia subido anteriormente o Caminho dos Tupiniquim – a ancestral trilha “de pé posto” feita pelos nativos e que conduzia de São Vicente ao reduto de Ramalho, no topo do planalto (e de lá para Assunção e para o Peru). Mas o padre Serafim Leite, seu biógrafo mais atento, supõe que, sendo Nóbrega um andarilho contumaz e sabendo-se que na primeira semana de abril de 1553 Tomé de Sousa estivera no planalto para fundar Santo André (e que o jesuíta costumava acompanhá-lo sempre que possível), é bem provável que Nóbrega – tão ardente na vontade de “adentrar pela terra” – já tivesse se aventurado serra acima.

O fato é que, guiado por seus novos discípulos – os recém-convertidos Pero Correia e Antônio Rodrigues –, Manuel da Nóbrega com certeza trilhou (ou voltou a trilhar) o Caminho dos Tupiniquim, subindo a serra de Paranapiacaba na última semana de agosto de 1553.

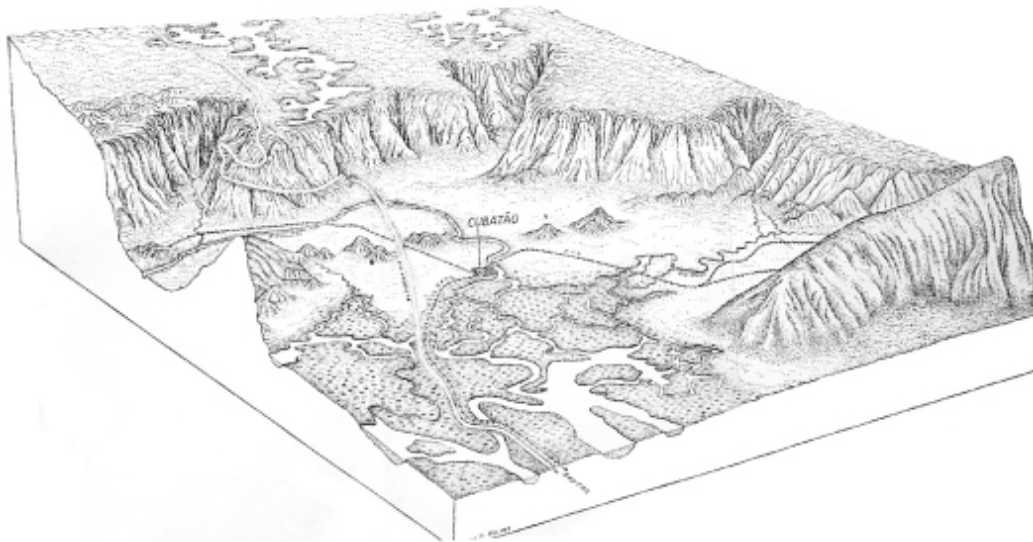


Tratava-se de uma jornada extenuante de pelo menos dois dias, embora viajantes mais vigorosos, como os indígenas, fossem capazes de vencer o percurso em cerca de 12 horas. O vasto lagamar de águas salobras localizado atrás de São Vicente e constituído por um emaranhado de rios e mangues, era vencido em ubás e pirogas – pequenas canoas indígenas – que conduziam os viajantes até Piaçaguera de Baixo. Dali, por terra, marchava-se pela área alagadiça, hoje ocupada pela cidade de Cubatão, até Piaçaguera de Cima, um pequeno pouso localizado na raiz da serra de Paranapiacaba.

Daquele ponto em diante se iniciava a parte realmente árdua do trajeto: a subida da serra que, ao longo de uma trilha de apenas 12 quilômetros,

encravada no vale do encachoeirado rio Mogi (seguindo os trilhos da atual estrada de ferro Santos-Jundiaí), ascendia a mais de 850 metros de altura acima do nível do mar. Após serpentear pelo emaranhado da mata atlântica, a vereda limosa e escorregadia conduzia a uma zona de campos localizada nas nascentes do rio Tamanduateí, que corria em direção à colina de Piratininga.

A descrição mais vívida da subida foi feita pelo jesuíta Fernão Cardim, que realizou a jornada em 1590. Eis seu relato: “Caminhamos duas léguas por água e uma por terra e fomos dormir ao pé de uma serra ao longo de um formoso rio de água doce que descia com grande ímpeto de uma serra tão alta que ao dia seguinte caminhamos até o meio-dia, chegando ao cume bem cansados: o caminho é tão íngreme que às vezes íamos pegando com as mãos. Chegando em Paranapiacaba, isto é, ‘lugar de onde se vê o mar’, descobrindo o mar tão largo quanto podíamos alcançar com a vista, e uma enseada de mangues e braços de rios de comprimento de oito léguas e duas e três em largo, cousa muito para ver, e parecia um pano de armar: a toda essa terra enche a maré, e ficando vazia fica cheia de ostras, caranguejos, mexilhões, briguigões e outras castas de mariscos.



Mapa da região de Cubatão, Baixada Santista e o antigo Caminho dos Tupiniquins

“Aquele dia fomos dormir junto a um rio de água doce, e todo o caminho é cheio de tijucos e o pior que nunca vi, e sempre íamos subindo e

descendo serras altíssimas, e passando rios caudais de água frigidíssima. Ao terceiro dia navegamos todo o dia por um rio de água doce, deitados em uma canoa de casca de árvore, em a qual iam até vinte pessoas: íamos voando a remos, e da borda da canoa à água havia meio palmo (...). Era necessário guardar o rosto e os olhos; porém a navegação é graciosa por ser o rio mui alegre, cheio de muitas flores e frutos, de que íamos tocando, quando a grande corrente nos deixava; chegando a piaçaba, isso é o lugar onde se desembarca, e demos logo em uns campos.”²⁶

A trilha levava até o topo do morro recoberto de gramíneas onde Nóbrega fundaria São Paulo e ao qual ele chegou no dia 29 de agosto, após completar a extenuante marcha. Na colina de Piratininga ficava a aldeia do principal líder Tupiniquim da região, Tibiriçá (“vigilante da terra”), sogro de João Ramalho. Naquele mesmo dia de agosto, Nóbrega fez “solenemente cinquenta catecúmenos” entre os comandados de Tibiriçá. A seguir, em companhia do padre Manuel de Paiva, o jesuíta foi para Santo André – onde só então conheceu pessoalmente o “guarda-mor” do campo.

Embora o tivesse criticado anteriormente, Nóbrega parece ter mudado seu ponto de vista após o encontro – até porque sabia que, sem o apoio de Ramalho, não poderia sequer se estabelecer no planalto, quanto mais penetrar nos sertões. No dia 31, ainda no topo da serra, o provincial dos jesuítas (*leia nota a seguir*) tratou de escrever ao reino disposto a interceder pelo patriarca dos mamelucos, repetindo muitas das palavras registradas na carta de 15 de julho, mas acrescentando novos fatos:



PROVINCIAL DO BRASIL

Quando se encontrava em São Vicente, Nóbrega foi alçado ao mais elevado posto de sua carreira como jesuíta, embora só viesse a saber disso meio ano depois. A 9 de julho de 1553, Inácio de Loyola estabeleceu a Província do Brasil, desvinculando-a da de Portugal. Essa foi a primeira província jesuítica criada fora da Europa. Para o cargo de provincial, Loyola, logicamente, escolheu Nóbrega. Ao criar a Província do Brasil, Loyola – informado do conflito entre Nóbrega e o bispo Sardinha – tratou de dar maior independência a seu representante na América portuguesa, “relaxando”, conforme as próprias palavras, “sua obediência ao bispo”.

“Neste campo está um João Ramalho, o mais antigo homem [branco] que há nesta terra. Tem muitos filhos e muitos parentes por todo este sertão (...) e é muito conhecido e venerado entre os gentios, e tem filhas casadas com os principais homens dessa capitania, e todos os seus filhos e filhas são de uma índia [Bartira], filha de um dos maiores e principais dessa terra [Tibiriçá], de maneira que nele, nela e em seus filhos esperamos ter um grande meio para a conversão dos gentios.

“Quando veio do reino, que haverá quarenta anos ou mais, deixou sua mulher viva lá e nunca mais soube dela, mas parece que deve estar morta, pois já se passaram tantos anos. Deseja muito casar-se com a mãe desses seus filhos. Já se escreveu para lá mas nunca veio resposta deste seu negócio e portanto é necessário que se envie a Vouzela, terra do padre Mestre Simão, e de parte de Nosso Senhor o requeiro, porque se este homem estivesse em estado de graça fará ele muito nesta terra, mas não estando em pecado mortal.”

A seguir, Nóbrega pede que intercedam até junto ao papa para que João Ramalho possa casar com Bartira, “não obstante que haja conhecido outra sua irmã e quaisquer outras parentes dela (...) e se isso [o processo de regularização do casamento] custar alguma coisa, ele o enviará daqui em açúcar”.

Tão boas parecem ter sido as relações que naquele dia se estabeleceram entre Nóbrega e Ramalho que o guarda-mor do campo autorizou seu filho mais velho, o mameluco André, a acompanhar o líder dos jesuítas em nova peregrinação pelo sertão – dessa vez em direção a Maniçoba, aldeia cuja localização correta nunca foi determinada pelos historiadores, embora se suponha que ficasse nos arredores da atual cidade de Itu, “na boca do sertão”.

Por cerca de um mês (setembro de 1553) Nóbrega percorreu as trilhas do sertão, em companhia de Pero Correia e André Ramalho, disposto a arregimentar catecúmenos e estudar a melhor rota na direção do Paraguai. Nos primeiros dias de outubro, de volta daquela peregrinação e já se preparando para retornar a São Vicente, tornou a cruzar por Piratininga e então determinou a construção de uma pequena ermida (ou capela), além de uma casa para os padres, que “Tibiriçá ajudou a fazer com as próprias mãos”.²⁷

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

Deixando os irmãos Pero Correia e Antônio Rodrigues – sertanistas experientes e fluentes em tupi – para doutrinar os nativos da aldeia de Tibiriçá, Nóbrega torna a descer a serra e chega a São Vicente em fins de outubro. Lá, outros problemas o aguardam.

Os meninos indígenas que o padre Leonardo Nunes agrupara no colégio de São Vicente estavam famintos. “Os índios nos dão os filhos de boa vontade e se tivéssemos com que os manter e criar em Cristo, todos os dariam. Mas não se tomam senão os que se podem sustentar de comer, porque de vestido muito poucos o andam e todos andam nus (...). Esta casa de São Vicente é a mais pobre de todas e padecem os irmãos e padres e meninos de muita fome e frio e é maravilha não fugirem de volta para os seus pais”, escreveu o líder dos jesuítas.

Por isso, em janeiro de 1554 Nóbrega decide transferir o colégio de São Vicente para o topo do planalto, instalando-o na pequena capela que mandara construir em Piratininga, de modo que os próprios pais pudessem

alimentar os jovens alunos sem ter de descer a serra. O irmão José de Anchieta – recém-desembarcado em São Vicente – confirma o motivo (“para que seus pais os sustentassem”), mas acrescenta outros dois, tão ou mais importantes, especialmente o terceiro, que bem revela o que estava por trás da fundação de um colégio no topo da serra:

A AURORA DE PIRATININGA

Ao entrar em Piratininga, Nóbrega e seus assessores repetiram o esquema que vinham aplicando desde que os jesuítas iniciaram a catequese dos índios na Bahia. Antes de chegar à aldeia, enviavam um grupo de garotos indígenas já catequizados, que entravam no aldeamento entoando cânticos católicos em tupi, com cruzes erguidas nas mãos. Aquela espécie de “comissão de frente” encantava os nativos “que era coisa de muito se ver”. Tão logo os meninos chegavam ao centro da taba, um outro grupo de pequenos catecúmenos se aproximava, também portando cruzes e com os jesuítas em meio a eles. Assim foi feito em Piratininga – e assim São Paulo começou a nascer.

“Para o sustento destes meninos [do colégio de São Vicente], a farinha de pau era trazida do interior, da distância de 30 milhas [90 quilômetros]. Como era muito trabalhoso e difícil por causa da grande aspereza do caminho, ao nosso padre [Nóbrega] pareceu melhor mudarmo-nos para esta povoação de índios que se chama Piratininga. Isto por muitas razões: primeiro por causa dos mantimentos; depois, porque se fazia nos portugueses [de São Vicente] menos fruto do que se devia [ou seja, se convertiam menos colonos do que os padres desejavam...] e especialmente porque se abriu por aqui a entrada para inúmeras nações sujeitas ao jugo da razão [grupos de indígenas mais receptivos à pregação jesuítica].”²⁸

Assim, na última semana de janeiro de 1554, Nóbrega, acompanhado de 12 padres e irmãos, sobe outra vez a serra e, após rezar uma missa “na formosa povoação que então se iniciava”, decide substituir o nome indígena de Piratininga, batizando a nova casa e o novo colégio com o nome de São Paulo, santo cuja conversão ao cristianismo é comemorada

em 25 de janeiro – dia que o jesuíta, justamente por isso, escolheu para rezar a missa que marcou o nascimento da cidade que viria a se transformar na maior da América Latina.

O lugar escolhido por Nóbrega para fundar a igreja e o colégio de São Paulo era extraordinariamente favorável aos seus propósitos. Localizado no topo de uma colina acastelada entre os vales de dois rios – o lento e sinuoso Tamanduateí (“rio do tamanduá”), então chamado de Piratininga (“rio do peixe seco”), e o encachoeirado Anhangabaú (“rio do Anhangá”, palavra traduzida pelos jesuítas como “demônio”, mas que na verdade era um espírito guardião da floresta) –, o sítio, em forma de triângulo, com cerca de 2,5 hectares de área (o equivalente a três campos de futebol), era facilmente defensável e oferecia ampla vista para o campo, as várzeas e as planícies circundantes.

O coração da colina era o local de onde partiam várias trilhas indígenas em direção aos quatro pontos cardeais. Do Pátio do Colégio rumo ao sul, pela atual rua Roberto Simonsen, seguia a vereda que levava para Santo André e São Vicente pelo Caminho dos Tupiniquim, depois rebatizada de “Caminho Velho do Mar”. Para o norte, pelas atuais ruas São Bento e XV de Novembro, partia o caminho que levava primeiro para a aldeia de Inhapuambuçu, localizada no vértice do triângulo e onde vivia o líder Tupiniquim Tibiriçá, principal aliado dos portugueses. O mesmo caminho, em sua continuação, conduzia às várzeas do Tietê, a Mogi das Cruzes e ao vale do Paraíba, ainda selvagem e ocupado por tribos inimigas dos portugueses.

Para oeste, pelas atuais rua Direita e do Ouvidor, descendo a abrupta encosta da montanha rumo ao vale do Anhangabaú, nos arredores da atual praça da Bandeira, começava o Caminho do Sertão. Ele passava pelos atuais bairros de Perdizes e Pinheiros – povoados por bandos de perdizes e repletos de araucárias – e, depois de subir pela atual rua da Consolação, chegava ao topo do Caaguaçu (onde agora fica a avenida Paulista), seguindo para a zona de campos hoje pertencente aos estados do Paraná e de Santa Catarina – o território dos Carijó e dos Guarani, cuja conversão ao

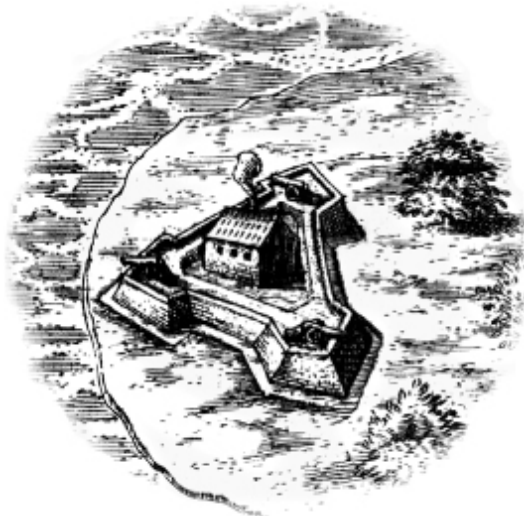
cristianismo continuava sendo o principal objetivo do padre Manuel da Nóbrega.

Tão propícia era a localização do Colégio de São Paulo que, dois anos após sua fundação, os colonos de Santo André iriam se transferir para a colina de Piratininga, abandonando o vilarejo de João Ramalho e dando início ao surgimento da cidade que o historiador Jaime Cortesão chamou, com toda a propriedade, de “a capital geográfica do Brasil”.

A CAPTURA DE HANS STADEN

No mesmo mês de janeiro de 1554 em que Nóbrega fundou o Colégio de São Paulo, o alemão Hans Staden foi capturado pelos Tamoio em Bertioga. Em março de 1553, Staden – o mercenário alemão que fazia parte da expedição de Sanabria e se encontrava detido em São Vicente havia vários meses – tinha aceito o cargo de artilheiro do forte de São Felipe, que Tomé de Sousa mandara fazer em Bertioga (ou Buriqui-oca, “reduto dos macacos”).

De acordo com Staden, os Tamoio, ferrenhos inimigos dos Tupiniquim e de seus aliados portugueses, tornavam-se especialmente perigosos em dois momentos do ano: em novembro, quando percorriam a região para colher milho maduro, com o qual faziam uma potente bebida fermentada, e em agosto, quando entravam no canal de Bertioga para pescar os paratis (uma espécie de tainha) que ali desovavam. Naquele início de 1554, Staden descobriria que a região de Bertioga tinha outro atrativo para os Tamoio.



O forte de Bertioga

Quando os ninhais de guarás, uma ave de vistosa plumagem vermelha, estavam repletos, os indígenas vinham capturá-los por causa de suas flamantes penas rubras. Naquele ano, além de guarás, os Tamoio levaram Hans Staden. O alemão ficou prisioneiro dos nativos durante dez meses. Fazendo-se passar por francês, escapou inúmeras vezes de servir de repasto nos banquetes antropofágicos que viu serem realizados.

Durante o período que durou sua captura, Staden conheceu o temível Cunhambebe, o maior líder tribal dos Tamoio; fez várias viagens pela região litorânea entre Santos e Rio de Janeiro e viu vários navios franceses que chegavam para negociar pau-brasil, algodão e pimenta com os índios – uma prova adicional do quão frequente era a presença dos entrelopos naquela zona.



O mercenário alemão Hans Staden

Em junho de 1554, quando Staden se encontrava prisioneiro na aldeia de Ubatuba, seu antigo companheiro de viagem, o piloto-mor Juan Sanches de Biscaia, passou por ali. Autorizado a deixar São Vicente, Sanches estava voltando para a Espanha. Embora tenha conversado com Staden e com os índios que o mantinham aprisionado, Sanches não foi capaz de convencer os nativos de que Staden não era português.

Ao perceber que não obteria a libertação do mercenário alemão, partiu para Sevilha. Ao desembarcar lá, no segundo semestre de 1554, escreveu para o príncipe D. Felipe. A carta não fez menção a Staden, mas exortava o herdeiro do trono de Castela a povoar a costa do Brasil meridional, ou pelo menos Cananeia. Se o projeto não se concretizasse “o mais rapidamente possível”, Castela corria o risco de perder toda aquela região para os portugueses “para sempre”.

Embora envolvido em problemas muito mais complexos, o futuro imperador Felipe II já estava tratando do assunto. Desde abril de 1554, os castelhanos estavam articulando negociações diplomáticas com Portugal, bem como preparando o envio de novas expedições ao Sul do Brasil. Apesar de terem sido realizadas, tais expedições não alcançaram seu objetivo.

Ainda assim, a expansão portuguesa sobre as terras que legalmente pertenciam à Espanha seria um processo lento – e a própria vila de São

Paulo só iria assumir posição mais relevante dali a um século, e apenas porque Nóbrega tivera o discernimento de fundar seu colégio justo no entroncamento das trilhas que, a partir de 1640, permitiriam aos “bandeirantes” paulistas percorrerem (e conquistarem) toda aquela região.

Dois anos após a fundação do colégio, porém, com o caminho para o Paraguai ainda bloqueado, São Vicente se mantinha como uma capitania remota e periférica. O foco da ação da Coroa portuguesa e dos próprios jesuítas continuava centrado em Salvador.

E não há de ter sido por outro motivo que, em 23 de maio de 1556, Nóbrega decidiu voltar para a Bahia, desistindo de vez do plano de catequizar os Guaranis. Seu sonho só seria realizado um século mais tarde – e por jesuítas espanhóis que, partindo de Assunção, fundaram os chamados trinta Povos Guaranis, no Paraná, no Rio Grande do Sul e no próprio Paraguai. Ironicamente, aquelas “missões” acabariam devastadas pelos intrépidos moradores da cidade surgida ao redor do velho colégio de Piratininga.

Após o massacre e a escravização de mais de 100 mil indígenas, os atuais territórios do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul passaram então a pertencer definitivamente ao Brasil.



IV

OURO, CAOS E CANIBALISMO

Na primeira semana de abril de 1553, poucos dias depois de decretar o bloqueio do caminho para o Paraguai e nomear João Ramalho “guarda-mor do campo”, Tomé de Sousa zarpou de São Vicente de volta para Salvador. Àquela altura, o mandato do governador – originalmente previsto para durar três anos – esgotara-se havia mais de um e não restam dúvidas de que ele estava ansioso para retornar a Portugal. Antes de chegar à Bahia, porém, Tomé de Sousa precisou fazer uma escala em Porto Seguro. E lá ele tomou uma decisão importante.

Desde a descoberta oficial do Brasil, em abril de 1500, os portugueses ansiavam por encontrar ouro e prata no vasto território do qual tomaram posse. Mas, até então, os minérios tinham se revelado um sonho intangível. Depois que os espanhóis descobriram prodigiosas quantidades de metal tanto no México (1519) quanto no Peru (1539), e também em Potosí, na Bolívia (1545), encontrar minas no Brasil tornou-se verdadeira obsessão para os portugueses. As cartas do próprio Tomé de Sousa estão repletas de referências ao tema e, em dado momento, o governador que sonhava em “fazer do Brasil um outro Peru” chega a dizer ao rei que não falará mais no assunto antes de ter encontrado o minério.

Os castelhanos debochavam daquele anseio de seus rivais lusitanos. Para eles, a verdadeira riqueza da América portuguesa se resumia ao “sangue dos tapuias”.

Em fins de 1549, porém, notícias da existência de ricas lavras de ouro haviam começado a espoucar em Porto Seguro com tanta intensidade e frequência que reforçaram a convicção geral de que aquela capitania era, junto com São Vicente, a mais direta “porta de entrada para as riquezas do sertão”. Tal sensação se tornou virtualmente uma certeza quando, em março

de 1550, um grupo de indígenas chegou a Porto Seguro trazendo uma notícia espantosa.

“Sucedeu agora”, conta ao rei, com febril excitação, um dos moradores da capitania, “de chegarem a Porto Seguro uns negros da terra, dos que vivem junto a um grande rio, além do qual, dizem eles, está uma serra que resplandece muito e que é muito amarela, da qual serra vão ter ao dito rio muitas pedras da mesma cor.” Com aquele minério “os ditos negros fazem gamelas para nelas dar de comer aos porcos, já que para si não ousam fazer coisa alguma, porque dizem que aquele metal provoca doenças, razão pela qual não ousam passar por ali e dizem que a serra é muito aterradora por causa de seu resplendor, e eles a chamam de Sol da Terra”.¹

A notícia, é claro, causou alvoroço entre os colonos – e não só em Porto Seguro, mas também nas capitanias vizinhas do Espírito Santo, Ilhéus e Bahia. Era o início da lenda de Sabarabuçu, a Serra Resplandecente. Ela iria perdurar por mais de um século e clamar muitas vidas antes de revelar-se em toda a sua plenitude com a descoberta das jazidas de Ouro Preto e Diamantina. Embora o caminho até lá só viesse a ser descoberto 150 anos mais tarde, naquele início de 1550 os moradores de Porto Seguro estavam obtendo as primeiras informações sobre a região que um século depois seria batizada de “Minas Gerais”.

Tão surpreendente quanto a revelação dos nativos era o personagem a quem coube divulgar a boa-nova. A carta que anunciou a D. João III a existência de Sabarabuçu foi escrita por uma das figuras mais curiosas da colônia: o cristão-novo, mestre enxadrista, “inventor”, boticário e letrado castelhano Felipe de Guillen. Embora fosse um degredado e sujeito dado a grandes exageros, Guillen era bem conhecido não apenas na colônia, mas no próprio reino, onde havia inspirado um personagem ridicularizado em peça de Gil Vicente, o mais respeitado dramaturgo português de seu tempo (*leia nota a seguir*).

ATRIBUIÇÕES DE UM “INVENTOR”

As singularidades da vida e do exílio de Felipe de Guillen no Brasil chamaram a atenção de historiadores do porte do francês Henry Harrise, do espanhol Navarrete, do português Souza Viterbo e dos brasileiros Varnhagen e Capistrano de Abreu. Graças a eles, é possível retratar os percalços de uma existência repleta de ação e desengano. Supõe-se que Guillen tenha nascido na Espanha, por volta de 1487. Em 1525, mudou-se para Portugal, disposto a apresentar no reino um astrolábio de sua invenção, por meio do qual seria possível calcular a longitude – o que constituía um dos maiores desafios na arte de orientar-se no mar. Graças ao instrumento, Guillen foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu tença de 15 mil reais por ano. Mas no início de 1528 foi desmascarado, preso e obrigado a devolver o dinheiro. Transformado em bufão em peça de Gil Vicente, foi enviado para cumprir degredo no Brasil em 1537.

Guillen chegara à Bahia em 1537. Logo em seu primeiro ano na nova terra, a mulher e o filho morreram, restando-lhe o fardo de criar três filhas pequenas. Apesar da tragédia, assegurou em carta ao rei que se manteve “sempre disposto a inquirir e saber as estranhas cousas deste Brasil” e, desse modo, acabou informado que, partindo de Porto Seguro, certos colonos “entravam pela terra adentro e por lá andavam de cinco a seis meses para descobrir as minas de ouro que os negros diziam que havia”. Com o propósito de auxiliar os exploradores “com o instrumento que já mostrei a Vossa Alteza”, Guillen transferiu-se para a capitania de Pero do Campo Tourinho.

Mas, em julho de 1549, dois meses após desembarcar no Brasil, Tomé de Sousa mandou chamá-lo de volta a Salvador. Embora, na capital que nascia, Guillen tenha sido encarregado de “construir o caminho que ia da Ribeira para a cidade”,² alguns historiadores supõem que o governador estivesse disposto a obter dele informações sobre minas. É bem possível que assim fosse, pois documentos da época comprovam que, além de mestre enxadrista e boticário, Guillen era mineralogista.

Foi de Salvador que, no dia 20 de julho de 1550, Guillen enviou ao rei a carta na qual relatou a chegada a Porto Seguro do grupo de indígenas que,

vindo do sertão, havia mencionado a existência da Serra Resplandecente. Apenas seis dias antes, o capitão interino daquela mesma capitania, Duarte de Lemos, também havia escrito para o monarca reforçando a informação: “Está na conquista de Vossa Alteza toda e a maior parte do ouro que sai do Peru, que se acha na altura de 17 graus [de latitude], que é justamente onde essa capitania [de Porto Seguro] está”, escreveu Lemos em 14 de julho de 1550. “V. A. deve mandar homens que conheçam a terra onde está o ouro porque por nenhuma terra destas partes se pode melhor ir a ele do que por esta de Porto Seguro.”

Não se tratava apenas do fato de Porto Seguro estar localizado na mesma latitude que o Peru o que tanto entusiasmava os colonos. Como o próprio Lemos ressalta na correspondência, outra questão importante era que “o gentio daqui está de paz, e muito nossos amigos, mormente depois que Vossa Alteza enviou a armada [de Tomé de Sousa] e eles souberam que V. A. mandava que não mais os salteasse”.

O conjunto de circunstâncias favoráveis teria levado Tomé de Sousa a agir com rapidez, mas, convicto de que seria melhor, mais rápido e menos perigoso chegar às minas por via fluvial, o governador determinou que uma galé zarpasse de Salvador para subir o São Francisco, que se supunha ser “o grande rio” às margens do qual viviam os indígenas mencionados por Felipe de Guillen. O comando da missão foi confiado a um Miguel Henriques, “homem honrado, e para todo o cargo que lhe quiserem dar”.³ Em 5 de novembro de 1550, a expedição zarpou da Bahia.

Mas nunca mais se ouviu falar dela nem dos 15 homens que tripulavam a galé.

A PRIMEIRA ENTRADA ÀS MINAS GERAIS

Assim sendo, em abril de 1553, tão logo fez escala em Porto Seguro na sua viagem de volta desde São Vicente, Tomé de Sousa foi novamente procurado pelos “homens bons” da capitania. Eles continuavam alvoroçados com as notícias sobre a Serra Resplandecente e insistiram para que o governador autorizasse uma nova entrada ao sertão. Sousa deixou-se

convencer e permitiu que uma outra expedição fosse armada – dessa vez por via terrestre, como queriam os colonos. Os preparativos, no entanto, foram longos, e quando os homens partiram, em novembro de 1553, o governador já havia deixado o Brasil fazia quase seis meses.

A turbulenta história e as dramáticas circunstâncias daquela que foi a primeira entrada oficial dos portugueses à região mais tarde chamada de Minas Gerais pode ser reconstituída com base em uma carta escrita por um de seus integrantes, o jesuíta Juan de Azpilcueta Navarro. Embora seu roteiro nunca tenha sido plenamente esclarecido e o assunto ainda acenda polêmica entre os (atualmente poucos) historiadores dispostos a desvendar-lhe a rota, os detalhes conhecidos são mais que suficientes para pintar um quadro dos objetivos e dos parcos desdobramentos práticos da missão, que se prolongou por cerca de um ano e meio e que, segundo os jesuítas, teria custado a vida do padre Navarro, “esgotado pelo cansaço daqueles trabalhos”.⁴

Composta por 12 homens brancos, acompanhados por algumas dezenas de indígenas, a expedição foi comandada por Francisco Bruza de Espinosa, que, como Guillen, era castelhano e talvez também fosse cristão-novo. Espinosa era egresso do Peru, de onde viera por terra para o Brasil. Vivia já há mais de uma década em Porto Seguro, onde, de acordo com o relato de um jesuíta, era “um grande língua [ou seja, falava fluentemente o tupi] e gozava de muita autoridade entre os índios do Brasil”.⁵

Carregada com quarenta dúzias de tesouras, trinta dúzias de pentes, 45 côvados de pano vermelho, 12 chapéus (“dos de 146 reais cada”), além de outros artigos comumente utilizados para troca com os nativos, mais “três barris de pão por mantimento”, a tropa teria iniciado sua jornada de cerca de 1.000 quilômetros sertão adentro pelas margens de algum rio vizinho a Porto Seguro, pois, como disse Capistrano de Abreu, “em país desconhecido, seguir um rio é meio de não se perder”.⁶ Qual rio teria sido esse, no entanto, o próprio Capistrano e os demais estudiosos da marcha – dentre os quais se destacam Orville Derby e Pandiá Calógeras – discordam.

Tudo faz crer, no entanto, que terá sido o Jequitinhonha, cuja foz fica cerca de 80 quilômetros ao norte da sede da capitania.

O Jequitinhonha nasce em Minas Gerais, na serra do Espinhaço, que de fato possui “picos de quartzito branco, fáceis de confundir com mármore”⁷ e que, segundo os estudiosos da marcha, teria oferecido aos expedicionários o primeiro vislumbre das fugidias riquezas em busca das quais andavam. Seguindo para o sul pela zona campestre que se debruça por entre os picos reluzentes do Espinhaço, a expedição bem pode ter chegado à atual Diamantina e, dali, explorado as nascentes do São Francisco e a barra do rio das Velhas.

Se assim foi, Espinosa e seus homens terão percorrido o coração da região onde, um século e meio mais tarde, os mamelucos paulistas iriam descobrir as “fertilíssimas minas gerais”.

Embora reticente quanto ao roteiro percorrido, o relato de Azpilcueta Navarro (redigido em Porto Seguro em 24 de junho de 1555 e enviado para os padres e irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra) é de alta voltagem dramática e repleto de detalhes saborosos. Já desde a primeira frase, Navarro revela sua incapacidade de desvendar a rota da expedição – mas, de todo modo, esse parecia estar longe de ser seu objetivo.



“Dar-se conta do caminho em particular seria nunca acabar; mas como sei que com isso lhes dará consolação, direi alguma coisa do que passamos e vimos. Saberão, irmãos caríssimos, que entramos pela terra adentro bem

350 léguas [cerca de 2 mil quilômetros], sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não tem conta, e tantos rios que em certas partes no espaço de quatro ou cinco léguas passamos cinquenta vezes contadas por água, e muitas vezes se não me socorressem me houvera afogado.

“Mais de três meses fomos por terras mui úmidas e frias por causa dos muitos arvoredos e das árvores grossas e altas, de folha que está sempre verde. Chovia muitas vezes, e muitas noites dormimos molhados, especialmente em lugares despovoados, e assim todos em cuja companhia eu ia, estiveram quase à morte de enfermidades, uns nas aldeias, outros em despovoados, e sem outra medicina que sangrar-se de pé, forçando a necessidade a caminhar, e sem ter outro mantimento às mais das vezes que farinha e água não perigou nenhum porque nos socorreu Nosso Senhor com sua misericórdia, livrando-nos também de muitos perigos de índios contrários que algumas vezes determinaram de matar-nos.

“Passamos muitas zonas despovoadas, especialmente uma de 23 jornadas, por entre índios que chamam tapuias e que é uma geração de gente bestial e feroz, porque andam pelos bosques, como manadas de veados, nus, com cabelos compridos como mulheres; e sua fala é muito bárbara e eles mui carniceiros: trazem flechas ervadas [envenenadas] e dão cabo de um homem num instante.

“Os dias eram calorosos e as noites frias, as quais passávamos sem mais cobertura do que a do céu. Nestes ermos, passamos uma serra mui grande, que corre do norte para o meio-dia e nela achamos rochas mui altas de pedra mármore. Dessa serra nascem muitos rios caudais: dois deles vão sair ao mar entre Porto Seguro e Ilhéus: chama-se um rio Grande [trata-se do Jequitinhonha] e o outro rio das Orinas [talvez o Pardo, por cujo leito a expedição teria empreendido a viagem de volta].

“(...) Há muita caça, assim de animais como de aves; há uns animais que se chamam antas, pouco menores do que mulas, e parecem-se com elas senão que tem os pés como de boi. Também há muitos porcos monteses, e outros animais que têm uma capa por cima à maneira de cavalo armado; há raposas, lebres e coelhos, como em nossa terra. Há muitas castas de

macacos, entre os quais uns pardos com barbas como homens; há veados, gatos monteses, onças, tigres e muitas cobras (...). Há umas aves que são como perdizes, outras como faisões, com outras muitas diversidades, e vimos também em poder dos índios duas avestruzes.

“Mas o fruto mais sólido desta terra parece que será quando se a for povoando de cristãos. Que Deus Nosso Senhor por sua misericórdia tire estes miseráveis das abominações em que estão e a nós outros dê sua graça, para que façamos sua santa vontade.”

Cerca de vinte dias antes de Navarro redigir sua carta, o irmão Ambrósio Pires, também jesuíta, já havia comunicado ao Colégio de Coimbra o retorno da expedição. Tal relatório, enviado em 6 de junho de 1555, ia direto ao ponto: “Depois de mais de ano de perambulação, não trazem os homens de Espinosa ouro nem prata nem novas dele, pois não ousaram cruzar pelo território de um outro gentio, em que diziam está o que buscavam.”⁸ Também informado do fracasso da expedição, o padre Nóbrega reagiu com calculada resignação: “Deus queira que o verdadeiro tesouro e joias [do sertão] sejam as almas que lá iremos salvar.”⁹

ÚLTIMOS DIAS DO PRIMEIRO GOVERNO-GERAL

Depois de autorizar a entrada comandada por Espinosa e descrita pelo padre Navarro, Tomé de Sousa zarpou de Porto Seguro rumo à Bahia, aonde chegou em 1º de maio de 1553.

Um mês exato após colocar os pés em terra, o governador redigiu minucioso relatório para D. João III, no qual não apenas descreveu o que se passara durante a viagem de inspeção da costa como apressou-se em apresentar ao monarca um balanço de seus quatro anos de governo. O principal objetivo de Tomé de Sousa parece ter sido clamar por seu imediato retorno ao reino, até porque, como já foi dito, o prazo original de seu mandato se esgotara havia 14 meses e o laborioso governador estava farto de trabalhar no Brasil: “O que levo meses para construir, desfaz um degradado em meia hora”, disse ele ao soberano.

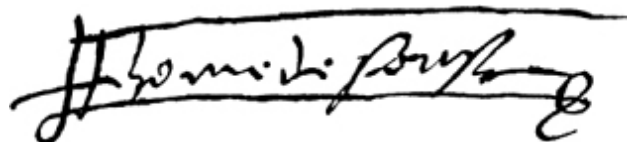
Embora se dirigisse ao rei, nem por isso Tomé de Sousa abriu mão do fraseado irônico e cortante que o tornara conhecido no reino: “Como disse a Vossa Alteza, não farei senão as lembranças muito necessárias sem as quais esta terra não se poderá sustentar, se não se um homem pode viver sem a cabeça. Em primeiro lugar, deve V. A. mandar que os próprios capitães residam em suas capitanias e quando, por justos respeitos, não puder isso ocorrer, que ponham no cargo pessoas que a V. A. contentem porque os que agora servem de capitães, não os conhece a mãe que os pariu (...).”

Com relação à administração da capital e ao papel do novo governador, Sousa sugeriu: “A esta Cidade do Salvador deve V. A. prover de um capitão honrado e abastado, porque a qualidade dela assim o demanda e o governador-geral não deve ter lugar certo se não residir onde lhe parecer que há mais necessidade dele.”

A seguir, observando que havia gente demais para trabalho de menos, o governador anotou: “Parece-me que pelos próximos três anos deveria V. A. dispensar o provedor-mor da Fazenda porque o ouvidor-geral que vier poderá desempenhar o mesmo ofício e melhor do que toda outra pessoa que não seja letrado (...) e fará todo o serviço e ainda lhe sobrar tempo e desta maneira terá o que fazer pois, de outro modo, folgam ambos todo o tempo. Bem assim, o tesoureiro que está residente nesta cidade poderá também servir de almoxarife dos armazéns e mantimentos porque o negócio é quase todo um e não é muito, e bastará também um só escrivão e o cargo de capitão do mar é escasso porque a maior parte do tempo não é necessário e, quando o for, o governador escolherá um. E, desta maneira, escusará Vossa Alteza alguns ordenados, e à medida que a terra for rendendo, irá V. A. acrescentando novos cargos e ofícios.”

Após a breve lição de administração parcimoniosa, o governador relatou ao monarca os resultados de sua viagem de inspeção: “Eu corri esta costa toda e me parece que nisso fiz muito serviço a Vossa Alteza e bem à terra. Ou, quando menos, fiz tudo o que pude e entendi e gastei tudo o que tinha, e não falo nos gastos para pedir algum alvitre a V. A. para minhas

dívidas, mas para que V. A. saiba que tudo o que me deu, folgo em o despendar em seu serviço. (...) Todas as vilas e povoações e engenhos desta costa, fiz cercar de taipa com seus baluartes e as que estavam arredadas do mar fiz chegar ao mar e lhes dei toda a artilharia que me pareceu necessária (...) e mandei em todas as vilas fazer casas de audiência e de prisão e endireitar as ruas, e tudo se fez sem opressão do povo.”

A handwritten signature in dark ink, likely of Tomé de Sousa, written in a cursive style with a horizontal line above it.

Ao final do relatório, Tomé de Sousa volta a clamar enfaticamente por seu retorno para Portugal: “Pelo amor de Deus que Vossa Alteza me mande ir que eu não sei outras palavras por onde o peça (...) e nenhum outro governador pode V. A. mandar que não faça cá melhor do que eu e com menos trabalho.” Embora suas frustrações com os destinos da colônia fossem de várias ordens, o argumento no qual Tomé se apoiou foi o fato de estar saudoso da mulher e da filha, como ele já havia dito ao rei na carta escrita dois anos antes: “Peço a V. A. por amor de Deus que me mande ir para uma mulher velha que tenho e uma filha moça (...) que desejo casar e ver minha mãe, se forem vivas que depois que cá estou já me aconteceu de escrever a quem está no outro mundo.”¹⁰

As aflições familiares do governador eram conhecidas pelo padre Nóbrega. O provincial dos jesuítas até supunha que Tomé de Sousa poderia decidir ficar no Brasil, caso o rei lhe mandasse vir a esposa e a filha. Foi o que afirmou em duas cartas, ambas escritas cerca de um ano antes, em julho de 1552. Ao mestre Simão Rodrigues, Nóbrega disse: “Não creio que esta terra fora avante, com tantos contrastes como teve, se houvera outro governador. Dizem que ele se vai o ano que vem. Tememos muito vir outro que destrua tudo. De quantos de lá vieram, nenhum teve amor a esta terra, se não ele, porque todos querem apenas fazer em seu proveito, ainda que seja à custa da terra, porque esperam de logo se ir dela. Parece-me que se

El-Rei lhe der o que tem lá e lhe casar a sua filha e lhe mandar sua mulher, folgará muito de viver cá, não por governador, mas por morador.”

Dirigindo-se a D. João III, Nóbrega reforçou a tese, usando quase as mesmas palavras: “Temos por nova que Vossa Alteza manda ir o ano que vem a Tomé de Sousa. Obriga-me Nosso Senhor a dizer o muito que temo vir outro que destrua o pouco que está feito, e que favoreça mais os pecados e vícios do que este, e que queira se aproveitar às custas da terra. Sei que [Tomé de Sousa] folgará muito de viver nesta terra se cá tivesse sua mulher, ainda que não fosse governador (...). Ao menos lembro a V. A. que não mande a esta terra governador solteiro, nem mancebo, se não a quer ver de todo destruída, e grande bem seria se fosse casado e viesse com sua mulher.”¹¹

Há um rasgo profético nas cartas de Nóbrega, pois o novo governador não só iria desfazer algumas das mais importantes conquistas de Tomé de Sousa como, embora casado, não apenas não veio acompanhado da esposa, D. Maria de Mendonça, como trouxe consigo um filho solteiro – em torno do qual iriam rebentar conflitos políticos tão graves que o próprio Nóbrega não hesitaria em chamá-los de “guerras civis”.

D. DUARTE, O SEGUNDO GOVERNADOR

Àquela altura, porém, a preocupação de Tomé de Sousa com o próprio destino era desnecessária, pois, no instante em que escrevia ao rei clamando pela liberação do pesado encargo de governar o Brasil, seu substituto não só já fora nomeado como havia até embarcado para a América. No dia 1º de março de 1553, D. Duarte da Costa tornara-se o segundo “capitão da Cidade do Salvador e governador-geral em todas as capitanias e terras das partes do Brasil”.

“A escolha de D. Duarte, fidalgo palatino, poderá ter sido feita pelo conde da Castanheira, a quem os negócios do Brasil interessavam de maneira extraordinária”, supõe o historiador Pedro de Azevedo, “mas se isso se deu, não foi feliz a eleição do segundo governador, a quem faltava a prática do mando e a experiência de guerra.”¹² Escrevendo em 1923,

Azevedo ecoou o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que em 1864 havia anotado: “Talvez ao partir de Portugal, as intenções do novo governante fossem boas, mas isso não se pode concluir a partir dos feitos de seu governo.”¹³

Como Azevedo e Varnhagen, vários historiadores consideram D. Duarte um dos mais incompetentes governantes da história do Brasil, embora existam outros concorrentes ao posto.

Duarte da Costa não fazia parte da burocracia estatal, não era militar e, muito menos, um letrado ligado ao Desembargo do Paço. Nada disso impediu sua ascensão na corte, pois nascera na família certa e na hora certa. Sua mãe, dona Brites de Paiva, além de irmã de Bartolomeu de Paiva, fidalgo proeminente, havia sido ama de leite do príncipe D. João – fato que tornou Duarte da Costa e o futuro soberano irmãos colaços.

Já o pai de D. Duarte, D. Álvaro da Costa, havia iniciado carreira palaciana como mero “moço de guarda-roupa” de D. Manuel (pai e antecessor de D. João). O bom casamento com dona Brites o fez ascender na escala social, mas seu prestígio aumentou de fato quando foi encarregado de buscar em Saragoça, na Espanha, a noiva do rei, dona Leonor, de 17 anos, com a qual o monarca, então com 56 anos, casou-se em terceiras núpcias. O casamento, realizado em 1518, abriu uma grave crise entre D. Manuel e o filho, o príncipe D. João, pois a mão de D. Leonor já havia sido prometida ao herdeiro do trono (*leia nota a seguir*).

AS BODAS DA DISCÓRDIA

O casamento de D. Manuel com dona Leonor agravou o conflito entre o rei e seu filho e herdeiro, o príncipe D. João, pois a moça já lhe fora prometida como esposa. Sentindo-se humilhado pelo pai, D. João aproximou-se ainda mais dos amigos de infância, D. Antônio de Ataíde e Martim Afonso de Sousa – e, segundo os cronistas, os três passaram a ser vistos “em

constantes murmurações pelo palácio”. O casamento, realizado em novembro de 1518, causou indignação também entre os conselheiros de D. Manuel, pois eles “temiam que a rainha moça passasse a dirigir o desorientado espírito do rei”.



Para D. Álvaro, no entanto, o casamento revelou-se excelente negócio, pois, ao trazer a princesa da Espanha, após recebê-la das mãos do pai – ninguém menos que o futuro imperador Carlos V –, o então “moço de guarda-roupa” foi feito armeiro-mor do reino, “recebendo numerosas outras mercês, entre elas o título de dom, inerente aos condes”.¹⁴ Várias dessas “mercês” seriam repassadas a seu filho, D. Duarte.

No momento em que foi nomeado governador-geral do Brasil, D. Duarte exercia o cargo de presidente do Senado da Câmara de Lisboa. Não deve ter visto a nomeação com bons olhos, pois a transferência para a distante e deficitária América portuguesa não podia ser considerada exatamente uma promoção. Além do mais, como já desfrutava das comendas herdadas do pai, dentre as quais uma da Ordem de Avis e outra

da Ordem de Cristo, “não se pode afirmar, em função das bastantes tenças que gozava, que sua nomeação obedecesse à necessidade de angariar bens de fortuna, até porque, apesar de ser filho segundo, já vivia em situação desafogada”, como observa Azevedo. Tendo já 50 anos, D. Duarte julgava-se idoso para o cargo e a aventura que ele implicava. “Estou sem idade para folgar de ver mundos novos”, diria em carta ao rei, na qual acrescentou: “Não vim para essa terra por cobiça nem por vaidade de honra.”¹⁵

Seu salário, ainda assim, era atraente: ao assinar os termos de nomeação, Duarte da Costa soube que receberia 400 mil reais anuais para o exercício do cargo. Na verdade, o salário era de 300 mil reais; os 100 mil restantes constituíam um adicional pelo exercício pregresso da presidência do Senado, a ser pago pelo Tesouro Régio em caráter vitalício.

Duarte da Costa partiu de Lisboa em 8 de maio de 1553, à frente de uma frota constituída por apenas três caravelas (e nenhuma nau), nas quais se amontoavam 260 pessoas. Junto com ele seguiram os sete novos jesuítas enviados ao Brasil por determinação de Inácio de Loyola. Os padres Brás Lourenço e Antônio Pires, mais os irmãos João Gonçalves, Antônio Blasques, Gregório Serrão e o noviço José de Anchieta – a terceira leva de jesuítas a desembarcar no Brasil – vieram sob a liderança de Luís da Grã (*leia nota a seguir*).



Formado em filosofia e direito civil pela Universidade de Coimbra, Grã entrara para a Companhia de Jesus em junho de 1543, aos 20 anos de idade. Era um ferrenho conservador, que apoiava a rigidez da Contrarreforma. Após a dramática expulsão dos mestres renascentistas de Coimbra, articulada por Simão Rodrigues, Grã havia se tornado o primeiro reitor do Colégio Jesuíta, estabelecido naquela cidade sobre os escombros de uma progressista escola anterior, o Colégio das Artes, fechada por pressão dos jesuítas e por ordem do rei. Grã ocupou o cargo até ser enviado para o Brasil como “provincial colateral” – ou seja, o segundo de Nóbrega, então recém-nomeado provincial. Grã viveria no Brasil pelos 56 anos seguintes, até sua morte, em novembro de 1609, aos 86 anos.



Também estava a bordo um grupo de órfãs, das quais pelo menos três – Violante de Eça, Inês da Silva e Clemência Dória – tiveram os nomes preservados para a posteridade. Vinham sob a guarda de uma certa Maria Dias, mais tarde mencionada em alguns documentos como “a velha que trouxe as órfãs”. Entre os passageiros encontrava-se ainda o “físico” (ou médico) Jorge Fernandes, cristão-novo, sobre o qual se abateria uma série de desgraças.

D. Duarte trouxe consigo o segundo filho, D. Álvaro da Costa – homônimo do avô famoso –, destinado a se tornar pivô do conflito que quase provocou a derrocada da nascente Cidade do Salvador. Junto com o “jovem e galanteador” guerreiro, que já “fincara lança em África”,¹⁶ pois enfrentara os mouros no Marrocos, seguiram alguns amigos e companheiros de lutas.

Eles se transformariam em um bando de arruaceiros permanentemente dispostos a intimidar, pela força das armas ou do atrevimento, quem quer que ousasse se interpor em seu caminho em Salvador.

A TROCA DE PODER

A frota chegou à Bahia em 13 de julho, após uma viagem que se presume ter sido tranquila, pois durou pouco mais de dois meses e nenhum dos passageiros fez menção a problemas climáticos ou náuticos em suas cartas e seus diários.

De acordo com frei Vicente do Salvador, quando a armada do novo governador ancorou em frente à cidade que Tomé de Sousa mandara construir, o velho governante encontrava-se na Casa da Câmara em meio aos infindáveis despachos burocráticos que lhe tomavam quase todo o tempo disponível. Um meirinho correu então para avisá-lo da chegada do substituto tão ansiosamente aguardado. “Vedes isso, meirinho?”, teria dito Tomé de Sousa assim que recebeu a notícia. “Verdade é que eu desejava muito, e me crescia a água na boca quando cuidava em ir para Portugal. Mas não sei o que é isso que agora se me seca a boca, de tal modo que quero cuspir e não posso.”¹⁷

Embora tenha escrito cerca de setenta anos após os acontecimentos, frei Vicente realmente conheceu alguns burocratas contemporâneos de Tomé de Sousa – mas não cita nominalmente suas fontes. De qualquer forma, o episódio, tido como verídico, não se ajusta aos fatos conhecidos. Apesar das afirmações de Nóbrega de que Sousa “folgaria” em tornar-se morador do Brasil, as cartas do governador revelam que ele estava ávido por voltar ao reino. Além do mais, tão logo retornou a Portugal, não apenas arrumou um bom casamento para a filha, Helena, como se tornou vedor da Fazenda (no lugar de seu primo, o conde da Castanheira), posição que lhe permitiu desfrutar de muito mais poder, prestígio e dinheiro do que se fosse “morador” do Brasil (*leia nota lateral*).

Embora vários historiadores dos séculos XVIII e XIX afirmem, com indisfarçável orgulho, que Tomé de Sousa “escrupulosamente não quis tomar para si nenhuma terras no Brasil”¹⁸ no período em que era governador, o fato é que, mais tarde, pediu e recebeu pelo menos uma valiosa sesmária nos arredores de Salvador – “para que o gado que possuía na colônia não permanecesse em terras alheias”.¹⁹ A sesmária, de 6 léguas

de largo, lhe foi concedida em dezembro de 1563 e ficava às margens do rio Pojuca. Aquela mesma terra, no entanto, já fora doada – e pelo próprio Tomé de Sousa – a seu primo, o conde da Castanheira (que também já havia sido agraciado pelo governador com a doação da ilha de Itaparica). Por isso, em outubro de 1565 Sousa recebeu outra propriedade, contígua à do conde em Pojuca e que se estendia até o rio Real.



O DESTINO DO GOVERNADOR

Documentos mostram que, em 27 de julho de 1554, Helena de Sousa – então com 15 anos – já estava casada com o fidalgo D. Diogo Lopes de Lima. E, antes de 16 de junho de 1557 – data da morte de D. João III –, Tomé já havia sido feito membro da Ordem de Cristo e nomeado vedor da Fazenda, cargo no qual seria mantido pela regente, a rainha D. Catarina, conforme alvará assinado em 22 de outubro daquele ano. Três meses mais tarde, em janeiro de 1558, Sousa passou a integrar o Conselho Real, permanecendo no posto até a morte, em 28 de janeiro de 1579. Na imagem acima, o selo de Tomé de Sousa.

Foi justamente a frequente distribuição de sesmarias, bem como a incessante apropriação, por parte de ávidos colonos, das mais férteis porções do território tribal dos Tupinambá no interior do Recôncavo Baiano, que redundou na explosão de uma revolta indígena, ocorrida em maio de 1555. Tal insurreição, porém, seria apenas um dos graves problemas que D. Duarte da Costa – que agora desembarcava em Salvador para tomar posse na Casa da Câmara – teria de enfrentar ao longo de seu desastrado mandato.

Não existem relatos documentais do que se passou durante os três primeiros meses do novo governo, mas registros pesquisados pelos

historiadores baianos Teodoro Sampaio e Edison Carneiro permitem afirmar que, tão logo assumiu o posto, D. Duarte iniciou a distribuição de cargos públicos entre os amigos que o acompanharam naquela incursão aos trópicos. Quase um século antes das investigações de Carneiro e Sampaio, Varnhagen já afirmara que, “cuidando só de seus lucros”, Duarte da Costa “começou a dar ofícios de escrivão da Câmara, juiz e escrivão dos órfãos, inquiridor e escrivão da almotaceria, alcaide de campo e carcereiro” sem outro critério “que não favorecer a si próprio e seus asseclas”.²⁰

Ironicamente, alguns dos agraciados logo se tornariam seus inimigos.

AS DESAVENÇAS ENTRE O GOVERNADOR E O BISPO

Os problemas de D. Duarte (e de seu filho, D. Álvaro) de início não tiveram nada a ver com a distribuição de empregos públicos e sesmarias. O que houve foi um grave confronto entre o governador e o bispo Pero Fernandes Sardinha. A crise – que precipitou as chamadas “guerras civis” que incendiariam Salvador pelos dois anos seguintes – eclodiu no dia 1º de novembro de 1553, menos de quatro meses após a chegada de D. Duarte. O conflito tornou-se público de forma ruidosa, em um irado sermão pronunciado por Sardinha no principal templo de Salvador, a igreja da Sé, no coração da cidade. Nóbrega já dissera que o bispo pregava com eloquência “e muita majestade”. Pode-se, portanto, imaginar a cena com alguma precisão: o bispo, com as suntuosas vestes eclesiásticas, postado no púlpito; à frente dele, D. Duarte e seu séquito, instalados em cadeiras de espaldar alto; logo atrás, os fidalgos e os burocratas; e, ao fundo, os colonos.



“Preguei no dia de Todos os Santos”, disse Sardinha em carta ao rei, “estranhando as cousas que sucederam nesta cidade desde que Tomé de Sousa se foi, alegando os grandes castigos que Deus manda aos povos pelo pecado do adultério e isto em geral, sem ter ninguém em particular, do que me tomou o governador tamanho aborrecimento que nunca mais me passou pela rua.”²¹ Embora não tenha citado nomes, não houve na igreja quem não percebesse a quem o bispo se referia – e ele próprio o confirmou, explicitando na mesma carta os “desconcertos, desarranjos e dissoluções que D. Álvaro e seus amigos João Rodrigues Peçanha, Luís de Góis, Fernão Vaz da Costa e outros seus sequazes” provocavam em Salvador, especialmente à noite.

De acordo com Sardinha, “tamanho é o descuido do governador com esses arruaceiros que não há homem que não seja afrontado e ameaçado nem mulher que não seja desonrada e combatida em sua honra” – situação que, segundo o bispo, tornava Salvador comparável a Sodoma. “D. Duarte trocou a ordem da polícia e aqui o pai obedece ao filho e o filho não tem nenhuma reverência nem acatamento ao pai”, disse o prelado a D. João III.

Depoimentos de outras testemunhas sugerem que o “galanteador” D. Álvaro de fato flertava – quando não dormia – com mulheres casadas.

CONFLITO NO CLERO

Antes que o confronto entre o governador e o bispo eclodisse, porém, Sardinha já estava às voltas com graves desentendimentos envolvendo os padres, cônegos e vigários do clero de Salvador. Alguns daqueles religiosos (como o tesoureiro da Sé, padre Filipe Estácio Cintra, e pelo menos três cônegos) haviam sido nomeados pelo rei e tinham zarpado de Portugal junto com o bispo. Outros, como os capelães Bastião Pereira e Luís Barreiros, foram escolhidos pelo próprio Sardinha, pois – tal qual faria Duarte da Costa – o prelado iniciara farta distribuição de cargos eclesiásticos assim que se instalou na Bahia, em julho de 1552.

Embora, conforme o depoimento de Nóbrega, “os ordenados dos clérigos da Sé fossem bem magros e ainda mal pagos”,²² não faltava quem estivesse disposto a fazer parte da folha de pagamento da diocese – até porque, como o regime em voga era o do padroado, os recursos da Igreja provinham diretamente do Tesouro Régio, repassados pela opulenta Ordem de Cristo.

Para o posto de deão da Sé, que rendia 20 mil reais por ano, Sardinha nomeou o frade dominicano Gomes Ribeiro, que já havia sido capelão do rei em Lisboa. A princípio, Ribeiro tornou-se o braço direito do bispo – encarregado de recolher as polêmicas “penas pecuniárias” cobradas pelo prelado –, mas depois rompeu com Sardinha e se aliou a seus maiores rivais.

Mais grave ainda foi a dissidência do chantre Francisco de Vacas. Ex-provedor da Fazenda na capitania do Espírito Santo, Vacas tinha retornado a Salvador pouco antes da chegada do bispo. Por ser “excelente cantor e mui bom músico”²³ – e também porque Sardinha logo se indispôs com o padre João Lopes, que então ocupava aquele cargo –, Vacas foi nomeado chantre da Sé, percebendo um salário de 15 mil reais anuais. Mas, menos de um ano após a posse, Vacas se tornaria um dos mais ferrenhos adversários do bispo, sendo demitido do chantrado, que então voltou às mãos de João Lopes, apesar da péssima reputação desse padre.

Por conta desses desacertos, no mesmo dia em que proferiu o sermão contra D. Álvaro da Costa – 1º de novembro de 1553 –, o bispo chamou até sua casa e espancou violentamente com uma vara os “menoristas” (ou capelães de ordens menores) Bastião Pereira e Luís Barreiros, que ele mesmo nomeara. Não se sabe o motivo da surra, mas Bastião Pereira “esteve à morte, que lhe apareciam os miolos”,²⁴ conforme o relato de Duarte da Costa, confirmado pelo do “físico” Jorge Fernandes, chamado para tratar o ferido.

O TABACO E OUTROS VÍCIOS

O espancamento dos capelães e o sermão contra os supostos adultérios do filho do governador não tiveram desdobramentos imediatos. Isso porque, menos de uma semana depois, Sardinha deixou Salvador, partindo para mais uma de suas temidas visitas episcopais – dessa vez rumo a Pernambuco. Vizinha da Bahia, a capitania era a mais bem-sucedida da costa e, graças à produção de açúcar, a mais rica de todas – o que parece ter sido o principal motivo para a visita de Sardinha.

Ao chegar a Olinda, onde foi “recebido com muita satisfação e muito recolhimento pela gente da terra”,²⁵ o bispo encontrou Vasco Fernandes Coutinho, o desastrado donatário do Espírito Santo, ali refugiado. Com sua capitania em situação caótica, já transformada em “valhacouto de traficantes de escravos”²⁶ e sob constante ataque dos Goitacá, Coutinho havia buscado abrigo nos domínios do prudente Duarte Coelho. Não contava, porém, com o que lhe reservava o inesperado encontro com o bispo.

“Velho, pobre e cansado”, Coutinho vinha se dedicando, nas palavras de Varnhagen, “ao consumo excessivo de bebidas espirituosas e até se acostumara com os índios a fumar, ou a beber fumo, como então se chamava a esse hábito, que naquele tempo serviu de compendiar até onde o tinha levado sua devassidão”.²⁷ Ao descobrir que Coutinho fazia uso frequente do tabaco, “o bispo lhe tolheu a cadeira das espaldas e, em meio à

missa, lhe apregooou por excomunhão, por sua mistura com homens baixos e seu hábito de beber fumo”, informou Duarte da Costa ao rei.

A ERVA SANTA

O tabaco não chegaria a se tornar um ponto adicional de conflito entre Sardinha e o padre Nóbrega, mas a posição de ambos em relação àquele costume era, como em tantos outros casos, diametralmente oposta. Embora nenhum registro documental confirme que o líder dos jesuítas jamais tenha feito uso do fumo, em 1549 ele escreveu para os irmãos do Colégio de Coimbra: “Todas as comidas desta terra são difíceis de desgastar, mas Deus remediou a isso por uma erva cujo fumo ajuda a digestão e a outros males corporais, pois purga a fleuma do estômago.”



“No púlpito, disse o bispo coisas tão descorteses de Vasco Fernandes, estando ele presente, que o puseram em condição de se perder, do que eu o desviei”, assegurou o governador. “Hei vergonha de declarar o que falou o bispo por defender [Coutinho] o fumo, sem o qual não tem vida, segundo ele diz, sendo que nessa terra o fumo cura os homens e as alimárias de muitas doenças.” De acordo com a carta, não foi aquela a primeira vez que Sardinha investiu contra o que considerava um “rito gentílico”: “Por achar que um pobre homem bebia [fumo], mandou [o bispo] o pôr nu da cintura

para cima, na Sé, um domingo, durante a missa com os fumos enrolados no pescoço, e condenou outro homem à mesma pena, o qual, de vergonha de a cumprir, fugiu para o gentio de Tatuapara e lá o mataram, e foi o bispo a causa desta morte e da guerra que pode suceder do troco que hei de dar quando tiver tempo e informação certa da maneira de sua morte.”²⁸

PAGANDO OS PECADOS – EM DINHEIRO

Mas Sardinha não tinha ido a Pernambuco pregar contra o fumo. O principal objetivo da viagem era converter penas eclesiásticas em pecuniárias, literalmente cobrando pela absolvição dos pecados. Tão bem-sucedido teria sido o bispo na visita que, conforme denúncia de Duarte da Costa, só em Olinda arrecadou “mais de 800 cruzados, afora muitos outros serviços que lá tomou”. Embora seja difícil acreditar que Sardinha tenha conseguido amearhar tamanha fortuna em tão pouco tempo – 800 cruzados equivaliam a 320 mil reais –, não restam dúvidas de que o procedimento do bispo era aquele, pois inúmeros relatos o confirmam.

Em março de 1553, por exemplo, o padre Nóbrega, então em São Vicente, escreveu para seu superior, Simão Rodrigues, revelando as circunstâncias da visita que o deão Gomes Ribeiro fizera, em nome do bispo, àquela capitania. “Têm o bispo e seu visitador outro modo de proceder, que, embora eles queiram e entendam que possa ser o melhor, é de todo contrário ao que havíamos instituído nestas partes, pois creio que muito mais podíamos obter entre os cristãos com o temor que lhes colocávamos com a vinda da justiça eclesiástica do que agora depois que ela veio”, refletiu Nóbrega. “E apenas lhe direi uma coisa para lhe dar ocasião de chorar, e é que, onde podiam tomar dinheiro, ainda que não houvesse pecado, ali faziam grandes exames e onde não havia, embora graves pecados não faltassem, faziam pouca conta disso. E eu admoestei o visitador [Gomes Ribeiro] em particular, mas disse-me ele que tudo provinha do *Regimento* do bispo. O escândalo foi tão geral na costa que creio que ecoará lá [em Portugal].”²⁹

Reportando ao reino no mesmo dia em que Nóbrega redigiu sua carta (10 de março de 1553), o ex-trafficante de escravos Pero Correia, já incorporado à Companhia de Jesus, reforçou o depoimento do líder dos jesuítas: “Quero primeiramente dizer que a Igreja ficou muito desacreditada em esta costa do Brasil, tanto entre os cristãos como entre os índios, depois que o visitador do bispo passou por aqui. Decidiu ele castigá-los na bolsa, e assim o fez. Mas foi pior, porque se antes estavam em pecado com medo e com intenção de dele se afastar por medo da justiça, que esperavam que haveria de vir, agora que viram que não lhes castigam mais do que com penas de dinheiro, fazem as contas e acham que assim estão se livrando para sempre.”³⁰

Um mês antes, em 12 de fevereiro, Nóbrega escrevera para Inácio de Loyola dizendo que “o bispo e seu visitador roubarão as pessoas de quanto dinheiro puderem ganhar, e a terra se destruirá (...). O visitador predica que pequem pois lhes faz mui largo o caminho do Céu, que Cristo disse ser estreito, contanto que paguem pela absolvição de suas penas.”³¹

Pode-se argumentar que, sendo ambos jesuítas e estando em conflito aberto com o bispo, os depoimentos de Nóbrega e Pero Correia careceriam de isenção. Mas o fato é que, poucos anos antes, quando era vigário-geral em Goa, na Índia, Sardinha já havia agido da mesma forma. No Oriente, sempre que fazia suas visitas, Pero Fernandes “levava consigo meirinho para execução das penas que impunha, as quais não eram de Padre-Nossos nem de cera [ou velas], mas de dinheiro”, conforme denúncia que o então governador de Goa, Garcia de Sá, enviou ao rei em janeiro de 1549. “E assim ele [Sardinha] e seu meirinho dão ao gentio mui grande apreensões e mui mal trato e pior exemplo para se fazerem cristãos.”³²

A CONSPIRAÇÃO CONTRA O BISPO

Enquanto Sardinha recolhia dinheiro em Pernambuco, em Salvador o chantre Francisco de Vacas, indignado com a agressão aos capelães Bastião Pereira e Luís Barreiros, tratou de liderar um movimento para depor o bispo. Sabe-se lá com que argumentos, conseguiu convencer o visitador e

deão Gomes Ribeiro a apoiá-lo e, juntos, ambos apresentaram aos padres e capelães que constituíam o cabido de Salvador um requerimento proibindo a entrada do prelado na Sé e o impedindo de “celebrar os ofícios divinos, por estar excomungado e irregular e por ter posto a mão em clérigos”.³³ Embora as leis canônicas previssem tal punição, em especial devido às agressões físicas cometidas pelo bispo, os membros do cabido vetaram o requerimento.

Quando Sardinha retornou de Olinda, no começo de dezembro de 1553, e foi informado da conspiração para derrubá-lo, reagiu furiosamente. De imediato, destituiu Vacas do chantrado e Gomes Ribeiro do posto de deão, dando voz de prisão a ambos. Mas o governador avisou ao carcereiro que “não recebesse clérigo na cadeia sem sua licença”. Sardinha tentou, então, confiná-los na Sé. Para escapar da ira do bispo, Vacas e Ribeiro fugiram da igreja e foram para a casa de João Rodrigues Peçanha, o melhor amigo de D. Álvaro da Costa.

Peçanha era fidalgo. Já havia sido capitão de um galeão, o *Biscainho*, que fizera parte da frota da Índia em 1546. Seu papel em Salvador devia ter alguma relevância, pois, em carta ao rei, D. Duarte disse: “Assim que cheguei a esta cidade, fiz-lhe a honra que devia.” Seus dois companheiros inseparáveis, Luís de Góis (filho do capitão-geral da costa, Pero de Góis) e Fernão Vaz (capitão do bergantim *São Roque* e morando em Salvador desde 1550), pertenciam à pequena nobreza. Conforme uma carta do bispo, já citada, os três, aliados a D. Álvaro da Costa, compunham o “bando de arruaceiros” que tumultuava Salvador.

Como o clérigo Bastião Pereira também havia se instalado na residência de Peçanha durante a convalescença da surra que levava de Sardinha, o bispo não teve dúvidas de que o movimento contra ele contava com o apoio do fidalgo. E, sendo Peçanha tão íntimo de D. Álvaro, o prelado julgou que o filho do governador – se não o próprio – haveria de estar por trás daquela conspiração.

Pero Fernandes Sardinha decidiu tratar todos eles como inimigos.

A crise se agravou no primeiro semestre de 1554. No dia 17 de fevereiro, Sardinha nomeou deão da Sé, no lugar do destituído Gomes Ribeiro, o padre Fernão Pires. Mais do que desafiadora, foi uma escolha temerária: Pires, exímio espadachim, havia sido degredado para o Brasil por ter assassinado um homem em Santarém, Portugal, em 1546. “Suas orações são falar em guerras e em homens que matou em desafios em Itália”, disse dele D. Duarte. “É um homem de muito mau viver e idiota.”³⁴ Na semana seguinte, o bispo restituiu o chantrado ao padre João Lopes, que ele mesmo havia afastado do cargo. Mas Lopes nem se ordenara padre e “era um intruso na Igreja, sem dignidade para o cargo”,³⁵ segundo depoimento posterior de D. Pero Leitão, o segundo bispo do Brasil, que o demitiria em 1559, logo após chegar à colônia.

Entre março e outubro de 1554, o bispo e o governador trocaram farpas em público com frequência: Sardinha pregava abertamente contra D. Duarte e seu filho em seus sermões, enquanto o governador e o filho tramavam contra o prelado na Casa da Câmara. A cidade dividiu-se em duas facções rivais. Qualquer morador que tivesse problemas com D. Duarte bandeava-se para o grupo do bispo, e vice-versa. Alguns trocaram de lado mais de uma vez. O caso mais surpreendente deu-se com João Rodrigues Peçanha, que, sem que se saiba como ou por quê, rompeu com D. Álvaro e tornou-se aliado de Sardinha.

Bandos de mascarados ligados a uma ou a outra facção começaram a apedrejar casas e telhados dos inimigos. Andar à noite pelas ruas de Salvador tornou-se uma temeridade a que poucos se arriscavam.

A DEMISSÃO DO PROVIDOR-MOR

Nessa mesma época, Duarte da Costa e o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros também bateram de frente. Conforme denúncia do governador ao rei, Barros “não fazia nada para justificar o salário que recebia”³⁶ e ainda desviava verbas da Provedoria para usufruto próprio. Por isso, em 15 de novembro de 1554, D. Duarte destituiu-o do cargo. Seguindo

a sugestão dada anteriormente por Tomé de Sousa, repassou as atribuições do provedor-mor ao ouvidor-geral Pero Borges.

Para o rei, o governador justificou-se nos seguintes termos: “Um dos maiores trabalhos que tenho nesta terra é ser necessário escrever a Vossa Alteza sobre feitos e desconcertos dalguns homens, por ser coisa muito fora de minha condição, mas a obrigação do cargo e o serviço de V. A. me obrigam a isso. Antônio Cardoso veio provido de um ano mais para servir comigo no cargo de provedor-mor. Certifico a V. A. que todo este tempo me deu ele muito trabalho, porque na verdade homem que tem engenho e faz fazenda nesta terra é muito prejudicial à de V. A., e como ele a tem, e muito grossa, descuidava-se muito do que cumpria a bem de seu ofício, pelo que me foi necessário servir muitas vezes de governador e de provedor-mor e, quando não o podia, mandava meu filho D. Álvaro que entendesse o que era necessário para o provimento das armadas, e disto não se agradava Antônio Cardoso, sem querer se emendar (...) e se ausentou de minha casa e me alevantou coisas que nunca me vieram ao pensamento e as disse publicamente, as quais ordenava provar por falsas testemunhas. Por tais razões me pareceu ser serviço de Deus e de V. A., e pela autoridade de meu cargo, mandar-lhe que não servisse mais comigo, e também porque parecia consciência que, não fazendo nada, levasse 200 mil reais de ordenado. E encarreguei logo do dito cargo ao ouvidor-geral, que o serve sem ordenado e muito bem, e de tudo isso mandei lavrar autos que agora envio a Vossa Alteza.”³⁷

Embora o governador pudesse ter outros motivos para se indispor com Cardoso de Barros e fosse uma atitude questionável determinar que seu filho por vezes substituísse o provedor, Barros havia desviado verba da Provedoria para construir um engenho para si nos arredores da cidade e, mesmo antes da demissão, já parecia agir em conluio com o bispo Sardinha. É o que parece indicar pelo menos um documento, assinado pelo próprio provedor em fevereiro de 1553, no qual determina ao feitor e almoxarife da capitania de São Vicente, Pero de Siebra, que “pague ao visitador Gomes Ribeiro 21 mil reais em dinheiro, que são devidos ao

bispo”,³⁸ embora, segundo Siebra, nada justificasse a existência daquela dívida.

As divergências na Fazenda resultaram também na destituição do tesoureiro Luis Garcês e na demissão e prisão do escrivão Rodrigo de Freitas, dois dos principais assessores de Cardoso de Barros. O caso de Garcês causou alvoroço na cidade, pois ele foi afastado do cargo mesmo depois de ter repassado ao governador “uns apontamentos contra Antônio Cardoso de cousas e erros que o provedor fizera em seu ofício”, conforme revelou em carta ao rei o próprio D. Duarte. Garcês tentou abrir um processo contra o governador. Como não conseguiu, passou-se para o lado do bispo. Quanto a Rodrigo de Freitas, acusado de desviar verbas e mercadorias do armazém da cidade, foi preso e cumpriu pena por quase quatro anos (*leia nota a seguir*).

ROMBO NAS CONTAS

Em carta a D. João III, escrita no cárcere, Rodrigo de Freitas refutou as acusações e justificou seus atos, afirmando que fora obrigado a ceder as mercadorias do armazém: “Servi seis anos como escrivão do armazém nesta Cidade do Salvador no tempo em que ela se edificou e havia então muita gente de soldo e de mantimento e se fizeram muitas obras por empreitada, e havia navios da armada e muita gente do mar, e porque no Tesouro nem no armazém não havia dinheiro para os pagar, mandou o governador e o provedor-mor que se desse às pessoas de soldo e aos empreiteiros quaisquer cousas que houvesse no armazém, que lhes haviam de ser descontadas de seus soldos e empreitadas, as quais cousas se lhes davam sem mandados nem certidões, por maior brevidade e menos despesas das partes.”

Pero Borges – o ouvidor-geral que, poucos anos antes, desviara verbas públicas em Elvas – assumiu o cargo de provedor-mor no lugar de Antônio Cardoso em fins de novembro de 1554 (a confirmação régia veio em 2 de maio do ano seguinte). Borges tornou-se, assim, um inestimável aliado de Duarte da Costa, pois, além de favorecê-lo nas coisas da Fazenda, colocou o aparelho judiciário a favor do governador. “O povo estava vexado”,

comenta Varnhagen, “e dava por suspeito o próprio ouvidor, mui ligado ao governador. Queixavam-se os moradores de Salvador de cometer D. Duarte o arbítrio de não deixar seguir para o reino aqueles que, não sendo seus apaniguados, pudessem ir representar contra ele, chegando a mandar prendê-los, com mandados assinados por Pero Borges, quando julgava que às escondidas o queriam fazer.”³⁹

Para agravar os abusos, tornou-se quase impossível abrir processo contra o governador na Câmara de Salvador, já que, “para evitá-los, havia o mesmo ouvidor proposto e conseguido que, por cada suspeição, se deviam depositar antecipadamente dez cruzados, soma que muitos não tinham”, observa Varnhagen. D. Duarte admite ter sugerido a Pero Borges que instituisse aquele depósito compulsório, mas, segundo ele, o fez apenas para “evitar a abertura de processos desnecessários e impedir delongas ainda maiores em questões de justiça que, uma vez abertas, nunca se encerram”.⁴⁰

CONFISSÕES E EXCOMUNHÕES

Em meio às malícias daquele tempo, não é de estranhar que, disposto a obter provas contra o governador e seus aliados, o bispo não hesitasse em utilizar os segredos do confessionário. “No termo das confissões, acontecem coisas que escandalizam muito e de que Vossa Alteza deve mandar informar”, delatou D. Duarte ao rei, “porque se o bispo presume que algum homem testemunhou alguma coisa no secular contra ele, na confissão lhe perguntam seus clérigos sobre isso e ainda que digam que não testemunharam, não os querem absolver nem dar a comunhão até que lhes digam o que querem e da maneira que querem.” Depoimentos de outros moradores de Salvador confirmam as acusações do governador. Segundo eles, durante as confissões o bispo costumava perguntar “se D. Álvaro dormia com mulheres casadas”.

Naquele mesmo mês de novembro de 1554, em que Pero Borges assumiu o lugar de Cardoso de Barros, Sardinha foi outra vez para

Pernambuco, onde teria obtido mais 100 cruzados com a cobrança das “penas pecuniárias”. Durante a breve ausência do bispo, mas provavelmente por ordem dele, o novo deão, Fernão Pires – espadachim e assassino confesso –, atraiu à sua casa, certa noite, mediante um ardil, um colono chamado Silvestre Rodrigues. Quando o homem chegou, o deão estava na companhia de um tal Pero Vaz da Torre, degredado conhecido como pessoa violenta e que lhe servia de capanga. Então, dizendo que Silvestre andava espalhando pela cidade que o bispo “era bêbado”, ambos “deram tanta pancada em Silvestre Rodrigues que ficou ele como morto, lançando sangue pela boca”. Ao ouvir os gritos de Rodrigues, D. Álvaro, acompanhado “de muita gente”, correu à casa de Pires e, lá chegando, encontrou “o dito homem caído, sem fala, e Fernão Pires se gabando e se glorificando do que tinha feito, dizendo que espancara o dito Silvestre Rodrigues porque dizia mal do bispo”.⁴¹

D. Álvaro deteve o deão e o levou à presença de seu pai, o governador. “Por ser já muito tarde da noite, e por me dizerem que podia manter o dito clérigo preso por 24 horas, e por não estar presente o ouvidor-geral para que me aconselhasse, mandei o dito Fernão Pires para a cadeia”, revelou D. Duarte ao rei. Na manhã seguinte, porém, o jesuíta Luís da Grã procurou o governador e, alarmado, alertou-o de que ele e o filho estavam “incorrendo em excomunhão por meterem na prisão” uma autoridade eclesiástica, pois cabia exclusivamente ao bispo decidir o destino de seu subordinado.

Furioso por ter de libertar Pires apesar do evidente delito, D. Duarte determinou que o ex-deão Gomes Ribeiro e o ex-chante Francisco de Vacas – que, um ano depois da tentativa de derrubar Sardinha, continuavam detidos em Salvador, impedidos de deixar a cidade por ordem do bispo – fossem transferidos para a vizinha capitania de Ilhéus, de onde embarcariam para Portugal não só para escapar das punições do prelado como para denunciá-lo no reino.

Naquele mesmo dia, a bordo de um bergantim comandado pelo capitão Cristóvão Cabral, Ribeiro e Vacas puderam enfim sair da Bahia, depois de vários meses detidos em Salvador.

Na primeira semana de dezembro de 1554, quando voltou de Olinda e soube que o ex-deão e o ex-chantre tinham deixado a cidade, Sardinha ficou irado. No dia 8 daquele mês, enquanto D. Duarte e D. Álvaro e “a gente mais honrada da cidade”⁴² assistiam à missa na igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Cidade Baixa, o prelado determinou que o deão Fernão Pires pregasse na porta da igreja da Sé, na Cidade Alta, a carta de excomunhão e o aviso de uma multa de 50 cruzados (2 mil reais) contra Cristóvão Cabral “e seus fiadores” por ter aquele capitão “embarcado clérigos para o reino sem licença”.⁴³ Segundo Sardinha, a multa equivalia à quantia que Gomes Ribeiro não lhe entregara ao retornar de algumas visitas que fizera na época em que era deão e aliado do bispo.

As maquinações de Sardinha não teriam se esgotado aí. Voltando a acusar Silvestre Rodrigues de tê-lo chamado de bêbado, mandou prendê-lo, embora ele ainda não tivesse se recuperado dos ferimentos, e o acusou de herege. Em seguida, tirou-o da prisão e o levou à sua casa, onde, na presença de um escrivão, “o mandou perdoar a Pero Vaz e Fernão Pires, que o agrediram, e que dissesse que se lhe chamara de bêbado fora por mandado de dom Álvaro, e assim se fez e contra a vontade [Rodrigues] assinou o que o bispo lhe mandou, e foi logo solto e absolvido”, disse Duarte da Costa ao rei.

Segundo o governador, aquele era o procedimento-padrão de Sardinha: “Desta maneira, Senhor, usa o bispo das pessoas que nesta terra lhe aborrecem, pois por qualquer coisa diz que são hereges e os excomunga, mas, depois de se vingar, as absolve com penitências que as faz pagar, que por vezes passam de 150 cruzados, que ele embolsa, e que Vossa Alteza deve prover por descargo de sua consciência e mandar que se restituam às pessoas de quem as levaram, pois que já estavam absolvidas.”

Naquele agitado dezembro de 1554, embora não tivesse ousado cobrar “pena pecuniária”, Sardinha excomungou o ouvidor-geral e provedor-mor Pero Borges sob a alegação de que “não lhe ouvia as pregações na Sé”.⁴⁴ A seguir, multou em 150 cruzados Luís de Góis e Fernão Vaz, amigos de D. Álvaro. “Dom Álvaro e João Rodrigues Peçanha, por poderosos, foram sem

penitência, para que Vossa Alteza os condene que à sua custa, acabem a Sé desta cidade”,⁴⁵ clamou Sardinha ao rei.

CARTAS E PEDRADAS

A julgar pelas cartas enviadas a D. João III, o conflito entre a facção do bispo e os aliados do governador prolongou-se com intensidade pelo menos até fins de maio de 1555.

A correspondência de ambos ao rei fornece um panorama “dos tristes acontecimentos que tiveram lugar durante a desastrada administração de D. Duarte”, conforme Varnhagen, primeiro historiador a manuseá-la. “Dá pena ler as cartas que ainda hoje se guardam na torre do Tombo, todas asseladas com o cunho do partido a que pertencia o que as ditava e assinava.” Lástima ainda maior, segundo Capistrano de Abreu, é o fato de que a leitura de tais “documentos não permite formar juízo definitivo sobre as lutas que separaram os chefes do poder civil e eclesiástico”,⁴⁶ embora a troca de acusações sugira que os dois lados agiam de maneira errada – opinião defendida também pelo historiador baiano Teodoro Sampaio.

Nas cartas, tanto o bispo como o governador insistem para que o rei dê ouvidos apenas às denúncias de quem escreve e ignore as acusações do rival. Vale a pena citar alguns trechos: “Quem viu esta terra em tempo do bom Tomé de Sousa e a vê agora tem tanta causa de se carpir quanta teve Jeremias de chorar sobre a cidade de Jerusalém, tal a devassidão que aqui reina”, afirmou Sardinha em 3 de abril de 1555, não sem antes ter revelado ao rei que escrevia “com receio” de que sua correspondência fosse “tomada pelos grandes espias que meus inimigos têm sobre mim”. Sobre o governador, o prelado comentou: “De dom Duarte não sei o que dizer senão que tirou cá o rebuço [a máscara] que lá [no reino] trazia de virtuoso.”

Cinco dias mais tarde, em 8 de abril, o governador também escreveu ao monarca. Após relatar que obtivera provas de que Sardinha fazia “cousas mui feias e torpes, muito vergonhosas e muito baixas”, o governador afirma que, embora fosse capaz de “se consertar com qualquer homem, ainda que fosse o diabo”, não se sentia em condições de fazer as pazes com

Pero Fernandes: “O bispo é de tal condição, Senhor, que me amotina toda gente que pode, porque quando sabe que eu castigo um homem por justiça, logo o manda chamar à sua casa e se faz seu amigo e faz parcialidades contra mim, como fez com João Rodrigues Peçanha e com Antônio Cardoso e Luís Garcês e com outros que, sendo seus inimigos muito grandes, se fez seu muito amigo contra mim, que de dentro Deus sabe se o são.”

Por fim, como se confirmando que de fato tinha acesso à correspondência de Sardinha, D. Duarte assegura: “Quanto às pedras que [o bispo] diz em carta que lhe lançaram de noite sobre sua casa, certifico a Vossa Alteza que nunca de tal ouvi falar.” O governador insinua que, caso fosse verdadeiro, o episódio poderia ter sido articulado pelos clérigos que serviam sob as ordens de Sardinha, pois “ele lhes faz tais obras que, se pudessem ir a nado para o reino, todos se iriam”.

Embora o documento no qual Sardinha relatou que sua casa teria sido apedrejada não seja conhecido, aquele tipo de agressão não seria incomum em Salvador durante o tempo pelo qual se prolongou a crise. É o que se evidencia no relato enviado ao rei por Jorge Fernandes da Costa, cristão-novo e boticário que, nomeado em Lisboa (em 20 de abril de 1553, com salário anual de 60 mil reais), viera do reino na frota de Duarte da Costa para substituir o também cristão-novo Jorge Valadares no cargo de “físico-mor” de Salvador. Fernandes ficou no posto por três anos, acumulando dissabores.

Os problemas do médico parecem ter começado por ter ele atendido Sardinha e alguns clérigos que o bispo havia ferido. No dia 1º de junho de 1555, o governador mandou riscá-lo da folha de pagamento e lhe cancelou o fornecimento de mantimentos. Embora D. Duarte tenha voltado atrás três semanas mais tarde, Fernandes passou a ser perseguido pelos aliados do governador, conforme disse ao rei em carta de 10 de julho daquele ano. O original está bastante danificado, mas o conteúdo geral ficou preservado:

“Às duas horas depois da meia-noite, estando eu maldispuesto em minha cama [tentando] adormecer, chegaram dom Álvaro da Costa e um Fernão

Vaz da Costa e [subiram em uma] parede e, sabendo onde eu dormia, me lançaram um seixo sobre minha [cama], que toda a cidade viu que pesava 27 arratéis [cerca de 13 quilos]. Mas quis Deus que se desviasse na travessa de pau e ferro sobre o leito. Me vinha em direto na cabeça, mas quis Deus livrar-me porque em nenhuma parte me dera que não me matara. Sabendo o governador no dia seguinte o que se passara, zombou de mim à sua mesa, dizendo que seria algum limão que me jogaram meus amigos, e quando algumas pessoas honradas lhe disseram publicamente que havia de mandar investigar, por não se matarem aos homens em suas camas como a porcos, não o quis fazer, mostrando ter disso contentamento.”⁴⁷

Embora fizesse graves acusações ao governador e a seu filho, Jorge Fernandes não pertencia ao grupo de Sardinha, como fez questão de afirmar: “Queixando-me ao governador porque me tratava assim e consentia que me maltratassem, respondeu que era porque eu era amigo de seus inimigos e que eu nunca saía da casa do bispo (...) mas lhe respondi que Vossa Alteza me mandara aqui para todos.” Mas o médico não tinha o prelado em boa conta: “As qualidades do bispo bastam para despovoar um reino, que dirá uma cidade pobre como essa.” Jorge Fernandes não devia mesmo manter relações amistosas com Sardinha, conhecido por não tolerar cristãos-novos, contra os quais vituperou várias vezes, protestando inclusive contra a permanência do padre Leonardo Nunes na Companhia de Jesus.

Fernandes, no entanto, tampouco se dava com os jesuítas. Tanto é que, meio século após sua morte, ocorrida em junho de 1567, foi denunciado por eles à Inquisição quando da primeira vinda do Santo Ofício ao Brasil, em agosto de 1591. No dia 6 daquele mês e ano, um certo Fernão Ribeiro de Sousa disse ao visitador Heitor Furtado que “haverá 25 anos que nesta cidade morreu Jorge Fernandes, físico, cristão-novo, o qual na doença disse a uma sua ama, que o curava, que quando ele morresse que o lavasse e amortilhasse ao modo judaico, e que a dita sua ama o fizera assim.”⁴⁸

Ainda vivo, Fernandes tivera problemas com o então colateral da Companhia de Jesus no Brasil, Luís da Grã – seu companheiro de viagem na vinda para Salvador em maio de 1553. Apenas oito dias após o

depoimento de Ribeiro de Sousa, citado acima, Grã revelou ao visitador que “haverá 35 anos, pouco mais ou menos, que nesta cidade foi preso Jorge Fernandes, físico, meio cristão-novo, por dizer que Cristo Nosso Senhor nascera com corpo glorioso, imortal e impassível, e estando preso, perguntei a ele, por dúvida, se era aquilo verdade ou não; depois o vi solto, não sei como, mas já é defunto”⁴⁹ (*leia nota a seguir*).

UM LONGO POLEGAR

Jorge Fernandes não foi o único alvo das delações à Inquisição. Em depoimento à mesa do Santo Ofício, prestado em 16 de agosto de 1591, o jesuíta Antônio Dias acusou o inventivo degredado Felipe de Guillen: “Haverá vinte anos em Porto Seguro ouviu dizer, segundo lhe parece, que Filipe Guillen, cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo diziam cristão-novo, e provedor da Fazenda del Rei em Porto Seguro, que, quando se benzia, fazia uma figa e dava por desculpa que tinha o dedo polegar comprido e que por isso se lhe fazia na mão a figa, e que ele mesmo, Filipe Guillen, castelhano de nação, tinha onde se sentava uma tábua no chão que punha os pés, na qual (tábua) estava uma cruz, pregada na parte de baixo.”

Nos primeiros meses de 1555, porém, a perseguição aos cristãos-novos ainda não se iniciara em Salvador – até porque a cidade já tinha problemas de sobra.

A INÉRCIA DE D. DUARTE

Depoimentos de dois outros moradores recém-chegados à Bahia em meio à crise entre o governador-geral e o bispo oferecem um ponto de vista razoavelmente isento da situação em que se encontrava a capital. “Cheguei a esta cidade no dia 27 de novembro [de 1554]”, informa ao rei o fidalgo Simão da Gama de Andrade, “e a encontrei muito desabastecida de farinha e cheia de amotinações e ódios entre os principais [homens da terra], do que o povo pagava muitos trabalhos e a terra, perigo, por falta de muitas

coisas que não tem, principalmente justiça, pela qual todos clamam, e outras coisas mais sobre as quais escrevo ao conde [da Castanheira] para que dê a Vossa Alteza íntegra informação e a proveja com toda brevidade.”⁵⁰

Não muito diferente foi a opinião de Francisco Portocarrero, que havia chegado a Salvador em março de 1555 para substituir Pero de Góis no cargo de capitão-geral da costa e logo se tornaria o líder da Câmara de Vereadores (e inimigo declarado de Duarte da Costa). Em carta datada de 20 de abril, Portocarrero informou ao rei: “Parece-me por bem dizer a Vossa Alteza o quão perdida está essa terra e o quão atrasada, do muito amparada e bem guardada que estava em tempo de Tomé de Sousa, e tudo por causa de muitas demandas que nela há, causadas pela muita cobiça que aqui reina.” Na mesma carta, o novo capitão da armada assegura que “o governador dom Duarte da Costa não sai nunca fora da cidade, mesmo havendo muitos franceses pela costa, roubando barcos e navios”.⁵¹

Com efeito, embora os franceses de fato estivessem espalhados por toda a costa – Portocarrero menciona a ação deles na Paraíba, em Iguaraçu (PE), em Cabo Frio, em São Vicente e mesmo na Bahia, em Tinharé e até na vizinha praia de Tatuapara – e, sob o comando de Nicolas Villegaignon, já se preparassem para se instalar no Rio de Janeiro (onde desembarcariam a 10 de novembro de 1555), o governador nada fez para detê-los e tampouco os enfrentou.

Duarte da Costa logo teria uma justificativa para a aparente inércia: menos de um mês após a denúncia de Portocarrero, o governador viu-se na contingência de enfrentar uma guerra – e contra inimigos que estavam ainda mais próximos do que os franceses.

SEMENTES DA INSURREIÇÃO INDÍGENA

No momento em que a situação política de Salvador tornou-se caótica devido ao confronto entre o governador e o bispo, os Tupinambá atacaram a cidade. Devido à proximidade de suas aldeias – algumas das quais ficavam a menos de 3 quilômetros do centro de Salvador –, os indígenas sabiam

tudo o que se passava dentro das muralhas da capital. Além disso, as constantes incursões escravagistas dos colonos e a permanente usurpação do território tribal haviam se tornado frequentes – até porque eram incentivadas pelo próprio governador e por seu filho.

Documentos pesquisados por Varnhagen e Teodoro Sampaio revelam que D. Duarte e D. Álvaro haviam desregulado o sistema de escambo tão bem articulado por Tomé de Sousa – por meio do qual os indígenas forneciam alimentos e mão de obra aos portugueses em troca dos objetos de “resgate” – e “privatizaram” aquele comércio, “concedendo a seus apaniguados licenças para que tratassem diretamente com o gentio, e até ocupando nisso os bergantins [pequenas embarcações] do Estado, que deviam estar correndo a costa e combatendo os franceses”.⁵²

O governador e seu filho também estimularam a retomada das guerras intertribais, de forma que as aldeias vencedoras pudessem dispor de um estoque constante de prisioneiros – os chamados “índios de corda” – que, de acordo com a legislação portuguesa, podiam ser vendidos como escravos aos colonos. Para os nativos, a “liberação” das guerras não só permitiu a retomada da prática ancestral como tornou-lhes possível dar prosseguimento a um costume que, junto com a própria guerra, constituía um dos pilares de sua cultura: a realização do banquete antropofágico, mediante o qual os guerreiros podiam acrescentar novos nomes aos seus.

Mas, para os portugueses, o novo quadro – progressivamente fora de controle – acabaria tendo consequências desastrosas. Ainda mais porque, além de ter se mostrado incapaz de manter as eventuais alianças firmadas com determinadas aldeias, o governador doou várias sesmarias a seus asseclas. E o mais grave, segundo Varnhagen, é que D. Duarte “distribuía terra a forasteiros, que as tornavam a vender aos colonos, e as concedeu até do rocio da cidade, que ficou reduzido assim a 40 braças”.⁵³ Tendo adquirido as terras – sempre as mais férteis da região –, os colonos tratavam de ocupá-las, despojando os nativos de suas roças.

Além de constituir frontal desrespeito à incipiente política indigenista que o *Regimento* do Governo-Geral tentara estabelecer a partir de 1548, o

quadro diferia por completo daquele que Tomé de Sousa fora capaz de ordenar durante os quatro anos de seu governo. Embora o *Regimento* tivesse determinado que os índios rebeldes – em especial os que tinham atacado a Vila do Pereira e matado o donatário da Bahia – devessem ser exemplarmente punidos, o governador fora instruído a manter boas relações com os nativos aliados e respeitar seus direitos e sua liberdade. Além disso, os “resgates” só poderiam ser feitos por agentes autorizados, pois aos colonos seria vetado circular pelas aldeias. A antropofagia também deveria ser terminantemente proibida.

Seguido à risca por Tomé de Sousa, o projeto deu frutos. Os Tupinambá, mais arredios, recuaram para o interior da ampla baía às margens da qual os portugueses construíram Salvador, evitando qualquer encontro e confronto. Já os nativos aparentados com Caramuru e outros que viviam nas proximidades da cidade adaptaram-se às novas regras e, não podendo mais comerciar com os franceses – como tinham feito até a chegada do governador –, aceitaram trabalhar na construção da nova capital e fornecer farinha aos recém-chegados em troca de machados, facas, anzóis, espelhos e miçangas.

Quando, por um motivo ou outro, o esquema falhava, Tomé tratava de punir os infratores. Não só mandou prender e até açoitar colonos que insistiam em visitar as aldeias vizinhas e comerciar diretamente com os indígenas como, em agosto de 1549, quando um nativo matou um daqueles intrusos, o governador obrigou que os integrantes de sua tribo o prendessem e o trouxessem para Salvador. Então, conduzindo o prisioneiro para a praça central da cidade, ordenou que ele fosse amarrado à boca de uma bombarda (pequeno canhão), que mandou disparar – estraçalhando a vítima ante o olhar estarrecido dos demais nativos.

A terrível demonstração de força parece ter estabelecido uma espécie de “pax” portuguesa no Recôncavo, pois, a partir de então, Sousa não teve mais problemas com os vizinhos indígenas.

OS TUPINAMBÁ

Salvador tinha vizinhos em grande quantidade. Conforme o *Regimento*, somente no interior do Recôncavo “viviam de cinco a seis mil homens de peleja”. Pertenciam à grande nação Tupinambá, da qual, ao todo, faziam parte uns 100 mil indivíduos. Os Tupinambá constituíam o povo Tupi por excelência – os pais de todos, por assim dizer. As demais “parcialidades” Tupi espalhadas ao longo do litoral brasileiro – como os Caeté, os Potiguar, os Tupiniquim e os Tabajara – eram, de certo modo, descendentes dos Tupinambá. Naquele meado do século XVI, porém, a única coisa que os unia era a teia de uma inimizade crônica.

Embora houvesse um grupo Tupinambá instalado nos arredores da baía de Guanabara – ali denominado Tamoio (ou “os avós”) –, o coração de seu território tribal concentrava-se da margem direita do rio São Francisco aos arredores do Recôncavo Baiano. As aldeias Tupinambá que ocupavam o entorno da baía de Todos os Santos iriam se tornar as mais conhecidas pelos portugueses. E foi certamente com base em observações feitas ali que Gabriel Soares de Sousa escreveu o seguinte trecho em seu clássico *Notícias do Brasil*:



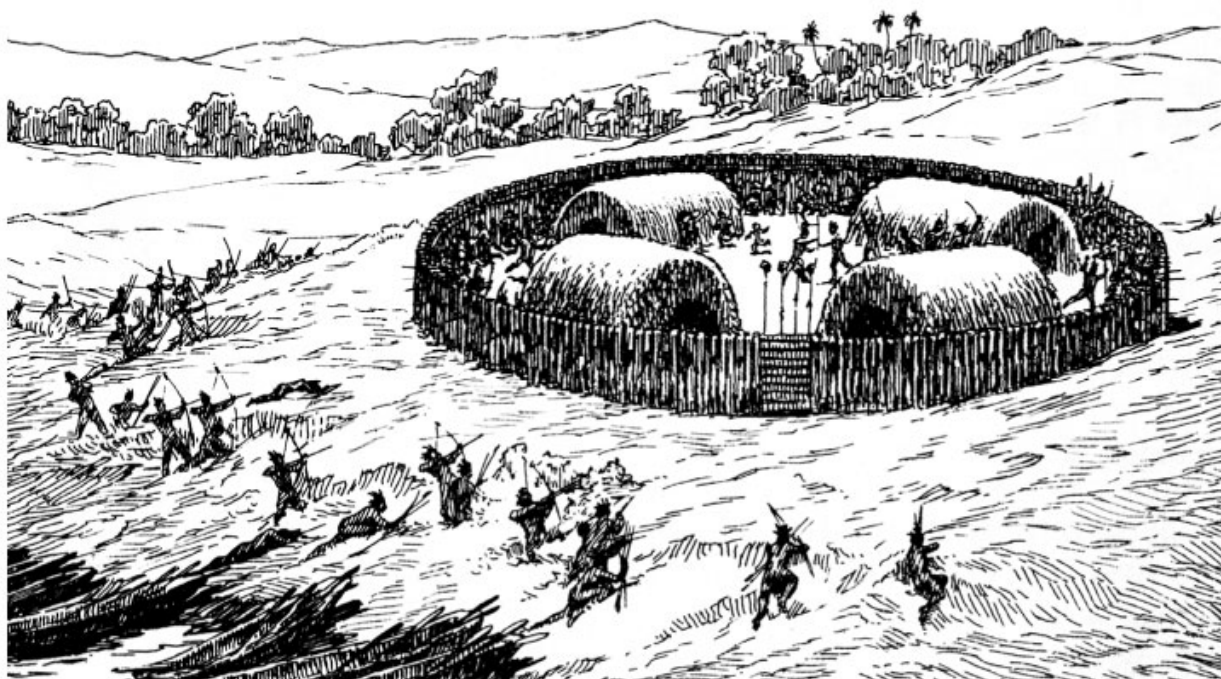
Indígenas da nação Tupinambá

“Os Tupinambá são homens de estatura mediana, de cor muito baça, bem-feitos e bem-dispostos, muito alegres do rosto, e bem assombrados; todos têm bons dentes, alvos e miúdos, sem lhes nunca apodrecerem; têm pernas bem-feitas, os pés pequenos; trazem o cabelo da cabeça sempre

aparado, em todas as outras partes do corpo não os consentem e os arrancam quando lhes nascem; são homens de grandes forças e de muito trabalho; são muito belicosos; amigos de novidades e demasiadamente luxuriosos; são grandes cacadores e pescadores e amigos de lavouras.”⁵⁴

Graças a cronistas quinhentistas como Soares de Sousa, sabe-se também que apenas na atual área metropolitana de Salvador existiam pelo menos dez aldeamentos Tupinambá. Tão intensa era a concentração que somente na pequena distância que separava a Vila Velha do lugar onde foi construída a capital havia quatro aldeias, com cerca de cem a 150 habitantes cada. Uma delas, aquela que acolheu e abrigava Caramuru, ficava, como já foi dito, próxima ao farol da Barra, no atual bairro da Graça. Quase coladas aos muros da cidade existiam, ao sul, a aldeia depois chamada de São Sebastião (no local onde seria erguido o mosteiro de São Bento) e, ao norte, a aldeia do monte do Calvário (onde hoje fica o mosteiro do Carmo). A menos de 1 légua dessa estava a aldeia de Porta Grande.

No interior do Recôncavo, existiam dezenas de outras aldeias, sendo as mais importantes: a liderada pelo “cacique” Ipiru (ou Tubarão, em português), instalada no esteiro de Matoim; a do chefe Apacé (“homem de destaque”), na localidade depois chamada Passé, em frente à ilha de Maré; e a do “principal” Cururupeba (“Sapo Pequeno”), na ilha dos Frades. De frente para o Atlântico, seguindo a linha da costa para nordeste, existiam vários agrupamentos no rio Vermelho, em Itapuã (“Pedra Redonda”) e em Tatuapara (ou “Tatu-bola”, atual praia do Forte). O território entre Itapuã e Tatuapara era comandado pelo principal M’ boyrangana (“aquele que usa o manto de cobra”),⁵⁵ chamado de Miranguaba pelos portugueses.



Aldeia Tupinambá

Tudo indica que os grupos que viviam desde o farol da Barra até Itapuã, e no sítio onde seria construída Salvador, tenham, desde cedo, estabelecido relações primeiro com os franceses, depois com Caramuru e, por fim, com os portugueses vindos com Tomé de Sousa. Mas as aldeias do interior do Recôncavo e na linha da costa para além de Itapuã jamais viriam a ter essa mesma relação com os europeus, até porque eram inimigas entre si. As rivalidades intertribais – já intensas antes da chegada dos europeus – se acentuaram após a construção de Salvador. A eclosão de um conflito era apenas questão de tempo.

Mas não restam dúvidas de que a crise foi precipitada pela instalação de engenhos. Supõe-se que o início da produção de açúcar, mesmo incipiente, já houvesse provocado o ataque à Vila do Pereira em 1546. A partir de 1553, os portugueses retomaram a atividade, e Duarte da Costa mandou construir um engenho, talvez em Paripe (mais tarde chamado Engenho d’el Rei, já que pertencia à Coroa). Cardoso de Barros também fizera um engenho para si – com verbas desviadas da Provedoria, segundo a denúncia que o governador enviara à corte.

Por ironia, foi justo no estabelecimento do ex-provedor-mor, localizado em Pirajá, que a guerra rebentou.

A GUERRA DE ITAPUÃ

O mais provável é que Antônio Cardoso de Barros tenha começado a expandir sua lavoura de cana em direção ao território dos indígenas que nunca haviam se aliado aos europeus. Ao fazê-lo, não só destruiu as roças de mandioca de certas aldeias do Recôncavo como, segundo alguns historiadores, deu início à escravização de seus integrantes. Outros colonos seguiram o exemplo, instalando-se na margem esquerda da baía, avançando em direção a Paripe, Matuim e Passé. Fartos daqueles abusos, os indígenas articularam um ataque a Salvador.

Que a ação foi planejada com antecedência é algo que fica evidente quando se sabe que os guerreiros decidiram desferir seu ataque em um momento em que o governador deveria estar ausente da cidade. Em meados de abril de 1555, Duarte da Costa fora informado por Jerônimo de Albuquerque – genro do falecido donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, e então ocupando o lugar dele – que os Caeté ameaçavam tomar Olinda, sede da capitania. Albuquerque escreveu para o governador clamando por auxílio.

Duarte da Costa decidiu atender o chamado e, no dia 23 de maio de 1555, acompanhado por um contingente de soldados, zarpou de Salvador para socorrer a donataria vizinha. No instante em que seu navio estava diante da Vila Velha, na saída da baía de Todos os Santos, uma tempestade o impediu de seguir viagem. A expedição ficou retida ali por três dias. Para os moradores da capital, foi uma sorte, pois na manhã de 26 de maio, um domingo, os nativos deflagaram sua marcha contra a cidade.

O primeiro alvo foi o engenho de Pirajá, que pertencia a Cardoso de Barros. Ao meio-dia daquele domingo, cerca de 150 guerreiros das aldeias chefiadas por Apacé e Tubarão atacaram a propriedade do ex-provedor-mor “dizendo que a terra era sua e que lhes despejassem já o engenho”.⁵⁶ Depois de tomar o estabelecimento, localizado às margens da enseada do Cabrito,

os nativos embarcaram em suas canoas e cruzaram a baía de Itapagipe, ancorando em frente ao porto Grande (hoje porto do Bonfim). Dali, cruzaram a península de Itapagipe e foram se fortificar na aldeia de Porta Grande, localizada a uns 5 quilômetros do centro de Salvador.

Aquela não foi a única frente do ataque: na mesma hora, para os lados de Itapuã, meia centena dos guerreiros de Miranguaba invadiam a fazenda de Garcia D'Ávila, assessor de Tomé de Sousa, apoderando-se de cabeças de gado, aprisionando seis vaqueiros portugueses e matando um “negro da Guiné”. A comunicação entre o Recôncavo e a costa de Itapuã era fácil: uma velha trilha acompanhava o vale do rio Comurugipe, unindo o interior ao litoral. Foi através dela que os guerreiros de Apacé e Tubarão incitaram os homens de Miranguaba, deflagrando um ataque “em pinça” contra a capital.

Enquanto permanecia detido pelo mau tempo, Duarte da Costa foi informado daqueles graves acontecimentos. O governador retornou de imediato para Salvador, reuniu o Conselho da Câmara e, com a autorização dele, antes do cair da tarde enviou seu filho, D. Álvaro, à frente de “setenta homens de pé e seis de cavalo”,⁵⁷ para enfrentar os indígenas fortificados no porto Grande. Ao mesmo tempo, determinou que o capitão Cristóvão de Oliveira seguisse por mar, junto com um grupo de homens armados, rumo à península de Itapagipe, cercando os revoltosos pela retaguarda.

Ao chegar à aldeia insurreta, D. Álvaro e sua pequena tropa encontraram-na cercada por “uma tranqueira mui forte, com canas e covas grandes, cobertas de folhas por cima e estacas muito agudas debaixo”.⁵⁸ Apesar de treinado em lutas na África, já tendo participado do sítio a fortalezas e baluartes mouros bem mais sólidos, o filho do governador precisou “pelejar muito” antes de vencer aquela barreira, penetrar na aldeia e, “com ajuda de Nosso Senhor, matar muitos gentios, cativar o principal dela e lha queimar toda, bem como outras duas aldeias que estavam perto”.

Enquanto Álvaro da Costa destruía a aldeia rebelde e prendia o líder tribal Apacé, Cristóvão de Oliveira incendiava as canoas que os indígenas tinham deixado ancoradas no porto Grande, cortando-lhes a retirada.

Então, na quarta-feira, 29 de maio, o impetuoso D. Álvaro foi enviado pelo pai ao outro foco da revolta com a missão de libertar os vaqueiros e recuperar o gado apreendido pelos guerreiros de Miranguaba nas bandas de Itapuã. Acompanhado por 160 homens, D. Álvaro não precisou pelear novamente: informados da derrota sofrida pela aldeia de porto Grande, os nativos renderam-se sem oferecer resistência, libertaram seus prisioneiros e entregaram a maior parte do gado que haviam roubado. Depois de prender mais um dos líderes da revolta, provavelmente o próprio Miranguaba, o filho do governador retornou vitorioso para Salvador.



A revolta, porém, ainda não estava sufocada. Na sexta-feira, último dia de maio de 1555, Antônio Cardoso de Barros conseguiu enviar uma mensagem a seu desafeto, o governador, informando que seu engenho estava novamente sitiado – e, dessa vez, por mais de mil guerreiros que, sob o comando do chefe Tubarão, haviam erguido três tranqueiras ao redor da propriedade e ameaçavam invadi-la a qualquer momento. Duarte da Costa tornou a mandar o filho para a frente de batalha, enviando com ele mais de duzentos infantes, cerca de vinte cavaleiros e centenas de aliados Tupinambá.



Em sua marcha até Pirajá, a tropa incendiou cinco aldeias, encontrando resistência em apenas uma. Mas, quando atingiram a enseada do Cabrito, onde ficava o engenho, os portugueses perceberam que o combate seria mais intenso. Até porque os adversários trataram de desafiá-los, gritando que, até então, os soldados “não tinham pelejado com homens, mas com gente fraca, e que só tinham queimado casas de palha e que se queriam guerra de verdade, que os fossem enfrentar”. Não se tratava de mera bravata: além de estarem em número considerável, os nativos achavam-se bem fortificados por trás das três paliçadas, sendo a última delas profunda e guarnecida por toras afiadas.

D. Álvaro desferiu o ataque no início da tarde. Enviou uma tropa de vanguarda sob a chefia do capitão Cristóvão de Oliveira, de seu amigo e companheiro de arruaças Fernão Vaz da Costa e de Manuel Jaques. A luta prolongou-se por várias horas, e foi feroz. Os indígenas resistiram com bravura. Os três comandantes da dianteira foram feridos: tanto Oliveira como Jaques tiveram o braço perfurado por uma flecha; Vaz da Costa foi atingido no peito e só sobreviveu porque vestia uma malha de metal. O filho do governador – que arremeteu contra a aldeia em um segundo e decisivo momento – escapou ileso, embora seu cavalo tenha sido atingido por várias flechas.

Ao cair da tarde, quando os portugueses enfim conseguiram penetrar na última tranqueira, quase todos os seus adversários já estavam mortos ou feridos, “dentre eles alguns dos principais”.

Na manhã seguinte, deixando para trás cadáveres insepultos e troncos calcinados, os portugueses iniciaram a marcha de volta para Salvador. Pelo caminho, “acharam mortos, pelos matos”, vários dos nativos que haviam ferido na noite anterior e trataram de queimar mais três aldeias, que já estavam desertas. A desproporção de forças entre as armas de fogo e de metal dos europeus e os tacapes e flechas dos Tupinambá era tão gritante que, embora vários portugueses tenham sido feridos, nem um único morreu, ao passo que, entre os nativos, as baixas ultrapassaram setecentos homens.

Assim, no sábado, dia 1^a de junho, D. Álvaro e a tropa fizeram sua entrada triunfal em Salvador, aclamados pelos moradores – entre os quais incluíam-se vários de seus antigos detratores ou inimigos. Em apenas cinco dias, os portugueses tinham destruído 13 aldeias localizadas nos arredores de Salvador – matando, escravizando ou expulsando cerca de 3 mil indígenas. O clima era de celebração, até porque, como diria D. Duarte em carta ao rei, após aquela retumbante vitória, “os moradores da cidade ficaram mais desabafados da sujeição” em que até então se encontravam “por estarem aqueles gentios antes tão pegados conosco e agora lhes ficam [aos portugueses] mais terras para suas roças”.

Não chega a ser surpresa, portanto, que, nessa mesma carta, escrita no dia 10 de junho de 1555, D. Duarte tenha ousado dizer ao monarca: “O povo dessa cidade me requereu que não deixasse ir meu filho, porque eles o têm em outra conta do que o bispo escreveu a Vossa Alteza, e porque eu sei como ele há de servir nesta guerra, o mandei ficar.” E o intrépido D. Álvaro – que, cerca de um mês antes, D. João III havia mandado chamar de volta ao reino – realmente ficou.

Um ano depois do conflito, o jovem “galanteador” seria agraciado pelo pai com uma enorme propriedade no Recôncavo – tão grande que mais tarde foi transformada em capitania. Em compensação, segundo o depoimento do jesuíta Ambrósio Pires, o ousado mancebo teria sido obrigado a pedir perdão ao bispo.

Nenhum documento registra como Pero Fernandes Sardinha se portou durante o episódio que iria entrar para a história com o nome de Guerra de Itapuã. Mas não restam dúvidas de que o bispo também se viu compelido a louvar a esmagadora vitória obtida por D. Álvaro – em especial depois que, no dia 4 de junho, um dos mais influentes líderes nativos, o “principal” Tubarão, dirigiu-se à cidade para se render e jurar fidelidade aos portugueses. Uma semana após a rendição dos indígenas, o bispo, o governador e seu filho fizeram as pazes.

Em carta escrita no dia 12 de junho, o capitão Simão da Gama comunicou ao rei: “Trabalhei para pôr tudo em paz e fiz que o governador e o bispo se falassem e visitassem, o que havia muito que não o faziam. O povo recebeu isso com muita consolação e contentamento, crendo que com isso se cessariam os escândalos e os trabalhos passados.”⁵⁹

Ao contrário do que insinua em sua carta, Gama não teria agido sozinho. Escrevendo para Inácio de Loyola em 15 de junho, o jesuíta Ambrósio Pires relatou: “O padre Antônio Pires fez as pazes entre o bispo, o governador e seu filho, que andavam muito diferentes e eram cabeças de partidos opostos e ocasião de muitos ódios e tumultos, e conseguiu que se visitassem e que o filho do governador fosse pedir perdão ao bispo, o que não foi pequena coisa, pois o jovem fazia disso questão de honra.”

Só então as coisas se acalmaram em Salvador. Não por muito tempo.

O COMEÇO DO FIM DO BISPO

Em 18 de maio de 1556 – quase um ano após a Guerra de Itapuã e apenas cinco dias antes de Nóbrega partir de São Vicente e iniciar a viagem de volta para Salvador –, Pero Fernandes Sardinha nomeou um novo cura para a Sé de Salvador. Aquele estava destinado a ser seu último ato oficial como bispo do Brasil. Naquele dia, Sardinha escolheu o padre João Lourenço para ocupar o lugar de Manuel Lourenço, que, apesar de ter sido nomeado “vigário perpétuo da Cidade do Salvador” em 1549, resolvera se licenciar do posto e retornar para Portugal, pois havia se incompatibilizado com o bispo logo após a chegada dele. Apenas dois meses após a nomeação

de João Lourenço (destituído do cargo em 1563 “por feios crimes”⁶⁰), Sardinha estaria morto.

De todo modo, naquela quinzena de maio Sardinha já havia sido tacitamente demitido do bispado e preparava-se para retornar a Portugal, pois em 17 de fevereiro vira-se na dolorosa contingência de passar a “provisão de vigário-geral, visitador e provisor de todo o Bispado do Brasil” ao bacharel Francisco Fernandes, um “padre de boa fama, em quem confiava a rainha D. Catarina”.⁶¹ Em 17 de setembro do ano anterior, o referido bacharel, nomeado por Lisboa, fora incumbido de ocupar o cargo “durante a ausência do bispo”, e no início de fevereiro desembarcou na Bahia para assumir provisoriamente o lugar do prelado.

A nomeação de Francisco Fernandes, bem como a afirmativa explícita de Nóbrega de que D. João III chamara Sardinha para o reino, mostram que o bispo não havia decidido retornar para Portugal por vontade própria, mas por ordem régia. Fica evidente, portanto, que, após ter exigido a volta de D. Álvaro para Lisboa, o rei mudara de ideia e, em lugar do jovem guerreiro que havia vencido os Tupinambá, optara pelo retorno do iracundo Sardinha.

Além da nomeação do novo cura, nenhum outro documento revela o que se passou entre 17 de fevereiro e 2 de junho de 1556, o dia em que se supõe que Sardinha e seu séquito tenham embarcado para uma viagem sem volta. Mas é evidente que aqueles três meses e meio terão sido de intensa movimentação, pois, além das cerca de cem pessoas – a maioria delas integrantes da elite local – que se preparavam para deixar Salvador junto com o bispo, ele próprio deveria estar atarefado recolhendo documentos a seu favor, bem como provas (reais ou fictícias) contra o governador.

Sardinha, com certeza, também andava às voltas com a fortuna que conseguira amedrar nos quatro anos de apostolado. Afinal, conforme o já citado depoimento de Nóbrega, redigido em 1553, “o povo, assim da Cidade do Salvador como das capitânias, ao ver que lhe levam o seu dinheiro, ganharam grande ódio ao bispo e aos seus visitadores”. Quanto o bispo terá obtido graças à estratégia de substituir “penas eclesiásticas” por “penas pecuniárias” é um exercício de adivinhação que historiador algum

jamais tentou empreender. Mas não há de ter sido pouco, pois, ainda segundo Nóbrega, a decisão de cobrar pela absolvição dos pecados causara “alvorço e espanto na terra [do Brasil]”.

Junto com Sardinha seguiram para o reino os principais inimigos de D. Duarte da Costa – inclusive o mais ferrenho deles, o ex-provedor-mor da Fazenda Antônio Cardoso de Barros, acusado pelo governador de atuar contra os interesses do rei. Embarcaram ainda vários ex-funcionários da Fazenda, entre os quais o escrivão da Provedoria Antônio Pinheiro, o escrivão Francisco Mendes da Costa (principal assessor de Cardoso de Barros) e dois tesoureiros, além do deão Fernão Pires e dos cônegos Luís de Avala e Diogo Gonçalves – “os quais iam todos com assaz agravos queixar-se a Vossa Alteza”, segundo mais tarde disseram os vereadores da Câmara de Salvador.

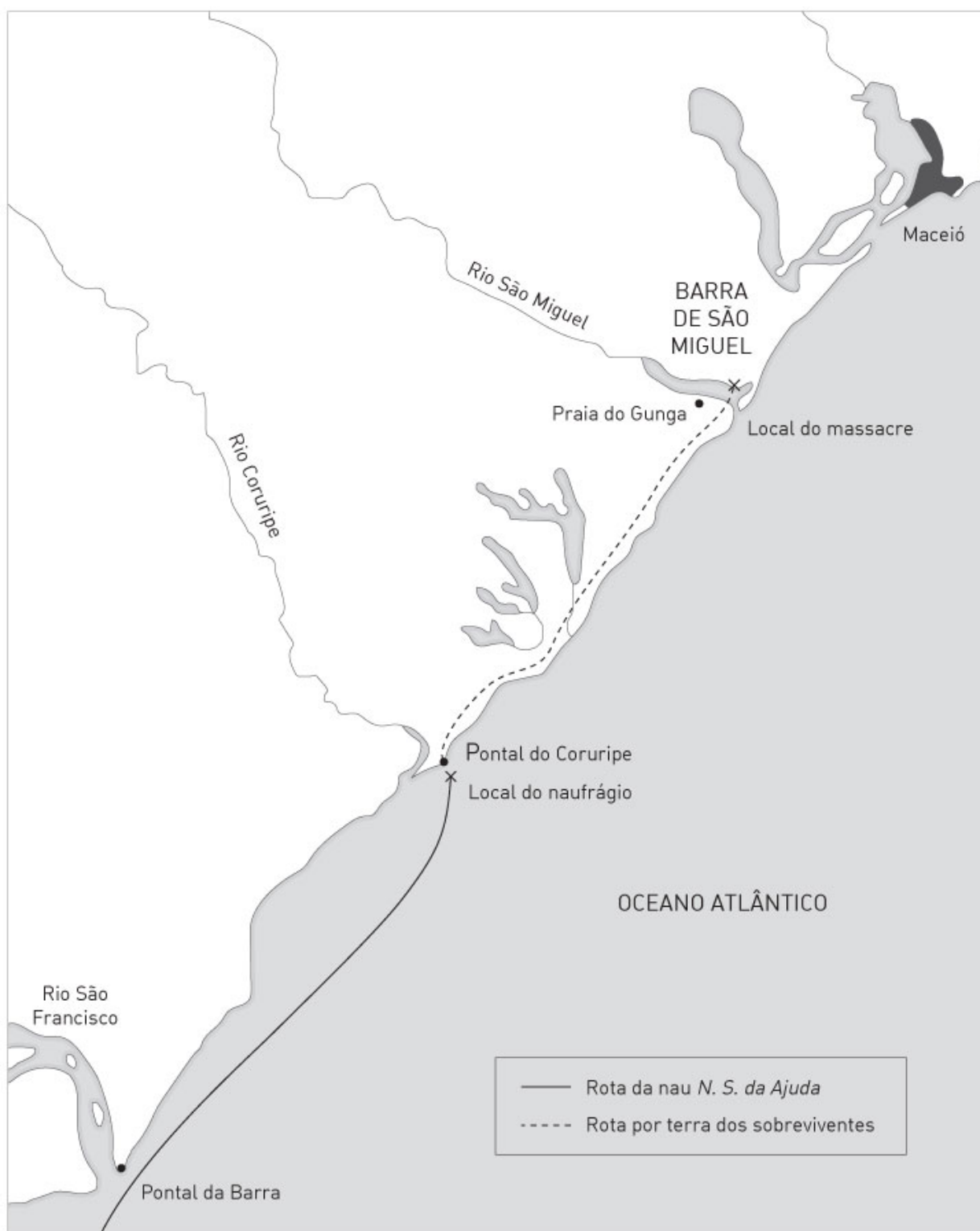
De acordo com o cronista Gabriel Soares de Sousa, também subiram a bordo “duas mulheres honradas e casadas, muitos homens nobres e outra muita gente que seriam mais de cem pessoas, afora escravos”. As duas mulheres a que se refere Soares seguramente eram a sogra do escrivão Rodrigo de Freitas (que não pôde viajar por estar preso) e a mulher do escrivão da Chancelaria Brás Fernandes (filha do já citado escrivão da Provedoria Antônio Pinheiro). Constavam ainda da lista de passageiros o capitão do navio, João de Loasa; Lázaro Ferreira, Maria Dias, “a velha” que trouxera as órfãs, bem como o “filho do meirinho da correição” – destinado a ser um dos poucos sobreviventes da tragédia que se avizinhava.

Alarmados com a possibilidade de que os aliados do bispo desembarcassem em Portugal para apresentar ao rei apenas a sua versão dos fatos, os vereadores de Salvador decidiram que um “procurador da cidade”, o tesoureiro Sebastião Ferreira, também seguiria para a corte, de forma que as acusações ao bispo e a seus aliados ficassem igualmente registradas. Como a Câmara também tinha uma ampla lista de críticas ao governador, seus integrantes trataram de redigir um libelo acusatório contra Duarte da Costa e, em insidiosa estratégia de mão dupla, entregaram-no a Sardinha.

A lendária nau *Nossa Senhora da Ajuda* – a mesma que em março de 1549 trouxera Tomé de Sousa ao Brasil – teria zarpado de Salvador a 2 de junho de 1556. Embora fosse um navio desgastado após mais de uma década de bons serviços, as condições da embarcação não parecem ter tido relação com a tragédia. Partindo da capital na direção nordeste, a nau não buscou o mar aberto, mas se manteve sempre nas proximidades da costa, apenas desviando de cabos e baixios, como se seguisse para Pernambuco. Depois de deixar para trás os pontais insinuantes de Itapuã e Tatuapara, ultrapassou a foz do rio Real (antigo reduto de entrelopos franceses e atual limite entre Bahia e Sergipe), a foz do Vaza Barris (que Anchieta, equivocadamente, assinalou como local do naufrágio) e a ampla e barrenta foz do São Francisco (hoje fronteira entre Sergipe e Alagoas).

Impulsionada pelos ventos de sueste e lés-sueste que refrescam aquela porção da costa entre fevereiro e agosto, a *Ajuda* desviou-se dos bancos de areia junto à foz do São Francisco e seguiu em direção à perigosa foz do Coruripe, guarnecida por um traiçoeiro banco de corais no qual o desafortunado capitão espanhol D. Rodrigo de Acuña havia naufragado em fins de 1526 e que, por isso, foi batizado de baixio de Dom Rodrigo. Os historiadores navais ainda discutem o que terá acontecido, mas a maioria supõe que, na madrugada fatídica de 15 de junho de 1556, imperasse o mau tempo e, sob a escuridão tempestuosa, a visibilidade fosse quase nula.

“A meio pano, como se presume, o piloto terá forçado uma passagem difícil entre o baixio e a costa”, imagina o historiador baiano Pedro Calmon. Então, “com a borrasca soprando rajadas frias que faziam estalar as antenas da *Ajuda*, o traquete e a bujarrona inchados de vento, as velas maiores enroladas nas vergas, os padres em reza, a maruagem em febril atividade, sucedeu-se o inevitável desastre”.⁶² Jogada pelas ondas contra os corais pontiagudos em meio aos quais deságua o Coruripe, a nau encalhou. Tão logo o cavename se partiu, a *Ajuda* inclinou-se a mais de 45 graus, até os mastros racharem e se deceparem as amarras. Então, com os velames a recobri-la como uma mortalha, a velha embarcação foi tragada pelas ondas com um estrondo.



Ainda assim, não houve vítimas fatais. Apesar da força dos ventos e das águas, os cerca de cem passageiros sobreviveram ao naufrágio e, atônitos e encharcados, agruparam-se nas partes arenosas do banco de corais, à flor da

água. Ao raiar do dia, ainda alvoroçados, transferiram-se para a praia que ficava em frente. Nada pôde ser retirado do navio: os pequenos canhões móveis do convés, os paióis, os mantimentos, as bagagens, os arcabuzes, o ouro do bispo – tudo foi engolido pela voragem dos redemoinhos.

Sardinha, os cônegos, as duas “mulheres honradas”, os burocratas da Fazenda, os pilotos, os marujos, os fidalgos, os plebeus e os escravos chegaram sãos e salvos a terra firme. Tal terra, porém, como eles cedo descobriram, não estava deserta. Apesar da calma que teria marcado o primeiro contato com os indígenas que de imediato os cercaram, é bem possível que muitos tripulantes tenham adivinhado, já naquele cinzento amanhecer de 15 de junho, que um destino mais terrível do que a morte por afogamento os aguardava.

A DEGLUTIÇÃO DE SARDINHA

Emplumados e belicosos, os nativos reunidos à beira-mar pertenciam à nação Caeté. Seu território tribal estendia-se da margem esquerda do São Francisco à ilha de Itamaracá, em Pernambuco, prolongando-se, em intervalos esparsos, até os arredores de onde hoje fica João Pessoa, capital da Paraíba. A barra do Coruripe (“rio dos sapos” ou, talvez, “rio dos seixos”, em tupi) era então conhecida como porto dos Franceses. A menos de 50 quilômetros dali fica a formosa baía de águas límpidas ainda chamada de praia do Francês. Os topônimos não poderiam ser mais explícitos: aquela era uma região frequentemente visitada pelos traficantes normandos de pau-brasil. Eles não apenas haviam firmado sólida (e rentável) aliança com os Caeté, como a nação – da qual fariam parte cerca de 75 mil indivíduos – estava em conflito aberto com os portugueses de Olinda, Recife e Itamaracá.

Sob a liderança de Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, os portugueses tinham se aliado aos Tabajara em 1535. Sendo os Caeté inimigos ancestrais dos Tabajara, é natural que tenham buscado o apoio dos franceses. Após a morte de Duarte Coelho, no início de 1554, o audaz e implacável Jerônimo de Albuquerque – cunhado do finado donatário e

conhecido como o “Adão Pernambucano” em função da vasta prole que gerou (24 filhos ao todo, entre legítimos e “naturais”) – assumiu o comando da capitania. A partir de então, o conflito com os Caeté acirrou-se brutalmente e, em agosto daquele ano, os indígenas chegaram a incendiar e destruir dois engenhos, um em Iguaraçu e outro nos arredores de Olinda.

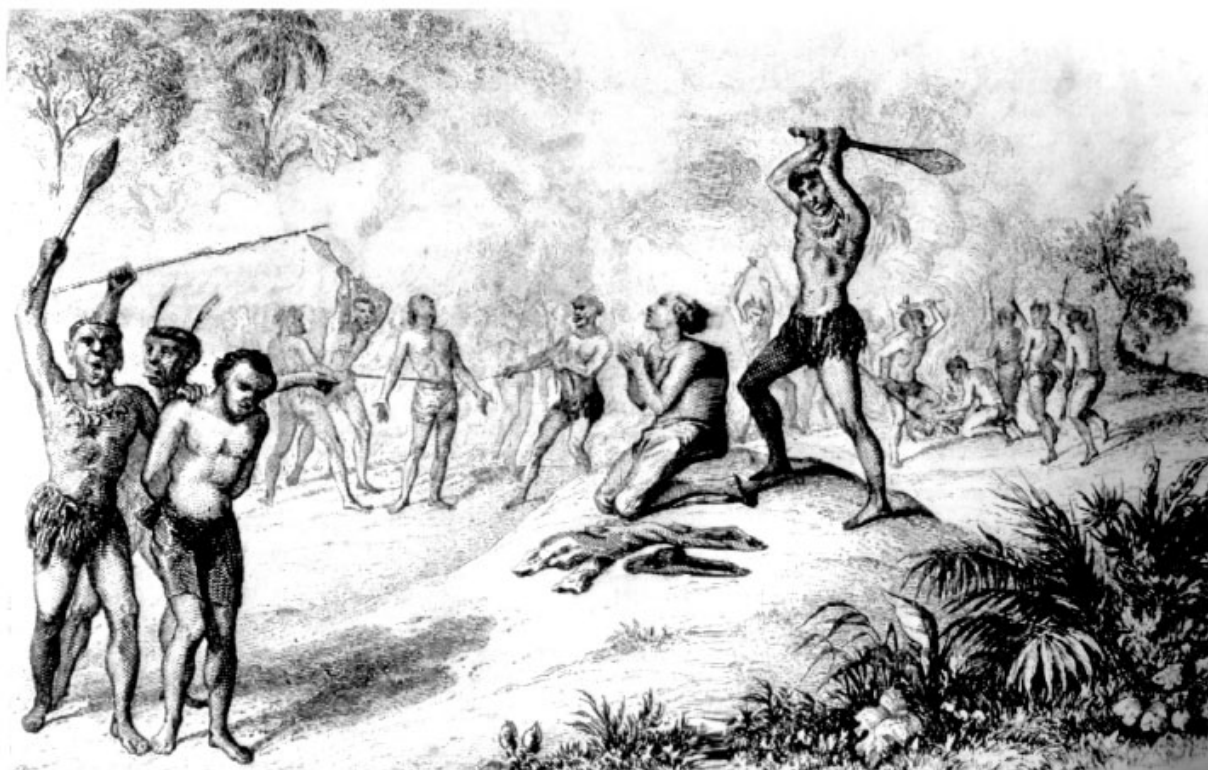
Os naufragos da *Nossa Senhora da Ajuda* desembarcaram, portanto, em pleno território inimigo – e em meio a uma guerra declarada.

Ninguém sabe ao certo o que se passou depois do naufrágio. Além das breves menções ao episódio nas cartas dos padres Nóbrega e Anchieta, e de um longo e imaginativo poema de Anchieta, resta apenas o relato reticente do também jesuíta Antônio Blasques. Tendo escrito respectivamente em 1587 e 1627, o cronista e senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa e o frade baiano Vicente do Salvador igualmente fizeram referências à tragédia de Coruripe, mas, embora ambos tenham conhecido pessoas que viviam em Salvador no ano em que ocorreu o naufrágio, seus textos não permitem formar um quadro completo e coerente do que teria de fato ocorrido.

Mas, onde os relatos oficiais são falhos, as lendas populares e a tradição oral surgidas logo após o incidente (e preservadas até hoje) podem ajudar na reconstituição dos acontecimentos. Ao que tudo indica, pouco depois de dar à praia, os naufragos foram cercados por guerreiros Caeté. Os nativos os teriam avistado do alto de uma das rugosas barreiras de arenito que se erguem às margens do Coruripe – no caso, a pequena serra chamada Espia Grande. Mas não houve conflito: de início, os índios teriam até se oferecido para guiar os sobreviventes até Pernambuco, a cerca de 250 quilômetros dali.

A penosa marcha deve ter começado na manhã do dia seguinte, 16 de junho de 1556. Mas não se prolongaria por mais do que algumas horas, pois, no momento em que os portugueses atravessavam a foz de um outro rio – a atual barra do São Miguel, próxima à hoje famosa praia do Gunga, cerca de 40 quilômetros ao norte de Coruripe e uns 30 ao sul de Maceió –, os Caeté os atacaram de surpresa, dando início à consumação de sua vingança.

A tática foi engenhosa: o grupo que atravessava o São Miguel foi surpreendido em meio ao rio, no momento em que se achava mais indefeso, enquanto aqueles que ainda não haviam iniciado a travessia eram mortos na margem meridional da foz. O bispo Sardinha, diz-se, fazia parte do grupo que, já tendo cruzado o São Miguel, achava-se na margem norte e, assim, junto aos que o acompanhavam, teria presenciado o massacre inicial. Mortos os integrantes dos dois primeiros grupos, os indígenas encurralaram os cerca de trinta sobreviventes. Quando, tacapes em punho, foram se aproximando do bispo, os portugueses trataram de proteger o prelado, implorando por sua vida. Mas, até em função das vistosas roupas eclesiásticas, Sardinha há de ter sido visto como uma inestimável presa de guerra – e evidentemente não foi poupado.



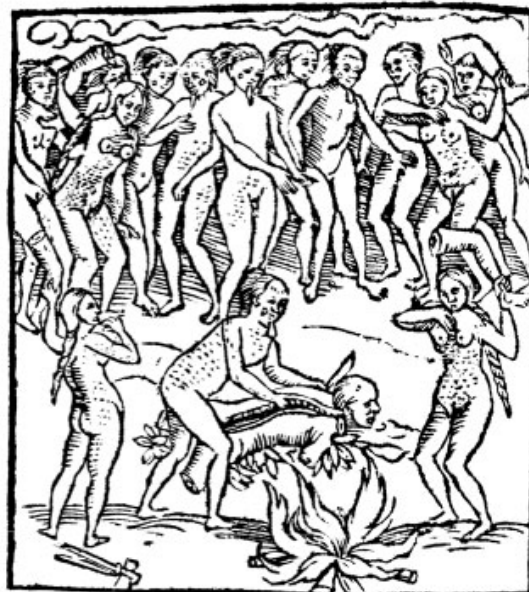
O martírio do bispo Sardinha segundo gravura do século XIX

De acordo com relatos que soam fictícios – dentre os quais se inclui o referido poema de Anchieta, bem como um texto do jesuíta Simão de Vasconcelos –, D. Pero portou-se com altivez e resignação enquanto,

ajoelhado, amarrado e despido, aguardava o golpe que lhe partiu o crânio. Sua morte teria adquirido, assim, contornos de martírio e, apesar das contundentes críticas ao seu comportamento no Brasil, logo houve quem propusesse sua beatificação.

Que o bispo e os demais naufragos foram comidos pelos Caeté é algo que o jesuíta Antônio Blasques afirma taxativamente na carta escrita em 10 de junho de 1557 e que, até por ter sido redigida quase que exatamente um ano após o naufrágio, impõe-se como a fonte mais confiável para a reconstituição do episódio. Ao final do minucioso relatório que enviou para Inácio de Loyola, líder da Companhia de Jesus, Blasques informou:

“Isso é, em suma, o que o ano passado de 1556 escrevemos e enviamos em a nau em que ia o bispo, a qual se perdeu 60 léguas desta cidade, não escapando dela senão dez pessoas, porque as outras todas as mataram os índios e, segundo seu costume, as comeram. Agora está esta cidade sem bispo, bem triste e desconsolada, porque, ainda depois de tantas misérias, lhes sobreveio esta, que eles sentem muito pelo contentamento e alegria que os índios tomaram, por terem morto ao bispo. A nós outros nos coube nossa parte de tristeza, por haver [na nau] alguns irmãos leigos para se ordenar, mas esperamos que Nosso Senhor proverá prestes de pastor estas terras tão necessitadas.” Blasques, como se vê, não associa o pesar dos jesuítas à morte do bispo, mas ao falecimento dos “irmãos leigos”.



O ritual antropofágico segundo as gravuras do livro de Hans Staden

Escrevendo três décadas após a tragédia, Gabriel Soares de Sousa registrou o episódio com pequenas modificações, em especial no que se refere ao número de sobreviventes. Em seu precioso *Tratado Descritivo do Brasil*, redigido em 1587, Soares relata: “Depois que estes Caeté roubaram o bispo e toda a gente que salvaram do naufrágio, os despiram, e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo sem escapar mais que dois índios da Bahia e um português que lhes sabia a língua, filho do meirinho da correção.” Quarenta anos mais tarde, frei Vicente do Salvador repetiria a história quase sem mudar palavra – indicativo de que se baseou em Soares.

O BANQUETE ANTROPOFÁGICO

Que praticamente não houve sobreviventes – dez ao todo, segundo Blasques, ou apenas três, entre eles o “filho do meirinho”, conforme Gabriel Soares – é fato que se impõe. Mas teriam o bispo e os demais tripulantes da *Nossa Senhora da Ajuda* sido realmente devorados pelos indígenas? As complexidades ritualísticas que cercavam o banquete

antropofágico indicariam o contrário, embora isso não signifique dizer que o bispo tenha sido poupado de morte tão aterradora.



Embora Gabriel Soares de Sousa assegure que os indígenas “pouco a pouco foram matando e comendo” os sobreviventes do naufrágio, o fato é que os Tupi em geral devoravam apenas inimigos que julgavam dignos de receber aquela que, na sua visão, era a mais honrosa das mortes. Por isso, não comiam mulheres nem crianças. Além do mais, a data da execução era escolhida minuciosamente, a intervalos regulares, e os cativos eram abatidos em função de sua bravura em combate. No imaginário dos portugueses, porém, qualquer homem branco que caísse vítima dos nativos seria invariavelmente devorado. Isso porque, desde os primórdios da ocupação do Brasil, dentre todos os “costumes bárbaros” que professavam os indígenas, nenhum havia se revelado mais espantoso ao olhar europeu do que a antropofagia.

Sabe-se que a morte ritualizada e a deglutição eucarística dos cativos representavam o ponto culminante de uma cerimônia cujo sacramento maior, e objetivo quase único, era a vingança. O festim canibal foi minuciosamente descrito por vários cronistas coloniais, entre eles os religiosos franceses Jean de Léry e André Thevet – que desembarcariam no Rio de Janeiro um ano após a morte de Sardinha. A narrativa mais

impressionante, porém, foi feita pelo mercenário alemão Hans Staden, que fora prisioneiro dos Tupinambá nos arredores de Angra dos Reis, também no Rio.

Graças ao relato de Staden – que escapou do cativeiro em outubro de 1554 e não teria sido devorado pelos nativos por causa do medo que demonstrava cada vez que se aproximava o momento da execução –, é possível reconstituir, passo a passo, as etapas do banquete. Tal exercício parece deixar claro que, de modo algum, os Caeté teriam comido todos os sobreviventes do naufrágio. De acordo com Staden (e também Léry e Thevet), a vítima ideal era aquela que tivesse sido capturada no campo de batalha. Seu destino passava a pertencer então àquele que primeiro a houvesse tocado durante a luta. Triunfalmente conduzido à aldeia do inimigo, o prisioneiro era insultado e maltratado por mulheres e crianças. Assim que entrava na taba, tinha de gritar: “Eu, vossa comida, cheguei.” Após essas agressões iniciais, porém, era bem tratado, recebia como companheira uma irmã ou filha de seu captor e podia andar livremente pelo território tribal – fugir era uma ignomínia impensável.



O cativo passava a usar uma corda presa ao pescoço: era o calendário que indicava o dia de sua execução – que poderia ser dali a muitas luas (e até anos). Quando a data fatídica se aproximava, os guerreiros preparavam ritualmente a clava com a qual a vítima seria abatida. A seguir, começava o ritual, que se prolongava por quase uma semana e do qual participava toda a tribo, das mulheres aos guerreiros, dos mais velhos aos recém-nascidos. Na véspera da execução, ao amanhecer, o prisioneiro era banhado e

depilado. Depois, deixavam-no “fugir”, apenas para recapturá-lo em seguida. Mais tarde, o corpo da vítima era pintado de preto, untado de mel e recoberto por plumas e cascas de ovos. Ao pôr do sol iniciava-se uma grande beberagem de cauim – um fermentado, ou “vinho”, de mandioca.

No dia seguinte, pela manhã, o carrasco avançava pelo pátio, dançando e revirando os olhos. Parava em frente ao prisioneiro e perguntava: “Não pertences tu à nação [tal ou qual], nossa inimiga? Não mataste e devoraste, tu mesmo, nossos parentes?” Altiava, a vítima respondia: “Sim, sou muito valente, matei e devorei muitos.” Replicava então o executor: “Agora estás em nosso poder; logo serás morto por mim e devorado por todos.” Para a vítima, aquele era um momento glorioso, já que os índios brasileiros consideravam o estômago do inimigo a sepultura ideal. Os ossos do morto eram preservados: o crânio, fincado em uma estaca, ficava exposto em frente à casa do vencedor; os dentes eram usados como colar e as tíbias transformavam-se em flautas e apitos.

Embora os Caeté dificilmente possam ter comido todos os cerca de cem portugueses que mataram na barra do rio São Miguel, Pero Fernandes Sardinha – mestre em teologia pela Sorbonne, condiscípulo de Inácio de Loyola e Francisco Xavier, confidente do vice-rei da Índia, D. João de Castro, reconhecido na França, notável em Évora, principal na Índia e primeiro bispo do Brasil, que “conhecera no mundo a glória das letras, o principado da Igreja, os tesouros do Oriente e o esplendor da autoridade episcopal”⁶³ – deve ter sido devorado, pois não só seus trajes e uma certa “majestade natural” (conforme descreveu Nóbrega), e mais ainda o empenho dos demais portugueses para que ele fosse poupado, hão de ter deixado claro para os nativos que ali estava um dos líderes inimigos.

A tradição assegura que a morte do bispo se deu em uma pequena colina, de 40 metros de altura, localizada na margem esquerda do São Miguel, ainda hoje chamada de monte do Bispo. Cedo surgiu a lenda de que o local do sacrifício tornou-se estéril e a vegetação jamais voltou a crescer ali. O primeiro a espalhar a informação foi frei Vicente do Salvador. “Somente direi”, assegura o frade, “o que ouvi das pessoas que caminham

desde a Bahia até Pernambuco e passam junto ao lugar donde o bispo foi morto, porque por ali é o caminho: que nunca mais se cobriu o terreno de erva, estando todo o mais campo recoberto dela e de mata, como que está o seu sangue chamando Deus à terra contra quem o derramou.”⁶⁴

Em 1840 – quase trezentos anos depois da tragédia –, o historiador baiano Inácio Acioli esteve na barra de São Miguel e anotou: “Encontrei ainda pessoas guardando a tradição de que em um pequeno escalvado que ali se acha, próximo a uma pequena colina, foi o lugar em que o bispo foi assado, pretendendo-se que por isso nunca mais nele vegetou a menor planta e observando-lhe um respeito religioso.”⁶⁵ Mais ou menos na mesma época, o jesuíta Rafael Galanti informou: “Houve quem descobrisse nesta lenda uma fraca tentativa de canonização de D. Pero Fernandes, sem a menor razão, porém. O que vem expresso na lenda não é tanto a veneração pelo prelado martirizado, mas muito mais aquela convicção, comum a cruzados, conquistadores e contrarreformadores, de pertencerem ao povo eleito de Deus, que lutam uma guerra santa e que de toda injúria feita ao nome cristão será rigorosamente vingada pelo Senhor dos Exércitos.”⁶⁶

Atualmente, Barra de São Miguel – com suas águas translúcidas, piscinas naturais, diques de recifes e mangues fincando raízes ao redor do pequeno delta no qual desponta a ilhota Três Corações – é um ruidoso balneário alagoano às voltas com a urbanização desregrada, a música estridente das barracas à beira-mar e o acúmulo de turistas inquietos, em busca de diversão e cerveja, desembarcando de carros e ônibus.

O monte do Bispo continua onde sempre esteve e, por se localizar a uns 2 quilômetros da orla, ainda não foi vitimado pela especulação imobiliária. Nesse caso, porém, não se trata de preservação ambiental, mas de abandono. Em meio a mangueiras frondosas e árvores nativas, a coroa do morro de fato revela uma clareira desnuda, embora haja indícios óbvios de que a área seja roçada de tempos em tempos.

Em frente àquele pequeno círculo de terra nua e batida ergue-se uma pequena capela quase em ruínas. Com o telhado caído, as paredes pichadas e o interior malcheiroso, repleto de lixo e tiras de papel higiênico, o

pequeno templo, erguido em meados do século XIX em memória do bispo, parece ser a única lembrança a assinalar o triste fim de D. Pero Fernandes Sardinha.



O rei de Portugal D. João III

EPÍLOGO

A notícia da tragédia do Coruripe levou mais de três meses para chegar à Bahia. Em agosto de 1556, passados mais de sessenta dias do naufrágio, a morte do bispo e de seus acompanhantes com certeza ainda não era conhecida em Salvador, pois, ao final daquele mês, um certo Pedro Rico, que vivia na cidade, enviou para o reino inflamada carta na qual, após muitas lamúrias, solicitava ao bispo Sardinha sua nomeação para o cargo de cônego, já que, segundo ele, a fortuna que amealhara havia provocado “grande inveja” entre os partidários de Duarte da Costa, a ponto de ele ter sido despojado de seus bens, de maneira que se via agora na contingência de “mudar o sobrenome de Rico para Pobre”.¹

Em 1º de outubro, porém, o trágico destino dos tripulantes da *Nossa Senhora da Ajuda* já era de domínio público. Curiosamente, no entanto, o único documento que o comprova é uma simples apostila dando conta do falecimento de Luís de Avala – um dos cônegos que havia embarcado junto com o bispo –, sem que se conheça qualquer registro relativo à morte de mais de noventa portugueses, embora boa parte deles pertencesse à elite local.

A chegada dos sobreviventes a Salvador – tenham sido eles dez ou apenas três – deve ter se dado em fins de setembro, o que significa dizer que levaram quase quatro meses para retornar por terra desde Alagoas até a capital, utilizando-se, com certeza, da ancestral trilha indígena que costeava o litoral e cujo percurso, em especial no trecho entre Pernambuco e a Bahia, tornara-se proibitivo para os portugueses devido à insurreição dos Caeté e dos Tupinambá, que senhoreavam aquela porção da costa. Se, entre os sobreviventes, de fato estavam “dois índios da Bahia”, devem ter sido eles os guias da marcha.

Segundo relato de Manuel da Nóbrega, “não restou casa em que não houvesse viúva ou órfão em Salvador”. O líder dos jesuítas levaria, porém, mais de três anos para se referir detalhadamente ao episódio. Só o fez em carta enviada em fins de 1559 para seu velho amigo, e então membro do Conselho Real, Tomé de Sousa, na qual aproveitou para realizar um balanço – bastante sombrio – do que se passara no Brasil desde que o primeiro governador-geral deixara o cargo.

Em meio ao rosário de queixas, Nóbrega refere-se ao terrível destino de Sardinha, que chamou de “glorioso”: “Trouxe Nosso Senhor o bispo D. Pero Fernandes, tal e tão virtuoso qual o conheceu Vossa Mercê, e mui zeloso da reformação dos costumes dos cristãos; mas quanto ao gentio e sua salvação se dava pouco, porque não se tinha por seu bispo, e eles lhe pareciam incapazes de toda a doutrina por sua bruteza e bestialidade, nem as tinha por ovelhas de seu curral, nem que Cristo se dignaria de as ter por tais; mas nisso me ajude Vossa Mercê a louvar Nosso Senhor em sua providência, que permitiu que, fugindo ele dos gentios e desta terra, tendo poucos desejos de morrer em suas mãos, fosse comido deles; e a mim, que sempre o desejei e o pedi a Nosso Senhor, metendo-me nessas ocasiões mais que ele, me foi negado. O que eu nisso julgo, posto que não fui conselheiro de Nosso Senhor, é que quem isso fez quis porventura pagar-lhe suas virtudes e grande bondade, e castigar-lhe juntamente o descuido e pouco zelo que tinha da salvação do gentio. E castigou-o, dando-lhe em pena a morte, que ele não amava, e remunerou-o em ser ela tão gloriosa, como já contariam a Vossa Mercê que ela foi, pois se deu em poder de infieis e em tão boas circunstâncias.”²

A handwritten signature in dark ink, reading "Manoel Nóbrega". The signature is written in a cursive style, with a long, sweeping underline that starts under the first name and extends across the second name.

EM NOME DO POVO E PELAS CHAGAS DE CRISTO

Bem menos velada do que essa espécie de exultação feita por Nóbrega ao referir-se à “gloriosa” morte de Sardinha mostrou-se a postura dos aliados de Duarte da Costa e dele próprio diante da notícia – pelo menos a julgar pelo relato que a Câmara de Vereadores da Bahia enviou para o rei: “Vendo aqueles três governadores [D. Duarte, D. Álvaro e Pero Borges] quão bem lhe sucederam seus danados desejos, foi tal seu contentamento e presunção que, além de outros sinais, o demonstraram com vestidos e outras mostras de muito prazer”.³

Apesar de o triste fim do bispo ter sido festejado em público por seus inimigos, isso não significa dizer que a tragédia tenha fortalecido seu principal desafeto, D. Duarte. Pelo contrário: no reino, a morte tão assustadora de cerca de uma centena de portugueses há de ter sido atribuída, mesmo que indiretamente, aos desmandos do governador, embora, como se verá, ele não viesse a ser punido. Talvez prevendo que o rei não tomaria atitude punitiva contra governante tão ineficiente, os “homens bons” de Salvador, reunidos na Câmara, trataram de enviar um vigoroso libelo contra ele, ao final do qual clamavam, “em altos brados, em nome de todo o povo, e pelas chagas de Cristo, que D. Duarte se vá”.⁴

A carta é tão incisiva que vale a pena reproduzir seus principais trechos: “Senhor: são tantas as perseguições e trabalhos que vieram e a cada dia vêm aos moradores desta sua Cidade do Salvador, depois que Tomé de Sousa dela se foi, que já não há pessoa que tenha sofrimento nem paciência para com isso poder, porque se até agora nos sustentávamos era com a esperança de que Vossa Alteza seria disso tudo sabedor e, sendo tão piedoso e clemente para com seus vassalos, assim que soubesse da desventura e miséria em que agora vivemos, não se descuidaria de nos socorrer com o remédio que para tantos males havemos mister.

“Mas vendo o descuido que para com o nosso remédio se têm e o muito crescimento em que nossas perseguições vão há já quatro anos, é tamanha a desesperança em que todos somos agora postos que não há pessoa que, para o descanso de sua vida e segurança de sua honra, antes não escolhera ser cativo do Xarife do que cidadão ou morador desta cidade enquanto for ela governada por dom Duarte e por seu filho, e regida por

Pero Borges, os quais são tão absolutos e dissolutos senhores dela que já não há pessoa que julgue ter alguma coisa própria, nem sua honra segura, razão pela qual tememos que a maior parte da gente se vá e se despovoe a terra, ou se lance entre o gentio, porque por mar não há saída.

“E para maior desventura nossa permitiu o Senhor Deus, por nossos pecados, que a nau *Nossa Senhora da Ajuda* se perdesse, da qual dependia toda nossa esperança e o bem desta terra, porque nela iam pessoas que, além de lhe terem amor e desejarem o crescimento dela, haviam de dar a V. A. inteira informação de tudo o que cá se tem passado. (...) Mas morreram todos, com outros muitos inocentes, e nós, que ficamos, foi com extremada inveja de acabarmos ali com eles, porque eles se acabaram para viverem eternamente e nós, se ficamos, é apenas para a cada dia morrermos de uma morte prolongada, que nos consome as fazendas e as cousas sem nos acabar as vidas.

“E porque não nos parecesse estar toda a desesperação já instalada em nossos corações, acordamos nós, juízes e vereadores deste ano de 1556, de tornarmos a escrever a V. A. (...) porque tememos, e teme todo o povo, que, como o governador e o ouvidor-geral estão tão vitoriosos do mal que a esta terra sucedeu, possam, pela muita falta de gente que agora há, fazer, nessa próxima eleição, vereadores e oficiais à vontade, os quais não somente não darão conta do que se passa e é necessário para o bem dela, mas antes lhe escreverão ao revés, louvando os males e desdenhando do bem” (*leia nota a seguir*).

JURANDO EM FALSO

Repetindo o expediente já utilizado pelo governador e pelo bispo, os vereadores pediam que o rei não desse ouvidos às cartas enviadas pelos aliados de D. Duarte, vários dos quais fizeram questão de citar nominalmente: “Damos conta à Vossa Alteza de que se vir carta da Câmara assinada pelos oficiais João de Araújo, Gaspar Lamego, Cristóvão de Aguiar, Antônio do Rego, Sebastião Álvares, Antônio Ribeiro, Diogo Moniz Barreto, Bernardo de Avelar e Lopo Machado, que à causa desses homens não dê nenhum crédito porque o governador os

têm na sua mão, às custas da Fazenda de Vossa Alteza, e, além disso, nenhum deles é casado nem morador da terra e são as próprias pessoas que dom Duarte dispõe para o ajudarem a tirar as fazendas e a honra dos moradores, além de outros de menos qualidade com os quais conta para prestarem juramentos falsos.”

A carta, redigida pelo escrivão Pedro Teixeira, está assinada por Simão da Gama de Andrade, Francisco Portocarrero, João Velho Galvão, Vicente Dias, Pedro Figueira e Damião Lopes de Mesquita, o que revela que, dentre os 15 vereadores de Salvador, nove estavam “na mão” do governador (em troca de subornos, segundo a carta) e apenas seis lhe eram contrários. Como sugere o documento, os adversários de Duarte da Costa temiam que, com a aproximação das novas eleições (marcadas para março de 1557), o governador obtivesse maioria ainda mais expressiva na Câmara – o que, segundo eles, redundaria não só no “despovoamento” da cidade de Salvador como “na completa perdição” da Terra do Brasil.

O CAOS INSTAURADO

No momento em que os seis vereadores dissidentes dirigiam sua veemente súplica ao monarca – a carta foi escrita em 18 de dezembro de 1556 –, os franceses já estavam instalados no Rio de Janeiro havia mais de um ano (o desembarque da expedição de Villegaignon se dera a 10 de novembro de 1555). E aquele parecia ser apenas um dos desdobramentos da “falta da experiência de guerra” e suposta índole pacífica de D. Duarte.

Somando-se a omissão do governador ao despreparo da maioria dos donatários, o quadro geral da colônia naquele final de 1556 revela um panorama desastroso não só em função do desgoverno e da anarquia reinantes, mas principalmente em relação à questão – naquele momento ainda mais fundamental – da ocupação e domínio do espaço brasileiro por parte dos portugueses.

Do Ceará à Bahia a costa encontrava-se sob forte influência francesa, com exceção da capitania de Pernambuco, onde a guerra contra os Caeté

ainda não fora vencida. Ilhéus achava-se quase isolada e sob o assédio constante dos temíveis Aimoré, ao passo que Porto Seguro vivia os efeitos de sua própria “guerra civil” depois que os colonos tinham denunciado o donatário Pero do Campo Tourinho à Inquisição em 1547 e o enviado a ferros para Portugal.

No Espírito Santo a situação era ainda mais grave. O donatário Vasco Fernandes Coutinho, tido como o mais incapaz de todos os capitães do Brasil, vira seu lote transformar-se em “valhacouto de traficantes” de pau-brasil e, principalmente, de escravos. Cansados dos “saltos” de que eram vítimas, os indígenas se preparavam para atacar Vitória, a nova sede da donataria. Tal destino já havia se concretizado na capitania de São Tomé, que fora simplesmente abandonada por Pero de Góis e se encontrava sob o controle dos indômitos Goitacá.

No Rio, os franceses tinham erguido, numa ilha no interior da baía de Guanabara, “uma das mais fortes fortalezas da cristandade, insuperável às forças humanas”,⁵ ao passo que a vizinha São Vicente via-se permanentemente ameaçada pelos Tamoio, que, insuflados pelos homens de Villegaignon, partiam do Rio para atacá-la com crescente audácia e frequência. Como se não bastasse, havia, na capitania de Martim Afonso, graves dissidências internas entre os colonos, e o Colégio de São Paulo de Piratininga, erguido pelos jesuítas menos de três anos antes, estava a um passo de ser abandonado.

Tão fragilizadas quanto o domínio territorial encontravam-se a administração da Justiça e da Fazenda na América portuguesa. A corrupção e os desmandos que imperavam na capital – exemplarmente retratados pelo conflito entre D. Duarte e o bispo Sardinha – não eram exclusividade da cidade de Salvador: as demais capitanias enfrentavam problemas semelhantes, pois, tão logo tomavam o poder, os homens mais abastados colocavam o aparelho judiciário e o fiscal a seu serviço, em detrimento do restante da população.

Uma das análises mais lúcidas dessa questão foi feita pelo brasilianista Harold Johnson: “Os agravos, vexames e acusações mútuas ocorridos no

âmbito da disputa entre o bispo e o governador constituem exemplo significativo de uma realidade que marcou indelevelmente todo um vasto período da vida do reino e sobretudo das colônias, onde o poder da Coroa era mais débil. Discórdias e rivalidades pessoais entre as figuras de proa das coletividades humanas estendiam-se rapidamente às hostes dos respectivos apaniguados e clientes, repercutindo na administração e em todos os domínios do cotidiano. Refletia-se desta forma a contaminação da esfera do público pela do privado, problema para cuja resolução as medidas tomadas pela Coroa – no sentido de distribuir os cargos de acordo com o preparo técnico de quem os iria desempenhar mais do que com o desejo de contentar poderosos e preferidos – nunca se revelaram suficientemente eficazes. Com efeito, cada figura proeminente fazia-se rodear de grande número de protegidos, familiares e compadres, cuja partilha de interesses e a dependência em relação à sua vontade os levava a preocupar-se mais em servir aquele com quem eram solidários, e de quem dependia seu modo de vida, do que a agirem de acordo com o bem comum, de forma reta e justa.”⁶

O NOVO GOVERNADOR-GERAL

Pode-se afirmar, portanto, que em dezembro de 1556 o domínio português do Brasil encontrava-se em estágio ainda mais frágil do que em fins de 1548, quando D. João III e seus conselheiros, sob a liderança do conde da Castanheira, tinham decidido estabelecer o Governo-Geral justamente para fortalecer a posse sobre o território e colocá-lo sob a égide da lei e da ordem. Assim, apesar dos inúmeros problemas que, naquele momento, assolavam o reino e demais territórios ultramarinos, ficou claro que alguma coisa deveria ser feita com relação ao Brasil. Pelo menos dessa vez, o rei e seus assessores agiram com prontidão.



Mem de Sá

Nesse sentido, a virulenta carta que os vereadores de Salvador enviaram para Lisboa em 18 de dezembro sequer teria sido necessária. Isso porque, em 23 de julho daquele ano – cinco meses antes da correspondência (e apenas cinco dias após a morte do bispo) –, D. João III já havia nomeado um novo governador-geral para o Brasil. Os destinos da colônia passariam às mãos de um indivíduo de personalidade férrea e índole guerreira: o desembargador Mem de Sá.

Tido como “homem de toga e espada”,⁷ Mem de Sá era um exemplar típico da ascendente classe de letrados que, cada vez mais, tomava em suas mãos as rédeas do reino. Um dos 13 filhos ilegítimos de Gonçalo Mendes de Sá, cônego da Sé de Coimbra, Mem de Sá provavelmente nasceu em 1506. Não se sabe quem foi sua mãe, mas provavelmente não era a fidalga Inês de Melo, “mulher solteira” com a qual Gonçalo teve oito filhos que, mais tarde, tratou de legitimar (e entre os quais não incluiu o terceiro governador do Brasil). Um dos irmãos legitimados era o consagrado poeta Sá de Miranda, “o introdutor da escola Renascentista em Portugal”.⁸

Apesar da origem bastarda, Mem de Sá revelou-se aluno brilhante e traçou o próprio caminho até o topo da burocracia portuguesa. Em 1520, aos 14 anos, já frequentava, junto com o irmão poeta, a Universidade de Salamanca, na Espanha, na qual se formava boa parte dos “letrados”

portugueses. Seis anos mais tarde, tornou-se bacharel em Direito Canônico, não sem antes ter travado uma áspera discussão acadêmica que se tornou célebre com o famoso lente Martin de Azpilcueta Navarro (que, mais tarde, como já foi dito, seria mestre do padre Manuel da Nóbrega na mesma universidade).

Em 1528, Mem de Sá obteve a licenciatura em Leis e, disposto a fazer carreira no Judiciário, transferiu-se para Lisboa, onde, segundo um de seus biógrafos, “exerceu cargos sempre mais elevados, tornando-se eminente magistrado”.⁹ Foi nessa época que o irmão Sá de Miranda enviou-lhe uma de suas mais famosas cartas, “redigida em admiráveis quintetos”,¹⁰ na qual recontou a conhecida fábula do rato da cidade e do rato do campo. Preocupado com a crescente ambição do irmão, o poeta o incita a seguir seu exemplo, “abandonando as tentações do Paço Real para recolher-se a um lugar tranquilo, onde possa gozar sua liberdade”. Em tom franciscano, repreende-lhe “o excesso de fadigas e o infundado receio de pobreza”¹¹ com as seguintes linhas:

*Fracos de fé, da fraqueza
Vem estes vossos suores,
Estes medos à pobreza
Olhai como a natureza
Veste ricamente as flores*

*Em quanto de uma esperança
Em outra esperança andais
Trazer-vos quero a lembrança
Como é leve e não se alcança
Que sempre há diante e mais...*

Mas as esperanças de Mem de Sá eram palpáveis e não estavam tão distantes assim. Da mesma forma, pode-se afirmar que, infundado ou não, seu suposto “receio à pobreza” o impulsionaria a se tornar o homem mais rico do Brasil no século XVI – e o mais acusado de corrupção. Mas ainda

havia um longo caminho pela frente, e Mem de Sá não se afastou dele; pelo contrário, seguiu-o à risca, tornando-se, primeiro, desembargador (cargo para o qual foi nomeado em maio de 1532, com salário anual de 60 mil reais) e, quatro anos mais tarde (março de 1536), corregedor dos feitos cíveis (com 80 mil reais de rendimentos). Sua ascensão completou-se em agosto de 1541, quando o rei o fez desembargador dos agravos da Casa de Suplicação, com 100 mil reais de salário anual.

Era esse o cargo que ele exercia quando, em 23 de julho de 1556, D. João III nomeou-o “terceiro governador-geral das partes do Brasil”. A carta de nomeação diz: “Pela muita confiança que tenho em Mem de Sá, fidalgo de minha casa, que nas coisas de que o encarregar me saberá bem servir e o fará com o cuidado e a diligência que dele se espera, como até aqui tem feito nas coisas de meu serviço, hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê dos ditos cargos de governador-geral das partes do Brasil por tempo de três anos, e com 400 mil reais d’ordenado em cada um ano.” Em 7 de novembro do mesmo ano, D. João o fez membro do Conselho Real. Antes, em 21 de agosto, já lhe concedera um aumento de 200 mil reais, o que elevou seu ordenado a 600 mil reais anuais – o mais alto pago até então a um governador do Brasil.

Com os amplos poderes conferidos pela carta de nomeação, e com a autoridade de membro permanente do Conselho do Rei, Mem de Sá – cujos rendimentos haviam sido sextuplicados – começou a se preparar para partir para o Brasil. Aos 50 anos de idade, servia há 24 como magistrado, era viúvo (sua mulher, dona Guiomar, filha de um desembargador do Paço, morrera em 1542) e pai de cinco filhos. Um deles, João Rodrigues de Sá, fora morto em Ceuta, no Marrocos, combatendo os mouros, em 1553. Outro, Fernão de Sá, viria com ele para o Brasil – e em março de 1558 também sucumbiria na mão dos “infiéis”, nesse caso os indígenas do Espírito Santo.

UMA VIAGEM DE DANAÇÃO

Mem de Sá partiu para Salvador comandando uma única nau, a bordo da qual se acotovelavam 336 pessoas. O navio zarpou do porto de Lisboa em 30 de abril de 1557 – nove meses e uma semana após a nomeação do governador. Desde o início, nada saiu como o esperado, pois, já naquela noite, a aproximação de uma tempestade forçou a embarcação a ancorar nos Cachopos, o perigoso banco de areia que sinalizava o final da barra do Tejo e à frente do qual estendia-se a vastidão do oceano. Foi o prenúncio do que estava por vir.

Mem de Sá encarregou-se de descrever a sequência de desventuras que assinalaram a viagem: “Fui direto às ilhas do Cabo Verde, do Príncipe e São Tomé, onde adoeceu quase toda a gente e morreram 42 pessoas das 336 que vinham na nau, as quais continuamente provi e mandei prover de galinhas e o mais necessário em abundância, que foi a causa, depois de Deus, de se salvarem muitas.” Ao deixar o arquipélago, o navio continuou enfrentando correntes adversas e borrascas em série: “Por os tempos serem contrários, andei oito meses menos dois dias no mar”,¹² relatou Sá.

Tão longa foi a jornada que, quando o novo governador-geral enfim aportou em Salvador – o desembarque deu-se em 28 de dezembro de 1557 –, muita coisa havia mudado em toda a Europa Ocidental. As transformações mais marcantes foram as ocorridas no reino: em 11 de junho daquele ano – quarenta dias após a partida de Mem de Sá –, o rei D. João III morreu, fulminado por uma apoplexia, sem ter assinado seu testamento nem jurado um herdeiro.

Embora a morte do monarca tenha sido de todo inesperada – como a ausência de testamento indica –, na prática era como se ele já estivesse morto, pois havia cinco anos que praticamente se afastara de cena, dedicando-se às orações e ao retiro, e passando os afazeres do governo para sua mulher, a rainha D. Catarina. O mais irônico é que o estopim da crise espiritual ocorrera em um momento de glória para o rei: em meio ao casamento do príncipe D. João, o único sobrevivente dentre os nove filhos que tivera com D. Catarina.

Nascido em 3 de junho de 1537, o príncipe D. João desde cedo revelara uma saúde frágil. Por isso, tão logo o herdeiro completou 15 anos, o rei tratou de lhe arrumar um bom casamento. Embora as negociações tenham sido custosas (em todos os sentidos), ficou acordado que o príncipe se casaria com a princesa D. Joana, filha do imperador Carlos V (irmão de D. Catarina) e de D. Isabel (irmã de D. João III), além de irmã do futuro Felipe II. Em meio a grandes pompas, o casamento, que deu continuidade à política de uniões matrimoniais entre os soberanos e herdeiros de Portugal e de Castela, realizou-se em Lisboa em dezembro de 1552.

Foi então, em plena “sala da rainha”, no Paço Real de Lisboa, durante a cerimônia, que um calvinista inglês, um certo William Gardiner, de Bristol, levantou-se e, na presença da família real e diante de toda a corte, “arrancou a hóstia consagrada das mãos do sacerdote, arremessando-a ao chão, quebrando-a em muitas partes, e ainda derramando o vinho não consagrado”.¹³ Embora Gardiner tenha sido preso e executado com requintes de crueldade, o episódio abalou profundamente D. João III, que o teria visto como “um sinal dos céus” a anunciar desgraças futuras.

A partir daí, “o rei passou a envergar luto fechado e a dedicar-se praticamente só à oração”, como revela o historiador João José Alves Dias. “D. João faltava às reuniões do conselho e entregou praticamente tudo nas mãos da mulher”, D. Catarina. Em carta enviada a seu irmão, Carlos V, a rainha diz que “havia parecido bem a Sua Alteza dar-me parte [no governo] para descansar”. Mas o núncio papal em Lisboa, Giovanni Ricci, foi mais longe ao comunicar ao Vaticano: “É ela quem governa.”

Um ano e meio antes de sua morte e, segundo seu secretário particular, Pero de Alcáçova Carneiro, “muito cansado dos negócios e já ameaçado de algumas indisposições”, o rei simplesmente deixou de assinar os documentos, limitando-se a escutar sua leitura e deixando à mulher e a Carneiro a tarefa de validá-los “com dois sinetes de prata, um para as cartas, outro para os alvarás”.¹⁴

Naquela época, a desesperança de D. João não estava mais ligada apenas ao famigerado “episódio do desacato à hóstia”. Algo pior de fato

havia acontecido: no dia 2 de janeiro de 1554, o combalido príncipe D. João, último filho vivo do rei, faleceu sem ter completado 17 anos. Menos mau que sua esposa, a princesa D. Joana, de 15, estava grávida de oito meses e, no dia 20 de janeiro – menos de três semanas após a morte do marido –, deu à luz o príncipe D. Sebastião.

Houve festa e louvações nas ruas do reino: o trono de Portugal tinha um novo herdeiro varão, o que diminuía a angústia de boa parte da corte de que, na ausência de um sucessor direto, a Coroa portuguesa pudesse passar às mãos do infante D. Carlos, filho de Felipe II com a já falecida D. Maria (por sua vez, filha de D. João III e irmã do recém-falecido príncipe D. João). “Nascido neste contexto de expectativas sombrias e recebendo, mesmo antes de nascer, a tarefa de retomar os passos venturosos de seu bisavô, D. Manuel, D. Sebastião ganhou de seus futuros súditos o condinome de Desejado”, ressalta a historiadora Jacqueline Hermann.¹⁵



O rei D. João III

Tais anseios tornaram-se ainda maiores quando D. Sebastião tinha apenas 3 anos de idade e a apoplexia fulminou seu avô, D. João III, o rei de 55 anos que passara 36 no poder. “Foi uma morte feliz, de uma felicidade quase imerecida”, julga o historiador português Mário Domingues, para quem “o reinado de D. João III caracterizou-se pela desagregação e corrupção da engrenagem do Estado; pela desmoralização e miséria do povo que nada aproveitava das riquezas da Índia; pelo descalabro financeiro de culpa da administração caótica de um Tesouro que mal chegava para satisfazer os apetites de uma numerosa corte

parasitária e pela ruína do comércio causada pelo confisco dos bens dos cristãos-novos, de que a nação nada aproveitou, porque tais riquezas, como se fossem lançadas ao Tejo junto com as cinzas dos judeus queimados, perderam-se na posse do Estado perdulário e na voragem dos carcereiros e integrantes do Santo Ofício, que não faziam com elas coisa alguma de produtivo”.¹⁶

O implacável julgamento de Domingues não é compartilhado por outros pesquisadores, embora, como já foi dito, o juízo a respeito do antepenúltimo soberano da dinastia de Avis mantenha-se, ainda hoje, controverso. Na análise de historiadores mais conservadores, D. João é apontado como “o rei que civilizou o Brasil”, embora a maior parte de sua política relativa à América portuguesa – da implantação do regime das capitanias hereditárias em 1532 à instituição do Governo-Geral em 1548 – deva ser atribuída, conforme já se viu, muito mais ao conde da Castanheira do que ao monarca.

D. João foi enterrado com toda a pompa em 16 de junho de 1557. Dois dias depois, o pequeno D. Sebastião era aclamado rei. A ausência de um testamento formal, porém, envolveu o reino em polêmica, pois não só o Desejado não fora jurado herdeiro como era pouco mais que um bebê. A questão foi resolvida por meio do que se supõe um ardil de Pero de Alcáçova Carneiro: o hábil e todo-poderoso secretário particular do rei declarou possuir uns “apontamentos das intenções” que o monarca suspostamente lhe manifestara, de acordo com as quais seria vontade régia que, durante a menoridade de D. Sebastião, a regência de Portugal ficasse a cargo da rainha D. Catarina até o novo monarca completar 20 anos de idade.



A rainha D. Catarina

A Câmara de Lisboa não aceitou pacificamente o conteúdo (nem a veracidade) do suposto documento. O Senado, em reunião extraordinária, não deixou de observar que D. Catarina era castelhana, além de ser tia e sogra do novo rei da Espanha, Felipe II, salientando também haver parentes varões do rei ainda vivos – como seu irmão, o cardeal D. Henrique, que muitos preferiam ver como regente, até porque sua política era nitidamente anticastelhana. Mas a decisão atribuída a D. João III acabou validada pelo Conselho Real, que conseguiu ao menos impor a presença de D. Henrique junto ao trono. “Embora a Câmara de Lisboa

tenha chamado esta transmissão de poderes de *eleição*, tratou-se, antes, de um *pacto*”, observa João José Alves Dias.

D. Catarina governou com o apoio do Conselho, no qual assumiram papel de destaque, além do conde da Castanheira, seu primo-irmão Martim Afonso de Sousa (apesar das acusações de corrupção que pesavam sobre seu péssimo governo como vice-rei da Índia entre 1541 e 1545), o bispo de Portalegre, D. Julião de Alva, e o nobre Jorge da Silva, bem como o influente secretário Pero de Alcáçova Carneiro.

O conde da Castanheira cedo se afastaria do centro do poder. Antes mesmo da morte de D. João III, Ataíde já se mostrava insatisfeito com sua situação pessoal, pois, a 11 de janeiro de 1557 – exatos cinco meses antes do súbito falecimento do monarca –, havia escrito um vigoroso libelo, que intitulou *Documento em que D. Antônio de Ataíde, primeiro conde da Castanheira, dá em razão de si para seus filhos e descendentes*, no qual afirmou: “Por algumas coisas que se atravessaram de seis a sete anos até agora [1557], me pareceu que Sua Alteza me devia fazer marquês e lhe falei disso e foi-me bem recebido, porque na verdade assim era razão que fosse, tanto pela criação que S. A. em mim fez quanto por razões outras que eu tinha e o tempo então me deu. Mas parece que havia outras para S. A. não me dever fazer essa mercê, por não agravar algumas pessoas, ou pelo que fosse, e ele por derradeiro se escusou de, por então, me fazer marquês.”¹⁷

Nove meses após a redação do texto, e apenas quatro depois da posse de D. Catarina como regente, a situação parece ter se tornado insustentável para o conde. Em 22 de outubro de 1557, além de não ter virado marquês, foi substituído no cargo de vedor da Fazenda (que ocupava desde 1529) pelo ex-governador do Brasil, Tomé de Sousa, também seu primo-irmão. Ataíde então sai de cena, recolhendo-se a sua bela propriedade rural. Seis anos mais tarde, o homem que tinha mudado o destino do Brasil estaria morto. Seu falecimento deu-se em 7 de outubro de 1563.

Embora tenha vivido mais do que o primo famoso, Tomé de Sousa jamais desfrutaria de igual poder. Mesmo mantendo-se por alguns anos como vedor da Fazenda, sua atuação no cargo e no Conselho foi bastante

apagada. “Apesar de continuar a serviço da corte”, diz Pedro Calmon, “tinha pensamento posto em suas pacíficas terras no interior, desgostoso, como Sá de Miranda, das louçanias de palácio, mais inclinado à religião e aos bens financeiros.”¹⁸ Aposentando-se em 1575 com 200 mil reais de salário e várias tenças e mercês (entre as quais o ofício de tesoureiro da Bahia, para o qual podia nomear quem quisesse), Tomé de Sousa retirou-se para sua quinta às margens do Tejo. Lá morreu em 28 de janeiro de 1579.

Dona Catarina manteve o governo de Portugal em padrões muito similares aos de seu marido. Na política externa, não se desviou no essencial das linhas ditadas por seu irmão, Carlos V, e seu sobrinho, Felipe II – como D. João III vinha fazendo em seus últimos dias de governo. Internamente, D. Catarina continuou fiel aos ideais da Contrarreforma, aumentando os poderes da Inquisição e da Companhia de Jesus.

Para os jesuítas, a medida não poderia vir em melhor hora. Afinal, em 31 de julho de 1557, exatos cinquenta dias após a morte de D. João – e enquanto Mem de Sá ainda navegava para o Brasil –, falecia em Roma, em meio a dores excruciantes, mas em silêncio estoico, o padre Inácio de Loyola, fundador e primeiro geral da ordem que havia mudado a história da Igreja. As regras rígidas e o dever à obediência tão caro aos jesuítas não foram o bastante para assegurar uma sucessão tranquila. A posse do cristão-novo Diego Laynes à frente da Companhia deu-se em meio a turbulências internas e só iria se concretizar um ano depois da morte de Loyola, em 19 de junho de 1558.

Os novos rumos do Vaticano tornaram o processo sucessório dos “soldados de Cristo” ainda mais delicado. Isso porque, em 23 de março de 1555, cerca de dois anos antes da morte de Loyola, o papa Júlio III, ardente defensor dos jesuítas, tinha falecido. Tomando posse em 1º de maio de 1555, seu sucessor, Marcelo II, ficou apenas 38 dias no poder, pois um enfarte o fulminou. Então, em 23 de maio daquele ano, o cardeal Giampedro Carafa, de 79 anos, foi eleito papa, assumindo o trono de Pedro sob a denominação de Paulo IV.

O “temível ancião”, destinado a se tornar “o papa mais odiado do século XVI”,¹⁹ era um velho inimigo da Companhia de Jesus (*leia nota a seguir*). Além do rancor a Loyola, o novo papa achava que os jesuítas eram um instrumento da política expansionista da Espanha e, de certo modo, da de Portugal. E o velho Carafa detestava tudo que se relacionasse à Espanha. O ressentimento vinha do controle espanhol sobre sua terra natal, Nápoles, e de sua desconfiança da política religiosa de Carlos V e de seu sucessor, Felipe II. Por isso, Paulo IV mergulhou o papado em uma desastrosa guerra com a Espanha. O conflito rebentou em janeiro de 1557. “A Europa viu com incredulidade o pontífice guerrear contra o país que, junto com Portugal, era o principal propulsor da reforma católica”, diz o historiador Eamon Duffy.²⁰

CHISPAS NOS PÉS

A inimizade de Paulo IV com Loyola havia começado em 1547, quando, ao visitar Nápoles, o líder dos jesuítas ousou criticar abertamente o extravagante estilo de vida do então cardeal. Ao saber que seu desafeto se tornara papa, Loyola teria, de acordo com um de seus inúmeros biógrafos, o alemão Ludwig Marcuse, “perdido o autocontrole, talvez pela primeira vez” desde os turbulentos dias de sua mocidade. “Ele estremeceu da cabeça aos pés”, completa o historiador Eamon Duffy. Se de fato o fez, Loyola não foi o único. Conforme Duffy: “Diziam que saltavam chispas dos pés de Paulo IV quando ele andava pelo Vaticano e ele comandou a Igreja sob uma atmosfera de medo crescente.”

A guerra com os Estados Papais amargurou de tal forma Carlos V – que, em outubro de 1555, já havia renunciado ao trono da Espanha em favor do filho, Felipe – que o imperador retirou-se para o mosteiro de Yuste, na Extremadura, e lá se manteve até a morte, ocorrida em 21 de setembro de 1558. O conflito com Paulo IV foi apenas mais um dos problemas que Felipe II teve de enfrentar, pois, como o rei da França, Henrique II, aliara-se ao papa, o jovem soberano espanhol viu-se na contingência de lhe declarar guerra em 7 de junho de 1557 – apenas quatro

dias antes da morte de D. João III e menos de quarenta após a partida de Mem de Sá para a Bahia.

A inacreditável sequência de mortes e reviravoltas políticas ocorridas enquanto o futuro governador-geral do Brasil permanecia no mar em luta contra as intempéries não se limitou àquelas ocorridas na Europa. Também na América, duas figuras emblemáticas faleceram durante a viagem de Mem de Sá. No dia 5 de outubro de 1557 morria, em Salvador, o lendário Caramuru. A morte do já sexagenário Diogo Álvares – que teria naufragado nas cercanias de Salvador por volta de 1511 – marcou o fim do período que já foi chamado de “colonização acidental”²¹ do Brasil.

Dois dias antes de Caramuru – em 3 de outubro de 1557, portanto –, morria em Assunção, no Paraguai, um homem que em tudo diferia do sossegado patriarca baiano. Era o governador do Paraguai, Domingo de Irala. Nesse caso, porém, a notícia – que levaria meses antes de ser conhecida na Bahia – foi reconfortante para os portugueses em geral e para Mem de Sá em particular. Afinal, apesar de toda a controvérsia que ainda hoje cerca a personalidade e o desempenho de Irala à frente do governo, não restam dúvidas de que ele fortaleceu a presença castelhana no Paraguai ajudando a tornar Assunção um sólido impedimento ao avanço português em direção ao Peru. Irala também havia mandado fundar Ontovieros e Vila Rica, lançando as bases para o estabelecimento dos espanhóis no território hoje ocupado pelo estado do Paraná – o qual, também por isso, só iria passar ao domínio português um século mais tarde, graças ao empenho e à violência dos sertanistas de São Paulo, os homens que, muito mais tarde, a história iria chamar de “bandeirantes”.

SOB NOVA DIREÇÃO

Então, quando faltavam apenas três dias para o fim daquele agitado ano de 1557, Mem de Sá enfim chegou à Bahia.

Embora em Salvador se julgasse que o novo governador não iria aportar no Brasil antes do início de 1558, pelo menos já se sabia – após sete meses de angústia e silêncio – que ele estava vivo, pois, no dia 15 de dezembro, uma caravela “que vinha carregada de escravos da Guiné” chegara à Bahia, vinda da ilha de São Tomé, com a notícia de que, poucas semanas antes, “a nau de Mem de Sá fora aportar lá, com grande aperto e falta de água”.²²

De acordo com aqueles traficantes de escravos, o navio do governador havia partido da ilha no mesmo dia que eles e em breve deveria chegar ao Brasil. De fato, duas semanas mais tarde, para alegria de boa parte dos moradores da capital, o desembargador Mem de Sá ancorava em Salvador – “oito meses menos dois dias” após ter zarpado de Lisboa.

Assim que pisou em terra, o novo governador dirigiu-se para o Colégio dos Jesuítas, onde, em companhia do padre Nóbrega, teria permanecido recluso por cinco dias, ao longo dos quais dedicou-se aos “exercícios espirituais” de Inácio de Loyola. Portanto, além de jejuar e meditar sobre as pesadas tarefas que o aguardavam, Mem de Sá teria se “disciplinado” – açoitando-se com a ajuda do líder dos jesuítas no Brasil. Em 3 de janeiro de 1558, “animadíssimo”, de acordo com o depoimento do próprio Nóbrega, Sá deixou “o silêncio da casa religiosa” e se apresentou aos vereadores da Câmara da Bahia, dando início efetivo ao seu governo.²³

Naquele mesmo dia, D. Duarte da Costa, seu filho D. Álvaro e vários de seus aliados partiam para Portugal, onde, em vez de punição, apenas mercês e comendas os aguardavam. Duarte da Costa terá morrido em 1570, ainda como membro do Senado da Câmara, ao passo que D. Álvaro pereceu, ao lado do rei D. Sebastião e junto com boa parte da jovem nobreza portuguesa, a 4 de agosto de 1578, no fragor da batalha de Alcácer

Quibir, no Marrocos – conflito que, entre outras mudanças drásticas, iria marcar o início do fim da dinastia de Avis.

Como não é difícil supor, em se tratando de um homem que, antes de assumir o governo, se submetera à disciplina dos “exercícios espirituais”, Mem de Sá deu início a uma administração rígida e moralista. Proibiu o jogo, a vadiagem, a embriaguez e as visitas dos colonos às aldeias aliadas. Baniu, definitivamente, a antropofagia entre os indígenas que viviam nas cercanias de Salvador e, a partir de 1560, iria forçá-los a viver em grandes aldeamentos, sob o controle dos jesuítas, como queria Nóbrega. Acima de tudo, como desembargador, tratou de “encurtar as demandas [judiciais], consertar as partes e aplacar os antigos ódios”, segundo ele próprio relatou ao reino (*leia nota a seguir*). De acordo com frei Vicente do Salvador, Mem de Sá também forçou os funcionários públicos a trabalharem mais, “pois viviam mui à larga”.

ATALHANDO AS DEMANDAS

O padre Nóbrega confirma o depoimento de Mem de Sá ao informar, praticamente com as mesmas palavras, que o novo governador “cortou as longas demandas e consertou as partes, atalhando da mesma forma as novas causas que nasciam, ao ponto de ficarem vazias as audiências”. Escrevendo setenta anos após os acontecimentos, frei Vicente do Salvador assegura que, ao chegar “certo dia para a audiência, o doutor Pero Borges não encontrou um só requerente do que, levantando as mãos ao céu, deu graças a Deus”. Embora seus aliados (e a maioria dos futuros biógrafos) afirmem que Mem de Sá “saneou” a justiça na colônia, o fato é que, embora graves acusações pesassem sobre Pero Borges, o governador o manteve no cargo de ouvidor-geral até pelo menos 1560.

Os rigores da lei e da ordem tais como estabelecidas por Mem de Sá foram reservados para os indígenas rebeldes. Embora quase dois anos já se houvessem passado desde que a Guerra de Itapuã fora vencida por Álvaro da Costa, o governador informou ao reino que, ao desembarcar na Bahia,

encontrou “toda a terra em guerra, sem que os homens ousassem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo que viviam mui apertados e necessitados por não terem peças [escravos]”.²⁴

O governador tratou então de lançar uma devastadora ofensiva contra as tribos insurretas do Recôncavo, ao fim da qual, “à frente dos soldados, na imensa mata”, restavam “160 aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, campos assolados, tudo passado a fio de espada”, como o jesuíta José de Anchieta achou por bem cantar no poema épico *Os Feitos de Mem de Sá*. Calcula-se que pelo menos 6 mil indígenas tenham sido mortos ao longo da chamada Guerra de Paraguaçu.

Os massacres perpetrados em setembro de 1558 foram uma espécie de preliminar revelando com que ferocidade e disposição Mem de Sá iria tratar da expulsão dos franceses então instalados no Rio de Janeiro, embora aquela nova guerra fosse se prolongar por quase uma década e lhe custar dissabores muito maiores, como as mortes de um filho e de seu sobrinho predileto.

Esse capítulo sangrento estava destinado a ser o passo seguinte da formação do Brasil. Como os anteriores, seria um episódio controverso e dramático.

NOTAS

INTRODUÇÃO

- 1 – “em a Índia” – segundo os anais da *Chancelaria de D. João III*, citados em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (doravante mencionada como HCP). Para as referências sobre os livros citados nas notas, veja *Bibliografia*.
- 2 – “velho e doente” – carta de Duarte da Costa ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 3 – “lhe deitarem” – carta atribuída a Francisco Pereira, citada por Edison Carneiro em *A Cidade do Salvador – 1549*.
- 4 – “de peleja” – *Regimento de Tomé de Sousa*, publicado pela Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo da Marinha, e reproduzido em HCP.
- 5 – “e mal ensinados” – carta de Duarte Coelho ao rei, publicada em HCP.
- 6 – “seus crimes” – Edison Carneiro em *A Cidade do Salvador – 1549*.
- 7 – “de a povoar” – carta de Pero do Campo Tourinho ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 8 – “quatro meses” – idem nota 6 acima.
- 9 – “antes de dois anos” – carta de Pero de Góis ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 10 – “ter o outro” – carta de Luís de Góis, publicada por Francisco Adolfo de Varnhagen em *História Geral do Brasil*.
- 11 – “rei papelero” – Mário Domingues em *D. João III: o homem e sua época*.
- 12 – “no meio do corpo” – frei Vicente do Salvador em *História do Brasil*.
- 13 – “Estado moderno” – a expressão, comum para designar os Estados criados no decorrer do período moderno, é frequentemente utilizada pelos historiadores portugueses Joaquim Romero Magalhães e João José Alves Dias.
- 14 – “de seus magistrados” – Stuart Schwarcz em *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*.
- 15 – “as mais variadas formas” – Virgínia Rau em *A Casa dos Contos*.
- 16 – “coisas do governo” – idem nota 6 acima.
- 17 – Harold B. Johnson em *O Império Luso-brasileiro – 1500-1620*.

PARTE I

- 1 – “que o fareis” – A carta de D. João III para Caramuru foi descoberta e publicada pela primeira vez por Francisco Adolfo de Varnhagen nas páginas do *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, em dezembro de 1872, e reproduzida em sua *História Geral do Brasil*. Alguns

historiadores, entre os quais Cândido Mendes e Capistrano de Abreu, colocaram em dúvida a autenticidade do documento.

2 – “ninho de mamelucos” – Alberto Silva em *A Primeira Capital do Brasil*.

3 – “lhe levará” – Edison Carneiro em *A Cidade do Salvador – 1549*.

4 – “amigos antigos” – carta de Nóbrega, de abril de 1549, publicada em *Cartas do Brasil*.

5 – “falha de rasgo” – Joaquim Romero Magalhães em *Portugal no Alvorecer da Modernidade*.

6 – “arrancar alguma decisão” – frase do historiador Charles De Witte, cuja veracidade é atestada por depoimentos de contemporâneos de D. João III, como o conde da Castanheira e Fernão d’Álvares de Andrade.

7 – “da corte espanhola” – João José Alves Dias em *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*.

8 – “prudência e habilidade” – idem nota 7 acima.

9 – “infância e adolescência” – Joaquim Romero Magalhães, idem nota 5.

10 – “cousas do Reino” – segundo *As gavetas da torre do Tômbo*, vol. V, citado por João José Alves Dias, idem nota 7.

11 – “particular apetite” – Damião de Góis em *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.

12 – “grossa fazenda” – Pedro Calmon em *História da Fundação da Bahia*.

13 – “da capital” – Júlio de Castilho em *Lisboa Antiga*, citado por Pedro Calmon, idem nota 12 acima.

14 – “reunidas” – William M. Thomas, revista *Oceanos* (Lisboa, junho de 1996).

15 – “estava assentado” – carta de Fernão d’Álvares citada por Edison Carneiro no apêndice do livro referido na nota 3 acima.

16 – “coisas do Brasil” – a frase é de Pedro Calmon (idem nota 12), mas a opinião é compartilhada por Carlos Malheiro Dias, Pedro de Azevedo, Francisco de Varnhagen, Rocha Pombo e Capistrano de Abreu, entre outros historiadores que escreveram no século XIX e início do século XX.

17 – “não o merecia” – carta de Antônio de Ataíde ao rei D. João III, publicada em HCP.

18 – “normandos e bretões” – Jorge Couto, em *A Construção do Brasil*.

19 – “nenhum remédio” – carta de Antônio de Ataíde para o rei D. João III, publicada em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCP).

20 – “tino e siso” – os adjetivos foram usados por Edison Carneiro no livro citado na nota 3 acima, mas os mesmos conceitos podem ser encontrados nas cartas de Antônio de Ataíde, Manuel da Nóbrega e Fernão d’Álvares de Andrade.

21 – “memória de seu estado” – segundo D. Antônio Caetano de Sousa, citado por Pedro de Azevedo em *A Instituição do Governo Geral* (HCP).

22 – “rendimentos” – Pedro Calmon, idem nota 12.

- 23 – “Marrocos” – idem nota 21.
- 24 – “colocados” – idem nota 21.
- 25 – “sisudo” – carta de D. Antônio de Ataíde a Martim Afonso, citada por Pedro de Azevedo, idem nota 21.
- 26 – *de Memória* – livro publicado pela Biblioteca Nacional de Lisboa e citado tanto por Pedro de Azevedo como por Pedro Calmon (idem notas 12 e 21).
- 27 – “do reino” – Virgínia Rau em *A Casa dos Contos*.
- 28 – “variadas formas” – idem nota 27 acima.
- 29 – “poder real” – José Manuel Subtil no artigo “A administração central da Coroa”, publicado em *Portugal no Alvorecer da Modernidade*.
- 30 – “lei geral do reino” – idem nota 27 acima.
- 31 – “sistema político-administrativo português” – idem nota 27 acima.
- 32 – “próprio rei” – José Adelino Maltez no artigo “O Estado e as instituições”, publicado em *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*.
- 33 – “legal do reino” – idem nota 32 acima.
- 34 – “casinha” – idem nota 32 acima.
- 35 – “autoperpetuador” – Stuart Schwartz em *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*.
- 36 – “sociedade ibérica” – idem nota 35 acima.
- 37 – “incompetência” – idem nota 35 acima.
- 38 – “magistrados” – Diogo do Couto, citado por Schwartz, nota 35 acima.
- 39 – “que os pariu” – carta de Tomé de Sousa ao rei D. João III, em HCP.
- 40 – “regerem” – carta de Pero Borges ao rei D. João III, em HCP.
- 41 – “grande malícia” – idem nota 40 acima.
- 42 – “muita falta” – carta de Afonso Gonçalves, de 10 de maio de 1548, publicada em HCP.
- 43 – “judiciais isentas” – Jorge Couto, em *A Construção do Brasil*.
- 44 – “levantou no povo” – Vitorino de Almada em *Elementos para um Dicionário de Geografia e História Portuguesa*, publicado pelo Conselho de Elvas em 1888 e reproduzido por Pedro de Azevedo em HCP.
- 45 – “nem o escrivão” – idem nota 44 acima.
- 46 – “triste celebridade” – idem nota 44 acima.
- 47 – “com facilidade” – Manoel Lopes Ferreira, em *Prática Criminal Expedida na Forma da Praxe* (1742), citado por Timothy J. Coates em *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português*.
- 48 – “Timothy Coates” – idem nota 47 acima.
- 49 – “penitenciário português” – idem nota 43 acima.

- 50 – “referida como tal” – idem nota 43 acima.
- 51 – “que cá vai” – carta de Fernão d’Álvares citada por Pedro Calmon, nota 12 acima.
- 52 – “dinheiro” – James Buchan no livro *Frozen Desire – An inquiry into the meaning of money*.
- 53 – “muito peso” – Serafim Leite, *Breve Itinerário para uma Biografia do Padre Manuel da Nóbrega*.
- 54 – “principesco” – António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*.
- 55 – “linhagem” – idem nota 53 acima.
- 56 – “triste fala” – a expressão é de José Mariz de Moraes e foi utilizada por ele em *Nóbrega – o primeiro jesuíta do Brasil*.
- 57 – “desprezar a ele” – Antônio Franco em *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, citado por Leite, nota 53 acima.
- 58 – “os fortes” – carta de Simão Rodrigues a Inácio de Loyola, em *Monumenta Ignaciana*, citado por Leite, nota 53 acima.
- 59 – “carnavalescas” – Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*.
- 60 – “quem sou” – carta de Nóbrega para os irmãos do Colégio de Coimbra, citada por Serafim Leite em *Nóbrega em Portugal*.
- 61 – “má vida dos cristãos” – carta de Pero Correia aos irmãos do Colégio de Coimbra, em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 62 – “um advogado” – idem nota 53 acima.

PARTE II

- 1 – “da alimentação” – João Frada, em “A alimentação a bordo das naus na época moderna”, artigo publicado em *A Universidade e os Descobrimentos* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1998).
- 2 – “em combate” – Pyrard de Laval, *The Voyage of Pyrard de Laval* (Londres, Hayklut Society, 1888).
- 3 – “ou na Índia” – Francisco Bethencourt em *História da Expansão Portuguesa*.
- 4 – “de bombardeiros” – carta de Pero de Góis ao rei D. João III, publicada em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCP).
- 5 – “respeitados” – François Bellec, “A Carreira da Índia no século XVI”, artigo publicado no livro *Naus, Caravelas e Galeões* (Lisboa, Quetzal Editores, 1993).
- 6 – “para as coisas do Governo-Geral” – Edison Carneiro em *A Cidade do Salvador – 1549*.
- 7 – “outros oficiais” – carta de Pero Borges ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 8 – “refazer-se no Brasil” – Pedro Calmon em *História da Fundação da Bahia*.
- 9 – “graças de Deus” – carta de Manuel da Nóbrega, publicada em *Cartas do Brasil*.
- 10 – “todos os da nau” – José Mariz de Moraes em *Nóbrega – o primeiro jesuíta do Brasil*.

- 11 – “monarcas da Europa” – carta de Américo Vespúcio a Lorenzo de Médici, publicada em *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América* (São Paulo, Planeta, 2003).
- 12 – “franceses e espanhóis” – Myriam Ellis em *A Baleia no Brasil Colonial*.
- 13 – “doenças contagiosas” – frei Antônio de Santa Maria Jaboatão em *Orbe Seráfico Novo Brazilico*.
- 14 – Sérgio Buarque de Holanda no parágrafo de abertura de *Visão do Paraíso*.
- 15 – “pelas várzeas” – Pedro Calmon em *História da Fundação da Bahia*.
- 16 – “imprudências” – Edison Carneiro, idem nota 6 da Parte II.
- 17 – “manobra de guerra” – idem nota 6 da Parte II.
- 18 – “estar agalhasada” – *Regimento Régio Dado a Tomé de Sousa*. A íntegra do documento pode ser lida em HCP.
- 19 – “antigo cronista da Bahia” – trata-se do professor Luís dos Santos Vilhena, autor de *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*.
- 20 – “geme água” – idem nota 19 acima.
- 21 – “nova cidade” – Edison Carneiro, idem nota 6 da Parte II.
- 22 – “funcionários do urbanismo” – expressão utilizada por Walter Rosa em *Cidades Indo-portuguesas*.
- 23 – “em projeto colonial” – idem nota 22 acima.
- 24 – “se completam” – Cid Teixeira no artigo “Centro histórico de Salvador”, publicado no livro *Patrimônio Mundial no Brasil*, da Unesco.
- 25 – “Oriente produtor” – idem nota 24 acima.
- 26 – “decano dos arquitetos brasileiros” – a expressão é utilizada, entre outros, pelo urbanista Paulo Santos em *Formação da Cidade no Brasil Colonial*.
- 27 – “ir adiante” – carta de Luís Dias a Miguel de Arruda, publicada em HCP.
- 28 – “sobeja e basta” – carta de Luís Dias ao rei D. João III, citada por Carneiro, idem nota 6 da Parte II.
- 29 – Alfred Russel-Wood em *Fidalgos and Philanthropists*.
- 30 – “ação de urbanizar” – Walter Rosa, idem nota 22 acima.
- 31 – “provado bem” – Teodoro Sampaio em *História da Fundação da Cidade do Salvador*.
- 32 – “comum na Bahia” – Teodoro Sampaio, no livro citado na nota 31, acima, analisa o superfaturamento das obras contratadas em regime de empreitada.
- 33 – “para o Terreiro” – Edison Carneiro, idem nota 6 da Parte II.
- 34 – “outras coisas” – segundo os *Documentos Históricos* (“Alvarás, Provisões e Mandados”) publicados em 1937 pela Biblioteca Nacional.
- 35 – “ordenados de el-rei” – idem nota 34 acima.

- 36 – Pedro Calmon – idem nota 8 da Parte II.
- 37 – “pernoitar nas naus” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 acima.
- 38 – “rancharia” – Pedro Calmon, idem nota 8 da Parte II.
- 39 – “o que fazer” – carta de Antônio Cardoso de Barros ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 40 – “dentro delas” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 41 – “de área” – A. H. de Oliveira Marques no capítulo “A casa”, publicado no livro *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos da vida quotidiana*.
- 42 – “nova imposição” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 43 – “sustância do pão” – Pero de Magalhães Gândavo em *Tratado da Terra do Brasil*.
- 44 – “se come assado” – Fernão Cardim em *Tratados da Gente e Terra do Brasil*.
- 45 – “produtor” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 46 – “novilhos” – carta de Tomé de Sousa ao rei D. João III, de julho de 1551.
- 47 – “tremedal” – Edison Carneiro, idem nota 12 da Parte II.
- 48 – “do fisco” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 49 – “ananás” – Simão de Vasconcelos, idem nota 14 da Parte II.
- 50 – “incomodar” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 51 – “seu ofício” – carta de Duarte da Costa ao rei D. João III, em HCP.
- 52 – “tão diverso” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 53 – “na luxúria” – Teodoro Sampaio, idem nota 31 da Parte II.
- 54 – “dos mouros” – carta de Diogo de Gouveia ao rei D. João III, HCP.
- 55 – “consciência” – carta de Pero Fernandes Sardinha ao rei D. João III, publicada por Capistrano de Abreu em nota à *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

PARTE III

- 1 – “de má vida” – Serafim Leite em *Nóbrega e a Fundação de São Paulo*.
- 2 – “poder do dinheiro” – Pedro de Azevedo no artigo “Os primeiros donatários do Brasil”, publicado em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCP).
- 3 – “que o comeu” – carta de Pero Borges ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 4 – “de modo algum” – carta de Tomé de Sousa ao rei d. João III, publicada em HCP.
- 5 – “contrariedade do mar” – carta de um jesuíta anônimo, publicada por Serafim Leite em *Nóbrega e a Fundação de São Paulo*.
- 6 – “mandonismo” – Capistrano de Abreu em “Atribuições de um donatário”, ensaio publicado em *Capítulos de História Colonial*.
- 7 – “algum fruto” – carta de Azpilcueta Navarro, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.

- 8 – “em esta terra” – carta de Pero de Góis ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 9 – “de bombardeiros” – idem nota 8 acima.
- 10 – “com os brancos” – carta de um jesuíta anônimo, idem nota 5 acima.
- 11 – “homens e mulheres” – carta de Alonso de Lebron, publicada por Sérgio Buarque de Holanda no livro *Visão do Paraíso*.
- 12 – “grande vingança” – carta de Leonardo Nunes, publicada em *Cartas Avulsas*.
- 13 – “de aventuras” – Edith Porchat em *Informações Históricas sobre São Paulo no Século de sua Fundação*.
- 14 – “vida de selvagens” – carta de Leonardo Nunes, publicada em *Cartas Avulsas*.
- 15 – “homens de armas” – informação dada pelo mercenário alemão Ulrich Schmidel em seu livro de viagens, *História Verdadeira de uma Maravilhosa Navegação*.
- 16 – “indianizaram-se” – expressão usada por Jaime Cortesão em *A Fundação de São Paulo*.
- 17 – “no Maranhão” – carta de Antônio Rodrigues, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 18 – “nossa santa fé” – carta de Leonardo Nunes, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 19 – “mão de tudo” – carta de Nóbrega citada por Serafim Leite em *Breve Itinerário para uma Biografia do Padre Manuel da Nóbrega*.
- 20 – “honra das mulheres” – Francisco de Assis Carvalho Franco na introdução do livro de Hans Staden *Duas Viagens ao Brasil*.
- 21 – “de todo gênero” – idem nota 20 acima.
- 22 – “morreram de fome” – idem nota 20 acima.
- 23 – “para o Paraguai” – carta de Juan Sanches de Biscaia, publicada na coletânea *Cartas de Indias* (Madri, 1877).
- 24 – “virtuoso” – carta de Nóbrega a Luís da Câmara, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 25 – “desterrados de Portugal” – idem nota 23 acima.
- 26 – “uns campos” – Fernão Cardim em *Tratado da Terra e Gente do Brasil*.
- 27 – “com as próprias mãos” – carta de José de Anchieta aos irmãos do Colégio de Coimbra, publicada em *Cartas de José de Anchieta*.
- 28 – “jesuítica” – carta de José de Anchieta, reproduzida em *Novas Páginas de História do Brasil*, de Serafim Leite.

PARTE IV

- 1 – “sol da terra” – carta de Felipe de Guillen ao rei D. João III, publicada em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCP).

- 2 – “para a cidade” – carta de Tomé de Sousa ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 3 – “quiserem dar” – idem nota 2 acima.
- 4 – “daqueles trabalhos” – carta de Antônio Dias publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 5 – “índios do Brasil” – carta de João de Azpilcueta Navarro, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 6 – “de não se perder” – Capistrano de Abreu em *Caminhos Antigos e Povoação do Brasil*.
- 7 – “com mármore” – Basílio de Magalhães em *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*.
- 8 – “o que buscavam” – carta do padre Ambrósio Pires, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 9 – “iremos salvar” – carta de Manoel da Nóbrega publicada em *Cartas de Nóbrega*.
- 10 – “no outro mundo” – carta de Tomé de Sousa ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 11 – “com sua mulher” – cartas de Nóbrega a Simão Rodrigues e ao rei D. João III, publicadas em *Cartas de Nóbrega*.
- 12 – “experiência de guerra” – Pedro de Azevedo, no artigo “A instituição do Governo geral”, publicado em HCP.
- 13 – “de seu governo” – Francisco Adolfo de Varnhagen em *História Geral do Brasil*.
- 14 – “aos condes” – Pedro de Azevedo, idem nota 12 acima.
- 15 – “ vaidade de honra” – carta de D. Duarte ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 16 – “em África” – Pedro Calmon em *História do Brasil*.
- 17 – “e não posso” – Frei Vicente do Salvador em *História do Brasil*.
- 18 – “terras no Brasil” – Rodolfo Garcia em nota a Varnhagen, idem nota 13 acima.
- 19 – “em terras alheias” – Pedro Calmon em *História da Fundação da Bahia*.
- 20 – “seus asseclas” – idem nota 13 acima.
- 21 – “pela rua” – carta do bispo Sardinha ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 22 – “mal pagos” – carta de Nóbrega a Simão Rodrigues, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 23 – “mui bom músico” – carta do bispo Sardinha ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 24 – “os miolos” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 25 – “gente da terra” – Pereira da Costa em *Anais Pernambucanos*.
- 26 – “traficantes de escravos” – idem nota 13 acima.
- 27 – “sua devassidão” – idem nota 13 acima.
- 28 – “de sua morte” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 29 – “ecoará lá” – carta de Nóbrega para Simão Rodrigues, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.

- 30 – “para sempre” – carta de Pero Correia, publicada em *Cartas Avulsas*.
- 31 – “de suas penas” – carta de Nóbrega para Inácio de Loyola, publicada em *Cartas Avulsas*.
- 32 – “se fizerem cristãos” – a denúncia de Garcia de Sá foi reproduzida por Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*.
- 33 – “mão em clérigos” – segundo carta de Duarte da Costa ao rei (HCP).
- 34 – “idiota” – carta de D. Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 35 – “para o cargo” – carta de Pero Leitão citada por Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*.
- 36 – “que recebia” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 37 – “Vossa Alteza” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 38 – “devidos ao bispo” – citado por Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*.
- 39 – “queriam fazer” – idem nota 13 da Parte IV.
- 40 – “nunca se encerram” – carta de Pero Borges ao rei, publicada em HCP.
- 41 – “mal do bispo” – episódio narrado por Duarte da Costa, em carta enviada ao rei, publicada em HCP.
- 42 – “da cidade” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 43 – “sem licença” – idem nota 42 acima.
- 44 – “pregações na Sé” – acusação feita por Duarte da Costa em carta ao rei, publicada em HCP.
- 45 – “desta cidade” – carta do bispo Sardinha ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 46 – “civil e eclesiástico” – Capistrano de Abreu em nota a Varnhagen, idem nota 13 da Parte IV.
- 47 – “contentamento” – carta de Jorge Fernandes ao rei, publicada em HCP.
- 48 – “o fizera assim” – depoimento de Fernão Ribeiro de Sousa ao visitador Heitor Furtado, transcrito por Capistrano de Abreu.
- 49 – “já é defunto” – depoimento de Luis da Grã ao visitador Heitor Furtado, idem nota 48 acima.
- 50 – “com toda brevidade” – carta de Simão da Gama de Andrade ao rei, publicada em HCP.
- 51 – “barcos e navios” – carta de Francisco de Portocarrero ao rei, publicada em HCP.
- 52 – “os franceses” – idem nota 13 da Parte IV.
- 53 – “a 40 braças” – idem nota 13 da Parte IV.
- 54 – “amigos de lavouras” – Gabriel Soares de Sousa em *Tratado Descritivo do Brasil*.
- 55 – A tradução deste e dos demais nomes e topônimos tupis é a sugerida por Teodoro Sampaio no livro *O Tupi na Geografia Nacional*.
- 56 – “o engenho” – carta de Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.
- 57 – “seis de cavalo” – carta de D. Duarte da Costa ao rei, publicada em HCP.

- 58 – “debaixo” – idem nota acima, como todas as demais citações sobre a Guerra de Itapuã.
- 59 – “trabalhos passados” – carta de Simão da Gama ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 60 – “feios crimes” – Pedro Calmon, idem nota 19 da Parte IV.
- 61 – “D. Catarina” – Pedro Calmon, idem nota 19 da Parte IV.
- 62 – “inevitável desastre” – Pedro Calmon, idem nota 19 da Parte IV.
- 63 – “autoridade episcopal” – Pedro Calmon, idem nota 19 da Parte IV.
- 64 – “quem o derramou” – Pedro Calmon, idem nota 19 da Parte IV.
- 65 – “respeito religioso” – Inácio Acioli, citado por João R. Lemos em *Dom Pedro Fernandes Sardinha: um bispo, mártir, em Coruripe*.
- 66 – “Senhor dos Exércitos” – Rafael Galanti, citado por João R. Lemos em *Dom Pedro Fernandes Sardinha: um bispo, mártir, em Coruripe*.

EPÍLOGO

- 1 – “para Pobre” – carta de Pedro Rico reproduzida por Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*.
- 2 – “tão boas circunstâncias” – carta de Nóbrega a Tomé de Sousa, publicada em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.
- 3 – “muito prazer” – carta dos vereadores da Câmara de Salvador ao rei D. João III, publicada em HCP.
- 4 – “se vá” – a frase é citada por Varnhagen, mas não faz parte do texto original da carta. Em nota à *História Geral do Brasil*, os historiadores Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia não deixaram de fazer essa observação, ponderando que Varnhagen talvez tenha conhecido um outro documento.
- 5 – “forças humanas” – A avaliação, feita pelo terceiro governador-geral, Mem de Sá, foi transmitida por ele em carta à regente D. Catarina e reproduzida por Herbert Ewaldo Wetzel em sua biografia *Mem de Sá: terceiro governador-geral*.
- 6 – “reta e justa” – H. B. Johnson em *O Império Luso-brasileiro (1500-1620)*.
- 7 – “toga e espada” – Pedro Calmon em *História da Fundação da Bahia*.
- 8 – “Renascentista em Portugal” – Herbert Wetzel em *Mem de Sá: terceiro governador-geral*.
- 9 – “eminente magistrado” – idem nota 8 acima.
- 10 – “quintetos” – idem nota 8 acima.
- 11 – “receio de pobreza” – idem nota 8 acima.
- 12 – “dias no mar” – carta de Mem de Sá a D. João III citada no livro de Herbert Wetzel.
- 13 – “consagrado” – de acordo com “O desacato na Capela Real em 1552 e o processo do calvinista inglês William Gardiner”, artigo publicado nos *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 29, Lisboa, 1984.

- 14 – “alvarás” – conforme as Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, citadas por João José Alves Dias em *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*.
- 15 – “codinome de Desejado” – Jacqueline Hermann em *O Reino do Desejado* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000).
- 16 – “de produtivo” – Mário Domingues em *D. João III e sua época*.
- 17 – “me fazer marquês” – o libelo do conde da Castanheira foi reproduzido em HCP.
- 18 – “bens financeiros” – idem nota 7 do Epílogo.
- 19 – “do século XVI” – Eamon Duffy em *Santos e Pecadores: História dos papas* (São Paulo, Cosac & Naify, 1998).
- 20 – “reforma católica” – idem nota 19 acima.
- 21 – “colonização acidental” – expressão utilizada por Guillermo Giucci no livro *Sem Fé, Lei ou Rei* (Rio de Janeiro, Rocco, 1993).
- 22 – “falta de água” – segundo carta do jesuíta Antônio Blásquez a Diego Laynez, reproduzida por Herbert Ewaldo Wetzel, idem nota 8 do Epílogo.
- 23 – “seu governo” – segundo Simão de Vasconcelos, citado por Herbert Ewaldo Wetzel, idem nota 8 do Epílogo.
- 24 – “ou escravos” – segundo o *Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*, reproduzido por Herbert Ewaldo Wetzel.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Ao todo, cerca de trezentos volumes foram consultados para a redação de *A Coroa, a Cruz e a Espada*. A seguir, o leitor encontrará listadas apenas as principais fontes relativas aos temas abordados pelo livro.

Sobre a criação do Governo-Geral. Os dois principais textos específicos sobre o assunto talvez ainda sejam o ensaio do historiador Pedro de Azevedo, “A Instituição do Governo Geral”, publicado em 1926 no terceiro volume da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (Porto, Litografia Nacional) – livro indispensável também por trazer a íntegra das principais cartas escritas durante aquele período por autoridades e colonos portugueses no Brasil –, e o texto “O Governo Geral”, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado no volume 1 de *História Geral da Civilização Brasileira* (São Paulo, Difel, 1960), dirigida pelo próprio Sérgio Buarque. Também são fontes importantes para o tema os livros *A Construção do Brasil* (Lisboa, Cosmos, 1998), de Jorge Couto; *Royal Government in Colonial Brazil* (Universidade da Califórnia, 1968), de Dauril Alden; *O Império Luso-brasileiro 1500-1620* (Lisboa, Estampa, 1992), com coordenação de H. B. Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva; e *Colonial Brazil* (Cambridge University Press, 1987), editado por Leslie Bethell.

A administração pública em Portugal e no Brasil colônia. Existem ótimos estudos sobre o tema. As principais fontes consultadas foram: *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial* (Rio, Nova Fronteira, 1985), coordenação de Graça Salgado; *A Política Administrativa de D. João III*, volume 2 da *História Administrativa do Brasil* (Ed. Universidade de Brasília, 1983), de Vicente Tapajós; *História Administrativa do Brasil* (São Paulo, Melhoramentos, 1925), de Max Fleiuss; e *O Antigo Regime nos Trópicos* (Rio, Civilização Brasileira,

2001), organização de João Fragoso, Maria Bicalho e Maria Gouvêa. Dois bons textos específicos sobre a política e administração em Portugal no século XVI são “As estruturas políticas de unificação”, de Joaquim Romero Magalhães, publicado em *História de Portugal: no alvorecer da modernidade* (Lisboa, Estampa, 1993), e “O Estado e as instituições”, de José Adelino Maltez, publicado em *Portugal: do Renascimento à crise dinástica* (Lisboa, Presença, 1998).

Sobre as questões fazendárias em Portugal. O livro clássico ainda é *A Casa dos Contos* (Coimbra, 1948), de Virginia Rau, mas o estudo *O Valor do “Dinheiro” – 850 anos de história de inflação em Portugal* (Lisboa, Sociedade Difusora da Cultura, 1999), de Pedro Vasconcelos – de onde foram tirados alguns dos preços, valores e salários citados ao longo do livro –, também é documento saboroso. Os artigos “As finanças e a moeda”, de A. H. de Oliveira Marques, publicado em *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*, e “A estrutura das trocas”, de Joaquim Romero Magalhães, publicado em *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*, também são recomendados.

Sobre o judiciário no Brasil e em Portugal. O admirável ensaio *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial* (São Paulo, Perspectiva, 1979), de Stuart Schwartz, é um texto fundamental não só para o período abrangido pelo presente livro, mas para uma compreensão mais plena das mazelas e problemas que o Brasil ainda hoje enfrenta com o Poder Judiciário.

Sobre os jesuítas. A vetusta *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa, Portugália, 1938), de Serafim Leite, embora escrita por um jesuíta e há mais de meio século, se mantém como obra de consulta indispensável, e seus dez volumes constituem a mais completa fonte de informações sobre o tema. Leite também editou, em três volumes, as cartas de Nóbrega e de seus companheiros, reunidas em *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* (São Paulo, 1954). Também é de Leite a

melhor biografia do líder dos jesuítas no Brasil, *Breve Itinerário para uma Biografia do Padre Nóbrega* (Rio, Livros de Portugal, 1955). Sobre Nóbrega, foi consultada também a biografia *Nóbrega, o primeiro jesuíta do Brasil* (Rio, Relume Dumará, 2000), de José Mariz de Moraes. Duas excelentes histórias da Companhia de Jesus, escritas por historiadores leigos e descompromissados com a causa dos jesuítas, são *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, it's empire and beyond* (Universidade Stanford, 1996), de Dauril Alden, e *Os Jesuítas* (Porto Alegre, L&PM, 1994), de Jean Lacouture.

Sobre a construção de Salvador. Mais de uma dezena de livros foram escritos sobre a fundação da primeira capital do Brasil, vários deles publicados em 1949, quando se completaram os quatrocentos anos da cidade. Os dois principais – indispensáveis para a redação da Parte II de *A Coroa, a Cruz e a Espada* – são *A Cidade do Salvador (1549) – uma reconstituição histórica* (Rio, Simões, 1954), de Edison Carneiro, e *História da Fundação da Cidade do Salvador* (Bahia, Tipografia Benedita, 1949), de Teodoro Sampaio. Outras boas fontes sobre o tema são *História da Fundação da Bahia* (Salvador, Secretaria de Educação e Saúde, 1949), de Pedro Calmon; *A Primeira Capital do Brasil* (Prefeitura de Salvador, 1963), de Alberto Silva; *A Cidade de Tomé de Sousa* (Rio, Pongetti, 1949), de Alberto Silva; e *Povoamento da Cidade do Salvador* (Salvador, Itapuã, 1969), de Thales de Azevedo. Também são recomendados *Formação de Cidades no Brasil Colonial* (Rio, UFRJ, 2001), de Paulo Santos, *A Cidade Colonial* (Rio, José Olympio, 1961), de Nelson Omegna, e *Cidades Indo-portuguesas* (Lisboa, CNCDP, 1997), de Walter Rosa.

Sobre a fundação de São Paulo. A já vasta bibliografia sobre o tema ampliou-se quando da comemoração do aniversário de 450 anos da cidade. Mas as três fontes primordiais utilizadas aqui foram publicadas na década de 1950. São elas: *Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* (São Paulo, 1954), de Jaime Cortesão, *Notas de Revisão da História de São Paulo* (São Paulo, Martins, 1954), de Mário Neme e *Nóbrega e a*

Fundação de São Paulo (Lisboa, 1953), de Serafim Leite. *Os Nascimentos de São Paulo* (Rio, Ediouro, 2004), editado por Eduardo Bueno, também é recomendado.

Sobre a Guerra de Itapuã e os conflitos entre portugueses e indígenas no Brasil. Embora pouco se tenha escrito sobre o massacre que entrou para a História com a designação de “Guerra de Itapuã”, vários livros analisam a política indigenista de Portugal no Brasil, entre eles o clássico *Do Escambo à Escravidão* (Rio, Cia. Editora Nacional, 1980), de Alexander Marchant, *Red Gold: the conquest of the brazilian indians* (Londres, Macmillan, 1978), de John Hemming, *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil* (São Paulo, Loyola, 1982), de Georg Thomas, e *Os Senhores do Litoral: conquista portuguesa e agonia Tupinambá* (Porto Alegre, UFRS, 1994), de Mário Maestri, que, com base na carta de Duarte da Costa ao rei D. João III (publicada em HCP), faz a melhor descrição da Guerra de Itapuã.

Sobre o bispo Sardinha. Embora o *Manifesto Antropofágico*, de Oswald de Andrade, tenha sido redigido e datado “no ano 366 da deglutição do bispo Sardinha”, a verdade é que pouco se escreveu sobre o primeiro prelado do Brasil. Serafim Leite dedica-lhe algumas páginas em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, e o nome do bispo evidentemente surge, aqui e ali, na *História da Igreja no Brasil* (Paulinas/Vozes, 1983) de Eduardo Hoornaert *et alli*, mas a fonte mais completa é *Dom Pedro Fernandes Sardinha: um bispo, mártir, em Coruripe*, (Prefeitura Municipal de Coruripe, 2004), de João R. Lemos.

Sobre Mem de Sá. A principal fonte utilizada para a redação do perfil do desembargador que por 25 anos governou o Brasil foi a biografia *Mem de Sá – Terceiro governador-geral* (Rio, Conselho Federal de Cultura, 1972), de Herbert Ewaldo Wetzel.

Histórias gerais de Portugal e do Brasil. O Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa, publicado originalmente em 1587, é

tido, ainda hoje, como a melhor crônica contemporânea do Brasil quinhentista e foi bastante utilizado. A *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, considerada a primeira história geral do Brasil, foi publicada originalmente em 1627 e o frade alega ter conhecido contemporâneos de Tomé de Sousa e Duarte da Costa. A *História Geral do Brasil* (São Paulo, Melhoramentos, 1978), de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada pela primeira vez em 1854, é considerada ultrapassada pelos historiadores modernos, mas o fato é que, enriquecida com as notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, reúne mais informações do que qualquer outro livro sobre o período colonial. Ao contrário do Brasil, Portugal promoveu uma profunda revisão historiográfica nos últimos anos e, sobre o período específico tratado em *A coroa, a cruz e a espada*, existem pelo menos dois excelentes livros: os já citados *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*, que, com coordenação de João José Alves, é o volume 5 da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, e *Portugal no Alvorecer da Modernidade*, coordenado por Joaquim Romero Magalhães, e que é o volume 3 da *História de Portugal*, editada sob a direção de José Mattoso. Altamente recomendável é também a *História da Expansão Portuguesa* (Lisboa, Temas&Debates, 1998), publicada sob a direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

p. 24 – mapa reproduzido de *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCP). / p. 26 – pintura de Diógenes Rebouças, reproduzida de *Salvador da Bahia de Todos os Santos do século XIX* (Odebrecht, 1979). / p. 27 – ilustração reproduzida do livro *História do Exército Brasileiro* (Estado-Maior do Exército, Brasília, 1972). / p. 33 – reproduzido do *Atlas van Stolk*, Rotterdam, 1624. / p. 40 – *O Caramuru e a Lenda do Tiro de Arcabuz* – gravura do século XVIII pertencente à família Pires de Carvalho e Albuquerque, reproduzida do livro *Caramuru e Catarina*, de Francisco Antonio Dória (São Paulo: Editora Senac, 1999). / p. 43 – reproduzido do livro *A Cidade de Tomé de Souza – Aspectos Quinhentistas*, de Alberto Silva (Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1949). / p. 45 – reproduzido de HCP. / p. 50 – reproduzido de HCP. / p. 54 – reproduzido de HCP. / p. 55 – óleo de Manoel Victor Filho, reproduzido de *Grandes Personagens da Nossa História* (São Paulo: Abril Cultural, 1972). / p. 64 – reproduzido de HCP. / p. 68 – desenho aquarelado do pintor Ribeiro Cristino (Júlio de Castilho, Lisboa Antiga, Lisboa: Câmara Municipal, 1937, vol. IX, p. 59). / p. 70 – reproduzido do livro *Cristãos-novos e seus Descendentes na Medicina Brasileira (1500/1850)*, de Bella Herson (São Paulo: EdUSP, 1996). / p. 71 – Museu de Arte Antiga, Lisboa. / p. 73 – escultura de Francisco Franco, reproduzida do livro *Breve Itinerário para uma Biografia do Padre Nóbrega*, de Serafim Leite (Rio: Livros de Portugal, 1955). / p. 74 – reproduzido de *História Geral dos Jesuítas*, de Lino Assumpção (Lisboa: Moraes Editores, 1982). / p. 75 – óleo do Museu de São Roque. Lisboa. / p. 77 – reproduzido do livro *História das Missões Orientais do Uruguai*, de Aurélio Porto (Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954). / p. 84 – ilustração de Roque Gameiro, reproduzida de HCP. / p. 91 – gravura de autor anônimo pertencente à Biblioteca Municipal de São Paulo. / p. 99 – reproduzido de HCP. / p. 104 – gravura de Belmonte,

reproduzida do livro *No tempo dos Bandeirantes* (São Paulo: Edições Melhoramentos). / p. 105 – *idem* p. 104. / p. 107 – Planta da cidade de Salvador, feita por Teodoro Sampaio e publicada em seu livro *História da Fundação da Cidade de Salvador* (Salvador: Tipografia Beneditina, 1949). / p. 111 – desenho de Diógenes Rebouças, reproduzido de *Salvador da Bahia de Todos os Santos do século XIX* (Odebrecht, 1979). / p. 117 – Construção de Salvador: óleo de Manoel Victor Filho, reproduzido de *Grandes Personagens da Nossa História* (São Paulo: Abril Cultural, 1972). / p. 118 – “SJ. Salvador/Ville Capitale du Bresil”, ilustração do livro de Froger. ca. 1695 (1698). / p. 132 – Theodore de Bry, Ritual Indígena. *America Tertia Pars*. / p. 150 – reproduzido de HCP. / p. 158 – mapa de João Teixeira Albernaz, o velho, manuscrito aquarelado, reproduzido de *Os Mapas do Descobrimento* (Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2000). / p. 167 – reproduzido de HCP. / p. 169 – mapa de Joris van Spilbergen, reproduzido do livro *Biblioteca Brasileira*, de Robert Bosch (Rio de Janeiro: Kosmos, 1992). / p. 170 – ilustração reproduzida do livro *Histórias Verdadeiras de uma Maravilhosa Navegação*, feita por Ulrich Schmidel. / p. 188 – mapa de Frank R. Holmes, reproduzido do livro *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo*, de Aziz Ab’Saber e Nilo Bernardes (Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958). / p. 189 – óleo de J. Wasth Rodrigues, Museu Paulista. / p. 193 e 194 – xilogravuras reproduzidas do livro *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden (Belo Horizonte: Itatiaia, 1972). / p. 207 – óleo do século XVI do Museu de São Roque, Lisboa. / p. 209 – pintura de F. Conti, reproduzida do livro *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, de Serafim Leite (São Paulo, 1954). / p. 211 – reproduzido de HCP. / p. 212 – reproduzido do *Atlas van Stolk*, Rotterdam, 1624. / p. 230 – gravura reproduzida do livro *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden (Belo Horizonte: Itatiaia, 1972). / p. 231 – ilustração reproduzida do livro *História do Exército Brasileiro* (Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972). / p. 234 – gravura reproduzida do livro *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (São Paulo: Edições Melhoramentos). / p. 244 e 245 – gravuras reproduzidas do livro

Duas Viagens ao Brasil, de Hans Staden (Belo Horizonte: Itatiaia, 1972). / p. 250 – mural de J. W. Rodrigues, Museu Paulista. / p. 257 – óleo de Manuel Victor Filho, reproduzido de *Grandes Personagens da Nossa História* (São Paulo: Abril Cultural, 1972). / p. 262 e 263 – óleos de Christóvão Lopes, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.

SOBRE O AUTOR



Eduardo Bueno é escritor, jornalista, editor e tradutor. Com a coleção Brasilis, que reúne *A viagem do descobrimento*, *Náufragos, traficantes e degredados*, *Capitães do Brasil* e *A coroa, a cruz e a espada*, tornou-se o primeiro autor brasileiro a emplacar simultaneamente quatro títulos entre os cinco primeiros nas listas de mais vendidos dos principais jornais e revistas do país.

Eduardo também traduziu 22 livros, sendo o principal deles o clássico *On the Road – Pé na Estrada*, de Jack Kerouac, que marcou o desembarque da “literatura beat” no Brasil, com 30 anos de atraso. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, editou mais de 200 títulos, de autores brasileiros e

estrangeiros, tendo colaborado com algumas das principais editoras brasileiras.

Como jornalista, trabalhou nos principais veículos de comunicação, entre eles a Rede Globo, a TV Cultura, a TVE-RS e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*. Já dirigiu e estrelou um programa sobre história do Brasil no *Fantástico*, da TV Globo, e foi o primeiro apresentador do History Channel no Brasil. Eduardo Bueno ganhou dezenas de prêmios, dentre eles o Jabuti, em 1999, e a Ordem do Mérito Cultural, comenda concedida pelo Ministério da Cultura do governo federal.



ESTAÇÃO BRASIL

Estação Brasil é o ponto de encontro dos leitores que desejam redescobrir o Brasil. Queremos revisitar e revisar a história, discutir ideias, revelar as nossas belezas e denunciar as nossas misérias. Os livros da Estação Brasil misturam-se com o corpo e a alma de nosso país, e apontam para o futuro.

E o nosso futuro será tanto melhor quanto mais e melhor conhecermos o
nosso passado e a nós mesmos.

EDUARDO BUENO



A COROA, A CRUZ E A ESPADA

LEI, ORDEM E CORRUPÇÃO NO BRASIL

• ESTACAO •
BRASIL

A coroa, a cruz e a espada

Bueno, Eduardo

9788556080097

288 páginas

[Compre agora e leia](#)

LEI, ORDEM E CORRUPÇÃO NO BRASIL. Lançada originalmente no final dos anos 1990, A coroa, a cruz e a espada é o quarto volume da coleção Brasilis, que já vendeu mais de 1 milhão de exemplares, inaugurando um estilo leve, crítico e divertido de contar a história de nosso país. "Ao ler, me senti cumprindo uma obrigação - de saber das minhas raízes - com o maior prazer." — MARÍLIA GABRIELA, jornalista e atriz

Em 1548, com a derrocada das capitanias hereditárias, Portugal decidiu estabelecer um Governo-Geral no Brasil. No ano seguinte, o militar Tomé de Sousa desembarcou na Bahia, acompanhado por burocratas, funcionários públicos, soldados e degredados. Sua missão era construir a primeira capital da colônia, a Cidade do Salvador, e, a partir dali, estabelecer a lei e a ordem em todo o território. A cidade – erguida em regime de empreitada, com licitações fraudadas e obras superfaturadas – de fato foi construída. Mas a lei e a ordem não fixaram residência ali. Pelo contrário: a desordem e a ilegalidade se tornaram a regra, não a exceção. Com a substituição do rígido Tomé de Sousa pelo corrupto Duarte da Costa, o que já estava ruim ficou pior. E, assim, o Brasil seguia um rumo incerto – com os franceses, desde 1555 instalados no Rio de Janeiro, a um passo de se tornarem os novos colonizadores. Ao mergulhar no

cotidiano de uma sociedade marcada pela desigualdade, pelo desrespeito às leis, pelo uso do aparelho do Estado para obtenção de benefícios pessoais, pelo clientelismo e pela corrupção generalizada, este livro ajuda a desvendar a origem de algumas das mazelas que continuam minando o pleno desenvolvimento do Brasil.

[Compre agora e leia](#)

Jorge Caldeira

HISTÓRIA DA RIQUEZA NO BRASIL



CINCO SÉCULOS DE
PESSOAS, COSTUMES
E GOVERNOS

ESTACÃO
BRASIL

História da riqueza no Brasil

Caldeira, Jorge

9788556080264

624 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Um 'clássico': o adjetivo foi criado no século XVI, significando 'o que faz autoridade', 'o que deve ser imitado', 'que serve como modelo'. Pois o livro que o leitor tem nas mãos é um clássico." – Mary Del Priore

"A proposta de uma revolução copernicana na análise e interpretação da história do Brasil – esta é a marca identificadora do novo livro de Jorge Caldeira. Valendo-se de novos dados, antes de difícil acesso organizado, investiga a formação da riqueza em nosso país, desde a Colônia, para atribuir nova dimensão ao papel do mercado interno. Correlaciona suas análises com instigantes avaliações da atuação de pessoas, costumes e governos, que se desdobram no correr dos tempos históricos da vida brasileira." – Celso Lafer

"O novo livro de Jorge Caldeira só não é inteiramente surpreendente para quem já leu seus livros ou ensaios anteriores. Na verdade, ele muda o eixo de apreciação da história do Brasil. Isto porque ressalta, o que para poucos era claro, que o mercado interno sempre teve importância maior do que lhe foi atribuída por muitos autores, mesmo de livros clássicos. Não que se deixe de reconhecer o papel importantíssimo do mercado externo para a inserção mundial da economia, mas desaparece o retrato simplificador da sociedade brasileira do passado como se ela fosse formada apenas pela grande lavoura de exportação. Em segundo lugar,

trata-se de obra que traz uma abordagem metodológica rara: Caldeira introduz a referência a números, aos grandes números, na narrativa histórica e os usa para a comprovação de suas teses. Como se isso não bastasse para dar singularidade e notoriedade ao livro, acrescente-se que suas páginas mostram o fracasso das tentativas de acelerar o crescimento econômico pela vontade política do Estado. Os limites dessas tentativas são vistos, por exemplo, nas referências ao governo Geisel e às experiências mais recentes dos governos petistas. Elas não trouxeram continuidade ao desenvolvimento econômico e social e levaram a impasses que tomam anos, senão décadas, para que o país se refaça em rumos mais realistas que, sem desconhecer a importância das políticas públicas, tampouco desdenhem das forças da sociedade." – Fernando Henrique Cardoso

[Compre agora e leia](#)

◀ ESTACAO ▶
BRASIL

JESSÉ SOUZA

A ELITE DO ATRASSO



EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA
DA ESCRAVIDÃO A BOLSONARO

A elite do atraso

Souza, Jessé

9788556080431

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Quem é a elite do atraso? Como pensa e age essa parcela da população que controla grande parte da riqueza do Brasil? Onde está a verdadeira e monumental corrupção, tanto ilegal quanto "legalizada", que esfolia tanto a classe média quanto as classes populares? A elite do atraso se tornou um clássico contemporâneo da sociologia brasileira, um livro fundamental de Jessé Souza, o sociólogo que ousou colocar na berlinda as obras que eram consideradas essenciais para se entender o Brasil. Por meio de uma linguagem fluente, irônica e ousada, Jessé apresenta uma nova visão sobre as causas da desigualdade que marca nosso país e reescreve a história da nossa sociedade. Mas não a do patrimonialismo, nossa suposta herança de corrupção trazida pelos portugueses, tese utilizada tanto à esquerda quanto à direita para explicar o Brasil. Muito menos a do brasileiro cordial, ambíguo e sentimental. No âmago da interpretação de Jessé não está a corrupção política. Para ele, a questão a partir da qual se deve explicar a história passada e atual do Brasil – e de suas classes, portanto – não é outra senão a escravidão. Sob uma perspectiva inédita, ele revela fatos cruciais sobre a vida nacional, demonstrando como funcionam as estruturas ocultas que movem as engrenagens do poder e de que maneira a elite do dinheiro exerce sua força invisível e manipula a sociedade – com

o respaldo das narrativas da mídia, do judiciário e de seu combate seletivo à corrupção.

[Compre agora e leia](#)

JESSÉ SOUZA

Autor de A elite do atraso

A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO

Sua história, seus sonhos
e ilusões, sua realidade

ESTACAO
BRASIL

A classe média no espelho

Souza, Jessé

9788556080400

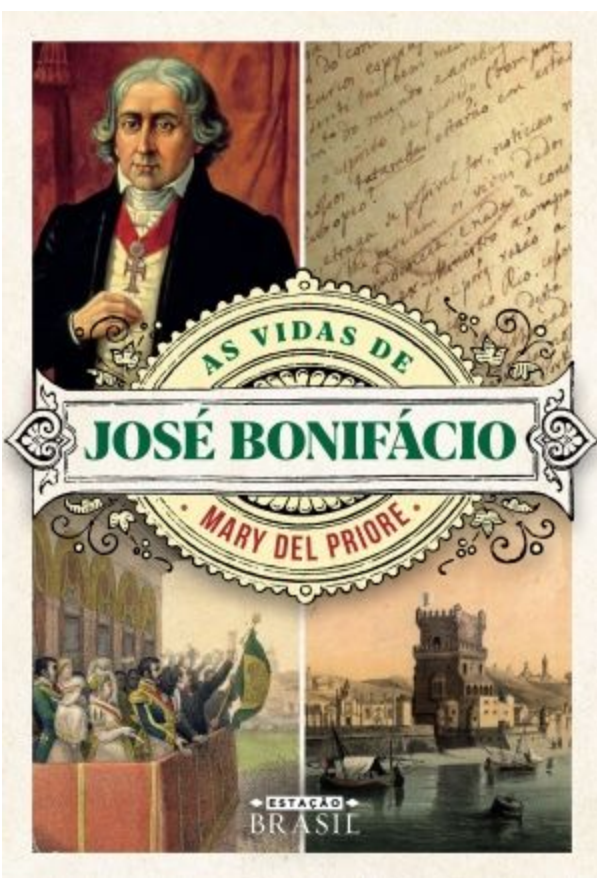
288 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em sua primeira obra inédita depois do sucesso de *A elite do atraso*, de 2017, Jessé Souza se dedica a compreender a classe média brasileira. Com o mesmo estilo claro e acessível, mas sem fazer concessões à superficialidade, ele agora apresenta uma visão original e inovadora dessa classe fundamental da sociedade. Em *A classe média no espelho*, ele desconstrói os maiores mitos que procuram perpetuar o desconhecimento da classe média sobre si mesma. O primeiro é o de que sua definição é determinada exclusivamente pela renda. Jessé vai além das teorias sociais que se baseiam apenas na esfera do dinheiro e do poder em direção a uma análise mais profunda das ideias e dos valores morais dessa parcela da população. O segundo mito é a concepção cultural do brasileiro "vira-lata", inferior, emotivo e corrupto por natureza – mentiras que a elite e seus intelectuais inventaram para melhor doutrinar e manipular a classe média. Jessé reconstrói a história dessa classe no mundo e no Brasil, e reflete sobre a posição que ela assume na relação com a elite e as classes populares no país. Assim, ele mostra como é possível compreender as fontes de seu comportamento prático e as origens de seus princípios. O livro conta com um imenso e rico material, resultado de centenas de entrevistas realizadas com pessoas das mais variadas frações da classe

média entre 2015 e 2018, em diversas cidades brasileiras. O objetivo é criar um espelho no qual as visões de mundo mais características dessa classe social possam ser vistas de um modo novo e desafiador. Não se pede do leitor qualquer conhecimento prévio, apenas coragem para olhar para si mesmo despido de preconceitos – o verdadeiro pressuposto de qualquer aprendizado real.

[Compre agora e leia](#)



As vidas de José Bonifácio

Del Priore, Mary

9788556080455

328 páginas

[Compre agora e leia](#)

Conhecido como o Patrono da Independência do Brasil, José Bonifácio é uma figura histórica tão fascinante quanto enigmática. Sua aura de mistério intrigou inúmeros pesquisadores, que buscaram encontrar em sua trajetória qualidades e feitos que comprovassem seu heroísmo, sua genialidade, seu patriotismo. Ao procurar entender quem foi o homem por trás do mito, no entanto, a historiadora Mary Del Priore descobriu não o super-homem que seus pares procuraram, mas um personagem de seu tempo, cheio de contradições e dilemas, forjado – como qualquer um de nós – pelas circunstâncias da vida. Se algo conduziu fortemente o destino de Bonifácio, foram sua ambição e sua curiosidade, que o levaram a viajar incansavelmente entre Velho e Novo Mundo. Em suas andanças, ele conviveu com noções de liberdade e escravidão, explorou o meio ambiente, conheceu povos indígenas. Desejou conquistar o mundo e alcançou mais do que as circunstâncias podiam lhe oferecer. Com uma narrativa envolvente que se assemelha à de um romance, repleta de citações históricas e casos pitorescos, *As vidas de José Bonifácio* deixa claro por que Mary Del Priore ocupa um lugar de destaque na divulgação da História do Brasil ao grande público.

[Compre agora e leia](#)